ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 126 Brasília - DF, quarta-feira, 6 de julho de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Cidadania 20
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 22
Ministério das Comunicações 22
Ministério da Defesa 32
Ministério do Desenvolvimento Regional 32
Ministério da Economia 35
Ministério da Educação 124
Ministério da Infraestrutura 127
Ministério da Justiça e Segurança Pública 136
Ministério do Meio Ambiente 147
Ministério de Minas e Energia 153
Ministério da Saúde 159
Ministério do Trabalho e Previdência 273
Ministério do Turismo 273
Controladoria-Geral da União 275
Poder Judiciário 276
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 277

.....Esta edição é composta de 280 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.396 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 6367 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. NUNES MARQUES**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LIZANDRA NASCIMENTO VICENTE (39992/DF)
ADV.(A/S)	: ANA PAULA DEL VIEIRA DUQUE (51469/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL
ADV.(A/S)	: PEDRO HENRIQUE ALVES DA COSTA FILHO (23086/DF)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS - FENADV
ADV.(A/S)	: WALTER VETTORE (19312/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - ADVOCEF
INTDO.(A/S)	: ALTAIR RODRIGUES DE PAULA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL - ASABB
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (70130/BA, 22356/RS)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS EMPREGADOS DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS- ADEMP
ADV.(A/S)	: RUI BERFORD DIAS (18238/RJ)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA - ASABRB
ADV.(A/S)	: WALTER VETTORE (19312/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS EMPREGADOS DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - AAEPD
ADV.(A/S)	: MIGUEL JONIL FEYDIT VIEIRA (93419/RJ, 307049/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS - ANPEPF
ADV.(A/S)	: NILTON CORREIA (01291/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - APECT
ADV.(A/S)	: NILTON CORREIA (01291/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO GRUPO ELETROBRAS - AAGE
ADV.(A/S)	: MARIANA LIMA DO VALE (33051/DF)
AM. CURIAE.	: FÓRUM NACIONAL DE ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL - FORUM
ADV.(A/S)	: HUGO MENDES PLUTARCO (DF025090/)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ADVESC
ADV.(A/S)	: FABIO DA SILVA MACIEL (31033/SC)
ADV.(A/S)	: GRAZIELA ALESSANDRA MOREIRA PISA (17949/SC)

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que conhecia da ação direta e julgava parcialmente procedente o pedido formulado, para dar interpretação conforme ao art. 4º da Lei federal n. 9.527/1997, excluindo de seu alcance apenas os advogados empregados públicos de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, não monopolísticas, os quais, no entanto, assim como todos os servidores e empregados públicos em geral, também estão sujeitos ao teto remuneratório do serviço público (CF, art. 37, XI), quanto ao total da sua remuneração (salários mais vantagens e honorários advocatícios), com exceção daqueles vinculados a empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária que não receba recursos do ente central para pagamento de pessoal ou custeio nem exerça sua atividade em regime monopolístico, conforme o disposto no art. 37, § 9º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda de n. 19/1998, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Vicente Martins Prata Braga; e, pelos *amici curiae* Federação Nacional dos Advogados - FENADV e Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal - FORUM, o Dr. Hugo Mendes Plutarco. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 22.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.396 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 6367 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. NUNES MARQUES**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LIZANDRA NASCIMENTO VICENTE (39992/DF)
ADV.(A/S)	: ANA PAULA DEL VIEIRA DUQUE (51469/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL
ADV.(A/S)	: PEDRO HENRIQUE ALVES DA COSTA FILHO (23086/DF)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS - FENADV
ADV.(A/S)	: WALTER VETTORE (19312/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - ADVOCEF
INTDO.(A/S)	: ALTAIR RODRIGUES DE PAULA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL - ASABB
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (70130/BA, 22356/RS)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS EMPREGADOS DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS- ADEMP
ADV.(A/S)	: RUI BERFORD DIAS (18238/RJ)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA - ASABRB
ADV.(A/S)	: WALTER VETTORE (19312/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS EMPREGADOS DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - AAEPD
ADV.(A/S)	: MIGUEL JONIL FEYDIT VIEIRA (93419/RJ, 307049/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS - ANPEPF
ADV.(A/S)	: NILTON CORREIA (01291/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - APECT
ADV.(A/S)	: NILTON CORREIA (01291/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO GRUPO ELETROBRAS - AAGE
ADV.(A/S)	: MARIANA LIMA DO VALE (33051/DF)
AM. CURIAE.	: FÓRUM NACIONAL DE ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL - FORUM
ADV.(A/S)	: HUGO MENDES PLUTARCO (DF025090/)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ADVESC
ADV.(A/S)	: FABIO DA SILVA MACIEL (31033/SC)
ADV.(A/S)	: GRAZIELA ALESSANDRA MOREIRA PISA (17949/SC)

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que conhecia da ação direta e julgava parcialmente procedente o pedido formulado, para dar interpretação conforme ao art. 4º da Lei federal n. 9.527/1997, excluindo de seu alcance apenas os advogados empregados públicos de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, não monopolísticas, os quais, no entanto, assim como todos os servidores e empregados públicos em geral, também estão sujeitos ao teto remuneratório do serviço público (CF, art. 37, XI), quanto ao total da sua remuneração (salários mais vantagens e honorários advocatícios), com exceção daqueles vinculados a empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária que não receba recursos do ente central para pagamento de pessoal ou custeio nem exerça sua atividade em regime monopolístico, conforme o disposto no art. 37, § 9º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda de n. 19/1998, ficando excluídos também da disciplina do EOAB (arts. 18 a 21) os advogados empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista ou suas subsidiárias que tenham sido admitidos por concurso público, em cujos editais tenham sido estipuladas condições diversas daquelas do EOAB, sem qualquer impugnação. Tudo nos termos do voto do Relator, vencidos, em parte, os Ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 23.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.785 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 4785 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO DO AMARAL MARTINS (RJ072167/) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE.	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Leonardo Estrela Borges; pelo interessado Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Carlos Victor Muzzi Filho, Procurador do Estado; e, pelo *amicus curiae*, o Dr. Ricardo Nasser Sefer, Procurador-Geral do Estado dom Pará. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 30.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.786 **(4)**

ORIGEM : ADI - 4786 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S) : GUSTAVO DO AMARAL MARTINS (0072167/RJ, 3688/RO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Leonardo Estrela Borges; e, pelo interessado Governador do Estado do Pará, o Dr. Ricardo Nasser Sefer, Procurador-Geral do Estado. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 30.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.787 **(5)**

ORIGEM : ADI - 4787 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S) : GUSTAVO AMARAL MARTINS (072167/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Leonardo Estrela Borges; pelo *amicus curiae*, o Dr. Carlos Victor Muzzi Filho, Procurador do Estado de Minas Gerais; e, pelo interessado Governador do Estado do Amapá, o Dr. Davi Machado Evangelista, Procurador do Estado. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 30.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.755 **(6)**

ORIGEM : 00081854520171000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : CLAUDIO OLIVEIRA SANTOS COLNAGO (11113/ES)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS - ANPPREV
ADV.(A/S) : HUGO MENDES PLUTARCO (DF025090/)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF)
ADV.(A/S) : ANTONIO RODRIGO MACHADO DE SOUSA (00034921/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE SOCIAL - ANASPS
ADV.(A/S) : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG, 238265/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL - CONDSEF
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - FENADSEF
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE NACIONAL
ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDISPREV/RS)
ADV.(A/S) : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA (23021/RS, 328901/SP)
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETTO (51519/RS)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA (21445/DF, 10503/ES, 139419/MG, 112310/RJ, 303020/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO DE SOUZA GOUVEA (067378/RJ, 311792/SP)
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
ADV.(A/S) : LIZANDRA NASCIMENTO VICENTE (39992/DF)
ADV.(A/S) : GUILHERME DEL NEGRO BARROSO FREITAS (48893/DF)
ADV.(A/S) : CLAUDIA PAIVA CARVALHO (129382/MG)
AM. CURIAE. : SINTRAJUSC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL ¿ CNTSS/CUT
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : RODRIGO CAMARGO BARBOSA (34718/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO ¿ FENAJUFE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : RODRIGO CAMARGO BARBOSA (34718/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA AMENDOLA (225356/RJ, 154182/SP)
ADV.(A/S) : MARIO LUIZ OLIVEIRA DA COSTA (01934/A/DF, 117622/SP)
ADV.(A/S) : ANDRE ALMEIDA GARCIA (184018/SP)
ADV.(A/S) : DANIEL NUNES VIEIRA PINHEIRO DE CASTRO (223677/SP)

Decisão: Após o voto da Ministra Rosa Weber, Relatora, que conhecia da ação direta e julgava procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade material do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei nº 13.463/2017, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelos interessados, o Dr. Adriano Martins De Paiva, Advogado da União; pelo *amicus curiae* Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, o Dr. Claudio Santos; pelo *amicus curiae* Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Paulo Francisco Soares Freire; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV, o Dr. Hugo Mendes Plutarco; pelo *amicus curiae* Associação dos Advogados de São Paulo, o Dr. Antonio Carlos De Almeida Amendola; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, a Dra. Manuela Elias Batista; pelo *amicus cuiae* SINTRAJUSC - Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal em Santa Catarina, o Dr. Pedro Mauricio Pita Machado; e, pelo *amicus curiae* Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, o Dr. Bruno Conti Gomes da Silva. Plenário, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

Decisão: (Processo destacado do Plenário Virtual) Após o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), que conhecia da ação direta e julgava procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade material do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei nº 13.463/2017, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Marco André Dunley Gomes; pelo interessado Presidente da República, o Dr. Adriano Martins Paiva, Advogado da União; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV, o Dr. Hugo Mendes Plutarco; pelos *amici curiae* Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil e Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS, o Dr. Cláudio Santos da Silva; pelos *amici curiae* Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - FENADSEF e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE Nacional, o Dr. Bruno Conti Gomes da Silva; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Márcio Brotto de Barros; pelos *amici curiae* Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS/CUT e pela Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Raimundo Cézar Britto Aragão; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 29.6.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.755 **(7)**

ORIGEM : 00081854520171000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : CLAUDIO OLIVEIRA SANTOS COLNAGO (11113/ES)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS - ANPPREV
ADV.(A/S) : HUGO MENDES PLUTARCO (DF025090/)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF)
ADV.(A/S) : ANTONIO RODRIGO MACHADO DE SOUSA (00034921/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE SOCIAL - ANASPS
ADV.(A/S) : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG, 238265/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL - CONDSEF
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - FENADSEF
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE NACIONAL
ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDISPREV/RS)
ADV.(A/S) : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA (23021/RS, 328901/SP)
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETTO (51519/RS)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA (21445/DF, 10503/ES, 139419/MG, 112310/RJ, 303020/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO DE SOUZA GOUVEA (067378/RJ, 311792/SP)
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
ADV.(A/S) : LIZANDRA NASCIMENTO VICENTE (39992/DF)
ADV.(A/S) : GUILHERME DEL NEGRO BARROSO FREITAS (48893/DF)
ADV.(A/S) : CLAUDIA PAIVA CARVALHO (129382/MG)
AM. CURIAE. : SINTRAJUSC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL ¿ CNTSS/CUT
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : RODRIGO CAMARGO BARBOSA (34718/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO ¿ FENAJUFE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : RODRIGO CAMARGO BARBOSA (34718/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA AMENDOLA (225356/RJ, 154182/SP)
ADV.(A/S) : MARIO LUIZ OLIVEIRA DA COSTA (01934/A/DF, 117622/SP)
ADV.(A/S) : ANDRE ALMEIDA GARCIA (184018/SP)
ADV.(A/S) : DANIEL NUNES VIEIRA PINHEIRO DE CASTRO (223677/SP)

Decisão: Após o voto da Ministra Rosa Weber, Relatora, que conhecia da ação direta e julgava procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade material do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei nº 13.463/2017, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelos interessados, o Dr. Adriano Martins De Paiva, Advogado da União; pelo *amicus curiae* Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, o Dr. Claudio Santos; pelo *amicus curiae* Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Paulo Francisco Soares Freire; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV, o Dr. Hugo Mendes Plutarco; pelo *amicus curiae* Associação dos Advogados de São Paulo, o Dr. Antonio Carlos De Almeida Amendola; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, a Dra. Manuela Elias Batista; pelo *amicus cuiae* SINTRAJUSC - Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal em Santa Catarina, o Dr. Pedro Mauricio Pita Machado; e, pelo *amicus curiae* Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, o Dr. Bruno Conti Gomes da Silva. Plenário, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

Decisão: (Processo destacado do Plenário Virtual) Após o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), que conhecia da ação direta e julgava procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade material do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei nº 13.463/2017, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Marco André Dunley Gomes; pelo interessado Presidente da República, o Dr. Adriano Martins Paiva, Advogado da União; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV, o Dr. Hugo Mendes Plutarco; pelos *amici curiae* Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil e Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS, o Dr. Cláudio Santos da Silva; pelos *amici curiae* Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - FENADSEF e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE Nacional, o Dr. Bruno Conti Gomes da Silva; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Márcio Brotto de Barros; pelos *amici curiae* Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS/CUT e pela Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Raimundo Cézar Britto Aragão; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 29.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade material do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei nº 13.463/2017, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Gilmar Mendes, André Mendonça, Nunes Marques e Luiz Fux (Presidente), que julgavam parcialmente procedente o pedido, conferindo interpretação conforme aos dispositivos. Plenário, 30.6.2022.

Secretaria Judiciária
MARCELO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR
Secretário
Substituto

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.128, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às:

I - administradoras de consórcio; e

II - instituições de pagamento.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições a que se refere o art. 1º poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a:

I - operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação; e

II - operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial.

§ 1º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se inadimplida a operação com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos.

§ 2º O valor da perda dedutível para as operações de que trata o inciso I do **caput** deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, com base nas seguintes regras:

I - aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

II - soma ao valor apurado na forma prevista no inciso I, do valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, contados a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito; e

III - subtração do valor apurado na forma prevista no inciso II dos montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

§ 3º O valor da perda dedutível para as operações de que trata o inciso II do **caput** será:

I - a parcela do valor do crédito que exceder o montante que o devedor tenha se comprometido a pagar no processo de recuperação judicial; ou

II - o valor total do crédito, na hipótese de falência.

§ 4º O tratamento dispensado às operações de que trata o inciso I do **caput** será aplicado às perdas incorridas no recebimento dos créditos originados após a concessão da recuperação judicial e da parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela pessoa jurídica em recuperação judicial.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, entende-se como valor total do crédito o valor do principal deduzido das amortizações e acrescido dos encargos incidentes reconhecidos contabilmente até os noventa dias de inadimplemento ou até a data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial do devedor.

§ 6º A dedução de que trata o **caput** somente poderá ser efetuada no período de apuração dos tributos correspondente à apuração da perda de que tratam os § 2º e § 3º.

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes valores para o fator "A" e para o fator "B", a que se referem, respectivamente, os incisos I e II do § 2º do art. 2º:

I - fator "A" igual a cinquenta e cinco milésimos e fator "B" igual a quarenta e cinco milésimos para:

a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e

b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

II - fator "A" igual a trinta centésimos e fator "B" igual a trinta e quatro milésimos para:

a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição;

III - fator "A" igual a quarenta e cinco centésimos e fator "B" igual a trinta e sete milésimos para:

a) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e

c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do **caput**;

IV - fator "A" igual a trinta e cinco centésimos e fator "B" igual a quarenta e cinco milésimos para:

a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

V - fator "A" igual a cinquenta centésimos e fator "B" igual a trinta e quatro milésimos para:

a) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do **caput** e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do **caput**; e

c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do **caput**.

§ 1º Na hipótese de créditos cobertos por mais de uma espécie de garantia, serão aplicados os valores para os fatores "A" e "B" relativos à garantia que apresentar o menor valor para o fator "A", a que se refere o inciso I do § 2º do art. 2º, sem proporcionalidade.

§ 2º Não será admitida a dedução de perda no recebimento de créditos nas operações realizadas com:

I - partes relacionadas; ou

II - residentes ou domiciliados no exterior.

§ 3º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, são consideradas partes relacionadas de uma pessoa jurídica:

I - os seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do disposto no art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - os seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

III - o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas naturais mencionadas nos incisos I e II;

IV - as pessoas naturais com participação societária, direta ou indireta, no capital da pessoa jurídica equivalente a quinze por cento ou mais das ações ou quotas em seu capital; e

V - as pessoas jurídicas:

a) que sejam suas controladas, nos termos do disposto no § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976;

b) que sejam suas coligadas, nos termos do disposto no § 1º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976;

c) sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

d) que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Art. 4º Na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, deverá ser computado o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Parágrafo único. Os bens recebidos a título de quitação do débito serão mensurados pela pessoa jurídica credora pelo valor do crédito ou pelo valor estabelecido na decisão judicial que tenha determinado a sua incorporação ao seu patrimônio.

Art. 5º Na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, a pessoa jurídica credora deverá excluir do lucro líquido os valores dos encargos financeiros incidentes sobre os créditos de que trata o **caput** do art. 2º e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas, ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor.

§ 1º Na hipótese de créditos originados após o deferimento da recuperação judicial do devedor, a pessoa jurídica credora deverá excluir do lucro líquido, para a determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os valores dos encargos financeiros reconhecidos contabilmente como receitas somente após o inadimplemento do crédito.

§ 2º Os valores excluídos na forma prevista no **caput** e no § 1º deverão ser adicionados no período de apuração em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica credora para os fins legais.

§ 3º A partir da citação inicial para o pagamento do débito, a pessoa jurídica devedora deverá adicionar ao lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os encargos incidentes sobre o débito vencido e não pago que tenham sido contabilizados como despesa ou custo incorridos a partir daquela data.

§ 4º Os valores adicionados a que se refere o § 3º poderão ser excluídos do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, no período de apuração em que ocorra a quitação do débito por qualquer forma.

Art. 6º As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir do mês de abril de 2025.

Art. 7º O disposto nos art. 9º ao art. 12 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não se aplica às instituições a que se refere o **caput** do art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Brasília, 5 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Roberto de Oliveira Campos Neto

DECRETO Nº 11.120, DE 5 DE JULHO DE 2022

Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam permitidas as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio, de produtos químicos orgânicos e inorgânicos, incluídas as suas composições, fabricados à base de lítio, de lítio metálico e das ligas de lítio e de seus derivados.

Parágrafo único. As operações de exportação e importação de que trata o **caput** não são sujeitas a critérios, restrições, limites ou condicionantes de qualquer natureza, exceto aqueles previstos em lei ou em atos editados pela Câmara de Comércio Exterior - Camex.

Art. 2º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 2.413, de 4 de dezembro de 1997; e

II - o Decreto nº 10.577, de 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Adolfo Sachsida

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 349, de 5 de julho de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.128, de 5 de julho de 2022.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR MARTINS AUTOMAÇÃO COMERCIAL. Processo n° 00100.001055/2022-22.

DEFIRO o credenciamento da AR L-TECH SOLUTION. Processo n° 00100.000998/2022-38.

DEFIRO o credenciamento da AR INCERT CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001111/2022-29.

DEFIRO, a pedido, o descredenciamento da AR EFETIVA CERTIFICADO DIGITAL. Processo n° 00100.001491/2022-00.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA NORMATIVA CGAU/AGU Nº 8, DE 4 DE JULHO DE 2022

Disciplina a expedição de certidões relacionadas à existência de sindicâncias acusatórias ou processos administrativos disciplinares em andamento e de penalidades aplicadas em face de membro da Advocacia-Geral da União, no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

O CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelos incisos I e II do artigo 21 do Anexo I do Decreto nº 10.994, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 00406.000952/2020-12, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa disciplina a expedição de certidões relacionadas à existência de sindicâncias acusatórias ou processos administrativos disciplinares em andamento e de penalidades aplicadas em face de membro da Advocacia-Geral da União, no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU).

Art. 2º As informações sobre a existência de sindicâncias acusatórias ou processos administrativos disciplinares em andamento e de penalidades aplicadas em face de membro da Advocacia-Geral da União (AGU) serão prestadas por meio de certidões expedidas pela Subcorregedoria de Medidas Disciplinares (SMD) e assinadas pelo seu titular, na forma dos modelos disponibilizados pela unidade na intranet da AGU, com observância as demais regras estabelecidas nesta Portaria Normativa.

Art. 3º As informações contidas nas certidões referir-se-ão ao período compreendido entre o dia 4 de maio de 2007 e a data da expedição, ou a um intervalo de tempo menor especificado pelo solicitante.

Parágrafo único. Nos termos do art. 131 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 4º Os órgãos da AGU deverão apresentar os pedidos de expedição de certidões, por meio de formulário, disponível na página da CGAU, na internet.

Parágrafo único. Os pedidos serão atendidos mediante o encaminhamento das certidões solicitadas ao endereço eletrônico institucional do órgão solicitante, ou mediante a juntada em processo específico, quando a demanda tiver sido formulada por meio do Sistema Sapiens.

Art. 5º Ressalvada a hipótese do artigo anterior, as certidões somente informarão situações pessoais aos próprios solicitantes, que deverão requerê-las, pessoalmente ou por seu procurador, por meio de formulário disponível na página da CGAU, na internet, no endereço smd.cgau@agu.gov.br.

Parágrafo único. As certidões serão encaminhadas ao interessado ou ao seu procurador, para o endereço eletrônico informado no requerimento.

Art. 6º As certidões solicitadas pelas Comissões de Promoções, acerca da aplicação de penalidades disciplinares ou processos administrativos disciplinares instaurados em face de membros das carreiras da AGU, serão expedidas obedecendo-se, rigorosamente, o período por elas informado.

Art. 7º As certidões para fins de comprovação de participação como membro de comissão de processo administrativo disciplinar ou sindicância deverão ser requeridas pelo próprio interessado ou seu procurador, por meio do formulário disponível na página da CGAU, na internet, e serão encaminhadas para o endereço eletrônico informado no requerimento.

Parágrafo único. As certidões de que trata o caput deste artigo serão elaboradas de acordo com o modelo disponibilizados pela SMD, na página da CGAU, na intranet.

Art. 8º As certidões serão expedidas pela SMD, no prazo máximo de dez dias, contados do recebimento do pedido pela CGAU.

Art. 9º Os pedidos de certidão não regulados por esta Portaria Normativa serão apreciados, caso a caso, pela SMD.

Art. 10. Fica revogada a Portaria CGAU nº 90, de 17 de abril de 2012.

Art. 11. Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

EDIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 452, DE 4 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processo SEI nº 21200.002219/2022-81, resolve:

Art. 1º Publicar os preços mínimos para os produtos de verão e regionais da safra 2022/2023 e 2023, relacionados nos Anexos I e II desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio do Voto 56/2022 - CMN, de 29 de junho de 2022.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata esta Portaria são estabelecidos em favor dos produtores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES

ANEXO I

PREÇOS MÍNIMOS - CULTURAS DE VERÃO E REGIONAIS - SAFRAS 2022/2023 E 2023

Produtos	Regiões e Estados amparados	Tipo/Classe Básico	Unidade	Preços Mínimos (R$/un.)		Variação	Período de Vigência
				2021/22	2022/23		
Algodão em caroço	Sudeste (exceto MG) e Sul	-	15 kg	33,04	48,18	45,82%	Mar/2023 a Fev/2024
	Centro-Oeste, BA-Sul e MG						Mai/2023 a Abr/2024
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte						Jul/2023 a Jun/2024
Algodão em pluma	Sudeste (exceto MG) e Sul	Tipo SLM 41.4	15 kg	82,60	120,45	45,82%	Mar/2023 a Fev/2024
	Centro-Oeste, BA-Sul e MG						Mai/2023 a Abr/2024
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte						Jul/2023 a Jun/2024
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Tipo 1-58/10	50 kg	45,30	65,47	44,53%	Fev/2023 a Jan/2024
	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR		60 kg	62,34	78,57	26,03%	
Arroz longo em casca (1)	Sul (exceto PR)	Tipo 2-55/13	50 kg	20,55	20,55	0,00%	Fev/2023 a Jan/2024
	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR		60 kg	26,90	26,90	0,00%	
Borracha natural cultivada	Brasil	Coágulo virgem a granel 53%	kg	3,41	4,46	30,79%	Jul/2022 a Jun/2023
Cacau cultivado (amêndoa)	Centro-Oeste , Nordeste, Norte e ES	Tipo 2	kg	9,14	12,99	42,12%	Jul/2022 a Jun/2023
Caroço de algodão	Sudeste (exceto MG) e Sul	Único	15 kg	4,85	7,07	45,82%	Mar/2023 a Fev/2024
	Centro-Oeste, BA-Sul e MG						Mai/2023 a Abr/2024
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte						Jul/2023 a Jun/2024
Feijão Cores	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-Sul	Tipo 1	60 kg	116,75	208,92	78,95%	Nov/2022 a Out/2023
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte						Jan/2023 a Dez/2023
Feijão Preto	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-Sul	Tipo 1	60 kg	126,33	210,30	66,47%	Nov/2022 a Out/2023
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte						Jan/2023 a Dez/2023
Juta/Malva embonecada	Norte	Tipo 2	kg	3,52	3,84	9,09%	Jan/2023 a Dez/2023
Leite	Sudeste e Sul	-	litro	1,48	1,79	20,95%	Jul/2022 a Jun/2023
	Centro-Oeste (exceto MT)			1,34	1,87	39,55%	
	Norte e MT			1,21	1,38	14,05%	
	Nordeste			1,39	1,69	21,58%	
Mandioca							Jan/2023 a Dez/2023
- Raiz de Mandioca	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	-	t	277,12	548,76	98,02%	
	Nordeste e Norte			285,89	336,94	17,86%	
- Farinha	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Fina Tipo 3	kg	1,34	2,65	97,76%	
	Nordeste e Norte			1,36	1,60	17,65%	
- Fécula	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Tipos 1 e 2	kg	1,66	3,29	98,19%	
- Goma/Polvilho	Nordeste e Norte	Classificada	kg	1,83	2,16	18,03%	
Milho	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste e Sul	Único	60 kg	31,34	55,20	76,13%	Jan/2023 a Dez/2023
	MT e RO			25,80	43,26	67,67%	
	BA, MA, PI e TO			28,26	53,13	88,00%	
	Norte (exceto RO e TO)			34,97	72,51	107,35%	
	Nordeste (exceto BA, MA e PI)			35,43	57,75	63,00%	Jun/2023 a Mai/2024
Sisal (fibra bruta beneficiada)	BA, PB e RN	SLG	kg	2,60	3,36	29,23%	Jul/2022 a Jun/2023
Soja	Brasil	-	60 kg	55,55	96,71	74,10%	Jan/2023 a Dez/2023
Sorgo	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste e Sul	Único	60 kg	23,51	41,66	77,24%	Jan/2023 a Dez/2023
	MT e RO			19,35	32,45	67,70%	
	Norte (exceto RO)			26,23	52,04	98,42%	
	Nordeste			26,57	43,31	62,99%	Jun/2023 a Mai/2024

(1) Arroz longo em casca- somente para operações rurais securitizadas nos termos da Resolução nº 2.238, de 1996.

ANEXO II

PREÇOS MÍNIMOS - SEMENTES DAS CULTURAS DE VERÃO E REGIONAIS - SAFRAS 2022/2023 E 2023

Produtos	Regiões e Estados Amparados	Preços Mínimos (R$/Kg)						Período de Vigência
		Grão/Caroço			Sementes (1)			
		2021/22	2022/23	%	2021/22	2022/23	Variação	
Algodão	Sudeste (exceto MG) e Sul	0,3235	0,4717	45,82%	1,4104	2,0566	45,82%	Mar/2023 a Fev/2024
	Centro-Oeste, BA-Sul e MG							Mai/2023 a Abr/2024
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte							Jul/2023 a Jun/2024
Arroz longo fino	Brasil	0,9206	1,3305	44,53%	1,7139	2,4771	44,53%	Fev/2023 a Jan/2024
Feijão	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-Sul	1,9458	3,4820	78,95%	3,1277	5,5970	78,95%	Nov/2022 a Out/2023
	Nordeste (exceto BA-Sul) e Norte							Jan/2023 a Dez/2023
Juta/Malva	Norte	-	-	-	10,3099	11,2471	9,09%	Jan/2023 a Dez/2023
Milho	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste e Sul	0,5223	0,9199	76,13%	1,7246	3,0375	76,13%	Jan/2023 a Dez/2023
	MT e RO	0,4300	0,7210	67,67%	1,4192	2,3796	67,67%	
	BA, MA, PI e TO	0,4710	0,8855	88,00%	1,6708	3,1411	88,00%	
	Norte (exceto RO e TO)	0,5828	1,2084	107,35%	1,9245	3,9905	107,35%	
	Nordeste (exceto BA, MA e PI)	0,5905	0,9625	63,00%	1,9498	3,1782	63,00%	Jun/2023 a Mai/2024
Soja	Brasil	0,9258	1,6118	74,10%	2,1297	3,7078	74,10%	Jan/2023 a Dez/2023
Sorgo	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste e Sul	0,3918	0,6944	77,24%	2,2864	4,0524	77,24%	Jan/2023 a Dez/2023
	MT e RO	0,3225	0,5408	67,70%	1,8794	3,1518	67,70%	
	Norte (exceto RO)	0,4372	0,8675	98,42%	2,9576	5,8685	98,42%	
	Nordeste	0,4429	0,7219	62,99%	2,9965	4,8840	62,99%	Jun/2023 a Mai/2024

(1) Genética, básica e certificada, S1 e S2, de acordo com o artigo 32 do Decreto 10.586, de 18 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 174, DE 5 DE JULHO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar a médica veterinária CAROLYNNE ARRUDA GONÇALVES, CRMV-GO nº 10599, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS nos municípios de Rio Verde, Aparecida do Rio Doce, Jataí, Maurilândia, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Processo SEI nº 21020.001002/2022-71.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ARNOLDO DAHER DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 14, de 1º de julho de 2022, publicada no DOU nº 124, Seção 1, de 4 de julho de 2022, onde se lê:

"Art. 1º Cadastrar sob o número BR-MG 0852 a empresa CEZAN EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 47.331.640/0005-71 e localizada à Rodovia MG-190, s/n, Km 188,5 Bloco B, CEP: 38.190-000, Sacramento/MG para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar Tratamento Térmico por Calor na modalidade Ar Quente Forçado.

Art. 2º O cadastramento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, em conformidade ao que a respeito estabelece o Artigo 49, Parágrafo 2º, da Portaria nº 385/2021.",

leia-se:

"Art. 1º Cadastrar sob o número BR-MG 0852 a empresa CEZAN EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 47.331.640/0005-71 e localizada à Rodovia MG-190, s/n, Km 188,5 Bloco B, CEP: 38.190-000, Sacramento/MG para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar Tratamento Térmico por Calor na modalidade Secagem em Estufa.

Art. 2º O cadastramento de que trata esta Portaria terá prazo de validade indeterminado, em conformidade ao que a respeito estabelece o Artigo 49, Parágrafo 1º, da Portaria nº 385/2021."

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

PORTARIA Nº 39, DE 14 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, da Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria nº 385, de 25 de agosto de 2021; art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989; o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002; e o que consta no Processo SEI nº 21030.005965/2022-25, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa NOPRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA EPP, com marca BR PA 164, CNPJ 05.972.711/0001-41, Inscrição Estadual 15.210007, localizada na Travessa Mariz de Barros, nº 1678, Belém/PA, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários, no Trânsito Internacional de Vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos:

-Fumigação em Contêineres (Fosfina);
-Fumigação em Porões de Navio (Fosfina);
-Fumigação sob Câmara de Lona (Fosfina/MB);
-Fumigação em Câmara a Vácuo (MB);
-Fumigação em Contêineres (MB);
-Tratamento Térmico (HT);
-Secagem em Estufa (KD).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá o prazo de validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal - SIFISV/DDA/SFA-PA.

JESUS DE NAZARENO MAGALHAES DE SENA

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.102, DE 01 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 401, de 28 de setembro de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano de Ação das medidas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira da espécie Calophysus macropterus.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32 do Anexo ao Decreto nº 10.827 de 30 de setembro de 2021, Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Portaria nº 271, de 1º de julho de 2021, alterada pela Portaria nº 1.082, de 22 de junho de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Portaria nº 421, de 30 de março de 2022, alterada pela Portaria nº 451, de 30 de junho de 2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.047489/2021-96, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 401, de 28 de setembro de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, passa a vigorar conforme o anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS
Secretaria de Aquicultura e Pesca - Substituta

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

GT MAPA PIRACATINGA

PLANO DE AÇÃO

Plano de Ação das medidas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira da espécie **Calophysus macropterus**.

Eixo Temático	Recomendação	Ação	Objetivo	Ponto Focal	Responsável	Data de Conclusão	Resultado Esperado	Produtos e/ou Evidências
Diagnóstico sobre a pesca e comercialização da piracatinga	Coleta de dados sobre a pesca e comercialização	Elaborar e aplicar os questionários aos atores da cadeia produtiva	Estabelecer os critérios e informações importantes para o processo de ordenamento pesqueiro	DAP/SFA-AM[4], SEPA/SEPROR[5]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], FESINPEAM[11], SEPA/SEPRO[5], INPA[15], ICMBio[14]	junho de 2023	Geração de dados informativos e comunicação das ideias produzidas em todo o processo da pesquisa	Questionários e Entrevistas
	Sistematização dos dados sobre a pesca e comercialização	Criar Banco de dados	Entender a dinâmica da cadeira produtiva da piracatinga	DAP/SFA-AM[4]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], FESINPEAM[11], SEPA/SEPROR[5]	junho de 2023	Organização e armazenagem de informações sobre a atividade pesqueira da piracatinga	Banco de Dados com formulações estatísticas e gráficos
		Sistematizar, alimentar, avaliar, analisar e publicar dados, além de definir a política de uso dos dados		DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], FESINPEAM[11]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], FESINPEAM[11], SEPA/SEPROR[5]	junho de 2023	Comunicar as informações produzidas em todo o processo, suas análises e interpretações, como o tema foi problematizado e o diagnóstico da cadeia produtiva da piracatinga	Documento com o diagnóstico da pesca da piracatinga no estado do Amazonas
Campanha de combate à pesca ilegal, dando ênfase a pesca da piracatinga	Elaboração da proposta da Campanha	Planejar as atividades para a campanha do Dia "D"	Estabelecer metas e ações inerentes a campanha, com foco na Institucionalização, mobilização das entidades representativas, indústrias pesqueiras e nas iniciativas promocionais em prol do combate à pesca ilegal	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], SEMA[8], SAP/MAPA[1], SEPA/SEPROR[5], IPAAM[9]	junho de 2023	- 17 de julho: lançamento da Campanha do dia D de Combate a Pesca Ilegal - Sensibilização, adesão e mobilização social a favor da pesca legal no Estado do Amazonas - Valorização e respeito a milhares de pescadores profissionais artesanais do Estado do Amazonas que praticam a pesca de forma legal	Relatório de Planejamento da ação integrada voltada à sensibilização para a pesca sustentável da piracatinga
		Implementar as ações planejadas para a Campanha de Combate à Pesca Ilegal	Estabelecer metodologias que possibilitem a implementação da campanha nos municípios do Estado do Amazonas	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], SEMA[8], SAP/MAPA[1], SEPA/SEPROR[5], IPAAM[9]	junho de 2023		- Relatório sobre o alcance e os efeitos da campanha - Materiais gráficos e áudio visual - Termo de Compromisso por parte das indústrias de pescado no Amazonas - Registros das mobilizações das entidades representativa dos pescadores e social
	Estabelecer o dia "D" de combate à pesca ilegal	Ato administrativo	Publicizar o ato	DAP/SFA-AM[4], SEMA[8]	DAP/SFA-AM[4], IFAM[17], SEMA[8], SAP/MAPA[1]	junho de 2023	Publicar o ato administrativo	Publicação do Ato Administrativo 17/07
Plano Estratégico de monitoramento e controle da pesca da piracatinga	Plano de Ação para a Pesca Sustentável da Piracatinga	Elaboração do Projeto de Pesca Monitorada	Estruturar o estabelecimento e implementação, de forma experimental, de medidas para assegurar a sustentabilidade da pesca de piracatinga no que se refere às técnicas de pesca dessa atividade	UFAM[16] SAP/MAPA[1]	SAP/MAPA[1],DAP/SFA-AM[4], IBAMA[13], IPAAM[9], SEPA/SEPROR[5], IDAM[6], IDSM[2], INPA[15], IFAM[17],UFAM[16]	junho de 2023	Definir as necessidades de ordenamento pesqueiro e efetuar as recomendações para o desenvolvimento sustentável da atividade de pesca da piracatinga	Documento com a proposta elaborada para nortear a implementação
		Implementar o Projeto de Pesca Monitorada	Organizar reuniões com as organizações interessadas para apoio por meio de recursos financeiros ou parcerias para sua execução	SAP/MAPA[1]	SAP/MAPA[1],DAP/SFA-AM[4], IBAMA[13], IPAAM[9], SEPA/SEPROR[5], IDAM[6], IDSM[2], INPA[15], IFAM[17], UFAM[16]	junho de 2023		Reuniões com os interessados
	Plano de fiscalização ambiental e sanitária para a pesca e comercialização da piracatinga	Recomendação de ações de fiscalização na cadeia de custódia da piracatinga	Informar os órgãos competentes ações referentes a piracatinga	IBAMA[13]	DAP/SFA-AM[4], IBAMA[13], IPAAM[9], SEPA/SEPROR[5], ADAF[7], Batalhão Policia Ambiental[10]	junho de 2023	Definição e orientação de mecanismos de monitoramento e controle nos entrepostos e sistemas de controle sanitário e fiscais	Relatório contendo as ações realizadas
		Articulação com instituições da Colômbia e do Peru	Realizar um intercâmbio de experiências sobre a atividade pesqueira da piracatinga na região de tríplice fronteira	WCS[3] e IBAMA[13]	DAP/SFA-AM[4], IBAMA[13], IPAAM[9], SEPA/SEPROR[5], WCS[3], Sbio/MMA[12]	junho de 2023		Relatório e a indicação de um protocolo padronizado e compartilhado da atividade pesqueira da piracatinga na tríplice fronteira
	Sistemas de monitoramento da indústria de pesca	Elaborar o plano para monitoramento dos frigoríficos	Identificar o controle de comercialização da piracatinga	DAP/SFA-AM[4], IPAAM[9]	DAP/SFA-AM[4], IPAAM[9], IBAMA[13], ADAF[7]	junho de 2023	Definição de sistemas de monitoramento do pescado recebido e processado pelas indústrias de pescado, para identificar as espécies e sua procedência	Proposta de plano para monitoramento dos frigoríficos
Pesquisa e monitoramento das populações de botos e jacarés	Avaliar a tendência populacional das espécies usadas ilegalmente como isca	Consolidar informações existentes sobre botos e jacarés e os impactos da atividade pesqueira	Conhecer e reunir as informações disponíveis dos impactos da pesca da piracatinga sobre as populações de botos e jacarés	INPA[15]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Informações existentes reunidas e conhecidas no prazo proposto	- Relatório completo disponibilizado aos membros do GT e um manuscrito elaborado com a autoria de todos os envolvidos no processo - 1 workshop para botos e 1 workshop para jacarés realizados, para alinhar ações

								como a metodologia de monitoramento, prospecção de dados e outros
		Identificação de áreas relevantes para o monitoramento de botos, incluindo áreas com e sem conflito pelo uso dessas espécies como isca.	Estabelecer áreas relevantes para o monitoramento de longo prazo, onde se possa testar as técnicas e propostas necessárias para propor medidas de conservação para as espécies usadas ilegalmente como isca	INPA[15], IDSM[2]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Áreas escolhidas e expedições planejadas	Elaboração de mapas e justificativas da escolha das áreas, planejamento das expedições de monitoramento
		Identificação de áreas relevantes para o monitoramento de jacarés, incluindo áreas com e sem conflito pelo uso dessas espécies como isca	Estabelecer áreas relevantes para o monitoramento de longo prazo, onde se possa testar as técnicas e propostas necessárias para propor medidas de conservação para as espécies usadas ilegalmente como isca	INPA[15], IDSM[2]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Áreas escolhidas e expedições planejadas	Elaboração de mapas e justificativas da escolha das áreas, planejamento das expedições de monitoramento
		Padronizar métodos e análises de monitoramento das populações de botos	Utilizar de metodologias padronizadas por todos os grupos fazendo monitoramento em diferentes áreas, para viabilizar a comparação dos dados obtidos	INPA[15], Sbio/MMA[12]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Metodologias estabelecidas	Uma oficina de trabalho para escolha dos métodos de monitoramento
		Padronizar métodos e análises de monitoramento das populações de jacarés	Utilizar de metodologias padronizadas por todos os grupos fazendo monitoramento em diferentes áreas, para viabilizar a comparação dos dados obtidos	IDSM[2], Sbio/MMA[12]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Metodologias estabelecidas	Uma oficina de trabalho para escolha dos métodos de monitoramento
		Buscar apoio financeiro para a realização de pelo menos uma expedição de monitoramento de botos e jacarés no período de vigência do Plano de Ação	Obter dados de densidade e abundancia das espécies após os dois períodos de moratória	IDSM[2], Sbio/MMA[12]/ICMBio[14]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Dados obtidos e planilhados, prontos para analises	- Expedições realizadas - Dados analisados e produção de relatórios
		Elaborar proposta com viabilidade técnico-financeira para o monitoramento de longo prazo de dados de abundância e densidade populacionais de botos e jacarés	Garantir recursos financeiros para a realização de ao menos 1 expedição por ano para a coleta de dados de botos e jacarés nos próximos 10 anos	INPA[15], IDSM[2], Sbio/MMA[12]/ICMBio[14]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Apoio financeiro obtido e assegurado	Proposta elaborada e encaminhada para potenciais parceiros
		Avaliar as informações técnico-científicas existentes sobre as tendências populacionais de botos, incluindo dados já disponíveis e os gerados em novas expedições	Identificar tendências populacionais das áreas monitoradas e comparar com as previamente existentes	INPA[15], IDSM[2], Sbio/MMA[12]/ICMBio[14]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Verificar possível tendência populacional da espécie	Relatório sobre as análises realizadas disponibilizado aos órgãos de gestão
		Avaliar as informações técnico-científicas existentes sobre as tendências populacionais de jacarés, incluindo dados já disponíveis e os gerados em novas expedições	Identificar tendências populacionais das áreas monitoradas e comparar com as previamente existentes	INPA[15], IDSM[2], Sbio/MMA[12]/ICMBio[14]	INPA[15], IDSM[2], UFAM[16], IFAM[17], Sbio/MMA[12]	junho de 2023	Verificar possível tendência populacional da espécie	Relatório sobre as análises realizadas disponibilizado aos órgãos de gestão

Legenda:
1 - SAP/MAPA: Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
2 - IDSM: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
3 - WCS: Associação Conservação da Vida Silvestre
4 - DAP/SFA-AM: Divisão de Desenvolvimento, Registro e Monitoramento da Aquicultura e Pesca da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas
5 - SEPA/SEPROR: Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura do Estado Amazonas
6 - IDAM: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
7 - ADAF: Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
8 - SEMA: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas
9 - IPAAM: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
10 - Batalhão Polícia Ambiental: Comando do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Amazonas
11 - FESINPEAM: Federação dos Sindicatos de Pescadores do Estado do Amazonas
12 - SBio/MMA: Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente
13 - IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
14 - ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
15 - INPA: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
16 - UFAM: Universidade Federal do Amazonas
17 - IFAM: Instituto Federal do Amazonas

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.103, DE 05 DE JULHO DE 2022

Conversão de modalidade de permissionamento da embarcação de pesca NAUTA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº RN-0011824-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 181-005440-1.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 e considerando o disposto na Portaria nº 248, de 16 de outubro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ainda considerando o constante no processo nº 21000.076069/2019-01, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca NAUTA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº RN-0011824-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 181-005440-1, na modalidade de permissionamento que não está estabelecida na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, cujo código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira é o nº 1.00.000.

Art. 2º Concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação de pesca NAUTA, de propriedade de Flavio Luiz Gomes da Silva, a qual encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira nº RN-0011824-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 181-005440-1, para operar na modalidade de permissionamento de vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), para captura das espécies-alvo: Albacora-laje (Thunnus albacares), Albacora-bandolim (Thunnus obesus) e Bonito-listrado (Katsuwonus pelamis), com área de operação no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas Águas Internacionais Adjacentes do Norte/Nordeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.10.001, que corresponde ao item 1.17, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

Secretário de Aquicultura e Pesca

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 610, DE 5 DE JULHO DE 2022

Atualizar os requisitos fitossanitários para frutos frescos de mirtilo (*vaccinium corymbosum*) produzidos na Espanha.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, considerando o resultado da análise de risco de pragas e o que consta nos autos do processo nº 21000.009701/2018-11, resolve:

Art. 1º Ficam atualizados os requisitos fitossanitários para importação de frutos frescos (Categoria 3) de mirtilo (*Vaccinium corymbosum*) produzidos na Espanha.

Art. 2º Os frutos frescos de mirtilo devem estar livres de material de solo e de resíduos vegetais.

Art. 3º O envio deve estar acompanhado de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Espanha com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio foi inspecionado e se encontra livre de *Adoxophyes orana*, *Spodoptera littoralis* e *Tropinota squalida.*";

II - "O envio foi fumigado com brometo de metila na dose de 32 g/m^3 durante 3,5 horas a 15,6°C ou mais de temperatura para o controle de *Lobesia botrana*, sob supervisão oficial." e "O envio foi inspecionado e se encontra livre de *Lobesia botrana*.", ou, "O envio se encontra livre de *Lobesia botrana*, pela aplicação de medidas integradas em um enfoque de sistemas para o manejo do risco, acordado com o país importador."; e

III - "O lugar de produção de frutos de mirtilo foi inspecionado durante o período de produção e encontrado livre de *Monilinia fructigena*.".

Art. 4º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 5º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a ONPF da Espanha será notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações de frutos frescos de mirtilo até a revisão da Análise de Risco de Pragas correspondente.

Art. 6º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 7º Ficam revogadas a Instrução Normativa SDA nº 9, de 19 de março de 2018, publicada no D.O.U. nº 56, Seção 1, Página 8, de 22 de março de 2018, e a Instrução Normativa SDA nº 9, de 6 de abril de 2020, publicada no D.O.U. nº 67, Seção 1, Página 5, de 7 de abril de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

Nos anexos das Portarias SPA/MAPA de números Nº 171-189, de 23 de maio de 2022, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2022, seção 1, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do milho 1ª safra no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente, ano-safra 2022/2023, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, substituir a lista de cultivares pela lista indicada abaixo:

PORTARIA Nº 171 - DISTRITO FEDERAL

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, P1630H, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P1630, P2501, P2719VYH, P3016VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, P4285R, B2856VYHR, B2360PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, P3223VYH, P3440PWU, P3557R, 2A401PW e 2B688PWl;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CrSw01, CrSw02 e CR130;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ 2004, GNZ 2005, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : SHS7939, BM270, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, SHS7939PRO3, BM270PRO2, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

INOVA GENÉTICA LTDA : VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SHULL2202PRO2 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2, L444 PRO2, LAND786 e L450 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 2B710PW, 30A91PW, 30A95PW, 2A620PW, MG300PW, MG699PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, 2B587RR, 2B512PW, 30A37PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG580PW, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040, AG 9040YG, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG9000PRO3, AS1666PRO3, 3020RR2, LG 6036RR2, AG8690PRO3, DKB 390, NS 50PRO3, DKB230PRO3, DKB285PRO2, AG 8061, 3400RR2, AG8780PRO, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG8780PRO3, AS1633PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, DKB 177, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 7088, AG 5055PRO, AG 1051, AG8070PRO3, RB 9006, AG 8011PRO, AG7088PRO3, DKB177PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, DKB 390RR2, AG7098PRO2, DKB390PRO3, AG9030PRO3, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, 2300RR2, 4600RR2, AS1735PRO3, AS1677PRO3, DKB310PRO3, BM950PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO2, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB330PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG36790PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AS1757PRO3, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE, 9505PRO3, K 8774PRO3, BM 650 PRO2, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, RB 9210RR2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS92PRO, RB 9210 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMENTES SHULL LTDA : SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX1060 TP4, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP2, SX3186TPV e SX3193TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS201E VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SX8332, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS2112E VIP3, SS2211S VIP3, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN5T78, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SX7331 VIP2, SS193E VIP3, Syn522 VIP3, Syn555 VIP3, SS223E VIP3, SS2110E VIP2, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS214E VIP3, SW8004 VIP3 e SS183E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD Brilhante, AD305, AD103, AD163, AD105g e AD109g;

AVANTI SEEDS : AV 3132;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: CD 384PW e CD3770PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 709PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, ExtendaxRR2, BM 207, BM 709, BM 810, BM 820, BM 3066, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, Rumimax200PRO2, SHS5560PRO2, BM 502, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3 e BM3066PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127 e IPR 114;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150 e PR 27D28;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412 e CERES 405;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, NS82, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

IDR - PARANÁ: IPR 119;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 172 - GOIÁS

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016, CG 1024, CG 1006, CG 1041, CG 1045, CG 1056, CG 1084 e CG 1086;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1630H, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P1630, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU, P3557R, 2A401PW e 2B688PW;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 709PRO2, BM815, BM815PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 709, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8333, IAC 8390, IAC Airan, IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8098;

INOVA GENÉTICA LTDA : VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, CRV2654PRO2, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L229, L448 PRO2, L454 PRO2, L444 PRO2, LAND786 e L450 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 2B710PW, 30A91PW, 30A95PW, 2A620PW, MG300PW, MG699PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, 2B587RR, 2B512PW, 30A37PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG580PW, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28, BioZ 2365, M 274 e SOBERANO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: NS 90PRO2, AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040, AG 9040YG, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, BM 840PROX, RB 9005PROX, BM 840RR2, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG9000PRO3, AS1666PRO3, 2300RR2, 3020RR2, LG 6036RR2, AG8690PRO3, DKB 390, NS 50PRO3, AG8061PRO3, AG 8061, 3400RR2, AG8780PRO, AG 8011PRO, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG8780PRO3, AS1633PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, DKB230PRO3, DKB285PRO2, AG 7088, AS1677PRO3, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG8070PRO3, RB 9006, AG7098PRO2, AG7088PRO3, DKB177PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, DKB 177, DKB 390RR2, DKB390PRO3, LG 6030PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, AS1735PRO3, BM 780PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO, DKB290, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108PROX, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, GNZ 9707, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG36790PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, ADV9275PRO4, AS1757PRO3, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE,

AG7098TRE, AS1822PRO3, DKB235PRO3, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS7910PRO3, SHS 7910PRO2, RB 9210RR2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM780RR2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9210 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 405, CERES 310, CERES 310VIP3, CERES 412VIP3, CERES 412, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3 e CERES 530VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu445, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 90XB06 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 7253 Bt e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA : SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS2112E VIP3, SS2211S VIP3, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN5T78, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, Syn522 VIP3, SS223E VIP3, SS2110E VIP2, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3 e SS214E VIP3.

GRUPO II

AGROPLANTA SEMENTES: AGR 40, AGR 20, AGR 10, AGR 30, AGR 50, AGR 90 e AGR VEREDA;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD Brilhante, AD305, AD103, AD189, AD105g e AD109g;

AVANTI SEEDS : SW 5198, AV 4142 e AV 3132;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: CD 384PW, CD3770PW e Dow WxA504;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, Emgopa 501, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004 e GNZ7210;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42, 16GSS40, GTK21, GTK11, GTK49 e GTK60;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, BM 207, BM 620, BM 810, BM 3063, BM 820, BM 3066, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS5560PRO2, SHS7990PRO3 e BM3066PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, ANHEMBI e SAB 40V62;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 410VIP3 e CERES 310TG;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242, PZ 677, PZ 316, PZ 232, PZ 216 e PZ 226;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 60XB14 Bt, XB 6012 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8018, XB 7116 Bt, XB 7116 e XB 8018 Bt;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022 e S8044;

SYNGENTA SEEDS: BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD163;

AVANTI SEEDS : SW 5156, SW 5130 e SW 5560;

IDR - PARANÁ: IPR 119;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, AL Paraguaçu e CATIVERDE 02;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2 e NS82.

PORTARIA Nº 173 - MATO GROSSO

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016, CG 1024, CG 1006, CG 1041, CG 1045, CG 1056, CG 1084 e CG 1086;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1630H, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P1630, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, Dow WxA504, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ 2005, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 620, BM 709, BM 810, BM 3063, BM 820, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8390 e IAC 8046;

INOVA GENÉTICA LTDA : VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SG 6302, KX2005PRO2, SHULL2202PRO2, SM 966, TOG01TG e KX2006PRO2;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2, L444 PRO2, LAND786, L450 PRO2 e L5030 VIP3;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, 2B633PW, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: BioZ 2365, PR 27D28, M 274 e SOBERANO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: NS 90PRO2, AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040, AG 9040YG, RB 9108PRO, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, BM 840PROX, RB 9005PROX, BM 840RR2, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG8780PRO, AG9000PRO3, AS1666PRO3, AG8070PRO3, 2300RR2, LG 6036RR2, AG8690PRO3, DKB 390, NS 50PRO3, DKB230PRO3, DKB285PRO2, AG 8011PRO, AG8061PRO3, AG 8061, AS 1581PRO, AG8780PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, AS1633PRO3, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, AG 7088, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG9025PRO3, AS1677PRO3, RB 9006, 3400RR2, DKB177PRO3, DKB 177, AG7088PRO3, AS1555PRO3, DKB 390RR2, DKB 390PRO2, DKB390PRO3, LG 6030PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, AG7098PRO2, AS1735PRO3, BM 780PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, DKB290, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108PROX, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, GNZ 9707, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG36790PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO3, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB177TRE, DKB290TRE, AG7098TRE, AS1822PRO3, DKB235PRO3, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS7910PRO3, SHS 7910PRO2, RB 9308, RB 9210RR2, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM780RR2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9210 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 310VIP3 e CERES 412VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu445, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 7253 Bt e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA : SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Somma, Impacto, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7205 TG, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, NS45 VIP3, SS171E VIP3, SX8555 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS214E VIP3, SS221E TG, SS211S VIP3, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SX7331 VIP2, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, Syn555 VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS202S VIP2, SS2122E, SS183E VIP3, SS223E VIP3 e SS228E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD Brilhante, AD305, AD103, AD163, AD189, AD105g e AD109g;

AVANTI SEEDS : AV 4142 e AV 3132;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA.: AP 8203;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42, 16GSS40, GTK21, GTK11, GTK49 e GTK60;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : SHS7990, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560 e SHS5560PRO2;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3, CERES 410VIP3 e CERES 530VIP3;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242 e PZ 677;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 60XB14 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8018, XB 7116 Bt e XB 7116;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022 e S8044;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, NS82, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5156, SW 5130, SW 5560 e SW 5198;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Paraguaçu e AL Bandeirante;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 174 - MATO GROSSO DO SUL

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016, CG 1024, CG 1006, CG 1041, CG 1045, CG 1056, CG 1084 e CG 1086;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30B30H, 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7060, BG7060H, BG7060HR, BG7060YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1630H, P1680YH, P2530, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3271H, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P1630, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU, P3557R, 2A401PW e 2B688PW;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM815, BM815PRO2, SHS7939, BM270, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, SHS7939PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8390 e IAC 8046;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 400, CRV2654PRO2, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9310VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2, L444 PRO2, LAND786 e L450 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 2B710PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: BioZ 2365 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: SHS 7915PRO, NS 90PRO2, AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040YG, RB 9108PRO, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, BM 840PROX, RB 9005PROX, BM 840RR2, AG8061PRO3, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG9000PRO3, AS1666PRO3, LG 6036RR2, AG8690PRO3, DKB 390, NS 50PRO3, DKB285PRO2, AG 8061, 3400RR2, AG8780PRO, AS 1581PRO, AG8780PRO3, AS1633PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, 2300RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, AG8780, DKB290, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, DKB230PRO3, AG 7088, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG9025PRO3, AG8070PRO3, RB 9006, AG 8011PRO, AG7088PRO3, DKB177PRO3, AS1555PRO3, DKB 177, DKB 390RR2, AG7098PRO2, DKB 390PRO2, DKB390PRO3, LG 6030PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, ADV 9275PROX, AS1735PRO3, AS1677PRO3, BM 780PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108PROX, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, GNZ 9707, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB345PRO3, AS1730PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1844PRO3 , AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG36790PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO3, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB177TRE, DKB290TRE, AG7098TRE, AS1822PRO3, DKB235PRO3, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS7910PRO3, SHS 7910PRO2, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM780RR2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9210 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 310VIP3 e CERES 412VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu445, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 90XB06, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030, XB 8010, XB 7253 Bt, XB 7253 e 90XB06 Bt;

SEMENTES SHULL LTDA : SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV, SX3107TPV

SYNGENTA SEEDS: Somma, Impacto, Formula, Fórmula TL, SG 6015, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7205 TG, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, SW8004 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SZ7634 VIP3, SW5004 VIP3, SW5034 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS204E VIP3, SS202S VIP2, SS2112E VIP3, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, Syn522 VIP3, SS223E VIP3, SS228E VIP3, SS2210E VIP3, SS2211S VIP3, SS2110E VIP2, SS2119E TG, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS211S VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS2113E VIP3, SS201E VIP3, SS207E VIP3, SS224E VIP3, SS222E, SS203E VIP2, SS221E TG.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD Brilhante, AD305, AD103, AD189, AD105g e AD109g;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: CD 384PW, CD3770PW e Dow WxA504;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004 e GNZ 2005;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 620, BM 709, BM 810, BM 3063, BM 820, BM 3066, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS5560PRO2, BM 502, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, BM709PRO3 e BM3066PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28 e SOBERANO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3, CERES 410VIP3 e CERES 530VIP3;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 240, PZ 242 e PZ 677;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012 Bt, 60XB14 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8018 Bt, XB 8018 e XB 7116;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022 e S8044;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2 e NS82;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD163;

AVANTI SEEDS: SW 5156, SW 5130, SW 5560 e SW 5198;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: SG 150, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, Balu 184, Balu 178 e SG 6418.

PORTARIA Nº 175 - BAHIA

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 102;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

EMPARN: BR 5037 (Cruzeta) e POTIGUAR;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210PRO2, GNZ7210, GNZ 2004, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 820, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM3066PRO3, BM930PRO2, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2 e SM 966.

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3 e LG36500VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040YG, RB 9308PRO, BM 840PRO, SHS 7920PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, GNZ 9688PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG8780PRO, AG9000PRO3, AG8070PRO3, AS1666PRO3, 3020RR2, LG 6036RR2, NS 50PRO3, DKB285PRO2, AG 8061, 3400RR2, DKB390PRO3, AS 1581PRO, AG8690PRO3, DKB 390, AG8780PRO3, AS1633PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, DKB 177, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB315PRO, DKB230PRO3, AG 5055PRO, AG 7088, AG 8011PRO, AG 1051, DKB177PRO3, AG7088PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, DKB 390RR2, DKB 390PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, AG7098PRO2, 4600RR2, 2300RR2, AS1735PRO3, NS 50PRO, AS1677PRO3, DKB310PRO3, RB 9004PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV 9275PRO3, ADV9345PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006RR2, RB 9006PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB290, DKB345PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, LG 3055, DKB360PRO3, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG36790PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1730PRO4, AS1757PRO3, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AS1666PRO4, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE, AG7098TRE, AS1822PRO3, DKB235PRO3, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, BM 650 PRO2, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2, RB 9004PRO2, RB 9210PRO e SHS7910PRO3;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 310VIP3 e CERES 412VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, Balu 788L, Balu434, Balu787, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030, XB 8010 e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S11, PRE22S18, SX1076 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX3186TPV, SX3193TPV e SX3104TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, GSS 3969, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS2121E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SS211S VIP3, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS214E VIP3 e SS207E VIP3.

GRUPO II

AGROPLANTA SEMENTES: AGR 40, AGR 20, AGR 10, AGR 30, AGR 50, AGR 90 e AGR VEREDA;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105 e AD305;

AVANTI SEEDS: AV 3132;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus e ÓRION;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 709PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, BM 709, BM 810, BM 3066, SHS7990PRO3 e BM709PRO3;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405 e CERES 410VIP3;

PV SEMENTES: PV 3 MAJESTOSO;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012, XB 4013 e XB 7116;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS82.

PORTARIA Nº 176 - MARANHÃO

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3, 2M01PRO3

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R.

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113 e CR130.

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

EMPARN: BR 5037 (Cruzeta) e POTIGUAR;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 3063PRO2, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, SHS 3031, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SHULL2202PRO2 e SM 966;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3 e LG36300PRO2;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, AS 1581PRO, DKB 390, DKB 390PRO2, AG 8088PRO2, AS 1598, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 7088, AG 5055PRO, AG 1051, DKB 390RR2, DKB 177, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, NS 90PRO2, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, 2300RR2, RB 9006PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, DKB290PRO, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, DKB230PRO3, NS93PRO3, DKB285PRO2, DKB290, DKB345PRO3, GNZ 9505PRO, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, GNZ 9626PRO2, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, RB 9210PRO2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO2, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM780PRO, RB 9210PRO, BM 915PRO, GNZ 9690PRO, LG 6033PRO2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, NS92PRO, NS 92PRO2 e RB 9005PRO3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, Balu787, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S11, PRE22S18, SX1076 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX3186TPV e SX3193TPV;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, Somma, Impacto, Formula, Balu 580, Fórmula TL, SG 6015, Balu 184, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, Syn488 VIP3, SG 6418, Syn455 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS2121E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SS221E TG, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN7205 Viptera, SX7331 VIP2, Syn422 VIP3, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS2122E, SS183E VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3, SS223E VIP3 e SS228E VIP3.

GRUPO II
AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105 e AD305;
AVANTI SEEDS: AV 3132;
BIONACIONAL SEMENTES: Taurus e ÓRION;
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001, IPANEMA e Copacabana;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107, BR 5028 (S. Francisco) e BRS 2107;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 e GNZ 2004;
GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;
HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 709PRO2, BM904, BM 709, BM 810 e BM709PRO3;
LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;
NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405 e CERES 410VIP3;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;
TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.
GRUPO III
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 02A;
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.
PORTARIA Nº 177 - PIAUÍ
GRUPO I
AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;
CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;
CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;
CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113 e CR130;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;
EMPARN: BR 5037 (Cruzeta) e POTIGUAR;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ 2004, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;
HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 3063PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3 e SHS5570;
KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115 e SHULL2202PRO2;
LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;
LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;
LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3 e LG36500VIP3;
LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350, PR 27D28 e M 274;
MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, AS 1581PRO, AG 8088PRO2, AS 1598, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 7088, AG 5055PRO, DKB 390RR2, DKB 177, DKB 390PRO2, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, DKB230PRO3, NS93PRO3, DKB285PRO2, DKB290, DKB345PRO3, GNZ 9505PRO, RGT 8008PRO3, AS1844PRO3 , AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , AS1850PRO3, LG3055RR2, AS1868PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, RB 9210PRO2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, DKB255PRO3 , 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM780PRO, BM 915PRO, GNZ 9690PRO, LG 6033PRO2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, NS92PRO, NS 92PRO2 e RB 9210PRO;
NOVACERES SEMENTES: CERES 410VIP3;
PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL e Balu787;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;
SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;
SEMENTES SHULL LTDA : SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;
SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;
SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S11, PRE22S18, SX1076 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX3186TPV e SX3193TPV;
SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, CD 308, Somma, Impacto, Formula, Balu 580, Fórmula TL, Balu 184, Somma TL, Cargo TL, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SW8044 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS181E VIP3, SS191S TG, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS2121E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SS221E TG, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN7205 Viptera, SX7331 VIP2, Syn422 VIP3, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS2122E, SS183E VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3, SS223E VIP3 e SS228E VIP3.
GRUPO II
AGROPLANTA SEMENTES: AGR 40, AGR 20, AGR 10, AGR 30, AGR 50, AGR 90 e AGR VEREDA;
AVANTI SEEDS: AV 3132;
BIONACIONAL SEMENTES: Taurus e ÓRION;
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001, Mucuripe e Copacabana;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005;
GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;
HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 709PRO2, BM 709, BM 810 e BM709PRO3;
LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;
SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;
SYNGENTA SEEDS: SG 6015 e SG 6418;
TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.
GRUPO III
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA;
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;
PORTARIA Nº 178 - ACRE
GRUPO I
AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;
CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYHR, 30F53VYH, 30R50VYH, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;
CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113 e CR130;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210 e GNZ7210PRO2;
HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3 e SHS5570;
KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9105 VIP3, K9510, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA e SHULL2202PRO2;
LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L356, LAND 468, L790, L454 PRO2, L444 PRO2 e L450 PRO2;
LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;
LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36500VIP3;
LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: MG699PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, 2B587RR, 2B512PW, 2B587PW, 2B633PW, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, FS521PWU e MG556PWU;
MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 9040YG, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, AG 8061PRO2, DKB 390RR2, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG 8088PRO2, AS 1598, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG7098PRO2, AG 5055PRO, AS1551PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, AG9000PRO3, NS 90PRO, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036PRO, LG 6036RR2, SHS7915PRO3, BM950PRO3, AS1596PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, LG 3055PRO, AS1730PRO3, NS93PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9005PRO2, RB 9005PRO3, DKB285PRO2, DKB345PRO3, GNZ 9505PRO, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, LG 3055, DKB360PRO3, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, AS1822PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, RB 9006PRO2, BM780PRO, BM 915PRO, GNZ 9690PRO, LG 6033PRO2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, NS92PRO e NS 92PRO2;
PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 787 RL e Balu787;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;
SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11 e PRE 22T10;

SYNGENTA SEEDS: CD 308, SG 6418, SX6663 VIP3, 3040VIP3, NS73 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SW8044 VIP3, SS204E VIP3, SS201E VIP3, NS70, NS77PRO2, Syn455 VIP3, SS2121E VIP3, SS214E VIP3, SX7331 TG, SX7331 VIP2, Syn422 VIP3, Syn488 VIP3, Syn555 VIP3, SYN7205 TLTG Viptera, SS221E TG, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SX8332 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SYN505 VIP3, SYN7205 TG, SYN8A98 TLTG Viptera, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS212E VIP2, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS222E, LG36799 VIP3, Formula VIP2, SS171E VIP3, SS191S TG, SS213E VIP3, SS202S VIP2, SS207E VIP3, SW8004 VIP3, SS183E VIP3, SS224E VIP3, GNZ7740 VIP3, Formula, SS2226E VIP3, SS223E VIP3, SS228E VIP3 e SS203E VIP2.

GRUPO II

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 4154, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM 709, BM 810 e BM709PRO3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 179 - AMAZONAS

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: HL1504;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9105 VIP3, K9510, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA e SHULL2202PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SYNGENTA SEEDS: GNZ7740 VIP3 e LG36799 VIP3.

GRUPO II

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 2107, BRS 4107 e BRS 4105;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI330.

GRUPO III

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Paraguaçu.

PORTARIA Nº 180 - PARÁ

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR120, CR804, CR808 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210PRO2, GNZ7210 e GNZ 2004;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 3063PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 810, BM 820, SHS 3031, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115 e SHULL2202PRO2;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2, L444 PRO2 e L450 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3 e LG36500VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, DKB 390, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG 8088PRO2, AS 1598, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 7088, AG 5055PRO, DKB 177, DKB 390RR2, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, SHS7915PRO3, BM950PRO3, DKB177PRO3, AS1596PRO3, DKB290, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, DKB230PRO3, NS93PRO3, DKB285PRO2, DKB345PRO3, GNZ 9505PRO, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM780PRO, BM 915PRO, GNZ 9690PRO, LG 6033PRO2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, NS92PRO e NS 92PRO2;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, Balu 788L, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 90XB06, 90XB06 Bt, XB 8030 e XB 8010;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10 e PRE 22S11;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, BALU 551, CD 308, Somma, Impacto, Formula, Fórmula TL, Balu 184, Somma TL, Cargo TL, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7205 TG, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SX7331 TG, NS73 VIP3, SW8044 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS203E VIP2, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS2121E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SS221E TG, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN7205 Viptera, SX7331 VIP2, Syn422 VIP3, SYN7205 TLTG Viptera, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS2122E, SS183E VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3, SS223E VIP3 e SS228E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD305 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 3132;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 4103, BRS 4154, BRS Sol da Manhã, BRS Caimbé, BRS 4104, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 709PRO2, SHS7990, BM 207, BM 709 e BM709PRO3;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405 e CERES 410VIP3;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 Bt, 60XB14, XB 6012, XB 8018, XB 6012 Bt e XB 7116 Bt;

SYNGENTA SEEDS: Balu 580 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Paraguaçu e AL Bandeirante;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 181 - RONDÔNIA

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR102, CR107, CR109, CR113 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 820, SHS 3031, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9105 VIP3, K9510, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA e SHULL2202PRO2;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L790, L454 PRO2, L444 PRO2 e L450 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, LG36500VIP3 e GNZ7788VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: NS 90PRO2, AS1551PRO2, AG 9040YG, RB 9108PRO, RB 9308PRO, BM 840PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, BM 840PROX, RB 9005PROX, BM 840RR2, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AS1666PRO3, 2300RR2, LG 6036RR2, NS 50PRO3, DKB230PRO3, AG8061PRO3, 3400RR2, AG8690PRO3, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG8780PRO3, AG 8061PRO2, 2200RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB290PRO3, AS1633PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, DKB285PRO2, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 8011PRO, AG8070PRO3, RB 9006, DKB 390RR2, AG7088PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, AG 7088,

DKB390PRO3, LG 6030PRO2, DKB177PRO3, AG9030PRO3, DKB 177, LG 6030RR2, AG7098PRO2, AG9000PRO3, AS1677PRO3, DKB290PRO, BM 780PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, LG 6304PRO, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108PROX, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006RR2, RB 9006PRO3, RB 9110PRO2, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93PRO3, DKB290, DKB345PRO3, RGT 8008PRO3, AS1844PRO3 , AS1850PRO3, AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM780RR2, BM 915PRO, RB 9210PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9110PRO3 e SHS7910PRO3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 787 RL e Balu787;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, SX1076 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX3197TR, SX1086TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV e SX3112TPV;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, BALU 551, CD 308, Somma, Impacto, Formula, Balu 580, Fórmula TL, SG 6015, Balu 184, Somma TL, Cargo TL, Balu 178, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7205 TG, Penta TLTG Viptera, SX7331, Formula Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SOMMA VIP3, 3040VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, SS191S TG, SW8044 VIP3, SG 6418, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SX7341 VIP3, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331 TG, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS201E VIP3, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS214E VIP3, Syn422 VIP3, SS221E TG, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SX7331 VIP2, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS212E VIP2, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS2122E, SS183E VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3, SS223E VIP3 e SS228E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109 e AD105;

AVANTI SEEDS: AV 3132;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 4103, BRS 4154, BRS Sol da Manhã, BRS Caimbé, BRS 4104, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ7210PRO2 e GNZ7210;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 709PRO2, BM 709, BM 810 e BM709PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 164 e IPR 114;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434RR2 e ADV 9434PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412 e CERES 405;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G, RVM 20 PRO3

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 02A;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 182 - TOCANTINS

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001, CG 1016 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R48VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2970VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, 32R22YHR, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, B2801VYHR, P3380R, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, CD 384PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 820, SHS 5050, SHS 5070, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM930PRO2, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

INOVA GENÉTICA LTDA: VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, CRV2654PRO2, K7500VIP3, K7510VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SHULL2202PRO2 e SM 966;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3 e LG36500VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 20A55PW, 20A78PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: BioZ 2365, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, DKB 390RR2, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG 8088PRO2, AS 1598, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 5055PRO, AG 7088, DKB 177, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, SHS7915PRO3, BM950PRO3, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, DKB345PRO3, DKB363PRO3, AG8700PRO3, AG8740PRO3, GNZ 9707PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, DKB230PRO3, NS93PRO3, DKB285PRO2, DKB290, GNZ 9505PRO, RGT 8008PRO3, AS1844PRO3 , AS1850PRO3, AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB177TRE, DKB290TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM780PRO, BM 915PRO, GNZ 9690PRO, LG 6033PRO2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, NS92PRO e NS 92PRO2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 310VIP3 e CERES 412VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 787 RL, Balu 788L, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 8030 Bt, 90XB06, XB 6012, 90XB06 Bt, XB 8030 e XB 8010;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S11, SX1076 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX3186TPV e SX3193TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS181E VIP3, SS201E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS2121E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SS225S VIP3, SS211S VIP3, SS226E VIP3, SS227E VIP3, SS229E VIP3, SYN7205 Viptera, SX7331 VIP2, NS45 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS2113E VIP3, SS2120E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS213E VIP3, SS2122E, SS183E VIP3, SS224E VIP3, SS2226E VIP3 e SS223E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD305 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 3132;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4154, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM904, SHS7990, BM 709, BM 810, SHS 4080 e SHS5560PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A, RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 405 e CERES 410VIP3;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116, 60XB14, XB 8018, XB 6012 Bt e XB 7116 Bt;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 183 - ESPÍRITO SANTO

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3271H, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU, P3557R, 2A401PW e 2B688PW;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109 e CR113;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 810, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570 e HL1504;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9105 VIP3, K9310VIP3, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SHULL2202PRO2 e TOG01TG;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 2B710PW, 30A37PW, 30A91PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, MG699PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, RB 9108PRO, RB 9308PRO, BM 840PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, RB 9004RR2, AG8061PRO3, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AS1666PRO3, LG 6036RR2, AG8690PRO3, NS 50PRO3, DKB230PRO3, AG 5055PRO, 3400RR2, AG8780PRO, AS 1581PRO, AG8070PRO3, DKB 390, DKB 390PRO2, AG8780PRO3, AG 8061PRO2, 2200RR2, AG 8088PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, AS1633PRO3, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB285PRO2, AG 7088, AG 8011PRO, AG 1051, AG9025PRO3, RB 9006, AG7088PRO3, DKB 390RR2, AS1555PRO3, DKB 177, DKB177PRO3, DKB390PRO3, LG 6030PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, AG7098PRO2, 2300RR2, 4600RR2, AS1677PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, DKB290, DKB330PRO3, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO2, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , LG 3055PRO3, AS1820PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB290TRE, DKB177TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM 650 PRO2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS7910PRO3, SHS 7910PRO2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S11, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1086 TP2;

SYNGENTA SEEDS: Somma, Impacto, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SW3949 TL, SYN7205 TG, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, Formula Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Syn422 VIP3, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS192E VIP3, SG 6418, 3040VIP3, Formula VIP2, SS194E VIP3, SS203E VIP2, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS215S VIP3, SW8004 VIP3, SX7331 TG, SS2211S VIP3, SS211S VIP3, SS193E VIP3, SS223E VIP3, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS201E VIP3, SS213E VIP3, SS204E VIP3, SS214E VIP3, SS207E VIP3 e SS183E VIP3.

GRUPO II

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: CD 384PW e CD3770PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, BM 709PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, BM 207, BM 709, BM 3063, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS5560PRO2, SHS7990PRO3 e BM709PRO3;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434PRO2 e ADV 9434RR2;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 240, PZ 242 e PZ 677;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 184 - MINAS GERAIS

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1086, CG 1001 e CG 1016;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU, P3557R, 2A401PW e 2B688PW;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM815, BM815PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8333, IAC 8390, IAC Airan e IAC 3330;

INOVA GENÉTICA LTDA: VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, ATL 400, CRV2654PRO2, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9310VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9822 VIP3, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RB9060, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3 e GNZ7710VIP2;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 2B710PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: BioZ 2365, M 274 e SOBERANO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: NS 90PRO2, AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040YG, NS 50PRO, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9004PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, RB 9005PROX, BM 840RR2, AG8061PRO3, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG8780PRO, AG9000PRO3, AS1666PRO3, LG 6036RR2, AG8690PRO3, DKB 390, NS 50PRO3, DKB230PRO3, AG 8061, 3400RR2, AS 1581PRO, AG8780PRO3, AG7088PRO3, AS1633PRO3, 2200RR2, AS 1598, AG 8061PRO2, 2300RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, DKB285PRO2, AG 7088, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG9025PRO3, AG8070PRO3, AS1677PRO3, RB 9006, AG 8011PRO, DKB177PRO3, AS1555PRO3, DKB 177, DKB 390RR2, AG7098PRO2, DKB 390PRO2, DKB390PRO3, LG 6030PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, BM 840PROX, AS1735PRO3, BM 780PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, RB 9108PRO, DKB290, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108PROX, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, GNZ 9707, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93, NS93PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, JMEN 2M91PRO3, LG36790PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 6036TRE, RB 9006TRE, LG 36625PRO3, AS1757PRO3, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE, AG7098TRE, AS1822PRO3, DKB235PRO3, GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AGN 2M40PRO4, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, LG6036PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, SHS7910PRO3, RB 9210RR2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM780RR2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9210 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 310VIP3, CERES 412VIP3, CERES 412 e CERES 530VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu445, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030, XB 8010, XB 7253 Bt e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS192E VIP3, SS201E VIP3, SS194E VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS2112E VIP3, SS214E VIP3, SS2211S VIP3, SS211S VIP3, SYN5T78, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SS193E VIP3, SYN505 VIP3, Syn522 VIP3, SS223E VIP3, SS2110E VIP2, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3 e SS183E VIP3.

GRUPO II

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105 e AD305;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus e ÓRION;

CARAIBA GENETICA: CG 1084 e CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: CD 384PW, CD3770PW e Dow WxA504;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ7210PRO2 e GNZ7210;

GENOTIKA SEMENTES: 16GSS42 e 16GSS40;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, BM 207, BM 620, BM 709, BM 810, BM 3063, BM 820, BM 3066, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS5560PRO2, SHS7990PRO3, BM709PRO3 e BM3066PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04 e RG 10;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, ANHEMBI, PR 27D28 e SAB 40V62;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434PRO2, ADV 9434RR2 e AS1757PRO4;

NOVACERES SEMENTES: CERES 405, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3 e CERES 410VIP3;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242, PZ 677, PZ 316, PZ 232, PZ 216 e PZ 226;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 60XB14 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8018 Bt, XB 8018 e XB 7116;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;

SYNGENTA SEEDS: BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS: SW 5156, SW 5130, SW 5560 e SW 5198;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, AL Paraguaçu e CATIVERDE 02;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2 e NS82.

PORTARIA Nº 185 - RIO DE JANEIRO

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, BG7318YH, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B688PW, 2B810PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210, GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 810, SHS 5050, SHS 5070, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM3063PRO3, SHS5570 e HL1504;

KWS SEMENTES LTDA: CRV2654PRO2, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9105 VIP3, K9310VIP3, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SHULL2202PRO2 e TOG01TG;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3 e MG556PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: SHS 7915PRO, AS1551PRO2, AG 9040YG, RB 9108PRO, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB 9004PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, RB 9004RR2, AG8061PRO3, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, LG 6030PRO2, AS1666PRO3, LG 6036RR2, AG8690PRO3, NS 50PRO3, DKB230PRO3, AG 8011PRO, 3400RR2, AG8780PRO, AS 1581PRO, DKB 390, DKB 390PRO2, AG8780PRO3, AG 8061PRO2, 2200RR2, AG 8088PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, AS1633PRO3, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB285PRO2, AG 5055PRO, AG 1051, AG9025PRO3, AG8070PRO3, RB 9006, DKB 390RR2, AG7088PRO3, DKB 177, AS1555PRO3, AG 7088, DKB390PRO3, DKB177PRO3, AG9030PRO3, LG 6030RR2, AG7098PRO2, 2300RR2, 4600RR2, AS1677PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, AS1596PRO3, RB 9005RR2, DKB290, DKB330PRO3, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO2, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7920PRO2, DKB363PRO3, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93PRO3, DKB345PRO3, RGT 8008PRO3, AS1844PRO3 , AS1850PRO3, AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, LG36610PRO3, AS1780PRO3 , LG3055RR2, AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB255PRO4, LG 36625PRO3, LG 6036TRE, RB 9006TRE, DKB290TRE, DKB177TRE, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , GNZ 9505PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG36790PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AGN 2M40PRO4, DKB310PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, BM 650 PRO2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS7910PRO3, SHS 7910PRO2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202 e SHU1119;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22S11, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1086 TP2;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SG 6418, 3040VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS203E VIP2, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS214E VIP3, SS2211S VIP3, SS211S VIP3, SYN5T78, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SS193E VIP3, SS223E VIP3, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS201E VIP3, SS213E VIP3, SS204E VIP3, SS2122E e SS183E VIP3;

GRUPO II

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM 207, BM 709, BM 3063, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS5560PRO2 e BM709PRO3;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434PRO2 e ADV 9434RR2;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 240, PZ 242 e PZ 677;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SYNGENTA SEEDS: NS70 e NS77PRO2;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI330 e AGRI320.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

PORTARIA Nº 186 - SÃO PAULO

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3.

CARAIBA GENETICA: CG 1001 e CG 1016;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30B30H, 30F35, 30F53E, 30R50YH, 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7060, BG7060H, BG7060HR, BG7060YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7542H, BG7720VYHR, P1630H, P1680YH, P2530, P2866H, P3271H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P3862H, P4285YH, P2830VYH, P3456R, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7640VYH, P1630, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3844R, P3844VYHR, P3898, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B688PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Gorutuba;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7210PRO2, GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM815, BM815PRO2, BM270, BM3051, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, BM 502, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570, HL1504 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8333, IAC 8390, IAC Airan, IAC 3330, IAC 8046, IAC 268, IAC 367, IAC 9015, IAC 8077, IAC 8053 e IAC 8098;

INOVA GENÉTICA LTDA: VA 42B e VA 41A;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, ATL 400, CRV2654PRO2, K7330VIP3, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7600, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9300PRO3, K9310VIP3, K9410VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, ONÇA, R9080, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG6310, LG36701PRO2, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 2B710PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG320PW, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU, 30A37PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 20A55PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS403PWU, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS575PWU, FS670PW, FS700PWU, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG607PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS500VIP3, FS512VIP3, FS533VIP3, FS633VIP3, 30A37VIP3, MG300VIP3, MG408VIP3, MG447VIP3, MG580VIP3, MG593VIP3, MG600VIP3, MG652VIP3, MG744VIP3, FS560PWU, FS615PWU, MG597PWU, MG635PWU, FS587VIP3, MG540PWU, MG556PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: BioZ 2365 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB240PRO3, SHS 7915PRO, NS 90PRO2, AS1551PRO2, LG 6304PRO, GNZ 9505PRO, AG 9040, AG 9040YG, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, NS 50PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 90PRO, RB

9005PRO, RB 9004PRO, LG 6030, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB9110PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, ADV 9275PROX, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG8780, AG8780PRO, AG9000PRO3, AS1666PRO3, AG8061PRO3, LG 6036RR2, DKB 390, NS 50PRO3, AG 8061, 3700RR2, DKB 390RR2, AS 1581PRO, AG8690PRO3, DKB390PRO3, AG8780PRO3, AG7088PRO3, AS1633PRO3, AS 1598, AG 8061PRO2, 2200RR2, 3110RR2, 2300RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB290, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, DKB285PRO2, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG8070PRO3, RB 9006, AG 8011PRO, 3400RR2, AS1677PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, AG7098PRO2, AG 7088, DKB 390PRO2, DKB177PRO3, AG9030PRO3, LG 6030RR2, DKB 177, LG 6030PRO2, DKB230PRO3, AS1735PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, AS1596PRO3, RB 9108PRO, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7920PRO2, DKB345PRO3, DKB363PRO3, GNZ 9707, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, LG36610, LG36610PRO3, NS93, NS93PRO3, BM910PRO3, BM910, RGT 8008, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1844PRO3 , AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, DKB265PRO3, LG3055RR2, AS1868PRO3, LG36770PRO3, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, GNZ 9688PRO3, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, 3500RR2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG 36625PRO3, LG36790PRO3, GNZ 9505PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, AS1677PRO4, DKB230PRO4, 3800RR2, 3820RR2, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AG9021PRO3, AG9025PRO4, AS1596TRE, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1757PRO4, AS1850PRO4, BM 780PRO4, DKB235PRO3, DKB255PRO4, DKB290PRO4, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AS1730PRO4, AS1757PRO3, AG8480PRO3 , DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE, AG7098TRE, AG8065PRO3, AS1822PRO3, K 8774PRO3, 8601PRO3, AG8701PRO3, 8804PRO3, ADV9345RR2, ADV9533PRO3, AG7098PRO4, AG8690PRO4, AG8700TRE, AG8701PRO4, AG9021PRO4, AG9025TRE, AGN 2M40PRO4, AS1666TRE, AS1730TRE, AS1820PRO4, AS1820TRE, AS1868PRO4, DKB255TRE, DKB310PRO4, DKB335PRO4, DKB335TRE, DKB390TRE, HL7801PRO3, HL7801PRO4, JMEN2M91RR2, LG36755PRO4, LG36790RR2, DKB235PRO4, LG6036PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, RB 9308, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2 e RB 9210PRO;

NM SEMENTES: NTX3365T128, NTX3268T128, NTX3372T128 e NTX3373T128;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310VIP3, CERES 412VIP3 e CERES 412;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu445, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 90XB06 Bt, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 7253 Bt e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SW5004 VIP3, SW5034 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SX8555 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, Syn422 VIP3, SS204E VIP3, SS203E VIP2, SS201E VIP3, SS207E VIP3, SS202S VIP2, SS214E VIP3, SS2211S VIP3, SS211S VIP3, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, SW8004 VIP3, SS193E VIP3, Syn522 VIP3, SS223E VIP3, SS2110E VIP2, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, SS222E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3 e SS2112E VIP3.

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

CARAIBA GENETICA: CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: BG7037YHR, BG7037VYHR, Dow WxA504, CD 384PW, 2A401PW e CD3770PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004 e GNZ7210;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, ExtendaxRR2, BM 207, BM 620, BM 709, BM 810, BM 3063, BM 820, BM 3066, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, BM709PRO3 e BM3066PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 127 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 27D28 e SOBERANO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434PRO2 e ADV 9434RR2;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 405, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3, CERES 410VIP3 e CERES 530VIP3;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242, PZ 677, PZ 316, PZ 232, PZ 216 e PZ 226;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 60XB14 Bt, XB 6012 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8018 Bt, XB 8018, XB 7116 Bt e XB 7116;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022 e S8044;

SYNGENTA SEEDS: SG 150, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AVANTI SEEDS: SW 5156, SW 5130, SW 5560 e SW 5198;

IDR - PARANÁ: IPR 119;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2 e NS82.

PORTARIA Nº 187 - PARANÁ

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3, 2M03PRO3 e 2M01PRO3;

CARAIBA GENETICA: CG 1001 e CG 1016;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7049YH, BG7060, BG7060H, BG7060HR, BG7060YH, BG7061YHR, BG7318YH, BG7720VYHR, P1630H, P1680YH, P2530, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3456R, P2530HR, BG7318R, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30S31YH, P3779H, BG7049VYH, P3380, 30K75, 30S31, 32R22VYH, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, B2828, B2856VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7318, BG7318VYH, P1225VYHR, P1630, P1680VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3310VYHR, P3340VYHR, P3380HR, P3380R, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P3898, B2309VYHR, B2801VYHR, P2770VYHR, P3551PWU, B2800VYHR, B2829R, B2864PWU, P3808VYHR, P3845VYHR, P3889R, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3880PW, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2360PW, B2410PWU, P3397PWU, P3858PWU, B2620PWU, B2782PWU, B2360PWU, P3223VYH, P3440PWU e P3557R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280 e GNZ7280PRO2;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM930PRO2, BM3063PRO3, SHS5570 e HL412PRO3;

IAC: IAC 8333, IAC 8390, IAC Airan, IAC 3330 e IAC 8046;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, ATL 400, K7330VIP3, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7667VIP3, K7770VIP3, K9100, K9105 VIP3, K9300PRO3, K9310VIP3, K9410VIP3, K9460, K9510, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, R9080, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: L229, L356, LAND 468, L229 PLUS2, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, GNZ7788VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2 e GNZ7750VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B210PW, 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 2B710PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B610PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, 20A78PW, MG699PW, MG580PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, MG320PW, MG711PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, 30A37PWU, FS620PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, FS610PWU, MG580PWU, MG711PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, FS710PWU, 30A91PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG515PWU, MG744PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, MG063C, 30A95PWU, FS403PW, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS670PW, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS400PWU, MG540PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350 e BioZ 2365;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB240PRO3, AS1777PRO3, AS1551PRO2, LG 6304PRO, AG 9040, AG 9040YG, RB 9210PRO, RB 9108PRO, BM 840PRO, RB 9308PRO, GNZ 9626PRO, LG 6036PRO, NS 50PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO, NS 90PRO, RB 9005PRO, RB 9004PRO, LG 6030, RB 9006PRO, LG 6030PRO, ADV 9434PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9688PRO, RB9110PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, GNZ9501PRO, GNZ 9626PRO3, AG8780, AG8780PRO, ADV 9275PROX, RB 9005PRO2, AS1666PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, LG 6036RR2, DKB 390, NS 50PRO3, DKB285PRO2, AG 8061, 3400RR2, 3700RR2, AS 1581PRO, AG8690PRO3, DKB390PRO3, AG8780PRO3, AG7088PRO3, AS1633PRO3, AS 1598, AG 8061PRO2, 2200RR2, 3110RR2, 2300RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB290, DKB290PRO, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB315PRO, DKB330PRO3, AG 5055PRO, 4600RR2, AG 1051, AG9000PRO3, AG 8011PRO, AS1677PRO3, DKB177PRO3, DKB 390RR2, DKB 177, AG9025PRO3, AS1555PRO3, AG7098PRO2, AG 7088, DKB 390PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, DKB230PRO3, DKB290PRO3, AG9050PRO3, DKB265PRO3, SHS7915PRO3, BM950PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, BM 840PRO2, LG 6030PRO3, NS 90PRO2, NS 90PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, RB 9110PRO2, RB 9006RR2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, AG8700PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, LG36610, LG36610PRO3, DKB345PRO3, BM910PRO3, BM910, RGT 8008PRO3, AS1850PRO3, AS1820PRO3, LG 3055PRO3, DKB360PRO3, LG 3055, AG8740PRO3, DKB363PRO3, LG3055RR2, AS1844PRO3 , AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, LG 6036PRO2, LG6036PRO3, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG 36625PRO3, LG36790PRO3, GNZ 9505PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, AS1677PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AG9021PRO3, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB235PRO3, DKB255PRO4, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AG8480PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO3, DKB255PRO3 , DKB335PRO3 , DKB290TRE, DKB177TRE, AG8065PRO3, AG8480PRO3 , AS1822PRO3, K 8774PRO3, 3500RR2, ADV9345RR2, AG8690PRO4, AG9025TRE, AGN 2M40PRO4, AS1666TRE, DKB310PRO4, HL7801PRO3, HL7801PRO4, JMEN2M91RR2, LG36790RR2, DKB235PRO4, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, BM780PRO, SHS 7910RR2, SHS 7910PRO2, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, BM 780PRO2, BM 915PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690RR2, LG 6033, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO3, LG 6033RR2, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038RR2, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO, NS 56PRO2, NS 56PRO3, NS 56RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, NS 92RR2, RB 9210 e AG9021PRO4;

NOVACERES SEMENTES: CERES 412, CERES 310VIP3, CERES 412VIP3 e CERES 410VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 90XB06 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 e XB 7253;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SZ7142 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Syn522 VIP3, Formula VIP2, SYN7205 VIP2, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, Syn422 VIP3, SX7331 TG, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SW5004 VIP3, SW5034 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SYN7205 TLTG Viptera, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS204E VIP3, SS202S VIP2, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SYN5T78, SYN7205 TL, SYN7205 Viptera, Tork TL, NS73 VIP3, NS72 VIP3, SS193E VIP3, SW8004 VIP3, SX6663 VIP3, Syn455 VIP3, Syn488 VIP3, SYN505

VIP3, SZ7050 VIP3, Syn555 VIP3, SS223E VIP3, SS228E VIP3, SS2210E VIP3, SS2211S VIP3, SS2119E TG, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS211S VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS2113E VIP3, SS201E VIP3, SS207E VIP3, SS224E VIP3, SS222E, SS203E VIP2 e SS221E TG.

GRUPO II

AGROINDUSTRIAL JK: AO 1052;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD305, AD103 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

CARAIBA GENETICA: CG 1024;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 30B30H, 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7542H, P3271H, P3844H, P3862H, P4285YH, BG7640R, BG7542VYHR, BG7542VYH, BG7037VYHR, 30F53YH, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30F35R, 30F35VYHR, BG7640VYH, P3844R, P3844VYHR, P4285, P4285R, P4285VYHR, P4285YHR, Dow WxA504, 2B688PW, CD 384PW, 2A401PW e CD3770PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Missões, BRS Planalto, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046, BRS 1060, BRS 3040, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ7210PRO2 e GNZ7210;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 620, BM 709, BM 810, BM 3063, BM 820, BM 3066, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM3066PRO3 e HL1504;

IAC: IAC 8077;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127, IPR 114 e IPR 216;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A, RG 03, RG 04 e RG 10;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: FS530PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: ADV 9275RR2, ADV 9434PRO2, ADV 9434RR2, AG9025PRO4 e LG36770PRO3;

NOVACERES SEMENTES: CERES 405, CERES 310, CERES 212VIP3 e CERES 405VIP3;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 677, PZ 232, PZ 216 e PZ 226;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G e RVM 20 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: 60XB14 Bt, XB 6012 Bt, XB 6012, 60XB14, XB 4013, XB 8030 Bt, XB 8018 Bt, XB 8018, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 7253 Bt, XB 7116 Bt e XB 7116;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104, AGRI340, AGRI320, AGRI330 e AGRI360.

GRUPO III

AVANTI SEEDS: SW 5156, SW 5130, SW 5560 e SW 5198;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

IDR - PARANÁ: IPR 119;

M & M PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA: MM21wx;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242 e PZ 316;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, NS77PRO2, NS82, SG 150, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418.

PORTARIA Nº 188 - RIO GRANDE DO SUL

GRUPO I

AGROINDUSTRIAL JK: AO 1052;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD305, AD103 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7061YHR, BG7318YH, P1630H, P1680YH, P2530, P2866H, P3271H, P3431VYH, P3456H, P3862H, BG7318R, P2530HR, BG7061H, P2830H, 30F53YH, 30B30H, 30F35, 30F53E, 30R50VYH, 30R50YH, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7060, BG7060H, BG7060HR, BG7060YH, P4285YH, BG7720VYHR, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYH, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7318, BG7318VYH, BG7640VYH, P1225VYHR, P1630, P1680VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3340VYHR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P4285VYHR, P4285YHR, B2309VYHR, P2770VYHR, B2801VYHR, P3858PWU, P4285R, B2856VYHR, P3310VYHR, B2360PWU, B2800VYHR, B2864PWU, B2782PWU, P3551PWU, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3410PW, CD384RR, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2410PWU, P3397PWU, B2620PWU e P3456R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 206, BR 451, BR 473, BRS Missões, BRS Planalto, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107, BRS Caimbé, BRS 4103 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ7210PRO2 e GNZ7210;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 709PRO2, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 810, BM 3066, SHS 4070, SHS 4080, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3, SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM3066PRO3, BM930PRO2, SHS5570 e HL1504;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127 e IPR 114;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, ATL 400, K7330VIP3, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7667VIP3, K7770VIP3, K9100, K9300PRO3, K9410VIP3, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, R9080, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2, GNZ7750VIP3 e GNZ7788VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 30A37PW, 30A95PW, 2B587PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, 20A78PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG320PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, 30A37PWU, 2B633PW, FS620PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, MG580PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG515PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, 30A95PWU, FS403PW, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS670PW, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS400PWU, MG540PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: SHS 7910RR2, DKB240PRO3, BM 915PRO, SHS 7915PRO, LG 6033PRO2, NS 90PRO2, NS 56PRO, AS1551PRO2, LG 6304PRO, LG6050PRO2, AG 9040YG, NS 50PRO, AS1555PRO2, LG 6030, ADV 9275RR2, BM780PRO, LG 6030PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9690PRO, ADV 9434PRO2, LG 6038PRO, SHS 7910PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, GNZ9501PRO, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, AG8780PRO, BM 780PRO2, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, AS1666PRO3, LG 6038PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO3, LG 6036RR2, LG 6033RR2, DKB 390, NS 50PRO3, LG 6050RR2, LG 6033PRO, DKB285PRO2, DKB230PRO3, LG 6033, AG 8061, 3400RR2, 3700RR2, AG8780, AS 1581PRO, DKB 390RR2, AG8690PRO3, DKB390PRO3, AG8780PRO3, AG7088PRO3, AS1633PRO3, AG 8061PRO2, 2200RR2, 3110RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB 177, DKB290, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG 1051, AG8061PRO3, AG9000PRO3, AG 8011PRO, AS1677PRO3, AG9025PRO3, AS1555PRO3, AG7098PRO2, DKB177PRO3, DKB 390PRO2, AG9030PRO3, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, 2300RR2, BM 650 PRO2, 4600RR2, LG 6050PRO3, NS 56PRO2, DKB310PRO3, DKB265PRO3, RB 9005RR2, DKB330PRO3, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, LG 6030PRO3, NS 90PRO, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7920PRO2, DKB345PRO3, AS1730PRO3, LG36610, LG36610PRO3, BM910PRO3, BM910, AG8070PRO3, LG 3055PRO3, LG 3055, BM950PRO3, LG3055RR2, AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG 36625PRO3, LG36790PRO3, GNZ 9505PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, AS1677PRO4, DKB230PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AG9021PRO3, AG9025PRO4, AS1633TRE, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB235PRO3, DKB255PRO4, LG 6036TRE, RB 9006TRE, ADV9275PRO4, AS1666PRO4, AS1757PRO3, DKB255PRO3 , DKB290TRE, AG8065PRO3, AS1822PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG6036PRO3, ADV9345RR2, AG8690PRO4, AG9021PRO4, AG9025TRE, AGN 2M40PRO4, AS1666TRE, DKB310PRO4, HL7801PRO3, HL7801PRO4, LG36790RR2, DKB235PRO4, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2 e RB 9210;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 405, CERES 412, CERES 310VIP3, CERES 412VIP3, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3, CERES 410VIP3 e CERES 530VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 21, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G, RVM 20 PRO3, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012, XB 8018 Bt, XB 7253 Bt, XB 7116 Bt, XB 8010 Bt, XB 8030 Bt, XB 9003 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, XB 6012 Bt, XB 8010, 60XB14, XB 7116, XB 8030, XB 9003, XB 8018 e 90XB06;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044, MS3022 e S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, PRE2601 TP3, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SW8004 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SW5004 VIP3, SW5034 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SX8555 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS204E VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS193E VIP3, SS223E VIP3, SS228E VIP3, SS2210E VIP3, SS2211S VIP3, SS2119E TG, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS211S VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS2113E VIP3, SS201E VIP3, SS202S VIP2, SS207E VIP3, SS224E VIP3, SS222E, SS203E VIP2 e SS221E TG;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104 e AGRI340.;

GRUPO II

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: Dow WxA504, 2B688RR, 2B688PW, CD 384PW, 2A401PW e CD3770PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, BM904, BM 3063, BM 207, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2 e BM3063PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 119;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A, RG 03 e RG 04;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B710PW, 30A91PW, 2B610PW, MG652PW, MG652RR, MG699PW, MG744PW, MG699RR, FS610PWU, MG711PWU, FS710PWU, 30A91PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG744PWU e MG063C;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 240, PZ 242 e PZ 677;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, SG 150, BALU 761, BALU 551, CD 308, Balu 580, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI330 e AGRI320.

PORTARIA Nº 189 - SANTA CATARINA

GRUPO I

AGROINDUSTRIAL JK: AO 1052;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 2M88PRO3, 2M77PRO3, 2M66PRO3, 2M60PRO3 e 2M03PRO3;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD105, AD103 e AD189;

AVANTI SEEDS: AV 4142 e AV 3132;

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: 32R22H, 32R22YHR, 32R48YH, BG7061YHR, BG7318YH, P1630H, P1680YH, P2530, P2866H, P3271H, P3431VYH, P3456H, P3862H, P2530HR, BG7318R, BG7061H, P2830H, 30F53YH, 30B30H, 30F35, 30F53E, 30R50YH, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049YH, BG7060, BG7060H, BG7060HR, BG7060YH, P4285YH, BG7720VYHR, 30K75, 30F53, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31VYH, 30S31VYHR, 32R22VYH, 32R22VYHR, 32R48VYHR, B2418VYHR, B2702VYHR, B2730VYH, 30F35R, 30F35VYHR, BG7037VYH, BG7049, BG7318, BG7318VYH, BG7640VYH, P1225VYHR, P1630, P1680VYH, P2501, P2719VYH, P2970VYHR, P3016VYHR, P3282VYH, P3340VYHR, P3646, P3646YH, P3646YHR, P3707VYH, P4285VYHR, P4285YHR, B2309VYHR, P2770VYHR, B2801VYHR, P3858PWU, P4285R, B2856VYHR, P3310VYHR, B2360PWU, B2800VYHR, B2864PWU, B2782PWU, P3551PWU, 2B688RR, 2B433PW, 2B810PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, CD3312PW, CD3612RR, 2A510PW, 2A401RR, B2401PWU, B2433PWU, B2612PWU, B2688PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2410PWU, P3397PWU, B2620PWU e P3456R;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 206, BR 451, BR 473, BRS Missões, BRS Planalto, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3042, BRS 4105, BRS 4107, BRS Caimbé, BRS 4103 e BRS 2107;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ7210PRO2 e GNZ7210;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM3066PRO2, BM 709PRO2, BM904, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 810, BM 3063, BM 3066, SHS 4070, SHS 4080, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS5560PRO2, SHS7939PRO2, BM 502, SHS7939PRO3, SHS7990PRO3,

SHS7930PRO3, SHS7970PRO2, BM270PRO2, BM815PRO3, BM709PRO3, BM3066PRO3, BM930PRO2, SHS5570 e HL1504;

IDR - PARANÁ: IPR 164, IPR 127 e IPR 114;

KWS SEMENTES LTDA: ATL 200, ATL 310, ATL 400, K7330VIP3, K7400VIP3, K7500VIP3, K7510VIP3, K7667VIP3, K7770VIP3, K9100, K9300PRO3, K9410VIP3, K9555 VIP3, K9606VIP2, K9606 VIP3, K9660PRO2, K9960 VIP3, R9080, R9080PRO2, RK3014, RK3115, SG 6302, SHULL2202PRO2, SM 966 e TOG01TG;

LAND GENÉTICA E SEMENTES LTDA: LAND 468, L790, L448 PRO2, L454 PRO2 e L444 PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 2M88, 2M77, 3M51 e 2M80;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36300PRO2, LG36701PRO2, LG6310, LG36300VIP3, LG36700, GNZ7720VIP3, LG36700VIP3, LG36500VIP3, LG36720VIP3, GNZ7710VIP2, GNZ7750VIP3 e GNZ7788VIP3;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B587RR, 20A55PW, 2B512PW, 30A37PW, 30A95PW, 2B587PW, 30A37RR, 2A620PW, MG300PW, 20A78PW, 2B210PW, MG580PW, MG600PW, MG320PW, 2A521PW, 2B533PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, 30A37PWU, 2B633PW, FS620PWU, FS505PWU, FS715PWU, FS587PWU, MG580PWU, FS500PWU, FS512PWU, FS533PWU, FS533RR, FS633PWU, MG300PWU, MG545PWU, MG515PWU, MG600PWU, FS055C, MG053C, 30A95PWU, FS403PW, FS564PW, FS564PWU, FS575PW, FS670PW, MG408PW, MG408PWU, MG447PWU, MG593PW, MG593PWU, MG618PW, MG618PWU, FS400PW, FS530PW, FS450PWU, FS670PWU, 20A78PWU, FS400PWU, MG540PWU e FS521PWU;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350, PR 27D28 e M 274;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: SHS 7910RR2, DKB240PRO3, BM 915PRO, LG 6033PRO2, NS 90PRO2, AS1551PRO2, NS 56PRO, LG 6304PRO, LG6050PRO2, AG 9040YG, NS 50PRO, AS1555PRO2, BM780PRO, LG 6030, ADV 9275RR2, LG 6030PRO, ADV 9275PRO, GNZ 9690PRO, ADV 9434PRO2, LG 6038PRO, SHS 7910PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, RB 9004RR2, GNZ9501PRO, RB 9005PRO2, GNZ 9626PRO3, LG 6036PRO, BM 780PRO2, GNZ 9505RR2, GNZ 9626RR2, AS1666PRO3, LG 6038PRO2, LG 6033PRO3, LG 6036RR2, LG 6033RR2, DKB 390, NS 50PRO3, LG 6050PRO3, LG 6050RR2, LG 6033PRO, DKB285PRO2, DKB230PRO3, LG 6033, AG 8061, 3400RR2, 3700RR2, AG8780, AS 1581PRO, AG8690PRO3, DKB390PRO3, AG8780PRO3, AG7088PRO3, AS1633PRO3, AG 8061PRO2, 2200RR2, 3110RR2, 3020RR2, AG 8088PRO2, DKB 177, AG8780PRO, DKB290, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB315PRO, AG9025PRO3, AG 1051, AG8061PRO3, AG9000PRO3, AG 8011PRO, AS1677PRO3, DKB 390RR2, AS1555PRO3, AG7098PRO2, DKB 390PRO2, DKB177PRO3, AG9030PRO3, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, 2300RR2, BM 650 PRO2, 4600RR2, NS 56PRO2, DKB310PRO3, DKB265PRO3, RB 9005RR2, DKB330PRO3, RB 9108PRO3, RB 9108RR2, ADV 9275PRO3, SHS 7920RR2, LG 6030PRO3, NS 90PRO, RB 9004PRO2, RB 9006PRO2, RB 9006RR2, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7920PRO2, DKB345PRO3, AS1730PRO3, LG36610, LG36610PRO3, BM910PRO3, BM910, AG8070PRO3, LG 3055PRO3, LG 3055, BM950PRO3, LG3055RR2, AS1868PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO2, AG8700PRO4, BM880PRO3, DKB390PRO4, LG 36625PRO3, LG36790PRO3, GNZ 9505PRO3, JMEN 2M91PRO3, AG7088PRO4, AG8070PRO4, AS1677PRO4, DKB230PRO4, ADV9275PRO4, AG8480PRO4, AG8690TRE, AG8780PRO4, AG8780TRE, AG9000PRO4, AG9021PRO3, AG9025PRO4, AS1633TRE, AS1666PRO4, AS1730PRO4, AS1757PRO4, BM 780PRO4, DKB235PRO3, DKB255PRO4, LG 6036TRE, RB 9006TRE, AS1757PRO3, DKB255PRO3 , DKB290TRE, AG8065PRO3, AS1822PRO3, K 8774PRO3, LG36770PRO3, LG6036PRO3, ADV9345RR2, AG8690PRO4, AG9021PRO4, AG9025TRE, AGN 2M40PRO4, AS1666TRE, DKB310PRO4, HL7801PRO3, HL7801PRO4, LG36790RR2, DKB235PRO4, RB 9210PRO3, RB 9210PRO2, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 56PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2 e RB 9210;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310, CERES 405, CERES 412, CERES 310VIP3, CERES 412VIP3, CERES 212VIP3, CERES 405VIP3, CERES 410VIP3 e CERES 530VIP3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163, Balu 1983 L, CS 2270, Balu 3323 L, Balu 4265 L, Balu 490, Balu 785, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 788L, Balu198, Balu 0383, Balu297, Balu434, Balu 0388, Balu787, Balu 366, Balu 790, CS 3663 e Balu 337;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 21, RVM 30, RVM 40, RVM 20 G, RVM 30 G, RVM 40 G, RVM 20 PRO3, RVM 21 G e RVM 21 PRO3;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012, XB 7116, XB 6012 Bt, XB 7116 Bt, XB 8018 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, XB 8010 Bt, XB 8030 Bt, XB 9003 Bt, XB 8018, 60XB14, XB 9003, XB 8030, XB 8010 e 90XB06;

SEMENTES SHULL LTDA: SHU1202, SHU1119 e GSH 4120;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044, MS3022 e S8042;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2, SX3345 TP1, SX1076 TP, PRE2601, SX4074, SX1060 TP4, SX1076 TP3, SX1086 TP, SX1093 TP3, PRE2601 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1086 TP3, SX1076, SX1086 TP2, SX1086, SX3197TR, SX2601TR, SX1086TR, SX1076TR, SX3186TPV, SX3193TPV, SX3042TPV, SX3112TPV e SX3107TPV;

SYNGENTA SEEDS: Tropical Plus, Somma, Impacto, RB 6324, Formula, Balu 580, Fórmula TL, Somma TL, Cargo TL, SYN7205, Celeron TL, Garra Viptera, Somma Viptera, SYN7316 Viptera, Maximus TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Impacto TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, Impacto TG, SYN8A98 TLTG Viptera, GSS 3969, SW3949 TL, SYN7205 TG, GSS 41243, GSS 41240, Penta TLTG Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SX7331, SX7331 Viptera, Formula Viptera, GSS 42072, GSS 41490, GSS 41499, Thunder, SX8110 TLTG Viptera, SX8332, SX8332 TLTG Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SX7991, SX7341 VIP3, SOMMA VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, 3040VIP3, SZ7050 VIP3, Syn522 VIP3, SX6663 VIP3, Formula VIP2, SW8004 VIP3, SS181E VIP3, SW8054 VIP3, Syn422 VIP3, SX7331 TG, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SS191S TG, SW8044 VIP3, NS72 VIP3, Syn488 VIP3, Syn455 VIP3, SYN505 VIP3, NS45 VIP3, SX7331 VIP2, SX7991 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SW5004 VIP3, SW5034 VIP3, SS182E VIP3, SW8074 VIP3, SS183E VIP3, SS184E VIP3, SS194E VIP3, SS192E VIP3, SS204E VIP3, SX8555 VIP3, SS2110E VIP2, SS2112E VIP3, SS193E VIP3, SS223E VIP3, SS228E VIP3, SS2210E VIP3, SS2211S VIP3, SS2119E TG, SS2120E VIP3, SS2121E VIP3, SS211S VIP3, SS212E VIP2, SS213E VIP3, SS214E VIP3, SS215S VIP3, SS219E VIP3, SS2122E, GNZ7740 VIP3, LG36799 VIP3, SS171E VIP3, SS2113E VIP3, SS201E VIP3, SS207E VIP3, SS224E VIP3, SS222E, SS203E VIP2 e SS221E TG;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI-104 e AGRI340.

GRUPO II

CORTEVA AGRICIENCE DO BRASIL LTDA.: Dow WxA504, 2B688PW, CD 384PW e 2A401PW;

EPAGRI: SCS154 Fortuna, SCS155 Catarina e SCS156 Colorado;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, Rumimax200PRO2, BM3069, BM3069PRO2 e BM3063PRO3;

IDR - PARANÁ: IPR 119;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 04;

LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA: 2B710PW, 30A91PW, 2B610PW, MG652PW, MG652RR, MG699PW, MG744PW, MG699RR, FS610PWU, MG711PWU, FS710PWU, 30A91PWU, MG652PWU, MG699PWU, MG744PWU e MG063C;

NOVACERES SEMENTES: CERES 310TG;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 240, PZ 242, PZ 677 e PZ 316;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL Paraguaçu;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

SYNGENTA SEEDS: NS70, SG 150, BALU 761, BALU 551, CD 308, SG 6015, Balu 184, Balu 178 e SG 6418;

TROPIGENE COMECIAL AGRICOLA LTDA ME: AGRI330 e AGRI320;

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA1SR(13)/N° 009, de 10 de janeiro de 1995, publicada no Diário Oficial da União n°. 009 do dia 12 de janeiro de 1995, Seção 1, Página 644, de criação do P.A.PONTAL, no município de Nova Nazaré-MT, código SIPRA MT0066000,

onde se lê ... com 9.212,0000 ha. (nove mil duzentos e doze hectares),

leia-se ... com 9.356,7916 ha. (nove mil, trezentos e cinquenta e seis hectares, setenta e nove ares e dezesseis centiares),

onde se lê ... com 57 (cinquenta e sete) Unidades Agrícolas Familiares, leia-se ... com 130 (cento e trinta) Unidades Agrícolas Familiares. Torna se efeito a retificação publicada no Diário Oficial da União nº 103, de 01 de junho de 2022.

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 08/95 de 10 de janeiro de 1.995, publicada no Diário Oficial da União nº 09, Seção 1, pág. 644 de 12/01/1995, que criou o Projeto de Assentamento FICA FACA, código SIPRA MT0065000, localizado no município de Nova Brasilândia-MT,

onde se lê ... com área de 7.806,7654 ha. (sete mil, oitocentos e seis hectares, setenta e seis ares e cinquenta e quatro centiares), leia-se ... com área de 7.416,4806 ha. (sete mil quatrocentos e dezesseis hectares, quarenta e oito ares e seis centiares),

onde se lê ... capacidade de 107 (cento e sete) unidades agrícolas familiares,

leia-se ... capacidade de 116 (cento e dezesseis) unidades agrícolas familiares. Tornar sem efeito retificação publicada no Diário Oficial da União, edição nº 88, seção 1, pág. 26 de 11/05/2020.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA1SR(13)/N° 009, de 10 de janeiro de 1995, publicada no Diário Oficial da União n°. 009 do dia 12 de janeiro de 1995, Seção 1, Página 644, de criação do P.A.PONTAL, no município de Nova Nazaré-MT, código SIPRA MT0066000, onde se lê ... com 9.212,0000 ha. (nove mil duzentos e doze hectares), leia-se ... com 9.356,7916 ha. (nove mil, trezentos e cinquenta e seis hectares, setenta e nove ares e dezesseis centiares), onde se lê ... com 57 (cinquenta e sete) Unidades Agrícolas Familiares, leia-se ... com 130 (cento e trinta) Unidades Agrícolas Familiares. Torna se efeito a retificação publicada no Diário Oficial da União nº 103, de 01 de junho de 2022.

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 08/95 de 10 de janeiro de 1.995, publicada no Diário Oficial da União nº 09, Seção 1, pág. 644 de 12/01/1995, que criou o Projeto de Assentamento FICA FACA, código SIPRA MT0065000, localizado no município de Nova Brasilândia-MT, onde se lê ... com área de 7.806,7654 ha. (sete mil, oitocentos e seis hectares, setenta e seis ares e cinquenta e quatro centiares), leia-se ... com área de 7.416,4806 ha. (sete mil quatrocentos e dezesseis hectares, quarenta e oito ares e seis centiares), onde se lê ... capacidade de 107 (cento e sete) unidades agrícolas familiares, leia-se ... capacidade de 116 (cento e dezesseis) unidades agrícolas familiares. Tornar sem efeito retificação publicada no Diário Oficial da União, edição nº 88, seção 1, pág. 26 de 11/05/2020.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-16/Nº 83, de 09 de Outubro de 1998, publicada no DOU nº 201, de 21.10.1998, Seção 1, página 28, que criou o P.A. SÃO JUDAS

onde se lê: "... 4.010,6000 ha (quatro mil, dez hectares, sessenta ares) ...

leia-se "... 4.134,3392 (quatro mil, cento e trinta e quatro hectares, trinta e três ares e noventa e dois centiares)".

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-16/Nº 83, de 09 de Outubro de 1998, publicada no DOU nº 201, de 21.10.1998, Seção 1, página 28, que criou o P.A. SÃO JUDAS onde se lê: "... 4.010,6000 ha (quatro mil, dez hectares, sessenta ares) ... leia-se "... 4.134,3392 (quatro mil, cento e trinta e quatro hectares, trinta e três ares e noventa e dois centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/Incra/SR09/nº 30, de25 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 01 de outubro de 2010, Seção 1, p. 93, que criou o Projeto de Assentamento Eli Vive I, Sipra PR0326000, no município de Londrina/PR,

ONDE SE LÊ: "área de 5.826,5237ha (cinco mil oitocentos e vinte e seis hectares, cinquenta e dois ares e trinta e sete centiares), que prevê a criação de 426 unidades agrícolas familiares";

LEIA-SE: "área de 5.835,4946ha (cinco mil oitocentos e trinta e cinco hectares, quarenta e nove ares e quarenta e seis centiares), capacidade de assentamento de 386 (trezentas e oitenta e seis) unidades agrícolas familiares".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 62, de 09 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 10 de dezembro de 1997, Seção 1, que cria o Projeto de Assentamento denominado PA PALMA, código SIPRA RS0084000,

onde se lê: "... com área 209,9743 hectares (duzentos e nove hectares, noventa e sete ares e quarenta e três centiares)...",

leia-se: "... com área de 216,7438 hectares, (duzentos e dezesseis hectares, setenta e quatro ares e trinta e oito centiares)...., ."

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 62, de 09 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 10 de dezembro de 1997, Seção 1, que cria o Projeto de Assentamento denominado PA PALMA, código SIPRA RS0084000, onde se lê: "... com área 209,9743 hectares (duzentos e nove hectares, noventa e sete ares e quarenta e três centiares)...", leia-se: "... com área de 216,7438 hectares, (duzentos e dezesseis hectares, setenta e quatro ares e trinta e oito centiares)...., ."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTARÉM

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA nº 90, de 22 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 249 de 24 de dezembro de 1997, na Seção 1, que criou o Projeto de Assentamento RIO ARATAÚ, código SIPRA AT0037000, onde se lê:"... área de 72.000ha (setenta e dois mil hectares) ...'', leia-se: 69.130,7791 ha (sessenta e nove mil e cento e trinta hectares, setenta e sete ares e noventa e um centiares)", conforme peças técnicas de planta e memorial descritivo (SEI 13157134), constantes no NUP 54101.001491/1997-01.

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA nº 90, de 22 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 249 de 24 de dezembro de 1997, na Seção 1, que criou o Projeto de Assentamento RIO ARATAÚ, código SIPRA AT0037000, onde se lê:"... área de 72.000ha (setenta e dois mil hectares) ...'', leia-se: 69.130,7791 ha (sessenta e nove mil e cento e trinta hectares, setenta e sete ares e noventa e um centiares)", conforme peças técnicas de planta e memorial descritivo (SEI 13157134), constantes no NUP 54101.001491/1997-01.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(27)E Nº 31, de 04 de fevereiro 1999, publicada no Diário Oficial da União 28, de 10 de fevereiro 1999, Seção I, página 07, que criou o Projeto de Assentamento BRASILESPANHA, localizado atualmente nos municípios de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande do Araguaia, no Estado do Pará, código SIPRA MB0221000, onde se lê"...com área de 3.600,0000 ha (Três mil e seiscentos hectares)... leia-se: "...com área de 3.574,6285 ha (Três mil, quinhentos e setenta e quatro hectares, sessenta e dois ares e oitenta e cinco centiares).

Na Resolução Nº 301/INCRA, de 12 de novembro 1992, publicada no Boletim de Serviço nº 46, de 16 de novembro 1992, que criou o Projeto de Assentamento Água Fria, localizado atualmente no município de Eldorado do Carajás, no Estado do Pará, código SIPRA MB0040000, onde se lê"...com área de 7.264,8048 ha (Sete mil, duzentos e sessenta e quatro hectares, oitenta ares e quarenta e oito centiares)... leia-se: "...com área de 7.912,5959 ha (Sete mil, novecentos e doze hectares, cinquenta e nove ares e cinquenta e nove centiares)..."

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(27)E Nº 31, de 04 de fevereiro 1999, publicada no Diário Oficial da União 28, de 10 de fevereiro 1999, Seção I, página 07, que criou o Projeto de Assentamento BRASILESPANHA, localizado atualmente nos municípios de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande do Araguaia, no Estado do Pará, código SIPRA MB0221000, onde se lê"...com área de 3.600,0000 ha (Três mil e seiscentos hectares)... leia-se: "...com área de 3.574,6285 ha (Três mil, quinhentos e setenta e quatro hectares, sessenta e dois ares e oitenta e cinco centiares).

Na Resolução Nº 301/INCRA, de 12 de novembro 1992, publicada no Boletim de Serviço nº 46, de 16 de novembro 1992, que criou o Projeto de Assentamento Água Fria, localizado atualmente no município de Eldorado do Carajás, no Estado do Pará, código SIPRA MB0040000, onde se lê"...com área de 7.264,8048 ha (Sete mil, duzentos e sessenta e quatro hectares, oitenta ares e quarenta e oito centiares)... leia-se: "...com área de 7.912,5959 ha (Sete mil, novecentos e doze hectares, cinquenta e nove ares e cinquenta e nove centiares)..."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA SR-26/N° 07, de 12 de fevereiro de 2007, publicada no DOU Nº 38, de 26/02/07, seção 01 pag. 61, que criou o Projeto de Assentamento Bom Jesus, código SIPRA T00390000, retificada conforme publicação no DOU Nº 233, seção 1, de 07 de dezembro de 2020,

Onde se lê: " ... localizado no Município de Santa Rosa/TO",

Leia-se: "... localizado no Município de Santa Rosa do Tocantins/TO",

Onde se lê: " ... 2.490,0000 ha (dois mil, quatrocentos e noventa hectares)",

Leia-se: "... 2.490,1758 ha (dois mil, quatrocentos e noventa hectares, dezessete ares e cinquenta e oito centiares)".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA SR-26/N° 07, de 12 de fevereiro de 2007, publicada no DOU Nº 38, de 26/02/07, seção 01 pag. 61, que criou o Projeto de Assentamento Bom Jesus, código SIPRA T00390000, retificada conforme publicação no DOU Nº 233, seção 1, de 07 de dezembro de 2020, onde se lê: " ... localizado no Município de Santa Rosa/TO", leia-se: "... localizado no Município de Santa Rosa do Tocantins/TO", onde se lê: " ... 2.490,0000 ha (dois mil, quatrocentos e noventa hectares)", leia-se: "... 2.490,1758 ha (dois mil, quatrocentos e noventa hectares, dezessete ares e cinquenta e oito centiares)".

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 789, DE 4 DE JULHO DE 2022

Estabelece condições e critérios para a doação direta de alimentos do Programa Alimenta Brasil às famílias com crianças e/ou gestantes em situação de déficit nutricional grave.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 84, VI, "a" e parágrafo único c/c art. 87, parágrafo único, I, II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 23, X, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; no art. 36 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; no art. 8º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021; e ainda o que consta do processo nº 71000.046829/2022-11, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e as condições para a doação direta de alimentos adquiridos por meio do Programa Alimenta Brasil às famílias com crianças e gestantes, acompanhadas pela Assistência Social, que se encontram em situação de déficit nutricional grave, conforme análise do estado nutricional obtida no Sistema de Informação em Saúde vigente na Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Portaria, entende-se como condição de déficit nutricional grave:

I - as crianças de zero a cinco anos, classificadas com:

a) altura muito baixa para a idade, de acordo com o índice peso para a idade (A/I); e

b) magreza acentuada, de acordo com o índice de massa corporal para a idade (IMC/I); e

II - as gestantes adultas e adolescentes, classificadas com:

a) magreza; e

b) magreza acentuada, de acordo com o índice de massa corporal para a idade gestacional (IMC/I).

Parágrafo único. Para ambos os grupos, os indicadores utilizados referem-se às curvas definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Art. 3º A doação prevista nesta Portaria aplicar-se-á aos alimentos adquiridos pela modalidade Alimenta Brasil-Leite e Alimenta Brasil-Compra com Doação Simultânea.

Art. 4º Os órgãos executores do Alimenta Brasil nos estados, municípios e no Distrito Federal poderão compor e distribuir cestas de alimentos diretamente às famílias que se encontrem na situação descrita no art. 2º, atendidas as seguintes condições:

I - as cestas de alimentos deverão estar de acordo com as recomendações constantes do "Guia Alimentar para a População Brasileira voltado às crianças menores de 02 anos" (2019) e no "Guia Alimentar para a População Brasileira" (2014), preferencialmente com acompanhamento de nutricionista;

II - as cestas de alimentos serão distribuídas em local e com periodicidade a serem definidos pelo gestor e informada previamente às famílias beneficiárias;

III - os estados, municípios e o Distrito Federal que optarem pela doação direta deverão realizar o acompanhamento nutricional das crianças atendidas, com a devida atualização das informações no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e no CadÚnico; e

IV - o registro dos beneficiários deverá ser realizado em sistema próprio do Programa Alimenta Brasil, indicando o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da gestante ou da criança que estiver recebendo os alimentos.

§1º Enquanto não disponibilizado o novo sistema de gestão do Programa Alimenta Brasil, o registro no SISPAA deverá indicar o CNPJ da entidade responsável pelo acompanhamento das famílias, devendo a relação dos CPFs dos beneficiários diretos ser mantida sob a guarda da gestão local para fins de monitoramento e fiscalização.

§2º Os registros dos beneficiários, seja no sistema próprio do Programa Alimenta Brasil mencionado no inciso IV, seja por meio de relação dos CPFs dos beneficiários diretos a ser mantida sob a guarda da gestão local enquanto não sobrevier o novo sistema de gestão do Programa Alimenta Brasil, devem observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Art. 5º O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância (SNAPI), informará aos gestores o número total de crianças e gestantes a serem beneficiados, em conformidade com os dados do Sistema de Informação em Saúde vigente na Atenção Primária à Saúde e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

§ 1º Caberá aos gestores locais a responsabilidade de constatar o estado de gravidez das gestantes, por meio das Secretarias de Saúde locais, visando garantir o recebimento das cestas de alimentos, até seis meses após o parto;

§ 2º O fornecimento dos alimentos às crianças e gestantes deverá ser informado no sistema de gestão do Programa Alimenta Brasil, conforme disposto no art. 4º, sendo o acompanhamento dos beneficiários realizado pela SNAPI.

Art. 6º Caberá aos gestores locais, por meio de instâncias intersetoriais, em nível estadual, municipal ou distrital, implementar ações integradas de caráter familiar e comunitário para a segurança alimentar, a promoção da saúde, a prevenção, o controle e o tratamento da má nutrição em crianças e gestantes, com vistas à melhoria das condições de saúde e nutrição.

Parágrafo único. Deverão ser priorizadas as ações integradas que visem o fomento da educação alimentar e nutricional com a promoção do aleitamento materno e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 790, DE 5 DE JULHO DE 2022

Suspende, pelo prazo de 30 dias, contados da publicação desta Portaria, a obrigatoriedade de apresentação dos documentos exigidos pelo artigo 4º da Portaria MC no 618, de 22 de março de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e o artigo 23, inciso II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, em caráter excepcional e temporário, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, a obrigatoriedade de apresentação dos documentos exigidos no art. 4º da Portaria MC nº 618, de 22 de março de 2021, que trata da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), nas localidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

Art. 2º A realização do atendimento de que trata a Portaria MC nº 618, de 22 de março de 2021, com a dispensa de que trata o artigo 1º, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Portaria, implicará na aceitação tácita, por parte do Chefe do Poder Executivo do ente federativo recebedor das cestas emergenciais, das disposições previstas no ANEXO I - TERMO DE ACEITE PARA RECEBIMENTO DE CESTAS EMERGENCIAIS da referida Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 211, DE 5 DE JULHO DE 2022

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município, aderido ao Programa Alimenta Brasil, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar de Relator Geral RP9.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SEISP/SEDS/MC nº 117, de 02 de dezembro de 2021, e Art. 5º, inciso III §1° inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 11. 023, de 31 de março de 2022 e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa Alimenta Brasil, em conformidade com a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e o Art. 34 do Decreto nº 10.880, de 02 de dezembro de 2021 e,

CONSIDERANDO as atribuições previstas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na Portaria nº 117, de 2 de dezembro de 2021, na Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 1965, de 10 de março de 2022, e na Resolução nº 02, de 01 de abril de 2022, do Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais.

CONSIDERANDO o disposto no processo SEI 71000.048858/2022-17, resolve:

Art. 1º Propor aos municípios elencados no Anexo I metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0001 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, destinado aos municípios indicados por meio de Emenda Parlamentar de Relator-Geral (RP 9).

Art. 3º Os limites de referência serão definidos conforme o valor do recurso financeiro indicado pelo Relator-Geral do Orçamento em 2022, confrontando com o limite de referência calculado para cada município.

Art. 4º As metas de execução são definidas com base no limite financeiro calculado por município, dividido pelo limite anual por unidade familiar chegando-se assim à proposta de metas de número mínimo de beneficiários fornecedores.

Art. 5º Os municípios elencados no Anexo I devem confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do Programa - SISPAA ou sistema que venha a substituí - lo.

Art. 6º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPAA ou sistema que venha a

Substituí-lo, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DELCIMAR DE OLIVEIRA SILVA

ANEXO I

Estado	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal
			Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores	
MA	BARRA DO CORDA	2101608	42	R$ 500.000,00
PA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	1507607	35	R$ 420.000,00
RS	SEGREDO	4320263	9	R$ 100.000,00
RS	DOM FELICIANO	4306502	17	R$ 200.000,00
	4		**103**	**R$ 1.220.000,00**

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.535, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 13/05/2022 e 08/06/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 13/05/2022 e 08/06/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.031064/2022-14
Proponente: Associacao Esportiva Vingadores
Título: Vingadores FC
Registro: 2200520
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 39.824.827/0001-55
Cidade: Manaus UF: AM
Valor autorizado para captação: R$ 1.377.997,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3378 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 45266-1
Período de Captação até: 08/06/2024
2 - Processo: 71000.030241/2022-45
Proponente: Associação Paulistana de Recreação Esportes
Título: APPORTA
Registro: 2200498
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 01.237.881/0001-21
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.499.155,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 57588-7
Período de Captação até: 08/06/2024
3 - Processo: 71000.022171/2022-51
Proponente: Associação Novo Rumo
Título: Barão Ativa
Registro: 2200270
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 15.492.584/0001-37
Cidade: Barão de Cocais UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 236.450,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4488 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 21709-3
Período de Captação até: 13/05//2024
4 - Processo: 71000.025030/2022-91
Proponente: Associação Desportiva e Cultural Gulo - ADCG
Título: Judo Gulo IV
Registro: 2200285
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.625.747/0001-96
Cidade: São Bernardo do Campo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 269.431,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5969 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 9346-7
Período de Captação até: 13/05/2024
5 - Processo: 71000.027958/2022-18
Proponente: Escola Jose Alvares de Azevedo
Título: Esporte Paralímpico para Todos
Registro: 2200402
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 89.585.038/0001-87
Cidade: Rio Grande UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 464.551,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2694 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 75296-7
Período de Captação até: 13/05/2024
6 - Processo: 71000.025410/2022-25
Proponente: Instituto de Promoção do Paradesporto
Título: IPP Vôlei Sentado 2022
Registro: 2200336
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.235.890/0001-95
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 321.433,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3273 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 23736-1
Período de Captação até: 13/05/2024
7 - Processo: 71000.025214/2022-51
Proponente: Instituto de Promoção do Paradesporto
Título: IPP Atletismo Paralímpico Medalha de Ouro
Registro: 2200331
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.235.890/0001-95
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 292.001,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3273 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 23735-3
Período de Captação até: 13/05/2024
8 - Processo: 71000.042891/2022-33
Proponente: Instituto Santa Cruz de Esportes
Título: Esporte Transforma - Santa Cruz
Registro: 2200688
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.444.207/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 208.752,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1257 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 119208-6
Período de Captação até: 08/06/2024
9 - Processo: 71000.029045/2022-28
Proponente: São Gonçalo Esporte Clube
Título: Esporte, Educação e Impacto Social- Futebol
Registro: 2200450
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.950.170/0001-89
Cidade: São Gonçalo UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.065.124,79
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 3302-2
Período de Captação até: 08/06/2024
10 - Processo: 71000.029057/2022-52
Proponente: São Gonçalo Esporte Clube
Título: Niterói Esporte Clube- Atletismo, LPO e Tiro com Arco
Registro: 2200457
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.950.170/0001-89
Cidade: São Gonçalo UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.082.848,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 03300-6
Período de Captação até: 08/06/2024
11 - Processo: 71000.029056/2022-16
Proponente: São Gonçalo Esporte Clube
Título: Niterói Esporte Clube- Badminton e Skate
Registro: 2200456
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.950.170/0001-89
Cidade: São Gonçalo UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 666.357,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 03298-0
Período de Captação até: 08/06/2024
12 - Processo: 71000.029055/2022-63
Proponente: São Gonçalo Esporte Clube
Título: Niterói Esporte Clube - Artes Marciais
Registro: 2200455
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.950.170/0001-89
Cidade: São Gonçalo UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 982.801,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 3297-2
Período de Captação até: 08/06/2024

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.018818/2022-41

No Diário Oficial da União nº 93, de 18 de maio de 2022, na Seção 1, página 134 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.523/2022, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para captação: R$ 838.213,75, leia-se: Valor autorizado para captação: R$ 1.093.803,15.

Processo Nº 71000.039151/2022-10

No Diário Oficial da União nº 123, de 1 de julho de 2022, na Seção 1, página 26 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.534/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2924 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68434-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2942 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68434-1.

Processo Nº 71000.035155/2022-29

No Diário Oficial da União nº 123, de 1 de julho de 2022, na Seção 1, página 26 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.534/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2924 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68446-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2942 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68446-5.

Processo Nº 71000.035154/2022-84

No Diário Oficial da União nº 123, de 1 de julho de 2022, na Seção 1, página 26 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.534/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2924 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68445-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2942 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68445-7.

rocesso Nº 71000.035152/2022-95

No Diário Oficial da União nº 123, de 1 de julho de 2022, na Seção 1, página 26 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.534/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2924 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68444-9, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2942 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68444-9.

Processo Nº 71000.026804/2019-03

No Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2019, na Seção 1, página 587 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.303/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0415 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 53397-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0415 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 57447-3.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 6.087, DE 4 DE JULHO DE 2022

Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 26-A da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, nos arts. 12 e 14 do Anexo I do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de2020, na Portaria MCTI nº 5.109, de 16 de agosto de 2021, na Portaria MCTI nº 4.578, de 22 de março de 2021, e em conformidade com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações de 2016/2022, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI, com abrangência nacional, visando a popularização e divulgação da ciência e da tecnologia, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a fim de ampliar a participação social e fortalecer os projetos de olimpíadas científicas.

Art. 2º As ações apoiadas no contexto do Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI buscam o comprometimento da sociedade, da academia e dos governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o conhecimento e participação no Programa, e assim sensibilizar e motivar a equipe técnica escolar, a exemplo do corpo docente e de equipes de apoio, para uma participação colaborativa e executiva, objetivando:

I - aumentar a participação dos estudantes de educação básica nas mais diversas olimpíadas científicas;

II - revelar talentos para as áreas científicas e tecnológicas;

III - melhorar engajamentos em diversos programas científicos e tecnológicos;

IV - ampliar sistematicamente a percepção do papel da Ciência, Tecnologia e Inovação na sociedade e no desenvolvimento humano e sustentável, especialmente entre jovens e crianças;

V - ampliar ações de educação, popularização e divulgação científica para diferentes públicos, alcançando amplos setores da sociedade brasileira;

VI - fortalecer o enfrentamento participativo e colaborativo de desafios locais e regionais;

VII - aumentar o número de estudantes brasileiros interessados em seguir carreiras científicas;

VIII - ampliar a participação do País em olimpíadas científicas internacionais; e

IX- incrementar as ações conjuntas de divulgação científica entre universidades, institutos de pesquisa, sociedades científicas e escolas de ensino fundamental, médio e técnico.

Art. 3º São princípios do Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI:

I- igualdade

II - inclusão social; e

III - combate à desigualdade regional.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão manifestar interesse na implementação, no seu território, do Selo Cidade Olímpica da Ciência MCTI.

§ 1º A Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência proporá ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações o regulamento definindo o procedimento para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI serão responsáveis pelas ações administrativas necessárias para o alcance dos objetivos do Programa, naquilo que lhes competir, devendo ainda:

I- fornecer informações acerca das escolas, número de alunos em cada idade escolar, premiação de olimpíadas recebidas; e

II- realizar, em parcerias com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, eventos de difusão para identificar talentos precoces, com a inserção de alunos e professores, potencializando uma mudança de percepção e atitude.

Art. 5º O Programa poderá contar com parcerias entre os setores públicos e privados com vistas a trabalhar demandas presentes e tendências de olimpíadas, utilizar estruturas estabelecidas e oportunizar experimentação de projetos.

Art. 6º Para a promoção dos objetivos previstos nesta Portaria poderão ser utilizados instrumentos jurídicos legalmente previstos, desde que observadas as respectivas normas de regência.

Art. 7º O Programa será coordenado pela Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que adotará, em articulação com as outras unidades deste Ministério, as medidas e ações necessárias para a gestão, implementação e monitoramento do Programa. Parágrafo único. A Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações poderá convidar representantes da sociedade, da academia e de outros entes federativos para debater as ações a serem implementadas no âmbito do Programa, sem qualquer direito à remuneração.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 5.645, DE 18 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.678.601/0001-05, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 29 (vinte e nove), em caráter SECUNDÁRIO e com tecnologia digital, no município de Cristalina, estado de Goiás.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV SERRA AZUL LTDA, pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 05.341.959/0001-04, cuja outorgada foi deferida por meio do Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002, e ratificada por meio do Decreto Legislativo nº 504, de 17 de agosto de 2004, publicado no Diário Oficial de 18 de agosto de 2004, para execução do referido serviço no município de Mateus Leme, estado de Minas GErais.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.563, DE 11 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.026696/2013-93, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.312/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00252/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, em razão do exaurimento dos efeitos e da desistência do pedido de renovação, a outorga anteriormente concedida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA (CNPJ nº 43.665.629/0001-63), nos termos do Decreto nº 32.835, de 22 de maio de 1953, publicado em 26 de maio de 1953, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda curta, no município de Aparecida, estado de São Paulo.

Parágrafo único. O serviço de que trata o caput se encontrava em funcionamento em caráter precário desde 1º de novembro de 2013, conforme os termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.564, DE 11 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 31, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 53000.011305/2013-36, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.617/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00254/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, em razão do exaurimento dos efeitos e da desistência do pedido de renovação, a outorga anteriormente concedida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA (CNPJ nº 43.665.629/0001-63), nos termos do Decreto nº 32.835, de 22 de maio de 1953, publicado em 26 de maio de 1953, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, no município de Aparecida, estado de São Paulo.

Parágrafo único. O serviço de que trata o caput se encontrava em funcionamento em caráter precário desde 1º de novembro de 2013, conforme os termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 1º DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018 e/ou nº 858, de 18 de dezembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão que, por este ato, fica convertida em multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.072178/2015	Morro Alto FM Ltda	FM	Rosário do Sul	RS	Multa	3.927,27	Art. 38, "e", da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 3808 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.071834/2015	Rádio Mostardas Ltda	FM	Mostardas	RS	Multa	5.690,53	Art. 38, "e" e 62, da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 3816 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.052270/2015	Associação Cultural São Pedro Apóstolo	RADCOM	São Pedro do Ivaí	PR	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, XII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4783 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.070536/2015	Associação Comunitária de Abadia de Goiás	RADCOM	Abadia de Goiás	GO	Multa	1.448,18	Art. 40, V, VII e XXIX do Decreto nº 2.615/98	Portaria DEIRF n° 4785 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 Portaria MC n° 562/2011
53900.070682/2015	Rádio Guarita Limitada	OM	Coronel Bicaco	RS	Multa	2.805,19	Art. 62 da Lei nº 4.117/62	Portaria DEIRF n° 4787 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.071487/2015	Rádio Sentinela de Ourinhos Ltda	FM	Ourinhos	SP	Multa	3.740,26	Art. 62 da Lei nº 4.117/62	Portaria DEIRF n° 4794 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

53900.071364/2015	Associação Cultural e Comunitária - Rádio do Povo	RADCOM	Coronel Bicaco	RS	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4820 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.070639/2015	Associação Comunitária Cultural 'Professora Elzita Santana'	RADCOM	Nerópolis	GO	Multa e Advertência	1.659,16	Art. 40, VII, XV, XVII e XXIX do Decreto nº 2.615/98	Portaria DEIRF n° 4861 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 Portaria MC n° 562/2011
53900.028010/2014	Rádio Comunitária Araripina FM	RADCOM	Araripina	PE	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5283 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.050067/2018	Fundação Maria Rainha da Paz	FME	Manhuaçu	MG	Multa	3.193,77	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99 e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5290 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53000.016774/2014	Fundacao Mater Ecclesiae	FME	São José do Rio Preto	SP	Multa	2.570,24	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99, e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5334 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.071442/2015	Rádio Progresso de Ijuí Ltda	FM	Ijuí	RS	Multa	4.581,81	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5960 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.019567/2019	Rádio Grande BH Ltda (Antiga Rádio Altaneira Ltda)	RTV	Contagem	MG	Multa	870,75	Art. 27 e 31 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DEIRF n° 6022 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

PORTARIAS DE 4 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 858, de 18 de dezembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão que, por este ato, fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.043250/2016	Rádio Vale dos Sinos Ltda	FM	Campo Bom	RS	Multa	3.565,71	Art. 38, "b", da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6075 de 04/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.073424/2015	Rádio Charrua Ltda	FM	Uruguaiana	RS	Multa	4.488,31	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6077 de 01/07/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

RESOLUÇÃO CGF Nº 152, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Plano de Aplicação de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para o período 2022-2024.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - CGF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelos incisos II, III e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo inciso III do art. 2º do Anexo à Resolução CGF nº 150, de 4 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para o período 2022-2024, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Após o encerramento do exercício, o BNDES deverá apresentar ao Conselho Gestor do Funttel um relatório de gestão anual, destacando os resultados alcançados pelos projetos apoiados com recursos do Fundo.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CGF nº 143, de 9 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO
Presidente do Conselho

ANEXO

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS 2022-2024 - BNDES

Agente Financeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Base legal: art. 2º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000. Operacionalização: operação oficial de crédito, ao amparo da dotação constante da Lei nº 14.303 (Lei Orçamentária Anual), de 21 de janeiro de 2022, na ação 0505 (Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações), a ser instrumentalizada por meio de contrato de empréstimo de longa duração a ser celebrado entre a União e o BNDES, nos termos do art. 27 da Resolução nº 66, de 28 de outubro de 2010, para aplicação em programas alinhados aos objetivos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, de acordo com o art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000, e nas modalidades de aplicação previstas no § 1º do art. 15 da Resolução nº 66, de 2010. Beneficiários dos recursos de acordo com o art. 7º da Resolução CGF nº 66, de 2010. Resultados medidos por indicadores, nos termos da Resolução nº 92, de 8 de outubro de 2012. Valor autorizado para empréstimo de recursos do Funttel ao BNDES no exercício de 2022: até R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Valor a ser contratado sujeito à disponibilidade orçamentária. Repasse de recursos sujeito aos limites financeiros. Estimativa de captação de recursos junto ao Funttel em 2023 e 2024: R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em cada um dos exercícios, condicionada à aprovação das leis orçamentárias anuais dos exercícios correspondentes, inclusive eventuais créditos suplementares. Programas: 1. Plano de Inovação de Fornecedores e Operadoras. Objetivos: fortalecimento das competências e competitividade de empresas inovadoras por meio do financiamento de planos de inovação. Remuneração do BNDES limitada a 2,5% ao ano. Taxa de Risco de Crédito variável conforme políticas operacionais vigentes. Financiamento de até 100% dos itens apoiáveis, de acordo com as políticas operacionais do agente financeiro. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado, conforme política operacional do BNDES. Prazo de financiamento até 10 anos. 2. Ampliação da Capacidade Produtiva para Bens e Serviços. Objetivos: fortalecimento da competitividade e da geração de empregos por empresas por meio do financiamento de projetos de modernização e de expansão de capacidade produtiva. Remuneração do BNDES limitada a 2,5% ao ano. Taxa de Risco de Crédito variável conforme políticas operacionais vigentes. Financiamento de até 100% dos itens apoiáveis, de acordo com as políticas operacionais do agente financeiro. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado, conforme política operacional do BNDES. Prazo de financiamento até 10 anos. 3. Aquisição, Comercialização e Exportação de Equipamentos com Tecnologia Desenvolvida no Brasil. Objetivos: fortalecimento de desenvolvedores locais de tecnologia e o apoio à modernização e à ampliação das redes de telecomunicações. Modalidades: Direta, Indireta e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Remuneração do BNDES limitada a 2,5% ao ano. Taxa de Risco de Crédito variável conforme políticas operacionais vigentes do BNDES e Agentes Financeiros Credenciados (modalidade indireta). Financiamento de até 100% dos itens apoiáveis. Itens financiáveis: aquisição, comercialização e exportação de equipamentos de telecomunicações desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, que pertençam à posição NCM 85.17 (mínimo de 30% do valor do projeto); equipamentos de telecomunicações produzidos localmente (PPB), que pertençam à posição NCM 85.17; aquisição de cabos de fibra óptica desenvolvidos no País, que pertençam à posição NCM 85.44.70. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado, conforme política operacional do BNDES. Prazo de financiamento até 10 anos. 4. Aquisição, Comercialização e Exportação de Soluções de IoT. Objetivos: financiamento à aquisição, à comercialização e à exportação de soluções de IoT com adoção de sistemas e equipamentos produzidos e desenvolvidos no País, visando o fortalecimento dos desenvolvedores locais de tecnologia. Remuneração do BNDES limitada a 2,5% ao ano. Taxa de Risco de Crédito variável conforme políticas operacionais vigentes. Financiamento de até 100% dos itens apoiáveis. Itens financiáveis: sistemas integrados de IoT com relevante conteúdo nacional, conforme critérios a serem definidos pelo BNDES. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado, conforme política operacional do BNDES. Prazo de financiamento até 10 anos. Tabela Resumo do Plano de Aplicação de Recursos:

Ano	2022	2023 (estimativa de contratação)	2024 (estimativa de contratação)	Total
Valor Reembolsável (R$)	até 250.000.000,00	250.000.000,00	250.000.000,00	750.000.000,00

RESOLUÇÃO CGF Nº 153, DE 5 JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Plano de Aplicação de Recursos da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, para o período 2022-2024.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - CGF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo incisos III e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo inciso III do art. 2º do Anexo à Resolução nº 150 do CGF, de 04 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, para o período 2022-2024, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Após o encerramento do exercício, a Finep deverá apresentar ao Conselho Gestor do Funttel um relatório de gestão anual, destacando os resultados alcançados pelos projetos apoiados com recursos do Fundo.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CGF nº 144, de 9 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO
Presidente do Conselho

ANEXO

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS 2022-2024 - Finep

Agente Financeiro: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. Base legal: art. 2º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000. Recurso Reembolsável. Operacionalização: operação oficial de crédito, ao amparo da dotação constante da Lei nº 14.303 (Lei Orçamentária Anual), de 21 de janeiro de 2022, na ação 0505 (Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações), a ser instrumentalizada por meio de contrato de empréstimo de longa duração a ser celebrado entre a União e a Finep, nos termos do art. 27 da Resolução nº 66, de 28 de outubro de 2010, para aplicação em programas alinhados aos objetivos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, de acordo com o art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000, e nas modalidades de aplicação previstas no § 1º do art. 15 da Resolução nº 66, de 2010. Beneficiários dos recursos de acordo com o art. 7º da Resolução CGF nº 66, de 2010. Resultados medidos por indicadores, nos termos da Resolução nº 92, de 8 de outubro de 2012. Valor autorizado para empréstimo de recursos do Funttel à Finep no exercício de 2022: até R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Valor a ser contratado sujeito à disponibilidade orçamentária. Repasse de recursos sujeito aos limites financeiros. Estimativa de captação de recursos junto ao Funttel em 2023 e 2024: R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), em cada um dos exercícios, condicionada à aprovação das leis orçamentárias anuais dos exercícios correspondentes, inclusive eventuais créditos suplementares. Programas: 1. Finep Telecom (Apoio Direto à Inovação). Objetivos: apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas e outras pessoas jurídicas de direito privado. Remuneração da Finep limitada a Taxa Referencial (TR) + 5% a.a., carência até 60 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado. Prazo de financiamento até 240 meses. 2. Finep IoT (Ação de Fomento à Inovação em Internet das Coisas). Objetivos: apoiar empresas na execução de projetos que resultem em inovações de produto e/ou processo e que tenham como referência o conceito de Internet das Coisas (IoT) e demais tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0. Remuneração da Finep limitada a TR + 5% a.a., carência até 60 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado. Prazo de financiamento até 240 meses. 3. Finep Aquisição Inovadora Telecom (Programa de Apoio à Aquisição Inovadora em Empresas de Telecomunicações). Objetivos: financiar a aquisição de equipamentos de telecomunicações e cabos de fibra óptica desenvolvidos no País. Limite mínimo de 30% do apoio para equipamentos de telecomunicações (NCM 85.17) com tecnologia nacional; e limite máximo de até 70% para cabos de fibra óptica reconhecidos pela Portaria MCT nº 950/2006 e equipamentos de telecomunicações (NCM 85.17) com PPB. Remuneração da Finep limitada a TR + 7% a.a., carência até 36 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado. Prazo de financiamento até 120 meses. 4. Difusão Tecnológica para Inovação. Objetivos: aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, bens de informática e automação que proporcionem modernização de infraestrutura tecnológica e elevação de produtividade para a ampliação da competitividade da indústria de telecomunicações brasileira, com impactos relevantes sobre o desempenho das empresas e sobre a capacidade de inovação. Remuneração da Finep limitada a TR + 6,5% a.a., carência até 36 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Prazo de financiamento até 120 meses. 5. Finep Inovacred 4.0. Objetivos: financiar a demanda das micro, pequenas e médias empresas brasileiras na implantação de planos de digitalização - que resultem em inovações de processo baseadas na implementação de tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0, bem como na elevação da capacidade tecnológica e de formulação de projetos de empresas integradoras - por meio do financiamento dos serviços de elaboração e implantação de equipamentos e softwares necessários para esse fim. Remuneração da Finep limitada a TR + 6% a.a., carência até 36 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Prazo de financiamento até 96 meses. 6. Finep Inovacred Telecom. Objetivos: apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de de pequenas e médias empresas e outras pessoas jurídicas de direito privado, que resultem em novos ou aprimorados produtos, processos e serviços, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, inclusive nas áreas de semicondutores, soluções de Internet das Coisas, entre outros. Remuneração da Finep limitada a TR + 6% a.a., carência até 36 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Possibilidade de financiamento de capital de giro associado ao projeto limitado a 30% do valor financiado. Prazo de financiamento até 132 meses. 7. Finep 5G. Objetivos: apoiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas para infraestrutura de rede e de novos produtos, processos e serviços potencializados pela adoção da tecnologia 5G, bem como para instalação de redes 5G privadas. Limite mínimo de 30% do valor total do projeto deverá ser gasto com Bens Desenvolvidos no País nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e que pertençam à posição NCM 85.17, e com produtos de telecomunicações produzidos de acordo com o PPB e que pertençam à posição NCM 85.17, sendo que as despesas com Bens Desenvolvidos no País devem representar no mínimo 20% do valor total do projeto; e limite máximo de 30% do valor total do projeto para gastos com máquinas e equipamentos importados. Remuneração da Finep limitada a TR + 6% a.a., carência até 36 meses, financiamento de até 100% dos itens financiáveis. Prazo de financiamento até 240 meses. 8. FIP Inova Empresa. Objetivos: promover aquisição de participação societária em empresas inovadoras brasileiras que desenvolvam tecnologias estratégicas e/ou relevantes para o setor de telecomunicações. 9. Finep Startup. Objetivos: apoiar a inovação em pequenas empresas de base tecnológica nas quais se verifica um expressivo gap de apoio existente entre o aporte feito por programas como Centelha e Tecnova (operados pela própria Finep), programas de aceleração, ferramentas de financiamento coletivo (crowdfunding) e o aporte feito por fundos de seed money e venture capital. Recurso Não Reembolsável Exclusive Fundação CPQD. Operacionalização: descentralização orçamentária, ao amparo da dotação constante da Lei nº 14.303 (Lei Orçamentária Anual), de 21 de janeiro de 2022, na ação 00TS (Política Produtiva e Inovação Tecnológica), a ser instrumentalizada por meio de convênio de pesquisa, desenvolvimento e inovação a ser celebrado entre a Finep e o Convenente, para aplicação em projetos alinhados aos objetivos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, de acordo com o art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000. Beneficiários dos recursos de acordo com o art. 7º da Resolução CGF nº 66, de 2010. Resultados medidos por indicadores, nos termos da Resolução nº 92, de 8 de outubro de 2012. Valor autorizado para descentralização orçamentária à Finep no exercício de 2022: até R$ 3.800.000,00 (três milhões oitocentos mil reais). Valor sujeito à disponibilidade orçamentária. Repasse de recursos sujeito aos limites financeiros. Projeto: Segmento Solo como Serviço - Fase 1, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, autorizado pela Resolução CGF nº 147, de 04 de novembro de 2021. Tabela Resumo do Plano de Aplicação de Recursos:

Ano	2022	2023 (estimativa de contratação)	2024 (estimativa de contratação)	Total (estimativa)
Valor Reembolsável (R$)	até 90.000.000,00	180.000.000,00	180.000.000,00	450.000.000,00
Valor Não-Reembolsável (R$)	até 3.800.000,00	-	-	3.800.000,00
Total	até 93.800.000,00	180.000.000,00	180.000.000,00	453.800.000,00

RESOLUÇÃO CGF Nº 154, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução CGF nº 140, de 8 de junho de 2021.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - CGF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2020, pelos incisos VI e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelos incisos VII e IX do art. 2º do Anexo à Resolução nº 150, de 4 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CGF nº 140, de 8 de junho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel" (NR)

"Art. 1º Aprovar a Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, nos termos do Anexo a esta Resolução.

.....

§2º A Agenda deverá ser revista a cada exercício." (NR)

Art. 2º Alterar o Anexo I à Resolução CGF nº 140, de 8 de junho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel

.....

9. ..... Prazo: agosto de 2022.

.....

13. ..... Prazo: março de 2023.

.....

15. ..... Prazo: dezembro de 2022.

16. Aperfeiçoamento do relatório de indicadores do Funttel. Prazo: setembro de 2022.

17. ..... Prazo: dezembro de 2022.

18. Proposta de resolução que dispõe sobre transferências voluntárias, no âmbito do Funttel, a instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Prazo: março de 2023.

19. ..... Prazo: setembro de 2023.

.....

21. Avaliação ex post da política pública do Funttel. Prazo: dezembro de 2022.

22. Realização de consulta pública sobre prioridades da política pública de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicada ao setor de telecomunicações. Prazo: dezembro de 2022.

23. Revisão da Resolução de Indicadores do Funttel. Prazo: junho de 2023.

24. Revisão do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001. Prazo: setembro de 2023.

25. Elaboração do Programa de Integridade do Funttel. Prazo: dezembro de 2023.

26. Revisão da Carta de Serviços do Funttel. Prazo: dezembro de 2023." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CGF Nº 155, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução nº 66, de 28 de outubro de 2010.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - CGF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2020, pelos incisos II e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelos incisos II e IX do art. 2º do Anexo à Resolução nº 150, de 4 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 66, de 28 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

III - empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País;

IV - empresas que desenvolvam bens e serviços especializados para o setor de telecomunicações, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País; e

V - empresas fornecedoras de bens e serviços especializados para o setor de telecomunicações, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País.

§ 1º No caso das prestadoras de serviços de telecomunicações dispensadas de autorização para exploração do serviço, o comprovante de cadastro de dispensa de autorização na Agência Nacional de Telecomunicações poderá ser aceito pelos agentes financeiros para fins de enquadramento no inciso III.

§ 2º No caso das prestadoras que operem serviços de telecomunicações de interesse restrito, os recursos do Funttel deverão ser aplicados em programas voltados à aquisição de sistemas e equipamentos de telecomunicações, em conformidade com as condições estabelecidas nos Planos de Aplicação de Recursos dos agentes financeiros e aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO
Presidente do Conselho

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 8.996, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.005151/2022-63. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A., CNPJ nº 05.872.814/0001-30, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 8.519, DE 20 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.005037/2022-33. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Fundacao Rancharienses, CNPJ nº 09.645.008/0001-80, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 8.299, DE 14 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.002237/2022-02. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.42/10001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.843, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.003760/2022-88. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JOSE MESSIAS PICOLO, CPF nº ***.878.898-**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.591, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.003438/2022-59. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MUNICIPIO DE BROTAS, CNPJ nº 46.362.927/0001-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.412, DE 1º DE JULHO DE 2022

Processo nº 53508.003172/2022-12. Expede autorização à Bernardo Anastasia Cardoso de Oliveira, CPF nº ***.952.167-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.404, DE 1º DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.004454/2022-69. Expede autorização à Ramon Freire de Oliveira, CPF nº ***.206.238-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente)

ATO Nº 9.400, DE 1º DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.004515/2022-98. Expede autorização à Jose Carlos Alcolea, CPF nº ***.821.928-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.348, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.003171/2022-60. Expede autorização à Harry Herchel Adler, CPF nº ***.983.507-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.357, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004501/2022-74. Expede autorização à Benedito Aparecido da Silva, CPF nº ***.505.328-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.129, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.003174/2022-01. Expede autorização à Henrique Steuer Imbassahy de Mello, CPF nº ***.996.317-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.128, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004446/2022-12. Expede autorização à Claudio Fernandes Lopes, CPF nº ***.445.088-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.123, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004320/2022-48. Expede autorização à Wesley Daniel de Sousa Nagy, CPF nº ***.483.958-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.116, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004269/2022-74. Expede autorização à CCDA SERVICOS LTDA , CNPJ nº 36.958.029/0001-28, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004200/2022-41. Expede autorização à Fabiano Gil de Sousa, CPF nº ***.422.058-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.088, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004452/2022-70. Expede autorização à Lucas Thiago Ferreira da Rocha, CPF nº ***.423.938-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.066, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.003153/2022-88. Expede autorização à Eutom Henrique Alves de Sousa, CPF nº ***.452.697-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.050, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004390/2022-04. Expede autorização à Sidney Delamico Junior, CPF nº ***.992.278-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.008, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53512.000268/2022-51. Expede autorização à Pchj Participacoes Ltda, CNPJ nº 44.357.027/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.005, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004216/2022-53. Expede autorização à Bruno Cordeiro de Melo, CPF nº ***.698.748-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 9.000, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004165/2022-60. Expede autorização à Fabio Aurelio Oliveira Goes, CPF nº ***.392.988-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 8.992, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004203/2022-84. Expede autorização à Escave Bahia Engenharia e Saneamento Ltda, CNPJ nº 08.389.498/0001-38, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.971, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.002169/2022-73. Expede autorização à Carlos Eduardo D Avila Garcia Isaias, CPF nº ***.482.357-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 8.967, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53508.003157/2022-66. Expede autorização à Leonardo Santos de Macedo, CPF nº ***.903.127-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 9.118, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53512.000049/2020-19- Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço de Interesse Restrito, expedidas às entidades relacionadas em anexo, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada ao Serviço Limitado Privado - Estações Itinerantes, com fulcro no parágrafo único do art. 30 do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, no parágrafo 7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 03 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.
AFEQUE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, SLPI, 02841990000388; CONDOMINIO DO CENTRO EMPRESARIAL SHOPPING CACHOEIRO, SLPI, 36401909000107; CONDOMINIO DO EDIFICIO CASTELAMARE, SLPI, 28522860000104; CONDOMINIO DO EDIFICIO TIFFANY CENTER, SLPI, 02636859000117;

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 9.604, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53516.009749/2022-92: Extinguir, por cassação, a autorização no Serviço de Interesse Restrito outorgada à CARLOS ALBERTO DA SILVA CALADO, CPF nº ***.079.639-**, por perdas das condições indispensáveis à manutenção da autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.608, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53516.009738/2022-11: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à CLAUDIO DA MATA MARTINS, CPF nº ***.227.941-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.646, DE 5 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53569.001050/2022-69: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à CAMILA BLUM MARQUES, CPF nº ***.511.089-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Extinguir, por cassação, a autorização no Serviço de Interesse Restrito outorgada aos abaixo identificados por perdas das condições indispensáveis à manutenção da autorização:

Nº 9.647 - Processo nº 53516.009747/2022-01: ALTAIR CORDEIRO DE SOUZA, CPF nº ***.006.199-**.

Nº 9.653 - Processo nº 53516.009684/2022-85: WAGNER BORGES BUENO, CPF nº ***.671.959-**.

Nº 9.668 - Processo nº 53516.009772/2022-87: JOSUEL RECIOTE RIBEIRO, CPF nº ***.493.949-**.

Nº 9.669 - Processo nº 53516.009773/2022-21: ANTONIO MARCOS GONÇALVES, CPF nº ***.038.629-**.

Nº 9.670 - Processo nº 53516.009774/2022-76: ELIZEU DA SILVA LIMA, CPF nº ***.497.429-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.664, DE 5 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53516.009743/2022-15: Expede à O.G.MORAES & M.S.B.RODRIGUES LTDA, CNPJ nº 10.687.479/0001-30, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 15 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.410 - Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a FRANCISCO CHAGAS BRITO, inscrita no CPF nº ***.493.406-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 8.415 - Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a PARACATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.428.825/0001-89, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 8.422 - Outorga autorização de uso das radiofrequências a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0026-52, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

ANDRÉIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 22 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.685 - Expede autorização a PEQUENA CENTRAL HIDRELETRICA ZE TUNIN S.A., CNPJ nº 12.412.280/0002-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 8.687 - Expedir autorização a NORALDINO LUCIO DIAS JUNIOR, CPF nº ***.824.166-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDRÉIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 9.420 - Processo nº 53504.005038/2022-88. CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47.

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 9.414 - Processo nº 53504.003879/2022-51. VINICIUS SUZUKI SAMPAIO, CPF nº ***.854.288-**.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 4 DE JULHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 9.602 - Processo nº 53504.004619/2022-01. Aero Azul Administração e Participações Ltda, CNPJ nº 45.872.797/0001-55;

Nº 9.606 - Processo nº 53504.004946/2022-54. Borges Monitoramento e Rastreamento Ltda, CNPJ nº 33.589.560/0001-82.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 9.649, DE 5 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à CASSIO DOUGLAS DA SILVA SALES, CPF nº ***.816.313-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 9.060, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53542.001307/2022-81. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a MIRON ANDRADE, CPF nº ***.962.121-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 29 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.134. Processo nº 53542.001627/2022-31. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JERONIMO GOMES DE PAIVA, CPF nº ***.599.971-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 9.140. Processo nº 53542.001619/2022-94. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a FRANCISCO RIOS DA SILVA NETO, CPF nº ***.828.071-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.358. Processo nº 53542.001987/2022-32. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a DJALMA SEVERIANO DA FONSECA, CPF nº ***.678.861-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 9.361. Processo nº 53542.001546/2022-31. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ALMIR DOS ANJOS SILVA, CPF nº ***.761.041-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela

Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

Nº 9.399. Processo nº 53542.004795/2022-88. Expede autorização a MKG CONSULTORIA E NEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº 42.548.887/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.401. Processo nº 53542.001637/2022-76. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JUCAS AQUINO GOMES, CPF nº ***.414.321-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 9.403. Processo nº 53542.004873/2022-44. Expede autorização a FREDERICO SCHINEIDER ANDRADE MARQUES, CPF nº ***.906.491-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.405. Processo nº 53542.004874/2022-99. Expede autorização a GREEN GOLD MINERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 38.034.789/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.407. Processo nº 53542.001621/2022-63. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a GILDEIR ALVES TEIXEIRA, CPF nº ***.168.611-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 9.411. Processo nº 53542.001633/2022-98. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOCIANE ANDRADE, CPF nº ***.423.081-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 2 DE JULHO DE 2022

Nº 9.427. Processo nº 53542.001634/2022-32. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSE AMARO DA SILVA, CPF nº ***.068.691-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 9.428. Processo nº 53542.001635/2022-87. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSE FLAVIO DOS SANTOS FERREIRA, CPF nº ***.547.373-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 9.429. Processo nº 53542.001580/2022-13. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a CLAUDIO DOMINGOS DO NASCIMENTO JUNIOR, CPF nº ***.652.731-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 9.418, DE 1º DE JULHO DE 2022

Expedir autorização a PAULO ROGERIO DIAS DA SILVA GONCALVES, CPF: XXX.529.104-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 9.419, DE 1º DE JULHO DE 2022

Expedir autorização a FENIX - PARTICIPACOES EIRELI, CNPJ: 14.660.648/0001-07, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 9.422, DE 1º DE JULHO DE 2022

Decretar a extinção do serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade SERGIO MURILO DA SILVA, CPF: XXX.533.404-XX

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 9.592, DE 4 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização a GUILHERME MEDEIROS CALDAS BAHIA, CPF: XXX.301.584-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.350 - Processo nº 53578.001238/2021-17: Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a Carmem Moreira, CPF nº ***.237.002-**e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 9.349 - Processo nº 53578.002766/2022-74: Extingue, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Limitado Móvel Marítimo, outorgada a EDILSON ALVES VIANA, CPF nº ***.206.072-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 22 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.621 Processo nº 53500.049779/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lins/SP.

Nº 8.622 Processo nº 53500.050355/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio Cultura de Xaxim Ltda, CNPJ 79.247.888/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Xaxim/SC.

Nº 8.623 Processo nº 53500.053030/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Roca Sales/RS.

Nº 8.624 Processo nº 53500.053034/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indiara/GO.

Nº 8.625 Processo nº 53500.053035/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vicentinópolis/GO.

Nº 8.626 Processo nº 53500.053036/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Água Clara/MS.

Nº 8.627 Processo nº 53500.053044/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Anhanguera/GO.

Nº 8.628 Processo nº 53500.053046/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sampaio/TO.

Nº 8.629 Processo nº 53500.053051/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Roca Sales/RS.

Nº 8.630 Processo nº 53500.053052/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indiara/GO.

Nº 8.631 Processo nº 53500.053054/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vicentinópolis/GO.

Nº 8.632 Processo nº 53500.053056/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Água Clara/MS.

Nº 8.633 Processo nº 53500.053060/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Anhanguera/GO.

Nº 8.634 Processo nº 53500.053061/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sampaio/TO.

Nº 8.635 Processo nº 53500.053064/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME, CNPJ 08.777.397/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaguariaíva/PR.

Nº 8.636 Processo nº 53500.053067/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE APIUNA, CNPJ 79.373.767/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Apiúna/SC.

Nº 8.637 Processo nº 53500.053070/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ampére/PR.

Nº 8.638 Processo nº 53500.053071/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campina da Lagoa/PR.

Nº 8.639 Processo nº 53500.053072/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cândido de Abreu/PR.

Nº 8.640 Processo nº 53500.053073/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Candói/PR.

Nº 8.641 Processo nº 53500.053074/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mangueirinha/PR.

Nº 8.642 Processo nº 53500.053078/2022-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Roca Sales/RS.

Nº 8.643 Processo nº 53500.053475/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL, CNPJ 82.939.406/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capinzal/SC.

Nº 8.644 Processo nº 53500.053479/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO, CNPJ 18.114.272/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Divino/MG.

Nº 8.645 Processo nº 53500.053480/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, CNPJ 27.174.168/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapemirim/ES.

Nº 8.646 Processo nº 53500.053483/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO, CNPJ 18.404.889/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Novo Cruzeiro/MG.

Nº 8.647 Processo nº 53500.053485/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE PINHALZINHO, CNPJ 83.021.857/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pinhalzinho/SC.

Nº 8.648 Processo nº 53500.053486/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENCA, CNPJ 76.205.681/0001-96, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Renascença/PR.

Nº 8.649 Processo nº 53500.053489/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, CNPJ 82.892.324/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 23 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.721 Processo nº 53500.053258/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Teresina/PI.

Nº 8.722 Processo nº 53500.053852/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo Ii, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Goiabal/MG.

Nº 8.723 Processo nº 53500.053846/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Espinosa/MG.

Nº 8.724 Processo nº 53500.053851/2022-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo Ii, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Braúnas/MG.

Nº 8.725 Processo nº 53500.053849/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lamim/MG.

Nº 8.726 Processo nº 53500.053844/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME, CNPJ 08.777.397/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Feira Nova/PE.

Nº 8.727 Processo nº 53500.051165/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VENEZA LTDA, CNPJ 11.576.360/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Recife/PE.

Nº 8.728 Processo nº 53500.051309/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ITAPICURU LTDA, CNPJ 10.461.622/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coelho Neto/MA.

Nº 8.729 Processo nº 53500.051311/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ITAPICURU LTDA, CNPJ 10.461.622/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lago do Junco/MA.

Nº 8.730 Processo nº 53500.051312/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ITAPICURU LTDA, CNPJ 10.461.622/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vitória do Mearim/MA.

Nº 8.731 Processo nº 53500.052533/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSAO JOSE JEREMIAS DE OLIVEIRA, CNPJ 02.367.518/0001-93, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Salvador/BA.

Nº 8.732 Processo nº 53500.055381/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Luiz/RR.

Nº 8.733 Processo nº 53500.055533/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA DE RONCADOR LTDA, CNPJ 80.597.925/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Roncador/PR.

Nº 8.734 Processo nº 53500.055866/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rorainópolis/RR.

Nº 8.735 Processo nº 53500.065135/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV IMPERIAL SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 84.046.077/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 8.736 Processo nº 53500.085129/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Plácido de Castro/AC.

Nº 8.737 Processo nº 53500.085130/2022-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Barcelos/AM.

Nº 8.738 Processo nº 53500.085131/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Beruri/AM.

Nº 8.739 Processo nº 53500.085257/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itamarati/AM.

Nº 8.740 Processo nº 53500.085259/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tapauá/AM.

Nº 8.741 Processo nº 53500.099225/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL 'PROFESSOR ROULIEN RIBEIRO LIMA', CNPJ 06.540.654/0001-94, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Arcos/MG.

Nº 8.742 Processo nº 53500.261208/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO 710 DE BAURU LTDA, CNPJ 45.008.398/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Bauru/SP.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 25 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.865 Processo nº 53500.053648/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Oiapoque/AP.

Nº 8.866 Processo nº 53500.053651/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rolim de Moura/RO.

Nº 8.867 Processo nº 53500.085128/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Manoel Urbano/AC.

Nº 8.868 Processo nº 53500.134633/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Redentora/RS.

Nº 8.869 Processo nº 53500.134636/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quilombo/SC.

Nº 8.870 Processo nº 53500.135085/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campinorte/GO.

Nº 8.871 Processo nº 53500.135086/2022-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Belos/GO.

Nº 8.872 Processo nº 53500.135308/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cezarina/GO.

Nº 8.873 Processo nº 53500.135309/2022-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chapadão do Céu/GO.

Nº 8.874 Processo nº 53500.135324/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Crixás/GO.

Nº 8.875 Processo nº 53500.135536/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Petrolina de Goiás/GO.

Nº 8.876 Processo nº 53500.136224/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Araguaia/GO.

Nº 8.877 Processo nº 53500.136226/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serranópolis/GO.

Nº 8.878 Processo nº 53500.136296/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antônio João/MS.

Nº 8.879 Processo nº 53500.136453/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aparecida do Taboado/MS.

Nº 8.880 Processo nº 53500.136455/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 8.881 Processo nº 53500.136457/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia/MS.

Nº 8.882 Processo nº 53500.136459/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacundá/PA.

Nº 8.883 Processo nº 53500.136477/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Independência/RS.

Nº 8.884 Processo nº 53500.136654/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Horizonte/GO.

Nº 8.885 Processo nº 53500.136687/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Amaralina/GO.

Nº 8.886 Processo nº 53500.136918/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeira de Goiás/GO.

Nº 8.887 Processo nº 53500.137373/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Verdes/GO.

Nº 8.888 Processo nº 53500.137375/2022-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cristianópolis/GO.

Nº 8.889 Processo nº 53500.138512/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Edealina/GO.

Nº 8.890 Processo nº 53500.138741/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gouvelândia/GO.

Nº 8.891 Processo nº 53500.138797/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Heitoraí/GO.

Nº 8.892 Processo nº 53500.138973/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itaguaru/GO.

Nº 8.893 Processo nº 53500.139098/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapirapuã/GO.

Nº 8.894 Processo nº 53500.139203/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Matrinchã/GO.

Nº 8.895 Processo nº 53500.139204/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Iguaçu de Goiás/GO.

Nº 8.896 Processo nº 53500.139665/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Quente/GO.

Nº 8.897 Processo nº 53500.140973/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Fé de Goiás/GO.

Nº 8.898 Processo nº 53500.141059/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Goiás/GO.

Nº 8.899 Processo nº 53500.141295/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Taquaral de Goiás/GO.

Nº 8.900 Processo nº 53500.141472/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Trombas/GO.

Nº 8.901 Processo nº 53500.142014/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Redentora/RS.

Nº 8.902 Processo nº 53500.142168/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quilombo/SC.

Nº 8.903 Processo nº 53500.142232/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campinorte/GO.

Nº 8.904 Processo nº 53500.142233/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Belos/GO.

Nº 8.905 Processo nº 53500.142235/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cezarina/GO.

Nº 8.906 Processo nº 53500.142341/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chapadão do Céu/GO.

Nº 8.907 Processo nº 53500.142469/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Crixás/GO.

Nº 8.908 Processo nº 53500.142937/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Petrolina de Goiás/GO.

Nº 8.909 Processo nº 53500.142938/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Araguaia/GO.

Nº 8.910 Processo nº 53500.142939/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serranópolis/GO.

Nº 8.911 Processo nº 53500.142940/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antônio João/MS.

Nº 8.912 Processo nº 53500.142962/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aparecida do Taboado/MS.

Nº 8.913 Processo nº 53500.143156/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 8.914 Processo nº 53500.143178/2022-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacundá/PA.

Nº 8.915 Processo nº 53500.143180/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Independência/RS.

Nº 8.916 Processo nº 53500.143414/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Horizonte/GO.

Nº 8.917 Processo nº 53500.143415/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Amaralina/GO.

Nº 8.918 Processo nº 53500.143416/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeira de Goiás/GO.

Nº 8.919 Processo nº 53500.143645/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cristianópolis/GO.

Nº 8.920 Processo nº 53500.143655/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Edealina/GO.

Nº 8.921 Processo nº 53500.143656/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gouvelândia/GO.

Nº 8.922 Processo nº 53500.143657/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Heitoraí/GO.

Nº 8.923 Processo nº 53500.143892/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itaguaru/GO.

Nº 8.924 Processo nº 53500.144035/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapirapuã/GO.

Nº 8.925 Processo nº 53500.144129/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Matrinchã/GO.

Nº 8.926 Processo nº 53500.144130/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Iguaçu de Goiás/GO.

Nº 8.927 Processo nº 53500.144131/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Quente/GO.

Nº 8.928 Processo nº 53500.144341/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Fé de Goiás/GO.

Nº 8.929 Processo nº 53500.144367/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Goiás/GO.

Nº 8.930 Processo nº 53500.144604/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Taquaral de Goiás/GO.

Nº 8.931 Processo nº 53500.144605/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Trombas/GO.

Nº 8.932 Processo nº 53500.145080/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Tv O Estado Ltda, CNPJ 78.647.633/0001-83, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quilombo/SC.

Nº 8.933 Processo nº 53500.177720/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CATAIA FM LTDA, CNPJ 11.199.509/0001-21, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Magalhães Barata/PA.

Nº 8.934 Processo nº 53500.212601/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Silvânia/GO.

Nº 8.935 Processo nº 53500.212603/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Marapanim/PA.

Nº 8.936 Processo nº 53500.212604/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aceguá/RS.

Nº 8.937 Processo nº 53500.212935/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurilândia/GO.

Nº 8.938 Processo nº 53500.213269/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Silvânia/GO.

Nº 8.939 Processo nº 53500.213579/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Marapanim/PA.

Nº 8.940 Processo nº 53500.213604/2022-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aceguá/RS.

Nº 8.941 Processo nº 53500.213606/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurilândia/GO.

Nº 8.942 Processo nº 53500.213941/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Independência/RS.

Nº 8.943 Processo nº 53500.286700/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EDUCADORA DE IPIAU LTDA, CNPJ 14.300.867/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ipiaú/BA.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.234 Processo nº 53500.267648/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ubaíra/BA.

Nº 9.235 Processo nº 53500.268841/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Bento do Una/PE.

Nº 9.236 Processo nº 53500.286499/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capixaba/AC.

Nº 9.237 Processo nº 53500.286501/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Beruri/AM.

Nº 9.238 Processo nº 53500.286502/2022-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Vista do Ramos/AM.

Nº 9.239 Processo nº 53500.286504/2022-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapiranga/AM.

Nº 9.240 Processo nº 53500.286507/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cutias/AP.

Nº 9.241 Processo nº 53500.286508/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Grande/AP.

Nº 9.242 Processo nº 53500.287177/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TERRA FM LTDA, CNPJ 10.418.036/0001-43, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Imperatriz/MA.

Nº 9.243 Processo nº 53500.287180/2022-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Caracol/MS.

Nº 9.244 Processo nº 53500.287218/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indiara/GO.

Nº 9.245 Processo nº 53500.287224/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vicentinópolis/GO.

Nº 9.247 Processo nº 53500.287235/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Anhanguera/GO.

Nº 9.248 Processo nº 53500.287237/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurilândia/GO.

Nº 9.249 Processo nº 53500.287238/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cristianópolis/GO.

Nº 9.250 Processo nº 53500.287240/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapirapuã/GO.

Nº 9.251 Processo nº 53500.287244/2022-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Iguaçu de Goiás/GO.

Nº 9.252 Processo nº 53500.287247/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Quente/GO.

Nº 9.253 Processo nº 53500.287258/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AGENCIA BRASIL CENTRAL, CNPJ 03.520.902/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Fé de Goiás/GO.

Nº 9.254 Processo nº 53500.287264/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Caracol/MS.

Nº 9.255 Processo nº 53500.287286/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mãe do Rio/PA.

Nº 9.256 Processo nº 53500.287290/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.700.436/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antonina/PR.

Nº 9.257 Processo nº 53500.287292/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.700.436/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

Nº 9.258 Processo nº 53500.287294/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Silvânia/GO.

Nº 9.259 Processo nº 53500.287299/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cafarnaum/BA.

Nº 9.260 Processo nº 53500.287303/2022-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lago do Junco/MA.

Nº 9.261 Processo nº 53500.287305/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Alvorada do Sul/MS.

Nº 9.262 Processo nº 53500.287313/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Corguinho/MS.

Nº 9.263 Processo nº 53500.287319/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 24.462.152/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iguaracy/PE.

Nº 9.264 Processo nº 53500.287322/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPC SISTEMA PARANAIBA DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 24.780.405/0001-58, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vicentinópolis/GO.

Nº 9.265 Processo nº 53500.287323/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPC SISTEMA PARANAIBA DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 24.780.405/0001-58, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Quente/GO.

Nº 9.266 Processo nº 53500.287326/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA, CNPJ 02.856.995/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sampaio/TO.

Nº 9.267 Processo nº 53500.287332/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeira de Goiás/GO.

Nº 9.268 Processo nº 53500.287336/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pedra Preta/MT.

Nº 9.269 Processo nº 53500.287338/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE VERDE S/A, CNPJ 24.964.108/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carlinda/MT.

Nº 9.270 Processo nº 53500.287341/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE VERDE S/A, CNPJ 24.964.108/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gaúcha do Norte/MT.

Nº 9.271 Processo nº 53500.287346/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Restinga Sêca/RS.

Nº 9.272 Processo nº 53500.287347/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abel Figueiredo/PA.

Nº 9.273 Processo nº 53500.287351/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacundá/PA.

Nº 9.274 Processo nº 53500.287352/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mãe do Rio/PA.

Nº 9.275 Processo nº 53500.287353/2022-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 9.276 Processo nº 53500.287354/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mundo Novo/MS.

Nº 9.277 Processo nº 53500.287355/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Alvorada do Sul/MS.

Nº 9.278 Processo nº 53500.287356/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jateí/MS.

Nº 9.279 Processo nº 53500.287359/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO NAIPI LTDA, CNPJ 77.689.032/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quedas do Iguaçu/PR.

Nº 9.280 Processo nº 53500.287362/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Tv O Estado Ltda, CNPJ 78.647.633/0001-83, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Romelândia/SC.

Nº 9.281 Processo nº 53500.287367/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chapadão do Céu/GO.

Nº 9.282 Processo nº 53500.287369/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indiara/GO.

Nº 9.283 Processo nº 53500.287372/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Petrolina de Goiás/GO.

Nº 9.284 Processo nº 53500.287373/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serranópolis/GO.

Nº 9.285 Processo nº 53500.287375/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Silvânia/GO.

Nº 9.286 Processo nº 53500.287376/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vicentinópolis/GO.

Nº 9.287 Processo nº 53500.287379/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Amaralina/GO.

Nº 9.288 Processo nº 53500.287380/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurilândia/GO.

Nº 9.289 Processo nº 53500.287381/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeira de Goiás/GO.

Nº 9.290 Processo nº 53500.287383/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Verdes/GO.

Nº 9.291 Processo nº 53500.287384/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cristianópolis/GO.

Nº 9.292 Processo nº 53500.287385/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Edealina/GO.

Nº 9.293 Processo nº 53500.287386/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gouvelândia/GO.

Nº 9.294 Processo nº 53500.287388/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itaguaru/GO.

Nº 9.295 Processo nº 53500.287390/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapirapuã/GO.

Nº 9.296 Processo nº 53500.287391/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Matrinchã/GO.

Nº 9.297 Processo nº 53500.287396/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Quente/GO.

Nº 9.298 Processo nº 53500.287398/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Fé de Goiás/GO.

Nº 9.299 Processo nº 53500.287399/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Goiás/GO.

Nº 9.300 Processo nº 53500.287401/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Taquaral de Goiás/GO.

Nº 9.301 Processo nº 53500.287427/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DO PARA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 22.924.294/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ipixuna do Pará/PA.

Nº 9.302 Processo nº 53500.287428/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DO PARA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 22.924.294/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Moju/PA.

Nº 9.303 Processo nº 53500.287729/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO HUMAITA LTDA, CNPJ 77.286.912/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campo Mourão/PR.

Nº 9.304 Processo nº 53500.288079/2022-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Sistema Athenas Paulista de Radiodifusao Ltda, CNPJ 01.064.978/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jaboticabal/SP.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 9.415, DE 1º DE JULHO DE 2022

Processo nº 53500.052856/2017-42. declara extinta, por renúncia, a partir de 22/04/2022, a autorização outorgada a SEARA QUINTEIRO LTDA, CNPJ/MF nº 09.211.303/0001-28, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020 (SEI 5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 4 DE JULHO DE 2022

Nº 9.566 Processo nº 53500.288477/2022-56. Expede autorização à 45.836.827 EDNALDO DOS SANTOS LIMA, CNPJ/MF nº 45.836.827/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 9.572 Processo nº 53500.289785/2022-07. Expede autorização à DOUBLENET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 46.590.924/0001-96, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 9.574 Processo nº 53500.289607/2022-78. Expede autorização à LEOMAR BORGES DE LIMA VIEIRA, CPF nº ***.245.331-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Nº 9.663 Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Brasília/DF, no período de 06/07/2022 a 03/09/2022.

Nº 9.665 Autoriza MENDLOC COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.129.464/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Londrina/PR, no período de 08/07/2022 a 12/07/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD N° 3.661, DE 4 DE JULHO DE 2022

Revoga a Portaria nº 79/MD, de 10 de fevereiro de 2003.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000003/2022-81, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 79/MD, de 10 de fevereiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 30, Seção 1, páginas 21 e 22, de 11 de fevereiro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PORTARIA DIGER/CENSIPAM/SG-MD N° 3.673, DE 4 DE JULHO DE 2022

Revoga a Portaria DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 5.125, de 13 de dezembro de 2021.

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 53 e 67, do Anexo I, do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, do Ministério da Saúde, na Instrução Normativa nº 36, de 5 de maio de 2022, do Ministério da Economia, e no art. 8º, caput, inciso II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60000.002014/2022-11 e 60090.000762/2021-17, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 5.125, de 13 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 235, Seção 1, página 72, de 15 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL PINTO COSTA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA EMCFA-MD N° 3.655, DE 4 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso das atribuições de Gestor de Segurança e Credenciamento do Ministério da Defesa, de acordo com os art. 2º e 6º da Portaria Normativa nº 1.147/MD, de 8 de maio de 2014, o art. 3º da Portaria nº 1.059/GSC/EMCFA-MD, de 12 de maio de 2015, o inciso II do art. 7º do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, a Portaria nº 48/GSI/PR, de 11 de dezembro de 2014, e considerando o Processo Administrativo nº 60230.000399/2022-61, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da habilitação de segurança da Empresa SSR Tecnologia Engenharia e Aerolevantamentos EIRELI, CNPJ 01.428.239/0001-20, e do seu respectivo Posto de Controle, para tratamento, armazenamento e controle de informações classificadas até o grau de sigilo RESERVADO, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de acordo com o item 9 da Norma Complementar nº 01/GSI/PR, de 27 de junho de 2013, à Instrução Normativa GSI/PR nº 2, de 5 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

PORTARIA EMCFA-MD N° 3.667, DE 04 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso das atribuições de Gestor de Segurança e Credenciamento do Ministério da Defesa, de acordo com os art. 2º e 6º da Portaria Normativa nº 1.147/MD, de 8 de maio de 2014, o art. 3º da Portaria nº 1.059/GSC/EMCFA-MD, de 12 de maio de 2015, o inciso II do art. 7º do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, a Portaria nº 48/GSI/PR, de 11 de dezembro de 2014, e considerando o Processo Administrativo nº 60230.000404/2022-35, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da habilitação de segurança da Empresa GEODADOS Geoprocessamentos e Serviços Aéreos Especializados LTDA., CNPJ 03.338.574/0001-62, e do seu respectivo Posto de Controle, para tratamento, armazenamento e controle de informações classificadas até o grau de sigilo RESERVADO, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de acordo com o item 9 da Norma Complementar nº 01/GSI/PR, de 27 de junho de 2013, à Instrução Normativa GSI/PR nº 2, de 5 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.760, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Luziânia - GO, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e, ainda

Considerando a solicitação contida no Ofício Gabinete n° 434/2022 GAP e o Art. 13, da Portaria n° 3.033, de 4 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1° Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 1760, DE 01 DE JUNHO DE 2022, publicada no DOU de 3 de junho de 2022, Edição 105, Seção 1, Página 41.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.146, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RN	Pedra Preta	Estiagem - 1.4.1.1.0	012	24/05/2022	59051.016296/2022-41
RN	Santa Maria	Estiagem - 1.4.1.1.0	14	23/06/2022	59051.016077/2022-62
SC	Agronômica	Inundações - 1.2.1.0.0	083	26/05/2022	59051.016378/2022-96
SC	Armazém	Enxurradas - 1.2.2.0.0	024	06/05/2022	59051.016320/2022-42
SC	Gravatal	Alagamentos - 1.2.3.0.0	97	28/06/2022	59051.015737/2022-98

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.151, DE 4 DE JULHO DE 2022

Altera o artigo 2° da Portaria n. 2122, de 30 de junho de 2022, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Inês - BA, para ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 2° da Portaria n. 2122, de 30 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000958, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.158, DE 5 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria n. 659, de 15 de dezembro de 2017, constante no processo administrativo nº 59502.000768/2017-21, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Redenção - PA, para ações de Defesa Civil até 10/01/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.159, DE 5 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 495, de 22 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009086/2022-97, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Valério do Sul - RS, para ações de Defesa Civil até 20/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.160, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mirador - MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Mirador-MA, no valor de R$ 115.190,64 (cento e quinze mil cento e noventa reais e sessenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009426/2022-80.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.161, DE 5 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.019, de 30 de agosto de 2021, constante no processo administrativo nº 59052.006877/2021-84, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Imaruí - SC, para ações de Defesa Civil até 26/07/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.162, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santo Antônio do Içá - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santo Antônio do Içá - AM, no valor de R$ 1.123.788,00 (um milhão, cento e vinte e três mil setecentos e oitenta e oito reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009978/2022-98.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.163, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Alenquer - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Alenquer - PA, no valor de R$ 1.520.000,00 (um milhão quinhentos e vinte mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009770/2022-79.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.164, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rondon do Pará - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Rondon do Pará - PA, no valor de R$ 617.817,00 (seiscentos e dezessete mil oitocentos e dezessete reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009774/2022-57.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.165, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bom Jesus do Tocantins - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Bom Jesus do Tocantins - PA, no valor de R$ 318.664,54 (trezentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009765/2022-66.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.166, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Maués - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Maués - AM, no valor de R$ 1.391.200,00 (um milhão, trezentos e noventa e um mil e duzentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010178/2022-10.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.167, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ilha de Itamaracá - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ilha de Itamaracá - PE, no valor de R$ 349.618,50 (trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e dezoito reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010137/2022-23.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.168, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Urucurituba- AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Urucurituba- AM, no valor de R$ 101.010,00 (cento e um mil dez reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010297/2022-72.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.169, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mirador - MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Mirador-MA, no valor de R$ 115.190,64 (cento e quinze mil cento e noventa reais e sessenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009801/2022-91.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.170, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Terra Santa -PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Terra Santa - PA, no valor de R$ 48.995,00 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010398/2022-43.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.177, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Bom Jesus da Lapa	Estiagem - 1.4.1.1.0	111	09/06/2022	59051.016132/2022-14
CE	Acopiara	Estiagem - 1.4.1.1.0	036	09/06/2022	59051.016441/2022-94
CE	Canindé	Estiagem - 1.4.1.1.0	008	13/05/2022	59051.016237/2022-73
CE	Crateús	Estiagem - 1.4.1.1.0	1003	01/06/2022	59051.016396/2022-78
CE	Caucaia	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.274	30/05/2022	59051.016558/2022-78
CE	Quixadá	Estiagem - 1.4.1.1.0	35	01/06/2022	59051.016497/2022-49
MG	Capelinha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	113	24/05/2022	59051.016538/2022-05
MG	São José da Safira	Vendaval - 1.3.2.1.5	10	17/05/2022	59051.016556/2022-89
PA	Prainha	Inundações - 1.2.1.0.0	009	04/05/2022	59051.016504/2022-11
RS	Chapada	Enxurradas - 1.2.2.0.0	087	27/06/2022	59051.016559/2022-12
SC	Praia Grande	Ciclones/Ventos Costeiros (Mobilidade de Dunas) - 1.3.1.1.1	022	19/05/2022	59051.016236/2022-29

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.178, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Guaratinga - BA, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Guaratinga - BA, no valor de R$ 3.369.389,41 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.005794/2021-68.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2021NE000515, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.179, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Limoeiro de Anadia - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Limoeiro de Anadia - AL, no valor de R$ 489.720,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil setecentos e vinte reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010618/2022-39.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.112 - CAIO HORTAL PEREIRA BARRETTO; BEATRIZ CARVALHO NOGUEIRA BARRETTO; FABIANO HORTAL PEREIRA BARRETTO; LISA STAMATO BARRETTO; FELIPE HORTAL PEREIRA BARRETTO; HELOISA HORTAL PEREIRA BARRETTO; EDUARDO HORTAL PEREIRA BARRETTO E ORLANDO CESAR DE OLIVEIRA BARRETTO, rio Grande, Município de Frutal/MG, irrigação.

Nº 1.113 - JABES HEBER MARTINS, UHE Jurumirim, Município de Itaí/SP, irrigação.

Nº 1.114 - INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUI, rio Parnaíba, Município de União/PI, abastecimento público.

Nº 1.115 - MARIO ANTONIO COSTA, UHE Furnas, Município de Alfenas/MG, irrigação.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.110 - JOSE MARCOS DE SOUZA PEREIRA, Açude Anagé, Município de Caraíbas/BA, irrigação, transferência.

Nº 1.111 - DALVA ALMEIDA SOUZA MAGALHAES, Açude Anagé, Município de Caraíbas/BA, irrigação, transferência.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1. 109, DE 1º DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu:

Revogar, a contar de 08 de junho de 2022, a outorga emitida a ANTÔNIO JÚNIOR DOS SANTOS por meio da Resolução ANA nº 149, de 11 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 13 de maio de 2017, Seção 1, página 47, por motivo de os usos de recursos hídricos pleiteados, após a avaliação da ANA, serem considerados insignificantes nos termos da Resolução ANA n° 1.940, de 30 de outubro de 2017.

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

PORTARIA SGC/ME Nº 5.698, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Altera o detalhamento dos limites anuais de reembolso com cessões, requisições e movimentações para compor a força de trabalho do Ministério da Economia e suas entidades vinculadas.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 18, e pelo art. 181 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, alterado pelo Decreto nº 11.036, de 7 de abril de 2022, e tendo em vista o que consta do processo SEI nº 10199.104942/2022-63, resolve:

Art. 1º Ficam detalhados, para o exercício 2022, os limites de reembolso com cessões, requisições e movimentações para compor a força de trabalho do Ministério da Economia e suas entidades vinculadas, fixados por meio da Portaria Conjunta SETO-SEDDG n.º 54, de 14 de junho de 2022, na forma do Anexo I a esta Portaria,

Art. 2º A Secretaria de Gestão Corporativa, considerando os aspectos de relevância e urgência, poderá autorizar remanejamentos pontuais de limites entre as unidades orçamentárias, mediante demanda devidamente justificada, respeitado o limite total previsto na Portaria Conjunta SETO-SEDDG n.º 54, de 14 de junho de 2022.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SGC/SE/ME nº 2.736, de 28 de março de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIELLE CALAZANS

ANEXO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Limite Orçamentário
25101- MINISTÉRIO DA ECONOMIA	R$ 391.508.617,00
25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM	R$ 26.600.000,00
47205- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE	R$ 5.000.000,00
28203-INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI	R$ 870.000,00
25300 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA	R$ 1.000.000,00
28233-SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA	R$ 4.000.000,00
25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP	R$ 10.200.000,00
25302 - FUNDACAO ESCOLA DE ADMINISTRACAO PUBLICA - ENAP	R$ 200.000,00
25296 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO	R$ 1.000.000,00
TOTAL	R$ 440.378.617,00

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA CARF/ME Nº 5.960, DE 04 DE JULHO DE 2022

Regulamenta a realização de sessões de julgamento presenciais híbridas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3°, § 2°, do Anexo I, e tendo em vista o disposto no art. 53, no art. 61-A, § 4°, e no art. 80, § 8°, todos do Anexo II, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF n° 343, de 9 de junho de 2015, com as alterações implementadas pela Portaria ME n° 3.125, de 7 de abril de 2022, estabelece:

Art. 1° As sessões de julgamento presenciais poderão ser realizadas de forma híbrida, com a participação remota de parte dos membros do respectivo colegiado utilizando-se das mesmas tecnologias adotadas na realização das reuniões não presenciais.

§ 1º Não poderão ser realizadas sessões de julgamento, na modalidade presencial de que trata o caput, caso 50% ou mais dos membros do respectivo colegiado somente possam participar de forma remota.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a publicação da pauta prevendo a realização de sessão presencial não elidirá a sua conversão para a modalidade de julgamento não presencial e a continuidade de sua realização, permitindo-se, nesse caso, a solicitação pelas partes de retirada dos processos de pauta para julgamento em sessão presencial.

§ 3º O pedido de retirada de pauta de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizado no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento, por meio de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, ou presencialmente desde que antes do início do julgamento.

§ 4º A conversão da sessão de julgamento agendada em sua modalidade presencial - híbrida ou não - para a modalidade não presencial, permitirá a realização de sustentação oral e/ou acompanhamento de forma presencial ou por via remota, sendo, nesse último caso, utilizada a mesma tecnologia que nas sessões agendadas originalmente como não presenciais.

§ 5º Exceto em razão de motivo justificado, nos termos do § 1º do art. 56 do Regimento Interno do CARF - RICARF, não será permitida a retirada de pauta dos processos cujas partes haviam solicitado julgamento em sessão presencial.

Art. 2° As sessões de julgamento presenciais, quando possível, serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet, com divulgação do respectivo endereço (URL) para acompanhamento no sítio do CARF.

Parágrafo único. Eventual impossibilidade de transmissão ao vivo da sessão de julgamento não impedirá a sua realização, cuja gravação será disponibilizada no sítio do CARF na internet.

Art. 3° O pedido de sustentação oral e/ou acompanhamento para sessões de julgamento presenciais deverá ser encaminhado por meio de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado.

§ 1° Somente serão processados pedidos de sustentação oral e/ou acompanhamento em relação a processos relacionados em pauta de julgamento publicada no Diário Oficial da União e divulgada no sítio do CARF na internet.

§ 2° Serão aceitos apenas os pedidos apresentados em formulário eletrônico padrão, preenchido com todas as informações solicitadas, constante da Carta de Serviços do CARF.

§ 3° Considera-se sessão o turno agendado para o julgamento do processo, e reunião, o conjunto de sessões, ordinárias e extraordinárias, realizadas mensalmente.

§ 4° Durante as sessões de julgamento presenciais, os processos com pedidos antecipados de sustentação oral e/ou acompanhamento serão julgados prioritariamente, na ordem da pauta.

§ 5º A ausência de pedido de sustentação oral e/ou de acompanhamento, no prazo previsto no caput, poderá implicar a antecipação do julgamento de recurso para sessão anterior àquela em que o processo tenha sido pautado, nos termos do art. 8º.

§ 6° Caso as partes e/ou o patrono não se encontrem presentes quando apregoado o processo para o qual houve pedido antecipado de sustentação oral e/ou acompanhamento, será apregoado o processo seguinte.

§ 7° Encerrado o julgamento de todos os processos para os quais houver pedido de sustentação oral e/ou acompanhamento, o Presidente da Turma observará a ordem da pauta.

§ 8° A ausência do patrono que formalizou pedido de sustentação oral e/ou de acompanhamento não prejudica o julgamento do processo, desde que realizado na ordem da pauta.

Art. 4º Os recursos serão julgados na ordem da pauta, salvo se deferido pelo presidente da turma pedido de alteração na ordem de julgamento da pauta, em uma mesma sessão, apresentado por uma das partes.

Parágrafo único. Os pedidos de preferência não prejudicarão a ordem da pauta em relação aos processos para os quais houver presença do patrono para realização de sustentação oral e/ou de acompanhamento.

Art. 5º O processo para o qual tenha sido apresentado pedido de sustentação oral e/ou de acompanhamento, não julgado na sessão agendada por falta de tempo hábil, poderá ser julgado em sessão subsequente da mesma reunião, com a aquiescência das partes presentes e desde que haja tempo hábil na sessão para a qual o julgamento for transferido.

§ 1° A impossibilidade de julgamento em sessão subsequente da mesma reunião implicará a retirada do processo de pauta, registrando-se em ata o ocorrido.

§ 2° Na hipótese de retirada de pauta, é necessária a apresentação de novo formulário de solicitação de sustentação oral e/ou de acompanhamento para a reunião subsequente, nos termos do art. 3º.

Art. 6º O Presidente da Turma poderá, de ofício, a pedido do relator ou por solicitação das partes, em razão de motivo justificado, determinar a transferência do julgamento para outra sessão da mesma reunião, ou a retirada do recurso de pauta, neste caso quando solicitado pelas partes, desde que:

I - o pedido seja feito por meio de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, acompanhado da documentação comprobatória, encaminhado em até 5 (cinco) dias do início da reunião mensal de julgamento, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado, salvo nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior; e

II - não tenha sido anteriormente deferido pedido de retirada de pauta, pela mesma parte. Parágrafo único. O processo retirado de pauta será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas reuniões a serem realizadas na mesma modalidade em que original, ou, na hipótese do art. 7º, para julgamento por videoconferência.

Art. 7º Fica facultada a retirada de pauta para alteração da forma de julgamento, de presencial - híbrído ou não - para videoconferência, desde que o pedido seja apresentado no prazo de que trata o inciso I do art. 6º, por ocasião da primeira inclusão do processo em pauta publicada após a vigência desta portaria.

§ 1º É permitido o pedido de retirada de pauta, para julgamento em sessão por videoconferência, de processos já incluídos em pautas publicadas anteriormente à vigência desta portaria, ainda que os respectivos julgamentos já tenham sido iniciados.

§ 2 º O disposto neste artigo não se aplica a processos já pautados para julgamento em sessão não presencial, em data anterior a vigência desta Portaria, e cujas partes tenham solicitado julgamento em sessão presencial.

§ 3º O pedido de retirada de pauta de que trata o caput deverá ser formulado via Carta de Serviços, prescindindo de manifestação do Presidente de Turma.

Art. 8º Fica facultado ao Presidente de Turma antecipar o julgamento de recurso para sessão anterior àquela em que o processo tenha sido pautado, desde que não haja pedido de sustentação oral e/ou acompanhamento realizado nos termos do caput do art. 3º, respeitado o limite mensal mínimo de 6 (seis) sessões de julgamento.

Parágrafo único. No início de cada sessão de julgamento, o Presidente de Turma dará ciência dos processos cujo julgamento tenha sido antecipado, informando, inclusive, a data da sessão e o período em que foram efetivamente julgados.

Art. 9º O envio de memoriais para subsidiar o julgamento deverá ser feito conforme as instruções constantes da Carta de Serviços do CARF, disponível em https://carf.economia.gov.br/acesso-a- informacao/institucional/paginas-nova-carta-deservicos/protocolo-de-memorial, sem prejuízo, da entrega física aos conselheiros em plenário.

§ 1º Os memoriais, uma vez encaminhados e recepcionados pelo CARF, via carta de serviços, serão disponibilizados aos conselheiros integrantes do colegiado, no diretório corporativo da respectiva Turma.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, caso o encaminhamento do memorial ocorra no período compreendido entre a publicação da pauta e até 5 (cinco) dias antes do início da reunião de julgamento, os conselheiros serão informados, adicionalmente, da existência do memorial no diretório corporativo.

Art. 10 Ficam revogados o art. 15 da Portaria CARF n° 20.176, de 31 de agosto de 2020, e o art. 15 da Portaria CARF/ME nº 3.364, de 14 de abril de 2022.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

1ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 18 a 21/07/2022.

Pauta Ordinária (de 19 a 21/07/2022) e Extraordinária (dia 18/07/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
12	10880.679536/2009-94	13 a 23
24	10880.937651/2011-11	25 a 27
32	10640.904680/2011-11	33 e 34
43	13502.902169/2018-24	44 e 45
50	10280.724404/2012-99	51
61	11080.744345/2019-61	62 a 68
112	10783.902959/2013-06	113 a 116
127	13502.902164/2018-00	128 e 129
131	10950.900906/2014-54	132 e 133
137	10120.724378/2013-12	138
151	13819.902107/2010-00	152 a 155
179	10920.904491/2014-45	180 a 190
254	10680.923158/2012-43	255 a 265
267	13864.720104/2018-53	268
271	10480.727270/2017-16	272 a 274

DIA 18 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

1 - Processo nº: 19515.003023/2006-06 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

2 - Processo nº: 16682.720429/2018-62 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

3 - Processo nº: 16643.000321/2010-69 - Recorrente: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

4 - Processo nº: 10783.722152/2012-01 - Recorrente: MINERACAO SABADINI INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 18470.727465/2016-14 - Embargante: LUPATECH-PERFURACAO E COMPLETACAO LTDA- EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10120.720064/2005-31 - Recorrente: LATICINIOS MORRINHOS INDUSTRIA E COMERCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

7 - Processo nº: 13708.003989/2008-53 - Recorrente: GERACAO NORTE - BAR E RESTAURANTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

8 - Processo nº: 13899.001064/98-62 - Recorrente: EMBALARTE CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10140.002413/99-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALEVERDE SA AGROINDUSTRIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

10 - Processo nº: 10840.908863/2009-35 - Recorrente: EDITORA NAME COC LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

11 - Processo nº: 10120.730775/2012-42 - Recorrente: PORTO RICO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

12 - Processo nº: 10880.679536/2009-94 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

13 - Processo nº: 10880.679531/2009-61 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10880.679532/2009-14 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10880.679533/2009-51 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10880.679534/2009-03 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10880.679535/2009-40 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10880.694839/2009-37 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10880.694841/2009-14 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10880.694842/2009-51 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10880.694843/2009-03 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10880.963693/2011-08 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10880.963694/2011-44 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

24 - Processo nº: 10880.937651/2011-11 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

25 - Processo nº: 10880.679529/2009-92 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10880.679530/2009-17 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10880.937652/2011-58 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

28 - Processo nº: 13839.003611/2009-45 - Recorrente: AKZO NOBEL PULP AND PERFORMANCE QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10983.906047/2012-68 - Recorrente: GDC ALIMENTOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

30 - Processo nº: 10280.720330/2009-16 - Recorrente: TRANSNORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10640.904683/2011-55 - Recorrente: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10640.904680/2011-11 - Recorrente: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

33 - Processo nº: 10640.904681/2011-66 - Recorrente: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10640.904682/2011-19 - Recorrente: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

35 - Processo nº: 10640.720992/2015-06 - Recorrente: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

36 - Processo nº: 19515.721110/2017-93 - Recorrente: SOCIEDADE ADMINISTRADORA E GESTAO PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 16561.720004/2018-20 - Embargante: ATENTO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

38 - Processo nº: 16682.900045/2015-89 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

39 - Processo nº: 15956.720090/2014-41 - Recorrente: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

40 - Processo nº: 10882.001430/2001-11 - Recorrente: CRTS CONSTRUTORA DE REDES TELEF.SOROCABANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 11831.001353/2001-50 - Recorrente: PROMON ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

42 - Processo nº: 10384.720265/2017-71 - Recorrente: UNIMED TERESINA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13502.902169/2018-24 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

44 - Processo nº: 13502.902165/2018-46 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13502.902171/2018-01 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

46 - Processo nº: 13847.000148/99-84 - Recorrente: COIMMA COM IND DE MAD MET SAO CRISTOVAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Redator(a) AD HOC: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

47 - Processo nº: 19515.720737/2018-16 - Recorrente: BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO NORDESTE S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

48 - Processo nº: 15586.720116/2017-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOT-BRAS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA

49 - Processo nº: 16561.720010/2018-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CCVL PARTICIPACOES LTDA.

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

50 - Processo nº: 10280.724404/2012-99 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

51 - Processo nº: 10280.724403/2012-44 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

52 - Processo nº: 13851.001304/2006-19 - Embargante: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

53 - Processo nº: 10830.002993/2004-77 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

54 - Processo nº: 11080.008698/2009-21 - Recorrente: RBS PARTICIPACOES S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

55 - Processo nº: 16561.720030/2017-77 - Recorrente: LBR - LACTEOS BRASIL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

56 - Processo nº: 10880.002731/00-21 - Recorrente: BANK OF AMERICA BRASIL HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 16327.000338/2004-51 - Recorrente: BANK OF AMERICAN BRASIL S.A.B.MULTIPLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

58 - Processo nº: 10950.001747/2008-65 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ESCRITORIO ARGUS DE CONTABILIDADE LTDA. e FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 16095.000573/2007-46 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10880.992852/2009-59 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

61 - Processo nº: 11080.744345/2019-61 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

62 - Processo nº: 11080.744346/2019-13 - Recorrente: FACESI FACULDADE DO CENTRO EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 11080.744353/2019-15 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL VIAMOPOLIS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 11080.744354/2019-51 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL MARIVAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 11080.744356/2019-41 - Recorrente: MARI BONATTO INFANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 11080.744357/2019-95 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIENSINO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 11080.744359/2019-84 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL HIPICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 11080.744361/2019-53 - Recorrente: LUDICA INFANCIA LOCACOES DE IMOVEIS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

69 - Processo nº: 11080.742885/2019-18 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10510.722092/2014-90 - Recorrente: ATACADAO CEREALISTA SAO MATHEUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

71 - Processo nº: 10240.721693/2013-21 - Recorrente: H. V. R. MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

72 - Processo nº: 19515.003352/2004-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNION WRAP IND E COM DE MAQUINAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

73 - Processo nº: 10880.966736/2010-18 - Recorrente: PROXXI TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 19515.001986/2010-43 - Recorrente: PROXXI TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10880.973202/2010-48 - Recorrente: PROXXI TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

76 - Processo nº: 15586.720139/2017-63 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 15586.720372/2015-84 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

78 - Processo nº: 11080.730002/2016-76 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

79 - Processo nº: 13433.000507/2004-57 - Recorrente: REFIMOSAL REFINACAO E MOAGEM DE SAL SANTA HELENA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

80 - Processo nº: 10166.729864/2013-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGNA JOSE DE SOUZA PIMENTEL E SOGRO

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

81 - Processo nº: 11516.722359/2014-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

82 - Processo nº: 10880.913944/2010-14 - Recorrente: ALLERGAN PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 11080.723903/2014-40 - Recorrente: RODRIGO GUALTIERI DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10880.954093/2009-26 - Recorrente: ALLERGAN PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

85 - Processo nº: 13770.000478/2002-31 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

86 - Processo nº: 15586.720624/2014-94 - Recorrente: YMPACTUS COMERCIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 16682.722051/2017-51 - Recorrente: DELTA CONSTRUCOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA

88 - Processo nº: 11610.021769/2002-70 - Recorrente: IMOBILIARIA E ADMINISTRADORA BROOKLYN S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

89 - Processo nº: 18471.002156/2005-67 - Recorrente: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA

90 - Processo nº: 11080.733018/2012-15 - Recorrente: ABS BRASIL SOLUCOES EM RELACIONAMENTO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

91 - Processo nº: 16643.720005/2013-50 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 11020.721998/2016-33 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 11020.901682/2017-12 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 11020.721999/2016-88 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 11020.901683/2017-59 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 11020.905249/2017-48 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 11020.905250/2017-72 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 11080.733335/2018-19 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 11020.905889/2014-13 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 11020.905888/2014-61 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 11020.907884/2012-55 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

102 - Processo nº: 11052.000800/2010-11 - Recorrente: BREMEN COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

103 - Processo nº: 10983.003056/96-32 - Recorrente: INPLAC INDUSTRIA DE PLASTICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

104 - Processo nº: 11516.002456/2006-14 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 11516.002457/2006-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

106 - Processo nº: 12448.735287/2011-83 - Recorrente: FAZENDA TRIMONTE AGROPECUARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 18470.729690/2011-72 - Recorrente: VEJA VEICULOS JACAREPAGUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 16327.720677/2012-67 - Embargante: CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 16327.902612/2008-51 - Recorrente: BIELUX REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

110 - Processo nº: 19515.722165/2012-14 - Recorrente: KATIA REGINA DOS SANTOS LIMA - PANIFICADORA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

111 - Processo nº: 10320.002242/2007-53 - Recorrente: VIACAO PRIMOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

112 - Processo nº: 10783.902959/2013-06 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

113 - Processo nº: 10783.901288/2013-58 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10783.901289/2013-01 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10783.905102/2013-30 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10783.908302/2013-44 - Recorrente: SAVIXX COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

117 - Processo nº: 11080.008511/2006-47 - Recorrente: ENDO SUL-COMERCIO E REPRESENTACOES DE MATERIAL CIRURGICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

118 - Processo nº: 15504.729458/2013-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RCA DISTRIBUIDORA SOCIEDADE LTDA

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

119 - Processo nº: 11543.004602/2004-57 - Recorrente: EDITORA LINEART LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

120 - Processo nº: 10280.721832/2013-41 - Recorrente: L R MADEIRAS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

121 - Processo nº: 19515.001539/2008-70 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

122 - Processo nº: 16327.914002/2009-81 - Recorrente: UNIBANCO SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 16327.908915/2012-64 - Recorrente: UNIBANCO SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 16327.914008/2009-59 - Recorrente: UNIBANCO SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

125 - Processo nº: 10830.900207/2012-17 - Recorrente: NEW TIME PROCESSAMENTO DE DADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

126 - Processo nº: 11052.720008/2014-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KEPPEL FELS BRASIL S.A.

127 - Processo nº: 13502.902164/2018-00 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

128 - Processo nº: 13502.902166/2018-91 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 13502.902168/2018-80 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

130 - Processo nº: 16306.000286/2009-75 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

131 - Processo nº: 10950.900906/2014-54 - Recorrente: LEONFER - COMERCIO E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

132 - Processo nº: 10950.900907/2014-07 - Recorrente: LEONFER - COMERCIO E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10950.900908/2014-43 - Recorrente: LEONFER - COMERCIO E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

134 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 12448.720872/2018-55 - Recorrente: DOLPHIN DRILLING PERFURACAO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

136 - Processo nº: 10950.901846/2013-14 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10120.724378/2013-12 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

138 - Processo nº: 10120.724379/2013-67 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

139 - Processo nº: 10120.720132/2010-29 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10120.726461/2013-26 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10120.723733/2013-36 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

142 - Processo nº: 16561.720047/2012-10 - Recorrente: METRO-DADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

143 - Processo nº: 10530.726214/2013-06 - Recorrente: CODICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
144 - Processo nº: 10768.000179/94-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MET NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA
145 - Processo nº: 19515.720521/2015-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
146 - Processo nº: 10480.001670/2003-01 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 19647.000357/2003-71 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
148 - Processo nº: 10166.730320/2015-43 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10166.730321/2015-98 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
150 - Processo nº: 10880.973470/2010-60 - Recorrente: ACCS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
151 - Processo nº: 13819.902107/2010-00 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
152 - Processo nº: 13819.900155/2011-36 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13819.900156/2011-81 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13819.905757/2011-80 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13819.909327/2011-37 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
156 - Processo nº: 13819.903109/2013-51 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13819.901127/2011-36 - Recorrente: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
158 - Processo nº: 13888.720925/2014-98 - Recorrente: RAINHA & BELLO COMERCIO E ADMINISTRACAO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13116.720343/2013-61 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13116.900253/2011-91 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
161 - Processo nº: 10120.730358/2014-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NOVA ROCHA INDUSTRIA DE TINTAS LTDA.
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
162 - Processo nº: 16327.000545/2009-10 - Embargante: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 16327.720527/2012-53 - Embargante: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
164 - Processo nº: 19515.004975/2003-96 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13819.000242/2002-09 - Recorrente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
166 - Processo nº: 10235.720006/2013-20 - Recorrente: L. M. S. VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
167 - Processo nº: 16327.907034/2008-40 - Recorrente: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10880.928997/2009-04 - Recorrente: ALLERGAN PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 12898.000360/2010-13 - Recorrente: RIOALUG GERENCIAMENTO DE IMOVEIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
170 - Processo nº: 10735.722012/2012-08 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
171 - Processo nº: 10830.727459/2018-72 - Recorrente: FUNDACAO CARLOS CHAGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
172 - Processo nº: 11080.010713/2008-11 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 11080.010881/2008-14 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
174 - Processo nº: 10707.000044/2011-05 - Recorrente: LCG ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
175 - Processo nº: 10380.005764/2002-98 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
176 - Processo nº: 10168.003934/2007-29 - Recorrente: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
177 - Processo nº: 10280.001524/98-03 - Recorrente: CURTUME DO PARA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10280.012177/99-26 - Recorrente: FAZENDA ALTO BONITO S A FABOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
179 - Processo nº: 10920.904491/2014-45 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
180 - Processo nº: 10920.901529/2018-51 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10920.904488/2014-21 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10920.904489/2014-76 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10920.905737/2014-04 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10920.905738/2014-41 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10920.905739/2014-95 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10920.905740/2014-10 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10920.905741/2014-64 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10920.905742/2014-17 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10920.905743/2014-53 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10920.905744/2014-06 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
191 - Processo nº: 10920.901203/2015-81 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10920.901206/2015-15 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10920.904490/2014-09 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11080.732826/2017-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10920.909342/2018-04 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10920.908355/2018-58 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10920.901204/2015-26 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 11080.739648/2019-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 11080.739729/2019-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 11080.739693/2019-16 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 11080.739721/2019-03 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10920.901202/2015-37 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10920.905736/2014-51 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10920.908176/2010-63 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10920.912556/2010-01 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10920.908177/2010-16 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10920.901205/2015-71 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10920.903293/2011-11 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10920.912555/2010-58 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10920.903294/2011-66 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
211 - Processo nº: 15374.936642/2009-14 - Recorrente: CARDIO COPA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
212 - Processo nº: 15758.000266/2009-13 - Recorrente: IRMAOS GALERA TRANSPORTES E COMERCIO DE PEDRA E AREIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 16561.720117/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BARCELONA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA S/A
214 - Processo nº: 13971.720024/2021-86 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
215 - Processo nº: 11080.736536/2012-82 - Recorrente: STEMAC SA GRUPOS GERADORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 11080.732169/2013-29 - Recorrente: STEMAC SA GRUPOS GERADORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
217 - Processo nº: 13838.000124/99-25 - Recorrente: COMERCIO DE MAT PARA CONST VITORIO DAL FABBRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
218 - Processo nº: 16327.721344/2012-55 - Recorrente: SPINELLI SA CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 16327.721311/2012-13 - Recorrente: SPINELLI SA CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
220 - Processo nº: 16682.905029/2017-44 - Embargante: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10620.000113/2010-41 - Recorrente: VALLOUREC FLORESTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
222 - Processo nº: 10880.936040/2009-23 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 13811.004908/2003-41 - Recorrente: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
224 - Processo nº: 10380.007966/2005-17 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 13855.722680/2014-11 - Recorrente: JOAO VICTOR DOS REIS CUCOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
226 - Processo nº: 13707.002681/2001-24 - Recorrente: PONTO FRIO ADMINISTRACAO E IMPORTACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
227 - Processo nº: 10768.002435/2004-11 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
228 - Processo nº: 10183.727653/2017-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INFRAMAX CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
229 - Processo nº: 11080.728421/2018-18 - Recorrente: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
230 - Processo nº: 15504.725108/2011-76 - Recorrente: MINAS COMPUTER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
231 - Processo nº: 19515.001472/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NPI-NUCLEO DE PRODUCAO INTEGRADO LTDA
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
232 - Processo nº: 15374.919918/2008-19 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 15374.919923/2008-21 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 15374.919920/2008-98 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
235 - Processo nº: 10880.927192/2013-11 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

236 - Processo nº: 10235.000360/98-80 - Recorrente: EDITORA GRAFICA O DIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

237 - Processo nº: 13896.900452/2011-69 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo nº: 13896.900454/2011-58 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo nº: 13896.002886/2010-11 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo nº: 13896.900260/2013-14 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

241 - Processo nº: 13896.902462/2012-10 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

242 - Processo nº: 13896.902461/2012-75 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

243 - Processo nº: 13896.912210/2011-18 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

244 - Processo nº: 13896.904449/2008-19 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo nº: 16832.000055/2010-47 - Recorrente: CECIMAR DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

246 - Processo nº: 15540.720528/2013-91 - Recorrente: LUIZ HENRIQUE MONTEIRO DE BARROS SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

247 - Processo nº: 18471.002008/2004-61 - Recorrente: CASA NOVA UNIVERSAL CAMBIO VIAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

248 - Processo nº: 13227.720622/2014-59 - Recorrente: A. TOMASI & CIA. LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

249 - Processo nº: 10280.720075/2010-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

250 - Processo nº: 19515.004009/2010-06 - Recorrente: SWAP CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

251 - Processo nº: 10725.000095/2005-62 - Recorrente: LIMA BORGES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

252 - Processo nº: 13587.000164/2009-81 - Recorrente: LIMA BORGES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

253 - Processo nº: 11080.006338/2007-23 - Recorrente: TRANSVER ENGENHARIA EM T ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

254 - Processo nº: 10680.923158/2012-43 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

255 - Processo nº: 10680.923160/2012-12 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

256 - Processo nº: 10680.923161/2012-67 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

257 - Processo nº: 10680.923163/2012-56 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

258 - Processo nº: 10680.923164/2012-09 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

259 - Processo nº: 10680.923167/2012-34 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

260 - Processo nº: 10680.923168/2012-89 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

261 - Processo nº: 10680.923169/2012-23 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

262 - Processo nº: 10680.923170/2012-58 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

263 - Processo nº: 10680.923171/2012-01 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

264 - Processo nº: 10680.923172/2012-47 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

265 - Processo nº: 10680.923173/2012-91 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

266 - Processo nº: 10935.720505/2014-19 - Recorrente: GRANVEL-GRANVILLE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

267 - Processo nº: 13864.720104/2018-53 - Recorrente: GOLD XV DE NOVEMBRO JOALHERIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

268 - Processo nº: 13864.720103/2018-17 - Recorrente: GOLD XV DE NOVEMBRO JOALHERIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

269 - Processo nº: 13864.720072/2018-96 - Recorrente: GOLD XV DE NOVEMBRO JOALHERIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

270 - Processo nº: 13312.000377/2009-33 - Recorrente: JOAO ANGELO JOVINO - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

271 - Processo nº: 10480.727270/2017-16 - Recorrente: ESTIVAS NOVO PRADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

272 - Processo nº: 10480.727294/2017-75 - Recorrente: ESTIVAS NOVO PRADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

273 - Processo nº: 10480.727297/2017-17 - Recorrente: ESTIVAS NOVO PRADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

274 - Processo nº: 10480.727316/2017-05 - Recorrente: ESTIVAS NOVO PRADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
Presidente da Turma

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 18 a 21/07/2022.

Pauta Ordinária (de 19 a 21/07/2022) e Extraordinária (dia 18/07/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
43	13896.906001/2017-21	44 a 51
52	11080.729428/2018-49	53 a 59
60	13896.903842/2014-33	61 e 62
78	13502.001001/2003-13	79 a 104
158	19515.005401/2009-21	159
160	13864.720040/2019-71	161
167	10680.900378/2017-11	168 a 176
177	10680.906031/2017-74	178 a 182
183	10680.912896/2015-16	184 a 188
199	10783.906609/2018-15	200 a 202
223	12448.911400/2017-29	224 a 230
236	13864.720146/2018-94	237
240	13888.901389/2010-04	241 a 244
251	10980.008093/2003-39	252 a 260
271	11080.720953/2015-56	272 a 289
295	13888.723224/2017-53	296 a 321
322	13888.720484/2014-24	323 a 335
339	10880.953145/2013-23	340 e 341
351	10880.909108/2015-40	352 a 360
365	10880.902953/2009-46	366 e 367
380	10467.900332/2012-12	381 e 382

DIA 18 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE

1 - Processo nº: 11020.721280/2013-02 - Embargante: RIO GRANDE ENERGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

2 - Processo nº: 16561.720169/2017-11 - Recorrente: ELEKTRO REDES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16327.000423/2009-23 - Recorrente: INTERBOLSA DO BRASIL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 15504.723119/2017-15 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

5 - Processo nº: 14367.720002/2013-05 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: DEPÓSITOS BANCÁRIOS ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

6 - Processo nº: 19311.720512/2013-33 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA FORMILIGAS LTDA

Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE

7 - Processo nº: 16095.000519/2009-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: D.P.O. - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EMBALAGENS LTDA

8 - Processo nº: 11444.000109/2007-29 - Recorrente: DORI ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

9 - Processo nº: 19515.000554/2011-04 - Recorrente: FEDERAL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 12448.732790/2011-87 - Recorrente: FILMES DO EQUADOR LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE

11 - Processo nº: 12448.725979/2011-13 - Recorrente: FREE WAY VIAGENS E TURISMO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 12897.000795/2009-34 - Recorrente: PLAMARC ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

13 - Processo nº: 13984.000831/2007-81 - Recorrente: R T TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

14 - Processo nº: 19515.002590/2006-37 - Recorrente: NEVES VIANNA ESCRITORIO ADMINISTRATIVO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

15 - Processo nº: 11516.721536/2011-30 - Recorrente: BECKER CONSTRUCAO CIVIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

16 - Processo nº: 11634.720239/2012-10 - Recorrente: COMERCIAL UNIPLACAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11634.720840/2011-13 - Recorrente: COMERCIAL UNIPLACAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

18 - Processo nº: 13603.723437/2013-09 - Recorrente: COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE CEREAIS ELDORADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

19 - Processo nº: 10665.001213/2009-35 - Recorrente: FUNDACAO DR. JOSE MARIA DOS MARES GUIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

20 - Processo nº: 13982.720269/2013-74 - Recorrente: I.P.G. INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

21 - Processo nº: 11080.726323/2012-42 - Recorrente: MAYWOOD COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
22 - Processo nº: 10845.004902/2003-98 - Recorrente: MCP CONSULTORIA E ENGENHARIA NAVAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
23 - Processo nº: 10952.720002/2012-65 - Recorrente: PORTOCORP - AMBIENTAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10510.720654/2012-07 - Recorrente: RADIO FM DE ESTANCIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10803.720153/2013-16 - Recorrente: ROD POY COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
26 - Processo nº: 11065.724880/2013-06 - Recorrente: REICHERT & STAMM ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11516.722479/2011-14 - Recorrente: SUPORTE COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
28 - Processo nº: 11080.730649/2012-74 - Recorrente: TECMIL TECNOLOGIA EM MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
29 - Processo nº: 10825.722328/2013-63 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS DONNA DONNA SHOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13982.721080/2013-07 - Recorrente: COMERCIAL E TRANSPORTES GIBICOSKI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 19515.720206/2014-91 - Recorrente: NOVA SUPRI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19515.721470/2013-61 - Recorrente: CONTRATA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPJ: CUSTOS, DESPESAS E DEDUÇÕES
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
33 - Processo nº: 16327.720395/2014-21 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 16327.001367/2010-88 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16327.001801/2007-24 - Recorrente: OMNI S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
36 - Processo nº: 18088.000063/2009-55 - Recorrente: ENGEFORT SISTEMA AVANCADO DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
37 - Processo nº: 16327.914695/2009-11 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
38 - Processo nº: 10880.900308/2006-46 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.941734/2012-88 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.722194/2008-59 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
41 - Processo nº: 13896.721638/2015-87 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13896.900458/2011-36 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13896.906001/2017-21 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
44 - Processo nº: 13896.901372/2017-16 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13896.902506/2017-16 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13896.904081/2012-75 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13896.906000/2017-86 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13896.906002/2017-75 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13896.906003/2017-10 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13896.909447/2016-26 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13896.909768/2016-21 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
52 - Processo nº: 11080.729428/2018-49 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
53 - Processo nº: 11080.729424/2018-61 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11080.729606/2018-31 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 11080.729624/2018-13 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11080.729718/2018-92 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.729841/2018-11 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11080.731564/2017-18 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11080.731834/2017-91 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
60 - Processo nº: 13896.903842/2014-33 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
61 - Processo nº: 13896.902553/2014-17 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13896.902554/2014-61 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
63 - Processo nº: 13896.721036/2015-20 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
64 - Processo nº: 11020.722680/2016-70 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
65 - Processo nº: 16327.000664/2005-49 - Recorrente: TCR EAGLE PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
66 - Processo nº: 16682.721072/2014-14 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
67 - Processo nº: 19515.721343/2017-96 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
68 - Processo nº: 15521.000018/2005-12 - Recorrente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 16306.000093/2010-58 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.915165/2012-15 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.937630/2012-79 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.914060/2011-68 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.924186/2010-60 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.954659/2009-10 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.926259/2011-39 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.924187/2010-12 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
77 - Processo nº: 10880.915166/2012-60 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
78 - Processo nº: 13502.001001/2003-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS DO BRASIL S/A
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
79 - Processo nº: 10073.001016/2003-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
80 - Processo nº: 10245.721593/2014-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA ENFRA LTDA - ME
81 - Processo nº: 10280.720791/2008-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAUL FERMIN ROBERTO AGUILERA
82 - Processo nº: 10280.721981/2009-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
83 - Processo nº: 10283.720760/2014-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: THOLOR DO BRASIL LTDA.
84 - Processo nº: 10325.001849/2007-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AZEITAO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
85 - Processo nº: 10384.004448/2009-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOCIEDADE PIAUIENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
86 - Processo nº: 10580.722693/2013-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIOLETA TRANSPORTES LTDA
87 - Processo nº: 10680.750263/2019-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BETH GLAMOUR COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
88 - Processo nº: 10746.001472/2006-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUPERMERCADO O CACULINHA LTDA - ME
89 - Processo nº: 10805.723666/2014-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BETICA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PNEUS LTDA.
90 - Processo nº: 10875.724068/2017-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALLAN SATO HORITA
91 - Processo nº: 10882.001493/2006-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ATLAS COPCO BRASIL LTDA
92 - Processo nº: 11020.722444/2014-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WILLIANS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME
93 - Processo nº: 11516.720742/2016-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIVALDO LUIZ DE AMORIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS
94 - Processo nº: 13116.722170/2014-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FABIO RODRIGUES DA SILVA SANTOS
95 - Processo nº: 13558.721577/2014-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRAPIUNA REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA.
96 - Processo nº: 13839.001045/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUCIANE PRODUTOS PARA VEDACAO LTDA
97 - Processo nº: 15758.000482/2009-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CGE SOCIEDADE FABRICADORA DE PECAS PLASTICAS LTDA
98 - Processo nº: 16561.000077/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROMON INTELLIGENS ESTRATEGIA E TECNOLOGIA LTDA.
99 - Processo nº: 19396.720059/2013-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DEEPOCEAN BRASIL SERVICOS LTDA.
100 - Processo nº: 19515.003450/2004-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP
101 - Processo nº: 19515.004119/2008-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALDAN ASSESSORIA E PARTICIPACOES LTDA.
102 - Processo nº: 19515.007692/2008-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PRODUTOS QUIMICOS ALPES LTDA
103 - Processo nº: 19515.720169/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.
104 - Processo nº: 19740.000146/2006-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUND VALE RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
105 - Processo nº: 10680.905888/2013-43 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10880.900109/2015-29 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13656.902456/2009-90 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPE LTDA COOXUPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13502.900967/2012-26 - Recorrente: CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13603.902357/2011-48 - Recorrente: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
110 - Processo nº: 10680.901842/2013-55 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10980.727742/2018-81 - Embargante: CELESC DISTRIBUICAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13362.720080/2008-11 - Recorrente: CLINOP - CLINICA DE ORTOPEDIA E PEDIATRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
113 - Processo nº: 16561.000165/2007-41 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
114 - Processo nº: 16327.721031/2018-92 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
115 - Processo nº: 11052.000355/2010-90 - Recorrente: ONDULINE DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: IRPJ: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
116 - Processo nº: 18471.002188/2007-24 - Recorrente: IMPORIENTE COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13312.000793/2008-51 - Recorrente: MANOEL PINHEIRO DE PINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
118 - Processo nº: 15868.720211/2012-81 - Recorrente: NEW YORK PLAZA SHOPPING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13312.000047/2011-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIMUNDO NONATO AGUIAR ELIAS ME
120 - Processo nº: 10283.722986/2018-34 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INSTITUTO NOVOS CAMINHOS
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
121 - Processo nº: 15940.720045/2014-65 - Recorrente: PROLUB RERREFINO DE LUBRIFICANTES - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: IRPJ: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
122 - Processo nº: 10830.725586/2011-61 - Recorrente: LORIVAL EMIDIO EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
123 - Processo nº: 13312.002632/2008-00 - Recorrente: MANOEL DOURADO DE FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
124 - Processo nº: 15983.720046/2013-22 - Recorrente: MERCO-SERVICE ASSESSORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
125 - Processo nº: 11845.000038/2008-22 - Recorrente: CLINICA DA IMAGEM DO TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
126 - Processo nº: 19311.720365/2017-25 - Recorrente: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 19311.720082/2016-01 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA.
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
128 - Processo nº: 12898.001865/2009-61 - Recorrente: PIMENTEL ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
129 - Processo nº: 10825.723182/2018-88 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VALE DO RIO NOVO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
130 - Processo nº: 10880.722254/2013-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INBRANDS S.A
TEMA 6: IRPJ: IMUNIDADE E BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
131 - Processo nº: 10168.003936/2007-18 - Recorrente: DEMOCRATAS DEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 16327.000919/2006-54 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
133 - Processo nº: 16327.001901/00-12 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
134 - Processo nº: 10880.962689/2011-14 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
135 - Processo nº: 10380.011629/2003-62 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: IRPJ: Conhecimento e Preliminares (1)
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
136 - Processo nº: 10640.723299/2015-87 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DENTAL MINEIRA ARTIGOS ODONTOLOGICOS - EIRELI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
137 - Processo nº: 10805.002836/2002-15 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
138 - Processo nº: 10380.011947/2008-38 - Recorrente: MD COMERCIAL DE DERIVADOS PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
139 - Processo nº: 10880.013076/89-22 - Recorrente: CARBEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
140 - Processo nº: 16007.000156/2008-26 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
141 - Processo nº: 19515.001357/2003-94 - Recorrente: VENDEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
142 - Processo nº: 15586.002226/2008-44 - Recorrente: COMINT-IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
143 - Processo nº: 14041.000344/2004-89 - Recorrente: TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
144 - Processo nº: 19647.720030/2018-04 - Recorrente: C.R.M. MATERIAL DE CONSTRUCAO & CONSTRUTORA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
145 - Processo nº: 10280.721395/2014-46 - Recorrente: WR - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10166.001225/2008-18 - Recorrente: CURINGA DOS PNEUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10932.000042/2008-49 - Recorrente: BASF S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: PENALIDADES
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
148 - Processo nº: 15374.000517/2010-16 - Recorrente: BEQUEST SOLUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
149 - Processo nº: 15504.011547/2010-17 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 11831.001444/2003-57 - Recorrente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
151 - Processo nº: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 11516.721835/2013-36 - Recorrente: BADEN BADEN EMPREENDIMENTOS E HOTELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
153 - Processo nº: 10920.721527/2011-12 - Recorrente: HEIBER COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10803.720320/2013-11 - Recorrente: TANIA MARA RODRIGUES FIGUEIREDO DE BRAGANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10925.721352/2012-76 - Recorrente: VALPASA INDUSTRIA DE PAPEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
156 - Processo nº: 19515.002371/2006-58 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
157 - Processo nº: 12898.001983/2009-70 - Recorrente: CLUB MED BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
158 - Processo nº: 19515.005401/2009-21 - Recorrente: SPBRASIL ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
159 - Processo nº: 19515.005430/2009-92 - Recorrente: SPBRASIL ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
160 - Processo nº: 13864.720040/2019-71 - Recorrente: DANIELA SANTOS COMERCIO DE JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
161 - Processo nº: 13864.720038/2019-01 - Recorrente: DANIELA SANTOS COMERCIO DE JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
162 - Processo nº: 10215.720112/2008-84 - Recorrente: SIMOES & DUARTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
163 - Processo nº: 11610.006891/2003-05 - Recorrente: LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 16561.000187/2007-19 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 9: PER/DCOMP(1)
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
165 - Processo nº: 10166.010543/2002-76 - Recorrente: TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
166 - Processo nº: 11080.902631/2013-61 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10680.900378/2017-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10680.900203/2017-04 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10680.900370/2017-47 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10680.900457/2017-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10680.900562/2017-53 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10680.900693/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10680.900861/2017-98 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10680.900968/2017-36 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10680.901036/2017-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10680.901046/2017-46 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10680.906031/2017-74 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10680.915534/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10680.915554/2017-10 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10680.915562/2017-58 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10680.915595/2017-06 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10680.915668/2017-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10680.912896/2015-16 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10680.901024/2018-67 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10680.909274/2015-01 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10680.909351/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10680.912870/2015-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10680.912889/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 11516.000711/2007-75 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE

190 - Processo nº: 10680.900136/2011-24 - Recorrente: ANGLOGOLD ASHANTI MINERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
191 - Processo nº: 16327.901592/2010-16 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 16327.901594/2010-13 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
193 - Processo nº: 16682.905023/2017-77 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11080.732438/2018-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
195 - Processo nº: 13005.901010/2012-16 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 13005.904413/2009-11 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10840.904159/2010-47 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA SANTA ELISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
198 - Processo nº: 10183.000338/2007-07 - Recorrente: MUNDO DOS COLCHOES LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
199 - Processo nº: 10783.906609/2018-15 - Recorrente: EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
200 - Processo nº: 10783.903347/2018-37 - Recorrente: EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10783.906608/2018-71 - Recorrente: EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10783.906610/2018-40 - Recorrente: EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
203 - Processo nº: 10783.906612/2018-39 - Recorrente: EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
204 - Processo nº: 13502.902107/2011-46 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 13502.000356/2003-95 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
206 - Processo nº: 12448.944125/2011-34 - Recorrente: SERVENCO CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 12448.904144/2013-90 - Recorrente: SERVENCO SERVICOS DE ADMINISTRACAO CONTINENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 15374.724477/2009-50 - Recorrente: SERVENCO SERVICOS DE ADMINISTRACAO CONTINENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
209 - Processo nº: 10850.903213/2012-80 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10850.905530/2011-50 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
211 - Processo nº: 10783.915540/2009-20 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10783.915542/2009-19 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10783.915539/2009-03 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10783.915544/2009-16 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10783.915545/2009-52 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10783.915541/2009-74 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10783.917233/2009-83 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10783.915543/2009-63 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10680.913573/2009-93 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10680.913574/2009-38 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10680.913577/2009-71 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
222 - Processo nº: 10880.973519/2010-84 - Recorrente: IF PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
223 - Processo nº: 12448.911400/2017-29 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
224 - Processo nº: 12448.911393/2017-65 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 12448.911394/2017-18 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 12448.911395/2017-54 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 12448.911396/2017-07 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 12448.911397/2017-43 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 12448.911398/2017-98 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 12448.911399/2017-32 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
231 - Processo nº: 10783.903166/2008-39 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10783.903165/2008-94 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: PRELIMINARES (2)
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
233 - Processo nº: 10325.720804/2013-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: M. RAMOS SEVERO - ME
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
234 - Processo nº: 13603.004723/2007-15 - Recorrente: ALISON RONIERI SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13603.723479/2011-70 - Recorrente: ALISON RONIERI SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
236 - Processo nº: 13864.720146/2018-94 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
237 - Processo nº: 13864.720145/2018-40 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
238 - Processo nº: 13864.720069/2018-72 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
239 - Processo nº: 10215.000713/2005-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AGROPECUARIA RIO URUARA S/A
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
240 - Processo nº: 13888.901389/2010-04 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO 3 FAZENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
241 - Processo nº: 13888.901385/2010-18 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO 3 FAZENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13888.901386/2010-62 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO 3 FAZENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 13888.901387/2010-15 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO 3 FAZENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 13888.901388/2010-51 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO 3 FAZENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
245 - Processo nº: 15956.720175/2012-67 - Recorrente: CONCEITO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 11065.720145/2017-49 - Recorrente: SMPS - NEGOCIOS E INVESTIMENTOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: IRPJ/OUTROS E IRRF
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
247 - Processo nº: 10680.905925/2012-32 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
248 - Processo nº: 10665.001342/2009-23 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10665.722738/2012-11 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
250 - Processo nº: 10480.726354/2015-71 - Recorrente: ES ATACADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
251 - Processo nº: 10980.008093/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
252 - Processo nº: 10380.016238/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A
253 - Processo nº: 10830.008003/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS
254 - Processo nº: 10980.004539/2002-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MEDICOS
255 - Processo nº: 12897.000874/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GE RIO REVISAO DE MOTORES AERONAUTICOS LTDA
256 - Processo nº: 15504.725962/2018-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL
257 - Processo nº: 15586.720122/2015-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECNOCON - TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA - EPP
258 - Processo nº: 19515.000681/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROCKWELL AUTOMATION DO BRASIL LTDA
259 - Processo nº: 19515.004295/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIVERMATIC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
260 - Processo nº: 19647.004724/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PRESERVE SEGURANCA T DE VALORES LTDA
261 - Processo nº: 10245.000740/2009-73 - Recorrente: URBAN DO BRAS EMP IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
262 - Processo nº: 19515.000389/2008-87 - Recorrente: COOPSERV SOC COOP PROF NA AREA DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 13896.004600/2008-17 - Recorrente: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
264 - Processo nº: 12448.726276/2013-74 - Recorrente: COLORTEL S A SISTEMAS ELETRONICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
265 - Processo nº: 10803.720021/2014-67 - Embargante: COMARK COBRANCAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
266 - Processo nº: 10980.723627/2010-80 - Recorrente: BONYPLUS INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 13982.000573/2005-91 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CAMPUS DE CONCORDIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
268 - Processo nº: 10166.724856/2011-04 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
269 - Processo nº: 11065.000092/2008-55 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: BETTANIN INDUSTRIAL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
270 - Processo nº: 10510.720642/2018-60 - Recorrente: FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
271 - Processo nº: 11080.720953/2015-56 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
272 - Processo nº: 11080.720956/2015-90 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 11080.720957/2015-34 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 11080.720958/2015-89 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 11080.720959/2015-23 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 11080.720960/2015-58 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 11080.720961/2015-01 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 11080.720962/2015-47 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 11080.720963/2015-91 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 11080.720964/2015-36 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 11080.720966/2015-25 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 11080.720969/2015-69 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 11080.720970/2015-93 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 11080.720971/2015-38 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 11080.720972/2015-82 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 11080.720973/2015-27 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 11080.720974/2015-71 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 11080.720975/2015-16 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 11080.720977/2015-13 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
290 - Processo nº: 11080.732321/2014-54 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 19740.000356/2005-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PREVID EXXON SOCIEDADE DE PREVID PRIVADA
292 - Processo nº: 13888.723503/2017-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13888.720563/2016-05 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 13888.721121/2017-59 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13888.723224/2017-53 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
296 - Processo nº: 13888.720726/2015-61 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13888.720750/2015-08 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 13888.720848/2015-57 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 13888.720880/2015-32 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 13888.721047/2015-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 13888.721052/2017-83 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 13888.721053/2017-28 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 13888.721054/2017-72 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 13888.721055/2017-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 13888.721056/2017-61 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 13888.721057/2017-14 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 13888.721133/2015-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 13888.721552/2014-72 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 13888.721623/2014-37 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 13888.721658/2014-76 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 13888.721662/2014-34 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 13888.723176/2017-01 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 13888.723177/2017-48 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 13888.723178/2017-92 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 13888.723181/2017-14 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 13888.723226/2017-42 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 13888.723227/2017-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 13888.723228/2017-31 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 13888.723230/2017-19 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 13888.723231/2017-55 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 13888.902948/2018-42 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
322 - Processo nº: 13888.720484/2014-24 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
323 - Processo nº: 13888.720329/2014-16 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 13888.720486/2013-32 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 13888.720548/2014-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 13888.720629/2014-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 13888.720647/2014-79 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 13888.720662/2014-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 13888.720677/2014-85 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 13888.721521/2014-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 13888.721779/2013-37 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 13888.721945/2013-03 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 13888.722378/2013-02 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 13888.724407/2013-62 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 13888.724574/2013-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
336 - Processo nº: 10825.000445/2005-62 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITALAR DE BAURU - EM LIQUIDACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 13850.000365/2010-55 - Recorrente: UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP(2)
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
338 - Processo nº: 16327.001854/2002-31 - Recorrente: FINIVEL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
339 - Processo nº: 10880.953145/2013-23 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
340 - Processo nº: 10880.918862/2014-90 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10880.953144/2013-89 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 10980.900128/2011-01 - Recorrente: TIM SUL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 13839.904092/2010-78 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 13839.900487/2008-87 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
345 - Processo nº: 10580.900034/2010-56 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 10580.900033/2010-10 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 10580.900038/2010-34 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 10580.900040/2010-11 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 10880.659851/2011-10 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 10880.913699/2011-26 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 10880.909108/2015-40 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
352 - Processo nº: 10880.661377/2012-77 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 10880.901484/2013-24 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 10880.908642/2017-09 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 10880.909109/2015-94 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 10880.909276/2013-73 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 10880.922161/2012-93 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 10880.922693/2013-10 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 10880.935342/2014-41 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 10880.935343/2014-96 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
361 - Processo nº: 11080.730897/2017-20 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 11080.728673/2018-39 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
363 - Processo nº: 10680.004120/2005-41 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 10680.004119/2005-16 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
365 - Processo nº: 10880.902953/2009-46 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
366 - Processo nº: 10880.902954/2009-91 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 10880.902955/2009-35 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

368 - Processo nº: 10880.910638/2017-01 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 10880.923232/2015-18 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 10880.922000/2012-08 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 10880.910639/2017-47 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 10880.922001/2012-44 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 10880.991812/2011-12 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 10880.991813/2011-59 - Recorrente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 13656.901222/2010-69 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPE LTDA COOXUPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 13656.900969/2010-08 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPE LTDA COOXUPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 13502.900249/2009-54 - Recorrente: CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 13502.901763/2011-21 - Recorrente: CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP(2)
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
379 - Processo nº: 16682.905220/2017-96 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
380 - Processo nº: 10467.900332/2012-12 - Recorrente: OXBOW BRASIL ENERGIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
381 - Processo nº: 10467.900296/2012-89 - Recorrente: OXBOW BRASIL ENERGIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 10467.900297/2012-23 - Recorrente: OXBOW BRASIL ENERGIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
383 - Processo nº: 10840.903563/2011-84 - Recorrente: UNIMED DE JABOTICABAL COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
384 - Processo nº: 10882.901988/2013-24 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 10882.903690/2013-59 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 10882.907267/2012-47 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
387 - Processo nº: 11080.732964/2012-36 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 13819.001504/2003-25 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 13819.001542/2003-88 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10480.001673/2003-36 - Recorrente: BOMPRECO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 10880.912808/2006-21 - Recorrente: COMASK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 15374.920338/2008-74 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 11020.001219/2003-65 - Recorrente: FRIGORIFICO CHESINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
394 - Processo nº: 13896.000852/2010-91 - Recorrente: ODONTOPREV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 13005.908537/2009-68 - Recorrente: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 13005.908538/2009-11 - Recorrente: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: SIMPLES/EXCLUSÃO E OUTROS
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
397 - Processo nº: 10855.725696/2017-30 - Recorrente: ESCOLA DE EDUCACAO ITAPETININGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 19679.000954/2006-71 - Recorrente: VETOR DESIGN IMPRESSAO E PRODUCAO DIGITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
399 - Processo nº: 10320.720434/2013-93 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL SAGRES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
400 - Processo nº: 10882.721846/2012-02 - Recorrente: MARCIA MARISA DA SILVEIRA CARVALHEIRA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
401 - Processo nº: 10120.728927/2014-17 - Recorrente: G DE B ROCHA JUNIOR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
402 - Processo nº: 10640.723445/2012-21 - Recorrente: MASSAS AMIGAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
403 - Processo nº: 13864.720088/2019-80 - Recorrente: DANIELA SANTOS COMERCIO DE JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
404 - Processo nº: 18043.720049/2018-89 - Recorrente: V. D. PAIXAO INFORMATICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
405 - Processo nº: 13804.726629/2016-45 - Recorrente: J. CENTRO BAR E RESTAURANTE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
406 - Processo nº: 11080.727202/2016-41 - Recorrente: BIELA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 11080.727200/2016-52 - Recorrente: BIELA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 11080.727272/2016-08 - Recorrente: BIELA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 11080.727201/2016-05 - Recorrente: BIELA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
410 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
411 - Processo nº: 10970.000019/2009-89 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTES COM. E REPRES. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
412 - Processo nº: 10580.721959/2019-71 - Recorrente: AGRO SANTANA COMERCIO DE HORTIGRANJEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 10580.721960/2019-03 - Recorrente: AGRO SANTANA COMERCIO DE HORTIGRANJEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
414 - Processo nº: 15504.725234/2013-92 - Recorrente: SIM-INSTITUTO DE GESTAO FISCAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
415 - Processo nº: 10380.100584/2004-81 - Recorrente: BEBIDAS E CONDIMENTOS ASA BRANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
Presidente da Turma

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 18 a 21/07/2022.

Pauta Ordinária (de 19 a 21/07/2022) e Extraordinária (dia 18/07/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
90	10865.901146/2018-95	91
100	10166.900164/2013-22	101 a 106
111	16682.721102/2014-84	112
115	10880.678723/2009-51	116
117	10880.678721/2009-61	118
119	10880.911359/2017-56	120 a 149
150	10880.958224/2019-16	151 a 161
168	10880.692037/2009-92	169
170	10880.692038/2009-37	171
172	10680.902746/2014-13	173 a 175
177	10166.904566/2013-04	178 a 182
187	13888.901893/2014-20	188 a 190
191	10680.901812/2013-49	192 a 198
199	10980.723780/2011-98	200
201	10120.903156/2013-64	202 a 205
206	10855.720049/2012-27	207 a 209
210	19515.720327/2016-03	211
212	10880.918052/2015-14	213 a 216
224	10380.900066/2014-31	225 a 228
229	15249.000977/2007-76	230 a 234
303	11040.901391/2017-88	304 a 320
321	11040.901720/2018-71	322 a 324
326	10880.909011/2015-37	327 e 328
330	10980.930655/2011-32	331 a 334
336	10783.908553/2012-48	337 a 342
359	10830.903184/2008-16	360
389	19515.721048/2019-00	390

DIA 18 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
1 - Processo nº: 10872.720596/2016-28 - Recorrente: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
2 - Processo nº: 15940.000052/2006-37 - Recorrente: AGROPECUARIA SANTA INES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: RICARDO MAROZZI GREGORIO
3 - Processo nº: 11065.004189/2007-56 - Recorrente: FLAMINGO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
4 - Processo nº: 13850.000225/2008-62 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13819.002213/96-91 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PROQUIGEL IND E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
6 - Processo nº: 11543.005395/2002-96 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: MARCELO CUBA NETTO
7 - Processo nº: 10280.720977/2016-77 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

8 - Processo nº: 19515.002540/2006-50 - Recorrente: MUNDO NOVO SPE - 1 S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
9 - Processo nº: 10680.008759/2004-14 - Recorrente: CONSTRUTORA SAGENDRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10768.025138/97-72 - Recorrente: WILSON SONS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
11 - Processo nº: 10880.933289/2008-04 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.933290/2008-21 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: RICARDO MAROZZI GREGORIO
13 - Processo nº: 16306.720516/2011-31 - Recorrente: UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
14 - Processo nº: 19515.003956/2010-71 - Recorrente: MAIO SERVICOS DE CONTABILIDADE LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
15 - Processo nº: 11610.008089/2001-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MULTIBRAS S A ELETRODOMESTICOS
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
16 - Processo nº: 16306.000285/2008-40 - Recorrente: BODYCOTE BRASIMET PROCESSAMENTO TERMICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
17 - Processo nº: 10580.901287/2009-11 - Recorrente: CABOTO AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
18 - Processo nº: 11516.721005/2014-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KG LINE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
19 - Processo nº: 16151.720291/2018-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MMJ INTERMEDIACOES E NEGOCIOS LTDA
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
20 - Processo nº: 19647.720038/2018-62 - Recorrente: VASCONCELOS & CAMARA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
21 - Processo nº: 10980.900321/2008-39 - Embargante: VALMET SULAMERICANA CELULOSE PAPEL E ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
22 - Processo nº: 10880.900203/2011-54 - Recorrente: MORGAN STANLEY DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10880.902343/2011-67 - Recorrente: MORGAN STANLEY DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10880.947994/2011-86 - Recorrente: MORGAN STANLEY PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
25 - Processo nº: 13855.723027/2013-98 - Recorrente: AGRONIL AGROPECUARIA NOVA INVERNADA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
26 - Processo nº: 10855.903660/2009-93 - Recorrente: HYDRO ALUMINIO ACRO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10880.668876/2011-12 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10880.922909/2013-39 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10880.939995/2009-32 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10880.955498/2010-15 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.967571/2012-63 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.956276/2012-81 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.939994/2009-98 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10880.955499/2010-60 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10880.967570/2012-19 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.939956/2013-11 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.949869/2013-72 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10880.907931/2014-30 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
39 - Processo nº: 10880.923915/2011-41 - Recorrente: SILGAN DISPENSING SYSTEMS BRAZIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
40 - Processo nº: 12448.731264/2013-61 - Recorrente: EXXONMOBIL EXPLORACAO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
41 - Processo nº: 12448.735233/2012-07 - Recorrente: GRAFIOURO GRAFICA E EDITORA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11634.720262/2013-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TAURUS BLINDAGENS LTDA
43 - Processo nº: 10980.903395/2013-94 - Recorrente: TAURUS HELMETS INDUSTRIA DE CAPACETES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13971.003739/2007-12 - Recorrente: ALTENBURG INDUSTRIA TEXTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
45 - Processo nº: 13971.722730/2014-33 - Recorrente: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
46 - Processo nº: 18470.725743/2012-67 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
47 - Processo nº: 16306.000129/2008-89 - Recorrente: SCHMOLZ + BICKENBACH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
48 - Processo nº: 16004.000605/2009-47 - Recorrente: GLOBORR INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
49 - Processo nº: 19515.721553/2014-31 - Embargante: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
50 - Processo nº: 19647.003202/2004-78 - Recorrente: SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
51 - Processo nº: 19647.004213/2005-56 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 19647.004252/2005-53 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 19647.004211/2005-67 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 19647.010817/2006-12 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 19647.004214/2005-09 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 19647.004217/2005-34 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
57 - Processo nº: 10380.726785/2015-65 - Recorrente: OBOE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
58 - Processo nº: 10882.722815/2014-22 - Recorrente: ITA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
59 - Processo nº: 16004.001087/2006-36 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA COLOMBO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
60 - Processo nº: 15374.900325/2009-60 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15374.900576/2008-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15374.900677/2008-34 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 15374.901573/2009-28 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 15374.915843/2008-05 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
65 - Processo nº: 11065.724494/2014-97 - Recorrente: FRANKE MIDIA LOCACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
66 - Processo nº: 13558.000994/2008-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGIL MADEIRAS LTDA

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
67 - Processo nº: 13433.720950/2012-58 - Recorrente: PLANETA AGUA BAR E RESTAURANTE EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
68 - Processo nº: 10980.724179/2013-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIENA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SOCIEDADE LTDA - EPP
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
69 - Processo nº: 18471.002772/2008-61 - Recorrente: CALIBAN PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
70 - Processo nº: 10380.731509/2013-57 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10380.730346/2013-95 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
72 - Processo nº: 10380.900341/2010-93 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10380.900342/2010-38 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10380.901028/2010-72 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10380.905971/2013-05 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
76 - Processo nº: 10880.946281/2013-67 - Recorrente: EDITORA ATICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
77 - Processo nº: 13971.720123/2013-58 - Recorrente: ESQUADRIAS BERRI LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
78 - Processo nº: 10580.725375/2013-89 - Recorrente: INFRASERVICE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
79 - Processo nº: 10882.721758/2011-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e NDS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
80 - Processo nº: 13855.722430/2013-08 - Recorrente: OSMAR FERREIRA GOMES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
81 - Processo nº: 13807.721249/2015-11 - Recorrente: POLISISTEM COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
82 - Processo nº: 16004.720081/2012-18 - Recorrente: SANDRIONE CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
83 - Processo nº: 14033.003335/2008-72 - Recorrente: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
84 - Processo nº: 16306.000304/2009-19 - Recorrente: ATOS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
85 - Processo nº: 10245.001697/2006-11 - Recorrente: BOIACU COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
86 - Processo nº: 10680.721269/2006-79 - Recorrente: CONSORCIO CAB-ENGESOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
87 - Processo nº: 10880.914814/2008-84 - Recorrente: MWV INDUSTRIA PLASTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10880.914815/2008-29 - Recorrente: MWV INDUSTRIA PLASTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
89 - Processo nº: 10580.728033/2010-78 - Recorrente: TUDOR BAHIA DISTRIBUIDOR DE BATERIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
90 - Processo nº: 10865.901146/2018-95 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10865.904150/2018-13 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10865.721676/2019-32 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
93 - Processo nº: 10580.728758/2010-66 - Recorrente: SERVFRIOS COMERCIO DE CARNES FRIOS E SALGADOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
94 - Processo nº: 15956.720053/2013-51 - Recorrente: TECHNOPULP INDUSTRIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 15956.720076/2013-66 - Recorrente: TECHNOPULP INDUSTRIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 15956.720077/2013-19 - Recorrente: TECHNOPULP INDUSTRIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 15956.720078/2013-55 - Recorrente: TECHNOPULP INDUSTRIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10840.721114/2013-81 - Recorrente: TECHNOPULP INDUSTRIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
99 - Processo nº: 10510.720617/2012-91 - Recorrente: RADIO FM DE PROPRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
100 - Processo nº: 10166.900164/2013-22 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
101 - Processo nº: 10166.900162/2013-33 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10166.900163/2013-88 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10166.900969/2013-76 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10166.900970/2013-09 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10166.902569/2013-03 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10166.903363/2013-92 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
107 - Processo nº: 10166.904162/2012-21 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10166.902764/2012-44 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10166.902626/2012-65 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10166.901489/2012-41 - Recorrente: CTIS TECNOLOGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
111 - Processo nº: 16682.721102/2014-84 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
112 - Processo nº: 16682.721105/2014-18 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
113 - Processo nº: 16682.721060/2012-10 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 16682.721106/2014-62 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
115 - Processo nº: 10880.678723/2009-51 - Recorrente: PROMETEU PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10880.678720/2009-17 - Recorrente: PROMETEU PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10880.678721/2009-61 - Recorrente: PROMETEU PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10880.678722/2009-14 - Recorrente: PROMETEU PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
119 - Processo nº: 10880.911359/2017-56 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
120 - Processo nº: 10880.653683/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10880.900197/2014-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10880.903300/2014-41 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10880.903793/2016-81 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10880.906666/2014-72 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10880.906667/2014-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10880.915475/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10880.925930/2014-77 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10880.925931/2014-11 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10880.925932/2014-66 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10880.925933/2014-19 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10880.926413/2013-34 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10880.926414/2013-89 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10880.927625/2018-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10880.930458/2015-75 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10880.931491/2018-65 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10880.945896/2015-38 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10880.945897/2015-82 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10880.952441/2016-50 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10880.953351/2013-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10880.953353/2013-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10880.953744/2015-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10880.954581/2017-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10880.954582/2017-98 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10880.964425/2017-91 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10880.966899/2019-39 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10880.971090/2016-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10880.983593/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10880.991536/2019-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10880.991537/2019-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
150 - Processo nº: 10880.958224/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
151 - Processo nº: 10880.925630/2017-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.925631/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.931228/2017-95 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10880.950218/2018-30 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10880.954300/2018-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10880.954301/2018-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10880.954302/2018-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10880.958225/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10880.966900/2019-25 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10880.979221/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10880.979222/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
162 - Processo nº: 10880.900198/2014-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10880.919073/2014-76 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10880.953352/2013-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
165 - Processo nº: 10680.900055/2010-43 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10680.908091/2020-27 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10680.908090/2020-82 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
168 - Processo nº: 10880.692037/2009-92 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
169 - Processo nº: 10880.692039/2009-81 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
170 - Processo nº: 10880.692038/2009-37 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
171 - Processo nº: 10880.692040/2009-14 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
172 - Processo nº: 10680.902746/2014-13 - Recorrente: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
173 - Processo nº: 10680.902747/2014-50 - Recorrente: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10680.902748/2014-02 - Recorrente: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10680.902749/2014-49 - Recorrente: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
176 - Processo nº: 15504.723110/2012-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
177 - Processo nº: 10166.904566/2013-04 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10166.904561/2013-73 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10166.904562/2013-18 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10166.904564/2013-15 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10166.904565/2013-51 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10166.904567/2013-41 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10166.914130/2012-34 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10166.903712/2013-76 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10166.903713/2013-11 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10166.903968/2010-31 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13888.901893/2014-20 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13888.901714/2014-54 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13888.901715/2014-07 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 13888.901897/2014-16 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10680.901812/2013-49 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10680.901808/2013-81 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10680.901809/2013-25 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10680.901810/2013-50 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10680.901811/2013-02 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10680.901813/2013-93 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10680.901814/2013-38 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10680.901815/2013-82 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
199 - Processo nº: 10980.723780/2011-98 - Recorrente: RAFAEL DE OLIVEIRA KERSTEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
200 - Processo nº: 10980.721105/2011-24 - Recorrente: RAFAEL DE OLIVEIRA KERSTEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10120.903156/2013-64 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10120.903153/2013-21 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10120.903154/2013-75 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10120.903157/2013-17 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10120.903158/2013-53 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
206 - Processo nº: 10855.720049/2012-27 - Recorrente: UNIMED SUDOESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
207 - Processo nº: 10855.720038/2012-47 - Recorrente: UNIMED DE ITAPEVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10855.720094/2012-81 - Recorrente: UNIMED DE ITAPEVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10855.720119/2012-47 - Recorrente: UNIMED DE ITAPEVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
210 - Processo nº: 19515.720327/2016-03 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
211 - Processo nº: 19515.720326/2016-51 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
212 - Processo nº: 10880.918052/2015-14 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
213 - Processo nº: 10880.918051/2015-70 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10880.918053/2015-69 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10880.918054/2015-11 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10880.930969/2013-25 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
217 - Processo nº: 10768.101518/2003-01 - Recorrente: RIO POLIMEROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 19515.722141/2011-76 - Recorrente: RODRIGUES GONCALVES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
219 - Processo nº: 10435.720508/2014-85 - Recorrente: ADLIM-TERCEIRIZACAO EM SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10435.720777/2014-41 - Recorrente: ADLIM-TERCEIRIZACAO EM SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
221 - Processo nº: 11065.722968/2012-02 - Embargante: AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
222 - Processo nº: 13502.721594/2012-29 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ALLPARTS SERVICOS E COMERCIO DE PECAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
223 - Processo nº: 10983.720188/2015-38 - Recorrente: BESC SA CREDITO IMOBILIARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
224 - Processo nº: 10380.900066/2014-31 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
225 - Processo nº: 10380.900067/2014-86 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10380.900068/2014-21 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10380.900973/2014-81 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10380.902213/2014-16 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
229 - Processo nº: 15249.000977/2007-76 - Recorrente: TRANSPORTES J C LOPES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
230 - Processo nº: 11075.000460/2008-46 - Recorrente: AERTON ROGERIO ROOS AUZANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 11080.000978/2007-20 - Recorrente: ENTERPRISE CONSULT TECNICA NEGOCIOS S/S e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 11080.004339/2007-33 - Recorrente: AGAU INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 11080.006995/2007-71 - Recorrente: INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO A MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 11080.013783/2007-40 - Recorrente: HOSPITALAR GAUCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
235 - Processo nº: 19740.000259/2008-81 - Recorrente: BRASIL VEICULOS CIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 19740.000283/2008-10 - Recorrente: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
237 - Processo nº: 10580.727659/2018-14 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL VILLA LOBOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10746.721285/2013-89 - Recorrente: EDUCON-SOCIEDADE DE EDUCACAO CONTINUADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
239 - Processo nº: 11030.721843/2013-35 - Recorrente: INSTITUTO SOCIO-EDUCACIONAL DA BIODIVERSIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
240 - Processo nº: 10166.729956/2013-81 - Recorrente: JGM CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10166.729955/2013-36 - Recorrente: JGM CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11516.720080/2014-33 - Recorrente: JULIANO VANHONI SIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
243 - Processo nº: 14120.000024/2009-53 - Recorrente: MINERACAO CORUMBAENSE REUNIDA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
244 - Processo nº: 10932.720144/2016-94 - Embargante: PLASTER SERVICOS DE PRENSAGEM E ENVASAMENTO PLASTICO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10166.727500/2015-48 - Embargante: TELLUS INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
246 - Processo nº: 16561.720111/2017-77 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e AMBEV S.A.
247 - Processo nº: 10730.002786/2009-55 - Recorrente: CENTROCARDIO CENTRO CARDIOLOGICO DE NITEROI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
248 - Processo nº: 11522.002296/2007-13 - Recorrente: CEPEL CONSTRUCOES ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 11610.006819/2003-70 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
250 - Processo nº: 10735.900058/2018-51 - Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
251 - Processo nº: 10580.728886/2011-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CLION CLINICA DE ONCOLOGIA LTDA
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
252 - Processo nº: 10880.965821/2012-21 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10880.722121/2008-67 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
254 - Processo nº: 11080.004593/2009-01 - Recorrente: CONSULTORIO RADIOLOGICO DR CARLOS OSORIO LOPES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 13830.001755/2005-13 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DA ALTA PAULISTA e FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10920.003262/2006-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FIVESA VEICULOS LTDA
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
257 - Processo nº: 11516.722516/2012-67 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVAERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
258 - Processo nº: 19740.000292/2005-68 - Recorrente: FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL BRASLIGHT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
259 - Processo nº: 16682.900322/2018-04 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 16682.720269/2018-51 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 16682.720833/2017-55 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA
262 - Processo nº: 10825.721565/2017-31 - Embargante: INDUSTRIAS TUDOR S.P. DE BATERIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
263 - Processo nº: 15504.722697/2011-31 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INFORMATICA NACIONAL S.A
264 - Processo nº: 15504.731281/2012-94 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INFORMATICA NACIONAL S.A
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
265 - Processo nº: 15959.000300/2008-11 - Recorrente: SANTELISA VALE BIOENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 15374.919852/2008-67 - Recorrente: LIBRA TERMINAL 35 S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 15374.919853/2008-10 - Recorrente: LIBRA TERMINAL 35 S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
268 - Processo nº: 13855.000600/2007-43 - Recorrente: LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
269 - Processo nº: 10166.004983/2003-75 - Recorrente: MANCHESTER SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
270 - Processo nº: 11080.001656/2009-60 - Recorrente: MARTINS & ANDRADE SOCIEDADE SIMPLES LTDA COMUNICACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
271 - Processo nº: 16098.000185/2008-16 - Recorrente: MIDORI ATLANTICA BRASIL INDUSTRIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
272 - Processo nº: 18471.001765/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PRECAR INDUSTRIA DE PREPARACAO DE CARNES LTDA - ME
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
273 - Processo nº: 10872.720014/2017-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PREVIMIL VIDA E PREVIDENCIA S/A
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
274 - Processo nº: 16062.720135/2018-38 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e REDE INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES LAUREATE LTDA.
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
275 - Processo nº: 13804.008285/2002-93 - Recorrente: SCOPUS TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
276 - Processo nº: 10880.931685/2017-80 - Recorrente: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10880.945795/2013-03 - Recorrente: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
278 - Processo nº: 10950.001759/2008-90 - Recorrente: TRANSBALAN TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

279 - Processo nº: 10880.910264/2009-13 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10880.910265/2009-50 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
281 - Processo nº: 10280.720461/2015-41 - Recorrente: AMAZONIA CELULAR S/A - AMAZONAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
282 - Processo nº: 19515.003433/2010-25 - Recorrente: ATRA PRESTADORA DE SERVICOS EM GERAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
283 - Processo nº: 10880.925202/2011-12 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
284 - Processo nº: 16832.000240/2010-31 - Recorrente: BRASKILL COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
285 - Processo nº: 10920.001161/2008-58 - Recorrente: CERAMARTE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
286 - Processo nº: 11543.000984/2003-69 - Recorrente: COPLACO CONSULTORIA,PLANEJAMENTO E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
287 - Processo nº: 10983.900238/2008-30 - Recorrente: COPOBRAS S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10983.900240/2008-17 - Recorrente: COPOBRAS S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
289 - Processo nº: 10882.902314/2006-18 - Recorrente: DACARTO BENVIC LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
290 - Processo nº: 11610.021282/2002-97 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PROD ALIM MARSIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
291 - Processo nº: 10880.930051/2009-08 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
292 - Processo nº: 19679.010777/2005-51 - Recorrente: INVESTIMENTOS MENGE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 19679.005787/2003-11 - Recorrente: MICRONAL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
294 - Processo nº: 10805.720713/2008-47 - Recorrente: QUATTOR QUIMICOS BASICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10850.901992/2011-06 - Recorrente: RCE DIGITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
296 - Processo nº: 13149.000180/2001-86 - Recorrente: ROMA AGROPASTORIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
297 - Processo nº: 16045.000136/2009-80 - Recorrente: SIM - SERVICE INSTALACOES E MONTAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
298 - Processo nº: 10935.004342/2006-13 - Recorrente: SPERAFICO MOINHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 10935.004343/2006-50 - Recorrente: SPERAFICO MOINHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
300 - Processo nº: 15868.720154/2013-11 - Recorrente: TINTO HOLDING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
301 - Processo nº: 10120.725164/2012-82 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
302 - Processo nº: 10530.722714/2012-80 - Recorrente: AGROPECUARIA AGP LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
303 - Processo nº: 11040.901391/2017-88 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
304 - Processo nº: 11040.900121/2017-50 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 11040.900122/2017-02 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 11040.900123/2017-49 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 11040.900124/2017-93 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 11040.900125/2017-38 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 11040.900126/2017-82 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 11040.900127/2017-27 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 11040.900128/2017-71 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11040.900129/2017-16 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 11040.900130/2017-41 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 11040.900787/2017-16 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 11040.900977/2018-14 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 11040.901386/2017-75 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 11040.901387/2017-10 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 11040.901388/2017-64 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 11040.901389/2017-17 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 11040.901390/2017-33 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
321 - Processo nº: 11040.901720/2018-71 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
322 - Processo nº: 11040.901716/2018-11 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 11040.901717/2018-58 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 11040.901719/2018-47 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
325 - Processo nº: 11040.901718/2018-01 - Recorrente: TTERRASUL - COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
326 - Processo nº: 10880.909011/2015-37 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
327 - Processo nº: 10880.914720/2012-91 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10880.926989/2013-00 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
329 - Processo nº: 10880.925414/2015-23 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
330 - Processo nº: 10980.930655/2011-32 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
331 - Processo nº: 10980.924610/2011-29 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 10980.930653/2011-43 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 10980.930654/2011-98 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10980.930656/2011-87 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
335 - Processo nº: 10980.908867/2012-14 - Recorrente: VEPER - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
336 - Processo nº: 10783.908553/2012-48 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
337 - Processo nº: 10783.908554/2012-92 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 10783.908555/2012-37 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 10783.908556/2012-81 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 10783.908559/2012-15 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10783.908563/2012-83 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 10783.909388/2012-41 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
343 - Processo nº: 10469.724147/2014-59 - Recorrente: UVIFRIOS DISTRIBUIDOR ATACADISTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 10880.936754/2011-56 - Recorrente: ITAUBANK COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
345 - Processo nº: 11516.724296/2017-11 - Recorrente: REFINADORA CATARINENSE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
346 - Processo nº: 13804.008453/2003-21 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
347 - Processo nº: 13971.720605/2012-27 - Recorrente: SWELL TEXTIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 13971.720607/2012-16 - Recorrente: SWELL TEXTIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
349 - Processo nº: 19515.720375/2015-11 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 19515.720376/2015-57 - Recorrente: BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
351 - Processo nº: 15956.000381/2009-51 - Recorrente: BRASMIIL MONTAGENS E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 10880.946029/2009-71 - Recorrente: CPFL ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 13587.000196/2010-11 - Recorrente: TERMOMACAE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 11052.001373/2010-99 - Recorrente: TERMOMACAE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 10380.725118/2013-01 - Recorrente: PONTO ECONOMICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 16682.720737/2014-64 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 16682.723054/2015-40 - Recorrente: RECREIO VEICULOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 16682.723015/2015-42 - Recorrente: RECREIO VEICULOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
359 - Processo nº: 10830.903184/2008-16 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
360 - Processo nº: 10830.903185/2008-52 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
361 - Processo nº: 10830.724646/2011-28 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 10830.727011/2012-63 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: DCTF
363 - Processo nº: 10830.720081/2009-95 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 10830.720274/2010-80 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 10830.720276/2010-79 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 10830.721257/2009-26 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 10830.720195/2007-73 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 10830.720196/2007-18 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

369 - Processo nº: 10830.720198/2007-15 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 10830.720427/2007-93 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 10830.720745/2010-50 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 10830.720747/2010-49 - Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
373 - Processo nº: 10882.903102/2013-87 - Recorrente: B2W COMPANHIA DIGITAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
374 - Processo nº: 10983.902417/2013-79 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 10983.902418/2013-13 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 11516.003427/2006-70 - Recorrente: BCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S A BESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
377 - Processo nº: 16306.000222/2009-74 - Recorrente: BRASMOTOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
378 - Processo nº: 13587.000195/2010-76 - Recorrente: TERMOMACAE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
379 - Processo nº: 12963.000852/2010-88 - Recorrente: CAFEEIRA LEONEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
380 - Processo nº: 19515.722038/2011-26 - Recorrente: JOSE BERTONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
381 - Processo nº: 16004.000106/2009-50 - Recorrente: SEBO JALES INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ANIMAIS LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 11516.722020/2013-74 - Recorrente: TKE - TRANSPORTES KARGO EXPERT DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
383 - Processo nº: 10830.901701/2010-29 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
384 - Processo nº: 18471.000695/2006-42 - Recorrente: CORNING COMUNICACOES OPTICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: BENEFÍCIOS FISCAIS
385 - Processo nº: 16327.000902/2006-05 - Embargante: SANTANDER BANESPA S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: SIMPLES / SIMPLES NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
386 - Processo nº: 19311.720486/2013-43 - Recorrente: RICARDO SIMOES OTICA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: PENALIDADES
387 - Processo nº: 19311.720532/2013-12 - Recorrente: RICARDO SIMOES OTICA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 11080.725669/2014-95 - Recorrente: COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS ARESI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
389 - Processo nº: 19515.721048/2019-00 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
390 - Processo nº: 19515.721049/2019-46 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
391 - Processo nº: 11065.724092/2013-10 - Recorrente: HD VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 10980.728290/2013-40 - Recorrente: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 10830.722174/2013-31 - Recorrente: LOG & PRINT GRAFICA E LOGISTICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: ACRÉSCIMOS LEGAIS / JUROS DE MORA
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
394 - Processo nº: 10830.720817/2013-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRIP - LINHAS AEREAS S/A

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
Presidente da Turma

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 19 a 21/07/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
18	18186.724695/2013-86	19
21	13864.720155/2018-85	22
24	10880.987216/2012-19	25 a 36
84	10680.918186/2012-49	85
88	10855.902867/2013-27	89 e 90
95	16682.900249/2012-77	96
123	19515.722961/2012-49	124
147	10880.679744/2011-16	148 e 149
155	10980.908036/2017-57	156 e 157
161	13502.900973/2013-64	162 e 163
164	15374.915764/2008-96	165 e 166
170	10860.720603/2017-10	171 e 172
173	10860.902124/2014-69	174 e 175
198	10855.903618/2012-78	199 a 201
211	10880.952439/2016-81	212 e 213
215	12448.903976/2014-70	216 a 218
222	13864.720138/2018-48	223
225	10580.905254/2013-19	226 a 227
239	11020.903082/2014-38	240 a 243
249	13864.720151/2018-05	250
254	10830.724568/2011-61	255 a 259
260	10880.953694/2015-60	261 a 262
263	10880.900350/2017-10	264 a 267
268	11080.731966/2017-12	269 e 270
302	11080.737645/2018-11	303 e 304
313	13864.720144/2018-03	314
316	11080.916974/2011-41	317 e 318
321	13864.720133/2018-15	322
327	10882.902409/2010-18	328 a 330
347	13819.904083/2010-15	348 a 351
361	13850.720007/2020-34	362 a 363
364	10880.921428/2015-78	365 e 366
367	11080.732701/2018-12	368 e 369
375	16327.901710/2014-10	376 e 377
390	10680.904686/2015-46	391 a 393
400	10920.900474/2011-96	401 a 403
412	10880.972875/2010-81	413 a 415
429	11040.901811/2013-01	430 a 432
436	16682.901746/2014-54	437 a 446
453	10880.934470/2011-25	454 e 455
475	11080.728655/2018-57	476 e 477
478	16327.901184/2017-31	479 a 482
483	10783.905011/2013-02	484 e 485
503	18470.729138/2014-27	504 e 505

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS ALBERGADOS POR MEDIDAS JUDICIAIS PARA JULGAMENTO IMEDIATO
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
1 - Processo nº: 10283.900928/2017-77 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA MANAUARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
2 - Processo nº: 18471.000125/2007-33 - Recorrente: COLOPLAST DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Redator(a) AD HOC: CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
3 - Processo nº: 10872.720332/2016-74 - Recorrente: IBBCA 2008 GESTAO EM SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
4 - Processo nº: 13884.904044/2012-04 - Recorrente: CGI AMERICA DO SUL SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13884.904045/2012-41 - Recorrente: CGI AMERICA DO SUL SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13884.904046/2012-95 - Recorrente: CGI AMERICA DO SUL SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13884.904047/2012-30 - Recorrente: CGI AMERICA DO SUL SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: SUSPENSÃO DE ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
8 - Processo nº: 12571.720318/2014-29 - Recorrente: CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 12571.720091/2015-01 - Recorrente: CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 12571.720089/2015-23 - Recorrente: CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: SIMPLES - EXCLUSÃO/OPÇÃO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
11 - Processo nº: 10580.721043/2017-59 - Recorrente: HANS OTTO BONISCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
12 - Processo nº: 18471.001893/2008-95 - Recorrente: SANALAH CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
13 - Processo nº: 10580.727800/2017-06 - Recorrente: COSEBA CORRETORA DE SEGUROS DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10580.725848/2018-52 - Recorrente: GUSTAVO SOTERO DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
15 - Processo nº: 14094.720008/2018-36 - Recorrente: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
16 - Processo nº: 16561.720241/2016-29 - Embargante: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
17 - Processo nº: 16327.721204/2013-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITAU UNIBANCO S.A.
TEMA 9: PER/DCOMP
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
18 - Processo nº: 18186.724695/2013-86 - Recorrente: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
19 - Processo nº: 18186.728122/2011-60 - Recorrente: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
20 - Processo nº: 13839.904243/2012-50 - Recorrente: MONTE REAL HOTEIS E TURISMO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13864.720155/2018-85 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
22 - Processo nº: 13864.720154/2018-31 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
23 - Processo nº: 13864.720070/2018-05 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
24 - Processo nº: 10880.987216/2012-19 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
25 - Processo nº: 10880.987204/2012-86 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10880.987205/2012-21 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10880.987206/2012-75 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10880.987207/2012-10 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10880.987208/2012-64 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10880.987209/2012-17 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.987210/2012-33 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.987211/2012-88 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.987213/2012-77 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10880.987214/2012-11 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10880.987215/2012-66 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.987217/2012-55 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
37 - Processo nº: 15521.720023/2013-55 - Recorrente: RONALDO DA GRACA SALES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 10: PENALIDADES/DIVERSOS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
38 - Processo nº: 15578.000129/2010-31 - Embargante: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
39 - Processo nº: 16561.720055/2018-51 - Embargante: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13971.005344/2010-50 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BUNGE ALIMENTOS S/A
TEMA 12: SIMPLES - EXCLUSÃO/OPÇÃO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
41 - Processo nº: 10845.721512/2018-62 - Recorrente: ELO ADMINISTRACAO, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
42 - Processo nº: 10840.721130/2017-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIANA BOLDRINI REZENDE OLIVEIRA
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
43 - Processo nº: 10920.723369/2017-12 - Recorrente: FLAMASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
44 - Processo nº: 16327.720075/2016-33 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SAFRA S A
45 - Processo nº: 16327.720273/2017-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO SAFRA S A

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
46 - Processo nº: 16095.720142/2017-71 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MALBEC COMERCIAL LTDA

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
47 - Processo nº: 16561.720130/2017-01 - Embargante: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: SIMPLES - EXCLUSÃO/OPÇÃO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
48 - Processo nº: 10283.001905/2010-10 - Recorrente: PARADISE TURISMO E PASSAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10830.722978/2019-25 - Recorrente: GRSC ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10830.722138/2019-62 - Recorrente: EXALT - ADMINISTRADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
51 - Processo nº: 10070.001674/2001-41 - Embargante: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
52 - Processo nº: 10880.900383/2010-93 - Recorrente: LUZ PUBLICIDADE SP SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
53 - Processo nº: 16098.000013/2008-42 - Recorrente: BFB RENT ADMINISTRACAO E LOCACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
54 - Processo nº: 10875.005937/2002-14 - Recorrente: PRODUTOS QUIMICOS SAO VICENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: PENALIDADES/DIVERSOS
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
55 - Processo nº: 19515.720409/2018-10 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GRAN BARRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
56 - Processo nº: 10283.723838/2017-56 - Recorrente: RIO AMAZONAS ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10283.726625/2017-86 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e RIO AMAZONAS ENERGIA S/A
TEMA 18: FALTA DE RETENÇÃO/RECOLHIMENTO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
58 - Processo nº: 10166.727458/2011-31 - Recorrente: PAULO BAETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 19: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
59 - Processo nº: 10830.727726/2016-40 - Recorrente: RESIPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
60 - Processo nº: 19515.720929/2018-14 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e C.B.S. MEDICO CIENTIFICA S/A
TEMA 20: PER/DCOMP
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
61 - Processo nº: 16306.000122/2009-48 - Recorrente: ALFASTAR PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
62 - Processo nº: 10880.900129/2010-95 - Recorrente: YKK DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10880.904896/2010-73 - Recorrente: YKK DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
64 - Processo nº: 10660.721950/2016-27 - Recorrente: BI&P COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
65 - Processo nº: 11080.014513/2008-37 - Recorrente: RIO DEL SUR AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
66 - Processo nº: 10855.721610/2019-61 - Recorrente: SANTA ANDREA AGRO PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 22: ASSUNTOS DIVERSOS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
67 - Processo nº: 13433.000788/2008-71 - Recorrente: A FERREIRA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13864.720050/2018-26 - Recorrente: VILA ABERNESIA COMERCIO DE OTICA E JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
69 - Processo nº: 14751.720248/2012-54 - Recorrente: ADILSON CARDOSO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 14751.720247/2012-18 - Recorrente: ADILSON CARDOSO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
71 - Processo nº: 10932.720042/2013-26 - Recorrente: AGUIA INDUSTRIA DE PROTOTIPOS E FERRAMENTARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
72 - Processo nº: 12448.731405/2012-65 - Recorrente: ALBERTO MOISES WAKSMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
73 - Processo nº: 10950.731280/2019-34 - Recorrente: ALCOOL QUIMICA CANABRAVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10950.729268/2019-60 - Recorrente: ALCOOL QUIMICA CANABRAVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
75 - Processo nº: 19515.720958/2013-71 - Recorrentes: ALFATRONIC S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
76 - Processo nº: 11080.731119/2018-39 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 16561.720046/2018-61 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
78 - Processo nº: 10283.902053/2009-38 - Recorrente: AMCOR EMBALAGENS DA AMAZONIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
79 - Processo nº: 18470.722086/2011-15 - Recorrente: AMILE COMERCIO DE PESCADOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
80 - Processo nº: 10580.733824/2012-81 - Recorrente: ANIRA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
81 - Processo nº: 10783.722312/2011-22 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11543.002954/2002-14 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
83 - Processo nº: 16561.720065/2017-14 - Embargante: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
84 - Processo nº: 10680.918186/2012-49 - Recorrente: AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10680.918188/2012-38 - Recorrente: AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
86 - Processo nº: 11080.001839/2003-90 - Recorrente: ARNOLDO SCHNEIDER PARTICIPACOES S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 19515.002941/2005-29 - Recorrente: ART PRINTER GRAFICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
88 - Processo nº: 10855.902867/2013-27 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
89 - Processo nº: 10855.902868/2013-71 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10855.902869/2013-16 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
91 - Processo nº: 18471.001050/2005-46 - Recorrente: ASCA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
92 - Processo nº: 10880.683947/2009-84 - Recorrente: AVAYA BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
93 - Processo nº: 11052.720041/2011-98 - Recorrente: BABY BEEF BARRA RESTAURANTE LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
94 - Processo nº: 10120.004849/2006-43 - Recorrente: BANCO BEG S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
95 - Processo nº: 16682.900249/2012-77 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
96 - Processo nº: 16682.900671/2012-22 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
97 - Processo nº: 16682.903026/2012-61 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
98 - Processo nº: 16327.721647/2013-59 - Recorrente: BANCO CREDIT AGRICOLE BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
99 - Processo nº: 16327.720049/2016-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO CSF S/A
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
100 - Processo nº: 10166.723066/2017-99 - Embargante: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
101 - Processo nº: 10380.016337/2007-40 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10380.720170/2006-34 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 19740.000041/2008-26 - Recorrente: BANCO INVESTCRED UNIBANCO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 19740.000301/2008-63 - Recorrente: BANCO INVESTCRED UNIBANCO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 19515.003631/2005-21 - Recorrente: BANDEIRANTE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
106 - Processo nº: 12448.901434/2013-81 - Recorrente: BBPP HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 12448.901435/2013-26 - Recorrente: BBPP HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 12448.900944/2011-70 - Recorrente: BBPP HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
109 - Processo nº: 10850.902186/2012-28 - Recorrente: BELLMAN NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10850.902376/2012-45 - Recorrente: BELLMAN NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10850.902377/2012-90 - Recorrente: BELLMAN NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
112 - Processo nº: 10660.721124/2017-69 - Recorrente: BI&P COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10580.902809/2012-90 - Recorrente: BIGBURGER SALVADOR LANCHONETES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
114 - Processo nº: 13811.001353/2003-85 - Recorrente: BMW DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
115 - Processo nº: 15374.001706/2006-11 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 16682.902364/2012-86 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10073.900993/2010-00 - Recorrente: BR METALS FUNDICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
118 - Processo nº: 10283.903948/2013-76 - Recorrente: BREITENER ENERGETICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
119 - Processo nº: 13502.721394/2012-76 - Recorrente: BREYNER LOGISTICA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
120 - Processo nº: 16048.000039/2008-86 - Recorrente: BRF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
121 - Processo nº: 11634.720420/2017-22 - Recorrente: BRISA INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
122 - Processo nº: 13971.723958/2015-21 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
123 - Processo nº: 19515.722961/2012-49 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
124 - Processo nº: 19515.722981/2012-10 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
125 - Processo nº: 11516.721467/2012-45 - Recorrente: C - PACK CREATIVE PACKAGING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
126 - Processo nº: 10315.000044/2009-96 - Recorrente: C. P. COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
127 - Processo nº: 10469.721413/2009-24 - Recorrente: C. S. S. LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
128 - Processo nº: 10950.724568/2015-29 - Recorrente: C. TORRES DE ANDRADE & CIA. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
129 - Processo nº: 19515.002167/2006-37 - Recorrente: C.A.S. CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13982.001130/2010-85 - Recorrente: CABO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
131 - Processo nº: 10880.913750/2010-19 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
132 - Processo nº: 10935.724835/2013-94 - Recorrente: CAVEGLION E CAVEGLION LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
133 - Processo nº: 10980.017127/2008-91 - Embargante: CENTER AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10940.000693/2005-97 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CETII CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA DE IRATI LTDA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
135 - Processo nº: 16327.001402/2008-44 - Recorrente: CIA REAL VALORES D.T.V.M. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
136 - Processo nº: 13896.005106/2008-70 - Recorrentes: CIELO S.A. e FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13896.002922/2009-11 - Recorrentes: CIELO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
138 - Processo nº: 19515.720469/2014-09 - Recorrente: CINEMARK BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 19515.002501/2007-33 - Recorrente: CINEMARK BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
140 - Processo nº: 16327.001132/2009-52 - Recorrente: COIN - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
141 - Processo nº: 10880.935648/2014-06 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
142 - Processo nº: 19515.001183/2004-41 - Recorrente: COMERCIAL KATINA TOYS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
143 - Processo nº: 16306.721016/2012-05 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
144 - Processo nº: 11543.001405/2003-03 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
145 - Processo nº: 10880.971103/2016-17 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
146 - Processo nº: 11080.900554/2012-24 - Recorrente: COMPANHIA ESTADUAL DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-GT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
147 - Processo nº: 10880.679744/2011-16 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
148 - Processo nº: 10880.900305/2010-99 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10880.954166/2009-80 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
150 - Processo nº: 10880.902933/2011-90 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10880.967430/2012-41 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 19515.721082/2011-19 - Recorrente: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
153 - Processo nº: 14033.000135/2010-82 - Recorrente: COOPERATIVA DOS MEDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10840.907199/2009-15 - Recorrente: COOPERCITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
155 - Processo nº: 10980.908036/2017-57 - Recorrente: COPEL DISTRIBUICAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
156 - Processo nº: 10980.921067/2016-12 - Recorrente: COPEL DISTRIBUICAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10980.929596/2016-64 - Recorrente: COPEL DISTRIBUICAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
158 - Processo nº: 13227.720512/2013-14 - Recorrente: CREDI FACIL DOM BOSCO FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
159 - Processo nº: 19515.001712/2009-11 - Recorrente: CYRELA MAGIK CALIFORNIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
160 - Processo nº: 12448.724425/2014-41 - Recorrente: DELTA ENGENHARIA E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
161 - Processo nº: 13502.900973/2013-64 - Recorrente: DHL SOLUCOES LOGISTICAS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
162 - Processo nº: 13502.901064/2013-43 - Recorrente: DHL SOLUCOES LOGISTICAS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13502.901065/2013-98 - Recorrente: DHL SOLUCOES LOGISTICAS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
164 - Processo nº: 15374.915764/2008-96 - Recorrente: DIAMIX COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
165 - Processo nº: 15374.915763/2008-41 - Recorrente: DIAMIX COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 15374.915766/2008-85 - Recorrente: DIAMIX COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
167 - Processo nº: 19515.000977/2008-11 - Recorrente: DIMPER COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
168 - Processo nº: 10380.015109/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DISBECE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS & CEREAIS LTDA - ME
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
169 - Processo nº: 18470.730419/2013-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOARBELLEZA PRODUTOS DE BELEZA LTDA
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
170 - Processo nº: 10860.720603/2017-10 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
171 - Processo nº: 10860.720604/2017-56 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10860.720606/2017-45 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
173 - Processo nº: 10860.902124/2014-69 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
174 - Processo nº: 10860.902125/2014-11 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10860.902126/2014-58 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
176 - Processo nº: 10860.720286/2017-23 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10860.720605/2017-09 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10860.901913/2014-82 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10860.902123/2014-14 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10860.902127/2014-01 - Recorrente: DOKAR VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
181 - Processo nº: 15540.000500/2010-91 - Recorrente: DUMAR COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
182 - Processo nº: 15374.941361/2008-01 - Recorrente: ECISA ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA

183 - Processo nº: 16641.720012/2019-67 - Recorrente: ECOVIX CONTRUCOES OCEANICAS S/A- EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
184 - Processo nº: 10166.723164/2010-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
185 - Processo nº: 10830.726576/2016-57 - Recorrente: ENNT COMERCIO SERVICOS E PARTICIPACOES - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
186 - Processo nº: 16327.900006/2008-00 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 16327.900021/2008-40 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10980.911274/2009-30 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
189 - Processo nº: 11621.000025/2003-73 - Recorrente: FAZENDA PARNAIBA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 11621.000251/2002-73 - Recorrente: FAZENDA PARNAIBA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
191 - Processo nº: 13603.903038/2013-11 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
192 - Processo nº: 10665.720901/2011-12 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
193 - Processo nº: 13601.000316/2003-25 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13603.903039/2013-66 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10783.900376/2011-71 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
196 - Processo nº: 10880.954578/2009-10 - Recorrente: FLEURY S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10880.900710/2009-73 - Recorrente: FLEURY S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
198 - Processo nº: 10855.903618/2012-78 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
199 - Processo nº: 10855.903615/2012-34 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10855.903619/2012-12 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10855.903622/2012-36 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
202 - Processo nº: 10855.903620/2012-47 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10855.903621/2012-91 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
204 - Processo nº: 13897.000791/2002-42 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
205 - Processo nº: 10508.720314/2019-93 - Recorrente: GABRIELA EMPREENDIMENTOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
206 - Processo nº: 19515.002829/2009-11 - Recorrente: GAMBRO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 19515.002830/2009-46 - Recorrente: GAMBRO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
208 - Processo nº: 13864.720023/2013-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ''GERRESHEIMER PLASTICOS SAO PAULO LTDA.''
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
209 - Processo nº: 19515.721955/2012-74 - Recorrente: GFA MODAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
210 - Processo nº: 10120.724914/2014-61 - Recorrente: GLEIKSTON ALVES COSTA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10880.952439/2016-81 - Recorrente: GLOBAL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
212 - Processo nº: 10880.933724/2016-01 - Recorrente: GLOBAL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10880.952438/2016-36 - Recorrente: GLOBAL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
214 - Processo nº: 11080.731773/2017-61 - Recorrente: GLOBAL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
215 - Processo nº: 12448.903976/2014-70 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
216 - Processo nº: 12448.907039/2012-21 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 12448.909256/2013-37 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 12448.921206/2012-47 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
219 - Processo nº: 11080.730020/2017-39 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 12448.934816/2011-20 - Recorrente: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
221 - Processo nº: 10120.731432/2012-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOIAS CAMINHOES E ONIBUS LTDA
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

222 - Processo nº: 13864.720138/2018-48 - Recorrente: GOLD FINGER VIA VALE SHOPPING JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
223 - Processo nº: 13864.720137/2018-01 - Recorrente: GOLD FINGER VIA VALE SHOPPING JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
224 - Processo nº: 13864.720026/2018-97 - Recorrente: GOLD FINGER VIA VALE SHOPPING JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
225 - Processo nº: 10580.905254/2013-19 - Recorrente: GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
226 - Processo nº: 10580.904228/2013-73 - Recorrente: GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10580.904229/2013-18 - Recorrente: GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
228 - Processo nº: 10580.904230/2013-42 - Recorrente: GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 11080.729222/2017-38 - Recorrente: GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
230 - Processo nº: 10880.957870/2009-94 - Recorrente: GUARARA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10480.728412/2013-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
232 - Processo nº: 11052.000683/2010-96 - Recorrente: IMOBILIARIA EDIFICIO CANAVARRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 11052.001054/2010-83 - Recorrente: IMOBILIARIA EDIFICIO CANAVARRO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10640.720633/2012-06 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS FERRARI LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
235 - Processo nº: 10855.720221/2012-42 - Recorrente: INTEGRAL PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
236 - Processo nº: 10845.725584/2012-93 - Recorrente: INTERFACE ENGENHARIA ADUANEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
237 - Processo nº: 16062.720134/2018-93 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
238 - Processo nº: 15465.000238/2009-91 - Recorrente: ITIDA SERVICOS ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
239 - Processo nº: 11020.903082/2014-38 - Recorrente: J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
240 - Processo nº: 11020.903083/2014-82 - Recorrente: J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 11020.903084/2014-27 - Recorrente: J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11020.903085/2014-71 - Recorrente: J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 11020.903086/2014-16 - Recorrente: J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
244 - Processo nº: 13502.720792/2014-37 - Recorrente: JOSE GERALDO REVOREDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
245 - Processo nº: 11060.003203/2009-14 - Recorrente: KASEMA IND COM E EXP LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 12448.732736/2011-31 - Recorrente: KELSON S INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
247 - Processo nº: 10380.011007/2007-68 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LANLINK INFORMATICA LTDA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
248 - Processo nº: 10768.100706/2003-11 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
249 - Processo nº: 13864.720151/2018-05 - Recorrente: LUIZ LOURENCAO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
250 - Processo nº: 13864.720150/2018-52 - Recorrente: LUIZ LOURENCAO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
251 - Processo nº: 13864.720043/2018-24 - Recorrente: LUIZ LOURENCAO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
252 - Processo nº: 10280.724476/2012-36 - Recorrente: M. F. S. P. SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
253 - Processo nº: 14041.720001/2012-44 - Recorrente: MAGNA JOSE DE SOUZA PIMENTEL E FILHOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10830.724568/2011-61 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
255 - Processo nº: 10830.724578/2011-05 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10830.724599/2011-12 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10830.724604/2011-97 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10830.724693/2011-71 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10830.724698/2011-02 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10880.953694/2015-60 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10880.900349/2017-95 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10880.909759/2018-82 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10880.900350/2017-10 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10880.925850/2014-11 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10880.953695/2015-12 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10880.983026/2019-91 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10880.983027/2019-35 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 11080.731966/2017-12 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 11080.735601/2018-48 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 11080.738862/2018-10 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10880.989293/2009-08 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10880.971837/2009-77 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10880.961980/2009-51 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10880.961979/2009-26 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10880.953491/2009-25 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

276 - Processo nº: 10880.953490/2009-81 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10880.953489/2009-56 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10880.927832/2010-41 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10880.986929/2012-57 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10880.945366/2012-47 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10880.941791/2012-67 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10880.922051/2013-11 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 10880.922050/2013-68 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 10880.906625/2014-86 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10880.909758/2018-38 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10880.957701/2009-54 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10880.957700/2009-18 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10880.957699/2009-13 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10880.957698/2009-79 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10880.957697/2009-24 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10880.957696/2009-80 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10880.676200/2009-70 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10880.676198/2009-39 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10880.676197/2009-94 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10880.676195/2009-03 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 10880.676194/2009-51 - Recorrente: MANPOWER STAFFING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
297 - Processo nº: 13982.000326/2010-52 - Recorrente: MARCON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
298 - Processo nº: 10510.720743/2020-55 - Recorrente: MARCOS ANDRE SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
299 - Processo nº: 13603.720477/2012-18 - Recorrente: MAXDRINK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
300 - Processo nº: 16306.000020/2010-66 - Recorrente: MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 16306.000024/2010-44 - Recorrente: MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 11080.737645/2018-11 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
303 - Processo nº: 11080.738294/2018-57 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 11080.738663/2018-10 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
305 - Processo nº: 10680.015698/2008-75 - Embargante: MINAS DA SERRA GERAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
306 - Processo nº: 11516.722167/2012-83 - Recorrente: MINASDRILL COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
307 - Processo nº: 13971.003292/2010-87 - Recorrente: MONTE CLARO PARTICIPACOES E SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
308 - Processo nº: 16004.720475/2013-49 - Recorrente: MP BRONZE RP PREPARACAO DE DOCUMENTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
309 - Processo nº: 19515.005125/2008-10 - Recorrente: MPD ENGENHARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
310 - Processo nº: 11516.721882/2014-61 - Recorrente: MR EMPREENDIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
311 - Processo nº: 15563.720183/2012-27 - Recorrente: MULTI MERCADO MILLENIUM DE ANCHIETA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
312 - Processo nº: 18471.000871/2006-46 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MULTI OPTICA DISTRIBUIDORA LTDA
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
313 - Processo nº: 13864.720144/2018-03 - Recorrente: NEIDE DOS SANTOS-JOIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
314 - Processo nº: 13864.720143/2018-51 - Recorrente: NEIDE DOS SANTOS-JOIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
315 - Processo nº: 13864.720041/2018-35 - Recorrente: NEIDE DOS SANTOS-JOIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
316 - Processo nº: 11080.916974/2011-41 - Recorrente: NET SUL COMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
317 - Processo nº: 11080.908992/2011-50 - Recorrente: NET SUL COMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 11080.916975/2011-96 - Recorrente: NET SUL COMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
319 - Processo nº: 11080.905151/2010-18 - Recorrente: NET SUL COMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 11080.930292/2011-41 - Recorrente: NET SUL COMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
321 - Processo nº: 13864.720133/2018-15 - Recorrente: VILA ABERNESIA COMERCIO DE OTICA E JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
322 - Processo nº: 13864.720132/2018-71 - Recorrente: VILA ABERNESIA COMERCIO DE OTICA E JOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
323 - Processo nº: 10980.005297/2009-11 - Recorrente: NITAPLAST IND E COM DE PLASTICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
324 - Processo nº: 10909.004629/2010-39 - Recorrente: NOVA PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA-ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
325 - Processo nº: 16306.000185/2008-13 - Recorrente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 19515.000857/2002-28 - Recorrente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
327 - Processo nº: 10882.902409/2010-18 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
328 - Processo nº: 10882.902406/2010-84 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 10882.902407/2010-29 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 10882.902408/2010-73 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
331 - Processo nº: 11080.731891/2017-70 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 11080.731980/2017-16 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
333 - Processo nº: 13830.720870/2013-09 - Recorrente: NUTRISOJA COMERCIO E REPRESENTACOES BASTOS LTDA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10980.017537/2007-51 - Recorrente: OZYX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
335 - Processo nº: 19515.000304/2009-41 - Recorrente: PANIF. E LANCHONETE PILL 100 LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 12448.734732/2011-98 - Recorrente: PATHFINDER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
337 - Processo nº: 10166.729105/2013-38 - Recorrente: PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
338 - Processo nº: 10480.906081/2010-31 - Recorrente: PETROGAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: ANDRE SEVERO CHAVES
339 - Processo nº: 16682.722193/2016-37 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
340 - Processo nº: 15374.969992/2009-67 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 15374.969993/2009-10 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 15374.969995/2009-09 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 15374.969996/2009-45 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 10803.720325/2013-43 - Recorrente: PHOENIX ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA E CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
345 - Processo nº: 16561.000137/2008-12 - Recorrente: POLIMOLD INDUSTRIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
346 - Processo nº: 11516.722940/2014-73 - Recorrente: PREMIUM DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
347 - Processo nº: 13819.904083/2010-15 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
348 - Processo nº: 13819.900490/2011-34 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 13819.903210/2012-21 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 13819.904084/2010-60 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 13819.904085/2010-12 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
352 - Processo nº: 13819.720039/2009-11 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 13819.720040/2009-45 - Recorrente: PRENSAS SCHULER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

354 - Processo nº: 13876.000711/2004-69 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 11610.001573/2003-40 - Recorrente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 11610.001149/2003-03 - Recorrente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
357 - Processo nº: 13502.900520/2011-76 - Recorrente: PROQUIGEL QUIMICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
358 - Processo nº: 16832.000985/2009-67 - Recorrente: PROTEUS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
359 - Processo nº: 10680.910753/2012-19 - Recorrente: PRUDENTE REFEICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
360 - Processo nº: 13433.720017/2005-51 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
361 - Processo nº: 13850.720007/2020-34 - Recorrente: QUICKLOG COMERCIO ATACADISTA E LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
362 - Processo nº: 13850.720005/2020-45 - Recorrente: QUICKLOG COMERCIO ATACADISTA E LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 13850.720006/2020-90 - Recorrente: QUICKLOG COMERCIO ATACADISTA E LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
364 - Processo nº: 10880.921428/2015-78 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
365 - Processo nº: 10880.923797/2015-03 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

366 - Processo nº: 10880.976818/2016-66 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
367 - Processo nº: 11080.732701/2018-12 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
368 - Processo nº: 11080.736098/2018-48 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 11080.737052/2018-46 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
370 - Processo nº: 10880.916151/2014-81 - Recorrente: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
371 - Processo nº: 10235.000535/2009-27 - Recorrente: REFRIGERANTES DO AMAPA S/A REAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
372 - Processo nº: 16327.720837/2018-63 - Recorrente: RELIANCE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 16327.902624/2010-09 - Recorrente: RELIANCE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 16327.906258/2010-59 - Recorrente: RELIANCE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 16327.901710/2014-10 - Recorrente: RELIANCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
376 - Processo nº: 16327.900345/2011-83 - Recorrente: RELIANCE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 16327.906979/2011-40 - Recorrente: RELIANCE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
378 - Processo nº: 16327.720275/2013-43 - Recorrente: RELIANCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 19515.000652/2009-19 - Recorrente: RIBERI LOBO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
380 - Processo nº: 13982.721063/2013-61 - Recorrente: RIO BRANCO S/A CORRETORA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
381 - Processo nº: 11610.000847/2003-83 - Recorrente: ROCHE PRODS Q E FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
382 - Processo nº: 15956.720347/2013-83 - Recorrente: RODRIGUES BARIZZA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
383 - Processo nº: 13982.000176/2010-87 - Recorrente: RUDIMAR BERTOTTI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 10830.005983/2009-06 - Recorrente: RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 11080.725308/2010-15 - Recorrente: SABEMI SEGURADORA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
386 - Processo nº: 13808.000355/2002-25 - Recorrente: SAFIRA TURISMO, PASSAGENS E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
387 - Processo nº: 10880.902947/2011-11 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10880.903657/2009-62 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 10880.907807/2011-21 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10680.904686/2015-46 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
391 - Processo nº: 10680.924824/2016-94 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 10680.926619/2016-63 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 10680.926620/2016-98 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
394 - Processo nº: 10680.900243/2018-29 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10680.900244/2018-73 - Recorrente: SANTA FE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10940.722215/2013-41 - Recorrente: SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
397 - Processo nº: 16327.720125/2013-30 - Recorrente: SANTANDER CAPITALIZACAO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
398 - Processo nº: 10245.000463/2009-07 - Recorrente: SCOOBYDOO DO BRASIL EMP IMOBILIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
399 - Processo nº: 19515.720771/2016-11 - Recorrentes: SEARA ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
400 - Processo nº: 10920.900474/2011-96 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
401 - Processo nº: 10920.900473/2011-41 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 10920.903081/2010-53 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 10920.908607/2010-91 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
404 - Processo nº: 10920.003850/2008-05 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
405 - Processo nº: 15983.720132/2014-16 - Recorrente: SIMONE YAMAMURA MENDES SANCHES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 15983.720133/2014-61 - Recorrente: SIMONE YAMAMURA MENDES SANCHES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
407 - Processo nº: 10880.954531/2008-75 - Recorrente: SKANSKA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
408 - Processo nº: 10380.900835/2010-78 - Recorrente: SOBRAL & PALACIO PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 10380.900833/2010-89 - Recorrente: SOBRAL & PALACIO PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
410 - Processo nº: 15540.720277/2011-83 - Recorrente: SOL E MAR DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
411 - Processo nº: 10880.928079/2010-19 - Recorrente: SPAR BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 10880.972875/2010-81 - Recorrente: SPAR BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
413 - Processo nº: 10880.937711/2011-98 - Recorrente: SPAR BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 10880.953009/2010-91 - Recorrente: SPAR BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 10880.965479/2010-05 - Recorrente: SPAR BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
416 - Processo nº: 14041.000140/2006-18 - Recorrente: SPEED CAR AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
417 - Processo nº: 10680.004015/2007-73 - Recorrente: STONE COMERCIO DE DIAMANTES LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 11065.720667/2014-06 - Recorrente: SULBRA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
419 - Processo nº: 13411.000674/2004-56 - Recorrente: SUPERGESSO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
420 - Processo nº: 10855.900268/2014-50 - Recorrente: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
421 - Processo nº: 15563.720001/2011-37 - Recorrente: T.M. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
422 - Processo nº: 10880.688840/2009-22 - Recorrente: TAKEDA PHARMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo nº: 10880.688838/2009-53 - Recorrente: TAKEDA PHARMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo nº: 10880.688839/2009-06 - Recorrente: TAKEDA PHARMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 10880.688837/2009-17 - Recorrente: TAKEDA PHARMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 10880.688836/2009-64 - Recorrente: TAKEDA PHARMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
427 - Processo nº: 13804.006780/2002-68 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
428 - Processo nº: 19515.721252/2015-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
429 - Processo nº: 11040.901811/2013-01 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
430 - Processo nº: 11040.901810/2013-58 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 11040.901812/2013-47 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 11040.902265/2013-17 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
433 - Processo nº: 16682.720017/2014-07 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 16682.720019/2014-98 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 16682.906949/2012-75 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
436 - Processo nº: 16682.901746/2014-54 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
437 - Processo nº: 16682.722181/2015-21 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
438 - Processo nº: 16682.901747/2014-07 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 16682.901748/2014-43 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo nº: 16682.901749/2014-98 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 16682.901756/2014-90 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo nº: 16682.901757/2014-34 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo nº: 16682.901758/2014-89 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 16682.901760/2014-58 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 16682.901761/2014-01 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo nº: 16682.901762/2014-47 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
447 - Processo nº: 16682.722701/2015-04 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 16682.722669/2015-59 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
449 - Processo nº: 16682.722801/2015-22 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
450 - Processo nº: 13433.900336/2012-78 - Recorrente: TIMBAUBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 11080.729228/2017-13 - Recorrente: TIMBAUBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
452 - Processo nº: 10730.902608/2012-21 - Recorrente: TO BRASIL CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
453 - Processo nº: 10880.934470/2011-25 - Recorrente: TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
454 - Processo nº: 10880.995946/2011-02 - Recorrente: TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo nº: 10880.995947/2011-49 - Recorrente: TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
456 - Processo nº: 10183.000166/2009-25 - Recorrente: TRANSPORTADORA BRITO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 15889.000003/2011-33 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINALDO GARCIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 15889.000366/2009-54 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINALDO GARCIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

459 - Processo nº: 11634.720261/2013-32 - Recorrente: TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
460 - Processo nº: 11516.720591/2014-55 - Recorrente: TRANSPORTES CECCATO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
461 - Processo nº: 14098.000415/2009-01 - Recorrente: TRANSPORTES JAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
462 - Processo nº: 10880.720778/2015-19 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
463 - Processo nº: 10880.957664/2017-94 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo nº: 10880.957665/2017-39 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
465 - Processo nº: 10880.972567/2011-36 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
466 - Processo nº: 10880.002842/99-87 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo nº: 16692.720860/2016-28 - Recorrente: U.S.J. - ACUCAR E ALCOOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
468 - Processo nº: 15540.720359/2017-13 - Recorrente: UDBRAX DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DO LAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
469 - Processo nº: 15540.720358/2017-79 - Recorrente: UDBRAX DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES EIRELI EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
470 - Processo nº: 10680.720385/2008-32 - Recorrente: UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
471 - Processo nº: 15889.000018/2007-15 - Recorrente: UNIMED DE LINS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
472 - Processo nº: 11080.729395/2018-37 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo nº: 10855.907012/2012-10 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo nº: 10855.905309/2013-13 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
475 - Processo nº: 11080.728655/2018-57 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
476 - Processo nº: 11080.730856/2017-33 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo nº: 11080.728725/2018-77 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
478 - Processo nº: 16327.901184/2017-31 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
479 - Processo nº: 16327.901102/2016-77 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo nº: 16327.901576/2015-38 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo nº: 16327.903597/2015-98 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo nº: 16327.904556/2015-19 - Recorrente: UNIMED SEGURADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
483 - Processo nº: 10783.905011/2013-02 - Recorrente: UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
484 - Processo nº: 10783.905012/2013-49 - Recorrente: UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo nº: 10783.905013/2013-93 - Recorrente: UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
486 - Processo nº: 10660.900519/2017-26 - Recorrente: UNISSUL SUPERMERCADOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
487 - Processo nº: 16561.720123/2015-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USIAGROPAR AGROENERGIA S/A
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
488 - Processo nº: 10410.004860/00-81 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
489 - Processo nº: 10680.910299/2010-34 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo nº: 15504.018604/2010-99 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
491 - Processo nº: 13312.720522/2013-82 - Recorrente: V W COMERCIAL DE MOVEIS E ELETRODOMESTICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
492 - Processo nº: 15521.000419/2008-15 - Recorrente: VENTURA PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
493 - Processo nº: 15578.720389/2018-83 - Recorrente: VIACAO ITAPEMIRIM S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
494 - Processo nº: 12448.737936/2011-81 - Recorrente: VIACAO PLANETA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
495 - Processo nº: 10830.903728/2011-37 - Recorrente: VILLARES METALS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo nº: 10830.905579/2014-93 - Recorrente: VILLARES METALS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
497 - Processo nº: 15504.017474/2009-33 - Recorrente: VIVIANE ANGELICA FERREIRA ZICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
498 - Processo nº: 19515.004119/2009-26 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo nº: 19515.004121/2009-03 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
500 - Processo nº: 16306.000006/2011-43 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo nº: 10280.722425/2011-99 - Recorrente: VR CONSULTORIA & SERVICOS GERAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
502 - Processo nº: 13971.723962/2015-90 - Recorrente: WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
503 - Processo nº: 18470.729138/2014-27 - Recorrente: WKM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
504 - Processo nº: 18470.729088/2014-88 - Recorrente: WKM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo nº: 18470.729137/2014-82 - Recorrente: WKM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
506 - Processo nº: 10730.720839/2020-29 - Recorrente: WLA 78 CONFECCOES DE ROUPAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
507 - Processo nº: 10215.720179/2007-38 - Recorrente: XINGU MOTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da Turma

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 19 a 21/07/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
105	10320.725034/2016-17	106
107	10660.721214/2015-98	108 a 110
111	10469.906248/2011-01	112 e 113
114	10805.720334/2014-03	115 a 117
118	10880.919921/2017-90	119 a 128
129	10880.928992/2012-79	130 e 131
132	10880.928993/2012-13	133 a 138
139	15959.720004/2017-12	140 e 141
142	15959.720016/2017-47	143
144	10283.725842/2016-78	145
146	10880.919929/2017-56	147 e 148
149	11080.733064/2018-00	150 e 151
152	10680.915731/2017-50	153 a 157
158	11080.732866/2018-94	159 a 167
168	10840.721216/2016-40	169 e 170
171	10840.721229/2016-19	172
173	10283.721051/2012-45	174
175	10166.729690/2012-95	176
177	16327.904490/2008-38	178
179	10980.902991/2011-95	180 a 183
184	10840.901807/2013-56	185 a 192
193	10830.910910/2018-11	194 a 202
203	13864.720136/2018-59	204
205	10670.900625/2014-48	206
207	10480.900465/2016-36	208 e 209
210	10680.904797/2015-52	211 a 218
219	10680.906529/2015-75	220
221	10680.910359/2015-23	222 a 240
241	10855.902866/2013-82	242 a 243
244	10680.910400/2016-42	245
246	13864.720102/2018-64	247
248	10380.913092/2012-68	249 a 253
325	10880.938329/2019-59	326 a 331
332	10880.924165/2010-44	333 a 336

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1 - OMISSÃO DE RECEITAS - 1
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
1 - Processo nº: 10680.724268/2017-39 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e KOPRUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
2 - Processo nº: 19515.721139/2013-41 - Recorrente: RUB CAR COMERCIO DE AUTO PECAS E FUNDICAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19515.722895/2012-15 - Recorrente: RUB CAR COMERCIO DE AUTO PECAS E FUNDICAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
4 - Processo nº: 16408.000831/2006-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: STAROI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
5 - Processo nº: 15540.000135/2007-10 - Recorrente: JOHN SOMERS ESTANHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
6 - Processo nº: 13808.001637/2001-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LEOPOLDO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
7 - Processo nº: 18470.725174/2012-50 - Recorrente: PAX 2007 - CONSULTORIA E GESTAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
8 - Processo nº: 13864.720029/2014-05 - Recorrente: PRE ENGENHARIA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
9 - Processo nº: 13830.721568/2011-06 - Recorrente: AGUIAR & AGUIAR MOTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13629.000747/2005-45 - Recorrente: COOP DE CONS DOS FUNC EMPR ACESITA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES

11 - Processo nº: 10580.729377/2013-47 - Recorrente: ORGANIZACAO SILVEIRA DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 12448.737350/2012-05 - Recorrente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
13 - Processo nº: 13888.723108/2012-20 - Recorrente: SOPHUS INFORMACOES CADASTRAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13888.723550/2011-75 - Recorrente: SOPHUS INFORMACOES CADASTRAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
15 - Processo nº: 10410.721545/2013-16 - Embargante: VIEIRA LINS REPRESENTA O COMERCIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2 - PER/DCOMP - 1
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
16 - Processo nº: 10283.720899/2013-38 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10283.720928/2013-61 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
18 - Processo nº: 10166.902042/2016-13 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10166.901276/2020-20 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10166.729805/2015-94 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 16327.904357/2012-68 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
22 - Processo nº: 10805.721187/2014-81 - Recorrente: POLIEDRO CONTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
23 - Processo nº: 10600.720030/2016-04 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
24 - Processo nº: 10410.720648/2009-74 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 19647.005029/2005-23 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 19647.004719/2005-65 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 19647.004710/2005-54 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
28 - Processo nº: 10880.939032/2009-39 - Recorrente: KIMBERLY -CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10166.901077/2010-40 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11853.000447/2010-44 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10380.001262/2004-50 - Recorrente: CV COUROS E PELES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10380.901610/2008-14 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11610.004325/2003-51 - Recorrente: COMPANHIA NITRO Q BRASILEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
34 - Processo nº: 16327.000855/98-75 - Recorrente: LLOYDS TSB FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
35 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
36 - Processo nº: 19647.004709/2005-20 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 19647.004704/2005-05 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
38 - Processo nº: 10880.919930/2017-81 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.919931/2017-25 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
40 - Processo nº: 10865.902011/2009-56 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10865.000657/2003-10 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10865.000628/2004-21 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16306.000043/2010-71 - Recorrente: EDITORA ABRIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
44 - Processo nº: 15169.000332/2014-52 - Recorrente: TRANSPORTADORA GRANDE ABC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
45 - Processo nº: 10880.938972/2009-19 - Recorrente: OPEN TEXT TECNOLOGIA DA INFORMACAO (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.723927/2010-75 - Recorrente: CONDOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
47 - Processo nº: 15374.903752/2008-19 - Recorrente: SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11707.721369/2015-11 - Embargante: SALOBO METAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Julho de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 3 - OPERAÇÕES DE COOPERATIVAS
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
49 - Processo nº: 10925.002407/2006-05 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10925.720480/2011-11 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10925.720484/2011-08 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10925.902666/2012-78 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13982.000179/2003-91 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
54 - Processo nº: 16048.000024/2010-32 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOPER DE TRAB MED e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 16048.000068/2008-48 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16048.000069/2008-92 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16048.000070/2008-17 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16048.000073/2008-51 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16048.000074/2008-03 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 16048.000075/2008-40 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOP DE TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 16048.720069/2014-51 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 16048.720126/2014-00 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
63 - Processo nº: 10665.721302/2013-88 - Recorrente: UNIMED SUDOESTE DE MINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4 - SIMPLES
64 - Processo nº: 13864.720030/2018-55 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
65 - Processo nº: 15563.720079/2014-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FORMULA CAR AUTOMOVEIS EIRELI
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
66 - Processo nº: 15504.728926/2016-35 - Recorrente: ALIANZA IMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10530.724808/2016-17 - Recorrente: CHURRASCARIA MMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
68 - Processo nº: 13864.720073/2018-31 - Recorrente: N. L. FINGER & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
69 - Processo nº: 10580.725939/2013-83 - Recorrente: ORGANIZACAO SILVEIRA DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
70 - Processo nº: 12493.720130/2016-12 - Recorrente: R.R. FAKRI - RESTAURANTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
71 - Processo nº: 10730.720842/2015-85 - Recorrente: CNRRA RIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
72 - Processo nº: 10730.720390/2017-01 - Recorrente: DOIS S S COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 18470.731688/2012-44 - Recorrente: AUTOCUUPER TRANSPORTADORA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
74 - Processo nº: 10166.100120/2008-32 - Recorrente: ADU TREINAMENTO EM GASTRONOMIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
75 - Processo nº: 11030.000495/2007-11 - Recorrente: REFAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS RECICLAVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
76 - Processo nº: 13151.720014/2015-56 - Recorrente: JUCHEM & JUCHEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5 - OMISSÃO DE RECEITAS - 2
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
77 - Processo nº: 10730.720046/2010-38 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MARMO DE CACHOEIRAS GESTAO EMPRESARIAL LTDA
78 - Processo nº: 15540.000397/2009-46 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MARMO DE CACHOEIRAS GESTAO EMPRESARIAL LTDA
79 - Processo nº: 16832.001068/2009-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ILSON FELIX DOS SANTOS
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
80 - Processo nº: 11052.000404/2010-94 - Recorrente: SPART-CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
81 - Processo nº: 13603.721597/2011-43 - Recorrente: RECEMIL REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
82 - Processo nº: 10580.720823/2011-96 - Recorrente: ARGAMASSA DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
83 - Processo nº: 19647.012715/2005-51 - Recorrente: J. B. DISTRIBUICAO DE ESTIVAS E CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
84 - Processo nº: 10469.721515/2009-40 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HOTEL PARQUE DA COSTEIRA LTDA
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
85 - Processo nº: 12571.720117/2011-89 - Recorrente: J. F. CARVALHO & CIA. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
86 - Processo nº: 18470.723203/2013-20 - Recorrente: ZAIDAN PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 19515.005209/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONCORDE FOMENTO COMERCIAL LTDA
88 - Processo nº: 10972.000096/2008-38 - Recorrente: AGROS COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10508.720585/2013-53 - Recorrente: DANARF REPRESENTACAO COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10640.000515/2010-16 - Recorrente: PIONEIRA CONSULTORIA FINANCEIRA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
91 - Processo nº: 19515.720787/2012-08 - Recorrente: PROMEIOS LOCACAO DE BENS E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11070.721917/2013-67 - Recorrente: SCHWADE & SCHWADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
93 - Processo nº: 10882.721327/2012-36 - Recorrente: TELLECOM GABINETES E RACK'S INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
94 - Processo nº: 11516.720902/2014-86 - Recorrente: TOP 10 - PROMOCAO DE VENDAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
95 - Processo nº: 10909.003485/2010-01 - Recorrente: VIA CATARINA HOTELARIA E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
96 - Processo nº: 10580.729012/2013-12 - Recorrente: WELLINGTON EXPEDITO DE OLIVEIRA FRANCO - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 6 - IRRF - 1
Relator(a): LUCIANO BERNART
97 - Processo nº: 10166.730917/2012-45 - Recorrente: WRJ ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10980.720852/2010-64 - Recorrente: TERRAPAR PARTICIPACOES & INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13896.002744/2008-39 - Recorrente: O2 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10073.720410/2013-01 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10670.901378/2013-16 - Recorrente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 14090.000085/2007-53 - Recorrente: ALL- AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10768.017372/2002-27 - Recorrente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
104 - Processo nº: 11065.003606/2008-24 - Recorrente: MAPLA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7 - REPETITIVOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
105 - Processo nº: 10320.725034/2016-17 - Recorrente: TOCANTINS REFRIGERANTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
106 - Processo nº: 10320.725035/2016-61 - Recorrente: TOCANTINS REFRIGERANTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
107 - Processo nº: 10660.721214/2015-98 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
108 - Processo nº: 10660.721291/2015-48 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10660.721293/2015-37 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10660.721298/2015-60 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
111 - Processo nº: 10469.906248/2011-01 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
112 - Processo nº: 10469.900888/2012-81 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10469.906250/2011-72 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
114 - Processo nº: 10805.720334/2014-03 - Recorrente: POLIEDRO CONTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
115 - Processo nº: 10805.723588/2013-94 - Recorrente: POLIEDRO CONTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10805.723685/2013-87 - Recorrente: POLIEDRO CONTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10805.723686/2013-21 - Recorrente: POLIEDRO CONTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10880.919921/2017-90 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10880.919916/2017-87 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10880.919917/2017-21 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10880.919918/2017-76 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10880.919919/2017-11 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10880.919920/2017-45 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10880.919923/2017-89 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10880.919927/2017-67 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10880.919932/2017-70 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10880.919933/2017-14 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10880.919934/2017-69 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
129 - Processo nº: 10880.928992/2012-79 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
130 - Processo nº: 10880.902638/2011-33 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10880.928995/2012-11 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
132 - Processo nº: 10880.928993/2012-13 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
133 - Processo nº: 10880.924555/2011-03 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10880.928994/2012-68 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10880.928996/2012-57 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10880.928998/2012-46 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10880.928999/2012-91 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10880.994075/2011-00 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 15959.720004/2017-12 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 15959.720006/2017-10 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 15959.720007/2017-56 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 15959.720016/2017-47 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15959.720015/2017-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
144 - Processo nº: 10283.725842/2016-78 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
145 - Processo nº: 10283.725858/2016-81 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
146 - Processo nº: 10880.919929/2017-56 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
147 - Processo nº: 10880.919924/2017-23 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10880.919925/2017-78 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
149 - Processo nº: 11080.733064/2018-00 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
150 - Processo nº: 11080.732734/2018-62 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 11080.732939/2018-48 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
152 - Processo nº: 10680.915731/2017-50 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
153 - Processo nº: 10680.726087/2016-66 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10680.915738/2017-71 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10680.915888/2017-85 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10680.922901/2017-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10680.922972/2017-55 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 11080.732866/2018-94 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 11080.734110/2018-80 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 11080.734580/2018-43 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 11080.734227/2018-63 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 11080.733931/2018-07 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 11080.732861/2018-61 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 11080.734022/2018-88 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11080.734529/2018-31 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11080.734942/2018-04 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11080.733615/2018-27 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10840.721216/2016-40 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10840.721218/2016-39 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10840.721227/2016-20 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10840.721229/2016-19 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10840.721231/2016-98 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
173 - Processo nº: 10283.721051/2012-45 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
174 - Processo nº: 10283.721054/2012-89 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
175 - Processo nº: 10166.729690/2012-95 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
176 - Processo nº: 10166.729692/2012-84 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
177 - Processo nº: 16327.904490/2008-38 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
178 - Processo nº: 16327.907285/2009-13 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
179 - Processo nº: 10980.902991/2011-95 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
180 - Processo nº: 10980.902989/2011-16 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10980.902990/2011-41 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10980.902993/2011-84 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10980.902994/2011-29 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
184 - Processo nº: 10840.901807/2013-56 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
185 - Processo nº: 10840.901809/2013-45 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10840.903094/2013-65 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10840.903095/2013-18 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10840.903096/2013-54 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10840.903097/2013-07 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10840.903098/2013-43 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10840.903099/2013-98 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10840.903101/2013-29 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA

193 - Processo nº: 10830.910910/2018-11 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
194 - Processo nº: 10830.906182/2019-23 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10830.907833/2019-01 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10830.907834/2019-47 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10830.907835/2019-91 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10830.907836/2019-36 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10830.910911/2018-65 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10830.910912/2018-18 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10830.910913/2018-54 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10830.910914/2018-07 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
203 - Processo nº: 13864.720136/2018-59 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
204 - Processo nº: 13864.720134/2018-60 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
205 - Processo nº: 10670.900625/2014-48 - Recorrente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
206 - Processo nº: 10670.720749/2015-22 - Recorrente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
207 - Processo nº: 10480.900465/2016-36 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
208 - Processo nº: 10480.900463/2016-47 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10480.900467/2016-25 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10680.904797/2015-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10680.904883/2015-65 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10680.905308/2015-80 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10680.905332/2015-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10680.905348/2015-21 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10680.905367/2015-58 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10680.905398/2015-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10680.906505/2015-16 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10680.906531/2015-44 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10680.906529/2015-75 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10680.906507/2015-13 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10680.910359/2015-23 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10680.905742/2015-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10680.905788/2015-89 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10680.906093/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10680.906486/2015-28 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10680.906488/2015-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10680.906493/2015-20 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10680.906494/2015-74 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10680.906495/2015-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10680.906498/2015-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10680.906501/2015-38 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10680.906508/2015-50 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10680.906515/2015-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10680.906520/2015-64 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10680.906522/2015-53 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10680.906527/2015-86 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10680.906530/2015-08 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10680.906534/2015-88 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10680.906536/2015-77 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10680.906537/2015-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
241 - Processo nº: 10855.902866/2013-82 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
242 - Processo nº: 10855.902870/2013-41 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10855.902871/2013-95 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
244 - Processo nº: 10680.910400/2016-42 - Recorrente: IBE BUSINESS EDUCATION DE SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
245 - Processo nº: 10680.906339/2017-10 - Recorrente: IBE BUSINESS EDUCATION DE SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
246 - Processo nº: 13864.720102/2018-64 - Recorrente: N. L. FINGER & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
247 - Processo nº: 13864.720101/2018-10 - Recorrente: N. L. FINGER & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
248 - Processo nº: 10380.913092/2012-68 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
249 - Processo nº: 10380.913093/2012-11 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10380.913094/2012-57 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10380.913095/2012-00 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10380.913096/2012-46 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10380.913097/2012-91 - Recorrente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8 - PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
254 - Processo nº: 16561.720182/2015-16 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 16327.002216/2005-80 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
256 - Processo nº: 10680.000178/2004-34 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
257 - Processo nº: 16561.000052/2006-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VERALLIA BRASIL S.A.
TEMA 9 - OPERAÇÕES NO EXTERIOR
Relator(a): LUCIANO BERNART
258 - Processo nº: 13971.000690/2006-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA
259 - Processo nº: 14033.000583/2007-81 - Recorrente: CERES FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
260 - Processo nº: 16327.000277/2006-93 - Recorrente: DURATEX COMERCIAL E EXPORTADORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
261 - Processo nº: 10920.002419/2007-52 - Recorrente: MALWEE MALHAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Julho de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 10 - PER/DCOMP - 2
Relator(a): LUCIANO BERNART
262 - Processo nº: 10840.901808/2013-09 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10840.901810/2013-70 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10840.901811/2013-14 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10840.901812/2013-69 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10840.905425/2013-00 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
267 - Processo nº: 10880.900363/2010-12 - Recorrente: DURATEX COMERCIAL EXPORTADORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 13804.000886/2001-77 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10880.913902/2009-40 - Recorrente: TEKNO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 19647.004705/2005-41 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 19647.004706/2005-96 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
272 - Processo nº: 15374.917023/2008-40 - Recorrente: BROOKFIELD BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
273 - Processo nº: 16306.000019/2009-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KUMON AMERICA DO SUL INSTITUTO DE EDUCACAO LTDA
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
274 - Processo nº: 10880.952475/2012-11 - Recorrente: VICUNHA SIDERURGIA S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10660.720162/2010-28 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 10660.720161/2010-83 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
277 - Processo nº: 10880.940710/2010-40 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10880.952742/2010-98 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10880.966080/2009-08 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 11610.000508/2003-05 - Recorrente: ERICSSON S DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 11610.020592/2002-94 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
282 - Processo nº: 12448.930087/2012-13 - Recorrente: ONCOTECH ONCOLOGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
283 - Processo nº: 10480.906079/2010-62 - Recorrente: PETROGAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
284 - Processo nº: 16692.720980/2017-14 - Recorrente: SECURITY SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 16682.900923/2014-85 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 16682.900922/2014-31 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
287 - Processo nº: 10680.904930/2015-71 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10680.905047/2015-06 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 16692.720058/2013-95 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
290 - Processo nº: 19740.000449/2007-17 - Recorrente: BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
291 - Processo nº: 10730.001998/2003-20 - Recorrente: DSND CONSUB S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
292 - Processo nº: 10768.018223/2002-85 - Recorrente: EMPRESARIAL GUARANIANA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10283.000955/2008-57 - Recorrente: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10283.005441/2007-15 - Recorrente: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
295 - Processo nº: 13401.000216/2002-74 - Recorrente: TOTAL DISTRIBUIDORA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
296 - Processo nº: 10384.900412/2006-31 - Recorrente: TV RADIO CLUBE DE TERESINA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11 - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
297 - Processo nº: 15504.729352/2017-01 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CEMIG DISTRIBUICAO S.A
298 - Processo nº: 10510.722964/2013-39 - Recorrente: TRANSPORTE TROPICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
299 - Processo nº: 16327.721077/2017-21 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
300 - Processo nº: 19515.001768/2009-75 - Recorrente: KAMAKI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
301 - Processo nº: 10680.721230/2017-12 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e KOPRUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
302 - Processo nº: 11020.720162/2012-98 - Recorrente: MONTECARLO EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 19515.720632/2016-97 - Recorrente: TERRA NETWORKS BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12- LUCRO PRESUMIDO / LUCRO ARBITRADO
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
304 - Processo nº: 15521.000094/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUCAHE AGROPECUARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
305 - Processo nº: 13502.720147/2014-14 - Recorrente: SME CONSTRUCOES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
306 - Processo nº: 10630.000168/2009-07 - Recorrente: TRANSPONTEIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 13 - COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA / MULTA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
307 - Processo nº: 10840.721233/2016-87 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 15959.720008/2017-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 10840.721237/2016-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 15959.720010/2017-70 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10840.721247/2016-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 15959.720012/2017-69 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 10840.721249/2016-90 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 15959.720017/2017-91 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 10840.721252/2016-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 15959.720019/2017-81 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 10840.721254/2016-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 15959.720020/2017-13 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 10840.722752/2017-43 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 15959.720023/2017-49 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 10840.722759/2017-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 15959.720024/2017-93 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10840.722763/2017-23 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 15959.720025/2017-38 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
325 - Processo nº: 10880.938329/2019-59 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
326 - Processo nº: 10880.938325/2019-71 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 10880.938326/2019-15 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10880.938327/2019-60 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

329 - Processo nº: 10880.938328/2019-12 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 10880.938330/2019-83 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 10880.966902/2019-14 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
332 - Processo nº: 10880.924165/2010-44 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
333 - Processo nº: 10880.918183/2010-97 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10880.918184/2010-31 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 10880.924164/2010-08 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 10880.973359/2011-54 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
337 - Processo nº: 10880.955517/2015-18 - Recorrente: VERALLIA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 11080.730989/2017-18 - Recorrente: VERALLIA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14 - PENALIDADES DIVERSAS
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
339 - Processo nº: 11080.734182/2018-27 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
340 - Processo nº: 10320.721929/2017-63 - Recorrente: MAXXIMUS MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
341 - Processo nº: 10640.001919/2002-17 - Recorrente: LATICINIOS MB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
342 - Processo nº: 10283.900449/2010-84 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 10480.906143/2010-13 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 10880.928752/2012-74 - Recorrente: ALIANCA TRANSPORTES MARITIMOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 10510.900711/2008-45 - Recorrente: ARIBE COM. IMP. DE VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 10983.915271/2009-45 - Recorrente: TSA QUIMICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 16682.900188/2010-86 - Recorrente: GPC QUIMICA S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 16327.907072/2008-01 - Recorrente: VOLKSWAGEN LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 16327.907073/2008-47 - Recorrente: VOLKSWAGEN LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
350 - Processo nº: 10880.919840/2014-47 - Recorrente: FIBRIA CELULOSE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 10880.997203/2011-69 - Recorrente: FIBRIA CELULOSE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 13116.720714/2016-58 - Recorrente: CONEXAO ELETRICO E HIDRAULICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
353 - Processo nº: 10980.724007/2010-68 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
354 - Processo nº: 11065.000867/2009-73 - Recorrente: QUIMIGAL INDUSTRIA QUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 11080.722436/2009-73 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FUNDACAO MEDICA DO RIO GRANDE DO SUL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
356 - Processo nº: 11610.009316/2001-94 - Recorrente: ALFA FORMACAO INTEGRAL INFANTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 10830.724074/2011-87 - Recorrente: CAMPNEUS LIDER DE PNEUMATICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
358 - Processo nº: 13864.000169/2008-15 - Recorrente: PERCY AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 10680.016121/2008-81 - Recorrente: REFRIGERANTES MONTES CLAROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
360 - Processo nº: 18470.725750/2011-88 - Recorrente: HARD ROCK CAFE (RJ) LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
361 - Processo nº: 10380.008263/2003-44 - Recorrente: EMP DE ASSIST TEC E EXT RURAL DO EST DO CE EMATERCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 10480.722446/2009-33 - Recorrente: MOURA DUBEUX ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
363 - Processo nº: 10680.721480/2011-59 - Recorrente: SITA SOC. CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
364 - Processo nº: 16151.000095/2009-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VISAO HABITACIONAL LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART
365 - Processo nº: 16098.000027/2008-66 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: BORLEM S A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
366 - Processo nº: 10880.721503/2010-98 - Recorrente: FIBRIA CELULOSE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
367 - Processo nº: 13709.000230/2005-66 - Recorrente: REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
368 - Processo nº: 11080.722416/2013-89 - Recorrente: TERRA NETWORKS BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 10880.922225/2012-56 - Recorrente: VERALLIA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
370 - Processo nº: 11516.720279/2013-81 - Recorrente: POSTO TIJUQUINHAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
371 - Processo nº: 13401.720002/2005-61 - Recorrente: TOTAL DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
372 - Processo nº: 12897.000799/2009-12 - Recorrente: UNIAO FABRIL EXPORTADORA S/A UFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
373 - Processo nº: 18470.723108/2011-64 - Recorrente: ANGLO AMERICANO ESCOLAS INTEGRADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
374 - Processo nº: 19515.006187/2009-20 - Recorrente: MADEPAR S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
375 - Processo nº: 10380.011861/2007-24 - Recorrente: IPU CARGAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Julho de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 15 - BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
376 - Processo nº: 19515.720637/2017-09 - Recorrente: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
377 - Processo nº: 16327.720869/2019-40 - Recorrente: SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 16682.720640/2014-51 - Recorrente: FUNDACAO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
379 - Processo nº: 10880.996930/2012-90 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
380 - Processo nº: 10380.727357/2012-15 - Recorrente: ASSOCIACAO BATISTA BENEFICENTE E MISSIONARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo nº: 12448.728525/2013-66 - Recorrente: ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16 - MATÉRIAS DIVERSAS
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
382 - Processo nº: 10680.720290/2013-86 - Recorrente: IBE BUSINESS EDUCATION DE SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
383 - Processo nº: 10166.722989/2012-19 - Recorrente: NCT INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
384 - Processo nº: 19515.720370/2013-18 - Recorrente: RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
385 - Processo nº: 10670.900626/2014-92 - Recorrente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
386 - Processo nº: 10880.733866/2020-48 - Embargante: DELEGADO DE JULGAMENTO e Interessado: ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
387 - Processo nº: 10680.020458/2007-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SHARECONSULT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
388 - Processo nº: 13804.000151/2002-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ETERBRAS TEC INDUSTRIAL LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART

389 - Processo nº: 19679.005288/2003-15 - Recorrente: PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10680.010841/2002-47 - Recorrente: MINAS GOIAS TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
391 - Processo nº: 16561.000171/2007-06 - Embargante: SPECIALTY MINERALS DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 10880.029396/98-11 - Recorrente: FAZENDA PARAISO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
393 - Processo nº: 13706.000793/2003-12 - Recorrente: LATINTECH CAPITAL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
394 - Processo nº: 16327.000176/2002-99 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
395 - Processo nº: 10880.693446/2009-14 - Recorrente: PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
396 - Processo nº: 10768.903839/2006-87 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
397 - Processo nº: 10680.901840/2013-66 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
398 - Processo nº: 10880.923386/2014-29 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
399 - Processo nº: 12897.000708/2009-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: XX DE NOVEMBRO SECUR. CRED.IMOBILIARIOS
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
400 - Processo nº: 10480.727015/2011-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SER EDUCACIONAL S.A.
Relator(a): LUCIANO BERNART
401 - Processo nº: 12448.904138/2010-90 - Recorrente: DATAMEC SA SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
402 - Processo nº: 16306.000305/2009-63 - Recorrente: WTORRE RESIDENCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
403 - Processo nº: 10480.009493/2002-11 - Recorrente: BIGBURGER RECIFE LANCHONETE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 11516.004359/2010-42 - Recorrente: ALBERTON MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 19515.721205/2011-11 - Recorrente: FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17 - IRRF - 2
Relator(a): LUCIANO BERNART
406 - Processo nº: 19515.720496/2013-92 - Recorrente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
407 - Processo nº: 19515.003223/2005-70 - Recorrente: RIPASA SA CELULOSE E PAPEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 10166.010110/2002-11 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
409 - Processo nº: 10950.003170/2004-01 - Recorrente: CASTANHEIRA DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
410 - Processo nº: 11610.016030/2002-46 - Recorrente: YKK DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 13971.000658/2006-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KUALA S/A
Relator(a): LUCIANO BERNART
412 - Processo nº: 15521.000066/2011-59 - Recorrente: R. G. DA SILVA MERCEARIA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 15374.904633/2008-83 - Recorrente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 16327.001781/2006-19 - Recorrente: BANCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 16327.002201/2007-83 - Recorrente: BANCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
416 - Processo nº: 10280.902280/2010-27 - Recorrente: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18 - TEMAS DIVERSOS
Relator(a): LUCIANO BERNART
417 - Processo nº: 10120.728006/2011-01 - Recorrente: GOIAS ESPORTE CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 10120.728007/2011-48 - Recorrente: GOIAS ESPORTE CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
419 - Processo nº: 10166.900717/2017-71 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 10166.900718/2017-15 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 10166.904103/2014-15 - Embargante: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 11080.732340/2018-12 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO DO BRASIL SA
423 - Processo nº: 11080.732361/2018-20 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
424 - Processo nº: 10380.722184/2017-45 - Recorrente: RB SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
425 - Processo nº: 10660.723379/2013-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DEB' MAQ DO BRASIL LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART
426 - Processo nº: 10835.720434/2012-11 - Recorrente: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS POZZETTI S/C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 10855.900828/2013-95 - Recorrente: BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da Turma

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA DA 1.186ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2022

Às quinze horas e dois minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e dois, por meio eletrônico, teve início a milésima centésima octogésima sexta sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Esteves Pedro Colnago Júnior, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 12/2022-CMN - Institui linha emergencial de crédito rural e autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para agricultores familiares e produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido prejudicados pelo excesso de chuvas e suas consequências em municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Decisão: aprovado.

Voto 13/2022-CMN - Institui linhas de crédito emergencial com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e estabelece condições para prorrogação de operações de crédito de titularidade de empreendedores não rurais cujas atividades tenham sido prejudicadas pelo excesso de chuvas em municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Decisão: aprovado.

Voto 14/2022-CMN - Define a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste de que trata o art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.185ª SESSÃO CMN REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Às quinze horas e três minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, por meio eletrônico, teve início a milésima centésima octogésima quinta sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Esteves Pedro Colnago Júnior, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 5/2022-CMN - Propõe a edição de ato normativo que altera a Resolução nº 2.838, de 30 de maio de 2001, que dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento (AAI), para permitir a organização dos AAIs pessoa jurídica sob a forma de sociedade empresária, com a permissão de ingresso de sócios que não sejam registrados como agentes autônomos. Decisão: aprovado.

Voto 6/2022-CMN - Apresenta relação de atos normativos cuja consolidação não é necessária e que não devem ser revogados. Decisão: aprovado.

Voto 7/2022-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN para alterar a Resolução nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, que dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de depósitos. Decisão: aprovado.

Voto 8/2022-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução do Conselho Monetário Nacional dispondo sobre a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 9/2022-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução do Conselho Monetário Nacional dispondo sobre a constituição e o funcionamento das companhias hipotecárias. Decisão: aprovado.

Voto 10/2022-CMN - Assuntos de Administração - Submete à aprovação as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil relativas ao exercício de 2021, acompanhadas de informações orçamentárias e de custos para conhecimento. Decisão: aprovado.

Voto 11/2022-CMN - Assuntos de Política Monetária - Propõe alterar e consolidar as normas que reconhecem a situação de que trata o art. 4º, caput e alínea "c", do Decreto-Lei nº 1.290, de 3 de dezembro de 1973, e que dispõem sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL

PORTARIA ASCIF Nº 3, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre serviço requerido por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), conforme art. 19 da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021.

O CHEFE DA ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121 e os incisos II e V do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Fica disponível por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), conforme Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, o serviço Aderir ao Convênio da NFS-e, de 30 de junho de 2022.

Parágrafo único. O serviço a que se refere o caput está localizado na área de concentração temática (ACT) Celebração de Acordos Nacionais no e-CAC.

Art. 2º Para solicitar a adesão ao Convênio da NFS-e, de 30 de junho de 2022, deverão ser juntados ao processo a documentação comprobatória da qualificação do signatário.

Art. 3º A ativação do serviço no e-Cac será realizada na data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO ESPECIAL DE MAIORES CONTRIBUINTES

PORTARIA COMAC Nº 32, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade de "Monitorar Grandes Contribuintes" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil, referente ao 2º trimestre de 2022.

O COORDENADOR ESPECIAL DE MAIORES CONTRIBUINTES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, e no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade de "Monitorar Grandes Contribuintes" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil, referente ao 2º trimestre de 2022, conforme Anexo Único desta Portaria

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor encontram-se divulgados no Boletim de Serviço da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIEGO SILVA DE CARVALHO

ANEXO ÚNICO

Atividade	Meta	Resultado
Monitorar Grandes Contribuintes	1,00	0,98

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 52, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10265.201027/2022-84, DECLARA:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Chassis: VW/8.160 OD Euro V, VW/9.160 OD PLUS Euro V e VW/10.160 OD 4x2 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 23,8 m³ Marca: Neobus Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino S Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21 e IVECO/170S28 Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 57 (cinquenta e sete) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21 e IVECO/170S28 Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare Cinco Chassis: VOLARE_RC_5 Capacidade de transporte: 13 (treze) até 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare DV9L Chassis: LO 916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 51 (cinquenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare DW9 Chassis: LO 916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Fly 6 Chassis: VOLARE_RC_5 Capacidade de transporte: 10 (dez) até 21 (vinte e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare V8L Chassis: VOLARE_V8L_4X4(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare V9L Chassis: VOLARE_V9L(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare W9C Chassis: VOL_W9_MA9000WC(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare Chassis: VOL_W10_MA10000WC(E5) Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare WL Chassis: VOL_W10_MA10000WC(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 55 (cinquenta e cinco) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Volare Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 53, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10265.201031/2022-42, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Mega Plus S Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.260 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21, IVECO/170S28, MA15.0 I Euro V, MA17.0 Euro V e MA17.0 Euro V Capacidade de transporte: 20 (vinte) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.460 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Neobus Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Mega Plus Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.260 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21, IVECO/170S28, MA15.0 I Euro V, MA17.0 Euro V e MA17.0 Euro V Capacidade de transporte: 20 (vinte) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.460 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Neobus Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Senior Fretamento Chassis: LO 815 Euro V, LO 916 Euro V, VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V, VW/10.160 OD 4X2 EURO V, MA8.7 Euro V, MA9.2 Euro V e MA10.0 160 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 33 (trinta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,4 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Senior Rodoviário Chassis: LO 815 Euro V, LO 916 Euro V, VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V, VW/10.160 OD 4X2 EURO V, MA8.7 Euro V, MA9.2 Euro V e MA10.0 160 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 32 (trinta e duas) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,4 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Senior Seletivo Chassis: LO 815 Euro V, LO 916 Euro V, VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V, VW/10.160 OD 4X2 EURO V, MA8.7 Euro V, MA9.2 Euro V e MA10.0 160 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 33 (trinta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,4 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Senior Urbano Chassis: LO 815 Euro V, LO 916 Euro V, VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V, VW/10.160 OD 4X2 EURO V, MA8.7 Euro V, MA9.2 Euro V e MA10.0 160 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 31 (trinta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,9 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Escolar Chassis: VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V e VW/10.160 OD 4X2 EURO V Capacidade de transporte: 10 (dez) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 20,2 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Fretamento Chassis: VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V e VW/10.160 OD 4X2 EURO V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 39 (trinta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 23,8 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Thunder Midi Chassis: VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V e VW/17.230 OD EURO V Capacidade de transporte: 20 (vinte) até 60 (sessenta) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.600 a 6.900 cm³ / Volume interno do habitáculo = 38,2 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Rodoviário Chassis: VW/9.160OD, VW/9.160OD PLUS, VW/8.160OD e LO916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,0 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Urbano Chassis: AGRALE/MA8.7, AGRALE/MA9.2, AGRALE/MA10.0, VW/9.160OD, VW/9.160OD PLUS, VW/8.160OD e LO916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 a 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,3 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Way Chassis: VW/8.160 OD EURO V, VW/9.160 OD PLUS EURO V e VW/10.160 OD 4x2 EURO V Capacidade de transporte: 20 (vinte) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 20,2 m³ Marca: Ciferal Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Articulado Chassis: VOLVO/B340M ARTIC, O 500 MA 2836 Euro V, O 500 MDA 3736 Euro V e O 500 UDA 3736 Euro V Capacidade de transporte: 30 (trinta) até 81 (oitenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 11.967 a 12.100 cm³ / Volume interno do habitáculo = 81,4 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino S Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.260 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21, IVECO/170S28, AGRALE/MA 15 e AGRALE/MA 17 Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.460 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.260 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21, IVECO/170S28, AGRALE/MA 15 e AGRALE/MA 17 Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.460 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Viale BRT Chassis: O 500 M 1826 Euro V, O 500 U 1826 Euro V e O 500 R 1830 Euro V Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 53 (cinquenta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 64,3 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare Access Chassis: MA9000MT Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 33 (trinta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 33,2 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare DV9L Chassis: LO 916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 51 (cinquenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare DW9 Chassis: LO 916 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare V8L 4X4 Chassis: VOLARE_V8L_4X4(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 20,5 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare V8L Chassis: VOLARE_V8L(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare V9L Chassis: VOLARE_V9L(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare W9C Chassis: VOL_W9_MA9000WC(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare WL Limousine Chassis: VOL_W10_MA10000WC(E5) Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare WL Chassis: VOL_W10_MA10000WC(E5) Capacidade de transporte: 10 (dez) até 55 (cinquenta e cinco) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca: Marcopolo Fabricante: Ciferal Ano/modelo: 2022/2022 e 2022/2023

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 54, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10265.201047/2022-55, DECLARA:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Thunder Chassis: VW/8.160 OD Euro V, VW/9.160 OD PLUS Euro V e VW/10.160 OD 4x2 Euro V Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 23,8 m³ Marca: Neobus Fabricante: Volare Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino S
Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21 e IVECO/170S28
Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 4.500 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino
Chassis: OF/1519 EURO V, OF/1519R EURO V, OF/1721 EURO V, OF/1724 EURO V, VW/15.190 OD EURO V, VW/15.190 ODR EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VW/17.230 OD EURO V, VOLVO/B270F EURO V, IVECO/150S21 e IVECO/170S28
Capacidade de transporte: 25 (vinte e cinco) até 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 4.500 a 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare Cinco
Chassis: VOLARE_RC_5
Capacidade de transporte: 13 (treze) até 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare DV9L
Chassis: LO 916 Euro V
Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 51 (cinquenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare DW9
Chassis: LO 916 Euro V
Capacidade de transporte: 15 (quinze) até 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Fly 6
Chassis: VOLARE_RC_5
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 19 (dezenove) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare V8L
Chassis: VOLARE_V8L_4X4(E5)
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare V9L
Chassis: VOLARE_V9L(E5)
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare W9C
Chassis: VOL_W9_MA9000WC(E5)
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 54 (cinquenta e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare W9C Limousine
Chassis: VOL_W9_MA9000WC(E5)
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 26 (vinte e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

Nome do veículo: Micro Ônibus
Versão: Volare WL
Chassis: VOL_W10_MA10000WC(E5)
Capacidade de transporte: 10 (dez) até 55 (cinquenta e cinco) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³
Marca: Marcopolo
Fabricante: Volare
Ano/modelo: 2023/2023 e 2023/2024

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.001, DE 13 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Reforma de ofício a Solução de Consulta Cosit nº 98.325, de 19 de novembro de 2020
Código NCM: 1901.20.00
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Produto alimentício de massa filo, cru e congelado, para consumo humano após ser assado, recheado de carne de frango (13,8%, em peso), constituído ainda por farinha de trigo, água, óleo de soja, sal, açúcar, azeitona, amido modificado, margarina vegetal, cebola, especiarias, temperos, tomate, corante, gordura vegetal e fécula de mandioca, comercialmente denominado "Burek", apresentado em embalagem de 950 g, com 10 unidades de 95 g.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 do Capítulo 16) e RGI 6 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272/2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923/2021, e subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435/1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê do Ceclam

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.002, DE 13 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Reforma de ofício a Solução de Divergência Cosit nº 98.006, de 18 de abril de 2019
Código NCM: 1602.32.90
Mercadoria: Pastel de frango de massa folhada, próprio para a alimentação humana após ser assado, constituído de farinha de trigo, manteiga, ovos, leite e recheio de carne de frango (23%, em peso), pré-cozido, congelado, com peso de 30 a 60 g, acondicionado em embalagem contendo 1 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 do Capítulo 16), RGI 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272/2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923/2021, e subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435/1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê do Ceclam

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.003, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Reforma de ofício a Solução de Consulta Cosit nº 98.025, de 1º de fevereiro de 2021
Código NCM: 1901.20.00
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Produto alimentício de massa folhada, congelado, para consumo humano após ser assado, constituído por massa crua (farinha de trigo comum e integral, sementes de linhaça, cacau em pó (0,2%), água, margarina e sal); recheio (carne de aves (6,0%), queijo fresco, requeijão, ricota, queijo prato, leite em pó, água, sal, amido modificado, temperos, corante e aroma); ovo e farinha de trigo. Comercialmente denominado "folhado recheado congelado peru com queijo branco" e apresentado em embalagem de 1.080 g, com 9 unidades.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 do Capítulo 16) e RGI 6 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272/2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923/2021, e Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435/1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018; e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.059, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado em exercícios práticos no curso de Engenharia, apresentado em caixa de plástico, contendo equipamentos e componentes eletrônicos diversos.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.060, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado em exercícios práticos no curso de Engenharia, apresentado em maleta de plástico, contendo resistores, capacitores, indutores, fusível, fios elétricos, pontas de prova banana, suporte para pilhas, clip, motor DC, alicates, LEDs, potenciômetros, fonte, protoboard, cabos rígidos, transformador, sensores (de tensão, luz, temperatura e ultrassom), dissipador, chave push buttom, diodos, displays, transistores, circuitos integrados, tiristores, núcleo toroidal, placa uno, multímetro, caixas principal e interna.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.068, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8302.41.00
Mercadoria: Conjunto próprio para ser instalado de maneira definitiva em janelas e conhecido comercialmente por "kit abre e tomba", apresentado em embalagem única contendo: a) mecanismo oscilo batente, de zamac e aço inoxidável, ou de zamac, aço inoxidável e alumínio, b) cremona de zamac e alumínio e, c) acessórios de fixação, que seguem o regime de classificação das peças principais.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-6 constantes da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.069, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3824.99.39
Mercadoria: Preparação química, líquida e levemente amarelada, composta de bis 3(trietoxisililpropil)dissulfeto (80-90%), 3-cloropropiltrietoxissilano e etanol, usada como ativador de carga no processo de produção da borracha com a função de possibilitar a reação da sílica com o polímero e comercializada com o nome de "silano de enxofre" em container IBC de 1000 litros.
Dispositivos Legais: RGI-1, RGI-6 e RGC-1, constantes da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.071, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado para a prática de exercícios didáticos no curso de Saneamento Ambiental, apresentado em caixa de plástico com alça, contendo os produtos descritos como: reativos químicos em pó, testes com fitas indicadoras, teste para fosfato, teste microbiológico para coliformes e escherichia coli, teste para oxigênio dissolvido, luvas de proteção, beaker 50 ml, frasco âmbar graduado de 250 ml, medidor de PH, medidor de sólidos dissolvidos totais (SDT) e temperatura, medidor de minerais em água, berço de EVA para proteção dos itens frágeis e manual.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.072, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado para a prática de exercícios didáticos no curso de Biologia, apresentado em maleta de alumínio com alça, contendo os produtos descritos como: suporte para tubos de ensaio, placa de Petri 90 mm, papel filtro com 50 unidades, caixa de lâminas de vidro com 50 unidades, caixa de lâminas de vidro com 100 unidades, tubo de ensaio de vidro 15 x 150 mm, copo de Becker de 250 ml, caixa com três conta gotas, caixa de lâminas de vidro permanentes com 50 unidades, microscópio, lupa, pinça para tubo de ensaio, estojo contendo tesoura pequena e pinça.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.073, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado para a prática de exercícios didáticos no curso de Química, apresentado em maleta de alumínio com alça, contendo os produtos descritos como: tiras para teste de PH, funil de Pl Stico 90 mm, pipeta Pasteur graduada de 3 ml, suporte para tubos de ensaio, pissete poliestireno com graduação de 250 ml, pera pipetadora, proveta graduada de 100 ml, copos de Becker de 100, 250 e 500 ml, bastão de vidro de 10 x 300 mm, vidro de relógio 80 mm, bureta graduada de 10 ml, pipeta graduada de vidro de 10 ml, tubo de ensaio de vidro de 15 x 150 mm, Erlenmeyer de 250 ml, balão volumétrico de 100 ml, pérolas de vidro de 2 mm, espátula em aço inoxidável de 150 mm, suporte universal para laboratório, tela de 20 x 20 cm, mini balança digital 0,01 g/500 g, pinça para tubo de ensaio e termômetro 1500 C.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.074, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 9004.90.90
Mercadoria: Óculos de plástico e borracha, próprio para ser usado na prática de ciclismo.
Dispositivos Legais: RGI-1, RGI-6 e RGC-1 constantes da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.075, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado para a prática de exercícios didáticos no curso de Investigação Profissional (detetive particular), apresentado em maleta de poliéster, contendo os produtos descritos como: cartão de memória de 32GB, câmera watch, câmera pen, detector de rádio frequência, lente telescópica e lupa.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.076, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado para a prática de exercícios didáticos no curso de Investigação Profissional (detetive particular), apresentado em maleta com alça

contendo os produtos descritos como: fone de ouvido, embrace voice recorder, cartão de memória, câmera digital 4k, cabo HDMI 3M e tripé.

Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.

Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.077, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, para a prática de exercícios envolvendo microcontroladores e microprocessadores, instrumentação eletrônica, sistemas embarcados e lógica programável, apresentado em caixas organizadoras principal e interna, de plástico, contendo os produtos descritos como: display LCD tela 16 x 2 caracteres with pin connector, programador para PIC PICKIT3, motor de passo 5 V com placa de acionamento, USB charger with power cord, sensor temperatura e umidade relativa, sensor de presença HC-SR501 PIR, altera cyclone IV EP4CE FPGA with sdram ATA008 256 m, high speed USB blaster cable, USB cable for FPGA, PIC 16F877A microcontroller learning board, SCR BT151-800R, triac BT136-600D, SC3525A integrated circuit, MUR160 diode, 100uH 1A inductor, masfet channel N IRF740 e P IRF930, 7W aluminum sink for TO220 20X15 bored with screw, bushing, nut and mica sheet, USB cable.

Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.

Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.080, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 1604.19.00

Mercadoria: Filés crus de tilápias (Oreochromis spp.) cortados em tiras, temperados, empanados e congelados, próprios para alimentação humana, apresentados em embalagens de plástico de 400 g e 1 kg.

Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-6 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma do Ceclam

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNO Nº 3, DE 4 DE JULHO DE 2022

Aplica a pena de perdimento de mercadorias, moeda e veículos dos processos que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, nos arts. 700, 774 e 777 a 780 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta nos processos administrativos relacionados no Anexo Único, declara:

Art. 1º A revelia dos interessados nos processos relacionados no Anexo Único, que não apresentaram impugnação no prazo legal.

Art. 2º O perdimento das mercadorias, dos valores e dos veículos tratados nos processos relacionados no Anexo Único, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

ANEXO

Sequência	Processo
1	10142.720113/2022-88
2	10142.721323/2021-11
3	10142.721473/2021-16
4	10142.721474/2021-61
5	10142.721475/2021-13
6	10142.723149/2021-32
7	10142.722700/2021-21
8	10142.721744/2021-33
9	10142.721692/2021-03
10	10142.721683/2021-12
11	10142.721682/2021-60
12	10142.721681/2021-15
13	10142.721680/2021-71
14	10142.721472/2021-71
15	10142.721471/2021-27
16	10142.721612/2021-10
17	10142.720773/2021-88
18	10142.722216/2020-11
19	10142.720454/2021-72
20	10142.720584/2022-96
21	10142.720585/2022-31
22	10142.720586/2022-85
23	10142.721048/2020-46
24	10142.721684/2021-59
25	10142.720984/2022-00
26	10142.721521/2020-95
27	10142.722488/2020-11
28	10142.721913/2021-35

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 62, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 195/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 13042.004889/2022-73,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0002-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "cpo-óleo de palma" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 63, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 196/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.851/2022-71,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0002-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "rbd-óleo refinado" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 64, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 197/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.852/2022-16,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0002-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "pko-óleo de palmiste" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 65, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 198/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.853/2022-61,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0002-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "torta de dendê (palmiste)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 66, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 199/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.854/2022-13,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0002-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "ag-ácido graxo" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 67, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 203/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.849/2022-01,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0003-00, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "cpo-óleo de palma" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 68, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 204/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10280-727.850/2022-27,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0003-00, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "pko-óleo de palmiste" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 69, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 205/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 13042.006553/2022-45,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TAUA BRASIL PALMA S A, CNPJ Nº 29.945.360/0003-00, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "torta de dendê (palmiste)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 70, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 169/2013 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720693/2021-10,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PST ELETRÔNICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Módulo de controle para alarme, com capacidade instalada anual de 2.307.480 unidades, aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 169/2013 de 19 de dezembro de 2013, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2013, com término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 71, DE 4 DE JULHO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 170/2013 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720696/2021-53,

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PST ELETRÔNICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Peças plásticas moldadas para injeção, com capacidade instalada anual de 39.812.472 unidades, aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 170/2013 de 19 de dezembro de 2013, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2013, com término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 69, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de whisky.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 48, publicado no Diário Oficial de 18 de novembro de 2014, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.720077/2018-17, aprova:

Art. 1o - O fornecimento de 28.900 (vinte e oito mil e novecentos) selos de controle, tipo whisky, cor amarela, à empresa NATIQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.246.312/0001-78, localizada na Rua Benedito Eugênio de Camargo, 55, Bairro Pessegueiros, na cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro

Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/145, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por William Grant & Sons Distillers Limited, com endereço no Crescent Strathclyde Park, Bellshill, Scotland, ML4 3AN, United Kingdom:

Marca Comercial	Características do Produto	Capacidade	Quantidade
BLENDED SCOTCH WHISKY GRANT1S TRIPLE WOOD	Destilado alcoólico de malte envelhecido e destilado alcoólico de cereais não maltados envelhecido - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	1.000 ml, embalado em recipiente não retornável	28.900

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 119.250 (cento e dezenove mil, duzentos e cinquenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por George Ballantine & Son - Dumbarton, G82 2ss, Scotland e por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X1000ML RESTAGE	7.500 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	90.000
CHIVAS EXTRA 13 ANOS 6X750ML	4.620 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	27.720
BALLANTINES 17YO 6X750ML	240 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	1.440
CHIVAS SALUTE 62 GUN IXIL	90 caixas de 1 garrafa de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	90

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 52.320 (cinquenta e dois mil, trezentos e vinte) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Jim Beam Brands Co., 3200 Georgetown Road, Frankfort, KY40601:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LICOR FINO DE MAÇÃ	3.270 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 32,5%	39.240
LICOR FINO DE MEL	1.090 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 32,5%	13.080

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 241.920 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Beam Suntory Spain S.L., P.I. Nicomedes Garcia, C/Fresno, 1, Sector A, 40140, - Valverde Del Majano - Segovia, SPAIN:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LONDON DRY GIN	35.660 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 37,5%	213.960
GIN DESTILADO	4.660 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 37,5%	27.960

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 180 (cento e oitenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por SUNTORY YAMAZAKI DISTILLERY, 5-2-1 YAMAZAKI, SHIMAMOTO-CHO, MISHIMA-GUN, OSAKA- 618-0001, JAPAN:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
PURE MALT WHISKY	30 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 43%	180

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 8.640 (oito mil, seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por JIM BEAM BRANDS CO-CLERMONT PLANT, 526 HAPPY HOLLOW ROAD, CLERMONT, KY 40110-0160:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
BOURBON WHISKY	720 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 43%	8.640

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 1º DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 120 (cento e vinte) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por LAPHROAIG DISTILLERY, PORT ELLEN, ISLE OF ISLAY, ARGYLL & BUTE, SCOTLAND, PA42 7DU, UK:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
PURE MALT WHISKY	10 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 43%	120

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF07 Nº 81, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à empresa que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e o que consta do processo administrativo nº 13113.170871/2022-88, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para FAVORITA DO BRASIL MÁRMORES E GRANITOS LTDA, CNPJ nº 02.611.161/0001-47, aplicável a todos os seus estabelecimentos.

Art. 2º O prazo de 03 (três) anos, contados da data da habilitação, para fruição do benefício e a conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero observarão ao disposto nos artigos 572 e 573 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2009.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 85, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e em cumprimento à liminar concedida pelo Juízo da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no Mandado de Segurança nº 5045710-17.2022.4.02.5101/RJ, anexada ao processo administrativo nº 13113.026931/2022-26,

Art. 1º. Habilita a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007:

Empresa : USINA EÓLICA PEDRA PINTADA A LTDA
CNPJ nº : 42.046.559/0001-00
CNO nº : não possui
Nome do Projeto : EOL Pedra Pintada 1
Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica
Período de execução: março de 2021 a setembro de 2023.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 86, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022 e, em cumprimento à liminar concedida pelo Juízo da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no Mandado de Segurança nº 5045710-17.2022.4.02.5101/RJ, anexada ao processo administrativo nº 13113.026978/2022-90,

Art. 1º. Habilita a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007.

Empresa : USINA EÓLICA PEDRA PINTADA B LTDA
CNPJ nº : 42.261.997/0001-83
CNO nº : não possui
Nome do Projeto : EOL Pedra Pintada II
Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica
Período de execução : março/2021 a setembro de 2023.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 87, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022 e, em cumprimento à liminar concedida pelo Juízo da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no Mandado de Segurança nº 5045710-17.2022.4.02.5101/RJ, anexada ao processo administrativo nº 13113.026990/2022-02,

Art. 1º. Habilita a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007.

Empresa : USINA EÓLICA PEDRA PINTADA C LTDA
CNPJ nº : 41.982.031/0001-72
CNO nº : não possui
Nome do Projeto : EOL Pedra Pintada III
Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica
Período de execução : março de 2021 a setembro de 2023

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 88, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e em cumprimento à liminar concedida pelo Juízo da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no Mandado de Segurança nº 5045710-17.2022.4.02.5101/RJ, anexada ao processo administrativo nº 13113.026999/2022-13,

Art. 1º. Habilita a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007:

Empresa : USINA EÓLICA PEDRA PINTADA D LTDA
CNPJ nº : 41.983.083/0001-63
CNO nº : não possui
Nome do Projeto : EOL Pedra Pintada IV
Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica
Período de execução: março de 2021 a setembro de 2023.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 14, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011 declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
RENAN NASCIMENTO ALVES BILONIA	169.382.847-25	10715.720783/2022-62

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 33, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 86, de 18/11/2021, publicado no D.O.U. de 19/11/2021, do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência definida no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos termos e condições desta norma e considerando o que consta do processo nº 11128.722154/2021-79, DECLARA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 86, de 18/11/2021, publicado no D.O.U. de 19/11/2021, o qual passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º. ALFANDEGADA, a título permanente e em caráter precário, até 15/03/2046, a Instalação Portuária de Uso Público administrada por BRACELL SP CELULOSE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 53.943.098/0109-05, localizada no Porto Organizado de Santos, à Avenida Ismael de Souza, s/nº - armazém STS14A - bairro Macuco - Santos/SP, CEP 11015-315, coordenadas geográficas -23,969594 e -46,297667, com área de 24.008,03 m², parte integrante da área maior de 45.177 m², cujo código de identificação é STS14A, arrendada pelo interessado mediante o Contrato de Arrendamento nº 5/2020 firmado em 17/11/2020 com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e da Santos Port Authority - SPA, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da assinatura do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos, em conformidade com a cláusula 3 do Contrato, o que ocorreu em 16/03/2021, e que se destina à movimentação e armazenagem de fardos de celulose em operações de exportação."

Art. 2º. Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 86, de 18/11/2021, publicado no D.O.U. de 19/11/2021, ora alterado.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 192, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e no processo administrativo nº 13032.152440/2022-30, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0122 ao estabelecimento INOVA BRANDS COMPANY INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 27.630.833/0001-92, situado na Rua Landri Sales, 100 - Galpão 01, Bairro Cidade Aracília, Guarulhos/SP, para a atividade específica de IMPORTADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 18, DE 5 DE JULHO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/PR, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe conferem o artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 565.476 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos às ordens de compra, Proformas Invoice, especificações e quantidades abaixo indicadas:

OC	Invoice	Unidades	Caixas	Marca Comercial	Características do produto
50/79, 83	7686291/7686293, 7686296, 7686299, 7686302, 7686304, 7686306, 7686307, 7686310, 7686354, 7686378, 7686404, 7686420/7686422, 7686426, 7686429, 7686431/7686433, 7686444, 7686446/7686449, 7686452/7686455, 7686462	462.660	38.555	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
80/82	7686456, 7686457, 7686459	90.720	3.780	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 375 ml cada.
82	7686459	12.096	504	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 200 ml cada.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 35, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13052.000030/2010-32 e 13033.085963/2022-53, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10111/00056, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do 0021/2010, de 24/04/2010, da pessoa jurídica GRAFOCEM IMPRESSOS GRAFICOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 93.818.755/0001-89

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 36, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.739966/2018-41 e 13033.109946/2022-19, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00535, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do 0005/2019, de 07/02/2019, da pessoa jurídica GRAFICA E EDITORA ACACIA EIRELI., inscrito no CNPJ sob o nº 22.212.130/0001-20

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 37, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.724261/2012-34 e 13033.122679/2022-75, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00535, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do 0066/2012, de 10/07/2012, da pessoa jurídica GRAFICA TEKE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 90.793.076/0001-04

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 38, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.014456/2001-10 e 13033.123042/2022-04, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00354 e UP-10101/00355, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA e USUÁRIO, concedido através do ADE 0065/2010 E 0066/2010, de 10/05/2010, da pessoa jurídica GENESE ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 74.008.434/0001-74

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 39, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.0022782005-16 e 13033.123086/2022-26, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-1010100336, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0047/2010, de 30/04/2010, da pessoa jurídica CENTHURY ARTES GRAFICAS EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 93.156.149/0001-45

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 40, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.002224/2009-76 e 13033.123109/2022-01, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00337, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do ADE 0048/2010, de 30/04/2010, da pessoa jurídica NPRIME INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.573.772/0001-36

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 41 DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11030.000079/2002-16 e 13033.125476/2022-31, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10104/00066, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0043/2010, de 17/06/2010, da pessoa jurídica MARAUGRAF LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 02.180.124/0001-21

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 42, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13002.000093/2003-55 e 13033.125515/2022-08, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10107/00059, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0040/2010, de 10/06/2010, da pessoa jurídica FENIX ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 91.622.209/0001-42

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 43, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11030.000029/2010-31 e 13033.125592/2022-50, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10104/00063, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0040/2010, de 17/06/2010, da pessoa jurídica GRAFICA BERTHIER LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.464.640/0001-76

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 44, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13005.000104/2010-04 e 13033.129014/2022-92, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10111/00062, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0031/2010, de 02/06/2010, da pessoa jurídica EDITORA TREZE DE MAIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 92.305.705/0001-35

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 45, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11030.720591/2011-65 e 13033.131893/2022-12, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10104/00078, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0009/2011, de 25/04/2011, da pessoa DETALHES EDITORA GRAFICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.384.941/0001-18

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 46, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11070.000757/2010-76 e 13033.133766/2022-58, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10108/00069, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0044/2010, de 25/05/2010, da pessoa GRAFIMAX EDITORA GRAFICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.715.790/0001-42.

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.009445/2008-94 e 13033.134421/2022-11, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00347, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0058/2010, de 05/05/2010, da pessoa DATACERTA EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 73.676.504/0001-08.

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 48, DE 5 DE JULHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO NA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO EF1 EM CAXIAS DO SUL/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.723396/2015-25 e 13033.153794/2022-91, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00521, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA concedido através do ADE 0069/2016, de 01/08/2016, da pessoa TEMPOGRAFICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.576.187/0001-90.

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 6.005, DE 5 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Controladoria-Geral da União, do Ministério da Defesa, e da Advocacia-Geral da União, crédito suplementar no valor de R$ 136.020.283,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, incisos III, alínea "i", item "1", IV e V, e § 3º, da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e do art. 42, § 2º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor da Controladoria-Geral da União, do Ministério da Defesa, e da Advocacia-Geral da União, crédito suplementar no valor de R$ 136.020.283,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte mil, duzentos e oitenta e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXOS

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							120.000
		ATIVIDADES							
04 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							120.000
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							120.000
			F	3	2	90	0	100	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	Defesa Nacional							281.091
		ATIVIDADES							
05 121	6012 20T4	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa							17.000
05 121	6012 20T4 0001	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa - Nacional							17.000
			F	3	2	90	0	100	17.000
05 212	6012 2D55	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa							264.091
05 212	6012 2D55 0001	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa - Nacional							264.091
			F	3	2	90	0	100	264.091
TOTAL - FISCAL									281.091
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									281.091

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							20.240.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							20.240.000
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							20.240.000
			F	3	2	90	0	100	10.800.000
			F	4	2	90	0	100	5.977.726
			F	4	2	90	0	300	3.462.274
	6012	Defesa Nacional							3.760.000
		ATIVIDADES							
05 151	6012 219D	Adequação de Organizações Militares							3.760.000
05 151	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							3.760.000
			F	4	2	90	0	100	3.760.000
TOTAL - FISCAL									24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.266.058
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							6.266.058
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.266.058
			F	3	2	90	0	100	5.152.858
			F	4	2	90	0	100	1.113.200
	6012	Defesa Nacional							29.181.768
		ATIVIDADES							
05 244	6012 20XH	Realização de Ações de Cooperação do Exército							11.000.000
05 244	6012 20XH 0001	Realização de Ações de Cooperação do Exército - Nacional							11.000.000
			F	4	2	90	0	181	11.000.000
05 153	6012 21A0	Aprestamento das Forças							5.000.000
05 153	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							5.000.000
			F	3	2	90	0	100	5.000.000
05 153	6012 21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea							241.384
05 153	6012 21D1 0001	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea - Nacional							241.384
			F	3	2	90	0	100	241.384
05 153	6012 21D3	Modernização e Adequação do Sistema de Aviação do Exército							12.940.384

05 153	6012 21D3 0001	Modernização e Adequação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional	F	4	2	90	0	100	12.940.384
									12.940.384
TOTAL - FISCAL									35.447.826
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.447.826

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	Defesa Nacional							25.289.086
		ATIVIDADES							
05 183	6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso							162.557
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							162.557
			F	3	2	90	0	100	162.557
		PROJETOS							
05 152	6012 123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares							25.126.529
05 152	6012 123G 0001	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional							25.126.529
			F	4	2	90	0	142	25.126.529
TOTAL - FISCAL									25.289.086
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.289.086

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							72.508
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							72.508
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							72.508
			F	3	2	90	0	180	72.508
TOTAL - FISCAL									72.508
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.508

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							523.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							523.000
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							523.000
			F	3	2	90	0	188	523.000
	6012	Defesa Nacional							34.042.772
		ATIVIDADES							
05 152	6012 21A0	Aprestamento das Forças							34.042.772
05 152	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							34.042.772
			F	3	2	90	0	100	15.064.559
			F	3	2	90	0	150	534.409
			F	3	2	90	0	350	1.083.060
			F	4	2	90	0	100	16.872.568
			F	4	2	90	0	350	488.176
TOTAL - FISCAL									34.565.772
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.565.772

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	4005	Proteção Jurídica da União							16.244.000
		ATIVIDADES							
03 092	4005 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais							16.244.000
03 092	4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional							16.244.000
			F	3	2	90	0	100	16.244.000
TOTAL - FISCAL									16.244.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.244.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							4.000.000
		PROJETOS							
12 364	5013 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior							4.000.000
12 364	5013 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional							4.000.000
			F	4	2	90	8	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	4004	Transparência, Integridade e Combate à Corrupção							120.000
		ATIVIDADES							
04 124	4004 2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição							120.000
04 124	4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional							120.000
			F	3	2	90	0	100	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							10.000.000
		ATIVIDADES							
26 121	0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes							10.000.000
26 121	0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	3004	Aviação Civil							10.000.000
		PROJETOS							
26 781	3004 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional							10.000.000
26 781	3004 14UB 1476	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Patos - PB							5.500.000
			F	4	2	30	0	100	5.500.000
26 781	3004 14UB 2657	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Governador Valadares - MG							3.462.274
			F	4	2	90	0	180	3.462.274
26 781	3004 14UB 3577	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Guarujá - SP							1.037.726
			F	4	2	90	0	100	1.037.726
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.653.149
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.653.149
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.653.149
			F	3	2	90	0	100	2.130.149
			F	3	2	90	0	188	523.000
TOTAL - FISCAL									2.653.149
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.653.149

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.400.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							4.400.000
05 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							4.400.000
			F	3	2	90	0	100	4.400.000
	6012	Defesa Nacional							18.198.768
		ATIVIDADES							
05 153	6012 21A0	Aprestamento das Forças							17.000
05 153	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							17.000
			F	4	2	90	0	100	17.000
		PROJETOS							
05 153	6012 13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea							241.384
05 153	6012 13DB 0001	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - Nacional							241.384
			F	4	2	90	0	100	241.384
05 153	6012 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro							5.000.000
05 153	6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							5.000.000
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
05 153	6012 3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército							12.940.384
05 153	6012 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional							12.940.384
			F	4	2	90	0	100	12.940.384
TOTAL - FISCAL									22.598.768
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.598.768

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	Defesa Nacional							46.653.494
		ATIVIDADES							
05 152	6012 20XO	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha							1.626.074
05 152	6012 20XO 0001	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha - Nacional							1.626.074
			F	3	2	90	0	100	1.626.074
05 152	6012 219D	Adequação de Organizações Militares							9.913.427
05 152	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							9.913.427
			F	3	2	90	0	100	3.288.323
			F	4	2	90	0	100	6.625.104
		PROJETOS							
05 152	6012 123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear							25.126.529
05 152	6012 123H 0001	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear - Nacional							25.126.529
			F	4	2	90	0	142	25.126.529
05 152	6012 1N47	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé							68.231
05 152	6012 1N47 0001	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé - Nacional							68.231
			F	4	2	90	0	100	68.231
05 152	6012 1N56	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio							9.919.233
05 152	6012 1N56 0001	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio - Nacional							9.919.233
			F	4	2	90	0	100	9.919.233
TOTAL - FISCAL									46.653.494
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									46.653.494

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6013	Oceanos, Zona Costeira e Antártica							592.638
		ATIVIDADES							
05 571	6013 2518	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul							332.638
05 571	6013 2518 0001	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul - Nacional							332.638
			F	3	2	90	0	100	332.638
05 152	6013 2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)							260.000
05 152	6013 2E97 0001	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) - Nacional							260.000
			F	4	2	90	0	100	260.000
TOTAL - FISCAL									592.638
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									592.638

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	Defesa Nacional							912.067
		ATIVIDADES							
05 152	6012 211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL							912.067
05 152	6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional							912.067
			F	3	2	90	0	100	912.067
TOTAL - FISCAL									912.067
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									912.067

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							72.508
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							72.508
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							72.508
			F	3	2	80	0	180	72.508
TOTAL - FISCAL									72.508
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.508

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	Defesa Nacional							11.173.659
		ATIVIDADES							
05 128	6012 20XR	Capacitação Profissional da Marinha							9.600.110
05 128	6012 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional							9.600.110
			F	3	2	90	0	100	9.068.014
			F	3	2	90	0	150	532.096
05 125	6012 21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária							1.573.549
05 125	6012 21BY 0001	Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional							1.573.549
			F	3	2	90	0	150	2.313

			F	3	2	90	0	350	1.083.060
			F	4	2	90	0	350	488.176
TOTAL - FISCAL									11.173.659
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.173.659

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2221	Recursos Hídricos							11.000.000
		PROJETOS							
18 544	2221 12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)							11.000.000
18 544	2221 12EP 0020	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste							11.000.000
			F	4	2	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									11.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	4005	Proteção Jurídica da União							16.244.000
		PROJETOS							
03 126	4005 10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU							16.244.000
03 126	4005 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional							16.244.000
			F	4	2	90	0	100	16.244.000
TOTAL - FISCAL									16.244.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.244.000

PORTARIA SETO/ME Nº 6.009, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Infraestrutura; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, no valor de R$ 115.272.550,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 42, §§ 1º, inciso I, alínea "a", e 7º, inciso II, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, nos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Infraestrutura; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, no valor de R$ 115.272.550,00 (cento e quinze milhões, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXOS

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							417.463
		Atividades							
20 122	0032 2000	Administração da Unidade							417.463
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							417.463
			F	3	2	90	0	100	417.463
1031		Agropecuária Sustentável							3.164.842
		Atividades							
20 608	1031 20Y0	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola							200.000
20 608	1031 20Y0 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
20 608	1031 20Y1	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira							238.000
20 608	1031 20Y1 0001	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira - Nacional							238.000
			F	3	2	90	0	100	238.000
20 608	1031 20Y2	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira							572.000
20 608	1031 20Y2 0001	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira - Nacional							572.000
			F	3	2	90	0	100	572.000
20 608	1031 210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais							1.730.000
20 608	1031 210V 0001	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - Nacional							1.730.000
			F	4	2	90	0	176	1.730.000
20 608	1031 214Z	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos							93.968
20 608	1031 214Z 0001	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos - Nacional							93.968
			F	4	2	90	0	100	93.968
20 608	1031 21B8	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia							309.000
20 608	1031 21B8 0001	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia - Nacional							309.000
			F	3	2	90	0	100	309.000
20 541	1031 8593	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável							21.874
20 541	1031 8593 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável - Nacional							21.874
			F	4	2	90	0	100	21.874
TOTAL - FISCAL									3.582.305
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.582.305

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento											
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB											
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							120.000		
		Atividades									
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							120.000		
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							120.000		
			F	4	2	90	0	129	120.000		
TOTAL - FISCAL									120.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									120.000		
ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento											
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA											
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
2203		Pesquisa e Inovação Agropecuária							14.000.000		
		Atividades									
20 572	2203 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária							10.083.108		
20 572	2203 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional							10.083.108		
			F	3	2	90	0	100	10.083.108		
20 573	2203 8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária							3.916.892		
20 573	2203 8924 0001	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária - Nacional							3.916.892		
			F	3	2	90	0	100	3.916.892		
TOTAL - FISCAL									14.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									14.000.000		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta											
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.000.000		
		Atividades									
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.000.000		
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							2.000.000		
			F	4	2	90	8	188	2.000.000		
TOTAL - FISCAL									2.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									2.000.000		
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II											
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5011		Educação Básica de Qualidade							3.111.654		
		Atividades									
12 368	5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica							3.111.654		
12 368	5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro							3.111.654		
			F	4	2	90	8	100	3.111.654		
TOTAL - FISCAL									3.111.654		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									3.111.654		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia											
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000		
		Atividades									
12 364	5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000		

12 364	5013 0029	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia							1.000.000
				F	4	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL										1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.000.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							442.124
			Atividades							
12 364	5013 20GK		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							202.520
12 364	5013 0023	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará							202.520
				F	3	2	90	8	100	22.520
				F	3	2	90	8	150	180.000
12 364	5013 4002		Assistência ao Estudante de Ensino Superior							239.604
12 364	5013 4002 0023		Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Ceará							239.604
				F	3	2	90	0	100	239.604
TOTAL - FISCAL										442.124
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										442.124
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012			Educação Profissional e Tecnológica							5.000
			Atividades							
12 363	5012 20RL		Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							5.000
12 363	5012 20RL 0031		Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							5.000
				F	4	2	90	8	100	5.000
TOTAL - FISCAL										5.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										5.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							722.088
			Atividades							
12 364	5013 20RK		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							722.088
12 364	5013 20RK 0015		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará							722.088
				F	4	2	90	8	150	722.088
TOTAL - FISCAL										722.088
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										722.088
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000
			Atividades							
12 364	5013 20RK		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000
12 364	5013 20RK 0041		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná							1.000.000
				F	3	2	90	8	181	1.000.000
TOTAL - FISCAL										1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.000.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							103.183
			Atividades							
12 364	5013 20RK		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							103.183
12 364	5013 20RK 0026		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco							103.183
				F	4	2	90	8	181	103.183
TOTAL - FISCAL										103.183
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										103.183

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										1.300.000
		Atividades										
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior										1.300.000
12 364	5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro										1.300.000
			F	4	2	90	0	100				1.300.000
TOTAL - FISCAL												1.300.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												1.300.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										50.441
		Atividades										
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior										50.441
12 364	5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais										50.441
			F	4	2	90	0	100				50.441
TOTAL - FISCAL												50.441
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												50.441

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										560.000
		Atividades										
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior										560.000
12 364	5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais										560.000
			F	4	2	90	8	100				560.000
TOTAL - FISCAL												560.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												560.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										90.560
		Atividades										
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior										90.560
12 364	5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul										90.560
			F	4	2	90	8	100				90.560
TOTAL - FISCAL												90.560
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												90.560

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										100.000
		Atividades										
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior										100.000
12 364	5013 4002 0013	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Amazonas										100.000
			F	4	2	90	0	100				100.000
TOTAL - FISCAL												100.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												100.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										2.000.000
		Atividades										
12 364	5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior										2.000.000
12 364	5013 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão										2.000.000
			F	3	2	90	8	186				2.000.000
TOTAL - FISCAL												2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso											
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.247.000		
		Atividades									
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							2.000.000		
12 364	5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso							2.000.000		
			F	4	2	90	8	100	2.000.000		
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							247.000		
12 364	5013 4002 0051	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso							247.000		
			F	4	2	90	0	100	247.000		
TOTAL - FISCAL									2.247.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									2.247.000		
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí											
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000		
		Atividades									
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000		
12 364	5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí							1.000.000		
			F	4	2	90	8	100	1.000.000		
TOTAL - FISCAL									1.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.000.000		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior											
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							10.000.000		
		Atividades									
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							10.000.000		
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							10.000.000		
			F	4	2	90	8	100	10.000.000		
TOTAL - FISCAL									10.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									10.000.000		
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre											
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							8.349.381		
		Atividades									
12 302	5013 21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais							6.655.200		
12 302	5013 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							6.655.200		
			S	4	2	90	8	100	6.655.200		
12 302	5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							1.694.181		
12 302	5013 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							1.694.181		
			S	4	2	90	8	163	1.645.000		
			S	4	2	90	8	363	49.181		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									8.349.381		
TOTAL - GERAL									8.349.381		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano											
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5012		Educação Profissional e Tecnológica							450.000		
		Atividades									
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							50.000		
12 363	5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia							50.000		
			F	4	2	90	8	100	50.000		

12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								400.000
12 363	5012 2994 0029	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia								400.000
			F	4	2	90	0	100		400.000
TOTAL - FISCAL										450.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										450.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								680.000
		Atividades								
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								680.000
12 363	5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão								680.000
			F	4	2	90	8	100		680.000
TOTAL - FISCAL										680.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										680.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								116.650
		Atividades								
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								116.650
12 363	5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais								116.650
			F	3	2	90	0	100		116.650
TOTAL - FISCAL										116.650
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										116.650
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								112.000
		Atividades								
12 363	5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica								112.000
12 363	5012 21B3 0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais								112.000
			F	4	2	90	8	100		112.000
TOTAL - FISCAL										112.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										112.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								1.739.862
		Atividades								
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								1.139.862
12 363	5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								1.139.862
			F	3	2	90	8	150		1.139.862
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								600.000
12 363	5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								600.000
			F	4	2	90	0	100		600.000
TOTAL - FISCAL										1.739.862
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.739.862
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								181.750
		Atividades								

12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								181.750
12 363	5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								181.750
			F	4	2	90	8	100		56.750
			F	4	2	90	8	150		125.000
TOTAL - FISCAL										181.750
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										181.750

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							58.000
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							58.000
12 363	5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia							58.000
			F	4	2	90	8	100	58.000
TOTAL - FISCAL									58.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									58.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							282.000
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							282.000
12 363	5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal							282.000
			F	4	2	90	8	100	282.000
TOTAL - FISCAL									282.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									282.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							1.925.641
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.925.641
12 363	5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás							1.925.641
			F	4	2	90	8	100	1.925.641
TOTAL - FISCAL									1.925.641
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.925.641

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							1.380.000
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.380.000
12 363	5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							1.380.000
			F	4	2	90	8	100	1.380.000
TOTAL - FISCAL									1.380.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.380.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							684.284

		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							365.000
12 363	5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							365.000
			F	4	2	90	8	100	365.000
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							319.284
12 363	5012 2994 0042	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							319.284
			F	3	2	90	0	100	319.284
TOTAL - FISCAL									684.284
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									684.284

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.754.854
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							2.697.024
12 364	5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul							2.697.024
			F	4	2	90	8	100	2.697.024
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							57.830
12 364	5013 4002 0040	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Sul							57.830
			F	4	2	90	0	100	57.830
TOTAL - FISCAL									2.754.854
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.754.854

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							36.000
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							36.000
12 364	5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia							36.000
			F	4	2	90	8	181	36.000
TOTAL - FISCAL									36.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.210.696
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.210.696
12 364	5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará							1.210.696
			F	3	2	90	8	181	1.069.450
			F	3	2	90	8	381	141.246
TOTAL - FISCAL									1.210.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.210.696

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							13.873
		Atividades							
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							13.873
12 364	5013 4002 0023	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Ceará							13.873
			F	4	2	90	0	100	13.873
TOTAL - FISCAL									13.873
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.873

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

3005		Transporte Aquaviário								26.399.999
		Atividades								
26 784	3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União								26.399.999
26 784	3005 219Z 6033	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia								26.399.999
			F	3	2	90	0	100		20.293.237
			F	3	2	90	0	111		6.106.762
3006		Transporte Terrestre e Trânsito								400.000
		Projetos								
26 782	3006 10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC								100.000
26 782	3006 10JQ 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina								100.000
			F	3	2	90	0	100		100.000
26 782	3006 7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC								300.000
26 782	3006 7530 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina								300.000
			F	3	2	90	0	100		300.000
TOTAL - FISCAL										26.799.999
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										26.799.999

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura										
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
3004		Aviação Civil								60.939
		Atividades								
26 122	3004 210F	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)								60.939
26 122	3004 210F 0001	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) - Nacional								60.939
			F	4	2	90	0	180		60.939
TOTAL - FISCAL										60.939
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										60.939
ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional										
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								4.000.000
		Atividades								
04 122	0032 2000	Administração da Unidade								4.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								4.000.000
			F	4	2	90	0	100		4.000.000
2218		Gestão de Riscos e de Desastres								14.079.710
		Atividades								
06 182	2218 22BO	Ações de Proteção e Defesa Civil								14.079.710
06 182	2218 22BO 0001	Ações de Proteção e Defesa Civil - Nacional								14.079.710
			F	3	2	40	0	100		14.079.710
2220		Moradia Digna								4.644.000
		Operações Especiais								
15 127	2220 00SW	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas								4.644.000
15 127	2220 00SW 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas - Nacional								4.644.000
			F	3	2	90	0	100		4.644.000
TOTAL - FISCAL										22.723.710
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										22.723.710

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional										
UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA										
ANEXO I										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
2221		Recursos Hídricos								1.620.000
		Atividades								
18 544	2221 20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos								1.500.000
18 544	2221 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional								1.500.000
			F	4	2	90	0	183		1.500.000
18 125	2221 4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens								120.000
18 125	2221 4926 0001	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Nacional								120.000
			F	4	2	90	0	183		120.000
TOTAL - FISCAL										1.620.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.620.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania												
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta												
ANEXO I											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
5033		Segurança Alimentar e Nutricional										658.556
		Atividades										
08 306	5033 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN										658.556
08 306	5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional										658.556
			S	3	2	30	0	153				658.556
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												658.556
TOTAL - GERAL												658.556

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento												
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo										417.463
		Atividades										
20 122	0032 2000	Administração da Unidade										417.463
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional										417.463
			F	4	2	90	0	100				417.463
1031		Agropecuária Sustentável										3.164.842
		Atividades										
20 608	1031 20Y0	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola										200.000
20 608	1031 20Y0 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional										200.000
			F	4	2	90	0	100				200.000
20 608	1031 20Y1	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira										238.000
20 608	1031 20Y1 0001	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira - Nacional										238.000
			F	4	2	90	0	100				238.000
20 608	1031 20Y2	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira										572.000
20 608	1031 20Y2 0001	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira - Nacional										572.000
			F	4	2	90	0	100				572.000
20 608	1031 210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais										1.730.000
20 608	1031 210V 0001	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - Nacional										1.730.000
			F	3	2	90	0	176				1.730.000
20 608	1031 214Z	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos										93.968
20 608	1031 214Z 0001	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos - Nacional										93.968
			F	3	2	90	0	100				93.968
20 608	1031 21B8	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia										309.000
20 608	1031 21B8 0001	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia - Nacional										309.000
			F	4	2	90	0	100				309.000
20 541	1031 8593	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável										21.874
20 541	1031 8593 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável - Nacional										21.874
			F	3	2	90	0	100				21.874
TOTAL - FISCAL												3.582.305
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												3.582.305

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento												
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo										120.000
		Atividades										
18 122	0032 2000	Administração da Unidade										120.000
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional										120.000
			F	3	2	90	0	129				120.000
TOTAL - FISCAL												120.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												120.000
ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento												
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE				VALOR
2203		Pesquisa e Inovação Agropecuária										14.000.000
		Atividades										
20 572	2203 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária										10.083.108
20 572	2203 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional										10.083.108
			F	4	2	90	0	100				10.083.108

20 573	2203 8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária								3.916.892
20 573	2203 8924 0001	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária - Nacional								3.916.892
			F	4	2	90	0	100		3.916.892
TOTAL - FISCAL										14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										14.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.000.000
		Atividades								
12 122	0032 2000	Administração da Unidade								2.000.000
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal								2.000.000
			F	3	2	90	8	188		2.000.000
TOTAL - FISCAL										2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.000.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5011		Educação Básica de Qualidade								3.111.654
		Atividades								
12 368	5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica								3.111.654
12 368	5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								3.111.654
			F	3	2	90	8	100		3.111.654
TOTAL - FISCAL										3.111.654
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.111.654

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.000.000
		Atividades								
12 364	5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.000.000
12 364	5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia								1.000.000
			F	3	2	90	8	100		1.000.000
TOTAL - FISCAL										1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.000.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								442.124
		Atividades								
12 364	5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								202.520
12 364	5013 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará								202.520
			F	4	2	90	8	100		22.520
			F	4	2	90	8	150		180.000
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior								239.604
12 364	5013 4002 0023	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Ceará								239.604
			F	4	2	90	0	100		239.604
TOTAL - FISCAL										442.124
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										442.124

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais											
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5012		Educação Profissional e Tecnológica							5.000		
		Atividades									
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							5.000		
12 363	5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							5.000		
			F	3	2	90	8	100	5.000		
TOTAL - FISCAL									5.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									5.000		
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará											
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							722.088		
		Atividades									
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							722.088		
12 364	5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará							722.088		
			F	3	2	90	8	150	722.088		
TOTAL - FISCAL									722.088		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									722.088		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná											
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000		
		Atividades									
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000		
12 364	5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná							1.000.000		
			F	4	2	90	8	181	1.000.000		
TOTAL - FISCAL									1.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.000.000		
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco											
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							103.183		
		Atividades									
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							103.183		
12 364	5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco							103.183		
			F	3	2	90	8	181	103.183		
TOTAL - FISCAL									103.183		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									103.183		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro											
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias								
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.300.000		
		Atividades									
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							1.300.000		
12 364	5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							1.300.000		
			F	3	2	90	0	100	1.300.000		
TOTAL - FISCAL									1.300.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.300.000		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							50.441			
		Atividades										
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							50.441			
12 364	5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais							50.441			
			F	3	2	90	0	100	50.441			
TOTAL - FISCAL									50.441			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									50.441			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							560.000			
		Atividades										
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							560.000			
12 364	5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais							560.000			
			F	3	2	90	8	100	560.000			
TOTAL - FISCAL									560.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									560.000			
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							90.560			
		Atividades										
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							90.560			
12 364	5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							90.560			
			F	3	2	90	8	100	90.560			
TOTAL - FISCAL									90.560			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									90.560			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							100.000			
		Atividades										
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							100.000			
12 364	5013 4002 0013	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Amazonas							100.000			
			F	3	2	90	0	100	100.000			
TOTAL - FISCAL									100.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									100.000			
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão												
ANEXO II											Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)											Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.000.000			
		Atividades										
12 364	5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior							2.000.000			
12 364	5013 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão							2.000.000			
			F	4	2	90	8	186	2.000.000			
TOTAL - FISCAL									2.000.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									2.000.000			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.247.000
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							2.000.000
12 364	5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso							2.000.000
			F	3	2	90	8	100	2.000.000
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							247.000
12 364	5013 4002 0051	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso							247.000
			F	3	2	90	0	100	247.000
TOTAL - FISCAL									2.247.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.247.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000
12 364	5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí							1.000.000
			F	3	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							10.000.000
		Atividades							
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							10.000.000
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							10.000.000
			F	3	2	90	8	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							8.349.381
		Atividades							
12 302	5013 21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais							6.655.200
12 302	5013 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							6.655.200
			S	3	2	90	8	100	6.655.200
12 302	5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							1.694.181
12 302	5013 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							1.694.181
			S	3	2	90	8	150	1.694.181
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.349.381
TOTAL - GERAL									8.349.381

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica							450.000
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							50.000

12 363	5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia								50.000
			F	3	2	90	8	100		50.000
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								400.000
12 363	5012 2994 0029	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia								400.000
			F	3	2	90	0	100		400.000
TOTAL - FISCAL										450.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										450.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão										
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								680.000
		Atividades								
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								680.000
12 363	5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão								680.000
			F	3	2	90	8	100		680.000
TOTAL - FISCAL										680.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										680.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais										
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								116.650
		Atividades								
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								116.650
12 363	5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais								116.650
			F	4	2	90	0	100		116.650
TOTAL - FISCAL										116.650
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										116.650
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais										
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								112.000
		Atividades								
12 363	5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica								112.000
12 363	5012 21B3 0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais								112.000
			F	3	2	90	8	100		112.000
TOTAL - FISCAL										112.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										112.000
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso										
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias	
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5012		Educação Profissional e Tecnológica								1.739.862
		Atividades								
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica								1.139.862
12 363	5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								1.139.862
			F	4	2	90	8	150		1.139.862
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								600.000
12 363	5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								600.000
			F	3	2	90	0	100		600.000
TOTAL - FISCAL										1.739.862
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.739.862

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul												
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5012		Educação Profissional e Tecnológica							181.750			
		Atividades										
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							181.750			
12 363	5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							181.750			
			F	3	2	90	8	100	56.750			
			F	3	2	90	8	150	125.000			
TOTAL - FISCAL									181.750			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									181.750			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia												
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5012		Educação Profissional e Tecnológica							58.000			
		Atividades										
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							58.000			
12 363	5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia							58.000			
			F	3	2	90	8	100	58.000			
TOTAL - FISCAL									58.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									58.000			
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília												
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5012		Educação Profissional e Tecnológica							282.000			
		Atividades										
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							282.000			
12 363	5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal							282.000			
			F	3	2	90	8	100	282.000			
TOTAL - FISCAL									282.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									282.000			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás												
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5012		Educação Profissional e Tecnológica							1.925.641			
		Atividades										
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.925.641			
12 363	5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás							1.925.641			
			F	3	2	90	8	100	1.925.641			
TOTAL - FISCAL									1.925.641			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									1.925.641			
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação												
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense												
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR			
5012		Educação Profissional e Tecnológica							1.380.000			
		Atividades										
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.380.000			
12 363	5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							1.380.000			
			F	3	2	90	8	100	1.380.000			
TOTAL - FISCAL									1.380.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									1.380.000			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
5012		Educação Profissional e Tecnológica							684.284	
		Atividades								
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							365.000	
12 363	5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							365.000	
			F	3	2	90	8	100	365.000	
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							319.284	
12 363	5012 2994 0042	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							319.284	
			F	4	2	90	0	100	319.284	
TOTAL - FISCAL									684.284	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									684.284	
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.754.854	
		Atividades								
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							2.697.024	
12 364	5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul							2.697.024	
			F	3	2	90	8	100	2.697.024	
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							57.830	
12 364	5013 4002 0040	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Sul							57.830	
			F	3	2	90	0	100	57.830	
TOTAL - FISCAL									2.754.854	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									2.754.854	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							36.000	
		Atividades								
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							36.000	
12 364	5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia							36.000	
			F	3	2	90	8	150	36.000	
TOTAL - FISCAL									36.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									36.000	
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.210.696	
		Atividades								
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.210.696	
12 364	5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará							1.210.696	
			F	4	2	90	8	181	1.210.696	
TOTAL - FISCAL									1.210.696	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									1.210.696	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri										
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	

5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							13.873
		Atividades							
12 364	5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							13.873
12 364	5013 4002 0023	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Ceará							13.873
			F	3	2	90	0	100	13.873
TOTAL - FISCAL									13.873
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.873

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura									
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT									
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3005		Transporte Aquaviário							26.399.999
		Atividades							
26 784	3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							26.399.999
26 784	3005 219Z 6033	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia							26.399.999
			F	4	2	90	0	100	20.293.237
			F	4	2	90	0	111	6.106.762
3006		Transporte Terrestre e Trânsito							400.000
		Projetos							
26 782	3006 10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC							100.000
26 782	3006 10JQ 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina							100.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
26 782	3006 7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC							300.000
26 782	3006 7530 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									26.799.999
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.799.999

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura									
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC									
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3004		Aviação Civil							60.939
		Atividades							
26 122	3004 210F	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)							60.939
26 122	3004 210F 0001	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) - Nacional							60.939
			F	3	2	90	0	180	60.939
TOTAL - FISCAL									60.939
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.939
ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional									
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta									
ANEXO II									Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.000.000
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							4.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.000.000
			F	3	2	90	0	100	4.000.000
2218		Gestão de Riscos e de Desastres							14.079.710
		Atividades							
06 182	2218 22BO	Ações de Proteção e Defesa Civil							14.079.710
06 182	2218 22BO 0001	Ações de Proteção e Defesa Civil - Nacional							14.079.710
			F	4	2	40	0	100	14.079.710
2220		Moradia Digna							4.644.000
		Operações Especiais							
15 127	2220 00SW	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas							4.644.000
15 127	2220 00SW 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas - Nacional							4.644.000
			F	4	2	90	0	100	4.644.000
TOTAL - FISCAL									22.723.710
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.723.710

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional										
UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
2221		Recursos Hídricos								1.620.000
		Atividades								
18 544	2221 20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos								1.500.000
18 544	2221 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional								1.500.000
			F	3	2	90	0	183		1.500.000
18 125	2221 4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens								120.000
18 125	2221 4926 0001	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Nacional								120.000
			F	3	2	90	0	183		120.000
TOTAL - FISCAL										1.620.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.620.000
ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania										
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta										
ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE		VALOR
5033		Segurança Alimentar e Nutricional								658.556
		Atividades								
08 306	5033 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN								658.556
08 306	5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional								658.556
			S	4	2	30	0	153		658.556
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										658.556
TOTAL - GERAL										658.556

PORTARIA SETO/ME Nº 6.011, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera, mediante remanejamento e antecipação, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, X e XII do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõem sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, tendo em vista o disposto no inciso I e no inciso III, alínea b, do art. 10 do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante remanejamento e antecipação, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, X e XII do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos I a VI desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXO I

REDUÇÃO NO ANEXO II DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	-	-	-	-	5.000	10.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO II

ACRÉSCIMO AO ANEXO II DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	15.000	10.000	5.000	-	-	-
41231 Agência Nacional de Telecomunicações*	20.000	20.000	20.000	15.000	10.000	-
Total	35.000	30.000	25.000	15.000	10.000	-

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).
(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

ANEXO III

ACRÉSCIMO AO ANEXO III DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	50.000	40.000	30.000	20.000	10.000	-

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO IV

ACRÉSCIMO AO ANEXO IV DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO V

ACRÉSCIMO AO ANEXO X DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 9) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO VI

ACRÉSCIMO AO ANEXO XII DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 9) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil						
Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 39, DE 5 DE JULHO DE 2022

Publica Convênio de Cooperação Técnica, aprovado na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º.07.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 35 desse mesmo diploma, torna público que os Secretários de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação, na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º de julho de 2022, celebraram o seguinte ato:

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1, DE 1º DE JULHO DE 2022

Prorroga as disposições e altera o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/19, celebrado pelo Estado de Pernambuco e os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, relativo à disponibilização dos serviços do sistema disponível no Portal GNRE ONLINE, destinado à emissão de GNRE, suporte e armazenamento das guias emitidas.

O Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria da Fazenda, doravante denominada SEFAZ/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.572.014/0001-33, representada neste ato pelo Secretário da Fazenda, Sr. Décio José Padilha da Cruz, e os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, por intermédio das respectivas Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças, Receita ou Tributação, doravante denominados ESTADOS, representados, neste ato, pelos seus titulares, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

CLÁUSULA PRIMEIRA

A SEFAZ/PE e os ESTADOS prorrogam, por este convênio, o prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnica nº 1, de 4 de abril de 2019, conforme previsão constante da sua cláusula décima, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA

O ANEXO I - TABELA DE RESSARCIMENTO, POR FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇO (INCISO I DA CLÁUSULA SEGUNDA), do Convênio de Cooperação Técnica nº 1/19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

TABELA DE RESSARCIMENTO, POR FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇO

(INCISO I DA CLÁUSULA SEGUNDA)

Faixa	Volume Anual de Emissão de GNRE (em mil)	UF	Valor de Ressarcimento Trimestral/UF
1	Até 250	AC, AP, RR	R$ 727,44
2	Acima de 250 até 500	RO	R$ 1.454,88
3	Acima de 500 até 1.000	AM, TO	R$ 2.909,75
4	Acima de 1.000 até 1.500	MA, PB, PI, RN, SE	R$ 4.364,63
5	Acima de 1.500 até 2.000	CE, MS, PA	R$ 5.819,51
6	Acima de 2.000 até 3.000	AL, DF, MT	R$ 8.729,26
7	Acima de 3.000 até 4.500	GO, PE, SC	R$ 13.093,89
8	Acima de 4.500 até 6.000	BA	R$ 17.458,52
9	Acima de 6.000 até 8.000	PR, RS	R$ 23.278,03
10	Acima de 8.000 até 10.000	RJ	R$ 29.097,53
11	Acima de 10.000 até 12.000	MG	R$ 34.917,04

* De acordo com os volumes medidos de abril de 2021 a março de 2022. (Fonte: Sefaz/PE)".

CLÁUSULA TERCEIRA

Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos de a partir de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023.

Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 41, DE 5 DE JULHO DE 2022

Publica Protocolos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos arts. 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.100301/2022-03, e nos demais processos correlatos, faz publicar os seguintes protocolos ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que receberam manifestação favorável na 188ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 6 a 10 de junho de 2022:

PROTOCOLO ICMS Nº 30, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 60/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Amapá, Pará e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretário de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS º 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 60, de 11 de agosto de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção e congêneres.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Clausula primeira Nas operações interestaduais com mercadorias relacionadas no Anexo XI do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, com exceção aos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST - 10.017.00, 10.019.00, 10.030.01, 10.038.00, 10.050.00, 10.039.00, 10.058.00, 10.063.00, e 10.073.00, destinadas aos Estados do Amapá e do Pará, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o inciso III da cláusula segunda:

"III - às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição, que seja fabricante da mesma mercadoria ou de outra relacionada no "caput" da cláusula primeira deste protocolo;";

IV - da cláusula terceira

a) o "caput":

"Clausula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto relacionado no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

b) o inciso I do § 1º:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com as mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo;";

c) o inciso III do § 1º:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

VI - a cláusula sétima:

"Cláusula sétima O disposto neste protocolo fica condicionado a que as operações internas com bens e mercadorias relacionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo estejam submetidas à substituição tributária pela legislação da unidade federada de destino, observando as mesmas regras de definição de base de cálculo.".

Cláusula segunda O anexo único do Protocolo ICMS nº 60/11 fica revogado.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo dia do mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares , Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior , São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 31, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 31/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados do Amapá e Pará, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os itens 4 e 5.1 do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 31, de 30 de março de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

ITEM	DESCRIÇÃO	NBM/SH	% MVA-INTERNA	ALIQ. INTERNA	% MVA AJUSTADA ORIGEM 7%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 12%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 4%
4	Sabões, desinfetantes e sanitizantes, todos em pó, flocos, palhetas, grânulos ou outras formas semelhantes, para lavar roupas.	3401.20.90 3808.94.19	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%
5.1	Detergente líquido para lavar roupa, inclusive adicionados de propriedades desinfetantes ou sanitizantes.	3402.20.00	28	17%	43,42%	35,71%	48,05%

".

Cláusula segunda Os itens 4.1 e 5.2 ficam acrescidos ao Anexo Único do Protocolo ICMS nº 31/12 com as seguintes redações:

"

ITEM	DESCRIÇÃO	NBM/SH	% MVA-INTERNA	ALIQ. INTERNA	% MVA AJUSTADA ORIGEM 7%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 12%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 4%
4.1	Sabões, desinfetantes e sanitizantes, todos líquidos para lavar roupas.	3401.20.90 3808.94.19	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%
5.2	Detergentes em pó, flocos, palhetas, grânulos ou outras formas semelhantes, inclusive adicionados de propriedades desinfetantes ou sanitizantes.	3402.20.00	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%

".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares , Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior.

PROTOCOLO ICMS Nº 32, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 80/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados do Amapá e Pernambuco, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os itens 4 e 5.1 do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 80, de 30 de setembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

ITEM	DESCRIÇÃO	NBM/SH	% MVA-INTERNA	ALIQ. INTERNA	% MVA AJUSTADA ORIGEM 7%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 12%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 4%
4	Sabões, desinfetantes e sanitizantes, todos em pó, flocos, palhetas, grânulos ou outras formas semelhantes, para lavar roupas.	3401.20.90 3808.94.19	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%
5.1	Detergente líquido para lavar roupa, inclusive adicionados de propriedades desinfetantes ou sanitizantes.	3402.20.00	28	17%	43,42%	35,71%	48,05%

".

Cláusula segunda Os itens 4.1 e 5.2 ficam acrescidos ao Anexo Único do Protocolo ICMS nº 80/11 com as seguintes redações:

"

ITEM	DESCRIÇÃO	NBM/SH	% MVA-INTERNA	ALIQ. INTERNA	% MVA AJUSTADA ORIGEM 7%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 12%	% MVA AJUSTADA ORIGEM 4%
4.1	Sabões, desinfetantes e sanitizantes, todos líquidos para lavar roupas.	3401.20.90 3808.94.19	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%
5.2	Detergentes em pó, flocos, palhetas, grânulos ou outras formas semelhantes, inclusive adicionados de propriedades desinfetantes ou sanitizantes.	3402.20.00	20	12%	20,00%	20,00%	23,87%

".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz.

PROTOCOLO ICMS Nº 33, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 28/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretário de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 28, de 5 de junho de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, com exceção aos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST - 17.005.00, 17.005.01, 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.04, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.053.02, 17.054.01, 17.054.02, 17.062.02, 17.062.03, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.096.00 a 17.096.05, 17.117.00, destinadas ao Estado de Minas Gerais ou ao Estado de São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

II - o § 1º da cláusula segunda:

"§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, não se aplica também às operações destinadas a estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo que seja fabricante de mercadoria constante no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

III - da cláusula terceira:

a) o "caput":

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor definido conforme critérios estabelecidos na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

b) o item I do § 1º:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira deste protocolo;";

c) o item III do § 1º:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.".

Cláusula segunda O anexo único do Protocolo ICMS nº 28/09 fica revogado.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 34, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 45/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Rio de Janeiro e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretário de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os itens 1.1 e 1.4 do item I - Chocolates, do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 45, de 5 de abril de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

I - CHOCOLATES			
ITEM	DESCRIÇÃO	NCM/SH	MVA Original %
1.1	Chocolate branco, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, excluídos os ovos de páscoa de chocolate.	1704.90.10	38,89
1.4	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, excluídos os achocolatados em pó e ovos de páscoa de chocolate.	1806.90.00	42,65

".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Protocolo ICMS nº 45/13 com as seguintes redações:

I - o inciso VII à cláusula segunda:

"VII - na remessa, para estabelecimento de contribuinte localizado no Estado de São Paulo, os itens 1.11 e 1.12 mencionados no anexo único.";

II - os itens 1.11 e 1.12 ao item I - Chocolates do Anexo Único:

"

1.11	Ovos de páscoa de chocolate branco	1704.90.10	38,89%
1.12	Ovos de páscoa de chocolate	1806.90.00	42,65%

".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 35, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 95/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretário de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 95, de 23 de julho de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, com exceção aos Códigos Especificadores da Substituição Tributária, 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.04, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.054.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.064.00, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.095.01, 17.096.01 a 17.096.03, 17.099.02 a 17.100.02, 17.101.02 a 17.102.02, 17.103.02 a 17.105.02, 17.116.00 e 17.117.00, destinadas ao Estado de Rio Grande do Sul ou ao Estado de São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

II - o § 1º da cláusula segunda:

"§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, não se aplica também às operações destinadas a estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo que seja fabricante de mercadoria constante no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado o inciso VI da clausula segunda.";

III - da cláusula terceira:

a) o "caput":

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado os incisos VI e VII da cláusula segunda.";

b) o inciso I do § 1º:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado os incisos VI e VII da cláusula segunda;";

c) o inciso III do § 1º:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado os incisos VI e VII da cláusula segunda.";

IV - da cláusula sétima:

a) o § 1º:

"§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado os incisos VI e VII da cláusula segunda, as mesmas regras de definição de base de cálculo e as mesmas margens de valor agregado previstas neste protocolo.";

b) o § 3º:

"§ 3º Os Estados signatários comprometem-se em não aplicar margem de valor agregado inferior às previstas neste protocolo, tanto nas operações internas como nas operações interestaduais com as mercadorias relacionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo, observado os incisos VI e VII da cláusula segunda, provenientes de outros Estados não signatários deste protocolo.".

Cláusula segunda Os incisos VI e VII ficam acrescidos à cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 95/09 com as seguintes redações:

"VI - às operações com bens e mercadorias classificados nos CEST 17.005.00, 17.005.01, 17.031.02, 17.049.00 a 17.049.07, 17.052.00, 17.053.02, 17.054.02, 17.099.01, 17.101.01 e 17.103.01 quando destinadas ao Estado de São Paulo;

VII - às operações com bens e mercadorias classificados nos CEST 17.016.00, 17.056.00 e 17.056.01, quando destinadas ao Estado do Rio Grande do Sul.".

Cláusula terceira O anexo único do Protocolo ICMS nº 95/09 fica revogado.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 36, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 164/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados de Paraná e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 164, de 24 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - às transferências interestaduais promovidas entre estabelecimentos do remetente, exceto quando o destinatário for estabelecimento varejista;".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 37, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 36/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 36, de 5 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - às transferências interestaduais promovidas entre estabelecimentos do remetente, exceto quando o destinatário for estabelecimento varejista;".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 38, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 98/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados de Rio Grande do Sul e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 98, de 23 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - às transferências interestaduais promovidas entre estabelecimentos do remetente, exceto quando o destinatário for estabelecimento varejista;".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

DESPACHO Nº 40, DE 5 DE JULHO DE 2022

Publica Acordo de Cooperação Técnica, aprovado na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º.07.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 35 desse mesmo diploma, torna público que os Secretários de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação, na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º de julho de 2022, celebraram o seguinte ato:

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Acordo de Cooperação Técnica nº 1/20 celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, relativo à disponibilização dos serviços do sistema "SEFAZ/VIRTUAL", destinado ao processamento da autorização de uso de documentos fiscais eletrônicos.

O Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ 87.934.675/0001-96, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, doravante denominada SEFAZ/RS, representada neste ato pelo Secretário de Estado da Fazenda e os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, por intermédio das Secretarias de Fazenda, Finanças, Economia, Receita ou Tributação, doravante denominados ESTADOS, representados neste ato pelos Secretários de Fazenda, Finanças, Economia, Receita ou Tributação, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 199 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66, de 25 de outubro de 1966) e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o seguinte

ACORDO

Cláusula primeira O Anexo Único do Acordo de Cooperação Técnica nº 1, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO ÚNICO

1. TABELA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS PREVISTAS PARA 2023 (Valores em R$)

Investimentos previstos para a SVRS	2023
Infra Banco de Dados	60.000
Serviço Witness (Azure)	60.000
Ambiente Disaster Recovery	2.000.000
Ambiente Disaster Recovery	2.000.000
Infra de Rede - Ativos de Comunicação	2.350.000
Balanceador de carga - TH (suporte 2022)	150.000
Router Switch (renovação 21-22)	200.000
Router Switches - Core	2.000.000
Infra de Rede - Ativos de Segurança	6.000.000
DDOS (aquisição)	1.500.000
Firewall (aquisição)	4.500.000
Licenciamento	1.134.079
Licenciamento Servidores e Banco de dados (SQL)	1.134.079
Gestão do Ambiente	10.728.398
Desenvolvimento de Sistemas (PROCERGS)	6.014.474
Operação e Monitoria (PROCERGS)	1.574.082
Serviço de infraestrutura (PROCERGS)	3.139.841
Serviços Especializados	2.192.768
Manutenção Sala-Cofre SEFAZ	818.679
Monitoria Automatizada (OpMon)	150.504
Suporte especializado MS Premier	1.223.585
Total Geral sem o Menor Preço Brasil	24.465.244
Operação Menor Preço Brasil	1.671.607
Total Geral com o Menor Preço Brasil	26.136.851
Saldo de Caixa de Convênios Anteriores	-14.502.893
Investimentos a serem realizados e não previstos em 2022	7.603.315
Saldo mínimo para fluxo de caixa	1.200.000
Fundo para investimentos emergenciais	1.000.000
Projeção de inadimplência para 2023 pela média histórica (5,78%)	1.314.087
Total Geral	22.751.360

2. TABELA DE RESUMO DE DOCUMENTOS AUTORIZADOS POR TIPO E UF E DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO VALOR ANUAL

Documentos Autorizados na SVRS (Unidade = 1.000)							% Rateio Geral	Ressarcimento Anual (em R$)			NFC-e particip. (MPB)	% Rateio MPB	Ressarcimento Anual - MPB (em R$)			Ressarcimento Anual Total (em R$)
UF	NFC-e:	NF-e:	CT-e:	CT-e OS:	BP-e:	Total:		Variável (60%)	Fixo (40%)	Total			Variável (60%)	Fixo (40%)	Total	
AC	59.200	5.629	206	2	252	65.290	0,56%	70.832	383.268	454.100	59.200	0,71%	7.165	44.576	51.741	505.841
AL	235.307	21.157	2.841	4	315	259.624	2,23%	281.663	383.268	664.931	235.307	2,84%	28.478	44.576	73.054	737.985
AM	-	-	2.820	6	493	3.320	0,03%	3.601	383.268	386.870	-	-	-	-	-	386.870
AP	38.929	4.334	0	-	91	43.354	0,37%	47.035	383.268	430.303	38.929	0,47%	4.711	44.576	49.288	479.590
BA	1.135.189	-	29.355	38	18.334	1.182.916	10,15%	1.283.331	383.268	1.666.599	-	-	-	-	-	1.666.599
CE	-	-	11.633	7	7.228	18.868	0,16%	20.470	383.268	403.738	-	-	-	-	-	403.738
DF	572.641	72.103	5.680	12	1.487	651.923	5,59%	707.263	383.268	1.090.531	572.641	6,91%	69.303	44.576	113.879	1.204.411
ES	553.838	88.917	31.439	48	13.023	687.265	5,90%	745.605	383.268	1.128.874	553.838	6,68%	67.028	44.576	111.604	1.240.477
GO	-	-	18.751	36	4.658	23.446	0,20%	25.436	383.268	408.704	-	-	-	-	-	408.704
MA	311.162	-	3.326	4	3.015	317.507	2,72%	344.459	383.268	727.728	-	-	-	-	-	727.728
PA	528.850	47.151	7.487	20	4.585	588.092	5,04%	638.014	383.268	1.021.282	528.850	6,38%	64.004	44.576	108.580	1.129.862
PB	337.377	36.992	6.508	6	5.276	386.158	3,31%	418.938	383.268	802.206	-	-	-	-	-	802.206
PE	893.727	-	70	0	2.041	895.838	7,68%	971.884	383.268	1.355.152	893.727	10,78%	108.162	44.576	152.739	1.507.891
PI	194.338	21.778	1.664	4	1.557	219.341	1,88%	237.961	383.268	621.229	194.338	2,35%	23.520	44.576	68.096	689.325
RJ	2.515.581	219.187	59.045	102	16.665	2.810.580	24,11%	3.049.164	383.268	3.432.432	2.515.581	30,35%	304.446	44.576	349.022	3.781.455
RN	327.263	26.931	2.834	5	361	357.393	3,07%	387.732	383.268	771.000	327.263	3,95%	39.607	44.576	84.183	855.183
RO	194.359	21.978	2.312	8	1.819	220.476	1,89%	239.192	383.268	622.460	194.359	2,35%	23.522	44.576	68.098	690.559
RR	60.636	4.058	0	-	167	64.861	0,56%	70.367	383.268	453.635	60.636	0,73%	7.338	44.576	51.915	505.550
RS	1.790.514	266.644	56.752	187	18.940	2.133.037	18,30%	2.314.107	383.268	2.697.375	1.790.514	21,61%	216.695	44.576	261.272	2.958.646
SC	52.498	241.665	71.601	110	-	365.874	3,14%	396.932	383.268	780.201	-	-	-	-	-	780.201
SE	164.080	17.487	1.356	3	989	183.915	1,58%	199.528	383.268	582.796	164.080	1,98%	19.858	44.576	64.434	647.230
TO	158.046	17.350	1.714	4	2.018	179.132	1,54%	194.338	383.268	577.606	158.046	1,91%	19.127	44.576	63.704	641.310
Total:	10.123.535	1.113.364	317.393	604	103.314	11.658.210	100%	12.647.852	8.431.901	21.079.754	8.287.309	100%	1.002.964	668.643	1.671.607	22.751.360

Observação:

1) A parte fixa do rateio equivale a 40% das despesas e o valor correspondente a parte variável é proporcional ao percentual de volume de documentos autorizados por UF.

2) No caso do MPB, a parte fixa do rateio equivale a 40% das despesas e o valor correspondente à parte variável é proporcional ao percentual de volume de NFC-e autorizadas por cada UF participante do aplicativo.

3. TABELA DE VALORES DE RESSARCIMENTO ANUAL E TRIMESTRAL POR UF:

UF	Valor Anual	Valor Trimestral
AC	505.841	126.460
AL	737.985	184.496
AM	386.870	96.717
AP	479.590	119.898
BA	1.666.599	416.650
CE	403.738	100.935
DF	1.204.411	301.103
ES	1.240.477	310.119
GO	408.704	102.176
MA	727.728	181.932
PA	1.129.862	282.465
PB	802.206	200.552
PE	1.507.891	376.973
PI	689.325	172.331
RJ	3.781.455	945.364

RN	855.183	213.796
RO	690.559	172.640
RR	505.550	126.388
RS	2.958.646	739.662
SC	780.201	195.050
SE	647.230	161.807
TO	641.310	160.327
Total:	22.751.360	5.687.840

".

Cláusula segunda Este acordo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

PROTOCOLO ICMS Nº 39, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 104/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 104, de 24 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - às transferências interestaduais promovidas entre estabelecimentos do remetente, exceto quando o destinatário for estabelecimento varejista;".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 40, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação.

Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Os estabelecimentos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo Único do Protocolo ICMS nº 64, de 18 de setembro de 2015, com as seguintes redações:

"

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA	10.456.016/0051-26	87333248
TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA	02.461.767/0013-87	87430723
TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA	02.461.767/0014-68	12403593
QP BRASIL LTDA	15.916.060/0003-98	12.399.944

";

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 41, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 26/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O inciso VIII fica acrescido à cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 26, de 20 de janeiro de 2010, com a seguinte redação:

"VIII - às operações interestaduais entre os Estados de Minas Gerais e Pará.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior.

PROTOCOLO ICMS Nº 42, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 52/00, que estabele disciplina para as operações relacionadas com as remessas de mercadorias remetidas em consignação industrial para estabelecimentos industriais.

Os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Protocolo ICMS nº 52, de 21 de dezembro de 2000, com as seguintes redações:

I - o parágrafo único à cláusula sexta:

"Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica ao Microempreendedor Individual - MEI.";

II - a cláusula sexta-A:

"Cláusula sexta-A Nas operações de consignação industrial em que o consignante for MEI, fica atribuída ao contribuinte consignatário a emissão do documento fiscal de entrada, para acobertar as operações do MEI referidas nas cláusulas segunda e terceira deste protocolo.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Alagoas - George André Palermo Santoro, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 43, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 9/22, que dispõe sobre as operações realizadas por estabelecimentos industriais localizados na Zona Franca de Manaus por meio de armazém geral localizado no Município de Anápolis - GO e revoga o Protocolo ICMS nº 81/19.

Os Estados do Amazonas e Goiás, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda e da Economia, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O inciso II da cláusula terceira do Protocolo ICMS nº 9, de 11 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - possuir contrato de locação de área no ARMAZÉM GERAL localizado em Anápolis - GO.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 13 de abril de 2022.

Amazonas - Alex Del Giglio, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

PROTOCOLO ICMS Nº 44, DE 5 DE JULHO DE 2022

Exclui os Estados do Rio Grande do Sul e de Sergipe e altera o Protocolo ICMS nº 09/09, que dispõe sobre a instituição da Comissão Nacional para Apuração de Irregularidades (CNAI) em equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF, em Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF e em bobina de papel térmico para uso em ECF.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Economia, Planejamento, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 a 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, considerando ainda o disposto no Convênio ICMS nº 137, de 15 de dezembro de 2006, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os Estados do Rio Grande do Sul e de Sergipe ficam excluídos das disposições do Protocolo ICMS nº 9, de 3 de abril de 2009.

Cláusula segunda A cláusula décima quinta-D do Protocolo ICMS nº 9/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula décima quinta-D Este protocolo não se aplica aos Estados da Bahia, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 45, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 11/91, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, refrigerantes, água mineral ou potável e gelo.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Economia, Finanças, Planejamento ou Tributação, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conjugado com as disposições do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O § 4º da cláusula quarta do Protocolo ICMS nº 11, de 21 de maio de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Nas operações destinadas aos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a MVA-ST a ser aplicada é a prevista na sua legislação interna para os produtos mencionados neste protocolo.".

Cláusula segunda O parágrafo único da cláusula quarta-A fica acrescido ao Protocolo ICMS nº 11/91 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Nas operações destinadas ao Estado de Alagoas, não se aplica a base de cálculo prevista no "caput", quando o valor da operação própria do sujeito passivo por substituição for igual ou superior a percentual do preço médio ponderado a consumidor final estabelecido na legislação interna do Estado de Alagoas.".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 46, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 10/92, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, chope, refrigerante e xarope ou extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina pre-mix ou post-mix.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda ou Tributação, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conjugado com as disposições do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O § 3º da cláusula quarta do Protocolo ICMS nº 10, de 3 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Nas operações destinadas aos Estados do Acre, Alagoas e Sergipe, a MVA-ST a ser aplicada é a prevista nas suas legislações internas para os produtos mencionados neste protocolo.".

Cláusula segunda O § 4º fica acrescido à cláusula quarta do Protocolo ICMS nº 10/92 com a seguinte redação:

"§ 4º Nas operações destinadas ao Estado de Alagoas, não se aplica a base de cálculo prevista no § 2º desta cláusula, quando o valor da operação própria do contribuinte substituto for igual ou superior a percentual do valor do produto constante de pauta fiscal estabelecida na legislação interna do Estado de Alagoas.".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 115/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos.

Os Estados de Santa Catarina e São Paulo, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda e Fazenda e Planejamento, considerando o disposto nos art. 102 e 199, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no artigo 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O Protocolo ICMS nº 115, de 3 de setembro de 2012, fica revogado.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

Cláusula quinta O contribuinte que efetuou as operações previstas na cláusula primeira deve cumprir todas as obrigações tributárias, principais e acessórias, inclusive emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, na venda ao consumidor final não contribuinte e na devolução da mercadoria, devendo o respectivo Documento Auxiliar da NF-e - DANFE - acompanhar o transporte da mercadoria.

§ 1º O DANFE relativo à NF-e - da operação de venda ao consumidor, além das demais informações, deve conter no:

I - Grupo E. Identificação do Destinatário da Nota Fiscal Eletrônica: a identificação do consumidor final adquirente das mercadorias;

II - Grupo G. Local da Entrega: a identificação completa do ponto de entrega da mercadoria; e

III - Grupo Z. Informações Adicionais da NF-e: "NF-e emitida nos termos do Ajuste SINIEF nº 14/22".

§ 2º O DANFE relativo à NF-e da operação de devolução da mercadoria ou de retorno de mercadoria não entregue, além das demais informações, deve conter no:

I - Grupo E. Identificação do Destinatário: a identificação do contribuinte que efetuou as operações previstas na cláusula primeira;

II - Grupo F. Local da Retirada: a identificação completa do ponto de retirada da mercadoria devolvida ou não entregue;

III - Grupo BA. Documento Fiscal Referenciado: a chave de acesso da NF-e que acobertou a operação de venda; e

IV - Grupo Z. Informações Adicionais da NF-e: "NF-e emitida nos termos do Ajuste SINIEF nº 14/22".

§ 3º A mercadoria deve ser encaminhada em embalagem própria, com características que a diferencie dos produtos comercializados nos pontos de retirada e deve conter afixado o respectivo DANFE, nos termos do Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005.

§ 4º A retirada da mercadoria pelo consumidor final não contribuinte do ICMS deve ser confirmada por comprovante de entrega, físico ou digital, o qual deve ser mantido à disposição da administração tributária pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do comprovante, nome e CPF ou RG do consumidor final não contribuinte do ICMS, data da entrega, chave de acesso da NF-e de venda e, conforme o caso, do equipamento que operacionalizou a entrega.

§ 5º Deve ser informado no campo "indPres" da NF-e uma das seguintes opções:

I - "2 - Operação não presencial, pela Internet", no caso de operação por meio eletrônico; ou

II - "3 - Operação não presencial, Teleatendimento", no caso de operação via telefone.

§ 6º Na identificação completa do ponto de retirada e devolução da mercadoria devolvida ou não entregue prevista no inciso II dos §§ 1º e 2º deve ser informado o Cadastro de Pessoa Física - CPF - ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - do responsável do ponto de retirada.

§ 7º A critério do contribuinte que efetuou as operações previstas na cláusula primeira, poderá ser aplicado o "DANFE Simplificado - Etiqueta" previsto no § 15 da cláusula nona do Ajuste SINIEF nº 7/05.

§ 8º Não se aplica a dispensa prevista no inciso I do § 16 da cláusula nona do Ajuste SINIEF nº 7/05.

Cláusula sexta Este ajuste não se aplica aos Estados de Acre, Alagoas, Bahia, Ceará e Mato Grosso.

Cláusula sétima Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

RETIFICAÇÃO

No parágrafo único da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, de 28 de junho de 2022, publicado no DOU de 28 de junho de 2022, Seção 1, Edição Extra-A, página 2,

onde se lê: "...Ato COTEPE/ICMS com os valores das médias móveis de cada unidade federada.";

leia-se: "...Ato COTEPE com os valores das médias móveis de cada unidade federada, até o dia 30 de junho de 2022.".

DESPACHO Nº 42, DE 5 DE JULHO DE 2022

Publica Ajustes SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º.07.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 185ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 1º de julho de 2022, foram celebrados os seguintes atos normativos:

AJUSTE SINIEF Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a retirada e devolução, pelo adquirente, das mercadorias na venda não presencial de produtos por meio de comércio eletrônico ou canais telefônicos em estabelecimentos do mesmo grupo econômico ou de terceiros.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Na hipótese de venda a consumidor final não contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - realizada por meio não presencial, por canais eletrônicos ou telefônicos, a retirada e a devolução de mercadoria pelo adquirente podem ser efetuadas em pontos de retirada de qualquer estabelecimento do mesmo grupo econômico ou de terceiros, contribuintes ou não do ICMS, devendo-se observar o disposto neste ajuste.

Parágrafo único. O ponto de retirada da mercadoria deve estar situado na mesma unidade federada do consumidor final não contribuinte do ICMS.

Cláusula segunda O vendedor que realizar as operações previstas na cláusula primeira, sem prejuízo das demais obrigações legais, deve:

I - informar à administração tributária a relação dos locais disponibilizados para retirada e devolução de mercadoria pelo adquirente; e

II - firmar contrato que preveja a utilização do espaço físico de ponto de retirada, quando este ponto pertencer a outra pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. Quando as opções de retirada e devolução de mercadoria nas operações previstas na cláusula primeira forem disponibilizadas por terceiros, através de plataformas telefônicas ou de informática, o responsável por estas plataformas poderá assumir as obrigações previstas nesta cláusula, desde que informe previamente à administração tributária.

Cláusula terceira Os pontos de retirada, quando localizados em estabelecimentos do mesmo grupo econômico ou de terceiros, contribuintes ou não do ICMS, deverão possuir espaço físico separado e exclusivo para o armazenamento das mercadorias vinculadas às operações previstas na cláusula primeira.

§ 1º As mercadorias depositadas nos pontos de retirada, como previsto neste ajuste, ficam vinculadas aos contribuintes que efetuaram as operações previstas na cláusula primeira.

§ 2º Caso o contribuinte responsável esteja localizado em unidade federada diversa do ponto de retirada, o contribuinte deve estar inscrito na unidade federada de destino, nos termos da cláusula quinta do Convênio ICMS nº 236, de 27 de dezembro de 2021.

§ 3º O previsto no § 2º não se aplica aos contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 4º A critério de cada unidade federada, fica dispensada a inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS dos pontos de retirada previstos na cláusula segunda.

Cláusula quarta Os pontos de retirada serão considerados responsáveis para os efeitos da cobrança do imposto das mercadorias depositadas em desacordo com o previsto neste ajuste, conforme previsto no art. 11 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

AJUSTE SINIEF Nº 15, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 13/13, que estabelece procedimentos relacionados com a entrega de bens e mercadorias a terceiros, adquiridos por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Ajuste SINIEF nº 13, de 26 de julho de 2013, com as seguintes redações:

I - o parágrafo único à cláusula primeira:

"Parágrafo único. Nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, conforme Convênio ICMS nº 87, de 28 de junho de 2002, as entregas podem ser realizadas diretamente a terceiros, cuja atividade econômica seja, exclusivamente, a prestação de serviços de logística efetuando o armazenamento de mercadorias, com a responsabilidade pela guarda, conservação, movimentação e gestão de estoque, em nome e por conta e ordem de terceiros, podendo, ainda, prestar serviço de transporte das referidas mercadorias.";

II - a cláusula segunda-A:

"Cláusula segunda-A Na saída dos bens e mercadorias armazenados conforme a previsão do parágrafo único da cláusula primeira, o prestador do serviço de transporte deve emitir Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - indicando, além dos requisitos previstos na legislação, nos campos:

I - informações Adicionais do Fisco, as chaves de acesso das NF-e emitidas conforme o inciso II da cláusula segunda;

II - natureza da Operação, a descrição "CT-e emitido conforme Ajuste SINIEF nº 13/13";

III - informações dos demais documentos, no Tipo de documento originário o código "00 - Declaração".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 16, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 1/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Os §§ 1° e 2º da cláusula décima nona-A do Ajuste SINIEF nº 1, de 5 de abril de 2019, passam a vigorar com as seguintes redações:

"§ 1° Para os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, a obrigatoriedade prevista no "caput" desta cláusula terá início até 1º de outubro de 2022, podendo ser antecipada conforme dispuser a legislação de cada uma dessas unidades federadas.

§ 2° A obrigatoriedade de que trata esta cláusula terá início, observado o disposto na respectiva legislação estadual:

I - para o Estado de Mato Grosso, a partir de 1º de junho de 2022;

II - para o Estado de São Paulo, a partir de 1º de abril de 2023.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 17, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 7/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Ajuste SINIEF nº 7/05 com as seguintes redações:

I - o § 1º-A à cláusula primeira:

"§ 1º-A A assinatura eletrônica qualificada, referida neste ajuste, deve pertencer:

I - ao Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - do contribuinte ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de qualquer um dos estabelecimentos do contribuinte;

II - à respectiva administração tributária no caso do § 7º da cláusula terceira; ou

III - a Provedor de Serviços de Pedido de Autorização de Uso contratado pelo contribuinte, nos termos do Ajuste SINIEF nº 9, de 7 de abril de 2022.";

II - o § 5º à cláusula oitava:

"§ 5º Para o cálculo da apuração centralizada do imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna da unidade federada de destino e interestadual nas operações e prestações destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, previsto na cláusula terceira do Convênio ICMS nº 235, de 27 de setembro de 2021, a RFB transmitirá as NF-e que contenham o Grupo ICMS para a unidade federada de destino, excluídas as destinadas ao Estado de São Paulo, para ambiente próprio mantido pelas unidades federadas.";

III - a cláusula oitava-A:

"Cláusula oitava-A Nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, para fins do disposto neste ajuste, quando o destino final da mercadoria, bem ou serviço ocorrer em unidade federada diferente daquela em que estiver domiciliado ou estabelecido o adquirente ou o tomador, considerar-se-á unidade federada de destino aquela onde ocorrer efetivamente a entrada física da mercadoria ou bem ou o fim da prestação do serviço.";

IV - o § 15-A à cláusula nona:

"§ 15-A A critério da unidade federada, poderá ser suprimida a informação do valor total da NF-e no DANFE Simplificado - Etiqueta.".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos:

I - a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação em relação à cláusula primeira e ao inciso I da cláusula segunda;

II - a partir da data da publicação para os demais dispositivos.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 18, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio s/nº, de 1970, de 15 de dezembro de 1970.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O § 30 fica acrescido ao art. 19 do Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, com a seguinte redação:

"§ 30 Nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, para fins do disposto neste convênio, quando o destino final da mercadoria, bem ou serviço ocorrer em unidade federada diferente daquela em que estiver domiciliado ou estabelecido o adquirente ou o tomador, considerar-se-á unidade federada de destino aquela onde ocorrer efetivamente a entrada física da mercadoria ou bem ou o fim da prestação do serviço.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 19, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 19/19, que altera o Ajuste SINIEF nº 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 102 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira A cláusula segunda do Ajuste SINIEF nº 19, de 10 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 4 de setembro de 2023.

Parágrafo único. Para os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, este ajuste produzirá efeitos em data a ser definida por ato específico publicado pelo poder executivo das referidas unidades federadas.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 2/93, que disciplina procedimentos fiscais a serem observados na prática de operações de consignação mercantil.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira A cláusula quarta-A fica acrescida ao Ajuste SINIEF nº 2, de 9 de dezembro de 1993, com a seguinte redação:

"Cláusula quarta-A Nas operações de consignação mercantil em que o consignante for Microempreendedor Individual - MEI, fica atribuída ao contribuinte consignatário a emissão do documento fiscal de entrada, para acobertar as operações do MEI referidas nas cláusulas primeira e segunda deste ajuste.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa

Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 21, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 19, de 9 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

§" 1º Considera-se Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e - o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.".

Cláusula segunda O § 1º-A fica acrescido à cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 19/16 com a seguinte redação:

"§ 1º-A A assinatura eletrônica qualificada, referida neste ajuste, deve pertencer:

I - ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte; ou

II - a Provedor de Serviços de Pedido de Autorização de Uso contratado pelo contribuinte, nos termos do Ajuste SINIEF nº 9, de 7 de abril de 2022.".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 22, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 9/07 que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 9, de 25 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Considera-se Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.".

Cláusula segunda O § 1º-A fica acrescido à cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 9/07 com a seguinte redação:

"§ 1º-A - a assinatura eletrônica qualificada e a assinatura digital do contribuinte, referidas no presente ajuste, devem pertencer:

I - ao Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - do contribuinte ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte; ou

II - a Provedor de Serviços de Pedido de Autorização de Uso contratado pelo contribuinte, nos termos do Ajuste SINIEF nº 9, de 7 de abril de 2022.".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 23, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 21/10 que, institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira A cláusula segunda do Ajuste SINIEF nº 21, de 10 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda MDF-e é o documento fiscal eletrônico, de existência apenas digital, cuja validade jurídica é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte.

Parágrafo único. A assinatura eletrônica qualificada, referida no presente ajuste, deve pertencer:

I - ao Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - do contribuinte ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte; ou

II - a Provedor de Serviços de Pedido de Autorização de Uso contratado pelo contribuinte, nos termos do Ajuste SINIEF nº 9, de 7 de abril de 2022.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 24, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 36/19, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CT-e OS, e o Documento Auxiliar do CT-e Outros Serviços.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Ajuste SINIEF nº 36, de 13 de dezembro de 2019, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula décima sexta:

"Cláusula décima sexta Para a substituição de valores relativos à prestação de serviço de transporte, em virtude de erro devidamente comprovado como exigido em cada unidade federada, e desde que não descaracterize a prestação, deverá ser observado:";

II - o "caput" do inciso III da cláusula décima sexta:

"III - deverá ser utilizado o seguinte procedimento:";

III - a alínea "c" do inciso III da cláusula décima sexta:

"c) após o registro do evento referido na alínea "a", o transportador emitirá um CT-e OS substituto, referenciando o CT-e OS emitido com erro e consignando a expressão "Este documento substitui o CT-e OS número e data em virtude de (especificar o motivo do erro).";

IV - os §§ 4º a 7º da cláusula décima sexta:

"§ 4º Para cada CT-e OS emitido com erro somente é possível a emissão de um CT-e OS substituto, que não poderá ser cancelado.

§ 5º O prazo para autorização do CT-e OS de Substituição será de 60 (sessenta) dias contados da data da autorização de uso do CT-e a ser corrigido.

§ 6º O prazo para registro do evento citado na alínea "a" do inciso III do caput desta cláusula será de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da autorização de uso do CT-e OS a ser corrigido.

§ 7º O tomador do serviço não contribuinte, poderá registrar o evento relacionado na alínea "a" do inciso III do "caput".".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Ajuste SINIEF nº 36/19 ficam revogados:

I - os incisos I e II da cláusula décima sexta;

II - a alínea "b" do inciso III da cláusula décima sexta;

III - o § 2º da cláusula décima sexta;

IV - o inciso VI do § 1º da cláusula décima oitava.

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 3 de abril de 2023.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 25, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 2/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados da cláusula terceira do Ajuste SINIEF n° 2, de 3 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - as alíneas "d" e "e" do inciso I do § 7º:

"d) de 1º de janeiro de 2023, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE;

e) de 1º de janeiro de 2024, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 26, 28, 31 e 32 da CNAE;";

II - o § 13:

"§ 13 A obrigatoriedade prevista nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f", do inciso I do § 7° desta cláusula, poderá, a partir de 1º de janeiro de 2023, ser atendida pela escrituração simplificada, de que trata o parágrafo único do artigo 16 da Lei n° 13.874, de 20 de setembro de 2019, e implica a guarda da informação da escrituração completa do Bloco K que poderá ser exigida em procedimentos de fiscalização e por força de regimes especiais.".

Cláusula segunda A alínea "f" fica acrescida ao inciso I do § 7º da cláusula terceira do Ajuste SINIEF n° 2/09 com a seguinte redação:

"f) de 1º de janeiro de 2025, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 19, 20, 21, 24 e 25 da CNAE;".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 26, DE 31 DE MARÇO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 01/21 que dispõe sobre o tratamento diferenciado aplicável aos contribuintes do ICMS para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de junho de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Ajuste SINIEF nº 1, de 8 de abril de 2021, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula sexta:

"Cláusula sexta O usuário do sistema de escoamento enviará mensalmente às administrações tributárias um relatório de controle da quantidade de gás natural não processado objeto de escoamento de acordo com cada campo de produção, ponto de entrada e ponto de saída do gasoduto de escoamento, incluindo as quantidades objeto de quaisquer operações de mútuo de gás natural não processado, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste ajuste.";

II - a alínea "a" do inciso I da cláusula décima segunda:

"a) emitir NF-e tendo como destinatário o autor da encomenda, até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente ao da remessa, na qual, além dos demais requisitos, constarão o nome do industrializador, o endereço e os números de inscrição estadual e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do estabelecimento do industrializador em que os produtos serão entregues, bem como a circunstância de que se destinam a industrialização;";

III - o § 3° da cláusula décima terceira:

"§ 3° Caso o industrializador identifique que a quantidade de protocolos de autorização das NF-es, de que tratam os incisos I, das cláusulas décima quarta, décima quinta e décima sexta, a serem referenciadas na NF-e de que trata o caput desta cláusula, excede o tamanho do campo "infAdFisco", este emitirá NF-es de retorno da industrialização adicionais capazes de comportar o total de protocolos de autorização das NF-es que correspondam aos produtos relacionados ao gás natural não processado referente a tal retorno da industrialização. Devendo as NFes de retorno adicionais referenciarem em campo próprio a chave de acesso da NF-es de retorno original.";

IV - a alínea a do inciso I da cláusula décima sexta:

"a) emitir, até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente ao da operação, NF-e de saída para o estabelecimento destinatário, na qual, além dos demais dados previstos neste ajuste, constarão os dados do estabelecimento industrializador;";

V - o título do capítulo V:

"CAPÍTULO V

DOS MÚTUOS DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO, DE GÁS NATURAL PROCESSADO E DE DERIVADOS LÍQUIDOS DE GÁS NATURAL";

VI - o parágrafo único da cláusula vigésima-A:

"Parágrafo único. As NF-e de que tratam esta cláusula serão emitidas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à operação de venda.";

VII - o "caput" da cláusula vigésima primeira:

"Cláusula vigésima primeira A fruição do tratamento diferenciado previsto neste ajuste é condicionada ao credenciamento dos autores da encomenda, dos industrializadores, dos fornecedores de gás natural e dos comercializadores de gás natural junto às suas respectivas unidades federadas por meio de manifestação expressa do contribuinte às Secretarias Estaduais de Economia, Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação das unidades federadas relacionadas.";

VIII - o "caput" da cláusula vigésima segunda:

"Cláusula vigésima segunda Observados os prazos para emissão de documentos fiscais especificados neste ajuste, nos quais devem constar como data de emissão e de saídas aquelas do mês de competência das operações, a escrituração dos referidos documentos fiscais deverá ser feita de acordo com a competência respectiva para cada fato gerador:";

IX - o anexo III:

"ANEXO III

(Ajuste SINIEF 01/21, cláusula sexta)

MODELO DE RELATÓRIO DE CONTROLE DE ESTOQUE DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO DOS DEMAIS AUTORES DA ENCOMENDA AUTORIZADOS

LOGO	Nome/Razão Social	RELATÓRIO DE BALANÇO ENERGÉTICO DE GÁS NATURAL NÃO PROCESSADO REMETIDO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO AJUSTE SINIEF 01/21 - ANEXO III DEMAIS AUTORES DA ENCOMENDA AUTORIZADOS COMPETÊNCIA: XX/XXXX	
EMPRESA	ESTADO	OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA	REMESSA PARA INDUSTRIALIZAÇÃO
		MMBTU	MMBTU

".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Ajuste SINIEF nº 1/21 com as seguintes redações:

I - o inciso XXI, à cláusula segunda:

"XXI - transferência simbólica de gás não processado em operações internas: operação entre estabelecimentos de mesma titularidade, destinada a uma única inscrição estadual, quando não for aplicável a transferência física.";

II - o §2º, à cláusula décima primeira, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

"§ 2º Na hipótese da ocorrência das transferências simbólicas, as notas fiscais previstas no caput deverão ser emitidas pela inscrição estadual a que se refere o inciso XXI da cláusula segunda.";

III - a cláusula décima sétima-A:

"Cláusula décima sétima-A As operações de mútuo de gás natural processado se destinam exclusivamente a compatibilizar as quantidades injetadas nos gasodutos conectados à UPGN com as quantidades efetivamente alocadas a determinado agente pelo industrializador em função da quantidade de gás natural não processado remetida para industrialização por encomenda.

Parágrafo único. O industrializador será responsável pelo controle da quantidade mutuada entre os autores da encomenda e o próprio industrializador-usuário, conforme cláusula quinta deste ajuste (Anexo I).";

IV - o § 4º à cláusula vigésima:

"§ 4º Na hipótese da ocorrência das transferências simbólicas de gás não processado em operações internas, as notas fiscais previstas no caput deverão ser emitidas pela inscrição estadual a que se refere o inciso XXI da cláusula segunda.";

V - os incisos I e II à cláusula vigésima segunda:

I - o ICMS devido por obrigação própria e o ICMS devido por substituição tributária - ICMS-ST - deverão ser recolhidos na data prevista na legislação de cada unidade federada;

II - quando não for possível a emissão dos documentos fiscais indicando a data de emissão e data de saída no mês de competência o contribuinte deverá:

a) consignar no campo "informações Complementares" a seguinte expressão: "Gás natural fornecido/transportado no mês __/__, com imposto recolhido na competência da entrega do produto, por ajuste nos respectivos campos de valores, extra apuração da Guia de Informação e Apuração - GIA - e Escrituração Fiscal Digital - EFD. O destinatário poderá se creditar do ICMS no mês de entrada do produto;

b) proceder com ajuste, a título de extra lançamento no livro Registro de Apuração do ICMS - RAICMS - "Outros Débitos" de forma a pagar o imposto devido pelas operações de saída e transporte de gás natural na data de vencimento do ICMS relativa aos fatos geradores ocorridos no mês do real fornecimento;

c) no mês de emissão dos documentos fiscais, para evitar duplicidade, proceder com ajuste a título de extra lançamento no campo "Estorno de débitos" contendo o mesmo valor escriturado no campo "Outros Débitos do mês anterior".

Cláusula terceira O parágrafo único da cláusula vigésima segunda do Ajuste SINIEF nº 1/21 fica revogado.

Cláusula quarta Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 27, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 37/19, que institui o regime especial de simplificação do processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 185ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira A cláusula décima primeira do Ajuste SINIEF nº 37, de 13 de dezembro de 2019, fica revogada.

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

AJUSTE SINIEF Nº 28, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 07/22, que institui a Nota Fiscal Fatura Eletrônica de Serviços de Comunicação, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura Eletrônica de Serviços de Comunicação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Ajuste SINIEF nº 7, de 7 de abril de 2022, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira A Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica - NFCom, modelo 62, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - fica instituída, em substituição aos seguintes documentos:";

III - o § 1º da cláusula primeira:

"§ 1º Considera-se Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica - NFCom, o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar prestações relativas aos serviços de comunicação e telecomunicação, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte.";

IV - o "caput" da cláusula quinta:

"Cláusula quinta Fica instituído o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica - DANFE-COM, conforme leiaute estabelecido no MOC, para representar as prestações acobertadas por NFCom.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - José de Assis Ferraz Neto, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CONVÊNIO ICMS Nº 107, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio AE-15/74, que estabelece suspensão de ICM nas remessas interestaduais de produtos para conserto, reparo e industrialização.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 3º fica acrescido à cláusula primeira do Convênio AE nº 15, de 11 de dezembro de 1974, com a seguinte redação:

"§ 3º Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo ficam autorizados a conceder a suspensão de que trata o "caput" desta cláusula pelo prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data da respectiva saída, prorrogável por igual período, a critério da repartição fiscal, por requerimento do interessado, quando se tratar de operação efetuada por contribuintes que atuam na indústria de petróleo e gás, classificados nos códigos 0600-0/01, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CONVÊNIO ICMS Nº 108, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - os itens 1.0 a 4.0 e 24.0 do Anexo XVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1.0	17.001.00	1704.90.10 1704.90.90	Chocolate branco, coberturas de chocolate branco e outros produtos de confeitaria com manteiga de cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.00 e 17.008.00
2.0	17.002.00	1806.31.10 1806.31.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg
3.0	17.003.00	1806.32.10 1806.32.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, não recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 2 kg
4.0	17.004.00	1806.90.00	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.01, 17.006.00, 17.006.02 e 17.007.00
24.0	17.024.00	0406	Queijos, exceto os dos CEST 17.024.01, 17.024.02, 17.024.03, 17.024.04 e 17.024.05

";

II - o item 19 em "PRODUTOS LÁCTEOS CONSTANTES DO ANEXO XVII" do Anexo XXVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
19	17.024.00	0406	Queijos, exceto os dos CEST 17.024.01, 17.024.02, 17.024.03, 17.024.04 e 17.024.05

";

III - os itens 1 a 4 em "CHOCOLATES CONSTANTES DO ANEXO XVII" do Anexo XXVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	17.001.00	1704.90.10 1704.90.90	Chocolate branco, coberturas de chocolate branco e outros produtos de confeitaria com manteiga de cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.00 e 17.008.00
2	17.002.00	1806.31.10 1806.31.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg
3	17.003.00	1806.32.10 1806.32.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, não recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 2 kg
4	17.004.00	1806.90.00	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.01, 17.006.00, 17.006.02 e 17.007.00

".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS nº 142/18 com as seguintes redações:

I - os itens 1.1, 2.1, 4.1, 24.5 e 117.0 ao Anexo XVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1.1	17.001.01	1704.90.10 1704.90.90	Chocolate branco, coberturas de chocolate branco e outros produtos de confeitaria com manteiga de cacau, em embalagens de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.00 e 17.008.00
2.1	17.002.01	1806.31.10 1806.31.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg
4.1	17.004.01	1806.90.00	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.01, 17.006.00, 17.006.02 e 17.007.00
24.5	17.024.05	0406.90	Queijo cremoso ("cream cheese")
117.0	17.117.00	1806.20.00	Outras preparações em blocos ou em barras, com peso superior a 2kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2kg

";

II - o item 65.0 ao Anexo XIX:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
65.0	20.065.00	5601.21.10	Algodão hidrófilo, não estéril, destinado à higiene pessoal.

";

III - o item 23.1 aos "PRODUTOS LÁCTEOS CONSTANTES DO ANEXO XVII" do Anexo XXVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
23.1	17.024.05	0406.90	Queijo cremoso ("cream cheese")

";

IV - os itens 1.1. 2.1, 4.1 e 13 aos "CHOCOLATES CONSTANTES DO ANEXO XVII" do Anexo XXVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1.1	17.001.01	1704.90.10 1704.90.90	Chocolate branco, coberturas de chocolate branco e outros produtos de confeitaria com manteiga de cacau, em embalagens de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.00 e 17.008.00
2.1	17.002.01	1806.31.10 1806.31.20	Chocolates ou outras preparações alimentícias que contenham cacau, em tabletes, barras ou paus, recheados, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg
4.1	17.004.01	1806.90.00	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo superior a 1 kg e inferior ou igual a 2 kg, exceto os classificados nos CEST 17.005.01, 17.006.00, 17.006.02 e 17.007.00
13	17.117.00	1806.20.00	Outras preparações em blocos ou em barras, com peso superior a 2kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2kg

".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos:

I - a partir do primeiro dia do terceiro mês subsequente ao da publicação, em relação aos itens 1.0 a 4.0 do inciso I e 1 a 4 do inciso III da cláusula primeira, bem como itens 1.1, 2.1, 4.1 e 117.0 do inciso I e 1.1, 2.1, 4.1 e 13 do inciso IV da cláusula segunda;

II - a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação, em relação aos demais dispositivos.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CONVÊNIO ICMS Nº 109, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 15/07, que dispõe sobre o cumprimento de obrigações tributárias em operações com energia elétrica, inclusive aquelas cuja liquidação financeira ocorra no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), e considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos tributários nas operações com energia elétrica, especialmente aquelas transacionadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O parágrafo único fica acrescido à cláusula segunda do Convênio ICMS nº 15, de 30 de março de 2007, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para determinação da posição credora ou devedora, à critério da unidade federada, opcionalmente ao disposto no inciso I, poderá ser utilizado o valor informado como "Resultado Final - RESULTADO a,m - (R$)" do SUM001 - Sumário, independentemente do valor a liquidar apurado.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CONVÊNIO ICMS Nº 110, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 5/09, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder regime especial aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal a fabricação de produtos do refino de petróleo, classificada no códigos 0600-0/01, 1921-7/00 e 3520-4/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, para emissão de nota fiscal nas operações que indica, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, nos termos do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados no Convênio ICMS nº 5, de 3 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder regime especial aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal as classificadas nos códigos 0600-0/01, 1921-7/00, 3520-4/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, para emissão de nota fiscal nas operações que indica, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a conceder aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal as classificadas nos códigos 0600-0/01, 1921-7/00 e 3520-4/01, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, Regime Especial para emissão de nota fiscal nas operações de transferência e destinadas a comercialização, inclusive aquelas sem destinatário certo, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e seus derivados, e outros produtos comercializáveis a granel, no transporte efetuado através de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CONVÊNIO ICMS Nº 111, DE 1º DE JULHO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 51/00, que estabelece disciplina relacionada com as operações com veículos automotores novos efetuadas por meio de faturamento direto para o consumidor.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 1º de julho 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 4º fica acrescido à cláusula segunda do Convênio ICMS nº 51, de 15 de setembro de 2000, com a seguinte redação:

"§ 4º Na hipótese de incidir sobre a operação alíquota de IPI não expressamente relacionada nos incisos do § 1º, o percentual a que se refere o "caput" do § 1º será obtido pelo resultado da média aritmética simples entre os percentuais correspondentes às alíquotas de IPI expressas nos incisos do § 1º imediatamente abaixo e acima daquela aplicável à operação, observado o disposto nos §§ 2º e 3º .".

Cláusula segunda Fica convalidada, no período entre 25 de fevereiro de 2022 até a data de publicação deste convênio, a aplicação de percentuais de repartição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - próprio entre a unidade federada de origem e de destino diferentes dos previstos nos incisos I a III do § 1º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 51/00, desde que, além de observadas as demais normas, estejam abrangidos nos seguintes limites:

I - para o inciso I do § 1º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 51/00, os percentuais sejam no mínimo de 36,92% e no máximo de 43,51%;

II - para o inciso II do § 1º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 51/00, os percentuais sejam no mínimo de 66,21% e no máximo de 78,67%;

III - para o inciso III do § 1º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 51/00, os percentuais sejam no mínimo de 20,55% e no máximo de 24,11%.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, exceto quanto à clausula primeira, que produz efeitos desde 25 de fevereiro de 2022.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio de Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - Renê de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Cícero Antônio Eich, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Maria das Graças Ramos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luis Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Jorge Antônio da Silva Couto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 5.973, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 47 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a publicação da Medida Provisória nº 1.088, de 29 de dezembro de 2021, que abriu crédito extraordinário no valor de R$ 3.501.597.083,00 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitenta e três reais), reaberto pela Portaria SETO/ME nº 2.151, de 10 de março de 2022;

Considerando que a mencionada Medida Provisória, de acordo com o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 8 de junho de 2022, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2022;

Considerando que o § 3º do art. 47 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, dispõe que as dotações de créditos extraordinários que perderam eficácia ou foram rejeitados, conforme ato declaratório do Congresso Nacional, deverão ser reduzidas nos Sistemas Integrados de Planejamento e Orçamento - SIOP e de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI no montante dos saldos não empenhados durante a vigência da respectiva medida provisória; e

Considerando a existência de saldo não empenhado relativo ao citado crédito extraordinário, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, e a necessidade de seu ajuste no SIOP e SIAFI, resolve:

Art. 1º Reduzir, na forma do Anexo desta Portaria, dotação constante da Medida Provisória nº 1.088, de 29 de dezembro de 2021, no que concerne ao Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	5011	Educação Básica de Qualidade							122
		Operações Especiais							
12 368	5011 00SS	Assistência Financeira da União aos Estados e ao Distrito Federal para a Garantia de Acesso à Internet, com Fins Educacionais, aos Alunos e aos Professores da Educação Básica Pública - Lei nº 14,172, de 10 de Junho de 2021							122

12 368	5011 00SS 6500	Assistência Financeira da União aos Estados e ao Distrito Federal para a Garantia de Acesso à Internet, com Fins Educacionais, aos Alunos e aos Professores da Educação Básica Pública - Lei nº 14,172, de 10 de Junho de 2021 - Nacional (Crédito Extraordinário)							122
			F	3	1	30	8	344	62
			F	4	1	30	8	344	60
TOTAL - FISCAL									122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									122

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO N° 439, DE 4 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as características gerais para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS -SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto nos incisos I e IV do art. 32 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.613980/2021-53, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as características gerais para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.

Parágrafo único. As disposições desta Resolução se aplicam, no que couber, aos seguros comercializados por meio de bilhete.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins desta Resolução, define-se:

I - acidente pessoal: evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, a invalidez permanente total ou parcial, a incapacidade temporária ou que torne necessário tratamento médico, observando-se, que o suicídio, ou sua tentativa, será equiparado, para fins de pagamento de indenização, a acidente pessoal;

II - apólice: documento emitido pela sociedade seguradora formalizando a aceitação da(s) cobertura(s) solicitada(s) pelo proponente, nos planos individuais, ou pelo estipulante, nos planos coletivos;

III - assistido: beneficiário em gozo do recebimento do capital segurado sob a forma de renda;

IV - beneficiário: pessoa física ou jurídica designada para receber a indenização, na hipótese de ocorrência do sinistro;

V - capital segurado: valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro;

VI - carregamento: importância destinada a atender às despesas administrativas e de comercialização;

VII - certificado individual: documento destinado ao segurado, emitido pela sociedade seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio;

VIII - condições contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro, também denominadas condições gerais e especiais;

IX - coberturas de risco: coberturas de seguro de pessoas cujo evento gerador não seja a sobrevivência do segurado a uma data pré-determinada;

X - consignante: pessoa jurídica responsável, exclusivamente, pela efetivação de descontos em folha de pagamento e pelo respectivo repasse em favor da sociedade seguradora, correspondentes aos prêmios devidos pelos segurados;

XI - grupo segurado: é a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva;

XII - início de vigência: é a data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela sociedade seguradora;

XIII - migração de apólices: substituição de apólice coletiva por nova apólice emitida por outra sociedade seguradora em período não coincidente com o término da respectiva vigência;

XIV - nota técnica atuarial: documento elaborado por atuário, que contem a estruturação técnica do plano de seguro, mantendo estreita relação com as condições contratuais;

XV - portabilidade: instituto que permite ao segurado, antes da ocorrência do sinistro, a movimentação de recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder;

XVI - prazo de carência: período, contado a partir da data de início de vigência do seguro ou do aumento do capital segurado ou da recondução, no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o segurado ou os beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados contratados;

XVII - prêmio: valor correspondente a cada um dos pagamentos destinados ao custeio do seguro;

XVIII - proponente: o interessado em contratar a cobertura (ou coberturas), ou aderir ao contrato, no caso de contratação coletiva;

XIX - proposta de adesão: documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, manifestando pleno conhecimento das condições contratuais;

XX - proposta de contratação: documento com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física ou jurídica, expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais;

XXI - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC): valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder calculado conforme previsto na nota técnica atuarial do plano;

XXII - renda: série de pagamentos periódicos a que tem direito o assistido (ou assistidos), de acordo com a estrutura do plano;

XXIII - resgate: instituto que permite ao segurado, antes da ocorrência do sinistro, o resgate de recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder;

XXIV - saldamento: interrupção definitiva do pagamento dos prêmios, mantendo-se o direito à percepção proporcional do capital segurado contratado pela vigência original;

XXV - segurado: pessoa física sobre a qual se procederá a avaliação do risco e se estabelecerá o seguro;

XXVI - seguro prolongado: interrupção definitiva do pagamento dos prêmios, mantendo-se o mesmo capital segurado contratado com vigência reduzida proporcionalmente;

XXVII - sinistro: a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro;

XXVIII - vesting: conjunto de cláusulas constantes do contrato coletivo que o segurado, tendo expresso e prévio conhecimento, é obrigado a cumprir para que lhe possam ser oferecidos e postos à disposição os recursos da provisão (ou provisões) decorrentes dos prêmios pagos pelo estipulante.

CAPÍTULO II

ASPECTOS GERAIS

Coberturas

Art. 3º As coberturas de que trata esta Resolução poderão ser contratadas de forma individual ou coletiva e deverão ser estruturadas na modalidade de benefício definido, segundo a qual os valores do capital segurado, pagável de uma única vez ou sob a forma de renda, e respectivos prêmios, são estabelecidos previamente, na proposta de contratação, em caso de planos individuais, ou na proposta de adesão, em caso de planos coletivos.

Parágrafo único. Quando o capital segurado for pago sob a forma de renda, no cálculo de fatores relacionados à sobrevivência deve ser observada a regulamentação específica sobre seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência.

Art. 4º Serão admitidos os seguintes regimes financeiros:

I - capitalização: para capitais segurados pagáveis de uma única vez ou sob a forma de renda atuarial ou financeira;

II - repartição de capitais de cobertura: para capitais segurados pagáveis sob a forma de renda atuarial ou financeira; e

III - repartição simples: para capitais segurados pagáveis de uma única vez ou em parcelas.

Parágrafo único. É vedada a comercialização de seguro de pessoas em moeda estrangeira quando estruturado no regime financeiro de capitalização.

Art. 5º Exclusivamente para as coberturas estruturadas no regime financeiro de capitalização, antes da ocorrência do sinistro, e desde que expressamente previsto nas condições contratuais, será permitido ao segurado, observada a regulamentação específica:

I - resgatar os recursos da PMBaC;

II - portar os recursos da PMBaC para outro plano de seguro de pessoas estruturado no regime financeiro de capitalização;

III - optar pelo saldamento, que consiste na interrupção definitiva do pagamento dos prêmios, mantendo-se o direito à percepção proporcional do capital segurado contratado pela vigência original; e

IV - optar pelo seguro prolongado, que consiste na interrupção definitiva do pagamento dos prêmios, mantendo-se o mesmo capital segurado contratado com vigência reduzida proporcionalmente.

§ 1º Em caso de opção pelo saldamento ou seguro prolongado, deverão ser mantidas as características da cobertura originalmente contratada, conforme disposto nas condições contratuais.

§ 2º Em caso de portabilidade, os recursos financeiros deverão ser movimentados diretamente entre as sociedades seguradoras, ficando vedado que transitem, de qualquer forma, pelo segurado ou pelo estipulante e que haja a cobrança de quaisquer despesas, salvo as relativas a eventuais tarifas bancárias necessárias à portabilidade.

§ 3º A sociedade seguradora receptora dos recursos não poderá cobrar carregamento sobre o montante portado.

Art. 6º Para os menores de catorze anos é permitido, exclusivamente, seja na condição de segurado principal ou dependente, o oferecimento e a contratação de coberturas cuja indenização se dê sob a forma de reembolso de despesas ou prestação de serviços, desde que a despesa ou serviço estejam diretamente relacionados ao sinistro coberto.

Parágrafo único. A restrição de que trata o caput deste artigo não se aplica a coberturas de doenças graves não infecciosas ou doenças congênitas, desde que não sucetíveis a serem provocadas intencionalmente.

Art. 7º A recusa do risco pela razão única de o proponente ser pessoa com deficiência configurará discriminação e será, por consequência, passível de punição nos termos da regulamentação específica.

Art. 8º Quando houver previsão de pagamento do prêmio por meio de consignação em folha, as condições contratuais deverão prever que a ausência do repasse à sociedade seguradora dos prêmios recolhidos por consignante que não corresponda à figura de estipulante não poderá causar qualquer prejuízo aos segurados ou respectivos beneficiários no que se refere à cobertura e demais direitos oferecidos.

Art. 9º Deverão ser especificados na apólice, no certificado individual, no bilhete e nas propostas o início e o final da vigência das coberturas contratadas, observada a regulação em vigor.

Art. 10. Será estabelecido carregamento sobre o valor dos prêmios comerciais, para fazer face às despesas administrativas e de comercialização, ficando vedada a cobrança de inscrição ou quaisquer outros encargos ou comissões adicionais incidentes sobre o valor dos prêmios.

Parágrafo único. O carregamento estabelecido não poderá sofrer aumento durante a vigência da apólice, ficando sua redução a critério da sociedade seguradora.

Prazo de carência

Art. 11. O prazo de carência corresponde ao período contado a partir da data de início de vigência da cobertura ou da sua reabilitação, no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o segurado ou os beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados contratados, no todo ou em parte, conforme dispuserem as condições contratuais.

Parágrafo único. O prazo de carência poderá ser aplicado às solicitações de aumento de capital segurado efetuadas após o início de vigência, em relação à parte aumentada, desde que previsto nas condições contratuais.

Art. 12. O prazo de carência, exceto no caso de suicídio ou sua tentativa, não poderá exceder metade do prazo de vigência previsto pela apólice, no caso de contratação individual, ou pelo certificado individual, no caso de contratação coletiva.

Art. 13. Em caso de renovação de apólice, não será iniciado novo prazo de carência, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 11.

Art. 14. Para sinistros decorrentes de acidentes pessoais não será aplicável prazo de carência, exceto no caso de suicídio ou sua tentativa, quando o referido prazo corresponderá a dois anos ininterruptos.

Art. 15. Em caso de morte do segurado durante o prazo de carência, a PMBaC, se houver, deverá ser revertida aos beneficiários.

Pagamento de indenização

Art. 16. As condições contratuais poderão admitir, para fins de indenização, preferencialmente, as hipóteses de pagamento em dinheiro, no valor do capital segurado contratado ou sob a forma de reembolso, ou prestação de serviços, sem prejuízo de outras formas pactuadas entre as partes.

Art. 17. Para coberturas que prevejam o reembolso de despesas, é vedada a exigência de comunicação à sociedade seguradora previamente à efetivação de despesa relacionada a evento coberto pelo seguro.

Art. 18. É vedada a adoção de cláusula de concorrência de apólices, exceto no caso de coberturas que garantam o reembolso de despesas.

Art. 19. Nos seguros de pessoas, a sociedade seguradora não pode sub-rogar-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.

Art. 20. É vedada a inclusão de cláusula que fixe prazo máximo para a comunicação de sinistro.

Reversão de resultados financeiros

Art. 21. É facultada a previsão de reversão de resultados financeiros durante a concessão do capital segurado sob a forma de renda.

§ 1º Serão aplicáveis, durante o período de reversão de resultados financeiros, as normas que regulamentam o cálculo e a reversão de resultados financeiros, excedentes ou déficits, em planos de seguro que ofereçam cobertura por sobrevivência.

§ 2º Os critérios para apuração e reversão de resultados financeiros deverão constar nas condições contratuais.

Alteração contratual

Art. 22. Qualquer alteração no contrato de seguro em vigor somente poderá ser realizada com a concordância expressa do segurado ou de seu representante legal, observadas as particularidades aplicáveis aos seguros coletivos expressas em regulamentação específica.

Contratação coletiva

Art. 23. O plano coletivo é de adesão facultativa, exceto nos casos de contratação obrigatória previstos em Lei, e deverá estar disponível a todos os componentes do grupo que atendam às condições previstas para o ingresso, conforme estabelecido no contrato coletivo.

Art. 24. Nas hipóteses de perda de vínculo do segurado com o estipulante ou cancelamento de contrato coletivo, em plano estruturado no regime financeiro de capitalização, deverá ser garantido ao segurado acesso aos recursos de provisão originados de prêmios pagos por ele por, pelo menos, um dos institutos previstos no art. 5º, independentemente de eventual período de carência previsto no plano.

Art. 25. Nos planos estruturados no regime financeiro de capitalização em que haja pagamento de prêmio total ou parcialmente pelo estipulante, serão aplicáveis, no caso de perda de vínculo do segurado com o estipulante sem o cumprimento integral das cláusulas do contrato coletivo que regem o vesting ou no caso de extinção do contrato coletivo, as normas que regulamentam tais cláusulas em planos de seguro que ofereçam cobertura por sobrevivência.

Art. 26. É admitida a estruturação de planos de seguro de pessoas com capital global, no qual o valor do capital segurado referente a cada componente sofrerá variações decorrentes de mudanças na composição do grupo segurado.

§ 1º Não poderá ser estabelecido limite máximo para o capital segurado individual, o qual deverá ser apurado na data do evento coberto, sendo equivalente ao valor do capital segurado global dividido pelo número de segurados.

§ 2º O critério de definição do número de segurados deverá constar das condições contratuais.

§ 3º É vedado que o segurado seja responsável pelo custeio do prêmio, total ou parcialmente.

§ 4º O contrato coletivo poderá estabelecer critérios específicos relacionados à variação da quantidade de componentes do grupo segurado em relação à quantidade original que ensejem o dever de comunicação à seguradora para fins de avaliação de necessidade de repactuação do valor do capital segurado global.

§ 5º Na hipótese de eventual descumprimento do dever de comunicação que trata o § 4º deste artigo, na forma prevista contratualmente, é admitido que o contrato coletivo estabeleça que, em caso de ocorrência de sinistro, o capital segurado individual será apurado com base no número de segurados existente quando da última comunicação formal à seguradora quanto à quantidade efetiva de componentes do grupo segurado ou, na sua falta, com base no número de segurados existente à época do início de vigência da apólice.

§ 6º O preenchimento de proposta de adesão e a emissão do certificado individual não são obrigatórios para os seguros de que trata o caput.

Art. 27. É admitida a estruturação de seguro coletivo de acidentes pessoais que possua as seguintes características:

I - não conhecimento prévio da identidade das pessoas naturais expostas aos riscos segurados; e

II - vinculação das coberturas a riscos restritos ao período de permanência das pessoas naturais seguradas em um evento organizado e/ou em uma área delimitada, desde que devidamente identificados na apólice de seguro, inclusive no que se refere à localização geográfica.

§ 1º O seguro de que trata o caput deve ser não contributário, sendo dispensado o preenchimento de proposta de adesão por parte das pessoas de que trata o inciso I e o envio de certificado individual.

§ 2º No caso da cobertura de morte acidental, os beneficiários do seguro de que trata o caput serão aqueles especificados no Código Civil vigente.

Art. 28. Considera-se encampação a substituição de apólice coletiva ao fim de sua vigência por nova apólice emitida por outra sociedade seguradora.

§ 1º No caso de encampação de apólice de seguro não contributário estipulado por empregador em favor de seus empregados, é admitida a dispensa de proposta de adesão desde que não haja modificação na apólice que implique ônus ou dever para os segurados ou redução de seus direitos.

§ 2º A dispensa de que trata o §1º deste artigo não implica a dispensa de emissão e de envio e/ou disponibilização dos certificados individuais aos segurados, nos termos da regulamentação específica.

Art. 29. Considera-se migração a substituição de apólice coletiva por nova apólice emitida por outra sociedade seguradora em período não coincidente com o término da respectiva vigência.

§ 1º No caso de recepção de grupo de segurados e assistidos, originada em processo de migração de apólices, deverão ser admitidos todos os componentes do grupo cuja cobertura esteja em vigor.

§ 2º No caso de que trata o caput, deverá haver emissão e envio e/ou disponibilização dos certificados individuais aos segurados, nos termos da regulamentação específica, e não será reiniciada a contagem de prazo de carência para segurados já incluídos no seguro pela apólice anterior, em relação às coberturas e respectivos valores já contratados.

§ 3º É admitida a dispensa do recolhimento de anuência de três quartos do grupo segurado para migração de apólice coletiva em seguros não contributários estipulados por empregadores em favor de seus empregados desde que não haja modificação que implique ônus ou dever para os segurados ou redução de seus direitos.

§ 4º No caso de que trata o § 3º deste artigo, é admitida a dispensa da proposta de adesão à nova apólice coletiva.

CAPÍTULO III

SEGUROS ESPECÍFICOS

Seguro de vida para vigilantes

Art. 30. No seguro a que se refere o art. 19, inciso IV, da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, devem ser observadas as disposições desta Resolução e demais regulamentações aplicáveis aos seguros de pessoas coletivos, devendo ser contratada, no mínimo, a cobertura de morte por causas naturais e acidentais.

§ 1º O estipulante deverá observar os termos da convenção coletiva de trabalho da categoria profissional de vigilante para definição dos capitais segurados mínimos, por vigilante e por cobertura.

§ 2º Outras coberturas poderão ser incluídas no seguro, a critério das partes contratantes, observadas as regulamentações vigentes.

Seguro prestamista

Art. 31. O seguro prestamista tem por objetivo amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo devedor, no caso de ocorrência de sinistro coberto, nos termos estabelecidos nas condições contratuais, até o limite do capital segurado contratado.

§ 1º As coberturas do seguro prestamista poderão estar relacionadas a quaisquer riscos de seguro de pessoas.

§ 2º O primeiro beneficiário do seguro prestamista é o credor, a quem deverá ser paga a indenização, no valor a que tem direito em decorrência da obrigação a que o seguro está atrelado, apurado na data da ocorrência do evento coberto, limitado ao capital segurado contratado.

§ 3º A diferença entre a parcela da indenização devida ao credor e o capital segurado apurado na data do evento coberto, se houver, deverá ser paga ao próprio segurado ou ao segundo beneficiário indicado, conforme dispuserem as condições contratuais.

§ 4º Na falta de indicação expressa de segundo beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão beneficiários aqueles indicados por lei.

§ 5º O prazo de vigência do seguro prestamista não poderá superar o prazo da obrigação a que está atrelado, quando esta possuir data prevista de término.

§ 6º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - obrigação: dívida ou compromisso financeiro a que o seguro está atrelado, com vínculo contratual entre credor e devedor, que confere ao credor o direito de exigir do devedor o pagamento do valor correspondente.

II - credor: aquele a quem o segurado paga prestações periódicas em decorrência da dívida contraída ou do compromisso assumido.

Art. 32. O seguro prestamista poderá ser contratado para obrigações assumidas por pessoas jurídicas de direito privado, desde que haja relação direta entre os riscos cobertos e a capacidade de a pessoa jurídica honrar o pagamento do valor relacionado à obrigação em caso de sinistro.

§ 1º O seguro deve ser feito sobre a vida de um ou mais sócios, titulares, instituidores, administradores ou empresários.

§ 2º A formalização da inclusão de cada segurado deve ser realizada por meio do preenchimento de sua respectiva proposta.

Art. 33. É admitida a elaboração de seguro prestamista empresarial integral, no qual o valor do capital segurado referente a cada sócio sofrerá variações decorrentes de mudanças na composição societária do estipulante, desde que apresente, simultaneamente, as seguintes características:

I - seja seguro coletivo estipulado pela pessoa jurídica contratante da obrigação a que o seguro está atrelado, sem dispensa do preenchimento e assinatura de proposta de contratação; e

II - o capital segurado individual seja apurado na data do evento, proporcionalmente à participação do segurado sinistrado na composição societária do estipulante em relação ao capital segurado integral.

§ 1º As condições contratuais deverão prever as consequências da ocorrência de variação significativa na composição societária do estipulante em relação à composição existente no início da vigência do seguro.

§ 2º O preenchimento da proposta de adesão e a emissão do certificado individual não são obrigatórios para os seguros de que trata o caput.

Art. 34. Aplicam-se ao seguro de vida do produtor rural as disposições regulamentares aplicáveis ao seguro prestamista.

Acidentes pessoais de passageiros

Art. 35. É admitida a estruturação de cobertura de acidentes pessoais de passageiros que possua as seguintes características:

I - não identificação prévia da identidade das pessoas naturais expostas aos riscos segurados; e

II - vinculação das coberturas a riscos relacionados à utilização do meio de transporte indicado na apólice/certificado/bilhete de seguro pelas pessoas de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º No seguro de que trata o caput é dispensado o preenchimento de proposta por parte das pessoas de que trata o inciso I deste artigo devendo ser observados os requisitos de formalização da contratação do seguro.

§ 2º No caso da cobertura de morte acidental, os beneficiários do seguro de que trata o caput serão aqueles especificados no Código Civil vigente.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O descumprimento do disposto nesta Resolução sujeita as sociedades seguradoras e seus administradores às medidas e sanções legais e regulamentares previstas nas normas vigentes.

Art. 37. Os planos de seguros de pessoas registrados na Susep antes do início de vigência desta Resolução, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até duzentos e setenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 38. Os planos de seguro de pessoas registrados ou alterados na Susep a partir do início de vigência desta Resolução deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 39. Fica a Susep autorizada a editar regulamentação e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 40. Ficam revogados:

I - a Resolução CNSP nº 05, de 10 de julho de 1984;

II - a Resolução CNSP nº 117, de 22 de dezembro de 2004;

III - a Resolução CNSP nº 129, de 6 de julho de 2005;

IV - a Resolução CNSP nº 130, de 17 de outubro de 2005

V - a Resolução CNSP nº 137, de 18 de novembro de 2005;

VI - a Resolução CNSP nº 315, de 29 de setembro de 2014;

VII - a Resolução CNSP nº 329, de 22 de setembro de 2015;

VIII - a Resolução CNSP nº 352, de 20 de dezembro de 2017;

IX - a Resolução CNSP nº 365, de 11 de outubro de 2018; e

X - o art. 1º da Resolução CNSP nº 362, de 21 de junho de 2018.

Art. 41. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

RESOLUÇÃO CNSP Nº 440, DE 4 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os critérios de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto no art. 32, incisos II e IV, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, no art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, no art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.606772/2020-17, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Dispor sobre os critérios de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

Art. 2º Os valores correspondentes às obrigações decorrentes das operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização, a partir da data em que se tornarem exigíveis, sujeitam-se à atualização com base em índice de preços pactuado, observada a regulamentação específica, sem prejuízo, quando não respeitado o prazo previsto para cumprimento da obrigação, da aplicação de juros moratórios e, se prevista em contrato, multa moratória.

CAPÍTULO II

ATUALIZAÇÃO E RECÁLCULO DE VALORES REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE SEGURO DE PESSOAS E

DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA

Modalidade de Benefício Definido

Art. 3º Os seguros de pessoas e os planos de previdência complementar aberta estruturados na modalidade de benefício definido deverão conter cláusula de atualização anual de valores, com base em índice pactuado, observada a regulamentação específica expedida pela Susep.

Parágrafo único. O índice e a periodicidade de atualização de valores deverão constar do regulamento, das condições contratuais, das propostas e, quando for o caso, do contrato coletivo.

Art. 4º Nos contratos com vigência igual ou inferior a um ano, é vedada a atualização dos valores contratados com base em índice de preços durante o período que antecede a concessão do capital segurado ou do benefício, exceto quando, em função de renovações, a contratação superar o prazo de um ano, hipótese em que deverá ser observado o disposto no art. 3º desta Resolução.

Art. 5º Ressalvado o disposto no art. 6º desta Resolução, os capitais segurados, os prêmios, os benefícios e as contribuições serão atualizados na data de aniversário da contratação, com base no índice pactuado.

Parágrafo único. Observado o disposto no art. 3º desta Resolução, fica facultado o estabelecimento de outra data-base, desde que os valores contratualmente previstos sejam atualizados até essa outra data base e, a partir de então, seja respeitada a periodicidade anual.

Art. 6º No período que antecede a concessão do capital segurado ou do benefício, alternativamente ao disposto no art. 3º desta Resolução, é facultada, no caso de plano estruturado no regime financeiro de repartição, a adoção de cláusula de recálculo do capital segurado ou do benefício segundo fatores objetivos expressos no regulamento, nas condições contratuais, nas propostas e, quando for o caso, no contrato coletivo.

Parágrafo único. A cláusula a que se refere o caput estabelecerá, de forma objetiva, a periodicidade utilizada para o recálculo dos valores.

Art. 7º Para a cobertura por sobrevivência, a cláusula de atualização anual de valores deverá levar em consideração a diferença de periodicidade entre a atualização monetária dos prêmios/contribuições e capitais segurados/benefícios e da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC definida na nota técnica atuarial do plano.

§ 1º O regulamento do plano poderá prever que o reajuste anual aplicado aos prêmios/contribuições superará aquele aplicado aos capitais segurados/benefícios, estes atualizados segundo a variação integral do índice pactuado, a fim de recompor a insuficiência da PMBaC gerada pela diferença de que trata o caput.

§ 2º Caso não seja adotado o critério previsto no §1º deste artigo, o regulamento deverá prever detalhadamente como se dará a atualização dos valores, incluindo os procedimentos a serem adotados caso seja oferecida ao segurado/participante a possibilidade de escolha de qual dos valores - prêmio/contribuição ou capital segurado/benefício - será atualizado pela variação integral do índice pactuado.

§ 3º Independentemente do critério estabelecido no regulamento do plano, deverá ser assegurada ao segurado/participante a possibilidade de repactuação do capital segurado/benefício, de modo a recompor seu valor pela variação integral do índice pactuado no período em referência.

Modalidade de Contribuição Variável

Art. 8º Nos seguros de pessoas e nos planos de previdência complementar aberta estruturados na modalidade de contribuição variável é facultada a adoção de cláusula de atualização anual dos prêmios e das contribuições, com base em índice pactuado, observada a regulamentação específica expedida pela Susep.

Parágrafo único. O índice e a periodicidade deverão constar do regulamento, das condições contratuais, das propostas e, quando for o caso, do contrato coletivo.

Disposições Comuns

Art. 9º As provisões matemáticas definidas na nota técnica atuarial do plano deverão ser atualizadas, mensalmente, com base no índice pactuado.

Parágrafo único. A regulamentação específica poderá admitir a estruturação de planos de seguro de pessoas e de previdência complementar aberta que não prevejam atualização das provisões matemáticas nos termos do caput, desde que observados requisitos mínimos.

Art. 10. Os capitais segurados e benefícios pagos sob forma de renda, serão, a partir da data de sua concessão, atualizados anualmente, com base no índice pactuado, e acrescidos do valor resultante da diferença gerada entre a atualização mensal da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e a atualização anual aplicada à renda, de acordo com a metodologia prevista na nota técnica atuarial do plano.

Parágrafo único. Alternativamente, desde que definido no regulamento, nas condições contratuais e na respectiva nota técnica atuarial, o valor resultante da diferença de que trata o caput poderá ser calculado e pago uma vez ao ano, sem acréscimo no valor da renda mensal.

Art. 11. É vedada a admissão de novos participantes em planos de previdência complementar aberta que prevejam cláusula de atualização de valores em desacordo com o previsto nesta Resolução e na regulamentação complementar expedida pela Susep.

CAPÍTULO III

ATUALIZAÇÃO E RECÁLCULO DE VALORES REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE SEGUROS DE DANOS

Atualização de valores

Art. 12. A atualização de valores relativos às operações de seguros de danos será feita com base em índice e periodicidade constantes na proposta, nas condições contratuais e na nota técnica atuarial, observada a regulamentação específica expedida pela Susep.

Parágrafo único. Nas contratações de seguros cujos riscos cobertos estejam vinculados a um objeto principal, o índice e a periodicidade de atualização dos valores da apólice, quando aplicáveis, deverão ser os mesmos definidos no objeto principal ou em sua legislação específica, se houver.

Recálculo de valores

Art. 13. Nos contratos de seguro cujos riscos cobertos estejam vinculados a um objeto principal, deve constar cláusula de alteração obrigatória do limite da garantia em função de alterações previamente estipuladas no objeto principal.

Parágrafo único. Caso a hipótese do caput implique a necessidade de recálculo de prêmio, os critérios de recálculo deverão estar justificados na nota técnica atuarial correspondente.

CAPÍTULO IV

ATUALIZAÇÃO DE VALORES REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Art. 14. A atualização de valores relativos às operações de capitalização será feita com base em índice pactuado, observada a regulamentação específica expedida pela Susep.

Parágrafo único. O índice e a periodicidade estabelecidos deverão constar do título de capitalização e das condições gerais.

Art. 15. A atualização de valores de pagamentos, quando prevista, deverá ser efetuada, anualmente, pelo índice pactuado nos termos previstos nas condições gerais do título.

Parágrafo único. É admitida a aplicação de percentual inferior a 100% (cem por cento) do índice pactuado, para atualização dos valores de pagamentos, desde que previamente estabelecido nas condições gerais do título.

Art. 16. É vedada a inclusão de cláusula de atualização de valores das contribuições, quando pagas sob a forma de pagamentos periódicos ou mensais, em títulos com período de pagamento igual ou inferior a um ano.

Art. 17. A provisão matemática para capitalização definida na nota técnica atuarial do plano deverá ser atualizada, mensalmente, com base no índice pactuado.

Parágrafo único. Para as demais provisões, deverá ser observada a regulamentação específica.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Nos contratos de seguro emitidos em moeda estrangeira é facultada a atualização de valores, com base em índice pactuado, à exceção das obrigações pecuniárias, cuja atualização deverá observar a regulamentação específica.

Art. 19. Fica a Susep autorizada a editar normas complementares e a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 20. O descumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará as sociedades seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar e as sociedades de capitalização, assim como seus administradores, às medidas e sanções legais e regulamentares previstas nas normas vigentes.

Art. 21. Os planos de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização registrados na Susep antes do início de vigência desta Resolução, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Para a adaptação de que trata o caput, os planos de capitalização registrados na Susep antes do início de vigência desta Resolução, que já tenham iniciado comercialização e que estejam em desacordo com suas disposições, deverão ser substituídos por novos planos, já adaptados, até o final do prazo previsto no caput, mediante a abertura de novos processos administrativos e arquivamento dos processos originais.

Art. 22. A partir do início de vigência desta Resolução, os planos de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização que venham a ser registrados na Susep deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 23. Fica revogada a Resolução CNSP nº 103, de 9 de janeiro de 2004.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

RESOLUÇÃO CNSP N° 441, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 30 de junho de 2022, considerando o disposto no inciso II do art. 32 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.613640/2018-27, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 44...

...

§4º O diretor estatutário designado para exercer função específica, por exigência de regulamentação vigente, deverá ser residente no país. (NR)

Art. 48 Quando da eleição de membro de órgão estatutário ou contratual não residente no país, deverá ser constituído procurador, pessoa natural, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o término do prazo de gestão." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP N° 667, DE 4 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem as alíneas "b" e "c" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.636172/2021-64, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º As condições contratuais dos planos de seguro, assim como suas eventuais alterações, deverão ser registradas eletronicamente na Susep previamente à sua comercialização.

§ 1º É opcional a estruturação de planos de seguros com condições especiais.

§ 2º Caberá às sociedades seguradoras, quando necessário, incorporar em seus planos as alterações decorrentes de normativos que entrem em vigor após o registro eletrônico do produto na Susep, sem prejuízo da observância de eventual prazo previsto para adaptação normativa.

§ 3º A alteração de plano de seguro já registrado, de que trata o caput e o §2º deste artigo, será válida:

I - no caso de plano individual, para contratações ou renovações efetuadas a partir da data de registro da alteração do plano de seguro; e

II - no caso de plano coletivo, para apólices emitidas ou renovadas a partir da data de registro da alteração do plano de seguro.

§ 4º No caso de alteração exclusivamente em nota técnica atuarial que não seja objeto de registro junto ao plano de seguro, a data de que trata o §3º deste artigo será aquela em que a nota técnica atuarial for alterada pela sociedade seguradora, observado o disposto no §1º do art. 67.

Art. 3º As sociedades seguradoras são responsáveis pelas cláusulas constantes em seus produtos, que devem estar em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As condições contratuais deverão ter ordenamento lógico e ser expressas em linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento, bem como deverão apresentar, com destaque, as obrigações e/ou restrições de direito do segurado.

Art. 5º Não poderão constar das condições contratuais cláusulas coercitivas, desleais, abusivas, incompatíveis com a boa-fé ou que estabeleçam obrigações iníquas, que coloquem o segurado, beneficiário ou assistido em desvantagem, ou que contrariem a regulação em vigor.

Art. 6º A denominação do plano de seguro, incluindo o nome fantasia dos planos de seguros comercializados, se utilizado, não deverá induzir os segurados a erro quanto à abrangência das coberturas oferecidas.

Art. 7º As peças promocionais e de publicidade deverão ser divulgadas sob supervisão da sociedade seguradora, respeitadas rigorosamente as condições contratuais e a regulamentação de práticas de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora se responsabiliza pelas informações contidas na publicidade do produto que vier a ser veiculada, assegurando aos segurados todos os direitos e condições ali elencados, bem como pela transparência de todo o processo.

Art. 8º As sociedades seguradoras são responsáveis direta ou indiretamente pelas informações e serviços prestados por seus intermediários e por todos aqueles que comercializarem seus produtos.

Art. 9º As condições contratuais do seguro deverão estar à disposição do proponente previamente à emissão do bilhete ou à assinatura da respectiva proposta de contratação, no caso de plano individual, ou da proposta de adesão, no caso de plano coletivo.

Parágrafo único. No caso das propostas de que trata o caput, o proponente, seu representante ou corretor de seguros deve assinar declaração, que poderá constar da própria proposta, de que tomou ciência das condições contratuais.

Art. 10. As propostas e as condições contratuais do plano deverão conter, observadas as demais exigências previstas na regulamentação vigente, as seguintes informações:

I - a aceitação da proposta está sujeita à análise do risco;

II - o registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep; e

III - o segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

§ 1º A informação contida no inciso I deste artigo não se aplica a seguros contratados por meio de emissão de bilhete.

§ 2º A informação contida no inciso II deste artigo deverá ser inserida, necessariamente, em todo e qualquer material de comercialização e publicidade utilizado.

Art. 11. As sociedades seguradoras que utilizarem critérios baseados em questionário de avaliação de risco, constante da proposta, no cálculo dos prêmios deverão fornecer, de forma objetiva, todos os esclarecimentos necessários para o seu correto preenchimento, bem como especificar todas as implicações, no caso de informações inverídicas ou omissões devidamente comprovadas.

Art. 12. A sociedade seguradora deverá disponibilizar as condições contratuais por meio físico ou remoto, por ocasião da emissão da apólice, bilhete ou certificado individual do seguro.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS MÍNIMOS DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO SEGURO

Objetivo do seguro

Art. 13. A cláusula de objetivo do seguro deverá estabelecer o compromisso assumido pela sociedade seguradora perante o segurado quanto às coberturas oferecidas, especificando com clareza quais são os riscos cobertos.

Tipo de contratação

Art. 14. As condições contratuais deverão especificar se o plano é de contratação coletiva ou individual.

Definições

Art. 15. As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

Âmbito geográfico

Art. 16. Deverá constar das condições contratuais o âmbito geográfico das coberturas do plano de seguro.

Coberturas

Art. 17. As condições contratuais deverão apresentar as disposições de todas as coberturas incluídas no plano de seguro, com a especificação dos riscos cobertos.

Parágrafo único. As exclusões específicas relativas a cada cobertura deverão ser inseridas após a descrição dos riscos cobertos.

Art. 18. As condições contratuais deverão dispor de forma clara e objetiva sobre a caracterização dos eventos cobertos, sendo vedado o estabelecimento de requisitos de caracterização que, na prática, não possam ser satisfeitos.

Art. 19. As condições contratuais poderão prever coberturas relativas a diferentes ramos de seguros, observadas as regulamentações específicas de cada ramo e a regulamentação específica sobre contabilização em ramos vigente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora deverá possuir autorização para operar em todos os ramos relativos às coberturas previstas nas condições contratuais.

Art. 20. Nos planos de seguro que conjuguem mais de uma cobertura, a sociedade seguradora deverá informar, em destaque, se as coberturas poderão ser contratadas isoladamente.

Art. 21. As condições contratuais deverão indicar se o recebimento de indenização de determinada cobertura implica o cancelamento ou qualquer alteração nas demais coberturas do seguro.

Art. 22. As condições contratuais deverão deixar claro se as indenizações referentes a coberturas distintas são ou não cumulativas em caso de sinistros decorrentes do mesmo evento.

Art. 23. Quando prevista cobertura cuja forma de indenização seja prestação de serviços exclusivamente por meio de rede referenciada, sem a previsão de reembolso de despesas, a cláusula referente à cobertura deverá ser redigida de forma clara e em destaque, de modo a evidenciar suas limitações quanto à escolha do prestador.

§ 1º As condições contratuais deverão especificar o que ocorre na hipótese de impossibilidade de contato e/ou de impossibilidade da utilização da rede de serviços referenciada, inclusive nas situações em que o prestador de serviços ou a seguradora tiverem dado causa à impossibilidade.

§ 2º A sociedade seguradora deverá manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada dos prestadores de serviço de sua rede referenciada por plano de seguro e dar ciência aos segurados em caso de alteração significativa da rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica.

Riscos excluídos

Art. 24. Os riscos excluídos devem ser estabelecidos de forma precisa, sendo proibidas generalidades que não permitam a identificação de situações concretas.

Art. 25. É vedado excluir da cobertura de acidentes pessoais qualquer evento específico relacionado ao estado de saúde ou à integridade física do segurado que tenha sido causado por acidente pessoal coberto.

Art. 26. É vedado constar no rol de riscos excluídos do seguro eventos decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas.

Art. 27. Deverá constar das condições contratuais do seguro disposições relacionadas a eventual exclusão de doenças preexistentes.

§ 1º Não poderão ser objeto de exclusão de cobertura do seguro as doenças preexistentes:

I - que forem de conhecimento do segurado e tenham sido declaradas na declaração pessoal de saúde que integra a proposta;

II - que não forem de conhecimento do segurado quando da formalização da proposta.

§ 2º É vedada a exclusão de doenças preexistentes quando não for exigido pela sociedade seguradora o preenchimento de declaração pessoal de saúde.

§ 3º Excepcionalmente, em caso de expresso acordo entre as partes, é admitida a exclusão de cobertura para doenças preexistentes específicas declaradas na declaração pessoal de saúde que integra a proposta.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º deste artigo, a apólice individual ou certificado individual deverão discriminar claramente as doenças preexistentes objetos de exclusão de cobertura.

Aceitação

Art. 28. Deverá constar das condições contratuais do seguro cláusula de aceitação do risco contendo o prazo que a sociedade seguradora dispõe para manifestar-se sobre a proposta, nos termos da regulamentação específica, exceto para os seguros contratados por bilhete.

Parágrafo único. Para a aceitação de que trata o caput, poderão ser exigidas informações, declarações, documentos ou exames médicos para auxiliar na avaliação do risco.

Vigência e renovação

Art. 29. Deverá ser estabelecido o critério de fixação do início e término de vigência das coberturas, nos termos da regulamentação específica.

Art. 30. Deverão ser especificados os procedimentos para renovação da apólice, quando for o caso.

§ 1º A renovação automática só poderá ser feita uma única vez e pelo mesmo prazo, devendo as renovações posteriores serem feitas, obrigatoriamente, de forma expressa.

§ 2º Quando prevista renovação da apólice, caso a sociedade seguradora não tenha interesse em efetuar esta renovação, deverá comunicar aos segurados e, no caso de apólice coletiva, ao estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo, trinta dias que antecedam o final de vigência da apólice.

Art. 31. Para os seguros temporários que prevejam a possibilidade de renovação, as condições contratuais deverão conter a informação de que o seguro é por prazo determinado, tendo a sociedade seguradora a faculdade de não renová-lo na data de vencimento, independentemente do tempo de relação contratual.

Franquias e carências

Art. 32. Quando forem aplicáveis, as franquias e/ou carências deverão ter seus critérios previstos nas condições contratuais do plano.

Parágrafo único. Os prazos e/ou valores de franquias e carências, se houver, deverão constar na proposta, na apólice, no bilhete e no certificado individual.

Atualização e alteração de valores

Art. 33. Deverão ser especificados os critérios de atualização e de alteração de valores relativos às operações de seguro e, quando for o caso, de recálculo, conforme regulamentação específica.

Pagamento de prêmio

Art. 34. As condições contratuais deverão prever as formas e os critérios de custeio do plano de seguro e as possíveis periodicidades de pagamento de prêmios pelos segurados e/ou pelos estipulantes.

Art. 35. Qualquer que seja a forma de pagamento adotada, a sociedade seguradora ficará obrigada a manter registro das datas das operações realizadas, da identificação do segurado e do seguro correspondente pelo prazo indicado, em regulamentação específica, para guarda de documentos relativos ao contrato.

Parágrafo único. Quando houver previsão de pagamento do prêmio por meio de consignação em folha, as condições contratuais deverão prever que a ausência do repasse à sociedade seguradora dos prêmios recolhidos por consignante que não corresponda à figura de estipulante não poderá causar qualquer prejuízo aos segurados ou respectivos beneficiários no que se refere à cobertura e demais direitos oferecidos.

Art. 36. O prêmio de seguro poderá ser único, periódico ou possuir outra estruturação prevista nas condições contratuais.

§ 1º O prêmio único pode ser fracionado, caso em que não é permitida a cobrança de quaisquer valores adicionais a título de custo administrativo de fracionamento.

§ 2º No caso de seguro com coberturas intermitentes, os prêmios poderão ser pagos em função da efetiva utilização das coberturas.

Art. 37. As condições contratuais deverão dispor sobre as consequências da falta de pagamento do prêmio e sobre a comunicação prévia ao segurado, pela sociedade seguradora, antes de eventual cancelamento do seguro.

Art. 38. Quando o prêmio for periódico, caso o pagamento não seja efetuado no prazo estipulado, a sociedade seguradora poderá cancelar o seguro ou, alternativamente, de forma isolada ou combinada:

I - garantir a cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, podendo haver a cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento do valor da indenização; ou

II - suspender a cobertura durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

Parágrafo único. Deverão ser especificados nas condições contratuais o prazo de tolerância e/ou de suspensão de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo.

Art. 39. No caso da suspensão prevista no inciso II do art. 38, as condições contratuais poderão prever a reabilitação do seguro em função da retomada do pagamento do prêmio, devendo ser estabelecido o critério para determinação do momento exato da reabilitação.

Art. 40. Para as coberturas estruturadas no regime financeiro de capitalização, as condições contratuais deverão prever o oferecimento ao segurado de pelo menos uma das opções a seguir quando configurada a falta de pagamento do prêmio, observado o disposto no art. 38:

I - cancelamento da cobertura, com a restituição integral do saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC);

II - redução do valor do capital segurado proporcionalmente ao prêmio pago com manutenção do prazo de vigência (saldamento); ou

III - redução do prazo de vigência com manutenção do valor do capital segurado (seguro prolongado).

Parágrafo único. No caso de planos conjugados, deverão ser observadas adicionalmente as regras para operacionalização do instituto da comunicabilidade previstas nas condições contratuais/regulamento do plano.

Art. 41. Caso o plano preveja multa e/ou juros moratórios por atraso no pagamento do prêmio, estes deverão ser estabelecidos nas condições contratuais.

Art. 42. Os seguros que prevejam alteração de taxa, seja por reenquadramento etário ou outro critério objetivo, deverão estabelecer, de forma clara, nas condições contratuais e na nota técnica atuarial, os respectivos critérios de alteração.

Parágrafo único. A forma como os prêmios e/ou capitais segurados serão reajustados em virtude da alteração de que trata o caput, incluindo valores ou percentuais, deverá constar das condições contratuais, no caso de planos individuais, e do contrato coletivo, no caso de planos coletivos, e ser disponibilizados aos proponentes quando da contratação ou adesão ao seguro.

Art. 43. No caso de fracionamento do prêmio único, configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado de forma proporcional ao prêmio efetivamente pago.

§ 1º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto no caput para o caso de falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, desde que leve em consideração o prêmio já pago.

§ 2º A sociedade seguradora deverá informar tempestivamente ao segurado ou ao seu representante legal, observadas as formas previstas na regulamentação em vigor, as alterações ocorridas no contrato em função da falta de pagamento do prêmio, observado o critério previamente definido nas condições contratuais.

Art. 44. Os valores dos prêmios e dos capitais segurados, discriminados por cobertura, além da forma e da periodicidade de pagamento dos prêmios, deverão ser estabelecidos na proposta de contratação, no caso de planos individuais, e na proposta de adesão, no caso de planos coletivos.

Art. 45. No caso de fracionamento do prêmio único, quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do seguro, as parcelas vincendas do prêmio poderão ser deduzidas do valor da indenização, excluídos os juros do fracionamento.

Resgate e portabilidade

Art. 46. Deverão constar das condições contratuais os critérios para concessão de resgate e portabilidade, incluindo eventual período de carência em que não serão aceitas solicitações do segurado, observada a regulação vigente.

§ 1º O pagamento do resgate deve ser efetuado por meio de transferência para conta de depósito, à vista ou poupança, ou conta de pagamento pré paga, de titularidade do segurado, até o quinto dia útil subsequente ao protocolo da solicitação efetuada pelo segurado ou seu representante legal na sociedade seguradora ou à data por ele programada para a efetivação do resgate.

§ 2º A sociedade seguradora cedente dos recursos deverá efetivar a portabilidade até o quinto dia útil subsequente ao protocolo da solicitação efetuada pelo segurado ou à data por ele programada para a efetivação da portabilidade.

Comunicação, regulação e liquidação de sinistros

Art. 47. Deverão ser informados os procedimentos para comunicação, regulação e liquidação de sinistros, incluindo a listagem dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada cobertura, facultando-se às sociedades seguradoras, no caso de dúvida fundada e justificável, a solicitação de outros documentos.

Art. 48. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a trinta dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos no art. 47.

§ 1º Deverá ser estabelecido que, no caso de solicitação de documentação complementar, na forma prevista no art. 47, o prazo de que trata o caput será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

§ 2º Deverá ser estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto no caput implicará aplicação de juros de mora a partir daquela data, sem prejuízo de sua atualização, nos termos da legislação específica.

Art. 49. Caso o processo de regulação de sinistros conclua que a indenização não é devida, o segurado ou beneficiário deverá ser comunicado formalmente, com a justificativa para o não pagamento, dentro do prazo previsto no art. 48.

Art. 50. É vedada a inclusão de cláusula que fixe prazo máximo para a comunicação de sinistro.

Art. 51. As condições contratuais deverão prever, para cada cobertura, a data considerada como data do evento para fins de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros.

Parágrafo único. Deverão ser consideradas como data do evento para os fins determinados no caput:

I - para as coberturas de acidentes pessoais, a data do acidente; e

II - para a cobertura de invalidez não consequente de acidente, a data indicada na declaração médica

Art. 52. É vedado o condicionamento do pagamento da indenização à conclusão de inquérito policial.

Art. 53. No caso de reembolso de despesas efetuadas no exterior, deverão ser aceitos para liquidação de sinistro os documentos no idioma do país de origem da despesa.

Art. 54. O reembolso de despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do efetivo pagamento realizado pelo segurado, respeitando-se o limite de capital segurado estabelecido, e observada a regulamentação específica sobre atualização de valores.

Art. 55. Alternativamente ao disposto no art. 54, desde que previsto nas condições contratuais e solicitado pelo segurado ou beneficiário, o reembolso ou o pagamento de indenizações relacionadas a despesas efetuadas no exterior poderá ser liquidado em moeda estrangeira.

Reintegração

Art. 56. Deverá ser incluída cláusula que especifique se o capital segurado poderá ser reintegrado após pagamento de indenização.

Parágrafo único. A reintegração poderá ser facultativa, mediante eventual cobrança de prêmio adicional, ou automática.

Perda de direitos

Art. 57. Deverá constar das condições contratuais cláusula específica prevendo que o segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

Art. 58. Deverá constar das condições contratuais e da proposta que, se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, perderá o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

Parágrafo único. Se a inexatidão ou a omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, a sociedade seguradora deverá:

I - na hipótese de não ocorrência de sinistro:

a) cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou

b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

II - na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento parcial do capital segurado:

a) após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido, acrescido da diferença cabível; ou

b) permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzi-la do valor a ser indenizado e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

III - na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento integral do capital segurado: após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo deduzir do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

Art. 59. Deverá constar das condições contratuais que o segurado está obrigado a comunicar à sociedade seguradora, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização se ficar comprovado, pela sociedade seguradora, que silenciou de má-fé.

§ 1º A sociedade seguradora, desde que o faça nos quinze dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco pelo segurado, poderá, por meio de comunicação formal:

I - cancelar o seguro;

II - restringir a cobertura contratada, mediante acordo entre as partes; ou

III - cobrar a diferença de prêmio cabível, mediante acordo entre as partes.

§ 2º O cancelamento do seguro só será eficaz trinta dias após a notificação ao segurado, devendo ser restituída a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

Beneficiários

Art. 60. Deverá ser incluída cláusula específica sobre os beneficiários do seguro.

Parágrafo único. Deverá ser definido que, na falta de indicação expressa de beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão beneficiários aqueles indicados por lei.

Art. 61. Quando o pagamento da indenização for realizado por meio de reembolso de despesas, os beneficiários serão aqueles que provarem que arcaram com as despesas cobertas.

Elementos adicionais

Art. 62. Deverão ser estabelecidos critérios objetivos para o cancelamento, a cessação, a suspensão e a reabilitação de coberturas, quando for o caso.

Art. 63. Deverá ser incluída cláusula de rescisão contratual.

§ 1º No caso de rescisão do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes e com a concordância recíproca, a sociedade seguradora poderá reter do prêmio recebido a parte proporcional ao tempo decorrido.

§ 2º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto no §1º deste artigo em caso de rescisão por iniciativa do segurado, desde que leve em consideração o prêmio já pago

Art. 64. Deverá ser estabelecido nas condições contratuais que qualquer modificação da apólice coletiva em vigor que implique ônus ou dever para os segurados ou redução de seus direitos dependerá da anuência expressa de segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado.

Art. 65. Deverá ser estabelecido que as questões judiciais entre o segurado ou o beneficiário e a sociedade seguradora serão processadas no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, conforme o caso.

Art. 66. Em caso de inclusão de cláusula dispondo sobre violação de leis ou normas de embargos ou sanções econômicas ou comerciais, deverá ser observado que as situações de perda de direitos, riscos excluídos ou suspensão do pagamento da indenização, quaisquer que sejam, inclusive quando decorrentes de embargos e sanções aplicados por organismos internacionais, devem estar descritas de forma clara e objetiva, em destaque, não podendo conter referências genéricas.

CAPÍTULO III

NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Art. 67. A nota técnica atuarial do plano de seguro, elaborada por atuário, deve conter sua estruturação técnica e manter estreita relação com as condições contratuais

§ 1º Para os planos de seguro que contenham exclusivamente coberturas estruturadas no regime financeiro de repartição simples, a nota técnica atuarial do plano deverá ser mantida sob guarda da sociedade seguradora, com o devido controle de versionamento em caso de alterações, e apresentada à Susep quando solicitado ou quando previsto em regulamentação específica.

§ 2º Para os planos de seguro com coberturas estruturadas no regime financeiro de capitalização e/ou de repartição de capitais de cobertura, a nota técnica atuarial do plano será submetida à Susep em conjunto com as condições contratuais, na forma prevista no art. 2º, devendo conter, além do disposto no caput, a formulação dos prêmios e das provisões matemáticas, incluindo os parâmetros necessários para efetivação dos respectivos cálculos.

Art. 68. Caso seja adotada no plano tábua biométrica com atualização periódica, deverá ser utilizada, para fins de cálculo do valor dos prêmios, a versão da tábua apresentada na nota técnica atuarial durante todo o ciclo de vida do produto, independente da ocorrência de eventual atualização da tábua em momento posterior ao do registro do produto.

§ 1º Caso tenha interesse na comercialização de produtos cuja tarifação se baseie na versão atualizada da tábua, a sociedade seguradora deverá promover a alteração do produto já registrado ou o registro de novo plano.

§ 2º A alteração de produto de que trata o §1º deste artigo deverá observar o disposto no art. 2º.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Invalidez

Art. 69. A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente que deve ser comprovada na forma prevista nas condições contratuais.

Art. 70. Para cobertura de invalidez permanente por acidente que garanta o pagamento de indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, deverão ser previstos nas condições contratuais:

I - critérios objetivos para apuração do valor da indenização;

II - critérios para apuração do valor da indenização por perda parcial no caso de não estarem abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado;

III - critérios para apuração do valor da indenização no caso da falta de indicação exata do grau de redução funcional;

IV - critérios para apuração do valor da indenização quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão;

Doenças graves e doença terminal

Art. 71. Quando do oferecimento de coberturas de doenças graves ou de doença terminal é vedada a vinculação do valor da indenização a despesas médicas e/ou hospitalares incorridas pelo segurado para o tratamento da doença.

Despesas médicas, hospitalares e/ou odontológicas

Art. 72. É admitida a estruturação de cobertura que garanta o reembolso de despesas ou a prestação de serviços médicos, hospitalares e/ou odontológicos desde que decorrentes de acidente pessoal coberto.

Internação hospitalar

Art. 73. É admitida estruturação de cobertura que garanta o pagamento de indenização em caso de internação hospitalar do segurado, desde que o valor da indenização independa de eventuais despesas médicas e hospitalares decorrentes da internação.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput, o valor da indenização poderá ser apurado de forma proporcional ao período de internação do segurado.

Disposições comuns

Art. 74. É facultada às sociedades seguradoras a estruturação de outras coberturas nos termos dessa Circular, além daquelas expressamente previstas, desde que os riscos cobertos sejam enquadrados como riscos de seguro de pessoas.

Art. 75. No caso de o plano possibilitar a inclusão de segurados dependentes, as condições contratuais deverão estabelecer os critérios para tal inclusão, possíveis graus de parentesco com segurado principal, as coberturas passíveis de contratação e as situações em que se dará a cessação da cobertura de cada segurado dependente.

Art. 76. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como sobre a avaliação da incapacidade/invalidez do segurado, a sociedade seguradora deverá propor formalmente ao segurado, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica

§ 1º A junta médica de que trata o caput deste artigo será constituída por três membros, sendo um nomeado pela sociedade seguradora, outro pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

§ 2º Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela sociedade seguradora.

§ 3º O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, quinze dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo segurado.

CAPÍTULO V

SEGUROS ESPECÍFICOS

Seguro funeral

Art. 77. O seguro funeral tem por objetivo garantir aos beneficiários, uma indenização, limitada ao valor do capital segurado contratado, na forma de reembolso de despesas ou de prestação de serviços, desde que relacionados à realização de funeral, conforme descrição constante das condições contratuais.

Seguro prestamista

Art. 78. No seguro prestamista, o capital segurado poderá ser fixo ou variar de acordo com parâmetros objetivos relacionados à obrigação a que o seguro está atrelado.

§ 1º As condições contratuais deverão dispor sobre os possíveis critérios de estabelecimento do capital segurado, incluindo a forma de apuração do capital segurado caso este não seja fixo.

§ 2º O critério efetivamente aplicável ao seguro contratado deverá constar da proposta de contratação, da proposta de adesão, da apólice, do bilhete e do certificado individual.

Art. 79. A formalização da contratação do seguro deve se dar por documento próprio e apartado daqueles relacionados à obrigação assumida.

Art. 80. A apólice, nos seguros individuais, o bilhete e o certificado individual deverão especificar a obrigação à qual o seguro está vinculado.

Parágrafo único. No seguro prestamista empresarial integral, na forma prevista na regulamentação em vigor, a obrigação à qual o seguro prestamista está vinculado deverá estar especificada na apólice.

Art. 81. As condições contratuais do seguro prestamista deverão dispor, além de outros elementos mínimos previstos nesta e demais regulamentações aplicáveis:

I - sobre os casos de repactuação do prazo original do contrato relativo à obrigação e de extinção antecipada da obrigação;

II - que é facultado ao segurado cancelar o seguro a qualquer tempo, ainda que anteriormente à extinção da obrigação;

III - as regras e critérios para os casos em que haja mais de um proponente responsável pelo pagamento da obrigação;

IV - se parcelas em atraso, juros e/ou multas decorrentes de eventual inadimplência no pagamento da obrigação por parte do segurado serão incorporados ao valor do capital segurado e consequentemente à indenização a ser paga ao primeiro beneficiário em caso de sinistro coberto;

V - que a atualização anual do capital segurado e do respectivo prêmio ocorrerá com base em índice pactuado, nos termos da regulamentação em vigor, para as coberturas estruturadas com capital segurado fixo;

VI - o critério de recálculo do capital segurado e, quando for o caso, do respectivo prêmio, incluindo a periodicidade utilizada para o recálculo dos valores, para as coberturas estruturadas com capital segurado variável de acordo com parâmetros objetivos; e

VII - que na ocorrência de evento coberto, caso o valor da obrigação financeira devida ao credor seja menor do que o valor a ser indenizado no seguro prestamista, a diferença apurada será paga ao próprio segurado ou ao segundo beneficiário indicado.

Art. 82. No caso de o plano prever limite máximo de capital segurado, é vedado que haja cobrança de prêmio com critério de cálculo que tenha como base capital segurado superior a este limite.

Art. 83. Se comprovada a protelação injustificada do pagamento da indenização, por meio de sucessivas solicitações de documentos adicionais, a seguradora deverá arcar com os encargos relacionados à mora no cumprimento das obrigações de pagamento do segurado com o credor.

Art. 84. Independentemente do critério estabelecido para fixação do capital segurado, caso haja o descumprimento do prazo para liquidação do sinistro, a seguradora deverá arcar com os encargos relacionados à mora do pagamento da obrigação relativos ao período compreendido entre o primeiro dia posterior ao término do prazo fixado em contrato e a data da efetiva liquidação, sem prejuízo da aplicação de juros, multa e atualização monetária, nos termos da legislação específica.

Seguro educacional

Art. 85. As coberturas do seguro educacional visam auxiliar o custeio das despesas com educação dos beneficiários em razão da ocorrência dos eventos cobertos.

§ 1º As coberturas de que trata o caput poderão estar relacionadas a quaisquer riscos de seguro de pessoas.

§ 2º As condições contratuais deverão explicitar, de forma clara, as eventuais consequências decorrentes da possibilidade de descasamento entre os critérios de atualização das mensalidades escolares e do capital segurado.

Art. 86. As condições contratuais deverão estabelecer se a indenização será paga diretamente à instituição de ensino.

Parágrafo único. Nos seguros contributários deverá ser garantida a possibilidade de substituição do estabelecimento de ensino que recebe diretamente a indenização.

Seguro viagem

Art. 87. O seguro viagem tem por objetivo garantir, aos segurados ou seus beneficiários, uma indenização, limitada ao valor do capital segurado contratado, no caso da ocorrência de riscos cobertos, desde que relacionados à viagem, nos termos estabelecidos nas condições contratuais.

Art. 88. A cobertura de despesas médicas, hospitalares e/ou odontológicas (DMHO) em viagem consiste na indenização, na forma prevista nas condições contratuais e limitada ao valor do capital segurado contratado, das despesas médicas, hospitalares e/ou odontológicas efetuadas pelo segurado para seu tratamento, sob orientação médica, ocasionado por acidente pessoal ou enfermidade súbita e aguda ocorrida durante o período de viagem.

§ 1º Em caso de viagem internacional, o seguro viagem deve estar vinculado ao oferecimento, no mínimo, da cobertura de DMHO em viagem.

§ 2º É vedada a estruturação de cobertura de DMHO em viagem internacional que cubra exclusivamente eventos ocasionados por acidentes pessoais.

§ 3º A cobertura de DMHO em viagem internacional deve cobrir, até o limite do capital segurado contratado, as despesas relacionadas à estabilização do quadro clínico do segurado que lhe permita continuar viagem ou retornar ao local de sua residência, decorrentes de episódios de crise ocasionados por doença preexistente ou crônica, quando gerar quadro clínico de emergência ou urgência.

§ 4º Quando a forma de indenização da cobertura de DMHO em viagem internacional se der exclusivamente por meio de rede referenciada, deverá ser garantido ao segurado, em caso de emergência ou urgência, a possibilidade de reembolso de despesas incorridas fora da rede referenciada do plano de seguro relacionadas à estabilização do quadro clínico do segurado que lhe permita a transferência para estabelecimento constante da rede referenciada.

§ 5º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se:

I - emergência: situação em que o segurado necessita de atendimento imediato, pois existe risco de morte; e

II - urgência: situação em que o segurado necessita de atendimento, não caracterizado como de emergência, podendo aguardar o atendimento de casos emergenciais.

Art. 89. As condições contratuais deverão especificar as consequências, em relação à vigência e às coberturas do seguro, da impossibilidade do retorno do segurado, em razão de evento coberto, ao seu domicílio antes do final de vigência das coberturas contratadas.

Art. 90. As condições contratuais deverão especificar as consequências, em relação ao seguro originalmente contratado, do regresso antecipado do segurado.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91. Os planos de seguros de pessoas registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até duzentos e setenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 92. Os planos de seguro registrados ou alterados na Susep a partir do início de vigência desta Circular deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 93. A Susep poderá, no exercício de suas competências legais, analisar e supervisionar os documentos relacionados aos contratos de seguros de pessoas, podendo inclusive determinar, se necessário e de forma fundamentada, alterações e suspensão dos planos de seguro.

Art. 94. Ficam revogados:

I - a Circular Susep nº 302, de 20 de setembro de 2005;

II - a Circular Susep nº 316, de 12 de janeiro de 2006;

III - a Circular Susep nº 317, de 16 de janeiro de 2006;

IV - a Circular Susep nº 516, de 3 de julho de 2015;

V - o Capítulo II da Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016;

VI - a Carta Circular Susep/DETEC nº 8, de 18 de outubro de 2007;

VII - a Carta Circular SUSEP/DETEC/GAB/nº 01, de 17 de junho de 2009; e

VIII - a Carta Circular Susep/CGPRO nº 2, de 14 de abril de 2011.

Art. 95. Esta Circular entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP N° 668, DE 4 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os critérios complementares de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b" e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, no art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, no art. 73 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.607367/2020-16, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os critérios complementares de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Índices de Atualização

Art. 2º A atualização de valores relativos às operações de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização deverá ser realizada com base em índice de preços de ampla divulgação, apurado por instituição de notória capacidade técnica.

Parágrafo único. No caso de extinção do índice pactuado, deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IPCA), ou o índice que vier a substituí-lo, caso não esteja previsto nas condições gerais, contratuais ou no regulamento, índice substituto definido conforme este artigo.

Art. 3º Exclusivamente para as operações de capitalização, a atualização de valores poderá, facultativamente, adotar o índice de remuneração básica dos depósitos de poupança.

Atualização das devoluções de prêmios e contribuições

Art. 4º Os valores devidos a título de devolução de prêmios ou contribuições pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPC) e sociedades de capitalização sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido no plano, a partir da data em que se tornarem exigíveis.

§ 1º No caso de recusa de proposta pela sociedade seguradora ou pela EAPC, os valores de que trata o caput serão exigíveis a partir da data do recebimento do prêmio ou da contribuição.

§ 2º No caso de cancelamento do contrato, os valores de que trata o caput serão exigíveis a partir da data de recebimento, pela sociedade seguradora, EAPC ou sociedade de capitalização, da solicitação do cancelamento ou, se este ocorrer por iniciativa da sociedade seguradora, da EAPC ou da sociedade de capitalização, a partir da data do efetivo cancelamento.

§ 3º No caso de recebimento indevido de prêmio ou contribuição pela sociedade seguradora, EAPC ou sociedade de capitalização, os valores de que trata o caput serão exigíveis a partir da data de recebimento do prêmio ou contribuição.

Atualização dos valores de resgates e sorteios dos títulos de capitalização

Art. 5º Os valores dos sorteios e resgates previstos nos títulos de capitalização sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido no plano, a partir da data em que se tornarem exigíveis.

§ 1º No caso de sorteio, a data de exigibilidade será a data de realização do sorteio.

§ 2º No caso de resgate, a data de exigibilidade será o primeiro dia posterior ao término do prazo de vigência ou a data de solicitação de resgate, observado o §3º deste artigo.

§ 3º Para os resgates antecipados solicitados fora da data de atualização mensal, fica vedado o pagamento de atualização monetária pro rata die entre a data da última atualização mensal e a data da solicitação do resgate.

Atualização dos valores das obrigações nos planos de seguros de pessoas e de previdência complementar aberta

Art. 6º Para as coberturas por sobrevivência nos planos de seguros de pessoas e de previdência complementar aberta, os valores devidos a título de capital segurado ou benefício sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido no plano a partir da data em que se tornarem exigíveis.

Parágrafo único. Respeitados os critérios definidos em regulamentação específica, a data de exigibilidade de que trata o caput deste artigo será o primeiro dia posterior ao término do período de diferimento estabelecido no contrato, ressalvados os capitais segurados ou benefícios transformados em renda, que deverão seguir o respectivo regulamento.

Art. 7º Para os resgates ou portabilidades nos planos de seguros de pessoas e de previdência complementar aberta, os valores devidos sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido no plano a partir da data em que se tornarem exigíveis.

Parágrafo único. A data de exigibilidade de que trata o caput será a data da última variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e, quando for o caso, da Provisão de Excedentes Financeiros, previstas na nota técnica atuarial do plano, respeitada a regulamentação específica.

Atualização pelo não cumprimento do prazo para pagamento das obrigações pelas sociedades seguradoras, EAPC e sociedades de capitalização

Art. 8º Os valores das obrigações pecuniárias das sociedades seguradoras, das EAPC e das sociedades de capitalização, em relação aos contratos firmados com os respectivos consumidores, não contempladas nos artigos anteriores, sujeitam-se à atualização monetária pela variação positiva do índice estabelecido no plano, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, a partir da data de ocorrência do evento, observada regulamentação específica.

§ 1º Para o seguro rural, na modalidade agrícola, a data de ocorrência a que se refere o caput é a data de término da colheita, e não a do sinistro.

§ 2º Quando a indenização for paga sob a forma de reembolso de despesas, na hipótese prevista no caput, a data de exigibilidade para fins de atualização monetária é a data do efetivo dispêndio pelo segurado ou beneficiário.

Art. 9º No caso de cumprimento do prazo previsto para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, as sociedades seguradoras, as EAPC e as sociedades de capitalização poderão, facultativamente, atualizar as obrigações pecuniárias a partir da data de ocorrência do evento, estabelecida no art. 8º.

Forma de cálculo da atualização

Art. 10. A atualização de que trata este Capítulo será efetuada com base na variação apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

Aplicabilidade da mora

Art. 11. Os valores relativos às obrigações pecuniárias das sociedades seguradoras, das EAPC e das sociedades de capitalização serão acrescidos de multa, quando prevista, e de juros moratórios proporcionais aos dias de atraso, quando o prazo de sua liquidação superar o prazo fixado em contrato para esse fim, respeitada a regulamentação específica, particularmente, no que se refere ao limite temporal para a liquidação e a faculdade de suspensão da respectiva contagem.

§ 1º Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado em contrato, deverão ter a taxa estipulada nas condições gerais, contratuais ou no regulamento, sendo que na sua falta, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

§ 2º A taxa de juros moratórios e a multa devidos pela sociedade seguradora, EAPC ou sociedade de capitalização, no caso do não cumprimento das obrigações a que se refere o caput, não deverão ser inferiores àquelas devidas pelo segurado, participante ou subscritor na mesma situação.

Aplicabilidade às operações de seguros emitidos em moeda estrangeira

Art. 12. As disposições deste Capítulo aplicam-se às operações emitidas em moeda estrangeira, nos casos em que as obrigações pecuniárias forem liquidadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo único. Nos casos em que as obrigações pecuniárias forem liquidadas em moeda estrangeira, deverão ser observados, no mínimo, os dispositivos relativos ao acréscimo de juros moratórios e multa.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios deverá ser feito, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

Art. 14. O disposto nesta Circular aplica-se a todos os contratos celebrados ou renovados a partir do início de sua vigência.

Parágrafo único. No caso de planos coletivos, o disposto no caput aplica-se a todos participantes ou segurados que subscreverem propostas a partir do início de vigência desta Circular.

Art. 15. Os planos de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Para a adaptação de que trata o caput, os planos de capitalização registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, que já tenham iniciado comercialização e que estejam em desacordo com suas disposições, deverão ser substituídos por novos planos, já adaptados, até o final do prazo previsto no caput, mediante a abertura de novos processos administrativos e arquivamento dos processos originais.

Art. 16. A partir do início de vigência desta Circular, os planos de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização que venham a ser registrados na Susep deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 17. O descumprimento ao disposto nesta Circular sujeitará as sociedades seguradoras, as EAPC e as sociedades de capitalização às penalidades previstas na regulamentação específica.

Art. 18. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 10, de 10 de junho de 1994; e

II - a Circular Susep nº 255, de 4 de junho de 2004.

Art. 19. Esta Circular entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.983, DE 28 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, e o que consta do processo Susep nº 15414.613320/2022-53, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos sócios de DARWIN PARTICIPAÇÕES EM SEGUROS LTDA., CNPJ nº 44.187.990/0001-94, com sede na cidade de São Paulo - SP, na segunda alteração do contrato social e assembleia geral de transformação realizada em 1º de junho de 2022:

I - transformação do tipo societário para sociedade anônima;

II - mudança da denominação social para DARWIN SEGUROS S.A.;

III - eleição de administradores;

IV - mudança do objeto social; e

V - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Conceder a DARWIN SEGUROS S.A. autorização para operar seguros de danos e pessoas, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 01/2021.

Art. 3º Ratificar que o capital social de DARWIN SEGUROS S.A. é de R$ 2.801.000,00, dividido em 2.801.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.984, DE 28 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.646799/2021-23, resolve:

Art.1º Homologar a transferência do controle acionário indireto e da ingerência efetiva nos negócios de ARGO SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 14.868.712/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, para SPICE PRIVATE EQUITY LTD., sociedade constituída e existente sob as leis da Suíça, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 3 de outubro de 2021 e do Memorando de Fechamento celebrado em 15 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.985, DE 28 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.610048/2022-50, resolve:

Art. Homologar a eleição de administradores de PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 29.961.505/0001-02, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de abril de 2022 e 3 de junho de 2022.

Art. 2º Homologar a transferência da ingerência efetiva nos negócios de PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA às seguintes pessoas naturais: Anderson de Oliveira Reis, Claudio Vinicius Teles Vieira, Helen Tortoretto Ribeiro de Oliveira, Jean Louis Pierre dos Santos, Jomar Marques dos Santos, Raphael Maciel Snoeck, Ricardo Azevedo de Oliveira, Thawan Christian da Silva e Thiago Massicano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 805, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603935/2022-71, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de AXA XL SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.822.131/0001-03, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 9 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 801, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605619/2022-34, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 42.516.278/0001-66, com sede na cidade de Curitiba - PR, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 8 de março de 2022 e 29 de abril de 2022:

I - aumento do capital social em R$ 2.500.003,00, elevando-o para R$ 27.910.003,00, representado por 10.448.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 802, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603917/2022-90, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2022:

I - aumento do capital social em R$ 25.000.000,00, elevando-o para R$ 359.577.787,69, dividido em 14.320.122 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 803, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605549/2022-14, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A., CNPJ nº 02.102.498/0001-29, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2022:

I - aumento do capital social em R$ 102.570.000,00, elevando-o para R$ 870.779.099,00, dividido em 855.404.396 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 805, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603935/2022-71, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de AXA XL SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.822.131/0001-03, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 9 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 323, DE 4 DE JULHO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa OX DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE BICICLETAS S.A.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11, § 3º; os termos do Parecer de Engenharia nº 90/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 108/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.003485/2022-02, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa OX DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE BICICLETAS S.A. (CNPJ: 09.365.007/0001-81 e Inscrição SUFRAMA: 20.0145.05-3) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 90/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 108/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAM, para produção de ARO PARA RODA DE BICICLETA, EXCETO DE PLÁSTICO, código SUFRAMA 0159, e RODA PARA BICICLETA, SEM PNEUMÁTICO E CÂMARA DE AR, código SUFRAMA 2276, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial ME/MCTI nº 12.335, de 18 de outubro de 2021;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO CAPDA/ME Nº 21, DE 5 DE JULHO DE 2022

Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

O COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA (CAPDA), no cumprimento de suas atribuições estabelecidas no art. 27 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e na Resolução CAPDA nº 8 de 29 de outubro de 2019, que aprovou o seu regimento interno, tendo em vista a Resolução CAPDA nº 2, de 20 de agosto de 2015, e a deliberação ocorrida na sua 68ª Reunião Ordinária, processo SEI 52710.003878/2022-16, realizada em 05 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.792.928/0001-00, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), para os fins previstos nos incisos I, IV e VI do § 4º e I e IV do § 18, todos do art. 2º da Lei nº 8.387/1991.

Parágrafo único. As unidades do IFAM capacitadas a receberem os benefícios previstos no caput deste artigo são:

I - Campus Manaus Centro, credenciada desde 22 de agosto de 2003;

II - Campus Manaus Distrito Industrial, credenciada desde 22 de agosto de 2003;

III - Campus Manaus Zona Leste, credenciada desde 2 de junho de 2022;

IV - Campus de Humaitá, credenciada desde 2 de junho de 2022;

V - Campus de Lábrea, credenciada desde 2 de junho de 2022;

VI - Campus de Manacapuru, credenciada desde 2 de junho de 2022;

VII - Campus São Gabriel da Cachoeira, credenciada desde 2 de junho de 2022;

VIII - Campus Presidente Figueiredo, credenciada desde 2 de junho de 2022; e

IX - Campus Eirunepé, credenciada desde a vigência desta Resolução.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.387/1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.387/1991, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis; e

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Revoga-se a Resolução CAPDA nº 17, de 2 de junho de 2022.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS SALES
Coordenador

RESOLUÇÃO CAPDA/ME Nº 23, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos decorrentes da Resolução CAPDA nº 4, de 11 de março de 2021, relativo à coordenação do Programa Prioritário de Economia Digital (PPED).

O COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas no art. 27 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e na Resolução nº 8, de 29 de outubro de 2019, que aprovou o seu regimento interno, considerando os termos da Resolução CAPDA nº 4, de 12 de setembro de 2017, e, no que couber, da Resolução CAPDA nº 2, de 31 de março de 2020, bem como o que consta no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 01/2016, tendo em vista o disposto nos Processos SUFRAMA nº 52710.000580/2017-89, nº 52710.012338/2020-53 e nº 52710.004126/2021-83, Processo Ministério da Economia nº 19687.110410/2020-76, o conteúdo da Exposição de Motivos nº 3, de 05 de julho de 2022, e a deliberação ocorrida na sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Resolução determina providências e procedimentos complementares à Resolução nº 4, de 11 de março de 2021, do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA), diante do encerramento da vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2016 para coordenação do Programa Prioritário de Economia Digital (PPED), celebrado entre o Capda, com interveniência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (INDT), CNPJ nº 04.802.134/0002-68.

Art. 2º O INDT deverá proceder à transferência das seguintes importâncias, na forma do art. 3º desta Resolução:

I - saldo remanescente oriundo de recursos financeiros aportados ao PPED pelas empresas titulares de obrigação de investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) não despendidos, no prazo de trinta dias contados a partir de sua notificação, emitida após a finalização dos procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 3º desta Resolução;

II - aportes de recursos financeiros realizados após 16 de outubro de 2020 pelas empresas titulares de obrigação de investimento em PD&I ao PPED, relacionados no Anexo I desta Resolução e que não se enquadrem no inciso I do caput deste artigo, no prazo de trinta dias contados a partir de sua notificação;

III - valores apropriados pelo INDT a título de custos indiretos e constituição de reserva, de que trata o art. 43 da Resolução CAPDA nº 2, de 31 de março de 2020, decorrentes da execução dos projetos de PD&I do PPED iniciados após a data de 20 de dezembro de 2019, relacionados no Anexo II desta Resolução, no prazo de trinta dias contados a partir de sua notificação.

§ 1º Fica reconhecida a validade dos aportes realizados pelas empresas beneficiárias, de que trata o inciso II do caput deste artigo, para fins de cumprimento da obrigação de investimento de PD&I.

§ 2º Fica assegurada a normalidade do procedimento de prestação de contas dos projetos de PD&I de que trata o inciso III do caput, inclusive a ensejar eventual devolução integral dos recursos associados aos projetos de PD&I avaliados como irregulares e a aplicação de outras penalidades previstas na Resolução CAPDA nº 4, de 12 de setembro de 2017, e Resolução CAPDA nº 2, de 2020, no que couber.

Art. 3º A transferência de valores de que trata o art. 2º desta Resolução será efetivada mediante repasse a outros Programas Prioritários do CAPDA cuja instituição coordenadora esteja devidamente habilitada, observado o seguinte:

I - quanto aos valores de que trata o inciso I do art. 2º, o CAPDA oportunizará que as empresas titulares de obrigação de investimento em PD&I que realizaram os respectivos aportes indiquem a qual Programa Prioritário pretendem que sejam aportados; e

II - em relação aos valores de que tratam os incisos II e III do art. 2º, sua distribuição observará a proporção a seguir:

a) 1/3 (um terço) em favor do Programa Prioritário de Bioeconomia;

b) 1/3 (um terço) em favor do Programa Prioritário de Fomento ao Empreendedorismo Inovador; e

c) 1/3 (um terço) em favor do Programa Prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial.

§ 1º O CAPDA oficiará as empresas de que trata o inciso I do caput, com indicação de forma e prazo, para que se manifestem sobre a distribuição dos valores a serem repassados.

§ 2º Na ausência da manifestação referida no § 1º, o CAPDA adotará a distribuição prevista no inciso II do caput.

§ 3º Os valores transferidos aos Programas Prioritários do CAPDA, de que trata este artigo, deverão ser aplicados em observância ao prazo do inciso XVII do art. 11 da Resolução CAPDA nº 2, de 2020.

Art. 4º A transferência de valores prevista nos arts. 2º e 3º será considerada implementada após apresentação à SUFRAMA dos comprovantes de depósitos em conta bancária própria dos Programas Prioritários do CAPDA cuja instituição coordenadora esteja devidamente habilitada, na forma do art. 3º desta Resolução, acompanhado de extrato que detalhe o valor financeiro transferido por Plano de Utilização de Recursos (PUR) e por aporte financeiro do Anexo I.

Parágrafo único. A não quitação dos valores nos prazos e forma estipulados nesta Resolução ensejará, no que couber, as sanções previstas no art. 40 da Resolução CAPDA nº 2, de 2020.

Art. 5º Reconhecer a validade da execução dos projetos de PD&I iniciados durante a vigência do ACT nº 01/2016 e integralmente aprovados na prestação de contas do ano-base 2019, relacionados no Anexo III desta Resolução.

Parágrafo único. Fica assegurada a normalidade do procedimento de prestação de contas dos projetos de PD&I de que trata o caput, nos termos da Resolução CAPDA nº 4, de 2017 e da Resolução CAPDA nº 2, de 2020, no que couber.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS SALES
Coordenador

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PORTARIA NORMATIVA IPEA Nº 216, DE 1º DE JULHO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais para a instituição de Programa de Gestão no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, no uso das suas atribuições regimentais e observando o disposto no art. 3° do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e no art. 10 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e a autorização conferida pela Portaria nº 334, de 2 de outubro de 2020, do Ministro de Estado da Economia, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Programa de Gestão, doravante denominado PdG-Ipea, de que trata o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Programa de Gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA tem os objetivos de:

I - aperfeiçoar a organização e gestão interna;

II - promover uma gestão voltada para resultados, que prime pela qualidade e efetividade da produção técnica e serviços ofertados à sociedade;

III - promover a qualidade das entregas dos participantes;

IV - fomentar o trabalho criativo, a inovação e a cultura de governo digital;

V - propiciar ganhos em termos de qualidade de vida para os participantes;

VI - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os princípios e valores institucionais;

VII - reduzir custos para a Administração Pública; e

VIII - atrair novos talentos e incentivar a permanência do quadro próprio no Instituto.

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria, sem prejuízo às definições constantes da IN nº 65/2020, considera-se:

I - plano de trabalho: documento que registra as atividades e o cronograma de entregas a serem realizadas pelos participantes ao longo de período definido;

II - repactuação do plano de trabalho: revisão do conteúdo do plano de trabalho ao longo de sua execução por acordo entre o participante e sua chefia imediata;

III - compensação: realização de entregas não incluídas no plano de trabalho corrente com o objetivo de substituir atividades com entregas avaliadas como não aceitas do plano de trabalho imediatamente anterior.

CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 4º Todo servidor público, empregado público, contratado por tempo determinado e estagiário em exercício no IPEA pode solicitar sua adesão ao PdG-Ipea, observadas as limitações estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º A participação ou a permanência no PdG-Ipea não se constitui direito das categorias a que se refere o caput e serão decididas em função da conveniência e do interesse do serviço.

§ 2º Os estagiários podem participar do PdG-Ipea, executando todas as atividades de seu plano de trabalho nas instalações físicas do Ipea, podendo ou não ser dispensadas do controle de frequência, a critério do pactuado entre a chefia imediata e o participante.

§ 3º A participação do estagiário no PdG-Ipea dar-se-á por meio da celebração de acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente, o estagiário e, exceto se este for emancipado ou tiver dezoito anos de idade ou mais, o seu representante ou assistente legal, bem como deve constar do termo de compromisso de estágio e ser compatível com as atividades escolares ou acadêmicas exercidas pelo estagiário.

Art. 5º Não pode participar do PdG-Ipea o participante que tenha sido desligado do PdG-Ipea, nos termos do art. 20, inciso III desta Portaria, nos 12 (doze) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar do Programa de Gestão.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO PDG-IPEA

Seção I - Do plano de trabalho

Art. 6º Os planos de trabalho submetidos ao PdG-Ipea:

I - terão duração máxima de 6 (seis) meses, a contar da data de início de sua vigência;

II - observarão o Termo de Ciência e Responsabilidade e a Tabela de Atividades previstos nos anexos desta Portaria;

III - conterão atividades que expressas em horas equivalentes corresponderão à jornada regular de trabalho de cada participante ao longo do prazo proposto para o plano de trabalho.

§ 1º Pode ocorrer a repactuação do plano de trabalho por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demandas prioritárias que não tenham sido previamente acordadas, ou por acordo da chefia imediata e do participante.

§ 2º O participante pode solicitar à chefia imediata a repactuação do plano de trabalho a qualquer momento desde que fundamente sua solicitação.

Art. 7º Até o quinto dia útil de cada mês será elaborado um relatório das atividades desenvolvidas pelos participantes no PdG-Ipea no mês anterior para fins de controle da efetiva execução das atividades.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput será, sempre que possível, gerado pelo sistema de acompanhamento do PdG-Ipea e deverá ser aprovado pela chefia imediata.

Art. 8º Para os planos de trabalho superiores à 30 (trinta) dias, após o decurso de metade da duração prevista para este plano de trabalho a chefia imediata de cada participante realizará uma avaliação da execução do Plano de Trabalho até o momento e da exequibilidade do restante do plano de trabalho podendo então solicitar, se for o caso, proposta de repactuação do plano de trabalho.

Art. 9º Até cinco dias úteis antes da data de encerramento do plano de trabalho em curso, os participantes que quiserem solicitar sua permanência no PdG-Ipea deverão submeter a suas respectivas chefias imediatas proposta de plano de trabalho para o período subsequente.

Seção II - Das modalidades de trabalho

Art. 10. O PdG-Ipea poderá ser adotado nas modalidades, nos regimes de execução e nas demais formas previstas na legislação.

§ 1º O plano de trabalho pode prever atividades laborais executadas dentro e/ou fora das dependências físicas do IPEA.

§ 2º As atividades previstas no plano de trabalho para serem executadas fora das dependências físicas do IPEA estão dispensadas do controle de frequência.

§ 3º As atividades previstas no plano de trabalho para serem executadas dentro das dependências físicas do IPEA podem ou não ser dispensadas do controle de frequência, a critério do pactuado entre a chefia imediata e o participante.

§ 4º As atividades previstas no plano de trabalho para serem executadas dentro das dependências físicas do IPEA não se caracterizam como convocação, nos termos do art. 12.

§ 5º Quando o participante for autorizado para teletrabalho no exterior, seu plano de trabalho deve prever apenas atividades laborais executadas fora das dependências físicas do IPEA.

§ 6º O plano de trabalho pactuado entre a chefia imediata e o participante deve incluir atividades que assegurem a interação, a colaboração e a integração do participante à equipe interna e/ou externa ao IPEA, através de reuniões, seminários, apresentações, participações em comitês e grupos de trabalho e/ou outras atividades em equipe.

§ 7º As atividades de que tratam o § 6º podem ser realizadas dentro e/ou fora das dependências físicas do IPEA.

§ 8º Quando o participante estiver executando atividade do plano de trabalho fora das dependências físicas do Ipea deverá permanecer disponível para contato, no período definido pela chefia imediata e observado o horário de funcionamento do órgão ou da entidade, por todos os meios de comunicação.

§ 9º Para fins do disposto no § 8º, o agente público deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar contatá-lo.

§ 10º É facultado aos participantes a execução dentro das dependências físicas do IPEA de atividades previstas em seus planos de trabalho para serem realizadas fora das dependências físicas do IPEA.

Art. 11. Para os participantes do PdG-Ipea que atendam a um dos critérios abaixo enumerados a totalidade das atividades previstas em seus planos de trabalho serão realizadas fora das dependências físicas do IPEA:

I - atendam aos requisitos para remoção, nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 36, da Lei nº 8.112, de 1990;

II - tenham direito a licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro prevista no art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração;

III - tenham direito ao horário especial previsto nos parágrafos 2º e 3º do art. 98 da lei 8.112/90; e

IV - atendam aos critérios para participantes do teletrabalho no exterior, conforme art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Art. 12. Os participantes do PdG-Ipea na modalidade de teletrabalho poderão ser convocados a qualquer momento a comparecer presencialmente à sua unidade de exercício, quando houver interesse da chefia imediata, fora do pactuado no seu plano de trabalho.

§ 1º A convocação a que se refere o caput dar-se-á por meio de mensagem de correio eletrônico institucional e contato telefônico da chefia imediata ou de sua ordem.

§ 2º Após o recebimento da convocação de que trata o § 1º os participantes do Programa de Gestão terão como prazo máximo de reapresentação:

I - um dia útil, em geral;

II - dez dias úteis, no caso de participantes que atendam aos critérios dos incisos I, II e III do Art. 11.

§ 3º O participante convocado arcará com as despesas decorrentes do deslocamento para comparecimento à sua unidade de exercício.

§ 4º A convocação a que se refere o caput não se aplica aos participantes do teletrabalho no exterior, conforme art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Seção III - Da adesão

Art. 13. A adesão ao PdG-Ipea é voluntária e cabe aos interessados solicitar às suas respectivas chefias imediatas sua adesão ao PdG-Ipea, ato que deverá ser acompanhado da apresentação de proposta de plano de trabalho e indicação do regime de trabalho para execução das atividades.

Parágrafo único. A adesão poderá atigir até 100% (cem por cento) do quadro de pessoal ativo do IPEA.

Art. 14. Cabe à chefia imediata avaliar a conveniência e o atendimento ao interesse do serviço público da adesão de seus subordinados ao Programa de Gestão, considerando o disposto nesta Portaria e outras orientações do IPEA.

§ 1º A análise para a seleção de participantes no Programa de Gestão levará em conta a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e as competências técnicas do interessado.

§ 2º A chefia imediata poderá condicionar a inclusão de participante no Programa de Gestão a ajustes no plano de trabalho ou a sua execução em modalidade alternativa de regime de trabalho.

Seção IV - Das responsabilidades

Art. 15. São atribuições e responsabilidades dos participantes do PdG-Ipea:

I - assinar termo de ciência e responsabilidade;

II - cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

III - atender às convocações de que trata o art. 12, exceto os participantes do teletrabalho no exterior, conforme art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022;

IV - manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar em todos os dias úteis a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional e, periodicamente, a Intranet e demais formas de comunicação do Ipea;

VI - permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de atendimento ao público estabelecido em portaria;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação e de privacidade de dados pessoais;

X - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade;

XI - elaborar e submeter à chefia imediata o relatório de atividades de que trata o art. 7º;

XII - observar a compatibilidade da atividade docente, quando existir, com a execução do plano de trabalho e com os horários de disponibilidade acordados com a chefia imediata;

XIII - solicitar à chefia imediata a repactuação do plano de trabalho quando avaliar a inexequibilidade do mesmo;

XIV - responder as solicitações da chefia imediata de repactuação do plano de trabalho previstas no art. 8º.

Art. 16. Quando a execução das atividades do plano de trabalho ocorrer fora das dependências físicas do IPEA, caberá aos participantes do PdG-Ipea providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Art. 17. Compete ao chefe imediato:

I - acompanhar a qualidade do programa de gestão e a adaptação dos participantes de sua respectiva unidade;

II - manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação, observando, quando for o caso, o que está estabelecido no art. 8º desta portaria;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

IV - dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do PdG-Ipea, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios;

V - registrar a evolução das atividades do PdG-Ipea em sistema próprio;

VI - avaliar o relatório de atividades de que trata o art. 7º;

VII - solicitar aos participantes a repactuação do plano de trabalho quando avaliar a inexequibilidade do mesmo; e

VIII - deliberar sobre a possibilidade de compensação de entregas avaliadas como não aceitas e sobre o abono de ausência a atividades presenciais quando solicitados.

Seção V - Da aferição das entregas

Art. 18. A aferição das entregas previstas no plano de trabalho será realizada no sistema informatizado disponibilizado pelo Ipea, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até 40 (quarenta) dias após a conclusão da atividade.

Parágrafo único. Não será exigido nível de produtividade adicional aos participantes do PdG-Ipea.

Art. 19. A forma e critérios de avaliação observarão sistemática definida em documento interno, sem prejuízo de outras disposições.

Seção VI - Do desligamento do PdG-Ipea

Art. 20. Os participantes serão desligados do PdG-Ipea, devendo retornar, no prazo de trinta dias, à atividade presencial:

I - por solicitação própria, observada antecedência mínima de dez dias;

II - no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho a que se referem os arts. 6º e 7º e do termo de ciência e responsabilidade;

IV - pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício;

VI - em virtude de aprovação para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;

VII - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas na norma de procedimentos gerais da unidade, quando houver; e

VIII - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 15.

§ 1º A hipótese prevista no inciso III fica caracterizada quando a entrega de uma atividade for avaliada como não aceita ou quando não ocorrer a realização das atividades nas dependências físicas do IPEA previstas no plano de trabalho.

§ 2º Os participantes poderão evitar seu desligamento do PdG-Ipea na hipótese prevista no inciso III quando, sem prejuízo do plano de trabalho em curso, compensarem a(s) atividade(s) cujas entregas foram avaliada(s) como não aceita(s), observado o prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, desde que autorizada pela sua respectiva chefia imediata.

§ 3º Caso as entregas apresentadas como compensação sejam avaliadas como não aceitas, os participantes serão desligados do PdG-Ipea sem nova oportunidade de compensação.

§ 4º É facultado à chefia, em decisão que decline suas razões, o abono de ausências das atividades cuja execução seja nas dependências físicas do IPEA, previstas no plano de trabalho.

§ 5º O desligamento deve ser precedido de notificação ao participante.

Art. 21. Os participantes que forem desligados do PdG-Ipea deverão apresentar relatório das atividades e entregas relativas aos seus respectivos planos de trabalho em curso até cinco dias úteis após a data de desligamento.

Parágrafo único. A chefia imediata deve avaliar as entregas realizadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório de que trata o caput.

CAPÍTULO V - DA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PDG-IPEA

Art. 22. Anualmente, o IPEA elaborará relatório gerencial de implementação e monitoramento do Programa contendo no mínimo as seguintes informações:

I - de natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados:

a) total de participantes do PdG e percentual em relação ao quadro de pessoal da sua unidade;

b) variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

c) variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

d) variação de agentes públicos por unidade após adesão ao programa de gestão;

e) variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e

f) variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais.

II - de natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados:

a) melhoria na qualidade dos produtos entregues;

b) dificuldades enfrentadas;

c) boas práticas implementadas; e

d) sugestões de aperfeiçoamento desta Instrução Normativa, quando houver.

§1º O relatório gerencial de que trata o caput será elaborado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGPES) da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES) e pela Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional (ASPLA), com base nas informações prestadas pelas unidades organizacionais e será encaminhado ao órgão central do SIPEC até o dia 30 de novembro de cada ano.

§2º O dirigente de cada unidade organizacional elaborará anualmente, até o dia 30 de outubro, relatório gerencial de sua unidade que será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas (CGPES) e da área responsável pelos resultados institucionais (ASPLA), com base no §1° do art 15 da Instrução Normativa nº 65, de 30 julho de 2020.

Art. 23. Com objetivo de promover a articulação entre as diferentes unidades organizacionais, no contexto do PdG-Ipea, os temas relativos à gestão de pessoas serão tratados no Comitê Técnico de Gestão de Pessoas (CTGPE) e os temas referentes aos resultados institucionais serão tratados no Comitê Técnico de Suporte ao Planejamento Estratégico (CTSPE).

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 24. Os planos de trabalho pactuados e vigentes antes da publicação desta portaria podem permanecer em execução ou podem ser repactuados para adaptação às determinações da presente norma.

Art. 25. Os casos não contemplados neste normativo, bem assim casos excepcionais, referentes a controvérsia e a procedimentos gerais do Programa de Gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, serão solucionados pelo Presidente, considerando o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e a Instrução Normativa nº 65/2020 da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art.26. Ficam revogadas as Portaria IPEA nº 119, de 05 de agosto de 2021, publicada no Boletim EXTRA nº 01, de 05 de Agosto de 2021; Portaria IPEA nº 154, de 08 de outubro de 2021, publicada no Boletim EXTRA n° 1, de 08 de outubro de 2021 e no DOU de 18 de outubro de 2021; Portaria IPEA n° 179, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOU de 11 de novembro de 2021; Portaria IPEA n° 192, de 08 de dezembro de 2021, publicada no Boletim EXTRA n° 02, de 09 de dezembro de 2021; e Portaria IPEA nº 21, de 03 de fevereiro de 2022, publicada no Boletim EXTRA nº 02, de 04 de fevereiro de 2022.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIK ALENCAR DE FIGUEIREDO

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES

Eu, inscrito no PdG-Ipea, DECLARO QUE:

I - atendo aos pré-requisitos para participação no Programa de Gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estabelecidos pela Portaria IPEA XXXX, de XXXX de XXXX, e pela Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pelo Ministério da Economia;

II - estou ciente de todos os deveres e responsabilidades que me são atribuídos por força da Portaria IPEA XXXX, de XXXX de XXXX, e do art. 22 da Instrução Normativa nº 65/2020, bem como concordo integralmente com tais deveres e responsabilidades;

III - disponho da infraestrutura necessária para o exercício de minhas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, que deverão seguir os requisitos mínimos especificados pelo Ipea, quando executar o programa de gestão fora das dependências do Ipea.

IV - estou ciente do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que couber;

V - tenho conhecimento das orientações contidas na Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2020, Seção 1, pág. 11, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal; e

VI - estou ciente das demais normas previstas na Portaria IPEA XXXX, de XXXX de XXXX, e na Instrução Normativa nº65/2020, bem como estou de acordo com as mesmas;

VII - estou ciente dos dias e horários do cumprimento das atividades presenciais pactuados em meu plano de trabalho.

DECLARO AINDA ESTAR CIENTE DE QUE:

I - o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal ao IPEA, quando houver interesse fundamentado da chefia imediata, será de 1 dia útil para os participantes em geral e 10 dias úteis para os participantes que atendam aos critérios dos incisos I, II e III do Art. 11, contados da data de convocação, exceto nos casos excepcionais, mediante justificativa em que se comprove a imprevisibilidade do evento e/ou a necessidade de participação do servidor;

II - minha participação no Programa de Gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA não constitui direito adquirido, podendo ser desligado do Programa nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa nº 65/2020 e conforme a Portaria IPEA XXXX, de XXXX de XXXX;

III - é vedado o pagamento das vantagens referidas no Capítulo VI da Instrução Normativa nº 65/2020 (artigos 29 a 36); e

IV - é vedada a utilização de terceiros para execução dos trabalhos acordados como parte das metas.

V - tenho o dever de observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público, na forma do art. 133 da Lei n.11.890/2008, inclusive quando estiver no exercício da docência, em instituições públicas ou privadas e em horários compatíveis com os da minha jornada no Ipea;

VI - do compromisso de efetuar o encaminhamento de relatórios mensais de execução do Plano de Trabalho e evolução das atividades à chefia imediata, até o 5º dia útil do mês subsequente, com a finalidade de garantir realização de aferição pela Administração e, assim, fornecer respaldo para o pagamento da remuneração mensal

ANEXO II

TABELA DE ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E PESQUISA (APP) E DE ASSESSORIA E DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (AAD)

Grupo de atividades	A tividade	Entrega(s) esperada(s)	Tempo de duração da atividade em qualquer modalidade de execução, de acordo com a faixa de complexidade (em horas equivalentes)				
			A	B	C	D	E
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de Texto para discussão, Discussion paper, Capítulo de livro, Relatório de pesquisa, Relatório institucional ou Artigo em periódicos	Documento (word, pdf...), documento de submissão (e-mail)	200	320	400	600	800
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de Texto para discussão, Discussion paper, Capítulo de livro, Relatório de pesquisa, Relatório institucional ou Artigo em periódicos	Documento (word, pdf...) ou relatório.	8	16	40	80	120
APP - Elaboração de documentos	Publicação de Texto para discussão, Discussion paper, Capítulo de livro, Relatório de pesquisa, Relatório institucional ou Artigo em periódicos	link da publicação	8	16	32	40	64
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de nota técnica	Documento (word, pdf...), documento de submissão (e-mail)	100	160	200	320	400
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de nota técnica	Documento (word, pdf...) ou relatório.	4	8	16	20	32
APP - Elaboração de documentos	Publicação de nota técnica	link da publicação	4	8	16	20	32
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de Artigo para boletim periódico do Ipea, Position paper ou Comunicado Ipea	Documento (word, pdf...), documento de submissão (e-mail) ou link da publicação	24	32	40	64	80
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de Artigos curtos para jornais, revistas, blogs, portais institucionais e similares	Documento (word, pdf...), documento de submissão (e-mail) ou link da publicação	8	16	24	32	40
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de Artigos curtos para jornais, revistas, blogs, portais institucionais e similares	Documento (word, pdf...) ou link da publicação	200	320	400	600	800
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de projeto de Lei	Documento (word, pdf...), documento de submissão (e-mail)	100	160	200	320	400
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de projeto de Lei	Documento (word, pdf...) ou relatório.	8	16	40	80	120
APP - Elaboração de documentos	Organização ou edição de livro (por volume)	Documento (word, pdf...) ou link da publicação	200	320	400	600	800
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de organização ou edição de livro (por volume)	Documento (word, pdf...) ou relatório.	4	8	16	32	64
APP - Elaboração de documentos	Organização ou edição de periódico do Ipea	Número da revista (word, pdf) ou link da publicação	120	160	200	320	400
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de organização ou edição de periódico do Ipea	Documento (word, pdf...) ou relatório.	2	4	8	12	16
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de documento técnico - Manuais; tutoriais; recursos didáticos; documentação de processos, métodos, procedimentos e rotinas de trabalho	Documento (word, pdf...) ou link da publicação	120	160	200	320	400
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de documento técnico - Manuais; tutoriais; recursos didáticos; documentação de processos, métodos, procedimentos e rotinas de trabalho	Documento (word, pdf...) ou relatório.	4	16	64	120	240
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de documento de cooperação - ACT ou TC celebrado pelo Ipea	Documento (word, pdf...)	24	32	40	64	80
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de componente de documento de cooperação - ACT ou TC celebrado pelo Ipea	Documento (word, pdf...) ou relatório.	2	4	8	12	16
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de parecer de textos curtos (até 30 pág.) - Texto para Discussão, Nota técnica, Artigo, Capítulo de livro, Relatório de pesquisa ou similares	Parecer (ou sinopse), documento de comprovação de submissão do parecer ou declaração do editor/organizador da publicação	8	12	16	24	32
APP - Elaboração de documentos	Elaboração de parecer de textos curtos (mais de 30 pág.) - Texto para Discussão, Nota técnica, Artigo, Capítulo de livro, Relatório de pesquisa ou similares	Parecer (ou sinopse), documento de comprovação de submissão do parecer ou declaração do editor/organizador da publicação	16	32	40	64	80
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Desenvolvimento de bases de dados primárias	Relatório descritivo da base	200	320	400	600	800
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Desenvolvimento de componentes de bases de dados primárias	Relatório	8	16	40	80	120
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Obtenção de bases de dados secundárias	Documentos da base organizada no servidor	200	320	400	600	800
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Obtenção de componentes de bases de dados secundárias	Relatório	8	16	40	80	120
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Tratamento e Reorganização de bases de dados	Documentos da base organizada no servidor ou link de acesso à base	200	320	400	600	800
APP - Desenvolvimento e tratamento de base de dados	Elaboração de componente para Tratamento e Reorganização de bases de dados	Relatório	8	16	40	80	120
APP - Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos, portais, sites, páginas web e produtos correlatos	Construção e desenvolvimento de sistemas de informação, aplicativos, portais, sites, páginas web e produtos correlatos	documentação e sistemas, aplicativos, portais, sites, páginas funcionando	200	320	400	600	800

APP - Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos, portais, sites, páginas web e produtos correlatos	Elaboração de componente para a construção e desenvolvimento de sistemas de informação, aplicativos, portais, sites, páginas web e produtos correlatos	Relatório	8	16	40	80	120
APP - Fomento de rede de pesquisa	Apresentação ou participação em seminários, audiências públicas, congressos e eventos similares	Programa do evento e apresentações em programas como power point ou similares ou link do evento	2	4	8	16	32
APP - Fomento de rede de pesquisa	Organização de evento para divulgação de resultado de pesquisa, oficinas de trabalho e similares	Programa e outros materiais do evento ou link para o evento	4	8	16	40	80
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Coordenação de projetos de pesquisa do Ipea	TR do projeto e documento final	120	160	200	320	400
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Elaboração de componentes para coordenação de projetos de pesquisa do Ipea	Relatório	8	16	24	32	64
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Realização de Chamada Pública para concessão de Bolsa	Documento (word, pdf...) com a Ata	24	32	40	64	80
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Elaboração de componente para Chamada Pública para concessão de Bolsa	Relatório	4	8	12	16	24
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Elaboração e submissão de projetos para chamadas públicas ou contratação de consultoria	Documentação	24	32	64	80	120
APP - Gestão de Projetos de pesquisa/Plano de Trabalho	Elaboração de componente para submissão de projetos para chamadas públicas ou contratação de consultoria	Relatório	4	8	12	16	24
APP - Participação em Comitês, Comissões, GTs e outros fóruns	Participação em bancas (internas e externas): seleção concursos, editais Ipea, mestrado, doutorado, qualificação etc.	Relatório de até 3 meses	8	12	16	24	32
APP - Participação em Comitês, Comissões, GTs e outros fóruns	Participação em atividade de comitês, comissões e grupos de trabalho de alcance interno	Relatório de até 3 meses	24	32	64	80	120
APP - Participação em Comitês, Comissões, GTs e outros fóruns	Participação em atividade de comitês, comissões, grupos de trabalho e demais fóruns de governo de alcance externo ao Ipea.	Relatório de até 3 meses	24	32	64	80	120
APP - Participação em Comitês, Comissões, GTs e outros fóruns	Participação em Conselho Editorial de boletim periódico	Relatório de até 3 meses	8	12	16	24	32
APP - Realização de treinamento e capacitação	Realização de atividades de ensino e supervisão/coordenação, capacitação como aluno e outras atividades similares	Declaração do gestor e/ou relatório	4	8	16	32	64
APP - Assessoria governamental, atendimento a demandas e representação do Ipea em outras instituições	Análise de documentos, elaboração de relatórios e outros materiais	Relatório	120	160	200	320	400
APP - Assessoria governamental, atendimento a demandas e representação do Ipea em outras instituições	Demandas externas	Documento resposta	8	12	16	32	40
APP - Assessoria governamental, atendimento a demandas e representação do Ipea em outras instituições	Representação do IPEA junto a outras instituições	Relatório	2	3	4	6	8
APP - Divulgação de resultados e de trabalho de pesquisa	Entrevistas concedidas e atendimentos a outras demandas de imprensa	Relatório de até 3 meses (comprovação da realização das entrevistas, email, publicação...)	2	4	8	16	32
APP - Divulgação de resultados e de trabalho de pesquisa	Elaboração e/ou Gravação de peças de divugação/comunicação de outras atividades	Documentos (.docx; pdf), arquivos de imagem, vídeos ou arquvos de áudio (podcasts)	1	2	4	8	16
APP - Gestão do Processo de Trabalho e administrativa	Participação em reuniões	Relatório de até 3 meses	8	24	40	64	120
APP - Gestão do Processo de Trabalho e administrativa	Manutenção/Atualização dos sistemas administrativos	Registros nos sistemas	8	24	40	64	120
APP - Outras atividades de planejamento e pesquisa	Outras atividades de planejamento e pesquisa	Relatório	4	16	40	64	120
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Elaborar de Termo de Referência	Termo de Referência Elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Elaborar de Minuta de Edital de Concessão de Bolsa	Minuta de Edital Elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Analisar Currículos e atribuição de notas	Pontuação relativa a análise curricular atribuída	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Analisar de Projetos e atribuição de notas	Pontuação relativa a projetos atribuída	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Realizar entrevistas	Entrevistas Realizadas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Elaborar Ata de Julgamento	Ata de Julgamento Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Analisar de Recurso(s)/Contra Razão(ões)	Resposta a Recurso(s)/Contra Razão(ões) Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Gerir Atividades do bolsista (mensal/por bolsista)	Acompanhamento/Conferências de Atividades realizadas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Concessão de Bolsas	Elaborar relatório de Produtividade do Bolsista	Relatório elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Cooperação Técnica Internacional	Elaborar Termo de Referência (Coop. Internacional)	Termo de Referência Elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Cooperação Técnica Internacional	Analisar de Termo de Referência (Coop. Internacional)	Termo de Referência Analisado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Cooperação Técnica Internacional	Executar atividades de Gestão da Cooperação Técnica Internacional(mensal)	Respostas a consultas por email, telefone, análise de produtos, planilha de acompanhamento da execução do acordo e solicitação de pagamentos e diárias	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Cooperação Técnica Internacional	Analisar Prestação de Contas	Relatório sobre prestação de contas elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapa de Processo Jurídico	Manifestação jurídica consultiva	Parecer, nota, cota, despacho	4	8	20	40	80
AAD - Etapa de Processo Jurídico	Representação judicial	Informações em Mandado de Segurança, Ofícios, requerimentos, outros	4	8	20	40	80
AAD - Etapa de Processo Jurídico	Representação Extrajudicial	Petições no TCU e órgãos fazendários; Petições em outros órgãos e entidades	4	8	20	40	80
AAD - Etapa de Processo Jurídico	Representação Extrajudicial	Realizar reunião ou despachar com órgão julgador	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Análise de incidentes processuais	Ata de deliberação / Nota Técnica ou informativa	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Análise de outras manifestações dos investigados	Resposta elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Análise inicial de demanda	Nota Técnica / Matriz Instrutória ou Plano de Apuração	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Análise processual e produção da documentação pertinente (em todos os eixos de atuação correcional)*	Nota Técnica / Nota Informativa / Nota de Instrução / Despacho / Relatório / Formulário / Ofício / E-mail / Planilha / Apresentação / extrato / Minuta / Requerimento / Defesa Escrita / Projeto/ Ordem de Serviço	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Consulta Histórico Correcional	Nota Técnica / Nota Informativa / E-mail / Ofício / Minuta de Aviso / Cópia de documento	4	8	20	40	80

AAD - Etapas do Processo Correicional	CRG - Levantamento, cruzamento e análise dados	Atualização de Matriz Instrutória / Nota Técnica ou Informativa /planilha	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Degravação (por hora de gravação).	Transcrição	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Denúncia - Tratamento no sistema Banco de Denúncias.	Registros no Banco de Denúncias	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Dúvidas externas e pedido LAI - Elaboração de resposta	E-mail / Despacho / Ofício / Memorando / Nota Técnica / Nota Informativa / Planilha / Extrato / Resposta a pedido LAI/Certidão/termo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de demandas para outras áreas	Nota Técnica ou Informativa / Matriz Instrutória / Relatório parcial	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de Estudo Técnico ou Relatório (em todos os eixos de atuação correcional).	Relatório / Planilha / Nota Técnica / Projeto Básico / Artigo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de Matriz de apoio ao Julgamento	Elaboração de Matriz de Apoio ao Julgamento / Nota Técnica ou Informativa	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de notificações, intimações e citações	Notificação Prévia / Intimação/citação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de parecer de apoio ao julgamento	Parecer de apoio ao julgamento: atendimento às formalidades legais no tocante à instauração, à condução e aos atos do processo adm., bem como opinar sobre a materialidade e autoria, e, por fim, se concorda com o enquadramento típico do ato lesivo, com as sanções sugeridas e sua gradação, incluindo cálculo/dosimetria da multa	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de Relatório Final	Relatório Final	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração de Termo de Indiciação	Termo de indiciação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Elaboração do planejamento do processo de responsabilização	Planejamento da Execução	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Estudo Preliminar	Resumo / Apresentação/ E-mail / Reunião / Relação das fontes pesquisadas / Planilha / Rol de quesitos ou perguntas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Exposição de Matriz Instrutória/Plano de Apuração		4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Exposição de Relatório Final, por meio da Matriz de Reabilitação	Apresentação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Inserção e atualização de informações no Sistema CGU-PJ e CGU-PAD	Alimentação do Sistema CGU-PJ e CGU-PAD	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Manutenção de repositório de entendimentos	Alimentação da Base de conhecimento	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Planejamento - Análise/consolidação de dados dos planos operacionais e seus resultados.	Relatório / Planilha / Apresentação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Planejamento - Elaboração/revisão de Plano Operacional.	Nota Técnica / Planilha / Apresentação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Preparação de oitivas	Questionário	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Procedimento Correcional - Acompanhamento de prazos de portarias e envio de e-mails (por dia).	E-mail / Memorando	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Produção/Revisão/Atualização de Conteúdo (Portais web, cursos e publicações institucionais).	Formulário / Projeto / Roteiro / Apresentação / Manual /Notícia /Atualização de portais / Vídeo / Podcast / Artigo/ Apostila / Folder	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Realização de oitivas	Ata de Reunião	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Revisão, Elaboração e análise de normativo	Minuta de normativo / Nota Técnica	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Sistemas e Cadastros - Coleta de informações (por dia).	Alimentação do CEAF / Alimentação do CGUPJ/CGU-PAD	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Sistemas e Cadastros - Conferência de informações e inclusão em banco de dados (por dia).	Alimentação do CEAF / do CEIS (órgãos externos ao PEF)	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Sistemas e Cadastros - Extração de dados	Planilha / Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Sistemas e Cadastros (Carga/importação de banco de dados).	Alimentação do CEAF / CEIS (órgãos externos ao PEF) / Capacitados / Penalidades de empresas)	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Supervisão Correcional - articulação, comunicação/disseminação de conhecimento (por dia)	Postagens do Portal das Corregedorias e produção de e-mail circular	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Supervisão Correcional - levantamento de informações, análise de dados/documentos, identificação de fragilidades e boas práticas	Relatório / Questionário	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Supervisão Correcional - Monitoramento de recomendações	Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Supervisão Correcional - proposição e negociação de recomendações / produção de Termo de Compromisso	Termo de Compromisso	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Tarjamento - Análise e Tarjamento de Processos/Documentos	Processo/Documento tarjado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Visita Técnica (Elaboração de peça processual).	Ofício / Planilha / Formulário / Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo Correicional	Participar em comissão de processo administrativo disciplinar ou sindicância	Relatórios/Decisões	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Preencher formulário SGAC	Formulário preenchido	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Elaborar Nota Técnica	Nota Técnica Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Elaborar de Minuta de Instrumento de Parceria	Minuta Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Elaborar Minuta de Plano de Trabalho	Minuta Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Elaborar minuta de Instrumento da Parceria e Plano de trabalho	Minuta Elaborada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Acordos e Parcerias	Elaborar relatório parcial/final sobre a parceria/Nota sobre necessidade de ajustes ao ACT e Plano de Trabalho	Relatório/Nota Técnica elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Análise da Solicitação de Sigilo do Gestor	Nota Técnica	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Análise de ato admissional	Ato, parecer.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Análise de demandas do Banco de Denúncias	Processo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Análise de manifestação sobre trilhas de pessoal	Ocorrência	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Acompanhamento de TCE (Tomada de Contas Especial)	Processo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) ou Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)	Relatório, Plano	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Análise e instrução de Processos de demandas externas e internas afetas à AUDIN	Processo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Benefícios Financeiros ou não Financeiros: Instrução e análise de ações de controle executadas pela AUDIN	Formulário	4	8	20	40	80

AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Desenvolvimento de soluções tecnológicas.	Sistemas, consultas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Elaboração de Notas Informativas, Técnicas, ou documentos similares	Nota Técnica, Nota informativa.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Elaboração e análise de normativos - AUDIN	Peça, normativo.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Estudos Técnicos em temas relacionados às atividades da AUDIN.	Nota Técnica decorrente dos estudos, resumos, resenhas, fichamentos, apresentações em programas como power point ou power BI.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Execução de ação de controle: Coleta e análise de dados, produção/coleta de papéis de trabalho, Minuta da Matriz de Achados	Matriz, Papéis de Trabalho, Planilhas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Levantamento, cruzamento e análise de bases de dados	Planilha, relatório.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Monitoramento/Elaboração de Ofícios, Solicitações de Auditoria e demais documentos necessários à execução de ações de controle.	Ofícios, Solicitação de Auditoria, Relatório, Nota Técnica.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Monitoramento: análise das respostas feitas pela Administração	Atualização da situação da Recomendação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Preparação e aprovação do relatório para publicação atendendo aos requisitos legais de sigilos	Relatório.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Aplicação do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna	Ofícios, Solicitação de Auditoria, Relatório, Nota Técnica.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Auditoria	Avaliação da maturidade da Auditoria Interna do Ipea	Implementação/atualização da análise do IA-CM	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Instruir processo para o encaminhamento de pagamento de fatura de contratos e serviços/ aquisições (Medições, Parecer, Relatórios, Check-Lists etc).	Processo instruídos para realização de pagamento	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar documentos administrativos para aquisição/contratação para o setor (Projeto Básico, Termo de Referência, Nota Técnica, Anexos, entre outros).	Documento elaborado (Estudo técnico preliminar, DFD, Mapa de Riscos, Nota Técnica, Pesquisa Mercado, Termo de Referência, revisão de Edital, Pesquisa Preço, Pesquisa Painel de Preços e Despachos)	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar Documento de Formalização de Demanda	Documento de Formalização da Demanda pronto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar Estudo Técnico Preliminar	Estudo Preliminar da Contratação Pronto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar Mapa de Riscos (planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão contrato)	Mapa de Riscos da Contratação Pronto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Realizar pesquisa de preços	Pesquisa de Preços Pronta	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar Termo de Referência	Termo de Referência Pronto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar minuta de contrato/edital	Minuta pronta	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Registrar Licitação/Dispensa/Inexigibinilidade/Contrato no SIASG	Registro no SIASG realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Responder Parecer Jurídico	Resposta ao Parecer pronta	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Responder a questionamentos/análise de propostas e habilitação	Resposta a questionamentos/recurso pronta(s)	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Responder impugnação e recursos	Resposta a questionamentos/recurso pronta(s)	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Emitir Ordem de Serviço (OS)	OS encaminhada ao fornecedor	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Analisar documentação para pagamento/relatório parcial de entrega/produto entregue pelo fornecedor/fiscalização	Documentação/Produto analisado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Solicitar/Analisar pedido de renovação ou aditivo contratual, repactuação, reajuste, aplicação de penalidade	Documento pronto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Elaborar e gerir o PAC	PAC elaborado/Alteração realizada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Gerir Ata de Registro de Preços	Documento e procedimento relativo a gestão da ata realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Pesquisar soluções no mercado visando ao atendimento das demandas administrativas	Documento ou registros da pesquisa, downloads de arquivos ou outro meio	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Compras, Contratação e Gestão dos Contratos	Participar de sessões públicas como pregoeiro e equipe	Relatórios/Decisões	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Recebimento de demanda para produção de publicação no Editorial	Registro de E-pedido com arquivos de publicação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Formatação de texto de 32 laudas	Arquivos em Word	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Revisão de texto de 32 laudas	Arquivos em Word e InCopy	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Diagramação de texto de 32 laudas	Arquivos de InDesign, Illustrator e PhotoShop	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Arte-finalização de texto de 32 laudas	Arquivos em PDF e InCopy	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Editoração de Textos	Confecção de ePub de texto com 32 laudas	Arquivos em InDesign e Sigil	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Atendimento a demandas de imprensa	E-mails e registros de controle de atendimento	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Criação de posts e campanhas para as redes sociais	Posts, cards e animações para redes sociais	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Atualização e manutenção dos canais institucionais do Ipea na internet e/ou na intranet	Conteúdo em texto, imagem ou vídeo para internet ou intranet	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Criação de identidade visual para eventos institucionais	Projeto de identidade visual	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Criação gráfica de material institucional (folders, cartazes, adesivos etc)	Peças gráficas como banners, cartazes, saias-de-mesa, adesivos etc.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Criação de projeto visual e layout para site, sistema ou painel	Projeto visual ou plano de desenvolvimento	4	8	20	40	80

AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Diagramação de boletim, agenda ou newsletter (não incluída a edição do texto)	Boletim, agenda ou newsletter	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Edição e tratamento de fotos	Arquivos de foto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Monitoramento e análise das métricas das páginas do Ipea na web e nas redes sociais	Relatório de métricas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Monitoramento e resposta aos comentários de usuários dos perfis oficiais do Ipea nas redes sociais	Post com comentários em redes sociais	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Planejamento de campanhas do Ipea na internet e/ou na intranet	Projeto de campanha	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Planejamento e criação de campanhas institucionais e novas ações para os perfis oficiais do Ipea nas redes	Projeto de campanha	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Produção de conteúdo institucional (briefings, roteiros, balanços de ações etc.)	Relatórios institucionais	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Produção e edição de vídeos e vinhetas audiovisuais	Arquivos de vídeo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Produção/edição de releases e textos jornalísticos	Arquivos de texto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Produção/edição de podcasts	Arquivos de áudio	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Transmissão ao vivo, via YouTube e Portal Ipea, de webinars realizados de maneira remota	Streaming em vídeo	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Comunicação	Produção e edição de Comunicas, Ipea Informas, matérias para a intranet e demais conteúdos em texto para comunicação interna	Arquivos de texto	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Eventos	Recebimento e análise de demandas (via E-pedidos) de Eventos	Registro de E-pedido com demandas de eventos	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Eventos	Briefing de organização do evento com os demandantes	Levantamento de demandas e ações	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Eventos	Organização e execução de webinars	Webinar	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Pessoal	Plano Elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Gerenciar o Controle de Frequência Mensal - Geral	Relatório elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Gerenciar o Ponto Eletrônico/Jornada de Trabalho - Mensal	Relatório elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Realizar manifestação/instrução processual de requerimentos recebidos (capacitação, licenças, afastamento, auxílios, aposentadoria, abono, férias, isenção de IR, benefícios e etc)	Documento elaborado/Processo concluído	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Realizar processo seletivo simplificado - interno/externo	Processo seletivo simplificado realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Instruir de processos de movimentação de Servidores	Processo concluído	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Instruir processos de perícia médica	Processo concluído	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Executar programa de estágio	Relatório de ocorrências, provimentos e desligamentos, Avaliações de desempenho e Repactuações	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Elaborar Folha de Pagamento	Relatório contendo folha de pagamento com todas inclusões/exclusões	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Pessoas	Instruir e gerenciar processos de avaliação de servidores	Relatório sobre desempenho institucional/ Comunicados e Normas Elaborados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Analisar e Executar de scripts enviados por desenvolvedores externos à unidade ou ao Ipea.	Scripts executados em Banco de Dados ou devolvidos aos remetentes com as considerações de aprimoramentos necessários.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Atualizar versões de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados, sem necessidade de migração para outro host.	SGBD atualizado.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Atualizar de versões de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados, com necessidade de migração para outro host.	SGBD migrado para versão atualizada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Conceder acessos a bases em Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBDs)	Acesso a SGBD concedido.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Configurar ou Analisar Performance Tuning de Sistemas gerenciadores de bancos de dados.	SGBD otimizado quanto à performance.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Enviar bases de dados a prestadores de serviço ou equipes do Ipea	Bases de dados enviadas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Implementar ou alterar rotina de backup de bancos de dados.	Rotina de backup implementadas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Intervir em bancos de dados, para atualizar dados impossíveis de corrigir por Sistema. (Executar alguma operação DML ou DDL)	Sistemas de informação com bancos de dados corrigidos.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Corrigir erros que ocorrem em rotinas pré-estabelecidas nos SGBDs	Rotinas funcionando corretamente.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Realocar espaço em disco entre máquinas virtuais.	Disco realocados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Conceder permissões de acesso a bases de dados ou servidores	Acesso a bases de dados ou recursos concedidos	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Configurar manter permissões de compartilhamento de pastas e arquivos na rede	Acesso a recurso computacional	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Fazer a Manutenção interna de sistemas de informação (sem acionar a fábrica de software)	Sistemas de informação corrigidos ou evoluídos. Em ambos os casos o sistema deve ser testado.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Verificar erros ou confirmar lógica de funcionamento em sistemas de informação legados, que não sofrem mais manutenção.	Sistemas de informação legados funcionando.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Criar instalador com certificado para acesso remoto via Virtual Private Network (VPN)	Cliente VPN gerado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Liberar requisições de aplicação no Apache2/Modsecurity	Regra de firewall de aplicação criada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Configurar e manter contas de usuários locais, usuários do domínio e de contas de serviços	Conta de usuário configurada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Criar contas de usuários externos na Nuvem do Ipea	Conta de usuário externo do Nuvem criada	4	8	20	40	80

AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Criar, alterar ou excluir conta de e-mail	Caixa de correio configurada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Gerenciar licenças de uso de aplicações corporativas.	Licenças de aplicações corporativas geridas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Gerenciar licenças de uso de sistema operacional e de terminal remoto	Sistema operacional e terminal configurados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Configurar e manter máquinas virtuais	Máquina virtual configurada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Criar de máquinas virtuais para novas aplicações e serviços	Máquina virtual criada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Instalar e manter corporativas.	Aplicação corporativa configurada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Provisionar e gerenciar recursos de armazenamento dados para usuários e servidores de rede	Área de armazenamento criada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Confeccionar e alterar formulários do Sistema de Controle de Pedidos;	Formulário de e-Pedidos criado ou alterado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Incluir e excluir usuários nos grupos de trabalho do Sistema de Controle de Pedidos;	Usuários cadastrados.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Instalar atualizações de sistemas operacionais e de outras ferramentas.	Sistema operacional atualizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Manter controle de acesso às redes do Ipea	Controle de acesso configurado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Manter e gerenciar sistema de e-mail.	Servidor de email configurado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Manter e gerenciar sistema de proxy.	Servidor proxy configurado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Manter e gerenciar o sistema de segurança de e-mail.	Filtro de email (Antispam) configurado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Monitorar e controlar de ativos de rede.	Ativos de rede monitorados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Monitorar e controlar servidores, infraestrutura e serviços de rede	Servidores e serviços de rede monitorados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Alterar rotina de implantação (deploy), compilação ou montagem (build) de aplicações (inlcusive jobs do Jenkins)	Rotina de implantação atualizada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Copiar arquivos e pastas nos ambientes de homologação e produção.	Arquivos de produção copiados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Executar rotina de implantação (deploy), compilação ou montagem (build) de aplicações (inclusive jobs do Jenkins)	Rotina Executada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Realizar cópia de segurança (backup) de dados	Cópia de segurança (backup) realizada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Restaurar cópia de segurança (backup) de dados, inclusive aquelas para outros ambientes como Desenvolvimento e Homologação.	Cópia de segurança (backup) restaurada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Efetuar a Triagem, Encaminhamento ou Reencaminhamento de solicitações no Sistema de Controle de Pedidos.	Pedidos de atendimento triados	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Help Desk IpeaProjetos	Demandas respondidas por telefone, e-mails e outras ferramentas tecnológicas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Ministrar Treinamento IpeaProjetos	Apresentação do sistema e dirimir eventuais dúvidas dos participantes	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Edição de Tutoriais IpeaProjetos	Edição de documentos com o passo a passo dos comandos do sistema IpeaProjetos (Word, PDF, Power Point, e-mail) e o devido envio à área solicitante	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Cadastro de usuários e itens (produtos, fontes de recursos, bases de dados, sftwares, etc) no sistema IpeaProjetos	Inclusão de dados no sistema IpeaProjetos	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Edição de perfil de usuários no sistema IpeaProjetos	Edição de dados no sistema IpeaProjetos	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Edição de coordenações e diretorias de usuários e projetos, no sistema IpeaProjetos	Edição de dados no sistema IpeaProjetos	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão de Tecnologia	Consultas e extração de relatórios do sistema IpeaProjetos (consulta via sistema e SQL)	Planilhas em Excel e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Realizar lançamentos relativos a gestão orçamentária, financeira e patrimonial e operacionalização no SIAFI	Documento produzido / lançamento no SIAFI realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Realizar lançamentos relativos relativo a despesas com aquisições, serviços e contratos e operacionalização no SIAFI	Documento produzido / lançamento no SIAFI realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Realizar a gestão do cartão corporativo	Documento produzido / lançamento no SIAFI realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Realizar a Gestão dos Créditos de Conta Vinculada	Documento produzido / Relatório / Comprovante dos lançamentos de conta vinculada de empresas contratadas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Realizar a Conformidade Diária (Contratos, Processos e Gestão)	Nota Técnica / Lançamento no SIAFI realizado	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Gestão Financeira	Elaborar Análises, Classificação e Registros Contábeis, Relatórios, Notas Explicativas e inserir dados em sistemas estruturantes	Documento elaborado e lançamento no SIAFI/CADIN/SIASG	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Análise e elaboração de respostas às manifestações, exceto denúncias, direcionadas ao Ipea.	Manifestação, exceto denúncia, analisada e respondida conclusivamente.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Arquivamento de processos referentes a pedidos e recursos LAI.	Despacho final de arquivamento de processo referente a pedido de acesso à informação dirigido ao Ipea após a certificação do cumprimento de todas as fases.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Criação de arte para inclusão em canais institucionais.	Arte criada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Criação de sítio eletrônico.	Página criada	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Distribuição diária de pedido e/ou recurso LAI.	Distribuição dos processos para os analistas componentes da equipe considerando a avaliação das cargas pactuadas para PGD ou para exercício na Sede.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Elaboração de documentos de comunicação externa.	Ofício/ Ofício-circular/Nota informativa.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Elaboração de Projeto Básico OUVID.	Projeto com objeto novo.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Elaboração de Projeto Básico OUVID.	Projeto recorrente com atualização de dados e novo plano de trabalho ou projeto semelhante a projeto já existente.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Instrução e produção de parecer referente a recursos LAI - 2ª instância.	Parecer referente aos recursos contra decisões denegatórias proferidas pelo Ipea na qualidade de órgão detentor de informações públicas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Instrução e produção de parecer referente a recursos LAI - 1ª instância.	Parecer referente aos recursos contra decisões denegatórias proferidas pelo Ipea na qualidade de órgão detentor de informações públicas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Monitoramento do cumprimento de decisões.	Providos CGU. Despacho referente ao monitoramento do cumprimento da decisão no âmbito de recursos providos ou parcialmente providos pela CGU com ou sem denúncia.	4	8	20	40	80

AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Monitoramento do cumprimento de decisões.	Providos CMRI. Despacho referente ao monitoramento do cumprimento da decisão no âmbito de recursos providos ou parcialmente providos pela CMRI com ou sem denúncia oferecida pelo cidadão.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Monitoramento do cumprimento de decisões.	Perda do Objeto: Despacho referente ao monitoramento do cumprimento da promessa de entrega futura de informações (perda do objeto) ou avaliação de manifestação do cidadão referente a decisões de perda do objeto proferidas pela CGU.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Monitoramento do cumprimento de decisões.	Acolhimentos: Despacho referente ao monitoramento do cumprimento de decisões de acolhimento de recursos pertinentes a reclamações infrutíferas.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Parecer referente a pedidos de revisão (e-SIC/e-OUV).	Despacho referente ao pedido de revisão do encaminhamento do e-SIC para o e-OUV.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Pesquisa e Desenvolvimento de conteúdo para matéria.	Desenvolvimento de conteúdo com análise de dados - extração de dados, edição de planilha. Produção de matéria de alta complexidade.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Pesquisa e Desenvolvimento de conteúdo para matéria.	Produção de matéria de média complexidade.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Pesquisa e Desenvolvimento de conteúdo para matéria.	Produção de matéria de baixa complexidade.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Produção de material audiovisual e comunicação sobre temas relacionados à ouvidoria (briefing, roteiros, imagens, fluxos, infográficos etc.).	Produtos de comunicação (filme, vídeos, textos, material gráfico, fluxo, briefing, roteiros, imagens, fluxos, infográficos etc.).	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Produção de respostas (subsídios/minuta) às demandas de ouvidoria e pedidos de acesso à informação direcionadas ao Ipea (e-SIC, e-Ouv, e-mail).	Resposta final ou minuta de resposta a demanda de ouvidoria.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Revisão de respostas dos interlocutores da LAI.	Aprovação das respostas LAI para registro no sistema e-sic ou despacho de devolução da resposta ao Interlocutor para devidas correções.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Revisão e aprovação de denúncias.	Denúncias revisadas e aprovadas (10 Denúnicas = 8h).	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Revisão e aprovação de manifestações, exceto denúncias, direcionadas ao Ipea.	Manifestação, exceto denúncia, revisada.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Triagem diária de pedido e/ou de recurso LAI.	SIC: Análise e tramitação do pedido de acesso à informação para o interlocutor da LAI. Recursos da LAI: preenchimento de campos na Planilha de Triagem após avaliação preliminar do processo recebido, levantamento casos de precedentes, sugestão de encaminhamento e de atribuição de grau de complexidade.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Triagem, registro e elaboração de resposta às denúncias direcionadas ao Ipea.	Uma denúncia analisada preliminarmente (5 denúncias = 8h).	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Tutoria (orientação e revisão de parecer) referente a recursos LAI, por dia.	Orientação de equipe e revisão de despachos e pareceres referente a pedidos e recursos LAI, bem como de outros produtos da Coordenação.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Exercer, na pessoa de seu titular, as atribuições previstas no art. 40 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011	Relatórios, orientações e recomendações.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas do Processo de Ouvidoria	Em conformidade com o disposto no art. 5º, § 4º, do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos (PDA) do Ipea.	PDA publicado e atualizado e conjunto de dados disponibilizados em dados.gov.br.	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gastos de bolsas (Ipea e diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gastos de Viagens (Ipea e diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gastos de serviços gráficos (Ipea e diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gastos de eventos (Ipea e diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gastos de traduções (Ipea e diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório gerencial mensal com gráficos dos Limites Orçamentários (limite autorizado, executado e disponível)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório Gerencial de Despesas (contendo o resultado da análise dos gastos com bolsas, viagens, serviços gráficos, eventos, traduções e o comparativo com os limites orçamentários - disponível, comprometido e executado)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos), apresentação Power Point e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de Relatório de Metas Institucionais (utilizando dados do site do Ipea, blog Carta de Conjuntura, sistema IpeaProjetos e dados enviados pelas diretorias)	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos), apresentação Power Point, relatório e Publicação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Apuração do Desempenho Institucional do Ipea - GDA	Planilhas em Excel	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Apuração do Desempenho Institucional do Ipea - Real	Planilhas em Excel	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Relatório Gerencial com os produtos de metas executados e os dados comprobatórios	Planilhas em Excel (tabelas) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatórios com os dados quantitativos e qualitativos dos Indicadores Estratégicos	Planilhas em Excel (tabelas e gráficos) e relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Edição de relatório com as Apresentações realizadas no Proev	Planilha em Excel	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Extração e edição do relatório Plano de Trabalho	Planilha em Excel, relatório e publicação	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Condução do processo de revisão do Plano Estratégico do Ipea	Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Organização do processo de definição de Metas Institucionais Anual	Planilha em Excel, documento em Word e publicação	4	8	20	40	80

AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Elaboração de roteiros e realização de entrevistas	Questionários elaborados e entrevistas realizadas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Compilação dos dados das entrevistas, análise e validação dos resultados, e elaboração de gráficos e tabelas	Dados compilados; resultados validados e analisados; e gráficos e tabelas criadas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Inserção de informações no ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos e Integridade	Informações inseridas no ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos e Integridade	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Verificação de projetos no Sistema IpeaProjetos	Conferência das informações cadastradas	4	8	20	40	80
AAD - Etapas Processo de Planejamento Estratégico, Risco e Integridade	Gerenciamento do diretório Ipea no portal REPEC	Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Pesquisar jurisprudência, doutrina e Legislação de assuntos de interesse da área na Internet e bases de conhecimentos	Relatório com resultado da pesquisa	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Elaborar, revisar e analisar procedimentos e/ou documentos - (nota técnica, nota informativa, normas, devolutivas, parecer, ofício, despacho, email, minuta de decisão, minuta de normativo, documento opinativo, relatório, ata de reunião, demandas judiciais, processos administrativos e solicitações de auditoria etc.) (por peça)	Documento/Procedimento elaborado, revisado ou analisado	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Realizar Gestão Estratégica do Setor	Estudos, Projetos, Levantamentos, Planos de Trabalho, Matriz de Planejamento do Setor produzido	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Elaborar pesquisa e/ou estudo Preliminar para reunião, apresentação, etc.	Documento elaborado (Resumo / Apresentação) / E-mail / Reunião / Relação das fontes pesquisadas / Planilha / Rol de quesitos ou perguntas	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Realizar a gestão dos processos e atividades da área (análise, triagem, encaminhamento e recebimento de demandas)	Gestão de processos e atividades realizada	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Realizar o planejamento, formalização, acompanhamento, revisão e/ou avaliação de projetos, atividades e ações	Documento produzido(Notas Técnicas, Despachos, Pareceres, Relatórios Técnicos, Relatórios de monitoramento)	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Participar de reuniões	Reunião realizada	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Realizar a gestão da equipe (Estabelecimento de metas, atividades e cronogramas a serem observados e supervisão do trabalho de servidores, consultores, terceirizados ou bolsistas).	Gestão da equipe realizada	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Efetuar atendimento ao público interno e externo	Público Interno Atendido	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Prestar atividades de assessoramento a Diretoria/Coordenação/Gabinete	Relatório de atividades produzido	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Operar os sistemas institucionais do Ipea ou de Governo	Sistemas atualizados, relatórios e planilhas produzidos	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos da Área	Atualização de bases de dados e sistemas informatizados.	Alimentação dos Banco de Dados/Sistemas Informatizados	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Assessoria Técnica	Execução de etapa de processo de governança de dados	Documento ou registro em processo eletrônico, sistema de informação ou outro meio.	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Assessoria Técnica	Execução de etapa de processo de desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação (TI)	Documento ou registro em processo eletrônico, sistema de informação ou outro meio.	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Assessoria Técnica	Execução de etapa de processo administrativo	Documento ou registro em processo eletrônico, sistema de informação ou outro meio.	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Assessoria Técnica	Execução de etapa de processo de gerenciamento	Documento ou registro em processo eletrônico, sistema de informação ou outro meio.	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Capacitação	Prestar Serviço de Capacitação (Planejamento/Elaboração/revisão de materiais instrucionais para cursos presenciais e EAD e ministrar aula/curso).	Material didático elaborado e/ou aula ministrada.	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Capacitação	Participar de evento/ capacitação	Capacitação realizada/Participação em evento realizada	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Logística	Fazer levantamento referente a gestão patrimonial e de almoxarifado e inserir dados no sistema	Relatório Elaborado, Sistema Atualizado e Termos de Responsabilidade emitidos	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Logística	Elaborar relatório de necessidades de aquisição de patrimônio e almoxarifado e sugestão de desfazimento de bens	Relatório Elaborado, Sistema Atualizado e Termos de Responsabilidade emitidos	4	8	20	40	80
AAD - Gestão de Processos de Logística	Elaborar inventário anual / parcial	Inventário Elaborado	4	8	20	40	80
AAD - Outras Atividades de Assessoria e Desenvolvimento Institucional	Outras atividades de Assessoria e desenvolvimento institucional	Relatório	4	8	20	40	80
AAD - Participação em Colegiados	Participar e realizar atividades relacionadas à gestão e à participação em colegiados internos e externos - comissão, comitê, núcleo, conselho, grupo de trabalho etc.	Documento comprobatório relativa a participação (Levantamento de dados e informações, envio e resposta a e- mails, minuta de normativo, participação em reuniões, parecer, apresentação, relatório)	4	8	20	40	80

TABELA DE PARÂMETROS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE DAS ATIVIDADES

Parâmetros	Faixas de Complexidade				
	A	B	C	D	E
Conhecimento técnico necessário E/OU capacidade de estudo e novo aprendizado	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto
Habilidade redacional E/OU de análise quantitativa	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto
Habilidade interpessoal para trabalho em equipe E/OU necessidade de concentração para trabalho individual	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto
Atividade rotineira	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto
Necessidade de criatividade ou inovação	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto
Volume de tarefas	Baixo	Baixo/Médio	Médio	Médio/Alto	Alto

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 476, DE 4 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria MEC nº 1.027, de 16 de dezembro de 2021, que define as ações e metas do exercício de 2021/2022 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 5º do art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, em conformidade com o § 5º do art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, e com o art. 8º da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, em observância ao contido no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, e considerando o disposto na Portaria MEC nº 1.118, de 7 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria MEC nº 1.027, de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 238, de 20 de dezembro de 2021, Seção 1, passa a vigorar com a seguinte alteração:

METAS INSTITUCIONAIS GLOBAIS

AÇÕES GLOBAIS	DESCRIÇÃO	NOME DO INDICADOR	META ESTABELECIDA	PERIODICIDADE DE MENSURAÇÃO
Expandir e qualificar a oferta de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica nas redes públicas e privada.	Expandir e qualificar a oferta de matrículas de educação profissional e tecnológica, por intermédio da atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do fomento a programas e projetos destinados à oferta de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e de qualificação profissional nas redes públicas e privadas.	Número de matrículas	Dois milhões de matrículas	Anual

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 23000.008049/2017-62
Interessado: Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC.
Assunto: Despacho Ministerial de 5 de novembro de 2020.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 00289/2022/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 26 de abril de 2022, da Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, bem como no Despacho nº 521/2022/DP4/GAB/SE/SE-MEC, de 9 de junho de 2022, da Secretaria-Executiva, unidades administrativas deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, indefiro o requerimento administrativo apresentado pelo Instituto de Administração e Gestão Educacional - IMEPAC, cujo objetivo era a revogação do Despacho Ministerial de 5 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2020, que deixou de homologar o Parecer CNE/CES nº 429/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 23000.014935/2022-92.
Interessado: Airton Kwiatkoski e Universidade Federal de Santa Maria.
Assunto: Pedido de revisão de Processo Administrativo Disciplinar (nº 23081.002961/2015-96/UFSM).

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 414/2022/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 9 de junho de 2022, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, bem como no Ofício nº 879/2022/CGA/GAB/SE/SE-MEC, de 24 de junho de 2022, da Secretaria-Executiva, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acolho as conclusões para conhecer de tal pedido, mas o indefi-lo, por inexistirem os pressupostos de admissibilidade da revisão, previstos no art. 174 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE JULHO DE 2022

Em consonância com o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, c/c o art. 2º, § 1º, do Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020, e o art. 3º, inciso II, c/c o art. 10, inciso III, e §§ 1º e 2º da Portaria PGU nº 11, de 8 de junho de 2020, autorizo a celebração de Acordo entre a União e o Município de Breves/PA nos autos do Processo nº 0000709-63.2007.4.01.3900 (5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará), cujo objeto é o pagamento de verbas do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef (Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996), consistente no recálculo do valor mínimo anual por aluno - VMAA, no interregno de fevereiro de 2002 a dezembro de 2006. A autocomposição foi realizada com base nas diretrizes do Plano Nacional de Negociação nº 13.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 95, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 5 (cinco) anos, a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP/UNIFESP), CNPJ nº 07.437.996/0001-46, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), conforme o Processo nº 23000.012183/2022-25.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 96, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF), CNPJ nº 64.037.492/0001-72, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA), conforme o Processo nº 23000.010357/2022-15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 97, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico (FADEMA), CNPJ nº 03.049.886/0001-56, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE-MG), conforme o Processo nº 23000.015415/2022-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 98, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), conforme o Processo nº 23000.014890/2022-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 99, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE), CNPJ nº 08.961.997/0001-58, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), conforme o Processo nº 23000.015022/2022-93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 100, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), conforme o Processo nº 23000.016647/2022-72.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 101, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 5 (cinco) anos, a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (FUNDECC), CNPJ nº 07.905.127/0001-07, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Lavras (UFLA), conforme o Processo nº 23000.008559/2022-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 102, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (FUNETEC-PB), CNPJ nº 02.168.943/0001-53, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme o Processo nº 23000.010408/2022-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 103, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), CNPJ nº 37.116.704/0001-34, atuar como fundação de apoio ao Hospital Universitário de Brasília (HUB-UnB), conforme o processo nº 23000.008513/2022-88.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 104, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE-UFPE), CNPJ nº 11.735.586/0001-59, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), conforme o Processo nº 23000.013482/2022-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 105, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do ABC (UFABC), conforme o Processo nº 23000.015822/2022-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 106, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia(FACTO), CNPJ nº 03.832.178/0001-97, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), conforme o Processo nº 23000.016406/2022-23.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 107, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), CNPJ nº 06.220.430/0001-03, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), conforme o Processo nº 23000.016019/2022-97.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 108, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Empresa-Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FEEng), CNPJ nº 02.475.386/0001-13, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), conforme o Processo nº 23000.015507/2022-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 109, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), CNPJ nº 06.220.430/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Observatório Nacional (ON), conforme o Processo nº 23000.014993/2022-16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 110, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST), CNPJ nº 02.980.103/0001-90, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), conforme o Processo nº 23000.016385/2022-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 111, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Médica do Rio Grande do Sul (FUNDMED), CNPJ nº 94.391.901/0001-03, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme o Processo nº 23000.008826/2022-36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 112, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação Médica do Rio Grande do Sul (FUNDMED), CNPJ nº 94.391.901/0001-03, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), conforme o Processo nº 23000.016673/2022-09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 744, DE 5 DE JULHO 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201902939	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	Centro Universitário Campo Limpo Paulista	INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA	RUA GUATEMALA, 167, , JARDIM AMÉRICA, CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
2	201926694	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	AELBRA EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL	CEULP - CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS, S/N, AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
3	202002412	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DA REGIÃO DOS LAGOS	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DOS LAGOS	AVENIDA PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHEK, 80, JARDIM FLAMBOYANT, CABO FRIO/RJ
4	201817869	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade de Castelo - Multivix Castelo	MULTIVIX CACHOEIRO ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	AVENIDA NICANOR MARQUES, 245, , CENTRO, CASTELO/ES
5	201927534	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
6	201901636	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, , ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
7	201904392	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASILIA	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	QUADRA SGAS 906, LOTES 8 E 9 , , ASA SUL, BRASÍLIA/DF
8	201903476	DESIGN (Bacharelado)	550 (quinhentas e cinquenta)	FIAM-FAAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	RUA DONA JULIA, 122, FIAM-FAAM - VILA MARIANA - UNIDADE I, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
9	201815298	ECOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	RUA TOMAZ GUIMARÃES, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SANTOS DUMONT, SENHOR DO BONFIM/BA
10	201817638	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA DOUTOR CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA SOUZA, 200, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CENTRO CÍVICO, MOGI DAS CRUZES/SP
11	201927833	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	RODOVIA ENGENHEIRO JORGE NETO, , KM 03, SILOS, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 306, DE 4 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 28 e 29 da Portaria/MEC n° 1.095, de 27 de agosto de 2010, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Publicar os resultados das metas institucionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, estabelecidas pela Portaria nº 196, de 10 de maio 2021, e revisada pela Portaria nº 535, de 11 de novembro de 2021, tal como se apresenta no anexo desta Portaria.

Art. 2°. O valor percentual total obtido na avaliação de desempenho institucional, calculado por meio de média aritmética dos percentuais de atingimento das ações e atividades estabelecidas foi de 100% (cem por cento). O valor percentual obtido está correlacionado com os 80 (oitenta) pontos para o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais (GDIAE) e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais (GDINEP) devidas aos servidores desta Autarquia.

JÔFRAN LIMA ROSENO

ANEXO

METAS INSTITUCIONAIS GLOBAIS
CICLO 2021

METAS INSTITUCIONAIS	METAS INTERMEDIÁRIAS	INDICADORES	META PREVISTA	META REALIZADA
Exames e Avaliações da Educação Superior e Pós-Graduação	Avaliações *in loco*	Avaliações de atos de entrada (Autorização e Credenciamento) que entrem na fase Inep até julho e tramitem pelo status em comissão até 31/12/2021	80%	80%(98,06% de 100%)
	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)	Número de exames realizados	1	1
	Editais do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida)	Número de editais publicados	2	2
Exames e Avaliações da Educação Básica	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	Número de exames realizados	1	1
	Exame Nacional de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)	Número de exames realizados	1	1
	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)	Número de exames realizados	1	1
	Avaliações da Educação Básica (Saeb)	Número de exames realizados	1	1
	Estudo Internacional de Progresso em leitura (PIRLS)	Número de exames realizados	1	1
Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	Publicação de periódicos, livros e cadernos	Número de publicações	8	9
	Atendimento realizado pelo Centro de informação e Biblioteca em Educação	Percentual de demandas atendidas	70%	70%
Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	Agenda de discussões sobre "Avaliação da Educação Profissional e tecnológica - EPT(Quintas da EPT).	Número de seminários	15	15
	Estudo sobre Educação Profissional Tecnológica - Egressos	Estudo realizado	30%	30%
Censo Escolar da Educação Básica e Censo da Educação Superior	Censo da Educação Superior	Número de censos realizados	1	1
	Censo Escolar da Educação Básica1	Número de censos realizados	1	1

RETIFICAÇÃO

Retificar o Art. 3º da Portaria nº 209, de 06 de junho de 2022, publicada no DOU nº 107, de 07 de junho de 2022, Seção 1, página 51, que define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2021, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Art.3º (...)

II - A partir do dia 01 de outubro de 2022 serão divulgados os demais insumos subsidiários do cálculo do CPC e do IGC, por curso de graduação e por IES, referentes a:

Leia-se:

Art.3º (...)

II - A partir do dia 01 de novembro de 2022 serão divulgados os demais insumos subsidiários do cálculo do CPC e do IGC, por curso de graduação e por IES, referentes a:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 808/DDP, DE 5 DE JULHO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições torna pública a retificação da portaria nº 645/2022/DDP, de 13/06/2022:

Onde se lê:

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	FRANCIELY VELOZO ARAGÃO	8,48
2º	STEFFAN MACALI WERNER	8,15
4º	OLGA MARIA FORMIGONI CARVALHO WALTER	7,99
5º	VANESSA NAPPI	7,58

Leia-se:

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	FRANCIELY VELOZO ARAGÃO	8,48
2º	STEFFAN MACALI WERNER	8,15
3º	OLGA MARIA FORMIGONI CARVALHO WALTER	7,99
4º	VANESSA NAPPI	7,58

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 127, DE 1º DE JULHO DE 2022

Institui o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e processo nº 23038.008733/2022-84, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI.

Art. 2º O Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI é um Programa de expansão e apoio ao processo de internacionalização, com foco na Pós-Graduação stricto sensu, visando à excelência de classe mundial e à assertividade no cenário internacional das instituições de ensino e de pesquisa brasileiras.

Art. 3º São objetivos do Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI:

I - Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;

II - Estimular a incorporação de padrões internacionais de excelência em ensino, pesquisa e extensão e sua integração nas rotinas básicas da IES, visando sua assertividade institucional no cenário global.

III - Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;

IV - Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional.

V - Promover a inserção das instituições participantes em um ambiente internacional.

Art. 4º O Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI é composto por dois subprogramas:

I - Programa para Desenvolvimento e Incorporação de Processos de Internacionalização - PIDP;

II - Programa Permanente de Internacionalização - PPI.

Art. 5º O Programa para a Incorporação e Desenvolvimento de Processos de Internacionalização - PIDP visa apoiar o primeiro nível de amadurecimento no processo de internacionalização institucional considerando os principais compromissos:

Elaborar e Formalizar as Políticas e Diretrizes de Internacionalização no PDI;

Realizar a Diagnose das Competências centrais da instituição;

Definir os Temas Estratégicos institucionais a serem focados na internacionalização;

Elaborar o Plano Estratégico de Internacionalização - PEI;

Consolidar parcerias estratégicas internacionais informais e/ou adicionar novas;

Implantar Processos básicos de apoio à internacionalização (Assessoria de RI etc.)

Art 6º Podem participar do Programa para a Incorporação e Desenvolvimento de Processos de Internacionalização - PIDP, instituições que tiverem PPGs com nota igual a 4 no nível de doutorado, segundo a última Avaliação Quadrienal da CAPES, e até 01 PPG com nota igual a 5.

Parágrafo único: As Instituições que foram beneficiárias do PIDP, avaliadas com desempenho satisfatório, podem igualmente, passar a participar do PPI, caso evoluam seus PPGs para conter, pelo menos, 2 PPGs com nível 5.

Art. 7º O Programa Permanente de Internacionalização - PPI visa apoiar a sustentação e avanço dos processos de internacionalização das instituições que possuam PPGs com nota entre 5 e 7, segundo a última Avaliação Quadrienal da CAPES, considerando os principais compromissos:

I - Cumprimento de objetivos, metas e ações presentes em seu Plano Estratégico de Internacionalização (PEI);

II - Participação em redes internacionais de pesquisa;

III -Mobilidade passiva e ativa;

IV -Políticas de produção intelectual e proficiência implantadas e em operação;

V - Adoção de critérios presentes nos rankings internacionais para avanço na presença das instituições brasileiras em cenário internacional;

VI Ações de melhoria do prestígio em ensino e pesquisa;

VII - Adaptação curricular para incorporação de práticas internacionais de ensino.

Art. 8º O processo de seleção das propostas tanto no Programa para Desenvolvimento e Incorporação de Processos de Internacionalização - PIDP quanto no Programa Permanente de Internacionalização - PPI será conduzido pela Diretoria de Relações Internacionais - DRI, com o apoio do Comitê de Seleção do Programa por ela instituído e obedecerá ao cronograma específico estabelecido no respectivo instrumento de seleção.

Art. 9º A liberação dos recursos de custeio ao proponente será realizada pela CAPES com base nos instrumentos normativos vigentes, considerando a natureza jurídica da Instituição beneficiada no âmbito do Programa.

Art. 10. A homologação e concessão de bolsas e auxílios será feita pela CAPES aos beneficiários.

Art. 11 Os procedimentos para liberação de recursos, concessão de bolsas, auxílios, acompanhamento financeiro e os procedimentos operacionais não previstos nesta Portaria serão regulamentados nos instrumentos de seleção e nas regulamentações da CAPES.

Art. 12 O acompanhamento da execução financeira dos Projetos de cooperação internacional será feito de forma contínua pela instituição contemplada, pelo Comitê Institucional de Gestão existente dentro da Instituição de Ensino Superior, por outros membros da instituição designados para esse fim e pela equipe técnica da CAPES.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação, conforme Art. 4º do Decreto 10.139 de 28 de novembro de 2019.

GENOSEINIA MARIA DA SILVA MARTINS

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 8.427, DE 28 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.024402/2022-58, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Primavera do Leste;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0023;

III - município (UF): Primavera do Leste (MT); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 33' 45''S / 054° 19' 50''W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DAC nº 545/SOP, de 8 de outubro de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 1 de novembro de 1993.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 8.277, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021665/2022-16, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Alvorada do Gurguéia;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0089;

III - município (UF): Alvorada do Gurguéia (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 26' 31'' S / 043° 51' 30'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.434, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022943/2022-52, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Flores;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0113;

III - município (UF): Piraquê (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 06°34'09" S / 048°12'44" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 8.454, DE 30 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00066.000846/2022-07 resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ITAPUÃ AERO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 36.149.648/0001-71, com sede social em Balsas (MA), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-06-00LW-02-00, emitido em 22 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 8.464, DE 3 DE JULHO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.015025/2021-96, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviço aéreo especializado na modalidade ensino e adestramento e a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC Tipo 2, emitido em 3 de julho de 2022, em favor da RANGEL - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - EPP, CNPJ 05.678.025/0001-62, situado na Avenida Olavo Fontoura, 1078 - Rangel - Setor D - Campo de Marte, Santana, São Paulo/SP - CEP 02012-021.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 8.465, DE 3 DE JULHO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.010946/2022-43, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviço aéreo especializado na modalidade ensino e adestramento e a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC Tipo 3, emitido em 09 de maio de 2022, em favor do CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ 02.108.023/0002-20, situado na Rua Luiza Bezerra Motta, 200, Catolé, Campina Grande/PB - CEP 58410-410.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 8.468, DE 4 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.008979/2022-23, resolve:

Art. 1º Revalidar, por 3 (três) anos, o credenciamento do médico Dr. Gilson Cirino dos Santos, CRM/PR 19658, MC 117, para a realização de exames de saúde periciais no endereço rua Emiliano Perneta, nº 860, Conj. 02 SB, Curitiba (PR), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo referido médico, no âmbito dos termos desta portaria, desde 3 de julho de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 395-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.009869/2022-27
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Comitê de Governança Digital e de Segurança da Informação - CGDSI
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da implementação da Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP), a ser observada no âmbito da ANTAQ,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 524, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar a Portaria-Minuta EADP SEI nº 1633849, que estabelece a Política de Proteção Dados Pessoais (PPDP) da ANTAQ.

6. Data da Reunião: 30/06/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 396-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.011643/2021-13
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Secretaria-Geral - SGE
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do regulamento referente ao processo eletrônico, ao credenciamento de usuário externo, ao peticionamento e à intimação eletrônicos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, decorrentes do Decreto nº 10.139, de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 524, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar a Portaria-Minuta CDCP (SEI nº 1636236), referente ao processo eletrônico, ao credenciamento de usuário externo, ao peticionamento e à intimação eletrônicos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

6. Data da Reunião: 30/06/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 397-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014011/2021-01
2. Interessado: Cleydson dos Santos Silva
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Administração e Finanças - SAF
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da cessão de servidor para ocupar cargo de Diretor da SC Participações e Parcerias - SCPar,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 524, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. autorizar a cessão do servidor Cleydson dos Santos Silva para ocupar cargo de Diretor da SC Participações e Parcerias - SCPar; e

5.2. após o término da cessão, o servidor deverá, pelo prazo de dois anos, ser lotado em Unidade, Gerência Regional ou Posto Avançado situado em localidade diversa do Estado de Santa Catarina, ainda que, fisicamente, possa permanecer nesse estado.

6. Data da Reunião: 30/06/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 398-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.008492/2022-99
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3.Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Secretaria-Geral - SGE
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da instituição da Unidade de Gerenciamento de Riscos e Integridade da ANTAQ - UGR, responsável pela coordenação, execução e monitoramento do Programa de Gestão de Riscos e Integridade da Agência,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 524, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. aprovar a Portaria-MINUTA SPL (SEI nº 1617174), que institui a Unidade de Gerenciamento de Riscos e Integridade da ANTAQ - UGR.

6. Data da Reunião: 30/06/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

PORTARIA DG ANTAQ Nº 425, DE 4 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o Guia de Boas Práticas para Implementação na Administração Pública Federal da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

CONSIDERANDO a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (POSIC/ANTAQ);

CONSIDERANDO a Política de Governança Digital e de Tecnologia da Informação (PGTI/ANTAQ) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (PGTI/ANTAQ);

CONSIDERANDO a relevância de aprimorar e sistematizar em política as práticas institucionais de proteção de dados e respeito à privacidade;

CONSIDERANDO as boas práticas em segurança preconizadas pelas normas da família ISO 27000, resolve:

Art. 1º Aprovar a Política de Proteção Dados Pessoais PPDP no âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Art. 2º A Política de Proteção de Dados Pessoais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - PPDP tem por finalidade estabelecer diretrizes para a proteção dos dados pessoais, observadas a legislação pertinente e as normas e orientações estabelecidas pelo Poder Executivo quanto à privacidade, à proteção dos dados pessoais, à transparência, ao acesso às informações públicas e à proteção das liberdades e dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Parágrafo único. Esta Política se aplica aos servidores, colaboradores, terceirizados, estagiários, fornecedores, prestadores de serviço e todos que realizem atividades que envolvam, de forma direta ou indireta, tratamento de dados pessoais custodiados pela Agência.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os fins desta Política, considera-se:

I - dado pessoal: dado relacionado a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

VII - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VIII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

IX - encarregado: pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro;

XIII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIV - compartilhamento de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XV - lei específica: Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) ou outra que venha a substituí-la;

XVI - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVII - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para países estrangeiros ou organismo internacional do qual o país seja membro; e,

XVIII - equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais da ANTAQ (ETIR/ANTAQ): grupo de servidores com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em rede de computadores da Agência;

XIX - autoridade nacional: órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em todo o território nacional;

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º As atividades de tratamento de dados pessoais observam a boa-fé e os demais princípios que integram a lei específica:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e,

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dedados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 5º A gestão da proteção de dados pessoais observará as seguintes diretrizes gerais:

I - gerir os riscos associados aos dados pessoais tratados pela ANTAQ;

II - adotar, desde a fase de concepção de produto ou de serviço até a sua execução, medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III - integrar as ações de proteção de dados pessoais, segurança da informação, gestão de riscos corporativos, governança de informações digitais, dados abertos e acesso à informação;

IV - limitar o tratamento de dados dos processos e atividades existentes ao mínimo necessário para realização de suas finalidades.

Art. 6º. As medidas e os investimentos em segurança e proteção de dados pessoais deverão ser priorizados para minimização dos riscos inerentes às atividades de tratamento de dados pessoais.

Art. 7º. O compartilhamento de dados dar-se-á nos termos da legislação e normativos vigentes e deverá constar do Inventário de Dados, bem como dos contratos, convênios e congêneres.

Art. 8º. O processo de gestão de incidentes de dados é iterativo, contínuo e tem por objetivo interromper e/ou minimizar os impactos decorrentes dos incidentes de vazamento ou uso indevido dos dados dos titulares.

Art. 9º. A ANTAQ estabelecerá o procedimento relativo à gestão de incidentes de dados pessoais, o qual deverá contemplar o fluxo de comunicação aos envolvidos e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados(ANPD).

Art. 10. O Inventário de Dados pessoais deverá ser mantido permanentemente atualizado.

Art. 11. Os regulamentos, serviços, sistemas e aplicativos da ANTAQ que envolvam tratamento de dados pessoais e forem desenvolvidos ou adquiridos deverão seguir os conceitos de privacidade e proteção dos dados pessoais desde a concepção, limitando a coleta de dados pessoais apenas àqueles itens necessários para os propósitos da atuação institucional.

CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Dos Direitos do Titular

Art. 12 O titular tem direito a obter da ANTAQ, em relação aos seus dados pessoais, a qualquer momento e mediante requisição:

I - a confirmação da existência de tratamento;

II - o acesso aos dados;

III - a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação vigente;

V - a eliminação dos dados pessoais tratados, quando o tratamento esteja condicionado ao consentimento do titular;

VI - a informação das entidades públicas e privadas com as quais a ANTAQ realizou uso compartilhado de dados;

VII - a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e

IX - a revogação do consentimento.

Parágrafo Único. A requisição será atendida sem custos para o titular e no prazo de até 15 (quinze) dias contado da data do requerimento.

Art. 13. O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, no mínimo:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do agente de tratamento;

IV - informações de contato da ANTAQ;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pela ANTAQ e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos na LGPD.

Seção II

Dos Agentes de Tratamento

Art. 14. A ANTAQ, controladora de dados pessoais, e o operador deverão manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 15. O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pela ANTAQ, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Seção III

Do Tratamento de Dados Pessoais

Art. 16. Na ANTAQ, os dados pessoais são tratados para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições da lei específica.

Art. 17. As unidades responsáveis pelo tratamento de dados devem adotar medidas técnicas e administrativas capazes de proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Art. 18. As unidades técnicas responsáveis pelas atividades de tratamento de dados pessoais devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem.

Parágrafo Único. Toda e qualquer atividade de tratamento de dados pessoais deve ser registrada, desde a sua coleta até a sua exclusão, indicando quais tipos de dados pessoais serão coletados, a base legal que autoriza os seus usos, as suas finalidades, o tempo de retenção, as práticas de segurança de informação implementadas no armazenamento, e com quem os dados podem ser eventualmente compartilhados, segundo o Inventário de Dados.

Art. 19. O tratamento de dados pessoais pode ser realizado mediante enquadramento em uma das hipóteses legais previstas na LGPD.

I - No caso de tratamento de dados pessoais sensíveis ou de crianças e adolescentes deve ser considerado o disposto nos arts. 11 e 14 da LGPD; e,

II - O término do tratamento dos dados ocorre sempre que a finalidade de tratamento for alcançada, por determinação da ANPD ou por solicitação do titular dos dados quando couber.

Seção IV Das medidas de Proteção de Dados Pessoais

Art. 20. Para proteger os dados do titular a ANTAQ poderá adotar, dentre outras, uma série de medidas, adequadas aos casos e com base em critérios de risco:

I - criptografia e pseudonimização;

II - anonimização;

III - proteção contra acesso não autorizado a sistemas;

IV - controle de acesso físico e lógico;

V - monitoramento e detecção;

VI - compromisso de manutenção do sigilo;

VII - manutenção do Inventário de Dados;

VIII - limitação do acesso aos dados pessoais conforme a necessidade de tratamento para atendimento de finalidade pública;

IX - plano de resposta a incidentes de privacidade;

X - inclusão de cláusulas de confidencialidade em contratos e aplicação de sanções decorrentes de incidentes relacionados à privacidade;

XI - proteção de dados desde a concepção e por padrão; e,

XII -capacitação dos servidores que tratam dados para atualização permanente sobre medidas de proteção.

Parágrafo Único. A quebra do sigilo acarretará responsabilidade do autor nos termos da legislação.

Art. 21. Os dados pessoais anonimizados não serão considerados dados pessoais, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for passível de ser revertido.

Parágrafo Único. A anonimização definitiva de dado pessoal será sempre irreversível, sendo aplicado nos casos em que o tratamento do dado pessoal não é mais necessário para atendimento de finalidade pública e o registro não possa ser descartado definitivamente sem comprometer a consistência do sistema ou de outros dados dependentes.

Art. 22. A anonimização de dados pessoais deve ser realizada com o propósito de mitigar os riscos de violação de dados.

Art. 23. Antes de realizar a anonimização de dados pessoais, será verificado se, no ciclo de tratamento dos dados, são observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade e qualidade dos dados.

Art. 24. A técnica de anonimização a ser utilizada em um dado, ou em um conjunto de dados, deve ser a mais adequada ao contexto e de acordo com os tipos dos dados

Seção V

Do Consentimento

Art. 25. O tratamento mediante consentimento exige que se registre a manifestação de vontade do titular de forma específica e destacada, dando ciência do conhecimento sobre as finalidades específicas daquele tratamento.

§ 1º Devem ser observadas as condições impostas pelo art. 8º da LGPD.

§ 2º O consentimento pelo titular poderá ser feito por escrito ou outra forma pela qual fique inequívoca a sua manifestação de vontade.

Art. 26. O tratamento de dados pessoais pela ANTAQ independe do consentimento do titular quando for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou para a execução de políticas públicas legalmente previstas.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS

Art. 27. Compete ao Controlador, além das obrigações previstas nos arts. 37 a 40 da LGPD:

I - aprovar as alterações na Política de Proteção de Dados Pessoais - PPPD;

II - estabelecer diretrizes, prioridades e ações específicas de proteção de dados pessoais;

III - garantir os recursos necessários para a execução da PPPD.

Art. 28. O Encarregado pelo tratamento de dados pessoais da ANTAQ terá as seguintes responsabilidades:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar a ANTAQ, e o seu corpo funcional, bem como os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - manter a PPDP e suas normas complementares atualizadas e disponíveis na intranet e/ou no sítio eletrônico da ANTAQ, respeitada a classificação de níveis de acesso;

V - promover a divulgação da PPPD e das normas complementares, de forma ampla e acessível, a todos os servidores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e estagiários que oficialmente executem atividades vinculadas à ANTAQ;

VI - coordenar a revisão da PPDP e a elaboração das normas complementares dela decorrentes;

VII - orientar os servidores e os colaboradores da ANTAQ a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

VIII - acompanhar os trabalhos da equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais da ANTAQ (ETIR/ANTAQ) nos incidentes relacionados à proteção de dados pessoais;

IX - acompanhar a aplicação de ações corretivas e administrativas cabíveis nos casos de violação de dados pessoais; e

X - executar as demais atribuições determinadas pela ANTAQ ou estabelecidas em normas complementares da ANTAQ ou da autoridade nacional.

§ 1º O Diretor-Geral designará o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, bem como instituirá o Escritório de Apoio de Apoio à Proteção de Dados (EAPD) destinado a dar suporte à realização das atividades do Encarregado.

§ 2º O Encarregado poderá solicitar o apoio de qualquer unidade organizacional para o desempenho de suas atribuições.

§ 3º A identidade e as informações de contato do Encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no sítio eletrônico da ANTAQ.

Art.29 São atribuições do EAPD, entre outras:

I - auxiliar na operação de compliance em proteção de dados pessoais;

II - apoiar o encarregado na implementação de melhorias nos processos da cadeia de valor;

III - atuar em conjunto com os agentes de tratamento de dados para garantir o fiel cumprimento da legislação;

IV - dar o suporte na elaboração de procedimentos e protocolos internos para ações relacionadas ao tratamento de dados pessoais e proteção à privacidade;

V - auxiliar na capacitação interna da ANTAQ e na formação de uma cultura de proteção de dados;

VI - elaborar informes sobre a avaliação de impacto sobre a proteção de dados, efetuada pelo responsável pelo tratamento;

VII - informar e aconselhar o responsável pelo tratamento e os servidores que tratem os dados, a respeito das suas obrigações e de outras disposições de proteção de dados; VIII - atuar no monitoramento da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

VIII - assessorar o Encarregado no sentido de promover eventos internos de sensibilização sobre proteção de dados pessoais na ANTAQ;

IX - promover a realização de outras atividades necessárias ao andamento regular das atividades do Encarregado, nas demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 30. As unidades organizacionais terão as seguintes responsabilidades:

I - prestar as informações demandadas pelo Encarregado pelo tratamento de dados pessoais;

II - cumprir as disposições da PPPD e as normas complementares dela decorrentes; e

III - definir os seus procedimentos internos em observância à PPPD e suas normas complementares

Art. 31. Os assuntos referentes à proteção de dados pessoais serão submetidos ao Comitê de Governança Digital e de Segurança da Informação (CGDSI), ressalvadas as competências específicas do Encarregado.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 32. O descumprimento das disposições constantes nesta Política e nas normas complementares sobre proteção de dados pessoais caracteriza violação de dever funcional, a ser apurada em processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

CAPÍTULO VIII

DAS ATUALIZAÇÕES

Art. 33. Esta Política deve ser revisada e atualizada periodicamente, no máximo a cada 2 (dois) anos.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta política em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pelo CGDSI.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

PORTARIA DG ANTAQ Nº 426, DE 4 DE JULHO DE 2022

Regulamenta o Processo Eletrônico, o Credenciamento de Usuário Externo, o Peticionamento e a Intimação Eletrônicos na ANTAQ.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das competências que lhe são conferidas pelos incisos IV e IX do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011643/2021-13, tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua Reunião Ordinária de nº 524, realizada 30 de junho de 2022, e o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que trata da política nacional de arquivos públicos e privados;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil (CPC);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, do art. 5º; no inciso II, do § 3º, do art. 37; e no § 2º, do art. 216, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para o credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo no âmbito do Poder Executivo federal, conforme o disposto nos artigos 25; 27; 29; 35, § 5º; e 37; da Lei nº 12.527, de 2011;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015 e na Portaria Interministerial nº 11, de 25 de novembro de 2019, ambas dos Ministérios da Justiça e da Economia, que dispõem, respectivamente, sobre os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e a utilização do Número Único de Protocolo (NUP);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 37, de 19 dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que aprova as diretrizes para a presunção de autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Os procedimentos referentes ao processo eletrônico, ao credenciamento de usuário externo, ao peticionamento e à intimação eletrônicos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ficam consolidados nesta Portaria.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - Anexação de processos: união definitiva de um ou mais processos a outro processo, considerado principal, desde tratem de assunto relacionados;

II - Arquivo Central: arquivo de documentos em suporte físico correntes, intermediários e permanentes;

III - Atividades de protocolo: recebimento, classificação, registro, distribuição, controle de tramitação, expedição e autuação de documentos avulsos para a formação de processos, e os respectivos procedimentos decorrentes;

IV - Autenticação: declaração de autenticidade de um documento arquivístico, resultante do acréscimo, diretamente no documento, de elemento de verificação ou da afirmação por parte de pessoa investida de autoridade para tal;

V - Base de conhecimento: funcionalidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) destinada à inserção de orientações, definições e exigências necessárias para a correta instrução de um ou mais tipos de processos;

VI - Captura para o SEI: conjunto de operações que visam ao registro, à classificação, à atribuição de informações estruturadas e codificadas que descrevem e permitem gerenciar, compreender, preservar e acessar os documentos digitais ao longo do tempo e à anexação de documento arquivístico digital no SEI;

VII - Código CRC (Cyclic Redundancy Check): código que garante a autenticidade de um documento assinado eletronicamente no SEI, constante em sua declaração de autenticidade;

VIII - Código de classificação de documentos de arquivo: instrumento de trabalho utilizado para classificar por assunto todo e qualquer documento produzido ou recebido, com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos;

IX - Credencial de acesso SEI: credencial gerada no âmbito do SEI, que permite ao usuário atuar sobre processos com nível de acesso sigiloso;

X - Detentor do processo eletrônico: unidade(s) na(s) qual(is) o processo está aberto e passível de inserção de novos documentos para instrução processual;

XI - Documento: unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza;

XII - Documento arquivístico: aquele produzido e recebido por órgãos e entidades da administração pública federal, em decorrência do exercício de funções e atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos;

XIII - Documento corrente: documento arquivístico em curso ou que, mesmo sem movimentação, constitua objeto de consultas frequentes;

XIV - Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) Documento nato-digital: documento criado originariamente em meio eletrônico; ou

b) Documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

XV - Documento externo: documento arquivístico digital de origem externa ao SEI, ou seja, não produzido diretamente no sistema, independentemente de ser nato-digital ou digitalizado e de ter sido produzido na Antaq ou por ela recebido;

XVI - Documento intermediário: documento arquivístico que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguarda a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente;

XVII - Documento interno: documento arquivístico nato-digital produzido diretamente no SEI;

XVIII - Documento oficial: documento, de qualquer espécie e independente do suporte, produzido ou recebido pelo poder público capaz de produzir efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato;

XIX - Documento permanente: documento arquivístico de valor histórico, probatório e informativo que deve ser definitivamente preservado;

XX - Documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo;

XXI - Informação pública: informação, de qualquer espécie e independente do suporte, submetida ao acesso público irrestrito;

XXII - Informação restrita: informação, de qualquer espécie e independente do suporte, submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo;

XXIII - Informação sigilosa: informação, de qualquer espécie e independente do suporte, submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo;

XXIV - Intimação eletrônica: envio, diretamente pela Agência ao usuário externo previamente cadastrado, de documentos digitais, visando a comunicação de atos processuais em meio eletrônico;

XXV - Nível de acesso: forma de controle de acesso de usuários a processos e documentos no SEI, quanto à informação neles contida, segundo as seguintes regras:

a) Público: acesso irrestrito e visível a todos os usuários;

b) Restrito: acesso limitado aos usuários das unidades em que o processo esteja aberto ou por onde tramitou; e

c) Sigiloso: acesso limitado aos usuários que possuem Credencial de Acesso SEI sobre o processo;

XXVI - Número do documento: código numérico sequencial relacionado ao tipo de documento, presente em seu cabeçalho;

XXVII - Número SEI: código numérico sequencial, próprio do SEI, gerado automaticamente para identificar única e individualmente cada documento dentro do sistema;

XXVIII - Número Único de Protocolo (NUP): código numérico que identifica de forma única e exclusiva cada processo, produzido ou recebido, conforme normatização específica do Poder Executivo Federal;

XXIX - Peticionamento eletrônico: envio, diretamente por usuário externo previamente cadastrado, de documentos digitais, visando a formação de novo processo ou a composição de processo já existente, por meio de formulário de sistema ou anexação de arquivo eletrônico, conforme regulamento específico, utilizando o SEI ou sistemas integrados;

XXX - Processo administrativo eletrônico - aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico;

XXXI - Processo principal: processo que, pela natureza de sua matéria, poderá exigir a anexação de um ou mais processos como complemento ao seu andamento ou decisão;

XXXII - Sistema Eletrônico de Informações (SEI): sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da Antaq;

XXXIII - Sistemas integrados: sistemas usados na execução de processos vinculados às funções das áreas finalísticas e meio da Agência, que se integram ao SEI;

XXXIV - Sobrestamento de processo: interrupção formal do seu andamento, em razão de determinação existente no próprio processo ou em outro;

XXXV - Unidade organizacional: designação genérica que corresponde a cada uma das divisões ou subdivisões da estrutura organizacional e de processos da Antaq;

XXXVI - Usuário colaborador: estagiário ou prestador de serviços ativo da Antaq, cujo cadastramento for solicitado por seu supervisor;

XXXVII - Usuário externo: pessoa natural externa à Antaq, autorizada, mediante cadastro prévio, a ter acesso ao SEI e aos demais sistemas integrados para a prática de atos processuais em nome próprio ou na qualidade de representante de pessoa natural ou de

pessoa jurídica, incluindo, assinar documentos disponibilizados para este fim, peticionar e receber intimações em meio eletrônico; e

XXXVIII - Usuário interno: todo servidor ou empregado público ativo da Antaq com cadastro na rede.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Unidade responsável pela gestão de Tecnologia da Informação (STI) a instalação, atualização, manutenção, desenvolvimento de módulos e integração de outros sistemas da Antaq ao SEI, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal Regional Federal da 4º Região (TRF4).

Art. 4º Compete à Secretaria-Geral (SGE) a gestão do SEI, bem como as seguintes atribuições:

I - zelar pela contínua adequação do SEI à legislação de gestão documental, às necessidades da Antaq e aos padrões de uso e evoluções definidos no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN);

II - acompanhar a adequada utilização do SEI, zelando pela qualidade das informações nele contidas;

III - apoiar a promoção de capacitação, suporte técnico-operacional e orientação aos usuários quanto à utilização do SEI e legislação aplicável;

IV - propor revisões das normas afetas ao processo eletrônico;

V - coordenar as Unidades Regionais (URE) e Postos Avançados (PA) estritamente no exercício das atividades de protocolo;

VI - coordenar a digitalização de processos e documentos avulsos com vistas a sua conversão para processo eletrônico no SEI, apoiando as unidades de protocolo das Unidades Regionais e Postos Avançados, bem como as demais unidades organizacionais; e

VII - manter central de digitalização com a finalidade de atender às necessidades de digitalização de processos e documentos avulsos com vistas a sua conversão para processo eletrônico no SEI.

Art. 5º Compete às unidades organizacionais:

I - quando necessário, alterar o tipo de cada processo que tramitar por sua unidade, adequando-o ao assunto das peças processuais;

II - criar e gerir as bases de conhecimento correspondentes aos tipos de processos afetos a seus processos operacionais, para orientar sua regular instrução processual;

III - revisar, imediatamente, o nível de acesso restrito decorrente de protocolização de documento de procedência externa;

IV - revisar, obrigatoriamente, o nível de acesso restrito de documento preparatório após a decisão subsequente;

V - operacionalizar os pedidos de vista e cópia formulados sobre os processos e documentos de responsabilidade da área; e,

VI - revisar, sempre que necessário, o nível de acesso dos documentos de sua competência, ampliando ou limitando seu acesso.

Parágrafo único. Os documentos correntes podem ser mantidos temporariamente nos arquivos descentralizados das unidades organizacionais para fins de conferência com o original caso necessário, devendo ser enviados para o Arquivo Central assim que possível.

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança Digital e de Segurança da Informação (CGDSI) avaliar a necessidades de integração de outros sistemas com o SEI, bem como de desenvolvimento de módulos de sistema ou extensões de navegador.

Parágrafo único. Após tomada de decisão, o CGDSI determinará às unidades envolvidas a elaboração e execução do projeto relativo ao desenvolvimento da solução tecnológica escolhida.

CAPÍTULO III

DOS PERFIS DE SISTEMA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 7º Os usuários internos poderão cadastrar e tramitar processos, bem como gerar e assinar documentos no âmbito do SEI, de acordo com seu perfil de acesso e competências funcionais.

§ 1º As chefias poderão ter acesso às unidades subordinadas, sendo proibidas ações das quais não tenham competência normativa ou que não tenham sido avocadas.

§ 2º Os assessores, mediante solicitação de suas respectivas chefias, poderão ter acesso às unidades subordinadas, sendo proibidas ações em qualquer hipótese.

§ 3º A SGE poderá criar novos perfis não previstos nesta Portaria, visando segregar funcionalidades do sistema para fins de controle e gestão.

Art. 8º Os usuários colaboradores não poderão assinar documentos no âmbito do SEI.

Parágrafo único. O cadastro de usuário colaborador será efetivado unicamente mediante solicitação de chefia de unidade organizacional, que será responsável por acompanhar as ações realizadas pelo colaborador no SEI.

Art. 9º O cadastro do usuário externo importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico na Antaq, conforme previsto nesta resolução normativa e demais normas aplicáveis, habilitando o usuário externo a, em interesse próprio ou no exercício de representação legal de pessoa natural ou jurídica:

I - peticionar eletronicamente;

II - acompanhar os processos em que peticionar ou aos quais tenha sido concedido acesso externo;

III - ser intimado quanto a atos processuais ou para apresentação de informações ou documentos complementares; e

IV - assinar eletronicamente contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres com a Antaq.

Parágrafo único. O disposto neste artigo poderá se dar por meio de sistemas integrados ao SEI.

Seção II

Do Usuário Externo

Subseção I

Do Usuário Externo

Do credenciamento Do Usuário Externo

Art. 10. O cadastramento do usuário externo é ato pessoal, intransferível e indelegável e dar-se-á mediante o preenchimento de formulário eletrônico denominado "Cadastro de Usuário Externo" disponibilizado no portal eletrônico da Antaq, a apresentação de cópia de documento de identificação oficial, com foto, contendo o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado, conforme modelo disposto no Anexo I desta Portaria.

§ 1º A documentação para fins de credenciamento de que trata o caput deverá ser encaminhada:

a) preferencialmente, de forma eletrônica, por documento em formato PDF do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade assinado com Certificado Digital ICP-Brasil utilizando o Assinador Digital do SERPRO, disponível no sítio eletrônico do SERPRO na internet, ou por meio da assinatura eletrônica a partir de sua conta pessoal do gov.br e, em seguida, pelo envio do PDF assinado digitalmente para o endereço de e-mail cgd@antaq.gov.br, sendo dispensado, nesse caso, apresentação ou envio de documento de identificação oficial e CPF;

b) por terceiros, presencialmente, na sede da Antaq, em uma de suas Unidades Regionais ou Postos Avançados, ou por meio de correspondência endereçada ao protocolo na sede da Antaq (SEPN, Quadra 514, Bloco E, Asa Norte- Brasília/DF, CEP 70760-545), mediante Termo de Concordância e Veracidade com firma reconhecida e cópia autenticada em cartório de documento de identificação; ou

c) pessoalmente, na sede da Antaq, em uma de suas Unidades Regionais ou Postos Avançados, conjuntamente com os documentos citados no caput, dispensado reconhecimento de firma e autenticação de cópia, mediante assinatura presencial do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade e apresentação do documento de identificação original.

§ 2º A Antaq poderá requisitar, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais de que trata este artigo, fixando prazo para cumprimento.

§ 3º O teor e a integridade dos documentos enviados na forma deste artigo são de responsabilidade exclusiva do usuário externo, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais adulterações ou fraudes.

Art. 11. Recebida a solicitação para o cadastramento externo, será iniciado o processo eletrônico próprio, formado pela documentação pertinente, instruído pela documentação disposta no art. 10, para cada pessoa natural, a ser encaminhada para a Coordenadoria de Gestão de Documentos da Secretaria Geral (CGD/SGE), com vistas à análise e liberação do acesso, observando-se o seguinte:

I - será iniciado, por servidor do protocolo da sede da Antaq ou por servidor de suas Unidades Regionais ou Postos Avançados, um único processo, instruído pela documentação disposta no presente artigo, para cada pessoa natural que solicite cadastramento como usuário externo;

II - após verificar a conformidade do processo com o disposto nesta Portaria, A CGD realizará o cadastro do usuário externo em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação prevista; e

III - o acesso será liberado mediante o devido assentamento processual, informando o responsável e a data da liberação.

Art. 12. O cadastro de usuário externo poderá ser substituído por cadastro de usuário no SEI de outro órgão ou por plataforma de cadastro centralizado da administração pública federal para identificação digital dos cidadãos, observadas as responsabilidades exclusivas dispostas no Anexo I - Termo de Declaração de Concordância e Veracidade.

Subseção II

Das Responsabilidades do Usuário Externo

Art. 13. São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a confecção da petição e dos demais documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo;

V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;

VI - a realização, por meio eletrônico, de todos os atos e comunicações processuais entre a Agência e o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidos intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade ou à instrução do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;

VII - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI ou em sistemas integrados, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23h59 do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo;

VIII - a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual se efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar a consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, dez dias após a data de sua expedição, contados na forma do art. 57;

IX - a manutenção dos dados cadastrais atualizados;

X - as condições da rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

XI - a observância dos períodos de manutenção programada, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0h00 dos sábados às 22h00 dos domingos ou da 0h00 às 6h00 nos demais dias da semana, ou durante qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Subseção III

Da Representação de Pessoas Jurídicas

Art. 14. O cadastramento de usuário externo será:

I - obrigatório para pessoas naturais ou jurídicas outorgadas ou que pretendam ser outorgadas, inclusive os arrendatários;

II - obrigatório para as autoridades portuárias;

III - obrigatório para fornecedores que tenham ou pretendam ter contrato de fornecimento de bens ou serviços com a Antaq, ressalvados os casos em que a Agência figure como usuária de serviço público;

IV - obrigatório para os demais agentes regulados; e

V - opcional para os demais casos.

§ 1º Enquanto não implementadas funcionalidades de controle de representação das pessoas jurídicas por usuários externos no SEI, as pessoas jurídicas supracitadas deverão indicar, por petição que trate exclusivamente deste tema, até 5 (cinco) usuários externos cadastrados para o recebimento das intimações que lhes devam ser dirigidas.

§ 2º Ausente a indicação de que trata o § 1º, a Agência acatará o peticionamento e intimará a pessoa jurídica por meio de quaisquer dos seus representantes que, em outros processos administrativos, tenham comprovado poderes de representação.

Art. 15. Os editais destinados à contratação de bens, serviços e obras, bem como os contratos administrativos, contratos de adesão, acordos e Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrados pela Antaq conterão a exigência de cadastramento de usuário externo na qualidade de representante legal da contraparte no SEI nos termos do art. 14, assim como a necessidade de submissão do procedimento às regras do processo eletrônico da Antaq.

Parágrafo único. A exigência de cadastramento de usuário externo na qualidade de representante de pessoa natural ou jurídica para celebração de contratação de bens, serviços e obras recairá sobre a vencedora do certame, após adjudicação do objeto, ou sobre a contratada por inexigibilidade ou dispensa.

Art. 16. O disposto nesta resolução normativa não exime o usuário externo de apresentar a devida documentação comprovando a legitimidade de representação ou o exercício de cargo ou função públicas no ato de obter vistas ou atuar em processo, conforme legislação em vigor, tais como procuração pública ou particular, estatuto social, termo de posse de cargo público, dentre outros.

§ 1º O cadastramento de usuário externo na qualidade de representante de pessoa natural ou jurídica valerá por prazo indeterminado ou pelo prazo da procuração de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Decorrido o prazo de validade de procuração, poderá ser renovada a qualificação do usuário externo como representante legal, nos termos desta Portaria.

§ 3º Havendo renúncia do procurador ou revogação do instrumento de outorga de poderes, o fim da representação legal deverá ser formal e imediatamente comunicado pelo renunciante ou parte interessada mediante petição específica à CGD/SGE.

§ 4º A CGD/SGE procederá à revogação, nos termos do parágrafo anterior, em até 16 (dezesseis) horas úteis.

Art. 17. Serão aceitas as procurações eletrônicas que contenham assinatura digital, nos termos do art. 46, ou as emitidas e assinadas no SEI pelos usuários externos.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ELETRÔNICO
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 18. Todos os documentos no âmbito do SEI integrarão processos eletrônicos.

§ 1º Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto nas situações:

a) em que este procedimento for inviável;

b) de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo; e

c) de existir previsão de exceção em instrumento normativo próprio.

§ 2º No caso das exceções previstas no parágrafo anterior, os atos processuais deverão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, assinados de próprio punho, podendo receber numeração manual sequencial provisória, e, no caso de indisponibilidade do sistema, quando do retorno da sua disponibilidade, devem ser imediatamente digitalizados e capturados para o SEI, devendo-se justificar o ocorrido por meio de Certidão assinada por servidor ou autoridade competente.

§ 3º Os documentos arquivísticos nato-digitais juntados aos processos eletrônicos no SEI, na forma estabelecida nesta Portaria, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 4º Os documentos arquivísticos digitalizados juntados aos processos eletrônicos no SEI, na forma estabelecida nesta Portaria, terão a mesma força probante dos originais mediante certificação digital.

§ 5º Os usuários externos deverão enviar documentos digitais por meio de peticionamento eletrônico, sendo que os documentos digitalizados terão valor de cópia simples.

§ 6º A apresentação dos originais dos documentos digitalizados enviados na forma do § 5º será necessária somente quando regulamentação específica ou lei expressamente exigir ou nas hipóteses previstas nos §§ 8º e 9º deste artigo.

§ 7º O teor e a integridade dos documentos enviados na forma do § 5º são de responsabilidade exclusiva do usuário externo, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais adulterações ou fraudes.

§ 8º Impugnada a integridade do documento digital mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração ou de fraude, deverá ser instaurada diligência para a verificação do documento objeto da controvérsia.

§ 9º A Antaq poderá exigir, a seu critério, até que decaia seu direito de rever os atos praticados no processo, a exibição do original em papel de documento digitalizado no âmbito da Agência ou enviado por usuário externo por meio de peticionamento eletrônico, determinando o prazo de 5 (cinco) dias para sua exibição, sob pena de invalidação ou desentranhamento dos autos.

§ 10 Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI e dos sistemas integrados terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade mediante utilização de assinatura eletrônica na modalidade de assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou na modalidade de assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso de usuário.

§ 11 As assinaturas digitais e cadastradas são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Art. 19. O processo eletrônico no SEI deve ser criado e mantido pelos usuários de forma a permitir sua eficiente localização e controle mediante o preenchimento dos campos próprios do sistema, observados os seguintes requisitos:

I - ser formado de maneira cronológica, lógica e contínua;

II - possibilitar a consulta a conjuntos segregados de documentos, ressalvados os processos em suporte papel já existentes que forem digitalizados e convertidos em processo eletrônico;

III - permitir a vinculação entre processos;

IV - observar a publicidade das informações como preceito geral e o sigilo como exceção; e

V - ter o nível de acesso de seus documentos individualmente atribuído quanto à informação neles contida como público, restrito ou sigiloso, sendo possível ser alterado sempre que necessário, ampliando ou limitando o acesso.

Art. 20. Quando concluídos, os processos eletrônicos ficarão sujeitos aos procedimentos de gestão documental, incluindo a guarda permanente ou a eliminação, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Seção II
Da Produção de Documentos

Art. 21. Todo documento oficial produzido no âmbito da Antaq deverá ser elaborado por meio do editor de textos do SEI, observando o seguinte:

I - documentos internos receberão Número SEI e, quando aplicável, número do documento;

II - qualquer usuário interno poderá elaborar documentos, bem como assinar aqueles de sua competência;

III - documentos que demandem análise preliminar de sua minuta por outra área devem ser formalizados por meio de tipo de documento minuta, que não se confunde com o documento final a ser posteriormente formalizado; e

IV - documentos que demandem assinatura de mais de um usuário devem ser encaminhados somente depois da assinatura de todos os responsáveis.

§ 1º Quanto ao disposto no inciso IV deste artigo, em se tratando de documentos redigidos por mais de uma unidade, caso necessário, esta característica deve ser destacada diretamente no teor do documento, indicando as unidades participantes.

§ 2º Quanto ao disposto no inciso IV e § 1º, ambos deste artigo, alterações necessárias podem ser feitas durante toda a fase de minuta pelos responsáveis pelo documento.

§ 3º As assinaturas de elaboradores e demais responsáveis na hierarquia do órgão emissor do documento só serão apostas na versão definitiva, superada, portanto, a fase de minuta.

§ 4º Quando o documento a ser elaborado exigir formatação incompatível com o editor de textos, no momento de sua captura para o SEI, deve ser utilizado o formato PDF.

§ 5º Os documentos digitais de áudio e vídeo devem ser gravados em formato de compressão que garanta o menor tamanho de arquivo possível, mantendo-se sua inteligibilidade, de forma que cada arquivo não ultrapasse o limite de que trata o § 8º deste artigo.

§ 6º Documentos arquivísticos digitais, de qualquer natureza, que ultrapassarem o limite de tamanho do arquivo suportado pelo sistema devem ser mantidos em mídia digital, a qual deverá ser identificada com o Número SEI relativo ao Termo de Guarda de Mídia inserido no processo correspondente.

§ 7º A mídia a que refere o § 6º será encaminhada para a área responsável pelo processo correspondente para análise e posterior envio ao Arquivo Central.

§ 8º O limite do tamanho individual de arquivos para captura para o SEI de documentos externos será definido diretamente no sistema.

§ 9º Os documentos elaborados em atividades externas que necessitem de assinatura imediata por servidores da Antaq e terceiros poderão ser formalizados em meio físico e posteriormente digitalizados e capturados como documentos externos para o SEI.

Art. 22. Em caso de impossibilidade técnica momentânea de produção dos documentos no SEI, para questões urgentes que não possam esperar o restabelecimento do sistema, estes podem ser produzidos em suporte papel e assinados de próprio punho, podendo receber numeração manual sequencial provisória e, quando do retorno da disponibilidade do sistema, devem ser imediatamente digitalizados e capturados para o SEI.

Seção III
Da Recepção de Documentos, Captura para o SEI e Digitalização

Art. 23. Os documentos a serem capturados para o SEI observarão os seguintes procedimentos:

I - os documentos de procedência externa recebidos pelo protocolo em suporte papel deverão ser carimbados ou etiquetados com registro do Número SEI gerado automaticamente pelo sistema, data de recebimento pelo protocolo, rubrica e nome do responsável pelo recebimento e a respectiva matrícula, quando couber, antes de digitalizados e capturados para o SEI;

II - imediatamente a seguir, deve ser realizada a digitalização e captura para o SEI, em sua integralidade, de acordo com suporte original, gerando uma fiel representação em código digital, com indicação da datação do documento no campo próprio;

III - a realização do processo de digitalização de documentos e processos em suporte papel deverá ser efetivada em formato PDF e com processamento de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), antes ou durante sua captura para o SEI;

IV - para documentos e processos em suporte papel, após a digitalização e captura para o SEI, deverá ser anotado seu Número SEI no canto superior direito da primeira página do documento em meio físico ou na capa de cada volume do processo, remetendo imediatamente o documento original e o digital para procedimento de conferência e autenticação por servidor público que, posteriormente, procederá ao encaminhamento da via física para o Arquivo Central; e

V - documentos que contenham informações sigilosas deverão ser registrados no SEI com a sinalização do adequado nível de acesso, em conformidade com o disposto na legislação pertinente.

§ 1º Serão autuados como novos processos no SEI os documentos de procedência externa recebidos em suporte papel pelo protocolo que não possuam referência expressa a número de processo já existente no SEI ou a um documento produzido pela Antaq que permita a localização de seu respectivo processo eletrônico.

§ 2º Serão autuados no SEI, em processo já existente, os documentos de procedência externa recebidos em suporte papel pelo protocolo que possuam referência expressa a número de processo no SEI ou a um documento produzido pela Antaq que permita a localização de seu respectivo processo eletrônico.

§ 3º Serão autuados como novos processos no SEI os documentos de procedência externa recebidos em suporte papel pelo protocolo que possuam referência a processo ainda não digitalizado e capturado para o SEI, devendo ter a digitalização dos autos em papel providenciada imediatamente, para posterior anexação do documento protocolado ao processo eletrônico principal.

§ 4º Será anexado ou movido ao processo eletrônico principal documento externo registrado equivocadamente na forma do § 1º, deste artigo.

§ 5º Verificando a área responsável que o documento externo não deveria ter sido incluído no processo em que se encontra, deverá mover o documento para o processo adequado.

§ 6º Nos casos de restrição técnica ou de grande volume de documentos, devidamente justificados, a digitalização de processos ou documentos de procedência externa recebidos em suporte papel poderá ser efetuada em até cinco dias úteis, contados da data de sua entrega à Antaq.

§ 7º Os documentos de procedência externa recebidos no protocolo em suporte papel com indicação de informação sigilosa ou pessoal deverão permanecer inviolados e encaminhados tal como recebidos à área competente que, após ciência do conteúdo, se reportará ao servidor responsável pelo protocolo para que proceda a digitalização e captura dos documentos no SEI.

§ 8º Processos de procedência externa recebidos em suporte papel serão protocolizados no SEI com NUP próprio da Antaq. Caso já possuam NUP, deverão ser digitalizados e capturados para o SEI com NUP próprio da Antaq, mas mantendo seu NUP de origem como referência.

§ 9º No recebimento de documentos de procedência externa em suporte papel, o protocolo da Antaq poderá:

I - proceder à digitalização imediata do documento apresentado e devolvê-lo imediatamente ao interessado;

II - quando a protocolização de documento original for acompanhada de cópia simples, atestar a conferência da cópia com o original, devolvendo o documento original imediatamente ao interessado e descartando a cópia simples após sua digitalização; ou

III - receber o documento em papel para posterior digitalização, considerando que:

a) os documentos em papel recebidos que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório serão, preferencialmente, devolvidos ao interessado ou mantidos sob a guarda da Antaq, nos termos de sua tabela de temporalidade e destinação; e

b) os documentos em papel recebidos que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópias simples poderão ser descartados após realizada sua digitalização e captura para o SEI.

§ 10 Na hipótese de ser impossível ou inviável a digitalização ou captura para o SEI do documento recebido, este ficará sob aguarda da Antaq e será admitida sua tramitação física vinculada ao processo eletrônico pertinente.

Art. 24. Todos os documentos e processos em suporte papel, de procedência interna ou externa, que forem digitalizados, devem ser imediatamente submetidos a procedimento de conferência e autenticação por servidor público, por meio de sua assinatura eletrônica com emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 1º A certificação digital na forma do caput confere integridade e autenticidade ao documento digitalizado.

§ 2º Somente após a autenticação de que trata o caput os documentos digitalizados poderão tramitar por meio do SEI.

§ 3º A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.

§ 4º Os documentos resultantes da digitalização de originais são considerados cópia autenticada administrativamente e os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples terão valor de cópia simples.

Art. 25. Não deverão ser objeto de digitalização nem captura para o SEI, exceto nos casos em que tais documentos venham a se tornar peças processuais:

I - jornais, revistas, livros, folders, propagandas e demais materiais que não caracterizam documento arquivístico; e

II - correspondências pessoais.

Seção IV
Da Conversão de Processo e Documento Avulso em Suporte Papel para Processo Eletrônico

Art. 26. A conversão de processos em suporte papel para eletrônico deve obedecer aos seguintes procedimentos:

I - o processo em suporte papel deve estar instruído e ser digitalizado em conformidade com o disposto na normatização interna afeta à instrução processual em suporte papel e nesta Portaria;

II - cada volume deve ter a primeira imagem correspondente à sua capa e as imagens subsequentes correspondentes ao restante das folhas;

III - as folhas do processo devem ser digitalizadas obrigatoriamente em frente e verso, ainda que o verso da folha tenha recebido o carimbo "Em Branco", por não apresentar conteúdo;

IV - cada volume do processo deve ter seu próprio representante digital;

V - caso o processo possua mídia fisicamente juntada, o volume correspondente deve ser digitalizado com folha remissiva na folha relativa à mídia, referenciando-a, conforme modelo de Sinalética para Mídia Digital, sendo seu conteúdo compactado, preferencialmente, em um único arquivo de formato padrão ZIP e capturado para o respectivo processo eletrônico do SEI;

VI - o inteiro teor do processo em suporte papel e seus arquivos devem ser capturados para o SEI na seguinte ordem:

a) arquivos PDFs da digitalização de cada volume do processo em sequência; e

b) arquivos de mídia porventura existentes, na sequência em que foram juntados no processo em suporte papel, independente da indicação do nível de acesso;

VII - o último documento em papel juntado aos autos originais em suporte físico, logo antes da digitalização, deve ser o Termo de Encerramento de Trâmite Físico, produzido fora do SEI, assinado por servidor, no qual será registrada a conversão do processo em suporte papel para eletrônico, conforme modelo disponibilizado, indicando:

a) o número do processo objeto da conversão e seu interessado;

b) a informação do encerramento da tramitação do processo em suporte papel, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos para, a partir de então, ter continuidade de sua tramitação somente por meio do SEI;

c) a informação do número da folha em que se encerrou a tramitação do processo em suporte papel, incluindo a relativa ao Termo, bem como a quantidade de volumes e de mídias que o compõe;

d) informação do NUP dos processos anexos, se houver, e observações pertinentes;

e) a unidade responsável pela conversão; e

f) a data na qual se deu a conclusão do procedimento de conversão;

§ 1º A Sinalética para Mídia Digital de que trata o inciso V será utilizada em substituição à respectiva mídia digital e sua folha, se houver, somente durante o procedimento de digitalização, devendo restituir aos autos originais a respectiva mídia e folha para posterior tratamento pela CGD/SGE quando do arquivamento.

§ 2º O processo objeto da conversão para processo eletrônico deve ser cadastrado no SEI com seu NUP já existente, incluindo o correspondente Dígito Verificador (DV), e mantidos o mesmo interessado e data de autuação do processo.

§ 3º Os processos convertidos para o formato eletrônico deverão ser oportunamente transferidos ao Arquivo Central, com anotação específica no PROCESSUS.

§ 4º Nos casos em que os processos originalmente em suporte papel possuam apensos, a conversão deverá ser realizada individualmente tanto para o processo principal como para seus apensos, devendo, após a conversão, os apensos serem relacionados no SEI ao processo principal.

Art. 27. Aplicam-se, naquilo que couber, as disposições do art. 26 desta Portaria à conversão de documentos avulsos controlados pelo PROCESSUS para processo eletrônico no SEI, para fins de continuidade de seu tratamento exclusivamente por meio do SEI.

§ 1º Em se tratando de documento avulso interno, ou seja, que não possua NUP, o processo eletrônico a ser aberto no SEI deve seguir a numeração automática do sistema.

§ 2º Caso o documento avulso possua anexos, deve-se abrir processo com número automaticamente gerado pelo SEI para o documento principal protocolado com número interno da Antaq, sendo que os demais documentos do conjunto protocolizados com número interno devem ser capturados para o SEI em apenas um arquivo eletrônico dentro do mesmo processo para cada anexo correspondente.

Art. 28. Os processos e documentos avulsos em suporte papel deverão ser convertidos para eletrônico diretamente pelas áreas competentes, observados os procedimentos de conversão dispostos nesta Portaria.

§ 1º Na impossibilidade da aplicação do caput, as áreas competentes poderão demandar apoio à CGD/SGE para a conversão de processos em suporte papel para eletrônico, desde que os processos encaminhados estejam em conformidade com o disposto na normatização interna afeta à instrução documental em suporte papel e nesta Portaria.

§ 2º Em casos de desconformidade, os processos serão devolvidos para a área demandante.

Seção V

Da Tramitação

Art. 29. Em caso de equívoco na movimentação de processo eletrônico, a área de destino promoverá imediatamente:

I - a sua devolução ao remetente; ou

II - o seu envio para a área competente.

Seção VI

Dos Documentos e Processos Urgentes

Art. 30. São urgentes os documentos e os processos cuja tramitação requeira maior celeridade por força de lei ou a critério da Administração.

§ 1º A urgência poderá ser declarada pelos titulares de unidades organizacionais e pelos dirigentes máximos de comissões ou grupos de trabalho formalmente constituídos.

§ 2º A declaração de urgência poderá ser revisada a qualquer tempo pelo superior hierárquico de quem a constituiu.

§ 3º Após a juntada aos autos do despacho que declarou urgência, deve-se fazer constar a chancela 'URGENTE' ou ícone que a indique nos sistemas de informação nos quais o processo seja apresentado.

Seção VII

Do Sobrestamento, Relacionamento e Anexação de Processos

Art. 31. O sobrestamento de processo é sempre temporário e deve ser precedido de determinação formal constante do próprio processo objeto do sobrestamento ou de outro a partir do qual se determina o sobrestamento, observada a legislação pertinente.

§ 1º O documento no qual consta a determinação de que trata o caput deste artigo, juntamente com seu Número SEI e seu teor resumido, deve constar do campo "motivo" para sobrestamento do processo no SEI.

§ 2º O sobrestamento deve ser removido quando não mais subsistir o motivo que o determinou ou quando for determinada a retomada de sua regular tramitação.

Art. 32. O relacionamento de processos será efetivado quando houver a necessidade de associar um ou mais processos entre si, para facilitar a busca de informações.

Parágrafo único. O relacionamento de processos não se confunde com o sobrestamento ou anexação, não havendo vinculação entre suas tramitações, que continuam a ocorrer normalmente e de forma autônoma.

Art. 33. Deve ocorrer a anexação de processos quando tratarem assunto relacionados e, a critério da administração, devam ser analisados e decididos de forma conjunta.

Art. 34. A desanexação de processos poderá ser feita excepcionalmente, por meio de solicitação nos autos à CGD/SGE, que incluirá o Termo de Desanexação de Processo assinado por autoridade competente no âmbito do processo principal.

Art. 35. Se for identificada pela área competente a existência de processo no SEI ou de processo ou documento avulso em suporte papel, ao qual o documento registrado em processo eletrônico individual deva ser anexado, a correspondente unidade procederá à anexação do novo processo ao processo já existente no SEI ou, antes, efetivará a conversão do papel para eletrônico, quando possível e, em seguida, procederá à devida anexação do novo processo ao processo ora digitalizado no SEI, logo após o Termo de Encerramento de Trâmite Físico de que trata o inciso VII, do art. 26, desta Portaria.

Seção VIII

Da Classificação Arquivística

Art. 36. Os tipos de processos e documentos no SEI podem possuir Código de Classificação Arquivística automaticamente vinculado, definido segundo a legislação pertinente, não devendo ser alterados pelos usuários.

Seção IX

Do Arquivamento

Art. 37. Os processos eletrônicos serão mantidos, após concluídos, até que cumpram seus prazos de guarda, conforme definido na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo e em procedimentos estabelecidos em norma específica, obedecendo aos seguintes critérios:

I - o arquivamento dos documentos será realizado de forma lógica, iniciando-se a contagem de temporalidade quando todas as unidades nas quais o processo esteja aberto indicarem sua conclusão diretamente no sistema;

II - os documentos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente; e

III - os processos e documentos em suporte papel convertidos para eletrônico e os documentos recebidos em suporte papel no curso do processo cumprirão o mesmo prazo de guarda do processo eletrônico correspondente.

§ 1º O arquivamento do processo se dará mediante juntada de Termo de Arquivamento pela unidade organizacional competente pela matéria e seu encaminhamento para a CGD, nas seguintes situações:

a) Por indeferimento do pleito e esgotado todas os prazos ou instâncias recursais;

b) Pelo atendimento da solicitação e cumprimento dos compromissos arbitrados ou dela decorrentes, e esgotado todas os prazos ou instâncias recursais;

c)pela expressa desistência do interessado;

d) Quando seu desenvolvimento for interrompido por período superior ao estabelecido em legislação ou norma específica, por omissão da parte interessada; e

e) Perda de objeto, declarada por autoridade competente.

§ 2º O desarquivamento do processo dar-se-á mediante juntada de Termo de Desarquivamento pela CGD, mediante solicitação formal de unidade organizacional devidamente motivada, nas seguintes situações:

a) Por nova análise da matéria, devido a recurso, novos fatos ou outros fatores; ou

b) Pela necessidade de inserção de documentos.

Art. 38. Os processos eletrônicos de guarda permanente deverão receber tratamento de preservação de forma a não haver perda ou corrupção da integridade das informações.

Seção X

Da Exclusão, Do Cancelamento e da Nulidade de Documentos

Art. 39. O usuário interno pode excluir documentos que ainda não tenham se estabilizado como oficiais, segundo regras próprias do SEI.

Parágrafo único. O documento excluído deixa de ser exibido na árvore de documentos do processo e não poderá ser recuperado.

Art. 40. Os documentos oficiais somente poderão ser, excepcionalmente, cancelados por determinação formal do Chefe de Unidades Organizacionais, mediante despacho contendo o assunto, a referência do documento e a devida motivação, destinado à CGD/SGE, quando:

I - tratarem-se de documentos equivocadamente juntados aos autos, relacionados a outra matéria, dando-se preferência por movê-los ao processo adequado, quando couber;

II - sua permanência nos autos causar confusão processual;

III - produzidos ou recebidos de forma ilícita;

IV - sua permanência nos autos causarem danos à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas; ou

V - a digitalização estiver fora dos padrões de qualidade, dificultando ou impossibilitando a leitura de informações.

§ 1º A determinação de que trata o caput será formalizada por Termo de Cancelamento de Documento, cujo Número SEI e teor resumido devem constar do campo motivo para cancelamento do documento no SEI.

§ 2º Quando o documento a ser cancelado tiver sido assinado por diversas autoridades, o Termo de Cancelamento de Documento de que trata o caput deverá ser assinado pelo signatário de maior nível hierárquico.

§ 3º O documento cancelado continua a ser apresentado na árvore de documentos do processo, porém, torna-se inacessível e apresenta marcação própria de documento cancelado.

§ 4º A CGD/SGE deverá estabelecer procedimentos que garantam a preservação dos documentos cancelados.

§ 5º As minutas de documentos, mesmo que revisadas por outras minutas ou sua versão oficial, deverão, preferencialmente, não ser canceladas, visando manter o histórico e a integridade processual.

Art. 41. É vedado o cancelamento de documento declarado nulo ou revogado, expedido ou publicado.

Seção XI

Do Pedido de Vistas e Cópia

Art. 42. Qualquer pessoa poderá ter acesso aos processos e aos documentos no SEI, bem como acompanhar o trâmite dos processos, considerando-se para tanto as condições e os procedimentos estipulados na Lei n. 12.527, de 2011; no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012; e demais hipóteses legais de restrição de acesso.

§ 1º O acesso aos processos públicos será disponibilizado no portal da Antaq na internet, não se fazendo necessário, para tal finalidade, qualquer cadastramento ou formulação de pedido.

§ 2º O acesso aos processos restritos será solicitado mediante peticionamento eletrônico, que será submetido à análise da Diretoria contemplada com a relatoria do feito.

§ 3º Nos casos de processos sem relatoria ou já arquivados, a solicitação de acesso aos processos restritos será submetido à análise da unidade organizacional competente pela matéria.

§ 4º Poderão solicitar acesso aos autos partes integrantes ou interessados reconhecidos no processo, já qualificados nos autos, bem como terceiros interessados que justifiquem essa qualificação.

§ 5º Qualquer servidor, de ofício, independentemente de credenciamento ou pedido prévios, poderá disponibilizar o acesso externo aos legitimados para atuar no respectivo processo, considerando os dados de contato informados em meio legítimo nos autos, tais como formulário, petição ou correio eletrônico.

§ 6º Os requerimentos de vista ou de cópia de documentos sobre os quais não incorra qualquer tipo de restrição de acesso ou aos quais o interessado já possua acesso diretamente pelo sistema serão indeferidos e não suspenderão o prazo de defesa, interposição de recurso administrativo ou pedido de reconsideração, ou apresentação de qualquer outra manifestação.

Art. 43. Quando pertinente ou autorizado, nos termos do Art. 42, a concessão de vistas será executada por usuário interno:

I - da área detentora do processo, em caso de processo aberto apenas em uma unidade;

II - da área responsável regimentalmente pelo processo, em caso de processo aberto em múltiplas unidades ou concluído; ou

III - nos casos de intimação, pela unidade que expediu a intimação.

Paragrafo único. Nos casos de processos ainda em suporte papel, a unidade responsável pela operacionalização da concessão de vistas deverá solicitar a prévia conversão do processo para o SEI.

Art. 44. Caso a solicitação de acesso ocorra por meio da plataforma padrão definida pelo Governo Federal, a Ouvidoria deverá:

I - autuar o pedido em processo específico e permitir que o solicitante acompanhe por meio de acesso externo ao sistema da Agência;

II - encaminhar os autos à Unidade Técnica Responsável para fins de análise e resposta acerca da concessão de vista; e

III - responder no sistema Fala.BR a solicitação, informando o presente normativo, número dos autos e a forma de acompanhamento do pleito.

Art. 45. A disponibilização de acesso externo ficará ativa pelo prazo de 2 (dois) anos ou até o limite da procuração firmada com prazo inferior.

CAPÍTULO V

DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 46. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica nas seguintes modalidades:

I - assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); e

II - assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso do usuário.

§ 1º As assinaturas digital e cadastrada são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

§ 2º A autenticidade de documentos internos do SEI pode ser verificada em endereço da Antaq na internet indicado na tarja de assinatura e declaração de autenticidade no próprio documento, com uso dos Códigos Verificador e CRC.

§ 3º É permitido ao usuário interno utilizar certificado digital emitido pela ICP-Brasil adquirido por meios próprios, desde que possua características compatíveis com as disposições desta Portaria, não sendo cabível, em qualquer hipótese, o ressarcimento pela Antaq dos custos havidos.

Art. 47. A assinatura eletrônica de documentos importa na aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e da responsabilidade do usuário por sua utilização indevida.

CAPÍTULO VI

DOS NÍVEIS DE ACESSO

Art. 48. Os processos e documentos incluídos no SEI devem obedecer aos seguintes níveis de acesso:

I - Público: permite consulta e acesso ao processo e documentos por usuários internos e externos;

II - Restrito: permite acesso e consulta ao processo, mas documentos são visualizados apenas nas unidades em que houver trâmite; e

III - Sigiloso: permite acesso por credencial a usuário interno.

§ 1º Os processos e documentos no SEI devem, em regra, ter nível de acesso público e, excepcionalmente, restrito ou sigiloso, com indicação da hipótese legal aplicável.

§ 2º O usuário interno regimentalmente competente pelo processo, de ofício, segundo legislação aplicável, deverá definir ou redefinir o nível de acesso sempre que necessário, ampliando ou limitando seu acesso, especialmente quando não mais subsistir a situação de fato ou de direito que justifique a atribuição de nível de acesso restrito ou sigiloso.

§ 3º A atribuição de nível de acesso restrito ou sigiloso mediante solicitação do administrado para tratamento sigiloso de seus dados e informações deve ser efetivada por determinação devidamente fundamentada em despacho de autoridade competente.

§ 4º Até que o despacho de que trata o § 3º seja expedido, o usuário interno deve imediatamente informar o teor da solicitação à autoridade competente e temporariamente atribuir nível de acesso restrito, com vistas a salvaguardar a informação possivelmente sigilosa.

§ 5º O usuário interno poderá conceder acesso a processos classificados como sigiloso ou restrito, conforme legislação aplicável, devendo informar o motivo e prazo de validade para disponibilização do acesso, além de dados do usuário externo devidamente cadastrado.

§ 6º No caso do parágrafo anterior, o usuário externo terá acesso ao processo e aos documentos do processo classificado como restrito ou aos dados da tramitação do processo classificado como sigiloso.

Art. 49. Os documentos preparatórios e informações neles contidas deverão ter nível de acesso restrito, segundo a hipótese legal correspondente, até a conclusão do ato ou decisão subsequente, momento a partir do qual é obrigatória a redefinição de seu nível de acesso para público, exceto se incidir outra hipótese legal de sigilo sobre os correspondentes documentos.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a documento preparatório cuja publicidade decorra de consulta pública ou de outras hipóteses previstas em lei ou em regulamentação específica.

Art. 50. Somente tipos de processos que forem parametrizados no SEI para permitir nível de acesso restrito ou sigiloso podem ser formalmente classificados.

Parágrafo único. As áreas competentes podem solicitar alteração no cadastro do tipo de processo para passar a permitir nível de acesso restrito ou sigiloso, após consulta à Ouvidoria.

CAPÍTULO VII

DO PETICIONAMENTO E INTIMAÇÃO ELETRÔNICOS

Seção I

Dos Aspectos Gerais

Art. 51. O peticionamento eletrônico do SEI da Antaq é aplicado a todos os tipos de processos correntes da Agência, abrangendo processo novo ou já existente, e será registrado automaticamente pelo SEI, ou pelos sistemas integrados, que fornecerá recibo eletrônico de protocolo contendo pelo menos os seguintes dados:

I - número do processo correspondente;

II - lista dos documentos enviados com seus respectivos números de protocolo;

III - data e horário do recebimento da petição; e

IV - identificação do signatário da petição.

§ 1º O número do processo correspondente será gerado exclusivamente pelo SEI, podendo ser informado aos sistemas integrados.

§ 2º Para peticionar eletronicamente em processo novo, será disponibilizado o tipo de processo específico ao respectivo assunto ou, caso inexistente, deverá ser selecionado o tipo de processo "Gestão da Informação: Peticionamento Novo a Classificar (Outros)", nas duas hipóteses, composto por:

a) documento principal, onde deverá ser selecionada para upload a peça inicial do processo, que poderá ser arquivo eletrônico relativo a petição de livre redação ou formulário específico disponibilizado, conforme dispuser o regulamento específico do pleito;

b) documentos anexos essenciais, onde deverão ser selecionados para upload arquivos eletrônicos relacionados aos anexos que devem, obrigatoriamente, constar junto à peça inicial, conforme dispuser o regulamento específico do pleito; e

c) documentos anexos complementares, onde podem ser selecionados para upload arquivos eletrônicos relacionados aos anexos que podem, opcionalmente, constar junto à peça inicial, quando couber, e conforme dispuser o regulamento específico do pleito.

§ 3º No tipo de processo "Gestão da Informação: Peticionamento Novo a Classificar (Outros)", a listagem de documentos complementares conterá todos os tipos de documentos correntes na Antaq, de forma a contemplar todos os pleitos de competência da Agência.

§ 4º O processo novo classificado no tipo de processo "Gestão da Informação: Peticionamento Novo a Classificar (Outros)" será direcionado à CGD, que o classificará em tipo de processo específico, em conformidade com o assunto disposto nas peças processuais juntadas, e o encaminhará para o setor competente, para regular trâmite.

§ 5º Para peticionar eletronicamente em processo já existente, basta informar o número do processo e realizar o upload dos arquivos eletrônicos atinentes.

§ 6º O peticionamento em processo intercorrente de que trata o caput será encaminhado de acordo com as regras do sistema SEI para regular trâmite.

§ 7º O processo novo classificado no tipo de processo "Gestão da Informação: Peticionamento Novo a Classificar (Outros)" de que trata o presente artigo somente deverá ser selecionado pelo usuário externo se o pleito que se pretende peticionar não estiver contemplado em tipo de processo específico já disponibilizado para peticionamento eletrônico.

§ 8º O peticionamento eletrônico em tipo de processo específico ao assunto poderá ser enviado automaticamente à unidade organizacional competente, visando celeridade processual.

Art. 52. O peticionamento relativo a pedidos de outorga, comunicação, aditamento e renúncia na Navegação Interior de Percurso Longitudinal Misto e Navegação de Apoio Marítimo, Apoio Portuário, Cabotagem e Longo Curso, deverão ser procedidos normalmente por meio do Sistema de Outorga Eletrônica (SOE).

Art. 53. Os documentos originais em suporte físico cuja digitalização seja tecnicamente inviável e os documentos nato-digitais em formato originalmente incompatíveis ou de tamanho superior ao suportado pelo sistema deverão ser apresentados fisicamente à Antaq no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do envio da petição eletrônica do documento principal, independentemente de manifestação da Agência, sob pena de invalidação ou de arquivamento.

§ 1º A petição a que se refere o caput indicará expressamente os documentos que serão apresentados posteriormente.

§ 2º O prazo disposto no caput para apresentação posterior do documento em meio físico não exime o interessado do atendimento do prazo processual pertinente, que deve ser cumprido com o peticionamento dos demais documentos, cujo envio em meio eletrônico seja viável.

§ 3º A definição de digitalização tecnicamente inviável de documentos em suporte físico e os formatos e tamanho máximo de arquivos suportados pelo sistema serão informados em página própria no portal eletrônico da Antaq ou no próprio sistema por meio do qual efetivar o peticionamento.

§ 4º Caso os documentos apresentados na forma do caput não observem as definições previstas no § 3º, o ato processual pertinente será considerado feito na data do peticionamento eletrônico atinente.

Art. 54. As intimações aos usuários externos cadastrados na forma desta resolução normativa ou de pessoa jurídica por eles representada serão feitas por meio eletrônico e consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o usuário externo efetivar a consulta eletrônica ao teor do documento correspondente, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º A consulta referida no § 1º deste artigo deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 3º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, e na hipótese do § 2º, nos casos em que o prazo terminar em dia não útil, considerar-se-á a intimação realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 2º deste artigo.

§ 5º As intimações eletrônicas que viabilizem o acesso à íntegra do correspondente processo serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 6º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, o ato processual poderá ser praticado em meio físico, digitalizando-se o documento em suporte papel correspondente.

Art. 55. A utilização de correio eletrônico ou de outros instrumentos congêneres não é admitida para fins de peticionamento eletrônico.

Art. 56. A não obtenção do cadastro como usuário externo, bem como eventual erro de transmissão ou recepção de dados não imputáveis a falhas do SEI ou de sistema integrado, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos.

Seção II

Dos Prazos

Art. 57. Salvo disposição em contrário, os prazos são contínuos e começam a correr a partir da cientificação oficial, na forma do art. 54, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos se iniciam e vencem em dias de expediente normal na Antaq, sendo que, na hipótese do vencimento ocorrer em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal, será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Para efeito de contagem de prazo, não serão considerados feriados estaduais, municipais ou distritais.

§ 3º No caso de múltiplos destinatários de uma mesma intimação eletrônica, no exercício de representação legal de uma mesma pessoa natural ou jurídica, passará a contar prazo a partir da ciência do primeiro destinatário legítimo a recebê-la.

Art. 58. Para todos os efeitos, os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI ou nos sistemas integrados.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23h59 do último dia do prazo, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília.

§ 2º A indisponibilidade do SEI e/ou dos sistemas integrados por motivo técnico no último dia do prazo, prorroga-o para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 3º Constatada indisponibilidade por motivo técnico por mais de vinte e quatro horas seguidas, o Diretor-Geral da Agência poderá suspender o curso de todos os prazos processuais em ato que será publicado no portal eletrônico da Antaq.

Seção III

Da Disponibilidade do Sistema

Art. 59. O SEI e os sistemas integrados estarão disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de indisponibilidade em razão de manutenção programada ou por motivo técnico.

§ 1º As manutenções programadas do sistema serão sempre informadas com antecedência no portal eletrônico da Antaq e realizadas, preferencialmente, no período da 0h00 dos sábados às 22h00 dos domingos ou da 0h00 às 6h00 nos demais dias da semana.

§ 2º Será considerada indisponibilidade por motivo técnico aquela que:

I - for superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre às 6h00 e 23h00; ou

II - ocorrer entre às 23h00 e 23h59.

§ 3º A indisponibilidade por manutenção programada ou motivo técnico não autoriza o peticionamento por meio diverso do eletrônico, exceto quando devidamente aferida pela área de tecnologia da informação da Antaq, conforme registro de relatório especificado no art. 61, cujo prolongamento cause dano relevante à instrução do processo.

Art. 60. Considera-se indisponibilidade do SEI e/ou dos sistemas integrados a falta de oferta dos seguintes serviços ao público externo:

I - acesso ao formulário de cadastro de usuário externo;

II - consulta aos autos digitais;

III - peticionamento eletrônico diretamente pelo SEI ou por meio de integração; ou

IV - consulta às intimações eletrônicas.

Parágrafo único. Não caracterizarão indisponibilidade as falhas de transmissão de dados entre a estação de trabalho do usuário externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica que decorrer de falhas nos equipamentos ou programas do usuário.

Art. 61. A indisponibilidade descrita no art. 60 será aferida por sistema de monitoramento da área de tecnologia da informação da Antaq, que promoverá seu registro em relatórios de interrupções de funcionamento a serem divulgados no portal eletrônico da Antaq, devendo conter pelo menos as seguintes informações:

I - data, hora e minuto do início e do término da indisponibilidade; e

II - serviços que ficaram indisponíveis.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. É vedada a abertura de novos processos e documentos em suporte papel, exceto nas situações previstas nesta Portaria.

Art. 63. Os atos processuais praticados no SEI serão considerados realizados no dia e hora do respectivo registro eletrônico, conforme horário oficial de Brasília e legislação processual aplicável.

Art. 64. O uso inadequado do SEI ficará sujeito à apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

Art. 65. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Governança Digital e de Segurança da Informação.

Art. 66. Ficam revogadas a Portaria nº 21/2016-DG/ANTAQ, de 11/02/2016 (0016999), a Resolução Normativa nº 37-ANTAQ, de 22/09/2019 (0866365), a Portaria nº 187/2020-DG/ANTAQ, de 06/07/2020 (1080277) e a Instrução Normativa-ANTAQ nº 1, de 07/08/2013 (1365897).

Art. 67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ANEXO I

TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE.

Nome Completo do Usuário:		
CPF:		
e-mail:		Telefone:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI da Antaq, declaro que aceito as condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e, especialmente, no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro ainda que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à Antaq para qualquer tipo de conferência;

V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente pelo usuário externo;

VI - a realização, por meio eletrônico, de todos os atos e comunicações processuais junto à Agência, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade ou à instrução do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;

VII - a observância dos fusos horários existentes no Brasil para fins de contagem e cumprimento de prazo processual, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23h59 do último dia do prazo;

VIII - a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual se efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, dez dias após a data de sua expedição;

IX - a manutenção dos dados cadastrais atualizados;

X - as condições da rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;

XI - a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema; e

XII - No momento do peticionamento em processo novo ou intercorrente, quando disponível, o peticionante deverá escolher o nível de acesso adequado, público ou restrito, e, em sendo restrito, a hipótese legal adequada ao conteúdo da documentação apresentada, levando-se em consideração a LAI (Lei 12.527/2011), a LGPD (Lei 13.709/2018) e legislação específica atinente.

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), informa-se que o presente serviço dependerá do tratamento de dados pessoais coletados a partir do fornecimento consentido do usuário e necessários para identificação desse dentro do sistema. O tratamento dos dados será para acesso ao serviço e avaliação desses, não sendo compartilhados com terceiros e protegidos nos termos da Política de Segurança e Aviso de Privacidade da ANTAQ.

Cidade/UF:	Data:
Assinatura do Usuário:	

PORTARIA DG ANTAQ Nº 427, DE 4 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e X do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008492/2022-99 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua Reunião Ordinária de nº 524, realizada em 30 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir a Unidade de Gerenciamento de Riscos e Integridade da Antaq - UGR, instância de apoio ao Comitê Estratégico de Governança - CEG sobre a temática Gerenciamento de Riscos e Integridade, responsável pela coordenação, execução e monitoramento do Programa de Gestão de Riscos da Antaq.

§ 1º A UGR integrará a estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna - SPL.

§ 2º A estruturação, coordenação, execução e monitoramento do Programa de Integridade será realizado pela Unidade de Gestão de Integridade da Antaq - UGI, aprovada pela Portaria DG Antaq nº 399/2022, com o apoio da UGR.

§ 3º As competências atribuídas à SPL, nos termos da Política de Gestão de Riscos, aprovada pela Portaria nº 71/2018-DG, serão desempenhadas pela UGR.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Gestão de riscos: processo de natureza permanente que sistematiza, estrutura e coordena as atividades de gerenciamento de riscos da organização;

II - Gerenciamento de riscos: procedimento de identificação, análise, avaliação e controle de potenciais eventos que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos organizacionais; e

III - Programa de integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta;

Art. 3º A UGR auxiliará o CEG nos processos deliberativos acerca do tema relacionado ao Gerenciamento de Riscos e Integridade, em especial quanto à priorização das Unidades Organizacionais que terão seus riscos mapeados, as medidas de tratamento associadas aos riscos institucionais, bem como a aprovação das propostas de revisão da Política e Metodologia de gerenciamento de riscos da Agência.

Art. 4º Compete à UGR:

I - propor a Política de Gestão de Riscos, a Metodologia de Gestão de Riscos, o Programa de Integridade da Antaq e suas revisões;

II - propor a definição e revisão das diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores relativos à Programa de Gestão de Riscos e Integridade da Antaq;

III - coordenar ações estratégicas e operacionais relacionadas à implementação da Gestão de Riscos e Integridade da Antaq;

IV - monitorar e submeter à apreciação do CEG a evolução dos níveis de riscos e o status de implementação das medidas de tratamento a serem adotadas;

V - promover ações de orientação e treinamento acerca do gerenciamento de riscos, bem como dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos e à proposição das medidas de tratamento;

VI - definir os requisitos funcionais necessários à implementação de ferramentas de TI para suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VII - realizar a gestão do Painel de Monitoramento de Riscos;

VIII - promover a articulação, cooperação técnica e troca de experiências entre as unidades gestoras de riscos de outros órgãos;

IX - desenvolver ações de divulgação relacionadas à Programa de Gestão de Riscos e Integridade da Antaq; e

X - apoiar o CEG nos assuntos relacionados à gestão de riscos, bem como a proposição de plano de tratamento;

Art. 5º A UGR é dotada de autonomia para o desenvolvimento das ações necessárias à execução das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, em especial quanto à interlocução com os agentes envolvidos, definição de agenda de reuniões e monitoramento da implementação do plano de tratamento dos riscos.

Parágrafo Único. Caberá aos agentes públicos, gestores de riscos e unidades organizacionais da ANTAQ prestar, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio técnico e administrativo aos trabalhos desenvolvidos pela UGR.

Art. 6º Os integrantes da UGR serão designados por meio de Ordem de Serviço do Secretário de Planejamento e Coordenação Interna.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 10, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 50300.018152/2020-12. Fiscalizada: PLANAVE S.A. ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA. CNPJ nº 33.953.340/0001-96. Objeto e Fundamento Legal: A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57 do Regimento Interno, decide por CONHECER o Recurso Administrativo interposto pela empresa, eis que tempestivo, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida no âmbito da Deliberação PAS 50 (SEI nº 1363700), de aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 18.480,00 (dezoito mil quatrocentos e oitenta reais), sendo R$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais) por prática da infração disposta no art. 26, inciso II e R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pela infração do art. 32, inciso I, ambas da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ, consubstanciadas nas irregularidades descritas nos FATOS 1 e 2 do Auto de Infração 004570-5 (SEI nº 1154912).

GABRIELA COELHO DA COSTA

DELIBERAÇÃO Nº 13, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 50300.002529/2020-11. Fiscalizada: ZIM DO BRASIL LTDA. CNPJ nº 29.978.327/0001-14. Objeto e Fundamento Legal: A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57 do Regimento Interno, decide por CONHECER o Recurso Administrativo interposto pela empresa, eis que tempestivo, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida no âmbito da Deliberação PAS 33 (SEI nº 1304981), de aplicação da penalidade de Multa Pecuniária no valor total de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), sendo R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) em relação ao FATO 1, pela infração tipificada no art. 27, III, da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ; e de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), em relação ao FATO 2, pela infração tipificada no art. 29, II, da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 608, DE 4 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 32; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.086630/2022-14, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 14.492.342/0001-80, para modificar a prestação do serviço com a operação simultânea das linhas interestaduais BOQUIM (SE) - SALVADOR (BA), prefixo nº 21-0008-00, e CRISTINÁPOLIS (SE) - SALVADOR (BA), prefixo nº 21-0009-00, no trecho de CRISTINÁPOLIS /SE para SALVADOR/BA.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO TIMOTEO ANTUNES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 78, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, sob concessão à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A - Interessado: COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.051475/2022-15, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de travessia de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-116/BA, administrada pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A, por meio de paralelismo entre o km 722+764m e o km 725+102m, e travessias no km 722+769m e no km 725+052m, no município de Manoel Vitorino/BA, de interesse de COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

§1º A presente Decisão está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Goiás sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A deverá encaminhar à Gerência de Engenharia Rodoviária - GEENG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia deverá concluir a obra objeto desta Decisão no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia deverá encaminhar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Goiás e à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

DECISÃO SUROD Nº 115, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Autoriza a regularização de totem publicitário na faixa de domínio na rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias S.A - Interessado: Marcelo Elisei Baldoni

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.057519/2022-11, decide:

Art.1º Autorizar a regularização de totem publicitário na faixa de domínio na rodovia BR-381/MG, rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Fernão Dias S.A., no km 831+000m, pista sul, no município de São Sebastião da Bela Vista/MG, de interesse de Marcelo Elisei Baldoni.

§1º A presente Decisão está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Minas Gerais sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar à Gerência de Engenharia Rodoviária - GEENG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Marcelo Elisei Baldoni e a Autopista Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º Na implantação e conservação da referida obra, Marcelo Elisei Baldoni deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.6º Marcelo Elisei Baldoni assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.7º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art.8º Marcelo Elisei Baldoni deverá encaminhar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Minas Gerais e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. Marcelo Elisei Baldoni abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10 Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 3.661, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 89, § 1º da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o art. 24, inciso III, e § 2º do Anexo I do Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, e tendo em vista o disposto no art. 173, incisos III e parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT, e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no processo nº 50600.002730/2019-72, resolve:

Art. 1º Delegar ao Diretor-Executivo a competência para:

I - executar os atos de gestão patrimonial aprovados pela Diretoria Colegiada, exceto os previstos no art. 3º; e

II - praticar os atos de gestão de pessoas, na forma da legislação em vigor.

Art. 2º Delegar aos Diretores Setoriais para, no âmbito das respectivas Diretorias, as competências de:

I - firmar, em nome do DNIT, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais, mediante prévia aprovação da Diretoria Colegiada;

II - elaborar, assinar e providenciar a posterior publicação do extrato do respectivo instrumento no Diário Oficial da União - DOU, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993;

III - celebrar termo aditivo aos contratos diretos, nos seguintes casos:

a) restituição de prazo de execução, independentemente de valor, desde que observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993; e

b) prorrogação de prazo sem reflexo financeiro, exceto nos contratos de gerenciamento de obra, ainda que delegados, independentemente do valor.

Parágrafo único. O exercício da competência de que trata o inciso III do caput independe de prévia aprovação da Diretoria Colegiada.

Art. 3º Delegar ao Diretor de Infraestrutura Ferroviária a competência para:

I - executar os atos de gestão patrimonial ferroviária;

II - assinar Termos de Doações de bens móveis inservíveis; e

III - assinar Termos de Guarda Provisória de bens móveis e imóveis.

Art. 4º Delegar ao Diretor de Administração e Finanças a competência para:

I - formalizar as homologações de adjudicações, mediante prévia aprovação pela Diretoria Colegiada;

II - exercer as atribuições referentes aos atos de gestão operacional, contábil, de material e de serviços gerais, na forma da legislação em vigor; e

III - executar os atos de gestão patrimonial que não dependam de aprovação da Diretoria Colegiada, exceto os previstos no art. 3º.

Art. 5º Fica ressalvado o exercício pelo Diretor-Geral das atribuições delegadas por esta Portaria.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 4673, de 31 de julho de 2020, publicada na pág. 58 da Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 03 de agosto de 2020.

II - Portaria nº 7211, de 14 de dezembro de 2020, publicada na pág. 60 da Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 3.870, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - Art. 150, Inciso XXI, resolve: RATIFICAR os termos do Declaração da lavra do Coordenador de Engenharia (11811525), DECLARANDO a situação de EMERGÊNCIA na rodovia BR-104/AL, em razão das fortes chuvas que atingiram o Estado de Alagoas com diversos deslizamentos, risco iminente de rompimento do corpo estradal e consequente interrupção do tráfego na rodovia. Processo 50620.000545/2022-19.

NICOLAS ALVES DE OLIVEIRA SOUTO
Substituto

PORTARIA Nº 3.796, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - Art. 150, Inciso XXI, resolve:

RATIFICAR os termos do Declaração da lavra do Coordenador de Engenharia (11822536), DECLARANDO a situação de EMERGÊNCIA na rodovia BR-101/AL, KM 11, em razão das fortes chuvas que atingiram o Estado de Alagoas com diversos deslizamentos, rompimento do corpo estradal e consequente interrupção do tráfego na rodovia. Processo 50620.000546/2022-55.

NICOLAS ALVES DE OLIVEIRA SOUTO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 3.800, DE 04 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno / DNIT - art. 144, inciso XXIV, resolve:

RATIFICAR a declaração de situação de EMERGÊNCIA nas Eclusas de Engenheiro Souza Dias (Jupiá), constituído por uma eclusa, na Hidrovia do Rio Paraná, e de Três Irmãos, constituído por duas eclusas e pelo Canal Pereira Barreto, na Hidrovia do Rio Tietê, tendo em vista encerramento da execução dos serviços prestados em 14/07/2022, de Diagnóstico, Operação e Manutenção (D.O.M) das Eclusas de Jupiá e Três Irmãos, além do Controle de Tráfego do Canal Pereira Barreto, objetos dos Contratos n° 079 e n.º 089/2021 respectivamente, visando a contratação de empresa especializada para o monitoramento e acompanhamento dos sistemas e equipamentos das eclusas, com vistas a preservação do patrimônio público e da salvaguarda da vida humana. Processo Administrativo 50608.001089/2022-84.

SÉRGIO HENRIQUE CODELO NASCIMENTO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MJSP Nº 1.561, DE 4 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, para dispor sobre competências no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e a Portaria nº 443, de 24 de novembro de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos art. 11 e art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º A Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º Caberá ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional e, nos seus impedimentos e afastamentos legais e eventuais, ao seu substituto legal, no âmbito de sua competência:

I - acompanhar, orientar e supervisionar o cumprimento e a aplicação das normas emanadas dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e de Serviços Gerais - SISG; e

II - adotar todos os procedimentos necessários às atividades de recursos humanos, orçamento, finanças e contabilidade, apoio administrativo, biblioteca, documentação, obras, serviços gerais, inclusive transportes, segurança, material, patrimônio, licitações e contratos." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

COMITÊ GESTOR DOS PLANOS DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PARA OS POVOS INDÍGENAS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE JULHO DE 2022

Institui o Subcomitê de Publicação de Dados

O COMITÊ GESTOR DOS PLANOS DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PARA OS POVOS INDÍGENAS, instituído pelo Decreto nº 10.931, de 10 de janeiro de 2022, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 2º, inciso IV, "a"e"b", do Decreto nº 10.931, de 10 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir o Subcomitê de Publicação de Dados, responsável por dirigir, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à publicação de dados no site do Ministério da Saúde, em conformidade com a determinação judicial exarada em 31 de março de 2022 no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709/STF.

Art. 2º Compete ao Subcomitê de Publicação de Dados:

I - requisitar aos órgãos e entidade que compõem o Comitê Gestor, assim como a outros órgãos e entidades não integrantes do Comitê Gestor mas institucionalmente responsáveis pela gestão dos dados necessários para o regular cumprimento da decisão, as informações necessárias ao pleno atendimento da determinação judicial exarada em 31 de março de 2022 no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 709/STF.

II - estabelecer e gerir o fluxo das informações necessárias ao cumprimento da decisão.

III - realizar a publicação dos respectivos dados no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.

Art. 3º O Subcomitê de Publicação de Dados será composto pelos atuais representantes dos seguintes órgãos e entidade e/ou por aqueles representantes por eles indicados:

I - Ministério da Saúde;
II - Advocacia-Geral da União;
III - Casa Civil da Presidência da República;
IV - Fundação Nacional de Saúde;
V - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
VI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
VII - Ministério da Cidadania;
VIII - Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
IX - Fundação Nacional do Índio.

Parágrafo único. A coordenação do Subcomitê de Publicação de Dados é atribuída ao Ministério da Saúde.

Art. 4º O quórum de reunião do Subcomitê de Publicação de Dados é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 5º O Subcomitê de Publicação de Dados se reunirá, em caráter ordinário, mensalmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Coordenador.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DOS SANTOS ARAUJO

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.177, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41264 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARRA ESCOLTA, VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.262.215/0003-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1375/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.178, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42273 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING OIAPOQUE CONTAGEM, CNPJ nº 41.073.936/0001-20, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
24 (vinte e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.179, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42454 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Autorizar a empresa ONLINE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 14.101.611/0001-30, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser VERDE SEGURANÇA DE VALORES LTDA

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.180, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43223 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEI VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.392.232/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1447/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.181, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43494 - DPF/PDE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECVIG ACADEMIA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1463/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.182, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43578 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHAOLIN SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 36.667.184/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1436/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.183, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43850 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0008-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1525/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.184, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44242 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SATELITE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 23.893.725/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1437/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.185, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44347 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASPE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.019.747/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1464/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.186, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44444 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.162.435/0013-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1491/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.187, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44517 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POJUCA S.A, CNPJ nº 13.250.998/0005-58 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.188, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44530 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HONRA SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.572.580/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1510/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.189, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44633 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PANTHER SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 10.956.451/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1518/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.190, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44810 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIKING SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.407.331/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1492/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.191, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44912 - DPF/DRS/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa SAFETY ASSESSORIA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EM SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 15.439.139/0001-03, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.192, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45161 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE JARDINS MÔNACO, CNPJ nº 05.104.437/0001-99 para atuar em Goiás.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.193, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45403 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0003-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1500/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.194, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45434 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 20.175.026/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1493/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.195, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45855 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVICTUS SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.479.246/0002-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1526/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.196, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45892 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0011-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1494/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.197, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46071 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa SIGGA TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 27.925.468/0001-43, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

30000 (trinta mil) Munições calibre 38

274 (duzentas e setenta e quatro) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Gramas de pólvora

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

630 (seiscentas e trinta) Espoletas calibre .380

630 (seiscentos e trinta) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.198, DE 5 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46079 - DPF/XAP/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa RIO GRANDE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 09.510.136/0003-88, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

38 (trinta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 251ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CFDD REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2022

Aos trinta dias do mês de junho de 2022, às 09h40, reuniu-se, virtualmente, o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES, sob a Presidência do Sr. PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA, os Conselheiros: Sr. MARCUS VINICIUS FERNANDES ANDRADE DA SILVA, representante suplente da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP; Sra. BIANCA OLIVEIRA MEDEIROS, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sra. LILIAN FERNANDES DA CUNHA e Sr. ALEX SANDER DUARTE DA MATTA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - MS; Sra. LIVIA MARIA PINHEIRO DE ANDRADE, representante suplente do Ministério da Economia - ME; Sr. ANTONIO MORIMOTO JÚNIOR, representante titular do Ministério Público Federal - MPF; Sr. THIAGO MOREIRA DOS SANTOS e Sr. PEDRO MACHADO MASTROBUONO, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério do Turismo - MTur; Sra. ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN, representante titular do Instituto "O Direito por Um Planeta Verde" - IDPV; e Sr. GUILHERME MENDES RESENDE, representante suplente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. O Secretário-Executivo do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA; o Diretor do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos - DPPDD, Sr. FRANCISVAL DIAS MENDES; a Coordenadora-Geral de Projetos, Formalização e Fiscalização do DPPDD, Sra. ANDREA KARENINA ISACKSSON D'ALBUQUERQUE; o Coordenador de Políticas de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do DPPDD, Sr. EUGENIO DA COSTA ARSKY; o Coordenador de Políticas de Outros Direitos Difusos do DPPDD, Sr. ANDERSON ALVES GARCIA; o Coordenador de Análise do DPPDD, Sr. FÁBIO EDUARDO ARRUDA; a Chefe de Divisão de Políticas de Outros Direitos Difusos, Sra. ANDREA LAMPERT COSTA DE SIQUEIRA; a Chefe de Divisão de Análise do DPPDD, Sra. FABIANE VEIGA AZZI DE OLIVEIRA; o Chefe de Divisão de Patrimônio Histórico e Meio Ambiente do DPPDD, Sr. RAUL DA SILVA SALES; a Agente Administrativa do DPPDD, Sra. GESSI DE CARVALHO COSTA; o Major da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Sr. ROBSON ROMIE LOPES PEREIRA; o Capitão da PMMG, Sr. BRUNO COELHO; e a Sargento da PMMG, Sra. RAFAELA DE SOUZA. Antes da apreciação dos itens da pauta, o Presidente do CFDD, saudando a todos, agradeceu a equipe do DPPDD, que responde pelo suporte do CFDD e pelas atividades técnico-administrativas relacionadas às transferências de recursos do FDD, bem como aos demais Conselheiros e Conselheiras, cientificando a todos sobre sua admissão, no Grau de Comendador, com o recebimento de medalha da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em razão dos trabalhos desenvolvidos junto ao CFDD e ao FDD, e registrando que compartilha a honraria com todos. O Conselheiro Guilherme Mendes Resende, representante suplente do CADE, saudando a todos os Conselheiros, informou que também participou das comemorações e recebeu honraria pelos trabalhos desenvolvidos no CADE, bem como agradeceu a oportunidade de poder contribuir com CFDD. Item 1º - Apresentação de Conselheiros: O Presidente apresentou os novos Conselheiros, Sr. Thiago Moreira dos Santos, Conselheiro titular representante do Ministério do Turismo - MTur, e Sr. Marcus Vinicius Fernandes Andrade da Silva, Conselheiro suplente representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Senacon/MJSP, ressaltando que a composição do Conselho, novamente, está reestabelecida. Após as apresentações e agradecimentos, o Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono saudou ao Presidente pela honraria recebida e aos novos Conselheiros. Item 2º - Cientificação da Ata: Foi dada ciência aos Conselheiros da publicação no Diário Oficial da União de 07 de junho de 2022, Seção 1, página 57, da Ata da 250ª Reunião Ordinária do CFDD, já aprovada, por unanimidade, por meio de troca de mensagens eletrônicas. Item 3º - Deliberação de Projetos: Subitem 3.1 - Processo nº 08012.003236/2021-11 - Proposta nº 017728/2020 - Proponente: AC - Ministério Público do Estado do Acre. Objeto: Atuação extrajudicial no combate ao desmatamento ilegal e às queimadas no Estado do Acre. Relatora: Conselheira Lilian Fernandes da Cunha, representante do Ministério da Saúde - ANVISA/MS. Decisão: Projeto aprovado por unanimidade, nos termos do Voto da Conselheira Relatora. Subitem 3.2 - Processo nº 08012.003257/2021-29 - Proposta nº 017062/2020 - Proponente: MG - Polícia

Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: Fortalecimento do combate à corrupção no Estado de Minas Gerais, com vistas a reduzir os desvios de condutas praticados por integrantes da PMMG, por meio de inovação tecnológica na Unidade Central de polícia judiciária militar no enfrentamento aos desvios de conduta dos integrantes da instituição. Relator: Conselheiro Antônio Morimoto Júnior, representante do Ministério Público Federal/MPF. Após debates e reiterações de informações por parte de representantes da PMMG. Decisão: Projeto aprovado por unanimidade, nos termos do Voto do Conselheiro Relator. Item 4º - Ofício nº 24909/2022-TCU - Acórdão nº 2732/2022: O Presidente deu ciência ao Conselho sobre comunicação do Tribunal de Contas da União/TCU, cujo teor se refere ao Acórdão nº 2732/2022-TCU, prolatado em 24 de maio de 2022, o qual tratou do monitoramento quanto ao atendimento das Recomendações contidas no Acórdão 13669/2020-TCU, que analisou a Prestação de Contas do exercício de 2017 da Senacon/MJSP. O referido Acórdão trouxe recomendações ao MJSP, quanto à recomposição orçamentária do FDD. Informou o Presidente, ao falar sobre a potência orçamentária do FDD, que em abril do corrente exercício foram solicitados mais cinquenta e oito milhões de reais de suplementação, mas infelizmente o pedido foi negado pela Junta de Execução Orçamentária - JEO, estando o FDD com os setenta milhões previstos na LOA/2022. Acrescentou que, apesar da atual negativa, poderá haver alteração do cenário até o final do ano, com a possibilidade, ainda, de eventual suplementação. Por fim, destacou que a recomposição da potência orçamentária do FDD poderá acontecer no PLOA de 2023, constituindo-se o Acórdão em referência como catalisador do processo de negociação por recursos orçamentários junto à área econômica. Item 5º - Resultado dos Recursos. Subitem 5.1 - Processo n° 08012.001198/2022-35 - Resultado dos recursos da fase de habilitação dos Editais de prorrogação de prazo para envio de propostas: O Presidente deu ciência ao Conselho da publicação do Despacho nº 39/2022/CFDD/GAB-SENACON/SENACON, de 21 de junho de 2022, com o resultado final da fase de recurso contra a decisão de inabilitação de propostas. Informou que foram apresentados dois recursos contra a fase de habilitação, sendo o relativo à Proposta nº 3771/2022 provido; e à Proposta nº 3924/2022 não provido. Item 6º - Assuntos Gerais. Subitem 6.1 - Ciência da publicação da Portaria que altera a composição das Comissões de Avalição das Propostas de Trabalho: O Presidente deu ciência ao Conselho da publicação da Portaria nº 1, de 21 de junho de 2022, que alterou a composição das Comissões de Avalição das Propostas de Trabalho. Tais Comissões serão responsáveis pela finalização da fase de Classificação dos Editais de prorrogação em andamento. Esclareceu que, de acordo com os Editais, a SE/CFDD realizou a 1ª fase de Classificação, com atribuição de notas, e que os projetos serão encaminhados às Comissões, por intermédio de processos instruídos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MJSP, para ratificação ou para alteração das notas atribuídas. Subitem 6.2 - Ofício nº 3478/2022/MMA: O Presidente deu ciência ao Conselho de proposta de parceria entre o FDD e o Fundo Clima do Ministério do Meio Ambiente. Informou que há Edital no Ministério do Meio Ambiente - MMA para realização de estudos nas temáticas relacionadas à agenda climática, propondo aos representantes do MMA e ao CFDD apresentação da proposta de parceria na próxima reunião do CFDD. Dada a convergência de interesses do Colegiado, ficou acertado que a Secretaria-Executiva do CFDD deverá coordenar a agenda junto ao MMA, de modo a se realizar uma apresentação na próxima reunião do CFDD. Item 7º - Data da próxima reunião: Conforme definido na 245ª Reunião Ordinária, a próxima reunião está prevista para 28 de julho de 2022. A reunião foi encerrada às 11h35; sendo, por mim, Gracivaldo José Ventura de Sousa, Secretário-Executivo do CFDD, lavrada a presente Ata, que será encaminhada aos Conselheiros para apreciação e aprovação eletronicamente.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 3, DE 4 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria nº 1, de 21 de junho de 2022, para incluir Conselheiro em Comissão de Avaliação das Propostas de Trabalho habilitadas pela Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos do Edital de Chamamento Público para a Seleção de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Estaduais e do Distrito Federal e Edital para Seleção de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Federais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VIII do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, aprovado nos termos do Anexo da Portaria nº 2.314, de 26 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir o Conselheiro MARCUS VINICIUS FERNANDES ANDRADE DA SILVA, representante suplente da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na 3ª Comissão de Avaliação - Eixo Temático IV - "Patrimônio cultural brasileiro", de que trata o art. 1º da Portaria nº 1, de 21 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DECISÕES DE 5 DE JULHO DE 2022

Decisão nº 50/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de renovação de prazo de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 30/2018 (Ren. RN nº 15/2017)
Processos: 47039.000930/2022-11 - 08018.032365/2022-30
Interessado(s): MARCO ZANNOLI - LINK TECNOLOGIA SOCIAL

O Diretor do Departamento de Migrações - Substituto, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 51/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.021992/2021-78 - 08018.032364/2022-95
Interessado(s): THOMAS PETER - PETROLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS

O Diretor do Departamento de Migrações - Substituto, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência dos requisitos de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 52/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de renovação de prazo de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 13/2017
Processos: 47039.002030/2022-49 - 08018.032362/2022-04
Interessado(s): SOPHIE RAYMONDE PIERRETTE COUGNARD

O Diretor do Departamento de Migrações - Substituto, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 5 DE JULHO DE 2022

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 295/2022 de 30/06/2022, 296/2022 de 30/06/2022, 297/2022 de 01/07/2022, 298/2022 de 01/07/2022, 299/2022 de 04/07/2022 e 300/2022 de 04/07/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.002281/2022-12 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Andrea Ambrosz Data Nascimento: 02/03/1984 Passaporte: BE0762750 País: HUNGRIA Mãe: Margit Bálint Pai: Ivan Ambros.

Processo: 08228.006606/2022-11 Requerente: THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BERND FRANK GRUNEWALD Data Nascimento: 21/11/1962 Passaporte: C28KH3YTX País: ALEMANHA Mãe: BRIGITTE GRUNEWALD GEMBSKI Pai: OTTO BERND GRUNEWALD.

Processo: 08228.007303/2022-14 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 2 Anos Imigrante: Fabrizio Strano Rossi Data Nascimento: 01/08/1978 Passaporte: YB1016447 País: ITALIA Mãe: Sabrina Santi Pai: Francesco Antonio Strano Rossi.

Processo: 08228.007211/2022-34 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANDREY GANZHA Data Nascimento: 11/09/1985 Passaporte: 756625165 País: RUSSIA Mãe: Olga Ganzha Pai: Sergey Ganzha .

Processo: 08228.007220/2022-25 Requerente: TELEPERFORMANCE CRM S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: RULBER BARRANTES MENA Data Nascimento: 16/09/1974 Passaporte: G148926 País: COSTA RICA Mãe: Maria Elena Mena Carrera Pai: Rafael Angel Barrantes Diaz.

Processo: 08228.007240/2022-12 Requerente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: MARIO ALBERTO MENDOZA AYALA Data Nascimento: 05/05/1988 Passaporte: G28813206 País: MEXICO Mãe: GUADALUPE BEATRIZ AYALA FLORES Pai: JESUS MENDOZA MACEDO.

Processo: 08228.007243/2022-31 Requerente: ST.NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Dan Okumu Oyomba Data Nascimento: 12/12/1973 Passaporte: BK116726 País: QUENIA Mãe: Alice Otunge Hindia Pai: Richard Oyomba Oyomba.

Processo: 08228.007256/2022-17 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: PABLO GARCIA HERRERO Data Nascimento: 17/10/1998 Passaporte: PAM879559 País: ESPANHA Mãe: MARIA PILAR HERRERO RISQUEZ Pai: MANUEL GARCIA ROMAN.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.004812/2022-95 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANBARASAN RAJADURAI Data Nascimento: 04/06/1985 Passaporte: Z6041118 País: INDIA.

Processo: 08228.006247/2022-17 Requerente: VP FLEXGEN (BRAZIL) SPE LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YUAN YIFAN Data Nascimento: 26/11/1987 Passaporte: E82945893 País: CHINA.

Processo: 08228.006316/2022-76 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: BENGT AKE GREGERSEN Data Nascimento: 21/03/1967 Passaporte: 36587470 País: SUECIA.

Processo: 08228.006371/2022-66 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Gareth Legg Data Nascimento: 16/09/1980 Passaporte: 525138873 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006378/2022-88 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Marco Antonio Ramirez Guerrero Data Nascimento: 02/04/1988 Passaporte: G16835167 País: MEXICO.

Processo: 08228.006398/2022-59 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Claudiu Ghita Data Nascimento: 26/02/1979 Passaporte: 059683903 País: ROMENIA.

Processo: 08228.006502/2022-13 Requerente: WELLTEC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARIANO ALBERTO NICOLAS DI PAOLO Data Nascimento: 25/09/1984 Passaporte: AAA077699 País: ARGENTINA Imigrante: ALEJANDRO NICOLÁS BONTEMPO Data Nascimento: 30/12/1986 Passaporte: AAF877505 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.006464/2022-91 Requerente: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Salvador Mejia Gomez Data Nascimento: 30/03/1980 Passaporte: G38424792 País: MEXICO.

Processo: 08228.006475/2022-71 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CHRISTER GOLF LOKKEN Data Nascimento: 30/03/1973 Passaporte: 33882782 País: NORUEGA.

Processo: 08228.006533/2022-66 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: TOMMASO ALLEGRI Data Nascimento: 31/12/1994 Passaporte: YB0910850 País: ITALIA Imigrante: ANGELO CALABRESE Data Nascimento: 16/01/1996 Passaporte: YA9153347 País: ITALIA Imigrante: FRANCESCO DRAGONI Data Nascimento: 19/08/1973 Passaporte: YB0585456 País: ITALIA.

Processo: 08228.006531/2022-77 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 18/03/2023 Imigrante: JOSEPH ANDREW JOHNSON Data Nascimento: 10/11/1972 Passaporte: 550005324 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006552/2022-92 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PATRICK JOHAN PONTUS BRANDIN Data Nascimento: 01/05/1989 Passaporte: 35491828 País: SUECIA.

Processo: 08228.006564/2022-17 Requerente: OES SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOEL PANALIGAN LUMANGLAS Data Nascimento: 16/03/1975 Passaporte: P34765447B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006718/2022-71 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 21/12/2022 Imigrante: JOHANNES PETRUS BADENHORST Data Nascimento: 01/02/1963 Passaporte: M00261402 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.006776/2022-11 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: EDWINA MARGARETHA VENDELA ARTURSSON Data Nascimento: 21/01/1996 Passaporte: 36194562 País: SUECIA.

Processo: 08228.006858/2022-49 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MACIEJ ABRATKIEWICZ Data Nascimento: 07/01/1991 Passaporte: ET5889874 País: POLONIA.

Processo: 08228.006787/2022-84 Requerente: GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Roger Fontaine Data Nascimento: 07/10/1969 Passaporte: GB973476 País: CANADA.

Processo: 08228.006851/2022-27 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARKO ANTERO PUISTOSALO Data Nascimento: 20/09/1974 Passaporte: FP3414351 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.006792/2022-97 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Florian Flicker Data Nascimento: 19/02/1996 Passaporte: U6027053 País: AUSTRIA.

Processo: 08228.006793/2022-31 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Manuel Krieger Data Nascimento: 27/06/1989 Passaporte: P7405960 País: AUSTRIA.

Processo: 08228.006795/2022-21 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Gabrijel Cigula Data Nascimento: 20/01/1994 Passaporte: 040959245 País: CROACIA.

Processo: 08228.006801/2022-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: BRENDAN PETER KEARNS Data Nascimento: 03/02/1961 Passaporte: 544657457 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006805/2022-28 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: CLAYTON JAMES GEORGE HUDSON Data Nascimento: 08/07/1966 Passaporte: 558631045 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006806/2022-72 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jorge Garcia Barranco Data Nascimento: 21/12/1996 Passaporte: PAJ961022 País: ESPANHA.

Processo: 08228.006808/2022-61 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jose David Atero Fernandez Data Nascimento: 20/04/1990 Passaporte: PAI194808 País: ESPANHA.

Processo: 08228.006810/2022-31 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Cosme Garcia Gallardo Data Nascimento: 04/02/1965 Passaporte: PAE444608 País: ESPANHA.

Processo: 08228.006815/2022-63 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Carlos de Bona Lopez Data Nascimento: 05/06/1988 Passaporte: PAL982515 País: ESPANHA.

Processo: 08228.006830/2022-11 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Bjoern Bye Soerum Data Nascimento: 08/07/1985 Passaporte: 32470885 País: NORUEGA.

Processo: 08228.006837/2022-23 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Simon Brix Hoejlund Data Nascimento: 01/04/1986 Passaporte: 208005865 País: DINAMARCA Imigrante: Simon Brix Hoejlund Data Nascimento: 01/04/1986 Passaporte: 208005865 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.006841/2022-91 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Pua Aik Ping Data Nascimento: 23/06/1983 Passaporte: A55154898 País: MALASIA.

Processo: 08228.006838/2022-78 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: THOMAS GEORGE GEE Data Nascimento: 24/10/1996 Passaporte: 538531748 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.006843/2022-81 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SEAN PHILIP GEE Data Nascimento: 04/05/1993 Passaporte: 533057718 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.006846/2022-14 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: FINNLEY LEON JOHNSON MITCHELL Data Nascimento: 21/02/2000 Passaporte: 575731671 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.006857/2022-11 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOAO NUNO COSTA JARDIM Data Nascimento: 22/08/1991 Passaporte: C953203 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.006904/2022-18 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: SNEHA HOSAHALLI RATHNAKARA Data Nascimento: 22/12/1995 Passaporte: P2777675 País: INDIA.

Processo: 08228.006968/2022-19 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Stéphane Michel Jacques Lagrange Data Nascimento: 17/07/1970 Passaporte: 13FV00647 País: FRANCA.

Processo: 08228.006973/2022-13 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Mateo Reyes Jose Luis Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: N02241670 País: MEXICO.

Processo: 08228.006984/2022-11 Requerente: TORAY DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: TAKAHIRO MATSUI Data Nascimento: 30/01/1973 Passaporte: TS3691693 País: JAPAO.

Processo: 08228.006988/2022-81 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Davut Kaya Data Nascimento: 13/05/1984 Passaporte: U08900442 País: TURQUIA.

Processo: 08228.007026/2022-41 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: THIBAUT STEPHEN FABIEN PELOUX Data Nascimento: 09/08/1985 Passaporte: 15DD13359 País: FRANCA.

Processo: 08228.006994/2022-39 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MOTOZUMI SAKAI Data Nascimento: 27/10/1981 Passaporte: TK8802623 País: JAPAO.

Processo: 08228.006993/2022-94 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: THOMAS JOANNY JEAN SCOTTI Data Nascimento: 13/09/1989 Passaporte: 15CH59188 País: FRANCA.

Processo: 08228.007001/2022-46 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Bartu Aktas Data Nascimento: 02/11/1996 Passaporte: U26089916 País: TURQUIA.

Processo: 08228.006996/2022-28 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Dumitru Capruci Data Nascimento: 20/10/1963 Passaporte: 056544915 País: ROMENIA.

Processo: 08228.006999/2022-61 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDREW HARRIS Data Nascimento: 06/07/1979 Passaporte: 552017505 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.007007/2022-13 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Ahmet Yildirim Data Nascimento: 01/03/1987 Passaporte: U20613624 País: TURQUIA.

Processo: 08228.007004/2022-81 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Christopher Stephen Griffiths Data Nascimento: 25/02/1983 Passaporte: 123673994 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.007013/2022-71 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Gokhan Sanli Data Nascimento: 02/08/1984 Passaporte: U20951966 País: TURQUIA.

Processo: 08228.007140/2022-71 Requerente: TORAY DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: YUJI MIYAGAWA Data Nascimento: 25/10/1983 Passaporte: TT2249848 País: JAPAO.

Processo: 08228.007008/2022-68 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Sebastian-Emil Manole Data Nascimento: 08/04/1970 Passaporte: 058126137 País: ROMENIA.

Processo: 08228.007021/2022-17 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ALISTAIR SCOTT BURTON Data Nascimento: 24/10/1968 Passaporte: 544224738 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.007024/2022-51 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Serkan Kiymetli Data Nascimento: 13/06/1977 Passaporte: U25062706 País: TURQUIA.

Processo: 08228.007034/2022-96 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Joji Mathew Data Nascimento: 18/01/1969 Passaporte: Z4136526 País: INDIA.

Processo: 08228.007039/2022-19 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Christian Israel Ibarra Data Nascimento: 19/09/1983 Passaporte: 538224936 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.007046/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Radu Romica Surugiu Data Nascimento: 19/02/1969 Passaporte: 055105930 País: ROMENIA.

Processo: 08228.007057/2022-17 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARTIN MARIE LUC PIERRE Data Nascimento: 12/05/1988 Passaporte: 20DH44709 País: FRANCA.

Processo: 08228.007074/2022-38 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Christian Ritler Data Nascimento: 21/03/1998 Passaporte: X7985806 País: SUICA.

Processo: 08228.007076/2022-27 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Clemens Seidl Data Nascimento: 15/03/1995 Passaporte: U4466961 País: AUSTRIA.

Processo: 08228.007136/2022-11 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MATTI TAPANI HUSU Data Nascimento: 05/11/1983 Passaporte: FP5044516 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.007119/2022-74 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Luc Yves Louis Fromaigeat Data Nascimento: 09/02/1960 Passaporte: X7529139 País: SUICA.

Processo: 08228.007122/2022-98 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Efrain Rodriguez Data Nascimento: 24/11/1968 Passaporte: 576014209 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.007131/2022-89 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ISAAC ISAI PIÑA GARCIA Data Nascimento: 22/09/1989 Passaporte: G30418976 País: MEXICO.

Processo: 08228.007129/2022-18 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hennry Patricio Barroso Paredes Data Nascimento: 17/04/1979 Passaporte: A4596306 País: EQUADOR.

Processo: 08228.007150/2022-13 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOE MITCHELL CUTLER Data Nascimento: 21/08/1997 Passaporte: 551849550 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.007183/2022-55 Requerente: PLACO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: THOMAS CHARLES MCCUSKER Data Nascimento: 15/07/1959 Passaporte: 125673784 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.007218/2022-56 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jostein Ravnberg Data Nascimento: 22/08/1979 Passaporte: 33507770 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.008609/2022-98 Requerente: GUARARAPES PAINEIS S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: TOBIAS BOHNKE Data Nascimento: 20/05/1980 Passaporte: C7GK4LHL5 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.008708/2022-71 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: EDUARDUS ANTONIUS CHRISTIAAN SABINE PEETERS Data Nascimento: 27/10/1983 Passaporte: NPH6BBDF5 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.008475/2022-13 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: NGUYEN TRUNG TIN Data Nascimento: 12/10/1991 Passaporte: C9737248 País: VIETINA.

Processo: 08228.008562/2022-62 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dias Imigrante: Rafal Ryszard Rocal Data Nascimento: 22/05/1984 Passaporte: EM3337695 País: POLONIA.

Processo: 08228.008724/2022-62 Requerente: HITACHI ASTEMO MANAUS BRAKE SYSTEMS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: TAKESHI HAMADA Data Nascimento: 04/06/1977 Passaporte: TK 9.418.821 País: JAPAO.

Processo: 08228.008975/2022-47 Requerente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: DANIEL ALFREDO BARRERA Data Nascimento: 21/09/1959 Passaporte: AAE552086 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.008977/2022-36 Requerente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: VICTOR GUILLERMO QUINTANA Data Nascimento: 01/06/1976 Passaporte: AAH438045 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.008980/2022-51 Requerente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: RAUL ANTONIO QUINTANA Data Nascimento: 16/09/1965 Passaporte: AAH579716 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.008981/2022-11 Requerente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: CARSTEN BRÜCKNER Data Nascimento: 24/04/1976 Passaporte: C6NZ31FMW País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.006601/2022-97 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: ROY ANDRE LIE Data Nascimento: 22/03/1982 Passaporte: 30939546 País: NORUEGA.

Processo: 08228.006744/2022-15 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: CHRISTIAN STEVEEN LÓPEZ FLOREZ Data Nascimento: 27/10/1988 Passaporte: AP696447 País: COLOMBIA.

Processo: 08228.006751/2022-17 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: VALENTIN LUCIEN ANDRÉ LECACHEUR Data Nascimento: 07/10/1992 Passaporte: 16CK09220 País: FRANCA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.007073/2022-93 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Manish Dhiman Data Nascimento: 23/03/1991 Passaporte: Z5103106 País: INDIA.

Processo: 08228.007162/2022-31 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Eddie Valera Bergancia Data Nascimento: 04/04/1981 Passaporte: P6685726B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004929/2022-79 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JOIE MATIENZO JUANGCO Data Nascimento: 05/01/1974 Passaporte: P8082332B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004967/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: MARLON SAGADAL LEDESMA Data Nascimento: 15/07/1993 Passaporte: P6850821B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004968/2022-76 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: MIKE JERSON DILOY MOJICA Data Nascimento: 12/07/1991 Passaporte: P5347736B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004969/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: WILFRED AGAMATA MAULIT Data Nascimento: 05/04/1968 Passaporte: P1610108B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004970/2022-45 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: ALFREDO JR. MOLINA PACULDAR Data Nascimento: 23/03/1973 Passaporte: P8525892A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.005010/2022-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: JONE ALMERIA UMAHAG Data Nascimento: 24/06/1978 Passaporte: P6340087B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006069/2022-16 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02/11/2023 Imigrante: Ciaran Patrick Cruise Data Nascimento: 10/03/1992 Passaporte: 124128473 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006304/2022-41 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Adam Philip Small Data Nascimento: 05/05/1977 Passaporte: 674866460 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006311/2022-43 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 26/09/2022 Imigrante: Gilbert John Saray Rosete Data Nascimento: 28/12/1985 Passaporte: P8146398A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006403/2022-23 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: Manuel Jr Franco Tiburcio Data Nascimento: 30/08/1978 Passaporte: P6024042B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006563/2022-72 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 09/12/2022 Imigrante: LEI GIMENO FERNANDEZ Data Nascimento: 21/09/1995 Passaporte: P6706797B País: FILIPINAS Imigrante: CONRADO JR. ALCANTARA LAMSEN Data Nascimento: 15/01/1979 Passaporte: P6861623B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006585/2022-32 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: NEIL WALKER Data Nascimento: 27/04/1963 Passaporte: 504592441 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006590/2022-45 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 17/10/2022 Imigrante: Sebastiaan Blom Data Nascimento: 22/06/1982 Passaporte: A05792071 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.006589/2022-11 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: HUGH MURRAY SCOTT ADAM Data Nascimento: 14/01/1994 Passaporte: 538948890 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006591/2022-91 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: ABDURRAHMAN SAMIR SABBAHI Data Nascimento: 15/05/1990 Passaporte: 642863534 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006626/2022-91 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Virgil Neil de Guzman Dumalayang Data Nascimento: 17/01/1996 Passaporte: P4702666B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006813/2022-74 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: PEJIE ARRANCHADO PEPITO Data Nascimento: 31/01/1986 Passaporte: P6086141A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006816/2022-16 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ruben Albertus Gerber Data Nascimento: 30/03/1967 Passaporte: M00359328 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.006814/2022-19 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: VICMAN MAGDADARO PEPITO Data Nascimento: 01/04/1979 Passaporte: P5108053B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006817/2022-52 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: JAN MENEGHELLO Data Nascimento: 16/09/1981 Passaporte: 045728228 País: CROACIA.

Processo: 08228.006836/2022-89 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02/11/2023 Imigrante: James Edward Mason Data Nascimento: 27/11/1983 Passaporte: 127272372 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006864/2022-12 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ashok Kumar Chaudhary Data Nascimento: 18/08/1988 Passaporte: V0372672 País: INDIA.

Processo: 08228.006877/2022-75 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Anistan Thomas Fernand Data Nascimento: 23/01/1981 Passaporte: U3607154 País: INDIA.

Processo: 08228.006881/2022-33 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 16 Meses Imigrante: JUSTIN LEE KUCERA Data Nascimento: 18/02/1981 Passaporte: 643257309 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006890/2022-24 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ronie Cabrestante Cabaya Data Nascimento: 11/03/1970 Passaporte: P8436791A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006894/2022-11 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Kornolius Robin Jerald Data Nascimento: 30/09/1973 Passaporte: V0642314 País: INDIA.

Processo: 08228.006895/2022-57 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Edwin Malinao Huiso Data Nascimento: 03/10/1967 Passaporte: P1406916B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006926/2022-71 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: LARS CHRISTIAN MOERCH Data Nascimento: 01/11/1995 Passaporte: 209138954 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.006928/2022-69 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: CHRISTIAN FRIDUR FAGRABERG Data Nascimento: 30/12/1977 Passaporte: 209398127 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.006929/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: BIRGER MEJDAHL ROTBOELL Data Nascimento: 05/01/1980 Passaporte: 210148762 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.006930/2022-38 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: JOGVAN HOLM Data Nascimento: 08/09/1968 Passaporte: 209775602 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.006956/2022-86 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: EDWARD BAYLARAN PABILA Data Nascimento: 10/09/1975 Passaporte: P5860994B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006967/2022-66 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Wilson Publico Data Nascimento: 22/04/1991 Passaporte: P9162427B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007033/2022-41 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 02/12/2023 Imigrante: CLAIR CANCILLER NONES Data Nascimento: 28/08/1973 Passaporte: P5281064B País: FILIPINAS Imigrante: DENNIS ANTONIO DELA CRUZ Data Nascimento: 21/08/1970 Passaporte: P2417798B País: FILIPINAS Imigrante: DANIEL ROBERT HILLIER Data Nascimento: 02/09/1988 Passaporte: 556702907 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006969/2022-55 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 03/03/2023 Imigrante: SIEGFRED AMPOLOQUIO DELAMBACA Data Nascimento: 22/03/1994 Passaporte: P3928857B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006983/2022-59 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: FRASER WISHART MILLS Data Nascimento: 12/01/1954 Passaporte: 560782504 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006991/2022-11 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Mark Sotero Moleta Data Nascimento: 10/12/1982 Passaporte: P6593178B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006986/2022-92 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: JOHN FLEMING Data Nascimento: 06/04/1961 Passaporte: 542494852 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006992/2022-41 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: SAMUEL ALAN MC NAIR Data Nascimento: 28/09/1989 Passaporte: 568507915 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006998/2022-17 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: LOMEL PUNAY PEPITO Data Nascimento: 19/11/1979 Passaporte: P7029388A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007005/2022-24 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 16 Meses Imigrante: ARNEL INOSANTO VICTORIA Data Nascimento: 09/04/1970 Passaporte: P7853568P País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007035/2022-31 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/05/2024 Imigrante: AARON CRAWFORD Data Nascimento: 13/04/1984 Passaporte: 510639657 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.007055/2022-11 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Maheshkumar Mylapilli Data Nascimento: 05/08/1978 Passaporte: Z3951432 País: INDIA.

Processo: 08228.007059/2022-91 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Saurabh Dubey Data Nascimento: 01/05/1990 Passaporte: V7557810 País: INDIA.

Processo: 08228.007075/2022-82 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Asaraf Ali Abdul Kadar Data Nascimento: 15/05/1982 Passaporte: U8251363 País: INDIA.

Processo: 08228.007078/2022-16 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Joseph Walter Lathislas Data Nascimento: 15/03/1977 Passaporte: P4136242 País: INDIA.

Processo: 08228.007110/2022-63 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: ANDERS BENDIXEN Data Nascimento: 01/09/1973 Passaporte: 212461778 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.007113/2022-13 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 03/07/2023 Imigrante: JOHNNY BRUNO ANDERSEN Data Nascimento: 21/09/1964 Passaporte: 208278186 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.007114/2022-41 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 01/01/2024 Imigrante: Rommel Satina Carbona Data Nascimento: 23/10/1973 Passaporte: P6747509B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007144/2022-58 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jagrut Jivanbhai Tandel Data Nascimento: 29/12/1981 Passaporte: Z3168051 País: INDIA.

Processo: 08228.007141/2022-14 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Martin Algroey Data Nascimento: 13/06/1997 Passaporte: 33130411 País: NORUEGA.

Processo: 08228.007147/2022-91 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Carlo Sanchez Corpuz Data Nascimento: 24/06/1995 Passaporte: P8764537A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 1º, §3º)

Processo: 08228.004679/2022-77 Requerente: BANCO DA CHINA BRASIL S.A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: LEI XU Data Nascimento: 22/12/1972 Passaporte: PE2044604 País: CHINA.

Processo: 08228.007002/2022-91 Requerente: BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: RYO SHIMADA Data Nascimento: 24/10/1972 Passaporte: TZ 1.247.787 País: JAPAO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.001674/2022-92 Requerente: NATURE ACTION PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: OLIVIER SEBASTIEN GILLES DE MEURON Data Nascimento: 18/05/1970 Passaporte: x5700787 País: SUICA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.007238/2022-27 Requerente: SOJITZ DO BRASIL S/A. Prazo: 01 Ano Imigrante: YUYA KITAGAWA Data Nascimento: 09/11/1993 Passaporte: TR 4590960 País: JAPAO.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.003641/2022-87 Requerente: AIRBUS BRASIL NEGOCIOS AEROESPACIAIS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alejandro Arturo Rios Cruz Data Nascimento: 09/06/1988 Passaporte: G36762996 País: MEXICO Mãe: Adelmira Cruz Toledo Pai: Gersson Rios Gomez.

Processo: 08228.004922/2022-57 Requerente: CHARLOTTE DELETRAZ Prazo: 2 Anos Imigrante: CHARLOTTE DELETRAZ Data Nascimento: 11/11/1993 Passaporte: 12DC53748 País: FRANCA Mãe: AGNES MARIE JEANNE HUBSCHMANN Pai: JEAN MARC DELETRAZ.

Processo: 08228.005811/2022-68 Requerente: GOLD ARCO IRIS BIJUTERIAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BINGQIANG LI Data Nascimento: 03/03/1993 Passaporte: E32393860 País: CHINA Mãe: YUYING CHEN Pai: JINGLUN LI.

Processo: 08228.005981/2022-42 Requerente: JANUARIO JOSE MONTEIRO Prazo: 2 Anos Imigrante: Januário Jose Monteiro Data Nascimento: 01/09/1993 Passaporte: CRNM País: ANGOLA Mãe: Maria Ana Jose Pai: Antonio Gomes Monteiro.

Processo: 08228.006268/2022-16 Requerente: YUN CHEN DE EUNAPOLIS Prazo: 2 Anos Imigrante: SHAN CHEN Data Nascimento: 10/08/1988 Passaporte: EB4915214 País: CHINA Mãe: XIMEI HUANG Pai: JINGSEN CHEN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.002975/2022-33 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 14/05/2023 Imigrante: KRISTAPS MEZVINSKIS Data Nascimento: 27/06/1994 Passaporte: LV6375265 País: LETONIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 07/2017

Processo: 08228.005868/2022-67 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Anos Imigrante: Peter Joseph Turner Data Nascimento: 03/01/1961 Passaporte: 562028710 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.005884/2022-51 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAEL DAVID GEORGE EGGINS Data Nascimento: 30/08/1966 Passaporte: 520050022 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.005889/2022-82 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Anos Imigrante: LEWIS PETER RUSSEL Data Nascimento: 23/10/1991 Passaporte: 562306012 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.005890/2022-15 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAEL EDWARD PICKUP Data Nascimento: 27/08/1966 Passaporte: 125818623 País: REINO UNIDO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.005230/2022-26 Instituição: PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM RAMOS Prazo: 2 Anos Imigrante: Davit Tsiklauri Data Nascimento: 06/02/1996 Passaporte: 15BB78080 País: GEORGIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 17/2017

Processo: 08228.000865/2022-37 Requerente: Mariana Ionova Prazo: 1 Ano Imigrante: Mariana Ionova Data Nascimento: 28/05/1989 Passaporte: AH880254 País: CANADA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.006519/2022-62 Requerente: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Edel Ann Mooney Data Nascimento: 20/04/1991 Passaporte: PC9478984 País: IRLANDA Mãe: Maureen Mooney Pai: Gerard Mooney.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.005110/2022-29 Requerente: MERCADINHO IMPERIO BUENO EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: XINFANG ZHANG Data Nascimento: 20/09/1970 Passaporte: EI9631678 País: CHINA Mãe: YING HE Pai: GUIGUANG ZHANG.

Processo: 08228.005131/2022-44 Requerente: CHINA COMERCIO DE ARTIGOS DE CACA E PESCA EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: BINBIN ZHU Data Nascimento: 11/12/1996 Passaporte: ED7468182 País: CHINA Mãe: Jiuying Bi Pai: Quizhang Zhu.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.006430/2022-12 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: MAUNG YE HTUT Data Nascimento: 01/04/1970 Passaporte: K0348090B País: CINGAPURA Mãe: DAW KHIN AYE Pai: U NI.

Processo: 08228.006420/2022-61 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Francis Rhey Dulla Franco Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: P7986160B País: FILIPINAS Mãe: Angelina Lozano Dulla Pai: Carlos Pinon Franco.

Processo: 08228.006419/2022-36 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Eduardo Parone Pesimo Data Nascimento: 07/09/1961 Passaporte: P6920021A País: FILIPINAS Mãe: Elsa Parone Pesimo Pai: Rogelio de Pedro Pesimo.

Processo: 08228.006422/2022-51 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Fernando Sta Cruz Alejandro Data Nascimento: 06/04/1973 Passaporte: P5349141B País: FILIPINAS Mãe: Encarnacion Villanueva Sta Cruz Pai: Wilson Isorda Alejandro.

Processo: 08228.006425/2022-93 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Garren Veloso Gabaisen Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: P9442848A País: FILIPINAS Mãe: Processa Jabines Veloso Pai: Miguel Ladencia Gabaisen.

Processo: 08228.006448/2022-14 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sergey Shabanov Data Nascimento: 03/07/1985 Passaporte: 752847929 País: RUSSIA Mãe: Yuriy Shabanov Pai: Alla Shabanova.

Processo: 08228.006457/2022-99 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: MARCIN MACIAG Data Nascimento: 17/02/1983 Passaporte: EH8568316 País: POLONIA Mãe: BARBARA KRYSTYNA MACIAG Pai: STANISLAW MACIAG.

Processo: 08228.006460/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Dan Kevin Kristiansen Data Nascimento: 31/05/1983 Passaporte: 34136957 País: NORUEGA Mãe: Liv Kristine Kristiansen Pai: Frits Kristiansen.

Processo: 08228.006467/2022-24 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Gladwin Misagal Domingo Data Nascimento: 24/06/1976 Passaporte: P6347880B País: FILIPINAS Mãe: Azucena Landrito Misagal Pai: Alfredo Manuel Domingo.

Processo: 08228.006486/2022-51 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jay Nobleza Castronuevo Data Nascimento: 25/12/1983 Passaporte: P6770116A País: FILIPINAS Mãe: Jay Nobleza Castronuevo Pai: Sulficio Casabuena Castronuevo.

Processo: 08228.006488/2022-41 Requerente: OCYAN S.A. Prazo: 06/05/2024 Imigrante: Nenad Palaversa Data Nascimento: 09/12/1975 Passaporte: 328082739 País: CROACIA Mãe: Ana Palaversa Pai: Ivan Palaversa .

Processo: 08228.006504/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Pete Elizer Panoy Joville Data Nascimento: 26/11/1991 Passaporte: P8392001A País: FILIPINAS Mãe: Elizabeth Bajao Panoy Pai: Peter Burtanog Joville.

Processo: 08228.006515/2022-84 Requerente: OCYAN S.A. Prazo: 06/05/2024 Imigrante: Alen Battaia Data Nascimento: 16/03/1969 Passaporte: 192051802 País: CROACIA Mãe: Darinka Battaia Pai: Nereo Battaia .

Processo: 08228.006875/2022-86 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/12/2022 Imigrante: John Paul Cruz Dela Cruz Data Nascimento: 30/05/1979 Passaporte: P5513130A País: FILIPINAS Mãe: Ely Villaflor Cruz Pai: Leopoldo Ditablan Dela Cruz.

Processo: 08228.006880/2022-99 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/12/2022 Imigrante: Marciano Lodovice Letigio Data Nascimento: 18/04/1972 Passaporte: P5217840A País: FILIPINAS Mãe: Lucia Aspacio Lodovice Pai: Damiano Enclonar Letigio.

Processo: 08228.006882/2022-88 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/12/2022 Imigrante: Norberto Guinto Garcia Data Nascimento: 30/10/1963 Passaporte: P0955580B País: FILIPINAS Mãe: Josefina Guinto Pai: Eliserio Garcia.

Processo: 08228.006886/2022-66 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/12/2022 Imigrante: Raul Salazar Alvarez Data Nascimento: 10/07/1975 Passaporte: G33402594 País: MEXICO Mãe: Sofia Alvarez Gil Pai: Crisanto Salazar Ramon.

Processo: 08228.006892/2022-13 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 23/11/2023 Imigrante: Rolands Lazdins Data Nascimento: 01/01/1976 Passaporte: LV4615081 País: LETONIA Mãe: Rudite Lazdina Pai: Janis Lazdins.

Processo: 08228.006896/2022-18 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 23/11/2023 Imigrante: Mark Lester Sabornido Martinez Data Nascimento: 19/03/1991 Passaporte: P3331621B País: FILIPINAS Mãe: Mary Ann Buac Sabornido Pai: Carlito Villota Martinez.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.008732/2022-17 Requerente: AMINE ABBAS Prazo: 2 Anos Imigrante: AMINE ABBAS Data Nascimento: 08/04/1983 Passaporte: 17ED04479 País: FRANCA Mãe: ASSIA BOUKANA Pai: MOHAMED ABBAS.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.005470/2022-21 Requerente: ALBERT BUYE GRAU Prazo: 1 Ano Imigrante: ALBERT BUYE GRAU Data Nascimento: 17/11/1988 Passaporte: PAM072001 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005680/2022-19 Requerente: Matthew Logan Loranger Prazo: 01 Ano Imigrante: Matthew Logan Loranger Data Nascimento: 18/04/1977 Passaporte: 550604975 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005896/2022-84 Requerente: JESSICA LIZBETH SMOOTE Prazo: 1 Ano Imigrante: Jessica Lizbeth Data Nascimento: 21/01/1990 Passaporte: Passaporte País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006040/2022-26 Requerente: GUSTAV JOHANNES CESAR VAN PUTTEN Prazo: 12 Meses Imigrante: Gustav Johannes Cesar Van Putten Data Nascimento: 22/01/1986 Passaporte: 17CF19865 País: FRANCA.

CONCOMITÂNCIA

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARIA ANTONIETTA RUSSO a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A. Processo: 08228.007014/2022-15, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008601/2021-20.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MASAICHI KOBAYASHI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na HONDA SOUTH AMERICA LTDA. Processo: 08228.006713/2022-48, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.001189/2022-19.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JACQUES OLIVIER FRANÇOIS KLOTZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na ENGIE BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS LTDA. Processo: 08228.006873/2022-97, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.018750/2021-05.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JACQUES OLIVIER FRANÇOIS KLOTZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na ENGIE ALUGUEL E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Processo: 08228.006863/2022-51, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.018750/2021-05.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LARS EIK a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YINSON BOUVARDIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Processo: 08228.003883/2022-71, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013960/2019-84.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante DANIIL SERGUNIN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SALITRE FERTILIZANTES LTDA. Processo: 08228.007175/2022-17, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.0003142/2020-15.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANTONIO CLEMENTE CAMPANARIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MAFRE VIDA S.A. Processo: 08228.006974/2022-68, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.020433/2021-41.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANTONIO CLEMENTE CAMPANARIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na MAPFRE CAPITALIZACAO S/A. Processo: 08228.006683/2022-71, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.020433/2021-41.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANTONIO CLEMENTE CAMPANARIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na MAPFRE PREVIDENCIA S/A. Processo: 08228.006688/2022-19, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.020433/2021-41.

INDEFERIDO

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.004925/2022-91 Requerente: ROBERT MARINUS BENICIO HOOGENDOORN Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERT MARINUS BENICIO HOOGENDOORN Data Nascimento: 30/03/1966 Passaporte: BWCJ38K89 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003828/2022-81 Requerente: João Filipe Vieira Fernandes Prazo: 1 Ano Imigrante: João Filipe Vieira Fernandes Data Nascimento: 14/09/1998 Passaporte: C694343 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.005240/2022-61 Requerente: CARLOS MANUEL CERQUEIRA ALVES Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLOS MANUEL CERQUEIRA ALVES Data Nascimento: 11/01/1977 Passaporte: passaporte País: PORTUGAL Mãe: LUCINDA CERQUEIRA Pai: JOSE VILAS BOAS ALVES.

Processo: 08228.005262/2022-21 Requerente: MASSIMO BERRUTI Prazo: 2 Anos Imigrante: MASSIMO BERRUTI Data Nascimento: 05/04/1972 Passaporte: YB8125106 País: ITALIA Mãe: MARIA BIANCHI Pai: GIOVANNI BERRUTI.

Processo: 08228.004019/2022-96 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: VLAD-ADRIAN PANAITESCU Data Nascimento: 31/12/1989 Passaporte: 057110519 País: ROMENIA Mãe: MARIANA PANAITESCU Pai: FANEL VIOREL PANAITESCU.

Processo: 08228.008329/2022-81 Requerente: UNIAO ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Meses Imigrante: ALEXEI RAMÍREZ MASSÓ Data Nascimento: 21/06/2001 Passaporte: L098471 País: CUBA Mãe: MAYDELIS MASSÓ DÍAZ Pai: ALEXEI RAMÍREZ KAICER .

Processo: 08228.008328/2022-35 Requerente: UNIAO ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Meses Imigrante: Yoana Palacio Mendoza Data Nascimento: 06/10/1990 Passaporte: J841089 País: CUBA Mãe: ANA GLORIA MENDOZA HERRERA Pai: JORGE INES PALACIOS PALACIO.

Processo: 08228.004849/2022-13 Requerente: CARL ENDERCHINE JEANTY MAISONNEUVE Prazo: Indeterminado Imigrante: Carl Enderchine Jeanty Maisonneuve Data Nascimento: 21/04/1990 Passaporte: Passaporte País: HAITI.

Processo: 08228.001676/2022-81 Requerente: RICKY ANTIWAN BOOKER Prazo: Indeterminado Imigrante: RICKY ANTIWAN BOOKER Data Nascimento: 02/02/1988 Passaporte: 54412530 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006780/2022-62 Requerente: HERMANNE REGIS FRANCOIS XAVIER Prazo: Indeterminado Imigrante: HERMANNE REGIS FRANCOIS XAVIER Data Nascimento: 03/12/1956 Passaporte: 19EF65488 País: FRANCA.

Processo: 08228.003975/2022-51 Requerente: NOUR SALMAN Prazo: Indeterminado Imigrante: Nour Salman Data Nascimento: 15/01/1987 Passaporte: Passaporte País: LIBIA.

Processo: 08228.004660/2022-21 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 05/09/2024 Imigrante: Anris Skapars Data Nascimento: 27/08/1998 Passaporte: LV6229203 País: LETONIA.

Processo: 08228.004488/2022-13 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: Willem Kloosterman Data Nascimento: 19/02/1963 Passaporte: BFC147D30 País: HOLANDA.

Processo: 08228.004481/2022-93 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: Christophe Pol Vanhoutte Data Nascimento: 06/02/1972 Passaporte: ES178691 País: BELGICA.

Processo: 08228.004351/2022-51 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: Invalid date Imigrante: Ashok Kumar Yadav Data Nascimento: 18/07/1984 Passaporte: N2365324 País: INDIA Imigrante: Nis Kuriakose Antony Data Nascimento: 22/02/1993 Passaporte: U6863390 País: INDIA.

Processo: 08228.004040/2022-91 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 11/04/2022 Imigrante: Deryl Pinto Data Nascimento: 25/10/1979 Passaporte: P8542761 País: INDIA.

Processo: 08228.004024/2022-15 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 11/04/2022 Imigrante: Arjun Singh Data Nascimento: 18/09/1993 Passaporte: L5443951 País: INDIA.

Processo: 08228.003978/2022-94 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: WILFRAM JONGAY TUMLOS Data Nascimento: 12/05/1986 Passaporte: P5846263B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002773/2022-91 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: Invalid date Imigrante: Hardeep Singh Data Nascimento: 02/12/1966 Passaporte: v4742397 País: INDIA Imigrante: Ievgen Volkov Data Nascimento: 09/11/1978 Passaporte: ff570491 País: UCRANIA.

Processo: 08228.008718/2022-13 Requerente: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Kurt Kilian Schnabel Data Nascimento: 15/05/1960 Passaporte: CGLKMYMH8 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.005220/2022-91 Requerente: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Data Nascimento: 03/05/1991 Passaporte: C00229194 País: GUINE-BISSAU Mãe: TERESA GOMES CO Pai: DUARTE VIEIRA .

Processo: 08228.005141/2022-81 Requerente: KSARA MODAS - EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Mohamad Kassem Data Nascimento: 02/11/2000 Passaporte: LR2284230 País: LIBANO Mãe: Mona Halawe Pai: Mahmoud Kassem.

Processo: 08228.005035/2022-12 Requerente: MIRELYS PUERTA DIAZ Prazo: 2 Anos Imigrante: MIRELYS PUERTA DIAZ Data Nascimento: 24/11/1988 Passaporte: k807901 País: CUBA Mãe: MARTA DIAZ TUNEZ Pai: ROLANDO JULIAN PUERTA HAZA.

Processo: 08228.004868/2022-41 Requerente: HERMAN FELISBERTO GEHANE Prazo: 2 Anos Imigrante: Herman Felisberto Gehane Data Nascimento: 17/09/1997 Passaporte: Passaporte País: MOCAMBIQUE Mãe: Elsa Fernando Panguana Pai: Felisberto Gehane .

Processo: 08228.004804/2022-49 Requerente: AHMED FERDOUS Prazo: 02 Anos Imigrante: AHMED FERDOUS Data Nascimento: 14/02/1976 Passaporte: EJ 0970465 País: BANGLADESH Mãe: KAMRUN NAHAR BEGUM Pai: AMIR AHMED.

Processo: 08228.004837/2022-99 Requerente: EDOARDO FIORENTINO Prazo: 2 Anos Imigrante: EDOARDO FIORENTINO Data Nascimento: 06/08/1974 Passaporte: PASSAPORTE País: ITALIA Mãe: CONCETTA DE GIORGIO Pai: GIUSEPPE FIORENTINO.

Processo: 08228.004751/2022-66 Requerente: ONE ENGLISH CULTURAL E EDUCACIONAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: PATRICK TREVOR JOY Data Nascimento: 25/02/1982 Passaporte: PL1356661 País: IRLANDA Mãe: Kathleen Joy Pai: Patrick Joy.

Processo: 08228.004708/2022-17 Requerente: ZHUANG YING Prazo: Indeterminado Imigrante: YING ZHUANG Data Nascimento: 18/09/1996 Passaporte: E66311551 País: CHINA Mãe: JINBI LAN Pai: WEIXUN ZHUANG.

Processo: 08228.004741/2022-21 Requerente: CHADI FAOUZI ARABI Prazo: Indeterminado Imigrante: CHADI FAOUZI ARABI Data Nascimento: 30/08/1977 Passaporte: LP0276227 País: BRASIL Mãe: WAFAA JABER Pai: FAOUZI.

Processo: 08228.003710/2022-52 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: AMIDOU TCHAKPIDE Data Nascimento: 16/04/1984 Passaporte: EB352338 País: TOGO Mãe: RAKIETOU MAMADOU Pai: ALIOU TCHAKPIDE.

Processo: 08228.003708/2022-83 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ACHRAF OURO-KOURA Data Nascimento: 15/05/1992 Passaporte: EB432501 País: TOGO Mãe: AMIZETOU OURO YERIMA Pai: TCHADJOBO OURO-KOURA.

Processo: 08228.004400/2022-55 Requerente: FRANCO GUIMARAES DA SILVA Prazo: 2 Anos Imigrante: franco guimaraes da silva Data Nascimento: 20/02/1990 Passaporte: passaporte País: ANGOLA Mãe: solange gaio guimaraes Pai: jose antonio da silva.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 64, de 04/04/2022, Seção 1, página 73, Processo: 47039.002680/2022-46, onde se lê: Passaporte: P54461030A, leia-se: Passaporte: P5641030A.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Nº 6.456/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034510/2021
Interessado: FREDDY JOSÉ CRUZ MARTÍN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem legalização.

Nº 6.457/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034451/2021
Interessado: MBAYE CISSE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 6.458/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034396/2021
Interessado: RAUL DOS SANTOS DINIZ
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 6.459/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033866/2021
Interessado: JEAN MUNANGA MUBAMBA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III, do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Nº 6.460/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033837/2021
Interessada: RUTH GLORIA CORDERO PEREIRA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos II e III do art.65 c/c inciso II, art. 66 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não possuir 01 ano de residência por prazo indeterminado, imediatamente anterior ao pedido de não naturalização, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Nº 6.461/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033411/2021
Interessado: ROESLANDY SERRA URUE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal e a tradução e legalização do atestado de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 6.462/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033015/2021
Interessado: ABDOUL DIALBA THIAM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, o comprovante de sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, em conformidade com o previsto na Portaria 623/2020, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 6.463/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032357/2021
Interessado: FATOU NDIAYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o pedido foi apresentado em unidade de circunscrição incorreta, impossibilitando a instrução adequada pela Polícia Federal nos termos do Art. 224 do Decreto nº 9.199/2017, e art. 7º da Portaria Interministerial 623, de 13 de novembro de 2020, sem prejuízo de apresentação de nova solicitação de naturalização para unidade responsável pelo domicílio onde reside a naturalizanda.

Nº 6.464/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0023672/2021
Interessado: FALILOU NDIAYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de sua residência por prazo indeterminado por no mínimo quatro anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 3828/2021/DINAT_Naturalizacao/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de indeferimento do pedido
Interessado: RODELYN FRANCOIS
Processo nº: 08212.001257/2020-57
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, visto que o requerente não apresentou legalização da Certidão de Antecedentes Criminais do País de Origem, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65, da Lei nº 13.445/2017.

Nº 6.412/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Tornar sem efeito indeferimento de naturalização
Interessado: AYMANE JALIL
Processo: 235881.0008073/2020O

COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do MM. Juiz Federal da 17ª Vara Cível Federal de São Paulo, datada de 18 de maio de 2022, torno sem efeito os Despacho nº 5246/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021 e Despacho nº 310/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado no diário oficial da união de 20 de janeiro de 2022 e retorno do processo para análise.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Nº 78/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: CHIDINMA EMMANUEL ONYEKOKWU
Processo nº 08001.006956/2018-54

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, tendo em vista que não restou comprovado o amparo previsto no art. 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 733, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028447/2016-40, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CLAUDIA MARITHAZA PARDO LOPEZ, de nacionalidade colombiana, filha de Luiz Pardo e de Alícia Lopez, nascida na República da Colômbia, em 10 de dezembro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 734, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003369/2002-56, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ ANTONIO GONSALES CHUQUISUTA ou LUIZ ALBERTO APESTAGUIA VILLAFUERTE, de nacionalidade peruana, filho de Rodolfo Gonzales (ou Jose Gonzales ou Luis Armando Apesteguia Aguilar) e de Maria Chuqisuta (ou Fulvia Villafuerte), nascido na República do Peru, em 27 de maio de 1976 (ou 27.4.1974 ou 23.3.1973), ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 16 (dezesseis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 735, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001973/2021-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LESLIE CAROLINA BARAHONA SANCHEZ, de nacionalidade colombiana, filha de Henry Jairo Barahama Sanchez e de Judith Consuelo Sanchez Rodriguez, nascida na República da Colômbia, em 8 de dezembro de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 736, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004254/2013-42, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HUGO RAMON BENITEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Ramon Sebastião Benitez e de Etivana Bera, nascido na República do Paraguai, em 8 de outubro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 737, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010029/2021-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RICHARD APAZA BALTAZAR, de nacionalidade boliviana, filho de Ramon Apaza Llusco e de Isabel Baltazar de Apaza, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 9 de abril 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 738, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000415/2018-33, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NONDUMISO THANDAZILE GUMEDE, de nacionalidade sul-africana, filha de Nikasinathi Mthethina e de Thabile Mholongo, nascida na República da África do Sul, em 6 de setembro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 739, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500.007333/2020-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FERNANDO RAMIREZ ALFONZO ou AFONSO, de nacionalidade paraguaia, filho de Arsenio Ramirez e de Emilia Afonso, nascido na República do Paraguai, em 9 de julho 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 740, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004671/2018-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS ATUSO BARRAGAN QUIROGA, de nacionalidade colombiana, filho de Magdalena Quiroga Diaz, nascido na República da Colômbia, em 6 de outubro de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 741, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003559/2010-94, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN CARLOS DANIEL BRIONES RAMOS, de nacionalidade peruana, filho de Daniel Briones Louzano e de Juana Ramos Lopes, nascido na República do Peru, em 5 de junho de 1973, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 742, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.008691/2021-45, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NAYELY CORDOVA ROCABADO, de nacionalidade boliviana, filha de Erik Cordova Monroy e de Gaby Carmina Rocado Vaca, nascida no Estado Plurinacional da Bolívia, em 8 de abril de 2001, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 743, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028088/2016-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CAMILO EMILIO ORDONEZ ARTEAGA, de nacionalidade boliviana, filho de Emilio Ordonez Bernal e de Bertha Stella Arteaga, nascido em Cochabamba, Estado Plurinacional da Bolívia, em 15 de dezembro de 1991, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 744, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199/2017:

FERNANDO DIAS GONÇALVES LIMA, nascido em 08 de dezembro de 1994, filho de Rogerio Gonçalves Lima e de Katia Dias Gonçalves, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.036187/2022-16);

JESSICA DA SILVA GONÇALVES, nascida em 08 de novembro de 1990, filha de José Gonçalves da Silva e de Geny da Silva Gonçalves, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.035658/2022-79);

LARA D'ORLEANS KAPPS, nascida em 30 de setembro de 1999, filha de Nelson Onofre Kapps e de Ana Paula D'Orleans Rocha, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.034172/2022-13);

RÔMULO BIBIANO CRUZ, nascido em 20 de dezembro de 1983, filho de Getulio Hermeto Borges Cruz e de Marilene Bibiano Cruz, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08018.036185/2022-27) e;

VINÍCIUS BARBOSA DE ANDRADE, nascido em 05 de agosto de 2002, filho de Ricardo Jorge Melo de Andrade e de Joseanne Barbosa van Wijk, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.035175/2022-74).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 745, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

COMLAN DZIGBODI YANTSE - F014276-Z, natural do Togo, nascido em 13 de maio de 1980, filho de Yantse Yaovi Ebye e de Amabley Essi Mawuli, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0029245/2021);

EDDY ELIE - V985889-N, natural do Haiti, nascido em 03 de julho de 1983, filho de Vilbrun Elie e de Yolande Bony, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0069738/2021);

NATHAN GRANT MARLEY - F065621-9, natural dos Estados Unidos, nascido em 05 de abril de 1983, filho de Alva Ray Marley e de Alice Eileen Beltz, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0000981/2020) e

ONYEBUCHI PETER EGBULONU - F075468-M, natural da Nigéria, nascido em 25 de setembro de 1986, filho de Enoch Oji Egbulonu e de Chinyere Oji Egbulonu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0055075/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 746, DE 5 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

SHAWQIA FAWAZ ERSHEID ERSHEID - V407262-T, natural de Israel, nascida em 10 de setembro de 1975, filha de Fawaz Ersheid Rashid Said e de Izmeqna Salim Abdeljalil, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0073381/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 911, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ATÉ O FINAL (THE CLEARING, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): David Matalon
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000600/2022-14

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 912, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CAPITÃ NOVA (CAPTAIN NOVA, Holanda - 2021)
Diretor(es): Maurice Trouwborst
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000624/2022-73

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 913, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: RUMSPRINGA (Alemanha - 2022)
Diretor(es): Mira Thiel
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000820/2022-48

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 914, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O SOLDADO QUE NÃO EXISTIU (OPERATION MINCEMEAT, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2022)
Diretor(es): John Madden
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Guerra
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000901/2022-48

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 915, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CASAL DE FACHADA (THE VALET, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Richard Wong
Distribuidor(es): STAR+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000949/2022-56

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 916, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ATIVIDADE PARANORMAL: ENTE PRÓXIMO (PARANORMAL ACTIVITY: NEXT OF KIN, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): William Eubank
Distribuidor(es): GLOBOPLAY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Medo e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001005/2022-04

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 917, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ZONA 414 (Estados Unidos da América / Reino Unido - 2021)
Diretor(es): Andrew Baird
Distribuidor(es): GLOBOPLAY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001019/2022-10

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 918, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Séire: OBI-WAN KENOBI - TEMPORADA 1 (OBI-WAN KENOBI, Estados Unidos da América - 2022)
Distribuidor(es): Disney+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação/Aventura/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001022/2022-33

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 919, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: POETAS DO CÉU (POETAS DEL CIELO, Brasil / França / México - 2019)
Produtor(es): El Caiman/Itaca Films/Querosene Filmes
Diretor(es): Emilio Maille Iturbe
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001115/2022-68
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 920, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SÃO ATEU (Brasil - 2021)
Produtor(es): Diego da Costa
Diretor(es): Hiro Ishikawa
Distribuidor(es): CINELERO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001165/2022-45
Requerente: HIROYOSHI TORRES ISHIKAWA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 921, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: FRANGOELHO E O HAMSTER DAS TREVAS (HOPPER ET LE HAMSTER DES TÉNÈBRES, Bélgica / França - 2022)
Diretor(es): Ben Stassen/Benjamin Mousquet
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001169/2022-23

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 922, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: THOR - AMOR E TROVÃO (THOR - LOVE AND THUNDER, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Kevin Feige/Brad Winderbaum
Diretor(es): Taika Waititi
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001174/2022-36
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 923, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O HOMEM DE TORONTO (THE MAN FROM TORONTO, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Patrick Hughes
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001205/2022-59

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 924, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: CONVITE MALDITO - TRAILER 1F (THE INVITATION AKA THE BRIDE, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Michael P. Flannigan
Diretor(es): Jessica M. Thompson
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.001223/2022-31
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 925, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: VOE COM A ÁGUIA (RIDE THE EAGLE, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Trent O`Donnell
Distribuidor(es): HBO MAX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Ilícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000360/2022-58

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 926, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: BRATZ: EXIBA SEU ESTILO (BRATZ: FLAUNT YOUR FASHION, Reino Unido - 2022)
Produtor(es): OUTRIGHT GAMES
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Aventura
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador/PlayStation 5/Xbox Series X/S/Google Stadia
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001109/2022-19
Requerente: OUTRIGHT GAMES LTD

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 927, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: LIBERATED (Polônia - 2020)
Produtor(es): ATOMIC WOLF, L.INC
Distribuidor(es): WALKABOUT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Aventura/Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Lícitas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001181/2022-38

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 928, DE 5 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: DEVIL`S HUNT (Polônia - 2019)
Produtor(es): LAYOPI GAMES
Distribuidor(es): FULQRUM PUBLISHING
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Aventura/Ação/Luta
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Lícitas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001215/2022-94

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DECISÓRIO Nº 34/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE, DE 5 DE JULHO DE 2022

Processo nº 08700.008352/2016-01
Processo Administrativo nº 08700.008352/2016-01 (Apartado de Acesso aos Representados nº 08700.008354/2016-92)
Representante: Cade ex officio
Representados: Andrade Gutierrez Engenharia S.A., Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A., Constran S.A. Construções e Comércio; Constremac Construções Ltda.; Construções e Comércio Camargo Corrêa; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS Ltda.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Mendes Júnior Trading Engenharia S.A.; Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia; Albuíno Cunha de Azeredo Júnior; Alessandro Cesar Dias Gomes; Aloysio Braga Cardoso da Silva; Álvaro Soares Ribeiro Sanches; Amaro Câmara Guatimosim; Arnaldo Yazbek Júnior; Benedicto Barbosa da Silva Júnior; Carlos Antônio Rossi Rosa; Carlos Augusto Barbosa Lima de Oliveira; Carlos Fernando Anastácio; Dalton dos Santos Avancini; Edno de Oliveira Lima; Eduardo Yoshikuni Missaka; Emílio Eugênio Auler Neto; Eraldo Batista; Erton Medeiros Fonseca; Francisco Lourenço Rapuano; Irineu Marcelo do Nascimento; João Antônio Pacífico Ferreira; João Borba Filho; João Eduardo Cerdeira de Santana; João Ricardo Auler; José Araújo Koff; José Arnaldo Rodrigues Alves; José Carlos Tadeu Gago Lima; José de Oliveira Lima Filho; Luciano Ribeiro Pizzatto; Marcelo Indame Seabra de Mello; Marcio Company; Márcio de Mello Freitas; Márcio Magalhães Duarte Pinto; Marcos Antônio Borghi; Marcos Benício dos Santos; Marcos Vinicius Borin; Mário Sérgio Cabral de Melo; Maurício de Castro Jorge Muniz; Mauro Sahade Darzé; Nilton Coelho de Andrade Junior; Othon Zanoide de Moraes Filho; Paulo Ricardo de Cerqueira Marques; Paulo Roberto Rebouças Dourado; Paulo Roberto Venuto; Reinaldo Baptista de Medeiros; Ricardo Pernambuco Júnior; Rivamar da Costa Muniz; Roberto José Teixeira Gonçalves; Roberto Zardi Ferreira; Rodrigo Ferreira Lopes da Silva; Rui Novais Dias; Sidney Silveira Lobo da Silva Lima; e Valter Luis Arruda Lana.

Advogados: Alessandra Cristina Cavalcanti Sabino, Alexandre Ditzel Faraco, Carlos Flávio Venâncio Marcilio, Caroline Guyt França, Daniel Prochalski, Dayane Garcia Lopes Criscuolo, Eduardo Caminati Anders, Eric Hadmann Jasper, Flávia Chiquito dos Santos, Georghio Alessandro Tomelin, Guilherme Antonio Gonçalves, Gustavo Pinto Zardi Ferreira, Helena Christiane Trentini, Henry Rossdeutscher, João Roberto Machado Neves De Oliveira, José Carlos Da Matta Berardo, José Roberto Manesco, Letícia Staroi, Luciano Barbosa Theodoro, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Luiz Filipe Couto Dutra, Luiz Guilherme Ros, Marcela Junqueira César Pirola, Marcelo de Carvalho Brasiel, Marcos Drummond Malvar, Nathanael Almeida Pinto, Paulo Leonardo Casagrande, Pedro Pereira de Morais Pacheco, Pedro S. C. Zanotta, Priscila Brolio Gonçalves, Rafael Alfredi de Matos, Ricardo Martins Belmonte, Rodrigo Scalamandre Duarte Garcia, Ruy Barbosa Fernandes, Ticiana Nogueira Da Cruz Lima, Valeria da Silva, Victor Cavalcanti Couto, Victor Santos Rufino, Vinicius Marques de Carvalho, Vinicius Pinheiro Rodrigues Lopes de Barros, Yuri de Melo Simões e outros.

Tendo em vista as manifestações das Representadas Construtora Norberto Odebrecht S.A. (1080623), Constran S.A. Construções e Comércio (SEI 1081152), Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (1083005), Construtora Queiroz Galvão S.A. (1083291), Constremac Construções Ltda. (1083688), Construções e Comércio Camargo Corrêa (1084432) e Construtora OAS Ltda. (1084595), DECIDO por prorrogar o prazo para atendimento dos itens 48 e 49 da Nota Técnica nº 57/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI 1064667) por 15 (quinze) dias, a contar da data de término do prazo anteriormente concedido, para todas as pessoas jurídicas representadas nesse processo administrativo.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Coordenadora-Geral

DESPACHOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Nº 874/2022 - Processo nº 08700.005778/2016-03
Interessado(s): Agrovia S.A, Rumo Logística Operadora Multimodal S.A
Representante(s): Agrovia S.A
Advogado(s): Vicente Bagnoli e outros
Representado(s): Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e América Latina Logística S.A.
Advogado(s): Vinicius Marques de Carvalho e Outros

Acolho a Nota Técnica nº 22/2022/CGAA1/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, recomendo o arquivamento das denúncias, pois até o presente momento não constam elementos suficientes nos autos que justifiquem a instauração de novo processo administrativo. Ao setor Processual.

Nº 885/2022
Ato de Concentração nº 08700.003697/2022-17. Requerentes: Original Holding S.A.; Autostar Comercial e Importadora Ltda., American Star Comércio de Veículos Ltda., Bikestar Comércio de Motocicletas Ltda., British Star Comércio de Motocicletas Ltda., Moto Star Comércio de Motocicletas Ltda. e SBR Comércio e Serviços de Blindagens Ltda. Advogados: Eduardo Frade, Sérgio Varella Bruna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 893/2022
Ato de Concentração nº 08700.000806/2022-36
Requerentes: PPE Fios Esmaltados S.A. e São Marco Indústria e Comércio Ltda.
Advogados(as): Patricia Agra Araújo, Michelle Marques Machado e outros
Terceiro interessado: Valeo Sistemas Automotivos Ltda.
Advogados(as): Joyce Mirodi Honda, Leonardo Mansur Lunardi Danesi e Ricardo Lara Gaillard

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 14/2022/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 1083516) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, inciso XII, e 57, inciso I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração. Publique-se.

Nº 895/2022
Ato de Concentração nº 08700.004144/2022-73. Requerentes: CDV Holding S.A. e Panorama Geração de Energia SPE Ltda. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Andrea da Cunha Cruz e Caroline Guyt França. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 896/2022
Ato de Concentração nº 08700.003831/2022-71. Requerentes: Nestlé Brasil Ltda. e Agro Power Participações S.A. Advogados: Francisco Todorov, Isabella Giorgi, Daniel Andreoli e Paula Pinedos. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 899/2022
Ato de Concentração nº 08700.002229/2022-17. Requerentes: Vista Equity Partners Management, LLC; Elliott Investment Management L.P.; e Citrix Systems, Inc. Advogados: Maria Eugênia Novis e Ana Bátia Glenk. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 900/2022
Ato de Concentração nº 08700.004301/2022-41. Requerentes: Original Holding S.A. e Hamsi Empreendimentos S/S Ltda. Advogados: Polyanna Vilanova, Matheus Carvalho, Isabel Jardim, Ana Flávia Napoli e Catharina Araújo Sá. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 892, DE 4 DE JULHO DE 2022

Ato de Concentração nº 08700.003839/2022-38. Requerentes: Shinagawa Refractories CO., LTD. e Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. Advogados: Paola Pugliese, José Alexandre Buaiz Neto e outros.

Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 29, DE 5 DE JULHO DE 2022

Realoca e altera a denominação e a categoria de Cargos Comissionados Executivos - CCE e de Funções Comissionadas Executivas - FCE do Ibama, constantes no item "a" do Anexo II do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - Ibama, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 02001.001149/2021-64;

Art. 1º Realocar e alterar a denominação e a categoria de Cargos Comissionados Executivos - CCE e de Funções Comissionadas Executivas - FCE do Ibama, constantes no item "a" do Anexo II do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no Regimento Interno do Ibama e nas alterações futuras do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 18 de julho de 2022, em observância ao § 1º do art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS REALOCAÇÕES E ALTERAÇÕES DE DENOMINAÇÃO E CATEGORIA DE CCE E DE FCE DO IBAMA

Unidade do Cargo no Decreto nº 11.095/2022	Denominação do Cargo no Decreto nº 11.095/2022	Código do Cargo no Decreto nº 11.095/2022	Qtd.	Nova Unidade do Cargo	Nova Denominação do Cargo	Novo Código do Cargo	Qtd
Diplan	Coordenador-Geral	FCE 1.13	1	Presidência	Coordenador-Geral	FCE 1.13	1
Diplan	Coordenador	FCE 1.10	1	Presidência	Coordenador	FCE 1.10	1
Audit	Coordenador	FCE 1.10	1	Presidência	Coordenador	FCE 1.10	1
Diplan	Chefe	FCE 1.05	2	Presidência	Chefe	FCE 1.05	2
Dilic	Chefe	FCE 1.07	1	Presidência	Chefe	FCE 1.07	1
Gabinete Presidência	Chefe	FCE 1.07	3	Presidência	Chefe	FCE 1.07	3
	Assessor Técnico	CCE 2.10	1	Gabinete	Assessor Técnico	CCE 2.10	1
PFE	Assessor	FCE 2.13	1	PFE	Gerente de Projeto	FCE 3.13	1
PFE	Coordenador de Projeto	FCE 3.10	1	PFE	Coordenador	FCE 1.10	1
Supes/Núcleo	Chefe	FCE 1.01	26	Coger	Assistente Técnico	FCE 1.10	26
Supes/Gerex	Gerente Executivo	FCE 1.10	1	Dilic/CGTef	Coordenador	FCE 1.10	1
DBFlo	Assistente	FCE 2.07	1	DBFlo	Chefe	FCE 1.07	1
Supes/Núcleo	Chefe	FCE 1.01	1	Cobio/DBFlo	Chefe	FCE 1.01	1
Supes/Núcleo	Chefe	FCE 1.01	1	Cobio/DBFlo	Chefe de Projeto	FCE 3.01	1
Supes/Núcleo	Chefe	FCE 1.01	2	Coint/Dipro	Chefe	FCE 1.01	2
Centros Nacionais	Coordenador-Geral	FCE 1.13	1	Dipro	Coordenador-Geral	FCE 1.13	1
Centros Nacionais	Assistente Técnico	FCE 2.05	1	Dipro	Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Centros Nacionais	Chefe	FCE 1.07	3	Dipro	Chefe	FCE 1.07	3
Centros Nacionais	Chefe	FCE 1.05	2	Dipro	Chefe	FCE 1.05	2
Supes/Núcleo	Chefe	FCE 1.01	2	Cenima	Chefe	FCE 1.01	2
Supes/Serviço	Chefe	FCE 1.05	1	Supes/UT	Chefe	FCE 1.05	1

PORTARIA Nº 30, DE 5 DE JULHO DE 2022

Aprova a Estrutura Organizacional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e seu respectivo Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos - CCE e das Funções Comissionadas Executivas - FCE.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - Ibama, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 02001.001149/2021-64; resolve:

Art. 1º Aprovar a Estrutura Organizacional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Aprovar o Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos - CCE e das Funções Comissionadas Executivas - FCE do Ibama, na forma do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no Regimento Interno do Ibama e nas alterações futuras do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022.

Art. 4º Ficam revogadas as seguintes portarias:

I - Portaria nº 2.542, de 23 de outubro de 2020;

II - Portaria nº 2.547, de 26 de outubro de 2020; e
III - Portaria nº 2.605, de 5 de novembro de 2020.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 7 de julho de 2022.
Parágrafo único. O detalhamento das estruturas organizacionais que dependam das realocações e alterações realizadas pela Portaria nº 29, de 05 de julho de 2022, entra em vigor em 18 de julho de 2022, em observância ao § 1º do art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

ANEXO I

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IBAMA
O Ibama tem a seguinte estrutura organizacional:
I - Órgão Colegiado:
1. Conselho Gestor - Coges.
II - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:
2.1. Assessoria de Comunicação Social - Ascom;
2.1.1. Serviço de Apoio à Comunicação Institucional - SAC;
2.2. Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos - CGae;
2.2.1. Coordenação de Planejamento Estratégico, Monitoramento e Avaliação - CPlan;
2.2.1.1. Serviço de Organização e Inovação Institucional - SOI;
2.2.2. Coordenação Governança e Apoio Institucional - CGov;
2.2.2.1. Serviço de Apoio à Governança - Sagov;
2.2.2.2. Divisão de Captação de Recursos e Projetos Especiais - DCPE;
2.2.2.3. Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional - DGInter;
2.2.2.4. Divisão de Assuntos Internacionais - DAI;
2.2.2.5. Divisão de Assuntos Parlamentares - DAP; e
2.3. Gabinete - Gabin;
III - Órgãos Seccionais:
3.1. Procuradoria Federal Especializada - PFE;
3.1.1. Coordenação de Suporte Administrativo à PFE - CSad;
3.1.1.1. Serviço de Protocolo e Triagem - Sept;
3.1.1.2. Serviço de Expedição e Arquivo - Searq;
3.1.1.3. Serviço de Gestão Administrativa - SGA;
3.1.2. Coordenação-Geral de Atuação Jurídica Estratégica - CGest;
3.1.2.1. Coordenação de Assuntos Estratégicos e Responsabilidade Civil - Ceresp;
3.1.2.1.1. Divisão de Responsabilidade Civil - Dresp;
3.1.3. Coordenação-Geral da Matéria Ambiental - CGMam;
3.1.3.1. Coordenação de Matéria Sancionatória - CMSan;
3.1.3.1.1. Divisão de Atuação Prioritária Sancionatória - Daps;
3.1.3.1.1.1 Serviço de Gerenciamento Sancionatório - SGes;
3.1.3.2. Coordenação de Matéria Licenciatória - CMLic;
3.1.3.2.1. Divisão de Atuação Prioritária Licenciatória - Dalic;
3.1.3.3. Coordenação de Matéria de Qualidade Ambiental - CMQua;
3.1.3.4. Coordenação de Matéria Regulatória de Biodiversidade - CRBio;
3.1.4. Coordenação-Geral da Matéria Administrativa e Tributária - CGMat;
3.1.4.1. Coordenação de Matéria Administrativa e Trabalhista - Comat;
3.1.4.1.1. Divisão de Convênio, Congêneres e Padronização - Diconp;
3.1.4.1.2. Divisão de Pessoal e Matéria Disciplinar - Diped;
3.1.4.1.3. Divisão de Licitação, Contratos, Patrimônio e Trabalhista - Dilip;
3.1.4.2. Coordenação de Matéria Tributária e Cobrança - CTric;
3.1.4.2.1. Divisão de Matéria Tributária - Ditrib;
3.1.4.2.2. Divisão de Dívida Ativa e Cobrança - DCob;
3.2. Auditoria Interna - Audit;
3.2.1. Divisão de Apoio à Auditoria Interna - Diaud;
3.2.1.1. Serviço de Apoio à Auditoria Interna - SAA;
3.2.2. Coordenação de Auditoria de Conformidade - CAC;
3.2.3. Coordenação de Auditoria Operacional - CAO;
3.3. Corregedoria - Coger;
3.3.1. Coordenação de Gestão e Controle Correcional - CGCC;
3.3.1.1. Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correcionais - SAJC;
3.3.1.2. Serviço de Apoio às Comissões Disciplinares - Seac;
3.4. Ouvidoria - OUV;
3.4.1. Divisão de Gestão e Acompanhamento de Manifestações - DGam;
3.4.2. Divisão de Informação ao Cidadão - DIC;
3.5. Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - Diplan;
3.5.1. Coordenação-Geral de Administração - CGead;
3.5.1.1. Coordenação de Administração, Patrimônio e Serviços Gerais - Coasg;
3.5.1.1.1. Serviço de Manutenção Predial - Sepred;
3.5.1.1.2. Serviço de Documentação e Informação - Sedin;
3.5.1.1.3. Serviço de Patrimônio e Almoxarifado - Sepat;
3.5.1.1.4. Serviço de Gerenciamento Administrativo de Bens Apreendidos - Segab;
3.5.1.2. Coordenação de Licitações - Colic;
3.5.1.2.1. Serviço de Compras - Secomp;
3.5.1.3. Coordenação de Contratos - CContrat;
3.5.1.3.1. Serviço de Apoio aos Contratos - Secon;
3.5.2. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGFin;
3.5.2.1. Coordenação de Orçamento - Coor;
3.5.2.1.1. Serviço de Execução Orçamentária - Seor;
3.5.2.2. Coordenação de Finanças - Cofin;
3.5.2.2.1. Serviço de Execução Financeira - Sefin;
3.5.2.3. Coordenação de Cobrança e Arrecadação - CCob;
3.5.2.3.1. Serviço de Cobrança Administrativa de Taxas e Autos de Infração - Secat;
3.5.2.4. Coordenação do Processo Fiscal - CProfi;
3.5.2.4.1. Serviço de Contencioso Administrativo Fiscal - Secoafi;
3.5.2.5. Coordenação de Contabilidade - CCont;
3.5.2.5.1. Serviço de Acompanhamento dos Registros Contábeis - Sarc;
3.5.2.5.2. Serviço de Tomada de Contas Especiais - Setce;
3.5.2.5.3. Serviço de Conformidade de Registro de Gestão - Seconf;
3.5.3. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP;
3.5.3.1. Coordenação de Educação Corporativa - Ceduc;
3.5.3.2. Coordenação de Legislação, Controle e Desempenho de Pessoal - Codep;
3.5.3.2.1. Serviço de Carreira, Recrutamento e Seleção - Secar;
3.5.3.2.2. Serviço de Controle e Legislação de Pessoal - Selep;
3.5.3.3. Coordenação de Administração de Pessoal - Coape;
3.5.3.3.1. Serviço de Cadastro de Pessoal - Secad;
3.5.3.3.2. Serviço de Pagamento de Pessoal - Sepag;
3.5.3.4. Coordenação de Benefícios e Atenção à Saúde do Servidor - Cobes;
3.5.3.4.1. Serviço de Benefícios, Aposentadorias e Pensões - Sebap;
3.5.3.4.2. Serviço de Atenção à Saúde do Servidor - Seass;
3.5.4. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI;
3.5.4.1. Serviço de Apoio à Governança Digital - SGD;
3.5.4.2. Coordenação de Sistemas de Informação - CSI;
3.5.4.2.1. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento e Qualidade - SADQ;
3.5.4.3. Coordenação de Infraestrutura Tecnológica - CIT;
3.5.4.3.1 Serviço de Segurança da Informação - SSI;
3.5.4.4. Coordenação de Governança de Dados - CGD; e
3.5.4.4.1. Serviço de Integração e Interoperabilidade de Dados - SIID.
IV - Órgãos Específicos Singulares:
4.1. Diretoria de Licenciamento Ambiental - Dilic;
4.1.1. Coordenação de Assuntos Estratégicos - Coaes;
4.1.2. Coordenação de Apoio ao Licenciamento Ambiental Federal - Calaf;
4.1.2.1. Serviço de Compensação Ambiental Federal - Secaf;
4.1.2.2. Serviço de Delegação Ambiental Federal - Sedaf;
4.1.2.3. Divisão de Licenciamento Ambiental Corretivo - Dilac;
4.1.3. Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres - CGTef;
4.1.3.1. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Agropecuários, Transposições e Pequenas Estruturas - CTape;
4.1.3.2. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Mineração e Pesquisa Sísmica Terrestre - Comip;
4.1.3.3. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas, Obras e Estruturas Fluviais - Cohid;
4.1.3.4. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas - Cenef;
4.1.4. Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros - CGMac;
4.1.4.1. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Portos e Estruturas Marítimas - Comar;
4.1.4.2. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás Offshore - Coexp;
4.1.4.3. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás Offshore - Coprod;
4.1.5. Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres - CGLin;
4.1.5.1. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Transportes - Cotra;
4.1.5.2. Coordenação de Licenciamento Ambiental de Dutos e Sistemas de Transmissão de Energia - Codut;
4.2. Diretoria de Qualidade Ambiental - Diqua;
4.2.1. Coordenação-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas - CGasq;
4.2.1.1. Coordenação de Avaliação Ambiental de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins - Coava;
4.2.1.1.1. Divisão de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins - Diara;
4.2.1.2. Coordenação de Controle Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos - CConp;
4.2.1.2.1. Divisão de Gerenciamento de Informações de Substâncias e Produtos Perigosos - Diges;
4.2.2. Coordenação-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental - CGQua;
4.2.2.1. Coordenação de Controle de Resíduos e Emissões - Corem;
4.2.2.1.1. Divisão de Controle de Ruído e Emissões Veiculares - Direv;
4.2.2.2. Coordenação de Avaliação e Instrumentos da Qualidade Ambiental - Coavi;
4.2.2.3. Coordenação de Registro e Informação sobre Remediação e Contaminação Ambiental - Cicam;
4.3. Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFlo;
4.3.1. Divisão de Assessoramento Técnico da Biodiversidade e Florestas - Datec;
4.3.2. Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Flora - CGFlo;
4.3.2.1. Coordenação de Gestão do Uso Sustentável da Flora - Cousf;
4.3.2.2. Coordenação de Monitoramento do Uso da Flora - Coflo;
4.3.3. Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Fauna e da Biodiversidade Aquática - CGFau;
4.3.3.1. Coordenação de Gestão, Destinação e Manejo da Fauna e Biodiversidade Aquática - Cobio;
4.3.3.1.1. Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres no Distrito Federal - Cetas/DF;
4.3.3.2. Coordenação de Monitoramento do Uso da Fauna - Cofap;
4.3.4. Coordenação-Geral de Projetos de Recuperação Ambiental e Comércio Exterior - CGRec;
4.3.4.1. Divisão de Projetos de Reparação por Dano Ambiental e Conversão de Multas - Diram;
4.3.4.2. Coordenação de Comércio Exterior - Comex;
4.3.4.3. Coordenação de Recuperação Ambiental - Corec;
4.4. Diretoria de Proteção Ambiental - Dipro;
4.4.1. Coordenação de Operações Aéreas - Coaer;
4.4.1.1. Serviço de Apoio às Operações Aéreas - Seop;
4.4.1.1.1. Núcleo de Gerenciamento de Segurança Operacional - NGSO;
4.4.1.1.2. Núcleo de Treinamento - NTre;
4.4.2. Coordenação de Inteligência Ambiental - Coint;
4.4.2.1. Núcleo de Produção e Proteção de Conhecimento da Inteligência - NPPI;
4.4.2.2. Núcleo de Operações de Inteligência - Noint;
4.4.3. Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental - CGFis;
4.4.3.1. Coordenação de Controle e Logística da Fiscalização - Conof;
4.4.3.1.1. Núcleo de Logística - Nulog;
4.4.3.1.2. Núcleo de Normatização e Sistemas - NNS;
4.4.3.2. Coordenação de Operações de Fiscalização - Cofis;
4.4.3.2.1. Serviço de Apoio às Operações de Fiscalização da Flora e Operações Especiais - Sefloe;
4.4.3.2.1.1. Núcleo de Operações de Proteção à Flora - Nuflor;
4.4.3.2.1.2. Núcleo de Operações Especiais de Fiscalização - Nope;
4.4.3.2.2. Serviço de Apoio às Operações de Fiscalização da Qualidade Ambiental e da Biodiversidade - Seqbio;
4.4.3.2.2.1. Núcleo de Operações de Fiscalização da Atividade Pesqueira - Nupesq;
4.4.3.2.2.2. Núcleo de Operações de Proteção à Fauna - Nufau;
4.4.3.2.2.3. Núcleo de Fiscalização de Atividades Poluentes e Contaminantes - Nupol;
4.4.4. Coordenação-Geral de Emergências Ambientais - CGema;
4.4.4.1. Coordenação de Prevenção e Gestão de Riscos Ambientais - CPrev;
4.4.4.1.1. Serviço de Planejamento e Análise de Dados - Seprev;
4.4.4.2. Coordenação de Atendimento a Acidentes Tecnológicos e Naturais - Coate;
4.4.4.2.1. Serviço de Procedimentos Operacionais - Secoate;
4.4.5. Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo;
4.4.5.1. Divisão de Administração e Logística - DAL;
4.4.5.1.1. Serviço de Contratação de Brigadas - Secab;
4.4.5.2. Divisão de Monitoramento e Combate - DMC;
4.4.5.2.1. Serviço de Operações - SOP;
4.4.5.3. Divisão de Prevenção - DPEA;
4.5. Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais - Cenima;

4.5.1. Núcleo de Programas de Educação Ambiental - NEA;
4.5.2. Coordenação de Gestão da Informação Ambiental - Cogia;
4.5.2.1. Serviço de Gestão da Informação Ambiental - Segia;
4.5.2.1.1. Núcleo de Atos Normativos e Editoração Ambiental - NAE;
4.5.3. Coordenação de Análise e Produção de Informações Ambientais - Coapi;
4.5.3.1. Serviço de Análise e Produção de Informações Ambientais - Seapi;
4.6. Centro Nacional do Processo Sancionador Ambiental - Cenpsa;
4.6.1. Coordenação do Contencioso Administrativo Sancionador - CCAS;
4.6.1.1. Divisão de Supervisão da Instrução Processual - DSip;
4.6.1.1.1. Serviço de Apoio à Equipe Nacional de Instrução - Senins;
4.6.2. Coordenação de Conciliação Ambiental e Adesão - CCA;
4.6.2.1. Divisão de Conciliação Ambiental e Adesão - DCam; e
4.6.2.1.1. Serviço de Apoio à Conciliação Ambiental e Adesão - Saca.
V - Órgãos Descentralizados:
5.1. Superintendência - Supes;
5.1.1. Divisão de Administração e Finanças - Diafi;
5.1.1.1. Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas - Nuape;
5.1.1.2. Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos - Nufin;
5.1.2. Divisão Técnico-Ambiental - Ditec;
5.1.2.1. Núcleo de Licenciamento Ambiental - NLA;
5.1.2.2. Núcleo de Qualidade Ambiental - NQA;
5.1.2.3. Núcleo de Biodiversidade e Florestas - Nubio;
5.1.2.4. Núcleo de Fiscalização Ambiental - Nufis;
5.1.2.5. Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais - NEF;
5.1.2.6. Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres - Cetas;
5.2. Gerência Executiva - Gerex;
5.2.1. Serviço de Apoio Ambiental - Seam; e
5.3. Unidade Técnica - UT.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE DO IBAMA

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS NOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO PRESIDENTE, SECCIONAIS E ESPECÍFICOS SINGULARES:

CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE	QTD.
Presidente	CCE 1.17	1
Assessor	CCE 2.13	1
Assessoria de Comunicação Social		
Chefe da Assessoria de Comunicação Social	CCE 1.13	1
Chefe do Serviço de Apoio à Comunicação Institucional	FCE 1.05	1
Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos		
Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos	FCE 1.13	1
Coordenador de Planejamento Estratégico, Monitoramento e Avaliação	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Organização e Inovação Institucional	FCE 1.05	1
Coordenador de Governança e Apoio Institucional	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Apoio à Governança	FCE 1.05	1
Chefe da Divisão de Captação de Recursos e Projetos Especiais	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares	FCE 1.07	1
Gabinete		
Chefe de Gabinete	CCE 1.13	1
Assessor Técnico	CCE 2.10	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	2
Procuradoria Federal Especializada		
Procurador-Chefe Nacional	FCE 1.15	1
Gerente de Projeto	FCE 3.13	1
Coordenador de Suporte Administrativo à PFE	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Protocolo e Triagem	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Expedição e Arquivo	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Gestão Administrativa	FCE 1.05	1
Coordenação-Geral de Atuação Jurídica Estratégica		
Coordenador-Geral de Atuação Jurídica Estratégica	FCE 1.13	1
Coordenador de Projeto	FCE 3.10	2
Coordenador de Assuntos Estratégicos e Responsabilidade Civil	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Responsabilidade Civil	FCE 1.07	1
Coordenação-Geral da Matéria Ambiental		
Coordenador-Geral da Matéria Ambiental	FCE 1.13	1
Coordenador de Matéria Sancionatória	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Atuação Prioritária Sancionatória	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Gerenciamento Sancionatório	FCE 1.05	1
Coordenador de Matéria Licenciatória	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Atuação Prioritária Licenciatória	FCE 1.07	1
Coordenador de Matéria de Qualidade Ambiental	FCE 1.10	1
Coordenador de Matéria Regulatória de Biodiversidade	FCE 1.10	1
Coordenação-Geral da Matéria Administrativa e Tributária		
Coordenador-Geral da Matéria Administrativa e Tributária	FCE 1.13	1
Coordenador de Matéria Administrativa e Trabalhista	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Convênio, Congêneres e Padronização	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Pessoal e Matéria Disciplinar	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Licitação, Contratos, Patrimônio e Trabalhista	FCE 1.07	1
Coordenador de Matéria Tributária e Cobrança	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Matéria Tributária	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Dívida Ativa e Cobrança	FCE 1.07	1
Auditoria Interna		
Auditor-Chefe	FCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Apoio à Auditoria Interna	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Apoio à Auditoria Interna	FCE 1.05	1
Coordenador de Auditoria de Conformidade	FCE 1.10	1
Coordenador de Auditoria Operacional	FCE 1.10	1
Corregedoria		
Corregedor	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.01	26
Coordenador de Gestão e Controle Correcional	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correcionais	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Disciplinares	FCE 1.05	1
Ouvidoria		
Ouvidor	FCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Gestão e Acompanhamento de Manifestações	FCE 1.07	1
Chefe da Divisão de Informação ao Cidadão	FCE 1.07	1
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística		
Diretor de Planejamento, Administração e Logística	CCE 1.15	1
Assessor Técnico	FCE 2.12	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenação-Geral de Administração		
Coordenador-Geral de Administração	FCE 1.13	1
Coordenador de Administração, Patrimônio e Serviços Gerais	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Manutenção Predial	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Documentação e Informação	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Patrimônio e Almoxarifado	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Gerenciamento Administrativo de Bens Apreendidos	FCE 1.05	1
Coordenador de Licitações	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Compras	FCE 1.05	1
Coordenador de Contratos	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Apoio aos Contratos	FCE 1.05	1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças		
Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças	FCE 1.13	1
Coordenador de Orçamento	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Execução Orçamentária	FCE 1.05	1
Coordenador de Finanças	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Execução Financeira	FCE 1.05	1
Coordenador de Cobrança e Arrecadação	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Cobrança Administrativa de Taxas e Autos de Infração	FCE 1.05	1
Coordenador do Processo Fiscal	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Contencioso Administrativo Fiscal	FCE 1.05	1
Coordenador de Contabilidade	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Acompanhamento dos Registros Contábeis	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Tomada de Contas Especiais	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Conformidade de Registro de Gestão	FCE 1.05	1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas		
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas	FCE 1.13	1
Coordenador de Educação Corporativa	FCE 1.10	1
Coordenador de Legislação, Controle e Desempenho de Pessoal	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Carreira, Recrutamento e Seleção	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Controle e Legislação de Pessoal	FCE 1.05	1
Coordenador de Administração de Pessoal	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Cadastro de Pessoal	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Pagamento de Pessoal	FCE 1.05	1
Coordenador de Benefícios e Atenção à Saúde do Servidor	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Benefícios, Aposentadorias e Pensões	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor	FCE 1.05	1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação		
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação	FCE 1.13	1
Chefe do Serviço de Apoio à Governança Digital	FCE 1.05	1
Coordenador de Sistemas de Informação	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento e Qualidade	FCE 1.05	1
Coordenador de Infraestrutura Tecnológica	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Segurança da Informação	FCE 1.05	1
Coordenador de Governança de Dados	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Integração e Interoperabilidade de Dados	FCE 1.05	1
Diretoria de Licenciamento Ambiental		
Diretor de Licenciamento Ambiental	CCE 1.15	1
Assessor Técnico	FCE 2.12	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Assuntos Estratégicos	FCE 1.10	1
Coordenador de Apoio ao Licenciamento Ambiental Federal	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Compensação Ambiental Federal	FCE 1.05	1
Chefe do Serviço de Delegação Ambiental Federal	FCE 1.05	1
Chefe da Divisão de Licenciamento Ambiental Corretivo	FCE 1.07	1
Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres		
Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Agropecuários, Transposições e Pequenas Estruturas	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Mineração e Pesquisa Sísmica Terrestre	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas, Obras e Estruturas Fluviais	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas	FCE 1.10	1
Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros		
Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Portos e Estruturas Marítimas	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás Offshore	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás Offshore	FCE 1.10	1
Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres		
Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Transportes	FCE 1.10	1
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Dutos e Sistemas de Transmissão de Energia	FCE 1.10	1
Diretoria de Qualidade Ambiental		
Diretor de Qualidade Ambiental	CCE 1.15	1
Gerente de Projeto	FCE 3.13	1
Assessor Técnico	FCE 2.12	1

Assistente	FCE 2.07	1
Coordenação-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas		
Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Avaliação Ambiental de Agrotóxicos, seus Componentes e afins	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins	FCE 1.07	1
Coordenador de Controle Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Gerenciamento de Informações de Substâncias e Produtos Perigosos	FCE 1.07	1
Coordenação-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental		
Coordenador-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Controle de Resíduos e Emissões	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Controle de Ruído e Emissões Veiculares	FCE 1.07	1
Coordenador de Avaliação e Instrumentos da Qualidade Ambiental	FCE 1.10	1
Coordenador de Registro e Informação sobre Remediação e Contaminação Ambiental	FCE 1.10	1
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas		
Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas	CCE 1.15	1
Assessor Técnico	FCE 2.12	1
Assistente	FCE 2.07	1
Chefe da Divisão de Assessoramento Técnico da Biodiversidade e Florestas	FCE 1.07	1
Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Flora		
Coordenador-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Flora	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Gestão do Uso Sustentável da Flora	FCE 1.10	1
Coordenador de Monitoramento do Uso da Flora	FCE 1.10	1
Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Fauna e da Biodiversidade Aquática		
Coordenador-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Fauna e da Biodiversidade Aquática	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Gestão, Destinação e Manejo da Fauna e Biodiversidade Aquática	FCE 1.10	1
Chefe de Projeto	FCE 3.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres no Distrito Federal	FCE 1.01	1
Coordenador de Monitoramento do Uso da Fauna	FCE 1.10	1
Coordenação-Geral de Projetos de Recuperação Ambiental e Comércio Exterior		
Coordenador-Geral de Projetos de Recuperação Ambiental e Comércio Exterior	FCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Projetos de Reparação por Dano Ambiental e Conversão de Multas	FCE 1.07	1
Coordenador de Comércio Exterior	FCE 1.10	1
Coordenador de Recuperação Ambiental	FCE 1.10	1
Diretoria de Proteção Ambiental		
Diretor de Proteção Ambiental	CCE 1.15	1
Assessor Técnico	FCE 2.12	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador de Operações Aéreas	CCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Apoio às Operações Aéreas	FCE 1.05	1
Chefe do Núcleo de Gerenciamento de Segurança Operacional	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Treinamento	FCE 1.01	1
Coordenador de Inteligência Ambiental	FCE 1.10	1
Chefe do Núcleo de Produção e Proteção de Conhecimento da Inteligência	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Operações de Inteligência	FCE 1.01	1

Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental		
Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental	CCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Coordenador de Controle e Logística da Fiscalização	FCE 1.10	1
Chefe do Núcleo de Logística	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Normatização e Sistemas	FCE 1.01	1
Coordenador de Operações de Fiscalização	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Apoio às Operações de Fiscalização da Flora e Operações Especiais	FCE 1.05	1
Chefe do Núcleo de Operações de Proteção à Flora	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Operações Especiais de Fiscalização	FCE 1.01	1
Chefe do Serviço de Apoio às Operações de Fiscalização da Qualidade Ambiental e da Biodiversidade	FCE 1.05	1
Chefe do Núcleo de Operações de Fiscalização da Atividade Pesqueira	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Operações de Proteção à Fauna	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização de Atividades Poluentes e Contaminantes	FCE 1.01	1
Coordenação-Geral de Emergências Ambientais		
Coordenador-Geral de Emergências Ambientais	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Coordenador de Prevenção e Gestão de Riscos Ambientais	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Planejamento e Análise de Dados	FCE 1.05	1
Coordenador de Atendimento a Acidentes Tecnológicos e Naturais	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Procedimentos Operacionais	FCE 1.05	1
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais		
Coordenador-Geral do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais	FCE 1.13	1
Assistente Técnico	FCE 2.05	1
Chefe da Divisão de Administração e Logística	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Contratação de Brigadas	FCE 1.05	1
Chefe da Divisão de Monitoramento e Combate	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Operações	FCE 1.05	1
Chefe da Divisão de Prevenção	FCE 1.07	1
Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais		
Coordenador-Geral do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Chefe do Núcleo de Programas de Educação Ambiental	FCE 1.01	1
Coordenador de Gestão da Informação Ambiental	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Gestão da Informação Ambiental	FCE 1.05	1
Chefe do Núcleo de Atos Normativos e Editoração Ambiental	FCE 1.01	1
Coordenador de Análise e Produção de Informações Ambientais	FCE 1.10	1
Chefe do Serviço de Análise e Produção de Informações Ambientais	FCE 1.05	1
Centro Nacional do Processo Sancionador Ambiental		
Coordenador-Geral do Centro Nacional do Processo Sancionador Ambiental	FCE 1.13	1
Assistente	FCE 2.07	1
Coordenador do Contencioso Administrativo Sancionador	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Supervisão da Instrução Processual	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Apoio à Equipe Nacional de Instrução	FCE 1.05	1
Coordenador de Conciliação Ambiental e Adesão	FCE 1.10	1
Chefe da Divisão de Conciliação Ambiental e Adesão	FCE 1.07	1
Chefe do Serviço de Apoio à Conciliação Ambiental e Adesão	FCE 1.05	1

b) QUADRO DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS NOS ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE	QTD.
Superintendência no estado do Acre		
Superintendente Estadual no Acre	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Rio Branco	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Brasiléia	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Cruzeiro do Sul	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Alagoas		
Superintendente Estadual em Alagoas	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Maceió	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado do Amapá		
Superintendente Estadual no Amapá	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Macapá	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Oiapoque	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Amazonas		
Superintendente Estadual no Amazonas	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Manaus	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado da Bahia		
Superintendente Estadual na Bahia	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Salvador	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Porto Seguro	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Barreiras	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Eunápolis	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Ilhéus	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Juazeiro	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Ceará		
Superintendente Estadual no Ceará	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Fortaleza	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado do Espírito Santo		
Superintendente Estadual no Espírito Santo	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1

Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Serra	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado de Goiás		
Superintendente Estadual em Goiás	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Goiânia	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em São Miguel do Araguaia	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Maranhão		
Superintendente Estadual no Maranhão	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em São Luís	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Imperatriz	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Santa Inês	FCE 1.06	1

Superintendência no estado de Mato Grosso		
Superintendente Estadual no Mato Grosso	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Gerência Executiva em Sinop	FCE 1.10	1
Serviço de Apoio Ambiental	FCE 1.05	1
Chefe da Unidade Técnica em Alta Floresta	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Barra do Garças	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Juína	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Mato Grosso do Sul		
Superintendente Estadual no Mato Grosso do Sul	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Corumbá	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Dourados	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Minas Gerais		
Superintendente Estadual em Minas Gerais	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio aos Centro de Triagem de Animais Silvestres em Belo Horizonte	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Juiz de Fora	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Montes Claros	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Governador Valadares	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Juiz de Fora	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Lavras	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Montes Claros	FCE 1.05	1
Chefe da Unidade Técnica em Uberlândia	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Pará		
Superintendente Estadual no Pará	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1

Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Benevides	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Gerência Executiva em Marabá	FCE 1.10	1
Serviço de Apoio Ambiental	FCE 1.05	1
Gerência Executiva em Santarém	FCE 1.10	1
Serviço de Apoio Ambiental	FCE 1.05	1
Chefe da Unidade Técnica em Altamira	FCE 1.06	1
Superintendência no estado da Paraíba		
Superintendente Estadual na Paraíba	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Cabedelo	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado do Paraná		
Superintendente Estadual no Paraná	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Foz do Iguaçu	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Londrina	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Paranaguá	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em União da Vitória	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Pernambuco		
Superintendente Estadual em Pernambuco	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado do Piauí		
Superintendente Estadual no Piauí	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Teresina	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Parnaíba	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Rio de Janeiro		
Superintendente Estadual no Rio de Janeiro	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Seropédica	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Angra dos Reis	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Rio Grande do Norte		
Superintendente Estadual no Rio Grande do Norte	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Natal	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Mossoró	FCE 1.06	1
Superintendência no estado do Rio Grande do Sul		
Superintendente Estadual no Rio Grande do Sul	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Porto Alegre	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Santa Maria	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Bagé	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Rio Grande	FCE 1.06	1

Chefe da Unidade Técnica em Santa Maria	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Uruguaiana	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Rondônia		
Superintendente Estadual em Rondônia	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Porto Velho	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Ji-Paraná	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Vilhena	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Roraima		
Superintendente Estadual em Roraima	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Boa Vista	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Pacaraima	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Santa Catarina		
Superintendente Estadual em Santa Catarina	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Chapecó	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Itajaí	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de São Paulo		
Superintendente Estadual em São Paulo	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Lorena	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Caraguatatuba	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Guarulhos	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Ribeirão Preto	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Santos	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em São José do Rio Preto	FCE 1.06	1
Chefe da Unidade Técnica em Viracopos	FCE 1.06	1
Superintendência no estado de Sergipe		
Superintendente Estadual em Sergipe	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Apoio ao Centro de Triagem de Animais Silvestres em Aracaju	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Superintendência no estado do Tocantins		
Superintendente Estadual no Tocantins	CCE 1.13	1
Chefe da Divisão de Administração e Finanças	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Administração, Patrimônio e Gestão de Pessoas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Finanças, Arrecadação e Contratos	FCE 1.01	1
Chefe da Divisão Técnico-Ambiental	FCE 1.07	1
Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Qualidade Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Biodiversidade e Florestas	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Fiscalização Ambiental	FCE 1.01	1
Chefe do Núcleo de Emergências Ambientais e Incêndios Florestais	FCE 1.01	1
Chefe da Unidade Técnica em Araguaína	FCE 1.06	1

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

GERÊNCIA REGIONAL SUL

PORTARIA Nº 3, DE 1º DE JULHO DE 2022

Modifica a composição do conselho da REBIO Perobas no estado do Paraná (Processo nº 02070.001841/2011-05)

O GERENTE REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MMA nº 79, de 03 de Março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 05 de Março 2021, combinada com o Art. 18 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 publicado em 12 de fevereiro de 2020, bem como Inciso XI Art. 103 do ANEXO I da Portaria nº 582, de 20 de setembro de 2021 publicada em 21 de setembro de 2021:

Considerando o disposto na Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto Federal sem número, de 26 de março de 2006, que criou a Reserva Biológica das Perobas;

Considerando a Portaria ICMBio nº 13, de 8 de fevereiro de 2010, que criou o Conselho Consultivo da Reserva Biológica das Perobas;

Considerando a Portaria ICMBio nº 04/2017, que define a atual composição do Conselho da REBIO Perobas;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando os autos do Processo nº 02070.001841/2011-05; resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da REBIO Perobas é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I- REGULADORES DO TERRITÓRIO:

a) Setor dos órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação

b) Setor dos órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

a) Setor dos Produtores Rurais

b) Setor dos Trabalhadores Rurais

c) Setor Conservação Ambiental

III - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Setor Conservação Ambiental

IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

a) Setor Conservação Ambiental.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aquelas definidas pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe da REBIO Perobas à Gerência Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e seguimento dos trâmites de homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da REBIO Perobas, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da REBIO Perobas são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação, revisará seu Regimento Interno e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação, o regimento interno e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Gerência Regional, que o remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAAC SIMÃO NETO

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.467/SPE/MME, DE 1º DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 60, de 21 de fevereiro de 2020, e o que consta no Processo nº 48340.002294/2022-01, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia da usina solar fotovoltaica na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI da usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

CEG	Usina	Potência (kW)	^{GF}revisada (MWmed)
UFV.RS.PE.031870-1.01	São Pedro e Paulo I	27.496	7,9

PORTARIA Nº 1.484/SPE/MME, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48360.000163/2022-43, resolve:

Art. 1º Definir em 2,87 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cavernoso VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.034117-7.01, com potência instalada de 5,20 MW, de titularidade da empresa Energética Rodão Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 18.475.126/0001-88, localizada no rio Cavernoso, nos municípios de Goioxim e Guarapuava, no estado do Paraná.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Cavernoso VIII refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Cavernoso VIII poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.174, DE 21 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005106/2017-41. Interessada: Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 6.679, que trata da Declaração de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., das áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão Buritirama - Queimada Nova II, localizada nos municípios de Buritirama, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, estado da Bahia; e Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.192, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001726/2005-61. Interessado: Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. Objeto: Transferir para Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. a autorização da Central Geradora Termelétrica - UTE Piraí, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.FL.PR.029282-6.01, localizada no município de Piraí do Sul, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.193. Processo nº: 48500.000111/2020-63. Interessado: Usina Eólica Canudos J Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos J Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047217-4.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

Nº 12.194. Processo nº: 48500.000112/2020-16. Interessado: Usina Eólica Canudos F Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos F Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047216-6.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

Nº 12.195. Processo nº: 48500.000114/2020-05. Interessado: Usina Eólica Canudos P Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos P Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047211-5.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

Nº 12.196. Processo nº: 48500.000115/2020-41. Interessado: Usina Eólica Canudos I Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos I Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047214-0.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

Nº 12.197. Processo nº: 48500.000116/2020-96. Interessado: Usina Eólica Canudos H Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos H Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047213-1.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

Nº 12.198. Processo nº: 48500.000117/2020-31. Interessado: Usina Eólica Canudos C Ltda. Objeto: Transfere para Usina Eólica Canudos C Ltda. a autorização da Central Geradora Eólica - EOL Canudos V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.047212-3.01, localizada no município de Canudos, estado da Bahia.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.199. Processo: 48500.002457/2011-13. Interessada: Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. Objeto: Extinguir a concessão referente à Usina Hidrelétrica Três Saltos, outorgada à Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., por meio do Decreto s/nº, de 19 de novembro de 1997, localizada no município de Torrinha, no estado de São Paulo.

Nº 12.200. Processo: 48500.005658/2022-17. Interessada: Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. Objeto: Extinguir a concessão referente à Pequena Central Hidrelétrica Santana, outorgada à Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., por meio do Decreto s/nº, de 19 de novembro de 1997, localizada no município de São Carlos, no estado de São Paulo

Nº 12.201. Processo: 48500.002457/2011-13. Interessada: Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. Objeto: Extinguir a concessão referente à Pequena Central Hidrelétrica Salto Grande, outorgada à Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., por meio do Decreto s/nº, de 19 de novembro de 1997, localizada no município de Salto Grande, no estado de São Paulo.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.202, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005525/2022-41. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.047.251/0001-70, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição Pacatuba - Coluna 02P5, circuito simples, 69 kV, com aproximadamente 23,80km (vinte e três quilômetros e oitocentos metros), de extensão, que interligará a Subestação Pacatuba à Subestação Coluna, localizada nos municípios de Itaitinga e Aquiraz, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.203, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005585/2022-63. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas necessárias à passagem dos trechos de Linha de Distribuição que perfazem o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Horizonte - Sarandi, na Subestação Vidigal, localizadas nos municípios de Maringá e Sarandi, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.205, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005644/2022-01 Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. Objeto: Autorizar o estabelecimento, para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A., inscrita n CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, de parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP, a preços de junho de 2021, referente à reforço em instalações da Transmissora, objeto do Contrato de Concessão ANEEL nº 07, de 2010. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.621, DE 21 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005542/2022-88, decide por deferir o pleito apresentado pelo agente Plast & Pack Indústria e Comércio Ltda., cadastrado sob o CNPJ: 01.875.588/0001-90 para o afastamento da aplicação da vedação ao Consumidor Especial, no âmbito da CCEE, à modelagem de unidade consumidora que se enquadre nas condições estabelecidas nos arts. 15 ou 16 da Lei nº 9.074, de 1995, para que a Plast & Pack Indústria e Comércio Ltda, possa retornar à condição de Consumidor Especial viabilizando a formação de comunhão de interesses de direito com a unidade consumidora de 130 kW, hoje consumidor cativo da Copel Distribuição S.A., condicionado ao cumprimento do requisito de adquirir energia nos termos do § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, permanecendo em vigor a impossibilidade de um agente compatibilizar a manutenção de comunhão de interesses de fato ou de direito com uma eventual qualificação como Consumidor Livre, devendo a CCEE operacionalizar o retorno do agente à condição de Consumidor Especial.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.625, DE 21 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003223/2021-57, decide por conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela ENEL Distribuição Goiás, CNPJ 01.543.032/0104-01, de modo a alterar a penalidade de multa do valor de R$ 45.613.576,86 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e treze mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos) para o valor de R$ 31.779.881,17 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezessete centavos).

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.630, DE 21 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001096/2018-56, 48500.001097/2018-09, 48500.001098/2018-45, 48500.001099/2018-90, 48500.001100/2018-86, 48500.001101/2018-21, 48500.001108/2018-42, 48500.001109/2018-97, 48500.001110/2018-11, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de reconsideração interposto pelas empresas Sunco Energy Brasil Mauriti 1 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 31.886.399/0001-83), Sunco Energy Brasil Mauriti 2 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 29.103.647/0001-20), Sunco Energy Brasil Mauriti 3 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 29.168.859/0001-96), Sunco Energy Brasil Mauriti 4 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 29.469.320/0001-77), Sunco Energy Brasil Mauriti 5 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 29.103.664/0001-68), Sunco Energy Brasil Mauriti 6 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 29.103.672/0001-04), Sunco Energy Brasil Mauriti 7 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 31.153.615/0001-81), Sunco Energy Brasil Mauriti 8 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 31.159.183/0001-16) e Sunco Energy Brasil Mauriti 9 Participações Societárias Ltda. (CNPJ nº 31.864.512/0001-20), em face do Despacho nº 1.378/2022, que indeferiu o pedido de alteração do cronograma de implantação das Usinas Fotovoltaicas (UFV) Mauriti 1 a 9, localizadas no município de Mauriti, estado do Ceará.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.685, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001156/2015-98, decide: por deferir o Requerimento Administrativo interposto pela Mineração Dardanelos Ltda, cadastrado sob o CNPJ 03.686.720/0001-40, pela Empresa Brasileira de Transmissão de Energia, cadastrado sob o CNPJ 10.319.371/0001-94 e pela Energética Águas da Pedra S.A., cadastrado sob o CNPJ 08.768.414/0001-77 de excepcionalização do disposto no Art. 6º da Resolução Normativa nº 722, de 2016, de modo a permitir que o acesso da Mineração Dardanelos Ltda. na Subestação Juína 230 kV, em caráter provisório, até que ocorra a transferência, reclassificação e adequação de instalações em tensão de 230 kV, sob responsabilidade da Energética Águas da Pedra S.A., que se tornarão de uso comum dos acessantes, nos termos do referido normativo e da Resolução Autorizativa nº 8.158, de 2019.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.687, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos processos nº 48500.006083/2021-79, nº 48500.004750/2021-89 e 48500.005503/2021-08, decide: conhecer e, no mérito, dar provimento aos Pedidos de Impugnação, com pedido de medida cautelar, interpostos pela Rima Industrial S.A cadastrada sob o CNPJ 18.279.158/0001-08. - RIAL, em face da decisão da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, na sua 1.214ª, 1.219ª e 1.221ª reunião, no sentido de cancelar as penalidades descritas nos Termo de Notificação nº CCEE04031/2021, CCEE04724/2021 e CCEE05008/2021.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.688, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005614/2022-97, decide: por conhecer do pedido de Medida Cautelar interposto pela empresa Barra Bonita Óleo e Gás Ltda. - BBOG Cadastrado sob o CNPJ 22.881.417/0001-43 para dar-lhe parcial provimento, de modo a suspender eventuais penalidades por atraso na entrada em operação comercial da Usina Termelétrica - UTE Barra Bonita I, no âmbito da subcláusula 7.10 do Contrato de Energia de Reserva nº 450/2021, incluindo suspensão da penalidade de multa já aplicada no âmbito da Liquidação Financeira relativa ao mês de maio de 2022, até primeira decisão administrativa da Diretoria da ANEEL quanto à análise de excludente de responsabilidade pelo atraso na implantação da usina.

CAMILA FIGUEIREDO BONFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.722, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.005601/2022-18, decide por: (i) indeferir o requerimento administrativo interposto pela Fênix Complexo Industrial S.A. cadastrada sob o CNPJ 35.367.818/0002-02, de reequilíbrio econômico-financeiro do CER atrelado à UTE Fênix, oriundo do PCS nº 001/2021, com vista a majorar a receita de venda para valor compatível aos atuais custos de aquisição do combustível; (ii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia o requerimento de rescisão amigável do CER; e (iii) deferir o pedido de medida cautelar, com vista a suspender os direitos e as obrigações, inclusive o recebimento de receita de venda e a aplicações de penalidades associados ao CER, até decisão do MME acerca da rescisão do contrato.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.723, DE 28 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processos listados no ANEXO, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de reconsideração interposto pelas empresas Ventos de Santa Tereza 01 a 14 Energias Renováveis S.A., Sapphirus A008.19 Partipações S.A., Ventos de São Ricardo 01 a 13 Energias Renováveis, Tucano F5 Geração de Energias Ltda e Serra Verde I a V Energética S.A., em face dos Despachos nº 1.411/2021 nº 1.412/2022, que indeferiram os pedidos de alteração dos cronogramas de implantação das Centrais Geradoras Eólicas (EOLs) e Centrais Geradoras Fotovoltaicas (UFV) Sky Arinos I a VIII, em razão da inexistência de excludente de responsabilidade a ser reconhecido pelo atraso na implantação das usinas.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPESANEXO

ANEXO

Processos	Razão Social	CNPJ	Resolução Autorizativa (nº)	Central geradora Eólica	CEG*
48500.002436/2013-51	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	35.805.346/0001-41	REA nº 8.820, de 19/05/2020	EOL Tucano V	EOL.CV.BA.032570-8.01
48500.004005/2013-20	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	35.805.346/0001-41	REA nº 8.824, de 19/05/2020	EOL Tucano IX	EOL.CV.BA.032583-0.01
48500.004000/2013-05	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	35.805.346/0001-41	REA nº 8.826, de 19/05/2020	EOL Tucano XI	EOL.CV.BA.036988-8.01
48500.003938/2016-42	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	35.805.346/0001-41	REA nº 8.827, de 19/05/2020	EOL Tucano XIII	EOL.CV.BA.036994-2.01
48500.002576/2018-34	Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	35.805.346/0001-41	REA nº 8.829, de 19/05/2020	EOL Tucano XVII	EOL.CV.BA.040696-1.01

48500.000323/2020-41	Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	36.952.007/0001-50	REA nº 9.262, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 01	EOL.CV.RN.047235-2.01
48500.000322/2020-04	Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	36.952.033/0001-89	REA nº 9.263, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 02	EOL.CV.RN.047236-0.01
48500.000321/2020-51	Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	36.951.946/0001-80	REA nº 9.264, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 03	EOL.CV.RN.047237-9.01
48500.000320/2020-15	Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	37.002.801/0001-04	REA nº 9.265, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 04	EOL.CV.RN.047238-7.01
48500.000319/2020-82	Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	36.951.974/0001-06	REA nº 9.266, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 05	EOL.CV.RN.047239-5.01
48500.000318/2020-38	Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	36.951.989/0001-66	REA nº 9.267, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 06	EOL.CV.RN.047240-9.01
48500.000317/2020-93	Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	37.020.274/0001-52	REA nº 9.268, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 07	EOL.CV.RN.047241-7.01
48500.000316/2020-49	Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	36.957.817/0001-08	REA nº 9.269, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 08	EOL.CV.RN.047242-5.01
48500.000315/2020-02	Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	36.952.001/0001-83	REA nº 9.270, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 09	EOL.CV.RN.047243-3.01
48500.000314/2020-50	Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	13.346.148/0001-24	REA nº 9.271, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 10	EOL.CV.RN.047244-1.01
48500.000313/2020-13	Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	36.957.786/0001-87	REA nº 9.272, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 11	EOL.CV.RN.047245-0.01
48500.000312/2020-61	Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	37.020.270/0001-74	REA nº 9.273, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 12	EOL.CV.RN.047246-8.01
48500.000311/2020-16	Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	36.957.780/0001-00	REA nº 9.274, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 13	EOL.CV.RN.047247-6.01
48500.000310/2020-71	Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	36.957.804/0001-20	REA nº 9.275, de 06/10/2020	Ventos de Santa Tereza 14	EOL.CV.RN.047198-4.01
48500.002286/2020-13	Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A.	37.053.489/0001-70	REA nº 9.474, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 01	EOL.CV.RN.049170-5.01
48500.002285/2020-61	Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A.	7.002.800/0001-51	REA nº 9.475, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 02	EOL.CV.RN.049171-3.01
48500.002284/2020-16	Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	36.957.823/0001-57	REA nº 9.476, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 03	EOL.CV.RN.049172-1.01
48500.002283/2020-71	Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	37.002.822/0001-11	REA nº 9.477, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 04	EOL.CV.RN.049173-0.01
48500.002282/2020-27	Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A.	37.002.817/0001-09	REA nº 9.478, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 05	EOL.CV.RN.049174-8.01
48500.002281/2020-82	Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.	37.002.814/0001-75	REA nº 9.479, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 06	EOL.CV.RN.049175-6.01
48500.002280/2020-38	Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A.	37.002.811/0001-31	REA nº 9.480, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 07	EOL.CV.RN.049176-4.01
48500.002279/2020-11	Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A.	37.002.806/0001-29	REA nº 9.481, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 08	EOL.CV.RN.049177-2.01
48500.002278/2020-69	Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A.	37.002.802/0001-40	REA nº 9.482, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 09	EOL.CV.RN.049178-0.01
48500.002277/2020-14	Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	36.957.856/0001-05	REA nº 9.483, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 10	EOL.CV.RN.049179-9.01
48500.002276/2020-70	Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	36.957.862/0001-54	REA nº 9.484, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 11	EOL.CV.RN.049180-2.01
48500.002275/2020-25	Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A.	36.957.845/0001-17	REA nº 9.485, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 12	EOL.CV.RN.049181-0.01
48500.002274/2020-81	Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A.	36.957.839/0001-60	REA nº 9.486, de 24/11/2020	Ventos de São Ricardo 13	EOL.CV.RN.049182-9.01
48500.002887/2013-99	Serra Verde I Energética S.A.	19.969.679/0001-50	REA nº 8.892, de 02/06/2020	EOL Cajuína C7	EOL.CV.RN.032539-2.01
48500.002888/2013-33	Serra Verde II Energética S.A.	20.081.302/0001-49	REA nº 8.893, de 02/06/2020	EOL Cajuína C6	EOL.CV.RN.032540-6.01
48500.002644/2013-51	Serra Verde III Energética S.A.	19.968.781/0001-30	REA nº 8.892, de 02/06/2020	EOL Cajuína C5	EOL.CV.RN.032541-4.01
48500.002886/2013-44	Serra Verde IV Energética S.A.	19.821.657/0001-48	REA nº 8.892, de 02/06/2020	EOL Cajuína C4	EOL.CV.RN.032542-2.01
48500.002885/2013-08	Serra Verde V Energética S.A.	19.917.149/0001-68	REA nº 8.892, de 02/06/2020	EOL Cajuína C3	EOL.CV.RN.032543-0.01
48500.001323/2020-68	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.065, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos I	UFV.RS.MG.047364-2.01
48500.001322/2020-13	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.067, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos II	UFV.RS.MG.047365-0.01
48500.001321/2020-79	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.068, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos III	UFV.RS.MG.047366-9.01
48500.001320/2020-24	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.069, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos IV	UFV.RS.MG.047367-7.01
48500.001319/2020-08	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.070, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos V	UFV.RS.MG.047368-5.01
48500.001318/2020-55	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.071, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos VI	UFV.RS.MG.047369-3.01
48500.000886/2021-10	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.072, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos VII	UFV.RS.MG.047370-7.01
48500.000887/2021-64	Sapphirus A008.19 Participações S.A.	35.714.180/0001-58	REA nº 10.073, de 08/06/2021	UFV Sky Arinos VIII	UFV.RS.MG.047371-5.01

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 11.615, de 12 de abril de 2022, constante do Processo nº 48500.004597/2017-11, publicado no DOU nº 76, de 25 de abril de 2022, Seção 1, página 91, no art. 3º, onde se lê: "VI - Início da Operação em Teste das Unidades Geradoras até 12/1/2023; e", leia-se: "VI - Início da Operação em Teste das Unidades Geradoras até 12/1/2024; e".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.717, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 48500.005021/2022-21. Interessado: Energia Sustentável do Brasil S.A. Decisão: Autorizar a empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.029.666/0001-47, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.135, de 29 de abril de 2022, constante do Processo nº 48500.005657/2007-33, cujo resumo foi publicado no DOU de 02.05.2022, Seção 1, p. 71, v. 160, n. 81, onde se lê: "...valor de vazão remanescente em 0,15 m^3/s...", leia-se: "...valor de vazão remanescente em 0,055m^3/s...".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.770, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.000672/2018-48. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Decisão: alterar a parcela de Receita Anual Permitida estabelecida no Anexo I, item I.1.5, da Resolução Autorizativa nº 7.952, de 25 de junho de 2019, de R$ 225.065,43 para(duzentos e vinte cinco mil, sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos) R$ 259.751,03(duzentos e cinquenta e nove mil, e setecentos e cinquenta e um reais e três centavos), sendo alterado também o total de R$ 3.244.249,13 (três milhões duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais, e treze centavos)para R$ 3.278.934,73 (três milhões duzentos e setenta e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos).. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em https://biblioteca.aneel.gov.br/Busca/Avancada

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 6 de julho de 2022.

Nº 1.784. Processo nº: 48500.003995/2020-16. Interessados: Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Roque 17. Unidades Geradoras: UG9, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 1.791. Processo nº: 48500.003445/2020-99. Interessados: Luzia 3 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Luzia 3. Unidades Geradoras: UG1 a UG8 e UG21 a UG24, de 1.637,00 kW cada. Localização: Município de Santa Luzia, no estado da Paraíba.

Nº 1.792. Processo nº: 48500.001049/2019-93. Interessados: Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos da Bahia XXIII. Unidades Geradoras: UG9, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Souto Soares, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DE 4 DE JULHO DE 2022

Nº 1.773. Processo nº: 48500.005304/2022-72. Interessada: Ourilândia Do Norte Transmissora de Energia S.A. - CNPJ nº 25.298.162/0001-89. Decisão: anuir previamente à operação de transferência de controle societário direto da Interessada para o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom, CNPJ nº 36.697.081/0001-78.

Nº 1.774. Processo nº 48500.001174/2022-07. Interessada: Areal Energias Renováveis Ltda. - CNPJ nº 41.534.646/0001-36. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio de documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 877, de 31 de março de 2022

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

MARIA LUIZA FERREIRA CALDWELL
Superintendente
Substituta

DESPACHO Nº 1.778, DE 4 DE JULHO DE 2022

Processo nº 48500.005594/2022-54. Interessadas: CPFL Paulista - Companhia Paulista de Força e Luz - CNPJ nº 33.050.196/0001-88, RGE - RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/00001-62, CPFL Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz - CNPJ nº 04.172.213/0001-51 e CPFL Santa Cruz - Companhia Jaguari de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69. Decisão: anuir previamente ao Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre as Interessadas (Contratantes) e a sua parte relacionada CPFL Serviços - CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37. (Contratada). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: biblioteca.aneel.gov.br/.

MARIA LUIZA FERREIRA CALDWELL
Superintendente
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 1.785, DE 4 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005308/2022-51, decide por: (i) dar provimento parcial à reclamação interposta pela Fortaleza Rações Ltda., com o CNPJ 01.002.989/0001-35; (ii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução dos valores faturados a maior decorrente do erro de classificação da unidade consumidora nº 1390064570, de forma simples para o período de 07/08/2010 até 14/12/2010, e em dobro para o período de 15/12/2010 a 13/08/2020, nos termos do art. 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, alterado pelo Despacho ANEEL nº 18, de 4 de janeiro de 2019, descontados os valores já devolvidos; e (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.453, de 31 de maio de 2022, constante no Processo nº 48500.000504/2015-18, publicado no D.O. de 01.06.2022, Seção 1, p.414, v. 160, n. 103, retifica-se, no "Anexo I", os valores de "Diferença Mensal de Receita - DMR" e "Montante de CDE a repassar" da competência abril de 2022 das distribuidoras EDP ES - Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. e EDP SP - São Paulo Distribuição de Energia S.A., conforme a seguir:

Onde se lê:

ANEXO I

ABRIL DE 2022

EMPRESA	DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA - DMR	MONTANTE DE CDE A REPASSAR
(...)	(...)	(...)
EDP ES - Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	5.333.736,13	5.333.736,13
EDP SP - São Paulo Distribuição de Energia S.A.	5.931.679,06	5.931.679,06
(...)	(...)	(...)
TOTAL	370.548.907,56	**370.548.907,56**

Leia-se:

ANEXO I

ABRIL DE 2022

EMPRESA	DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA - DMR	MONTANTE DE CDE A REPASSAR
(...)	(...)	(...)
EDP ES - Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	5.307.295,88	5.307.295,88
EDP SP - São Paulo Distribuição de Energia S.A.	5.929.419,36	5.929.419,36
(...)	(...)	(...)
TOTAL	370.520.207,61	**370.520.207,61**

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.796, DE 5 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.003571/2015-86, decide conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.659.917/0001-53, para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Fortaleza (Código CEG: UTE.GN.CE.028357-6.01), no valor de R$ 277,36/MWh (duzentos e setenta e sete reais e trinta seis centavos por megawatt-hora), a ser aplicado a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho, tanto para fins de planejamento e programação da operação pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, quanto para fins de contabilização da geração verificada na citada usina pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.764, DE 1º DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo no 48500.005948/2022-61, decide indeferir o pleito formulado pela Elektro Redes S.A. - Neoenergia Elektro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0002-78, no que se refere ao expurgo da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação -PIS, apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico no ano de 2021.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 109/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Nº DO PROCESSO	TITULAR	CNPJ	NFLDP	VALOR
48054.930236/2020-25	Itaminas Comércio de Minério S/A.	18.752.824/0001-83	83/ANM/MG	1.047.801,44
48054.930237/2020-70	Itaminas Comércio de Minério S/A.	18.752.824/0001-83	82/ANM/MG	40.336,12
48403.934674/2011-71	Companhia de Cimento Campeão Alvorada - CCA	21.109.697/0001-03	3824/2011	7.838,42
48403.935073/2011-85	Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.	61.409.892/0001-73	4407/2011	505.048,71

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 14/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(410)
003.510/1946-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 15/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
870.846/2016-FERROMAC MINERACAO EIRELI-Em cumprimento ao Mandado de Segurança n.º 1005642-33.2018.4.01.3300 proferido pela Exmo. Desembargador Federal João Batista Moreira, 1 ª Região do Tribunal Regional Federal, nos autos do Processo 1005642-33.2018.4.01.3300 e nos termos do Parecer de Força Executória n. 00070/2022/NAT-GERAL/ER-REGPRF1/PGF/AGU, RESTITUO o prazo do Alvará de Autorização de Pesquisa n° 1409/2017 de titularidade de Ferromac Mineracao Eireli., por um período de 429 dias (quatrocentos e vinte e nove) dias, a partir da publicação deste despacho no Diário Oficial da União.

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 429, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212864/2020-72. resolve: Autorizar a empresa INDUSTRIA QUIMICA ANASTACIO S/A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 465, de 6 de novembro de 2014.

CNPJ
60.874.724/0001-96

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 430, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211550/2020-52. resolve: Autorizar a empresa ARR-MAZ DO BRASIL LTDA., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 1021, de 6 de setembro de 2018.

CNPJ
05.133.369/0001-96
05.133.369/0003-58

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 431, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212188/2020-37 . resolve: Autorizar a empresa COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 241, de 15 de março de 2018.

CNPJ
03.237.583/0001-67
03.237.583/0048-20
03.237.583/0009-14
03.237.583/0053-98
03.237.583/0044-05
03.237.583/0045-88
03.237.583/0002-48
03.237.583/0011-39

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 432, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211467/2020-83 resolve: Autorizar a empresa ANCORA GROUP LTDA. a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 123/2014.

CNPJ
67.647.412/0001-99
67.647.412/0003-50

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 433, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo nº 48610.212056/2020-13. resolve: Autorizar a empresa STABILUS LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 479, de 17 de maio de 2013.

CNPJ
01.245.906/0001-39

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 903, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211380/2020-14, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 205/2019, ANP nº 351/2018 e ANP nº 329/2018, outorgadas à sociedade AMAZONAS FUEL GREEN ENERGY LTDA, CNPJ nº 27.741.715/0001-51.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 904, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1°, inciso III e o que consta do processo nº 48610.216125/2022-11, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 111, de 2/03/2020, por requerimento do agente autorizado EMPRESA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO NORTE S/A - ECONORTE, CNPJ's nºs 02.222.736/0001-30; 02.222.736/0002-10; 02.222.736/0003-00; 02.222.736/0004-82; 02.222.736/0005-63; 02.222.736/0006-44, para o exercício da atividade de Agente de Comércio Exterior.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 906, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212516/2020-03, torna público o cancelamento da Autorização ANP nº 275, de 04 de junho de 2012, por requerimento da sociedade EXPERT COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES - CNPJ nº 01.636.140/0001-13.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 906, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.221391/2021-85, torna pública as revogações da Autorização ANP nº 356/2016, Autorização ANP nº 357/2016, Autorização ANP nº 368/2016, Autorização ANP nº 424/2016 e Autorização ANP nº 428/2016 outorgadas à sociedade MEGA AGRO TRADING S.A - CNPJ nº 24.418.553/0001-27.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 907, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, em especial o art. 18, § 1º, III, e o que consta do processo nº 48610.211915/2020-49, torna público o cancelamento da autorização SDL-ANP nº 214, de 09/06/2014, , por requerimento do agente THORUS TAXI AEREO - AERO SERVICE EIRELI, CNPJ nº 13.750.170/0001-35.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 908, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212355/2020-40, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 280, de 06 de março de 2013, por requerimento da sociedade COREMAL QUIMICA LTDA. - CNPJ nº 03.354.765/0001-18.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 909, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º, inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212140/2020-29, torna público o cancelamento da Autorização ANP nº 338, de 18/12/2006, por requerimento do agente autorizado SOLUTIA BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.283.939/0001-36, para o exercício da atividade de importação de solventes e exportação de derivados de petróleo.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 910, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RO0227517	AMAZONAS AUTO POSTO LTDA	44.649.893/0001-76	48610.212106/2022-16
PR/MA0227536	AUTO POSTO CRISTO REI EIRELI	15.095.613/0001-27	48610.221765/2021-62
PR/PI0227557	EDINEI CARVALHO CAVALCANTE EIRELI	42.090.496/0001-81	48610.215661/2022-08
PR/SP0227556	FLT COMBUSTIVEIS EIRELI	35.640.296/0001-90	48610.216405/2022-20
PR/CE0227496	FRANCISCO VALMIR MARTINS MAGALHAES	17.155.841/0002-51	48610.215928/2022-59
PR/PE0227464	MARIA GRAZIELE VILELA BARBOSA	45.573.145/0001-10	48610.215969/2022-45
PR/MG0227516	POSTO BOTELHENSE LTDA	02.633.913/0001-70	48610.216363/2022-27

ADRIANA NICKEL LOURENCO

DESPACHO SDL-ANP Nº 911, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPI0402730	A & M COMERCIO DE GAS LTDA	44.506.732/0001-23	48610.216459/2022-95
GLPMG0402722	AILTON A.DE OLIVEIRA	45.855.255/0001-74	48610.216419/2022-43
GLPRN0402742	C DE P CARDOSO	07.192.815/0001-69	48610.216489/2022-00
GLPMT0402707	CHAMA BEER LTDA	46.337.920/0001-09	48610.215097/2022-15
GLPMT0402703	DEPOSITO DE GAS PRECO CERTO LIMITADA	46.027.908/0001-90	48610.216379/2022-30
GLPMA0402716	E DE J SODRE FERREIRA COMERCIO	43.666.886/0001-10	48610.216412/2022-21
GLPSC0402705	ERMESON RODRIGO PEREIRA	43.103.973/0001-69	48610.200519/2022-58
GLPSP0402701	EXTRA GAS COMERCIO LTDA	44.992.362/0001-81	48610.216378/2022-95
GLPMG0402724	FAGNER FERREIRA MARTINS	44.848.622/0001-40	48610.216423/2022-10
GLPSP0402709	FONTE GAS POA LTDA	45.935.887/0001-48	48610.215039/2022-91
GLPRJ0402740	GAS CANAA COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	35.551.458/0001-13	48610.216488/2022-57
GLPCE0402718	M V COMERCIO DE GAS LTDA	45.928.525/0001-20	48610.216418/2022-07
GLPRJ0402714	MAJU - COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	37.896.246/0001-01	48610.207722/2022-55
GLPRO0402728	PANIFICADORA PAN VILLE LTDA	05.777.407/0002-24	48610.216437/2022-25
GLPMA0402734	POSTO SOFIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	42.038.149/0001-00	48610.216465/2022-42
GLPAL0402720	RAYANE DA S SANTOS	46.036.233/0001-45	48610.216392/2022-99
GLPAM0402726	RODRIVAN GUILHERME DA SILVA	28.807.714/0004-78	48610.215803/2022-29
GLPMT0402712	ROGER DE PAULA RIBEIRO & CIA LTDA	45.680.110/0001-80	48610.216391/2022-44
GLPPE0402732	SERGIO ANTONIO DA SILVA & CIA LTDA	26.290.369/0001-70	48610.216121/2022-33
GLPPR0402697	T. SENNA BARBOSA	22.500.308/0001-39	48610.215159/2022-99
GLPRS0402744	TABORDA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	43.054.266/0001-20	48610.216492/2022-15
GLPPR0402738	ULTRAGAZ CURITIBA LTDA	45.879.333/0001-70	48610.216484/2022-79

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

RETIFICAÇÃO

Na AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 405, de 28 de junho de 2022, publicada no DOU de 29 de junho de 2022, Seção 1, página 120:

Onde se lê:

CNPJ
04.817.052/0001-6

Leia-se:

CNPJ
04.817.052/0001-06

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO SPD-ANP Nº 428, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do processo de nº 48610.215227/2022-10, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor(es)	Valor Autorizado
22807-2	Adequação laboratorial para ensaios de microdestilação de petróleos	UFRJ - LATCA - Laboratório de Termodinâmica e Cinética Aplicada	R$ 3.984.737,58

Art. 2º A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO SPD-ANP Nº 902, DE 5 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Aprovar a alteração dos dados da Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, cujo credenciamento foi formalizado por meio do Despacho nº 1.106/2014, publicado à página 58, seção 1, do Diário Oficial de União de nº 149, de 6 de agosto de 2014.

2.Alterar o nome da unidade de pesquisa credenciada sob o nº 0223/2014, constante do processo nº 48610.004610/2014-34 e vinculada à instituição Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, CNPJ 03.447.568/0001-43, originalmente denominada Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada que passa a ser denominada Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

MARIA INÊS SOUZA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CNPJ nº 00.001.180/0001-26
NIRE: 533.0000085-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 939ª REUNIÃO
REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2022

CERTIDÃO

Ao quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 17h08min, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), com escritório central localizado à Rua da Quitanda, nº 196, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, instalou sua reunião por videoconferência em ambiente exclusivamente remoto - Cisco Webex Meetings, com registro de encerramento dos trabalhos às 17h15min deste mesmo dia. A convocação foi feita de ordem do Presidente do Conselho de Administração, por meio de correspondência eletrônica, no quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nos termos do parágrafo 5º do artigo 29, do estatuto social da Companhia. Assumiu a presidência dos trabalhos o Conselheiro RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS). Os Conselheiros ANA CAROLINA TANNURI LAFERTE MARINHO (ALM), JERÔNIMO ANTUNES (JEA), BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO (BEC), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (CRP) e ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM) participaram da reunião. Não houve registro de ausências. Participaram ainda do concílio o Secretário de Governança BRUNO KLAPPER LOPES (BKL) e o Assessor do Conselho de Administração FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ).

Ordem do Dia: A Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução RES-319/2022, de 04.07.2022, com base na autorização concedida pela 181ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022 e nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração na 933ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2022, e em atendimento ao disposto na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos("CPPI") n.º 203, de 19 de outubro de 2021, conforme alterada ("Resolução CPPI 203") e conforme aprovado pelo Tribunal de Contas da União em 18 de maio de 2022, formalizou proposta de deliberação com o objetivo de aprovar:

(1) a destinação contábil dos recursos obtidos pela Companhia com o exercício total da opção de lote suplementar de Ações Ordinárias (conforme definido abaixo) pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Ordinárias") ("Oferta Primária") ("Opção de Ações do Lote Suplementar").

(2) o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de Ações Ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do parágrafo único do artigo 6º do estatuto social da Companhia, em razão do exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar.'

(3) a verificação da subscrição das Ações Ordinárias emitidas em razão do exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar e homologação do novo capital social da Companhia.

(4) a atualização, ad referendum da próxima assembleia geral de acionistas da Companhia, do capital social refletido no caput do artigo 6º do estatuto social da Companhia.

(5) o inteiro teor dos seguintes documentos ("Documentos da Oferta Global"): (a) anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações Ordinárias aprovada pela 181ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022 e na 933ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2022 ("Oferta Global"); (b) closing press release da Oferta ("Closing Press Release"); e (c) Form 6-K relativo ao Closing Press Release.

(6) a ratificação da assinatura do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Estabilização") pelos diretores da Companhia.

(7) a reiteração da autorização aos diretores da Companhia para praticarem todos os atos regulares de gestão que se fizerem necessários à consecução da Oferta Global.

(8) a autorização para que a Diretora de Governança, Riscos e Conformidade da Companhia formalize a validação da versão final dos Documentos da Oferta Global ao grupo de trabalho da Oferta Global, incluindo o preenchimento de informações decorrentes do exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar.

Deliberação: DEL-085/2022. Foi aprovado, sem ressalvas e restrições, pela unanimidade dos Conselheiros de Administração presentes, e com o assessoramento prévio dos órgãos de governança competentes da Companhia, conforme aplicável, o que se segue:

(1) a destinação da totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com o exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar à conta de capital social da Companhia.

(2) o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no parágrafo único do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de 104.621.528 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem observar a atual proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, mas observando a proporção máxima entre ações preferenciais e ações ordinárias conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 14 de seu estatuto social, e no inciso III do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n.° 10.303, de 31 de outubro de 2001, conforme alterada, com exclusão do direito de preferência, mas com concessão do direito de prioridade dos Acionistas para subscrição da quantidade máxima do lote suplementar de Ações Ordinárias, em quantidade equivalente a até o limite de subscrição proporcional do respectivo Acionista previsto no Anúncio de Início e no Prospecto Definitivo, dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia em 27 de maio de 2022 ("Primeira Data de Corte"), nos termos do inciso I do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, conforme alterada, em razão do exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar, ao preço de emissão unitário correspondente a R$42,00, perfazendo o montante de R$ 4.394.104.176,00, passando, portanto, o capital social da Companhia de R$ 65.419.635.826,52 para R$ 69.813.740.002,52.

Para fins da presente ata, "Acionistas" significa todos os acionistas ordinaristas e preferencialistas da Companhia na Primeira Data de Corte, observado que, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Resolução CPPI 203, não será admitida a participação da Oferta Global de (a) órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, indireta ou fundacional; (b) fundos em que a União Federal ("União") detenha, direta ou indiretamente, a maioria das cotas; e (c) qualquer dos poderes da União;

(3) a verificação da subscrição de 104.621.528 ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Global e a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a corresponder a R$ 69.813.740.002,52, dividido em 2.021.139.464 ações ordinárias, 146.920 ações preferencias classe "A", 279.941.393 ações preferencias classe "B" e 1 ação preferencial de classe especial titularizada exclusivamente pela União Federal, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações Ordinárias emitidas em decorrência do aumento de capital aprovado, nos termos do item (2) acima, conferirão aos seus respectivos titulares, a partir da data de liquidação do lote suplementar de Ações Ordinárias, os mesmos direitos, vantagens, obrigações e restrições atribuídos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente em circulação, nos termos do estatuto social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Nível 1 da B3. As novas Ações Ordinárias darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do Anúncio de Encerramento.

(4). à vista da homologação do aumento de capital objeto da deliberação do item (2) acima, aprovar, ad referendum da próxima assembleia geral de acionistas da Companhia, a atualização do capital social refletido no caput do artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir o aumento de capital da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º- O capital social é de R$69.813.740.002,52 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e treze milhões, setecentos e quarenta mil e dois reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 2.021.139.464 (dois bilhões, vinte e uma milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, 146.920 (cento e quarenta e seis mil e novecentas e vinte) ações preferenciais da classe "A", 279.941.393 (duzentas e setenta e nove milhões, novecentas e quarenta e uma mil e trezentas e noventa e três) ações preferenciais da classe "B" e 1 (uma) ação preferencial de classe especial titularizada exclusivamente pela União, todas sem valor nominal."

(5) o inteiro teor dos Documentos da Oferta Global.

(6) a ratificação da assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Estabilização pelos diretores da Companhia.

(7) a reiteração da autorização para que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos regulares de gestão que se fizerem necessários à consecução da Oferta Global.

(8) a autorização para que a Diretora de Governança, Riscos e Conformidade da Companhia formalize a validação da versão final dos Documentos da Oferta Global ao grupo de trabalho da Oferta Global, incluindo o preenchimento das informações decorrentes do exercício total da Opção de Ações do Lote Suplementar.

Encerramento e lavratura: Nada mais havendo a tratar sobre a DEL-085/2022, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrados os trabalhos correlatos e determinou ao Secretário de Governança a lavratura desta Certidão que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente Conselho de Administração. Os demais assuntos havidos nessa reunião foram omitidos nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Companhia, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei. Fica registrado que o material pertinente aos itens deliberados na presente Reunião do Conselho de Administração encontra-se arquivado na sede da Companhia. A deliberação retratada nesta certidão é cópia fiel da decisão havida na ata da reunião em referência e constante em livro próprio que fica arquivado na sede da Companhia. Presentes na reunião e signatários da ata: Presidente RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS); Conselheiros ANA CAROLINA TANNURI LAFERTE MARINHO (ALM), JERÔNIMO ANTUNES (JEA), BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO (BEC), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (CRP) e ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM); Secretário de Governança BRUNO KLAPPER LOPES (BKL); Assessor do Conselho de Administração FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ).

RUY FLAKS SCHNEIDER
Presidente do Conselho

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 2.257, DE 4 DE JULHO DE 2022

Alterar o inciso II, do art. 1º, da Portaria GM/MS nº 2.356, de 4 de setembro de 2019, que define o período para a realização da Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição e considerando o disposto na Portaria nº 1.730/GM/MS, de 13 de junho de 2018, que convoca da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, e

Considerando a Resolução nº 567, de 08 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde, que convocou a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena;

Considerando a não realização da Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, no período de 09 a 12 de dezembro de 2019, conforme foi estabelecido no art. 1º, da Portaria nº 2.356/GM, de 04 de setembro de 2019; e

Considerando a Resolução nº 673, de 27 de abril de 2022, do Conselho Nacional de Saúde, que adiou a data da Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso II, do art. 1º, da Portaria nº 2.356/GM, de 04 de setembro de 2019, que trata do período de realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena - CNSI, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Etapa Nacional da 6ª CNSI: 14 a 18 de novembro de 2022." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 2.467, DE 5 DE JULHO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC de Estados e Municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação de Sistemas (DRAC/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.087330/2022-46, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 5.717.354,92 (cinco milhões, setecentos e dezessete mil trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia alterados para tratamento por localização tumoral, no ano de 2019, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL R$
AL	270030	ARAPIRACA	M	639.126,09
AL	270430	MACEIO	M	976.346,02
AM	130260	MANAUS	E	1.085.134,97
GO	520110	ANAPOLIS	M	482.926,99
GO	520870	GOIANIA	M	2.533.820,85
TOTAL				5.717.354,92

PORTARIA GM/MS Nº 2.468, DE 5 DE JULHO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Santa Catarina e Municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação de Sistemas (DRAC/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.092070/2022-21, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 4.607.519,49 (quatro milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Santa Catarina e Municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia, alterados para tratamento por localização tumoral, no ano de 2019, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL R$
SC	420000	SANTA CATARINA	E	993.662,27
SC	420240	BLUMENAU	M	878.966,79
SC	420420	CHAPECO	M	627.363,70
SC	420460	CRICIUMA	M	819.288,38
SC	420890	JARAGUA DO SUL	M	323.706,10
SC	420910	JOINVILLE	M	390.853,34
SC	420930	LAGES	M	573.678,91
TOTAL				4.607.519,49

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 674, DE 06 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep.

O Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CNS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de

O Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CNS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando a afirmação do Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de sistema universal de saúde instituído pela Constituição-Cidadã de 1988, que é direito de todos e dever do Estado, em seus princípios e diretrizes garantidores da universalidade, integralidade e equidade do acesso às ações e serviços públicos de saúde, incluindo a gestão descentralizada, hierarquizada, regionalizada e com a participação da comunidade;

Considerando que compete ao Plenário do CNS aprovar normas sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos e outras questões no campo da bioética e acompanhar sua implementação, segundo prevê o Art. 11, XIV do Regimento Interno do CNS;

Considerando a Resolução CNS nº 446, de 11 de agosto de 2011, que dispõe sobre as competências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS); e

Considerando que é atribuição do Presidente do Conselho Nacional de Saúde decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais, quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário, submetendo o seu ato à deliberação do Plenário em reunião subsequente (Art. 13, inciso VI do Regimento Interno do CNS, aprovado pela Resolução CNS nº 407, de 12 de setembro de 2008), resolve:

Ad referendum do Pleno do Conselho Nacional de Saúde

Aprovar as seguintes diretrizes referentes à tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep.

Seção Única

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Esta Resolução estabelece a tramitação dos protocolos de pesquisa científica envolvendo seres humanos, no Sistema CEP/Conep, de acordo com a tipificação da pesquisa e os fatores de modulação, na forma definida por esta Resolução.

Capítulo II

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2° Para fins desta Resolução, os seguintes termos e definições são adotados:

I - Acervo: conjunto organizado de documentos, em formato físico ou eletrônico, que pode servir como fonte para a coleta de informações para a constituição de um banco de dados com finalidade de pesquisa científica;

II - Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

III - Coleta dirigida de dados: atividade com interação presencial ou em ambiente virtual, realizada com o propósito de gerar ou de coletar dados que serão analisados na pesquisa, incluindo entrevistas, aplicação de questionário e de escalas, preenchimento de formulários, realização de atividade com grupo focal, entre outros;

IV - Comitê de Ética em Pesquisa Acreditado: CEP que, além de credenciado no Sistema CEP/Conep, é certificado pela Conep para a análise de protocolos que tramitam na modalidade colegiada especial;

V - Comitê de Ética em Pesquisa Credenciado: CEP que atende às condições de funcionamento estabelecidas nas diretrizes do Sistema CEP/Conep, tem seu registro concedido pela Conep e pode atuar como CEP de instituição proponente, participante ou coparticipante;

VI - Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

VII - Delineamento do estudo: método adotado para alcançar os objetivos do estudo;

VIII - Dispositivo da área da saúde: equipamento, aparelho, material, artigo ou sistema aplicável na área da saúde que não utiliza o meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função, podendo, entretanto, ser auxiliado, em suas funções, por tais meios;

IX - Entrevista: interação presencial ou virtual, individual ou em grupo, na qual a coleta e a geração de dados têm como base um roteiro previamente elaborado ou uma pergunta disparadora;

X - Fármaco: substância química que é o princípio ativo do medicamento;

XI - Fatores de modulação: características do processo de consentimento, da confidencialidade e/ou dos métodos da pesquisa que possam modificar o tipo de tramitação do protocolo no Sistema CEP/Conep;

XII - Informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis, sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato, produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados;

XIII - Informações de domínio público: dados, documentos ou obras que não são protegidos por direitos autorais;

XIV - Informações ou dados agregados: representam dados ou informações de um conjunto de pessoas ou de uma população e não permitem o seu detalhamento no âmbito individual;

XV - Intervenção no corpo: procedimento da pesquisa realizado no corpo humano, em sua dimensão física, podendo ter, ou não, caráter invasivo;

XVI - Material biológico humano: espécimes, amostras e alíquotas de material biológico original e seus componentes fracionados;

XVII - Medicamento: produto farmacêutico com finalidade profilática, diagnóstica ou terapêutica;

XVIII - Observação: procedimento da pesquisa em que as ações da vida cotidiana são observadas pelo pesquisador, com ou sem interação com o participante;

XIX - Observação participante: procedimento da pesquisa característico da área de Ciências Humanas e Sociais, em que o pesquisador tem contato direto (presencial ou virtual) com o participante, partilhando, na medida em que as circunstâncias permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade, com o objetivo de obter informações sobre a realidade social em seu próprio contexto;

XX - Organismo geneticamente modificado: organismo cujo material genético tenha sido modificado por qualquer técnica de manipulação genética;

XXI - Organismo que representa alto risco à coletividade: organismo com alto risco de produzir agravo à saúde humana e animal e que tenha elevado risco de disseminação e de causar efeitos adversos à flora, ao meio ambiente e à comunidade;

XXII - Parecer consubstanciado: parecer de apreciação ética de um protocolo de pesquisa, emitido após a tramitação simplificada, colegiada ou colegiada especial;

XXIII - Parecer sumário: parecer decorrente da submissão de protocolo de pesquisa, avaliado via tramitação expressa no Sistema CEP/Conep;

XXIV - Pesquisa-ação: pesquisa em que todas as etapas são planejadas e executadas com os diferentes atores envolvidos de comum acordo;

XV - Pesquisa de mercado: coleta de informações junto ao consumidor, ao concorrente ou ao fornecedor, para orientar a tomada de decisões ou solucionar problemas de ordem mercadológica;

XVI - Pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XVII - Pesquisa de interesse estratégico para o SUS: protocolos que contribuam para a saúde pública, a justiça, a redução das desigualdades sociais e das dependências tecnológicas, bem como emergências em saúde pública, encaminhados à apreciação da Conep mediante solicitação da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, do Ministério da Saúde (SCTIE/MS);

XVIII - Pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que o participante seja informado sobre os objetivos e procedimentos do estudo, e sem que o consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento-alvo do estudo, ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere a riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso, ou não, com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento do participante deverá ser buscado posteriormente;

XIX - Privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social, a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XXX - Procedimento da pesquisa: processo realizado especificamente em virtude do estudo, previamente delineado nos métodos da pesquisa fundamentada em suas bases epistemológicas, envolvendo a apresentação adequada e justificada das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para alcançar os objetivos definidos. O procedimento pode envolver, ou não, intervenção no corpo humano e ter, ou não, caráter invasivo;

XXXI - Procedimento invasivo na dimensão física: procedimento da pesquisa que atravessa as barreiras naturais físicas do corpo humano, com ou sem descontinuidade delas, ou adentra suas cavidades por meio de orifícios naturais;

XXXII - Produto biológico: corresponde a um medicamento biológico (alérgenos, anticorpos, biomedicamentos, hemoderivados, probióticos e vacinas), um produto de terapia avançada (terapia celular, terapia genética e terapia de engenharia tecidual) e afins;

XXXIII - Protagonismo: direito do participante de assumir um papel ativo no processo de produção do conhecimento, não de informante, nem de interlocutor da pesquisa, podendo identificar-se, se assim desejar, e, inclusive, fazer constar sua coautoria, se esse for o caso;

XXXIV - Registro do consentimento ou do assentimento: documento produzido em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registre a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas;

XXXV - Termo de consentimento livre e esclarecido: documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa da qual se propõe participar;

XXXVI - Termo de assentimento: documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais;

XXXVII - Tipificação da pesquisa: processo pelo qual se define o tipo da pesquisa, baseando-se no delineamento do estudo e nos procedimentos da pesquisa;

XXXVIII - Tramitação ad referendum: tramitação do protocolo, no Sistema CEP/Conep, que dispensa deliberação do colegiado, devendo, no entanto, ser o parecer registrado e comunicado na reunião seguinte do CEP e/ou da Conep;

XXXIX - Tramitação de protocolo: refere-se à forma e às etapas pelas quais o protocolo de pesquisa é processado no Sistema CEP/Conep.

Capítulo III

DO DELINEAMENTO DO ESTUDO

Art. 3° As pesquisas envolvendo seres humanos podem ser tipificadas segundo o delineamento do estudo, dividindo-se em dois tipos, de acordo com os seus objetivos:

I - Estudos que visam descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa;

II - Estudos que visam verificar o efeito de produto ou técnica em investigação, deliberadamente aplicado no participante em virtude da pesquisa, de forma prospectiva, com grupo-controle ou não.

Capítulo IV

DO PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Art. 4° As pesquisas envolvendo seres humanos podem ser tipificadas segundo o seu procedimento, dividindo-se em dois tipos:

I - Estudos que envolvem intervenção no corpo humano;

II - Estudos que não envolvem intervenção no corpo humano.

Art. 5° O procedimento da pesquisa que envolve intervenção no corpo humano pode ter, ou não, caráter invasivo na dimensão física.

Capítulo V

DA TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

Art. 6° As pesquisas são classificadas, segundo o delineamento e o procedimento do estudo, em três tipos: A, B e C, conforme disposto no Anexo I desta Resolução.

Art. 7° As pesquisas tipo A visam descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano, não havendo intervenção no corpo humano. Dividem-se nos subtipos:

I - A1: quando realizada exclusivamente a partir de acervo de dados pré-existentes, em meio físico ou eletrônico, que não sejam de acesso público;

II - A2: quando realizada com observação ou observação participante;

III - A3: quando realizada entrevista, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados (presencial ou não-presencial/virtual/eletrônica/telefônica);

IV - A4: quando realizada com material biológico armazenado em biobanco ou biorrepositório, ou exclusivamente com culturas de células humanas já estabelecidas.

Art. 8° As pesquisas tipo B visam descrever ou compreender fenômenos que acontecem no cotidiano, havendo intervenção física no corpo humano. Dividem-se nos subtipos:

I - B1: quando nenhum dos procedimentos da pesquisa tem caráter invasivo na dimensão física;

II - B2: quando algum dos procedimentos da pesquisa tem caráter invasivo na dimensão física.

Art. 9° As pesquisas tipo C visam verificar o efeito de produto ou técnica em investigação, deliberadamente aplicado no participante em virtude da pesquisa, de forma prospectiva, com grupo-controle ou não. Dividem-se nos subtipos:

I - C1: quando o objeto de investigação não é um medicamento, fármaco, produto biológico ou dispositivo da área da saúde;

II - C2: quando o objeto de investigação é um medicamento, fármaco, produto biológico ou dispositivo da área da saúde.

Capítulo VI

DOS FATORES DE MODULAÇÃO

Art. 10 Os fatores de modulação modificam a forma de tramitação do protocolo de pesquisa, conforme disposto no Anexo II desta Resolução. São definidos de acordo com:

I - Características do processo de consentimento e confidencialidade:

a) a pesquisa prevê a solicitação de dispensa de consentimento do participante para o uso do seu material biológico previamente armazenado em biobanco ou biorrepositório;

b) a pesquisa prevê a solicitação de dispensa do consentimento para acesso a um acervo que tenha dados pessoais identificadores do participante;

c) a confidencialidade dos dados do participante ou de terceiros não está assegurada pelas circunstâncias da pesquisa;

d) há inviabilidade para obtenção do Registro/Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou Termo de Assentimento;

e) pesquisa encoberta ou em que o consentimento será obtido a posteriori;

f) a pesquisa envolve situações passiveis de limitação da autonomia do participante, geradas por relações hierárquicas, de autoridade ou de dependência;

g) pesquisa realizada em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo.

II - Características dos métodos da pesquisa:

a) a pesquisa prevê a anonimização irreversível dos dados;

b) pesquisa com manipulação genética de gametas ou uso de células tronco embrionárias, de pré-embriões, de embriões ou de fetos;

c) a pesquisa envolve a interação de participantes de pesquisa ou da comunidade com organismos geneticamente modificados ou organismos de alto risco coletivo;

d) pesquisa que envolve encaminhamento de material biológico humano para o exterior;

e) a pesquisa tem por objetivo: avaliar um fármaco, medicamento, produto biológico, equipamento ou dispositivo terapêutico já registrado na Anvisa; realizar estudo de bioequivalência;

f) a pesquisa realiza a avaliação ou análise de alimentos, nutrição enteral e nutrição parenteral; produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes; análise sensorial de alimentos e materiais;

g) estudos que visam avaliar, exclusivamente, o processo de ensino-aprendizagem;

h) pesquisa-ação ou a que envolva: protagonismo do participante; convite aos participantes para a análise dos dados.

Art. 11 Os fatores de modulação não modificam o tipo da pesquisa, mas a modalidade de tramitação do protocolo.

Art. 12 As características do participante de pesquisa, em si, não constituem fator de modulação.

Capítulo VII

DA TRAMITAÇÃO DOS PROTOCOLOS

Art. 13 Há quatro modalidades de tramitação dos protocolos no Sistema CEP/Conep: expressa, simplificada, colegiada e colegiada especial.

§1° As tramitações previstas para os tipos de protocolos de pesquisa são:

a) tramitação expressa: tipos A1 e A2;

b) tramitação simplificada: tipos A3, A4 e B1;

c) tramitação colegiada: tipos B2 e C1;

d) tramitação colegiada especial: tipo C2.

§2° Os fatores de modulação podem alterar essa tramitação, conforme o Anexo II desta Resolução.

§3° Por iniciativa do relator ou do coordenador do CEP, mediante justificativa, o protocolo pode ter a sua modalidade de tramitação modificada, condizente com o tipo de pesquisa e com os fatores de modulação aplicáveis.

Art. 14 A tramitação expressa prevê a emissão de Parecer Sumário e, nas demais modalidades, Parecer Consubstanciado.

§1° Os pareceres são emitidos ao pesquisador pelo coordenador do CEP.

§2° Os pareceres sumário e consubstanciado seguem formulários estabelecidos na Plataforma Brasil.

Art. 15 Na tramitação expressa, a análise ética é fundamentada, sobretudo, na checagem, pelo relator, do tipo de pesquisa, dos fatores de modulação preenchidos pelo pesquisador na Plataforma Brasil e dos documentos apresentados.

§1° O relator deve aprovar o protocolo, quando este atender a todas as seguintes condições:

a) ser pesquisa tipo A1 ou A2;

b) não houver fator de modulação que altere a tramitação (Anexo II).

c) não houver óbices éticos.

§2° No caso de aprovação do protocolo pelo relator, o parecer é encaminhado ao coordenador para emissão do Parecer Sumário. A análise pelo colegiado é dispensada, devendo a deliberação ser registrada e comunicada na reunião seguinte do colegiado.

§3° Caso sejam identificados óbices éticos, o protocolo deverá tramitar na modalidade simplificada ou colegiada, conforme a indicação do relator.

Art. 16 Na tramitação simplificada, a análise ética é fundamentada, sobretudo, na checagem, pelo relator, do tipo de pesquisa, dos fatores de modulação preenchidos pelo pesquisador na Plataforma Brasil e dos documentos apresentados.

§1° O relator, após apreciação ética, deve aprovar o protocolo, quando este atender a todas as seguintes condições:

a) ser pesquisa tipo A3, A4 e B1;

b) não houver fator de modulação que altere a tramitação (Anexo II);

c) não houver óbices éticos.

§2° No caso de aprovação do protocolo pelo relator, o parecer é encaminhado ao coordenador para emissão do Parecer Consubstanciado. A análise pelo colegiado é dispensada, devendo a deliberação ser registrada e comunicada na reunião seguinte do colegiado.

§3° Caso haja pendências éticas que não permitam a aprovação prevista no parágrafo 1°, a apreciação do parecer do relator, pelo colegiado, será necessária quando:

I - Parecer inicial for de não aprovação;

II - Parecer de resposta de pendência for de não aprovação;

III - Análise de recurso.

§4° Nas demais situações de análise de pendências, a tramitação ad referendum é possível. Neste caso, a deliberação deve ser comunicada na reunião seguinte do colegiado.

Art. 17 Na tramitação colegiada, a análise ética é fundamentada, sobretudo, na checagem do tipo de pesquisa, dos fatores de modulação preenchidos pelo pesquisador na Plataforma Brasil, dos documentos apresentados e da apreciação do colegiado do CEP.

§1° O relator, após apreciação ética, deve aprovar o protocolo, quando este atender a todas as seguintes condições:

a) ser pesquisa tipo B2 e C1;

b) não houver fator de modulação que altere a tramitação (Anexo II);

c) não houver óbices éticos.

§2° No caso de aprovação do projeto pelo relator, a apreciação do parecer deverá ser realizada pelo colegiado antes da emissão do Parecer consubstanciado pelo coordenador, nos casos de:

I - Análise inicial de protocolo ou de emenda, independentemente do parecer;

II - Análise inicial de notificação com parecer de não aprovação;

III - Análise de resposta com parecer de pendência ou de não aprovação;

IV - Análise de recurso.

§3° Nos casos de análise de respostas com parecer de aprovação, a tramitação ad referendum é possível. Neste caso, a deliberação deve ser comunicada na reunião seguinte do colegiado.

Art. 18 Na tramitação colegiada especial, a análise ética é fundamentada, sobretudo, na checagem do tipo de pesquisa, dos fatores de modulação preenchidos pelo pesquisador na Plataforma Brasil, dos documentos apresentados e na apreciação pelo colegiado do CEP acreditado ou da Conep.

§1° O relator, após apreciação ética, deve aprovar o protocolo, quando este atender a todas as seguintes condições:

a) ser pesquisa tipo C2;

b) não houver fator de modulação que altere a tramitação (Anexo II);

c) não houver óbices éticos.

§2° No caso de aprovação do protocolo pelo relator, a apreciação do parecer deverá ser realizada pelo colegiado do CEP acreditado antes da emissão do Parecer Consubstanciado pelo coordenador, nos casos de:

I - Análise inicial de protocolo ou de emenda, independentemente do parecer;

II - Análise inicial de notificação com parecer de não aprovação;

III - Análise de resposta com parecer de pendência ou de não aprovação;

IV - Análise de recurso.

§3° Nos casos de análise de respostas com parecer de aprovação, a tramitação ad referendum é possível. Neste caso, a deliberação deve ser comunicada na reunião seguinte do colegiado.

§4° A tramitação colegiada especial segue o rito previsto no Capítulo VII da Resolução CNS n° 506, de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 19 Em caso de dúvidas acerca da tipificação da pesquisa ou dos fatores de modulação associados, o coordenador do CEP deve encaminhar o parecer do relator para apreciação do colegiado.

Art. 20 No caso de estudo multicêntrico, a tramitação inicial ocorre no CEP do centro coordenador ou CEP acreditado, quando for o caso, sendo posteriormente encaminhado para análise dos CEP dos demais centros e/ou instituições coparticipantes, após aprovação.

Capítulo VIII

DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DOS PROTOCOLOS

Art. 21 O prazo para checagem documental é de até 7 (sete) dias.

Art. 22 O prazo para emissão do parecer, após a checagem documental, é de até 15 (quinze) dias para a tramitação expressa; até 21 (vinte e um) dias para a tramitação simplificada; até 30 (trinta) dias para a tramitação colegiada; e até 45 (quarenta e cinco) dias para a tramitação colegiada especial.

Parágrafo único. Caso haja alteração na forma de tramitação, por avaliação do CEP, a contagem do prazo será iniciada com a nova modalidade de tramitação.

Art. 23 O pesquisador tem prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa, para responder a um parecer de pendência do CEP, na Plataforma Brasil.

Art. 24 A primeira instância recursal é o CEP no qual houver a não aprovação do protocolo de pesquisa, sendo a Conep a próxima e última instância de recurso no Sistema CEP/Conep.

Parágrafo único. O prazo de solicitação do recurso é de até 30 (trinta) dias para cada instância.

Art. 25 A submissão, pelo pesquisador, de resposta a um parecer de pendência ou de recurso a um parecer de não aprovação reinicia a contagem dos prazos de tramitação.

Capítulo IX

DAS PESQUISAS DISPENSADAS DE REGISTRO NA PLATAFORMA BRASIL

Art. 26 São dispensadas de apreciação, pelo Sistema CEP/Conep, as pesquisas que se enquadrem exclusivamente nas seguintes situações:

I - Pesquisa de opinião pública com participantes não identificáveis;

II - Pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - Pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - Pesquisa censitária realizada por órgãos do governo;

V - Pesquisa realizada exclusivamente com informações ou dados já disponibilizados de forma agregada, sem possibilidade de identificação individual;

VI - Pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - Pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o indivíduo;

VIII - Atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino, extensão ou treinamento, sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

a) não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, Monografias e similares, devendo-se, nesses casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao Sistema CEP/Conep;

b) caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino, extensão ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao Sistema CEP/Conep.

IX - Pesquisas de mercado;

X - Pesquisas científicas realizadas com células, tecidos, órgãos e organismos de origem não humana, incluindo seus produtos biológicos, desde que não haja interação com participantes de pesquisa ou impliquem a coleta ou o uso de material biológico humano para obtenção deles;

XI - Atividade cuja finalidade seja descrever ou analisar o processo produtivo ou administrativo para fins, exclusivamente, de desenvolvimento organizacional.

Capítulo X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 As pesquisas consideradas de interesse estratégico para o SUS serão encaminhadas para apreciação na Conep e terão tramitação especial em até 10 (dez) dias.

Art. 28 Nas pesquisas nas quais o Ministério da Saúde é a instituição proponente, a Conep será o CEP responsável pela análise, devendo-se seguir a tipificação da pesquisa e a modalidade de tramitação nos termos desta Resolução.

Art. 29 O registro dos protocolos de desenvolvimento de biobanco é atribuição exclusiva da Conep, não sendo aplicável o conceito de tipificação da pesquisa e de fatores de modulação.

Art. 30 Na Resolução CNS n° 466, de 12 de dezembro de 2012, Resolução CNS n° 506, de 3 de fevereiro de 2016, e Resolução CNS n° 510, de 7 de abril de 2016, onde se lê "definição e gradação de risco", entenda-se como "tipificação da pesquisa"; onde se lê "níveis de risco" ou "risco mínimo, baixo, moderado ou elevado", entenda-se como "tipificação da pesquisa e modalidade de tramitação", nos termos desta Resolução.

Art. 31 Ficam sem efeito os prazos de tramitação definidos nos itens 2.2 e 2.3 da Norma Operacional CNS n° 001, de 30 de setembro de 2013.

Art. 32 Protocolos de pesquisa das áreas temáticas previstas no item IX.4, subitens de 1 a 8 da Resolução CNS n° 466, de 12 de dezembro de 2012, devem seguir a tipificação da pesquisa e a modalidade de tramitação, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. O CEP poderá encaminhar para apreciação da Conep, a seu critério, protocolo de pesquisa com a devida justificativa.

Art. 33 Esta Resolução entrará em vigor quando da implementação de adequações da Plataforma Brasil para sua operacionalização.

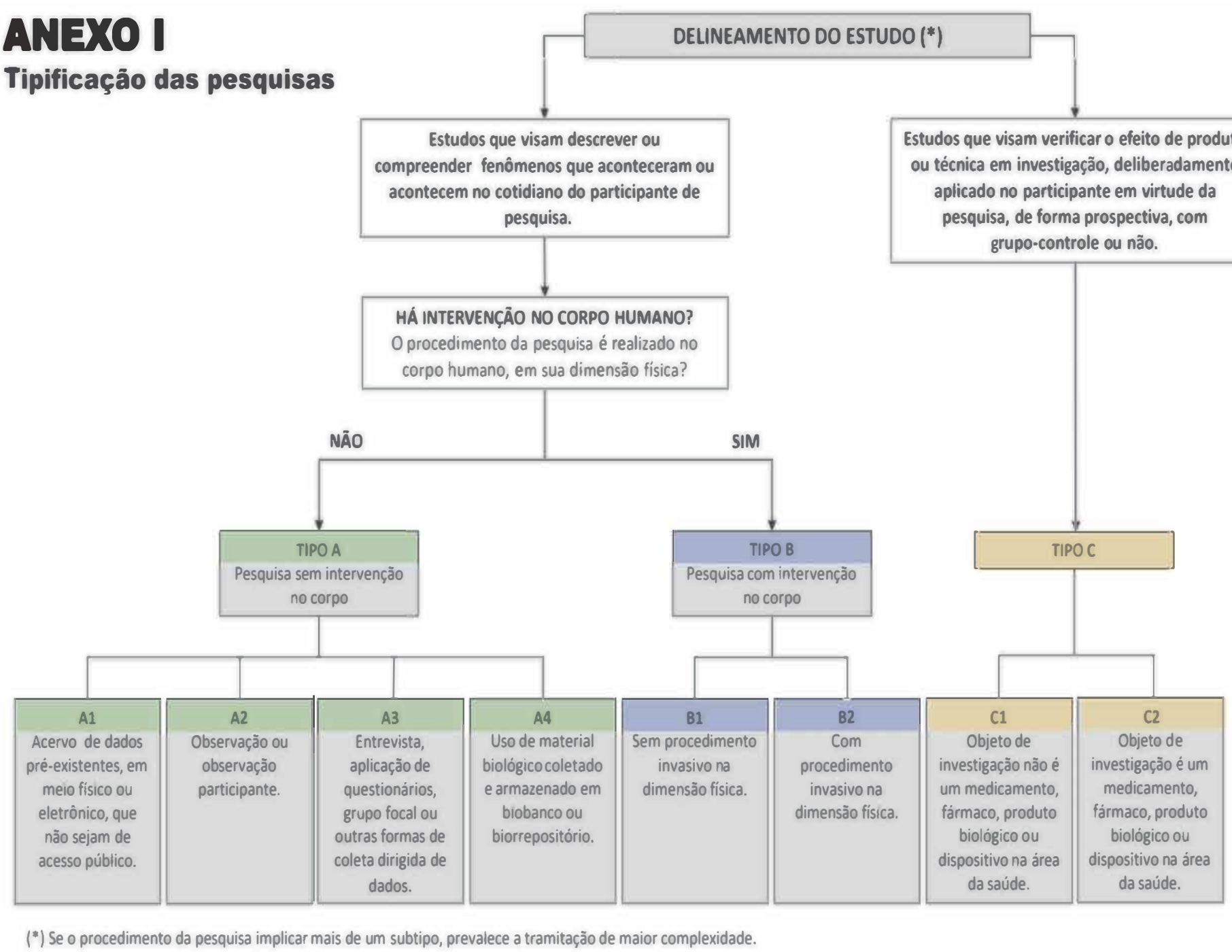
FERNANDO ZASSO PIGATTO
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 674, de 06 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA
Ministro de Estado da Saúde
Substituto

ANEXO I

Tipificação das pesquisas



(*) Se o procedimento da pesquisa implicar mais de um subtipo, prevalece a tramitação de maior complexidade.

ANEXO II –Tramitação dos protocolos no Sistema CEP/Conep de acordo com a tipificação e com os fatores de modulação.

FATORES DE MODULAÇÃO	TIPO DA PESQUISA							
	A1	A2	A3	A4	B1	B2	C1	C2
	Tramitação expressa	Tramitação expressa	Tramitação simplificada	Tramitação simplificada	Tramitação simplificada	Tramitação colegiada	Tramitação colegiada	Tramitação colegiada especial
I. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO E CONFIDENCIALIDADE								
a. A pesquisa prevê a solicitação de dispensa de consentimento do participante para o uso do seu material biológico previamente armazenado em biobanco ou biorrepositório, para fins de pesquisa.				Colegiada↑				
b. A pesquisa prevê a solicitação de dispensa do consentimento para acesso a um acervo que tenha dados pessoais identificadores do participante.	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑			
c. A confidencialidade dos dados do participante ou de terceiros não está assegurada pelas circunstâncias da pesquisa.	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑			
d. Há inviabilidade de obtenção do Registro/Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou Termo de Assentimento.	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑			
e. Pesquisa encoberta ou em que o consentimento será obtido a posteriori.		Colegiada ↑	Colegiada ↑		Colegiada ↑			
f. A pesquisa envolve situações passiveis de limitação da autonomia do participante, geradas por relações hierárquicas, autoritárias ou de dependência.		Simplificada ↑	Colegiada ↑		Colegiada ↑			
g. Pesquisa realizada em comunidades cuja cultura reconhece a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo.	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑	Colegiada ↑			
II. CARACTERÍSTICAS DOS MÉTODOS DA PESQUISA								
h. Pesquisa prevê a anonimização irreversível dos dados.				Colegiada ↑	Colegiada ↑			
i. Pesquisa com manipulação genética de gametas; ou uso de células tronco embrionárias, de pré-embriões, de embriões ou de fetos.				Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	
j. A pesquisa envolve a interação de participantes de pesquisa com organismos geneticamente modificados ou organismos de alto risco coletivo.				Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	Colegiada Especial ↑	
k. Pesquisa que envolve encaminhamento de material biológico humano para o exterior.				Colegiada↑	Colegiada ↑			
l. A pesquisa tem por objetivos: avaliar um fármaco, medicamento, produto biológico, equipamento ou dispositivo terapêutico já registrado na Anvisa; realizar estudo de bioequivalência.								Colegiada↓
m. A pesquisa realiza a avaliação ou análise de: alimentos, nutrição enteral e nutrição parenteral; produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes; análise sensorial de alimentos e materiais.								Colegiada↓
n. Estudos que visam avaliar, exclusivamente, o processo de ensino-aprendizagem.			Expressa↓				Simplificada↓	Colegiada↓
o. Pesquisa-ação ou a que envolve: protagonismo do participante; convite aos participantes para análise dos dados.			Expressa ↓					

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 540, DE 5 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Hemifumarato de Gilteritinibe para o tratamento de Leucemia Mielóide Aguda (LMA) recidivada ou refratária com mutação no gene FLT3 (tirosina quinase 3 semelhantes à FMS) .

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o § 6º do art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; o inciso III do art. 4º e inciso II do art. 10, ambos da Lei nº 9.661, de 28 de janeiro de 2000; e o inciso III do art. 24, além do art. 43 e art. 45, todos da Resolução Regimental - RR nº 21, de 26 de janeiro de 2022; adota a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do procedimento TERAPIA ANTINEOPLÁSICA ORAL PARA TRATAMENTO DO CÂNCER (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO).

Art. 2º O Anexo II da RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, passa a vigorar acrescido de indicação de uso para o medicamento antineoplásico oral Hemifumarato de Gilteritinibe, listado na Diretriz de Utilização - DUT n.º 64 vinculada ao procedimento "TERAPIA ANTINEOPLÁSICA ORAL PARA TRATAMENTO DO CÂNCER (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", estabelecendo-se a cobertura obrigatória do medicamento Hemifumarato de Gilteritinibe, em monoterapia para o tratamento de pacientes adultos com leucemia mieloide aguda (LMA) recidivada ou refratária com mutação no gene FLT3 (tirosina quinase 3 semelhante à FMS), conforme Anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta RN, bem como seu Anexo, estarão disponíveis para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet (www.gov.br/ans).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 707, DE 1° DE JULHO DE 2022

EME Dispõe sobre as Boas Práticas em Tecidos humanos para uso terapêutico.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivos

Art. 1º Esta Resolução estabelece as Boas Práticas em Tecidos humanos para uso terapêutico.

Art. 2º As Boas Práticas em Tecidos compreendem os requisitos técnico-sanitários mínimos relacionados ao ciclo produtivo dos tecidos, visando garantir a qualidade e a segurança dos tecidos fornecidos para uso terapêutico.

Seção II

Abrangência

Art. 3º O disposto nesta Resolução se aplica a todos os Bancos de Tecidos, de qualquer natureza, que realizam atividades com um ou mais tipos de tecidos de origem humana para fins de uso terapêutico.

Seção III

Definições

Art. 4º Para efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - acondicionamento: procedimento de embalagem de amostras biológicas e tecidos com a finalidade de transporte e armazenamento, visando à proteção do material, das pessoas e do ambiente;

II - ambiente: espaço fisicamente determinado e especializado para o desenvolvimento de determinada(s) atividade(s), caracterizado por dimensões e instalações diferenciadas, podendo constituir-se de uma sala ou de uma área;

III - ambiente limpo: sala ou área com controle ambiental definido em termos de contaminação por partículas viáveis e não viáveis, projetado, construído e utilizado de maneira a minimizar a introdução, geração e retenção de partículas no seu interior, no qual outros parâmetros relevantes, como, por exemplo, temperatura, umidade e pressão, são controlados conforme necessário;

IV - amostras biológicas: sangue, fragmentos de tecidos, esfregaços, lavados, entre outros, provenientes de doadores, receptores ou de tecidos retirados e que serão destinados à realização de exames laboratoriais ou testes de controle de qualidade;

V - antecâmara: espaço fechado com duas ou mais portas, interposto entre duas ou mais salas de classes de limpeza distintas, com o objetivo de controlar o fluxo de ar entre ambas, quando precisarem ser adentradas; a antecâmara é projetada de forma a ser utilizada para pessoas, materiais ou equipamentos;

VI - área: ambiente aberto, sem paredes em uma ou mais de uma das faces, incluindo-se nesta definição a Cabine de Segurança Biológica classe II tipo A;

VII - Banco de Tecidos: estabelecimento que, com infraestrutura física, equipamentos, técnicas e recursos humanos, tem como competências a busca de doadores, a entrevista familiar ou com o próprio doador, a triagem clínica, social, física e laboratorial de doadores, a retirada, a identificação, o transporte de tecidos para o banco, a avaliação, o processamento, o acondicionamento, o armazenamento e a disponibilização de um ou mais tipos de tecidos de origem humana para uso terapêutico, podendo ainda fornecer tecidos para pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade ou validação de processos;

VIII - biocarga: número total de micro-organismos viáveis presentes no tecido antes da esterilização;

IX - Boas Práticas em Tecidos: parte da Garantia da Qualidade que assegura que os tecidos são consistentemente produzidos e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido;

X - calibração: conjunto de operações que estabelece, sob condições especificadas, a correspondência entre valores indicados por um instrumento, sistema de medição ou material de referência e os valores correspondentes estabelecidos por padrões;

XI - controle de mudanças: conjunto de ações que objetivam manter sob controle as alterações que venham a ter impacto sobre equipamentos qualificados ou componente de um equipamento, bem como sobre sistemas, processos ou procedimentos já validados, podendo ou não ter influência na qualidade dos tecidos fornecidos para uso terapêutico;

XII - controle de qualidade: técnicas e atividades operacionais utilizadas para monitorar o cumprimento dos requisitos da qualidade especificados;

XIII - controle em processo: verificações realizadas durante as atividades desenvolvidas pelo Banco de Tecidos de forma a monitorar e, se necessário, ajustar o processo para garantir que o tecido se mantenha conforme suas especificações; o controle do ambiente ou dos equipamentos também pode ser considerado como parte do controle em processo;

XIV - dispositivos de armazenamento: equipamentos tais como refrigeradores, congeladores, frízeres, ultracongeladores e contêineres ou outros locais de armazenamento definidos pelo Banco de Tecidos;

XV - doador: indivíduo vivo ou falecido cujo corpo é a fonte de obtenção dos tecidos;

XVI - em operação: condição na qual um ambiente e todos os seus sistemas e equipamentos estão instalados e operando com o número de pessoas presentes e trabalhando conforme as condições especificadas em POPs, inclusive na presença de material biológico;

XVII - em repouso: condição na qual um ambiente e todos os seus sistemas e equipamentos estão instalados e operando conforme as condições especificadas em POPs, mas sem a presença de pessoal e de material biológico;

XVIII - esterilização: processo físico ou químico validado que permite inativar ou reduzir os micro-organismos e esporos ao Nível de Segurança e Esterilidade pretendido;

XIX - evento adverso: qualquer ocorrência desfavorável relacionada à doação, retirada/coleta, avaliação, processamento, armazenamento, distribuição e ao procedimento de uso terapêutico de células, tecidos e órgãos, em um receptor ou doador, podendo ou não levar à transmissão de uma enfermidade, risco à vida, deficiências, incapacidades ou hospitalização ou, ainda, a prolongação do tempo de enfermidades ou hospitalização, e morte;

XX - Garantia da Qualidade: abrange a totalidade das providências adotadas com o objetivo de garantir que os tecidos estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos para que possam ser utilizados para os fins propostos;

XXI - lote: quantidade definida de tecido processado cuja característica essencial é a homogeneidade;

XXII - Manual da Qualidade: documento que provê informação consistente sobre o sistema de Garantia da Qualidade, identificando quais os processos farão parte das ações da Garantia da Qualidade e a forma como as exigências da qualidade serão alcançadas, além de prever infraestrutura e recursos adequados para tal, incluindo o pessoal definido para realizar as ações da Garantia da Qualidade;

XXIII - metodologia própria (in house): os reagentes e os sistemas analíticos produzidos e validados pelo Banco de Tecidos exclusivamente para uso próprio;

XXIV - nível de Segurança de Esterilidade: do inglês "Sterility Assurance Level", é a probabilidade de um único micro-organismo viável estar presente no tecido após a esterilização;

XXV - Plano Mestre de Validação (PMV): documento geral que estabelece as estratégias e diretrizes de validação adotadas pelo Banco de Tecidos. Ele provê informação sobre o programa de trabalho de validação, define detalhes, responsabilidades e cronograma para o trabalho a ser realizado;

XXVI - Política da Qualidade: intenções e diretrizes globais relativas à qualidade, formalmente expressas e autorizadas pela alta administração do Banco de Tecidos;

XXVII - Procedimento Operacional Padrão (POP): procedimento escrito e autorizado que estabelece instruções detalhadas para a realização de operações específicas no Banco de Tecidos e outras atividades de natureza geral;

XXVIII - processamento: manipulação mínima do tecido que não altera de maneira relevante as suas características originais; inclui-se nessa definição a preservação dos tecidos oculares;

XXIX - profissional legalmente habilitado: profissional com formação de nível médio ou superior inscrito no respectivo Conselho de Classe, com suas competências atribuídas por Lei;

XXX - qualificação: conjunto de ações realizadas para fornecer evidências documentadas de que quaisquer equipamentos, materiais críticos ou reagentes usados, que possam afetar a qualidade ou segurança dos tecidos, funcionem realmente de acordo com o pretendido ou especificado, bem como os conduza aos resultados esperados;

XXXI - quarentena: período em que os tecidos permanecem aguardando o resultado dos testes de triagem laboratorial do doador, o resultado dos testes de controle de qualidade, o término do processamento e assinatura final para sua liberação ou a definição quanto ao seu destino, no caso de produtos envolvidos em recall ou que não atendam às especificações de qualidade definidas pelo Banco de Tecidos;

XXXII - queixa técnica: qualquer notificação de suspeita de alteração ou irregularidade de um produto ou empresa relacionada a aspectos técnicos ou legais, independente da ocorrência de dano à saúde individual e coletiva;

XXXIII - rastreabilidade: capacidade de recuperação do histórico, da aplicação ou da localização daquilo que está sendo considerado, por meio de identificações registradas;

XXXIV - receptor: indivíduo que recebe o transplante, implante ou enxerto de tecidos;

XXXV - responsável legal: pessoa física que assume legalmente a administração do Banco de Tecidos;

XXXVI - responsável técnico: profissional legalmente habilitado, com registro no respectivo Conselho de Classe, que assume a responsabilidade técnica do Banco de Tecidos;

XXXVII - sala: ambiente delimitado por paredes em todo o seu perímetro, com uma ou mais portas, podendo conter janelas ou dispositivos para visualização externa do seu interior;

XXXVIII - Sistema de Gestão da Qualidade: sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que diz respeito a qualidade;

XXXIX - tecido desqualificado para uso terapêutico: tecido em desconformidade com suas especificações;

XL -tecido liberado para uso terapêutico: tecido em conformidade com suas especificações, seguro e com qualidade;

XLI - tecido não liberado para uso terapêutico: tecido em quarentena e tecido desqualificado para uso terapêutico;

XLII - tecidos para uso terapêutico: todos os tipos de tecidos humanos passíveis de serem usados para fins terapêuticos, com exceção do tecido sanguíneo e dos tecidos germinativos;

XLIII - tecido disponibilizado: tecido liberado para uso terapêutico cuja disponibilidade foi comunicada à Central Estadual de Transplantes, ao transplantador ou a outro profissional interessado em utilizá-lo;

XLIV - tecido distribuído para uso terapêutico: tecido cujo receptor foi definido pela Central Estadual de Transplantes ou pelo próprio banco;

XLV - tecido entregue para uso terapêutico: tecido transferido ao profissional que o utilizará ou a pessoa autorizada por ele e que efetivamente saiu do banco, devendo ser transportado até o seu local de uso;

XLVI - uso terapêutico: é a transferência de tecidos em um mesmo indivíduo (uso autólogo) ou entre indivíduos de uma mesma espécie (uso alogênico), e sinônimo de transplante, implante ou enxerto para os fins desta Resolução;

XLVII - validação: ato documentado que atesta que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, atividade ou sistema realmente e consistentemente leva aos resultados esperados; e

XLVIII - vestiário de barreira: local que deve possuir área para higienização das mãos e servir de barreira à sala de processamento, de forma a assegurar o acesso dos profissionais portando roupas de uso exclusivo.

CAPÍTULO II

ASPECTOS GERAIS

Art. 5º O Banco de Tecidos tem como atribuições garantir a qualidade e a segurança dos tecidos disponibilizados para uso terapêutico.

Art. 6º O Banco de Tecidos somente deve disponibilizar tecidos que estejam de acordo com as Boas Práticas em Tecidos descritas nesta Resolução.

Art. 7º A disponibilização de tecidos para uso em projetos de pesquisa deve seguir as disposições do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Pesquisas básicas ou pré-clínicas devem ser realizadas em ambientes separados de onde são manipulados os tecidos para uso terapêutico.

§ 2º Excetuam-se do § 1º as pesquisas básicas ou pré-clínicas que utilizarem o mesmo tipo de tecido manipulado para uso terapêutico, podendo, nessa situação, haver o compartilhamento dos ambientes.

Art. 8º O Banco de Tecidos deve possuir licença sanitária atualizada, emitida pelo órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal, salvo o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e disposições legais estaduais, municipais ou do Distrito Federal complementares.

Art. 9º O estabelecimento de saúde que possuir um Banco de Tecidos em suas dependências pode solicitar a inclusão da descrição dessa atividade na sua licença sanitária, mediante o cumprimento do disposto nesta Resolução, cabendo ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal a deliberação sobre esta solicitação.

Art. 10. A renovação da licença sanitária deverá ser solicitada ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Art. 11. Para seu funcionamento, o Banco de Tecidos deve estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 12. Caso o Banco de Tecidos encerre suas atividades, deverá informar este fato à autoridade sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal e à ANVISA e responsabilizar-se pelo destino dos tecidos armazenados e pela manutenção dos respectivos registros, por período de tempo conforme previsto nesta Resolução.

Parágrafo único. O Banco de Tecidos pode compartilhar a responsabilidade pelo destino dos tecidos armazenados e manutenção dos respectivos registros com o estabelecimento de saúde ao qual estiver vinculado, quando couber.

Art. 13. Em caso de roubo, furto ou extravio de tecidos ocorrido no Banco de Tecidos ou no transporte, o banco deve notificar este fato ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal e à ANVISA num prazo máximo de 01 (um) dia útil após a realização do boletim de ocorrência.

Parágrafo único. A notificação ao órgão de vigilância sanitária competente e à ANVISA deve ser instruída com os seguintes dados:

I - detalhamento do tecido roubado, furtado ou extraviado, incluindo tipo e finalidade, quantidade e código de identificação;

II - data e local do roubo, furto ou extravio;

III - nome da empresa transportadora, órgão transportador ou pessoa responsável pelo transporte, se for o caso; e

IV - cópia do boletim de ocorrência.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Seção I

Competências

Art. 14. São competências do Banco de Tecidos:

I - realizar busca de potenciais doadores e entrevista familiar, quando doador falecido, ou entrevista com o próprio doador vivo ou seu responsável legal, quando menor de idade ou incapaz;

II - verificar se foi realizada ou garantir a realização da triagem clínica, social, física, laboratorial e demais avaliações pertinentes necessárias à identificação de possíveis contraindicações à doação, retirada ou utilização dos tecidos;

III - efetuar a retirada dos tecidos doados e providenciar a reconstituição do corpo do doador ou receber tecidos retirados por outras equipes de retirada, conforme POPs estabelecidos pelo Banco de Tecidos e normas definidas pelo Ministério da Saúde;

IV - identificar e transportar os tecidos do local de retirada até o banco;

V - avaliar, processar, acondicionar e armazenar os tecidos;

VI - disponibilizar e entregar os tecidos para uso terapêutico;

VII - fornecer ao transplantador ou profissional solicitante todas as informações necessárias a respeito do tecido;

VIII - implantar um Sistema de Gestão da Qualidade tal como disposto na Seção II;

IX - providenciar o descarte dos tecidos; e

X - arquivar os documentos de forma a preservar a rastreabilidade dos doadores, dos tecidos fornecidos para uso terapêutico, pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade, validação de processos ou descartados e dos receptores, bem como manter a segurança e a confidencialidade dos documentos de forma que sejam facilmente recuperáveis, conforme Subseção III da Seção II.

§ 1º É vedada a terceirização das atividades descritas nos incisos V, VI, VII e VIII, salvo disposições contrárias definidas pelo Ministério da Saúde.

§ 2º Caso a triagem laboratorial, o transporte de tecidos ou outras atividades não sejam executadas diretamente pelo Banco de Tecidos, o banco deve formalizar a execução dessas atividades por meio de contrato, convênio ou termo de responsabilidade com o prestador do serviço, conforme Subseção VIII da Seção II ou possuir uma cópia do contrato, convênio ou termo de responsabilidade caso as atividades sejam formalizadas por outras instituições ou pela Central Estadual de Transplantes.

Seção II

Sistema de Gestão da Qualidade

Art. 15. O Banco de Tecidos deve implementar um sistema de Gestão da Qualidade que inclua a definição da Política da Qualidade e a realização de ações da Garantia da Qualidade.

Art. 16. As ações da Garantia da Qualidade devem estar descritas no Manual da Qualidade e assegurar:

I - que todas as atividades relacionadas ao Banco de Tecidos sejam planejadas e desenvolvidas de acordo com as exigências técnicas e legais bem como as Boas Práticas em Tecidos descritas nesta Resolução;

II - a elaboração de Regimento Interno com a definição clara das funções e responsabilidades de cada profissional do Banco de Tecidos, inclusive as responsabilidades de gestão;

III - a adequação da qualificação e da capacitação dos profissionais às funções que desempenham;

IV - a realização de todos os controles necessários relativos aos processos críticos, equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, sistemas informatizados e fornecedores, e outros controles em processos, validações, qualificações e calibrações;

V - a validação dos processos críticos do Banco de Tecidos e o monitoramento de que esses processos são executados conforme os parâmetros estabelecidos na validação;

VI - a realização de avaliações regulares dos processos críticos validados com o objetivo de verificar sua consistência e assegurar sua melhoria contínua;

VII - o cumprimento das regras de biossegurança e higiene;

VIII - a implementação de um sistema de Gestão de Documentos nos termos da Subseção III desta Seção;

IX - a implementação de um sistema de Controle de Mudanças;

X - a realização de auditorias internas periódicas para verificar conformidade com as normas aplicáveis;

XI - que somente tecidos em conformidade com as especificações estabelecidas pelo banco sejam liberados e disponibilizados;

XII - que os tecidos não sejam liberados e disponibilizados antes da revisão e aprovação final por pessoa responsável e designada para tal;

XIII - o fornecimento de POPs para que os tecidos distribuídos sejam transportados, armazenados e utilizados de forma que a qualidade seja mantida por todo o prazo de validade; e

XIV - que as não conformidades, incluindo erros, acidentes, reclamações e ocorrência de eventos adversos após a utilização dos tecidos sejam relatados, investigados e registrados, e que as providências cabíveis sejam tomadas para a prevenção de recorrências.

Subseção I

Boas Práticas em Tecidos

Art. 17. O Banco de Tecidos deve assegurar o cumprimento das Boas Práticas em Tecidos, no âmbito da Garantia da Qualidade, com o objetivo de garantir que os tecidos sejam retirados, transportados, processados, armazenados, liberados e disponibilizados de acordo com padrões de qualidade e segurança necessários para o seu uso terapêutico.

Art. 18. As Boas Práticas em Tecidos devem assegurar que:

I - todas as atividades desenvolvidas no Banco de Tecidos sejam claramente definidas e sistematicamente revisadas;

II - sejam fornecidos todos os recursos necessários à realização das atividades desenvolvidas no Banco de Tecidos, incluindo:

a) pessoal qualificado e capacitado;

b) infraestrutura física;

c) equipamentos, instrumentos, sistemas informatizados, fornecedores, serviços de apoio e, se for o caso, serviços terceirizados;

d) materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro; e

e) POPs aprovados e vigentes;

III - sejam realizadas as qualificações, calibrações e validações necessárias;

IV - os registros sejam feitos durante as atividades realizadas para demonstrar que todas as etapas constantes nos POPs foram seguidas e que a quantidade e a qualidade do produto obtido estejam em conformidade com o esperado;

V - os registros que possibilitam a rastreabilidade dos tecidos sejam arquivados de maneira segura, organizada e de fácil acesso; e

VI - haja a implementação de um sistema de recolhimento de tecidos não conformes após a sua distribuição e que sejam tomadas medidas cabíveis e adotadas providências para a prevenção de recorrências.

Subseção II

Regimento Interno

Art. 19. O Banco de Tecidos deve possuir um Regimento Interno atualizado, como parte integrante do Manual da Qualidade, no qual constem, no mínimo, os seguintes itens:

I - finalidade do banco;

II - atividades desenvolvidas;

III - organograma, descrevendo a estrutura de pessoal; e

IV - relação nominal, acompanhada da correspondente assinatura de todo o pessoal, conforme Seção III, indicando a qualificação, as funções e as responsabilidades de cada profissional.

Subseção III

Gestão de Documentos

Art. 20. O Banco de Tecidos deve implementar um sistema de Gestão de Documentos que abranja e descreva as regras para a padronização, controle, elaboração, modificação, divulgação, manutenção, arquivamento e revisão periódica de documentos.

Art. 21. A Gestão de Documentos deve assegurar que:

I - a geração de documentos siga as etapas recomendadas para o seu desenvolvimento;

II - estejam em uso apenas documentos atualizados e aprovados, sendo evitado o uso não intencional de documentos obsoletos;

III - as versões atuais dos documentos estejam disponíveis em todos os locais de seu uso e aos funcionários que executarão as atividades referenciadas ou necessitem realizar consulta;

IV - todos os documentos revisados e as alterações realizadas sejam devidamente aprovados;

V - haja o controle das alterações efetivadas bem como a manutenção do histórico de todas as versões dos documentos; e

VI - todas as atividades do Banco de Tecidos estejam descritas e documentadas em POPs.

§ 1º Os documentos devem ser de caráter confidencial e o acesso a eles deve ser limitado a pessoas autorizadas pelo Responsável Técnico e à autoridade sanitária para fins de inspeção e medidas de controle.

§ 2º Os documentos não devem ter conteúdo ambíguo e devem estar escritos em linguagem clara.

§ 3º Os documentos devem ser revisados conforme período estabelecido pelo Banco de Tecidos e sempre que necessário.

Art. 22. Os documentos podem estar na forma impressa, eletrônica, microfilmada ou outro meio idôneo de forma que sejam facilmente recuperáveis e que garantam a sua rastreabilidade.

Parágrafo único. No caso do uso de meio eletrônico, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - os dados devem ser armazenados em cópias de segurança e o Banco de Tecidos deve comprovar que o sistema é protegido contra fraudes e permite a identificação de alterações de dados; e

II - o sistema deve possuir gestão de acesso e o Banco de Tecidos deve prever planos de emergência e medidas de substituição que permitam o seu funcionamento ou alternativas que mantenham o acesso às informações necessárias no caso de falhas.

Art. 23. Os documentos devem ser protegidos por meios físicos ou eletrônicos contra os danos acidentais ou voluntários, em conformidade com a regulamentação em vigor relativa à proteção contra incêndios, bem como ser mantidos em condições ambientais compatíveis com a manutenção de sua integridade.

Art. 24. O Banco de Tecidos deve manter arquivados, por no mínimo 20 (vinte) anos após a distribuição ou o descarte do tecido, os seguintes documentos ou informações sobre:

I - o doador, incluindo sua triagem clínica, social, física e laboratorial;

II - a retirada dos tecidos;

III - o acondicionamento e transporte dos tecidos do local de retirada ao banco;

IV - o processamento, acondicionamento e armazenamento dos tecidos;

V - os resultados dos testes do controle de qualidade;

VI - o certificado de liberação do tecido;

VII - o motivo do descarte dos tecidos;

VIII - a solicitação e o fornecimento de tecidos para uso terapêutico;

IX - a solicitação e o fornecimento de tecidos para pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade e/ou validação de processos;

X - as notificações de transplantes/enxertos/implantes realizados e não realizados;

XI - o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da doação;

XII - os eventos adversos;

XIII - as queixas técnicas dos equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados; e

XIV - relatórios de não-conformidades e medidas adotadas.

§ 1º Além dos documentos ou informações descritos acima, o Banco de Tecidos pode definir outros documentos críticos a serem arquivados por no mínimo 20 (vinte) anos após a distribuição ou descarte do tecido.

§ 2º Os documentos considerados não-críticos pelo Banco de Tecidos devem ser arquivados por no mínimo 5 (cinco) anos após a distribuição ou descarte do tecido.

Art. 25. O Banco de Tecidos pode contratar serviços especializados em arquivamento e guarda de documentos, desde que atendidas às exigências desta Resolução.

Art. 26. As formas e os detalhamentos sobre a manutenção dos documentos devem estar definidos em POP contendo, no mínimo:

I - o local de arquivamento referente a cada documento ou grupo de documentos;

II - a duração, frequência de realização de backups e suporte, quando aplicável;

III - o método utilizado; e

IV - as pessoas autorizadas a consultar os arquivos.

Subseção IV

Qualificação e Validação

Art. 27. O Banco de Tecidos deve implementar ações de qualificação e validação necessárias para comprovar que todos os processos definidos como críticos estejam sob controle, de forma a garantir a qualidade e a segurança do tecido para o uso terapêutico.

Art. 28. O Banco de Tecidos deve definir e documentar em um Plano Mestre de Validação os elementos essenciais de seu programa de qualificação e validação contendo, quando couber, as seguintes etapas:

I - qualificação de projeto (QP);
II - qualificação de instalação (QI);
III - qualificação de operação (QO); e
IV - qualificação de desempenho (QD).

§ 1º O protocolo de validação pode ser baseado em estudos efetuados pelo próprio Banco de Tecidos, em dados de estudos publicados ou, para procedimentos bem estabelecidos, numa avaliação retrospectiva dos resultados.

§ 2º Os processos críticos somente devem ser implementados no Banco de Tecidos com base nos resultados das validações realizadas.

§ 3º Os resultados e as conclusões das qualificações e validações devem ser registrados.

Art. 29. Qualquer mudança na infraestrutura física, equipamentos, instrumentos, sistemas informatizados ou processos que possa afetar a qualidade do produto, direta ou indiretamente, deve ser qualificada ou validada.

Art. 30. Todas as etapas dos processos considerados críticos devem ser submetidas a uma avaliação ou revisão periódica a fim de assegurar que continuam a produzir os resultados esperados.

Subseção V

Biossegurança e Higiene

Art. 31. Todo material biológico humano, por ser potencialmente infeccioso, deve ser manipulado conforme as normas de biossegurança aplicáveis.

Art. 32. O Banco de Tecidos deve manter atualizados e disponibilizar, a todos os funcionários, os POPs de biossegurança e higiene, contemplando, no mínimo, os seguintes itens:

I - normas e condutas de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental, e de higiene;

II - comportamento geral dos profissionais no banco e, em particular, comportamento nos ambientes limpos ou de risco;

III - higiene e vestuário dos profissionais que trabalham nos ambientes limpos;

IV - instruções de uso para os equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs);

V - procedimentos em caso de exposição acidental a um material biológico ou perigoso;

VI - limpeza de materiais, equipamentos e instrumentos;

VII - descarte de resíduos; e

VIII - manuseio durante o transporte de material biológico.

Art. 33. Devem estar afixados na entrada de cada setor do Banco de Tecidos avisos explícitos relativos à classificação do nível de biossegurança dos ambientes, bem como às regras de higiene e EPIs e EPCs necessários.

Parágrafo único. O acesso aos diferentes ambientes deve ser reservado aos profissionais autorizados.

Art. 34. Todos os profissionais que trabalham no Banco de Tecidos devem ter a sua vacinação obrigatória em dia, conforme legislação específica vigente sobre saúde do trabalhador.

Art. 35. Todo o pessoal, incluindo o pessoal da limpeza, que realiza o seu trabalho em salas de criopreservação, onde estão presentes recipientes criogênicos com nitrogênio líquido ou gasoso, ou qualquer outro fluido ou gás a baixa temperatura, deve ser capacitado quanto ao comportamento nessa situação e informado quanto ao risco de anoxia e de queimaduras associadas à presença e manipulação destes fluidos ou gases liquefeitos.

Art. 36. A infraestrutura física, os materiais, os equipamentos e os instrumentos utilizados no Banco de Tecidos devem ser mantidos limpos e em condições de higiene, e a periodicidade dos procedimentos de limpeza e desinfecção devem estar descritos em POPs, mantendo-se os respectivos registros.

Parágrafo único. Os saneantes utilizados devem ser categorizados como produtos de uso profissional/hospitalar e estar regularizados junto à ANVISA, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 59, de 17 de dezembro de 2010, ou a que vier a substitui-la, e demais normas específicas, por categorias de produto, ou suas alterações, e devem ser utilizados conforme instruções de uso do fabricante.

Art. 37. Os ambientes utilizados para processamento ou para outras atividades em que haja potencial de contaminação cruzada ou exposição a patógenos do sangue devem ser submetidos a procedimento de limpeza antes do início das atividades do dia, entre cada lote de processamento de tecido e ao final das atividades diárias, de forma rotineira, programada e documentada.

Subseção VI

Aspectos Gerais do Controle de Qualidade

Art. 38. O Banco de Tecidos deve implementar ações de controle de qualidade com o objetivo de:

I - contribuir para que os tecidos sejam liberados e disponibilizados depois que todos os parâmetros relacionados com a segurança e a qualidade do produto, ao longo de todos os processos realizados, tenham sido alcançados e julgados como satisfatórios; e

II - contribuir para que a variabilidade dos diversos processos seja mantida sob controle e dentro de limites aceitáveis.

Art. 39. O controle de qualidade deve, no mínimo:

I - elaborar, atualizar e revisar:

a) especificações e métodos analíticos para materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, tecidos e controles em processo;

b) procedimentos de amostragem; e

c) procedimentos para monitoramento ambiental;

II - aprovar mudanças que afetam a qualidade do tecido;

III - monitorar o desempenho dos serviços terceirizados;

IV - monitorar os ambientes críticos em intervalos específicos;

V - estabelecer parâmetros de análise e aceitação para os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro antes de entrarem em uso;

VI - estabelecer parâmetros de análise e aceitação para os tecidos processados;

VII - emitir laudo de análise para cada lote de materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro e tecidos;

VIII - revisar todos os registros das etapas críticas realizadas no Banco de Tecidos e do controle de qualidade antes da liberação do tecido;

IX - investigar os resultados fora de especificação;

X - assegurar que os desvios críticos sejam investigados e as ações corretivas e preventivas implementadas;

XI - avaliar a necessidade de recolhimento de tecidos distribuídos; e

XII - assegurar que as reclamações e devoluções de tecidos relacionadas à qualidade sejam registradas, investigadas e, quando necessário, as ações corretivas e preventivas implementadas.

Art. 40. Os POPs para os controles em processo devem abranger:

I - lista de parâmetros e processos a serem analisados;

II - forma de controle e frequência das análises;

III - limites e critérios de aceitabilidade para os resultados das análises; e

IV - avaliação e registro dos resultados das análises.

Art. 41. O Banco de Tecidos deve realizar controle microbiológico de seus ambientes e dos equipamentos que necessitem desse controle, a intervalos de tempo definidos pelo banco de acordo com seu fluxo de trabalho.

§ 1º No caso dos ambientes limpos, o controle microbiológico é obrigatório e deve ser realizado, pelo menos, durante a condição "em operação".

§ 2º Os ambientes não devem ser contaminados pelos métodos de amostragem utilizados.

Art. 42. Os resultados do controle de qualidade devem ser analisados e, quando estiverem fora dos critérios predefinidos, devem ser adotadas ações preventivas e corretivas, mantendo-se os registros dos resultados, das não-conformidades e medidas adotadas.

Art. 43. O Banco de Tecidos que terceirize atividades de controle de qualidade deve assegurar que os serviços terceirizados sejam regularizados junto ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal e os procedimentos sejam realizados conforme o disposto nesta Resolução.

Subseção VII

Controle de Qualidade dos Tecidos

Art. 44. O método utilizado para a realização do controle de qualidade não deve comprometer a integridade do tecido, a menos que este seja descartado após ser utilizado como controle de qualidade.

Art. 45. Os tecidos somente podem ser liberados e disponibilizados para uso terapêutico depois de observados os critérios definidos na Seção V, além dos seguintes requisitos:

I - avaliação macroscópica;

II - avaliação biomicroscópica, somente no caso dos tecidos oculares;

III - testes microbiológicos nos tecidos, com exceção dos tecidos oculares; e

IV - exame de imagem, somente no caso dos segmentos osteoarticulares, ossos longos e cabeças femorais, mantidos e disponibilizados como tal.

Parágrafo único. Além dos critérios definidos nos incisos I a IV deste artigo, o Banco de Tecidos pode estabelecer outros requisitos para liberação e disponibilização dos tecidos para uso terapêutico.

Art. 46. Os testes microbiológicos para detecção de contaminação bacteriana (aeróbica e anaeróbica) e fúngica devem ser feitos, no mínimo, em amostras coletadas:

I - no momento da retirada ou antes da exposição a antibióticos; e

II - após o término do processamento.

Art. 47. Em caso de amostras com teste microbiológico positivo deve-se proceder à identificação do micro-organismo, investigação das causas da contaminação e, quando for o caso, realização de ações preventivas e corretivas.

§ 1º O Banco de Tecidos deve possuir POP que defina a destinação dos tecidos cujas amostras apresentaram teste microbiológico positivo.

§ 2º O Banco de Tecidos deve possuir POP para os casos nos quais um mesmo doador apresentar tanto amostras com testes microbiológicos positivos quanto negativos, a fim de gerenciar o risco da utilização dos tecidos com testes microbiológicos negativos.

§ 3º No caso de o doador apresentar amostras nas quais o micro-organismo identificado possua relevância clínica, o Banco de Tecidos deve comunicar a Central Estadual de Transplantes de referência para o gerenciamento do risco caso esse mesmo doador tenha tecidos processados em outros bancos.

§ 4º A comunicação com a Central Estadual de Transplantes de referência deve se dar num prazo máximo de 1 (um) dia útil a partir do conhecimento do resultado do teste microbiológico positivo com micro-organismo de relevância clínica.

Art. 48. O globo ocular deve ser avaliado macroscopicamente e em lâmpada de fenda com magnificação de, no mínimo, 40x (quarenta vezes).

Art. 49. A córnea já processada ou retirada pela técnica de excisão in situ deve ser avaliada em lâmpada de fenda com magnificação de, no mínimo, 40x (quarenta vezes).

§ 1º Após a primeira avaliação da córnea, o banco deve estabelecer critérios e periodicidade de reavaliação desse tecido.

§ 2º A lâmpada de fenda deve ser equipada com suporte para o frasco do meio de preservação.

§ 3º O frasco contendo a córnea em meio de preservação deve ser lacrado.

§ 4º Durante a avaliação do tecido, o frasco contendo a córnea não pode ser aberto.

Art. 50. Os segmentos osteoarticulares, ossos longos e cabeças femorais, mantidos e disponibilizados como tal, devem ser submetidos a exames de imagem para mensuração e diagnóstico de anomalias estruturais e doenças.

Art. 51. Quando os tecidos forem submetidos a um processo de esterilização, este deve ser realizado por método físico ou químico validado.

§ 1º O processo de esterilização deve atingir um Nível de Segurança de Esterilidade de 10€(dez a menos seis).

§ 2º Durante a esterilização, os tecidos devem ser mantidos à temperatura de armazenamento, e quando isso não for possível, o mais próximo desta.

§ 3º O processo de esterilização deve ser documentado e ter sua eficiência comprovada pelo uso de indicadores biológicos ou "dosímetros" e por testes microbiológicos.

§ 4º A biocarga dos produtos deve ser determinada, quando necessária, antes da esterilização.

§ 5º Deve ser estabelecido um limite máximo de contaminação do tecido antes da esterilização que esteja relacionado com a eficiência do método utilizado.

Art. 52. O transporte para o serviço responsável pela realização do exame de imagem e pelo processo de esterilização é de responsabilidade do Banco de Tecidos, e deve seguir as exigências para o transporte definidas nesta Resolução.

Art. 53. O Banco de Tecidos deve emitir um certificado de liberação para cada lote de tecido processado contendo, no mínimo, os seguintes itens:

I - identificação do Banco de Tecidos;

II - código de identificação do doador;

III - código de identificação do lote de tecido;

IV - data de emissão do certificado;

V - comprovação da qualificação do lote de tecido conforme o disposto no art. 45; e

VI - identificação e assinatura do responsável pela liberação do tecido.

Subseção VIII

Terceirização de Atividades

Art. 54. A terceirização de atividades do Banco de Tecidos deve ser realizada mediante contrato, convênio ou termo de responsabilidade com o prestador de serviço.

Parágrafo único. O contrato, convênio ou termo de responsabilidade deve descrever as relações estabelecidas entre as partes e definir as responsabilidades e os critérios mínimos relativos aos serviços contratados.

Art. 55. O prestador de serviços deve possuir infraestrutura física, equipamentos, conhecimento, além de experiência e pessoal competente para desempenhar satisfatoriamente o serviço solicitado pelo Banco de Tecidos e atender aos requisitos técnicos e legais estabelecidos na legislação vigente.

Art. 56. O Banco de Tecidos deve assegurar que todas as atividades terceirizadas sejam executadas de acordo com critérios mínimos por ele estabelecidos.

Parágrafo único. O Banco de Tecidos deve estabelecer critérios para avaliação periódica do contratado, e manter os registros destas avaliações.

Art. 57. A terceirização de atividades não exime o Banco de Tecidos quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos e legais estabelecidos na legislação vigente, respondendo solidariamente com o prestador de serviços, perante as autoridades sanitárias, quanto aos aspectos técnicos, operacionais e legais inerentes à atividade terceirizada.

Art. 58. O prestador de serviços deve possuir licença sanitária atualizada, emitida pelo órgão de vigilância sanitária competente e que contemple a atuação referente à atividade proposta, salvo o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e disposições legais estaduais, municipais ou do Distrito Federal complementares.

Parágrafo único. Ficam isentos da obrigatoriedade determinada no caput os prestadores de serviços que não são submetidos à legislação sanitária.

Subseção IX

Materiais, Reagentes e Produtos para Diagnóstico In Vitro

Art. 59. Os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados no Banco de Tecidos devem estar regularizados junto à ANVISA, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, ou a que vier a substitui-la.

Art. 60. Todos os materiais e reagentes, nas condições de utilização definidas pelo Banco de Tecidos e que mantêm contato com os tecidos, devem ser estéreis, apirogênicos, e quando aplicável, não citotóxicos e de uso único.

Parágrafo único. Deve existir um procedimento de limpeza e esterilização para os produtos para a saúde passíveis de processamento, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 15 de março de 2012, ou a que vier a substitui-la.

Art. 61. O Banco de Tecidos deve manter registros da origem, validade e número do lote de todos os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados.

Art. 62. O reagente preparado ou aliquotado pelo próprio Banco de Tecidos deve ser identificado com rótulo contendo nome, concentração, número de lote, quando aplicável, data de validade, além de informações referentes a riscos potenciais.

§ 1º Demais informações, tais como data de preparação do reagente, identificação de quem preparou ou aliquotou e condições de armazenamento, quando não constarem no rótulo, devem estar registradas em outro local de forma que sejam rastreáveis.

§ 2º Devem ser mantidos registros do preparo e do controle de qualidade dos reagentes preparados e/ou aliquotados.

Art. 63. A utilização de materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro deve respeitar as recomendações de uso do fabricante, as condições de conservação e armazenamento e os prazos de validade, não sendo permitida a sua revalidação depois de expirada a validade.

Art. 64. O Banco de Tecidos que utilizar metodologias próprias (in house), deve documentá-las incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

I - descrição das etapas do processo de desenvolvimento da metodologia própria (in house);

II - especificação e POP de aprovação de materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro, equipamentos e instrumentos;

III - protocolo de validação; e

IV - relatório de validação.

Parágrafo único. Fica proibida a utilização de metodologias próprias (in house) para a realização dos testes de triagem laboratorial do doador, conforme art. 114 desta Resolução.

Art. 65. A utilização de produtos de origem animal deve ser evitada e, quando inevitável, justificada.

Parágrafo único. Em caso de ser inevitável a utilização de produtos de origem animal, estes devem possuir certificação de ausência de agentes infecciosos e contaminantes, e observar as determinações da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002, ou a que vier a substitui-la.

Art. 66. O Banco de Tecidos deve realizar a qualificação dos fornecedores de materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro com base em sua capacidade de atender aos requisitos legais aplicáveis, assim como àqueles previamente estabelecidos pelo banco.

Art. 67. Os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro adquiridos devem ser avaliados quanto aos parâmetros de análise e aceitação definidos pelo Banco de Tecidos antes de entrarem em uso.

Subseção X

Equipamentos e Instrumentos

Art. 68. O Banco de Tecidos deve:

I - possuir equipamentos e instrumentos de acordo com a sua complexidade e em quantidade necessária ao atendimento de sua demanda;

II - manter POPs contendo as especificações, comportamentos em caso de incidentes, qualificação, manutenção e localização dos equipamentos e instrumentos, e disponibilizá-los aos funcionários do setor;

III - implementar um programa de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

IV - observar as condições necessárias para a instalação dos equipamentos, conforme as instruções do fabricante;

V - verificar e calibrar os instrumentos a intervalos regulares, em conformidade com o uso e instruções do fabricante; e

VI - manter registros da origem (fabricante) e série dos equipamentos e instrumentos utilizados.

§ 1º Todos os processos associados a um equipamento e instrumento, tais como as operações de verificação, calibração, qualificação e requalificação e manutenções preventivas e corretivas devem ser planejados antes da sua realização e registrados, informando dia, responsável pela intervenção e descrição da intervenção, entre outras informações.

§ 2º O equipamento ou instrumento com defeito não deve ser utilizado, devendo ser retirado da área de trabalho ou identificado como fora de utilização até a sua manutenção corretiva ou calibração.

Art. 69. Os equipamentos e instrumentos utilizados, nacionais e importados, devem estar regularizados junto à ANVISA, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, ou a que vier a substitui-la, e demais normas aplicáveis.

Art. 70. As planilhas de controle das rotinas de uso, manutenção, calibração e limpeza dos equipamentos e instrumentos devem estar disponíveis para consulta.

Art. 71. Os equipamentos e instrumentos que necessitem funcionar com temperatura controlada devem possuir dispositivos de monitoramento contínuo da temperatura e, caso necessário, do nível de nitrogênio líquido, e ter os respectivos registros de verificação, de forma periódica tal como definido em POP pelo Banco de Tecidos.

Art. 72. Os refrigeradores, congeladores, frízeres e ultracongeladores devem possuir alarme para sinalizar condições de temperatura fora dos limites especificados.

Art. 73. Todos os equipamentos, especialmente os da cadeia de frio, devem ser devidamente identificados e dispostos em áreas que sejam beneficiadas por um sistema de ventilação ou de climatização.

Art. 74. O Banco de Tecidos deve estabelecer procedimentos de emergência em caso de falha mecânica ou deficiência na alimentação elétrica dos equipamentos críticos, a fim de evitar ou minimizar variações de temperatura dos tecidos armazenados.

Seção III

Pessoal

Art. 75. O Banco de Tecidos deve possuir profissionais em quantidade suficiente e com qualificação e capacitação compatíveis com as atividades realizadas.

Art. 76. O Banco de Tecidos deve promover capacitação inicial básica e estabelecer um programa de capacitação periódica dos seus profissionais, conforme a necessidade, e sempre que os procedimentos forem alterados.

§ 1º O Banco de Tecidos deve manter os registros das capacitações realizadas.

§ 2º O programa de capacitação deve garantir que cada profissional:

a) conheça e compreenda o quadro organizacional do Banco de Tecidos, as Boas Práticas em Tecidos e as normas de biossegurança e higiene relacionadas ao desempenho de suas funções;

b) esteja devidamente informado do contexto ético, jurídico e administrativo mais amplo do seu trabalho;

c) conheça os aspectos gerais relativos aos tecidos processados no banco;

d) conheça e compreenda os princípios científicos e técnicos relevantes para as tarefas que lhe estão atribuídas; e

e) demonstre competência na execução das suas tarefas.

§ 3º Para fins de comprovação de qualificação e capacitação poderão ser apresentados diplomas, certificados, declarações, cartas de recomendação, atestados, dentre outros.

Art. 77. O Banco de Tecidos deve contar com profissionais que assumam, no mínimo, a responsabilidade:

I - legal, sendo esse profissional denominado Responsável Legal (RL);

II - técnica, sendo esse profissional denominado Responsável Técnico (RT);

III - médica, entendida como a coordenação das atividades médicas do serviço, em especial a seleção de doadores;

IV - pelo processamento, entendida como a coordenação das atividades referentes ao processamento dos tecidos;

V - pelas ações de Garantia da Qualidade, tal como disposto no art. 16, Seção II do Capítulo III desta Resolução; e

VI - pelas ações de controle de qualidade, tal como disposto na Subseção VI, Seção II do Capítulo III desta Resolução.

§ 1º O RL pode ser o mesmo da instituição onde o Banco de Tecidos estiver instalado.

§ 2º O RT também pode assumir a responsabilidade legal pelo Banco de Tecidos.

§ 3º Os profissionais que assumem qualquer responsabilidade descrita nos incisos I a VI deste artigo também podem executar atividades no Banco de Tecidos.

§ 4º Um mesmo profissional pode assumir mais de uma responsabilidade descrita nos incisos I a VI desse artigo.

Art. 78. O RT deve ser um profissional de nível superior da área da saúde que possua experiência prática de pelo menos 1 (um) ano em Banco de Tecidos.

§ 1º Ao RT compete:

I - coordenar as atividades realizadas no Banco de Tecidos de acordo com o estabelecido no Sistema de Gestão da Qualidade;

II - assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução;

III - prestar às autoridades sanitárias todas as informações necessárias; e

IV - ser o responsável final pela qualidade e segurança dos tecidos disponibilizados para uso terapêutico.

§ 2º O Banco de Tecidos deve designar um RT substituto que atenda às mesmas exigências previstas para o titular.

Seção IV

Infraestrutura Física

Art. 79. A infraestrutura física do Banco de Tecidos deve, no que couber, atender ao disposto no regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou a que vier a substitui-la, bem como às exigências específicas contidas nesta Resolução.

Parágrafo único. O Banco de Tecidos deve possuir sistema emergencial de energia elétrica, conforme previsto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC mencionada no caput, devendo ainda observar as instruções do fabricante dos equipamentos bem como avaliar e mapear os equipamentos críticos com relação à exigência ou necessidade de uso de no-break.

Art. 80. A construção, reforma ou adaptação na infraestrutura física do Banco de Tecidos deve ser precedida de aprovação do projeto arquitetônico junto ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Art. 81. A infraestrutura física do Banco de Tecidos deve ser constituída por ambientes dispostos de forma que permita a circulação com fluxo independente de profissionais, materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, amostras biológicas, tecidos e resíduos, permitindo a sua limpeza e manutenção.

Art. 82. Caso o Banco de Tecidos esteja instalado ou vinculado a outro estabelecimento, ele poderá utilizar a infraestrutura geral deste, tais como copa, lavanderia, rouparia, higienização e esterilização de materiais, almoxarifado, coleta de resíduos, sala de utilidades, gerador de energia e outros serviços de apoio.

Art. 83. A infraestrutura física do Banco de Tecidos deve ser constituída, no mínimo, por ambientes para a realização das atividades:

I - administrativas;

II - de recepção de tecidos;

III - de processamento de tecidos;

IV - de criopreservação e/ou armazenamento de tecidos; e

V - de controle de qualidade.

Art. 84. Se o Banco de Tecidos possuir sistema de armazenamento de tecidos em tanques de nitrogênio líquido, ou se houver um sistema de segurança de abastecimento de nitrogênio para congelador mecânico, a sala de criopreservação e/ou armazenamento deve atender às condições definidas na Subseção I desta Seção.

Art. 85. O Banco de Tecidos deve observar os requisitos para a concepção de um ambiente limpo e os cuidados relativos a ele, em conformidade com a Subseção II desta Seção.

Subseção I

Condições da Sala de Criopreservação e Armazenamento em Nitrogênio Líquido

Art. 86. A sala de criopreservação e armazenamento em nitrogênio líquido, se existente, deve respeitar os seguintes requisitos:

I - piso revestido por material de fácil manutenção e resistente a baixas temperaturas e às fortes cargas;

II - visualização externa do seu interior;

III - porta(s) de acesso com abertura do interior para o exterior equipada(s) com um dispositivo antipânico;

IV - sistema de exaustão mecânica para diluição dos traços residuais de nitrogênio que promova a exaustão forçada de todo o ar da sala de criopreservação e armazenamento, com descarga para o ambiente externo do prédio;

V - sensor do nível de oxigênio ambiental com alarmes sonoro e visual, interno e externo à sala de criopreservação e armazenamento; e

VI - termômetro para monitoramento de temperatura ambiental que indique valores máximo e mínimo.

§ 1º O sistema de exaustão mecânica deve manter uma vazão mínima de ar total de 75 $(m^3/h)/m^2$.

§ 2º O ar de reposição deve ser proveniente dos ambientes vizinhos ou suprido por insuflação de ar exterior, com filtragem mínima com filtro classe G1.

§ 3º As grelhas de captação do sistema de exaustão mecânica devem ser instaladas próximas ao piso.

§ 4º O Banco de Tecidos deve avaliar a necessidade da existência de um ou mais sensores de nível de oxigênio ambiental de acordo com a configuração e a área da sala.

§ 5º Devem estar disponíveis aos funcionários luvas de punho longo de proteção para temperaturas muito reduzidas e em material não combustível, e óculos de proteção ou viseira.

Art. 87. O Banco de Tecidos deve realizar o monitoramento periódico da quantidade de nitrogênio no equipamento de armazenamento, de forma a identificar possíveis falhas no suprimento de nitrogênio líquido e/ou do equipamento de armazenamento.

Art. 88. O Banco de Tecidos deve manter POPs que definam as medidas a adotar em caso de acidentes ou acionamento de alarmes.

Subseção II

Ambiente Limpo

Art. 89. A classificação do ar para as condições ISO é dada na Tabela 1 do Anexo I.

Art. 90. A determinação da classe de limpeza do ar para partículas em suspensão deve ser realizada, no mínimo, na condição "em operação".

Parágrafo único. A contagem de partículas deve ser determinada medindo-se, no mínimo, as partículas de tamanho 0,5µm e, quando couber, 5,0µm, de acordo com a Tabela 1 do Anexo I desta Resolução.

Art. 91. A condição "em operação" deve ser alcançada com o ambiente em funcionamento para uma operação definida e com um número especificado de pessoas presentes.

§ 1º A condição "em operação" para ISO 5 deve ser mantida nos arredores imediatos do tecido sempre que ele estiver exposto ao meio ambiente.

§ 2º Quando o Banco de Tecidos optar pela utilização de módulos de fluxo unidirecional sem barreira, a determinação da extensão da área classificada deve ser documentada e claramente demarcada de forma visual, e a exposição dos tecidos ao meio ambiente deve ser limitada a esta área.
§ 3º Pode haver dificuldade na demonstração de conformidade à classificação do ar durante o processamento de tecidos devido à formação de partículas provenientes do próprio tecido; neste caso, é permitida simulação do processo "em operação", isentando-se apenas a presença do tecido.
Art. 92. O Banco de Tecidos deve conhecer o tempo de recuperação da classificação do ar para o ambiente limpo em caso de necessidade de desligamento do sistema e após o término da limpeza feita entre o processamento de lotes diferentes de tecido.
Art. 93. Devem ser estabelecidos limites de alerta e de ação para a detecção de contaminação microbiana e para o monitoramento de tendência da qualidade do ar nos ambientes limpos.
§ 1º Os limites expressos em unidades formadoras de colônia (UFC) para o monitoramento microbiano dos ambientes limpos na condição "em operação" encontram-se descritos na Tabela 2 do Anexo I.
§ 2º Os ambientes limpos devem ser monitorados regularmente para a detecção do surgimento de micro-organismos resistentes.
§ 3º Caso os limites sejam excedidos, ações corretivas devem ser tomadas, de acordo com o descrito em POP.
§ 4º Tendo em vista a limitada eficácia da radiação ultravioleta, esta não deve ser utilizada como substituta nas operações de desinfecção química.
Art. 94. Os desinfetantes e detergentes devem ter sua eficácia comprovada e ser monitorados para detectar possível contaminação microbiana.
§ 1º As diluições devem ser mantidas em recipientes previamente limpos e não devem ser guardadas por longos períodos de tempo, a menos que sejam esterilizadas.
§ 2º Os recipientes parcialmente esvaziados não devem ser completados.
§ 3º Os desinfetantes e detergentes utilizados nos ambientes ISO 5 devem ser esterilizados antes do uso ou ter sua esterilidade comprovada.
Art. 95. Nos ambientes limpos não devem existir superfícies que não possam ser limpas.
§ 1º As instalações devem ter o mínimo de saliências, prateleiras, armários e equipamentos.
§ 2º Todas as superfícies expostas devem ser lisas e impermeáveis a fim de minimizar o acúmulo ou a liberação de partículas ou micro-organismos, permitindo a aplicação repetida de agentes de limpeza e desinfetantes, quando for o caso.
§ 3º As portas corrediças não devem ser utilizadas.
Art. 96. Os forros devem ser selados de forma que seja evitada a contaminação proveniente do espaço acima deles.
Art. 97. As tubulações, dutos e outras utilidades devem ser instalados de forma que não criem espaços de difícil limpeza.
Art. 98. As pias e os ralos, sempre que possível, devem ser evitados e não devem existir nos ambientes ISO 5.
§ 1º Quando precisarem ser instalados, as pias e os ralos devem ser projetados, localizados e mantidos de modo a minimizarem os riscos de contaminação microbiana, e devem conter sifões eficientes, fáceis de serem limpos e que sejam adequados para evitar refluxo de ar e líquidos.
§ 2º As canaletas no solo, caso presentes, devem ser abertas, de fácil limpeza e estar conectadas a ralos externos, de modo que a introdução de contaminação microbiana seja evitada.
Art. 99. As instalações destinadas à higienização das mãos nunca devem estar localizadas nos lugares onde se efetua o processamento dos tecidos.
Art. 100. As duas portas da antecâmara não podem estar simultaneamente abertas, devendo haver um sistema que impeça que tal fato ocorra.
Art. 101. Deve ser assegurado que o sistema de ar não permite a disseminação de partículas originadas das pessoas, equipamentos, materiais ou operações para as áreas de manipulação de tecidos.
§ 1º Um sistema de alarme deve ser instalado para indicar a ocorrência de falhas no sistema de ventilação.
§ 2º Deve ser colocado um indicador de diferencial de pressão entre os ambientes onde tal diferença for importante.
§ 3º As diferenças de pressão devem ser registradas regularmente.
Art. 102. A presença de materiais que gerem partículas nos ambientes limpos deve ser reduzida ao mínimo e evitada completamente quando estiver sendo realizado o processamento do tecido.
Art. 103. O relatório dos testes ou ensaios de classificação dos ambientes limpos deve conter, no mínimo:
I - normas e procedimentos aplicados;
II - instrumentos de medição utilizados com cópia de certificado de calibração;
III - condições da medição com estado ocupacional e fatores relevantes;
IV - mapa da área com a localização dos pontos de medição;
V - resultados dos ensaios;
VI - conclusão; e
VII - data, nome legível, registro em Conselho de Classe, quando couber, e assinatura do profissional que realizou o teste ou ensaio.
Seção V
Seleção do Doador
Art. 104. Caso a seleção do doador seja realizada pelo Banco de Tecidos, este deve realizar triagem clínica, social, física, laboratorial e demais avaliações pertinentes do potencial doador, de acordo com esta Resolução e demais normas definidas pelo Ministério da Saúde.
Parágrafo único. No caso em que a seleção do doador não seja realizada pelo Banco de Tecidos, este deve assegurar que os profissionais que fazem a seleção sejam qualificados, capacitados e realizem a seleção do doador de acordo com os critérios mínimos definidos nesta Resolução e demais normas definidas pelo Ministério da Saúde.
Subseção I
Critérios de Seleção e Exclusão de Doadores Falecidos de Tecidos
Art. 105. Para que a doação seja efetivada, devem ser seguidos os critérios de seleção e exclusão definidos nesta Resolução.
§ 1º Quando houver impossibilidade de constatar a causa da morte do doador ou de verificar, antes da retirada dos tecidos, os critérios de seleção e exclusão relacionados nesta Resolução, a retirada poderá ser realizada, mediante justificativa devidamente documentada, a fim de não prejudicar a obtenção dos tecidos.
§ 2º O Banco de Tecidos pode estabelecer critérios de seleção e exclusão adicionais ou complementares aos que estão definidos nesta Resolução.
Art. 106. O Banco de Tecidos deve realizar uma avaliação de risco para a seleção dos doadores de tecidos no caso de serem observadas uma ou mais das seguintes situações:
I - presença, no corpo do doador, de sinais físicos que sugiram risco de doenças malignas ou sexualmente transmissíveis, tais como:
a) lesões de pele ou mucosas, inclusive genitais, anais, perigenitais e perianais;
b) cicatrizes ou incisões cirúrgicas anteriores à retirada de tecidos ou órgãos;
c) icterícia;
d) hepatomegalia; e
e) linfadenopatia difusa;
II - infecção local não controlada no momento da doação, incluindo infecções bacterianas, virais, fúngicas ou parasitárias;
III - história de doença crônica, sistêmica e autoimune capazes de prejudicar a qualidade dos tecidos a serem doados;
IV - avaliação da história do doador em relação a viagens e exposição a agentes infecciosos, bem como a prevalência de doenças infecciosas locais;
V - ingestão ou exposição a substâncias tóxicas nos últimos 12 (doze) meses, tais como cianeto, chumbo, mercúrio e ouro, que possam ser transmitidas aos receptores em doses susceptíveis de colocar em risco a sua saúde;
VI - histórico de vacinação, tal como dispõe o Anexo IV da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministro de Estado da Saúde, ou a que vier a substituí-la;
VII - testes laboratoriais anti-citomegalovírus (CMV) (IgG) e anti-Toxoplasma (IgG) reagentes; e
VIII - indivíduos com histórico de transfusão de hemocomponentes nos últimos 6 (seis) meses ou as parcerias sexuais destes.
Art. 107. São critérios de exclusão para a doação ou utilização terapêutica de tecidos:
I - causa da morte indeterminada;
II - doença ou história de doença de etiologia desconhecida;
III - existência ou história de doença maligna, exceto carcinoma basocelular primário, carcinoma in situ do colo do útero e alguns tumores primários do sistema nervoso central; para a doação de tecidos oculares, podem ser considerados e avaliados doadores com doenças malignas, exceto retinoblastoma, neoplasias hematológicas e tumores malignos no segmento anterior do olho;
IV - risco de transmissão de doenças causadas por príons; este risco aplica-se, por exemplo, a:
a) pessoas diagnosticadas com a doença de Creutzfeldt-Jakob, ou com a variante desta doença ou com história familiar de doença de Creutzfeldt-Jakob não iatrogênica;
b) pessoas com história de demência progressiva rápida ou doenças neurodegenerativas, incluindo as de origem desconhecida; e
c) pessoas tratadas com hormônio de crescimento de origem humana ou outro hormônio de origem hipofisária não recombinante e receptores de transplante de córnea, esclera e dura-máter, bem como pessoas que tenham sido submetidas a intervenção neurocirúrgica não documentada (na qual possa ter sido usada dura-máter);
V - pessoas que foram submetidas a transplante de órgãos;
VI - pessoas que fizeram uso terapêutico de tecidos num prazo inferior a 6 (seis) meses, exceto na situação prevista na alínea c do inciso IV do caput deste artigo, cuja condição é exclusão definitiva para a doação;

VII - infecção sistêmica não controlada no momento da doação, incluindo infecções bacterianas, virais, fúngicas ou parasitárias, ou infecção local significativa nos tecidos a doar;

VIII - resultados laboratoriais reagentes ou inconclusivos conforme descrito na Subseção III desta Seção, exceto nos casos de anti-CMV (IgG) e anti-Toxoplasma (IgG) reagentes, nos quais a doação poderá ser aceita;

IX - indicações de que os resultados das análises das amostras de sangue do doador não serão válidos, devido:

a) à ocorrência de hemodiluição superior a 50%, quando não estiver disponível uma amostra pré-transfusão e/ou infusão ou quando não haja testes laboratoriais validados para serem usados nesse tipo de amostra; ou

b) ao tratamento com agentes imunossupressores;

X - pessoas que foram submetidas a xenotransplante;

XI - Síndrome de Reye, raiva e rubéola congênita, somente para doação de tecidos oculares;

XII - história, dados clínicos ou presença de fatores de risco de transmissão do vírus da imunodeficiência humana (HIV-1 e -2), vírus da hepatite B (HBV), vírus da hepatite C (HCV) e vírus T-linfotrópico humano (HTLV I e II);

XIII - história, dados clínicos ou presença de fatores de risco de transmissão de doença de Chagas e sífilis, exceto no caso de doação de córneas;

XIV - presença de piercing, tatuagem ou maquiagem definitiva sem condições de avaliação quanto à segurança do procedimento realizado, feitos nos últimos 12 (doze) meses; caso os procedimentos tenham sido realizados em estabelecimentos regularizados pela vigilância sanitária, o período a ser considerado é de 6 (seis) meses, excetuando-se o caso de piercing na região oral e genital, no qual o período a ser considerado é de 12 (doze) meses;

XV - uso de drogas injetáveis ilícitas ou presença, no corpo do doador, de lesões puntiformes sugestivas de uso dessas drogas; e

XVI - prática sexual de risco acrescido, nos últimos 6 (seis) meses, incluindo os indivíduos e as parcerias sexuais destes que tenham tido relação sexual:

a) em troca de dinheiro ou de drogas;

b) sendo vítimas de violência sexual;

c) com pessoa portadora de infecção pelo HIV, HBV, HCV ou outra infecção de transmissão sexual e sanguínea;

d) com pacientes em terapia renal substitutiva crônica nos últimos 6 (seis) meses;

e) com pacientes que possuam histórico de uso de medicamentos hemoderivados nos últimos 6 (seis) meses;

f) com pessoas que possuam histórico de encarceramento ou de confinamento obrigatório não domiciliar superior a 72 (setenta e duas) horas consecutivas; e

g) com uma ou mais parcerias ocasionais ou desconhecidas;

XVII - pessoas em terapia renal substitutiva crônica nos últimos 6 (seis) meses;

XVIII - pessoas com histórico de uso de medicamentos hemoderivados nos últimos 6 (seis) meses; e

XIX - pessoas com histórico de encarceramento ou de confinamento obrigatório não domiciliar superior a 72 (setenta e duas) horas consecutivas nos últimos 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em situações de emergência em saúde pública, surtos epidêmicos, avanços tecnológicos e estudos científicos pertinentes, a ANVISA, em cooperação com o Ministério da Saúde, pode inserir, adequar e modificar critérios técnicos para seleção e exclusão de doadores com vistas à eliminação ou diminuição dos riscos sanitários.

Subseção II

Critérios de Seleção e Exclusão de Doadores Vivos de Tecidos

Art. 108. No caso de doadores vivos de tecidos para fins autólogos, devem ser realizados os mesmos testes de triagem laboratorial exigidos para os doadores falecidos de tecidos quando os tecidos retirados se destinarem a serem armazenados de forma que não existam dispositivos que garantam a ausência de risco de contaminação cruzada.

Parágrafo único. O fato de os resultados dos testes serem reagentes não é impeditivo de que os tecidos sejam processados, armazenados e utilizados.

Art. 109. Os doadores vivos de tecidos para fins alogênicos devem ser selecionados com base numa entrevista realizada com o próprio doador.

§ 1º Qualquer que seja a doação, o processo de retirada não deve interferir nem comprometer a saúde do doador.

§ 2º Os critérios de seleção e exclusão a aplicar devem ser os mesmos que os utilizados para doadores falecidos, com exceção do critério "causa da morte indeterminada".

Subseção III

Triagem Laboratorial de Doadores de Tecidos

Art. 110. Para que a doação seja efetivada, devem ser seguidos os critérios de triagem laboratorial definidos nesta Resolução.

Art. 111. Para a utilização terapêutica de tecidos, exceto oculares (córneas e escleras), é obrigatória a realização, no doador, dos seguintes testes laboratoriais para exclusão de:

I - infecção pelo HIV-1 e -2, dois testes:

a) detecção do anticorpo contra o HIV ou detecção combinada do anticorpo contra o HIV + antígeno p24 do HIV. Obrigatoriamente este teste deve incluir a pesquisa de anticorpos contra o subtipo 1, incluindo o grupo O, e subtipo 2; e

b) teste de detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV;

II - infecção pelo HBV, três testes:

a) detecção do antígeno de superfície (HBsAg) do HBV;

b) detecção do anticorpo contra o capsídeo (anti-HBc IgG ou IgG + IgM) do HBV; e

c) NAT do HBV;

III - infecção pelo HCV, dois testes:

a) detecção do anticorpo contra o HCV ou detecção combinada do anticorpo + antígeno do HCV; e

b) NAT do HCV;

IV - infecção pelo HTLV I e II: detecção do anticorpo contra o HTLV I e II;

V - doença de Chagas: detecção do anticorpo anti-Trypanossoma cruzi;
VI - sífilis: detecção do anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico;
VII - toxoplasmose: detecção do anticorpo anti-Toxoplasma (IgG e IgM); e
VIII - citomegalovírus: detecção do anticorpo anti-CMV (IgG e IgM).

Art. 112. Para a utilização terapêutica de tecidos oculares (córneas e escleras), é obrigatória a realização, no doador, dos seguintes testes laboratoriais para exclusão de:

I - infecção pelo HIV-1 e -2: detecção combinada do anticorpo contra o HIV + antígeno p24 do HIV que inclua a detecção do grupo O;
II - infecção pelo HBV, dois testes:
a) detecção do antígeno de superfície (HBsAg) do HBV; e
b) detecção do anticorpo contra o capsídeo (anti-HBc IgG ou IgG + IgM) do HBV;
III - infecção pelo HCV: detecção combinada do anticorpo + antígeno do HCV; e
IV - infecção pelo HTLV I e II: detecção de anticorpo contra o HTLV I e II.

§ 1º Caso seja realizado o NAT do HIV e do HCV nos doadores de tecidos oculares, os testes de detecção combinada, previstos nos incisos I e III do caput deste artigo poderão ser substituídos pelos testes de detecção dos anticorpos contra o HIV e o HCV, respectivamente.

§ 2º A realização do NAT do HBV não substitui os testes previstos nas alíneas a e b do inciso II do caput deste artigo.

Art. 113. A detecção dos marcadores descritos nos art. 111 e 112 deve ser efetivada por meio de testes de alta sensibilidade.

Art. 114. Os testes laboratoriais devem ser realizados com produtos para diagnóstico in vitro registrados na ANVISA.

§ 1º Os testes laboratoriais a que se refere o caput deste artigo devem ser realizados a cada doação de tecidos, independentemente dos resultados de doações anteriores, se houver.

§ 2º No caso da realização do NAT em pool, o grupo de amostras que apresentar resultado positivo deve ser desmembrado e suas amostras testadas individualmente para identificação do(s) agente(s) infeccioso(s) em questão.

§ 3º A realização dos testes laboratoriais para detecção dos marcadores de agentes infecciosos em doadores de tecidos deve respeitar as instruções de uso do produto para diagnóstico in vitro utilizado.

§ 4º No caso da triagem laboratorial de doadores de tecidos que estejam vivos ou falecidos em morte encefálica, devem ser utilizados produtos para diagnóstico in vitro cuja instrução de uso indique adequação para uso em amostras provenientes destes tipos de doadores ou sejam indicados para triagem de doadores de sangue.

§ 5º No caso de doadores falecidos em parada cardiorrespiratória, devem ser utilizados produtos para diagnóstico in vitro cuja instrução de uso indique adequação para uso em amostras provenientes deste tipo de doador.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º deste artigo, a utilização de produtos para diagnóstico in vitro que não contenham a indicação para uso em amostras de doador falecido em parada cardiorrespiratória só será aceita caso não esteja disponível no mercado brasileiro produto com esta especificação, para determinado marcador, devendo esse fato ser devidamente registrado e justificado.

Art. 115. Quando o teste anti-HBc for reagente e HbsAg for não-reagente, fica a critério do Banco de Tecidos a realização do teste anti-Hbs para comprovação de imunidade ao HBV.

Parágrafo único. Caso o teste anti-Hbs seja reagente, deverá ser feita uma avaliação de risco quanto a aceitação ou não deste doador.

Art. 116. Quando os testes anti-CMV (IgG) e anti-Toxoplasma (IgG) forem reagentes, este fato deverá ser informado ao transplantador que decidirá quanto à utilização do tecido doado.

Art. 117. O Banco de Tecidos localizado em municípios endêmicos para malária ou que recebe tecidos retirados nesses municípios, independente da incidência parasitária da doença, deve avaliar a permanência do plasmódio nos tecidos considerando as técnicas de processamento utilizadas.

Parágrafo único. Caso não haja eliminação do plasmódio dos tecidos pelas técnicas de processamento utilizadas ou essa avaliação não seja efetuada, o banco deve realizar o teste para detecção do plasmódio ou de antígenos plasmodiais.

Art. 118. Conforme disposições definidas pela ANVISA ou Ministério da Saúde, a detecção de outros marcadores utilizando o NAT pode ser incluída na triagem laboratorial dos doadores de tecidos ou tornar-se obrigatória na triagem laboratorial dos doadores de tecidos oculares.

Seção VI
Retirada de Tecidos

Art. 119. Os materiais e equipamentos utilizados para a retirada dos tecidos devem ser estéreis.

Art. 120. A retirada dos tecidos poderá ser realizada pela própria equipe de retirada do Banco de Tecidos ou por outra equipe de retirada de acordo com as definições do órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 121. O processo de retirada dos tecidos deve ser realizado com técnica asséptica de forma a prevenir ou minimizar a contaminação microbiana e preservar as condições dos tecidos.

Parágrafo único. A retirada de córnea pela técnica de excisão in situ deve ser realizada somente em centro cirúrgico.

Art. 122. O Banco de Tecidos deve obter e manter documentos contendo as seguintes informações relativas à retirada dos tecidos:

I - identificação do doador (código, nome, data de nascimento, idade e sexo);
II - data, hora e local da retirada;
III - identificação do(s) tecido(s) retirado(s);
IV - resultado da triagem clínica, social, física e laboratorial do doador;
V - resultado da avaliação macroscópica do tecido, quando couber;
VI - intervalo de tempo entre a parada cardiorrespiratória e a retirada dos tecidos, no caso de doador falecido;
VII - condições de manutenção do corpo do doador, se refrigerado ou não, no caso de doador falecido;
VIII - cálculo de hemodiluição, quando couber;
IX - identificação do responsável pela retirada; e
X - TCLE assinado.

Art. 123. O Banco de Tecidos deve obedecer aos intervalos de tempo entre a parada cardiorrespiratória e a retirada dos tecidos definidos no Anexo II.

§ 1º Os intervalos de tempo a que se refere o caput devem ser controlados, monitorados e registrados.

§ 2º É facultado ao Banco de Tecidos estabelecer intervalos de tempo entre a parada cardiorrespiratória e a retirada dos tecidos diversos dos constantes do Anexo II, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

I - validação dos novos intervalos de tempo pelo banco; e
II - comprovação técnico-científica acerca da qualidade e segurança dos tecidos.

§ 3º Para os tecidos não mencionados no Anexo II, o Banco de Tecidos deve definir e validar o intervalo de tempo entre a parada cardiorrespiratória e a retirada.

§ 4º No caso da membrana amniótica, deve ser considerado o momento da dequitação placentária como referência para a obtenção do tecido.

Seção VII
Coleta de Sangue para a Triagem Laboratorial

Art. 124. No caso de doadores falecidos, a amostra de sangue para a triagem laboratorial deve ser coletada conforme informado nas instruções de uso do fabricante do produto para diagnóstico in vitro utilizado para a triagem, e caso não haja menção do fabricante, conforme validado pelo Banco de Tecidos ou laboratório que realizará o teste.

Art. 125. O cálculo de hemodiluição deve ser realizado quando o doador tiver recebido transfusão de sangue, componentes e/ou infusão de colóides dentro de 48 (quarenta e oito) horas e/ou cristalóides dentro de 1 (uma) hora antes da parada cardiorrespiratória ou da coleta da amostra de sangue, o que ocorrer primeiro.

Art. 126. No caso de doadores vivos para fins alogênicos, a amostra de sangue deve ser coletada no momento da retirada do tecido.

§ 1º Não é necessário repetir a triagem laboratorial dos doadores vivos, desde que sejam realizados todos os testes previstos no art. 111.

§ 2º Caso o banco de tecidos opte por convocar o doador para nova coleta de amostra sanguínea para repetir a triagem laboratorial, e desde que o tecido proveniente deste doador seja submetido a um período de quarentena nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, é facultado ao banco realizar o NAT do HIV, HBV e HCV previsto na alínea b do inciso I, na alínea c do inciso II e na alínea b do inciso III do art. 111.

Seção VIII
Acondicionamento, Rotulagem e Transporte Pós-retirada

Art. 127. Os tecidos retirados e as amostras biológicas destinadas a avaliação do doador ou dos tecidos devem ser acondicionados e mantidos a temperatura adequada de forma a preservar a sua integridade e estabilidade durante todo o transporte, e rotulados de forma a garantir sua correta identificação.

Art. 128. O acondicionamento, a rotulagem e o transporte dos tecidos e amostras biológicas devem seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que couber, ou a que vier a substitui-la, e demais normas aplicáveis.

§ 1º A embalagem interna de cada tecido e cada amostra biológica deve conter, no mínimo:

I - código de identificação do doador;
II - tipo de tecido ou amostra biológica; e
III - no caso de doação autóloga, a informação "Apenas para uso autólogo".

§ 2º A embalagem externa dos tecidos e amostras biológicas deve conter, no mínimo:

I - informação de que o material transportado é frágil e que, portanto, deve ser manuseado com cuidado;
II - identificação e contato do serviço de origem;
III - identificação e contato do serviço de destino; e
IV - especificações relativas às condições de armazenamento e transporte que sejam importantes para a qualidade e a segurança dos tecidos e amostras biológicas.

Art. 129. A aquisição e a qualificação das embalagens internas utilizadas no acondicionamento e no transporte dos tecidos devem seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 32, de 11 de junho de 2012, ou a que vier a substitui-la.

Art. 130. A necessidade do uso de uma ou mais embalagens intermediárias deve ser avaliada pelo Banco de Tecidos.

Art. 131. Não é permitido o acondicionamento de tecidos provenientes de mais de um doador em uma mesma embalagem interna.

Art. 132. Não é permitido o acondicionamento de diferentes tipos de tecidos provenientes do mesmo doador em uma mesma embalagem interna.

Art. 133. O Banco de Tecidos deve definir e validar as condições de temperatura dos tecidos e amostras biológicas durante o transporte de forma a preservar a integridade e estabilidade do material transportado.

Seção IX
Recepção dos Tecidos

Art. 134. O Banco de Tecidos deve verificar se as condições de acondicionamento, temperatura, rotulagem e transporte dos tecidos e amostras biológicas a serem recebidos atendem ao disposto nesta Resolução e aos requisitos adicionais definidos pelo próprio banco.

Parágrafo único. O Banco de Tecidos deve verificar, quando da recepção dos tecidos e amostras biológicas, a integridade da embalagem e do rótulo e a duração do transporte.

Art. 135. O Banco de Tecidos deve assegurar que os tecidos retirados cheguem ao banco acompanhados de todas as informações estabelecidas no art. 122.

Art. 136. O Banco de Tecidos deve estabelecer critérios para aceitação ou rejeição dos tecidos e amostras biológicas que cheguem ao banco.

§ 1º O armazenamento dos tecidos antes do seu processamento deve observar, no que couber, o disposto na Seção XII.

§ 2º O armazenamento das amostras biológicas e o seu encaminhamento ao laboratório devem seguir os POPs definidos pelo Banco de Tecidos ou pelo serviço responsável pela realização da triagem laboratorial ou outros testes.

Seção X
Processamento

Art. 137. Após a retirada, os tecidos devem ser processados segundo POP definido pelo Banco de Tecidos.

Parágrafo único. O POP referente ao processamento deve ser estabelecido de forma a impossibilitar a contaminação cruzada.

Art. 138. O Banco de Tecidos deve obedecer aos intervalos de tempo entre a retirada e o processamento dos tecidos definidos no Anexo II.

§ 1º Os intervalos de tempo a que se refere o caput devem ser controlados, monitorados e registrados.

§ 2º É facultado ao Banco de Tecidos estabelecer outros intervalos de tempo entre a retirada e o processamento dos tecidos diversos do disposto no Anexo II, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

I - validação dos novos intervalos de tempo pelo banco; e
II - comprovação técnico-científica acerca da qualidade e segurança dos tecidos.

§ 3º Para os tecidos não mencionados no Anexo II, o Banco de Tecidos deve definir e validar o intervalo de tempo entre a retirada e o processamento dos tecidos.

Art. 139. Os materiais, os instrumentos e as partes de equipamentos utilizados no processamento e que entrem em contato com os tecidos devem ser estéreis.

Art. 140. Fica proibido o processamento simultâneo de tecidos de diferentes doadores em uma mesma área.

Art. 141. A manipulação e exposição dos tecidos durante o processamento devem ocorrer em um ambiente com qualidade do ar com contagem de partículas equivalente a classificação ISO 5 (em operação), circundado por um ambiente com classificação ISO 8 (em operação).

Art. 142. O Banco de Tecidos deve possuir vestiário e antecâmara contígua à sala onde o tecido será processado.

§ 1º A antecâmara deve ser projetada para atender a classificação ISO 8 (em repouso).

§ 2º O vestiário pode servir de antecâmara desde que projetado para tal fim, atendendo ao disposto no § 1º deste artigo e no art. 100.

Art. 143. No caso de o Banco de Tecidos manipular somente tecidos oculares e membrana amniótica para a finalidade oftalmológica, a manipulação e exposição desses tecidos durante o processamento devem ocorrer em um ambiente com qualidade do ar com contagem de partículas equivalente a classificação ISO 5 (em operação), não sendo necessários o ambiente ISO 8 circundante, o vestiário de barreira e a antecâmara.

Seção XI
Acondicionamento e Rotulagem Pós-processamento (Produto Final)

Art. 144. O acondicionamento deve ser feito de forma a preservar a esterilidade, quando couber, a integridade e a estabilidade dos tecidos durante todo o período em que estiverem armazenados.

Art. 145. O acondicionamento e a rotulagem dos tecidos devem seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que couber, ou a que vier a substitui-la, e demais normas aplicáveis.

Art. 146. O acondicionamento dos tecidos na embalagem primária após o processamento deve ser realizado em ambiente com classificação ISO 5 (em operação).

Art. 147. Os rótulos dos tecidos liberados devem ser invioláveis e permanecer íntegros durante todo o período de armazenamento, até a data de validade do tecido, e conter no mínimo as seguintes informações:

I - tipo de tecido e código de identificação;
II - identificação do Banco de Tecidos;
III - data de validade;
IV - medida em área, massa ou linear, quando couber;
V - forma de apresentação (grânulo, moído, em cubos, etc.), quando couber;
VI - tipo de processamento (a fresco, congelado, criopreservado, liofilizado, etc.), quando couber;
VII - presença de resíduos potencialmente prejudiciais aos receptores;

VIII - especificações relativas às condições de armazenamento e transporte que sejam importantes para a qualidade e segurança dos tecidos; e
IX - no caso de doação autóloga, constar a informação "Apenas para uso autólogo".
Parágrafo único. Caso não seja possível incluir no rótulo todas as informações mencionadas nos incisos I a IX acima, elas poderão ser fornecidas em um documento separado que acompanhará o tecido quando da sua saída do banco.
Art. 148. A aquisição e a qualificação das embalagens internas utilizadas no acondicionamento e transporte dos tecidos devem seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 32, de 11 de junho de 2012, ou a que vier a substituí-la.
Art. 149. A necessidade do uso de uma ou mais embalagens intermediárias deve ser avaliada pelo Banco de Tecidos.
Art. 150. Não é permitido o acondicionamento de tecidos provenientes de mais de um doador em uma mesma embalagem interna.
Art. 151. Não é permitido o acondicionamento de diferentes tipos de tecidos provenientes do mesmo doador em uma mesma embalagem interna.

Seção XII
Armazenamento

Art. 152. O Banco de Tecidos deve manter os tecidos nas condições de temperatura e tempo de armazenamento definidos no Anexo II.
§ 1º As condições de temperatura e tempo de armazenamento dos tecidos devem ser controladas, monitoradas e registradas.
§ 2º É facultado ao Banco de Tecidos estabelecer condições de temperatura e tempo de armazenamento dos tecidos diversos dos constantes do Anexo II, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
I - validação das novas condições de temperatura e tempo de armazenamento dos tecidos pelo banco; e
II - comprovação técnico-científica acerca da qualidade e segurança na manutenção dos tecidos.
§ 3º Para os tecidos não mencionados no Anexo II, o Banco de Tecidos deve definir e validar as condições de temperatura e tempo de armazenamento dos tecidos.
Art. 153. O Banco de Tecidos deve classificar os tecidos em duas categorias: "liberados para uso terapêutico" e "não liberados para uso terapêutico".
§ 1º O Banco de Tecidos deve armazenar, em dispositivos diferentes, os tecidos classificados como "liberados para uso terapêutico" e os classificados como "não liberados para uso terapêutico".
§ 2º Os tecidos em quarentena e os tecidos desqualificados para uso terapêutico devem ser armazenados de forma separada dentro do dispositivo para tecidos "não liberados para uso terapêutico".
§ 3º Tecidos diferentes que exijam as mesmas condições de temperatura podem ser armazenados dentro do mesmo dispositivo desde que estejam classificados na mesma categoria e que haja identificação clara que os distinga dentro do dispositivo.
§ 4º No caso de armazenamento de tecidos "não liberados para uso terapêutico" em nitrogênio líquido, os tecidos devem ser mantidos, preferencialmente, na fase de vapor e, caso estejam na fase líquida, deve ser utilizada embalagem externa que não permita a contaminação cruzada entre eles.

Seção XIII
Solicitação de Tecidos e Transporte ao Local de Uso

Art. 154. Os tecidos somente serão entregues para uso terapêutico mediante solicitação documentada da Central Estadual de Transplantes ou do profissional que os utilizará, contendo, no mínimo:
I - código de identificação do receptor;
II - identificação do profissional;
III - características e quantidade do tecido solicitado;
IV - motivo da indicação do uso terapêutico do tecido; e
V - data da solicitação, local e data prevista para utilização terapêutica do tecido.
Art. 155. Os tecidos somente serão entregues para pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade ou validação de processos mediante solicitação documentada do profissional ou da instituição que os utilizará, contendo, no mínimo:
I - identificação do profissional ou da instituição;
II - características e quantidade do tecido solicitado;
III - data da solicitação e data prevista para utilização do tecido;
IV - comprovação de que o projeto de pesquisa está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável, quando couber; e
V - declaração do profissional ou da instituição reconhecendo a impossibilidade de uso terapêutico destes tecidos em humanos.
Art. 156. Os tecidos entregues para uso terapêutico devem ser acompanhados da seguinte documentação e informações complementares às do rótulo que sejam importantes para a manutenção da qualidade e segurança, quando couber:
I - certificado de liberação do tecido, tal como estabelecido no art. 53;
II - utilização do tecido uma única vez e em apenas um receptor;
III - condições para armazenamento do tecido antes do uso;
IV - condições de transporte;
V - procedimentos a realizar antes da utilização do tecido (descongelamento, lavagem, etc.);
VI - informações sobre possíveis riscos biológicos presentes no produto, assim como resultados de testes laboratoriais para doenças transmissíveis ou microbiológico reagente(s)/positivo(s);
VII - alerta sobre a obrigatoriedade de informar o Banco de Tecidos e de notificar o Sistema Nacional de Biovigilância acerca da ocorrência de eventos adversos relacionados ao tecido; e
VIII - informações sobre a necessidade de descarte ou devolução caso o tecido não seja utilizado ou seja utilizado parcialmente.
Art. 157. A entrega do tecido deve ser feita ao profissional solicitante ou a pessoa que possua autorização deste por escrito.
Art. 158. O transporte dos tecidos deve seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que couber, ou a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis.
Art. 159. O Banco de Tecidos deve definir e validar as condições de temperatura dos tecidos durante o transporte de forma a preservar a sua integridade e estabilidade.
Art. 160. Após a saída do Banco de Tecidos, caso haja necessidade de armazenamento temporário do tecido até a sua utilização, este armazenamento será de responsabilidade do profissional que utilizará o tecido.
Art. 161. O Banco de Tecidos deve estabelecer POPs para o recebimento e registro das notificações de uso terapêutico do tecido distribuído.

Seção XIV
Descarte de Resíduos e Devolução de Tecidos

Art. 162. Os procedimentos relativos ao manejo dos resíduos do Banco de Tecidos devem estar descritos no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes.
Art. 163. O descarte de resíduos, quando não realizado pelo Banco de Tecidos, poderá ser terceirizado.
Art. 164. No caso de tecidos já entregues para uso, caso haja necessidade de descarte, este deverá ser providenciado pelo profissional responsável pelo tecido, pela Central Estadual de Transplantes ou pelo Banco de Tecidos que recebeu o tecido.
§ 1º Na ocorrência do descarte previsto no caput, deve ser enviado ao Banco de Tecidos de origem um relatório comunicando o fato, acompanhado de justificativa.
§ 2º Caso o tecido retorne ao Banco de Tecidos de origem, ele deverá ser reavaliado, cabendo ao banco decidir pelo seu descarte ou reintegração ao estoque.

Seção XV
Dados de Produção

Art. 165. O Banco de Tecidos deve enviar semestralmente seus dados de produção à unidade da ANVISA responsável pelo recebimento e controle desses dados, conforme ferramentas e orientações definidas e divulgadas pela Agência no seu sítio eletrônico na internet.

Seção XVI
Queixas Técnicas e Eventos Adversos

Art. 166. O Banco de Tecidos deve possuir mecanismos para identificar, investigar e executar ações corretivas e preventivas relacionadas às queixas técnicas e aos eventos adversos observados em suas dependências ou sob sua responsabilidade.
§ 1º Devem ser documentadas as ações preventivas e corretivas cabíveis, sendo mantidos os respectivos registros das ações implementadas.
§ 2º O Banco de Tecidos deve notificar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), por meio do Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (Notivisa), sobre a ocorrência de queixas técnicas dos equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados em suas dependências.
§ 3º A notificação dos eventos adversos, quando necessária, deve ser feita conforme as determinações do Sistema Nacional de Biovigilância, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 339, de 20 de fevereiro de 2020, ou a que vier a substituí-la.
Art. 167. O Banco de Tecidos deve possuir POP para o gerenciamento do risco nos casos em que ocorra infecção ou transmissão de doenças ao receptor.
Parágrafo único. O POP mencionado no caput deve prever:
I - a rastreabilidade do doador;
II - a comunicação com a Central Estadual de Transplantes, quando couber; e
III - as condutas a serem adotadas, incluindo a convocação dos demais receptores de tecidos deste mesmo doador e/ou a análise da destinação dos tecidos provenientes deste doador que não foram utilizados e ainda se encontram armazenados no Banco de Tecidos.
Art. 168. O Banco de Tecidos deve notificar o SNVS sobre os casos reagentes para os marcadores de infecções transmissíveis pelo sangue, que sejam de notificação compulsória, detectados durante a seleção de doadores e aqueles verificados nos receptores após o transplante.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 169. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 170. Revogam-se:
I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 55, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2015, Seção 1, pág. 55; e
II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 564, de 17 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 180, de 22 de setembro de 2021, Seção 1, pág. 721.
Art. 171. Esta Resolução entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

Tabela 1: Número máximo de partículas por m³ de ar em ambientes classificados ISO 5 e ISO 8 em Bancos de Tecidos.

ABNT NBR ISO 14.644-1*	nº máximo de partículas por m³ de ar	
	≥0,5µm	≥5,0µm
ISO 5	3 520	
ISO 8	3 520 000	29 300

*Segunda edição 22.11.2019

Tabela 2: Limites para contaminação microbiana, considerando as diferentes técnicas.

NBR/ ISO 14.644-1	Placas de sedimentação (diâmetro de 90 mm; UFC/4 horas)*	Placas de contato (diâmetro de 55 mm; UFC/placa)	Teste de contato das luvas (5 dedos; UFC/luva)	Amostra do ar (UFC/m³)
ISO 5	< 1	< 1	< 1**	< 1
ISO 8	50	25	-	100

*O banco deve se certificar das condições ambientais adequadas de exposição das placas individuais; dependendo das condições, as placas deverão ser trocadas para que mantenham as suas propriedades de detecção microbiana.

**Os bancos de tecidos podem ter dificuldade em atingir essa contagem de UFC/luva devido às condições do processamento em que seja inevitável o contato direto das mãos com luvas e os tecidos não estéreis; tal fato deve ser documentado e justificado.

ANEXO II

Tabela 1: Condições de tempo e temperatura dos tecidos.

Tecido	Tempo entre parada cardiorrespiratória e retirada	Tempo entre retirada e processamento	Tempo e temperatura de armazenamento
Tecidos Oculares			
Córnea	Até 6h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 12h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 6h após a parada.	O menor tempo possível, de acordo com o estabelecido pelo banco.	Em meio de preservação: de acordo com o estabelecido pelo banco, considerando as instruções do fabricante do meio. Em glicerina ou liofilizada: de acordo com o estabelecido pelo banco.

Esclera	Até 6h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 12h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 6h após a parada.	O menor tempo possível, de acordo com o estabelecido pelo banco.	Em glicerina, álcool etílico ou liofilizada: de acordo com o estabelecido pelo banco.
Tecidos Musculoesqueléticos			
Tecido Ósseo	Até 15h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 24h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 12h após a parada.	Até 72h para o processamento ou congelamento, desde que mantido de 2 a 8ºC.	Refrigerados (de 2 a 8ºC): 14 a 42 dias. Congelados ou criopreservados (de -20 a -40ºC): 6 meses. Congelados ou criopreservados (inferior ou igual a -40ºC): 5 anos. Liofilizados (temperatura ambiente): 5 anos.
Tecido Tendinoso	Até 15h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 24h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 12h após a parada.	Até 72h para o processamento ou congelamento, desde que mantido de 2 a 8ºC. Até 5 dias se mantido sob refrigeração.	
Tecido Osteocondral	Até 15h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 24h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 12h após a parada.		
Tecidos cutâneos			
	Até 15h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 24h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 12h após a parada.	Se forem congelados ou criopreservados, devem ser processados em até 10 dias se colocados em meio de cultura que seja trocado a cada 72h. Caso o meio de cultura não seja trocado, o processamento deve iniciar-se dentro de 96h após a retirada.	Refrigerados (de 2 a 8ºC): 14 dias. Glicerolados (de 2 a 8ºC): 2 anos. Congelados ou criopreservados (inferior ou igual a -40ºC): 5 anos. Liofilizados (temperatura ambiente): 5 anos.
Tecidos cardiovasculares			
	Até 15h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador não for mantido sob refrigeração. Até 24h após a parada cardiorrespiratória se o corpo do doador for refrigerado dentro de 12h após a parada.	Tempo de isquemia total (tempo de isquemia quente* + tempo de isquemia fria**) não deve exceder 48h.	Refrigerados descelularizados (de 2 a 8ºC): 6 meses. Criopreservados (inferior ou igual a -100ºC): 5 anos.

Fontes:
3ª Edición de los Estándares de la Asociación Española de Bancos de Tejidos. Publicação: 2008.
13ª Edition of Standards for Tissue Banking - American Association of Tissue Banks. Publicação: 29 de fevereiro de 2012.
*tempo de isquemia quente: período entre a parada cardiorrespiratória e a imersão do coração na solução gelada de transporte;
**tempo de isquemia fria: período entre a imersão do coração na solução gelada de transporte e a imersão dos tecidos na solução de descontaminação.
Obs.: para tecidos cardiovasculares, o tempo de perfusão (contado a partir da injeção da solução de perfusão) do enxerto não deve exceder 12h após a parada cardiorrespiratória.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 708, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as mudanças pós-registro de medicamentos fitoterápicos e de produtos tradicionais fitoterápicos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS
Seção I
Objetivo e abrangência

Art. 1º Esta Resolução classifica as modificações pós-registro de medicamentos fitoterápicos e de produtos tradicionais fitoterápicos e estabelece os requisitos, documentação e ensaios exigidos pela Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução aplica-se a medicamentos fitoterápicos e a produtos tradicionais fitoterápicos já registrados e a serem registrados na Anvisa.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica a produtos tradicionais fitoterápicos sujeitos à notificação, definidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, ou outra que vier a substituí-la.

Seção II
Definições

Art. 3º São adotadas as seguintes definições para efeito desta Resolução:

I - Histórico de Mudanças do Produto (HMP): documento disponível na empresa no qual deverão ser registradas informações a respeito do histórico anual do produto;

II - protocolo de estudo de estabilidade: documento por meio do qual se define o plano de estudo de estabilidade, incluindo as provas e critérios de aceitação, cronograma, características do lote a ser submetido ao estudo, quantidade das amostras, condições do estudo, métodos analíticos e material de acondicionamento;

III - mudanças múltiplas concomitantes: mudanças decorrentes de uma solicitação principal, de acordo com o escopo desta Resolução, que, quando permitidas, poderão ser realizadas concomitantemente à mudança principal sem necessidade de protocolo adicional; e

IV - mudanças múltiplas paralelas: protocolo conjunto de duas ou mais solicitações de mudanças diretamente relacionadas e que ocorrem simultaneamente.

Capítulo II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Será concedida autorização prévia para a implementação imediata, mediante protocolo de petição ou anotação no HMP, nos termos desta Resolução, das seguintes alterações:

I - alteração ou inclusão de local de embalagem secundária;

II - alteração ou inclusão de local de embalagem primária;

III - alteração ou inclusão menor do processo de produção;

IV - alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária e secundária;

V - alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento;

VI - inclusão de tamanho de lote em até 10 (dez) vezes;

VII - alteração menor de excipiente;

VIII - adequação de especificações e métodos analíticos a compêndio oficial ou estreitamento de faixa de especificação;

IX - exclusão de local de fabricação e fabricante da matéria-prima vegetal, local de embalagem primária, local de embalagem secundária ou local de fabricação do produto;

X - redução do prazo de validade com manutenção dos cuidados de conservação;

XI - alteração ou inclusão de fabricante da matéria-prima vegetal, quando forem mantidas as especificações aprovadas no dossiê;

XII - alteração da restrição de venda, apenas nos casos decorrentes de atualização de norma específica; e

XIII - reativação da fabricação de medicamento e produto tradicional fitoterápico quando a suspensão não for decorrente do não atendimento de requerimentos técnicos.

§ 1º A implementação imediata das adequações, alterações, exclusões, inclusões, reduções, suspensões ou cancelamentos relacionados neste artigo não impede a análise, a qualquer tempo, da documentação exigida, quando as alterações solicitadas poderão ser deferidas ou indeferidas.

§ 2º As alterações não relacionadas neste artigo só poderão ser implementadas após análise e conclusão favorável da Anvisa, à exceção das petições de suspensão temporária de fabricação, cancelamento de registro de apresentação e cancelamento de registro do medicamento, as quais podem ser implementadas 6 (seis) meses após a data da comunicação à Anvisa.

Art. 5º Toda a documentação deverá estar de acordo com a legislação específica citada nesta Resolução.

Art. 6º Todas as petições pós-registro que necessitem de protocolo deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

I - via original de recolhimento de taxa de fiscalização de vigilância sanitária ou de isenção, quando for o caso;

II - Formulários de Petição - FP1 e FP2, devidamente preenchidos; e

III - justificativa da solicitação, contemplando a descrição detalhada e as razões da proposta, conforme Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. Quando pertinente, deverá ser anexada documentação comprobatória da justificativa da solicitação citada no inciso III desse artigo.

Art. 7º Nos casos de alterações múltiplas paralelas, a empresa deverá protocolar cada alteração individualmente.

Parágrafo único. Os documentos comuns para mais de uma petição devem ser apresentados uma única vez em uma das petições.

Art. 8º Nos casos em que for solicitado relatório de estudo de estabilidade, deverá ser apresentado o estudo de estabilidade acelerado concluído obrigatoriamente acompanhado de estudo de estabilidade de longa duração em andamento, ou estudo de estabilidade de longa duração concluído.

§ 1º Os resultados deverão vir acompanhados:

I - do valor das tomadas de amostra e dos resultados da leitura obtida com a amostra e o padrão de referência preparados nas mesmas datas e nas mesmas condições analíticas;

II - das cópias de cromatogramas, quando cabível; e

III - dos cálculos realizados para se chegar ao valor de teor (ou concentração) de marcador.

§ 2º Nos estudos de estabilidade devem ser apresentados todos os testes dispostos na Instrução Normativa - IN nº 4, de 18 de junho de 2014, ou outra que vier a substituí-la.

§ 3º A ausência de quaisquer dos testes listados, conforme parágrafo 2º deste artigo, deve ser tecnicamente justificada.

Art. 9º. Nos casos em que for solicitado protocolo de estudo de estabilidade, deverá ser apresentado o protocolo de estudo de estabilidade acelerado e de longa duração.

§ 1º Os resultados do estudo de estabilidade concluídos, gerados após o peticionamento, deverão ser incluídos no HMP.

§ 2º Os resultados deverão vir acompanhados das mesmas informações solicitadas no parágrafo 1º do art. 8º desta Resolução.

Art. 10. Os resultados fora de especificação obtidos pela empresa no estudo de estabilidade em andamento deverão ser informados imediatamente à unidade organizacional responsável pela regularização dos medicamentos fitoterápicos e dos produtos tradicionais fitoterápicos na forma de aditamento.

Parágrafo único. Após a conclusão da investigação pela empresa, esta também deverá enviar à unidade organizacional responsável pela regularização dos medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos, por meio de aditamento, proposta de ação corretiva a ser realizada.

Art. 11. O prazo de validade final do produto será aquele proposto pela empresa e comprovado pelo estudo de estabilidade de longa duração, que deverá ser aditado ao processo logo após o seu término.

Parágrafo único. Nos casos em que o estudo de estabilidade enviado comprovar prazo de validade provisório inferior àquele já registrado, esse será reduzido, não sendo necessário o peticionamento da redução do prazo de validade.

Art. 12. Nos casos em que seja solicitado protocolo de estudo de estabilidade, o prazo de validade registrado será mantido.

Art. 13. O laudo analítico de controle de qualidade, quando solicitado, deverá conter método, especificação e resultados da análise, acompanhados das mesmas informações solicitadas no parágrafo 1º do artigo 8º desta Resolução.

Parágrafo único. O laudo analítico de controle de qualidade deve ser apresentado em papel timbrado do fabricante, datado e assinado pelo responsável técnico.

Art. 14. O relatório de produção, quando apresentado, deverá ser acompanhado de ordem de produção referente ao lote a ser avaliado.
Art. 15. Nos casos em que for solicitado Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), a falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.
Art. 16. Os documentos constantes nos Anexos I, II, III e IV desta Resolução deverão ser apresentados de acordo com os modelos propostos, devidamente assinados pelo responsável técnico da empresa detentora do registro.
Art. 17. Nas petições de alterações pós-registro em que for necessária a atualização de texto de bula ou folheto informativo e embalagens, não será necessário anexar os novos modelos, exceto quando solicitados nesta Resolução ou a critério da Anvisa.
§ 1º A empresa deverá atualizar as informações na bula ou folheto informativo somente após a aprovação das adequações, alterações, exclusões, inclusões, notificações ou reduções pós-registro.
§ 2º A empresa deverá atualizar as informações na bula ou folheto informativo e embalagens referentes aos incisos I, II, VII, IX e X do art. 4º desta Resolução imediatamente após a implementação da alteração incluída em HMP.
Art. 18. Nos casos em que a solicitação pós-registro se referir a mais de uma concentração de uma mesma forma farmacêutica, a petição deverá ser protocolada com relatório de estabilidade, relatório de produção e laudo analítico de controle de qualidade referente à maior e menor concentração.
CAPÍTULO III
MUDANÇAS RELACIONADAS AO LOCAL DE FABRICAÇÃO
Seção I
Alteração ou inclusão de local de embalagem secundária
Art. 19. O local da linha de embalagem secundária alterado ou incluído deve possuir CBPF válido emitido pela Anvisa.
Art. 20. As alterações ou inclusões de local de embalagem secundária poderão ser implementadas imediatamente após a data de protocolo da petição.
Seção II
Alteração ou inclusão de local de embalagem primária
Art. 21. A petição de alteração ou inclusão do local da linha de embalagem primária deverá ser acompanhada do protocolo de estudo de estabilidade referente ao primeiro lote.
Parágrafo único. O local da linha de embalagem primária alterado ou incluído deve possuir CBPF válido emitido pela Anvisa.
Art. 22. É permitida a alteração ou inclusão concomitante de equipamentos da linha de embalagem primária.
Art. 23. É permitida a alteração ou inclusão concomitante de local de embalagem secundária quando se tratar do mesmo local de embalagem primária.
Art. 24. As alterações ou inclusões de local de embalagem primária poderão ser implementadas imediatamente após a data de protocolo da petição.
Seção III
Alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico
Art. 25. A petição de alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico relacionada a uma ou mais etapas ou à totalidade do processo de fabricação de medicamento ou de produto tradicional fitoterápico deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote;
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído); e
IV - relatório do estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes, a ser incluído no HMP.
§ 1º Quando isoladas, as alterações ou inclusões de local de embalagem primária ou secundária deverão ser realizadas de acordo com as regras contidas nas Seções I e II deste Capítulo.
§ 2º Para fins desta Resolução, não deverão ser peticionadas as alterações ou inclusões das etapas de aquisição de materiais, de pesagem, de embalagens, de estocagem e de expedição do medicamento fitoterápico ou produto tradicional fitoterápico.
§ 3º O documento a que se refere o inciso III desse artigo poderá ser substituído pelo protocolo de estudo de estabilidade referente aos 3 (três) lotes iniciais, desde que a empresa peticione concomitantemente resultados de estudos de acompanhamento ou de longa duração realizados para o referido produto no local de fabricação anterior, e quando a alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico:
I - não resultar em alteração de processo produtivo e de equipamentos;
II - resultar em alteração menor de processo produtivo;
III - resultar em alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento; ou
IV - resultar em alteração de equipamento misturador de desenho V para Bin ou vice-versa.
§ 4º O local de fabricação alterado ou incluído deverá possuir CBPF válido emitido pela Anvisa.
Art. 26. É permitida, concomitantemente, a alteração menor ou moderada do processo de produção ou a alteração dos equipamentos.
Art. 27. As alterações ou inclusões de local de fabricação do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico só poderão ser implementadas após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Art. 28. Nos casos em que a alteração ou inclusão de local de fabricação não resultar em alteração de processo produtivo e de equipamentos, ou resultar na alteração menor de processo produtivo, ou resultar na alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento, ou resultar em alteração de equipamento misturador de desenho V para Bin ou vice-versa, e caso não haja manifestação contrária da Anvisa, a empresa poderá implementar a referida alteração ou inclusão em 60 (sessenta) dias após a data de protocolo da petição.
Parágrafo único. Dentro do prazo de análise de 60 (sessenta) dias, não caberá a formulação de exigência, mas somente o deferimento ou indeferimento da petição.

CAPÍTULO IV
INCLUSÃO OU ALTERAÇÃO DE LOCAL DE CONTROLE DE QUALIDADE DO MEDICAMENTO FITOTERÁPICO, DO PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO OU DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL
Art. 29. A petição de inclusão ou alteração de local da realização de um ou mais testes de controle de qualidade, para fins de liberação do lote e/ou estabilidade do medicamento fitoterápico, do produto tradicional fitoterápico ou da matéria-prima vegetal, mantendo-se inalterados os testes, limites de especificação e método analítico, com ou sem alteração de endereço, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - laudo analítico de controle de qualidade físico-químico e microbiológico do medicamento fitoterápico, do produto tradicional fitoterápico ou da matéria-prima vegetal referente a 1 (um) lote analisado no local aprovado e 1 (um) lote industrial analisado no local proposto;
II - relatório de validação dos métodos analíticos de controle de qualidade, elaborado pelo novo local proposto; e
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote.
§ 1º Nos casos em que houver inclusão ou alteração de local de realização dos testes de controle de qualidade das matérias-primas vegetais não ativas do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico que utilizam método estabelecido em farmacopeia reconhecida, é dispensada a apresentação do inciso II deste artigo, devendo ser enviada somente a cópia da monografia.
§ 2º Nos casos em que não houver inclusão ou não houver alteração no local de realização dos testes de controle de qualidade do estudo de estabilidade, é dispensada a apresentação do inciso III deste artigo.
§ 3º Quando a inclusão ou alteração for de laboratório instalado em indústria farmacêutica, esta deve possuir CBPF válido emitido pela Anvisa.
§ 4º Quando a inclusão ou alteração não for de laboratório instalado em indústria farmacêutica, deve ser apresentado documento que comprove o cumprimento pelo laboratório contratado das boas práticas laboratoriais.
§ 5º Quando a inclusão ou alteração for de laboratório internacional, deverá ser apresentada comprovação de cumprimento das Boas Práticas de Fabricação ou das boas práticas laboratoriais.
Art. 30. A inclusão ou alteração de local de controle de qualidade poderá ser implementada imediatamente, não necessitando de protocolo e análise prévia pela Anvisa, e a documentação exigida no art. 29 desta Resolução deverá ser anexada ao HMP.
CAPÍTULO V
MUDANÇAS RELACIONADAS AO PROCESSO DE PRODUÇÃO
Seção I
Alteração ou inclusão menor no processo de produção
Art. 31. Consideram-se alteração ou inclusão menor no processo de produção os ajustes de menor impacto no processo produtivo relacionados à alteração de parâmetros de etapas do processo, tais como: velocidade, temperatura, tempo e ordem de adição dos componentes da fórmula, para os quais deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtidos para 1 (um) lote; e
III - protocolo de estudo de estabilidade (acelerado e de longa duração) referente ao primeiro lote produzido ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
Art. 32. As alterações ou inclusões menores no processo de produção poderão ser implementadas imediatamente, não necessitando de protocolo e análise prévia pela Anvisa, e a documentação exigida no art. 31 desta Resolução deverá ser anexada ao HMP.
Seção II
Alteração ou inclusão moderada no processo de produção
Art. 33. Consideram-se alteração ou inclusão moderada no processo de produção os ajustes de impacto moderado no processo produtivo que não se enquadrem em alteração menor ou maior do processo de produção, cujas petições deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote; e
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1(um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
Art. 34. As alterações ou inclusões moderadas no processo de produção só poderão ser implementadas após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Seção III
Alteração ou inclusão maior no processo de produção
Art. 35. Consideram-se alteração ou inclusão maior no processo de produção as mudanças que alterem o tipo de processo de produção, como, por exemplo, a mudança de via seca para úmida e vice-versa, cujas petições deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote;
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído); e
IV - relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes, a ser incluído no HMP.
Art. 36. As alterações ou inclusões maiores no processo de produção só poderão ser implementadas após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO VI
MUDANÇAS RELACIONADAS AO EQUIPAMENTO
Seção I
Alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária e secundária
Art. 37. A alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária e secundária poderá ser implementada imediatamente, não necessitando de protocolo e de análise prévia pela Anvisa, e a mudança deverá ser registrada no HMP.
Seção II
Alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento
Art. 38. Na alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento, excetuando os equipamentos da linha de embalagem, devem ser apresentados os seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote; e
III - protocolo de estudo de estabilidade acelerado e de longa duração referente ao primeiro lote produzido ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
Parágrafo único. Quando se tratar de inclusão de equipamento com mesma capacidade, sistema de automatização e processo produtivo, é dispensada a apresentação do documento a que se refere o inciso III deste artigo.
Art. 39. É permitida a variação da capacidade, a automatização do equipamento ou alteração menor do processo de produção concomitantemente com a alteração a que se refere esta Seção.
Art. 40. As alterações ou inclusões de equipamento com mesmo desenho e princípio de funcionamento poderão ser implementadas imediatamente, não necessitando de protocolo e análise prévia pela Anvisa, e a documentação exigida no art. 38 desta Resolução deverá ser anexada ao HMP.
Seção III
Alteração ou inclusão de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento
Art. 41. A petição de alteração ou inclusão de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento ou de equipamento com diferente desenho e mesmo princípio de funcionamento, excetuando-se os equipamentos da linha de embalagem, deve ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote;
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído); e
IV - relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes, a ser incluído no HMP.
Art. 42. É permitida, concomitantemente, a alteração menor e moderada do processo de produção em função da alteração de equipamento.
Art. 43. As alterações ou inclusões de equipamentos com diferentes desenho e princípio de funcionamento só poderão ser implementadas após análise e conclusão favorável da Anvisa.

CAPÍTULO VII
MUDANÇAS RELACIONADAS AO TAMANHO DO LOTE
Seção I
Inclusão de tamanho de lote em até 10 (dez) vezes
Art. 44. Na inclusão de tamanho de lote em até 10 (dez) vezes o tamanho do lote piloto, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A", "C" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote; e
III - protocolo de estudo de estabilidade acelerado e de longa duração referente ao primeiro lote produzido ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
Art. 45. É permitida, concomitantemente, a alteração menor do processo de produção e alteração ou inclusão de equipamento com mesmo desenho e mesmo princípio de funcionamento, podendo variar a capacidade e/ou automatização do equipamento.
Art. 46. A inclusão de tamanho de lote em até 10 (dez) vezes poderá ser implementada imediatamente, não necessitando de protocolo e análise prévia pela Anvisa, e a documentação exigida no art. 44 desta Resolução deverá ser anexada ao HMP.
Seção II
Inclusão de tamanho de lote superior a 10 (dez) vezes
Art. 47. A petição de inclusão de tamanho de lote superior a 10 (dez) vezes o tamanho do lote piloto deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A", "C" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote; e
III - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
Art. 48. É permitida, concomitantemente, a alteração menor do processo de produção e a alteração ou a inclusão de equipamento com mesmo desenho e mesmo princípio de funcionamento, podendo variar a capacidade e/ou automatização do equipamento.
Art. 49. Caso não haja manifestação contrária da Anvisa, a inclusão de tamanho de lote superior a 10 (dez) vezes poderá ser implementada 60 (sessenta) dias após a data de protocolo de sua petição.
CAPÍTULO VIII
MUDANÇAS RELACIONADAS AOS EXCIPIENTES
Art. 50. O Anexo II desta Resolução determina os Critérios para o enquadramento de alterações de excipiente em alteração menor, moderada e maior para formas farmacêuticas sólidas de liberação imediata.
§ 1º Qualquer alteração de excipiente deverá ser baseada na formulação inicialmente registrada ou na última formulação que já tenha demonstrado segurança e eficácia.
§ 2º Para formas farmacêuticas sólidas, deve-se considerar que:
I - a alteração de cada um dos excipientes e o efeito aditivo total das alterações deverá ser calculado considerando alterações de excipientes expressos como porcentagem peso/peso (p/p) do total da formulação;
II - as porcentagens da tabela I do Anexo II estão baseadas na premissa de que o produto foi formulado considerando o princípio ativo com 100% da sua potência declarada na embalagem, sendo que, para alterações menores de excipientes, o peso total da forma farmacêutica deverá permanecer dentro da faixa originalmente especificada; e
III - o efeito aditivo das alterações dos excipientes não pode ser superior a 5% para alteração menor e a 10% para alteração moderada.
Seção I
Inclusão de nova apresentação por inclusão de sabor
Art. 51. A inclusão de sabor por meio da adição ou exclusão de aromatizante, edulcorante, corante ou flavorizante a uma formulação já registrada deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - código GTIN - Global Trade Item Number (Número Global de Item Comercial) - para as novas apresentações;
II - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "B" contidos no Anexo IV desta Resolução;
III - laudo analítico de controle de qualidade dos excipientes cujas informações não constam do dossiê de registro;
IV - informações referentes à Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET) para os excipientes cujas informações ainda não constem no registro, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002, ou outra que vier a substituí-la, e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 68, de 28 de março de 2003, ou outra que vier a substituí-la;
V - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado indicando o método utilizado, especificação e resultados obtidos para 1 (um) lote;
VI - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado; e
VII - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado, quando aplicável (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído).
§ 1º Nos casos em que a solicitação resultar em exclusão de corante, edulcorante, aromatizante ou flavorizante de uma formulação já registrada, permite-se a apresentação do protocolo de estabilidade do primeiro lote em substituição ao relatório de estudo de estabilidade de 1 (um) lote.
§ 2º Nos casos em que a solicitação tratar de redução ou exclusão de excipientes relativos à cor, sabor ou odor, será dispensada a apresentação do documento a que se refere o inciso VI deste artigo.
§ 3º Nos casos em que os métodos analíticos dos novos excipientes não sejam farmacopeicos, apresentar a descrição detalhada de todas as metodologias utilizadas no controle da qualidade.
Art. 52. A inclusão de nova apresentação por inclusão de sabor resulta em novo número de registro e não cancela o anterior.
§ 1º Caso não exista interesse em manter a apresentação anterior, deverá ser peticionado o cancelamento de apresentação.
§ 2º Caso a empresa queira alterar o sabor sem resultar em um novo número de registro, deverá peticionar a alteração menor ou moderada de excipientes.
Art. 53. A inclusão de nova apresentação por alteração de sabor só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.

Seção II
Alteração menor de excipiente
Art. 54. O disposto nesta Seção refere-se à redução ou exclusão de corante, edulcorante, flavorizante ou aromatizante e às alterações quantitativas que se enquadrarem nos limites descritos no Anexo II desta Resolução, cuja petição deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "B" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - informações referentes à Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET) para os excipientes cujas informações ainda não constem no registro, conforme a Resolução - RDC nº 305, de 2002, ou outra que vier a substituí-la, e a Resolução - RDC nº 68, de 2003, ou outra que vier a substituí-la;
III - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado indicando o método utilizado, especificação e resultados obtidos para 1 (um) lote;
IV - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado;
V - protocolo de estudo de estabilidade acelerado e de longa duração referente a 1 (um) lote do produto acabado; e
VI - relatório com método e resultados dos testes de eficácia de conservantes, nos casos em que se altera o próprio sistema conservante.
Parágrafo único. Quando se tratar de redução ou exclusão de excipientes relativos à cor, sabor ou odor, será dispensada a apresentação do documento a que se refere o inciso IV deste artigo.
Art. 55. A alteração menor de excipiente poderá ser implementada imediatamente após o protocolo da petição.
Seção III
Alteração moderada de excipiente
Art. 56. As mudanças quantitativas e qualitativas de excipientes que se enquadrarem nos limites descritos no Anexo II desta Resolução e as alterações referentes às formas farmacêuticas não contempladas pelo referido Anexo II são enquadradas como alteração moderada de excipiente para as quais deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "B" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico dos excipientes cujas informações não constam do dossiê de registro e, não sendo método farmacopeico, a descrição detalhada de todas as metodologias utilizadas no controle da qualidade;
III - informações referentes à Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET) para os excipientes cujas informações ainda não constem no registro, conforme a Resolução - RDC nº 305, de 2002, ou outra que vier a substituí-la, e a Resolução - RDC nº 68, de 2003, ou outra que vier a substituí-la;
IV - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote;
V - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado;
VI - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído); e
VII - relatório com método e resultados dos testes de eficácia de conservantes, nos casos em que se altera o próprio sistema conservante.
Art. 57. A alteração moderada de excipiente só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Seção IV
Alteração maior de excipiente
Art. 58. As mudanças quantitativas e qualitativas de excipientes que estiverem acima dos limites descritos para alteração moderada, conforme o Anexo II desta Resolução, são consideradas alterações maiores de excipiente, cujas petições deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:
I - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "B" contidos no Anexo IV desta Resolução;
II - laudo analítico dos excipientes cujas informações não constam do dossiê de registro e, não sendo método farmacopeico, a descrição detalhada de todas as metodologias utilizadas no controle da qualidade;
III - informações referentes à Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET) para os excipientes cujas informações ainda não constem no registro, conforme a Resolução - RDC nº 305, de 2002, ou outra que vier a substituí-la, e a Resolução - RDC nº 68, de 2003, ou outra que vier a substituí-la;
IV - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado obtido para 1 (um) lote;
V - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado;
VI - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído);
VII - relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes, a ser incluído no HMP; e
VIII - relatório com método e resultados dos testes de eficácia de conservantes, nos casos em que se altera o próprio sistema conservante.
Art. 59. A alteração maior de excipiente só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO IX
MUDANÇAS RELACIONADAS À ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS DO PRODUTO ACABADO
Art. 60. O disposto neste Capítulo refere-se à alteração, inclusão ou exclusão de método e/ou especificação do produto acabado que não seja decorrente de alteração pós-registro.
Parágrafo único. A alteração, inclusão ou exclusão de método ou especificação do produto acabado que seja decorrente de alteração pós-registro será analisada conjuntamente à alteração proposta.
Seção I
Adequação de especificações e métodos analíticos a compêndio oficial ou estreitamento de faixa de especificação
Art. 61. A mudança da faixa de especificação e a atualização, inclusão ou substituição do método analítico para fins de adequação a compêndio oficial, ou ainda a qualquer estreitamento da faixa de especificação, deverá ser acompanhada da descrição da especificação ou método analítico já aprovado e do novo método proposto, incluindo a nova referência, e poderá ser implementada imediatamente, não necessitando de protocolo e análise prévia pela Anvisa.
Parágrafo único. A documentação exigida deverá ser anexada ao HMP.
Art. 62. Não é permitida exclusão de método analítico ou de especificações obrigatórias para a forma farmacêutica.
Seção II
Atualização de especificações e método analítico
Art. 63. O disposto nesta Seção refere-se aos seguintes pedidos:
I - atualização de especificações e de métodos analíticos nos casos em que ocorra alteração ou inclusão de métodos analíticos ou de especificações que não constem nos compêndios oficiais aceitos pela Anvisa;
II - atualização, substituição ou inclusão de métodos analíticos, ou especificações de métodos de métodos de quantificação de teor por controle biológico; e
III - exclusão de métodos analíticos ou especificações.
Parágrafo único. Qualquer inclusão de novo teste de controle de qualidade aos testes já aprovados para os medicamentos fitoterápicos e para os produtos tradicionais fitoterápicos serão de implementação imediata e deverão ter sua metodologia incluída no HMP.
Art. 64. A petição de atualização de especificações e método analítico deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - descrição da especificação e método analítico já aprovado e do novo método proposto, com cópia da referência farmacopeica utilizada;
II - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado indicando o método utilizado, especificação e os resultados obtidos para 1 (um) lote; e
III - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado.
Art. 65. Não é permitida a exclusão de método analítico ou de especificações obrigatórias para a forma farmacêutica.
Art. 66. A atualização de especificações e de método analítico só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO X
MUDANÇAS RELACIONADAS AO PRAZO DE VALIDADE OU AOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO DO PRODUTO ACABADO
Seção I
Redução do prazo de validade com manutenção dos cuidados de conservação
Art. 67. A petição de redução do prazo de validade do produto acabado, mantendo-se os cuidados de conservação inalterados, deverá ser acompanhada do relatório de estudo de estabilidade de longa duração ou do estudo de acompanhamento referente a 1 (um) lote.
Art. 68. A redução do prazo de validade, mantendo os cuidados de conservação inalterados, poderá ser implementada imediatamente após o protocolo da petição, não necessitando de análise prévia pela Anvisa.
Seção II
Redução do prazo de validade com alteração dos cuidados de conservação
Art. 69. A redução do prazo de validade do produto acabado, alterando-se os cuidados de conservação, deverá ser acompanhada do relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes da maior e da menor concentração.

Art. 70. A redução do prazo de validade com alteração dos cuidados de conservação só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Seção III
Ampliação do prazo de validade ou alteração dos cuidados de conservação
Art. 71. A petição de ampliação do prazo de validade ou de alteração dos cuidados de conservação do produto acabado deverá ser acompanhada do relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes da maior e da menor concentração.
Art. 72. A ampliação do prazo de validade ou de alteração dos cuidados de conservação só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XI
INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
Art. 73. O disposto neste Capítulo refere-se à inclusão de nova apresentação na qual ocorra alteração no volume ou no número de unidades farmacotécnicas previamente registradas, ou ainda inclusão, alteração ou retirada de acessórios.
§ 1º Caso não exista interesse em manter as apresentações anteriores, deverá ser peticionado o cancelamento de apresentação.
§ 2º A nova apresentação deverá ser condizente com a posologia do produto.
§ 3º Para a inclusão de nova apresentação fracionável, aplica-se, além do disposto neste capítulo, o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 80, de 11 de maio de 2006, ou outra que vier a substituí-la.
Art. 74. A petição de inclusão de nova apresentação comercial deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - código GTIN para as novas apresentações; e
II - protocolo de estudo de estabilidade referente ao primeiro lote ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote.
Parágrafo único. Nos casos de formas farmacêuticas sólidas em que as unidades farmacotécnicas são embaladas isoladamente, como, por exemplo, blísteres, será dispensada a apresentação do documento a que se refere o inciso II deste artigo.
Art. 75. A inclusão de nova apresentação comercial e em todos os casos em que ocorra inclusão, alteração ou retirada de acessórios só poderão ser implementados após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XII
INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
Art. 76. O disposto neste Capítulo refere-se à inclusão de novo acondicionamento ou de acondicionamento fracionável para um produto já registrado, cuja petição deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I- relatório de estudo de estabilidade referente a 3 (três) lotes do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído);
II - especificação do material de acondicionamento;
III - relatório com método e resultados de controle de qualidade de embalagem;
IV - layout atualizado de embalagem primária e secundária; e
V - código GTIN para as novas apresentações.
Parágrafo único. Caso não exista interesse em manter o acondicionamento anterior, a detentora do registro deverá solicitar o cancelamento das apresentações na justificativa técnica.
Art. 77. As apresentações resultantes da inclusão de novo acondicionamento fracionável deverão atender, além do disposto neste capítulo, ao disposto na Resolução RDC n° 80, de 2006, ou outra que vier a substituí-la.
Art. 78. É permitida, concomitantemente à inclusão de novo acondicionamento, a alteração dos equipamentos utilizados exclusivamente para o processo de embalagem.
Art. 79. O relatório de estabilidade solicitado no inciso I, art. 76 desta Resolução poderá ser substituído pelo protocolo de estudo de estabilidade referente aos três lotes iniciais, nos seguintes casos:
I - alterações de material de acondicionamento em frascos de produtos sólidos, semissólidos e líquidos não estéreis:
a) de poliestireno para PVC, polietileno, polipropileno ou vidro;
b) de PVC para polietileno, polipropileno ou vidro;
c) de polietileno para polietileno de maior densidade, polipropileno de densidade superior a 0,89 ou vidro; e
d) qualquer mudança entre vidro, metal, polipropileno de densidade superior a 0,89 e polietileno de densidade superior a 0,95;
II - alterações de material de acondicionamento de blísteres de produtos sólidos e semissólidos não estéreis:
a) de PVC para PVC/PVDC, PVC/PCTFE, PVC/PVDC/PE ou PP;
b) de PVC/PVDC para PVC/PCTFE OU PVC/PVDC/PE;
c) de PP para PVC/PVDC ou PVC/PVDC/PE; e
d) de qualquer plástico para Blister AL/AL ou Strip AL/AL.
§ 1º A substituição para produtos semissólidos e líquidos só será aceita caso sejam de base aquosa e não contenham solventes orgânicos.
§ 2º Nos casos que se enquadram no parágrafo 1º deste artigo, o material de acondicionamento proposto deverá possuir propriedade de barreira à luz equivalente ao que está sendo comparado ou deverá ser apresentado estudo de fotoestabilidade ou justificativa técnica com evidência científica de que os ativos não sofrem degradação na presença de luz ou de que a nova embalagem primária não permite a passagem de luz.
Art. 80. Nos casos de inclusão de um novo acondicionamento que se enquadrem no disposto no art. 79 desta Resolução, o prazo de validade e os cuidados de conservação do acondicionamento já registrados serão mantidos para o novo acondicionamento.
Art. 81. A inclusão de novo acondicionamento só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XIII
MUDANÇAS RELACIONADAS À MATÉRIA-PRIMA VEGETAL
Seção I
Alterações na especificação da matéria-prima vegetal
Art. 82. A petição de mudança no teor ou no tipo de marcador, no tipo de solvente ou na correlação droga vegetal: derivado vegetal da matéria-prima vegetal usada como ativo em um produto já registrado, podendo levar inclusive a uma alteração na cor e no odor do extrato e, consequentemente, do produto final, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote do produto acabado (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído);
II - laudo analítico de controle de qualidade da matéria-prima vegetal para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico; e
III - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico.
Art. 83. A petição de alteração na especificação da matéria-prima vegetal deverá ser acompanhada dos seguintes documentos do fabricante da matéria-prima vegetal:
I - dados gerais da empresa fabricante com o endereço completo do local de fabricação da matéria-prima vegetal;
II - informações referentes aos solventes utilizados no processo de obtenção da matéria-prima vegetal e, no caso de mistura de solventes, a proporção utilizada, quando aplicável;
III - relatório de controle de qualidade da matéria-prima vegetal, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la; e
IV - informações qualitativas e quantitativas sobre os excipientes adicionados à matéria-prima vegetal no extrato, quando aplicável.
Parágrafo único. A documentação da matéria-prima vegetal empregada como ativo deverá ser apresentada em papel timbrado do fabricante, datada e assinada pelo responsável técnico.
Art. 84. A alteração na especificação da matéria-prima vegetal só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Seção II
Alteração ou inclusão de fabricante da matéria-prima vegetal
Art. 85. A petição de mudança ou inclusão de fabricante ou de local de fabricação da matéria-prima vegetal usada como ativo em um produto já registrado deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - protocolo do estudo de estabilidade acelerada e de longa duração de 1 (um) lote;
II - laudo analítico de controle de qualidade da matéria-prima para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico; e
III - laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico.
Parágrafo único. O relatório do estudo de estabilidade deverá ser incluído no HMP após sua finalização.
Art. 86. A petição de alteração ou inclusão de fabricante da matéria-prima vegetal deverá ser acompanhada dos seguintes documentos do fabricante da matéria prima vegetal:
I - dados gerais da empresa fabricante, com o endereço completo do local de fabricação da matéria-prima vegetal; e
II - relatório de controle de qualidade da matéria-prima vegetal, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la.
Art. 87. Se a mudança ou inclusão de fabricante resultar em alteração na especificação da matéria-prima vegetal, a empresa deverá peticionar o assunto "Alteração na especificação da matéria-prima vegetal".
Art. 88. A alteração ou inclusão de fabricante da matéria-prima vegetal poderá ser implementada imediatamente após a data de protocolo da petição.
CAPÍTULO XIV
ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA
Art. 89. A petição de alteração de posologia para um produto já registrado de mesma concentração, forma farmacêutica e indicação terapêutica, no caso de medicamentos fitoterápicos ou alegação de uso, no caso de produtos tradicionais fitoterápicos, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - para os medicamentos fitoterápicos, deve ser apresentado relatório de estudo clínico fase III do medicamento ou estudos clínicos publicados em documentação técnico-científica que justifiquem a nova posologia;
II - para os produtos tradicionais fitoterápicos, deve ser apresentada comprovação da nova posologia em literatura descrita no Anexo III da Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la; e
III - layout atualizado de bula ou folheto informativo.
Art. 90. A alteração de posologia só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XV
AMPLIAÇÃO DE USO
Art. 91. A petição de aumento da população alvo para um produto já registrado na mesma indicação terapêutica, no caso de medicamentos fitoterápicos, ou alegação de uso, no caso de produtos tradicionais fitoterápicos, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - para os medicamentos fitoterápicos, deve ser apresentado relatório de estudo clínico fase III do medicamento ou estudos clínicos publicados em documentação técnico-científica que justifiquem a ampliação de uso;
II - para os produtos tradicionais fitoterápicos, deve ser apresentada comprovação da ampliação de uso em literatura descrita no Anexo III da Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la;
III - layout atualizado de bula ou folheto informativo; e
IV - layout atualizado de embalagem primária e secundária.
Art. 92. A ampliação de uso só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XVI
INCLUSÃO DE NOVA VIA DE ADMINISTRAÇÃO
Art. 93. A petição de inclusão de nova via de administração para um produto já registrado na mesma concentração, forma farmacêutica e indicação terapêutica, no caso de medicamentos fitoterápicos, ou alegação de uso, no caso de produtos tradicionais fitoterápicos, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - comprovação de eficácia/efetividade e segurança, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la;
II - layout atualizado de bula ou folheto informativo;
III - Relatórios Periódicos de Avaliação Benefício-Risco do produto, quando existente; e
IV - layout atualizado de embalagem primária e secundária.
Art. 94. Para nova via de administração no país, a peticionária deverá apresentar os seguintes documentos:
I - para os medicamentos fitoterápicos, deve ser apresentado relatório de estudo clínico fase III do medicamento ou estudos clínicos publicados em documentação técnico-científica que embase a solicitação; e
II - para os produtos tradicionais fitoterápicos, deve ser apresentada comprovação da nova via de administração no país em literatura descrita no Anexo III da Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la.
Art. 95. A inclusão de nova via de administração só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XVII
INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA OU ALEGAÇÃO DE USO
Art. 96. A petição de inclusão de nova indicação terapêutica, no caso de medicamento fitoterápico, ou alegação de uso, no caso de produto tradicional fitoterápico, já registrados na mesma concentração e forma farmacêutica, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - comprovação de eficácia/efetividade e segurança, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la;
II - layout atualizado de bula ou folheto informativo; e
III - layout atualizado de embalagem primária e secundária, quando se tratar de medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição e de produtos tradicionais fitoterápicos.
Art. 97. A inclusão de nova indicação terapêutica para medicamentos fitoterápicos ou alegação de uso para produtos tradicionais fitoterápicos só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XVIII
INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
Art. 98. A petição de inclusão de nova concentração para um produto já registrado na mesma forma farmacêutica e indicação terapêutica, no caso de medicamentos fitoterápicos, ou alegação de uso, no caso de produtos tradicionais fitoterápicos, desde que se mantenha a mesma especificação da matéria-prima vegetal já aprovada, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - código GTIN para as novas apresentações;
II - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A", "B" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
III - laudo analítico de controle de qualidade da matéria-prima vegetal e do produto acabado para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante;
IV - especificação do material de acondicionamento;
V - relatório com método e resultados do controle de qualidade de embalagem;
VI - relatório de estudo de estabilidade referente a 3 (três) lotes (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído);
VII - relatório com método e resultados dos testes de eficácia de conservantes, quando aplicável;
VIII - layout atualizado de bula ou folheto informativo;
IX - layout atualizado de embalagem primária e secundária;
X - comprovação de segurança e eficácia/efetividade, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la; e
XI - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado, quando aplicável.
Parágrafo único. Nos casos em que não houver alteração do material de acondicionamento, em relação às apresentações anteriormente registradas, é dispensada a apresentação do inciso IV deste artigo.
Art. 99. A inclusão de nova concentração só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.

CAPÍTULO XIX
INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
Art. 100. A petição de inclusão de nova forma farmacêutica para um produto já registrado, na mesma indicação terapêutica, no caso de medicamentos fitoterápicos, ou alegação de uso, no caso de produtos tradicionais fitoterápicos, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - código GTIN para as novas apresentações;
II - relatório de produção, incluindo os quadros comparativos "A" e "D" contidos no Anexo IV desta Resolução;
III - laudo analítico de controle de qualidade da matéria-prima vegetal e do produto acabado para 1 (um) lote, emitido pelo fabricante;
IV - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado, quando aplicável;
V - relatório de estudo de estabilidade referente a 3 (três) lotes (estudo acelerado concluído e o de longa duração em andamento com, no mínimo, 6 (seis) meses, ou o de longa duração concluído);
VI - comprovação de segurança e eficácia/efetividade, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la, ou comprovação da equivalência de marcadores da nova forma farmacêutica com a anteriormente registrada;
VII - especificação do material de acondicionamento;
VIII - layout atualizado de embalagem primária e secundária;
IX - layout atualizado de bula ou folheto informativo; e
X - novo relatório de validação do método analítico do produto acabado.
Parágrafo único. A linha de produção da nova forma farmacêutica deve possuir CBPF válido emitido pela Anvisa.
Art. 101. A inclusão de nova forma farmacêutica só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XX
MUDANÇAS RELACIONADAS À EMBALAGEM
Art. 102. A petição de alteração da embalagem dos medicamentos fitoterápicos ou dos produtos tradicionais fitoterápicos já registrados que não tenha sido contemplada em norma específica ou que não seja decorrente de alteração pós-registro deverá ser acompanhada do layout atualizado de embalagem primária e secundária.
Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deste Artigo só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XXI
MUDANÇAS RELACIONADAS À BULA OU AO FOLHETO INFORMATIVO
Art. 103. A petição de alteração do texto de bula de medicamentos fitoterápicos ou do texto do folheto informativo de produtos tradicionais fitoterápicos já registrados que não tenha sido contemplada em norma específica ou que não seja decorrente de alteração pós-registro deverá ser acompanhada do layout atualizado de bula ou de folheto informativo.
Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deste Artigo só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XXII
MUDANÇAS RELACIONADAS À RESTRIÇÃO DE VENDA DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS
Art. 104. A petição de alteração da restrição de venda de medicamentos já registrados deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
I - comprovação de eficácia e segurança, conforme Resolução RDC n° 26, de 2014, ou outra que vier a substituí-la;
II - Relatórios Periódicos de Avaliação Benefício-Risco do produto, quando existente;
III - layout atualizado de embalagem primária e secundária; e
IV - layout atualizado de bula.
Art. 105. A alteração da restrição de venda só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Parágrafo único. As alterações de restrição de venda resultantes de atualização de norma específica poderão ser implementadas imediatamente após a data de protocolo da petição, a documentação exigida no art. 104 desta Resolução deverá ser anexada ao HMP.
CAPÍTULO XXIII
MUDANÇAS RELACIONADAS AO NOME COMERCIAL
Art. 106. A petição de alteração do nome comercial de medicamentos fitoterápicos ou produtos tradicionais fitoterápicos já registrados deverá ser acompanhada de declaração de não comercialização do produto.
Art. 107. A alteração do nome comercial de medicamentos fitoterápicos ou produtos tradicionais fitoterápicos só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
CAPÍTULO XXIV
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
Art. 108. A suspensão temporária de fabricação de um medicamento fitoterápico ou de um produto tradicional fitoterápico registrado, que não implique o cancelamento do seu registro, poderá ser implementada 6 (seis) meses após a data da comunicação da suspensão à Anvisa, na forma do art. 23 do Decreto no 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou outra que vier a substituí-lo.
Parágrafo único. A petição de suspensão temporária de fabricação deverá vir acompanhada dos documentos citados no art. 6º desta Resolução.

CAPÍTULO XXV
REATIVAÇÃO DA FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO FITOTERÁPICO E DE PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO
Art. 109. O disposto neste Capítulo refere-se à solicitação de retomada da fabricação de um medicamento fitoterápico ou de um produto tradicional fitoterápico já registrado.
Art. 110. Nos casos em que a suspensão da fabricação foi motivada pelo não atendimento de requisitos técnicos, a reativação da fabricação ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos que motivaram a suspensão e à existência de CBPF válido e emitido pela Anvisa.
Art. 111. A reativação da fabricação de medicamento fitoterápico ou de produto tradicional fitoterápico pelo não atendimento de requerimentos técnicos só poderá ser implementada após análise e conclusão favorável da Anvisa.
Art. 112. Nos casos em que a suspensão de fabricação não for decorrente do não atendimento de requisitos técnicos, a reativação poderá ocorrer imediatamente após a data de protocolo da petição.
CAPÍTULO XXVI
CANCELAMENTO DE APRESENTAÇÃO OU DE REGISTRO
Art. 113. O cancelamento do registro de determinadas apresentações ou de todas as apresentações do medicamento fitoterápico ou do produto tradicional fitoterápico poderá ser implementado 6 (seis) meses após a data da comunicação da suspensão à Anvisa, na forma do art. 23 do Decreto nº 8.077, de 2013, ou outra que vier a substituí-lo.
Parágrafo único. A petição de cancelamento do registro de determinadas apresentações ou de todas as apresentações deverá vir acompanhada dos documentos citados no art. 6º desta Resolução.
CAPÍTULO XXVII
EXCLUSÃO DE FABRICANTE, DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, DE LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA, DE LOCAL DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA OU DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO
Art. 114. As petições de exclusão referidas neste Capítulo deverão ser acompanhadas da lista dos locais que permanecem operantes, assinadas pelo responsável técnico da empresa detentora do registro.
Art. 115. As exclusões referidas neste Capítulo poderão ser implementadas imediatamente após o protocolo da petição.
CAPÍTULO XXVIII
HISTÓRICO DE MUDANÇA DO PRODUTO
Art. 116. O HMP deverá ser protocolado na Anvisa anualmente, no mês do vencimento do registro, e poderá ser objeto de auditoria pela unidade organizacional responsável pela regularização dos medicamentos fitoterápicos e dos produtos tradicionais fitoterápicos.
§ 1º O HMP deve estar disponível para consulta na empresa.
§ 2º O HMP deve conter todas as mudanças pós-registro ocorridas nos últimos 12 (doze) meses, inclusive as peticionadas na Anvisa, relacionadas ao medicamento fitoterápico ou ao produto tradicional fitoterápico a que se referem, após seu deferimento.
§ 3º O HMP também deverá conter os relatórios dos estudos de estabilidade concluídos no período.
§ 4º Para os casos de mudanças concomitantes, o preenchimento do HMP deve ser feito apenas com o assunto de protocolização, incluindo-se a mudança decorrente da alteração protocolada na justificativa do HMP.
§ 5º Para os casos de mudanças paralelas em que uma alteração foi peticionada e outra foi incluída no HMP, o preenchimento do HMP implicará o preenchimento de uma linha para cada mudança.
§ 6º O preenchimento no HMP de ambas as alterações de que trata o § 5º deste Artigo deverá ser realizado somente após a aprovação da alteração submetida à Anvisa.
CAPÍTULO XXIX
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 117. As condições anteriores à mudança indeferida conforme art. 4º desta Resolução, deverão ser restabelecidas imediatamente após a intimação do interessado pela Anvisa.
Parágrafo único. As condições anteriores às alterações ou inclusões de local de embalagem primária ou secundária que forem indeferidas deverão ser restabelecidas em até 30 (trinta) dias após a intimação do interessado pela Anvisa.
Art. 118. As decisões da Anvisa quanto à avaliação das solicitações pós-registro serão publicadas no Diário Oficial da União ou em outro meio de divulgação institucional, quando aplicável.
Art. 119. Nos casos não previstos nesta Resolução, ou que não satisfaçam a algum dos quesitos especificados, ficará a critério da Anvisa estabelecer os testes e a documentação que deverão ser apresentados.
Art. 120. A Anvisa poderá solicitar documentos adicionais quando julgar necessário.
Art. 121. As recomendações da Anvisa para o pós-registro de medicamentos fitoterápicos e de produtos tradicionais fitoterápicos serão disponibilizadas para consulta no sítio eletrônico desta Agência.
Art. 122. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 123. Ficam revogados:
I - a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU nº 116, de 20 de junho de 2014, seção1 , pág. 82; e
II - a Instrução Normativa - IN nº 5, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU nº 116, de 20 de junho de 2014, seção1 , pág. 87.
Art. 124. Esta Resolução entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I
JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Descrição da solicitação[1]
Razão da solicitação[2]
Declaro que nenhuma mudança, além da acima proposta, será realizada e que as informações constantes no texto de bula ou folheto informativo e embalagens serão alteradas de acordo com a solicitação acima descrita e serão realizadas somente após a aprovação por esta Anvisa.
Responsável técnico

1. Relato contendo a proposta de alteração solicitada pela empresa.
2. Motivação da alteração proposta pela empresa incluindo o argumento técnico para a realização da alteração.

ANEXO II
ANEXO DE EXCIPIENTES
Tabela I - Critérios para o enquadramento de alterações de excipiente em alteração menor, moderada e maior de excipientes para formas farmacêuticas sólidas de liberação imediata

	Alteração Menor Limite (%)	Alteração Moderada Limite (%)
1. Diluente	±5,0	±10,0
2. Desintegrante		
2.1. Amido	±3,0	±6,0
2.2. Outros	±1,0	±2,0
3. Aglutinante	±0,5	±1,0
4. Lubrificante		
4.1. Estearato de magnésio ou cálcio	±0,25	±0,5
4.2. Outros	±1,0	±2,0
5. Deslizante		
5.1. Talco	±1,0	±2,0
5.2. Outros	±0,1	±0,2
6. Filme de revestimento	±1,0	±2,0

ANEXO III
RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Cabeçalho	
Princípio ativo	
Nome comercial	
Forma farmacêutica	
Concentração	

Fórmula mestra				
Substância	Número DCB, DCI ou CAS	Quantidade	% p/p da forma farmacêutica	Função na fórmula

Informações do lote	
Tamanho do lote piloto	
Tamanho máximo aprovado	
Tamanho mínimo aprovado	
Tamanho do lote produzido	

Ordem de produção	
Processo produtivo[1]	
Endereço completo (incluindo cidade, país e CNPJ)	
Lista de equipamentos (incluindo automação, capacidade, desenho e princípio de funcionamento)	
Descrição do processo farmacotécnico	
Método de controle em processo (incluindo referência bibliográfica - validação)	

Fluxograma de produção					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação unitária	Parâmetros da operação unitária	Equipamento[4]	Controle em processo[5]

1. Descrever o processo na forma de tópicos numerando cada uma das etapas.
2. De acordo com a numeração da descrição do processo farmacotécnico.
3. Indicar a ordem de adição das substâncias na etapa em que esta ocorrer.
4. Informações referentes à velocidade, à temperatura, ao tempo, etc.
5. Informar quais os testes que serão realizados e em qual etapa ocorrerão.

ANEXO IV

QUADROS COMPARATIVOS

Quadro A - Cabeçalho: Princípio ativo, Nome comercial, Forma farmacêutica, Concentração	

Quadro B - Comparativo da fórmula							
			Fórmula anterior		Fórmula proposta		Diferenças entre as %
Substância	Número DCB, DCI ou CAS	Função	Concentração em mg	% na fórmula	Concentração em mg	± na fórmula	
Ativo							
Excipiente 01							
Excipiente 02							
Excipiente 03							
Excipiente 04							
			Peso médio =		Peso médio =		Σ das alterações em % =

Quadro C - Comparativo de tamanho de lote		
	Lote aprovado	Lote proposto
Tamanho do lote piloto		
Tamanho máximo		
Tamanho mínimo		
Tamanho do lote produzido		

Quadro D - Comparativo de processo de produção		
	Processo aprovado	Processo proposto
Lista de equipamentos (incluindo automação, capacidade, desenho e princípio de funcionamento)		
Descrição do processo farmacotécnico[1]		
Método de controle em processo com especificação		

Fluxograma de produção aprovado					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação unitária	Parâmetros da operação unitária	Equipamentos[4]	Controle em processo[5]
Fluxograma de produção proposto					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação unitária	Parâmetros da operação unitária	Equipamentos[4]	Controle em processo[5]

1. Descrever o processo na forma de tópicos numerando cada uma das etapas.
2. De acordo com a numeração da descrição do processo farmacotécnico.
3. Indicar a ordem de adição das substâncias na etapa em que esta ocorrer.
4. Informações referentes à velocidade, à temperatura, ao tempo, etc.
5. Informar quais os testes que serão realizados e em qual etapa ocorrerão.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 709, DE 1º DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre produtos para jardinagem amadora e seu registro.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivos

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre normas gerais para registro de produtos destinados ao uso em jardinagem amadora e tem como objetivo estabelecer definições, características gerais, substâncias ativas e coadjuvantes de formulação permitidos, forma de apresentação, embalagem, advertências e cuidados a serem mencionados na rotulagem destes produtos.

Parágrafo único. Produtos para jardinagem amadora abrangem inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, moluscicidas, nematicidas, acaricidas, bactericidas, reguladores de crescimento, abrilhantador de folhas e outros produtos de origem química ou biológica para uso em jardinagem amadora de venda direta ao consumidor.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução abrange produtos destinados à aplicação em jardins ou plantas ornamentais, cultivadas sem fins lucrativos, para o controle de pragas e doenças e bem como aqueles destinados à revitalização e ao embelezamento das plantas.

Seção II

Definições

Art. 3º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - agente fumigante: substância ou mistura de substâncias que apresentem propriedades de volatilização quando submetidas à ação do calor ou de outra fonte adequada de energia, destinadas ao tratamento de plantas ornamentais, mediante a liberação de uma quantidade adequada do princípio ativo e eventuais carreadores;

II - atraente: substância utilizada para atrair a praga alvo e induzi-la a ingerir a isca ou entrar em contato com o princípio ativo ou facilitar sua captura;

III - avaliação de risco: estudo qualitativo e quantitativo onde são considerados os dados toxicológicos, o tipo de dano causado, as doses utilizadas e os efeitos correspondentes, bem como os dados de exposição e de eficácia para inferir o grau de segurança do produto;

IV - avaliação toxicológica: estudo dos dados biológicos, bioquímicos e toxicológicos de uma substância ou de um produto por sua atuação em animais de laboratório ou outros sistemas de provas, com o objetivo de extrapolar os resultados para a espécie humana;

V - componentes complementares de formulação: substâncias que, não sendo ingredientes ativos, são utilizadas na formulação com a finalidade de auxiliar na obtenção das qualidades desejadas do produto mantendo suas características físicas e químicas durante o prazo de validade e também para facilitar seu emprego, tais como os solventes, os diluentes, os estabilizantes, os aditivos, os coadjuvantes, os sinergistas e as substâncias inertes, entre outros;

VI - dose única: quantidade pré-estabelecida de produto concentrado utilizada para diluição em um litro de água, suficiente para uma única aplicação;

VII - fitotoxicidade: é qualquer alteração no desenvolvimento normal das plantas cultivadas, provocada por efeitos tóxicos provenientes do uso de produtos químicos;

VIII - formulação: associação de ingredientes ativos, solventes, diluentes, aditivos, coadjuvantes, sinergistas, substâncias inertes e outros componentes complementares para obtenção de um produto final útil e eficiente, segundo o seu propósito;

IX - ingrediente ativo ou princípio ativo: substância presente na formulação para conferir eficácia ao produto, segundo sua destinação;

X - jardim: local onde se cultivam plantas ornamentais sem fins lucrativos;

XI - plantas daninhas: é qualquer planta que, isolada ou em grupo, provoca algum tipo de prejuízo, direto ou indiretamente, no local em que ocorre;

XII - produto formulado pronto para o uso: formulação que, para ser empregada, não necessita de nenhum procedimento de diluição; e

XIII - produtos para jardinagem amadora: são aqueles destinados à venda direta ao consumidor, com a finalidade de aplicação em jardins residenciais e plantas ornamentais cultivadas sem fins lucrativos, para o controle de pragas e doenças, bem como aqueles destinados à revitalização e ao embelezamento das plantas.

CAPÍTULO II

REQUISITOS GERAIS

Art. 4º Os produtos para uso em jardinagem amadora para venda direta ao consumidor devem ser comercializados já na diluição de uso ou na forma de dose única e devem ter o ingrediente ativo na menor concentração possível para ser obtida uma ação eficaz conforme suas indicações e instruções de uso.

Art. 5º Por ocasião da solicitação para registro de produto para uso em jardinagem amadora, devem ser apresentados os dados especificados no Capítulo VII desta Resolução.

Art. 6º São permitidos, nas formulações de produtos para uso em jardinagem amadora, somente os princípios ativos cuja dose letal 50%, por via oral, para ratos brancos, machos, seja superior a 200mg/kg de peso corpóreo para produtos sob a forma líquida, ou a 50mg/kg de peso corpóreo para produtos sob a forma sólida, enquadrados na classe II e III da Classificação de Pesticidas segundo a Periculosidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até as concentrações máximas constantes das monografias publicadas pela Anvisa conforme o uso autorizado.

Art. 7º Somente são permitidos para uso em jardinagem amadora, para venda direta ao consumidor, produtos formulados cuja dose letal 50%, por via oral, para ratos brancos, machos, seja superior a 2.000mg/kg de peso corpóreo para produtos sob a forma líquida, ou a 500mg/kg de peso corpóreo para produtos sob a forma sólida, incluídos na classe III da Classificação de Pesticidas segundo a Periculosidade, recomendada pela OMS.

Parágrafo único. Somente são permitidos produtos para uso em jardinagem amadora em dose única, para venda direta ao consumidor, que esteja incluído na classe III da OMS conforme especificado no caput deste artigo.

Art. 8º Na solicitação de registro de produtos com associação de dois ou mais ingredientes ativos deve ser anexada comprovação de que a toxicidade do produto formulado, conforme especificado no artigo 7º desta Resolução, permite sua inclusão na classe III da OMS.

Art. 9º Na fabricação de produtos para uso em jardinagem amadora, somente podem ser usadas substâncias ativas, com monografia publicada pelo Anvisa, conforme uso domissanitário autorizado para jardinagem amadora, atendidas as especificações do Capítulo VI desta Resolução.

Parágrafo único. As empresas interessadas devem solicitar à Anvisa a inclusão desta modalidade de uso nas monografias já existentes dos ingredientes ativos.

Art. 10. As formulações de produtos para uso em jardinagem amadora não podem se confundir no conjunto quanto a sua cor, forma de apresentação, embalagem e nome comercial com alimentos, bebidas ou medicamentos, sendo facultado o emprego de corantes com a finalidade de evitar confusão entre eles.

Art. 11. Por ocasião da solicitação do registro de produtos desinfestantes domissanitários devem ser apresentados os dados referentes aos testes de eficácia contra as pragas indicadas no painel principal do rótulo.

§ 1º Para comprovação da ação sobre outras pragas indicadas no painel secundário devem ser apresentados testes de eficácia ou literatura científica sobre a ação dos ingredientes ativos nas concentrações propostas.

§ 2º Os testes de eficácia mencionados no caput deste artigo podem ser realizados em laboratórios nacionais ou internacionais oficiais ou privados, desde que sigam as Boas Práticas de Laboratório.

§ 3º Os relatórios referentes aos testes de eficácia devem incluir dados sobre a aplicação dos produtos, simulando as condições de uso, com a utilização das pragas contra as quais se destinam, utilizando preferencialmente protocolos de organizações internacionais.

§ 4º Os produtos destinados a revitalização e embelezamento das plantas, ficam isentos da apresentação dos testes de eficácia.

Art. 12. Os fabricantes de produtos na forma de aerossol devem informar o tamanho das partículas do produto quando aplicado, de acordo com a embalagem e a técnica de aplicação.

Art. 13. As embalagens de produtos para uso em jardinagem amadora devem dispor de dispositivo de segurança que minimize acidentes, principalmente com crianças.

§ 1º São proibidas as embalagens de vidro.

§ 2º As embalagens dos produtos líquidos premidos devem apresentar dispositivo de segurança que indiquem o direcionamento do jato e dificultem o contato com o produto.

Art. 14. O registro de produtos, cuja aplicação se processe através da utilização de aparelhos aplicadores, é condicionado à comprovação da eficácia e segurança do equipamento.

§ 1º O desenho esquemático do equipamento referido no caput deste artigo e a explicação sobre o seu funcionamento devem acompanhar o pedido de registro do produto.

§ 2º Sempre que necessário, a autoridade responsável pelo registro pode determinar que o produto e o respectivo equipamento sejam vendidos em uma única embalagem.

§ 3º Em caso de comercialização em separado, o produto deve ser acompanhado de folheto explicativo do manuseio do equipamento e das advertências de segurança necessárias.

CAPÍTULO III

COMPONENTES COMPLEMENTARES DE FORMULAÇÃO

Art. 15. São permitidos como componentes complementares de formulação os ingredientes constantes do Anexo I desta Resolução.

Art. 16. Nas formulações de produtos para uso em jardinagem amadora, não é permitido o uso de clorofluorcarbonos (CFC) constantes na Portaria Ministerial/MS nº 647, de 30 de junho de 1989.

Art. 17. Por ocasião da solicitação do registro devem ser apresentados os seguintes dados técnicos sobre os componentes complementares de formulação que não estejam relacionados no Anexo I desta Resolução:

I - identidade (nome técnico ou comum, sinonímia, nomes comerciais, nome químico com número CAS, fórmula estrutural (quando for o caso), estado físico, peso molecular, ponto de fusão, ponto de ebulição, solubilidade, pressão de vapor, densidade);

II - informações sobre inflamabilidade e explosividade;

III - limites de segurança de exposição no ambiente de trabalho (concentração máxima permitida, valor limite limiar [TLV ou índices similares]); e

IV - avaliação de risco conforme Capítulo VIII desta Resolução.

CAPÍTULO IV

QUANTIDADE MÁXIMA DE PRODUTO NAS EMBALAGENS

Art. 18. O conteúdo líquido máximo permitido para embalagens individuais de produtos para jardinagem amadora deve obedecer às especificações constantes do Anexo III desta Resolução.

Art. 19. A quantidade máxima permitida do produto nas embalagens de dose única é aquela necessária para uma única aplicação.

§ 1º Para os produtos de que trata o caput deste artigo a empresa fabricante deve também comercializar recipiente apropriado para a sua diluição e aplicação.

§ 2º O fabricante do produto dose única deve manter o seu refil disponível no mercado.

CAPÍTULO V

INDICAÇÕES PARA USO DO SERVIÇO DE SAÚDE

Art. 20. As indicações para uso do serviço de saúde, que devem constar nas embalagens de produtos para uso em jardinagem amadora, devem obedecer às especificações do Capítulo VI e do Anexo IV desta Resolução.

Parágrafo único. Os produtos aprovados para uso em jardinagem amadora cujas indicações para uso do serviço de saúde não constem do Anexo IV desta Resolução terão as indicações analisadas pela Anvisa.

CAPÍTULO VI

REQUISITOS DE ROTULAGEM

Art. 21. A rotulagem dos produtos para uso em jardinagem amadora deve seguir as indicações dispostas neste Capítulo.

Art. 22. Devem ser utilizadas as seguintes palavras de advertência para os produtos abrangidos por esta Resolução, em letras maiúsculas: "CUIDADO - PERIGOSO SE INGERIDO, INALADO OU ABSORVIDO PELA PELE!".

§1º A mensagem de que trata o caput deste artigo deve ser colocada no painel principal na face do rótulo imediatamente voltada para o consumidor, em destaque (negrito), na cor preta, tendo as letras a altura mínima de 0,3cm.

§2º A mensagem de que trata o caput deste artigo deve estar inserida em um retângulo, de cor branca, localizado no painel principal e situado a 1/10 da altura acima da margem inferior do rótulo.

Art. 23. No caso de produtos dose única acrescentar a seguinte frase, em letras maiúsculas e em negrito: "Usar imediatamente após a sua preparação."

Art. 24. O destaque no rótulo somente é permitido para as pragas cujos testes de eficácia forem apresentados.

Art. 25. A rotulagem dos produtos para uso em jardinagem amadora deve atender as indicações a seguir:

I - painel principal do rótulo:

a) nome comercial ou marca do produto formulado;

b) finalidade de uso (ex. inseticidas, fungicidas, etc.);

c) logotipo da empresa;

d) frase de Advertência: "Antes de usar tela com atenção as instruções do rótulo";

e) conteúdo (conforme estabelecido na legislação em vigor e declarado no momento do registro); e

f) a mensagem de advertência: "CUIDADO - PERIGOSO SE INGERIDO, INALADO OU ABSORVIDO PELA PELE".

II - painel principal ou secundário do rótulo:

a) produto X é eficaz contra (frase principal);

b) modo de aplicação ou uso;

c) frases gerais;

d) "não aplicar sobre alimentos e utensílios de cozinha e aquários";

e) "não aplicar em hortas e pomares";

f) "em caso de intoxicação, procurar o Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde, levando a embalagem ou o rótulo do produto";

g) "não reutilizar as embalagens vazias";

h) "manter o produto na embalagem original";

i) "em caso de contato direto com o produto, lavar a parte atingida com água e sabão";

j) "em caso de contato com os olhos, lavar com água corrente em abundância";

k) "inalado em excesso, remover a pessoa para local ventilado"; e

l) "conservar o produto longe do alcance de crianças e animais" (em negrito).

III - frases específicas:

a) no caso de produto líquido premido acrescentar: "Inflamável! Não perfure o vasilhame mesmo vazio. Proteja os olhos durante a aplicação.";

b) no caso de produto líquido, premido e não premido, acrescentar: "Não jogue no fogo ou incinerador. Perigoso se aplicado próximo a chamas ou superfícies aquecidas.";

c) no caso de inseticidas acrescentar: "Durante a aplicação não devem permanecer no local pessoas ou animais.";

d) composição: indicar princípios ativos e outros componentes de importância toxicológica pelo nome técnico aceito internacionalmente com a respectiva concentração, os demais componentes da formulação por sua função.; e

e) indicações para uso do serviço de saúde, dispostas num quadro que contém obrigatoriamente altura equivalente a 1/10 da maior altura do painel principal e nunca inferior a 2cm, devendo estar claramente destacado do restante dos dizeres do rótulo.

Art. 26. Devem constar no rótulo, além das informações citadas nos artigos anteriores, as seguintes informações:

I - responsável técnico: nome e nº no Conselho Profissional respectivo;

II - registro MS: nº (conforme publicado no Diário Oficial da União);

III - lote/data de fabricação/prazo de validade (devendo ser impresso de modo indelével diretamente na embalagem);

IV - código de barras (quando for o caso);

V - atendimento ao consumidor: incluindo necessariamente um nº de telefone;

VI - fabricado por: (empresa, endereço completo com, rua, número, bairro, cidade, estado, CEP, país quando o produto for importado e CGC);

VII - importado e distribuído por (quando for o caso de produto importado): empresa; endereço completo com rua, número, bairro, cidade, estado, CEP e CNPJ; e

VIII - indústria brasileira (ou o país de origem para produto importado).

CAPÍTULO VII

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O REGISTRO DE PRODUTOS PARA USO EM JARDINAGEM AMADORA

Art. 27. Para a concessão do registro de produtos domissanitários, a empresa deve encaminhar o pedido à ANVISA acompanhado de:

I - informações gerais:

a) razão social da empresa solicitante;

b) endereço completo da empresa solicitante; incluindo o endereço para correspondência;

c) cópia de Licença/Alvará de Funcionamento estadual;

d) nome e assinatura do responsável legal perante a autoridade sanitária competente;

e) dados e assinatura do responsável técnico;

f) termo de responsabilidade assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico;

g) no caso de fabricação por terceiros, além do contrato de prestação de serviço, deverão constar ainda os dados da alínea "e" deste artigo referentes à empresa contratada;

h) texto de rotulagem em duas vias; e

i) apresentação de comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária - TFVS.

II - relatório técnico contendo:

a) nome e marca do produto;

b) identificação da categoria;

c) composição qualitativa e quantitativa do produto expressa em concentração percentual (peso/peso ou peso/volume);

d) para todos os componentes da formulação deverão ser informados:

1. nome químico, indicado da forma constante nas listas publicadas pelo órgão registrante. No caso de produtos novos, ainda não constantes nas listas, o nome químico deverá ser de acordo com a nomenclatura IUPAC ou ISO, sempre em português; e

2. nome comum, escrito na grafia internacional e o correspondente em português, indicando a entidade que o aprovou. Acrescentar sinonímias, número C.A.S. (Chemical Abstracts Service), fórmula estrutural, fórmula bruta e suas respectivas funções na formulação.

e) descrição da embalagem primária e secundária;

f) descrição do sistema de identificação do lote ou partida;

g) metodologia de análise do(s) princípio(s) ativo(s) e sua(s) determinação(ões) no produto formulado;

h) grau de pureza e procedência do(s) produto(s) técnico(s);

i) identidade, concentração e toxicidade, quando aplicável, das impurezas presentes no(s) produto(s) técnico(s);

j) classe segundo a atividade contra o alvo biológico, grupo químico e modo de ação;

k) modo de usar e restrições de uso;

l) forma de apresentação: características físicas e químicas da formulação; incompatibilidades físico-químicas com outras substâncias;

m) indicação das pragas contra as quais é recomendado;

n) laudo do espectro de tamanho de partículas para os produtos premidos;

o) determinação da DL50 oral para produtos de venda direta ao consumidor;

p) prova de eficácia do produto na diluição final de uso, em relação às pragas contra as quais é indicado com detalhes da experimentação e informações sobre fitotoxicidade;

q) os laudos dos testes realizados com o produto técnico e/ou formulado devem ser acompanhados de análise química quantitativa e qualitativa de responsabilidade do laboratório executor dos laudos;

r) dados que comprovem a estabilidade do produto pelo prazo de validade pretendido;

s) métodos de desativação e descarte do produto e da embalagem de modo a impedir que os resíduos remanescentes provoquem riscos à saúde humana e ao meio ambiente; e

t) sumário das informações toxicológicas relativas aos cuidados com a saúde humana, com destaque para os primeiros socorros, tratamento médico de emergência e antídoto para cada formulação, a ser incluído no rótulo.

Parágrafo único: Quando se tratar de produto importado, deve-se incluir:

I- cópia do Certificado de Venda Livre emitido pela autoridade competente do país de origem legalizado pelo representante consular do Brasil;

II - cópia do Certificado de Registro emitido pela autoridade competente do país de origem, legalizado pelo representante consular do Brasil;

III - rotulagem original e traduzida; e

IV - cópia do documento que contenha a fórmula qualitativa e quantitativa emitida pelo fabricante no país de origem.

CAPÍTULO VIII

PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO

Art. 28. A avaliação de risco do produto deve atender no mínimo os seguintes parâmetros:

I - identificação do produto:

a) nome;

b) fabricante;

c) forma física (pó, aerossol, etc.);

d) composição;

e) embalagem; e

f) recomendações de uso.

II - componentes da formulação no Brasil:

a) monografia publicada (permissão de uso em saneantes domissanitários); e

b) restrições e recomendações de todos os componentes.

III - identificação do perigo dos componentes da formulação:

a) identidade e pureza;

b) sinônimos;

c) propriedades físico-químicas;

d) toxicocinética e biotrasnformação, englobando toxicidade animal e humana, estudos reprodutivos e teratogenicidade, neurotoxicidade aguda e crônica, genotoxicidade, metabólitos e outros estudos (NOEL, NOAEL, IDA, TLV, RD etc); e

e) literatura técnico-científica como referência na obtenção dos dados acima.

IV - estudos dose-resposta com o produto formulado:

a) DL 50 oral;

b) DL 50 dérmica (quando disponível);

c) irritabilidade dérmica (quando disponível);

d) irritabilidade ocular (quando disponível);

e) CL 50 (quando disponível); e

f) outros estudos (quando disponíveis).

V - estimativa da exposição:

a) qual a população que será exposta;

b) quais as principais vias de exposição (dérmica/inalatória/oral);

c) qual a duração da exposição;

d) magnitude e intensidade da exposição; e

e) exposições passadas, presentes e futuras.

VI - cálculo da estimativa de exposição por todas as vias: exposição dérmica, expressa em mg (do Princípio Ativo) + exposição inalatória, expressa por kg (peso corpóreo)/dia, conforme Anexo II desta Resolução.

VII - caracterização do risco:

a) dados científicos sobre os componentes da formulação (NOEL, NOAEL, IDA, TLV, RD, etc.);

b) regulamentação;

c) gerenciamento do risco; e

d) comunicação do risco (rotulagem).

VIII - cálculo da margem de segurança: Margem de segurança = NOEL (mais restritivo) Exposição .A .B A = extrapolação interespécies (10) B = extrapolação intraespécies (10).

IX - conclusão e recomendações do Fabricante, incluindo eventuais gerenciamentos do risco.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 30. Ficam revogadas:

Portaria DISAD/MS nº 322 de 28 de julho de 1997; e

Portaria DISAD/MS nº 381, de 26 de abril de 1999.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

Neste Anexo estão incluídas as substâncias relacionadas no "Code of Federal Regulation, US EPA", vol. 40, subparte D, parágrafo 180.1001. item C, 1994 e permitidas pela legislação brasileira.

Ingredientes complementares	Limites	Usos
1,2-dihidro-6-etoxi-2.2.4-trimetil-quinoleno	Não mais do que 0,02% da formulação	antioxidante
2,4,7,9,-tetrametil-5decinodiol poli (oxietileno) sendo o conteúdo de óxido de etileno 5, 10 ou 30 moles		tensoativo
2,4,7,9 -tetrametil-5decino-4,7-diol	Não mais do que 2,5% da formulação	tensoativo
2-etil-1-hexanol	Não mais do que 2,5% da formulação	solvente, coadjuvante de tensoativo
3,6-dimetil-4-octin-3,6-diol	Não mais do que 2,5% da formulação	tensoativo
abietato de dietileno glicol		tensoativo, coadjuvante
acetato de amila		solvente, cossolvente, atrativo
acetato de etila		solvente, cossolvente
acetato de sódio		tamponante
acetona		solvente
ácido acético		catalizador
ácido alquil (C8 a C34) benzenossulfônico e seus sais de amônia, cálcio, magnésio, potássio, sódio e zinco		tensoativo
ácido ascórbico		estabilizante, preservante
ácido benzóico	2% da formulação	conservador
ácido cítrico		sequestrante
ácido clorídrico		solvente, neutralizante
ácido esteárico		diluente
ácido etilenodiaminotetracético	3% da formulação	sequestrante
ácido fosfórico		tamponante
ácido lático		solvente
ácido oleico		diluente
ácido oxálico		sequestrante de cálcio em água dura
ácido palmítico		diluente
ácido propiônico		catalisador
ácido sórbico, e seu sal de potássio		preservante de formulação
ácido sulfúrico	0,1% da formulação	agente de controle de pH
ácido sullfuroso		preservante
ácidos alcanóicos e alquenóicos mono e diésterers de a-hidro-whidroxipoli (oxietileno) com peso molecular entre 200 e 6000		emulsificante
ácidos graxos		ligante, antiespumante, lubrificante
ácidos graxos derivados do óleo de soja		solvente, cossolvente
aguarraz mineral		solvente, cossolvente, diluente
álcool cetílico	Não mais do nque 5,0% da formulação	retardante de evaporação
álcool etílico		solvente, cossolvente
álcool isopropílico		solvente, cossolvente
álcool láurico		tensoativo
álcool metílico		solvente
álcool n-hexílico		solvente, cossolvente
álcool tetrahidrofurfurílico		solvente, cossolvente
alfa(p-alquilfenil)-omega hidroxipoli (oxietileno) produzido pela condensação de 1 mol de alquilfenol (alquil sendo uma mistura de tetrâmeros e pentâmeros de propileno com média de C13) com 6 moles de óxido de etileno		tensoativo
alfa(p-dodecilfenil)-omega hidroxipoli (oxietileno) produzido pela condensação de um mol de dodecilfenol grupo dodecil sendo um tetrâmero de propileno) com uma média de 4-14 ou 30-70 leno; se f moles de óxido de etileno; se for utilizada uma mistura de produtos, o número médio de moles de óxido de etileno utilizados na reação de obtenção de cada um dos produtos componentes da mistura deverá estar na faixa de 4-14 ou de 30-70		tensoativo
alfa-alquil (Cs a C14) omega hidroxipoli(oxipropileno) copolímero de bloco com polioxietileno; o conteúdo de polioxipropileno sendo de 1-3 moles; 0 polioxietileno sendo de 4-12 moles; peso molecular médio de aproximadamente 635		tensoativo
alfa celulose		diluente sólido, excipiente
alfa-cis-9-octadecenil-omega hidroxipoli(oxietileno); o grupo octadecenil sendo derivado do álcool oleilico e a média de poli (oxietileno) sendo de 20 moles		tensoativo
alfa-lauril-omega-hidroxipoli (oxietileno), peso molecular médio de 600		emulsificante
alfa-olefina sulfonato de sódio (C14C16)		tensoativo
alfa-oleil-omega-hidroxipoli (oxietileno), peso molecular médio de 600		tensoativo
alfa-alquil (C8 a 18)-omega-hidroxipoli (oxietileno) com conteúdo de polioxietileno entre 2 e 30 moles		solvente, cossolvente, tensoativo
alfa-(o,p-dinonil-fenil) alfahidroxipoli(oxietileno) produzido pela condensação de um mol de Dinonilfenol (o grupo nonil sendo um trimero de propileno) com uma média de 4 a 14 ou 140 a 160 moles de óxido de etileno		tensoativo
alfa-(p-(1,1,3,3,-tatranetilbutil) fenil)-omega hidroxipoli (oxietileno) produzido pela condensação de 1 mol de p (1,1,3,3-tetrametilbutil) fenol com entre 1 a 14 ou 30 a 70 moles de óxido de etileno: se for usada uma mistura de produtos, o número médio de moles de óxido de etileno correspondente a cada componente da mistura deverá ser entre 1 a 14 ou 30 a 70		tensoativo
alfa-(p- Nonilfenil omega hidroxipoli (oxietileno) produzido pela condensação de 1 mol de nonilfenol (o grupo nonil sendo um trímero de propileno) com uma média de 4-14 ou 30-90 moles de óxido de etileno; se for utilizada uma mistura de produtos, o número de moles de óxido de etileno utilizado para obter cada um dos componentes deverá estar na faixa de 4-14 ou 30-90.		tensoativo
alfa-butil-omega- hidroxipoli (oxipropileno) polímero de bloco com poli (oxietileno); molecular entre 2400 e 3500 peso		tensoativo
Alfa-hidro-omega - hidroxipoli molecular (oxipropileno); peso molecular 4000		solvente
alfa-(p-(1,1,3,3 tetrametilbutil)fenil)omega hidroxipoli (oxietileno) produzido pela condensação de 1 mol de p (1,1,3,3-tetrametilbutil) fenol com uma média de 4-14 ou 30-70 moles de óxido de etileno; se for utilizada uma mistura de produtos, o número médio de moles de óxido de etileno utilizado em cada um dos produtos da mistura deve satisfazer a exigência acima		tensoativo
alfa-estearoil-omega- hidroxipoli (oxietileno), conteúdo de poli(oxietileno médio sendo ou 8, 9 ou 40 moles; se for utilizada uma mistura de produtos, o número médio de moles de óxido de etileno utilizado em cada um dos produtos da mistura deve satisfazer exigência acima a		tensoativo
alfa-estearoil-omega- hidroxipoli (oxietileno), peso molecular médio de 600		emulsificante
alginato de propilenoglicol		antiespumante
alginato de sódio		estabilizante
alquil (C8 a C16) sulfato e seus sais de amônia, cálcio, isopropilamina, magnésio, potássio, sódio e zinco		tensoativo
alumínio silicato de sódio		diluente sólido, excipiente

amido (batata, tapioca, trigo)		diluente sólido, excipiente
amido de milho		diluente sólido, excipiente
anidrido acético		solvente, cossolvente
areia		diluente sólido, excipiente
argila montmorilonita		diluente sólido, excipiente
argila montmorilonita	conteúdo de PTFE igual ou menor a 0,5% em peso de argila	excipiente
argila tipo atapulgita		diluente sólido, excipiente, espessante
argila tipo caulinita		diluente sólido, excipiente
aveia		diluente sólido, excipiente
bagaço de laranja		diluente sólido, excipiente
banha (toucinho)		diluente sólido, excipiente
bentonita		diluente sólido, excipiente
benzoato de sódio	2,0% p/pda formulação	antiaglomerante
bicarbonato de amônia		tensoativo, agente de suspensão, dispersante
bicarbonato de sódio		neutralizante
breu, madeira		tensoativo
breu, parcialmente dimerizado		tensoativo
breu, parcialmente hidrogenado		tensoativo
butano		propelente
butil - hidroxianisol		antioxidante
butil - hidroxitolueno		antioxidante
butóxido de piperonila		sinergista
calcáreo		diluente sólido, excipiente
calcita		diluente sólido, excipiente
carbonato de amônia		sinergista em formulações, de fosfeto de alumínio
carbonato de cálcio		diluente sólido, excipiente
carbonato de magnésio		agente antiaglomerante, condicionador
carboximetilcelulose sódica		tensoativo, agente de suspensão
carvão ativado		carga
casca de amêndoas		diluente sólido, excipiente
casca de amendoim		diluente sólido, excipiente
casca de cacau		diluente sólido, excipiente
casca de nozes		diluente sólido, excipiente
caseína		tensaotivo, emulsionante, umectante
caulim		diluente sólido, excipiente
cera de abelha		agente de revestimento
cera de carnaúba		agente de revestimento
cera de petróleo		agente de revestimento
ceras sintéticas de petróleo		aglomerante, agente de revestimento
ciclohexanona		solvente, diluente, estabilizante
citrato de cálcio		diluente sólido, excipiente
cloreto de amônia		intensificador quando usado com nitrato de amônio como dessecante ou desfolhante. Anticimbustivo quando usado em formulações de fosfeto de alumínio e fosfeto de magnésio
cloreto de cálcio		estabilizante
cloreto de dialquil (C8 a C18) dietilamônia	Não mais do que 0,2% da formulação	agente floculante na fabricação de sílica, sílica hidratada para uso como diluente sólido, excipiente
cloreto de magnésio		diluente
cloreto de metileno	50% p/p da formulação	solvente, diluente
cloreto de potássio		diluente sólido, excipiente
cloreto de sódio		diluente sólido, excipiente
cola animal		tensoativo, adesivo
copolímero de metacrilato de estearil - dimetacrilado de 1,6-hexanodiol	peso molecular mínimo de 100.000	regulador de taxa de liberação em formulações de feromônios
copolímero dimetacrilato de lautil metacrilado de 1,6-hexanodiol	peso molecular mínimo de 100.000	regulador de taxa de liberação em formulações de feromônios
copolímero de 12 - hidroxi - ácido esteárico-etileno glicol com peso molecular 5000		agente de suspensão, dispersante, tensoativo
copolímero de ácido maleico monobutil éster-vinil metil éter com peso molecular mínimo		adesivo de revestimento se sementes, gel e antitranspirante
copolímero de ácido maleico monoetiléster - vinil metil éter com peso molecular mínimo 46.000		adesivo de revestimento se sementes, gel e antitranspirante
copolímero de ácido maleico monoisopropil éster-vinil metil éter com peso molecular mínimo 49.000		adesivo de revestimento se sementes, gel e antitranspirante
copolímero de bloco de alfa - (p-nonilfenol-omega-hidroxipoli (oxipropileno) e poli (oxietileno) contendo poli (pxipropileno) entre 10-60 moles e poli (oxietileno) entre 10-80 moles, com peso molecular de 1200-7100		tensoativo
copolímero de éter metil vinílicoácido maleico pelo molecular mínimo 75.000		dispersante
copolímero de metil metacrilato - ácido metacrílico-matacrilato de polietilenoglicol com peso molecular mínimo de 18.000		agente de suspensão, tensoativo
copolímero metacrílico do lautil-etilenoglicol dimetcrilato	peso molecular mínimo de 100.000	regulador de taxa de liberaão em formulações de feromônios
clorato de potássio		comburente
croscarmelose sódica		desintegrante, diluente sólido, excipiente e espessante
dextrina		tensoativo, agende de suspensão, disspersante
dextrina de milho		diluente sólido, excipiente
dextrose		diluente sólido, excipiente
diatomita (terra diatomácea)		diluente sólido, excipiente
dicarboximida		sinergista
dipester de ácido oleico de alfa-hidro-omega-hidroxipoli (pxietileno) com peso molecular médio de 400		tensoativo
diisobutil-naftalenossulfonato de sódio		tensoativo
dimetilpolisiloxano		antiespumante
dioctilsulfoccinato de sódio		tensoativo
dióxido de carbono		propelente
dióxido de silício, amorfo		anti-aglomerante deslizante excipiente
dipropilenoglicol		solvente, cossolvente
dodecilfenoxibenzeno disulfonato de sódio		tensoativo
dolomita		diluente sólido, excipiente
enxofre		comburente
estearato de alumínio		tensoativo
estearato de amônio		tensoativo
estearato de cálcio		diluente sólido, excipiente
estearato de magnésio		tensoativo
éster metílico de breu, parcilamente hidrogenado		tensoativo
éster proílico do ácido gálico		antioxidante

ésteres de sorbitan de ácido graxos (ácidos graxcos limitados a C13, C14, C16 e C18, contendo peqwuenas quantidades de ácidos graxos correlatos) e seus derivados; o conteúdo médio de poli (oxietileno) devendo ser de 5-20 moles		tensoativo
ésteres do ácido diacetil tartárixo de mono e diglicerídios de ácidos graxos comestíveis		emulsionante
ésteres metílicos de ácidos graxos de cadeia longa		anti-empoirante, tensoativo
ésteres metílicos de ácidos graxos derivados de óleos e gorduras comestíveis		solvente, cossolvente
ésteres poligliceriltálicos de ácidos graxos de óleo de coco		tensoativo
ésteres poliglicérides de ácidos graxos		tensoativo
éter de petróleo		solvente, cossolvente
etileno diamino tetra-acetato dihidreto de sódio e zinco		sequestrante
farelo e farinha de arroz		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de aveia		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de casca de côco		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de milho		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de moagem de café		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de peixe		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de polpa de citrus		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de trigo		diluente sólido, excipiente
farelo e farinha de soja	tensoativo	
fosfato de cálcio		diluente sólido, excipiente
fosfato de potássio		tamponante
fosfato dissódico		agente antiaglomerante, agente condicionador
fosfato tricálcio		tensoativo, agente de suspensão, dispersante, antiaglomerante, condicionador
fosfato trissódico		tensoativo, emulsificante, molhante
furcelerano		espessante
gipsita (gesso)		diluente sólido, excipiente
glicerol		espessante
goma arábica (acácia)		tensoativo, agente de suspensão, dispersante
goma carragena		espessante
goma guar		tensoativo
goma xantâmica		espessante
grafite		diluente sólido, excipiente
granito		diluente sólido, excipiente
hexamelofosfato de sódio		tensoativo, emulsificante, umectante, agente de suspensão, dispersante, tamponante
hexametilenotetraamina		preservante
hexilenoglicol		solvente, cossolvente
hidrocarbonetos derivados de petróleo, leves		solvente, diluente
hidrocarbonetos derivados de petróleo, sintéticos parafínicos		solvente, diluente
hidróxido de amônia		diluente, excipiente
hidróxido de cálcio		solvente, cossolvente, neutralizante, agente de solubilização
hidróxido de potássio		diluente sólido, excipiente
hidróxido de sódio		neutralizante
hidroxietilcelulose		neutralizante
hidroxipropil metil celulose		espessante
hidroxi tolueno butilado (BHT)		espessante
hipoclorito de cálcio		bactericida, alvejante, conservante
isobutano		propelente
isopropilisohexilnaftaleno sulfonato de sódio		tensoativo
laca, alvejada, refinada, grau alimentício, livre de arsênico e breu		agente de revestimento
lactose		diluente sólido, excipiente
lauril glicerileter sulfonato de sódio		tensoativo
lecitina		tensoativo
lignina de pinho		adsorvente
melaço		atrativo, isca
metacrilado de sódio polimerizado		controle de pH
metasilicitado de sódio		tensoativo, emulsificante, umectante, dispersante, tamponante
metil isobutil cetona		solvente
metil n-amil cetona		solvente, cossolvente
metilcelulose		espessante
metilfenilglicidato de etileno		aromatizante sintético
mica		diluente sólido, excipiente
mistura de ésteres de dihidrogenofosfato e monohidrogenofosfato de Alfa - (p-Nonilfenol)- omega-hidroxipoli (oxietileno) e seus sais de amônia, cálcio, magnésio, monoetanolamina, potássio, sódio e zinco; o grupo nonil sendo um isomero do trímero de propileno e o conteúdo médio de polioxietileno sendo de 4 a 14 ou 30 moles		tensoativo
mistura de ésteres de dihidrogenofosfato e monohidrogenofosfato de Alfa -(p- tert - butilfenil)-omega hidroxipoli (oxietileno) e seus sais correspondentes de amônia cálcio, magnésio, monoetanolamina, potássio, sódio e zinco; o conteúdo médio de moles de polioxietileno sendo entre 4 e 12 moles		tensoativo
mistura de ésteres dihidrogenofosfato e monohidrogenofosfato de Alfa- (0, pdinonil-fenil)-omega-hidroxipoli (oxietileno) e seus sais de amônia, magnésio, cálcio, monoetanolamina potássio, sódio e zinco; o grupo nonil sendo um trímero de propileno e o conteúdo médio de poli (oxietileno) sendo entre 4 e 14 moles		tensoativo
mistura de glucosideos mistura de octil e com decil oligosacarídeos e subprodutos de reação (principalmente n- decanol) produzido como uma solução aquosa (68-72% de sólidos) da reação entre álcoois de cadeia linear C9 (45%) e C10 (55%) com glucose anidra		tensoativo
mistura de nonil, decil e undecil. glucosideos com mistura se nonil, decil e undecil oligosacarídeos e subprodutos de reação (principalmente decanol e undecanol) produzido como um liquido em base aquosa (50 a 65% de sólidos) a partir da reação de álcoois primários (contendo 15 a 20% de isômeros secundários) em uma proporção de 20% Co, 40% Cio e 40% C€1 com carbohidratos (média da proporção glucose / alquil entre 1,3 a 1,8)		tensoativo
misturas de disulfonato de monoalquil e dialquil (C8 - C16) fenoxibenzeno contendo não menos que 70% de produto monoalquilato		tensoativo
mono, di e triacetato de glicerila		solvente, cossolvente
mono, di e tributil naftalenossulfonato de sódio		tensoativo
mono, di e trisopropil naftalenossulfonato de sódio		tensoativo
mono e diglicerídeos de ácidos graxos C8-C18		tensoativo
mono e dimetil naftalenossulfonato de sódio com peso molecular de 245-260		tensoativo
mono fosfato de amônia	Não mais que 3,75% em pesoo de formulação	fumigação pós colheita com fosfeto de alumínio
monoestearato de glicerila		emulsificante
monoestearato de sorbitans poli (oxietileno) 20		tensoativo
n-butanol		solvente, cossolvente
n-lauroil-N-metilaune sódico		tensoativo
n-metil-pirrolidona	10% da formulação	conservante
n-octil-sulfóxido de isossafrol		sinergista
n-oleil-N-metiltaurina		tensoativo
N-palmitoil-N-metiltaurino sódico		tensoativo
n-propanol		solvente, cossolvente
nafta de petróleo		componente de agente de revestimento
nitrogênio		propelente
octaacetato de sacarose		adesivo

octacloro-dipropil-eter		sinergista
oleil sulfato de sódio		tensoativo
óleo de algodão		diluente
óleo de cachalote		agente de revestimento
óleo de côco		tensoativo, emulsionante, umectante
óleo de fígado de bacalhau		solvente, cossolvente
óleo de gergelim		sinergista
óleo de mamona		tensoativo
óleo de milho		solvente, cossolvente
óleo de peixe		solvente, cossolvente
óleo de pinho (óleo-resina)		tensoativo
óleo de semente de linho epoxidado		tensoativo
óleo de soja		solvente, cossolvente
óleo de soja epoxidado		tensoativo
óleo mineral		diluente. excipiente, solvente
oxicloreto de fósforo		catalizador
óxido de alumínio		diliuente
ácido de cálcio		diluente sólido, excipiente
óxido de ferro		diluente sólido, excipiente
óxido de magnésio		diluente sólido, excipiente
óxido de zinco		agente de revestimento
óxido manganoso		diluente sólido, excipiente
p-hidroxibenzoaton de propila		conservante
pálmotato de ascorbila		preeservante
parafina sintética e seus derivados succínicos		excipiente, aglomerante, agente de revestimento
pedra-pomes		diluente sólido
pedra sabão		diluente sólido
pentaeritritol ester do anidro maleico de breu modificado		plastificante
petrolatum		plastificante
pirofilita		agente de revestimento
pirofosfato ácido de sódio		diluente sólido, excipiente
pirofosfato tetrassódico		tensoativo, agente de suspensão, dispersante, tamponante
Poli (metileno -p-nonilfenoxi) - poli(oxietileno) etanol; conteúdo médio de poli (oxietileno) entre 4 - 12 moles		agente de revestimento
poli (metileno p-tert-butilfenoxi 0- poli(oxietileno)etanol; conteúdo médio de poli (oxietileno) entre 4 - 12 moles		agente de revestimento
poli(oxi- 1,2- etanedil), alfa (carboximetil) produzido pela omega (nonilfenoxi) condensação de um mol de nonilfenol (sendo o grupo nonil um trimero do propileno) com uma média de 4-14 ou 30-90 moles de óxido de etileno. As faixas de pesos moleculares médios são de 454-894 e 1596-4236		tensoativo
Poli (vinilpirrolidona); peso molecular médio acima de 40000		tensoativo
polietileno, oxidado		agente de revestimento
polietileno		aglomerante, excipiiente e agente de revestimento
polietilenoglicol (alfa-hidro omega-hidroxipoli (oxietileno)); peso molecular médio de 194 a 9500		tensoativo
polímero de bloco de Alfa -(p Nonilfenil- omega - hidroxipoli (oxipropileno) com poli (oxietileno); conteúdo médio de poli (oxietileno) estando entre 30 90 moles, peso molecular médio de 3000		tensoativo
polimero de bloco de poli (oxipropileno) e poli (oxietileno); com peso molecular médio entre 1800-16000		tensoativo
polímero dimetilacrilato de 1,12 dodecanodiol	peso molecular minimo 100.000	controlador de taxa de liberação de formulações de feromônios
polimero dimetilacrílico de 1,6- hexanodiol	peso molecular minimo 100.000	regulador de taxa de liberação de formulações de feromônios
polimero de etilenoglicol dimetilacrilato	peso molecular minimo 100.000	regulador de taxa de liberação de formulações de feromônios
polimeros de b-pineno		tensoativo
polímeros derivados dos seguintes monômeros: ácido acrilico, forma sódica; acrilato de butila; acrilato de etila; ácido metacrilico e seus sais de amônia e potássio e metacrilato de metila		tensoativo
polpa de maça		diluente sólido, excipiente
polpa seca de casca de uva		diluente sólido, excipiente
polysorbate 65		emulsificante
propano		propelente
propilenoglicol		solvente, cossolvente

propionato de sódio		preservante de formulações
proteína de soja, isolada		adesivo
quartzo		diluente sólido, excipiente
querosene		solvente
raiz de alcaçuz		diluente sólido
resina de cumarona-indeno		componente de agente de revestimento
resina de poliéster modificada derivada de etilenoglicol, ácido fumárico e breu		cobertura resinosa
rodamina B		corante
sabão (sais de sódio ou potássio de ácidos graxos)		tensoativo, emulsificante, umectante
sabugo de milho		diluente sólido, excipiente
sacarose		diluente sólido
sais de ácidos graxos		aglomerante, emulsificante, antiaglomerante
sais de amina do ácido dodecilbenzeno sulfônico		controlador de taxa de liberação de formulações de feromônios
sais de amônia, cálcio, magnésio, potássio, sódio e zinco de lignossulfonato		tensoativo
sais de amônia, cálcio, magnésio, potássio, sódio e zinco de sulfato de Alfa- (p-Nonilfenil-omega hidroxipoli (oxietileno); o grupo nonil sendo um trímero de propileno e o conteúdo médio de poli (oxietileno) de 4 moles		tensoativo
sais de cálcio de breu parcialmente dimerizado		agente de revestimento
sal sódico de acetato de tridecipoli (oxietileno); onde o conteúdo médio de óxido de etileno é de 6-7 moles		tensoativo
sal sódico de ácido oleico sulfatado		tensoativo
Sal sódico de sulfato de alfa - lauril - omega hidroxipoli (oxietileno); sendo o conteúdo de poli (oxietileno) de 3-4 moles		tensoativo
sal sódio de ácido lignossulfônico etoxilado		tensoativo

sal tetra sódico do ácido etileno diamino tetraacético	5% da formulação	sequestrante
sec-Alquil (C€ 1 C15) poli (oxietileno) acetato de sódio; conteúdo médio de óxido de etileno de 5 moles		tensoativo
serragem de madeira		diluente sólido, excipiente
sílica, hidratada		diluente sólido, excipiente
silicato de cálcio		diluente sólido, excipiente
silicato de magnésio		diluente sólido, excipiente
silicato de potássio e alumínio		diluente sólido, excipiente
silicato de sódio		tensoativo, emulsificamnte, estabilizante, inibidor
silicones metilados		antiespumante
sorbitol		antiempoeiramento
sulfato de alfa- alqui (C12 a C15) omega hidroxipoli (oxietileno) e - seus sais de amônia, cálcio, magnésio, potássio, sódio e zinco, sendo conteúdo médio de polioxietileno de 3 moles		tensoativo
sulfato de amônia		tensoativo
sulfato de magnésio		diluente sólido, excipiente
sulfato de potássio		diluente sólido, excipiente
sulfato de sódio		diluente sólido, excipiente
sulfato de zinco (básico e monohidratado)		agente de revestimento, diluente sólido, excipiente
sulfato férrico		diluente sólido, excipiente
sulfeto de sódio		estabilizante
talco		diluente sólido, excipiente
terra de infusórios		diluente sólido, excipiente
tiossulfato de amônia		intensificador quando usado com nitrato de amônia como dessecante ou desfolhante
tolueno		solvente, cossolvente
tripolifosfato de sódio		tamponante, tensoativo, agente de suspensão, dispersante, antiaglomerante, condicionador
uréia		estabilizante, inibidor
vermiculita		diluente sólido, excipiente
xarope de milho		agente de reidratação
xileno	20% na formulação	tensoativo
xisto calcáreo		diluente sólido, excipiente
zeólita (silicato alcalino de alumínio hidratado)		tamponante

ANEXO II

Cálculo da estimativa de exposição por via dérmica e inalatória
I - Cálculo da estimativa de exposição por via dérmica
estimativa de exposição por via dérmica = A. B. C. D. E. F. 30 x 12.519.500, sendo:
A = Depósito de Princípio Ativo por unidade de área exposta da pele do indivíduo (mg/cm2);
B = Quantidade do Princípio Ativo aplicado por m2 superfície (kg/cm2);
C = Números de m2 "tratados" por ano, estimando a pior situação possível;
D = Área cutânea do indivíduo exposto ao produto;
E = Porcentagem de absorção do Princípio Ativo pela via dérmica (~10%);
F = Número de dias de "contato" por semana;
G = Número de anos de contato (30);
H = Número de dias da semana (7);
I = Vida média da população (70);
J = Número de dias por ano (365); e
K = Peso corpóreo médio do indivíduo exposto (70kg).
II - Cálculo da estimativa de exposição por via inalatória
Estimativa de exposição por via inalatória = A. B. C. D. E. F. 30 12519500, sendo:
A = Concentração do Princípio Ativo por m3 de ar ambiente próximo ao indivíduo (mg/m3);
B = Quantidade do Princípio Ativo aplicado por m3 (kg/m3);
C = Números de m3 "tratados" por ano, estimando a pior situação possível;
D = Tempo (em horas) gasto para tratar cada m3;
E = Quantidade de ar respirado por hora em trabalho com esforço físico (= 1,8m3 /hora);
F = Porcentagem de absorção, por via respiratória, do Princípio Ativo em suspensão no ar (100% = 1);
G = Número de dias de "aplicação" por semana (5);
H = Número de anos de contato (30);
I = Número de dias da semana (7);
J = Vida média da População (70);
K = Número de dias por ano (365); e
L = Peso corpóreo médio do indivíduo exposto (70kg).

ANEXO III

Conteúdo máximo permitido por tipo de formulação

Pronto para Uso	Conteúdo Máximo Permitido
Líquidos	1.000ml
Líquidos premidos	750 ml
Pós secos	250 g
Granulados	50 g
Peletizados	50g
Iscas	50g
Gel	50g

ANEXO IV

Grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento adequado

Grupo Químico	Ação Tóxica	Antídoto e Tratamento Adequado
Organofosforados	Inibição de colinesterases	Atropina, oximas e tratamento sintomático
Carbamatos	Inibição de colinesterases	Atropina e tratamento sintomático
Piretrinas e piretróides	Distúrbios sensoriais cutâneos, hipersensibilidade, neurite periférica	Anti-histamínicos e tratamento sintomático
Amido-hidrazona (hidrometilnona)	Inibição da respiração celular	Tratamento sintomático

RESOLUÇÃO - RDC Nº 710, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da quinta etapa de consolidação, Pertinências temáticas MEDICAMENTOS em observância ao que prevê a Portaria nº 488/GADIP-DP/ANVISA, de 23 de setembro de 2021 e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

OBJETO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em observância ao que prevê o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, componentes da pertinência temática medicamentos.

Parágrafo único. A revogação tratada no caput deste artigo se aplica às normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES PONTUAIS

Art. 2º Os artigos 3º e 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 5, de 13 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.3º.....

§1º O encaminhamento dos processos de que trata o caput à área técnica, de acordo com a etapa em que se encontrarem, é de responsabilidade:

I - da área técnica da unidade organizacional responsável pela regularização de medicamentos e produtos biológicos, na fase de retratação;

II - da unidade organizacional responsável por processar e julgar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelas unidades organizacionais da Agência, em primeira instância administrativa; ou

III - do Gabinete do Diretor sorteado como relator do recurso, em última instância administrativa.

.....

Art. 4º Caberá a unidade organizacional responsável pela regularização de medicamentos e produtos biológicos organizar o procedimento de análise dos processos e petições que retornem para análise técnica em decorrência das disposições desta Resolução da Diretoria Colegiada." (NR)

Art. 3º O art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 58, de 10 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º O peticionamento da notificação de alteração de texto de bula deverá ser eletrônico, conforme código de assunto específico, e deverá seguir orientações contidas no sítio eletrônico da Anvisa para submissão eletrônica de texto de bula.

....." (NR)

Art. 4º O caput do art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 278, de 16 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.10 Os ensaios de desempenho devem atender aos respectivos procedimentos e critérios de comparabilidade definidos na Instrução Normativa - IN nº 33, de 16 de abril de 2019, ou outra que vier a lhe substituir." (NR)

Art. 5º O caput do art. 3º da Instrução Normativa - IN nº 33, de 16 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º Para os efeitos dessa Instrução Normativa, são adotadas as definições previstas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 278, de 16 de abril de 2019, ou outra que vier a lhe substituir." (NR)

Art. 6º O inciso V do art. 9º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 413, de 20 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"V - ICH Harmonised tripartite guideline. Quality of biotechnological products: stability testing of biotechnological/biological products - Q5C, de 30 de novembro de 1995, e suas atualizações;" (NR)

Art. 7º O art. 2º da Instrução Normativa - IN nº 80, de 16 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O fabricante do radiofármaco deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido e emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento objeto de registro será fabricado, ou protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF.

§1º A ausência do CBPF válido emitido pela Anvisa não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.

§2º No caso de existir mais de um local de fabricação ou de etapas de produção, todas as empresas envolvidas na cadeia produtiva do medicamento deverão possuir CBPF válido e expedido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento objeto de registro será fabricado, conforme local ou etapa de sua responsabilidade.

§3º No caso de produtos importados, além de possuir protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF, deverá ser apresentada cópia de documento de comprovação de boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos, por linha de produção, válido e emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária do país fabricante. " (NR)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam revogados:

I - a Resolução - RE nº 124, de 14 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 72, de 15 de abril de 2014, Seção 1, pág. 86;

II - o art. 5º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 58, de 10 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 197, de 13 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 659;

III - os incisos I a XI do art. 3º da Instrução Normativa - IN nº 33, de 16 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 74, de 17 de abril de 2019, Seção 1, pág. 202; e

IV - o item 5 da seção I do Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 80, de 16 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União nº 245, de 23 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 130.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO-RDC Nº 711, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários dos amidos, biscoitos, cereais integrais, cereais processados, farelos, farinhas, farinhas integrais, massas alimentícias e pães.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários dos amidos, biscoitos, cereais integrais, cereais processados, farelos, farinhas, farinhas integrais, massas alimentícias e pães.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica à farinha desengordurada de soja.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - amido: produto amiláceo extraído de partes comestíveis de cereais, tubérculos, raízes ou rizomas;

II - biscoito ou bolacha: produto obtido pela mistura de farinhas, amidos ou féculas com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não, podendo apresentar cobertura, recheio, formato e textura diversos;

III - cereal integral: cariopse intacta de alpiste, amaranto, arroz, arroz selvagem, aveia, centeio, cevada, fonio, lágrimas-de-Jó, milheto, milho, painço, quinoa, sorgo, teff, trigo, trigo sarraceno e triticale ou qualquer derivado quebrado, trincado ou flocado, cujos componentes anatômicos - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - estão presentes na proporção típica que ocorre na cariopse intacta, sendo permitidas perdas de até 2% do grão;

IV - cereal processado: produto obtido a partir de cereais laminados, cilindrados, rolados, inflados, flocados, extrudados, pré-cozidos ou por outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos, podendo apresentar cobertura, formato e textura diversos;

V - farelo: produto resultante do processamento de grãos de cereais ou leguminosas, constituídos principalmente de casca e gérmen, podendo conter partes do endosperma;

VI - farinha: produto obtido de partes comestíveis de uma ou mais espécies de cereais, leguminosas, frutos, sementes, tubérculos e rizomas por moagem ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos;

VII - farinha integral: produto resultante da trituração ou moagem de cariopses intactas de alpiste, amaranto, arroz, arroz selvagem, aveia, centeio, cevada, fonio, lágrimas-de-Jó, milheto, milho, painço, quinoa, sorgo, teff, trigo, trigo sarraceno e triticale, onde os componentes anatômicos - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - estão presentes na proporção típica que ocorre no grão intacto, sendo permitidas perdas de até 2% do grão ou 10% do farelo;

VIII - massa alimentícia: produto obtido da farinha de trigo (gênero Triticum), de derivados de trigo durum (Triticum durum L.) ou de derivados de outros cereais, leguminosas, raízes ou tubérculos, resultante do processo de empasto e amassamento mecânico, sem fermentação, podendo ser apresentado seco, fresco, pré-cozido, instantâneo ou pronto para o consumo, em diferentes formatos e recheios; e

IX - pão: produto obtido do processo de cocção de farinha adicionada de líquido, fermentados ou não, podendo apresentar cobertura, recheio, formato e textura diversos.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os cereais processados, as massas alimentícias e os pães podem ser adicionados de outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

Art. 4º Os amidos, os farelos e as farinhas devem cumprir os seguintes limites máximos de umidade:

I - 15%, no caso de amidos de cereais, farelos e farinhas;

II - 21%, no caso de amido de batata; e

III - 18%, no caso de amido de mandioca.

Art. 5º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Amido", seguido do nome comum das espécies vegetais utilizadas;

II - "Biscoito" ou "Bolacha";

III - no caso de cereais processados, por designação consagrada pelo uso;

IV - "Farelo", seguido do nome comum das espécies vegetais utilizadas;

V - "Farinha", seguido do nome comum das espécies vegetais utilizadas;

VI - "Farinha integral", seguido do nome comum das espécies vegetais utilizadas;

VII - "Massa alimentícia"; e

VIII - "Pão".

§1º No caso de amidos obtidos de raízes, tubérculos ou rizomas, a denominação de venda pode ser "Fécula", seguida do nome comum das espécies vegetais utilizadas.

§2º No caso de mistura de farelos, a denominação de venda deve ser "Mistura de farelos", seguida do nome comum das espécies vegetais utilizadas.

§3º No caso de mistura de farelos com outros ingredientes, a denominação de venda deve ser "Mistura à base de farelos".

§4º No caso de massa alimentícia obtida exclusivamente de farinha de trigo (gênero Triticum), a denominação de venda pode ser "Macarrão".

§5º No caso de massa alimentícia obtida exclusivamente de derivados de farinha de trigo durum (Triticum durum L.), a denominação de venda pode ser acrescida da expressão "de trigo durum".

§6º No caso de massa alimentícia obtida a partir da substituição parcial da farinha de trigo, a denominação de venda deve ser acrescentada da expressão "mista".

§7º Os produtos de que trata o caput desse artigo podem ser denominados por denominações consagradas pelo uso, podendo ser acrescida de expressões relativas ao ingrediente que caracteriza o produto, processo de obtenção, forma de apresentação, finalidade de uso e ou característica específica.

Art. 6º No rotulagem de misturas à base de farelos deve constar a seguinte advertência, em destaque e em negrito: "O Ministério da Saúde adverte: não existem evidências científicas de que este produto previna, trate ou cure doenças".

Parágrafo único. A rotulagem dos produtos de que trata o caput desse artigo não pode conter declarações de que o produto é indicado para suprir deficiências nutricionais.

Art. 7º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos:

a) na Resolução - RES nº 383, de 5 de agosto de 1999, no caso de pães e biscoitos;

b) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 77, de 5 de setembro de 2000, no caso de trigo, milho, centeio, arroz, aveia, cevada e sorgo;

c) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 60, de 5 de setembro de 2007, no caso de cereais processados, farinhas e massas alimentícias; e

d) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 27, de 26 de maio de 2009, no caso de biscoitos e pães.

II - boas práticas de fabricação estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;

III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1º de julho de 2022;

IV - enriquecimento e restauração de alimentos estabelecida na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998;

V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;

VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022;

VII - regularização estabelecidos na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;

VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;

IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022; e

X - rotulagem nutricional estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.

Art. 8º A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução -RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 10. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 23 de setembro de 2005, Seção 1, pág. 368.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO-RDC Nº 712, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos de composição e rotulagem dos alimentos contendo cereais e pseudocereais para classificação e identificação como integral e para destaque da presença de ingredientes integrais.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos de composição e rotulagem dos alimentos contendo cereais e pseudocereais para classificação e identificação como integral e para destaque da presença de ingredientes integrais.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica às farinhas integrais e aos produtos constituídos exclusivamente por cereais integrais.

Art. 2º Para fins desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - ingrediente integral: cariopses intactas de alpiste, amaranto, arroz, arroz selvagem, aveia, centeio, cevada, fonio, lágrimas-de-Jó, milheto, milho, painço, quinoa, sorgo, teff, trigo, trigo sarraceno e triticale, ou qualquer derivado quebrado, trincado, flocado, moído, triturado ou submetido a outros processos tecnológicos considerados seguros para produção de alimentos, cujos componentes anatômicos - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - estão presentes na proporção típica que ocorre na cariopse intacta; e

II - ingrediente refinado: qualquer derivado de cariopses de alpiste, amaranto, arroz, arroz selvagem, aveia, centeio, cevada, fonio, lágrimas-de-Jó, milheto, milho, painço, quinoa, sorgo, teff, trigo, trigo sarraceno e triticale, no qual, pelo menos, um dos seus componentes anatômicos - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - não está na proporção típica que ocorre na cariopse intacta.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO E DE ROTULAGEM PARA CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS CONTENDO CEREAIS E PSEUDOCEREAIS COMO INTEGRAL

Art. 3º Os alimentos contendo cereais e pseudocereais serão classificados como integral quando os seguintes requisitos de composição forem atendidos no produto tal como exposto à venda:

I - o produto contiver, no mínimo, 30% de ingredientes integrais; e

II - a quantidade dos ingredientes integrais for superior à quantidade dos ingredientes refinados.

Parágrafo único. No caso de mentos concentrados ou em pó que requerem reconstituição, os requisitos de composição que trata o caput desse artigo devem ser atendidos no alimento pronto para o consumo, conforme instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo.

Art. 4º Os alimentos de que trata o art. 3º desta Resolução podem apresentar na sua denominação de venda a expressão "integral", desde que a porcentagem total de ingredientes integrais presentes no produto seja declarada na denominação de venda, com caracteres do mesmo tipo, tamanho e cor.

§1º No caso de produtos líquidos, a expressão "integral" deve ser substituída pela expressão "com cereais integrais".

§2º No caso dos alimentos concentrados ou em pó que requerem reconstituição, a declaração da porcentagem total de ingredientes integrais de que trata o caput desse artigo deve ser informada considerando o produto pronto para o consumo, conforme instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo.

CAPÍTULO III

REQUISITOS DE ROTULAGEM PARA DESTAQUE DOS INGREDIENTES INTEGRAIS NOS ALIMENTOS CONTENDO CEREAIS E PSEUDOCEREAIS

Art. 5º A presença de ingredientes integrais pode ser destacada na rotulagem dos alimentos contendo cereais e pseudocereais, desde que a porcentagem destes ingredientes no produto tal como exposto à venda seja declarada próxima ao destaque, com caracteres de mesma fonte, cor, contraste e, no mínimo, mesmo tamanho do destaque.

§1º Caso os alimentos não atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º desta Resolução, não podem constar na denominação de venda do produto os termos "integral", "com cereais integrais" ou qualquer outro que destaque a presença de ingredientes integrais.

§2º Caso os alimentos atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º desta Resolução e destaquem o total de ingredientes integrais em seu painel principal com caracteres de maior tamanho e visibilidade do que aqueles empregados na denominação de venda do produto, a declaração da porcentagem total de ingredientes integrais de que trata o art. 4º desta Resolução deve estar localizada junto ao destaque.

§3º No caso dos alimentos concentrados ou em pó que requerem reconstituição, a declaração da porcentagem dos ingredientes integrais destacados de que trata o caput desse artigo deve ser informada considerando o produto pronto para o consumo, conforme instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo.

Art. 6º Sem prejuízo do disposto no art. 5º desta Resolução, a rotulagem dos alimentos que não atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º desta Resolução não pode conter vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou representações gráficas que indiquem que o produto é classificado como integral.

Art. 7º Para os produtos contendo cereais e pseudocereais destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação, as informações de que tratam os arts. 4º e 5º desta Resolução podem ser fornecidas alternativamente nos documentos que acompanham o produto ou por outros meios.

CAPÍTULO IV

DETERMINAÇÃO DAS PORCENTAGENS DE INGREDIENTES INTEGRAIS NOS ALIMENTOS CONTENDO CEREAIS E PSEUDOCEREAIS

Art. 8º A porcentagem do ingrediente integral deve ser determinada com base na quantidade do ingrediente adicionado ao alimento no momento da sua fabricação em relação ao peso do produto final tal como exposto à venda.

§1º Para a determinação de que trata o caput desse artigo, poderão ser considerados como ingredientes integrais a mistura de farinha refinada, farelo e gérmen, desde que estes ingredientes sejam:

I - adicionados ao alimento em quantidades que garantam que os componentes anatômicos - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - estejam presentes na proporção típica que ocorre na cariopse intacta; e

II - declarados na lista de ingredientes como "farinha integral reconstituída", seguida do nome comum da espécie vegetal utilizada.

§2º Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 3º, no §2º do art. 4º e no § 3º do art. 5º desta Resolução, a determinação de que trata o caput desse artigo deve ser realizada com base na quantidade do ingrediente adicionado ao alimento no momento da sua fabricação em relação ao peso do produto pronto para o consumo, conforme instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo.

§3º As porcentagens de que tratam o caput desse artigo devem ser expressas em números com uma cifra decimal, exceto nos casos em que a primeira cifra decimal for zero, nos quais a declaração deve ser expressa em números inteiros.

§4º Para fins de arredondamento dos percentuais, aplicam-se os seguintes requisitos:

I - quando a segunda casa decimal for menor que 5 (cinco), a primeira casa decimal deve ser mantida inalterada; e

II - quando a segunda casa decimal for maior ou igual a 5 (cinco), a primeira casa decimal deve ser arredondada para cima em 1 (uma) unidade.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve estar disponível para consulta ou disponibilizada à autoridade competente, quando solicitada.

Parágrafo único. Os moinhos devem fornecer informações aos fabricantes de alimentos sobre a proporção dos constituintes - endosperma amiláceo, farelo e gérmen - que ocorrem nos ingredientes integrais e refinados fornecidos.

Art. 10. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 11. Fica estabelecido o prazo até 22 de abril de 2023 para adequação dos produtos de que trata esta Resolução.

§1º No caso das massas alimentícias, o prazo de que trata o caput desse artigo será até 22 de abril de 2024.

§2º A adequação dos produtos de que trata o caput desse artigo deve ser feita de maneira integral, em ato único.

Art. 12. Os produtos fabricados até o final do prazo de adequação de que trata o art. 11 desta Resolução poderão ser comercializados até o fim do seu prazo de validade.

Art. 13. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 493, de 15 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 74, de 22 de abril de 2022, Seção 1, pág. 236.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 713, DE 1º DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários dos gelados comestíveis e dos preparados para gelados comestíveis.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários dos gelados comestíveis e dos preparados para gelados comestíveis.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - gelados comestíveis: produtos congelados obtidos a partir de uma emulsão de gorduras e proteínas, ou de uma mistura de água e açúcares; e

II - preparados para gelados comestíveis: produtos que, após serem submetidos ao congelamento, resultam em gelados comestíveis, sem necessidade de adição de outros ingredientes.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os gelados comestíveis podem ser adicionados de outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

Art. 4º Os gelados comestíveis devem possuir densidade aparente mínima de 475 gramas por litro.

Art. 5º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - no caso dos gelados comestíveis, por denominação consagrada pelo uso; ou

II - "Preparados para gelados comestíveis".

Parágrafo único. A denominação de venda dos produtos de que tratam os incisos I e II desse artigo podem ser acrescidas de expressões relativas ao ingrediente que caracteriza o produto, o processo de obtenção, a forma de apresentação ou outra característica específica.

Art. 6º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 3, de 15 de janeiro de 2007;

II - boas práticas de fabricação estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 267, de 25 de setembro de 2003;

III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1º de julho de 2022;

IV - enriquecimento e restauração de alimentos estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998;

V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;

VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022;

VII - regularização estabelecidos na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;

VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;

IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022; e

X - rotulagem nutricional estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.

Art. 7º A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 9º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 22 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União n° 184, de 23 de setembro de 2005, Seção 1, pág. 370.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 714, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários para enriquecimento e restauração de alimentos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários para enriquecimento e restauração de alimentos.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos alimentos que possuem normas específicas que proíbem ou disciplinam o enriquecimento ou a restauração.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - enriquecimento: adição de um ou mais nutrientes essenciais, contidos naturalmente ou não no alimento, com o objetivo de reforçar o seu valor nutritivo ou de prevenir ou corrigir deficiências nutricionais;

II - nutriente: substância química consumida normalmente como componente de um alimento, que forneça energia, que seja necessária para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção da saúde e da vida, ou cuja deficiência resulte em mudanças químicas ou fisiológicas características;

III - nutriente essencial: nutriente necessário para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde e da vida que não é sintetizado pelo organismo ou que é sintetizado em quantidade insuficiente; e

IV - restauração: adição de um ou mais nutrientes essenciais com a finalidade de repor a quantidade perdida durante o processamento ou o armazenamento.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O enriquecimento e a restauração de alimentos são permitidos, desde que sejam observados os seguintes critérios:

I - nenhuma substância nociva ou inadequada deve ser introduzida ou formada;

II - interações negativas com outros nutrientes ou componentes do alimento não podem ocorrer;

III - os nutrientes essenciais adicionados devem estar presentes em quantidades que não impliquem em uma ingestão excessiva ou insignificante, considerando as quantidades derivadas de outros alimentos da dieta e as necessidades dos consumidores aos quais o produto que se destina;

IV - as quantidades de nutrientes essenciais adicionados não podem alcançar níveis terapêuticos no alimento; e

V - os ingredientes utilizados como fonte de nutrientes essenciais devem ser biodisponíveis e seguros.

Art. 4º O enriquecimento de alimentos para programas institucionais é permitido, desde que sejam observados os seguintes critérios adicionais:

I - exista uma baixa ingestão do nutriente comprovada por estudos epidemiológicos;

II - o alimento selecionado como veículo do nutriente seja ou venha a ser consumido significativamente pela população vulnerável ou com carência nutricional; e

III - o enriquecimento seja realizado de forma compatível com a deficiência da população afetada.

Art. 5º Para enriquecimento ou restauração dos alimentos com vitaminas e minerais, devem ser observados os seguintes critérios adicionais:

I - as vitaminas e os minerais que podem ser adicionados restringem-se àqueles listados no Anexo I desta Resolução;

II - os ingredientes adicionados como fonte de vitaminas e minerais devem estar na forma elementar, de sal ou composto de comprovada biodisponibilidade;

III - no caso de restauração, a quantidade da vitamina ou do mineral presente naturalmente no alimento deve atender aos limites mínimos estabelecidos no Anexo I desta Resolução; e

IV - no caso de enriquecimento igual ou superior aos limites mínimos estabelecidos no Anexo I desta Resolução, o alimento deve ter sua denominação de venda convencional acrescida de uma das seguintes expressões:

a) "Enriquecido com Vitamina(s)";
b) "Fortificado com Vitamina(s)";
c) "Vitaminado";
d) "Enriquecido com Mineral(is)";
e) "Fortificado com Mineral(is)";
f) "Enriquecido com Vitamina(s) e Mineral(is)";
g) "Fortificado com Vitamina(s) e Mineral(is)";
h) "Enriquecido com ... (citar nome dos nutrientes)"; ou
i) "Fortificado com... (citar nome dos nutrientes)".

§1º Para aplicação dos incisos III e IV desse artigo deve ser considerado o valor do nutriente em 100 gramas ou 100 mililitros do produto pronto para o consumo, conforme instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo.

§2º Para garantir a quantidade declarada na rotulagem, é permitida a sobredosagem de vitaminas e minerais, desde que justificada tecnologicamente.

Art. 6º O enriquecimento e a restauração de alimentos com aminoácidos são permitidos, desde que sejam realizados para:

I - repor as quantidades de aminoácidos perdidos do alimento original, em função do processamento; ou

II - corrigir limitações de aminoácidos em produtos formulados à base de proteínas incompletas, em quantidade suficiente para atingir o perfil de aminoácidos de uma das proteínas de referência estabelecidas no Anexo II desta Resolução.

Parágrafo único. Os ingredientes adicionados como fontes de aminoácidos devem fornecer estes nutrientes na forma levogira, com exceção da DL metionina.

Art. 7º O alimento que tenha sido submetido a enriquecimento ou restauração também deve observar os requisitos sanitários estabelecidos nas normas que disciplinam a identidade, qualidade, segurança e rotulagem do alimento original.

Parágrafo único. Todo alimento que tenha sido submetido a enriquecimento ou restauração deve observar os requisitos de rotulagem estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, e na Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020, ou outras que lhes vierem a substituir.

Art. 8º No caso de alimentos submetidos à restauração, as expressões "Restaurado com ... (citar o nome dos nutrientes)" ou "Com reposição de ... (citar os nomes dos nutrientes)", podem ser utilizadas no painel principal.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 10. Fica revogada a Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor no dia 9 de outubro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LIMITES MÍNIMOS DE VITAMINAS E MINERAIS PARA ENRIQUECIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE ALIMENTOS

Nutrientes	Unidades	Quantidades mínimas naturalmente presentes para restauração	Quantidades mínimas para designação de líquidos enriquecidos	Quantidades mínimas para designação de sólidos enriquecidos
Vitamina A	µg RE	60	90	180
Vitamina D	µg	0,5	0,75	1,5
Vitamina C	mg	4,5	6,75	13,5
Vitamina E	mg	1	1,5	3
Tiamina	mg	0,12	0,18	0,36
Riboflavina	mg	0,13	0,195	0,39
Niacina	mg	1,6	2,4	4,8
Vitamina B6	mg	0,13	0,195	0,39
Ácido fólico	µg	24	36	72
Vitamina B12	µg	0,24	0,36	0,72
Biotina	µg	3	4,5	9
Ácido pantotênico	mg	0,5	0,75	1,5
Vitamina K	µg	6,5	9,75	19,5
Colina	mg	55	82,5	165
Cálcio	mg	100	150	300
Ferro	mg	1,4	2,1	4,2
Magnésio	mg	26	39	78
Zinco	mg	0,7	1,05	2,1
Iodo	µg	13	19,5	39
Fósforo	mg	70	105	210
Flúor	mg	0,4	0,6	1,2
Cobre	µg	90	135	270
Selênio	µg	3,4	5,1	10,2
Molibdênio	µg	4,5	6,75	13,5
Cromo	µg	3,5	5,25	10,5
Manganês	mg	0,23	0,345	0,69

ANEXO II

PERFIL DE AMINOÁCIDOS DAS PROTEÍNAS DE REFERÊNCIA

Aminoácidos	Proteínas de referência (miligrama de aminoácido por grama de proteína)		
	Ovo	Leite de vaca	Carne bovina
Histidina	22	27	34
Isoleucina	54	47	48
Leucina	86	95	81
Lisina	70	78	89
Metionina e cistina	57	33	40
Fenilalanina e tirosina	93	102	80
Treonina	47	44	46
Triptofano	17	14	12
Valina	66	64	50
Total incluindo a histidina	512	504	479
Total excluindo a histidina	490	477	445

RESOLUÇÃO - RDC Nº 715, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários do sal hipossódico, dos alimentos para controle de peso, dos alimentos para dietas com restrição de nutrientes e dos alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários do sal hipossódico, dos alimentos para controle de peso, dos alimentos para dietas com restrição de nutrientes e dos alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos seguintes produtos:

I - alimentos à base de cereais para alimentação infantil;

II - alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância;

III - alimentos com modificações para enriquecimento ou restauração dos nutrientes essenciais;

IV - bebidas dietéticas ou de baixa caloria;

V - bebidas alcoólicas;

VI - fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo;

VII - fórmulas infantis;

VIII - fórmulas para nutrição enteral;

IX - suplementos alimentares; e

X - produtos que contenham substâncias medicamentosas ou indicações terapêuticas.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - adoçante dietético: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de sacarose, frutose e glicose;

II - alimento hipossódico: alimento para fins especiais elaborado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de sódio;

III - alimento para controle de peso: alimento para fins especiais formulado e elaborado de forma a apresentar composição definida e adequada para suprir parcialmente as necessidades nutricionais do indivíduo e que sejam destinado a propiciar redução, manutenção ou ganho de peso corporal;

IV - alimento para dietas com restrição de gorduras: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de gorduras;

V - alimento para dietas com restrição de lactose: alimento para fins especiais processado ou elaborado para eliminar ou reduzir o conteúdo de lactose, tornando-os adequados para a utilização em dietas de indivíduos com doenças ou condições que requeiram a restrição de lactose;

VI - alimento para dietas com restrição de outros mono e dissacarídeos: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de outros mono e dissacarídeos;

VII - alimento para dietas com restrição de proteínas: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de aminoácidos ou proteínas;

VIII - alimento para dietas com restrição de sacarose, frutose ou glicose: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de sacarose, frutose ou glicose;

IX - alimento para fins especiais: alimento especialmente formulado ou processado, no qual são realizadas modificações no conteúdo de nutrientes, a fim de atender às necessidades de indivíduos com condições metabólicas e fisiológicas específicas;

X - alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares: alimento para fins especiais formulado para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de açúcares;

XI - alimento para ganho de peso por acréscimo às refeições: alimento para controle de peso destinado ao ganho de peso por acréscimo de até duas refeições diárias;

XII - alimento para manutenção de peso por substituição parcial das refeições: alimento para controle de peso destinado à manutenção de peso por substituição de uma refeição diária;

XIII - alimento para redução de peso por substituição parcial das refeições: alimento para controle de peso destinado à redução de peso por substituição de até duas refeições diárias;

XIV - alimento para redução de peso por substituição total das refeições: alimento para controle de peso destinado à redução de peso por substituição total das refeições diárias;

XV - farinhas de trigo e de milho para dietas com restrição de ferro: farinhas de trigo e de milho especialmente processadas sem a adição de ferro para atender às necessidades de indivíduos que necessitam de dietas com restrição de ferro; e

XVI - sal hipossódico: alimento para fins especiais elaborado a partir da mistura de cloreto de sódio com outros sais, que mantenha poder salgante semelhante ao do sal de mesa e que forneça, no máximo, 50% do teor de sódio na mesma quantidade de cloreto de sódio.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os alimentos para controle de peso devem ser elaborados com proteínas de origem animal ou vegetal e com outros ingredientes apropriados para atingir os requisitos de composição essencial estabelecidos nos Anexos I, II e III desta Resolução.

Art. 4º Os alimentos para dietas com restrição de nutrientes e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares devem atender os requisitos de composição essencial estabelecidos no Anexo IV desta Resolução.

Art. 5º O sal hipossódico deve:

I - ser apresentado na forma de cristais brancos, com granulação uniforme;

II - ser inodoro e ter sabor salino-salgado próprio; e

III - ser adicionado dos seguintes ingredientes:

a) sal (cloreto de sódio) enriquecido com iodo, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 604, de 10 de fevereiro de 2022, ou outra que lhe vier a substituir; e

b) cloreto de potássio.

Parágrafo único. O produto de que trata o caput desse artigo pode ser adicionado:

I - dos sucedâneos opcionais listados no Anexo V desta Resolução, desde que sua soma não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total da formulação; e

II - dos aditivos alimentares permitidos para o sal de mesa e do aditivo alimentar gluconato de sódio, INS 576, na função de sequestrante e com limite máximo de uso quantum satis.

Art. 6º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Adoçante dietético";

II - "Sal com reduzido teor de sódio", no caso de sal hipossódico que fornece, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do teor de sódio contido na mesma quantidade de cloreto de sódio;

III - "Sal para dieta com restrição de sódio", no caso do sal hipossódico que fornece, no máximo, 20% (vinte por cento) do teor de sódio contido na mesma quantidade de cloreto de sódio; ou

IV - pelo nome do alimento convencional seguido da finalidade a que se destinada, no caso dos demais alimentos abrangidos por esta Resolução.

Art. 7º A rotulagem dos alimentos para controle de peso deve conter a declaração:

I - da advertência "Consumir somente sob supervisão de médico e/ou de nutricionista", em destaque e negrito no painel principal;

II - da orientação "Ao consumir este alimento aumentar a ingestão diária de água", em destaque e em negrito;

III - da instrução do modo de uso do alimento para redução, manutenção ou ganho de peso corporal; e

IV - da orientação "Este produto não deve ser usado na gestação, amamentação e por lactentes, crianças, adolescentes e idosos, exceto sob indicação de médico ou nutricionista", em destaque e em negrito, no caso dos alimentos para redução por substituição parcial das refeições, alimentos para manutenção de peso por substituição parcial das refeições e alimentos para ganho de peso por acréscimo às refeições.

Parágrafo único. A rotulagem dos produtos de que trata o caput desse artigo não pode fazer menção ao eventual ritmo ou quantidade de redução ou ganho de peso resultante do consumo dos alimentos, nem a qualquer diminuição da sensação de fome ou aumento da sensação de saciedade.

Art. 8º A rotulagem dos alimentos para dietas com restrição de nutrientes e dos alimentos para ingestão controlada de açúcares deve conter a declaração:

I - da advertência "Diabéticos: contém...", seguido do nome dos mono ou dissacarídeos, em negrito, no caso de alimentos com glicose, frutose ou sacarose;

II - da advertência "Contém fenilalanina", em negrito, no caso de alimentos adicionados do aditivo alimentar edulcorante aspartame;

III - da advertência "Este produto pode ter efeito laxativo", em negrito, no caso de alimentos cuja previsão razoável de consumo resulte na ingestão diária superior a 20 (vinte) gramas de manitol, 50 (cinquenta) gramas de sorbitol ou 90 (noventa) gramas de polidextrose ou outros poliois que possam ter efeito laxativo;

IV - da orientação "Consumir preferencialmente sob orientação de nutricionista ou médico", em negrito;

V - da instrução clara do modo de preparo, quando o alimento não for ofertado pronto para o consumo;

VI - da instrução dos cuidados de conservação e armazenamento, antes e depois de abrir a embalagem, quando for o caso;

VII - da informação "isento de lactose", "zero lactose", "0% lactose", "sem lactose" ou "não contém lactose", próxima à denominação de venda do alimento, no caso dos alimentos para dietas com restrição de lactose que sejam isentos de lactose;

VIII - da informação "baixo teor de lactose" ou "baixo em lactose", próxima à denominação de venda do alimento, no caso dos alimentos para dietas com restrição de lactose que sejam baixo teor de lactose; e

IX - da informação "enriquecida com ácido fólico" próxima à denominação de venda do alimento, no caso das farinhas de trigo ou de milho para dietas com restrição de ferro.

Art. 9º A rotulagem do sal hipossódico deve conter a declaração:

I - da porcentagem da redução do teor de sódio em relação ao sal convencional (cloreto de sódio), em destaque, no painel principal;

II - a advertência "Usar preferencialmente sob a orientação do médico e/ou nutricionista", no caso do sal com reduzido teor de sódio; e

III - a advertência "Usar somente sob a orientação do médico e/ou nutricionista", no caso do sal para dieta com restrição do sódio.

Parágrafo único. A rotulagem do sal com reduzido teor de sódio pode conter a declaração das seguintes expressões:

I - Light;

II - Less;

III - Lite;

IV - Reduced;

V - Minus;

VI - Lower; e

VII - Low.

Art. 10. A rotulagem dos produtos abrangidos por esta Resolução pode conter a declaração da expressão "Diet".

Parágrafo único. O disposto no caput desse artigo não se aplica à rotulagem:

I - das farinhas de trigo ou de milho para dietas com restrição de ferro; e

II - do sal com reduzido teor de sódio.

Art. 11. A rotulagem do sal hipossódico, dos alimentos para dietas com restrição de nutrientes e dos alimentos para dietas com ingestão controlada de açúcares deve ser diferente daquela empregada nos alimentos convencionais ou similares da mesma empresa, de maneira que não induza o consumidor a erro.

Art. 12. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:
I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos:
a) na Portaria SVS/MS nº 28, de 13 de janeiro de 1998; ou
b) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 24 de março de 2008, no caso dos alimentos para controle de peso, dos alimentos para dietas com restrição de nutrientes de açúcares e dos alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares.
II - boas práticas de fabricação estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.
III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1º de julho de 2022;
IV - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;
V - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022;
VI - regularização estabelecidos na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;
VII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;
VIII - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022; e
IX - rotulagem nutricional estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, e na Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020.
Art. 13. Os alimentos para dietas com restrição de nutrientes e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares podem ser comercializados fracionados ou à granel, desde que no ponto de venda sejam afixadas, em lugar visível, as exigências de rotulagem constantes dos arts. 8º e 12 desta Resolução.
Art. 14. A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizados, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 16. Revogam-se as seguintes disposições:
I - Portaria SVS/MS nº 54, de 4 de julho de 1995;
II - Portaria SVS/MS nº 29, de 13 de janeiro de 1998;
III - Portaria SVS/MS nº 30, de 13 de janeiro de 1998;
IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 135, de 8 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 29, de 9 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág. 44; e
V - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 155, de 5 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 8 de maio de 2017, Seção 1, pág. 45.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor em 9 de outubro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DE SUCEDÂNEOS DO CLORETO DE SÓDIO AUTORIZADOS PARA USO NO SAL HIPOSSÓDICO

SUCEDÂNEOS	RESTRIÇÕES
Ácido adípico, glutâmico, cítrico, lático e mélico.	Ácidos livres.
Sulfato de potássio e sais de potássio, cálcio e amônio dos ácidos adípico, glutâmico, carbônico, succínico, lático, tartárico, cítrico, acítico, hidroclorídrico e ortofosfórico.	O teor de fósforo (P) não pode exceder a 4% (quatro por cento) e o teor de amônio (NH4+) a 3% (três por cento) da mistura de sais empregados.
Sais de colina dos ácidos acético, carbônico, lático, tartárico, cítrico e hidroclorídrico, misturados com outros sucedâneos do cloreto de sódio isentos de colina autorizados para uso no sal hipossódico.	
Sais de magnésio dos ácidos adípico, glutâmico, carbônico, succínico, lático, tartárico, cítrico, acítico, hidroclorídrico e ortofosfórico, misturados com outros sucedâneos do cloreto de sódio isentos de magnésio autorizados para uso no sal hipossódico.	O teor de magnésio (Mg++) não pode ser maior do que 20% (vinte por cento) do total de cátions de potássio (K+), cálcio (Ca++) e amônio (NH4+) presentes na mistura de sucedâneos. O fósforo (P) não pode exceder a 4% (quatro por cento) da mistura dos sais empregados.

ANEXO II
REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO ESSENCIAL QUE DEVEM SER OBSERVADOS NOS ALIMENTOS PARA CONTROLE DE PESO

Tipo de alimento para controle de peso	Requisitos de composição essencial a serem observados	
Alimentos para redução de peso por substituição parcial das refeições	**Valor energético**	O valor energético deve ser igual ou maior do que 200 (duzentas) quilocalorias (kcal) e igual ou menor do que 400 (quatrocentas) kcal por porção do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
	Proteínas	A quantidade de proteína deve ser igual ou maior do que 25% (vinte e cinco por cento) valor energético total (VET) e igual ou menor do que 50% (cinquenta por cento) do VET do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. A quantidade total de proteínas fornecida na recomendação diária do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante, não pode exceder 125 (cento e vinte e cinco) gramas. As proteínas utilizadas no produto devem atender ao perfil de aminoácidos de, pelo menos, uma das proteínas de referência estabelecido no Anexo III desta Resolução. Proteínas que não atendam ao perfil de aminoácidos de uma das proteínas de referência somente podem ser utilizadas caso as concentrações mínimas de proteína sejam aumentadas para compensar a baixa qualidade proteica. Proteínas que não atendam a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do perfil de aminoácidos de, pelo menos, uma das proteínas de referência somente podem ser usadas caso sejam adicionados aminoácidos essenciais na forma levogira, com exceção da DL metionina, até as quantidades necessárias para atingir o perfil de aminoácidos da proteína de referência.
Alimentos para manutenção de peso por substituição parcial das refeições Alimentos para ganho de peso por acréscimo às refeições	**Gorduras**	A quantidade de gorduras totais deve ser igual ou menor do que 30% (trinta por cento) do VET do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. A quantidade de ácido linoleico deve ser igual ou maior do que 3% (três por cento) da energia proveniente das gorduras do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
	Vitaminas e minerais	A quantidade de vitaminas e minerais fornecida deve atender aos limites mínimos estabelecidos no Anexo IV desta Resolução, por porção do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. Os produtos podem ser adicionados de vitamina K, colina, molibdênio e cromo desde que não sejam ultrapassados os limites máximos estabelecidos no Anexo IV desta Resolução na recomendação diária de consumo do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para redução de peso por substituição total das refeições	**Valor energético**	O valor energético deve ser igual ou maior do que 800 (oitocentas) kcal e igual ou menor do que 1.200 (mil e duzentas) kcal na recomendação diária de consumo do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. As porções individuais deverão fornecer aproximadamente 1/3 (um terço) ou 1/4 (um quarto) do valor energético total, caso sejam recomendadas 3 (três) ou 4 (quatro) porções diárias, respectivamente.
	Proteínas	As proteínas utilizadas no produto devem atender ao perfil de aminoácidos de, pelo menos, uma das proteínas de referência estabelecido no Anexo III desta Resolução. Proteínas que não atendam ao perfil de aminoácidos de uma das proteínas de referência somente podem ser utilizadas caso as concentrações mínimas de proteína sejam aumentadas para compensar a baixa qualidade proteica.
	Gorduras	A quantidade de gorduras totais deve ser igual ou menor do que 30% (trinta por cento) do VET do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. A quantidade de ácido linoleico deve ser igual ou maior do que 3% (três por cento) da energia proveniente das gorduras do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.

	Vitaminas e minerais	A quantidade de vitaminas e minerais fornecida deve atender aos limites mínimos estabelecidos no Anexo IV desta Resolução, na recomendação diária de consumo do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante. Os produtos podem ser adicionados de vitamina K, colina, molibdênio e cromo desde que não sejam ultrapassados os limites máximos estabelecidos no Anexo IV desta Resolução na recomendação diária de consumo do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.

ANEXO III
PERFIL DE AMINOÁCIDOS DAS PROTEÍNAS DE REFERÊNCIA QUE DEVEM SER OBSERVADOS NOS ALIMENTOS PARA CONTROLE DE PESO

Aminoácidos	**Perfil de aminoácidos das proteínas de referência (miligrama de aminoácido por grama de proteína)**		
	Ovo	**Leite de vaca**	**Carne bovina**
Histidina	22	27	34
Isoleucina	54	47	48
Leucina	86	95	81
Lisina	70	78	89
Metionina e cistina	57	33	40
Fenilalanina e tirosina	93	102	80
Treonina	47	44	46
Triptofano	17	14	12
Valina	66	64	50
Total incluindo a histidina	512	504	479
Total excluindo a histidina	490	477	445

ANEXO IV
LIMITES MÍNIMOS E MÁXIMOS DE VITAMINAS E MINERAIS QUE DEVEM SER OBSERVADOS NOS ALIMENTOS PARA CONTROLE DE PESO

Nutrientes	**Unidades**	**Fatores de conversão**	**Alimentos para redução de peso por substituição parcial das refeições** **Alimentos para manutenção de peso por substituição parcial das refeições** **Alimentos para ganho de peso acréscimo às refeições**		**Alimentos para redução de peso por substituição total das refeições**	
			Limite mínimo	**Limite máximo**	**Limite mínimo**	**Limite máximo**
Vitamina A	µg RE	1 UI = 0,3 µg de retinol equivalente ou 1,8 mcg de betacaroteno	198	-	600	-
Vitamina D	µg	Sob a forma de colicalciferol. 1 µg de colicalciferol = 40 UI.	0,8	-	2,5	-
Vitamina B1 (Tiamina)	mg		0,3	-	0,8	-
Vitamina B2 (Riboflavina)	mg		0,4	-	1,2	-
Niacina	mg NE	1 mg de niacina equivalente = 1 mg de niacina ou 60 mg de triptofano da dieta.	3,6	-	11,0	-
Ácido pantotênico	mg		1,0	-	3,0	-
Vitamina B6 (Piridoxina)	mg		0,7	-	2,0	-
Vitamina B12 (Cianocobalamina)	µg		0,3	-	1,0	-
Vitamina C	mg		9,9	-	30,0	-
Vitamina E (Tocoferóis)	mg α -TE	1 alfa tocoferol equivalente = 1 mg d-alfa-tocoferol = 1,49 UI = 1,49 mg d-L-alfa acetato de tocoferila	3,3	-	10,0	-
Vitamina K	µg		-	65	-	65
Biotina	µg		5	-	15	
Ácido Fólico	µg		66	-	200	
Colina	mg		-	550	-	550
Cálcio	mg		165	-	500	-
Fósforo	mg		165	-	500	-
Magnésio	mg		115,5	-	350,0	-
Ferro	mg		5,3	-	16,0	-
Zinco	mg		2	-	6	-
Cobre	mg		0,5	-	1,5	-
Iodo	µg		46,2	-	140,0	-
Selênio	µg		18,2	-	55,0	-
Manganês	mg		0,3	-	1,0	-
Potássio	g		0,5	-	1,6	-
Sódio	mg		189,8	-	575,0	-
Cromo	µg		11,6	35	-	35
Flúor	mg		1,3	4	-	4
Molibdênio	µg		14,9	45	-	45

ANEXO V
REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO ESSENCIAL DOS ALIMENTOS PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE NUTRIENTES E DOS ALIMENTOS PARA DIETAS DE INGESTÃO CONTROLADA DE NUTRIENTES

Tipo de alimento	**Requisitos de composição essencial que devem ser observados**
Adoçantes dietéticos	Não podem ser formulados com adição de sacarose, frutose ou glicose.
Alimentos hipossódicos	Devem apresentar redução ou isenção de sódio.
Alimentos para dietas com restrição com gorduras	A quantidade de gorduras totais deve ser igual ou menor do que 0,5 (zero vírgula cinco) grama por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para dietas com restrição de lactose com baixo teor de lactose	A quantidade de lactose deve ser maior que 100 (cem) miligramas por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros e igual ou menor do que 1 (um) grama por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para dietas com restrição de lactose isentos de lactose	A quantidade de lactose deve ser igual ou menor a 100 (cem) miligramas por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para dietas com restrição de outros mono e dissacarídeos	A quantidade do mono ou dissacarídeo de referência deve ser igual ou menor do que 0,5 (zero vírgula cinco) grama por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para dietas com restrição de proteínas	Devem ser totalmente isentos do aminoácido ou da proteína associada ao distúrbio.
Alimentos para dietas com restrição de sacarose, frutose e ou glicose	A quantidade total de sacarose, frutose e glicose deve ser igual ou menor do que 0,5 (zero vírgula cinco) grama por 100 (cem) gramas ou 100 (cem) mililitros do alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares	Não podem ser formulados com adição de açúcares. Podem conter açúcares naturalmente existentes nas matérias-primas utilizadas.
Farinhas de trigo e de milho para dietas com restrição de ferro	Devem ser processadas sem a adição de ferro e atender aos requisitos para enriquecimento com ácido fólico estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 604, de 10 de fevereiro de 2022, ou outra que lhe vier a substituir.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 716, DE 1° JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos produtos obtidos de espécies vegetais com finalidade medicamentosa ou terapêutica.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - café solúvel: produto resultante da desidratação do extrato aquoso de espécies do gênero Coffea, como Coffea arábica L., Coffea liberica Hiern, Coffea canephora Pierre (Coffea robusta Linden), obtidos por métodos físicos, utilizando água como único agente extrator;

II - café torrado: endosperma (grão) beneficiado do fruto maduro de espécies do gênero Coffea, como Coffea arábica L., Coffea liberica Hiern, Coffea canephora Pierre (Coffea robusta Linden), submetido a tratamento térmico até atingir o ponto de torra escolhido, em grãos ou moído, podendo apresentar resquícios do endosperma (película invaginada intrínseca);

III - catchup: produto elaborado a partir da polpa de frutos maduros do tomateiro (Lycopersicum esculentum L.), podendo ser adicionado de outros ingredientes desde que não descaracterizem o produto;

IV - cevada solúvel: produto resultante da desidratação do extrato aquoso da espécie Hordeum vulgaris L., obtido por métodos físicos, utilizando água como único agente extrator;

V - cevada torrada: grão beneficiado da espécie Hordeum vulgaris L., dessecado e submetido à torrefação;

VI - chá: produto constituído de uma espécie vegetal autorizada para o seu preparo, inteira, fragmentada ou moída, com ou sem fermentação, tostada ou não;

VII - chá misto: produto elaborado com duas ou mais espécies vegetais autorizadas para o seu preparo, inteiras, fragmentadas ou moídas, com ou sem fermentação, tostadas ou não;

VIII - chá misto solúvel: produto resultante da desidratação do extrato aquoso de espécie vegetal autorizada para seu preparo, obtido por métodos físicos, utilizando água como único agente extrator;

IX - chá solúvel: produto resultante da desidratação do extrato aquoso de espécie vegetal autorizada para seu preparo, obtido por métodos físicos, utilizando água como único agente extrator;

X - composto de erva-mate: produto, destinado ao preparo de chimarrão ou tererê, constituído de erva-mate, adicionado de especiarias ou espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás;

XI - erva-mate: produto constituído exclusivamente pelas folhas e ramos de Ilex paraguariensis St. Hil., obtido por processo de secagem e fragmentação destinado ao preparo de chimarrão ou tererê;

XII - esgotamento: processo tecnológico utilizado para a retirada parcial ou total das substâncias sápidas ou aromáticas de uma espécie vegetal;

XIII - especiaria: produto constituído de partes de uma ou mais espécies vegetais tradicionalmente utilizadas para agregar sabor ou aroma aos alimentos e bebidas;

XIV - maionese: produto cremoso em forma de emulsão estável, óleo em água, preparado a partir de óleos vegetais, água e ovos, acidificado, podendo ser adicionado de outros ingredientes desde que não descaracterizem o produto;

XV - molho: produto em forma líquida, pastosa, emulsão ou suspensão à base de especiarias, temperos ou outros ingredientes, fermentados ou não, utilizados para preparar ou agregar sabor ou aroma aos alimentos e bebidas;

XVI - produtos descafeinados: produtos obtidos das espécies vegetais autorizadas para seu preparo que tenham sido submetidas a processo de esgotamento para retirada da cafeína; e

XVII - tempero ou condimento preparado: produto obtido da mistura de especiarias e de outros ingredientes, fermentados ou não, empregados para agregar sabor ou aroma aos alimentos e bebidas.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Seção I

Café, cevada, chás e erva-mate

Art. 3º Os produtos abrangidos pela Seção I desta Resolução podem ser adicionados de açúcar, exceto o café torrado, moído ou em grãos, e a cevada torrada.

Art. 4º As espécies vegetais utilizadas para a obtenção dos produtos abrangidos pela Seção I desta Resolução não podem ser previamente esgotadas no todo ou em parte, exceto para a obtenção dos produtos descafeinados.

Art. 5º As partes das espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás constam no Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 159, de 1º de julho de 2022.

Parágrafo único. Os chás, incluindo os mistos e solúveis, podem ser adicionados das partes de espécies vegetais autorizadas para uso como especiarias pelo Anexo II da Instrução Normativa - IN nº 159, de 2022.

Art. 6º O café torrado, moído ou em grãos, a cevada torrada e os produtos solúveis deverão conter, no máximo, 5,0% de umidade.

Art. 7º Os produtos descafeinados devem observar os seguintes limites máximos de cafeína:

I - 0,1%, no caso de chá, café e erva-mate; ou

II - 0,3%, no caso de produtos solúveis.

Art. 8º Os produtos abrangidos pela Seção I desta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Café solúvel";

II - "Café torrado em grão";

III - "Café torrado moído";

IV - "Cevada solúvel";

V - "Cevada torrada", seguida da forma de apresentação;

VI - "Chá", seguido do nome comum da espécie vegetal utilizada, podendo ser acrescido do processo de obtenção, característica específica ou denominações consagradas pelo uso;

VII - "Chá" seguido do nome comum da espécie vegetal utilizada ou de denominação consagrada pelo uso, e da expressão "solúvel", podendo constar expressões relativas ao processo de obtenção;

VIII - "Chá misto", seguido dos nomes comuns das espécies vegetais ou de denominação consagrada pelo uso;

IX - "Chá misto solúvel" ou "Chá" seguido dos nomes comuns das espécies vegetais utilizadas ou de denominação consagrada pelo uso, mais a expressão "solúvel";

X - "Composto de erva-mate" seguido dos nomes comuns das espécies vegetais adicionadas; ou

XI - "Erva-mate" ou "mate", podendo ser seguido das expressões "chimarrão" ou "tererê", conforme a finalidade de uso.

§ 1º Quando os produtos de que tratam os incisos VI, VII, VIII e IX desse artigo forem adicionados de especiarias, a denominação de venda deve ser acrescida de uma das seguintes expressões:

I - "com especiarias"; ou

II - "com...", seguido do nome comum das especiarias utilizadas.

§ 2º Quando os produtos de que tratam os incisos VI, VII, VIII, IX, X e XI desse artigo forem adicionados de açúcar, a denominação de venda deve ser acrescida da expressão "com açúcar".

§ 3º Quando os produtos de que tratam os incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X desse artigo forem adicionados de aditivos alimentares aromatizantes, a denominação de venda deve ser acrescida das expressões "sabor....." ou " sabor artificial.....", conforme o caso, seguido da classificação do aditivo alimentar aromatizante, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 725, de 1º de julho de 2022, ou outra que lhe vier a substituir.

Art. 9º A rotulagem dos produtos abrangidos pela Seção I desta Resolução deve conter:

I - a declaração dos nomes comuns e as partes das espécies vegetais utilizadas nos chás na lista de ingredientes; e

II - a expressão "descafeinado" próximo à denominação de venda, no caso de produtos descafeinados.

Parágrafo único. A rotulagem dos produtos de que trata o caput desse artigo não pode conter indicação de finalidade medicamentosa ou terapêutica ou indicação para lactentes.

Seção II

Especiarias, temperos e molhos

Art. 10. As partes das espécies vegetais autorizadas para uso como especiarias constam no Anexo II da Instrução Normativa - IN nº 159, de 2022.

Art. 11. Os produtos abrangidos pela Seção II desta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Catchup" ou "Ketchup";

II - "Maionese";

III - "Molho" seguido do ingrediente que caracteriza o produto;

IV - no caso de especiarias, pelos nomes comuns das espécies vegetais utilizadas; ou

V - "Tempero" ou "Condimento preparado" seguido do ingrediente que caracteriza o produto, desde que não seja somente o nome comum das espécies vegetais utilizadas.

Parágrafo único. No caso dos incisos III e V desse artigo, o ingrediente que caracteriza o produto pode ser substituído por denominações consagradas pelo uso e as denominações de venda podem ser acrescidas de expressões relativas ao processo de obtenção, forma de apresentação ou característica específica.

Seção III

Requisitos gerais

Art. 12. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem atender aos requisitos das seguintes normas ou outras que lhe vierem a substituir:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia de fabricação, estabelecidos:

a) na Portaria SVS/MS nº 554, de 3 de novembro de 1997, no caso de chás; e

b) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 15 de janeiro de 2007, no caso de especiarias, temperos e molhos;

II - boas práticas de fabricação, estabelecidas na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;

III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1º de julho de 2022;

IV - enriquecimento e restauração de alimentos estabelecida na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998;

V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;

VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022;

VII - regularização estabelecidas na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;

VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;

IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022; e

X - rotulagem nutricional estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.

Art. 13. A utilização de espécie vegetal e suas partes para preparo de chás e para o uso como especiarias não previstas nos arts. 5º e 10 desta Resolução pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra norma que lhe vier a substituir.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 15. Revogam-se as seguintes disposições:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 267, de 22 de setembro de 2005;

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005;

III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 277, de 22 de setembro de 2005;

IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 22 de dezembro de 2006; e

V - arts. 3º e 4º e Anexos I e II da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 450, de 16 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 23 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 120.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 717, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários das águas envasadas e do gelo para consumo humano.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários das águas envasadas e do gelo para consumo humano.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - água adicionada de sais: água para consumo humano preparada e envasada, contendo um ou mais compostos previstos nesta Resolução;

II - água do mar dessalinizada potável: água de origem marinha que tenha sido submetida a processos adequados que resultem em produto envasado que atenda aos requisitos desta Resolução;

III - águas envasadas: compreendem a água mineral natural, a água natural, a água adicionada de sais e a água do mar dessalinizada potável;

IV - água mineral natural: água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais;

V - água natural: água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes, em níveis inferiores aos mínimos estabelecidos para água mineral natural considerando as flutuações naturais;

VI - gelo para consumo humano: água potável em estado sólido;

VII - plano de segurança da água: plano que identifica, avalia e define controles para os perigos associados ao sistema de dessalinização da água do mar; e

VIII - sistema de dessalinização: processo que compreende a captação, tratamento, armazenamento e envase da água do mar para consumo humano.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º As águas envasadas não podem ser adicionadas de ingredientes, exceto:

I - o dióxido de carbono; e

II - os sais de grau alimentício, no caso da água adicionada de sais e da água do mar dessalinizada.

Art. 4º A água mineral natural e a água natural não podem conter concentrações de substâncias acima dos limites máximos definidos no Anexo I desta Resolução.

Art. 5º A água adicionada de sais e o gelo devem ser preparados a partir de água que atenda ao padrão de potabilidade da água estabelecido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, ou outra que lhe vier a substituir.

Art. 6º A água adicionada de sais deverá ser adicionada de, no mínimo, 30 miligramas por litro (mg/L) de um ou mais sais de grau alimentício listados no Anexo II desta Resolução, não podendo exceder os seguintes limites máximos:

I - 250 mg/L de cálcio;

II - 65 mg/L de magnésio;

III - 500 mg/L de potássio; e

IV - 600 mg/L de sódio.

Art. 7º A água do mar dessalinizada, potável e envasada deve:

I - ser produzida em sistema de dessalinização que tenha um Plano de Segurança da Água, seguindo as diretrizes e recomendações estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), estabelecidas no Safe Drinking-water from Desalination (2011) ou outra que lhe vier a substituir;

II - ter uma especificação que contemple a composição físico-química da água e limites de possíveis contaminantes químicos, biológicos ou matérias estranhas que representem risco à saúde do consumidor;

III - atender ao padrão de potabilidade da água estabelecido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, ou outra que lhe vier a substituir; e

IV - cumprir com os seguintes requisitos de composição:

a) máximo de 2,4 mg/L de boro;

b) máximo de 0,4 mg/L de manganês;

c) máximo de 250 mg/L de cálcio;

d) máximo de 65 mg/L de magnésio;

e) máximo de 500 mg/L de potássio;

f) máximo de 600 mg/L de sódio;

g) mínimo de 30 mg/L de sais;

h) máximo de 1,0 µg/L de microcistinas; e

i) não conter contaminantes químicos, biológicos ou matérias estranhas que representem risco à saúde do consumidor.

Parágrafo único. A água do mar dessalinizada pode ser adicionada de sais de grau alimentício listados no Anexo II desta Resolução, desde que não sejam introduzidos contaminantes que afetem a qualidade da água.

Art. 8º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Água adicionada de sais";

II - "Água do mar dessalinizada potável";

III - "Água mineral natural";

IV - "Água natural"; ou

V - "Gelo para consumo humano".

Parágrafo único. A denominação de venda dos produtos de que tratam os incisos I e II desse artigo deve ser realizada em caracteres com, no mínimo, metade do tamanho dos caracteres utilizados na marca do produto.

Art. 9º A rotulagem das águas envasadas deve conter a declaração:

I - da expressão "Com gás" ou "Gaseificada artificialmente", quando forem adicionadas de dióxido de carbono;

II - da expressão "Naturalmente gasosa" ou "Gasosa natural", quando forem naturalmente gasosas;

III - da composição de minerais final do produto, em ordem decrescente de concentração, no caso da água adicionada de sais e da água do mar dessalinizada potável;

IV - da forma de tratamento utilizada, no caso da água adicionada de sais; e

V - das seguintes advertências, em destaque e negrito, no caso da água mineral natural e da água natural:

a) "Contém fluoreto", quando o produto contiver mais que 1 mg/L de fluoreto;

b) "O produto não é adequado para lactentes e crianças com até sete anos de idade", quando contiver mais que 2 mg/L de fluoreto;

c) "O consumo diário do produto não é recomendável: contém fluoreto acima de 2 mg/L", quando contiver mais que 2 mg/L de fluoreto; e

d) "Contém sódio", quando o produto contiver mais que 200 mg/L de sódio.

Parágrafo único. Quando as águas envasadas não forem adicionadas de dióxido de carbono, a rotulagem pode conter a expressão "Sem gás".

Art. 10. A rotulagem das águas envasadas não pode:

I - conter qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas ou terapêuticas; e

II - apresentar dizeres ou representações gráficas que gerem confusão sobre a natureza e a identidade do produto.

Art. 11. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:

I - boas práticas de fabricação estabelecidas:

a) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006, no caso de águas minerais naturais e águas naturais;

b) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 182, de 13 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 53, no caso de águas adicionadas de sais; ou

c) na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, no caso da água do mar dessalinizada e do gelo para consumo humano;

II - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022, publicada no DOU nº 51, de 16 de março de 2022, Seção 1, pág. 119;

III - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de junho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de junho de 2022;

IV - regularização estabelecidas na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000; e

V - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de junho de 2022.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve estar disponível para consulta da autoridade competente.

Parágrafo único. Para fins de regularização da água do mar dessalinizada, potável e envasada, deve ser submetida à Anvisa a documentação de que trata o caput desse artigo e que comprove a autorização de captação da água e licenciamentos emitidos pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 13. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 14. Revogam-se as seguintes disposições:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005; e

II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 316, de 17 de outubro de 2019, publicada no DOU nº 203, de 18 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 116.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LIMITES MÁXIMOS DE SUBSTÂNCIAS NA ÁGUA MINERAL NATURAL E NA ÁGUA NATURAL

Substância	Classificação	Limite máximo	Requisitos específicos
Antimônio	Inorgânica	0,005 mg/L	
Arsênio	Inorgânica	0,01 mg/L	Calculado como arsênio total
Bário	Inorgânica	0,7 mg/L	
Boro	Inorgânica	5 mg/L	
Cádmio	Inorgânica	0,003 mg/L	
Cromo	Inorgânica	0,05 mg/L	Calculado como cromo total
Cobre	Inorgânica	1 mg/L	
Cianeto	Inorgânica	0,07 mg/L	
Chumbo	Inorgânica	0,01 mg/L	
Manganês	Inorgânica	0,5 mg/L	
Mercúrio	Inorgânica	0,001 mg/L	

Níquel	Inorgânica	0,02 mg/L	
Nitrato	Inorgânica	50 mg/L	Calculado como nitrato
Nitrito	Inorgânica	0,02 mg/L	Calculado como nitrito
Selênio	Inorgânica	0,01 mg/L	
Acrilamida	Orgânica	0,5 µg/L	
Benzeno	Orgânica	5 µg/L	
Benzopireno	Orgânica	0,7 µg/L	
Cloreto de Vinila	Orgânica	5 µg/L	
1,2 Dicloroetano	Orgânica	10 µg/L	
1,1 Dicloroeteno	Orgânica	30 µg/L	
Diclorometano	Orgânica	20 µg/L	
Estireno	Orgânica	20 µg/L	
Tetracloreto de Carbono	Orgânica	2 µg/L	
Tetracloroeteno	Orgânica	40 µg/L	
Triclorobenzenos	Orgânica	20 µg/L	
Tricloroeteno	Orgânica	70 µg/L	
Alaclor	Agrotóxicos	20 µg/L	
Aldrin e Dieldrin	Agrotóxicos	0,03 µg/L	
Atrazina	Agrotóxicos	2 µg/L	
Bentazona	Agrotóxicos	300 µg/L	
Clordano (isômeros)	Agrotóxicos	0,2 µg/L	
2,4 D	Agrotóxicos	30 µg/L	
DDT (isômeros)	Agrotóxicos	2 µg/L	
Endossulfan	Agrotóxicos	20 µg/L	
Endrin	Agrotóxicos	0,6 µg/L	
Glifosato	Agrotóxicos	500 µg/L	
Heptacloro e Heptacloro epóxido	Agrotóxicos	0,03 µg/L	
Hexaclorobenzeno	Agrotóxicos	1 µg/L	
Lindano (gama-BHC)	Agrotóxicos	2 µg/L	
Metolacloro	Agrotóxicos	10 µg/L	
Metoxicloro	Agrotóxicos	20 µg/L	
Molinato	Agrotóxicos	6 µg/L	
Pendimetalina	Agrotóxicos	20 µg/L	
Pentaclorofenol	Agrotóxicos	9 µg/L	
Permetrina	Agrotóxicos	20 µg/L	
Propanil	Agrotóxicos	20 µg/L	
Simazina	Agrotóxicos	2 µg/L	
Trifluralina	Agrotóxicos	20 µg/L	
Microcistinas	Cianotoxinas	1 µg/L	
Bromato	Desinfetantes e produtos secundários	0,025 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.
Clorito	Desinfetantes e produtos secundários	0,2 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.
Cloro livre	Desinfetantes e produtos secundários	5 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.
Monocloramina	Desinfetantes e produtos secundários	3 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.
2,4,6 Triclorofenol	Desinfetantes e produtos secundários	0,2 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.
Trihalometanos total	Desinfetantes e produtos secundários	0,1 mg/L	Limite estabelecido de acordo com o desinfetante utilizado.

ANEXO II

SAIS DE GRAU ALIMENTÍCIO AUTORIZADOS PARA ADIÇÃO EM ÁGUA ADICIONADA DE SAIS E ÁGUA DO MAR DESSALINIZADA E POTÁVEL

Sais de grau alimentício autorizados
Bicarbonato de cálcio
Bicarbonato de magnésio
Bicarbonato de potássio
Bicarbonato de sódio
Carbonato de cálcio
Carbonato de magnésio
Carbonato de potássio
Carbonato de sódio
Cloreto de cálcio
Cloreto de magnésio
Cloreto de potássio
Cloreto de sódio
Sulfato de cálcio
Sulfato de magnésio
Sulfato de potássio
Sulfato de sódio
Citrato de cálcio
Citrato de magnésio
Citrato de potássio
Citrato de sódio

RESOLUÇÃO - RDC Nº 718, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o registro, alterações e revalidações de registro dos medicamentos probióticos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I Objeto

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o registro, alterações e revalidações de registro dos medicamentos probióticos.

Seção II Definições

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - certificado de boas práticas de fabricação (CBPF): documento legal, emitido pela Autoridade Sanitária competente do país de fabricação, atestando que determinada linha de produção da empresa cumpre com os requisitos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) estabelecidos pela legislação vigente;

II- componente ativo: componente principal para atividade terapêutica pretendida, utilizada na produção de medicamentos probióticos;

III- detentor do registro (titular do registro): pessoa jurídica que possui o registro de um produto, detentora de direitos sobre ele e responsável pela sua qualidade no Brasil e responsável pelo produto até o consumidor final;

IV- especificação: parâmetros ou limites documentados a que devem atender os produtos ou materiais utilizados ou obtidos durante o processo de fabricação do medicamento probiótico;

V- fabricação: todas as operações que incluem a aquisição de materiais, produção, liberação, estocagem, expedição dos medicamentos probióticos e os controles de qualidade relacionados;

VI- fabricante: detentor da autorização de funcionamento, expedida pela autoridade sanitária competente do país onde está instalada a fábrica, conforme previsto na legislação sanitária vigente do país de fabricação;

VII - fabricante do componente ativo (microrganismos): responsável por todas as operações de aquisição dos materiais necessários para a produção do componente ativo, sua purificação, a liberação de uso, de acordo com especificações pré-estabelecidas por normativas internas, nacionais ou internacionais, o armazenamento, a expedição e os controles de qualidade relacionados;

VIII - fabricante do medicamento probiótico (produto terminado): detentor da autorização de funcionamento, expedida pela autoridade sanitária competente do país onde está instalada a fábrica, conforme previsto na legislação sanitária vigente do país de fabricação e responsável pela liberação de uso do medicamento, de acordo com especificações pré-estabelecidas por normativas internas, nacionais ou internacionais;

IX - formulação: processo tecnológico de responsabilidade do fabricante do medicamento probiótico, de formular o componente ativo em sua forma farmacêutica final, em conformidade com as especificações registradas e autorizadas pela autoridade sanitária competente do país de fabricação;

X - importador: pessoa física ou pessoa jurídica, responsáveis pela entrada de mercadoria procedente do exterior no território nacional;

XI- lote: quantidade definida de matéria-prima, de medicamento probiótico ou material de embalagem fabricado em um único processo ou série de processos, cuja característica essencial é a homogeneidade e qualidade dentro dos limites especificados, ou fração definida da produção, no caso de fabricação contínua;

XII - lote semente: quantidade de ampolas contendo microrganismo preservado, de composição uniforme, obtida a partir de uma cepa preservada de procedência conhecida;

XIII - material de embalagem: qualquer material empregado no processo de embalagem de determinado medicamento probiótico;

XIV- matéria-prima (insumo farmacêutico): qualquer componente ativo ou excipiente, com especificação definida, utilizado na produção do medicamento probiótico;

XV- medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

XVI- medicamento probiótico: preparações ou produtos contendo microrganismos definidos e viáveis em quantidade suficiente para prevenir ou tratar doenças humanas por interação com a microbiota ou com o epitélio intestinal ou com as células imunes associadas ou por outro mecanismo de ação;

XVII - produto probiótico novo: medicamento probiótico que contenha microrganismos não registrados no Brasil;

XVIII - produto probiótico: medicamento probiótico que contenha microrganismos já registrados no Brasil;

XIX- medicamento probiótico terminado: produto que tenha passado por todas as etapas de fabricação tais como: formulação, envase, liofilização, rotulagem, embalagem, armazenamento, controle de qualidade e liberação do produto probiótico para uso;

XX- microbiota: microrganismos que vivem normalmente hospedados no organismo, em local anatômico específico;

XXI - número de lote: combinação definida de números e/ou letras que identificam um determinado lote;

XXII- país de fabricação do medicamento probiótico: local onde é produzido o medicamento probiótico, na forma farmacêutica final, em conformidade com as especificações autorizadas pela autoridade sanitária competente do país de fabricação;

XXIII- potencial probiótico: é a capacidade do microrganismo atingir de forma viável o seu local de ação e exercer um ou mais dos seus possíveis mecanismos de ação probiótica;

XXIV- prazo de validade: data limite para a utilização de um medicamento probiótico com garantia das especificações estabelecidas, com base na sua estabilidade;

XXV- probiótico: microrganismo viável que apresenta efeitos benéficos para a saúde do hospedeiro, promovendo o equilíbrio da microbiota intestinal normal; e

XXVI - validação: ato documentado que atesta que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, operação ou sistema realmente conduza aos resultados esperados.

Seção III Aspectos Gerais

Art 3º Somente os medicamentos probióticos registrados na Anvisa, fabricados ou importados por estabelecimentos devidamente autorizados pelo governo federal nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, ou outra que vier lhe substituir, e licenciados pelo governo estadual para fabricar ou importar, podem ser comercializados, distribuídos e utilizados no país.

Art 4º Todos os medicamentos probióticos, devido à origem biológica do(s) componente (s) ativo(s) e à diversidade dos processos tecnológicos utilizados na sua obtenção, devem ser analisados para registro como "Produto Probiótico Novo".

Art 5º O produto probiótico registrado, que apresenta nova indicação terapêutica, será classificado como produto probiótico novo e deverá apresentar estudos clínicos de fase III comprobatórios de sua segurança e eficácia terapêutica.

Art. 6º No ato do protocolo do pedido de registro de medicamento probiótico, alteração do registro, revalidação do registro, cancelamento de registro e retificação de publicação de registro, o proponente deverá obedecer aos pré-requisitos estabelecidos no Capítulo II desta Resolução.

§ 1º Para as solicitações de descontinuação temporária ou reativação de fabricação devem ser seguidas as orientações da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 4 de abril de 2014, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 2º Para solicitações de expedição de certidões e de Autorização de Fabricação para Fim Exclusivo de Exportação devem ser seguidas as orientações da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2, de 17 de janeiro de 2012, ou outra que vier a lhe substituir, e na Portaria nº 385, de 29 de agosto de 1997, ou outra que vier a lhe substituir, respectivamente.

Art 7º Todos os documentos encaminhados à Anvisa, assim como todas as informações contidas em rótulos, bulas, cartuchos e todo material impresso, devem estar escritos em língua portuguesa atendendo à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 16 de junho de 2011, ou outra que vier lhe substituir.

§ 1º Os documentos oficiais em língua estrangeira apresentados para fins de registro devem ser acompanhados de tradução juramentada.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo 1º deste artigo os documentos oficiais em língua inglesa ou espanhola, que estão dispensados de qualquer tradução, conforme Resolução RDC nº 25, de 2011.

Art. 8º O registro de medicamentos probióticos fabricado em outros países somente pode ser concedido no Brasil se o mesmo estiver registrado e liberado para uso em seu país de origem e/ou de fabricação, de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, ou outra que vier a lhe substituir.

Parágrafo único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto no caput desse artigo, deverá ser apresentada comprovação do registro em vigor, emitida pela autoridade sanitária do país em que seja comercializado ou autoridade sanitária internacional e aprovado em ato próprio da Anvisa, de acordo com a Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 9º Caso o fabricante que formula o medicamento probiótico terminado não seja o produtor do componente ativo (microrganismo), o solicitante do registro de medicamento probiótico deve declarar, na solicitação do registro, a origem do mesmo.

§ 1º O detentor do registro do medicamento probiótico, no caso de haver alteração da origem do componente ativo, deverá apresentar documentos que atestam a manutenção da qualidade do mesmo.

§ 2º No ato do protocolo do pedido de registro do medicamento probiótico, o solicitante deve entregar a documentação referente aos laudos de controle de qualidade de 3 (três) lotes consecutivos do componente ativo do medicamento probiótico a registrar.

Art. 10. A cepa dos microrganismos utilizada pelo fabricante para produzir o componente ativo do medicamento probiótico deve ser especificada e identificada e deve-se utilizar o conceito de lote semente.

Parágrafo único. O tipo do meio de cultura utilizado para a multiplicação desses microrganismos deve ser específico.

Art. 11. Caso o processo de produção do medicamento probiótico inclua a utilização de derivados de animais ruminantes, o solicitante do registro deve apresentar declaração do fabricante de que o derivado de origem ruminante utilizado no processo de produção cumpre com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002, ou outra que vier a lhe substituir, e com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 68, de 28 de março de 2003, ou outra que vier a lhe substituir.

Art. 12. No caso de solicitação de registro de produto probiótico o solicitante deve demonstrar documentalmente que a cepa de microrganismo utilizada tem as mesmas características da cepa do microrganismo de um medicamento probiótico já registrado.

Art. 13. No ato do protocolo do pedido de registro de medicamento probiótico, o solicitante deve entregar a documentação referente à fabricação e ao controle de qualidade de 3 (três) lotes consecutivos do produto.

Art. 14. Caso o medicamento probiótico seja fabricado por uma empresa que possua mais de um local de fabricação (local alternativo), o solicitante do registro deve entregar a documentação referente à produção e ao controle de qualidade de 3 (três) lotes consecutivos do produto, proveniente de cada local de fabricação.

Art. 15. O detentor de registro de produto que tenha seu registro cancelado, somente poderá obter um novo registro do mesmo produto, se iniciar novamente os trâmites necessários para obter o registro de medicamento probiótico.

Art. 16. O solicitante ou detentor do registro de medicamento probiótico deve demonstrar, documentalmente, ao requerer o registro ou ao iniciar o processo de revalidação do registro, que o produto é fabricado de acordo com os requisitos das Boas Práticas de Fabricação (BPF) para indústria farmacêutica, e que tem estabelecido um programa permanente de validação dos procedimentos utilizados.

Art. 17. Após ter sido protocolada a documentação estabelecida no Capítulo II desta Resolução, os prazos para emissão do parecer final pela Anvisa são os dispostos na Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, ou outra que vier a lhe substituir, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 416, de 27 de agosto de 2020, ou outra que vier a lhe substituir.

Art. 18. O registro de medicamento probiótico (produto probiótico novo e produto probiótico), a alteração de registro e a revalidação de registro, somente serão válidos após publicação de seu deferimento no Diário Oficial da União (DOU).

CAPÍTULO II DOCUMENTOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Seção I Aspectos gerais

Art. 19. O solicitante, ao protocolar a solicitação de registro e suas alterações e revalidações, deve apresentar 1 (uma) via de toda a documentação solicitada e 1 (um) CD-ROM com as mesmas informações gravadas em linguagem eletrônica tipo arquivo pdf.

Parágrafo único. O número de série da mídia eletrônica deve estar explicitado na documentação.

Art. 20. A documentação deverá ter as páginas sequencialmente numeradas pela empresa e deve ser assinada na folha final pelo seu representante legal e pelo seu responsável técnico, o qual também deverá rubricar todas as páginas da parte técnica da documentação.

Art. 21. O solicitante, ao protocolar a solicitação de registro, deve apresentar também a documentação de produção e controle de qualidade de 3 (três) lotes consecutivos.

Seção II Registro de medicamento probiótico

Art. 22. Para o registro de medicamento probiótico, devem ser apresentados no momento do protocolo da petição os seguintes documentos:

I - Formulários de Petição, FP.1 e FP.2, em duas vias, preenchidos no que couber;

II - original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de Vigilância Sanitária;

III - código de Barra EAN para toda as apresentações;

IV - cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Farmácia, comprovando que a empresa solicitante e/ou fabricante tem assistência do farmacêutico responsável habilitado para aquele fim;

V - no caso de produto importado, comprovante do registro no país de origem e/ou fabricação do produto, conforme art. 8º, acompanhado das respectivas bulas aprovadas no país de origem e/ou fabricação do produto;

VI - histórico da situação de registro em outros países, quando for o caso;

VII - relatório técnico do produto, contendo:

a) dados gerais:

1. forma farmacêutica e apresentação;
2. fórmula de composição;
3. vias de administração;
4. instruções de uso, quando for o caso;
5. indicações, finalidade ou uso a que se destina;
6. contra-indicações, quando houver;
7. efeitos colaterais, quando houver;
8. reações adversas, quando houver;
9. restrições ou cuidados que devem ser considerados, quando houver;
10. precauções e advertências, quando houver;
11. interação medicamentosa e alimentar, quando houver;
12. alteração nos testes laboratoriais, quando houver;
13. superdose: sinais, sintomas e condutas, quando houver;
14. prazo de validade; e
15. cuidados de conservação;

b) farmacodinâmica:

1. posologia e modo de usar;
2. justificativas das doses indicadas; e
3. índice terapêutico, quando aplicável;

c) produção e controle de qualidade:

1. composição completa da formulação com todos os seus componentes especificados pelos nomes científicos, para os microrganismos, e nomes técnicos correspondentes e sinônimos para os excipientes, de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), se houver, Denominação Comum Internacional (DCI) ou, na sua ausência, a denominação Chemical Abstracts Service (CAS);

2. quantidades de cada substância expressa no sistema métrico decimal ou unidade padrão;

3. funções que as substâncias desempenham na fórmula;

4. descrição sucinta de todas as operações realizadas no processo de fabricação;

5. relatório descritivo de controle de qualidade, incluindo as provas físicoquímicas, biológicas e microbiológicas, realizado com o(s) microrganismo(s) e com o produto acabado;

6. método analítico utilizado pelo fabricante deve descrito detalhadamente, bem como a metodologia a ser adotada pelo importador, se for o caso;

7. limites de tolerância para os ensaios realizados;

8. código ou convenção utilizados pela empresa para identificação dos lotes ou partidas do produto; e

9. cuidados de armazenagem e procedimentos utilizados durante o transporte do produto acabado, e produtos intermediários, quando for o caso, bem como as formas de acondicionamento e condições a serem mantidas para garantir a qualidade do produto;

d) estudos de estabilidade, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 412, de 20 de agosto de 2020, ou outra que vier a lhe substituir;

e) dados complementares:

1. citar a inscrição da substância ou componentes básicos da fórmula em farmacopéia, formulários ou publicações oficiais de padronização farmacêutica e ou periódicos de conceituação científica;

2. anexar a bibliografia sobre o medicamento probiótico e a literatura pertinente;

3. apresentar as vantagens da fórmula proposta, com justificativa sob o ponto de vista clínico;

4. produtos constituídos por associação de dois ou mais microrganismos devem fornecer evidência científica, que comprove a eficácia e a segurança da associação e demonstre o benefício que justifique a mesma; e

5. outros elementos que sejam próprios ou necessários, inclusive os destinados a ajuizar causa e efeito, de modo a facilitar conclusões corretas por parte das autoridades sanitárias;

VIII - textos de bulas e embalagens primária e secundária, em duas vias, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, ou outra que vier a lhe substituir, e Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009, ou outra que vier a lhe substituir;

IX - relatório de experimentação terapêutica, para produtos probióticos novos:

a) estudos pré-clínicos:

1. toxicidade aguda;

2. toxicidade sub-aguda;

3. toxicidade crônica;

4. toxicidade reprodutiva;

5. atividade mutagênica, quando aplicável; e

6. potencial oncogênico, quando aplicável;

b) estudos terapêuticos:

1. apresentar relatório sobre a resistência ao trato gastrointestinal e viabilidade do microrganismo nas condições do intestino; e

2. apresentar relatório de avaliação do potencial probiótico compatível com a finalidade do produto;

X - relatório de experimentação terapêutica, para produtos probióticos:

a) apresentar relatório sobre a resistência ao trato gastrointestinal e viabilidade do microrganismo nas condições do intestino;

b) apresentar relatório de avaliação do potencial probiótico compatível com a finalidade do produto;

c) comprovação de uso seguro do microrganismo por um período igual ou superior a 3 anos;

d) medicamentos constituídos por microrganismos inativados deverão demonstrar eficácia terapêutica através de dados de literatura publicados em revistas científicas, neste caso ficam isentos de cumprir o disposto nas alíneas a) e b) do inciso IX deste artigo; e

e) estudos clínicos realizados no Brasil, em qualquer das fases, deverão ser apresentados acompanhados de declaração do estágio atual da pesquisa pelo grupo responsável, quando houver;

XI - no caso de registro com locais alternativos de fabricação, o titular do registro deverá ainda apresentar para cada local alternativo:

a) cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Farmácia comprovando que o fabricante tem assistência do farmacêutico responsável habilitado para aquele fim, no caso de produtos cuja produção será terceirizada no Brasil;

b) cópia da intenção de contrato de prestação de serviços com terceiros firmado entre as duas empresas, de acordo com as exigências da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 234, de 20 de junho de 2020, ou outra que vier a lhe substituir, no caso de produtos cuja produção será terceirizada no Brasil, sendo que o titular do registro deverá apresentar à Anvisa o Contrato de Terceirização, antes do lançamento do produto no mercado; e

c) textos de bula e de embalagem externa identificando claramente o nome e endereço do titular do registro; e

XII - documentação de produção e controle de qualidade de 3 (três) lotes consecutivos.

§ 1º A empresa solicitante do registro deve possuir Autorização de Funcionamento de Empresa expedida pela Anvisa para as atividades a que se propõe executar.

§ 2º Para medicamentos probióticos fabricados no país, medicamentos probióticos importado e para aqueles com registro com locais alternativos de fabricação, conforme inciso XI deste artigo, o fabricante do produto deverá possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido e expedido pela Anvisa, para cada um de seus locais de fabricação.

§ 3º Será aceita a cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do certificado pela Anvisa ou, ainda, a cópia da conclusão do relatório de inspeção com o resultado satisfatório para os fabricantes instalados no país, na hipótese de ausência do certificado a que se refere o parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º No caso de medicamento probiótico importado, deve ser apresentada cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) do(s) fabricante(s) envolvido(s) na fabricação do produto, válido e emitido pela autoridade sanitária competente do país onde se localiza a(s) fábrica(s).

§ 5º A Anvisa poderá solicitar trabalhos que venha a considerar necessários à avaliação da documentação científica na hipótese da alínea "e" do inciso VII deste artigo.

Seção III Alteração de registro de medicamento probiótico

Art. 23. A alteração do registro de medicamento probiótico pode ser:

I - alteração do processo de fabricação do produto;

II - alteração do local de fabricação do produto;

III - alteração do prazo de validade;

IV - alteração da embalagem externa;

V - alteração do texto de bula;

VI - cuidados de conservação;

VII - mudança de excipiente;

VIII -novo acondicionamento;

IX - restrição de uso ou receituário;

X - nova apresentação comercial (alteração do volume ou da quantidade de unidades farmacotécnicas); e

XI - nova forma farmacêutica.

Art. 24. Para alteração do registro de medicamento probiótico, devem ser apresentados no momento do protocolo da petição os seguintes documentos:

I - Formulários de Petição - FP.1 e FP.2, preenchidos, no que couber, em duas vias;

II - original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância;

III - certificado de responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Farmácia comprovando que a empresa solicitante e/ou fabricante tem assistência do farmacêutico responsável habilitado para aquele fim;

IV - justificativa técnica referente à solicitação pretendida;

V - relatório descritivo dos estudos de compatibilidade entre o medicamento probiótico e a embalagem primária, no caso de novo acondicionamento;

VI - relatório descritivo do estudo de estabilidade, conforme Resolução RDC nº 412, de 2020, nos casos de:

a) novo acondicionamento;

b) cuidados de conservação; ou

c) alteração do prazo de validade;

VII - documentos complementares, que de acordo com a alteração pretendida, devem ser apresentados:

a) relatório técnico do produto, conforme inciso VII do art. 22 desta Resolução, caso a alteração solicitada seja:

1. alteração do processo de fabricação do produto;

2. alteração do local de fabricação do produto; ou

3. mudanças de excipientes;

b) modelos de rótulos, bulas e embalagens, em duas vias, nos casos de:

1. novo acondicionamento;

2. alteração de embalagem externa;

3. cuidados de conservação;

4. restrição de uso ou receituário;

5. alteração de prazo de validade;

6. alteração no texto de bula;

7. mudanças de excipientes;

8. nova apresentação comercial; ou

9. nova forma farmacêutica.

§ 1º A empresa solicitante do registro deve possuir Autorização de Funcionamento de Empresa expedida pela Anvisa para as atividades a que se propõe executar.

§ 2º Para medicamentos probióticos fabricados no país e para medicamento probiótico importado, o fabricante do produto deverá possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido e expedido pela Anvisa, para cada um dos locais de fabricação do produto e para a linha de produção a que se propõem executar.

§ 3º No caso de medicamento probiótico importado, deve ser apresentada cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido, emitido pela autoridade sanitária competente do país onde se localiza a fábrica.

Seção IV Cancelamento total ou parcial de registro de medicamento probiótico

Art. 25. Para o cancelamento total ou parcial do registro do produto, devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Formulários de Petição - FP.1 e FP.2, preenchidos, no que couber, em duas vias; e

II - justificativa para o cancelamento, indicando a validade e o número do último lote produzido, quando for o caso.

Seção V Retificação de publicação de registro de medicamento probiótico

Art. 26. Para retificação de publicação de registro, devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Formulários de Petição - FP1 e FP2, preenchidos, no que couber, em duas vias; e

II - ofício explicativo.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Ficam revogados:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 323, de 10 de novembro de 2003;

II - o inciso III do art. 50 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 406, de 22 de julho de 2020, publicada no DOU nº 144, de 29 de julho de 2020, Seção 1, pág. 64; e

III - o inciso I do art. 12 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 317, de 22 de outubro de 2019, publicada no DOU nº 206, de 23 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 45.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 719, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários das misturas para o preparo de alimentos e dos alimentos prontos para o consumo.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários das misturas para o preparo de alimentos e dos alimentos prontos para o consumo, embalados na ausência do consumidor.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos produtos destinados exclusivamente ao processamento industrial.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - alimentos semiprontos ou prontos para o consumo: alimentos preparados, cujos requisitos sanitários não se encontram definidos em outras normas, e que não precisam da adição de outros ingredientes para o seu consumo, podendo ser pré-cozidos ou cozidos, ou requerer aquecimento ou cozimento complementar;

II - composto líquido pronto para o consumo: produto com ingredientes que fornecem, pelo menos, uma das seguintes substâncias:

a) inositol;

b) glucoronolactona;

c) taurina; ou

d) cafeína.

III - misturas para o preparo de alimentos: produtos obtidos pela mistura de ingredientes, destinados ao preparo de alimentos pelo consumidor, com a adição de outros ingredientes, podendo requerer aquecimento ou cozimento; e

IV - preparado líquido aromatizado: produto obtido a partir de água adicionada de aditivos alimentares aromatizantes.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º O composto líquido pronto para o consumo não pode conter substâncias acima dos seguintes limites máximos:

I - 20 mg/100ml de inositol;

II - 250 mg/100ml de glucoronolactona;

III - 400 mg/100ml de taurina;

IV - 35 mg/100ml de cafeína; e

V - 0,5 ml/100ml de álcool etílico.

Parágrafo único. O produto de que trata o caput desse artigo pode ser adicionado de:

I - vitaminas e minerais, desde que a porção do produto não ultrapasse os limites máximos estabelecidos no Anexo desta Resolução; e

II - outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

Art. 4º O preparado líquido aromatizado não pode ser adicionado de dióxido de carbono, açúcar e outros ingredientes.

Art. 5º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - no caso das misturas para o preparo de alimento, como "Mistura para...", "Pó

para..." ou expressão equivalente, seguido do nome do alimento obtido a partir das instruções de preparo indicadas pelo fabricante no rótulo;
II - no caso dos alimentos semiprontos ou prontos para o consumo, por denominação consagrada pelo uso;
III - "Composto líquido pronto para o consumo", podendo ser acrescido da expressão "à base de", especificando as substâncias presentes; ou
IV - "Preparado líquido aromatizado".
§1º As denominações de venda dos produtos de que tratam os incisos I e II desse artigo podem ser acrescidas de denominações consagradas pelo uso, expressões relativas ao ingrediente que caracteriza o produto ou alimento a ser preparado, o processo de obtenção, a finalidade de uso, a forma de apresentação ou outra característica específica.
§2º No caso de produtos adicionados de aditivo alimentar aromatizante, a denominação de venda poderá ser acrescida da expressão "sabor ..." ou "sabor artificial ...", conforme o caso, seguido do nome do aroma.
Art. 6º A rotulagem do composto líquido pronto para o consumo deve conter as seguintes informações:
I - as quantidades de cafeína, taurina, Inositol e glucoronolactona por porção do produto na lista de ingredientes; e
II - as seguintes advertências, em destaque e em negrito:
a) "Crianças, gestantes, nutrizes, idosos e portadores de enfermidades: consultar o médico antes de consumir o produto"; e
b) "Não é recomendado o consumo com bebida alcoólica".
Art. 7º Na rotulagem do composto líquido pronto para o consumo é vedado o uso das expressões "estimulante", "potencializador", "melhora de desempenho" ou frases equivalentes, inclusive em outros idiomas.
Parágrafo único. O uso das expressões "Bebida energética" e "Energy drink" é permitido na rotulagem dos produtos de que trata o caput desse artigo.
Art. 8º Os produtos abrangidos por esta Resolução que sejam congelados devem conter a expressão "congelado" próxima à denominação de venda do produto.
Art. 9º A rotulagem do preparado líquido aromatizado não pode conter dizeres ou representações gráficas que gerem confusão sobre a natureza e a identidade do produto com águas envasadas, sendo vedada a utilização das expressões "água mineral", "água mineral natural", "água adicionada de sais", "água mineralizada", "água aromatizada" ou expressões equivalentes.
Art. 10. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:
I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos:
a) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 5 de 15 de janeiro de 2007, no caso do composto líquido pronto para o consumo e do preparado líquido aromatizado; ou
b) nas normas específicas para os produtos classificados como mistura para o preparo de alimentos e alimentos semiprontos ou prontos para o consumo.
II - boas práticas de fabricação estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;
III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1° de julho de 2022;
IV - enriquecimento e restauração de alimentos estabelecida na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998;
V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;
VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1° de julho de 2022;
VII - regularização estabelecidas na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;
VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;
IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1° de julho de 2022; e
X - rotulagem nutricional estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.
Art. 11. A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.
CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 13. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 273, de 22 de setembro de 2005.
Art. 14. Esta Resolução entra em vigor no dia 1°de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

LIMITES MÁXIMOS PARA ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS NO COMPOSTO LÍQUIDO PRONTO PARA O CONSUMO

Nutrientes	Unidades	Valores máximos	Fatores de conversão
Vitamina A	µg RE	600	1 µg retinol = 1 µg de retinol equivalente (RE); 1 µg de betacaroteno = 0,167 µg de RE; 1 µg de outros carotenoides provitamina A = 0,084 µg de RE; 1 UI = 0,3 µg de RE.
Vitamina D	µg	5	1 µg de colicalciferol = 40 UI.
Vitamina C	mg	45	
Vitamina E	mg	10	1 mg de alfa-tocoferol = 1,49 UI = 1mg d-alfa-tocoferol.
Tiamina	mg	1,2	
Riboflavina	mg	1,3	
Niacina	mg	16	
Vitamina B6	mg	1,3	
Ácido fólico	µg	240	
Vitamina B12	µg	2,4	
Biotina	mg	30	
Ácido pantotênico	mg	5	
Vitamina K	µg	65	
Colina	mg	550	
Cálcio	mg	1000	
Ferro	mg	14	
Magnésio	mg	260	
Zinco	mg	7	
Iodo	µg	130	
Fósforo	mg	700	
Flúor	mg	4	
Cobre	µg	900	
Selênio	µg	34	
Molibdênio	µg	45	
Cromo	µg	35	
Manganês	mg	2,3	

RESOLUÇÃO - RDC Nº 720, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários dos alimentos nutricionalmente modificados.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários dos alimentos nutricionalmente modificados.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos seguintes produtos:

I - alimentos para fins especiais;

II - alimentos com modificações para enriquecimento ou restauração dos nutrientes essenciais;

III - águas envasadas destinadas ao consumo humano;

IV - bebidas alcoólicas, incluindo vinhos e seus derivados;

V - bebidas não alcoólicas de origem vegetal sob competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

VI - sal destinado ao consumo humano.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - alimento nutricionalmente modificado: alimento padronizado cuja composição foi modificada exclusivamente para atender aos critérios estabelecidos para uso de alegações nutricionais e que, por esse motivo, tenha adição de ingredientes não previstos, requeira substituição de ingredientes ou não atenda a requisitos de composição estabelecidos pelo seu padrão de identidade e qualidade; e

II - alimento padronizado: alimento que possui um padrão de identidade e qualidade, estabelecido por um ato normativo específico.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os alimentos nutricionalmente modificados devem:

I - ser denominados pelo nome do alimento padronizado seguido das respectivas alegações nutricionais;

II - manter ao menos uma das finalidades ou formas de uso do alimento padronizado; e

III - informar no rótulo as diferenças na forma de uso e de conservação em relação aos alimentos padronizados, quando houver.

§1º A denominação de venda do alimento nutricionalmente modificado deve constar em caracteres destacados, uniformes em tipo, tamanho e cor da fonte, sem intercalação de dizeres ou imagens.

§2º Quando algum dos requisitos estabelecidos nesta Resolução não for atendido, o alimento deve ser denominado com termos descritivos adequados que não incluam o nome do alimento padronizado e não levem o consumidor ao erro ou engano.

Art. 4º As modificações realizadas no alimento nutricionalmente modificado não podem:

I - impactar de forma negativa na segurança do alimento; e

II - resultar no uso de qualquer ingrediente cuja adição seja explicitamente proibida no alimento padronizado.

Parágrafo único. A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

Art. 5º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 28, de 13 de janeiro de 1998;

II - boas práticas de fabricação estabelecidas na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;

III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1° de julho de 2022;

IV - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;

V - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1° de julho de 2022;

VI - regularização estabelecidas na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;

VII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;

VIII - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1° de julho de 2022; e

IX - rotulagem nutricional estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve estar disponível para consulta da autoridade competente.

Art. 7º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 8º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 3, de 4 de fevereiro de 2013.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 721, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo e abrangência

Art. 1º Esta Resolução tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos para o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação dos medicamentos dinamizados industrializados.

Art. 2º Esta Resolução se aplica a medicamentos dinamizados industrializados.

Seção II

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - acorde de potência: mistura composta pelo mesmo insumo ativo em diferentes potências;

II - agitação ritmada: processo que consiste na agitação, manual ou automatizada, vigorosa e em ritmo determinado, de fármacos sólidos ou líquidos, solúveis, dissolvidos em insumo inerte adequado;

III - condição séria debilitante: doença ou condição associada à morbidade irreversível ou a alta probabilidade de morte, a menos que o curso da doença seja interrompido;

IV - diluição: redução da concentração do insumo ativo pela adição de insumo inerte adequado;

V - dinamização: processo de diluição seguida de agitação ritmada ou de sucussão ou trituração sucessiva do insumo ativo em insumo inerte adequado;

VI - doenças não graves: doenças com evolução inexistente ou muito lenta, cujos sinais e sintomas devem ser facilmente detectáveis pelo paciente, seu cuidador ou pelo farmacêutico, sem necessidade de monitoramento laboratorial ou consulta com o prescritor;

VII - droga: matéria-prima de origem mineral, vegetal, animal, biológica ou sintética, utilizada como insumo ativo ou para sua preparação;

VIII - histórico de mudanças do produto (HMP): documento disponível na empresa no qual deverão ser registradas informações a respeito do histórico anual do produto;

IX - insumo ativo: é a droga, a tintura-mãe ou a forma farmacêutica derivada, a partir do qual é obtido o medicamento dinamizado;

X - insumo ativo novo: é qualquer insumo ativo que não conste em pelo menos duas das referências bibliográficas citadas na lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 27, de 25 de julho de 2018, ou outra que vier a lhe substituir;

XI - forma farmacêutica derivada: preparação oriunda do insumo ativo, obtida por diluições em insumo inerte adequado, seguido de agitação ritmada ou de sucussões ou triturações sucessivas, conforme a farmacotécnica homeopática, antroposófica ou antihomotóxica;

XII - formas farmacêuticas comparadas: medicamentos dinamizados de uma mesma empresa que tenham a mesma forma farmacêutica, os mesmos excipientes, o mesmo local de fabricação, o mesmo processo de fabricação e as mesmas especificações de embalagem primária, desde que não possuam nenhum insumo ativo em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado;

XIII - medicamento dinamizado: medicamento preparado a partir de insumos ativos dinamizados ou de tintura-mãe, com finalidade preventiva, paliativa ou curativa, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica;

XIV - medicamento dinamizado composto: aquele que contém mais de um insumo ativo dinamizado, tintura-mãe ou, ainda, que contém acordes de potência, ainda que somente de um insumo ativo, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica;

XV - medicamento dinamizado simples: aquele que contém apenas um insumo ativo dinamizado ou tintura-mãe em uma única potência, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica;

XVI - mudanças múltiplas concomitantes: mudanças decorrentes de uma mudança principal prevista nesta Resolução;

XVII - mudanças múltiplas paralelas: duas ou mais mudanças simultâneas e diretamente relacionadas protocoladas conjuntamente;

XVIII - potência: indicação quantitativa do número de etapas de sucessivas dinamizações a que foram submetidos os insumos ativos da preparação;

XIX - procedimento ordinário: é o procedimento de peticionamento pós-registro que requer protocolo e que depende de manifestação favorável da Anvisa para a implementação da alteração;

XX- procedimento simplificado: é o procedimento de peticionamento pós-registro a ser utilizado exclusivamente para as petições que são classificadas como de implementação imediata por este regulamento;

XXI - sucussão: processo que consiste na agitação vigorosa e ritmada, no sentido vertical, contra anteparo semirrígido, de forma manual ou automatizada, do insumo ativo dissolvido em insumo inerte adequado;

XXII - tintura-mãe (TM): preparação farmacêutica líquida, resultante da ação dissolvente ou extrativa de um líquido adequado sobre um determinado insumo ativo, conforme farmacotécnica descrita nos compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa para medicamentos dinamizados; e

XXIIII - trituração: processo de redução do insumo ativo a partículas menores, visando dinamizá-lo, por meio de processo automatizado ou manual, utilizando lactose ou outro insumo inerte previsto especificamente para esse fim em compêndio elencado nos incisos do art. 9º desta Resolução.

Seção III

Enquadramento

Art. 4º São considerados medicamentos dinamizados os medicamentos homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos, enquadrados em distintas categorias, conforme os seguintes critérios:

I - são enquadrados como medicamentos dinamizados homeopáticos aqueles cuja indicação terapêutica seja definida com base nos fundamentos da Homeopatia e que sejam elaborados de acordo com a farmacotécnica homeopática;

II - são enquadrados como medicamentos dinamizados antroposóficos aqueles preparados conforme a farmacotécnica antroposófica ou aqueles cuja indicação terapêutica seja definida com base nos fundamentos da Medicina Antroposófica, ainda que preparados de acordo com a farmacotécnica homeopática; e

III - são enquadrados como medicamentos dinamizados anti-homotóxicos aqueles que tenham suas indicações terapêuticas definidas segundo os conceitos da Homotoxicologia e sejam elaborados de acordo com a farmacotécnica homeopática ou anti-homotóxica.

Art. 5º Devem ser registrados os medicamentos dinamizados industrializados:

I - em formas farmacêuticas injetáveis; e

II - em qualquer forma farmacêutica, se:

a) contiverem tintura-mãe, em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado;

b) contiverem insumos ativos novos;

c) contiverem insumos ativos dinamizados em escala diferente da decimal ou da centesimal;

d) contiverem insumos ativos em potência fora da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio a Instrução Normativa - IN nº 26, de 25 de julho de 2018, ou outra que vier a lhe substituir; ou

e) estiverem sujeitos à prescrição médica, nos termos desta Resolução.

Art. 6º Devem ser notificados os medicamentos dinamizados industrializados que não se enquadrem nos termos do art. 5º desta Resolução.

Art. 7º Não serão registradas como medicamentos dinamizados as associações de insumos ativos dinamizados ou de tinturas-mãe com insumos ativos de qualquer outra categoria, em uma mesma formulação ou em duas ou mais apresentações em uma mesma embalagem, para uso concomitante ou sequencial.

Art. 8º Não são passíveis de registro ou notificação medicamentos dinamizados contendo insumos ativos em concentração que possa provocar reação tóxica aguda ou crônica.

Seção IV

Referências farmacopeicas

Art. 9º Devem ser utilizadas como referência para os métodos de produção e controle de qualidade das drogas, dos excipientes, dos insumos ativos e dos medicamentos dinamizados industrializados, as edições vigentes das seguintes farmacopeias e compêndios:

I - Farmacopeia Homeopática Brasileira;

II - Farmacopeia Homeopática Alemã (GHP/HAB);

III - Farmacopeia Homeopática Americana (HPUS);

IV - Farmacopeia Homeopática Britânica (BHP);

V - Farmacopeia Homeopática Mexicana;

VI - Farmacopeia Homeopática Indiana;

VII - Farmacopeia Europeia (Ph. EUR.);

VIII - Farmacopeia Francesa (PhFr); ou

IX - Código Farmacêutico Antroposófico (APC).

§ 1º São admitidas, no âmbito desta Resolução, apenas as escalas e métodos de dinamização aplicáveis ao uso do medicamento conforme os fundamentos da Homeopatia, da Antroposofia ou da Homotoxicologia, previstos nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste artigo, ficando vedada a interconversão entre escalas.

§ 2º A escala e o método de dinamização dos insumos ativos devem ser descritos utilizando-se as abreviaturas e símbolos constantes da Farmacopeia Homeopática Brasileira, edição vigente.

§ 3º Na ausência de monografia ou método geral nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste artigo, poderão ser utilizadas como referências para o controle de qualidade das drogas, dos insumos ativos e das formas farmacêuticas, as farmacopeias constantes da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 511, de 27 de maio de 2021, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 4º Para o controle de qualidade de excipientes que tenham monografia inscrita nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste artigo, as farmacopeias constantes da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 511, de 2021, ou outra que vier a lhe substituir, poderão ser utilizadas como referência, desde que essa opção seja justificada tecnicamente e que os ensaios e especificações exigidos sejam tão ou mais restritivos do que aqueles constantes da monografia inscrita nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste artigo.

§ 5º A justificativa da necessidade de desenvolvimento de método analítico próprio para o controle de qualidade de drogas, de insumos ativos, de excipientes e do medicamento dinamizado deve ser apresentada no momento do pedido de registro ou pós-registro junto à Anvisa e, nesse caso, deverá ser realizada a validação, que deve ser conduzida de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 166, de 25 de julho de 2017, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 6º Para medicamentos dinamizados notificados que possuam insumos não inscritos em farmacopeias e compêndios oficiais, a justificativa da necessidade de desenvolvimento de método analítico próprio para o controle de qualidade de drogas, de insumos ativos, de excipientes e do medicamento dinamizado, bem como a validação, que deve ser conduzida de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 166, de 2017, ou outra que vier a lhe substituir, devem estar disponíveis, podendo ser objeto de controle sanitário pela Anvisa, inclusive em inspeções de notificação.

Art. 10. Não será admitida a adição de corantes, flavorizantes e essências à formulação de medicamentos dinamizados.

§ 1º O uso de edulcorantes em medicamentos dinamizados é restrito àqueles essenciais para a obtenção da forma farmacêutica, desde que expressamente permitidos para uso em medicamentos dinamizados pelas farmacopeias ou pelos compêndios oficiais constantes do art. 9º desta Resolução.

§ 2º Para medicamentos dinamizados sujeitos a registro, a possibilidade de adição de outro tipo de excipiente será analisada individualmente pela Anvisa e estará restrita àqueles essenciais para a obtenção da forma farmacêutica.

CAPÍTULO II

RESTRIÇÃO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 11. A restrição de venda de medicamentos dinamizados industrializados é definida de acordo com os seguintes critérios:

I - são de venda sob prescrição médica, os medicamentos dinamizados industrializados:

a) em formas farmacêuticas injetáveis; ou

b) em qualquer forma farmacêutica, exceto as de uso tópico, cuja composição contiver pelo menos um dos insumos ativos em potência fora da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 26, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir;

II - são de venda sem prescrição médica, os medicamentos dinamizados industrializados:

a) em quaisquer formas farmacêuticas não injetáveis, cuja composição contiver todos os insumos ativos em potência compreendida dentro da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 26, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir; ou

b) em formas farmacêuticas de uso tópico.

§ 1º Em qualquer caso, se a indicação terapêutica estiver relacionada à condição que requeira acompanhamento médico para fins de prevenção, diagnóstico ou tratamento, o medicamento será classificado como de venda sob prescrição médica.

§ 2º No caso de insumo ativo, escala ou potência que não conste na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, caberá ao interessado submeter no processo de registro, para análise e aprovação da Anvisa, a proposta de restrição de venda, instruída com os dados de segurança e eficácia disponíveis.

CAPÍTULO III

NOTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 12. A notificação de medicamentos dinamizados industrializados, mediante procedimento eletrônico, será realizada em sistema específico, disponível no sítio eletrônico da Anvisa.

§ 1º Apenas as empresas fabricantes, que cumprem as Boas Práticas de Fabricação, ou as empresas importadoras, que cumprem as Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento, e que estão devidamente autorizadas/licenciadas pela Autoridade Sanitária competente, podem notificar e fabricar os produtos abrangidos por esta Resolução, mediante habilitação da empresa no sistema de notificação simplificada.

§ 2º A habilitação de que trata o § 1º deste artigo é efetivada pela indicação da Resolução que publicou o respectivo certificado ou do expediente de solicitação de renovação do certificado, de acordo com a linha de produção, sendo que, nesse último caso, a situação da empresa no Banco de dados de Inspeção da Anvisa deverá estar satisfatória para a linha de produção que se pretende habilitar.

§ 3º As informações apresentadas na notificação de medicamentos dinamizados, bem como o conteúdo de toda documentação inserida no sistema e produzida durante o processo de fabricação desses produtos, são de responsabilidade da empresa responsável pela notificação e serão objeto de controle sanitário pela Anvisa, inclusive em inspeções de notificação.

§ 4º Caso seja constatada irregularidade na notificação do medicamento dinamizado, a área da Anvisa responsável pela concessão da notificação procederá ao cancelamento da notificação ou à suspensão cautelar da fabricação do medicamento, a depender da gravidade da irregularidade, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais a que a empresa esteja sujeita.

§ 5º A notificação de medicamento dinamizado está sujeita à Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.

§ 6º Antes da notificação de medicamento dinamizado, o solicitante deve requerer à Farmacopeia Brasileira a inclusão dos insumos ativos na lista da Denominação Comum Brasileira (DCB), caso ainda não estejam presentes nessa lista.

§ 7º O medicamento dinamizado notificado somente poderá ser fabricado e comercializado após a notificação no sistema eletrônico.

Art. 13. Os medicamentos dinamizados notificados devem conter somente insumos ativos constantes da Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa IN nº 26, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir, nas escalas nela indicadas e em potências compreendidas na faixa por ela determinada para cada insumo.

Art. 14. Os medicamentos dinamizados notificados somente podem conter excipientes previstos nas farmacopeias e compêndios oficiais descritos nos incisos do art. 9º desta Resolução, observadas as limitações impostas pelo art. 10 desta Resolução.

Art. 15. Somente podem ser notificados medicamentos dinamizados de venda sem prescrição médica.

Art. 16. A indicação terapêutica dos medicamentos dinamizados notificados deve ser a definida na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, publicadas por meio da Instrução Normativa - IN nº 25, de 25 de julho de 2018, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 1º A indicação terapêutica deve ser redigida exatamente conforme descrita na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples.

§ 2º Para medicamentos dinamizados simples cujo insumo ativo conste no Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, edição vigente, desde que esse insumo ativo não esteja presente na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, deve ser adotada a indicação terapêutica dele constante, desde que possa ser enquadrada como de venda sem prescrição médica e, nesse caso, devem ser observados os seguintes critérios:

I - a indicação terapêutica será composta por "Auxiliar no tratamento dos sintomas " ou "Auxiliar no alívio dos sintomas" seguido do texto exato do tópico "Indicações" da monografia do insumo ativo inscrita no Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, à exceção da descrição das modalidades, condições de agravação e melhora, cuja inclusão é facultativa; e

II - para medicamentos dinamizados simples anti-homotóxicos ou antroposóficos, caso a indicação constante do Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira não seja aplicável à utilização do insumo ativo conforme os fundamentos e princípios dessas terapêuticas, deve ser solicitada à Anvisa a inclusão na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, conforme procedimento definido pela Instrução Normativa - IN nº 25, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 3º É vedada a adoção de indicação terapêutica para medicamentos dinamizados simples notificados que contenham insumo ativo não constante da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 25, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir, ou do Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, edição vigente.

§ 4º A atualização da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples poderá ser solicitada à Anvisa, conforme procedimento definido pela Instrução Normativa - IN nº 25, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir.

Art. 17. Cada forma farmacêutica do medicamento dinamizado deve ser notificada individualmente.

§ 1º Quando se tratar de medicamento dinamizado simples deverá ser informada cada uma das potências em que será fabricado e comercializado o medicamento, devendo ser mantida a mesma indicação terapêutica.

§ 2º Quando se tratar de medicamento dinamizado composto deve ser feita uma notificação individual para cada associação de potências a ser fabricada e comercializada pela empresa.

Art. 18. Os medicamentos dinamizados notificados deverão adotar nome, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 59, de 10 de outubro de 2014, ou outra que vier a lhe substituir.

Parágrafo único. No caso de medicamentos dinamizados simples, o nome poderá ser a Denominação Comum Brasileira, acrescida o nome da empresa responsável pela notificação.

Art. 19. No momento da notificação de medicamentos dinamizados, a empresa deve disponibilizar eletronicamente no sistema de notificação as seguintes informações:

I - todos os locais de fabricação, caso a empresa solicite a notificação de medicamento produzido em mais de um local de fabricação concomitantemente;

II - os insumos ativos do medicamento notificado;

III - a potência e a escala de cada insumo ativo;

IV - a forma farmacêutica da apresentação notificada;

V - o prazo de validade do medicamento;

VI - o relatório do estudo de estabilidade acelerado concluído e do estudo de longa duração em andamento ou do estudo de longa duração concluído, para 3 (três) lotes do medicamento, realizados conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 318, de 6 de novembro de 2019, ou outra que vier a lhe substituir; e

VII - o layout dos rótulos das embalagens primária e secundária e de bula.

§ 1º Será admitida a existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, apenas se os insumos ativos de cada um deles atenderem às mesmas especificações técnicas e, no caso do insumo ativo ser tintura-mãe ou forma farmacêutica derivada, apenas se for fabricado de acordo com o mesmo processo produtivo farmacopeico.

§ 2º A documentação técnica que comprova o atendimento do disposto no § 1º deste artigo deve estar disponível na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.

§ 3º Ao notificar qualquer medicamento dinamizado junto à Anvisa, a empresa, assume completamente a responsabilidade sobre a veracidade das informações apresentadas.

Art. 20. Somente poderão ser comercializados medicamentos dinamizados que correspondam às exatas condições informadas na notificação.

Parágrafo único. Caso seja necessário realizar qualquer alteração dos dados informados na notificação, a empresa responsável deve cancelar a notificação anterior e realizar uma nova.

Art. 21. Todos os documentos que compõem o relatório técnico descrito na Seção III, à exceção apenas da subseção III do Capítulo IV desta Resolução, são requeridos para medicamentos dinamizados notificados e devem estar disponíveis na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.

CAPÍTULO IV

REGISTRO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Seção I

Medidas antecedentes ao registro

Art. 22. Antes do peticionamento do registro de medicamento dinamizado, o solicitante deve requerer à Farmacopeia Brasileira a inclusão dos insumos ativos na lista da Denominação Comum Brasileira (DCB), caso ainda não estejam presentes nessa lista.

Seção II

Documentação

Art. 23. Todos os documentos deverão ser encaminhados em via impressa e numerada, conforme Resolução de Diretoria Colegiada- RDC nº 25, de 16 de junho de 2011, ou outra que vier a lhe substituir.

§ 1º O solicitante do registro deve adicionar à documentação impressa mídia eletrônica contendo todos os documentos completos que instruem a petição, em arquivos no formato pdf, que permitam busca textual e uso das ferramentas de cópia e colagem.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo não se aplica aos casos em que esteja prevista a submissão dos documentos exclusivamente em meio eletrônico.

Art. 24. Toda documentação expedida por autoridades sanitárias ou governamentais em idioma estrangeiro, à exceção do inglês e do espanhol, usada para fins de registro deve ser acompanhada de tradução juramentada.

Art. 25. O pedido de registro de medicamento nos termos desta Resolução deve ser individual, por forma farmacêutica.

Art. 26. O pedido de registro do medicamento deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - formulários de petição devidamente preenchidos, carimbados e assinados;

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, ou isenção, quando for o caso; e

III -relatório técnico.

§1º No caso de a empresa fabricante do medicamento dinamizado ser diferente da requerente do registro, inclusive nos casos de terceirização de etapas da produção, a empresa fabricante deverá atender ao disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo e deve ser apresentado, da empresa fabricante, o documento descrito no inciso III deste artigo, no que for aplicável.

§ 2º Os documentos devem ser juntados à petição de registro na ordem disposta nesta Resolução e, logo depois da folha de rosto da petição, deve ser inserido índice dos documentos apresentados, com indicação da página e volume em que se encontra cada documento.

§ 3º Para registro do medicamento, é requerido Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), válido, emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento dinamizado será fabricado, ou deve ser apresentada cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF.

§ 4º A falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.

§ 5º É obrigatório o envio de documentação técnica e legal disposta neste artigo referentes a todos os locais de fabricação, caso a empresa solicite o registro de medicamento dinamizado produzido em mais de um local de fabricação concomitantemente.

§ 6º As informações contidas em rótulos, bulas e embalagens devem estar em idioma português.

§ 7º A apresentação pelo requerente de qualquer documento técnico não explicitamente solicitado nesta norma deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a sua relevância para a análise técnica, caso contrário será desconsiderado na análise da petição.

Seção III

Relatório técnico

Art. 27. O relatório técnico deve conter as seguintes informações:

I - escala e potência de cada insumo ativo;

II - layout dos rótulos das embalagens primária e secundária;

III - layout de bula;

IV- relatório de produção;

V - relatório de controle da qualidade;

VI - relatório de segurança e eficácia;

VII - relatório do estudo de estabilidade;

VIII - nome e descrição da responsabilidade de cada fabricante e de cada local de fabricação proposto, envolvidos na produção, no controle de qualidade ou nos estudos de estabilidade, inclusive terceirizados; e

IX - dados de identificação dos fabricantes qualificados para cada insumo ativo.

§ 1º Será admitida a existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo apenas se os insumos ativos de cada um deles atenderem às mesmas especificações técnicas e, no caso do insumo ativo ser tintura-mãe ou forma farmacêutica derivada, apenas se for fabricado de acordo com o mesmo processo produtivo farmacopeico.

§ 2º A documentação técnica que comprova o atendimento do disposto no § 1º deste artigo deve instruir a petição de registro do medicamento.

Subseção I

Relatório de produção

Art. 28. O relatório de produção deve conter as seguintes informações:

I - forma farmacêutica;

II - descrição detalhada da fórmula completa, conforme a DCB ou, em sua ausência, a Denominação Comum Internacional (DCI) ou a denominação utilizada no Chemical Abstracts Service (CAS), nessa ordem de prioridade;

III - descrição da quantidade de cada componente expressa no Sistema Internacional de Unidades (SI) por unidade farmacotécnica, indicando sua função na fórmula, bem como a potência e escala, no caso dos insumos ativos;

IV - método de produção do medicamento dinamizado, incluindo método de produção do insumo ativo, caso seja produzido pelo fabricante do medicamento dinamizado, método de obtenção das potências intermediárias e do produto acabado, com descrição detalhada de todas as etapas do processo de produção, inclusive por meio de fluxograma, contemplando os equipamentos utilizados identificados por princípio de funcionamento (classe) e desenho (subclasse) com suas respectivas capacidades;
V - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial no qual os métodos de produção estão descritos;
VI - métodos e especificações de controle em processo;
VII - tamanho do lote-piloto e definição do tamanho do lote industrial; e
VIII - descrição dos critérios de identificação do lote industrial.

Subseção II

Relatório de controle da qualidade

Art. 29. O relatório de controle da qualidade deve apresentar as seguintes informações:
I - dados sobre o controle da Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET), conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002, ou outra que vier a lhe substituir, e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 68, de 28 de março de 2003, ou outra que vier a lhe substituir;
II - os métodos de análise e as especificações dos insumos ativos, dos excipientes, do produto a granel, quando for o caso, e do produto acabado;
III - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial, em que os métodos de análise estão descritos;
IV - laudos de análise dos insumos ativos, dos excipientes e do produto acabado, emitidos pelo fabricante do medicamento, contendo o método utilizado, especificação e resultados obtidos;
V - laudos de análise dos insumos ativos, emitido pelo fabricante do insumo, com informação sobre a procedência e rastreabilidade da droga empregada e contendo o método utilizado, que deve estar descrito nas farmacopeias e compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa, especificação e resultados obtidos;
VI - laudos de análise dos excipientes, emitido pelo fornecedor, contendo o método utilizado, especificação e resultados obtidos; e
VII - descrição do material de embalagem primária e secundária e respectivos laudos de análise, emitidos pelo fabricante do medicamento, contendo métodos, especificações e resultados.
§ 1º Para o controle de qualidade de insumos ativos e excipientes, bem como do produto acabado, a monografia farmacopeica deve ser integralmente atendida, se disponível, sendo que deve ser apresentada justificativa técnica fundamentada, para os casos de não realização de qualquer dos ensaios previstos na monografia, justificativa essa que será avaliada pela Anvisa.
§ 2º Para insumos ativos de origem vegetal, deve ser apresentada:
I - a avaliação de micotoxinas, a ser realizada quando, em documentação técnicocientífica, for citada a necessidade dessa avaliação ou quando houver relatos da contaminação da espécie por micotoxinas;
II - a determinação de resíduos de agrotóxicos e afins, que deve ser realizada conforme definido pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, ou outra que vier a lhe substituir, e que poderá ser dispensada para aqueles insumos comprovadamente obtidos a partir de espécies vegetais oriundas da agricultura orgânica; e
III - o laudo de análise, contendo método, especificação e resultados, do controle de qualidade da droga vegetal que deu origem à tintura-mãe ou a outro derivado extrativo utilizado como insumo ativo no produto acabado.
§ 3º Para os insumos ativos de origem animal, deve ser apresentada documentação emitida por profissional habilitado, que permita a comprovação da identificação do animal utilizado, conforme classificação zoológica, bem como atestado das condições de saúde do exemplar ou de suas partes, e das condições em que foi realizado o seu processamento.
§ 4º Para o controle de qualidade do produto acabado devem ser realizados todos os ensaios aplicáveis à forma farmacêutica.
§ 5º Para medicamentos dinamizados que contenham tintura-mãe de origem vegetal em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado, deve ser apresentado laudo de análise do produto acabado, indicando o método utilizado, especificação e resultados obtidos para os ensaios abaixo descritos:
I - perfil cromatográfico, acompanhado da respectiva imagem em arquivo eletrônico reconhecido pela Anvisa, com comparação que possa garantir a identidade das matérias-primas vegetais;
II - análise quantitativa dos marcadores específicos de cada espécie ou controle biológico; e
III - justificativa técnica da opção por marcadores ativos ou analíticos.
§ 6º Nos casos previstos no §5º deste artigo, para associações de espécies vegetais em que a determinação quantitativa de um marcador por espécie não é possível, poderão ser apresentados os perfis cromatográficos que contemplem a presença de ao menos um marcador específico para cada espécie na associação, complementado pela determinação quantitativa do maior número possível de marcadores específicos para cada espécie.
§ 7º Nos casos previstos no §5º deste artigo, para associações de espécies vegetais em que a identificação de marcadores não seja possível para alguma espécie no produto acabado, devem ser apresentados:
I - a justificativa da impossibilidade técnica de identificação na associação de um marcador específico de determinada espécie;
II - a documentação comprobatória de que os métodos analíticos normalmente aplicados em diferentes comprimentos de onda (ou em outro parâmetro analítico avaliado) para a identificação na associação foram investigados;
III - a identificação dos marcadores nas espécies vegetais, durante o controle em processo, quando a identificação ainda for possível;
IV - a identificação realizada imediatamente antes da introdução das tinturas-mãe no produto acabado;
V - os estudos de desenvolvimento do produto e dos lotes piloto, incluindo os perfis analíticos durante a adição gradual das tinturas-mãe; e
VI - o controle do registro dos lotes (histórico dos lotes).
§ 8º Em qualquer caso, se o insumo ativo estiver em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado, é requerida a apresentação de método, especificação e resultados para os ensaios de identificação e teor do insumo ativo no medicamento dinamizado ou justificativa técnica da inviabilidade da realização desses ensaios.
§ 9º No caso de existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, deverá ser apresentado laudo de controle da qualidade de 3 (três) lotes do produto acabado produzido com insumo ativo de cada um dos fabricantes qualificados.

Subseção III

Relatório de segurança e eficácia

Art. 30. O relatório de segurança e eficácia deve apresentar a comprovação da indicação terapêutica, segundo os fundamentos da Homeopatia, Homotoxicologia ou Antroposofia, conforme a categoria em que o medicamento dinamizado se enquadre, bem como as informações de segurança.
§ 1º Para comprovação da segurança e eficácia de medicamentos dinamizados deve ser utilizada a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada pela Instrução Normativa - IN nº 27, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir.
§ 2º Para comprovação da segurança e eficácia de medicamentos dinamizados deve ser apresentada a inscrição de cada insumo ativo em, no mínimo, duas referências, dentre as elencadas no § 1º deste artigo, de acordo com a categoria em que se enquadrem, sendo que uma referência não pode citar como fonte primária outra referência já utilizada na comprovação.
§ 3º No caso de insumo ativo, potência ou escala que não constem da Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 26, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir, caberá ao interessado no registro comprovar a eficácia e segurança do insumo ativo na potência e escala pretendidas, por meio da Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada pela Instrução Normativa - IN nº 27, de 2018, ou outra que vier a lhe susbstituir, ou, caso se trate de insumo ativo novo, por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos que comprovem a sua segurança e eficácia na potência e escala pretendidas.
§ 4º Se o medicamento dinamizado contiver tintura-mãe em sua composição, deve ser apresentada comprovação de que esse uso está previsto nos compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa para medicamentos dinamizados e de que esses medicamentos se destinam à utilização conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica.
§ 5º Para medicamentos dinamizados compostos deve ser demonstrada a racionalidade da associação proposta.
§ 6º A indicação terapêutica de medicamentos dinamizados compostos poderá ser dada considerando a indicação inidvidual de cada um dos componentes do medicamento e deve ser comprovada a racionalidade da associação.
§ 7º Para medicamentos dinamizados que adotarem as indicações terapêuticas previstas nos anexos da Instrução Normativa nº 25, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir, desde que todos os insumos ativos estejam em potências compreendidas na faixa estabelecida no anexo I da Instrução Normativa - IN nº 26, de 2018, ou outra que vier a lhe substituir, é dispensada a apresentação do relatório de segurança e eficácia.
§ 8º As indicações terapêuticas de medicamentos dinamizados somente poderão se referir ao tratamento de condições sérias debilitantes se forem apresentados estudos não clínicos e clínicos que comprovem a sua segurança e eficácia.
§ 9º Os estudos a que se referem os §§ 3º e 8º deste artigo devem ser realizados com o próprio medicamento ou, no caso de existirem em documentação técnico-científica, estão sujeitos à avaliação individual, pela Anvisa, quanto à qualidade e à representatividade do estudo, devendo ser demonstrado que foram realizados com o mesmo insumo ativo ou a mesma associação de insumos ativos, a mesma via de administração, a mesma forma farmacêutica, a mesma indicação terapêutica e a mesma posologia do medicamento que se pretende registrar.
§ 10. Os estudos não clínicos a que se referem os §§ 3º e 8º deste artigo devem observar as recomendações disponíveis no sítio eletrônico da Anvisa para a condução de estudos não clínicos de toxicologia e segurança farmacológica necessários ao desenvolvimento de medicamentos, considerando as especificidades dos medicamentos dinamizados.
§ 11. Os estudos clínicos a que se referem os §§ 3º e 8º deste artigo devem ser conduzidos de acordo com as Boas Práticas Clínicas e com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, ou outra que vier a lhe substituir.
§ 12. Todos os estudos clínicos conduzidos em território nacional para fins de registro de medicamento devem ser submetidos à aprovação prévia da Anvisa, segundo a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 2015, ou outra que vier a lhe substituir.

Subseção IV

Relatório do estudo de estabilidade

Art. 31. A empresa solicitante do registro deve apresentar relatórios de estudo de estabilidade acelerado concluído acompanhado de estudo de estabilidade de longa duração em andamento ou de estudo de estabilidade de longa duração já concluído, de três lotes-piloto, todos de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 318, de 6 de novembro de 2019, ou outra que vier a lhe substituir.
Parágrafo único. No caso de existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, deve ser apresentado relatório de estudo de estabilidade para 3 (três) lotes do medicamento produzidos com insumo ativo de cada um dos fabricantes qualificados, não sendo admitida, nesse caso, a adoção do conceito de formas farmacêuticas comparadas.

CAPÍTULO V

REGISTRO E NOTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS IMPORTADOS

Art. 32. Os fabricantes ou seus representantes que pretenderem comercializar medicamentos dinamizados produzidos em território estrangeiro, além de cumprir os requisitos desta Resolução referentes à fabricação nacional, devem apresentar:
I - autorização da empresa fabricante para o registro, a representação comercial e o uso da marca no Brasil, quando aplicável, ou justificativa da ausência desse documento;
II - métodos de análise, as especificações e os laudos de análise de controle da qualidade realizados pelo importador, de acordo com a forma farmacêutica e apresentação, para o produto acabado, a granel ou na embalagem primária; e
III - comprovação do registro do medicamento, emitida pelo órgão responsável pela vigilância sanitária do país de origem.
§ 1º Na impossibilidade de apresentação do documento solicitado no inciso III deste artigo, deve ser apresentada comprovação de registro em vigor, emitida pela autoridade sanitária do país em que seja comercializado ou autoridade sanitária internacional e aprovado em ato próprio da Anvisa.
§ 2º Para registro ou notificação do medicamento, é requerido CBPF, válido, emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento dinamizado será fabricado, ou deve ser apresentada cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF.
§ 3º Para protocolo do pedido de registro, no caso de a Anvisa ainda não ter realizado inspeção na empresa fabricante, será aceito comprovante do protocolo de solicitação de inspeção sanitária à Anvisa, acompanhado de cópia do CBPF válido, por linha de produção, emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária do país fabricante.
§ 4º A Anvisa poderá efetuar a inspeção da empresa fabricante no país ou bloco de origem.
§ 5º A falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.
§ 6º A falta do CBPF válido impedirá a aprovação da habilitação da empresa para a notificação.
§ 7º Para a notificação, não será necessária a apresentação, no ato da notificação do medicamento, da comprovação do atendimento aos requisitos previstos nos incisos de I a III deste artigo, sendo que todos os documentos devem estar disponíveis na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.
Art. 33. Além dos documentos elencados no art. 32 desta Resolução, deve ser informada a fase de produção em que o medicamento será importado, por exemplo, como produto acabado, produto a granel ou produto semiacabado na embalagem primária.
Art. 34. O prazo de validade do produto importado a granel deve ser contado a partir da data de fabricação do produto no exterior e não da data de embalagem no Brasil, respeitando o prazo de validade registrado na Anvisa.
Art. 35. As informações contidas em rótulos, bulas e embalagens deve estar em idioma português.
Art. 36. Havendo necessidade de importar amostras, deve-se solicitar à Anvisa a autorização prévia para importação.
Art. 37. O disposto neste Capítulo não prejudica a aplicação das disposições constantes nas demais normas aplicáveis a produtos importados.

CAPÍTULO VI

RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS

Art. 38. A renovação de registro de medicamentos dinamizados deve ser realizada nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 317, de 22 de outubro de 2019, ou outra que vier a lhe substituir.
Art. 39. No momento da renovação de registro, não poderão ser realizadas modificações no medicamento que caracterizem alterações pós-registro.
Art. 40. No momento da renovação de registro, não poderão ser inseridas na bula e nas rotulagens informações não aprovadas previamente pela Anvisa no registro ou em alterações pós-registro, sujeitando-se os infratores às medidas sanitárias cabíveis.
Parágrafo único. Se for necessário alterar bula ou rotulagem, tais alterações deverão ser solicitadas por meio de petição específica.

CAPÍTULO VII

ROTULAGEM DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 41. A rotulagem dos medicamentos dinamizados deve atender à Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009, ou outra que vier a lhe substituir, e ao disposto a seguir:
I - os medicamentos dinamizados notificados devem trazer, nos rótulos da embalagem secundária, a frase: "Medicamento dinamizado notificado junto à Anvisa conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 721, de 1° de julho de 2022", em substituição à informação do número de registro;

II - os rótulos das embalagens primárias e secundárias de todos os medicamentos dinamizados industrializados devem conter o texto "MEDICAMENTO HOMEOPÁTICO" ou "MEDICAMENTO ANTROPOSÓFICO" ou "MEDICAMENTO ANTI-HOMOTÓXICO", de acordo com a categoria em que se enquadrem, em caixa alta e tamanho mínimo de 30% (trinta por cento) do maior caractere do nome do medicamento; e
III - os rótulos das embalagens secundárias ou, na sua ausência, das embalagens primárias, de todos os medicamentos dinamizados industrializados devem conter, em local de destaque, em negrito e em tamanho de fonte legível, a seguinte frase: "As indicações terapêuticas deste medicamento foram definidas conforme dados publicados na literatura homeopática, antroposófica ou anti-homotóxica. Este medicamento não foi submetido a estudos clínicos para comprovação de eficácia.".
Parágrafo único. O disposto no inciso III deste artigo não se aplica a medicamentos dinamizados industrializados registrados que tiverem comprovação de segurança e eficácia realizada por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos.

CAPÍTULO VIII

BULA DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 42. Os medicamentos dinamizados industrializados devem adotar bula, que deve atender ao disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, ou outra que vier a lhe substituir.
Art. 43. Os medicamentos dinamizados notificados devem adotar apenas a bula para o paciente, conforme modelo constante da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 2009, ou outra que vier a lhe substituir.
Art. 44. Na elaboração da bula devem ser observados, além do disposto nos art. 42 e 43 desta Resolução, os seguintes requisitos:
I - nos itens "Para que este medicamento é indicado?" e "Indicações", a descrição da indicação terapêutica, dos sinais, sintomas e condições clínicas deve, para melhor compreensão do texto, ser redigida em linguagem acessível ao usuário, devendo ser observada a sinonímia entre o termo original, constante nas referências consultadas, e o seu equivalente em uso na clínica; e
II - nos itens "Como este medicamento funciona?" e "Características Farmacológicas":
a) iniciar o texto com a seguinte frase, em negrito: "As indicações terapêuticas deste medicamento foram definidas conforme dados publicados na literatura homeopática, antroposófica ou anti-homotóxica. Este medicamento não foi submetido a estudos clínicos para comprovação de eficácia."; e
b) descrever as ações esperadas para o medicamento de acordo com os conhecimentos da farmacologia e terapêutica homeopática, antroposófica ou homotoxicológica, conforme o caso;
III - no item "Como devo usar esse medicamento?" e "Posologia e Modo de Usar":
a) informar de forma clara e objetiva as instruções específicas relacionadas à administração do medicamento dinamizado, se houver;
b) para medicamentos isentos de prescrição, informar a duração do tratamento ou tempo médio esperado para a remissão dos sintomas, conforme o caso; e
c) inserir, em negrito, a seguinte advertência: "Mantenha sempre a dose e a frequência de uso indicadas pelo prescritor ou o modo de usar sugerido nesta bula. Não desaparecendo os sintomas em até __ dias, consulte um profissional de saúde". No caso de aparecimento de sinais e sintomas de alerta que indiquem gravidade, procure avaliação médica com urgência."
IV - no item Dizeres Legais, para medicamentos dinamizados notificados, deve ser incluída a frase "Medicamento dinamizado notificado junto à Anvisa conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 721, de 1° de julho de 2022", em substituição à informação do número de registro.
Parágrafo único. O disposto na alínea a do inciso II deste artigo não se aplica a medicamentos dinamizados industrializados registrados que tiverem comprovação de segurança e eficácia realizada por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos.

CAPÍTULO IX

MUDANÇAS PÓS-REGISTRO

Seção I

Classificação, protocolo e implementação das mudanças pós-registro

Art. 45. As mudanças pós-registro são classificadas de acordo com o seu potencial impacto na qualidade, segurança e eficácia do medicamento, podendo ser de implementação imediata, com ou sem protocolo individual, ou depender de aprovação prévia da Anvisa.
§ 1º As mudanças classificadas como de implementação imediata por esta norma, que a empresa identifique com potencial impacto significativo na qualidade, segurança e eficácia do medicamento, deverão ser peticionadas segundo o procedimento ordinário, com assunto pertinente, e aguardarão manifestação da Anvisa para a sua implementação.
§ 2º A empresa suspensa de protocolar segundo o procedimento simplificado, nos termos do art. 198 desta Resolução, deverá protocolar todas as mudanças pós-registro de sua titularidade de acordo com o procedimento ordinário.
Art. 46. A implementação das mudanças pós-registro classificadas como de implementação imediata deve ocorrer somente após a realização de todas as provas requeridas, que devem ser anexadas ao HMP ou à petição individual protocolada, conforme disposto neste Capítulo para cada caso.
§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica ao caso de mudança paralela a outra que requeira aprovação prévia, hipótese em que a implementação das mudanças e o preenchimento do HMP deverá ser feito somente após a aprovação da Anvisa.
§ 2º A implementação imediata da alteração não impede a análise pela Anvisa, a qualquer tempo, da documentação exigida, podendo tais alterações serem anuídas, não anuídas, deferidas ou indeferidas.
§ 3º Em caso de indeferimento ou não anuência de alteração de implementação imediata, as condições anteriores à mudança deverão ser restabelecidas imediatamente após a manifestação da Anvisa.
Art. 47. As mudanças que requeiram aprovação prévia devem ser protocoladas e aguardar análise e manifestação favorável da Anvisa para serem implementadas.
§ 1º Após a aprovação a empresa terá até 180 (cento e oitenta) dias para implementação da modificação, exceto quando a decisão que aprovar a mudança estabelecer prazo diverso.
§ 2º Após a produção do primeiro lote com a mudança aprovada, não será permitida a produção de lotes em condição diferente.

Seção II

Mudanças múltiplas

Art. 48. Nos casos de mudanças múltiplas para uma mesma apresentação, potência e forma farmacêutica, a empresa poderá protocolar essas mudanças paralelamente ou concomitantemente, conforme disposto nesta Resolução.
Art. 49. Nos casos de mudanças múltiplas paralelas, a empresa deverá protocolar cada mudança individual apresentando documentação única que contemple todas as provas relativas a cada um dos assuntos de petição, suprimindo documentos repetidos.
§ 1º A descrição das mudanças paralelas e sua correlação devem constar na justificativa a que se refere o inciso III do art. 51 desta Resolução.
§ 2º O requerente deve apresentar a avaliação do efeito aditivo de mudanças individuais paralelas no que se refere ao potencial impacto na qualidade, segurança e eficácia do medicamento e apresentar provas adicionais, se necessário.
Art. 50. Nos casos de mudanças múltiplas concomitantes, o requerente deve protocolar o assunto referente à mudança principal e detalhar a mudança concomitante na justificativa.
Parágrafo único. Somente serão consideradas concomitantes as mudanças assim definidas por esta Resolução.

Seção III

Disposições gerais referentes à documentação requerida para mudanças pós-registro

Art. 51 Para as mudanças pós-registro poderão ser exigidos os seguintes documentos:
I - formulários de petição devidamente preenchidos, carimbados e assinados;
II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, ou isenção, quando for o caso;
III - justificativa da mudança pós-registro solicitada, contemplando a descrição detalhada, o racional e conclusão da proposta, conforme modelo constante do Anexo I;
IV - declaração da empresa fabricante informando que somente a razão social foi alterada;
V - declaração de não comercialização do medicamento;
VI - protocolo de estudo de estabilidade referente ao primeiro lote industrial ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1(um) lote industrial do medicamento;
VII - quadro comparativo "A" do anexo II desta Resolução;
VIII - quadro comparativo "B" do anexo II desta Resolução;
IX - quadro comparativo "C" do anexo II desta Resolução;
X - laudos de análise de controle de qualidade do medicamento referentes a 1 (um) lote industrial obtido na condição registrada e 1 (um) lote industrial obtido na condição proposta, destacando as alterações propostas e contendo avaliação crítica do seu impacto;
XI - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote industrial do medicamento, obtido na condição proposta;
XII - relatório de validação dos métodos analíticos de controle de qualidade e dos métodos analíticos de estabilidade do medicamento, caso sejam diferentes;
XIII - documento que comprove o cumprimento, pelo laboratório contratado, das boas práticas laboratoriais, quando a inclusão ou alteração não for para laboratório instalado em indústria farmacêutica ou documento que comprove o cumprimento das boas práticas de fabricação ou das boas práticas laboratoriais, quando a inclusão ou alteração for de laboratório internacional;
XIV - relatório sumário de validação de processo;
XV- resultados e discussão relativos ao teste de eficácia do sistema conservante e avaliação do sistema antioxidante, quando utilizados na formulação;
XVI - protocolo de validação de processo e, para medicamentos estéreis, relatório sumário da validação do processo de esterilização;
XVII - descrição das alterações realizadas no processo de produção em função da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial;
XVIII - cópia do método de produção na edição vigente da farmacopeia ou compêndio oficial;
XIX - estudo de similaridade para os equipamentos envolvidos;
XX - comparação entre as especificações do insumo ativo registrado e proposto;
XXI - laudo de análise de controle de qualidade de 1 (um) lote do insumo ativo com a nova especificação proposta, emitido pelo fabricante do medicamento, contendo método, referências, especificações e resultados;
XXII - laudo de análise de 1 (um) lote do insumo ativo emitido pelo fabricante do insumo, contendo método, referências, especificações e resultados;
XXIII - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial em que os métodos de análise e especificações estão descritos;
XXIV - documentação comprobatória sobre a procedência e rastreabilidade da droga empregada para obtenção do insumo ativo e avaliação da similaridade com a condição registrada;
XXV - informações do fabricante do insumo sobre o método de produção utilizado, bem como cópia da farmacopeia ou compêndio oficial em que está descrito;
XXVI - dados gerais do fabricante do insumo, com o endereço completo do local de fabricação do insumo ativo;
XXVII - relatório de estudo de estabilidade de longa duração ou acompanhamento referente a 1 (um) lote industrial do medicamento, demonstrando que não é estável no prazo de validade registrado;
XXVIII - relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes do medicamento, sendo pelo menos 1 (um) lote industrial;
XXIX - justificativa para a nova apresentação, demonstrando que é condizente com a posologia e duração de tratamento aprovados;
XXX - comparação com a embalagem anterior, quando houver alteração de forma e dimensão da embalagem;
XXXI - código GTIN para as novas apresentações;
XXXII - especificações dos novos excipientes e laudo de análise de controle de qualidade desses excipientes, emitido pelo fabricante do medicamento, contendo método, especificações e resultados;
XXXIII - informações adicionais para os excipientes de origem animal de acordo com a legislação específica vigente sobre controle da Encefalopatia Espongiforme Transmissível;
XXXIV - caracterização da nova embalagem, abrangendo descrição, desenho detalhado, composição e especificações dos materiais componentes de cada parte da embalagem;
XXXV - especificações e laudo de análise de controle de qualidade do novo material de embalagem, emitido pelo fabricante do medicamento, com indicação das referências dos métodos analíticos empregados;
XXXVI - comprovação de que não ocorre interação entre a embalagem e seu conteúdo;
XXXVII - relatório de estudo de fotoestabilidade;
XXXVIII - comparação com dados da embalagem anterior, demonstrando a equivalência ou a superioridade da embalagem proposta em relação à capacidade protetora;
XXXIX - caracterização da embalagem secundária ou envoltório intermediário, com descrição, desenho detalhado, materiais componentes da embalagem e especificações. Comparação com a embalagem anterior, quando aplicável;
XL - dados que demonstrem a equivalência entre características da embalagem aprovada e da embalagem proposta, relacionadas à administração, uso, segurança e estabilidade do medicamento;
XLI - descrição e desenho do acessório e comprovação de que é compatível e adequado para realizar a administração ou a medida com exatidão e precisão, de acordo com a posologia e comparação com o acessório anterior (se aplicável), quando se tratar de alteração ou inclusão de acessório;
XLII - justificativa para exclusão e comprovação de que o medicamento pode ser administrado com exatidão e precisão na ausência do dispositivo, quando se tratar de exclusão de acessório;
XLIII - declaração da empresa requerente de que mantém inalterados os processos de produção e controle da qualidade;
XLIV - discussão do racional da nova potência proposta para o medicamento, com cópia das referências que embasam a discussão;
XLV - comprovação de segurança e eficácia do medicamento na condição proposta, conforme subseção III, seção III, capítulo IV desta Resolução;
XLVI - texto de bula atualizado, considerando a mudança pós-registro proposta;
XLVII - documentação referente aos estudos clínicos e não-clínicos ou patogenesia, que justifique a nova indicação terapêutica proposta, incluindo cópia das referências que embasam a solicitação;
XLVIII - método analítico proposto, contendo especificações e referências, e cópia das referências que o embasam;
XLIX - descrição dos testes e limites de especificação aprovados e propostos e a justificativa da exclusão do teste;
L - dados de avaliação de risco demonstrando que o teste a ser excluído não é significante para a qualidade, segurança e eficácia do medicamento, quando se tratar de exclusão de teste;
LI - descrição dos testes e limites de especificação aprovados e propostos e a justificativa dos novos limites de especificação propostos;
LII - dados de avaliação de risco demonstrando que a ampliação do limite das especificações não impacta na qualidade, segurança e eficácia do medicamento;
LIII - método analítico registrado e proposto, contendo especificações e referências, e cópia das referências bibliográficas que o embasam;
LIV - avaliação das diferenças entre o método aprovado e o método proposto;
LV - dados que demonstrem que o método analítico proposto é pelo menos equivalente ao método aprovado, quando se tratar de alteração de teste, mudança, inclusão ou alteração de método analítico;

LVI - especificações e laudo de análise de controle de qualidade do material de embalagem na condição proposta, emitido pelo fabricante do medicamento, com indicação das referências dos métodos analíticos empregados; e
LVII - lista dos locais de embalagem primária, embalagem secundária ou de fabricação do medicamento, ou, ainda, dos fabricantes do insumo ativo que permanecem vigentes, assinada pelo responsável técnico da empresa detentora do registro.
§ 1º Para todas as mudanças pós-registro são requeridos os documentos constantes dos incisos I, II e III deste artigo.
§ 2º A relação dos demais documentos a serem apresentados para cada tipo de mudança pós-registro está definida nas seções V a XXV deste Capítulo.
§ 3º A não apresentação de qualquer dos documentos requeridos para o tipo de mudança pós-registro pleiteada deve ser justificada tecnicamente.
§ 4º Se durante a análise técnica for verificada a necessidade de apresentação de algum documento técnico adicional, este será solicitado pela Anvisa ao requerente, por meio de exigência técnica.
§ 5º A apresentação pelo requerente de qualquer documento técnico não explicitamente solicitado nesta norma deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a sua relevância para a análise da mudança, caso contrário será desconsiderado para análise da petição.
§ 6º O cumprimento das Boas Práticas de Fabricação deverá ser atestado pela Anvisa por meio da emissão de CBPF, valendo-se das mesmas exigências e prerrogativas, relacionadas ao assunto, referentes ao registro de medicamentos dinamizados e dispostas nos Capítulos IV e V desta Resolução.
Art. 52. Nos casos em que for exigido relatório de estudo de estabilidade, poderá ser apresentado o estudo de estabilidade acelerado concluído acompanhado de estudo de estabilidade de longa duração em andamento ou o estudo de estabilidade de longa duração concluído.
Art. 53. Nos casos em que for exigido protocolo ou relatório de estudo de estabilidade em andamento, os dados do estudo de estabilidade gerados após o peticionamento deverão ser incluídos no HMP, ainda que o estudo não esteja concluído.
Art. 54. Os resultados fora de especificação do estudo de estabilidade em andamento devem ser informados imediatamente à Anvisa, incluindo a avaliação da necessidade de aplicação de medidas corretivas e preventivas.
Parágrafo único. Após conclusão da investigação realizada pela empresa, a proposta de ação referente às medidas corretivas e preventivas indicadas no caput deste artigo deverá ser enviada à Anvisa.
Art. 55. O prazo de validade do medicamento será definido de acordo com os resultados dos estudos de estabilidade apresentados.
§ 1º Para petições que devem aguardar a manifestação favorável da Anvisa, se o estudo de estabilidade enviado comprovar prazo de validade provisório inferior àquele registrado, este será reduzido independente do peticionamento da redução do prazo de validade.
§ 2º Para as petições de implementação imediata, se o estudo de estabilidade enviado comprovar prazo de validade provisório inferior àquele registrado, a empresa deve peticionar a redução do prazo de validade.
Art. 56. Os formulários contidos nos Anexos I e II desta norma devem ser apresentados de acordo com os modelos propostos.
Art. 57. Para as mudanças pós-registro que necessitem de atualização de texto de bula e rotulagem, é responsabilidade do requerente protocolar a atualização, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 2009, e da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 71, de 2009, ou outra que vier a lhe substituir.
Parágrafo único. Exceto quando solicitados nesta norma ou a critério da Anvisa, não será necessário anexar à documentação que instrui a petição de mudança pós-registro os novos modelos de bula e rotulagem.
Art. 58. Nos casos em que a mudança pós-registro se referir a mais de uma potência de uma mesma forma farmacêutica, a mudança deverá ser protocolada com documentação de produção referente à menor potência, desde que se trate de formas farmacêuticas comparadas.
Parágrafo único. Nos casos a que se refere o caput deste artigo, deve ser apresentada justificativa baseada na comparação das características das formulações e do processo produtivo das diferentes potências.
Art. 59. Nos casos em que sejam propostos mais de um local de fabricação do medicamento, mais de um fabricante da droga ou insumo ativo, mais de um processo produtivo ou mais de uma forma de acondicionamento, entre outras alterações, devem ser apresentadas as provas requeridas contemplando todas as combinações possíveis entre as condições registradas e as alterações propostas.
Parágrafo único. A não apresentação das provas nas condições descritas no caput deste artigo deve ser fundamentada tecnicamente, com informações e histórico que justifiquem sua ausência.
Art. 60. Quando uma mudança pós-registro exigir documentos técnicos, como ordem de produção, estudos de estabilidade, laudos de controle de qualidade, entre outros, será verificada a validade do certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa fabricante do medicamento existente no momento da produção dos lotes, relatórios e respectivas análises que foram submetidos à Anvisa.
Parágrafo único. A avaliação das condições de Boas Práticas de Fabricação de que trata o caput deste artigo poderá resultar na validação ou invalidação dos documentos apresentados.
Art. 61. Exceto nos casos de mudanças múltiplas paralelas e mudanças múltiplas concomitantes expressamente previstas nesta Resolução, a alteração a ser realizada no medicamento dinamizado registrado deve ser exclusivamente aquela indicada no assunto de petição e detalhada na justificativa.
Parágrafo único. Quaisquer outras alterações no medicamento não relacionadas ao assunto da petição pós-registro não serão avaliadas pela Anvisa e sua implementação pode caracterizar infração sanitária.
Seção IV
Histórico de mudanças do produto
Art. 62. O HMP deve estar atualizado e facilmente disponível na empresa para apresentação à autoridade sanitária quando requerido.
Art. 63. Todas as mudanças pós-registro devem ser registradas no HMP simultaneamente à data de sua implementação.
Art. 64. O HMP deve conter as seguintes informações:
I - todas as mudanças pós-registro, quer requeiram aprovação prévia da Anvisa quer sejam de implementação imediata, com ou sem protocolização;
II - a lista de lotes fabricados e comercializados no ano, destinados exclusivamente à comercialização no mercado brasileiro, incluindo data de fabricação, número e tamanho do lote (massa/volume e unidades farmacotécnicas);
III - as atualizações dos documentos para os quais, no momento do registro, tenham sido apresentados apenas os dados iniciais ou protocolos de estudo; e
IV - outras informações que não são mudanças pós-registro, mas são atualizações de informações apresentadas no registro.
§ 1º As informações relativas aos incisos II, III e IV deste artigo devem constar do campo informações suplementares do HMP.
§ 2º Caso o requerente considere relevante apresentar outras informações que não as elencadas neste artigo, tais informações devem constar no campo informações suplementares do HMP.
Seção V
Mudanças relacionadas ao local de uma ou mais etapas do processo produtivo do medicamento
Subseção I
Alteração de razão social do fabricante
Art. 65. O disposto nesta Subseção aplica-se à mudança exclusiva da razão social do fabricante do medicamento dinamizado.
Art. 66. A petição de alteração da razão social do fabricante requer a apresentação do documento constante do inciso IV do art. 51 desta Resolução.
Art. 67. A alteração da razão social do fabricante pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Subseção II
Alteração ou inclusão de local de embalagem secundária
Art. 68. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração ou inclusão de endereço da linha de embalagem secundária.
Art. 69. O novo local de embalagem secundária deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa.
Art. 70. A alteração ou inclusão de local de embalagem secundária pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Subseção III
Alteração ou inclusão de local de embalagem primária
Art. 71. O disposto nesta Subseção refere-se às mudanças relacionadas à alteração ou inclusão do local da linha de embalagem primária do medicamento, com ou sem alteração de endereço.
Parágrafo único. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.
Art. 72. A petição de alteração ou inclusão do local da linha de embalagem primária requer a apresentação dos documentos constantes do inciso VI do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. O novo local de embalagem primária deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa.
Art. 73. É permitida a inclusão ou alteração concomitante de equipamentos da linha de embalagem primária.
Art. 74. É permitida a alteração ou inclusão concomitante de local de embalagem secundária, quando se tratar do mesmo local de embalagem primária.
Art. 75. A alteração ou inclusão de local de embalagem primária pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Subseção IV
Alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento
Art. 76. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração ou à inclusão de local de uma ou mais etapas ou da totalidade do processo de fabricação do medicamento.
§ 1º Para medicamentos dinamizados estéreis, a inclusão ou alteração de local de embalagem primária é considerada alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento.
§ 2º As substituições ou inclusões de local de embalagem secundária ou de local de embalagem primária, exceto para produtos estéreis, quando realizadas isoladamente, deverão seguir as subseções II e III desta Seção V.
§ 3º Não deverão ser peticionadas as alterações ou inclusões das etapas de aquisição de materiais, de pesagem, de rotulagem, de estocagem e de expedição do medicamento.
Art. 77. A petição de alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, X, XI e XII do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Devem ser incluídos no HMP, relatórios de estudos de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.
§ 2º Quando a alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento não resultar em mudança no processo de produção e nos equipamentos, ou resultar em mudança menor de produção ou em mudança menor de equipamento, o relatório de estudo de estabilidade poderá ser substituído pelo protocolo de estudo de estabilidade referente aos 3 (três) lotes industriais iniciais.
§ 3º Quando a alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento não resultar em mudança no processo de produção e controle de qualidade do medicamento, os documentos constantes do inciso VIII e XII do art. 51 desta Resolução devem ser substituídos pelo documento constante do inciso XLIII do mesmo artigo.
§4º O novo local de fabricação deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa.
Art. 78. São permitidas, concomitantemente, a alteração do processo de produção, a alteração dos equipamentos, a inclusão ou alteração de local de controle de qualidade.
Art. 79. O pedido de alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção V
Inclusão ou alteração de local de controle de qualidade
Art. 80.O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou alteração de local da realização de um ou mais testes de controle de qualidade, com ou sem alteração de endereço, para fins de liberação do lote ou estudos de estabilidade do medicamento mantendo-se inalterados o teste, os limites de especificação e o método de análise.
Art. 81. A petição de alteração ou inclusão de local de controle de qualidade requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XII e XIII do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Quando a inclusão ou alteração for de laboratório instalado em indústria farmacêutica, esta deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa.
Art. 82. A alteração ou inclusão de local de controle de qualidade pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Seção VI
Mudanças relacionadas ao processo de produção
Art. 83. São consideradas mudanças no processo de produção as alterações em etapas ou na totalidade do processo de produção do medicamento.
§ 1º É vedada qualquer alteração entre métodos de preparação do medicamento dinamizado.
§ 2º É vedada a alteração da escala de dinamização dos insumos ativos.
Subseção I
Mudanças menores de produção
Art. 84. São consideradas mudanças menores de produção as alterações em parâmetros e etapas não críticos do processo, definidos pela validação do processo produtivo.
Parágrafo único. Para a elaboração do relatório sumário de validação de processo, no mínimo 3 (três) lotes em escala industrial devem ter sido validados prospectivamente com êxito na condição proposta.
Art. 85. A mudança menor de produção pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção II
Mudanças maiores de produção
Art. 86. São consideradas mudanças maiores do processo de produção as alterações em parâmetros e etapas críticos do processo, definidos pela validação do processo produtivo.
Parágrafo único. Independentemente dos resultados de validação do processo, são consideradas mudanças maiores de produção a alteração do ponto de partida para obtenção do insumo ativo, a alteração no processo de dinamização e, para medicamentos estéreis, a alteração no processo de esterilização ou de embalagem primária.
Art. 87. A petição de mudança maior de produção requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, X, XI, XV e XVI do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.
Art. 88. O pedido de mudança maior de produção deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção III
Adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial
Art. 89. O disposto nesta Subseção refere-se à adequação do processo produtivo do medicamento em decorrência da atualização, pela farmacopeia ou outro compêndio oficial, do método de produção aprovado para o medicamento.
Art. 90. A adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, XVII e XVIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 91. A adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Seção VII
Mudanças relacionadas aos equipamentos
Subseção I
Alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária
Art. 92. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.
Art. 93. A petição de alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI e VIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 94. A alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção II
Mudança menor de equipamentos
Art. 95. São consideradas mudanças menores de equipamentos a alteração, a inclusão ou a exclusão de equipamento que não sejam classificadas como maiores nos termos do art. 99 desta Resolução.
Art. 96. A mudança menor de equipamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VIII, X e XIX do art. 51 desta Resolução.
Art. 97. É permitida, concomitantemente, a alteração da capacidade, a automatização do equipamento, ou a mudança menor de produção em função da alteração de equipamento.
Art. 98. A mudança menor de equipamento pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção III
Mudança maior de equipamentos
Art. 99. São consideradas mudanças maiores de equipamentos a alteração, a inclusão ou a exclusão de equipamento utilizado para a dinamização e, para medicamentos estéreis, de qualquer equipamento relacionado às etapas de esterilização ou embalagem primária.
Art. 100. A mudança maior de equipamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, X, XI do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.
Art. 101. É permitida, concomitantemente, a mudança menor de produção em função da alteração de equipamento.
Art. 102. O pedido de mudança maior de equipamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção VIII
Mudanças relacionadas ao tamanho de lote
Subseção I
Inclusão menor de tamanho de lote

Art. 103. O disposto nesta Subseção refere-se ao aumento ou redução do tamanho de lote para todas as formas farmacêuticas não estéreis e ao aumento em até 10 (dez) vezes do tamanho do lote de referência registrado para formas farmacêuticas estéreis.
Art. 104. A inclusão menor de tamanho de lote requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VIII, IX e X do art. 51 desta Resolução.
Art. 105. A inclusão menor de tamanho de lote pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção II
Inclusão maior de tamanho de lote
Art. 106. O disposto nesta Subseção refere-se ao aumento superior a 10 (dez) vezes o tamanho do lote de referência registrado para formas farmacêuticas estéreis.
Art. 107. A inclusão maior de tamanho de lote requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, IX, X e XI do art. 51 desta Resolução.
Art. 108. O pedido de inclusão maior de tamanho de lote deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção IX
Mudanças relacionadas ao insumo ativo
Subseção I
Alteração da especificação do insumo ativo
Art. 109. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração de especificação do insumo ativo, com ou sem alteração de fabricante.
Art. 110. A alteração de especificação do insumo ativo requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Quando se tratar de forma farmacêutica comparada, o documento constante do inciso XI do art. 51 desta Resolução somente será exigido caso o estudo de estabilidade utilizado para comprovação do prazo de validade tenha sido realizado com o medicamento para o qual se pleiteia a mudança pós-registro.
Art. 111. O pedido de alteração de especificação do insumo ativo deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção II
Inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo
Art. 112. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo do medicamento dinamizado registrado, quando mantidas todas as especificações aprovadas do insumo ativo.
Parágrafo único, A alteração da razão social do fabricante do insumo ativo não é considerada alteração de fabricante, devendo constar como informação suplementar no HMP do medicamento.
Art. 113. A inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Quando se tratar de forma farmacêutica comparada, o documento constante do inciso XI do art. 51 desta Resolução somente será exigido caso o estudo de estabilidade utilizado para comprovação do prazo de validade tenha sido realizado com o medicamento para o qual se pleiteia a mudança pós-registro.
Art. 114. O pedido de inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção X
Mudanças relacionadas aos excipientes
Subseção I
Alteração menor de excipiente
Art. 115. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração qualitativa ou quantitativa de um excipiente farmacopeico por outro excipiente farmacopeico, desde que desempenhem a mesma função na formulação e às alterações no tamanho e composição dos glóbulos, desde que dentro dos limites farmacopeicos.
Parágrafo único. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.
Art. 116. A alteração menor de excipiente requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VII, VIII, X, XII, XXXII e XXXIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 117. A alteração menor de excipiente pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Subseção II
Alteração maior de excipiente
Art. 118. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração qualitativa ou quantitativa de quaisquer excipientes em formas farmacêuticas estéreis e, para todas as formas farmacêuticas, à inclusão de excipiente cujo uso em medicamentos dinamizados não esteja previsto nas farmacopeias e compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa.
Art. 119. A alteração maior de excipiente requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VII, VIII, X, XI, XII, XXXII e XXXIII do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.
Art. 120. O pedido de alteração maior de excipiente deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XI
Mudanças relacionadas ao prazo de validade
Subseção I
Redução do prazo de validade
Art. 121. O disposto nesta Subseção refere-se à redução do prazo de validade do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.
Art. 122. A redução do prazo de validade do medicamento dinamizado requer a apresentação do documento constante do inciso XXVII do art. 51 desta Resolução.
Art. 123. Quando se tratar de formas farmacêuticas comparadas, a redução do prazo de validade deve ser peticionada para todos os medicamentos que utilizaram o estudo de estabilidade para comprovação do prazo de validade.
Art. 124. A redução do prazo de validade do medicamento dinamizado pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Subseção II
Ampliação do prazo de validade
Art. 125. O disposto nesta Subseção refere-se à ampliação do prazo de validade do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.
Art. 126. A ampliação do prazo de validade do medicamento dinamizado requer a apresentação do documento constante do inciso XXVIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 127. O pedido de ampliação do prazo de validade do medicamento dinamizado deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção III
Alteração dos cuidados de conservação
Art. 128. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração dos cuidados de conservação do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.
Art. 129. A alteração dos cuidados de conservação requer a apresentação do documento constante do inciso XXVIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 130. É permitida, concomitantemente, a alteração do prazo de validade do medicamento em função da alteração dos cuidados de conservação.
Art. 131. O pedido de alteração dos cuidados de conservação do medicamento dinamizado deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XII
Inclusão de nova apresentação
Art. 132. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova apresentação de medicamento dinamizado registrado, com diferente volume ou peso ou número de unidades farmacotécnicas, mantendo-se o tipo e composição do material de embalagem registrado.
Art. 133. A inclusão de nova apresentação requer o envio dos documentos constantes dos incisos XI, XXIX, XXX e XXXI do art. 51 desta Resolução.
Art. 134. O pedido de inclusão de nova apresentação deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XIII
Inclusão de novo acondicionamento
Art. 135. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de novo acondicionamento com mudança qualitativa do material de embalagem primária ou mudança do tipo de embalagem primária em relação aos acondicionamentos registrados.
Art. 136. A inclusão de novo acondicionamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, XI, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII do art. 51 desta Resolução.
Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.
Art. 137. O pedido de inclusão de novo acondicionamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XIV
Alteração de especificação de embalagem primária para condição equivalente ou mais protetora

Art. 138. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de especificação de embalagem primária, mantendo-se a mesma composição do material de embalagem primária registrado para a forma farmacêutica, à alteração do formato da embalagem primária ou à alteração quantitativa da composição da embalagem primária, sendo que, em todos os casos, desde que para condição equivalente ou mais protetora.
Art. 139. A alteração de especificação de embalagem primária para condição mais protetora requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, XXXIV, XXXV e XXXVIII do art. 51 desta Resolução.
Art. 140. A alteração de especificação de embalagem primária para condição mais protetora pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Seção XV
Mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário
Art. 141. O disposto nesta Seção refere-se à alteração, à inclusão ou à exclusão de embalagem secundária ou envoltório intermediário de um medicamento registrado.
Art. 142. A mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XI, XXXIV e XL do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Se a mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário implicar em possível alteração na estabilidade do medicamento, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XI do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Se a mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário implicar em alteração na rotulagem, também deve ser enviado layout dos novos rótulos.
Art. 143. O pedido de mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XVI
Mudança de acessório
Art. 144. O disposto nesta Seção refere-se à alteração, à inclusão ou à exclusão de acessório ao medicamento registrado.
Art. 145. A mudança de acessório requer a apresentação do documento constante do inciso XLI ou do inciso XLII do art. 51 desta Resolução, conforme o caso.
Art. 146. O pedido de mudança de acessório deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XVII
Inclusão de nova potência
Art. 147. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova potência de um produto já registrado na mesma forma farmacêutica e indicação terapêutica, mantendo-se inalterados o processo de produção e controle de qualidade.
Art. 148. A inclusão de nova potência requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XLIII e XLIV do art. 51 desta Resolução.
Art. 149. O pedido de inclusão de nova potência deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XVIII
Alteração de posologia
Art. 150. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de posologia para um medicamento dinamizado registrado na mesma potência, forma farmacêutica, indicação terapêutica e população-alvo.
Art. 151. A alteração de posologia requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 51 desta Resolução.
Art. 152. O pedido de alteração de posologia deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XIX
Ampliação de uso
Art. 153. O disposto nesta Seção refere-se ao aumento da população-alvo para um medicamento registrado, mantendo-se a indicação terapêutica.
Art. 154. A ampliação de uso requer a apresentação dos documentos XLV e XLVI do art. 51 desta Resolução.
Art. 155. O pedido de ampliação de uso deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XX
Inclusão de nova via de administração
Art. 156. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova via de administração para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica, mesma potência e mesma indicação terapêutica.
Art. 157. A inclusão de nova via de administração requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 51 desta Resolução.
Art. 158. O pedido de inclusão de nova via de administração deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XXI
Inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura
Art. 159. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica e mesma potência.
Art. 160. A inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 51 desta Resolução.
Art. 161. O pedido de inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XXII
Inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura
Art. 162. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica e mesma potência.
Art. 163. A inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLVI e XLVII do art. 51 desta Resolução.
Art. 164. O pedido de inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XXIII
Mudanças relacionadas ao controle de qualidade
Subseção I
Inclusão de um novo teste de controle de qualidade
Art. 165. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão de um novo teste de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, mesmo quando a inclusão for decorrente de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial.
Art. 166. A inclusão de um novo teste de controle de qualidade requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII e XLVIII do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Caso a inclusão seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Caso a inclusão seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 51 desta Resolução.
§ 3º Caso a inclusão seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 51 desta Resolução.
Art. 167. A inclusão de um novo teste de controle de qualidade pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção II
Exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto
Art. 168. O disposto nesta Subseção refere-se à exclusão de teste de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, decorrente de obsolescência.
Art. 169. A exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLIX e L do art. 51 desta Resolução.
Art. 170. O pedido de exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção III
Estreitamento dos limites de especificação
Art. 171. O disposto nesta Subseção refere-se ao estreitamento dos limites de especificação de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, dentro da faixa dos limites atualmente aprovados, mantendo-se o mesmo método analítico.
Art. 172. O estreitamento dos limites de especificação requer a apresentação do documento constante do inciso LI do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 51 desta Resolução.
§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 51 desta Resolução.
Art. 173. O estreitamento dos limites de especificação pode ser implementado imediatamente e deve ser anotado no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção IV
Ampliação dos limites de especificação
Art. 174. O disposto nesta Subseção refere-se à ampliação dos limites de especificação de controle de qualidade dos insumos ativos, excipientes ou produto acabado, mantendo-se o mesmo método analítico.
Art. 175. A ampliação dos limites de especificação requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos LI e LII do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 51 desta Resolução.
§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 51 desta Resolução.
Art. 176. O pedido de ampliação dos limites de especificação deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Subseção V
Adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial

Art. 177. O disposto nesta Subseção refere-se à adequação de método analítico de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado decorrente de atualização do método analítico aprovado na farmacopeia ou compêndio oficial em que está descrito.
Art. 178. A adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII, LIII e LIV do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 51 desta Resolução.
§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 51 desta Resolução.
Art. 179. A adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção VI
Mudança de método analítico
Art. 180. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou à alteração de método analítico aprovado para o controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou produto acabado para método analítico constante de outra farmacopeia ou compêndio oficial ou para método analítico de desenvolvimento próprio.
Art. 181. A mudança de método analítico requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII, LIII, LIV e LV do art. 51 desta Resolução.
§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 51 desta Resolução.
§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 51 desta Resolução.
§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 51 desta Resolução.
Art. 182. O pedido de mudança de método analítico deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa, exceto quando a mudança se referir a excipientes, caso em que pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Subseção VII
Mudança no controle de qualidade da embalagem
Art. 183. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração dos testes, limites de especificações e métodos de controle de qualidade das embalagens.
Art. 184. A mudança no controle de qualidade da embalagem requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos LI, LIII, LIV, LV do art. 51 desta Resolução.
Art. 185. A mudança no controle de qualidade da embalagem pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.
Seção XXIV
Exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento
Art. 186. A exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento requer a apresentação do documento constante do inciso LVII do art. 51 desta Resolução.
Art. 187. A exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.
Seção XXV
Alteração de nome do medicamento
Art. 188. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de nome do medicamento, desde que não tenha sido comercializado.
Art. 189. A alteração de nome do medicamento requer a apresentação do documento constante do inciso V do art. 51 desta Resolução.
Art. 190. O pedido de alteração de nome do medicamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.
Seção XXVI
Cancelamento de registro de apresentação do medicamento
Art. 191. O disposto nesta Seção refere-se ao cancelamento de registro de uma ou mais apresentações do medicamento.
Art. 192. O pedido de cancelamento de registro de apresentação do medicamento deve ser protocolado e terá efeitos após aprovação da Anvisa.
Seção XXVII
Cancelamento de registro do medicamento
Art. 193. O disposto nesta Seção refere-se ao cancelamento de registro de todas as apresentações do medicamento.
Art. 194. O pedido de cancelamento de registro do medicamento deve ser protocolado e terá efeitos após aprovação da Anvisa.
CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 195. Os detentores de registro de medicamentos dinamizados que, nos termos desta Resolução, passarem a se enquadrar como medicamentos dinamizados notificados, deverão proceder à adequação, obrigatoriamente, até a primeira renovação de registro após 26 de setembro de 2018.
§ 1º Para a adequação, a empresa deve peticionar o cancelamento do registro do medicamento e, quando publicado o cancelamento, proceder à notificação, conforme esta Resolução.
§ 2º O registro dos medicamentos de que trata o caput deste artigo não será renovado e será realizado o cancelamento do registro daqueles que não se adequarem.
§ 3º Para os medicamentos dinamizados que ainda tenham registro válido e que não tenham, até a publicação desta Resolução, se adequado como medicamentos dinamizados notificados, conforme o caput deste artigo, a avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins devem ser incluídas pela empresa nas análises de controle de qualidade, devendo ser apresentadas obrigatoriamente quando da sua adequação.
§ 4º Nos casos previstos no caput deste artigo, desde que nenhuma alteração seja realizada na condição registrada, a notificação inicial do medicamento poderá ser realizada mediante a apresentação de estudo de acompanhamento de 1 (um) lote do medicamento, conduzido no último período de validade do registro, acompanhado do protocolo de estudo de estabilidade de 3 (três) novos lotes do medicamento.
Art. 196. Os medicamentos dinamizados notificados conforme os critérios definidos pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 30 de março de 2007, podem ser comercializados até a data de vencimento da notificação e, após, deverão se adequar a esta Resolução.
§ 1º A adequação referida no caput deste artigo pode ser feita antes da data de vencimento da notificação, a critério da empresa, que deve cancelar a notificação existente e realizar nova notificação, conforme este regulamento técnico.
§ 2º Para os medicamentos dinamizados notificados que até a publicação desta Resolução não tenham se adequado conforme o caput deste artigo, a avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins devem ser incluídas pela empresa nas análises de controle de qualidade.
Art. 197. Os medicamentos registrados que, nos termos desta Resolução, assim permanecerem, devem proceder às adequações necessárias por meio do peticionamento de código de assunto específico.
Art. 198. Quando for constatada irregularidade nas petições de implementação imediata, a empresa poderá ser suspensa da realização do procedimento simplificado de mudanças pós-registro.
§ 1º Considera-se irregularidade a ausência das provas requeridas ou com prova reprovada para a mudança na data de implementação.
§ 2º A empresa suspensa do procedimento simplificado fica impedida por 1 (um) ano, a partir da data de publicação da decisão de suspensão, de implementar modificações pós-registro sem a autorização prévia da Anvisa, para qualquer medicamento de sua titularidade.
Art. 199. Quando a petição de renovação de registro estiver em fase recursal, não será aplicável o procedimento simplificado para as petições pós-registro do processo correspondente.
Art. 200. Caso a mudança pós-registro a ser realizada no medicamento dinamizado não se enquadre em nenhuma classificação disposta nesta Resolução, caberá à Anvisa, mediante solicitação do requerente, estabelecer o assunto a ser peticionado, a documentação, os ensaios e outras provas que devem ser apresentadas pelo requerente para avaliação técnica.
§ 1º Caso o assunto a ser peticionado requeira protocolo, o pedido de mudança deve ser protocolado nos termos desta Resolução.
§ 2º Caso o assunto a ser peticionado não requeira protocolo, a mudança deve ser anotada no HMP, juntando-se a ele a documentação técnica requerida.
Art. 201. As obrigatoriedades referentes à farmacovigilância a que ficam sujeitos os detentores de registro e notificação de medicamentos dinamizados são tratadas em regulamento específico da área de farmacovigilância.

Art. 202 O disposto nesta Resolução não prejudica a aplicação da regulamentação específica a que estejam sujeitas substâncias entorpecentes, psicotrópicas e precursores ou qualquer outro produto submetido a controle especial.
Art. 203 O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 204. Ficam revogadas:
I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 238, de 25 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 144, de 27 de julho de 2018, Seção 1, pág. 82; e
II - o inciso X, art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 317, de 22 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 206, de 23 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 45.
Art. 205. Esta Resolução entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Descrição da solicitação[1]
Razão da solicitação[2]
Conclusão[3]
Declaro que nenhuma mudança, além da acima descrita, será realizada. Declaro, ainda, que as informações constantes no texto de bula e rotulagem serão alteradas de acordo com a solicitação acima descrita, sendo que, para petições que não sejam de implementação imediata, tal atualização ocorrerá somente após a aprovação desta Anvisa. Na condição de responsável técnico, de responsável pela garantia da qualidade e de responsável por assuntos regulatórios da empresa XXXXXXX, atesto a veracidade das informações prestadas.
Assinaturas:
Responsável Técnico:
Responsável pela Garantia da Qualidade:
Responsável por Assuntos Regulatórios:

1. Descrição detalhada da mudança pós-registro pleiteada pelo requerente.
2. Motivação da alteração proposta pela empresa, incluindo os argumentos técnicos para a realização da alteração. Se pertinente, a empresa deverá anexar à justificativa, a documentação comprobatória da motivação.
3. Descrição detalhada dos documentos apresentados, incluindo todo o racional dos requisitos técnicos e sanitários e a avaliação referente ao cumprimento satisfatório de cada requisito previsto para a aprovação da mudança pósregistro, que permitiriam sua aprovação.

ANEXO II
QUADROS COMPARATIVOS
QUADRO A

Quadro A - Comparativo da fórmulas							
Forma farmacêutica							
Potência							
			Fórmula anterior		Fórmula proposta		
Substância	Código DCB, DCI ou CAS	Função	Concentração (mg)	% na fórmula	Concentração (mg)	% na fórmula	Diferença percentual
			Peso médio =		Peso médio =		Σ das alterações em % =

QUADRO B

Quadro B - Comparativo de processos de produção					
Forma farmacêutica					
Potência					
	Processo aprovado		Processo proposto		
Lista de equipamentos (incluindo automação, capacidade, desenho e princípio de funcionamento)					
Descrição e referência do método de produção das potências intermediárias[1]					
Descrição e referência do método de produção do medicamento dinamizado[1]					
Metodologias de controle em processo com especificação					
Fluxograma de produção aprovado					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação Unitária	Parâmetros da operação unitária[4]	Equipamentos	Controle em processo[5]
Fluxograma de produção proposto					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação Unitária	Parâmetros da operação unitária[4]	Equipamentos	Controle em processo[5]

1. Descrever o processo na forma de tópicos, numerando cada uma das etapas e destacando as diferenças entre os processos. Informar em qual farmacopeia ou compêndio oficial o método de produção está descrito.
2. De acordo com a numeração da descrição do processo produtivo, identificar as etapas críticas do processo.
3. Indicar a ordem de adição das substâncias na etapa em que esta ocorrer.
4. Informações referentes à velocidade, temperatura, tempo etc., incluindo identificação dos parâmetros críticos.
5. Informar quais os testes que serão realizados e em qual etapa ocorrerão.
QUADRO C

Quadro C - Comparativo de tamanho de lote		
Forma farmacêutica		
Potência		
	Massa/Volume	Unidades Farmacotécnicas
Tamanho do lote piloto		
Tamanho do lote produzido na inclusão de tamanho de lote		

RESOLUÇÃO - RDC Nº 722, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.
Parágrafo único. Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional:
I - a Resolução GMC/MERCOSUL nº 103, de 15 de dezembro de 1994;
II - a Resolução GMC/MERCOSUL nº 25, de 20 de junho de 2002;
III - a Resolução GMC/MERCOSUL nº 12, de 17 de julho de 2011; e
IV - a Resolução GMC/MERCOSUL nº 18, de 13 de outubro de 2021.
Art. 2º Esta Resolução se aplica a toda a cadeia produtiva de alimentos.
Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica a:
I - águas potáveis, conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;
II - águas envasadas para consumo humano, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 717, de 1° de julho de 2022;
III - contaminantes de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, conforme Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997;
IV - constituintes de suplementos alimentares, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 243, de 26 de julho de 2018, e Instrução Normativa - IN nº 28, de 26 de julho de 2018;
V - toxinas bacterianas em alimentos, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1° de julho de 2022;
VI - substâncias decorrentes de migração de materiais em contato com alimentos, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 91, de 11 de maio de 2001; e
VII - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022.
Art. 3º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:
I - cadeia produtiva de alimentos: todos os setores envolvidos nas etapas de produção, industrialização, armazenamento, fracionamento, transporte, distribuição, importação ou comercialização de alimentos para consumo humano;
II - contaminante: qualquer substância não intencionalmente adicionada aos alimentos e que está presente como resultado da produção, industrialização, processamento, preparação, tratamento, embalagem, transporte ou armazenamento ou como resultado de contaminação ambiental; e
III - limite máximo tolerado (LMT): concentração máxima do contaminante legalmente aceita no alimento.
CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 4º As quantidades de contaminantes devem ser as menores possíveis, mediante a aplicação das melhores práticas e tecnologias de produção disponíveis.
Art. 5º Os LMT de contaminantes são estabelecidos, com base nas seguintes informações:
I - estudos toxicológicos disponíveis para o contaminante;
II - avaliações de risco conduzidas por organismos internacionalmente reconhecidos para o contaminante;
III - magnitude e severidade dos efeitos adversos à saúde provocados pela ingestão do contaminante;
IV - dados analíticos sobre a incidência do contaminante no alimento;
V - dados de consumo do alimento;
VI - grupo populacional para o qual o produto é indicado;
VII - forma de preparo e consumo do alimento;
VIII - normas, recomendações ou diretrizes do Codex Alimentarius ou de outros organismos internacionalmente reconhecidos;
IX - boas práticas agrícolas, pecuárias, industriais e analíticas;
X - relevância comercial do alimento;
XI - possibilidades tecnológicas, incluindo disponibilidade de metodologia analítica;
XII - histórico dos problemas de contaminação do alimento; e
XIII - dados existentes na literatura científica.
Art. 6º Os LMT de contaminantes estão definidos na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1° de julho de 2022.

Parágrafo único. Os LMT de contaminantes de que tratam o caput desse artigo se aplicam à parte comestível dos alimentos, considerando o produto tal como exposto à venda, exceto quando especificado em contrário na Instrução Normativa - IN nº 160, de 2022.

Art. 7º No caso de alimentos não previstos na Instrução Normativa - IN nº 160, de 2022, mas que tenham sido desidratados, diluídos, transformados ou compostos a partir de um ou mais ingredientes listados nesta Instrução Normativa, os LMT de contaminantes devem observar:

I - as proporções relativas desses ingredientes no produto final;

II - as alterações na concentração desses ingredientes decorrentes do seu processo de secagem, diluição ou transformação, quando aplicável; e

III - o limite analítico de quantificação.

§ 1º A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos no caput desse artigo deve estar disponível para consulta da autoridade competente.

§ 2º Caso os dados de que trata o inciso II desse artigo não sejam informados ou não possuam uma justificativa adequada, a autoridade competente definirá os fatores que devem ser aplicados, a partir da informação disponível.

Art. 8º No caso de ingredientes alimentares cujos contaminantes não estejam previstos na Instrução Normativa IN nº 160, de 2022, e que não se enquadrem no disposto no art. 7º desta Resolução, devem ser observados os limites de contaminantes definidos nas especificações de identidade, pureza e composição aprovados pela Anvisa, ou, em sua ausência, uma das seguintes referências:

I - Farmacopeia Brasileira;

II - Farmacopeias oficialmente reconhecidas, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 511, de 27 de maio de 2021, ou outra que lhe vier a substituir;

III - Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemicals Codex - FCC); ou

IV - Comitê Conjunto de Especialistas da FAO/OMS sobre Aditivos Alimentares (Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA).

Art. 9º Os alimentos que não cumpram os LMT de contaminantes definidos nos arts. 6º a 8º desta Resolução não podem ser destinados ao consumo humano direto ou utilizados como ingredientes em alimentos destinados ao consumo humano.

Art. 10. Para verificação dos LMT de contaminantes, devem ser utilizadas metodologias que atendam aos critérios de desempenho estabelecidos na versão mais atual do Manual de Procedimentos do Codex Alimentarius.

§ 1º Para verificação dos LMT de arsênio inorgânico, podem ser utilizadas metodologias que quantifiquem o arsênio total.

§ 2º Caso o disposto no § 1º desse artigo seja aplicado e os resultados sejam superiores aos respectivos LMT, devem ser realizados ensaios para quantificação da forma inorgânica desse contaminante.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 12. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 487, de 26 de março de 2021, publicada no DOU nº 61, de 31 de março de 2021, Seção 1, pág. 225.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de julho de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 723, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários do açúcar, açúcar líquido invertido, açúcar de confeitaria, adoçante de mesa, bala, bombom, cacau em pó, cacau solúvel, chocolate, chocolate branco, goma de mascar, manteiga de cacau, massa de cacau, melaço, melado e rapadura.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários do açúcar, açúcar líquido invertido, açúcar de confeitaria, adoçante de mesa, bala, bombom, cacau em pó, cacau solúvel, chocolate, chocolate branco, goma de mascar, manteiga de cacau, massa de cacau, melaço, melado e rapadura.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos adoçantes dietéticos.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - açúcar: mono e dissacarídeos, incluindo a sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.) ou de beterraba (Beta alba L.), podendo apresentar granulometrias e formas de apresentação variadas;

II - açúcar líquido invertido: produto obtido a partir da hidrólise da sacarose com diferentes concentrações de glicose, frutose e sacarose;

III - açúcar para confeitaria: açúcar que pode ser adicionado de outros ingredientes;

IV - adoçante de mesa: produto formulado para conferir sabor doce aos alimentos e bebidas, constituído de um ou mais edulcorantes listados na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 24 de março de 2008, ou outra que lhe vier a substituir;

V - bala: produto constituído por açúcar ou outros ingredientes, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados;

VI - bombom: produto constituído por massa de chocolate ou por um núcleo formado de recheio, recoberto por uma camada de chocolate ou glacê, podendo apresentar formato e consistência variados;

VII - cacau em pó: produto obtido da massa, pasta ou liquor de cacau;

VIII - cacau solúvel: produto obtido a partir do cacau em pó adicionado de outros ingredientes que promovam a solubilidade em líquidos;

IX - chocolate: produto obtido a partir da mistura de derivados de cacau (Theobroma cacao L.), massa, pasta ou liquor de cacau, cacau em pó ou manteiga de cacau, com outros ingredientes, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados;

X - chocolate branco: produto obtido a partir da mistura de manteiga de cacau com outros ingredientes, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados;

XI - goma de mascar: é o produto constituído por base gomosa, elástica, mastigável e não deglutível, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados;

XII - manteiga de cacau e cacau em pó: produtos obtidos da massa, pasta ou liquor de cacau;

XIII - massa, pasta ou liquor de cacau: produto obtido das amêndoas de cacau (Theobroma cacao L.);

XIV - melaço: subproduto resultante da produção de açúcar;

XV - melado: produto obtido pela concentração do caldo de cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.) ou a partir da rapadura derretida; e

XVI - rapadura: produto sólido obtido pela concentração do caldo de cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.).

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os adoçantes de mesa podem conter os ingredientes listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 4º Os componentes autorizados para uso em base gomosas e suas especificações constam do Anexo II desta Resolução.

Art. 5º O chocolate deve ser constituído de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sólidos totais de cacau.

Art. 6º O chocolate branco deve ser constituído de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sólidos totais de manteiga de cacau.

Art. 7º O açúcar de confeitaria, os bombons, as gomas de mascar e as rapaduras podem ser adicionados de outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

Art. 8º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Açúcar", no caso de sacarose;

II - no caso de outros monossacarídeo ou dissacarídeo, pelo nome da substância;

III - "Açúcar líquido invertido";

IV - "Açúcar para confeitaria";

V - "Adoçante de mesa";

VI - "Bala";

VII - "Bombom";

VIII - "Cacau em pó";

IX - "Cacau solúvel";

X - "Chocolate";

XI - "Chocolate branco";

XII - "Goma de mascar";

XIII - "Manteiga de cacau";

XIV - "Massa de cacau", "Pasta de cacau" ou "Liquor de cacau";

XV - "Melaço";

XVI - "Melado"; ou

XVI - "Rapadura".

§1º A denominação de venda do produto de que trata o inciso V desse artigo deve ser acrescida do nome dos monossacarídeos e dissacarídeos adicionados.

§2º A denominação de venda do produto de que trata o inciso XVI desse artigo deve ser acrescida do nome dos outros ingredientes adicionados.

§3º Os produtos de que trata o caput desse artigo podem ser denominados por denominações consagradas pelo uso e ter sua denominação acrescida de expressões relativas ao ingrediente que caracteriza o produto, processo de obtenção, finalidade de uso, forma de apresentação ou outra característica específica.

Art. 9º A rotulagem dos adoçantes de mesa deve conter a declaração:

I - da informação "Contém edulcorante(s)...." seguida dos nomes dos edulcorantes, próxima à denominação de venda do produto;

II - do valor energético, expresso em quilocalorias (kcal), da medida prática usual do produto, como gotas, colher de café, colher de chá, envelope, tabletes ou outras, e a equivalência de seu poder adoçante em relação à sacarose; e

III - das seguintes advertências, em destaque e em negrito, "Diabéticos: contém..." seguida da quantidade em gramas e nome dos açúcares presentes na medida prática usual do produto.

Art. 10. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:

I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos na:

a) Portaria SVS/MS nº 39, de 13 de janeiro de 1998, no caso de adoçantes de mesa; ou

b) Resolução - RES nº 387, de 5 de agosto de 1999, no caso de balas, bombons, cacau em pó, cacau solúvel, chocolate, chocolate branco, goma de mascar, manteiga de cacau e da massa de cacau.

II - boas práticas de fabricação estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;

III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1° de julho de 2022;

IV - enriquecimento e restauração de alimentos estabelecidos na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998;

V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;

VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1° de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1° de julho de 2022;

VII - regularização estabelecidos na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;

VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;

IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1° de julho de 2022; e

X - rotulagem nutricional estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.

Art. 11. A utilização de ingredientes não usados tradicionalmente como alimento ou obtidos por processos não empregados tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 13. Revogam-se as seguintes disposições:

I - Resolução CNNPA nº 3, de 3 de junho de 1976;

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 264, de 22 de setembro de 2005;

III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 265, de 22 de setembro de 2005;

IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005; e

V - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 450, de 16 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 245, de 23 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 120.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DE INGREDIENTES AUTORIZADOS PARA USO EM ADOÇANTES DE MESA

Álcool etílico
Amidos e amidos modificados
Água
Dextrinas
Dextrose
Fruto-oligossacarídeos
Isomalto-oligossacarídeos
Frutose e seus xaropes
Xarope de glicose
Glicerina ou glicerol
Isomalte
Lactose
Maltitol e seu xarope
Maltodextrina
Manitol
Polidextrose
Polietileno glicol
Propilenoglicol
Sacarose
Sorbitol

ANEXO II

LISTA DE COMPONENTES E SUAS ESPECIFICAÇÕES AUTORIZADOS PARA USO EM BASES GOMOSAS

COMPONENTES	ESPECIFICAÇÕES
Coágulo de látex natural	Elaborado a partir de uma ou mais das seguintes espécies vegetais: a) Família Sapotaceas: **Manikara zapotilla**; **Manikara chiclé**; **Manikara huberi**; **Manikara solimoensis**; **Manikara willamsii**; **Micropholis sp**; **Palaquium leiocarpum**; ou **Palaquium oblongifolium**. b) Família Apocináceas: **Couma utilis**; **Dyera costulata**; ou **Dyera lowii**. c) Família Moraceae: **Brosimum utile**; **Castilla fallax**; ou **Ficus platyphylla.** d) Família Euphorbiaceae: **Hevea brasiliensis** (sólidos do látex e lâminas defumadas); **Cnidoscolus elasticus**; ou **Cnidoscolus tepiquensis**.
Polímeros sintéticos	
Acetato de Polivinila	Peso Molecular mínimo de 2.000.
Copolímero estireno-butadieno	Isento de monômeros.
Copolímeros ispreno - isobutileno	Isento de monômeros.
Polietileno	Peso Molecular entre 2.000 e 21.000.
Poli-isobutileno	Peso Molecular acima de 37.000.
Copolímero de acetato de vinila e laurato de vinila - PVAcVL (CAS: 26354-30-3)	Concentração máxima de até 9% na goma de mascar. Razão molar acetato de vinila: laurato de vinila: 10:0,20 - 3,00; Resíduos de acetato de vinila: £ 5 mg/kg; Resíduos de laurato de vinila: £ 1.000 mg/kg; Acetaldeído: < 1 mg/kg; Ácido acético livre: £ 500 mg/kg; e Isopropanol: £ 5 mg/kg.
Resina terpênicas	
Polímero de alfapinema	-
Polímeros de alfapinema-betapinema e ou dipentena	Índice de acidez máximo de 5. Índice de saponificação máximo de 5
Plastificantes	
Ácido esteárico	-
Ester de glicerol com breu	Índice de acidez entre 3 e 9.
Ester de glicerol com breu parcialmente dimerizado	Índice de acidez entre 3 e 8.
Ester de glicerol com breu parcialmente hidrogenado	Índice de acidez entre 3 e 10.
Ester de glicerol com breu parcialmente polimerizado	Índice de acidez entre 3 e 12.
Ester de glicerol com "Tall oil"	Índice de acidez entre 5 e 12.
Ester metílico com breu parcialmente hidrogenado	Índice de acidez entre 4 e 8. Índice de refração a 20ºC: 1,5170 - 1,5202
Ester de pentaeritrico com breu parcialmente hidrogenado	Índice de acidez entre 7 e 18.
Ester de glicerol com ácido esteárico	Mono e diesterado.
Gelatina comestível	-
Gorduras comestíveis	-
Lanolina	-
Lecitina	-
Outros	
Amido	-
Carbonato de cálcio	-
Carbonato de magnésio	-
Cera de abelhas	-
Cera de carnaúba	-
Cera de petróleo	Mistura de hidrocarboretos sólidos de natureza parafínica, com as seguintes especificações: a) Absorbância (1 cm) (Método F.D.A., 121-1.156) mm: 280-289 - máximo 0,15; 290-299 - máximo 0,12; 300-359 - máximo 0,08; e 360-400 - máximo 0,02.
Cera de petróleo-sintética (microcristalina)	Mistura de hidrocarbonetos sólidos de natureza parafínica obtida por polimerização de etileno, com as seguintes especificações: a) P.M. entre 500 e 1.200; e b) Absorbâncias - idênticas às das ceras de petróleo. Estearato de sódio e de potássio; Fosfato de cálcio.
Parafinas sintéticas	Obtidas de monóxido de carbono e hidrogênio segundo Bischer - Tropsh - com as seguintes especificações: a) Conteúdo de óleo - máximo 0,5% (método A.S.T.M.D. - 721-56T); b) Absorbância a 290 no máximo 0,01 em decahidronaftaleno (método A.S.T.M. 131); e c) P. Congel. - 93,3 - 98,8°C (método A.S.T.M.D-938-49).
Sulfato de sódio	-

RESOLUÇÃO - RDC Nº 724, DE 1º DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação.

Art. 2º Esta Resolução se aplica a toda a cadeia produtiva de alimentos.

Art. 3º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - alimento pronto para oferta ao consumidor: alimento na forma como será disponibilizado ao consumidor, destinado à venda direta ou qualquer outra forma de distribuição, gratuita ou não;

II - amostra indicativa: amostra constituída por um número de unidades amostrais inferior ao estabelecido em plano de amostragem representativo;

III - amostra representativa: amostra constituída por um determinado número de unidades amostrais (n), retiradas aleatoriamente de um mesmo lote, conforme estabelecido no plano de amostragem;

IV - cadeia produtiva de alimentos: todos os setores envolvidos nas etapas de produção, industrialização, armazenamento, fracionamento, transporte, distribuição, importação ou comercialização de alimentos para consumo humano;

V - doença transmitida por alimento (DTA): doença causada pela ingestão de alimento contaminado por micro-organismos patogênicos, toxinas ou seus metabólitos;

VI - limite microbiológico: limite estabelecido para um dado micro-organismo, suas toxinas ou metabólitos, utilizado para classificar unidades amostrais de um alimento em "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável";

VII - limite microbiológico m (m): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Intermediária" e que, em um plano de duas classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

VIII - limite microbiológico M (M): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Intermediária" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

IX - lote: conjunto de produtos de um mesmo tipo, processados pelo mesmo fabricante ou fracionador, em um espaço de tempo determinado, sob condições essencialmente iguais;

X - número mais provável (NMP): unidade de medida usada para estimar o número de micro-organismos em uma amostra quando se utiliza a técnica de tubos múltiplos e tabelas de probabilidade;

XI - padrão microbiológico: define a aceitabilidade de um alimento ou de um lote de alimento, baseado na ausência, presença, ou número de micro-organismos, ou na concentração das suas toxinas ou metabólitos, por unidade de massa, volume, área ou lote;

XII - plano de amostragem: componente do padrão microbiológico que define o número de unidades amostrais a serem coletadas aleatoriamente de um mesmo lote e analisadas individualmente (n), o tamanho da unidade analítica e a indicação do número de unidades amostrais toleradas com qualidade intermediária (c);

XIII - plano de amostragem de duas classes: tipo de plano que classifica a amostra analisada em apenas duas categorias, "Qualidade Aceitável" ou "Qualidade Inaceitável", considerando se o resultado está acima ou abaixo do limite microbiológico estabelecido (m);

XIV - plano de amostragem de três classes: tipo de plano que, com base em um limite microbiológico "m" e um limite microbiológico "M", classifica a amostra analisada em três categorias, "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável";

XV - unidade amostral: porção ou unidades coletadas aleatoriamente de um lote, contendo a quantidade necessária para a realização dos ensaios;

XVI - unidade analítica: alíquota retirada da unidade amostral que será analisada; e

XVII - unidade formadora de colônia (UFC): unidade de medida usada para estimar o número de micro-organismos em uma amostra quando se utiliza a técnica de contagem em placas.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Os alimentos não podem conter micro-organismos patogênicos, suas toxinas ou metabólitos em quantidades que causem dano para a saúde humana.

Art. 5º Os padrões microbiológicos dos alimentos estão definidos na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022. (Incluir numeração da IN que será atribuída à minuta SEI 1819537)

§1º Os padrões microbiológicos de que tratam o caput desse artigo se aplicam aos alimentos prontos para oferta ao consumidor.

§2º No caso de ingredientes destinados exclusivamente ao uso industrial, incluindo os aditivos alimentares, devem ser observados os padrões microbiológicos estabelecidos em suas especificações.

§3º Análises de micro-organismos, toxinas ou metabólitos não previstos nos padrões microbiológicos de que tratam o caput desse artigo podem ser realizadas para a obtenção de dados adicionais sobre a adequação dos processos produtivos e a inocuidade do alimento.

Art. 6º A cadeia produtiva de alimentos deve:

I - assegurar que os alimentos, durante seu prazo de validade, cumpram com os padrões microbiológicos de que trata o art. 5º desta Resolução;

II - realizar avaliações periódicas quanto à adequação do processo para atendimento aos padrões microbiológicos de que trata o art. 5º desta Resolução;

III - determinar a frequência das análises, para garantir que todos os alimentos cumpram com os padrões microbiológicos de que trata o art. 5º desta Resolução, em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e outros programas de controle de qualidade; e

IV - no caso de resultados insatisfatórios ou de resultados satisfatórios com qualidade intermediária:

a) investigar as causas e implementar as ações corretivas necessárias para evitar que estes resultados voltem a ocorrer; e

b) avaliar a segurança do consumo de outros lotes que possam ter sido afetados pelas causas determinadas, quando se tratar de risco inaceitável para a saúde humana.

Art. 7º A investigação de surtos de DTA deve considerar os dados clínicos e epidemiológicos, conforme diretrizes estabelecidas no Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO III

PLANOS DE AMOSTRAGEM, MÉTODOS E RESULTADOS ANALÍTICOS

Art. 8º Os planos de amostragem adotados pela cadeia produtiva de alimentos devem atender ao estabelecido nos padrões microbiológicos de que trata o art. 5º desta Resolução.

§1º Planos de amostragem alternativos podem ser utilizados, desde que forneçam proteção equivalente, comprovada por meio de histórico de produção e implementação de sistema de qualidade e segurança de alimentos documentado e validado.

§2º A autoridade sanitária competente pode realizar amostragem representativa ou indicativa, conforme a finalidade da coleta.

Art. 9º A coleta, acondicionamento, transporte e análise de amostras dos alimentos devem seguir as metodologias estabelecidas em, pelo menos, uma das referências abaixo, em suas últimas edições ou revisões, de acordo com sua aplicação:

I - Código Alimentar (Codex Alimentarius - FAO/OMS);

II - Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization - ISO);

III - Compêndio de Métodos para Análise Microbiológica de Alimentos (Compendium of Methods for the Microbiological Examination of Foods - APHA);

IV - Métodos Padrão para Análise de Produtos Lácteos (Standard Methods for the Examination of Dairy Products - APHA);

V - Métodos Padrão para Análise de Águas e Esgotos (Standard Methods for Examination of Water and Wastewater - APHA);

VI - Manual Analítico Bacteriológico (Bacteriological Analytical Manual - BAM/FDA);

VII - Métodos Oficiais de Análise da AOAC International (Official Methods of Analysis of AOAC International - AOAC INTERNATIONAL);

VIII - Farmacopeia Brasileira; ou

IX - Farmacopeia Americana (United States Pharmacopeia - USP).

Parágrafo único. Métodos alternativos podem ser utilizados desde que validados de forma a garantir que os resultados obtidos por seu uso sejam equivalentes aos das metodologias descritas no caput desse artigo ou certificados por organismos independentes, de acordo com o protocolo estabelecido na norma ISO 16140 ou outros protocolos similares aceitos internacionalmente.

Art. 10. Os resultados analíticos devem ser expressos em:

I - unidade de formação de colônias por grama ou mililitro do alimento (UFC/g ou UFC/mL), quando obtidos por contagem em placa; ou

II - número mais provável por grama ou mililitro do alimento (NMP/g ou NMP/mL), quando obtidos por NMP.

Art. 11. As seguintes interpretações devem ser aplicadas para os resultados analíticos:

I - no caso de planos de amostragem de duas classes:

a) satisfatório com qualidade aceitável, quando o resultado observado em todas as unidades amostrais for ausência ou menor ou igual a m; ou

b) insatisfatório com qualidade inaceitável, quando o resultado observado em qualquer unidade amostral for presença ou maior que m.

II - no caso de planos de amostragem de três classes:

a) satisfatório com qualidade aceitável, quando o resultado observado em todas as unidades amostrais for menor ou igual a m;

b) satisfatório com qualidade intermediária, quando o número de unidades amostrais com resultados entre m e M for igual ou menor que c e nenhuma unidade amostral apresentar resultado maior que M; ou

c) insatisfatório com qualidade inaceitável: quando o número de unidades amostrais com resultados entre m e M for maior que c ou alguma unidade amostral apresentar resultado maior que M.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Devem ser adotadas, quando aplicáveis, as medidas previstas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 655, de 24 de março de 2022, que dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores, ou outra que lhe vier a substituir.

Art. 13. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 14. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor no dia 1ºde setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 725, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os aditivos alimentares aromatizantes.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre aditivos alimentares aromatizantes.

§1º Esta Resolução não se aplica a:

I - substâncias que conferem exclusivamente sabor doce, salgado ou ácido;

II - substâncias e alimentos com propriedades odoríferas ou sápidas consumidas sem transformação, com ou sem reconstituição; e

III - matérias de origem vegetal ou animal que possuam propriedades aromatizantes intrínsecas, quando não sejam utilizadas exclusivamente como fonte de aromas.

§2º Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC/MERCOSUL nº 10, de 22 de junho de 2006.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - aromatizante ou aroma: substância ou mistura de substâncias com propriedades aromáticas ou sápidas, capazes de conferir ou reforçar o aroma ou sabor dos alimentos;

II - aromatizante artificial: composto químico obtido por síntese que ainda não tenha sido identificada em produtos de origem animal, vegetal ou microbiana, utilizada em seu estado primário ou preparada para o consumo humano;

III - aromatizante de fumaça: produto concentrado utilizado para conferir aroma de defumado aos alimentos;

IV - aromatizante de reação natural: aromatizante de reação obtido exclusivamente de matérias-primas ou ingredientes naturais;

V - aromatizante de reação ou transformação: produto obtido por aquecimento comparável ao cozimento de alimentos, a partir do processamento conjunto de ingredientes ou alimentos que contêm nitrogênio amínico e açúcar redutor, compreendendo o aromatizante de reação natural e o aromatizante de reação sintético;

VI - aromatizante de reação sintético: aromatizante de reação obtido de pelo menos uma matéria-prima ou um ingrediente sintético;

VII - aromatizante idêntico ao natural: substância quimicamente definida obtida por síntese e aquela isolada por processos químicos a partir de matérias-primas de origem animal, vegetal ou microbiana que apresentam uma estrutura química idêntica às substâncias presentes nas referidas matérias-primas naturais processadas ou não, incluídos os sais de substâncias idênticas às naturais com cátions de hidrogênio (H€), sódio (Na€), potássio (K€), cálcio (Ca²€)e ferro (Fe³€), e ânions de cloreto (Cl€), sulfato (SO€€)e carbonato (CO€€⁻);

VIII - aromatizante natural: substância ou mistura de substâncias obtidas exclusivamente por métodos físicos, microbiológicos ou enzimáticos, a partir de matérias-primas aromatizantes naturais, compreendendo o óleo essencial, o extrato, a oleorresina e a substância aromatizante natural isolada;

IX - aromatizante sintético: composto quimicamente definida obtida por processos químicos, compreendendo o aromatizante idêntico ao natural e o aromatizante artificial;

X - extrato: aromatizante natural obtido por esgotamento, a frio ou a quente, a partir de produtos de origem animal, vegetal ou microbiana com solventes permitidos, contendo os princípios sápidos aromáticos voláteis e fixos correspondentes ao respectivo produto natural, podendo ser apresentado como extrato líquido e o extrato seco;

XI - extrato concreto: extrato seco obtido da extração de vegetais frescos;

XII - extrato líquido: extrato obtido com eliminação parcial ou sem eliminação do solvente;

XIII - extrato purificado absoluto: extrato seco obtido de extratos secos dissolvidos em etanol submetidos a esfriamento, filtração a frio, e eliminação do solvente;

XIV - extrato resinoide: extrato seco obtido da extração de vegetais secos ou de oleorresinas;

XV - extrato seco: extrato obtido com a eliminação do solvente, compreendendo o extrato concreto, o extrato resinoide e o extrato purificado absoluto;

XVI - matéria-prima aromatizante natural: produto de origem animal ou vegetal apropriado ao consumo humano, que contém substâncias odoríferas ou sápidas, seja em seu estado natural ou após tratamento adequado, como torrefação, cocção, fermentação, enriquecimento, tratamento enzimático ou outros;

XVII - mistura de aromatizantes artificial: mistura de aromatizantes em que pelo menos um é artificial;

XVIII - mistura de aromatizantes idêntico ao natural: mistura de aromatizantes idênticos aos naturais, podendo ter adição de aromatizantes naturais;

XIX - mistura de aromatizante natural: mistura de aromatizantes naturais;

XX - óleo essencial: aromatizante natural volátil de origem vegetal obtido por processo de destilação por arraste com vapor de água, de destilação a pressão reduzida ou por outro processo físico adequado, podendo se apresentar isolado ou misturado com outro óleo essencial, compreendendo o retificado, o desterpenado e o concentrado;

XXI - óleo essencial concentrado: óleo essencial submetido à remoção parcial dos terpenos;

XXII - óleo essencial desterpenado: óleo essencial submetido à remoção quase total dos terpenos;

XXIII - óleo essencial retificado: óleo essencial submetido a processo de destilação fracionada para concentrar determinados componentes;

XXIV - oleorresina, balsámos ou oleogomaresinas: aromatizante natural obtido por exsudação livre ou provocada de determinadas espécies vegetais; e

XXV - substância aromatizante natural isolada: substância quimicamente definida obtida por processos físicos, microbiológicos ou enzimáticos, a partir de matérias-primas aromatizantes naturais ou de aromatizantes naturais, incluídos os sais de substâncias naturais com cátions de hidrogênio (H€), sódio (Na€), potássio (K€), cálcio (Ca²€)e ferro (Fe³€), e ânions de cloreto (Cl₫, sulfato (SO₴€)e carbonato (CO₴€.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º A lista base dos componentes aromatizantes autorizados para uso na elaboração dos aromatizantes compreende:

I - as substâncias que estão listadas em, pelo menos, uma das seguintes entidades:

a)Comitê Conjunto de Especialistas da FAO/OMS sobre Aditivos Alimentares (Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA);

b)Food and Drug Administration (FDA);

c)Flavor Extract Manufacturers Association (FEMA); ou

d)União Europeia.

II - as espécies botânicas de origem regional listadas no Anexo I desta Resolução e seus componentes aromatizantes, desde que sejam observados os requisitos do art. 7º desta Resolução.

Parágrafo único. Na elaboração de aromatizantes, também podem ser empregados:

I - os aditivos alimentares listados no Anexo II desta Resolução, com limite quantum satis (q.s);

II - os solventes de extração e processamento listados no Anexo III desta Resolução, desde que observadas as concentrações máximas de resíduos no alimento pronto para o consumo; e

III - os ingredientes listados no Anexo IV desta Resolução.

Art. 4º Os componentes aromatizantes e demais substâncias empregadas na elaboração de aromatizantes devem atender aos requisitos de identidade e pureza e demais especificações para alimentos em geral e aromatizantes, estabelecidas em, pelo menos, uma das seguintes referências:

I - Chemical Abstracts Service (CAS)/American Chemical Society;

II - Code of Practice of the Flavor Industry/International Organization of the Flavor Industry (IOFI);

III - Codex Alimentarius;

IV - Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemicals Codex - FCC);

V - Farmacopeia Nacional dos Estados-Partes do Mercosul;

VI - European Food Safety Authority (EFSA);

VII - JECFA;

VIII - FEMA;

IX - FENAROLI. Handbook of Flavor Ingredients, CRC Publishing Co., Boca Raton, FL.;

X - Steffen Arctander. Perfume and Flavor Chemicals, 1994, Allured Publishing. Co, USA;

XI - Steffen Arctander. Perfume and Flavor Materials Natural Origin, 1994, Allured Publishing. Co, USA The Merck Index;

XII - Nutrition and Food Research Institute (TNO), The Netherlands, Volatile Compounds in Food Qualitative and Quantitative - Data; ou

XIII - USA Code of Federal Regulation (CFR)/Food and Drug Administration (FDA).

Parágrafo único. No caso de aditivos alimentares aromatizantes provenientes de espécies botânicas de origem regional, aplicam-se também as especificações aprovadas pela Anvisa.

Art. 5º Os aromatizantes de reação devem ser obtidos a partir do processamento conjunto das fontes de nitrogênio proteico e de carboidratos listados no Anexo V desta Resolução, observando as seguintes condições de processamento:

I - a temperatura da mistura de reação não pode ultrapassar 180º C;

II - o tempo de processamento não pode ultrapassar 15 minutos a 180º C, sendo permitido tempo proporcionalmente mais longo em temperaturas inferiores; e

III - o pH não pode ser superior a 8.

§1º Na produção dos aromatizantes de que trata o caput desse artigo, podem ser utilizados os alimentos listados no Anexo VI desta Resolução.

§2º Os aditivos alimentares, solventes de extração e processamento e ingredientes de que trata o parágrafo único do art. 3º desta Resolução somente podem ser adicionadas após o término do processamento.

Art. 6º Os aromatizantes de fumaça devem ser obtidos por meio de um ou mais dos seguintes processamentos:

I - combustão controlada de madeiras, cascas e galhos não tratados das espécies listadas no Anexo VII desta Resolução, seguida de destilação seca a temperaturas compreendidas entre 300 e 800º C, ou de arraste com vapor de água reaquecido à temperatura entre 300 e 500º C;

II - aplicação de técnicas de separação das frações sápido-aromáticas para isolar os componentes aromáticos importantes após realização dos processamentos descritos no inciso I desse artigo;

III - mistura de substâncias aromáticas quimicamente definidas; ou

IV - classificação dos aromas naturais ou sintéticos, de acordo com a natureza de suas matérias-primas ou processos de elaboração, conforme definições de que trata o art. 2º desta Resolução.

Parágrafo único. Nos processamentos de que trata o inciso I desse artigo, as frações que têm as propriedades sápido-aromáticas devem ser separadas por condensação fracionada.

Art. 7º O uso de aromatizantes em alimentos deve observar os seguintes requisitos:

I - os alimentos não podem ultrapassar os limites máximos das substâncias listadas no Anexo VIII desta Resolução em função da adição de aromatizantes;

II - os aromatizantes de fumaça não podem transferir mais do que 0,03 microgramas de 3,4-benzopireno por quilograma de alimento; e

III - os seguintes aromatizantes não podem ser utilizados:

a)óleos essenciais e extratos de fava-tonca, sassafrás e sabina;

b)compostos químicos isolados ou de síntese cuja adição em alimentos seja proibida pelo Anexo VIII desta Resolução;

c)hidrocarbonetos e compostos da série pirídica não previstos na lista de base de que trata o art. 3º desta Resolução; e

d)nitroderivados, nitritos orgânicos e outros expressamente proibidos.

Parágrafo único. Para efeito de controle analítico do limite de que trata o inciso II desse artigo, o valor de 3,4-benzopireno deve ser determinado a partir de sua concentração no aromatizante de fumaça utilizado e da quantidade utilizada deste aromatizante, considerando o produto pronto para o consumo.

Art. 8º Os aromatizantes podem ser apresentados sob as seguintes formas físicas:

I - sólida, incluindo pós, granulados e tabletes;

II - líquida, incluindo soluções e emulsões; e

III - pastosa.

Art. 9º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes designações, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Óleos essenciais";

II - "Extratos";

III - "Bálsamos", "Oleorresinas" ou "Oleogomaresinas";

IV - no caso de substâncias aromatizantes naturais isoladas, aromatizantes idênticos ao natural ou aromatizantes artificiais, pelo nome comum ou nome científico;

V - no caso de mistura de aromatizantes natural, como "Aroma natural de ...";

VI - no caso de mistura de aromatizantes idêntico ao natural, como "Aroma idêntico ao natural de ...";

VII - no caso de mistura de aromatizantes artificial, como "Aroma artificial de ...";

VIII - no caso de aromatizantes de reação ou transformação, como "Aroma natural de ...", "Aroma idêntico ao natural de ...", ou "Aroma artificial de ...", de acordo com os ingredientes utilizados; e

IX - no caso de aromatizantes de fumaça, como "Aroma natural de fumaça", "Aroma idêntico ao natural de fumaça", "Aroma artificial de fumaça", de acordo com os ingredientes utilizados ou processo de elaboração.

Parágrafo único. Quando os aromatizantes de que tratam os incisos V a VIII desse artigo tiverem sabor de alimento ou não tiverem sabor definido, a designação de venda poderá ser um nome fantasia ou outra denominação determinada pelo fabricante.

Art. 10. A rotulagem dos aromatizantes deve seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, ou outra que lhe vier a substituir.

§1º No caso de aromatizantes destinados exclusivamente ao uso industrial, a declaração da lista de ingredientes e das instruções de uso pode ser realizada alternativamente nos documentos comerciais, exceto pelas instruções de uso quando houver restrição no limite de uso de algum componente do aromatizante no alimento.

§2º A rotulagem dos aromatizantes não pode conter qualquer menção a propriedades medicamentosas ou terapêuticas intrínsecas às ervas utilizadas em sua elaboração.

Art. 11. A atualização da lista das espécies botânicas de origem regional deve observar os critérios e os requisitos básicos para avaliação estabelecidos no Anexo IX desta Resolução.

§1º A avaliação de aditivos alimentares aromatizantes provenientes de espécies botânicas de origem regional deve ser solicitada à Anvisa mediante protocolo de petição específica contendo a documentação exigida no Anexo X desta Resolução.

§2º Cada petição de que trata o §1º desse artigo deve tratar de somente um aditivo alimentar aromatizante proveniente de espécie botânica regional.

§3º A documentação de que trata o §1º desse artigo deve ser relativa ao aditivo aromatizante tal como empregado no processo de fabricação dos alimentos e bebidas aos quais se destinam.

§4º A apresentação de algum documento de que trata o §1º desse artigo pode ser dispensada, desde que fundamentada técnica e cientificamente.

§5º As espécies botânicas de origem regional que possuam princípios farmacológicos ativos quando utilizadas em quantidades terapêuticas não serão autorizadas como aromatizantes.

§6º Após avaliação Anvisa, os aditivos alimentares aromatizantes provenientes de espécies botânicas de origem regional considerados seguros e que atendam aos demais requisitos desta Resolução serão aprovados para uso em território nacional.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 13. Revogam-se as seguintes disposições:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 2, de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n° 12, de 17 de janeiro de 2007, Seção 1, pág. 41; e

II - a Instrução Normativa - IN nº 15, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 73, de 17 de abril de 2017, Seção 1, pág. 37.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES

Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DE ESPÉCIES BOTÂNICAS REGIONAIS QUE COMPÕEM A LISTA BASE DE COMPONENTES AROMATIZANTES

Calafate (Michay)- Berberis buxifolia Lam, Berberis heterophylla Juss, Berberis darwinii Hook.
Canchalagua - Centarium cachanlahuen (Moll)Robinson
Carqueja - Baccharis articulata (Lamarck)Pers. Baccharis crispa Sprengel
Incayuyo - Lippia integrifolia (Griseb)Hieron
Lucera - Pluchea sagittalis (Lamarck)Cabrera
Maqui - Aristotelia chilensis (Molina)Stuntnz (sinônimo: Aristotelia macqui L'Herit)
Marcela - Achyrocline satureioides (Lamarck)D.C.
Peperina - Minthostachsys mollis (H.B.)Gris
Poleo - Lippia turbinata Griseb
Vira-vira - Gnaphalium cheiranthifolium Lam
Salsaparrilla - Smilax campestris Gris

ANEXO II

LISTA DE ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO NA ELABORAÇÃO DE AROMATIZANTES

FUNÇÕES TECNOLÓGICAS	INS	NOME DO ADITIVO ALIMENTAR
ANTIAGLUTINANTES/ ANTIUMECTANTES	170i	Carbonato de cálcio
	341i	di-hidrogenofosfato de cálcio
	341ii	hidrogenofosfato de di-cálcio
	341iii	Fosfatos tricálcico
	460i	Celulose microcristalina (gel de celulose)
	460ii	Celulose em pó
	470	Sais de ácidos graxos (com base Ca, Na, Mg, K e NH4)
	470iii	Estearato de magnésio
	500ii	Bicarbonato de sódio, carbonato ácido de sódio
	504i	Carbonato de magnésio, carbonato básico de magnésio
	504ii	Bicarbonato de magnésio, carbonato ácido de magnésio, hidrogeno carbonato de magnésio
	530	Óxido de magnésio
	551	Dióxido de silício, sílica
	552	Silicato de cálcio
	553i	Silicato de magnésio
	553iii	Talco, metasilicato ácido de magnésio
	953	Isomalte (isomaltulose hidrogenada)
ANTIOXIDANTES	300	Ácido ascórbico (L-)
	301	Ascorbato de sódio
	302	Ascorbato de cálcio
	303	Ascorbato de potássio
	304	Palmitato de ascorbila
	305	Estearato de ascorbila
	310	Galato de propila
	314	Resina de guaico
	315	Ácido eritórbico, ácido isoascórbico
	316	Eritorbato de sódio, isoascorbato de sódio
	319	Butil hidroquinona terciária
	320	Butil hidroxianisol (BHA)
	321	Butil hidroxitolueno (BHT)
	322	Lecitinas
	325	Lactato de sódio
	326	Lactato de potássio
	330	Ácido cítrico
	338	Ácido fosfórico
	384	Citrato de isopropila (mistura)
	472c	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico
	1102	Glucose oxidase
ANTIESPUMANTES	404	Alginato de cálcio
	471	Mono e diglicerídeos de ácidos graxos
	900a	Polidimetilsiloxano
SEQUESTRANTES	296	Ácido málico (D-,L-)
	330	Ácido cítrico
	331i	Citrato dissódico monohidrogênio
	331iii	Citrato trissódico
	332i	Citrato monopotássico, citrato diácido de potássio
	332ii	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	333	Citrato tricálcico
	334	Ácido tartárico (L(+)-)
	385	EDTA cálcio dissódico, etilenodiaminotetraacetato de cálcio e dissódico
	420i	Sorbitol
	420ii	Xarope de sorbitol
	452i	Polifosfato de sódio
	516	Sulfato de cálcio
	575	Glucono-delta-lactona
	576	Gluconato de sódio
	578	Gluconato de cálcio
CONSERVADORES	200	Ácido sórbico
	201	Sorbato de sódio
	202	Sorbato de potássio
	203	Sorbato de cálcio
	210	Ácido benzoico
	211	Benzoato de sódio
	212	Benzoato de potássio
	213	Benzoato de cálcio
	216	Para-hidroxibenzoato de propila, propilparabeno
	218	Para-hidroxibenzoato de metila, metilparabeno
	220	Dióxido de enxofre
	221	Sulfito de sódio
	222	Bissulfito de sódio, sulfito ácido de sódio
	223	Metabissulfito de sódio
	224	Metabissulfito de potássio
	225	Sulfito de potássio
	226	Sulfito de cálcio
	227	Bissulfito de cálcio, sulfito ácido de cálcio
	228	Bissulfito de potássio
	260	Ácido acético (glacial)
	261i	Acetato de potássio
	263	Acetato de cálcio
	280	Ácido propiônico
	281	Propionato de sódio
	282	Propionato de cálcio
	283	Propionato de potássio
	290	Dióxido de carbono
	1102	Glucose oxidase
CORANTES	150 a	Caramelo I - caramelo simples
	150 b	Caramelo II - caramelo sulfito cáustico
	150 c	Caramelo III - caramelo processo amônia
	150 d	Caramelo IV - caramelo processo sulfito-amônia
EMULSIFICANTES	322	Lecitinas
	400	Ácido algínico
	401	Alginato de sódio
	402	Alginato de potássio
	403	Alginato de amônio
	404	Alginato de cálcio
	406	Ágar
	407	Carragena
	407a	Algas marinhas Euchema processadas (carragena semi-refinada)
	410	Goma garrofina, goma caroba, goma alfarroba, goma jataí
	412	Goma guar
	413	Goma tragacanto, tragacanto, goma adragante
	414	Goma arábica, goma acácia
	415	Goma xantana
	416	Goma caraia, goma sterculia
	422	Glicerol

	428	Gelatina
	440	Pectinas
	444	Acetato isobutirato de sacarose
	452ii	Polifosfato de potássio
	452iii	Polifosfato de cálcio e sódio
	460i	Celulose microcristalina (gel de celulose)
	460ii	Celulose em pó
	461	Metilcelulose
	463	Hidroxipropilcelulose
	464	Hidroxipropilmetilcelulose
	465	Metiletilcelulose
	466	Carboximetilcelulose sódica (goma de celulose)
	467	Etilhidroxietilcelulose
	470	Sais de ácidos graxos (com base Ca, Na, Mg, K e NH4)
	471	Mono e diglicerídeos de ácidos graxos
	472a	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido acético
	472b	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido lático
	472c	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico
	472e	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido diacetil tartárico
	480	Dioctil sulfossuccinato de sódio
	493	Monolaurato de sorbitana
	494	Monooleato de sorbitana
	1001i	Acetato de colina
	1001ii	Carbonato de colina
	1001iii	Cloreto de colina
	1001iv	Citrato de colina
	1001v	Tartarato de colina
	1001vi	Lactato de colina
ESTABILIZANTES	263	Acetato de cálcio
	331iii	Citrato trissódico
	332ii	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	400	Ácido algínico
	401	Alginato de sódio
	402	Alginato de potássio
	403	Alginato de amônio
	404	Alginato de cálcio
	406	Ágar
	407	Carragena
	407a	Algas marinhas Euchema processadas (carragena semi-refinada)
	410	Goma garrofina, goma caroba, goma alfarroba, goma jataí
	412	Goma guar
	413	Goma tragacanto, tragacanto, goma adragante
	414	Goma arábica, goma acácia
	415	Goma xantana
	416	Goma caraia, goma sterculia
	417	Goma tara
	418	Goma gelana
	420i	Sorbitol
	420ii	Xarope de sorbitol
	421	Manitol
	422	Glicerol
	424	Curdlan
	428	Gelatina
	440	Pectinas
	444	Acetato isobutirato de sacarose
	452ii	Polifosfato de potássio
	452iii	Polifosfato de cálcio e sódio
	460i	Celulose microcristalina (gel de celulose)
	461	Metilcelulose
	463	Hidroxipropilcelulose
	464	Hidroxipropilmetilcelulose
	465	Metiletilcelulose
	466	Carboximetilcelulose sódica (goma de celulose)
	467	Etilhidroxietilcelulose
	468	Carboximetilcelulose sódica reticulada, croscaramelose sódica
	469	Carboximetilcelulose sódica hidrolisada enzimaticamente
	472c	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico
	472e	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido diacetil tartárico
	480	Dioctil sulfossuccinato de sódio
	493	Monolaurato de sorbitana
	494	Monooleato de sorbitana
	965i	Maltitol
	965ii	Xarope de maltitol
	1102	Glucose oxidase
	1200	Polidextroses
	1202	Polivinilpirrolidona insolúvel
REGULADORES DE ACIDEZ	260	Ácido acético
	261i	Acetato de potássio
	262i	Acetato de sódio
	262ii	Diacetato de sódio, diacetato ácido de sódio
	263	Acetato de cálcio
	270	Ácido láctico (L-, D- e DL-)
	296	Ácido málico (D-,L-)
	297	Ácido fumárico
	327	Lactato de cálcio
	329	Lactato de magnésio (D-, L-)
	330	Ácido cítrico
	331i	di-hidrogenocitrato de sódio
	331iii	Citrato trissódico
	332i	Citrato monopotássico, citrato diácido de potássio
	332ii	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	333	Citrato tricálcico
	338	Ácido fosfórico
	339i	di-hidrogenofosfato de sódio
	339ii	hidrogenofosfato de di-sódio
	340i	di-hidrogenofosfato de potássio
	340ii	Hidrogenofosfato de di-potássio
	350i	Hidrogenomalato de sódio
	350ii	DL-malato dissódico
	352ii	Hidrogênio malato de cálcio
	365	Fumaratos de sódio
	380	Citrato triamônico
	500i	Carbonato de sódio
	500ii	Bicarbonato de sódio, carbonato ácido de sódio
	500iii	Sesquicarbonato de sódio

	501i	Carbonato de potássio
	503i	Carbonato de amônio
	504ii	Bicarbonato de magnésio, carbonato ácido de magnésio, hidrogeno carbonato de magnésio
	507	Ácido clorídrico
	524	Hidróxido de sódio
	525	Hidróxido de potássio
	526	Hidróxido de cálcio
	527	Hidróxido de amônio
	528	Hidróxido de magnésio
	529	Óxido de cálcio
	574	D-ácido glucônico
	575	Glucono-delta-lactona
	577	Gluconato de potássio
	578	Gluconato de cálcio
	580	Gluconato de magnésio
REALÇADORES DE SABOR	365	Fumaratos de sódio
	515i	Sulfato de potássio
	620	Ácido glutâmico (L(+)-)
	621	Glutamato de sódio, glutamato monossódico
	622	Glutamato de potássio
	623	Diglutamato de cálcio
	624	Glutamato de monoamônio
	625	Diglutamato de magnésio
	626	Ácido guanílico
	627	5'-Guanilato dissódico, guanilato dissódico, dissódio 5'-guanilato
	628	5'-Guanilato de potássio
	629	5'-Guanilato de cálcio
	630	Ácido inosínico
	631	5'-Inosinato de sódio, inosinato dissódico, dissódico 5'-inosinato
	632	Inosinato de potássio
	633	5'-Inosinato de cálcio
	634	5'-Ribonucleotídeo de cálcio
	635	5'-Ribonucleotídeo dissódico
	957	Taumatina
	968	Eritritol
	1101i	Protease de **Aspergillus oryzae. Var.**
	1101ii	Papaína
	1101iii	Bromelina
	1104	Lipases

ANEXO III
LISTA DE SOLVENTES DE EXTRAÇÃO E PROCESSAMENTO AUTORIZADOS PARA USO NA ELABORAÇÃO DE AROMATIZANTES

SOLVENTES DE EXTRAÇÃO	**CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE RESÍDUOS NO ALIMENTO PRONTO PARA O CONSUMO (mg/Kg)**
Acetato de etila	10
Acetona	2
Butano	1
1-Butanol	1
Ciclohexano	1
Diclorometano	0,1
Dióxido de carbono	Limite não especificado
Éter de petróleo	1
Éter dibutírico	2
Éter dietílico	2
Éter metil terc-butilíco	2
Etilmetilcetona	1
Hexano	1
Isobutano	1
Metanol	10
Propano	1
Tolueno	1

ANEXO IV
LISTA DE INGREDIENTES AUTORIZADOS PARA USO NA ELABORAÇÃO DE AROMATIZANTES

Ácido acético	Diluentes e veículos utilizados para manter a uniformidade e a diluição necessárias para facilitar a incorporação e dispersão de aromatizantes concentrados nos produtos alimentícios. Alguns veículos podem ser utilizados para encapsular os aromatizantes com a finalidade de protegê-los da evaporação e de possíveis alterações durante seu armazenamento
Ácido algínico	
Ácido lático	
Agar-ágar	
Álcool benzílico	
Álcool etílico	
Álcool isopropílico	
Alginato de propilenoglicol	
Alginatos de sódio, potássio, amônio e cálcio	
Beta-ciclodextrina	
Carbonato de cálcio	
Carbonato de magnésio	
Celulose microcristalina	
Cera candelilla	
Cera de abelhas	
Cera de carnaúba	
Citrato de trietila	
Dextrina	
Dextrose	
Ésteres de ácidos graxos comestíveis de propilenoglicol	
Ésteres de ácidos graxos comestíveis de sorbitana (monestearato de sorbitana, monolaurato de sorbitana, monopalmitato de sorbitana)	
Ésteres de sacarose de ácidos graxos saturados C6-C18	
Éter monoetílico de dietilenoglicol	
Etil celulose	
Fosfato dissódico	
Fosfato tricálcico	
Frutose	
Gelatina	
Glicerina	
Glucose	
Goma adragante	
Goma arábica	
Goma caraia	
Goma damar	
Goma éster	
Goma guar	
Goma jataí (locusta)	

Goma xantana
Lactato de etila
Lactose
Lecitinas
Maltodextrina
Manitol
Metilcelulose
Mono, di e triacetatos de glicerina
Mono, di e triortofosfatos de cálcio
Mono, di e triésteres de glicerila de ácidos graxos saturados C6-C18
Pectina
Polisorbatos 20/40/60/65/80
Propilenoglicol
Resina elemi
Sacarose
Sal sódico de carboximetilcelulose
Sílica (dióxido de silício, sílica gel)
Silicato de cálcio
Sorbitol
Sucroglicerídeos
Tocoferóis (sintéticos e naturais)
Tributirina
Tripropanoato de glicerila
Xilitol
Outros alimentos

ANEXO V

FONTES DE NITROGÊNIO PROTEICO E DE CARBOIDRATOS AUTORIZADOS PARA PRODUÇÃO DE AROMATIZANTES DE REAÇÃO

FONTES DE NITROGÊNIO PROTEICO	**FONTES DE CARBOIDRATOS**
Alimentos que contenham nitrogênio proteico (carnes, aves, ovos, produtos lácteos, peixes, frutos do mar, cereais, produtos vegetais, frutas, leveduras) e seus derivados, incluindo hidrolisados.	Alimentos contendo carboidratos (cereais, vegetais e frutas) e seus derivados, incluindo hidrolisados.
Leveduras autolisadas.	
Peptídeos.	Mono, di e polissacarídeos (açúcares, dextrinas, amidos e gomas comestíveis), incluindo seus hidrolisados.
Aminoácidos e seus sais.	

ANEXO VI

ALIMENTOS AUTORIZADOS PARA PRODUÇÃO DE AROMATIZANTES DE REAÇÃO

FONTES DE LIPÍDIOS	Alimentos que contenham gorduras e óleos. Gorduras e óleos comestíveis de origem animal e vegetal. Gorduras e óleos hidrogenados, transesterificados e ou fracionados. Hidrolisados dos produtos acima mencionados.
AROMATIZANTES	
SUBSTÂNCIAS AUXILIARES	Ácido acético e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio - Ácido ascórbico e seus sais de sódio, potássio, cálcio, magnésio e amônio - Ácido cítrico e seus sais de sódio, potássio, cálcio, magnésio e amônio - Ácido clorídrico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio - Ácido fosfórico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio - Ácido fumárico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio - Ácido guanílico e seus sais de sódio, potássio e cálcio - Ácido inosínico e seus sais de sódio, potássio e cálcio - Ácido lático e seus sais de sódio, potássio, cálcio, magnésio e amônio - Ácido málico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio Ácido succínico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio. Ácido sulfúrico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio. Ácido tartárico e seus sais de sódio, potássio, cálcio e amônio. Ácidos, bases e sais como reguladores do pH. Água. Ervas, especiarias e seus extratos. Hidróxido de sódio, potássio, cálcio e amônio. Inositol. Lecitina. Polimetilsiloxano como agente antiespumante (não intervém na reação). Sulfetos, hidrossulfetos e polissulfetos de sódio, potássio e amônio. Tiamina e seu cloridrato.

ANEXO VII

ESPÉCIES AUTORIZADAS PARA A COMBUSTÃO CONTROLADA DE MADEIRAS, CASCAS E GALHOS NÃO TRATADOS NA PRODUÇÃO DE AROMATIZANTES DE FUMAÇA.

Acer negundo L.
Betula pendula Roth. (variedades **ssp. B. alba L.** e **B. verrucosa Ehrh.**)
Betula pubescens Ehrh.
Carpinus betulus L.
Carya ovata (Mill.) Koch (C. alba L. Nutt.)
Castanea sativa Mill.
Eucalyptus sp.
Fagus grandifolia Ehrh.
Fagus sylvatica L.
Fraxinus excelsior L.
Juglans regia L.
Malus pumila Mill.
Prosopis juliflora DC., P. velutenia
Prunus avium L.
Quercus alba L.
Quercus ilex L.
Quercus robur L. (Q. pedunculata Ehrh.)
Rhamnus frangula L.
Robinia pseudoacacia L.
Ulmus fulva Mich. Ulmus rubra Muhlenb.

ANEXO VIII

RESTRIÇÕES DE USO DE DETERMINADAS SUBSTÂNCIAS EM ALIMENTOS EM FUNÇÃO DA ADIÇAO DE AROMATIZANTES.

SUBSTÂNCIAS	LIMITE MÁXIMO NO ALIMENTO (mg/Kg)	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
Ácido agárico	20	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas e nos alimentos com fungos, aplica-se o limite máximo de 100 mg/Kg.
Aloína	0,1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 50 mg/Kg.
Beta Azarona	0,1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 1 mg/Kg.
Berberina	0,1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 10 mg/Kg.
Cumarina	2	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas e determindos tipos de doces com caramelo, aplica-se o limite máximo de 10 mg/Kg.
Ácido Cianhídrico	1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. No torrão (nougat) marzipan e seus sucedâneos ou produtos similares elaborados com sementes, aplica-se o limite máximo de 50 mg/Kg. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 1 mg por porcentagem em volume de álcool. Nas conservar de frutas com caroço, aplica-se o limite máximo de 5 mg/Kg.
Hipericina	0,1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 2 mg/Kg. Nos confeitos, aplica-se o limite máximo de 1 mg/Kg.
Pulegona	25	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas aromatizadas com menta, aplica-se o limite máximo de 250 mg/Kg. Nas demais bebidas, aplica-se o limite máximo de 100 mg/Kg. Nos confeitos com menta, aplica-se o limite máximo de 350 mg/Kg.
Quassina	5	Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 50 mg/Kg. Nas pastilhas de confeitos, aplica-se o limite máximo de 10 mg/Kg.
Safrol	1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas com até 25% de álcool em volume, aplica-se o limite máximo de 2 mg/Kg. Nas bebidas alcoólicas com mais de 25% de álcool em volume, aplica-se o limite máximo de 5 mg/Kg. Nos alimentos com macis e noz-moscada, aplica-se o limite máximo de 15 mg/Kg.
Santonina	0,1	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas com mais de 25% de álcool em volume, aplica-se o limite máximo de 1 mg/Kg.
Tuiona Alfa e Beta	0,5	Não pode ser adicionado como tal aos alimentos ou aos aromatizantes. Pode aparecer no alimento no estado natural, logo após a adição de aromas preparados a partir de matérias-primas naturais. Nas bebidas alcoólicas com até 25% de álcool em volume, aplica-se o limite máximo de 5 mg/Kg. Nas bebidas alcoólicas com mais de 25% de álcool em volume, aplica-se o limite máximo de 10 mg/Kg. Nos alimentos com preparados à base de sálvia, aplica-se o limite máximo de 25 mg/Kg. Nos aperitivos (amargos), aplica-se o limite máximos de 35 mg/Kg. No recheio de sálvia, aplica-se o limite máximo de 250 mg/Kg.
Quinina	0,1	Nos caramelos digestivos para adultos e nas coalhadas de frutas, aplica-se o limite máximo de 40 mg/Kg. Nas bebidas alcoólicas, aplica-se o limite máximo de 300 mg/Kg. Nas demais bebidas, aplica-se o limite máximo de 85 mg/Kg.

ANEXO IX

CRITÉRIOS E REQUISITOS BÁSICOS PARA AVALIÇÃO PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DA LISTA DAS ESPÉCIES BOTÂNICAS DE ORIGEM REGIONAL.

Categorias de espécies botânicas de origem regional	Requisitos básicos de avaliação das espécies botânicas de origem regional
Frutas, hortaliças e suas partes consumidas como alimentos (N1).	Não há restrições sobre as partes utilizadas nas condições habituais de consumo. Não há requisitos adicionais para incorporação à lista de base.
Plantas e suas partes, incluindo ervas, especiarias e condimentos comumente adicionados ao alimento (N2).	O uso em pequenas quantidades é considerado aceitável, com uma possível limitação com base nos limites máximos de substâncias estabelecidos no Anexo VIII desta Resolução. Não há requisitos adicionais para incorporação à lista de base.
Plantas e suas partes com longa história de consumo sem evidência de efeitos adversos agudos (N3).	Neste caso, são incorporadas temporariamente à lista de base, sendo aceitas temporariamente para uso em certas bebidas e alimentos, em sua forma tradicional, pois as informações disponíveis são insuficientes para determinar adequadamente sua potencial toxicidade em longo prazo. A incorporação temporária é realizada, após avaliação de segurança e aprovação da autoridade competente, além de cumprir os seguintes requisitos: a) devem registrar longa história de uso na elaboração de bebidas e alimentos, considerando nome(s) popular(es), parte da planta e sua maneira de preparo para uso; b) identificação botânica inequívoca da espécie e de suas variedades, com depósito de exemplares em herbários de referência; e c) o uso deve estar de acordo com os limites máximos de substâncias estabelecidos no Anexo VIII desta Resolução. O caráter temporário da incorporação continuará até que se realizem os seguintes estudos de avaliação que comprovem sua segurança, por meio de: a) estudos farmacognósticos e fitoquímicos dos principais componentes, determinação de princípios ativos tóxicos e metodologias de análise; e b) estudos toxicológicos de efeitos agudos e estudos de curto prazo que possam, inclusive, indicar a necessidade de estudos a longo prazo para avaliação de efeitos crônicos.
Plantas e ou partes destas que são utilizadas atualmente como aromatizantes e que não podem ser classificadas nas categorias N1, N2 ou N3 devido à informação ser insuficiente (N4).	A incorporação na lista de base será aceita somente quando atender ao disposto no inciso I do art. 3º desta Resolução e não será permitida sua utilização até que sejam obtidas as informações sobre sua identidade e qualidade: a) identificação botânica inequívoca da espécie e de suas variedades, com depósito de exemplares em herbários de referência; e b) estudos farmacognósticos e fitoquímicos dos principais componentes, determinação de princípios ativos tóxicos, metodologias de análise, estudos toxicológicos de efeitos agudos e crônicos.

ANEXO X

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA AVALIAÇÃO DE ADITIVOS ALIMENTARES AROMATIZANTES PROVENIENTES DE ESPÉCIES BOTÂNICAS DE ORIGEM REGIONAL.

Requerimento especificando a razão social e o endereço completo da empresa interessada, a identificação do responsável técnico ou responsável legal e o motivo da solicitação.
Via original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária (Guia de Recolhimento à União - GRU).
Relatório técnico-científico, contendo os seguintes documentos e informações:
a) identificação e caracterização botânica da espécie vegetal utilizada e de suas variedades, quando houver, incluindo a descrição científica da família, gênero e espécie da planta, com respectivas referências bibliográficas, de forma a permitir a diferenciação inequívoca da espécie;

b) identificação dos nomes populares da espécie botânica regional, com respectivas referências bibliográficas;
c) documentação que comprove o depósito de exemplares da espécie botânica regional em herbários;
d) denominação e marca do aditivo aromatizante, razão social e o cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ) da empresa fabricante;
e) descrição detalhada do processo de obtenção e de produção do aditivo aromatizante, incluindo a parte da espécie botânica utilizada, o método de processamento empregado, os solventes e demais ingredientes utilizados e a relação matéria-prima/ingrediente;
f) formulação final do aditivo alimentar aromatizante, com seus respectivos ingredientes e proporções.
g) documentação comprobatória que ateste a longa história de consumo do aditivo aromatizante proveniente de espécie botânica regional em alimentos e bebidas no Brasil, conforme o caso, sem evidências de efeitos adversos agudos, especificando os produtos nos quais o aditivo é adicionado, as quantidades utilizadas, as respectivas formas de uso, o período de tempo e os relatos de efeitos adversos, incluindo aqueles presentes na literatura científica ou recebidos por meio de Serviços de Atendimento ao Consumidor;
h) laudos analíticos do aditivo aromatizante, indicando os métodos de análises, as especificações e os resultados para os ensaios de caracterização físico-química e sensorial, determinação de matérias estranhas, contaminantes microbiológicos, contaminantes inorgânicos, além de resíduos de solventes para extratos que não sejam obtidos com etanol ou água;
i) descrição da finalidade e das condições de uso do aditivo aromatizante, especificando os alimentos ou bebidas nos quais será adicionado e as respectivas quantidades;
j) dados de consumo dos alimentos ou bebidas nos quais o aditivo aromatizante será adicionado;
k) estudos de farmacognosia e fitoquímica contendo os principais componentes presentes no aditivo alimentar aromatizante proveniente de espécie botânica regional, com ênfase nos princípios ativos tóxicos, contendo a identificação e a descrição das metodologias de análise laboratorial utilizadas;
l) laudo analítico que comprove que o uso do aditivo aromatizante proveniente de espécie botânica regional, conforme o caso, atende no produto final aos limites estabelecidos para as substâncias listadas no Anexo VIII desta Resolução;
m) estudo de avaliação de risco por meio da abordagem do Limiar de Preocupação Toxicológica (**Threshold of Toxicological Concern - TTC**) ou abordagem similar validada pelo Comitê Conjunto FAO/OMS de Peritos em Aditivos Alimentares (**Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA**) ou pela Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos (**European Food Safety Authority - EFSA**);
n) caso o estudo citado na alínea "m" não seja realizado ou indique a necessidade de estudos adicionais, a empresa deverá encaminhar estudos toxicológicos de genotoxicidade, toxicidade aguda e toxicidade subcrônica realizados de acordo com as Boas Práticas Laboratoriais e com os parâmetros estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OECD-Guidelines for the Testing of Chemicals**); e
o) caso os resultados dos estudos de curto prazo apontados na alínea "n" indiquem a necessidade de estudos a longo prazo para avaliação de efeitos crônicos, a empresa deverá apresentar estudos toxicológicos crônicos, de carcinogenicidade, toxicidade sobre a reprodução ou toxicidade sobre o desenvolvimento, realizados de acordo com as Boas Práticas Laboratoriais e com os parâmetros estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OECD- Guidelines for the Testing of Chemicals**).

RESOLUÇÃO - RDC Nº 726, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos sanitários dos cogumelos comestíveis, dos produtos de frutas e dos produtos de vegetais.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos sanitários dos cogumelos comestíveis, dos produtos de frutas e dos produtos de vegetais.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos seguintes produtos:

I - amidos;

II - biscoitos;

III - cereais integrais;

IV - cereais processados;

V - farelos;

VI - farinhas;

VII - massas alimentícias;

VIII - molhos;

IX - pães; e

X - suplementos alimentares.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - acidificação: processo de adição de ácidos a alimentos com pH natural alto para a sua conservação e inibição de microrganismos, quando preparados em conservas;

II - alimento com soja: produto cuja principal fonte de proteínas é proveniente da soja, excluídos os produtos proteicos de origem vegetal obtidos da soja;

III - cogumelo comestível: produto obtido de espécies de fungos comestíveis tradicionalmente utilizadas como alimento, podendo ser dessecado, inteiro, fragmentado, moído ou em conserva, submetido a processo de secagem, defumação, cocção, salga, fermentação ou outro processo tecnológico considerados seguros para a produção de alimentos;

IV - concentrado de tomate: produto de fruta obtido da polpa de frutos do tomateiro (Lycopersicum esculentum L.);

V - glúten de trigo: produto obtido do grão do trigo ou farinha de trigo pela exclusão dos constituintes não proteicos;

VI - palmito em conserva: produto preparado a partir da parte comestível de palmeiras sadias de espécies próprias para consumo humano, das quais tenham sido removidas as partes fibrosas através de descascamento e corte, imerso em líquido de cobertura apropriado ao produto, processado por meio de acidificação e pasteurização pelo calor, e embalado hermeticamente, garantindo a esterilidade do produto sob condições normais de armazenamento, distribuição e comercialização;

VII - parte comestível da palmeira: gema apical da palmeira e as regiões acima e abaixo desta, correspondendo respectivamente às folhas macias em crescimento, caracterizadas por estrutura heterogênea, e aos tecidos macios do estipe, caracterizados por estrutura homogênea;

VIII - produtos de frutas: produtos elaborados a partir de frutas, inteiras ou em partes, ou sementes, obtidos por secagem, desidratação, laminação, cocção, fermentação, concentração, congelamento ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos, podendo apresentar líquido de cobertura e ser recobertos;

IX - produtos de vegetais: produtos obtidos a partir de partes comestíveis de espécies vegetais tradicionalmente consumidas como alimento, exceto frutas, submetidos a processos de secagem, desidratação, cocção, salga, fermentação, laminação, floculação, extrusão, congelamento ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos, podendo ser apresentados com líquido de cobertura; e

X - produto proteico de origem vegetal: alimento obtidos a partir de partes proteicas de espécies vegetais, podendo ser apresentados em grânulo, pó, líquido, ou outras formas com exceção daquelas não convencionais para alimentos.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE, SEGURANÇA E ROTULAGEM

Art. 3º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem cumprir com os seguintes requisitos:

I - o concentrado de tomate deve possuir, no mínimo, de 6% (seis por cento) de sólidos solúveis naturais de tomate;

II - os produtos proteicos de origem vegetal devem atender ao teor proteico mínimo estabelecido no Anexo I desta Resolução;

III - o palmito em conserva e os produtos de vegetais não esterilizados com líquido de cobertura acidificado devem atender ao limite máximo de pH de 4,5;

IV - os alimentos com soja em pó devem possuir, no máximo, 6% (seis por cento) de umidade;

V - os produtos de vegetais secos ou desidratados que não sejam embalados a vácuo ou em atmosfera modificada devem possuir, no máximo, 12% de umidade;

VI - os produtos de frutas secos ou desidratados que não sejam tenros devem possuir, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de umidade; e

VII - os alimentos com soja devem ser adicionados de, pelo menos, um dos seguintes ingredientes:

a) extrato de soja integral ou desengordurado;

b) proteína concentrada de soja;

c) proteína isolada de soja;

d) proteína texturizada de soja;

e) outras fontes proteicas de soja, excluindo o farelo tostado de soja; ou

f) farinhas de soja e grãos de soja in natura, desde que o processo tecnológico de fabricação garanta a inativação das enzimas.

§1º A composição proteica mínima de que trata inciso II desse artigo deve ser determinada em base seca pelo método Kjeldahl, aplicando o fator de 6,25.

§2º O perfil de aminoácidos da proteína de soja utilizada nos produtos de que trata o inciso VII desse artigo deve atender aos limites mínimos estabelecidos no Anexo II desta Resolução.

Art. 4º O palmito em conserva deve apresentar:

I - cor característica, variando do branco a branco ligeiramente rosa, creme, cinza, ou amarelado;

II - sabor característico, podendo ser normal ou amargo;

III - textura característica, devendo ceder a menor pressão de corte sem se desfazer e estando livre da presença de fibras grossas, que não permitam o corte e dificultem a deglutição;

IV - uniformidade característica;

V - aspecto de tolete característico, com a ausência de defeitos, como marcas de faca, arranhões, pedaços quebrados ou pequenos, embriões de cacho, bandas e coração da palmeira na base do tolete, respeitadas as tolerâncias fixadas para o produto, conforme o documento Standard for Certain Canned Vegetables (CODEX STAN 297-2009);

VI - acondicionamento em embalagens plásticas, metálicas ou vidros com lacre, hermeticamente fechadas, de modo a garantir a proteção do produto contra contaminações físicas, químicas e microbiológicas, não devendo o material empregado interferir desfavoravelmente nas características de sua qualidade e na segurança do consumidor;

VII - vácuo mínimo de 180 mm Hg, nas embalagens metálicas e de vidro;

VIII - enchimento mínimo de 90% da capacidade de água do recipiente com palmito e líquido de cobertura; e

IX - um dos seguintes formatos de apresentação:

a) tolete da gema apical da palmeira e da região acima transversalmente cortada em pedaços de comprimento não superior a 95 mm, permitindo-se até 10% do peso drenado em pedaços cortados longitudinalmente;

b) rodelas da gema apical da palmeira e da região acima transversalmente cortada em rodelas de espessura não superior a 35 mm;

c) estipe da palmeira da região abaixo da gema apical da palmeira cortada em pedaços que podem ser ou não simétricos e uniformes em tamanho e forma;

d) picado de pedaços da parte comestível da palmeira, situada acima e ou abaixo da gema apical, cortados nas mais diversas formas e tamanhos;

e) bandas de pedaços da parte comestível da palmeira, acima da gema apical, cortados transversalmente em pedaços, de comprimento não superior a 95 mm; ou

f) outra forma de apresentação, desde que assegurado o cumprimento dos demais requisitos desta Resolução.

Parágrafo único. Para fins de atendimento ao disposto no inciso VIII desse artigo, considera-se como a capacidade de água do recipiente, o volume de água destilada a 20ºC que o recipiente contém quando completamente cheio e fechado.

Art. 5º Os alimentos com soja, os produtos de frutas, os produtos de vegetais e os produtos proteicos de origem vegetal podem ser adicionados de outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

§1º No caso do concentrado de tomate, é permitida a adição de sal e açúcar.

§2º No caso do palmito em conserva, é permitida a adição dos seguintes ingredientes:

I - sal;

II - sacarose;

III - xarope de açúcar invertido;

IV - dextrose;

V - xarope de glicose;

VI - xarope de glicose seco;

VII - vinagre;

VIII - pedaços ou sucos de vegetais ou ervas aromáticas, como cebolas, pimentas, pimentão verde, pimentão vermelho, até um máximo de 10% (dez por cento) do peso drenado de todos os ingredientes vegetais; e

IX - manteiga, margarina ou outras gorduras ou óleos comestíveis de origem animal ou vegetal, em quantidade total não inferior a 3% (três por cento) do produto.

§3º Quando o palmito em conserva for adicionado dos ingredientes de que trata o inciso VIII desse artigo, o líquido de cobertura não pode exceder 10% (dez por cento) do produto.

Art. 6º Os produtos abrangidos por esta Resolução devem corresponder às seguintes denominações de venda, de acordo com as definições do art. 2º desta Resolução:

I - "Alimento com soja", ou "Alimento com ...", seguido no nome do principal ingrediente de soja utilizado;

II - "Cogumelo", seguido do nome comum ou científico da espécie utilizada;

III - "Extrato", "Farinha" ou Proteína, no caso de produtos proteicos de origem vegetal, conforme teor proteico mínimo do inciso II do art. 3º desta Resolução, seguido do nome comum das espécies vegetais de origem;

IV - "Guaraná", no caso de produto de fruta obtido, exclusivamente, de sementes de Paulinia cupana L. Var. sorbilis Mart., seguida da forma de apresentação do produto;

V - "Glúten", seguido do nome comum das espécies vegetais de origem;

VI - "Palmito", acrescido do nome popular da espécie utilizada na elaboração do produto; e

VII - uma denominação consagrada pelo uso, no caso de outros produtos de frutas ou de produtos de vegetais.

§1º A denominação de venda dos produtos de que trata o caput desse artigo:

I - pode ser acrescida ou substituída por denominação consagrada pelo uso;

II - pode ser acrescida de expressões relativas ao ingredientes que conferem características específicas ao produto e à forma de apresentação; e

III - não pode conter a expressão "leite de soja".

§2º A denominação de venda de que trata o inciso II desse artigo pode ser "Champignon", para os cogumelos do gênero Agaricus.

§3º As denominações de venda de que tratam os incisos II, IV e VII desse artigo podem ser acrescidas de expressões relativas ao ingrediente que caracteriza o produto, processo de obtenção, forma de apresentação, finalidade de uso ou outra característica específica do produto.
§4º As denominações de venda de que tratam os incisos III e V desse artigo:
I - devem ser acrescidas dos nomes de outros ingredientes que venham a ser adicionados ao produto; e
II - podem ser acrescidas de expressões consagradas pelo uso ou de expressões relativas ao processo de obtenção, forma de apresentação, finalidade de uso ou outra característica específica do produto.
§5º A denominação de venda de que trata o inciso VI desse artigo:
I - deve ser seguida ou precedida da palavra "conserva", ou seguida do nome do respectivo líquido de cobertura; e
II - deve ser acrescida da palavra "temperado", quando o palmito em conserva for adicionado de cebola, pimenta ou especiarias.
Art. 7º A rotulagem do palmito em conserva deve conter a declaração:
I - do CNPJ do fabricante e do distribuidor ou importador;
II - do número de registro no IBAMA; e
III - das informações necessárias para conservação do produto pelo consumidor.
Art. 8º A rotulagem do guaraná deve conter a declaração:
I - da frase de advertência "Crianças, gestantes, nutrizes, idosos e portadores de enfermidades devem consultar o médico ou nutricionista antes de consumir o produto", em destaque e em negrito; e
II - da quantidade de cafeína presente na porção indicada pelo fabricante.
Art. 9º A avaliação da identidade e qualidade dos alimentos com soja deve ser realizada de acordo com os planos de amostragem e métodos de ensaio adotados ou recomendados por uma das seguintes referências:
I - American Public Health Association (APHA);
II - AOAC International;
III - Bacteriological Analytical Manual (BAM);
IV - Código Alimentar (Codex Alimentarius);
V - Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemical Codex - FCC);
VI - Instituto Adolfo Lutz;
VII - Métodos Analíticos Oficiais para Controle de Produtos de Origem Animal e seus Ingredientes do Laboratório Nacional de Referência Animal (LANARA); ou
VIII - Organização Internacional de Normalização (ISO).
Art. 10. Os produtos abrangidos por esta Resolução devem também atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:
I - aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia estabelecidos:
a) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 15 de fevereiro de 2005, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 70, de 22 de outubro de 2007, no caso de bebidas não alcoólicas à base de soja;
b) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 8, de 6 de março de 2013, para os demais produtos.
II - boas práticas de fabricação estabelecidos:
a) na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 19 de novembro de 1999, no caso do palmito em conserva; e
b) na Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, para os demais produtos.
III - contaminantes estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 160, de 1º de julho de 2022;
IV - enriquecimento voluntário estabelecida na Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998.
V - matérias estranhas estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 623, de 9 de março de 2022;
VI - padrões microbiológicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de julho de 2022;
VII - regularização estabelecidas na Resolução - RES nº 22, de 15 de março de 2000, e na Resolução - RES nº 23, de 15 de março de 2000;
VIII - resíduos de agrotóxicos estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 18 de janeiro de 2012;
IX - rotulagem dos alimentos embalados estabelecida pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022; e
X - rotulagem nutricional estabelecidas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e na Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.
Art. 11. A utilização de ingrediente, incluindo proteína vegetal, vegetal, cogumelo e suas partes, não usado tradicionalmente como alimento ou obtido por processo não empregado tradicionalmente na produção de alimentos pode ser autorizada, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.
CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 13. Revogam-se as seguintes disposições:
I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 19 de novembro de 1999;
II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 91, de 18 de outubro de 2000;
III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 268, de 22 de setembro de 2005;
IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 272, de 22 de setembro de 2005; e
V - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 85, de 27 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2016, Seção 1, pág.23.
Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO PROTEICA MÍNIMA DOS PRODUTOS PROTEICOS DE ORIGEM VEGETAL

Tipo de produto	Teor proteico mínimo (%)
Proteína texturizada de soja	50,0
Proteína concentrada de soja	68,0
Proteína isolada de soja	88,0
Extrato de soja em pó	40,0
Extrato de soja líquido	3,0
Farinha de soja desengordurada	45,0
Proteína hidrolisada vegetal	25,0
Glúten de trigo	60,0
Outros produtos proteicos	40,0

ANEXO II

PERFIL MÍNIMO DE AMINOÁCIDOS DAS PROTEÍNAS DE SOJA ADICIONADAS AOS ALIMENTOS COM SOJA

Aminoácidos	Perfil mínimo de aminoácidos (miligrama de aminoácido por grama de proteína)
Histidina	19
Isoleucina	33
Leucina	67
Lisina	55
Metionina + cistina	23
Fenilalanina + tirosina	71
Treonina	31
Triptofano	10
Valina	45
Total	353

RESOLUÇÃO - RDC Nº 727, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados.
Parágrafo único. Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC/MERCOSUL nº 26, de 10 de dezembro de 2003.
Art. 2º Esta Resolução se aplica aos alimentos embalados na ausência dos consumidores, incluindo as bebidas, os ingredientes, os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia, inclusive aqueles destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação.
Art. 3º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:
I - aditivo alimentar: todo ingrediente adicionado intencionalmente aos alimentos, sem propósito de nutrir, com o objetivo de modificar as características físicas, químicas, biológicas ou sensoriais, durante a fabricação, processamento, preparação, tratamento, embalagem, acondicionamento, armazenagem, transporte ou manipulação de um alimento, não incluindo contaminantes ou substâncias nutritivas que sejam incorporadas ao alimento para manter ou melhorar suas propriedades nutricionais;
II - alérgeno alimentar: qualquer proteína, incluindo proteínas modificadas e frações proteicas, derivada dos principais alimentos que causam alergias alimentares;
III - alergias alimentares: reações adversas reprodutíveis mediadas por mecanismos imunológicos específicos que ocorrem em indivíduos sensíveis após o consumo de determinado alimento;
IV - alimento: toda substância que se ingere no estado natural, semielaborada ou elaborada, destinada ao consumo humano, incluídas as bebidas e qualquer outra substância utilizada em sua elaboração, preparo ou tratamento, excluídos os cosméticos, o tabaco e as substâncias utilizadas unicamente como medicamentos;
V - alimento embalado: todo o alimento que está contido em uma embalagem pronta para ser oferecida ao consumidor;
VI - consumidor: pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza alimentos;
VII - contaminação cruzada: presença de qualquer alérgeno alimentar não adicionado intencionalmente ao alimento como consequência do cultivo, produção, manipulação, processamento, preparação, tratamento, armazenamento, embalagem, transporte ou conservação de alimentos, ou como resultado da contaminação ambiental;
VIII - denominação de venda ou designação de venda: nome específico e não genérico que indica a verdadeira natureza e as características do alimento;
IX - embalagem: recipiente, pacote ou embalagem destinada a garantir a conservação e facilitar o transporte e manuseio dos alimentos;
X - entreposto de ovos: estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos, dispondo ou não de instalações para sua industrialização;
XI - fracionamento: operação pela qual o alimento é dividido e acondicionado para atender a sua distribuição, comercialização e disponibilização ao consumidor;
XII - ingrediente: toda substância, incluídos os aditivos alimentares, empregada na fabricação ou preparo de alimentos e que está presente no produto final em sua forma original ou modificada;
XIII - ingrediente composto: ingrediente constituído por dois ou mais ingredientes;
XIV - lote: conjunto de produtos de um mesmo tipo, processados pelo mesmo fabricante ou fracionador, em um espaço de tempo determinado, sob condições essencialmente iguais;
XV - ovo: ovo em casca produzido por aves domésticas de qualquer espécie, destinado ao consumo humano;
XVI - painel principal: parte da rotulagem onde se apresenta, de forma mais relevante, a denominação de venda e marca ou o logotipo, caso existam;
XVII - país de origem: aquele onde o alimento foi produzido ou, tendo sido elaborado em mais de um país, onde recebeu o último processo substancial de transformação;
XVIII - Programa de Controle de Alergênicos: programa para a identificação e o controle dos principais alimentos que causam alergias alimentares e para a prevenção da contaminação cruzada com alérgenos alimentares em qualquer estágio do seu processo de fabricação, desde a produção primária até a embalagem e comércio;
XIX - rotulagem: toda inscrição, legenda, imagem ou matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem do alimento; e
XX - serviços de alimentação: estabelecimentos institucionais ou comerciais onde o alimento é manipulado, preparado, armazenado, distribuído ou exposto à venda, podendo ou não ser consumido no local, como restaurantes, lanchonetes, bares, padarias, unidades de alimentação e nutrição de serviços de saúde, de escolas, de creches, entre outros.
CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS PARA ROTULAGEM DOS ALIMENTOS EMBALADOS
Art. 4º A rotulagem dos alimentos embalados não pode:
I - conter vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do alimento;
II - atribuir efeitos ou propriedades que não possuam ou que não possam ser demonstradas;
III - destacar a presença ou a ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de alimentos de igual natureza, exceto nos casos previstos em normas específicas;
IV - veicular qualquer tipo de alegação relacionada à ausência de alimentos alergênicos ou alérgenos alimentares, exceto nos casos previstos em normas específicas;
V - ressaltar, em certos tipos de alimentos processados, a presença de componentes que sejam adicionados como ingredientes em todos os alimentos com tecnologia de fabricação semelhante;
VI - ressaltar qualidades que possam induzir a engano com relação a reais ou supostas propriedades terapêuticas que alguns componentes ou ingredientes tenham ou possam ter quando consumidos em quantidades diferentes daquelas que se encontram no alimento ou quando consumidos sob forma farmacêutica;
VII - indicar que o alimento possui propriedades medicinais ou terapêuticas; e
VIII - aconselhar seu consumo como estimulante, para melhorar a saúde, para prevenir doenças ou com ação curativa.

Art. 5º As denominações geográficas de um país, de uma região ou de uma população, reconhecidas como lugares onde são fabricados alimentos com determinadas características, não podem ser usadas na rotulagem ou na propaganda de alimentos fabricados em outros lugares quando possam induzir o consumidor a erro, equívoco ou engano.

Art. 6º A rotulagem dos alimentos embalados deve ser feita exclusivamente nos estabelecimentos processadores, habilitados pela autoridade competente do país de origem para elaboração ou fracionamento.

CAPÍTULO III

INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA ROTULAGEM DOS ALIMENTOS EMBALADOS

Seção I

Requisitos gerais

Art. 7º A rotulagem de alimentos embalados deve apresentar, obrigatoriamente, a declaração das seguintes informações:

I - denominação de venda;

II - lista de ingredientes;

III - advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares;

IV - advertência sobre lactose;

V - nova fórmula, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 421, de 1º de setembro de 2020, ou outra que lhe vier a substituir;

VI - advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares;

VII - rotulagem nutricional;

VIII - conteúdo líquido;

IX - identificação da origem;

X - identificação do lote;

XI - prazo de validade;

XII - instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e

XIII - outras informações exigidas por normas específicas.

§1º A declaração de que trata o inciso II desse artigo não é obrigatória para os alimentos com um único ingrediente.

§2º As declarações de que tratam os incisos III, IV e V desse artigo não se aplicam aos:

I - alimentos embalados que sejam preparados ou fracionados e comercializados no próprio estabelecimento;

II - alimentos embalados nos pontos de venda a pedido do consumidor;

III - alimentos para dietas com restrição de lactose, no caso da declaração de que trata o inciso IV desse artigo; e

IV - alimentos destinados exclusivamente para fins industriais ou para serviços de alimentação, no caso da declaração de que trata o inciso V desse artigo.

§3º A declaração de que trata o inciso XI desse artigo não é obrigatória para os produtos listados no Anexo I desta Resolução.

§4º No caso de embalagens pequenas cuja superfície do painel principal seja inferior a 10 (dez) cm^2:

I - as declarações de que tratam os incisos II, IX, X, XI e XII desse artigo não são obrigatórias, exceto quando se tratar de especiarias e ervas aromáticas; e

II - a embalagem que contiver as embalagens pequenas deve apresentar a totalidade das informações exigidas no caput desse artigo.

Art. 8º As informações de que trata o art. 7º desta Resolução devem ser declaradas:

I - em português, sem prejuízo da existência de textos em outros idiomas;

II - com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados; e

III - com tamanho mínimo de letras e números de 1 (um) milímetro (mm), quando não especificado em contrário.

Parágrafo único. Quando as informações de que trata o caput desse artigo não estiverem em português, deve ser colocada uma etiqueta complementar, na origem ou no destino antes da comercialização, contendo a informação obrigatória em linha com o disposto no caput desse artigo.

Seção II

Denominação de venda

Art. 9º A declaração da denominação de venda deve:

I - observar, pelo menos, uma das denominações estabelecidas nas normas que definem os padrões de identidade e qualidade do alimento;

II - constar no painel principal em contraste de cores que assegure sua correta visibilidade;

III - conter a expressão "tipo", com letras de igual tamanho, realce e visibilidade àquelas empregadas na denominação, quando o alimento for fabricado segundo tecnologias características de diferentes lugares geográficos, para obter alimentos com propriedades sensoriais semelhantes com aquelas que são típicas de certas zonas reconhecidas.

Parágrafo único. A expressão de que trata o inciso III desse artigo não pode ser utilizada na denominação de venda das bebidas alcoólicas que possuem tais características.

Art. 10. A declaração de que trata o art. 9º desta Resolução pode:

I - ser acompanhada de denominações consagradas, de fantasia, de fábrica ou marcas registradas; e

II - conter palavras ou frases adicionais, junto ou próximas da denominação do alimento, para evitar que o consumidor seja induzido a erro ou engano com respeito à natureza e condições físicas próprias do alimento, incluindo o tipo de cobertura, a forma de apresentação, a condição ou o tipo de tratamento a que tenha sido submetido.

Seção III

Lista de ingredientes

Art. 11. A declaração da lista de ingredientes deve ser realizada por meio da expressão "ingredientes:" ou "ingr.:" seguida da relação dos ingredientes utilizados na formulação do produto, em ordem decrescente de proporção.

§1º Os ingredientes compostos definidos em normas específicas ou do Codex Alimentarius podem ser declarados como tais, desde que venham seguidos da relação, entre parênteses, de seus ingredientes, em ordem decrescente de proporção.

§2º Os ingredientes compostos de que trata o §1º desse artigo e que representem menos do que 25% (vinte e cinco por cento) do alimento não precisam ser declarados com a relação, entre parênteses, dos seus ingredientes, exceto pelos aditivos alimentares que desempenham uma função tecnológica no produto acabado.

§3º A água que faz parte de ingredientes compostos declarados como salmouras, xaropes, caldas, molhos ou similares, não precisa ser declarada na lista de ingredientes.

§4º A água e outros ingredientes voláteis evaporados durante a fabricação do alimento não precisam ser declarados na lista de ingredientes.

§5º Os ingredientes podem ser declarados por meio dos nomes genéricos estabelecidos no Anexo II desta Resolução, desde que correspondam à respectiva classe de ingredientes.

§6º No caso de alimentos desidratados, concentrados, condensados ou evaporados que necessitam de reconstituição para seu consumo através da adição de água, a lista de ingredientes pode ser declarada com a expressão "Ingredientes do produto preparado segundo as indicações do rótulo:" seguida da relação dos ingredientes do alimento reconstituído, em ordem decrescente de proporção.

§7º No caso de misturas de frutas, de hortaliças, de especiarias ou de plantas aromáticas sem predominância de peso significativa de nenhuma delas, a declaração da relação destes ingredientes não precisa seguir uma ordem decrescente de proporção, desde que acompanhada da expressão: "em proporção variável".

Art. 12. Os aditivos alimentares devem ser declarados na lista de ingredientes após os demais ingredientes, por meio da função tecnológica principal do aditivo no alimento seguida de, pelo menos, uma das seguintes informações:

I - nome completo do aditivo alimentar; ou

II - número do aditivo alimentar no Sistema Internacional de Numeração do Codex Alimentarius (INS).

§1º No caso de aditivos alimentares com a mesma função tecnológica, a declaração de que trata o caput desse artigo pode ser agrupada por função, seguida da relação dos respectivos aditivos alimentares.

§2º No caso do aditivo alimentar corante tartrazina (INS 102), a declaração de que trata o inciso I desse artigo é obrigatória.

§3º No caso de aditivos alimentares aromatizantes, a declaração deve ser realizada por meio da função tecnológica, podendo ser acrescida da respectiva classificação, conforme estabelecido na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 725, de 1º de julho de 2022, ou outra que lhe vier a substituir. (Incluir numeração da RDC que será atribuída à minuta SEI 1826452).

§4º No caso de aditivos alimentares presentes no alimento em função do princípio da transferência de que trata o item 2.6 da Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997, ou outra que lhe vier a substituir, sua declaração na lista de ingredientes não é obrigatória quando:

I - estiverem presentes em um nível significativamente menor do que o requerido para exercer uma função tecnológica no alimento; e

II - a declaração do aditivo não for obrigatória em função de questões de risco à saúde.

Seção IV

Advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares.

Art. 13. Os alimentos que contenham ou sejam derivados dos principais alimentos que causam alergias alimentares, listados no Anexo III desta Resolução, devem conter as seguintes advertências, conforme o caso:

I - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES)";

II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES)"; ou

III - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES) E DERIVADOS".

Parágrafo único. No caso dos crustáceos, a declaração das advertências de que trata o caput desse artigo deve incluir o nome comum das espécies, da seguinte forma, conforme o caso:

I - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)";

II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)"; ou

III - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS E DERIVADOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)".

Art. 14. Nos casos em que não for possível garantir a ausência de contaminação cruzada por alérgenos alimentares dos principais alimentos que causam alergias alimentares listados no Anexo III desta Resolução, deve ser declarada a advertência "ALÉRGICOS: PODE CONTER (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES)".

§1º A utilização da declaração estabelecida no caput desse artigo deve ser baseada em um Programa de Controle de Alergênicos.

§2º No caso dos crustáceos, a declaração da advertência que trata o caput desse artigo deve incluir o nome comum das espécies, da seguinte forma: "ALÉRGICOS: PODE CONTER CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)".

Art. 15. As advertências de que tratam os arts. 13 e 14 desta Resolução devem estar agrupadas imediatamente após ou abaixo da lista de ingredientes e com caracteres legíveis que atendam aos seguintes requisitos de declaração:

I - caixa alta;

II - negrito;

III - cor contrastante com o fundo do rótulo; e

IV - altura mínima de 2 (dois) mm e nunca inferior à altura de letra utilizada na lista de ingredientes.

§1º As declarações a que se refere o caput desse artigo não podem estar dispostas em locais encobertos, removíveis pela abertura do lacre ou de difícil visualização, como áreas de selagem e de torção.

§2º No caso das embalagens com área de painel principal igual ou inferior a 100 (cem) cm^2, a altura mínima dos caracteres é de 1 (um) mm.

§3º Quando mais de uma das advertências de que trata o caput desse artigo for aplicável ao alimento, a informação deve ser agrupada em uma única frase, iniciada pela expressão "ALÉRGICOS:" seguida das respectivas indicações de conteúdo.

Art. 16. No caso dos produtos destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação, as declarações de que tratam os arts. 13 e 14 desta Resolução podem ser realizadas, alternativamente, nos documentos que acompanham o produto.

Art. 17. Alterações na lista dos principais alimentos que causam alergias alimentares definida no Anexo III desta Resolução devem ser solicitadas mediante petição específica, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Resolução - RES nº 17, de 30 de abril de 1999, ou outra que lhe vier a substituir.

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput desse artigo incluem os pedidos para exclusão da declaração das advertências de que tratam os arts. 13 e 14 desta Resolução para os ingredientes, os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia derivados dos principais alimentos que causam alergias alimentares listados no Anexo III desta Resolução.

Seção V

Advertência sobre lactose

Art. 18. Os alimentos que contenham lactose em quantidade maior do que 100 (cem) miligramas por 100 (cem) gramas ou mililitros do alimento tal como exposto à venda devem conter a advertência "CONTÉM LACTOSE".

§ 1º No caso das fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas, a declaração da advertência de que trata o caput desse artigo é obrigatória quando a quantidade de lactose for maior do que 10 (dez) miligramas por 100 (cem) quilocalorias, considerando o produto pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante.

§ 2º No caso das fórmulas para nutrição enteral, a declaração da advertência de que trata o caput desse artigo é obrigatória quando a quantidade de lactose for maior ou igual a 25 (vinte e cinco) miligramas por 100 (cem) quilocalorias, considerando o produto pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante.

Art. 19. A advertência de que trata o art. 18 desta Resolução deve estar localizada imediatamente após ou abaixo da lista de ingredientes com caracteres legíveis que atendam aos seguintes requisitos:

I - caixa alta;

II - negrito;

III - cor contrastante com o fundo do rótulo; e

IV - altura mínima de 2 (dois) mm e nunca inferior à altura de letra utilizada na lista de ingredientes.

§1º As declarações a que se refere o caput desse artigo não podem estar dispostas em locais encobertos, removíveis pela abertura do lacre ou de difícil visualização, como áreas de selagem e de torção.

§2º No caso das embalagens com área de painel principal igual ou inferior a 100 (cem) cm^2, a altura mínima dos caracteres é de 1 (um) mm.

§3º No caso dos produtos destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação, a declaração de que trata o caput desse artigo pode ser realizada, alternativamente, nos documentos que acompanham o produto.

Seção VI

Nova fórmula

Art. 20. Os alimentos que sofrerem alterações na sua composição devem conter uma das seguintes declarações:

I - "NOVA FÓRMULA";

II - "NOVA COMPOSIÇÃO"; ou

III - "NOVA RECEITA".

Parágrafo único. Não são permitidas variações textuais das declarações exigidas pelo caput desse artigo.

Art. 21. As alterações de composição tratadas no art. 20 desta Resolução contemplam aquelas que resultem na modificação de, pelo menos, um dos seguintes dizeres de rotulagem:
I - lista de ingredientes, incluindo a adição ou exclusão de ingredientes, a alteração na ordem de declaração dos ingredientes e a alteração da quantidade declarada de ingredientes, conforme Seção III do Capítulo III desta Resolução;
II - tabela nutricional, incluindo a adição ou exclusão de nutrientes da tabela e a alteração dos valores nutricionais declarados, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, ou outra que lhe vier a substituir;
III - advertência sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares, conforme Seção IV do Capítulo III desta Resolução.
IV - presença de lactose, conforme Seção V do Capítulo III desta Resolução; e
V - presença ou ausência de glúten, conforme Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, ou outra que lhe vier a substituir.
Art. 22. A declaração de que trata o art. 20 desta Resolução deve ser informada por um período mínimo de 90 (noventa) dias nos rótulos dos produtos, contados a partir da data de implementação da alteração de composição.
Parágrafo único. Decorrido o prazo estabelecido no caput desse artigo, a mensagem pode ser retirada da rotulagem ou da etiqueta de nacionalização do produto sem a necessidade de gerar peticionamento para atualização do processo de regularização.

Seção XI
Identificação do lote
Art. 30. A declaração da identificação do lote deve ser realizada de forma visível, legível e indelével, por meio:
I - da letra "L" seguida de um código chave; ou
II - da data de fabricação, embalagem ou prazo de validade, seguidas, pelo menos, do dia e mês ou do mês e o ano, conforme inciso II do art. 31 desta Resolução.
§1º O lote deve ser determinado pelo fabricante, produtor ou fracionador do alimento, segundo seus critérios.
§2º O código chave de que trata o inciso I desse artigo deve estar disponível para consulta da autoridade competente e constar da documentação comercial quando ocorrer o intercâmbio entre os países.
Seção XII
Prazo de validade
Art. 31. A declaração do prazo de validade deve:
I - ser precedida por uma das seguintes expressões:
a) "consumir antes de...";
b) "válido até...";
c) "validade...";
d) "val:...";
e) "vence...";
f) "vencimento...";
g) "vto:...";
h) "venc:...."; ou
i) "consumir preferencialmente antes de...".
II - ser seguida da declaração da data de validade, contendo, pelo menos:
a) o dia e o mês, para produtos que tenham prazo de validade igual ou inferior a três meses; ou
b) o mês e o ano, para produtos que tenham prazo de validade superior a três meses.
Parágrafo único. A declaração de que trata o inciso II desse artigo:
I - deve ser realizada em algarismos, em ordem numérica não codificada, exceto pelo mês que pode ser abreviado por meio das suas três primeiras letras; e
II - pode ser substituída:
a) pela indicação clara do local onde está declarada a data de validade, conforme inciso II desse artigo;
b) por perfurações ou marcas indeléveis com a data de validade, conforme inciso II desse artigo; e
c) pela expressão "fim de...", seguida do ano, no caso de alimentos com prazo de validade vencendo em dezembro.
Seção XIII
Instruções de conservação, preparo e uso
Art. 32. No caso de alimentos que exijam condições especiais para sua conservação ou que possam sofrer alterações após a abertura da embalagem, a declaração de que trata o art. 31 desta Resolução deve ser acompanhada:
I - de informações sobre as precauções necessárias para manutenção das características do alimento;
II - da indicação das temperaturas máxima e mínima para a conservação do alimento; e
III - do tempo que o fabricante, produtor ou fracionador garante sua durabilidade nessas condições.
Parágrafo único. No caso dos alimentos congelados:
I - deve ser indicado que o prazo de validade varia segundo a temperatura de conservação; e
II - pode ser indicado o prazo de validade para cada temperatura, por meio das expressões "validade a - 18º C (freezer): ...", "validade a - 4º C (congelador): ...", e "validade a 4º C (refrigerador):...", seguida da declaração da data de validade, conforme inciso II do art. 31 desta Resolução.
Art. 33. A declaração das instruções sobre o preparo e uso do alimento deve garantir o uso correto do produto pelo consumidor, incluindo sua reconstituição, descongelamento ou tratamento a ser aplicado.
Parágrafo único. A declaração de que trata o caput desse artigo não pode ser ambígua ou dar margem a falsas interpretações.
Art. 34. As carnes suínas cruas, incluindo miúdos, toucinho, pele, embutidos, carne moída e produtos cárneos moldados, e as carnes de aves cruas, incluindo miúdos e produtos cárneos à base de carne moída ou picada de aves, devem conter a declaração das instruções de preparo, uso e conservação previstas no Anexo IV desta Resolução.
§1º Os produtos de que trata o caput desse artigo incluem aqueles temperados, maturados, refrigerados, congelados ou embalados a vácuo.
§2º A declaração de que trata o caput desse artigo não se aplica aos alimentos destinados exclusivamente ao processamento industrial.
§3º No caso dos alimentos destinados exclusivamente aos serviços de alimentação, as instruções de que trata o caput desse artigo podem ser fornecidas alternativamente nos documentos que acompanham o produto ou por outros meios acordados entre as partes.
Art. 35. Os ovos devem conter as seguintes instruções de conservação e uso:
I - "O consumo deste alimento cru ou mal cozido pode causar danos à saúde"; e
II - "Manter os ovos preferencialmente refrigerados".
§1º As declarações de que trata o caput desse artigo se aplicam aos entrepostos que embalam ovos destinados ao consumo humano.
§2º As declarações de que trata o caput desse artigo podem ser complementadas com ilustrações, de forma a facilitar a sua compreensão.
CAPÍTULO IV
INFORMAÇÕES FACULTATIVAS NA ROTULAGEM DOS ALIMENTOS EMBALADOS
Art. 36. A rotulagem dos alimentos embalados pode conter a declaração de outras informações ou representações gráficas, desde que não contrariem o disposto nesta Resolução.
Parágrafo único. As denominações de qualidade somente podem ser declaradas, quando:
I - tenham sido tenham sido estabelecidas especificações correspondentes para determinado alimento em norma específica;
II - forem facilmente compreensíveis e não induzirem o consumidor ao engano; e
III - constarem do painel principal do alimento.
Art. 37. Declarações de advertências sobre alimentos que causam alergias alimentares não previstos no Anexo III desta Resolução podem ser realizadas, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na Seção IV do Capítulo III desta Resolução.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 38. A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve ser disponibilizada à autoridade sanitária, quando requerida.
Art. 39. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 40. Revogam-se as seguintes disposições:
I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;
II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 123, de 13 de maio de 2004;
III - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 340, de 13 de dezembro de 2002;
IV - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 35, de 17 de junho de 2009;
V - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 2 de julho de 2015, publicada no DOU nº 125, de 3 de julho de 2015, Seção 1, pág. 52;
VI - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 136, de 8 de fevereiro de 2017, publicada no DOU nº 29, de 9 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág. 44 ;
VII - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 459, de 21 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 245, de 23 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 127; e
VIII - a Instrução Normativa - IN nº 67, de 1° de setembro de 2020, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2020.
Art. 41. Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.
§ 1º Os produtos abrangidos por esta Resolução têm até o dia 23 de dezembro de 2022 para adequação ao disposto no art. 34 desta Resolução.
§ 2º Os produtos fabricados até o final do prazo de adequação a que se refere o §1º desse artigo podem ser comercializados até o fim de seus prazos de validade.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

Art. 23. A declaração de que trata o art. 20 desta Resolução deve estar disposta no painel principal com caracteres legíveis e que atendam aos seguintes requisitos de declaração:
I - caixa alta;
II - negrito;
III - cor contrastante com o fundo do rótulo; e
IV - altura mínima de 2 (dois) mm.
§1º A informação exigida pelo caput desse artigo não pode estar disposta em locais encobertos, removíveis pela abertura do lacre ou de difícil visualização, como áreas de selagem e de torção.
§ 2º No caso das embalagens com área de painel principal igual ou inferior a 100 (cem) cm^2, a altura mínima dos caracteres é de 1 (um) mm.
Art. 24. Informações detalhadas sobre as diferenças existentes na composição do alimento em relação à sua versão anterior devem ser disponibilizadas via Serviços de Atendimento do Consumidor (SAC), código QR ou por outros meios e tecnologias.
Seção VII
Advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares
Art. 25. Os alimentos adicionados de aditivos alimentares edulcorantes que sejam poliois devem conter a advertência "Este produto pode ter efeito laxativo", em negrito, quando a previsão razoável de consumo diário for superior a 20 (vinte) gramas de manitol, 50 (cinquenta) gramas de sorbitol ou 90 (noventa) gramas de outros poliois que possam ter efeito laxativo.
Art. 26. Os alimentos adicionados do aditivo alimentar edulcorante aspartame devem conter a advertência "Contém fenilalanina", em negrito.
Seção VIII
Rotulagem nutricional
Art. 27. A declaração da rotulagem nutricional deve atender aos requisitos das seguintes normas, ou outras que lhes vierem a substituir:
I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003;
II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003; e
III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012.
Seção IX
Conteúdo líquido
Art. 28. A declaração do conteúdo líquido deve seguir o disposto na Portaria INMETRO nº 249, de 9 de junho de 2021, ou outra que lhe vier a substituir.
Seção X
Identificação de origem
Art. 29. A declaração da identificação de origem deve conter:
I - o nome (razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca;
II - o endereço completo;
III - o país de origem e município;
IV - o número de registro ou código de identificação do estabelecimento fabricante junto ao órgão competente; e
V - o nome (razão social) e o endereço do importador, no caso de alimentos importados.
Parágrafo único: Para a identificação da origem deve ser utilizada uma das seguintes expressões:
I - "Fabricado em...";
II - "Produto ..."; ou
III - "Indústria ...".

ANEXO I

LISTA DE ALIMENTOS ISENTOS DA DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DO PRAZO DE VALIDADE

Frutas e hortaliças frescas, incluídas as batatas não descascadas, cortadas ou tratadas de outra forma análoga.
Vinhos, vinhos licorosos, vinhos espumantes, vinhos aromatizados, vinhos de frutas e vinhos espumantes de frutas.
Bebidas alcoólicas que contenham 10% (v/v) ou mais de álcool.
Produtos de panificação e confeitaria que, pela natureza de conteúdo, sejam em geral consumidos dentro de 24 horas seguintes à sua fabricação.
Vinagre.
Açúcar sólido.
Produtos de confeitaria à base de açúcar, aromatizados e ou coloridos, tais como: balas, caramelos, confeitos, pastilhas e similares.
Gomas de mascar.
Sal não enriquecido com iodo, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 604, de 10 de fevereiro de 2022, ou outra que lhe vier a substituir.
Outros alimentos isentos por normas específicas.

ANEXO II

LISTA DE NOMES GENÉRICOS DE CLASSE DE INGREDIENTES AUTORIZADOS PARA DECLARAÇÃO NA LISTA DE INGREDIENTES

CLASSE DE INGREDIENTES	**NOME GENÉRICO**
Óleos refinados diferentes do azeite de oliva	Óleo de. completar com: - a qualificação de "vegetal" ou "animal", de acordo com o caso - a indicação da origem específica vegetal ou animal A qualificação hidrogenado ou parcialmente hidrogenado, de acordo com o caso, deve acompanhar a denominação de óleo cuja origem vegetal ou origem específica vegetal ou animal, venha indicado.
Gorduras refinadas, exceto a manteiga	"Gorduras" juntamente com o termo "vegetal" ou "animal" de acordo com o caso.
Amidos e amidos modificados por ação enzimática ou física	"Amido"
Amidos modificados quimicamente	"Amido modificado"
Todas as espécies de pescado quando o pescado constitua um ingrediente de outro alimento e sempre que no rótulo e na apresentação deste alimento não faça referência a uma determinada espécie de pescado	"Pescado"
Todos os tipos de carne de aves quando constitua um ingrediente de outro alimento e sempre que no rótulo e na apresentação deste alimento não faça referência a nenhum tipo específico de carne de aves	"Carne de ave"
Todos os tipos de queijo, quando o queijo ou uma mistura de queijos constitua um ingrediente de outro alimento e sempre que no rótulo e na apresentação deste alimento não faça referência a um tipo específico de queijo	"Queijo"
Todas as especiarias e extratos de especiarias isoladas ou misturadas no alimento	"Especiaria", "especiarias", ou "mistura de especiarias", de acordo com o caso.
Todas as ervas aromáticas ou partes de ervas aromáticas isoladas ou misturadas no alimento	"Ervas aromáticas" ou "misturas de ervas aromáticas", de acordo com o caso.
Todos os tipos de preparados de goma utilizados na fabricação da goma base para a goma de mascar.	"Goma base"
Todos os tipos de sacarose	"Açúcar"
Dextrose anidra e dextrose monohidratada	"Dextrose ou glicose"
Todos os tipos de caseinatos	"Caseinato"
Manteiga de cacau obtida por pressão, extração ou refinada	"Manteiga de cacau"
Todas as frutas cristalizadas, sem exceder 30% do peso do alimento	"Frutas cristalizadas"

ANEXO III

LISTA DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES

1. Trigo, centeio, cevada, aveia e suas estirpes hibridizadas.
2. Crustáceos.
3. Ovos.
4. Peixes.
5. Amendoim.
6. Soja.
7. Leites de todas as espécies de animais mamíferos.
8. Amêndoa (**Prunus dulcis**, sin.: **Prunus amygdalus**, **Amygdalus communis L.**).
9. Avelãs (**Corylus spp.**).
10. Castanha-de-caju (**Anacardium occidentale**).
11. Castanha-do-brasil ou castanha-do-pará (**Bertholletia excelsa**).
12. Macadâmias (**Macadamia spp.**).
13. Nozes (**Juglans spp.**).
14. Pecãs (**Carya spp.**).
15. Pistaches (**Pistacia spp.**).
16. Pinoli (**Pinus spp.**).
17 Castanhas (**Castanea spp.**).
18. Látex natural.

ANEXO IV

INSTRUÇÕES DE PREPARO, USO E CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE CRUA SUÍNA E DE AVES

Condições de conservação	Dizeres obrigatórios de instrução de preparo, uso e conservação	Requisitos adicionais
Produtos refrigerados	Este alimento, se manuseado incorretamente ou consumido cru, pode causar danos à saúde. Para sua segurança, siga as instruções abaixo: ● Mantenha refrigerado até o momento do preparo. ● Mantenha o produto cru separado dos outros alimentos. ● Não lave o produto cru antes do manuseio. ● Lave com água e sabão as superfícies de trabalho (incluindo as tábuas de corte), utensílios e mãos depois de manusear o produto cru. ● Consuma somente após cozido, frito ou assado completamente.	O texto "Este alimento se manuseado incorretamente e ou consumido cru pode causar danos à saúde. Para sua segurança, siga as instruções abaixo:" deve ser impresso em negrito. As instruções mínimas obrigatórias podem ser complementadas com ilustrações, de forma a facilitar a sua compreensão.
Produtos congelados	Este alimento, se manuseado incorretamente ou consumido cru, pode causar danos à saúde. Para sua segurança, siga as instruções abaixo: ● Mantenha congelado. Descongele somente no refrigerador ou no micro-ondas. ● Mantenha o produto cru separado dos outros alimentos. ● Não lave o produto cru antes do manuseio. ● Lave com água e sabão as superfícies de trabalho (incluindo as tábuas de corte), utensílios e mãos depois de manusear o produto cru. ● Consuma somente após cozido, frito ou assado completamente.	O texto "Este alimento se manuseado incorretamente e ou consumido cru pode causar danos à saúde. Para sua segurança, siga as instruções abaixo:" deve ser impresso em negrito. Caso não seja recomendado descongelar o produto em micro-ondas, a informação "Mantenha congelado. Descongele somente no refrigerador ou no micro-ondas" deverá ser substituída por "Mantenha congelado. Descongele somente no refrigerador." Caso não seja recomendado descongelar o produto previamente ao preparo, a informação "Mantenha congelado. Descongele somente no refrigerador ou no micro-ondas" deverá ser substituída por "Não descongele. Cozinhe a partir de congelado". As instruções mínimas obrigatórias podem ser complementadas com ilustrações, de forma a facilitar a sua compreensão.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 728, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as enzimas e as preparações enzimáticas para uso como coadjuvantes de tecnologia na produção de alimentos destinados ao consumo humano.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as enzimas e as preparações enzimáticas para uso como coadjuvantes de tecnologia na produção de alimentos destinados ao consumo humano.
Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica a enzimas e preparações enzimáticas destinadas para uso como constituintes em suplementos alimentares.
Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:
I - enzimas: proteínas capazes de catalisar reações bioquímicas, sem interferir no processo e resultando em alterações desejáveis nas características de um alimento durante o seu processamento; e
II - preparação enzimática: formulação constituída por uma ou mais enzimas, com a incorporação de ingredientes ou aditivos alimentares, a fim de facilitar o seu armazenamento, comercialização, padronização, diluição ou dissolução.
CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 3º As enzimas e as preparações enzimáticas para uso em alimentos devem:
I - ser seguras à saúde humana;
II - ter seu uso justificado tecnologicamente;
III - atender integralmente às especificações de identidade, pureza e composição estabelecidas em, pelo menos, uma das seguintes referências:
a) Comitê Conjunto de Especialistas da FAO/OMS sobre Aditivos Alimentares (Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA);
b) Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemicals Codex - FCC); ou
c) U.S. Food and Drug Administration - FDA.
Art. 4º As enzimas de origem microbiana devem ser obtidas por métodos e condições que:
I - garantam a fermentação controlada;
II - impeçam a transferência de contaminantes ao produto acabado em níveis que possam torná-lo nocivo à saúde;
III - impeçam a transferência de micro-organismos capazes de originar substâncias tóxicas ou indesejáveis; e
IV - utilizem linhagens estáveis, seguras, não patogênicas e não toxigênicas.
Parágrafo único. Caso o micro-organismo que contenha o código genético para produção da enzima seja patogênico, a produção da enzima deve ocorrer:
I - em outro micro-organismo hospedeiro não patogênico que tenha o gene para a produção da enzima introduzido; ou
II - no próprio micro-organismo de origem, desde que os genes que expressem patogenicidade sejam eliminados ou interrompidos, de forma que a linhagem não seja patogênica.
Art. 5º As enzimas e as preparações enzimáticas obtidas de micro-organismos geneticamente modificados que contenham material genético recombinante devem atender também às exigências estabelecidas para derivados de organismo geneticamente modificado na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, ou outra que lhe vier a substituir, e suas regulamentações.
Art. 6º As enzimas e as preparações enzimáticas não podem:
I - aumentar a contagem microbiana total do alimento tratado; e
II - exceder o padrão microbiológico estabelecido para o alimento tratado.
Parágrafo único. Caso a enzima ou preparação enzimática seja destinada à fabricação de mais de um alimento não pode ser excedido o padrão microbiológico mais restritivo estabelecido para os alimentos tratados, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019, e Instrução Normativa - IN nº 60, de 23 de dezembro de 2019, ou outras que lhes vierem a substituir.
Art. 7º O Anexo I desta Resolução estabelece a lista das enzimas e suas respectivas fontes de obtenção autorizadas para uso na elaboração de preparações enzimáticas.
Parágrafo único. No caso de vinhos, o uso da preparação enzimática deve ser realizada de acordo com o Código Internacional de Práticas Enológicas da Organização Internacional do Vinho (OIV) ou com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Art. 8º O Anexo II desta Resolução estabelece os aditivos alimentares autorizados para uso na elaboração de preparações enzimáticas.
§1º Os aditivos alimentares de que trata o caput desse artigo:
I - estão autorizados para uso com limite quantum satis (q.s); e
II - devem atender aos princípios da transferência estabelecido na Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997, ou outra que lhe vier a substituir.
§2º Sem prejuízo do disposto no caput desse artigo, as preparações enzimáticas também podem ser adicionadas dos aditivos alimentares e dos coadjuvantes de tecnologia que estão autorizados para uso no alimento a que se destinam.
Art. 9º O Anexo III desta Resolução estabelece os ingredientes autorizados para uso na elaboração de preparações enzimáticas.
Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput desse artigo, as preparações enzimáticas também podem ser adicionadas dos ingredientes que estão autorizados para uso no alimento a que se destinam.
Art. 10. A designação da preparação enzimática deve conter o nome das enzimas e suas respectivas fontes, de acordo com a nomenclatura utilizada no Anexo I desta Resolução.
Art. 11. A rotulagem de enzimas e preparações enzimáticas deve atender ao estabelecido na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, ou outra que lhe vier a substituir.
Art. 12. A atualização das listas de enzimas, de aditivos alimentares e de ingredientes autorizados para uso na elaboração de preparações enzimáticas de que tratam os arts. 7º a 9º desta Resolução, deve ser solicitada pelas empresas, mediante protocolo de petição específica, contendo relatório técnico-científico com as informações exigidas no Anexo IV desta Resolução.
Parágrafo único. O resultado da avaliação da petição de que trata o caput desse artigo será publicado por meio de Resolução (RE) específica, ficando permitido, desde sua publicação, o uso das enzimas, aditivos alimentares e ingredientes nas condições que forem aprovadas e ainda que pendente a atualização dos Anexos desta Resolução.
CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve estar disponível para consulta da autoridade competente.
Art. 14. As empresas fabricantes ou importadoras de enzimas ou preparações enzimáticas devem comunicar imediatamente à Anvisa qualquer informação adicional que implique em:
I - reavaliação de risco e segurança de seu uso; e
II - mudanças taxonômicas ou de micro-organismos.
Art. 15. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 16. Revogam-se as seguintes disposições:
I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 53, de 7 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 8 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 118; e
II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 7 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 8 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 120.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DE ENZIMAS E SUAS RESPECTIVAS FONTES DE OBTENÇÃO AUTORIZADAS PARA USO NA ELABORAÇÃO DE PREPARAÇÕES ENZIMÁTICAS

ENZIMAS DE ORIGEM ANIMAL	
Nome da Enzima ou Complexo	**Fontes**
Alfa-amilase	Pâncreas suíno e bovino
Catalase	Fígado de cavalo ou bovino
Quimosina	Abomaso de bezerro e caprino
Lactoperoxidase	Leite bovino
Lipase	Abomaso e glândula salivar de bovino, suíno, caprino e ovino Estômago bovino Pâncreas suíno e bovino
Lisozima	Clara de ovo
Pepsina bovina	Abomaso (4ª parte do estômago)
Pepsina suína	Mucosa vermelha (como mucosa gástrica)
Pepsina ave	**Proventicum** de frango
Fosfolipase A2	Pâncreas suíno
Fosfolipase A2	Pâncreas suíno expresso em **Aspergillus niger**
Pancreatina	Pâncreas suíno e bovino
Proteases - coalho complexo	Abomaso de ruminantes
Tripsina ou quimotripsina	Pâncreas suíno e bovino
ENZIMAS DE ORIGEM VEGETAL	
Nome da Enzima ou Complexo	**Fontes**
Alfa-amilase	Malte, cereais e leguminosas maltadas
Beta-amilase	Malte, cereais e leguminosas maltadas Batata doce (**Ipomoea batatas**)
Bromelina	Caule, folhas e frutos da família **Bromeliaceae** (**Ananas sativus** e **Ananas comosus**)
Coagulase vegetal	Cardo (**Cynara cardunculus**) Figo (**Ficus carica**)
Ficina	Caules, folhas e frutos da família **Ficus** (**Ficus glabrata** e **Ficus carica**)
Lipoxigenase	Farinha de soja
Papaína	Caule, folhas e frutos de plantas da família **Carica** (**Carica papaya** e **Ananas bracteatus**)
Peroxidase	Raiz forte, farinha de soja, farinha de trigo
ENZIMAS DE ORIGEM MICROBIANA	
Nome da Enzima ou Complexo	**Fontes**
Alfa-acetolactato decarboxilase	**Bacillus brevis** expresso em **Bacillus subtilis**

Alfa-amilase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Bacillus licheniformis** **Bacillus licheniformis** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus licheniformis** e **Bacillus amyloliquefaciens** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus megaterium** expresso em **Bacillus subtilis** Bacillus stearothermophilus **Bacillus stearothermophilus** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus stearothermophilus** expresso em **Bacillus subtilis** **Bacillus subtilis** **Rhizopus delemar** **Rhizopus oryzae** **Thermoccocales** expresso em **Pseudomonas fluorecens**
Alfa-galactosidase	Aspergillus niger **Mortierella vinacea** **Saccharomyces carlsbergensis**
Amilase maltogênica	**Bacillus stearothermophilus** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus stearothermophilus** expresso em **Bacillus subtilis** **Pseudomonas stutzeri** expresso em **Bacillus licheniformis**
Amiloglucosidase ou glucoamilase	**Aspergillus awamori** **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Rhizopus arrhizus** **Rhizopus delemar** **Rhizopus niveus** **Rhizopus oryzae** Talaromyces emersonii expresso em **Aspergillus niger** **Trichoderma reesei** **Trichoderma reesei** expresso em **Trichoderma reesei**
Aminopeptidase leucina	Lactococcus lactis
Arabinofuranosidase	**Aspergillus niger**
Asparaginase	**Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** expresso em **Aspergillus oryzae** **Pyrococcus furiosus** expresso em **Bacillus subtilis**
Beta-amilase	**Bacillus cereus** **Bacillus megaterium** **Bacillus subtilis**
Beta-glucanase	**Aspergillus aculeatus** **Aspergillus niger** **Bacillus subtilis** **Disporotrichum dimorphosphorum** **Humicola insolens** **Penicillium emersonii** **Talaromycese mersonii** **Trichoderma harzianum** **Trichoderma longibrachiatum** Trichoderma reesei
Beta-glucosidase ou celobiose	Aspergillus niger **Trichoderma harzianum** **Trichoderma reesei**
Catalase	**Aspergillus niger** **Micrococcus lysodeicticus**
Celulase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Penicillium funiculosum** **Rhizopus delemar** **Rhizopus oryzae** **Sporotrichum dimorphosporum** **Thielavia terrestris** **Trichoderma longibrachiatum** **Trichoderma reesei**
Dextranase	Bacillus subtilis **Chaetomium erraticum** **Chaetomium gracile** **Klebsiella aerogenes** **Penicillium funiculosum** **Penicillium lilacinum**
Esterase	Aspergillus niger **Mucor miehei** **Trichoderma reesei**
Enzima ramificadora	**Rhodothermus obamensis** expresso em **Bacillus subtilis**
Fitase	**Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger**
Fosfatidilcolina esterol o-aciltransferase	**Aeromonas salmonicida** expresso em **Bacillus licheniformis**
Fosfolipase A1	**Fusarium venenatum** expresso em **Aspergillus oryzae**
Fosfolipase A2	**Streptomyces violaceoruber**
Fosfolipase C	**Pichia pastoris**
Glucose isomerase ou xilose isomeras	**Actinoplanes missourienses** **Bacillus coagulans** **Microbacterium arborensens** **Streptomyces albus** **Streptomyces murinus** **Streptomyces olivaceus** **Streptomyces olivochromogenes** **Streptomyces rubiginosus** **Streptomyces violaceoniger**
Glucose-oxidase	Aspergillus niger **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus oryzae** **Penicillium amagasakiense**
Hemicelulase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Bacillus subtilis** **Rhizopus delemar** **Rhizopus oryzae** **Sporotrichum dimorphosporum** **Trichoderma reesei**
Hexose oxidase	Chondrus crispus expresso em **Hansenula polymorpha**
Inulinase	**Aspergillus niger** **Kluyveromyces fragilis** **Sporotrichum dimorphosporum**
Invertase ou beta-frutofuranosidase	**Aspergillus niger** **Bacillus subtilis** **Kluyveromyces fragilis** **Saccharomyces carlsbergensis** **Saccharomyces cerevisiae**
Isomaltulosesintase	**Protaminobacter rubrum**
Lacase	**Myceliphthora thermophila expresso em Aspergillus oryzae**

Lactase ou beta-galactosidase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Aspergillus oryzae expresso em Aspergillus niger** **Candida pseudotropicalis** **Kluyveromyces fragilis** **Kluyveromyces lactis** **Kluyveromyces marxianus** **Saccharomyces sp**
Lipase	Aspergillus niger **Aspergillus oryzae** **Brevibacterium lineus** **Candida antarctica** expresso em **Aspergillus niger** **Candida lipolytica** **Candida rugosa** **Fusarium culmorum** expresso em **Aspergillus niger** **Fusarium heterosporum** expresso em **Hansenula polymorpha** *(***Pichia angusta***)* **Fusarium oxysporum** expresso em **Aspergillus oryzae** Humicola lanuginosa expresso em **Aspergillus oryzae** **Mucor javanicus** **Mucor pusillus** **Penicillium camembertii** **Rhizomucor miehei** Rhizopusar rhizus **Rhizopus delemar** **Rhizomucor miehei** expresso em **Aspergillus oryzae** Rhizopus nigrican **Rhizopus niveus** **Thermomyces lanuginosus** expresso em **Aspergillus oryzae** Thermomyces lanuginosus e **Fusarium oxysporum** expresso em **Aspergillus oryzae**
Lisofosfolipase	Aspergillus niger expresso em **Aspergillus niger**
Maltase ou alfa-glucosidase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Rhizopus oryzae** **Trichoderma reesei**
Nitrato redutase	**Micrococcus violagabriella**
Pectina esterase	**Aspergillus aculeatus** ou **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus oryzae** **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger**
Pectinaliase	**Aspergillus aculeatus** ou **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Trichoderma reesei**
Pectinase	**Aspergillus awamori** **Aspergillus foetidus** **Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Penicillium simplicissium** **Rhizopusoryzae** **Trichoderma reesei**
Poligalacturonase	Aspergillus niger **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger**
Protease	**Aspergillus melleus** **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae** **Bacillus amyloliquefaciens** **Bacillus amyloliquefaciens** expresso em **Bacillus subtilis** **Bacillus cereus** **Bacillus licheniformis** **Bacillus subtilis** **Endothia parasítica** Fusarium oxysporum expresso em **Fusarium venenatun** **Lactobacillus casei** **Micrococcus caseolyticus** **Mucor pusillus** Nocardiopsis prasina expresso em **Bacillus licheniformis** **Rhizomucor miehei** Rhizomucor miehei expresso em **Aspergillus oryzae** **Streptomyces fradiae**
Pululanase	Bacillus acidopullulyticus **Bacillus acidopullulyticus** expresso em **Bacillus subtilis** **Bacillusderamificans** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus deramificans** expresso em **Bacillus subtilis** **Bacillus naganoensis** expresso em **Bacillus subtilis** **Bacillus subtilis** **Klebsiella aerogenes** **Klebsiella pneumonia**
Quimosina	Aspergillus niger var. **awamori** **Escherichia coli** K-12 contendo gene de Proquimosina A **Kluyvero myceslactis** contendo gene de Proquimosina B
Renina	**Bacillus cereus** **Endothia parasitica** **Rhizomucor miehei** **Rhizomucor pusillus**
Tanase	**Aspergillus niger** **Aspergillus oryzae**
Transglutaminase	**Strepto verticillium mobaraense** **Streptomyces mobaraense**
Xilanase	**Aspergillus aculeatus** ou **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus oryzae** **Aspergillus niger** **Aspergillus niger** expresso em **Aspergillus niger** **Bacillus licheniformis** expresso em **Bacillus licheniformis** **Bacillus subtilis** expresso em **Bacillus subtilis** **Humicola insolens** **Pseudoalteromonas haloplanktis** expresso em **Bacillus subtillis** **Sporotrichum dimorphosporum** **Thermomyces lanuginosus** expresso em **Aspergillu soryzae** Thermomyces lanuginosus expresso em **Fusarium venenatum** **Trichoderma reesei**

ANEXO II
LISTA DE ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS POR FUNÇÃO TECNOLÓGICA PARA USO NA ELABORAÇÃO DE PREPARAÇÕES ENZIMÁTICAS

FUNÇÕES TECNOLÓGICAS	INS	NOMES DOS ADITIVOS ALIMENTARES
Antioxidante	300	Ácido ascórbico (L-)
	301	Ascorbato de sódio
	302	Ascorbato de cálcio
	303	Ascorbato de potássio
	310	Galato de propila
	315	Ácido eritórbico, ácido isoascórbico
	316	Eritorbato de sódio, isoascorbato de sódio
	320	Butil hidroxianisol, BHA
	321	Butil hidroxitolueno, BHT
	322(i)	Lecitina

	325	Lactato de sódio
	326	Lactato de potássio
	330	Ácido cítrico
	472c	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico
	1102	Glucose oxidase
Antiumectante	170(i)	Carbonato de cálcio
	460(i)	Celulose microcristalina (gel de celulose)
	460(ii)	Celulose em pó
	470	Sais de ácidos graxos (com base Al, Ca, Na, Mg, K e NH4)
	500(ii)	Bicarbonato de sódio, carbonato ácido de sódio
	504(i)	Carbonato de magnésio, carbonato básico de magnésio
	504(ii)	Bicarbonato de magnésio, carbonato ácido de magnésio, hidrogeno carbonato de magnésio
	530	Óxido de magnésio
	551	Dióxido de silício, sílica
	552	Silicato de cálcio
	553(i)	Silicato de magnésio
	553(iii)	Talco
	953	Isomalte (isomaltulose hidrogenada)
Conservante	200	Ácido sórbico
	201	Sorbato de sódio
	202	Sorbato de potássio
	203	Sorbato de cálcio
	210	Ácido benzóico
	211	Benzoato de sódio
	213	Benzoato de cálcio
	214	Para-hidroxibenzoato de etila, etilparabeno
	215	Para-hidroxibenzoato sódico de etila
	218	Para-hidroxibenzoato de metila
	219	Para-hidroxibenzoato sódico de metila
	221	Sulfito de sódio
	222	Bissulfito de sódio, sulfito ácido de sódio
	223	Metabissulfito de sódio
	260	Ácido acético (glacial)
	261(i)	Acetato de potássio
	263	Acetato de cálcio
	280	Ácido propiônico
	281	Propionato de sódio
	282	Propionato de cálcio
	283	Propionato de potássio
	290	Dióxido de carbono
	1102	Glucose oxidase
Estabilizante	263	Acetato de cálcio
	331(iii)	Citrato trissódico
	332(ii)	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	339(iii)	Fosfato trissódico
	400	Ácido algínico
	401	Alginato de sódio
	402	Alginato de potássio
	403	Alginato de amônio
	404	Alginato de cálcio
	406	Ágar
	407	Carragena
	407a	Algas marinhas Euchema processadas (carragena semi-refinada)
	410	Goma garrofina, goma caroba, goma alfarroba, goma jataí
	412	Goma guar
	413	Goma tragacanto, tragacanto, goma adragante
	414	Goma arábica, goma acácia
	415	Goma xantana
	416	Goma caraia, goma sterculia
	417	Goma tara
	418	Goma gelana
	420(i)	Sorbitol
	420(ii)	Xarope de sorbitol
	421	Manitol
	422	Glicerol
	424	Curdlan
	428	Gelatina
	440	Pectinas
	450(i)	Difosfato dissódico
	452(iii)	Polifosfato de cálcio e sódio
	460(i)	Celulose microcristalina (gel de celulose)
	461	Metilcelulose
	463	Hidroxipropilcelulose
	464	Hidroxipropilmetilcelulose
	465	Metiletilcelulose
	466	Carboximetilcelulose sódica (goma de celulose)
	467	Etilhidroxietilcelulose
	468	Carboximetilcelulose sódica reticulada, croscaramelose sódica
	469	Carboximetilcelulose sódica hidrolisada enzimaticamente
	472c	Ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico
	473	Ésteres graxos de sacarose, sacaroésteres, ésteres de ácidos graxos com sacarose
	475	Ésteres de ácidos graxos com poliglicerol, ésteres de ácidos graxos com glicerina
	509	Cloreto de cálcio
	511	Cloreto de magnésio
	965(i)	Maltitol
	965(ii)	Xarope de maltitol
	1102	Glucose oxidase
	1200	Polidextroses
	1202	Polivinilpirrolidona insolúvel
Regulador de acidez	260	Ácido acético (glacial)
	261(i)	Acetato de potássio
	262(i)	Acetato de sódio
	263	Acetato de cálcio
	270	Ácido láctico (L-, D- e DL-)
	296	Ácido málico (D-,L-)
	297	Ácido fumárico
	327	Lactato de cálcio
	329	Lactato de magnésio (D-,L-)
	330	Ácido cítrico
	331(i)	di-hidrogenocitrato de sódio
	331(iii)	Citrato trissódico
	332(i)	Citrato monopotássico, citrato diácido de potássio
	332(ii)	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	333(iii)	Citrato tricálcico
	339(i)	di-hidrogenofosfato de sódio
	339(ii)	hidrogenofosfato de di-sódio

	350(i)	Hidrogenomalato de sódio
	350(ii)	DL-malato dissódico
	352(ii)	DL-Malato de cálcio, malato monocálcico
	365	Fumaratos de sódio
	380	Citrato triamônico
	500(i)	Carbonato de sódio
	500(ii)	Bicarbonato de sódio, carbonato ácido de sódio
	500(iii)	Sesquicarbonato de sódio
	501(i)	Carbonato de potássio
	503(i)	Carbonato de amônio
	504(ii)	Bicarbonato de magnésio, carbonato ácido de magnésio, hidrogeno carbonato de magnésio
	507	Ácido clorídrico
	524	Hidróxido de sódio
	525	Hidróxido de potássio
	526	Hidróxido de cálcio
	527	Hidróxido de amônio
	528	Hidróxido de magnésio
	529	Óxido de cálcio
	574	D-ácido glucônico
	575	Glucono-delta-lactona
	577	Gluconato de potássio
	578	Gluconato de cálcio
	580	Gluconato de magnésio
Sequestrante	296	Ácido málico (D-,L-)
	330	Ácido cítrico
	331(i)	di-hidrogenocitrato de sódio
	331(iii)	Citrato trissódico
	332(i)	Citrato monopotássico, citrato diácido de potássio
	332(ii)	Citrato tripotássico, citrato de potássio
	333(iii)	Citrato tricálcico
	420(i)	Sorbitol
	420(ii)	Xarope de sorbitol
	516	Sulfato de cálcio
	575	Glucono-delta-lactona
	576	Gluconato de sódio
	578	Gluconato de cálcio

ANEXO III
LISTA DE INGREDIENTES AUTORIZADOS PARA USO NA ELABORAÇÃO DE PREPARAÇÕES ENZIMÁTICAS

Água
Amido
Amido modificado
Arginina
Carbonato de cálcio
Caseinato de sódio
Citrato de sódio
Cloreto de cálcio
Cloreto de potássio
Cloreto de sódio
Dextrinas
Dextrose
Etanol
Extrato de levedura
Farinha de cereais
Farinha de leguminosas
Fécula de mandioca
Fibra vegetal
Gelatina
Glicerol
Glucose
Glutamato monoamônio
Glúten
Hidrolisado de Caseína
Lactose
Levedura seca inativa
Maltodextrina
Óleos Vegetais
Polidextrose
Polietilenoglicol
Propilenoglicol
Proteína de trigo
Proteína hidrolisada de leguminosas
Proteína isolada de leguminosas
Proteína isolada de soja
Proteínas lácteas
Resina acrílica
Resina fenólica
Sacarose
Sorbitol
Soro de leite em pó
Sulfato de sódio
Terra diatomácea
Xarope de glucose
Xarope de milho

ANEXO IV
INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NO RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO PARA AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA DE ENZIMAS

1. DADOS ADMINISTRATIVOS
1.1 Razão social e endereço completo da empresa fabricante ou importadora;
1.2 Alvará ou licença sanitária válida;
1.3 Identificação do responsável técnico e/ou responsável legal; e
1.4 Detalhamento do assunto da petição (inclusão/exclusão de enzima, alteração de método ou fonte etc).
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENZIMA E DA PREPARAÇÃO ENZIMÁTICA
2.1 Nome comum da enzima e/ou da preparação enzimática;
2.2 Marca comercial da enzima e/ou da preparação enzimática;
2.3 Classificação da enzima no **International Union of Biochemistry and Molecular Biology - IUBMB** (número e nome);
2.4 Número da enzima no **Chemical Abstract Service - CAS**;
2.5 Outros nomes da enzima (quando aplicável);
2.6 Forma de apresentação da preparação enzimática; e
2.7 Formulação da preparação enzimática, incluindo os aditivos alimentares e ingredientes (g/100g ou 100ml).
3.COMPOSIÇÃO QUÍMICA E PROPRIEDADES DA ENZIMA E DA PREPARAÇÃO ENZIMÁTICA
3.1 Massa molecular e sequência de aminoácidos da enzima;
3.2 Especificações de pureza e identidade da preparação enzimática para:
a. Chumbo;
b. **Salmonella**;
c. Coliformes totais;
d. **Escherichia coli**;
e. Atividade antimicrobiana;
f. Eventuais resíduos de solventes de extração;
g. Níveis de garantia da enzima, incluindo informações sobre variação lote a lote;
h. Percentual de sólidos orgânicos totais por unidade de peso (% T.O.S.);
i. Unidades de atividade enzimática por unidade de peso; e
j. Outros parâmetros relevantes.
3.3 Laudos de análise laboratoriais, com identificação da metodologia analítica, que comprovem o atendimento às especificações do item 3.2;
3.4 Atividade enzimática, substratos e produtos de reação, cofatores necessários para a atividade principal da enzima, pH e temperatura ótimos, fatores inibidores e ativadores;
3.5 Caracterização de possíveis efeitos adversos relacionados à atividade enzimática e eventuais formações de metabólitos tóxicos, quando apropriado;
3.6 Dados sobre alergenicidade;
3.7 Dados de estabilidade durante o armazenamento antes do uso.
4. MODELO DE RÓTULO
5. FINALIDADE DE USO
5.1 Finalidade tecnológica e mecanismo de ação da enzima no alimento;
5.2 Uso proposto (alimentos em que a preparação enzimática será utilizada e limites de uso).
6. FONTE E PROCESSOS DE FABRICAÇÃO
6.1 Produção a partir de fontes animais
6.1.1 Tecido animal utilizado e histórico de consumo seguro;
6.1.2 Documentação que comprove que o tecido animal utilizado foi submetido à inspeção pelo órgão competente;
6.1.3 Métodos utilizados para assegurara ausência de risco de transmissão de doenças a partir do tecido utilizado para obtenção da enzima, considerando a classificação dos tecidos e seus agentes infecciosos potenciais;
6.1.4 Descrição detalhada do processo de produção e dos controles de qualidade utilizados.
6.2 Produção a partir de fontes vegetais e basidiomicetos
6.2.1 Parte da planta ou do fungo utilizada para produção e histórico de consumo seguro;
6.2.2 Documentação que comprove a ausência de substâncias que podem causar efeitos adversos em humanos;
6.2.3 Descrição detalhada do processo de produção e dos controles de qualidade utilizados.
6.3 Produção a partir de micro-organismos (no caso de micro-organismos geneticamente modificados os dados devem ser fornecidos para o micro-organismo doador e o de expressão)
6.3.1 Identificação taxonômica;
6.3.2 Identificação da linhagem e local de depósito. Caso não possua, justificar;
6.3.3 Identificação do grupo ou classe de risco, com as respectivas referências;
6.3.4 Histórico de uso seguro;
6.3.5 Descrição detalhada do processo de produção e dos controles de qualidade utilizados;
6.3.6 Patogenicidade e toxigenicidade;
6.3.7 Dados de resistência microbiana;
6.3.8 Para micro-organismos geneticamente modificados:
a. Dados de resistência microbiana e identificação dos antibióticos para os quais eventuais marcadores de resistência tenham sido utilizados;
b. Descrição da modificação genética, incluindo caracterização do DNA introduzido e o método de integração do DNA recombinante ao cromossomo;
c. Dados sobre eventuais toxinas e outros metabólitos não seguros sintetizados em decorrência da modificação;
d. Documentação que comprove que a enzima foi purificada de forma a não conter o micro-organismo nem traços de seu material genético recombinante;
e. Dados e estudos de estabilidade da linhagem geneticamente modificada (linhagem de produção);
f. Documentação sobre o potencial alergênico das proteínas codificadas pelo DNA inserido no micro-organismo de produção.
7. DADOS PARA AVALIAÇÃO DO RISCO (A apresentação de estudos toxicológicos pode ser dispensada mediante justificativa, para avaliação caso a caso).
7.1 Estudos de mutagenicidade e genotoxicidade realizados de acordo com as Boas Práticas Laboratoriais e com os parâmetros estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD - **Guidelines for the Testing of Chemicals**);
7.2 Estudos de toxicidade subcrônica oral, que permitam a derivação de um NOEL (**No Observed Effect Level**) ou NOAEL (**No Observed Adverse Effect Level**), realizados de acordo as Boas Práticas Laboratoriais e com os parâmetros estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD - **Guidelines for theTesting of Chemicals**);
7.3 Avaliação de exposição alimentar, com justificativa para a escolha do método utilizado;
7.4 Caracterização do risco (margem de exposição ou percentual da Ingestão Diária Aceitável - IDA).
8. APROVAÇÃO EM OUTROS PAÍSES OU ORGANISMOS INTERNACIONAIS
8.1 Dados de aprovação em outros países e organismos internacionais, quando disponíveis.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 729, DE 1º DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela ANVISA, componentes da quinta etapa de consolidação da pertinência temática de alimentos em observância ao que prevê a Portaria nº 488/GADIP-DP/ANVISA, de 23 de setembro de 2021 e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da quinta etapa de consolidação da pertinência temática de alimentos em observância ao que prevê a Portaria nº 488/GADIP-DP/ANVISA, de 23 de setembro de 2021 e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Parágrafo único. A revogação tratada no caput desse artigo se aplica às normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES PONTUAIS

Art. 2º A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, publicada no DOU nº 195, de 9 de outubro de 2020, Seção 1, pág. 106, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica às águas envasadas, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 717, de 1º de julho de 2022.

.....

Art. 4º .....

§1º.....

I - sido objeto de enriquecimento ou restauração, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 714, de 1º de julho de 2022

.....

Art. 5º .....

.....

§6º No caso do sal iodado, a declaração da quantidade de iodo deve ser realizada por meio da declaração prevista no art. 5º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 604, de 10 de fevereiro de 2022.

§7º No caso das farinhas de trigo e de milho enriquecidas com ferro e ácido fólico, a declaração das quantidades de ferro e de ácido fólico deve ser realizada por meio da declaração prevista no art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 604, de 2022.

.....

Art. 24. .....

.....

§3º .....

I - na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 715, de 1º de julho de 2022, para as alegações nutricionais relativas ao conteúdo de lactose nos alimentos para dietas com restrição de lactose;

.....

Art. 49 .....

.....

XVII - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 269, de 22 de setembro de 2005." (ND)

Art. 3º A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 421, de 1º de setembro de 2020, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 74, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º .....

.....

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados;

.....

Parágrafo único. As normas de que trata o caput desse artigo definirão requisitos relativos a:

"....." (NR)

Art. 4º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 19 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 5º-A O palmito em conserva deve ser submetido a processos de acidificação e tratamento térmico suficientes para destruir as células vegetativas de microrganismos de relevância para a saúde pública e de outros microrganismos capazes de se reproduzir nas condições de armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos.

§1º As empresas processadoras de palmito em conserva devem validar o processo de produção para cada tipo de embalagem utilizada, a fim de atender ao disposto no caput desse artigo.

§2º A validação de que trata o §1º desse artigo deve conter, no mínimo, os registros dos parâmetros de processamento e das análises físico-químicas e microbiológicas utilizadas.

§3º A documentação referente à validação da eficácia do processo de produção deve estar sempre disponível para consulta pela autoridade sanitária." (ND)

"Art. 11-A. Os fabricantes de palmito em conserva devem efetuar as seguintes análises após o período de quarentena do lote com base em amostragem definida:

I - análises críticas do ponto de vista de segurança do alimento:

a) avaliação da integridade hermética de recipientes, por meio de métodos respaldados na literatura específica;

b) avaliação da resistência da termossoldagem à tração, no caso de embalagens flexíveis, por meio de métodos respaldados na literatura específica;

c) medição do vácuo dos recipientes de vidro e metálicos, por meio de métodos respaldados na literatura específica; e

d) pH medido através de potenciômetro no homogeneizado de todo o conteúdo do recipiente.

II - análises de controle de qualidade do produto final, conforme metodologia consagrada:

a) avaliação sensorial do aspecto, cor, sabor, odor e textura;

b) espaço-livre;

c) peso bruto;

d) peso líquido; e

e) peso drenado.

Parágrafo único Para fins de atendimento ao disposto no caput desse artigo:

I - considera-se quarentena o período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados a partir do dia seguinte à pasteurização do produto, destinado à verificação de problemas e anormalidades, por meio de testes de qualidade;

II - a amostragem deve ser realizada de acordo com o documento Standard for Certain Canned Vegetables - CODEX STAN 297-2009 e suas atualizações; e

III - para a análise de pH, não se aplica o limite de aceitação." (ND)

Art. 5º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 43, de 19 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 22-A. As fórmulas infantis para lactentes podem ser adicionadas de:

I - fosfato de diamido e fosfato de diamido acetilado, com limite máximo de 0,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis à base de soja; e

II - fosfato de diamido fosfatado e hidroxipropilamido, com limite máximo de 2,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis à base de proteínas hidrolisadas." (ND)

Art. 6º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 19 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 22-A. As fórmulas infantis de seguimento podem ser adicionadas de:

I - fosfato de diamido e fosfato de diamido acetilado, com limite máximo de 0,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis de seguimento à base de soja; e

II - fosfato de diamido fosfatado, hidroxipropilamido, diamido fosfatado e adipato de diamido acetilado, com limite máximo de 2,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis de seguimento à base de proteínas hidrolisadas." (ND)

Art. 7º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 19 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 22-A. As fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas podem ser adicionadas de:

I - fosfato de diamido e fosfato de diamido acetilado, com limite máximo de 0,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis de seguimento à base de soja; e

II - fosfato de diamido fosfatado e hidroxipropilamido, com limite máximo de 2,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis à base de proteínas hidrolisadas ou aminoácidos;

III - diamido fosfatado e adipato de diamido acetilado, com limite máximo de 2,5 gramas por 100 mililitros, sozinhos ou em combinação, no caso de fórmulas infantis de seguimento à base de proteínas hidrolisadas ou aminoácidos;" (ND)

Art. 8º Revogam-se as seguintes disposições:

I - os arts. 35, 36, 37, 40, 44 e 46 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, publicada no DOU nº 195, de 9 de outubro de 2020, Seção 1, pág. 106;

II - os arts. 24, 25 e 30 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 460, de 21 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 245, de 23 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 128;

III - o art. 17 e o parágrafo único do art. 21 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 481, de 15 de março de 2021, publicada no DOU nº 51, de 17 de março de 2021, Seção 1, pág. 249; e

IV - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 391, de 26 de maio de 2020, publicada no DOU nº 101, de 28 de maio de 2020.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor no dia 9 de outubro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 730, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a avaliação do risco à saúde humana de medicamentos veterinários, os limites máximos de resíduos (LMR) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal e os métodos de análise para fins de avaliação da conformidade.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VI do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a avaliação do risco à saúde humana de medicamentos veterinários, os limites máximos de resíduos (LMR) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal e os métodos de análise para fins de avaliação da conformidade.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - avaliação da exposição: etapa do processo de avaliação de risco que estima a ingestão aguda ou crônica de resíduos de medicamentos veterinários oriundos do consumo de alimentos de origem animal pela população ou grupo populacional;

II - avaliação de risco: processo fundamentado em evidências científicas que avalia a probabilidade de ocorrência de efeitos adversos à saúde humana e a gravidade de tais efeitos como consequência do uso de medicamentos veterinários em animais produtores de alimentos, envolvendo as etapas de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

III - dose de referência aguda (DRfA): quantidade estimada de resíduos de medicamentos veterinários, expressa em miligramas ou microgramas da substância por quilograma de peso corpóreo, que pode ser ingerida num período de 24 (vinte e quatro) horas sem risco apreciável à saúde humana;

IV - ingestão diária aceitável (IDA): quantidade estimada de resíduos de medicamentos veterinários, expressa em miligramas ou microgramas da substância por quilograma de peso corpóreo, que pode ser ingerida diariamente ao longo da vida sem risco apreciável à saúde humana;

V - ingestão diária estimada (IDE): estimativa de ingestão de resíduos de medicamentos veterinários, a partir da mediana de concentração nos estudos de depleção corrigida pelos resíduos marcadores ou pelos resíduos totais para os alimentos a serem considerados na avaliação de exposição, sendo expressa em miligramas ou microgramas de resíduo por pessoa por dia;

VI - ingestão diária máxima teórica (IDMT): estimativa da ingestão de resíduos de medicamentos veterinários, a partir do LMR, para os alimentos a serem considerados na avaliação de exposição, sendo expressa em miligramas ou microgramas de resíduo por pessoa por dia;

VII - insumo farmacêutico ativo (IFA): componente farmacologicamente ativo do medicamento veterinário;

VIII - insumo farmacêutico de uso dual (IFA dual): componente farmacologicamente ativo usado tanto em medicamentos veterinários quanto em agrotóxicos;

IX - limite máximo de resíduo (LMR): concentração máxima de resíduo de medicamento veterinário, expresso em miligramas ou microgramas por litro ou quilograma, legalmente permitida em alimentos de origem animal;

X - medicamento veterinário: produto que se aplica ou administra a qualquer animal destinado à produção de alimentos, para fins terapêuticos, profiláticos ou de diagnósticos, ou para modificar as funções fisiológicas ou de comportamento;

XI - método de análise validado: método de análise que possui comprovação, através do fornecimento de evidência objetiva, de que os requisitos para aplicação ou uso específicos pretendidos foram atendidos;

XII - período de carência: intervalo de tempo entre a última administração do medicamento veterinário e a coleta de tecidos comestíveis ou produtos do animal tratado que garante que a quantidade de resíduos de medicamentos veterinários no alimento seja igual ou inferior ao seu LMR;

XIII - resíduos de medicamentos veterinários: IFA e seus metabólitos que estão presentes em qualquer porção comestível do produto de origem animal;

XIV - resíduos ligados: resíduos de medicamentos veterinários ligados de forma covalente a macromoléculas celulares solúveis ou insolúveis que não são extraíveis por processos exaustivos de extração, desnaturação ou solubilização;

XV - resíduos marcadores: resíduos de medicamentos veterinários cuja concentração diminui em proporção conhecida à concentração de resíduos totais em qualquer porção comestível do alimento de origem animal; e

XVI - resíduos totais: soma de todos os IFA e seus metabólitos que permanecem no produto de origem animal após a administração do medicamento veterinário, determinado a partir de estudos empregando os IFA radiomarcados.

CAPÍTULO II

REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

Art. 3º A avaliação de risco de medicamentos veterinários deve ser solicitada pelo interessado, mediante protocolo de petição específica, para os seguintes casos:

I - medicamentos veterinários contendo em sua formulação IFA sem LMR publicado pela Anvisa;

II - inclusão de novas espécies animais e ou matrizes para IFA com LMR já publicado pela Anvisa; ou

III - alteração dos LMR já publicados pela Anvisa para determinada espécie animal.

Art. 4º A petição específica de avaliação de risco de medicamentos veterinários deve conter relatório técnico-científico com as seguintes informações:

I - identificação do medicamento veterinário e dos seus IFA;

II - estudos de farmacocinética;

III - estudos toxicológicos;

IV - estudos microbiológicos, no caso de IFA e seus metabólitos com ação antimicrobiana;

V - estudos de depleção dos resíduos marcadores; e

VI - identificação se o IFA é de uso dual.

§1º O relatório técnico-científico deve conter os estudos para os metabólitos dos IFA que sejam relevantes à saúde humana.

§2º Os estudos devem ser conduzidos e relatados de acordo com protocolos atualizados descritos nas séries da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou nas orientações publicadas nos Guias da Conferência Internacional de Harmonização dos Medicamentos Veterinários (VICH) e seguirem os princípios de Boas Práticas de Laboratório (BPL).

§3º Situações que requerem adaptação ou um novo protocolo de estudo devem ser justificadas e conter descrição dos procedimentos utilizados.

§4º Estudos antigos nos quais os princípios de BPL não foram adotados podem ser aceitos, desde que constatada sua qualidade científica e a adequação do desenho para avaliação dos IFA e seus metabólitos.

§5º A apresentação dos estudos de que tratam os incisos III e IV pode ser dispensada para os IFA e seus metabólitos que possuem avaliação de risco publicada e IDA estabelecida pelo Codex Alimentarius.

§6º A apresentação dos estudos de que trata o inciso V pode ser dispensada para os IFA e seus metabólitos que possuem LMR estabelecido pelo Codex Alimentarius.

§7º A avaliação de risco publicada por autoridades estrangeiras que tenham similaridade de requisitos regulatórios com o Brasil pode subsidiar a avaliação de risco peticionada.

Art. 5º Para identificação do medicamento veterinário e dos seus IFA, devem ser apresentadas as seguintes informações:

I - denominação comum internacional - DCI (International Non-proprietary Name - INN);

II - nomenclatura IUPAC (União Internacional de Química Pura e Aplicada);

III - sinônimos;

IV - número CAS (Chemical Abstract Service);

V - fórmula estrutural;

VI - fórmula molecular;

VII - massa molar;

VIII - propriedades físico-químicas:

a) aparência;

b) pureza;

c) composição qualitativa e quantitativa das impurezas;

d) ponto de fusão;

e) solubilidade em água e solventes orgânicos, expressa em gramas por litro, com indicação da temperatura, logKow ou logP;

f) pH;

g) rotação óptica;

h) comprimento de onda de máxima absorção na região do ultravioleta; e

i) estabilidade.

IX - classificação terapêutica, formulação e indicações de uso, incluindo dose, via de administração e período de carência recomendado do medicamento; e

X - dados do registro do medicamento veterinário no Brasil e em outros países, incluindo condições de uso, dose e período de carência.

Art. 6º Os estudos de farmacocinética devem contemplar o comportamento farmacocinético dos IFA em animais de laboratório e na espécie-alvo produtora de alimento, incluindo dados de absorção, distribuição e eliminação, tempo de meia-vida no plasma e tecidos, e vias metabólicas.

Parágrafo único. Para as espécies-alvo, os estudos devem utilizar os IFA radiomarcados no medicamento veterinário.

Art. 7º Os estudos de metabolismo com animais produtores de alimentos devem permitir a definição dos resíduos marcadores, da razão de resíduos marcadores para resíduos totais e do tecido comestível selecionado para monitorar os resíduos marcadores na espécie-alvo.

Parágrafo único. Os resíduos marcadores devem possuir um método de análise validado para quantificar sua concentração no produto de origem animal.

Art. 8º Os estudos toxicológicos devem incluir os ensaios de:

I - genotoxicidade;

II - toxicidade aguda;

III - toxicidade de doses repetidas;

IV - toxicidade sobre a reprodução (multigeração);

V - toxicidade sobre o desenvolvimento; e

VI - toxicidade crônica ou carcinogenicidade.

§ 1º Estudos adicionais de neurotoxicidade, imunotoxicidade, alergenicidade ou disfunção endócrina podem ser exigidos para identificação de efeitos específicos relacionados à estrutura, classe e modo de ação dos IFA ou seus metabólitos.

§ 2º A ausência de qualquer um dos estudos listados no caput desse artigo deve ser tecnicamente justificada.

Art. 9º Os estudos microbiológicos devem avaliar:

I - potenciais efeitos sobre a barreira de colonização do trato intestinal humano; e

II - o aumento da resistência em bactérias residentes no cólon humano.

Art. 10. Os estudos de depleção de resíduos devem ser realizados nos seguintes tecidos:

I - músculo;

II - gordura;

III - fígado;

IV - rim; e

V - leite, ovos e mel, quando aplicável.

§1º No caso de peixes, o disposto no inciso I inclui a pele em proporções naturais.

§2º No caso de aves e suínos, o disposto no inciso II inclui a pele em proporções naturais.

§3º Os estudos de depleção de resíduos devem ser realizados na espécie-alvo e incluir informações sobre os resíduos totais, resíduos livres e resíduos ligados nos diferentes tecidos.

§4º Os estudos de depleção de resíduos devem ser realizados com as formulações disponíveis, nas vias de administração e nas espécies-alvo, utilizando a dose e a duração de tratamento máximos recomendados.

§5º Para formulações injetáveis intramusculares ou subcutâneas contendo IFA com preocupação em relação à DRfA, devem ser incluídos os dados de depleção de resíduos no sítio da injeção.

§6º Os estudos de depleção de resíduos em aquicultura devem conter os dados da temperatura da água em todos os dias do ensaio.

§7º Os estudos de depleção de resíduos não podem ser realizados por período inferior ao período de carência proposto pelo interessado para justificar o LMR sugerido.

§8º Os estudos de depleção de resíduos devem conter os dados brutos.

§9º Deve ser apresentada a descrição detalhada do método de análise e os parâmetros de validação do método para a determinação dos resíduos nos tecidos, ovos, leite ou mel.

§10. Além dos parâmetros de desempenho, deve ser informada a eficiência de extração ou recuperação.

CAPÍTULO III

INGESTÃO DIÁRIA ACEITÁVEL (IDA), DOSE DE REFERÊNCIA AGUDA (DRfA) E LIMITE MÁXIMO DE RESÍDUOS (LMR)

Art. 11. A IDA e a DRfA são definidas com base nos resultados dos estudos toxicológicos.

§ 1º Para IFA e seus metabólitos com ação antimicrobiana, a IDA e a DRfA são definidas com base nos resultados dos estudos toxicológicos e microbiológicos, adotando-se o menor valor encontrado nestes estudos.

§ 2º Não é definida IDA para IFA e seus metabólitos quando a avaliação de risco indicar mutagenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade ou efeitos adversos na reprodução ou desenvolvimento.

Art. 12. O LMR é definido com base nos resultados dos estudos de depleção.

§1º O LMR não recomendado é adotado quando, com base na informação científica disponível, conclui-se que não há um nível seguro de resíduos que represente um risco aceitável à saúde humana.

§2º Não é necessário definir LMR para situações com ampla margem de segurança, quando o IFA e seus metabólitos:

I - não possuírem significância toxicológica;

II - forem reconhecidos como seguros;

III - forem fracamente absorvidos ou biodisponíveis;

IV - forem rapidamente metabolizados ou eliminados;

V - forem componentes presentes na alimentação humana;

VI - representarem uma pequena fração da produção endógena do organismo; e

VII - tiverem presença improvável nos alimentos de origem animal ou apresentarem resíduos cuja exposição represente risco improvável à população.

Art. 13. A IDA, a DRfA, quando aplicável, e o LMR para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal estão definidos no Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 162, de 1º de julho de 2022.

§1º Os IFA e seus metabólitos com LMR não necessário constam no Anexo II da Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022.

§2º º Os IFA com LMR não recomendado constam no Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022.

CAPÍTULO IV

AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO RISCO

Art. 14. A avaliação da exposição crônica aos resíduos de medicamentos veterinários é realizada por meio da IDMT.

§ 1º Quando a estimativa de IDMT ultrapassar a IDA, a avaliação da exposição deve ser refinada utilizando-se o cálculo da IDE ou por meio de abordagem similar internacionalmente aceita.

§ 2º Em caso de IFA dual, a avaliação da exposição crônica deve considerar conjuntamente o emprego do medicamento veterinário e do agrotóxico.

Art. 15. Para o cálculo de exposição, é adotado:

I - o consumo diário médio per capita do alimento, para exposição crônica; e

II - o consumo máximo possível do alimento em um período de 24 horas, para exposição aguda.

Art. 16. Quando os dados de concentração de resíduos encontrados nos estudos de depleção estiverem abaixo do limite de quantificação do método de análise, devem ser considerados o limite de quantificação do método dividido por dois.

Art. 17. Para os resíduos de medicamentos veterinários que possuem dose de referência aguda (DRfA) especificada, deve ser estimada a exposição alimentar aguda no período de 24 horas.

Art. 18. Quando o LMR ou a concentração elevada de resíduos obtida a partir de estudos de depleção variarem nas diferentes espécies animais, para a maior porção consumida, deve ser considerado o maior LMR definido ou a maior concentração de resíduos obtida.

Art. 19. Para caracterização do risco, a IDA e a DRfA devem ser comparadas com as estimativas de exposição.

§ 1º Quando a estimativa de exposição for menor ou igual à IDA e à DRfA, o LMR será adotado pela Anvisa.

§ 2º Quando a estimativa de exposição for maior do que a IDA ou a DRfA, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - refinamento da avaliação de exposição;

II - restrição de uso para algumas espécies animais; ou

III - revisão do período de carência e/ou das boas práticas veterinárias.

Art. 20. Emergências que envolvam risco à saúde animal são consideradas prioritárias para a avaliação de risco de medicamentos veterinários e o estabelecimento da IDA, da DRfA, quando aplicável, e do LMR.

Art. 21. O risco à saúde humana devido ao emprego de medicamentos veterinários em animais pode ser reavaliado a qualquer tempo e, sempre que justificado, a IDA, a DRfA, quando aplicável, e o LMR podem ser alterados ou excluídos.

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Art. 22. Os produtos de origem animal devem observar os LMR estabelecidos nos Anexos I e II da Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022.

Parágrafo único. Não podem ser detectados nos alimentos de origem animal resíduos de IFA ou seus metabólitos que:

I - não constem nos Anexos I ou II da Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022; ou

II - possuam LMR não recomendado, conforme Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022.

Art. 23. Os laboratórios que executam a determinação de resíduos de produtos de uso veterinário em alimentos devem utilizar metodologia analítica validada.

§ 1º Os métodos provenientes de regulamentos técnicos, compêndios oficiais, compêndios de aceitação internacional e métodos validados por estudos colaborativos devem ser verificados nas condições do laboratório.

§ 2º Os métodos desenvolvidos ou modificados pelo próprio laboratório devem ser validados para demonstrar a adequação ao seu propósito conforme critérios de desempenho definidos nas Diretrizes do Codex Alimentarius sobre o Planejamento e a Implementação de Programas Nacionais Regulatórios para Garantir a Segurança Alimentar Referente ao Uso de Produtos de Uso Veterinário em Animais Produtores de Alimentos (CAC/GL 71-2009), suas atualizações ou outra referência internacionalmente aceita.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Para medicamentos veterinários registrados no país até 26 de dezembro de 2019 e que contenham em sua formulação IFA sem LMR definido na Instrução Normativa - IN nº 162, de 2022, o interessado deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) anos a partir da referida data, documentação que subsidie o estabelecimento de IDA e LMR.

§ 1º Esse período pode ser prorrogado uma vez, por um prazo máximo de 2 (dois) anos, se for demonstrado que tal prorrogação é necessária para a conclusão dos estudos científicos em curso.

§ 2º Para a situação prevista no caput desse artigo, a matriz analisada pode conter no máximo 10 (dez) microgramas por quilo.

Art. 25. Para IFA presentes em medicamentos veterinários registrados no país até 26 de dezembro de 2019, com longo histórico de uso e sem evidências de efeitos adversos em humanos, para os quais não existam LMR definidos no Codex Alimentarius, será adotado um LMR de 10 (dez) microgramas por quilo, a partir de uma análise caso a caso.

Art. 26. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 27. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 328, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 82.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 158, DE 1° DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a produção de lotes-piloto de medicamentos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VII do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Instrução Normativa e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a produção de lotes-piloto de medicamentos para fins de registro e modificações pós-registro de medicamentos.

Art. 2º Define-se como lote-piloto um lote de produto farmacêutico produzido por um processo representativo e reprodutivo de um lote de produção em escala industrial.

Parágrafo único. O lote-piloto deve buscar reproduzir ao máximo as condições técnicas, operacionais e de processos de fabricação do lote industrial proposto, e assegurar um alto nível de segurança para que o produto e o processo sejam reproduzidos em escala industrial.

Art. 3º Para a produção de lotes-piloto podem ser usados equipamentos industriais, sendo admissível a existência de planta piloto contendo equipamentos com capacidade reduzida e de mesmo princípio de funcionamento ao utilizado na produção do lote industrial.

Art. 4º Os lotes-piloto devem ser fabricados conforme as Boas Práticas de Fabricação.

Art. 5º Para efeitos de controle sanitário da produção de lotes-piloto, a empresa deve manter registrada documentação contendo as seguintes informações:

I - data prevista do início de fabricação;

II - medicamento que será fabricado na escala piloto e sua forma farmacêutica;

III - número do lote-piloto;

IV - tamanho do(s) lote(s)-piloto a ser(em) fabricado(s);

V - tamanhos mínimo e máximo dos lotes industriais a serem produzidos;

VI - descrição de todas as etapas do processo de produção com a descrição dos equipamentos utilizados, constando a capacidade máxima nominal de produção de cada um deles; e

VII - metodologia de controle em processo e do controle de qualidade do produto acabado.

Art. 6º Para a produção dos lotes-piloto para fins de petições de registro, a empresa solicitante deve fabricar pelo menos três lotes do medicamento com quantidade equivalente a, no mínimo, 10% do lote industrial previsto ou a capacidade mínima do equipamento industrial.

Art. 7º Para a produção dos lotes-piloto para fins de petições pós-registro, a empresa solicitante deve fabricar lote(s) do medicamento conforme legislação específica vigente, com quantidade equivalente a, no mínimo, 10% do lote industrial previsto ou a capacidade mínima do equipamento industrial.

Art. 8º No caso de sólidos, deve ser considerada a quantidade mínima de 100.000 unidades farmacotécnicas ou 10% do lote industrial, a que for maior.

Parágrafo único. Lotes de sólidos menores que 100.000 unidades farmacotécnicas podem ser apresentados para fins de registro e pós-registro, desde que seu tamanho corresponda ao do lote industrial pretendido.

Art. 9º Para mudanças de tamanho de lote, a empresa deve seguir a norma específica de alterações pós-registro.

Art 10. Não são permitidos lotes-piloto com quantitativos diferentes dos lotes industriais nas seguintes condições:

I - medicamentos específicos, cuja concentração do princípio ativo esteja na ordem de dosagem abaixo de 0,99 miligramas por unidade posológica; e

II - medicamentos novos, similares e genéricos, cuja concentração do princípio ativo em relação à fórmula seja inferior a 2% (dois por cento).

Art. 11. A análise do processo de registro ou de uma petição pós-registro pode ser condicionada ou subsidiada pelos resultados da inspeção desses lotes-piloto.

Art. 12. Somente lotes-piloto da forma farmacêutica suspensão não extemporânea devem obrigatoriamente ser acondicionados em sua totalidade na sua embalagem primária.

Art. 13. Os lotes-pilotos cujos registros forem deferidos e que atendam às condições exigidas nesta Instrução Normativa, podem ser disponibilizados para a utilização, a critério do fabricante, após a concessão do registro, com a devida menção do prazo de validade do produto, contado à partir da sua data de efetiva fabricação.

Art. 14. Caso o pedido de registro ou mudança pós-registro seja indeferido, os produtos decorrentes dos lotes-piloto devem ser destruídos, com a comunicação aos órgãos competentes.

§ 1º Para os lotes-piloto cujos registros ou mudanças pós-registro forem indeferidos, a documentação a que se refere o art. 5º desta Instrução Normativa deve ser mantida por pelo menos por dois anos, incluindo a documentação relativa à destinação dada a estes produtos.

§ 2º A documentação a que se refere o art. 5º desta Instrução Normativa pode ser destruída antes do prazo determinado, desde que autorizada por autoridade sanitária competente, que documente o fato.

Art. 15. Para os lotes-piloto cujos registros forem deferidos, a documentação a que se refere o art. 5º desta Instrução Normativa deve ser arquivada e mantida pelo detentor do registro durante a vigência do registro do medicamento.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa- IN nº 2, de 30 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 1º de abril de 2009, Seção 1, pág. 41.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 159, DE 1° DE JULHO DE 2022

Estabelece as listas das partes de espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás e para o uso como especiarias.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VII do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Instrução Normativa e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 725, de 1º de julho de 2022, as listas das partes de espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás e para uso como especiarias.

§ 1º O Anexo I desta Instrução Normativa estabelece a lista das partes de espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás, contendo o nome comum da espécie vegetal, a partes do vegetal autorizada, o nome científico da espécie vegetal e os requisitos complementares.

§ 2º O Anexo II desta Instrução Normativa estabelece a lista das partes de espécies vegetais autorizadas para uso como especiarias, contendo o nome comum da espécie vegetal, as partes do vegetal autorizada e o nome científico da espécie vegetal.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DAS PARTES DE ESPÉCIES VEGETAIS AUTORIZADAS PARA O PREPARO DE CHÁS

NOME COMUM DA ESPÉCIE VEGETAL	PARTES DO VEGETAL AUTORIZADA	NOME CIENTÍFICO DA ESPÉCIE VEGETAL	REQUISITOS COMPLEMENTARES
Abacaxi	infrutescência (casca e polpa dos frutos)	**Bromelia ananas** L.	
Acerola	frutos	**Malpighia glabra** L.	
Ameixa	frutos	**Prunus domestica** L.	
Amora	frutos	**Rubus** spp	
Ananás	infrutescência (casca e polpa dos frutos)	**Ananas sativus** Schult. & Schult. F	
Banana caturra e banana-nanica	frutos	**Musa sinensis** L.	
Banana-de-são-tomé, banana-maçã, banana-ouro, banana-prata	frutos	**Musa paradisiaca** L.	
Banana-da-terra	frutos	**Musa sapientum** L.	
Baunilha	frutos	**Vanilla aromatica** Swart.	
Beterraba	raízes	**Beta vulgaris** L.	
Boldo	folhas	**Pneumus boldus** Molina	O rótulo do produto contendo essa espécie deve conter as seguintes informações em destaque e negrito: "Portadores de enfermidades hepáticas ou renais devem consultar o médico antes de consumir o produto" e "Não consumir de forma contínua por mais de quatro semanas.
Camomila ou Maçanilha	capítulos florais	**Matricaria recutita** L. e **Chamomilla recutita** (L.) Rauscher	
Capim-limão ou capim-santo ou capim-cidreira ou capim-cidró ou chá de Estrada	folhas	**Cymbopogon citratus** Stapf	
Carqueja	folhas	**Baccharis genistelloides** (Lamarck) Persoon	
Cassis ou groselha negra	frutos	**Ribes nigrum** L.	
Cereja	frutos (sem semente)	**Prunus serotina** Ehrh	
Chá preto ou chá verde ou chá branco	folhas e talos	**Camellia sinensis** (L.) Kuntze	
Chicória	folhas e raízes	**Cichorium intybus** L.	Essa espécie somente pode ser usada de forma complementar às demais espécies vegetais autorizadas.
Cenoura	raízes	**Daucus carota** L.	
Cranberry	fruto	**Vaccinium macrocarpon** Aiton	
Damasco ou Apricot	frutos (sem sementes)	**Prunus armeciaca** L.	
Erva-cidreira ou melissa	folhas e ramos	**Melissa officinalis** L.	
Erva-mate ou mate verde ou mate tostado	folhas e talos	**Ilex paraguariensis** St. Hil.	
Erva-doce ou anis ou anis doce	frutos	**Pimpinella anisum** L.	
Estévia	folhas	**Stevia rebaundiana** Bert	Essa espécie somente pode ser usada de forma complementar às demais espécies vegetais autorizadas.
Framboesa	frutos	**Rubus idaeus** L.	
Funcho ou erva-doce-nacional	frutos	**Foeniculum vulgare** Mill.	
Groselha	frutos	**Ribes rubrum** L.	
Guaraná	sementes	**Paullinia cupana** L.	
Hibisco	flores	**Hibiscus sabdariffa** L.	
Hortelã ou Hortelã Pimenta ou Menta	folhas e ramos	**Mentha piperita** L.	
Hortelã ou Menta ou Hortelã doce ou Menta doce	folhas e ramos	**Mentha arvensis** L.	
Jasmim	flores	**Jasminum officinale** L.	
Laranja amarga e laranja-doce	casca dos frutos, folhas e flores	**Citrus aurantium** L. ou **Citrus vulgaris** Risso e **Citrus sinensis** Osbeck	
Limão e limão-doce	frutos, casca dos frutos, folhas e flores	**Citrus limmonia** Osbeck ou **Citrus limonium** Risso	
Maçã	frutos	**Pyrus malus** L.	
Mamão ou papaia	frutos	**Carica papaya** L.	
Manga	frutos	**Mangifera indica** L.	
Maracujá-açú	polpa dos frutos	**Passiflora quadrangularis** L.	
Maracujá-azedo	polpa dos frutos	**Passiflora edulis** F. Flavicarpa Degener	

Maracujá-doce e maracujá silvestre	polpa dos frutos	**Passiflora alata** Dryand.	
Maracujá-mirim, maracujá-roxo e maracujá-de-garapa	polpa dos frutos	**Passiflora edulis** Sims	
Marmelo comum	frutos	**Pyrus cydonia** L. ou **Cydonia vulgaris** Pers.	
Marmelo-da-china	frutos	**Cydonia sinensis** Thouin.	
Mirtilo	frutos	**Vaccinium myrtillus** L.	
Morango	frutos	**Fragaria** spp.	
Pêra	frutos	**Pyrus communis** L.	
Pêssego	frutos (sem caroço)	**Prunus persica** (L.) Batsch.	
Pitanga	frutos e folhas	**Stenocalyx michelii** O.Berg ou **Eugenia uniflora** L.	
Rosa silvestre ou mosqueta	frutos e flores	**Rosa canina** L.	
Tangerina, bergamota, mexerica, laranja-cravo e mandarina	casca e frutos	**Citrus reticulata** Blanco	
Tamarindo	polpa dos frutos	**Tamarindus indica** L.	
Uva	frutos	**Vitis vinifera** L.	

ANEXO II
LISTA DAS PARTES DE ESPÉCIES VEGETAIS AUTORIZADAS PARA USO COMO ESPECIARIAS

NOME COMUM DA ESPÉCIE VEGETAL	PARTE DO VEGETAL AUTORIZADA	NOME CIENTÍFICO DA ESPÉCIE VEGETAL
Açafrão	estigmas florais	**Crocus sativus** L.
Aipo marrom e verde	talos, folhas e sementes	**Apium graveolens** L.
Alcaçuz	raízes	**Glycyrrhiza glabra** L.
Alcaparra	botões florais	**Capparis spinosa** L.
Alecrim	folhas e talos	**Rosmarinus officinalis** L.
Alho	bulbos	**Allium sativum** L.
Alho porró	folhas e talos	**Allium porrum** L.
Anis estrelado	frutos	**Illicium verum** Hook.
Baunilha	frutos	**Vanilla planifolia** Jacks.
Canela-da-china	cascas	**Cinnamomum cassia** Ness ex Blume
Canela-do-ceilão	cascas	**Cinnamomum zeylanicum** Ness
Cardamono	sementes	**Elettaria cardamomum** L.
Cebola	bulbos	**Allium cepa** L.
Cebolinha verde	folhas e talos	**Allium schoenoprasum** L.
Cerofólio	folhas e frutos	**Anthriscus cerofolium** (L.) Hoffm.
Coentro	talos, folhas e frutos	**Coriandrum sativum** L.
Cominho	frutos	**Cuminun cyminum** L.
Cravo-da-índia	botões florais	**Caryophyllus aromaticus** L. ou **Eugenia caryphyllata** Thumb
Cúrcuma	rizomas	**Curcuma longa** L. e **Curcuma domestica** Valenton
Curry	folhas	**Murraya koenigii** (L.) Spreng
Endro ou aneto ou dill	frutos, folhas e talos	**Anethum graveolens** L.
Erva-doce ou anis ou anis doce	frutos	**Pimpinella anisum** L.
Estragão	folhas e talos	**Artemisia dracunculus** L.
Feno-grego	sementes	**Trigonella foenum-graecum** L.
Funcho	folhas e talos	**Foeniculum vulgare** Mill.
Gengibre	rizomas	**Zingiber officinale** Roscoe
Gergelim	sementes	**Sesamum indicum** L.
Hortelã ou hortelã-pimenta	folhas e talos	**Mentha piperita** L.
Kümmel ou alcaravia	sementes	**Carum carvi** L.
Lavanda	folhas e flores	**Lavandula dentata**, **L. angustifolia**, **L. stoechas stoechas**, **L. stoechas penduculata** e **L. multifida**, com suas respectivas variedades
Louro	folhas	**Laurus nobilis** L.
Manjericão ou alfavaca ou basílico	folhas e talos	**Ocimum basilicum** L.
Manjerona	folhas e talos	**Majorana hortensis** Moench. ou **Origanum majorana** L.
Menta ou menta doce ou hortelã-doce	folhas e talos	**Mentha arvensis** L.
Mostarda-branca	sementes	**Sinapsis alba** L. ou **Brassica alba** Rabenth
Mostarda-preta	sementes	**Brassica nigra** (L.) Koch ou **Sinapis nigra** L.
Mostarda amarela ou parda	sementes	**Brassica hirta** Moench. ou **Brassica juncea** L.
Noz-moscada ou macis	sementes e arilos	**Myristica fragrans** Houtt
Orégano chileno	folhas e talos	**Origanum vulgare** L.
Orégano mexicano	folhas e talos	**Lippia graveolens** Kunth
Papoula	sementes	**Papaver somniferum** L.
Páprica	frutos	**Capsicum annuum** L.
Pimenta-branca, preta, verde ou pimenta-do reino	frutos	**Piper nigrum** L.
Pimenta-de-caiena	frutos	**Capsicum baccatum** L.
Pimenta vermelha ou pimenta-malagueta	frutos	**Capsicum frutescens** L.
Pimenta cumari	frutos	**Capsicum praetermissum** Heiser & Smith
Pimentão vermelho, pimentão verde, pimentão amarelo e pimenta doce	frutos	**Capsicum annuum** L.
Pimenta-da-jamaica	frutos	**Pimenta officinalis** Lindl. ou **Pimenta dioica** (L.) Merr.
Pimenta rosa	frutos	**Schinus terebinthifolius** Raddi
Raiz forte	folhas e raízes	**Armoracia rusticana** P. Gaertn
Salsa	folhas e talos	**Petroselinum sativum** Hoffm. ou **Petroselinum crispum** (Mill.) Nyman.
Sálvia	folhas	**Salvia officinalis** L.
Segurelha	folhas e talos	**Satureja hortensis** L.
Tomate	frutos	**Lycopersicum esculentum** L.
Tomilho	folhas e talos	**Thymus vulgaris** L.
Urucum	sementes	**Bixa orellana** L.
Zimbro	folhas e frutos	**Juniperus communis** L.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 160, DE 1° DE JULHO DE 2022

Estabelece os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VII do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 722, de 1° de julho de 2022, os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos.

Art. 2º O Anexo I estabelece os LMT de metais em alimentos.

Parágrafo único. Os LMT de cromo e cobre não se aplicam aos alimentos listados que forem adicionados destes nutrientes, conforme Portaria SVS/MS nº 31, de 13 de janeiro de 1998, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 243, de 26 de julho de 2018.

Art. 3º O Anexo II estabelece os LMT de micotoxinas em alimentos.

Art. 4º O Anexo III estabelece os LMT de outros contaminantes em alimentos.

Parágrafo único. Para os contaminantes dibenzo-para-dioxinas policloradas (PCDD), dibenzofuranos policlorados (PCDF) e bifenilas policloradas (PCB), os LMT são aplicáveis ao somatório de PCDD e PCDF e ao somatório de PCDD, PCDF e PCB, considerando os fatores de equivalência tóxica estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Art. 5º Para os produtos líquidos, com exceção do vinho, os LMT de contaminantes estabelecidos devem ser aplicados da seguinte forma:

I - quando a densidade do produto não variar mais do que 5% (cinco por cento) em relação à densidade da água, os LMT serão considerados equivalentes a miligrama por litro (mg/L); e

II - nos demais casos, deve ser aplicado fator de correção, em função da densidade do produto.

Art. 6º Revogam-se as seguintes disposições:

I - Instrução Normativa - IN nº 88, de 26 de março de 2021, publicadada no DOU nº 61, de 31 de março de 2021, Seção 1, pág. 225;

II - Instrução Normativa - IN nº 115, de 20 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 240, de 22 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 297; e

III - Instrução Normativa - IN nº 152, de 2 de maio de 2022, publicada no DOU Edição Extra nº 81, de 2 de maio de 2022, Seção 1, pág. 14.

Art. 7º Ficam estabelecidos os seguintes prazos de adequação até 1º de junho de 2023, para os LMT para arroz integral e arroz polido estabelecidos no item 1.1 do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LIMITES MÁXIMOS TOLERADOS DE METAIS EM ALIMENTOS

1.1 Arsênio total		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Açúcares	0,10	
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	0,15	LMT para arsênio inorgânico.
Alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância	0,15	LMT para arsênio inorgânico.
Arroz integral	0,35	LMT para arsênio inorgânico.
Arroz polido	0,20	LMT para arsênio inorgânico.
Azeitonas de mesa	0,30	
Balas, caramelos e similares, incluindo gomas de mascar	0,10	
Bebidas alcoólicas fermentadas e fermento-destiladas, exceto vinho	0,10	
Bebidas não alcoólicas, excluídos os sucos e néctares de frutas	0,05	
Café solúvel em pó ou granulado	0,50	
Café torrado em grãos ou pó	0,20	
Carnes de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral, derivados crus, congelados ou refrigerados, embutidos e empanados crus	0,50	
Castanhas, incluindo nozes, pistaches, avelãs, macadâmia e amêndoas	0,80	
Cereais e produtos de e à base de cereais, excluídos trigo, arroz e seus produtos derivados e óleos	0,30	
Chá, erva mate, e outros vegetais para infusão	0,60	
Chocolates e produtos à base de cacau com mais de 40% de cacau	0,40	
Chocolates e produtos à base de cacau com menos de 40% de cacau	0,20	
Cogumelos do gênero **Agaricus, Pleurotus e Lentinula ou Lentinus**	0,30	
Cogumelos, exceto os do gênero **Agaricus, Pleurotus e Lentinula ou Lentinus** Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Fungos cultivados: **Agrocybe, Grifola, Polyporus, Flammulina, Volvariella, Stropharia, Hericium, Tremella,** Auricularia, Hipsizygus. b) Fungos Silvestres: Cantharellus, Tuber, Morchella, Boletus, Lactarius, Lepista, Gymnopilus, Russula, Cyttaria, Auricularia. c) Outros.	0,10	
Compotas, geleias, marmeladas e outros doces à base de frutas e hortaliças	0,30	
Concentrados de tomate	0,50	
Creme de leite	0,10	
Crustáceos	1,00	No caso de lagosta e crustáceos grandes, no produto sem cabeça e tórax.
Fígado de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral	1,00	
Fórmula pediátrica para nutrição enteral	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas de nutrientes apresentadas ou indicadas para recém-nascidos de alto risco	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis para lactentes	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Frutas frescas de bagos e pequenas	0,30	Após lavagem.
Frutas frescas, excluídas as de bagos e pequenas	0,30	Após lavagem.
Gelos comestíveis	0,01	
Hastes Jovens e Pecíolos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: - Alcachofra, **Cynara scolymus L.** - Aipo, **Apium graveolens** L. - Broto de bambu, **Bambusa vulgaris Schrad. ex J.C. Wendl**. - Cardo, **Cynara cardunculus L.** - Aspargo, **Asparagus officinalis L.** - Funcho, **Foeniculum vulgare Mill** - Palmitos, **Euterpa oleracea Mart, Cocos nucifera L., Bactris gasipaes Kunth, Daemonorops spp.** - Alho-poró, **Allium porrum L.** - Ruibarbo, **Rheum rhabarbarum L.** - Outros.	0,20	Após lavagem.
Hortaliças do gênero Brássica, excluídas as de folhas soltas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Inflorescências: - Couve-flor, **Brassica oleracea L. subvar. cauliflora (Garsault) DC** - Brócolis (Caroços verdes ou violetas):	0,30	Após lavagem.

1) italiano (ou ramoso), **Brassica oleracea var. italica Plenck.** 2) de cabeça ou francês, **Brassica oleracea L. subvar. cymosa Duchesne** - Nabo, **Brassica napus L.** - Outros. b) Repolho ou folhas arrepolhadas - Couve-crespa, **Brassica oleracea L. var. sabauda L.** - Couve-de-bruxelas, **Brassica oleracea L. var. gemmifera (DC.) Zenker.** - Couve-Chinesa, **Brassica rapa L. var. glabra Regel.** - Outros. c) Talo carnoso - Couve-rábano, talo de cor branca ou violeta de **Brassica oleracea L. var. gongyloides L.**		
Hortaliças de folha, incluídas as Brássicas de folhas soltas, e ervas aromáticas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Alface e outras folhas, incluindo as **Brassicaceae** de folhas. - Azedinha, **Rumex acetosa L.** - Almeirão, **Cichorium intybus L.** - Amaranto, **Amaranthus caudatus L., Amaranthus hybridus L. subsp. cruentus (L.) Thell., Amaranthus hybridus L. subsp. hybridus e Amaranthus mantegazzianus Pass.** - Erva de Santa-Bárbara, **Barbarea verna (Mill.) Asch** - Mastruço, **Lepidium sativum L.** - Alface-da-terra, **Valerianella olitoria (L.) Pollich.** - Repolho verde, **Brassica oleracea L. subvar. palmifolia DC.** - Dente de leão, **Taraxacum officinale F. H. Wigg** - Endívia, **Cichorium endívia L.** - Alface, **Lactuca sativa L.** - Erva de santa maria, **Lepidium didymum L.** - Mostarda, **Brassica juncea (L) Czern** - Canola, **Brassica napus L.** - Acelga chinesa, **Brassica rapa L. var. chinensis (L.) Kitam.** - Chicória, chicória roxa e chicória vermelho, **Cichorium intybus L.** - Rúcula, **Eruca vesicaria (L.) Cav. subsp. sativa (Mill.) Thell.** - Outros. b) Espinafre e similares - Beterraba, **Beta vulgaris subsp. cicla (L.) W. D. J. Koch** - Espinafre, **Spinacea oleracea L.** - Beldroega, **Portulaca oleracea L.** - Outras. c) Folhas de videiras - Uva, **Vitis vinífera L.** d) Agrião d'água - Agrião, **Rorippa nasturtium-aquaticum (L.) Hayek** e) Ervas aromáticas - Manjericão, **Ocimum basilicum L.** - Cebolinha, **Allium fistulosum L.** e **Allium schoenoprasum** - Estragão, **Artemisia dracunculus L.** - Loreiro ou louro, **Laurus nobilis L.** - Orégano, **Origanum vulgare L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Alecrim, **Rosmarinus officinalis L.** - Sálvia, **Salvia officinalis L.** - Tomilho, **Thymus vulgaris L.** - Outros.	0,30	Após lavagem.
Hortaliças frutos com folhas em bainha Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Alhos, **Allium sativum L.** - Cebola, **Allium cepa L.** - Cebola verde e fresca (cebolinha), **Allium cepa L.** - Chalota, **Allium escalonicum L.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Hortaliças frutos da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) **Cucurbitaceae** de casca comestível: - Abobrinha, **Cucurbita pepo L.** - Chuchu, **Sechium edule (Jacq) Sw** - Pepinos, **Cucumis sativus L.** - Outros. b) **Cucurbitaceae** de casca não comestível: - Kino (Pepino africano), **Cucumis metuliferus E. Mey ex Naud** - Melão, **Cucumis melo L.** - Melancia, **Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum & Nakai** - Abóbora, **Cucurbita maxima Duch, Cucurbita moschata Duch e Cucurbita mixta Pangalo.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Hortaliças frutos distintas da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Solanácea: - Berinjela, **Solanum melongena L.** - Quiabo**, Abelmoschus esculentus (L.) Moench.** - Pimenta, **Capsicum annuum L.** - Tomate, **Lycopersicon esculentum Mill.** - Outros. b) Milho: - Milho ou milho doce, **Zea mays L. var. saccharata (Sturtev.) L.H. Bailey** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Hortaliças leguminosas Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Feijão, **Phaseolus vulgaris L.** - Fava, **Vicia faba L.** - Feijão, **Phaseolus L.e Vigna Savi:** 1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi,**Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Legumes (sementes secas das leguminosas), exceto soja Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Magalo bravo, **Lablab purpureus (L.) Sweet.** - Grão-de-bico, **Cicer arietinum** L. - Fava, **Vicia faba L.** - Lentilhas, **Lens culinaris Medik. var. macrosperma (Baumg.) N. F. Mattos.** - Tremoços, **Lupinus albus L.** (tremoços comum), o **Lupinus luteus L.** (tremoços amarelo) e o **Lupinus angustifolius L.** (tremoços azul) - Feijão, **Phaseolus L.** e **Vigna savi** 1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi, **Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.	0,10	
Leite condensado e doce de leite	0,10	
Leite fluído pronto para o consumo e produtos lácteos sem adição, sem diluir nem concentrar	0,05	

Mel	0,30	
Miúdos comestíveis, exceto fígado e rins	1,00	
Moluscos bivalves	1,00	
Moluscos cefalópodes	1,00	No produto eviscerado.
Óleos e gorduras comestíveis de origem vegetal e ou animal, incluindo margarina	0,10	
Outros alimentos especialmente formulados para lactentes e crianças de primeira infância	0,02	LMT para arsênio inorgânico. No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Ovos e produtos de ovos	0,50	
Pasta de cacau	0,50	
Peixes crus, congelados ou refrigerados	1,00	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Queijos	0,50	
Raízes e tubérculos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Batatas - Batata, **Solanum tuberosum L.** - Batata indígena, **Solanum tuberosum L. subsp. andigena (Juz. & Bukasov) Hawkes** e outras espécies de **Solanum** Sect**. Tuberarium (Dunal) Bitter** b) Raízes e tubérculos tropicais - Araruta, **Maranta arundinacea L.** - Batata doce, **Ipomoea batatas (L.) Lam.** - Mandioca, **Manihot esculenta Crantz.** - Inhame, **Dioscorea polystachya Turcz.** - Girassol batateiro, **Helianthus tuberosus L.** - Yacon, **Smallanthus sonchifolius (Poepp.) H. Rob.** - Outros. c) Outras raízes e tubérculos - Angélica, **Angelica archangelica L.** - Aipo, **Apium graveolens L. var. rapaceum D.C** - Junça, **Cyperus esculentus L.** - Couve-rábano, **Brassica napus L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Nabo, **Brassica rapa** L. - Chirívia, **Pastinaca sativa L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Rabanete, **Raphanus sativus L.** - Raíz-forte, **Armoracia rusticana G. Gaertn et al.** - Beterraba, **Beta vulgaris L. subsp. Vulgaris** - Nabo, **Brassica napus L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Cercefi, **Tragopogon porrifolius L.** (Cercefi branco) e **Scorzonera hispânica L.** (Cercefi preto) - Inhame, **Colocasia esculenta (L.) Schott** - Cenoura, **Daucus carota L.** - Outros.	0,20	
Rins de bovinos, ovinos, suínos, caprinos.	1,00	
Sal para consumo humano	0,50	
Sorvetes à base de fruta	0,10	
Sorvetes de água saborizados	0,05	
Sorvetes de leite ou creme	0,10	
Sucos e néctares de frutas	0,10	
Trigo e seus derivados, exceto óleo	0,20	
Vinho	0,20	Expresso em mg/L

1.2 Cádmio

Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	0,05	
Alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância	0,10	
Arroz e seus derivados, exceto óleo	0,40	
Bebidas alcoólicas fermentadas e fermento-destiladas, exceto vinho	0,02	
Bebidas não alcoólicas, excluídos os sucos e néctares de frutas	0,02	
Café solúvel em pó ou granulado	0,20	
Café torrado em grãos e pó	0,10	
Carnes de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral, derivados crus, congelados ou refrigerados, embutidos e empanados crus	0,05	
Cereais e produtos de e à base de cereais, excluídos trigo, arroz e seus produtos derivados e óleos	0,10	
Chá, erva mate, e outros vegetais para infusão	0,40	
Chocolates e produtos à base de cacau com mais de 40% de cacau	0,30	
Chocolates e produtos à base de cacau com menos de 40% de cacau	0,20	
Cogumelos do gênero **Agaricus**, **Pleurotus** *e* **Lentinula** *ou* **Lentinus**	0,20	
Cogumelos, exceto os do gênero **Agaricus, Pleurotus e Lentinula ou Lentinus** Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Fungos cultivados: **Agrocybe, Grifola, Polyporus, Flammulina, Volvariella, Stropharia, Hericium, Tremella, Auricularia, Hipsizygus**. b) Fungos Silvestres: **Cantharellus, Tuber, Morchella, Boletus, Lactarius, Lepista, Gymnopilus, Russula, Cyttaria, Auricularia**. c) Outros.	0,05	
Creme de leite	0,20	
Crustáceos	0,50	No caso de lagosta e crustáceos grandes, no produto sem cabeça e tórax.
Fígado de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral	0,50	
Fórmula pediátrica para nutrição enteral	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas de nutrientes apresentadas ou indicadas para recém-nascidos de alto risco	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis para lactentes	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Frutas frescas de bagos e pequenas	0,05	Após lavagem.
Frutas frescas, excluídas as de bagos e pequenas	0,05	Após lavagem.
Gelos comestíveis	0,05	
Hastes Jovens e Pecíolos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: - Alcachofra, **Cynara scolymus L.** - Aipo, **Apium graveolens** L. - Broto de bambu, **Bambusa vulgaris Schrad. ex J.C. Wendl**.	0,10	Após lavagem.

- Cardo, **Cynara cardunculus L.** - Aspargo, **Asparagus officinalis L.** - Funcho, **Foeniculum vulgare Mill** - Palmitos, **Euterpa oleracea Mart, Cocos nucifera L., Bactris gasipaes Kunth, Daemonorops spp.** - Alho-poró, **Allium porrum L.** - Ruibarbo, **Rheum rhabarbarum L.** - Outros.		
Hortaliças do gênero Brássica, excluídas as de folhas soltas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Inflorescências: - Couve-flor, **Brassica oleracea L. subvar. cauliflora (Garsault) DC** - Brócolis (Caroços verdes ou violetas): 1) italiano (ou ramoso), **Brassica oleracea var. italica Plenck.** 2) de cabeça ou francês, **Brassica oleracea L. subvar. cymosa Duchesne** - Nabo, **Brassica napus L.** - Outros. b) Repolho ou folhas arrepolhadas - Couve-crespa, **Brassica oleracea L. var. sabauda L.** - Couve-de-bruxelas, **Brassica oleracea L. var. gemmifera (DC.) Zenker.** - Couve-Chinesa, **Brassica rapa L. var. glabra Regel.** - Outros. c) Talo carnoso - Couve-rábano, talo de cor branca ou violeta de **Brassica oleracea L. var. gongyloides L.**	0,05	Após lavagem.
Hortaliças de folha, incluídas as Brássicas de folhas soltas, e ervas aromáticas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Alface e outras folhas, incluindo as **Brassicaceae** de folhas. - Azedinha, **Rumex acetosa L.** - Almeirão, **Cichorium intybus L.** - Amaranto, **Amaranthus caudatus L., Amaranthus hybridus L. subsp. cruentus (L.) Thell., Amaranthus hybridus L. subsp. hybridus e Amaranthus mantegazzianus Pass.** - Erva de Santa-Bárbara, **Barbarea verna (Mill.) Asch** - Mastruço, **Lepidium sativum L.** - Alface-da-terra, **Valerianella olitoria (L.) Pollich.** - Repolho verde, **Brassica oleracea L. subvar. palmifolia DC.** - Dente de leão, **Taraxacum officinale F. H. Wigg** - Endívia, **Cichorium endívia L.** - Alface, **Lactuca sativa L.** - Erva de santa maria, **Lepidium didymum L.** - Mostarda, **Brassica juncea (L) Czern** - Canola, **Brassica napus L.** - Acelga chinesa, **Brassica rapa L. var. chinensis (L.) Kitam.** - Chicória, chicória roxa e chicória vermelho, **Cichorium intybus L.** - Rúcula, **Eruca vesicaria (L.) Cav. subsp. sativa (Mill.) Thell.** - Outros. b) Espinafre e similares - Beterraba, **Beta vulgaris subsp. cicla (L.) W. D. J. Koch** - Espinafre, **Spinacea oleracea L.** - Beldroega, **Portulaca oleracea L.** - Outras. c) Folhas de videiras - Uva, **Vitis vinífera L.** d) Agrião d'água - Agrião, **Rorippa nasturtium-aquaticum (L.) Hayek** e) Ervas aromáticas - Manjericão, **Ocimum basilicum L.** - Cebolinha, **Allium fistulosum L.** e **Allium schoenoprasum** - Estragão, **Artemisia dracunculus L.** - Loreiro ou louro, **Laurus nobilis L.** - Orégano, **Origanum vulgare L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Alecrim, **Rosmarinus officinalis L.** - Sálvia, **Salvia officinalis L.** - Tomilho, **Thymus vulgaris L.** - Outros.	0,20	Após lavagem.
Hortaliças frutos com folhas em bainha Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Alhos, **Allium sativum L.** - Cebola, **Allium cepa L.** - Cebola verde e fresca (cebolinha), **Allium cepa L.** - Chalota, **Allium escalonicum L.** - Outros.	0,05	Após lavagem.
Hortaliças frutos da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) **Cucurbitaceae** de casca comestível: - Abobrinha, **Cucurbita pepo L.** - Chuchu, **Sechium edule (Jacq) Sw** - Pepinos, **Cucumis sativus L.** - Outros. b) **Cucurbitaceae** de casca não comestível: - Kino (Pepino africano), **Cucumis metuliferus E. Mey ex Naud** - Melão, **Cucumis melo L.** - Melancia, **Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum & Nakai** - Abóbora, **Cucurbita maxima Duch, Cucurbita moschata Duch e Cucurbita mixta Pangalo.** - Outros.	0,05	Após lavagem.
Hortaliças frutos distintas da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Solanácea: - Berinjela, **Solanum melongena L.** - Quiabo**, Abelmoschus esculentus (L.) Moench.** - Pimenta, **Capsicum annuum L.** - Tomate, **Lycopersicon esculentum Mill.** - Outros. b) Milho: - Milho ou milho doce, **Zea mays L. var. saccharata (Sturtev.) L.H. Bailey** - Outros.	0,05	Após lavagem.
Hortaliças leguminosas Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Feijão, **Phaseolus vulgaris L.** - Fava, **Vicia faba L.** - Feijão, **Phaseolus L.e Vigna Savi:** 1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi,**Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Legumes (sementes secas das leguminosas), exceto soja Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Magalo bravo, **Lablab purpureus (L.) Sweet.** - Grão-de-bico, **Cicer arietinum** L. - Fava, **Vicia faba L.** - Lentilhas, **Lens culinaris Medik. var. macrosperma (Baumg.) N. F. Mattos.** - Tremoços, **Lupinus albus L.** (tremoços comum), o **Lupinus luteus L.** (tremoços amarelo) e o **Lupinus angustifolius L.** (tremoços azul) - Feijão, **Phaseolus L.** e **Vigna savi**	0,10	

1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi, **Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.		
Leite condensado e doce de leite	0,10	
Leite fluído e produtos lácteos sem adição, sem diluir nem concentrar	0,05	
Mel	0,10	
Moluscos bivalves	2,00	
Moluscos cefalópodes	2,00	No produto eviscerado.
Outros alimentos especialmente formulados para lactentes e crianças de primeira infância	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Outros peixes crus, congelados ou refrigerados	0,05	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Pasta de cacau	0,30	
Peixes bonito, carapeba, enguia, tainha, jurel, imperador, cavala, sardinha, atum e linguado crus, congelados ou refrigerados	0,10	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Peixes espada e anchova crus, congelados ou refrigerados	0,30	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Peixe melva crua, congelada ou refrigerada	0,20	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Queijos	0,50	
Raízes e tubérculos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Batatas - Batata, **Solanum tuberosum L.** - Batata indígena, **Solanum tuberosum L. subsp. andigena (Juz. & Bukasov) Hawkes** e outras espécies de **Solanum** Sect**. Tuberarium (Dunal) Bitter** b) Raízes e tubérculos tropicais - Araruta, **Maranta arundinacea L.** - Batata doce, **Ipomoea batatas (L.) Lam.** - Mandioca, **Manihot esculenta Crantz.** - Inhame, Dioscorea polystachya **Turcz.** - Girassol batateiro, **Helianthus tuberosus L.** - Yacon, **Smallanthus sonchifolius (Poepp.) H. Rob.** - Outros. c) Outras raízes e tubérculos - Angélica, **Angelica archangelica L.** - Aipo, **Apium graveolens L. var. rapaceum D.C** - Junça, Cyperus esculentus **L.** - Couve-rábano, **Brassica napus L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Nabo, **Brassica rapa** L. - Chirívia, **Pastinaca sativa L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Rabanete, **Raphanus sativus L.** - Raíz-forte, Armoracia rusticana G. Gaertn et al. - Beterraba, **Beta vulgaris L. subsp. Vulgaris** - Nabo, **Brassica napus L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Cercefi, **Tragopogon porrifolius L.** (Cercefi branco) e **Scorzonera hispânica L.** (Cercefi preto) - Inhame, **Colocasia esculenta (L.) Schott** - Cenoura, **Daucus carota L.** - Outros.	0,10	

Rins de bovinos, ovinos, suínos, caprinos	1,00	
Sal para consumo humano	0,50	
Sardinha enlatada	0,25	
Soja em grãos	0,20	
Sorvetes à base de frutas	0,05	
Sorvetes de água saborizados	0,01	
Sorvetes de leite ou creme	0,05	
Sucos e néctares de frutas	0,05	
Trigo e seus derivados, exceto óleo	0,20	
Vinho	0,01	Expresso em mg/L

1.3 Chumbo

Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Açúcares	0,10	
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	0,05	
Alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância	0,15	
Arroz e seus derivados, exceto óleo	0,20	
Azeitonas de mesa	0,50	
Balas, caramelos e similares, incluindo goma de mascar	0,10	
Bebidas alcoólicas fermentadas e fermento-destiladas, exceto vinho	0,20	
Bebidas não alcoólicas, excluídos os sucos e néctares de frutas	0,05	
Café solúvel em pó ou granulado	1,00	
Café torrado em grãos e pó	0,50	
Carnes de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral, derivados crus, congelados ou refrigerados, embutidos e empanados crus	0,10	
Castanhas, incluindo nozes, pistaches, avelãs, macadâmia e amêndoas	0,80	
Cereais e produtos de e à base de cereais, excluídos trigo, arroz e seus produtos derivados e óleos	0,20	
Chá, erva-mate e outros vegetais para infusão	0,60	
Chocolates e produtos à base de cacau com mais de 40 % de cacau	0,40	
Chocolates e produtos à base de cacau com menos de 40 % de cacau	0,20	
Cogumelos do gênero **Agaricus**, **Pleurotus** *e* **Lentinula** *ou* **Lentinus**	0,30	
Cogumelos, exceto os do gênero **Agaricus, Pleurotus e Lentinula ou Lentinus** Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Fungos cultivados: **Agrocybe, Grifola, Polyporus, Flammulina, Volvariella, Stropharia, Hericium, Tremella, Auricularia, Hipsizygus**. b) Fungos Silvestres: **Cantharellus, Tuber, Morchella, Boletus, Lactarius, Lepista, Gymnopilus, Russula, Cyttaria, Auricularia**. c) Outros.	0,10	
Compotas, geleias, marmeladas e outros doces à base de frutas e hortaliças	0,20	
Concentrados de tomate	0,50	
Creme de leite	0,10	
Crustáceos	0,50	No caso de lagosta e crustáceos grandes, no produto sem cabeça e tórax.
Fígado de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves de curral	0,50	

Fórmula pediátrica para nutrição enteral	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas de nutrientes apresentadas ou indicadas para recém-nascidos de alto risco	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Fórmulas infantis para lactentes	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Frutas frescas de bagos e pequenas	0,20	Após lavagem.
Frutas frescas, excluídas as de bagos e pequenas	0,10	Após lavagem.
Gelos comestíveis	0,01	
Hastes Jovens e Pecíolos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: - Alcachofra, **Cynara scolymus L.** - Aipo, **Apium graveolens** L. - Broto de bambu, **Bambusa vulgaris Schrad. ex J.C. Wendl**. - Cardo, **Cynara cardunculus L.** - Aspargo, **Asparagus officinalis L.** - Funcho, **Foeniculum vulgare Mill** - Palmitos, **Euterpa oleracea Mart, Cocos nucifera L., Bactris gasipaes Kunth, Daemonorops spp.** - Alho-poró, **Allium porrum L.** - Ruibarbo, **Rheum rhabarbarum L.** - Outros.	0,20	Após lavagem.
Hortaliças do gênero Brássica, excluídas as de folhas soltas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Inflorescências: - Couve-flor, **Brassica oleracea L. subvar. cauliflora (Garsault) DC** - Brócolis (Caroços verdes ou violetas): 1) italiano (ou ramoso), **Brassica oleracea var. italica Plenck.** 2) de cabeça ou francês, **Brassica oleracea L. subvar. cymosa Duchesne** - Nabo, **Brassica napus L.** - Outros. b) Repolho ou folhas arrepolhadas - Couve-crespa, **Brassica oleracea L. var. sabauda L.** - Couve-de-bruxelas, **Brassica oleracea L. var. gemmifera (DC.) Zenker.** - Couve-Chinesa, **Brassica rapa L. var. glabra Regel.** - Outros. c) Talo carnoso - Couve-rábano, talo de cor branca ou violeta de **Brassica oleracea L. var. gongyloides L.**	0,30	Após lavagem.
Hortaliças de folha, incluídas as Brássicas de folhas soltas, e ervas aromáticas Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Alface e outras folhas, incluindo as **Brassicaceae** de folhas. - Azedinha, **Rumex acetosa L.** - Almeirão, **Cichorium intybus L.** - Amaranto, **Amaranthus caudatus L., Amaranthus hybridus L. subsp. cruentus (L.) Thell., Amaranthus hybridus L. subsp. hybridus e Amaranthus mantegazzianus Pass.** - Erva de Santa-Bárbara, **Barbarea verna (Mill.) Asch** - Mastruço, **Lepidium sativum L.** - Alface-da-terra, **Valerianella olitoria (L.) Pollich.** - Repolho verde, **Brassica oleracea L. subvar. palmifolia DC.** - Dente de leão, **Taraxacum officinale F. H. Wigg** - Endívia, **Cichorium endívia L.** - Alface, **Lactuca sativa L.** - Erva de santa maria, **Lepidium didymum L.** - Mostarda, **Brassica juncea (L) Czern** - Canola, **Brassica napus L.** - Acelga chinesa, **Brassica rapa L. var. chinensis (L.) Kitam.** - Chicória, chicória roxa e chicória vermelho, **Cichorium intybus L.** - Rúcula, **Eruca vesicaria (L.) Cav. subsp. sativa (Mill.) Thell.** - Outros. b) Espinafre e similares - Beterraba, **Beta vulgaris subsp. cicla (L.) W. D. J. Koch** - Espinafre, **Spinacea oleracea L.** - Beldroega, **Portulaca oleracea L.** - Outras. c) Folhas de videiras - Uva, **Vitis vinífera L.** d) Agrião d'água - Agrião, **Rorippa nasturtium-aquaticum (L.) Hayek** e) Ervas aromáticas - Manjericão, **Ocimum basilicum L.** - Cebolinha, **Allium fistulosum L.** e **Allium schoenoprasum** - Estragão, **Artemisia dracunculus L.** - Loreiro ou louro, **Laurus nobilis L.** - Orégano, **Origanum vulgare L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Alecrim, **Rosmarinus officinalis L.** - Sálvia, **Salvia officinalis L.** - Tomilho, **Thymus vulgaris L.** - Outros.	0,30	Após lavagem.
Hortaliças frutos com folhas em bainha Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Alhos, **Allium sativum L.** - Cebola, **Allium cepa L.** - Cebola verde e fresca (cebolinha), **Allium cepa L.** - Chalota, **Allium escalonicum L.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Hortaliças frutos da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) **Cucurbitaceae** de casca comestível: - Abobrinha, **Cucurbita pepo L.** - Chuchu, **Sechium edule (Jacq) Sw** - Pepinos, **Cucumis sativus L.** - Outros. b) **Cucurbitaceae** de casca não comestível: - Kino (Pepino africano), **Cucumis metuliferus E. Mey ex Naud** - Melão, **Cucumis melo L.** - Melancia, **Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum & Nakai** - Abóbora, **Cucurbita maxima Duch, Cucurbita moschata Duch e Cucurbita mixta Pangalo.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Hortaliças frutos distintas da família **Cucurbitaceae** Esta categoria inclui as seguintes espécies: a) Solanácea: - Berinjela, **Solanum melongena L.** - Quiabo**, Abelmoschus esculentus (L.) Moench.** - Pimenta, **Capsicum annuum L.** - Tomate, **Lycopersicon esculentum Mill.** - Outros. b) Milho: - Milho ou milho doce, **Zea mays L. var. saccharata (Sturtev.) L.H. Bailey** - Outros.	0,10	Após lavagem.

Hortaliças leguminosas Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Feijão, **Phaseolus vulgaris L.** - Fava, **Vicia faba L.** - Feijão, **Phaseolus L.e Vigna Savi:** 1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi,**Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.	0,10	Após lavagem.
Legumes (sementes secas das leguminosas), exceto soja Esta categoria inclui as seguintes espécies: - Ervilha, **Pisum sativum L.** - Magalo bravo, **Lablab purpureus (L.) Sweet.** - Grão-de-bico, **Cicer arietinum** L. - Fava, **Vicia faba L.** - Lentilhas, **Lens culinaris Medik. var. macrosperma (Baumg.) N. F. Mattos.** - Tremoços, **Lupinus albus L.** (tremoços comum), o **Lupinus luteus L.** (tremoços amarelo) e o **Lupinus angustifolius L.** (tremoços azul) - Feijão, **Phaseolus L.** e **Vigna savi** 1) Feijão alubia, feijão branco oval, feijão preto, feijão colorado, **Phaseolus L.** 2) Feijão manteiga, **Phaseolus lunatus L.** 3) Feijão-da-espanha, **Phaseolus coccineus L.** 4) Feijão azuki, **Vigna angularis (Willd) Ohiwi & H. Ohashi** 5) Feijão mungo, **Vigna radiata (L.) R. Wilczek.** 6) Feijão caupi, **Vigna unguiculata (L.) Walp.** - Outros.	0,20	
Leite condensado e doce de leite	0,20	
Leite fluído pronto para o consumo e produtos lácteos sem adição, sem diluir nem concentrar	0,02	
Mel	0,30	
Miúdos comestíveis, exceto fígado e rins	0,50	
Moluscos bivalves	1,50	
Moluscos cefalópodes	1,00	No produto eviscerado.
Óleos e Gorduras comestíveis de origem vegetal e ou animal (incluindo margarina)	0,10	
Outros alimentos especialmente formulados para lactentes e crianças de primeira infância	0,01	No alimento pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante, quando for o caso.
Ovos e produtos de ovos	0,10	
Pasta de cacau	0,50	
Peixes crus, congelados ou refrigerados	0,30	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Queijos	0,40	
Raízes e tubérculos Esta categoria inclui os seguintes gêneros: a) Batatas - Batata, **Solanum tuberosum L.** - Batata indígena, **Solanum tuberosum L. subsp. andigena (Juz. & Bukasov) Hawkes** e outras espécies de **Solanum** Sect**. Tuberarium (Dunal) Bitter** b) Raízes e tubérculos tropicais - Araruta, **Maranta arundinacea L.** - Batata doce, **Ipomoea batatas (L.) Lam.** - Mandioca, **Manihot esculenta Crantz.** - Inhame, **Dioscorea polystachya Turcz.** - Girassol batateiro, **Helianthus tuberosus L.** - Yacon, Smallanthus sonchifolius **(Poepp.) H. Rob.** - Outros. c) Outras raízes e tubérculos - Angélica, **Angelica archangelica L.** - Aipo, **Apium graveolens L. var. rapaceum D.C** - Junça, Cyperus esculentus **L.** - Couve-rábano, **Brassica napus L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Nabo, **Brassica rapa** L. - Chirívia, **Pastinaca sativa L.** - Salsa, **Petroselinum crispum Mill. Fuss.** - Rabanete, Raphanus sativus **L.** - Raíz-forte, **Armoracia rusticana G. Gaertn et al.** - Beterraba, **Beta vulgaris L. subsp. Vulgaris** - Nabo, Brassica napus **L. var. napobrassica (L.) Rchb** - Cercefi, **Tragopogon porrifolius L.** (Cercefi branco) e **Scorzonera hispânica L.** (Cercefi preto) - Inhame, **Colocasia esculenta (L.) Schott** - Cenoura, Daucus carota L. - Outros.	0,10	
Rins de bovinos, ovinos, suínos, caprinos	0,50	
Sal para consumo humano	2,00	
Soja em grãos	0,20	
Sorvetes à base de fruta	0,07	
Sorvetes de água saborizados	0,05	
Sorvetes de leite ou creme	0,10	
Sucos e néctares de frutas	0,05	
Trigo e seus derivados, exceto óleo	0,20	
Vinho	0,15	Expresso em mg/L

1.4 Cobre

Alimentos ou categorias de alimentos	LMT (mg/kg)	Notas
Amêndoa de cacau	40,0	
Bebidas alcoólicas	5,0	
Café em grão sem casca	30,0	
Caramelos, balas e similares	10,0	
Castanhas, incluindo nozes, pistaches, avelãs, macadâmia e amêndoas	30,0	
Compotas ou doces de frutas em calda	10,0	
Culturas agrícolas em que agrotóxicos à base de cobre tenham sido autorizados, exceto cacau e café	10,0	
Doce de leite	10,0	
Doces em massa ou em pasta	10,0	
Frutas, hortaliças e sementes oleaginosas *in natura* e industrializadas	10,0	
Gelados comestíveis	10,0	
Gordura anidra de leite	0,05	
Lactose	2,0	

Mel	10,0	
Óleos e gorduras virgens, exceto azeites de oliva	0,4	
Óleos, gorduras e emulsões refinados e azeites de oliva virgem e refinados	0,1	
Produtos de caseína	5,0	
Queijos de média e baixa umidade	10,0	
Sal para consumo humano	2,0	
1.5 Cromo		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Balas e similares à base de gelatina	1,0	
Gelatinas e colágenos	10,0	
Pós para preparo de sobremesa de gelatina	1,0	
1.6 Mercúrio total		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Crustáceos	0,50	No caso de lagosta e crustáceos grandes, no produto sem cabeça e tórax.
Moluscos bivalves	0,50	
Moluscos cefalópodes	0,50	No produto eviscerado.
Peixes predadores	1,00	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
Peixes, exceto predadores	0,50	No produto inteiro, caso o produto seja destinado ao consumo inteiro. Nos demais casos, no produto eviscerado, sem cabeça e sem tórax.
1.7 Estanho		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mg/kg)**	**Notas**
Alimentos enlatados, exceto bebidas	250	
Alimentos infantis enlatados	50	LMT para estanho inorgânico.
Bebidas enlatadas, incluídos os sucos de frutas e sucos de verduras	150	

ANEXO II

LIMITES MÁXIMOS TOLERADOS PARA MICOTOXINAS EM ALIMENTOS

2.1 Aflatoxina M1		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Leite em pó	5	
Leite fluído	0,5	
Queijos	2,5	
2.2 Aflatoxinas B1 + B2 + G1 + G2		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	1	
Amêndoas de cacau	10	
Amendoim com casca, descascado, cru ou tostado, pasta de amendoim ou manteiga de amendoim	20	
Castanha-do-Brasil com casca para consumo direto	20	
Castanha-do-Brasil sem casca para consumo direto	10	
Castanha-do-Brasil sem casca para processamento posterior	15	
Castanhas, exceto Castanha-do-Brasil, incluindo nozes, pistaches, avelãs e amêndoas	10	
Cereais e produtos de cereais, exceto milho e derivados, incluindo cevada maltada	5	
Especiarias: - **Capsicum spp.**, o fruto seco, inteiro ou triturado, incluindo pimentas, pimenta em pó, pimenta de caiena e pimentão-doce; - **Piper spp.**, o fruto, incluindo a pimenta branca e a pimenta preta; - **Myristica fragrans**, noz-moscada; - **Zingiber officinale**, gengibre; - **Curcuma longa**, cúrcuma; - Misturas de especiarias que contenham uma ou mais das especiarias acima indicadas.	20	
Feijões e outras sementes secas das leguminosas	5	
Fórmulas infantis para lactentes e fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância	1	No alimento tal como ofertado ao consumidor.
Frutas desidratadas e secas	10	
Milho, milho em grão inteiro, partido, amassado ou moído, farinhas ou sêmolas de milho	20	
Produtos de cacau e chocolate	5	
2.3 Desoxinivalenol (DON)		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	200	
Arroz beneficiado e derivados	750	
Farinha de trigo, grão de cevada, cevada maltada, massas, crackers, biscoitos de água e sal, outros produtos de panificação, e outros cereais e produtos de cereais, exceto os de arroz e trigo integral	1000	
Trigo integral, trigo para quibe, farinha de trigo integral e farelo de trigo	1250	
Trigo, milho e cevada em grãos para posterior processamento	2000	
2.4 Fumonisinas (B1 + B2)		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Alimentos à base de milho para alimentação infantil (lactentes e criança de primeira infância)	200	
Amido de milho e outros produtos à base de milho	1000	
Farinha de milho, creme de milho, fubá, flocos, canjica, canjiquinha	1500	
Milho de pipoca	2000	
Milho em grão para posterior processamento	5000	
2.5 Ocratoxina A		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	2	
Amêndoa de cacau	10	
Café torrado (moído ou em grão) e café solúvel	10	
Cereais e produtos de cereais, incluindo cevada maltada	10	
Cereais para posterior processamento, incluindo grão de cevada	20	
Especiarias: - **Capsicum spp.**, o fruto seco, inteiro ou triturado, incluindo pimentas, pimenta em pó, pimenta de caiena e pimentão-doce; - **Piper spp.**, o fruto, incluindo a pimenta branca e a pimenta preta; - **Myristica fragrans**, noz-moscada; - **Zingiber officinale**, gengibre; - **Curcuma longa**, cúrcuma; - Misturas de especiarias que contenham uma ou mais das especiarias acima indicadas.	30	
Feijões e outras sementes secas das leguminosas	10	
Frutas secas e desidratadas	10	
Produtos de cacau e chocolate	5	
Suco de uva e polpa de uva	2	
Vinho e seus derivados	2	Expresso em mcg/L
2.6 Patulina		
Alimentos ou categorias de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Suco de maçã e polpa de maçã	50	
2.7 Zearalenona		

Alimentos ou categorias de alimentos	LMT (mcg/kg)	Notas
Alimentos à base de cereais para alimentação infantil (lactentes e crianças de primeira infância)	20	
Arroz beneficiado e derivados	100	
Arroz integral	400	
Farelo de arroz	600	
Farinha de trigo, massas, crackers e produtos de panificação, cereais e produtos de cereais, exceto trigo e arroz e incluindo cevada maltada.	100	
Milho de pipoca, canjiquinha, canjica, produtos e subprodutos à base de milho	150	
Milho em grão e trigo para posterior processamento	400	
Trigo integral, farinha de trigo integral, farelo de trigo	200	

ANEXO III
LIMITES MÁXIMOS TOLERADOS DE OUTROS CONTAMINANTES EM ALIMENTOS

3.1 Benzo(a)pireno		
Alimento/Categoria de alimentos	**LMT (mcg/kg)**	**Notas**
Óleo de bagaço de oliva e ou caroço de oliva	2,0	
3.2 Dioxinas (PCDD), furanos (PCDF) e bifenilas policoradas (PCB)		
Alimento/Categoria de alimentos	**LMT (pg/g)**	**Notas**
Carne de bovinos	4,0	LMT de 4,0 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 2,5 pg/g para soma de PCDD e PCDF. LMT aplicáveis sobre o teor de gordura.
Carne de suínos	1,25	LMT de 1,25 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 1,0 pg/g para soma de PCDD e PCDF. LMT aplicáveis sobre o teor de gordura.
Carne de aves	3,0	LMT de 3,0 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 1,75 pg/g para soma de PCDD e PCDF. LMT aplicáveis sobre o teor de gordura.
Leite	5,5	LMT de 5,5 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 2,5 pg/g para soma de PCDD e PCDF. LMT aplicáveis sobre o teor de gordura.
Pescado	6,5	LMT de 6,5 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 3,5 pg/g para soma de PCDD e PCDF. Limites aplicáveis sobre o músculo.
Ovos	5,0	LMT de 5,0 pg/g para soma de PCDD, PCDF e PCB. LMT de 2,5 pg/g para soma de PCDD e PCDF. LMT aplicáveis sobre o teor de gordura.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 161, DE 1º DE JULHO DE 2022

Estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV aliado ao art. 187, VII do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 724, de 1º de julho de 2022, as listas de padrões microbiológicos de alimentos.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I - alimento comercialmente estéril: alimento com atividade de água acima de 0,85, exceto bebidas alcoólicas, não adicionado de conservadores, exceto carnes curadas enlatadas, submetido a esterilidade comercial e acondicionado em embalagem hermética, estável à temperatura ambiente;

II - alimento estável à temperatura ambiente: alimento que, devido à sua natureza, mantém a segurança e características originais, mesmo quando armazenado em temperatura ambiente, desde que a integridade da embalagem seja mantida;

III - alimento preparado pronto para o consumo: alimento manipulado e preparado em serviço de alimentação, exposto à venda embalado ou não;

IV - alimento pronto para o consumo: alimento proveniente da indústria de alimentos que não requer a adição de outros ingredientes, e para o qual não há indicação, previamente ao consumo, da necessidade de tratamento térmico efetivo ou outro processo de eliminação ou de redução de micro-organismos de preocupação à saúde humana a níveis seguros;

V - alimento semielaborado: alimento proveniente da indústria de alimentos que não requer adição de outros ingredientes, e para o qual há indicação, previamente ao consumo, da necessidade de tratamento térmico efetivo ou outro processo de eliminação, ou de redução de micro-organismos de preocupação à saúde humana a níveis seguros;

VI - embalagem hermética: embalagem fechada com a finalidade de conferir integridade ao alimento, protegendo-o contra a entrada de micro-organismos;

VII - esterilidade comercial: condição atingida por aplicação de calor suficiente, isolado ou em combinação com outros tratamentos apropriados ou tecnologia equivalente, para tornar o alimento isento de micro-organismos capazes de se reproduzir em condição ambiente de armazenamento e distribuição do produto;

VIII - tratamento térmico efetivo: tratamento térmico realizado previamente ao consumo dos alimentos até que seu ponto frio atinja a temperatura de 75ºC ou combinação tempo-temperatura equivalente, comprovadamente eficaz na redução de formas vegetativas de micro-organismos de preocupação à saúde humana a níveis seguros; e

IX - ultra alta temperatura (UAT) ou ultra high temperature (UHT): processo utilizado para esterilização comercial de alimentos por meio do aquecimento a temperaturas elevadas e, imediatamente, do resfriamento.

Art. 3º O Anexo I estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos, com exceção dos alimentos comercialmente estéreis.

Parágrafo único. Na aplicação dos padrões microbiológicos de que trata o caput desse artigo, devem ser observados os seguintes critérios:

I - para os produtos que não estejam explicitamente categorizadas nas categorias gerais e específicas, deve ser considerada a similaridade da natureza do alimento e do processo de fabricação;

II - para os produtos cárneos mistos das categorias 5 e 6, devem ser cumpridos os padrões microbiológicos da categoria específica menos restritiva;

III - para as categorias específicas a e b da categoria 5, quando houver identificação de salmonela monofásica, Salmonella (1,4[5],12:-:1,2) ou Salmonella (1,4[5],12:i:-), o resultado deve ser interpretado como positivo para Salmonella Typhimurium;

IV - para as categorias 9, 15 e 22, o limite de detecção do método para enterotoxinas estafilocócicas deve ser menor ou igual a 1 nanograma por grama (ng/g);

V - para a categoria 24:

a) caso o resultado para coliformes totais seja "Presença em 250mL", deve ser realizada a pesquisa de Escherichia coli em 250 mL; e

b) caso o resultado para esporos de clostrídios sulfito redutores seja "Presença em 50 mL", deve ser realizada a pesquisa de esporos de Clostridium perfringens em 50 mL.

VI - para as categorias específicas de carne suína crua da categoria 6, deve ser cumprido o padrão microbiológico de Salmonella spp. constante do Anexo IV desta Instrução Normativa, até adequação aos requisitos de instruções de preparo, uso e conservação obrigatórias estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, ou outra que lhe vier a substituir;

Art. 4º O Anexo II estabelece os padrões microbiológicos de Listeria monocytogenes dos alimentos prontos para o consumo.

Parágrafo único. Excetuam-se da necessidade de pesquisa regular de Listeria monocytogenes os alimentos que se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - prazo de validade menor do que 5 dias;

II - pH menor ou igual a 4,4;

III - atividade de água menor ou igual a 0,92;

IV - pH menor ou igual a 5,0 e atividade de água menor ou igual a 0,94;

V - produtos que tenham recebido tratamento térmico efetivo ou outro processo equivalente para eliminação Listeria monocytogenes e cuja recontaminação após este tratamento não seja possível, tais como os produtos tratados termicamente em sua embalagem final;

VI - frutas e hortaliças frescas, inteiras e não processadas, excluindo sementes germinadas;

VII - pães, biscoitos e produtos similares;

VIII - águas envasadas, águas carbonatadas, refrigerantes, cervejas, cidras, vinhos e produtos similares;

IX - açúcares e produtos para adoçar;

X - mel;

XI - chocolate e produtos de cacau;

XII - balas, bombons e gomas de mascar; ou

XIII - moluscos bivalves vivos.

Art. 5º O Anexo III estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos comercialmente estéreis, incluindo o leite e seus derivados UAT (UHT), as fórmulas infantis líquidas comercialmente estéreis e as fórmulas enterais líquidas comercialmente estéreis.

Art. 6º Revogam-se as seguintes disposições:

I - Instrução Normativa - IN nº 60, de 23 de dezembro de 2019, publicada no DOU nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 133;

II - Instrução Normativa - IN nº 79, de 15 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 75; e

III - Instrução Normativa - IN nº 110, de 01 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 226, de 2 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 172.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1° de setembro de 2022.

Parágrafo único. As fórmulas para nutrição enteral fabricadas até 25 de janeiro de 2021 deverão cumprir os padrões microbiológicos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001, até o fim de seus prazos de validade.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

PADRÕES MICROBIOLÓGICOS PARA ALIMENTOS, COM EXCEÇÃO DOS ALIMENTOS COMERCIALMENTE ESTÉREIS

1. FRUTAS E DERIVADOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) "In natura", inteiras, selecionadas ou não	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10^2	10^3
b) Preparadas (inteiras, descascadas ou fracionadas), sanificadas, refrigeradas ou congeladas	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
c) Branqueadas ou cozidas	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10^2	10^3
d) Secas, desidratadas ou liofilizadas	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
e) Polpas e purês	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
f) Doces em pasta ou massa e similares, incluindo geleias e doces em calda	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
g) Fritos ou assados, com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	20
2. HORTALIÇAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, FUNGOS COMESTÍVEIS E DERIVADOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) "In natura", inteiros, selecionados ou não	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10^2	10^3
b) Preparados (inteiros, descascados ou fracionados), sanificados, branqueados, refrigerados ou congelados, que não necessitam de tratamento térmico efetivo, previamente ao consumo	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
c) Preparados (inteiros, descascados ou fracionados), sanificados, branqueados, pré-fritos, refrigerados ou congelados, que necessitam de tratamento térmico efetivo previamente ao consumo	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	3	5x10	$5x10^2$
d) Secos, desidratados ou liofilizados	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
e) Polpas e purês	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
f) Em pasta ou massa e similares, incluindo geleias e doces em calda	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
g) Fritos ou assados, com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	20
3. NOZES, AMÊNDOAS E SEMENTES COMESTÍVEIS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Nozes, amêndoas, castanhas, amendoins, nibs de cacau, sementes comestíveis, adicionadas ou não de outros ingredientes, com coberturas ou não, para consumo direto	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
b) Coco ralado, farinhas, farelos, pastas e paçoca de nozes, amêndoas, castanhas, amendoim, sementes leguminosas e sementes comestíveis, adicionadas ou não de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
c) Barras de nozes, amêndoas, castanhas, amendoim, sementes leguminosas e sementes comestíveis, adicionadas ou não de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	$5x10^2$	10^4
4. OUTROS PRODUTOS VEGETAIS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Vegetais em conserva, acidificados (pH menor ou igual a 4,5), com líquido de cobertura, adicionados de conservadores, não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10_2	10^3
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
b) Vegetais em conserva, com líquido de cobertura, refrigerados, não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10^2	10^3
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
c) Tofu, sufu e similares, refrigerados	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
d) Proteínas vegetais texturizadas com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
5. CARNE DE AVES					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Carnes ou miúdos crus, temperados ou não, refrigerados ou congelados	**Salmonella Enteritidis**/25g	5	0	Aus	-
	Salmonella Typimurium/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	3	$5x10^2$	$5x10^3$
	Aeróbios mesófilos/g, exceto miúdos	5	3	10^5	10^6
	Aeróbios mesófilos/g, somente para miúdos	5	3	$5x10^5$	$5x10^6$
b) Produtos cárneos crus à base de carne moída ou picada de aves, temperados ou não, embutidos ou não, refrigerados ou congelados (hamburgueres, almôndegas, empanados crus de rotisseria, linguiças frescais)	**Salmonella Enteritidis**/25g	5	0	Aus	-
	Salmonella Typhimurium/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	3	$5x10^2$	$5x10^3$
	Aeróbios mesófilos/g	5	3	10^5	10^6
c) Produtos cárneos semielaborados, temperados ou não, empanados refrigerados ou congelados (nuggets, steaks, fingers)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^4
	Escherichia coli/g	5	3	5x10	$5x10^2$
	Aeróbios mesófilos/g	5	3	10^4	10^5
d) Produtos cárneos cozidos inteiros ou em cortes, defumados ou não, embutidos ou não (mortadela, salsicha, presunto, fiambre, patês, galantines)	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Clostridium perfringens/g	5	1	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	menor 10	10^2
6. CARNE BOVINA, SUÍNA E OUTRAS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Carnes cruas, maturadas ou não, temperadas ou não, refrigeradas ou congeladas, embaladas a vácuo ou não, miúdos, toucinho e pele	**Salmonella**/25g, para carne bovina e outras carnes	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g, para carne suína	5	1	Aus	-
	Escherichia coli/g, para carne bovina e outras carnes	5	2	10	10^2
	Escherichia coli/g, para carne suína	5	3	10^2	10^3
	Aeróbios mesófilos/g, exceto para miúdos	5	3	10^5	10^6
	Aeróbios mesófilos/g, somente para miúdos	5	3	$5x10^5$	$5x10^6$
b) Carne moída, produtos cárneos crus moldados, temperados ou não, refrigerados ou congelados (hamburgueres, almôndegas, quibes)	**Salmonella**/25g, para carne bovina e outras carnes	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g, para carne suína	5	1	Aus	-
	Escherichia coli/g, para carne suína	5	3	10^2	10^3
	Escherichia coli/g, para carne bovina e outras carnes	5	2	10	10^2
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^4
	Aeróbios mesófilos/g	5	3	10^5	10^6
c) Embutidos crus (linguiças frescais)	**Salmonella**/25g, para carne bovina e outras carnes	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g, para carne suína	5	1	Aus	-
	Escherichia coli/g, para carne suína	5	3	10^2	10^3
	Escherichia coli/g, para carne bovina e outras carnes	5	2	10	10^2
	Aeróbios mesófilos/g	5	3	10^5	10^6
d) Produtos cárneos maturados, dessecados (presuntos crus, copas, salames, linguiças dessecadas, charque, "jerked beef")	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 10	10^2
e) Carnes e produtos cárneos crus salgados miúdos internos, externos e pele	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 10	10^2
f) Produtos cárneos cozidos, curados ou não, defumados ou não, dessecados ou não, embutidos ou não, refrigerados ou não (mortadela, salsicha, presunto, fiambre, morcelas, patês, galantines)	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Clostridium perfringens/g	5	1	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 10	10^2
g) Gorduras e produtos gordurosos de origem animal (banha e bacon)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	$5x10^2$	$3x10^3$
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 10	10^2
7. PESCADOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Pescados (peixes, crustáceos, moluscos) e miúdos (ovas, moela, bexiga natatória) crus, temperados ou não, frescos, resfriados ou congelados	Histamina (mg/Kg), somente para peixes com elevado teor de histidina (**Carangidae, Gempylidae, Istiophoridae, Scombridae, Clupeidae, Engraulidae, Coryfenidae, Pomatomidae, Scombresosidae**)	O limite máximo de histaminas deve ser 100 mg/kg (cem miligramas por quilograma) de tecido muscular, tomando como base uma amostra composta por 9 (nove) unidades amostrais e nenhuma unidade amostral pode apresentar resultado superior a 200 mg/kg (duzentos miligramas por quilograma).			
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g, para produtos não consumidos crus	5	2	50	$5x10^2$
	Escherichia coli/g, para produtos consumidos crus	5	2	10	10^2
b) Moluscos bivalves vivos e equinodermas, tunicados e gastrópodos vivos, consumidos crus	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	1	2,3	7
c) Produtos à base de carne moída ou picada de pescados, temperados ou não, refrigerados ou congelados (hamburgueres, almôndegas, empanados crus, linguiças cruas)	Histamina (mg/Kg), somente para peixes com elevado teor de histidina (**Carangidae, Gempylidae, Istiophoridae, Scombridae, Clupeidae, Engraulidae, Coryfenidae, Pomatomidae, Scombresosidae**)	O limite máximo de histaminas deve ser 100 mg/kg (cem miligramas por quilograma) de tecido muscular, tomando como base uma amostra composta por 9 (nove) unidades amostrais e nenhuma unidade amostral pode apresentar resultado superior a 200 mg/kg (duzentos miligramas por quilograma).			
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	50	$5x10^2$
d) Pescados (peixes, crustáceos, moluscos) e miúdos (ovas, bexiga natatória) salgados ou salgado secos, anchovados ou em salmoura	Histamina (mg/Kg), somente para peixes com elevado teor de histidina (**Carangidae, Gempylidae, Istiophoridae, Scombridae, Clupeidae, Engraulidae, Coryfenidae, Pomatomidae, Scombresosidae**)	O limite máximo de histaminas deve ser 200 mg/kg (duzentos miligramas por quilograma) de tecido muscular, tomando como base uma amostra composta por 9 (nove) unidades amostrais e nenhuma unidade amostral pode apresentar resultado superior a 400 mg/kg (quatrocentos miligramas por quilograma).			
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 10	10^2
e) Pescados semielaborados desidratados, defumados ou não, empanados ou não, refrigerados ou congelados (nuggets, steaks, fingers)	Histamina (mg/Kg), somente para peixes com elevado teor de histidina (**Carangidae, Gempylidae, Istiophoridae, Scombridae, Clupeidae, Engraulidae, Coryfenidae, Pomatomidae, Scombresosidae**)	O limite máximo de histaminas deve ser 100 mg/kg (cem miligramas por quilograma) de tecido muscular, tomando como base uma amostra composta por 9 (nove) unidades amostrais e nenhuma unidade amostral pode apresentar resultado superior a 200 mg/kg (duzentos miligramas por quilograma).			
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^4
	Escherichia coli/g	5	3	50	$5x10^2$
8. OVOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Ovo íntegro cru (clara e gema)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
b) Gemas, claras, suas misturas ou derivados de ovos, pasteurizados, resfriados, congelados ou desidratados	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
c) Ovos em conserva, acidificados, com líquido de cobertura, adicionados de conservadores, não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10^2	10^3
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
d) Ovos em salmoura ou outros líquidos, mantidos sob refrigeração, não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10^2	10^3
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
9. LEITE E DERIVADOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Leites pasteurizados	**Enterobacteriaceae**/mL	5	0	10	-
b) Queijos	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g)	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g, para queijos ralado ou em pó	5	2	10^2	$5x10^2$
	Escherichia coli/g, para queijos com umidade abaixo de 46%	5	2	10	10^2
	Escherichia coli/g, para queijos com umidade igual ou acima de 46%	5	1	10^2	10^3
	Bolores e Leveduras/g, somente para queijos ralado ou em pó	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
c) Produtos lácteos processados fundidos, incluindo requeijão e misturas lácteas pastosas	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g)	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 3	10
d) Manteigas, gorduras lácteas, cremes de leite pasteurizado, misturas de manteiga com margarina	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10	10^2
	Escherichia coli/g	5	2	menor que 3	10
	Bolores e Leveduras/g	5	2	10^3	10^4
e) Produtos lácteos em pó, incluindo leite, compostos lácteos, soro de leite e concentrados proteicos de leite ou de soro	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g)	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	0	10	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10	10^2
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$3x10^4$	$1x10^5$
f) Doce de leite, leite condensado e doce de base láctea, não comercialmente estéreis	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g)	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10	10^2
	Bolores leveduras/mL	5	2	50	10^2
g) Produtos lácteos fermentados	**Salmonella**/25mL	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/mL	5	2	3	10
	Bolores e Leveduras/mL	5	2	10^2	10^3
h) Pasta ou molho de base láctea pasteurizada, refrigerada, com ou sem adições, temperadas ou não, excluindo os queijos	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
i) Sobremesas lácteas e leite geleificado pasteurizados, refrigerados, com ou sem adições	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
j) Misturas em pó para o preparo de bebidas de base láctea	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g)	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10	10^2
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10	10^2
10. GELADOS COMESTÍVEIS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Gelados comestíveis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g, somente para gelados comestíveis à base de leite	5	2	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
11. MARGARINAS E CREMES VEGETAIS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Margarinas e cremes vegetais	**Enterobacteriaceae**/g	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/g	5	2	$5x10^2$	10^3
	Salmonella/25g	5	0	Aus	-
12. BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Refrigerantes e outras bebidas carbonatadas	Bolores e Leveduras/mL, exceto bebidas fermentadas	5	2	10	10^2
b) Refrescos, sucos, néctares e outras bebidas não carbonatadas, adicionadas de conservadores, não refrigeradas	Bolores e Leveduras/mL	5	2	10	10^2
c) Sucos desidratados e pós para o preparo de bebidas	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
d) Sucos concentrados adicionados de conservadores ou congelados	**Salmonella**/25mL	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/mL	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/mL	5	2	10^2	10^3
e) Sucos e outras bebidas submetidas a processos tecnológicos para redução microbiana, que necessitam de refrigeração	**Salmonella**/25mL	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/mL, somente para bebidas à base de cereais, sementes e grãos	5	1	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/mL	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/mL	5	2	10	10^2
f) Sucos e outras bebidas "in natura" ou reconstituídas	**Salmonella**/25mL	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/mL	5	2	10	10^2
g) Leite de coco e bebidas à base de cereais, sementes ou grãos estáveis à temperatura ambiente, adicionados de conservadores	**Salmonella**/25mL	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/mL	5	1	10	10^2
	Bolores e leveduras/mL	5	2	10	10^2
13. ALIMENTOS INFANTIS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Fórmulas infantis em pó para lactentes (até seis meses de idade), fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas, fórmulas de nutrientes apresentadas ou indicadas para recém-nascidos de alto risco e outros alimentos especialmente formulados para lactentes	**Salmonella**/25g	60	0	Aus	-
	Cronobacter spp/10g	30	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	10	0	Aus	-
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
b) Fórmulas infantis em pó de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância e outros alimentos especialmente formulados para lactentes e crianças de primeira infância	**Salmonella**/25g	60	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	5	0	Aus	-
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
c) Alimentos à base de cereais para alimentação infantil	**Salmonella**/25g	30	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2

	Aeróbios mesófilos/g	5	2	10^3	10^4
d) Alimentos infantis de transição não estáveis a temperatura ambiente (papinhas refrigeradas ou congeladas)	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
14. FÓRMULAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL EM PÓ E FÓRMULAS PARA ERROS INATOS DO METABOLISMO EM PÓ					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Fórmulas destinadas a lactentes até 6 (seis) meses	**Salmonella**/25g	60	0	Aus	-
	Cronobacter spp/10g	30	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	10	0	Aus	-
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
b) Fórmulas destinadas a lactentes e crianças de primeira infância entre 6 (seis) meses e 3 (três) anos	**Salmonella**/25g	60	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	10	0	Aus	-
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
c) Fórmulas destinadas a crianças maiores de 3 (três) anos e adultos	**Salmonella**/25g	30	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	5	0	10	-
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
15. SUPLEMENTOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Suplementos em pó e em barra	Enterotoxinas estafilocócicas (ng/g), somente para produtos de base láctea	5	0	Aus	-
	Salmonella/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g, somente para suplementos em pó	5	0	10	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10	10^2
	Escherichia coli/g, somente para suplementos em barra	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/g	5	1	10^3	10^4
b) Suplementos líquidos e em géis, não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/g	5	2	10^2	10^3
c) Suplementos em cápsulas, drágeas e comprimidos	Aplicar os parâmetros de produtos não-estéreis, conforme estabelecido na Farmacopeia Brasileira (n=5; c=0).				
16. AÇÚCARES, ADOÇANTES E SIMILARES					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Açúcares, edulcorantes e adoçantes de mesa sólidos	Bolores e Leveduras/g	5	2	menor que 10	10^2
b) Edulcorantes e adoçantes de mesa líquidos	Bolores e Leveduras/g	5	1	menor que 10	10^2
c) Melado, melaço, caldas, xarope	Bolores e Leveduras/g	5	2	50	10^2
17. CAFÉS, CHÁS E PRODUTOS PARA INFUSÃO					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Café, cevada, chás e produtos similares, consumidos sem emprego de calor, incluindo as cápsulas, adicionados ou não de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
b) Café, cevada, chás e produtos similares, consumidos após emprego de calor (infusão e decocção), incluindo as cápsulas, adicionados ou não de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	3	10^2	10^3
18. ESPECIARIAS, TEMPEROS E MOLHOS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Especiarias	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10^2	$5x10^2$
b) Temperos desidratados, em pasta ou prensados (mistura para tempero de feijão, caldos em cubos, misturas para refogar)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
c) Catchup, mostarda, barbecue, maionese e molhos	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Bolores e Leveduras/g	5	2	10	10^2
19. CEREAIS, FARINHAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Farinhas, amidos, féculas e fubás	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	3	10	10^2
b) Massas alimentícias secas, com ou sem recheio, incluindo as massas instantâneas	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	$5x10^3$
	Estafilococos coagulase positiva/g, somente nas massas com ovos	5	2	10^3	$5x10^3$
	Escherichia coli/g	5	3	5x10	10^2
c) Massas alimentícias frescas e produtos semielaborados, com ou sem recheio, com ou sem cobertura (pão de queijo, pão de batata, pizza, pastéis), refrigerados ou congelados	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Clostridium perfringens/g, somente para produtos recheados com carnes	5	2	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
	Escherichia coli/g	5	3	5x10	$5x10^2$
	Bolores e leveduras/g, somente para produtos refrigerados	5	1	10^2	10^4
d) Pães, bolos, bolachas, biscoitos e outros produtos de panificação, estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g, somente para alimentos com recheio	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	$5x10^2$	10^4
e) Pães, bolos e outros produtos de panificação, não estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	$5x10^2$
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	$5x10^2$	10^4
f) Produtos à base de amidos, farinhas, féculas e fubás, semi elaborados e misturas em pó com ou sem ovos para bolos, pães, tortas, empadas, pizzas, preparações para empanar, estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	3	10	10^2
g) Cereais extrusados, com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
h) Produtos à base de cereais não compactados, incluindo farofa, farelos, fibras e granolas, com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
i) Cereais compactados, em barra ou outras formas, com ou sem adição de outros ingredientes	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
20. CACAU, CHOCOLATES, CONFEITOS, PRODUTOS PARA CONFEITAR, PASTAS E DOCES					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Balas, pastilhas, drágeas, caramelos, gomas de mascar e outros confeitos	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	2	10^2	10^3
b) Chocolates, incluindo chocolates brancos, adicionados ou não de outros ingredientes secos	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
c) Chocolates, incluindo chocolates brancos, bombons e similares, com recheio, estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10	10^2
d) Chocolates, incluindo chocolates brancos, bombons e similares, com recheio, não estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	10	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	1	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
e) Cacau em pó	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	10^3	10^4
f) Achocolatados em pó	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Enterobacteriaceae/g	5	1	10	10^2
g) Pastas, cremes, coberturas e recheios, estáveis à temperatura ambiente e não comercialmente estéreis	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g, somente para alimentos de base láctea	5	1	10^2	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	2	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^2	10^3
h) Pastas, cremes, coberturas, recheios e similares, não estáveis à temperatura ambiente	**Salmonella**/25g	10	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	10	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	1	10	10^2
	Bolores e leveduras/g	5	1	10^3	10^4
21. ALIMENTOS PREPARADOS PRONTOS PARA O CONSUMO					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Alimentos preparados prontos para o consumo, elaborados com emprego de calor	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g, somente para preparações contendo cereais ou molhos	5	1	10^2	$5x10^2$
	Clostridium perfringens/g, somente para preparações com carnes	5	1	10^2	$5x10^2$
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	10	20
b) Alimentos preparados prontos para o consumo contendo produtos de origem animal, elaborados sem emprego de calor, consumidos crus	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	1	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
c) Alimentos preparados prontos para o consumo contendo exclusivamente produtos de origem vegetal, elaborados sem emprego de calor	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
d) Sanduíches	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	10^2	$5x10^2$
	Clostridium perfringens/g, somente para alimentos com carnes	5	1	10^2	$5x10^2$
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	5x10	$5x10^2$
e) Doces e sobremesas	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	2	10^2	$5x10^2$
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
22. ALIMENTOS SEMIELABORADOS E PRONTOS PARA O CONSUMO					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Alimentos semielaborados	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g, somente para alimentos à base de cereais ou molhos	5	1	10^2	10^3
	Clostridium perfringens/g, somente para alimentos com carnes	5	2	10^2	10^3
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
	Escherichia coli/g	5	3	5x10	$5x10^2$
	Bolores e leveduras/g, somente para alimentos refrigerados	5	1	10^2	10^4
b) Alimentos prontos para o consumo	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Enterotoxina estafilocócica (ng/g)	5	0	Aus	-
	Bacillus cereus presuntivo/g, somente para alimentos à base de cereais ou molhos	5	1	10^2	$5x10^2$
	Clostridium perfringens/g, somente para alimentos com carnes	5	1	10^2	$5x10^2$
	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10^2	10^3
	Escherichia coli/g	5	2	10	20
23. ALIMENTOS A SEREM CONSUMIDOS APÓS ADIÇÃO DE LÍQUIDO					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Com emprego de calor	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	3	10^2	10^3
b) Sem emprego de calor	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/g	5	2	10	10^2
24. ÁGUAS ENVASADAS					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Água mineral natural, água natural, água adicionada de sais e água do mar dessalinizada potável	Coliformes totais/250mL	5	0	Aus	-
	Escherichia coli/250mL	5	0	Aus	-
	Enterococos/250mL	5	0	Aus	-
	Pseudomonas aeruginosa/250mL	5	0	Aus	-
	Esporos de clostrídios sulfito redutores/50mL	5	0	Aus	-
	Esporos de **Clostridium perfringens**/50mL	5	0	Aus	-

ANEXO II

PADRÃO MICROBIOLÓGICO DE LISTERIA MONOCYTOGENES EM ALIMENTOS PRONTOS PARA O CONSUMO

Categorias Específicas	Micro-organismo	n	c	m	M
a) Alimentos prontos para o consumo	**Listeria monocytogenes**/g ou mL	5	0	10^2	-
b) Alimentos prontos para o consumo, destinados a lactentes ou para fins especiais	**Listeria monocytogenes**/25g ou mL	10	0	Aus	-

ANEXO III

PADRÃO MICROBIOLÓGICO PARA ALIMENTOS COMERCIALMENTE ESTÉREIS

Categorias específicas	Critério de Aceitação
a) Alimentos de baixa acidez (pH maior que 4,5)	O alimento não deve apresentar sinais de alterações que indiquem a presença de micro-organismos capazes de proliferar em condições normais de armazenamento e distribuição. Quando houver alteração, o resultado deve ser interpretado como Insatisfatório com Qualidade Inaceitável.
b) Alimentos ácidos ou acidificados (pH menor que 4,5)	
c) Leite UAT (UHT) e produtos à base de leite UAT/UHT em embalagens herméticas	
d) Fórmulas infantis, incluindo fórmulas infantis para lactentes, fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância e fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas, líquidas, estéreis, em embalagens herméticas, estáveis à temperatura ambiente	
e) Fórmulas padrão para nutrição enteral, fórmulas modificadas para nutrição enteral e módulos para nutrição enteral, líquidos, estéreis, em embalagens herméticas, estáveis à temperatura ambiente	

ANEXO IV

PADRÃO MICROBIOLÓGICO DE SALMONELLA SPP PARA ALIMENTOS DE CATEGORIAS ESPECÍFICAS DE CARNE SUÍNA, ATÉ A ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS DE ROTULAGEM ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO-RDC Nº 727, DE 1° DE JULHO DE 2022

6. CARNE SUÍNA					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Carnes cruas, maturadas ou não, temperadas ou não, refrigeradas ou congeladas, embaladas a vácuo ou não, miúdos, toucinho e pele	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
b) Carne moída, produtos cárneos crus moldados, temperados ou não, refrigerados ou congelados (hamburgueres, almôndegas, quibes)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-
c) Embutidos crus (linguiças frescais)	**Salmonella**/25g	5	0	Aus	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 162, DE 1° DE JULHO DE 2022

Estabelece a ingestão diária aceitável (IDA), a dose de referência aguda (DRfA) e os limites máximos de resíduos (LMR) para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, VII do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Instrução Normativa e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 730, de 1°de julho de 2022, a ingestão diária aceitável (IDA), a dose de referência aguda (DRfA), quando aplicável, e os limites máximos de resíduos (LMR), para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

Art. 2º O Anexo I estabelece a IDA, DrfA e LMR para IFA de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

§ 1º O LMR para gordura de aves e suínos inclui a pele em proporções naturais.

§ 2º O LMR para músculo de peixes inclui a pele em proporções naturais.

Art. 3º O Anexo II estabelece lista de IFA de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal com LMR não necessário.

§ 1º Consideram-se incluídos os diferentes graus de hidratação dos IFA fontes de vitaminas e minerais listados no Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 2º Consideram-se incluídos os IFA fontes de nutrientes considerados seguros para consumo humano segundo legislação sanitária de alimentos.

Art. 4º O Anexo III estabelece a lista de IFA de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal com LMR não recomendado.

Art. 5º Revogam-se as seguintes disposições:

I - Instrução Normativa - IN nº 51, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 98;

II - Instrução Normativa - IN nº 89, de 8 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 14 de abril de 2021, Seção 1, pág. 204; e

III - Instrução Normativa - IN nº 117, de 2 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 28, de 9 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 147.

Art. 6º Esta Instrução Normativa - IN entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

LISTA DE IDA, DRfA e LMR PARA IDA COM USO AUTORIZADO.

IFA	IDA (mcg/Kg p.c.)	DRfA (mcg/Kg p.c.)	Resíduo marcador	Espécie animal	Tecido	LMR (mcg/Kg)	Nota
ABAMECTINA	0 - 2 (soma abamectina e isômero (Z)-8,9)		Avermectina B€	Bovino	Fígado	100	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Rim	50	
					Gordura	100	
				Ovino	Músculo	20	
					Fígado	25	
					Rim	20	
					Gordura	50	
ACEPONATO DE HIDROCORTISONA	Não estabelecida		Soma de hidrocortisona e seus ésteres após hidrólise alcalina expressa como hidrocortisona	Ruminantes e equinos	Leite (mcg/L)	10	Exclusivamente para uso intramamário.
					Demais matrizes	Não necessário	
ACETATO DE FLUGESTONA	0,03		Acetato de flugestona	Ovino e caprino	Músculo	0,5	Exclusivamente para utilização intravaginal com fins zootécnicos.
					Fígado	0,5	
					Rim	0,5	
					Gordura	0,5	
					Leite (mcg/L)	1	
ACETATO DE MELENGESTROL	0 - 0,03		Acetato de melengestrol	Bovino	Músculo	1	
					Fígado	10	
					Rim	2	
					Gordura	18	
ÁCIDO CLAVULÂNICO	50		Ácido Clavulânico	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	400	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	200	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	400	
					Gordura / Pele	100	
ÁCIDO OXOLÍNICO	2,5		Ácido oxolínico	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos	Músculo	100	Não utilizar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano. Os LMR para gordura, fígado e rim não se aplicam aos peixes.
					Fígado	150	
					Rim	150	
					Gordura	50	
ÁCIDO TOLFENÂMICO	10		Ácido tolfenâmico	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	400	
					Rim	100	
					Leite (mcg/L)	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	400	
					Rim	100	
ALBENDAZOL	0 - 50		2-amino sulfona (expresso como albendazol), exceto leite	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	5000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	5000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	100	

					Fígado	5000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	5000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	5000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
ALTRENOGEST (ALIL TREMBOLONA)	0,04		Altrenogest	Suíno	Fígado	2	Exclusivamente para utilização zootécnica.
					Gordura / pele	4	
				Equino	Fígado	4	
					Gordura	4	
AMITRAZ	0 - 10		Soma de amitraz e todos os seus metabólitos contendo a fração de 2,4-DMA (expresso como amitraz)	Bovino	Músculo	Não necessário	
					Fígado	200	
					Rim	200	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	10	
				Caprino	Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	10	
				Ovino	Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura	400	
					Leite (mcg/L)	10	
				Suíno	Fígado	200	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	400	
				Abelha	Mel	200	
AMOXICILINA	0 - 2	5	Amoxicilina	Bovino	Músculo	50	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Ovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
				Caprino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Aves	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
AMPICILINA	0 - 3	12	Ampicilina	Bovino	Músculo	50	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
				Caprino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Ovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
				Aves	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	

					Gordura / Pele	50	
				Peixes	Músculo / Pele	50	
APRAMICINA	40		Apramicina	Bovino	Músculo	1000	Exclusivamente para uso oral. Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
					Fígado	10000	
					Rim	20000	
					Gordura	1000	
				Frango	-	Não necessário	
				Suíno	-	Não necessário	
				Ovino	-	Não necessário	
				Coelho	-	Não necessário	
				Caprino	Fígado	2000	
					Rim	2000	
AVILAMICINA	0 - 2000		Ácido dicloroisoevernínico (DIA)	Frango e peru	Músculo	200	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	200	
				Coelho	Músculo	200	
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	200	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	200	
AZAPERONA	0 - 6		Soma de Azaperona e Azaperol	Suíno	Músculo	60	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	60	
BACITRACINA	3,9		Soma de Bacitracina A e Bacitracina B	Bovino	Todos os tecidos, exceto leite	Não necessário	Exclusivamente para uso intramamário em vacas em lactação.
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	500	
					Gordura / Pele	500	
				Coelho	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	150	
					Gordura	150	
				Frango, peru e codorna	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	500	
					Gordura	500	
					Ovo	500	
BAQUILOPRIM	10		Baquiloprim	Bovino	Fígado	300	
					Rim	150	
					Gordura	10	
					Leite (mcg/L)	30	
				Suíno	Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	40	
BENZILPENICILINA / BENZILPENICILINA PROCAÍNA	0,5		Benzilpenicilina	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
				Ovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Caprino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
				Frango	Músculo	50	Aplica-se apenas a benzilpenicilina procaína. Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	50	
					Rim	50	
				Peru	Músculo	50	Aplica-se apenas a benzilpenicilina G.
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	

				Peixes	Músculo / Pele	50	
BENZOATO DE EMAMECTINA	0 - 0,5		Emamectina B1a	Peixes	Músculo / Pele	100	
BETAMETASONA	0,015		Betametasona	Bovino	Músculo	0,75	
					Fígado	2	
					Rim	0,75	
					Leite (mcg/L)	0,3	
				Suíno	Músculo	0,75	
					Fígado	2	
					Rim	0,75	
CABERGOLINA	0,03		Cabergolina	Bovino	Músculo	0,15	
					Fígado	0,25	
					Rim	0,5	
					Gordura	0,1	
					Leite (mcg/L)	0,1	
CARAZOLOL	0 - 0,1		Carazolol	Bovino	Músculo	5	
					Fígado	15	
					Rim	15	
					Gordura	5	
					Leite (mcg/L)	1	
				Suíno	Músculo	5	
					Fígado	25	
					Rim	25	
					Gordura / Pele	5	
CARPROFENO	10		Soma de carprofeno e glucoronide carprofeno conjugado	Bovino	Músculo	500	
					Fígado	1000	
					Rim	1000	
					Gordura	1000	
					Leite (mcg/L)	Não necessário	
				Equino	Músculo	500	
					Fígado	1000	
					Rim	1000	
					Gordura	1000	
CEFACETRILA	3,5		Cefacetrila	Bovino	Leite (mcg/L)	125	Exclusivamente para uso intramamário.
					Todos os tecidos, exceto leite	Não necessário	
CEFALEXINA	54,4		Cefalexina	Bovino	Músculo	200	
					Fígado	200	
					Rim	1000	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	100	
CEFALÔNIO	15,3		Cefalônio	Bovino	Todos os tecidos, exceto leite	Não necessário	Exclusivamente para uso intramamário e tratamento oftalmológico.
					Leite (mcg/L)	20	
CEFAPIRINA	2,54		Soma de cefapirina e disacetil-cefapirina	Bovino	Músculo	50	
					Rim	100	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	60	
CEFAZOLINA	10		Cefazolina	Bovino	Leite (mcg/L)	50	Para uso intramamário, exceto se o úbere puder ser utilizado como alimento para consumo humano.
					Demais tecidos	Não necessário	
				Ovino	Leite (mcg/L)	50	
					Demais tecidos	Não necessário	
				Caprino	Leite (mcg/L)	50	
					Demais tecidos	Não necessário	
CEFOPERAZONA	2,8		Cefoperazona	Bovino	Todos os tecidos, exceto leite	Não necessário	Exclusivamente para uso intramamário em vacas em lactação.
					Leite (mcg/L)	50	
CEFQUINOMA	3,8		Cefquinoma	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	20	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	50	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura	50	
CEFTIOFUR	0 - 50		Desfuroil ceftiofur	Bovino	Músculo	1000	
					Fígado	2000	
					Rim	6000	
					Gordura	2000	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	1000	
					Fígado	2000	
					Rim	6000	
					Gordura	2000	

				Aves	Músculo, Gordura / Pele, fígado, rins	Não necessário	
				Equino	Músculo	1000	
					Fígado	2000	
					Rim	6000	
					Gordura	2000	
CIALOTRINA	0 - 5		Cialotrina	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	20	
					Rim	20	
					Gordura	400	
					Leite (mcg/L)	30	
				Suíno	Músculo	20	
					Fígado	20	
					Rim	20	
					Gordura	400	
				Ovino	Músculo	20	
					Fígado	50	
					Rim	20	
					Gordura	400	
CIFLUTRINA	0 - 20		Ciflutrina (soma dos isômeros)	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	20	
					Rim	20	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	40	
				Caprino	Músculo	10	
					Fígado	10	
					Rim	10	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	20	
CIPERMETRINA / ALFA-CIPERMETRINA	0 - 20		Total de resíduos de cipermetrina (resultado do uso de cipermetrina ou alfa-cipermetrina como medicamento veterinário)	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	1000	
					Leite (mcg/L)	100	
				Ovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	1000	
					Leite (mcg/L)	20	
CIROMAZINA	20		Ciromazina	Ovino	Músculo	300	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
CLEMBUTEROL	0 - 0,004		Clembuterol	Bovino	Músculo	0,2	
					Fígado	0,6	
					Rim	0,6	
					Gordura	0,2	
					Leite (mcg/L)	0,05	
				Equino	Músculo	0,2	
					Fígado	0,6	
					Rim	0,6	
					Gordura	0,2	
CLORIDRATO DE ROBENIDINA	110			Frango	Músculo	200	
					Fígado	800	
					Rim	350	
					Gordura / Pele	1300	
				Peru	Músculo	200	
					Fígado	400	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	400	
				Coelho	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	100	
CLORIDRATO DE ZILPATEROL	0 - 0,04	0,04	Zilpaterol (base livre)	Bovino	Músculo	0,5	
					Fígado	3,5	
					Rim	3,3	
CLORMADINOMA	0,07		Clormadinoma	Bovino	Gordura	4	Exclusivamente para fins zootécnicos.
					Fígado	2	
					Leite (mcg/L)	2,5	
CLORSULON	2		Clorsulon	Bovino	Músculo	35	
					Fígado	100	
					Rim	200	
					Leite (mcg/L)	16	
CLORTETRACICLINA	0 - 30 (IDA de grupo para clortetraciclina, oxitetraciclina e tetraciclina)		Molécula precursora (isolada ou combinada)	Bovino	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Leite (mcg/L)	100	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	300	

					Rim	600	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	600	
					Leite (mcg/L)	100	
				Ovino	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
				Aves	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Ovo	400	
				Peixes	Músculo / Pele	100	
CLOSANTEL	0 - 30		Closantel	Bovino	Músculo	1000	
					Fígado	1000	
					Rim	3000	
					Gordura	3000	
					Leite (mcg/L)	45	
				Ovino	Músculo	1500	
					Fígado	1500	
					Rim	5000	
					Gordura	2000	
					Leite (mcg/L)	45	
CLOXACILINA	200		Cloxacilina	Bovino	Músculo	300	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	30	
				Ovino	Músculo	300	
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	30	
				Caprino	Músculo	300	
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	30	
				Aves	Músculo	300	
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura / Pele	300	
				Peixes	Músculo / Pele	300	
COLISTINA	0 - 7		Soma de Colistina A e Colistina B	Bovino	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura	150	
					Leite (mcg/L)	50	
				Equino	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura	150	
				Suíno	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	150	
				Ovino	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura	150	
					Leite (mcg/L)	50	
				Caprino	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura	150	
				Aves	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	150	
					Ovo	300	
				Peixes	Músculo / Pele	150	
CUMAFÓS	0,25		Soma de cumafós e seus óxidos análogos, expressos como cumafós.	Bovino	Fígado	1000	
					Rim	1000	
					Gordura	1000	
					Leite (mcg/L)	500	
				Abelha	Mel	100	
DANOFLOXACINA	0 - 20		Danofloxacina	Bovino	Músculo	200	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	400	
					Rim	400	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	30	

				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	50	
					Rim	200	
					Gordura	100	
				Frango	Músculo	200	
					Fígado	400	
					Rim	400	
					Gordura / Pele	100	
				Ovino e caprino	Músculo	200	
					Fígado	400	
					Rim	400	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	30	
				Peixes	Músculo / Pele	100	
DELTRAMETRINA	0 - 10		Deltametrina	Bovino	Músculo	30	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	30	
				Ovino	Músculo	30	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	20	
				Caprino	Músculo	10	
					Fígado	10	
					Rim	10	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	20	
				Frango	Músculo	30	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	500	
					Ovo	30	
				Salmão	Músculo / Pele	30	
				Demais espécies de Peixes	Músculo / Pele	10	
DERQUANTEL	0 - 0,3		Derquantel	Ovino	Músculo	0,3	Não utilizar em animais cujo leite é produzido para consumo humano.
					Fígado	0,8	
					Rim	0,4	
					Gordura	7	
DEXAMETASONA	0 - 0,015		Dexametasona	Bovino	Músculo	1	
					Fígado	2	
					Rim	1	
					Gordura	Não necessário	
					Leite (mcg/L)	0,3	
				Equino	Músculo	1	
					Fígado	2	
					Rim	1	
					Gordura	Não necessário	
				Suíno	Músculo	1	
					Fígado	2	
					Rim	1	
					Gordura	Não necessário	
				Caprino	Músculo	0,75	
					Fígado	2	
					Rim	0,75	
					Gordura	Não necessário	
					Leite (mcg/L)	0,3	
DIAZINON	0 - 2		Diazinona	Bovino, ovino e caprino	Músculo	20	
					Fígado	20	
					Rim	20	
					Gordura	700	
					Leite (mcg/L)	20	
				Suíno	Músculo	20	
					Fígado	20	
					Rim	20	
					Gordura / Pele	700	
DICICLANIL	0 - 7		Diciclanil	Ovino	Músculo	150	Não utilizar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	125	
					Rim	125	
					Gordura	200	
DICLAZURIL	0 - 30		Diclazurila	Ovino	Músculo	500	
					Fígado	3000	
					Rim	2000	
					Gordura	1000	
				Bovino	-	Não necessário	Exclusivamente para uso oral.
				Suíno	-	Não necessário	
				Caprino	-	Não necessário	
				Aves	Músculo	500	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	3000	
					Rim	2000	
					Gordura / Pele	1000	
				Coelho	Músculo	500	

					Fígado	3000	
					Rim	2000	
					Gordura	1000	
DICLOFENACO	0,5		Diclofenaco	Bovino	Músculo	5	
					Fígado	5	
					Rim	10	
					Gordura	1	
					Leite (mcg/L)	0,1	
				Suíno	Músculo	5	
					Fígado	5	
					Rim	10	
					Gordura / Pele	1	
DICLOXACILINA	600		Dicloxacilina	Todas as espécies produtoras de alimento.	Músculo	300	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano. Os LMR para gordura, fígado e rim não se aplicam aos peixes.
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	30	
DIFLOXACINA	600		Difloxacina	Bovino	Músculo	400	Não utilizar em animais produtores de leite e ovos para consumo humano.
					Fígado	1400	
					Rim	800	
					Gordura	100	
				Ovino	Músculo	400	
					Fígado	1400	
					Rim	800	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	400	
					Fígado	1400	
					Rim	800	
					Gordura	100	
				Suíno	Músculo	400	
					Fígado	800	
					Rim	800	
					Gordura / Pele	100	
				Aves	Músculo	300	
					Fígado	1900	
					Rim	600	
					Gordura / Pele	400	
DIFLUBENZURON	0 - 20		Diflubenzuron	Salmão	Músculo / Pele	10	
DIMINAZENO	0 - 100		Diminazeno	Bovino	Músculo	500	
					Fígado	12000	
					Rim	6000	
					Leite (mcg/L)	150	
DIPIRONA SÓDICA (METAMIZOL)	10		4-metilamino-antipirina	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	50	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	100	
DORAMECTINA	0 - 1		Doramectina	Bovino	Músculo	10	
					Fígado	100	
					Rim	30	
					Gordura	150	
					Leite (mcg/L)	15	
				Suíno	Músculo	5	
					Fígado	100	
					Rim	30	
					Gordura	150	
				Todos os mamíferos, exceto bovinos e suínos	Músculo	40	
					Fígado	100	
					Rim	60	
					Gordura	150	
DOXICICLINA	3		Doxiciclina	Bovino	Músculo	100	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
					Fígado	300	
					Rim	600	
					Gordura	300	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	600	
					Gordura	300	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	600	
					Gordura	300	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	600	
					Gordura / Pele	300	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	600	

					Gordura / Pele	300	
ENROFLOXACINA	6,2		Soma de enrofloxacino e ciprofloxacino	Bovino	Músculo	100	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	200	
					Gordura	100	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	300	
					Gordura / Pele	100	
				Ovino e caprino	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Coelho	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	300	
					Gordura / Pele	100	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	300	
					Gordura / Pele	100	
				Peixes	Músculo / Pele	100	
EPRINOMECTINA	0 - 10		Eprinomectina $B1_a$	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	2000	
					Rim	300	
					Gordura	250	
					Leite (mcg/L)	20	
				Demais ruminantes	Músculo	50	
					Fígado	1500	
					Rim	300	
					Gordura	250	
					Leite (mcg/L)	20	
ERITROMICINA	0 - 0,7		Eritromicina A	Todas as espécies, exceto frango, peru e peixes	Músculo	200	
					Fígado	200	
					Rim	200	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	40	
					Ovo	150	
				Frango e peru	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	100	
					Ovo	50	
				Peixes	Músculo / Pele	100	
ESPECTINOMICINA	0 - 40		Espectinomicina	Bovino	Músculo	500	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	2000	
					Leite (mcg/L)	200	
				Suíno	Músculo	500	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	2000	
				Ovino	Músculo	500	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	2000	
				Caprino	Músculo	300	
					Fígado	1000	
					Rim	5000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	200	
				Frango	Músculo	500	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	2000	
					Ovo	2000	

ESPIRAMICINA	0 - 50		Soma de espiramicina e neoespiramicina	Bovino	Músculo	200	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	600	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	200	
				Frango	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	800	
					Gordura	300	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	300	
					Gordura	300	
ESTREPTOMICINA / DIHIDROESTREPTOMICINA	0 - 50 (IDA de grupo estreptomicina e dihidroestreptomicina)		Soma de dihidroestreptomicina e estreptomicina	Bovino	Músculo	600	
					Fígado	600	
					Rim	1000	
					Gordura	600	
					Leite (mcg/L)	200	
				Suíno	Músculo	600	
					Fígado	600	
					Rim	1000	
					Gordura	600	
				Ovino	Músculo	600	
					Fígado	600	
					Rim	1000	
					Gordura	600	
					Leite (mcg/L)	200	
				Caprino	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	1000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	200	
				Coelho	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	1000	
					Gordura	500	
FEBANTEL / FENBENDAZOLE	0 - 7 (IDA de grupo: Febantel / Fenbendazole / Oxfendazol)		Soma dos resíduos extraíveis que podem ser oxidados em oxifendazole sulfona	Bovino	Músculo	100	Para aves, o LMR aplica-se somente a fenbendazole.
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	10	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Aves	Músculo	50	
					Fígado	500	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Ovo	1300	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
FENOXIMETILPENICILINA (PENICILINA V)	0,5		Fenoximetilpenicilina	Suíno	Músculo	25	
					Fígado	25	
					Rim	25	
				Aves	Músculo	25	
					Fígado	25	
					Rim	25	
					Gordura / Pele	25	
					Ovo	25	
FENVALERATO	0 - 20		Fenvalerato (Soma dos isômeros RR, SS, RS e SR)	Bovino	Músculo	25	
					Fígado	25	
					Rim	25	
					Gordura	250	
					Leite (mcg/L)	40	
FIROCOXIB	0,215 (IDA temporária)		Firocoxib	Equino	Músculo	10	
					Fígado	60	
					Rim	10	
					Gordura	15	
FLORFENICOL	3		Soma de florfenicol e seus metabólicos marcados como florfenicol amina	Bovino, ovino e caprino	Músculo	200	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
					Fígado	3000	
					Rim	300	
				Suíno	Músculo	300	
					Fígado	2000	
					Rim	500	

					Gordura / Pele	500	
				Peixes	Músculo / Pele	1000	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	2500	
					Rim	750	
					Gordura / Pele	200	
				Demais espécies animais	Músculo	100	
					Fígado	2000	
					Rim	300	
					Gordura	200	
FLUAZURON	0 - 40		Fluazurona	Bovino	Músculo	200	
					Fígado	500	
					Rim	500	
					Gordura	7000	
					Leite (mcg/L)	200	
FLUBENDAZOL	0 - 12		Flubendazol	Suíno	Músculo	10	
					Fígado	10	
				Aves	Músculo	200	
					Fígado	500	
					Ovo	400	
FLUMEQUINA	0 - 30		Flumequina	Bovino	Músculo	500	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	500	
					Rim	3000	
					Gordura	1000	
				Frango	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	3000	
					Gordura	1000	
				Suíno	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	3000	
					Gordura	1000	
				Ovino	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	3000	
					Gordura	1000	
				Truta	Músculo / Pele	500	
FLUMETRINA	1,8		Flumetrina (soma dos isômeros trans- Z)	Bovino	Músculo	10	Não usar em ovinos produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	20	
					Rim	10	
					Gordura	150	
					Leite (mcg/L)	30	
				Ovino	Músculo	10	
					Fígado	20	
					Rim	10	
					Gordura	150	
FLUNIXINA	6		Para leite: 5-hidroxiflunixina Para as demais matrizes: Flunixina	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	300	
					Rim	100	
					Gordura	30	
					Leite (mcg/L)	40	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	200	
					Gordura	20	
				Suíno	Músculo	65	
					Fígado	200 650	
					Rim	30	
					Gordura / Pele	10	
FLURALANER	10		Fluralaner	Aves	Músculo	65	
					Fígado	650	
					Rim	420	
					Gordura / Pele	650	
					Ovo	1300	
				Bovino	Músculo	75	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	575	
					Rim	240	
					Gordura	600	
FOXIMA	3,75		Foxima	Ovino	Músculo	50	Não utilizar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Gordura	400	
					Rim	50	
					Fígado	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Gordura / Pele	400	
					Rim	50	
					Fígado	50	
				Aves	Músculo	25	
					Gordura / Pele	550	
					Rim	30	
					Fígado	50	
					Ovo	60	
FRAMICETINA	60		Neomicina B	Todas as espécies	Músculo	500	LMRs para gordura, fígado e rim não se aplicam a peixes.
					Fígado	5500	
					Rim	9000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	1500	

					Ovo	500	
GAMITROMICINA	10		Gamitromicina	Bovino	Fígado	200	Não usar em ovinos produtores de leite para consumo humano.
					Rim	100	
					Gordura	20	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	300	
					Gordura / Pele	100	
GENTAMICINA	0 - 20		Gentamicina	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	200	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	200	
					Rim	750	
					Gordura	50	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	2000	
					Rim	5000	
					Gordura	100	
HALOFUGINONA	0,3		Halofuginona	Bovino	Músculo	10	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	30	
					Rim	30	
					Gordura	25	
HALQUINOL	0 - 200	300	Soma de 5-chloroquinolin-8-ol (5-CL), 5,7dichloroquinolin-8-ol 5,7-DCL (5,7-DCL) e seus metabólitos glucuronide: 5-CLG (expresso como 5-CL equivalente) e 5,7DCLG (expresso como 5,7-DCL equivalente).	Suíno	Músculo	40	
					Fígado	9000	
					Rim	500	
					Gordura / Pele	350	
HIDROIODETO DE PENETAMATO			Benzilpenicilina	Todas as espécies mamíferas produtoras de alimento.	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	4	
IMIDOCARBE	0 - 10		Imidorcarbe	Bovino	Músculo	300	Não usar em ovinos produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	1500	
					Rim	2000	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	50	
				Ovino	Músculo	300	
					Fígado	2000	
					Rim	1500	
					Gordura	50	
ISOMETAMIDIO	0 - 100		Isometamidio	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	1000	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
IVERMECTINA	0 - 10	200	IvermectinaB1$_a$	Bovino	Músculo	30	
					Fígado	800	
					Rim	100	
					Gordura	400	
					Leite (mcg/L)	10	
				Equino	Músculo	30	
					Fígado	100	
					Rim	30	
					Gordura	100	
				Suíno	Músculo	10	
					Fígado	15	
					Rim	15	
					Gordura / Pele	20	
				Ovino	Músculo	10	
					Fígado	15	
					Rim	15	
					Gordura	20	
				Caprino	Músculo	10	
					Fígado	15	
					Rim	15	
					Gordura	20	
KANAMICINA (CANAMICINA)	8		Kanamicina A	Todas as espécies, exceto peixes	Músculo	100	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	600	
					Rim	2500	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	150	
LASALOCIDA SÓDICA	0 - 5		Lasalocida A	Bovino	Músculo	10	Não utilizar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	100	
					Rim	20	
					Gordura	20	
				Aves	Músculo	400	
					Fígado	1200	
					Rim	600	
					Gordura / Pele	600	
					Ovo	150	

LEVAMISOL	0 - 6		Levamisol	Bovino	Músculo	10	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
					Fígado	100	
					Rim	10	
					Gordura	10	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	1000	
					Rim	1000	
					Gordura	1000	
				Suíno	Músculo	10	
					Fígado	100	
					Rim	10	
					Gordura	10	
				Ovino	Músculo	10	
					Fígado	100	
					Rim	10	
					Gordura	10	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	1000	
					Rim	1000	
					Gordura	1000	
				Aves	Músculo	10	
					Fígado	100	
					Rim	10	
					Gordura	10	
LINCOMICINA	0 - 30		Lincomicina	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	1500	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	150	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	1500	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	150	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	1500	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	150	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	500	
					Rim	1500	
					Gordura / Pele	300	
				Frango	Músculo	200	
					Fígado	500	
					Rim	500	
					Gordura / Pele	300	
					Ovo	50	
				Demais espécies de aves	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	1500	
					Gordura	50	
					Ovo	50	
MADURAMICINA ALFA DE AMÔNIO	1			Aves	Músculo	30	
					Fígado	150	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	150	
MARBOFLOXACINA	4,5		Marbofloxacina	Bovino	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	150	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	75	
				Suíno	Músculo	150	
					Fígado	150	
					Rim	150	
					Gordura / Pele	50	
MEBENDAZOL	12,5		Soma de mebendazol metil (5-1(-hydroxi-1-fenil) metil-1H-benzimidazol-2-il) carbamato de metilo e (2-amino-1H-benzi-midazol-5- il) fenilmetanona, expressos como equivalentes de mebendazol	Ovino, caprino e equino	Músculo	60	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	400	
					Rim	60	
					Gordura	60	
MELOXICAM	1,25		Meloxicam	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	65	
					Rim	65	
					Leite (mcg/L)	15	
				Suíno	Músculo	20	
					Fígado	65	
					Rim	65	
				Equino	Músculo	20	
					Fígado	65	
					Rim	65	
				Caprino	Músculo	20	
					Fígado	65	
					Rim	65	
					Leite (mcg/L)	15	
				Coelho	Músculo	20	
					Fígado	65	
					Rim	65	
METILPREDNISOLONA	0,16		Metilprednisolona	Bovino	Músculo	10	
					Fígado	10	

					Rim	10	
					Gordura	10	
					Leite (mcg/L)	2	
				Equino	Músculo	10	
					Fígado	10	
					Rim	10	
					Gordura	10	
MONENSINA	0 - 10		Monensina	Bovino	Músculo	10	
					Fígado	100	
					Rim	10	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	2	
				Ovino e caprino	Músculo	10	
					Fígado	20	
					Rim	10	
					Gordura	100	
				Frango, peru e codorna	Músculo	10	
					Fígado	10	
					Rim	10	
					Gordura	100	
MONEPANTEL	0 - 20	Não necessário	Monepantel-sulfona, expresso como monepantel	Ovino	Músculo	500	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	7000	
					Rim	1700	
					Gordura	13000	
MOXIDECTINA	0 - 2		Moxidectina	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	100	
					Rim	50	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	40	
				Ovino	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	50	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	40	
				Equino	Músculo	50	
					Fígado	100	
					Rim	50	
					Gordura	500	
NAFCILINA	4,4		Naficilina	Bovino	Músculo	300	Exclusivamente para uso intramamário.
					Fígado	300	
					Rim	300	
					Gordura	300	
					Leite (mcg/L)	30	
NARASINA	0 - 5		Narasina A	Bovino	Músculo	15	
					Fígado	50	
					Rim	15	
					Gordura	50	
				Suíno	Músculo	15	
					Fígado	50	
					Rim	15	
					Gordura	50	
				Frango	Músculo	15	
					Fígado	50	
					Rim	15	
					Gordura	50	
NEOMICINA	0 - 60		Neomicina B	Bovino	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	10000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	1500	
				Equino	Músculo	500	
					Fígado	5500	
					Rim	9000	
					Gordura	500	
				Caprino	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	10000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	1500	
				Ovino	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	10000	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	1500	
				Suíno	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	10000	
					Gordura	500	
				Coelho	Músculo	500	
					Fígado	5500	
					Rim	9000	

					Gordura	500	
				Frango, pato e peru	Músculo	500	
					Fígado	500	
					Rim	10000	
					Gordura / Pele	500	
					Ovo	500	
NICARBAZINA	200 de DNC (4,4'-dinitrocarbanilida) e 80 de HDP (2- hidroxi-4,6-dimetilpirimidina)		N, N'-bis(4-nitrofenil) ureia (sinônimo de 4,4'-dinitrocarbanilida)	Frango de corte	Músculo	4000	Os teores de p-Nitroanilina (PNA) e 4-Nitrofenilmetilcarbama to (M4NPC) na Nicarbazina não podem ultrapassar 0,1% e 0,4%,
					Fígado	15000	
					Rim	6000	
					Gordura / Pele	4000	respectivamente. Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
NITROXINIL	5		Nitroxinil	Bovino	Músculo	400	
					Fígado	20	
					Rim	400	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	20	
				Ovino	Músculo	400	
					Fígado	20	
					Rim	400	
					Gordura	200	
					Leite (mcg/L)	20	
NORGESTOMET	0,01		Norgestomet	Bovino	Músculo	0,2	Exclusivamente para fins terapêuticos e zootécnicos.
					Fígado	0,2	
					Rim	0,2	
					Gordura	0,2	
					Leite (mcg/L)	0,12	
NOVOBIOCINA	1,25		Novobiocina	Bovino	Todos os tecidos, exceto leite	Não necessário	Exclusivamente para uso intramamário.
					Leite (mcg/L)	50	
OXFENDAZOL	0 - 7 (IDA de grupo: Febantel / Fenbendazole / Oxfendazol)		Soma de resíduos extraíveis que podem ser oxidados a oxfendazol sulfona	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Equino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	100	
OXIBENDAZOL	60		Oxibendazol	Suíno	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	500	
OXICLOZANIDA	30		Oxiclozanida	Bovino	Músculo	20	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	20	
					Leite (mcg/L)	10	
				Ovino	Músculo	20	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura	20	
OXITETRACICLINA	0 - 30 (IDA grupo para clortetraciclina, oxitetraciclina e tetraciclina)		Molécula precursora (isolada ou combinada)	Bovino	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Leite (mcg/L)	100	
				Ovino	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
				Aves	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Ovo	400	
				Camarão gigante (*Penaeus monodon*)	Músculo	200	
				Peixes	Músculo / Pele	200	
PERMETRINA	0 - 50		Permetrina (soma de isômeros)	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	

					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	50	
PIPERAZINA	250		Piperazina	Bovino	Músculo	10	
					Fígado	2000	
					Rim	2000	
					Gordura	90	
				Equino	Músculo	10	
					Fígado	2000	
					Rim	2000	
					Gordura	90	
				Ovino	Músculo	10	
					Fígado	2000	
					Rim	2000	
					Gordura	90	
				Caprino	Músculo	10	
					Fígado	2000	
					Rim	2000	
					Gordura	90	
				Suíno	Músculo	400	
					Fígado	2000	
					Rim	1000	
					Gordura / Pele	800	
				Aves	Ovo	2000	
PIRLIMICINA	0 - 8		Pirlimicina	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	1000	
					Rim	400	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
PREDNISOLONA	0,2		Prednisolona	Bovino	Músculo	4	
					Fígado	10	
					Rim	10	
					Gordura	4	
					Leite (mcg/L)	6	
RACTOPAMINA	0 - 1		Ractopamina	Bovino	Músculo	10	
					Fígado	40	
					Rim	90	
					Gordura	10	
				Suíno	Músculo	10	
					Fígado	40	
					Rim	90	
					Gordura / Pele	10	
RIFAXIMINA	2		Rifaximina	Bovino	Leite (mcg/L)	60	Exclusivamente para uso intramamário, exceto se houver a possibilidade de o úbere ser usado como alimento para consumo humano, e intrauterino.
					Demais matrizes	Não necessário	
				Demais mamíferos produtores de alimentos.	-	Não necessário	Exclusivamente para uso tópico.
SALICILATO DE ALUMÍNIO BÁSICO	9,1 (correspondente a 6,3 de ácido salicílico)		Ácido salicílico	Bovino	Músculo	200	
					Fígado	1500	
					Rim	1500	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	9	
				Caprino	Músculo	200	
					Fígado	1500	
					Rim	1500	
					Gordura	500	
					Leite (mcg/L)	9	
				Equino	Músculo	200	
					Fígado	1500	
					Rim	1500	
					Gordura	500	
				Coelho	Músculo	200	
					Fígado	1500	
					Rim	1500	
					Gordura	500	
				Todas as espécies de alimentos, exceto bovino, caprino, equino, coelho e peixes	-	Não necessário	Exclusivamente para uso tópico.
SALICILATO DE SÓDIO	6,33		Ácido salicílico	Bovino	-	Não necessário	Exclusivamente para uso oral. Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
				Suíno	-	Não necessário	
				Peru	Músculo	400	
					Fígado	200	
					Rim	150	
					Gordura / Pele	2500	
				Todas as espécies, exceto peixes	-	Não necessário	Exclusivamente para uso tópico.
SALINOMICINA DE SÓDIO	5		Salinomicina	Bovino	Fígado	500	
					Rim	500	
					Gordura	500	
				Frango	Músculo	15	
					Fígado	150	
					Rim	40	
					Gordura / Pele	150	
SARAFLOXACINA	0 - 0,3		Sarafloxacina	Frango e peru	Músculo	10	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	80	
					Rim	80	
					Gordura	20	

SEMDURAMICINA	3		Semduramicina	Frango	Fígado	500	
					Rim	200	
					Gordura / Pele	500	
SISAPRONIL	3		Sisapronil	Bovino	Músculo	100	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	200	
					Rim	100	
					Gordura	2000	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	200	
					Rim	100	
					Gordura	2000	
SULFONAMIDAS	0 - 50		Molécula precursora	Bovino	Músculo	100	O total combinado dos resíduos de todas as substâncias do grupo das sulfonamidas não deve ultrapassar
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	100 µg/kg. Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
TETRACICLINA	0 - 30 (IDA grupo para clortetraciclina, oxitetraciclina e tetraciclina)		Molécula precursora (isolada ou combinada)	Bovino e ovino	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
				Aves	Músculo	200	
					Fígado	600	
					Rim	1200	
					Ovo	400	
TIABENDAZOL	0 - 100		Soma de tiabendazol e 5-hydroxitiabendazol	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
TIAMULINA	30		Para ovos: Tiamulina Para os demais tecidos: Soma de metabólitos que podem ser hidrolisados a 8-α-hidroximutilina	Frango	Músculo	100	
					Fígado	1000	
					Rim	Não necessário	
					Gordura / Pele	100	
					Ovo	1000	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	Não necessário	
					Gordura / Pele	Não necessário	
				Peru	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Gordura / Pele	100	
TIANFENICOL	2,5		Tianfenicol	Aves	Músculo	50	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	

					Gordura / Pele	50	
TILDIPIROSINA	100		Tildipirosina	Bovino	Músculo	400	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	2000	
					Rim	3000	
					Gordura	200	
				Suíno	Músculo	1200	
					Fígado	5000	
					Rim	10000	
					Gordura / Pele	800	
TILMICOSINA	0 - 40		Tilmicosina	Bovino	Músculo	100	Não utilizar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	1000	
					Rim	300	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	50	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	1500	
					Rim	1000	
					Gordura	100	
				Frango	Músculo	150	
					Fígado	2400	
					Rim	600	
					Gordura / Pele	250	
				Peru	Músculo	100	
					Fígado	1400	
					Rim	1200	
					Gordura / Pele	250	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	1000	
					Rim	300	
					Gordura	100	
TILOSINA	0 - 30		Tilosina A	Bovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	100	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
				Ovino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	100	
				Caprino	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	50	
				Frango	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	100	
					Ovo	300	
				Peru	Músculo	100	
					Fígado	100	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	100	
TILVALOSINA (Acetil Isovaleril Tilosina)	2,07		Soma de tilvalosina e 3-O-acetil-tilosina	Aves	Fígado	50	
					Gordura / Pele	50	
					Ovo	200	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
TOLTRAZURIL	2		Toltrazuril-sulfona	Bovino	Músculo	100	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
					Fígado	500	
					Rim	250	
					Gordura	150	
				Ovino, caprino e equino	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	250	
					Gordura	150	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	500	
					Rim	250	
					Gordura / Pele	150	
				Aves	Músculo	100	
					Fígado	600	
					Rim	400	
					Gordura / Pele	200	

TRICLABENDAZOL	0 - 3		Soma de resíduos extraíveis que podem ser oxidados em cetotriclabendazol	Bovino	Músculo	250	
					Fígado	850	
					Rim	400	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	10	
				Ovino	Músculo	200	
					Fígado	300	
					Rim	200	
					Gordura	100	
				Caprino	Músculo	225	
					Fígado	250	
					Rim	150	
					Gordura	100	
					Leite (mcg/L)	10	
TRICLORFOM (METRIFONATO)	0 - 2		Fosfonato de 0,0-dimetil-1-hidroxi-2,2- tricloroetila	Bovino	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	50	
TRIMETOPRIMA	4,2		Trimetoprima	Bovino	Músculo	50	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura	50	
					Leite (mcg/L)	50	
				Suíno	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
				Aves	Músculo	50	
					Fígado	50	
					Rim	50	
					Gordura / Pele	50	
				Peixes	Músculo / Pele	50	
TULATROMICINA	50		(2R,3S,4R,5R,8R,10R,11R,12S,13S,14R)-2-etil-3,4,10,13-tetra-hidroxi-3,5,8,10,12,14-hexametil-11-[[3,4,6-trideoxi-3-(dimeti-lamino)-β-D-xilo- hexopir-anosil]oxy]-1-oxa-6- azaciclopenta-decan-15-ona expresso como equivalentes de tulatromicina	Bovino	Músculo	300	Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
					Fígado	4500	
					Rim	3000	
					Gordura	200	
				Suíno	Músculo	800	
					Fígado	4000	
					Rim	8000	
					Gordura / Pele	300	
VALNEMULINA	7,95		Valnemulina	Suíno	Músculo	50	
					Fígado	500	
					Rim	100	
					Gordura / Pele	Não necessário	
VIRGINIAMICINA	21,23		Virginiamicina fator S1	Bovino	Músculo	Não necessário	Não usar em animais produtores de ovos para consumo humano.
					Fígado	Não necessário	
					Rim	Não necessário	
					Gordura	Não necessário	
				Suíno	Músculo	100	
					Fígado	300	
					Rim	400	
					Gordura / Pele	400	
				Aves	Músculo	10	
					Fígado	10	
					Rim	60	
					Gordura / Pele	0	

ANEXO II

LISTA DE IFA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS EM ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL COM LMR NÃO NECESSÁRIO.

IFA	Espécie animal	Nota
ACETATO DE BUSERELINA	Bovino, equino, suíno e coelho	
ACETATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ACETATO DE DESLORELINA	Equino	
ACETATO DE FERTIRELINA	Bovino	
ACETATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA	Ovino	Exclusivamente para uso intravaginal para fins zootécnicos.
ACETATO DE TRIPTORRELINA	Suíno	

ACETATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ACETILCISTEÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ACETILMETIONINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ACETILSALICILATO DE SÓDIO	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
ÁCIDO ACÉTICO	Bovino, ovino, caprino, suíno e equino	
ÁCIDO ACETILSALICÍLICO	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
ÁCIDO ACETILSALICÍLICO-DL-LISINA	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
ÁCIDO ASPÁRTICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO BÓRICO E BORATOS	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO CLORÍDRICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÁCIDO CRESÍLICO	Bovino, ovino, caprino e equino	
ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA ACÉTICO E SEUS SAIS	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO FÓLICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO FÓRMICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO GLUTÂMICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO HIALURÔNICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO LÁCTICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO L-TARTÁRICO E SEUS SAIS MONO E DIBÁSICOS DE SÓDIO, DE POTÁSSIO E DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÁCIDO MÁLICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÁCIDO ORÓTICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO OXÁLICO	Abelhas	
ÁCIDO PERACÉTICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDO SALICÍLICO	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Exclusivamente para uso tópico.
ÁCIDO TILUDRÔNICO (SOB A FORMA DE SAL DISSÓDICO)	Equino	Exclusivamente por via endovenosa.
	Ave	Exclusivamente por via parenteral e para utilização em aves poedeiras e de reprodução.
ÁCIDO TIÓCTICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÁCIDOS ALQUIL-BENZENOSSULFÔNICOS LINEARES COM CADEIA ALQUÍLICA COMPREENDIDA ENTRE C_9 E C_{13}, CONTENDO MENOS DO QUE 2,5 % DE CADEIAS MAIORES DO QUE C_{13}	Bovino e ovino	Exclusivamente para uso tópico.
ÁCIDOS HÚMICOS E SEUS SAIS DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
ADENOSINA E SEUS 5-MONOFOSFATO, 5-DIFOSFATO E 5-TRIFOSFATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Adonis vernalis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ADRENALINA / EPINEFRINA	Bovino, ovino, caprino, suíno e equino	
Aesculus hippocastanum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
AGNUS CASTUS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Ailanthus altissima	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ALANINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ALANTOÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
ÁLCOOIS DE LÃ	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
ÁLCOOL BENZÍLICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÁLCOOL DE CETOESTEARILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ALFACALCIDOL	Bovino	Exclusivamente para vacas parturientes.
ALFAPROSTOL	Bovino, suíno, coelho e equino	
Allium cepa	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ALOÉ-DE-BARBADOS E ALOÉ-DO-CABO, SEUS EXTRACTOS SECOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
(ALQUIL DE COCO)-DIMETILBETAÍNAS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
2-AMINOETANOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
AMPRÓLIO	Aves	Exclusivamente para uso oral.
Angelicae radix aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Anisi aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Anisi stellati fructus, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Apocynum cannabinum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos. Exclusivamente para uso oral.
Aqua levici	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ARGININA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Arnica montana (Arnicae flos e Arnicae planta tota)	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Arnicae radix	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Artemisia abrotanum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ASPARAGINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ASPARTATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ASPARTATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ASPARTATO DE POTÁSSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ASPARTATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Atropa belladonna	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
ATROPINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
AZAGLI-NAFARELINA	Salmonídeos	Não utilizar em peixes produtores de ovos para consumo humano.
AZAMETIFÓS	Peixes	
Balsamum peruvianum (BÁLSAMO DE PERU)	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
BENZOATO DE BENZILA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BENZOATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BENZOATO DE METILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BENZOCAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como anestésico local.
	Salmonídeos	
BETAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BICARBONATO DE SÓDIO	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
BIOTINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BITUMINOSSULFONATOS, SAIS DE AMÔNIO E DE SÓDIO	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Boldo folium	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BOROFORMIATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BOROGLUCONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BROMETO DE BUTILESCOPOLAMINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BROMETO, SAL DE POTÁSSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BROMETO, SAL DE SÓDIO	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
BROMEXINA	Bovino, suíno e aves	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.

BRONOPOL	Peixes	
BROTIZOLAM	Bovino	Exclusivamente fins terapêuticos.
BUSERELINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BUTAFOSFAN	Bovino, ovino, caprino, suíno e equino	
N-BUTANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
N-BUTANOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
BUTORFANOL	Equino	
BUTÓXIDO DE PIPERONILA	Bovino, ovino, caprino e equino	Exclusivamente para uso tópico.
CAFEÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Calendula officinalis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Calendulae flos	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Camphora	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
CÂNFORA	Bovino, ovino, caprino, suíno e equino	
CANSILATO DE ETAMIFILINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Capsici fructus acer	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CARBASALATO CÁLCICO	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Não usar em animais produtores de leite ou ovos para consumo humano.
CARBETOCINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
CARBONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CARBONATO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CARBONATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CARBONATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
Cardiospermum halicacabum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Carlinae radix	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
CARNITINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Carvi aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Caryophylli aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CASEÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Centellae asiaticae extractum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
CETAMINA (KETAMINA, QUETAMINA)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CETANSERINA	Equino	
CETOPROFENO	Bovino, suíno e equino	
CETRIMIDA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Chrysanthemi cinerariifolii flos	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Cimifugae racemosa rhizoma	Todas as espécies produtoras de alimentos	Não utilizar em animais produtores de leite para consumo humano.
Cinchonae cortex, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Cinnamomi cassiae aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Cinnamomi ceylanici aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Cinnamomi ceylanici cortex, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Cinnamomi cassiae cortex, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CISTEÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITIDINA E SEUS 5-MONOFOSFATO, 5-DIFOSFATO E 5-TRIFOSFATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRATO DE FERRO AMONIACAL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRI AETHEROLEUM	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRONELLAE AETHEROLEUM	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CITRULINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLAZURIL	Pombo	
CLOPROSTENOL, R-CLOPROSTENOL	Bovino, suíno e caprino	
CLORETO DE AMÔNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORETO DE BENZALCÔNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como excipiente.
CLORETO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORETO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORETO DE HIDROXIQUINOLINA	Suíno e aves	Exclusivamente para animais recém-nascidos.
CLORETO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORETO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
CLORETO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORETO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLOREXIDINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
CLORIDRATO DE L-ARGININA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORIDRATO DE DENAVERINA	Bovino	
CLORIDRATO DE FENPIPRAMIDA	Equino	Exclusivamente por via endovenosa.
CLORIDRATO DE HISTIDINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORIDRATO DE LISINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLORIDRATO DE MERCAPTAMINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
CLORIDRATO DE VETRABUTINA	Suíno	
CLORIDRATO DE XILAZINA	Bovino e equino	
CLORITO DE SÓDIO	Bovino	Exclusivamente para uso tópico.
CLOROCRESOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CLOROFENAMINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
COLINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
COMPLEXO FERRO-DEXTRANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
COMPOSTOS ORGÂNICOS IODADOS - IODOFÓRMIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Condurango cortex, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Convallaria majalis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Coriandri aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CORTICOTROPINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
CRATAEGUS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
CROMOGLICATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Cupressi aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
DECOQUINATO	Bovino e ovino	Exclusivamente para uso oral. Não usar em animais produtores de leite para consumo humano.
DEMBREXINA	Equino	
DETOMIDINA	Bovino e equino	Exclusivamente fins terapêuticos.
DEXPANTENOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DICLORETO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DICLORETO DE FERRO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DICLORIDRATO DE PIPERAZINA	Frango	
DICLOROISOCIANURATO DE SÓDIO	Bovino, ovino e caprino	Exclusivamente para uso tópico.
DIESTEARATO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DI-HIDROGENOFOSFATO DE 2-AMINOETILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	

3,5-DI-IODO-L-TIROSINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
DIMETICONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DIMETILACETAMIDA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DIMETILSULFÓXIDO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DINOPROST	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
DINOPROST TROMETAMINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
DINOPROSTONA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
DIOCTILSULFOSUCCINATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DIPROFILINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA	Equino	Exclusivamente para utilização por inalação.
DOXAPRAM	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
Echinacea	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos. Exclusivamente para uso tópico.
Echinacea purpurea	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
EMBONATO DE PIRANTEL	Equino	
ENILCONAZOL	Bovino e equino	Exclusivamente para uso tópico.
EPINEFRINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ERGOMETRINA MALEATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em animais parturientes.
ESTEARATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ESTEARATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ESTEARATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ESTEARATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ESTEARATOS DE POLIETILENOGLICOL COM 8-40 UNIDADES DE OXIETILENO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ESTRADIOL-17β	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para fins terapêuticos e zootécnicos.
ESTRICNINA	Bovino	Exclusivamente para administração por via oral em doses que não excedam 0,1 mg/kg p.c.
ETAMSILATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ETANOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÉTER MONOETÍLICO DE DIETILENOGLICOL	Todos os ruminantes e suíno	
ETIPROSTONA TROMETAMINA	Bovino e suíno	
EUCALIPTOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Eucalypti aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Eucalyptus globulus	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Euphrasia officinalis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
EXTRATO DE **Absinthum**	Todas as espécies produtoras de alimentos	
EXTRATO DE CARDAMOMO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
EXTRATO DE **Pyrethrum**	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
FENILALANINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FENOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FERTIRELINA	Bovino	
FITOMENADIONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FLOROGLUCINOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FLUMETRINA	Abelhas	
Foeniculi aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FORMALDEÍDO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FORMALDEÍDO SULFOXILATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FOSFATO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FOSFATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FOSFATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO / HIDROGÊNIO FOSFATO DISSÓDICO / FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO / DIHIDROGÊNIO FOSFATO DE SÓDIO / FOSFATO DE SÓDIO TRIBÁSICO / FOSFATO TRISSÓDICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FOSTATO TRICÁLCICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Frangulae cortex, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FTALATO DE DIETILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FTALATO DE DIMETILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FUMARATO DE FERRO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
FUROSEMIDA	Bovino e equino	Exclusivamente por via endovenosa.
GEL DE **Aloe vera** E EXTRATO INTEGRAL DE FOLHA DE **Aloe vera**	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Gentianae radix, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Ginkgo biloba	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Ginkgo biloba	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Ginseng	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Ginseng, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
7-GLICERILCOCOATO DE POLIETILENOGLICOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
GLICEROFOSFATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICEROFOSFATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICEROFOSFATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
GLICEROFOSFATO DE POTÁSSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICEROL FORMAL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLICOSAMINOGLICANO POLISSULFATADO	Equino	
GLUCO-HEPTONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCO-HEPTONATO DE FERRO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
GLUCONATO DE NÍQUEL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONO-GLUCO-HEPTONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCONOLACTATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCURONATO DE 2-AMINOETANOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCURONATO DE BETAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUCURONATO DE POTÁSSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUTAMATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUTAMATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUTAMINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GLUTARALDEÍDO	Todas as espécies produtoras de alimentos	

GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA - HCG (DE ORIGEM NATURAL E RESPECTIVOS ANÁLOGOS DE SÍNTESE)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GONADOTROFINA MENOPÁUSICA HUMANA - HMG	Bovino	
GONADOTROFINA CORIÔNICA EQUÍNA - ECG (GONADOTROFINA DO SORO DE ÉGUAS PRENHES - PMSG)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GUAIACOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
GUANOSINA E SEUS 5-MONOFOSFATO, 5-DIFOSFATO E 5-TRIFOSFATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Hamamelis virginiana	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico ou em medicamentos veterinários homeopáticos.
Harpagophytum procumbens	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Harunga madagascariensis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
HEPARINA E SEUS SAIS	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HEPTAMINOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HEPTANOATO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HESPERIDINA	Equino	
HESPERIDINA METIL CALCONA	Equino	
HEXETIDINA	Equino	Exclusivamente para uso tópico.
HIDRATO DE TERPINA	Bovino, ovino, caprino e suíno	
HIDROCARBONETOS MINERAIS, DE BAIXA A ELEVADA VISCOSIDADE INCLUINDO CERAS MICROCRISTALINAS, APROXIMADAMENTE C_{10}-C_{60}, COMPOSTOS ALIFÁTICOS, ALIFÁTICOS RAMIFICADOS E ALICÍCLICOS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclui os compostos aromáticos e insaturados.
HIDROCLOROTIAZIDA	Bovino	
HIDROCORTISONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
HIDROXIACETATO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
4-HIDROXIBENZOATO DE BENZILO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
P-HIDROXIBENZOATO DE BENZILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
4-HIDROXIBENZOATO DE BUTILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
4-HIDROXIBENZOATO DE BUTILO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
15-HIDROXIESTEARATO DE POLIETILENOGLICOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
8-HIDROXIQUINOLINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para uso tópico em animais recém-nascidos.
HIPOFOSFITO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HIPOFOSFITO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HIPOFOSFITO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Hippocastani semen	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
HISTIDINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE - FSH (DE ORIGEM NATURAL, PROVENIENTE DE TODAS AS ESPÉCIES, E RESPECTIVOS ANÁLOGOS DE SÍNTESE)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HORMÔNIO LIBERADOR DE GONADOTROFINA - GNRH	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HORMÔNIO LIBERADOR DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE - D-FENILALANINA (6)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
HORMÔNIO LUTEINIZANTE - LH (DE ORIGEM NATURAL, PROVENIENTE DE TODAS AS ESPÉCIES, E RESPECTIVOS ANÁLOGOS DE SÍNTESE)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Hyperici oleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Hypericum perforatum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
INOSINA E SEUS 5-MONOFOSFATO, 5-DIFOSFATO E 5-TRIFOSFATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
INOSITOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ISOBUTANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ISOFLURANO	Equino e suíno	Exclusivamente para uso como anestésico por via inalatória.
ISOLEUCINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ISOPROPANOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ISOXSUPRINA	Bovino e equino	Exclusivamente fins terapêuticos.
Jecoris oleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Juniperi fructus	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Lachnanthes tinctoria	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
LACTATO DE ETILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LANOLINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Lauri folii aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Lauri fructus	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LAURILSULFATO DE AMÔNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LAURILSULFATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Lavandulae aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
LECIRELINA	Bovino, equino e coelho	
LECTINA EXTRAÍDA DO FEIJÃO (*PHASEOLUS VULGARIS*)	Suíno	Exclusivamente para uso oral.
Lespedeza capitata	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LEUCINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LEVOMETADONA	Equino	Exclusivamente por via endovenosa.
LEVOTIROXINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
LIDOCAÍNA	Equino	
Lini oleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LISINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Lobaria pulmonaria	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
LOBELINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
LUPROSTIOL	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
Majoranae herba	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MALATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MALEATO DE ERGOMETRINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para uso em animais parturientes.
MANITOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Matricaria recutita E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Matricariae flos	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MECILINAM	Bovino	Exclusivamente para uso intrauterino.
Medicago sativa extractum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
MEDROXIPROGESTERONA	Ovino	Exclusivamente para utilização intravaginal com fins zootécnicos.
MELATONINA	Ovino e caprino	
Melissae aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Melissae folium	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MENADIONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MENBUTONA	Bovino, ovino, caprino, suíno e equino	
Menthae arvensis aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Menthae piperitae aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	

MENTOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MEPIVACAÍNA	Equino	Exclusivamente para administração intra-articular e epidural como anestésico local.
MESILATO DE TRICAÍNA	Peixes	Exclusivamente para uso em meio aquático.
2-METIL-2-FENOXI-PROPANOATO DE SÓDIO	Bovino, suíno, caprino e equino	
1-METIL-2-PIRROLIDONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
METIONATO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
METIONINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MIGLIOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Millefolii herba	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MONOESTEARATO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MONOOLEATO E TRIOLEATO DE POLIOXIETILENO SORBITANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MONOTIOGLICEROL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
MONTANIDA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Myristicae aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em animais recém-nascidos.
NATAMICINA	Bovino e equino	Exclusivamente para uso tópico.
NEOSTIGMINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
NICOBOXIL	Equino	Exclusivamente para uso tópico.
NICOTINATO DE METILO	Bovino e equino	Exclusivamente para uso tópico.
NITRATO DE POTÁSSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
NITRITO DE SÓDIO	Bovino	Exclusivamente para uso tópico.
NONIVAMIDA	Equino	Exclusivamente para uso tópico.
OCITOCINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
Okoubaka aubrevillei	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
OLEATO DE ETILO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
OLEATO DE OLEÍLO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
OLEATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓLEO DE RÍCINO-POLIOXILO COM 30 A 40 UNIDADES DE OXIETILENO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ÓLEO DE RÍCINO-POLIOXILO HIDROGENADO COM 40 A 60 UNIDADES DE OXIETILENO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
OMEPRAZOL	Equino	Exclusivamente para uso oral.
ORGOTEÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ORNITINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
OROTATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE DICOBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
ÓXIDO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
ÓXIDO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PANCREATINA	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
PANTOTENATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PAPAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PAPAVERINA	Bovino	Exclusivamente para animais recém-nascidos.
PARACETAMOL	Suíno	Exclusivamente para uso oral.
PARCONAZOLE	Galinha-dangola	
PECTINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PEFORRELINA	Suíno	
PEGBOVIGRASTIM (FATOR ESTIMULADOR DE COLÔNIAS)	Bovino	
PEPSINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Phytolacca americana	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Piceae turiones recentes extractum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
PIDOLATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
PIRANTEL	Equino	
PIROSSULFITO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
2-PIRROLIDONA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
POLICRESULENO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
POLIETILENOGLICÓIS (MASSA MOLECULAR ENTRE 200 E 10 000)	Todas as espécies produtoras de alimentos	
POLIFOSFATOS DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
POLOXALENO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
POLOXAMER	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PRAZIQUANTEL	Ovino e equino	
PRETCAMIDA (CROTETAMIDA E CROPROPAMIDA)	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	
PROCAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PRODUTOS DE OXIDAÇÃO DE **Terebinthinae oleum**	Bovino, ovino, caprino e suíno	
PROGESTERONA	Bovino, ovino, caprino e equino	Exclusivamente para uso intravaginal terapêutico ou zootécnico.
PROLINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PROPANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PROPILENOGLICOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PROPIONATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
PROPIONATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Prunus laurocerasus	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
QUATRESINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como conservante em concentração máxima até 0,5 %.
Quercus cortex	Todas as espécies produtoras de alimentos	
QUIMOTRIPSINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Rhei radix, EXTRATOS PADRONIZADOS E RESPECTIVAS PREPARAÇÕES	Todas as espécies produtoras de alimentos	
RIBONUCLEATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
Ricini oleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Para uso como excipiente.
ROMIFIDINA	Equino	Exclusivamente fins terapêuticos.
Rosmarini aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Rosmarini folium	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Ruscus aculeatus	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Ruta graveolens	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos. Não utilizar em animais produtores de leite para consumo humano.
SALICILATO DE HIDROXIETILO	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Exclusivamente para uso tópico.
SALICILATO DE METILA	Todas as espécies destinadas à produção de alimentos, exceto peixes.	Exclusivamente para uso tópico.
Selenicereus grandiflorus	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
SELENITO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Serenoa repens	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
SERINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SEROTONINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	

SESQUIOLEATO DE SORBITANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SILICATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SILICATO DE MAGNÉSIO E ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Silybum marianum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Sinapsis nigrae semen	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Solidago virgaurea	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
SOMATOTROPINA BOVINA RECOMBINANTE (rBST)	Bovino	Exclusivamente para fins zootécnicos. "LMR não necessário" se aplica a Somagrebove, Sometribove, Somavubove e Somidobove.
SOMATOSSALME	Salmonídeos	
Strychni semen	Bovino, ovino e caprino	Exclusivamente para administração por via oral em doses que não excedam o equivalente a 0,1 mg de estricnina/kg p.c.
SUBCARBONATO DE BISMUTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
SUBGALATO DE BISMUTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
SUBNITRATO DE BISMUTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
	Bovino	Exclusivamente para uso intramamário.
SUBSALICILATO DE BISMUTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
SULFATO DE AMÔNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE CÁLCIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE CETOESTEARIL DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
SULFATO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE COBRE	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE FERRO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE MANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
SULFATO DE NÍQUEL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFATO DE ZINCO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
SULFOGAIACOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Symphyti radix	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico sobre pele intacta.
Syzygium cumini	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Tanninum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TARTARATO DE BUTORFANOL	Equino	Exclusivamente por via endovenosa.
TARTARATO DE CETANSERINA	Equino	
TAU-FLUVALINATO	Abelhas	
TEOBROMINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TEOFILINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Terebinthinae aetheroleum rectificatum	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
Terebinthinae laricina	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso tópico.
TESTOSTERONA	Bovino e ovino	
TETRACAÍNA	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como anestésico.
Thuja occidentalis	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Thymi aetheroleum	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TIAMILAL	Todos os mamíferos destinados à produção de alimentos	Exclusivamente por via endovenosa.
TIAPROST	Bovino, ovino, suíno e equino	
Tiliae flos	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TIMERFONATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como conservante em vacinas multidose numa concentração que não ultrapasse 0,02 %.
TIMIDINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TIMOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TIOMERSAL	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso como conservante em vacinas multidose numa concentração que não ultrapasse 0,02 %.
TIOPENTAL SÓDICO	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente por via endovenosa.
TIOSSULFATO DE SÓDIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TIROSINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TOLDIMFÓS	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TOSILCLORAMIDA DE SÓDIO	Bovino e equino	Exclusivamente para uso tópico.
	Peixes	Exclusivamente para uso em meio aquático.
TRAGACANTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TREONINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRICLORMETIAZIDA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIESTEARATO DE ALUMÍNIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIMETILFLOROGLUCINOL	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIOLEATO DE SORBITANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIÓXIDO DE COBALTO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIÓXIDO DE DIMANGANÊS	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso oral.
TRIPSINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRIPTOFANO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
TRISSILICATO DE MAGNÉSIO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Turnera diffusa	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
UREIA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Urginea maritima	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
URIDINA E SEUS 5-MONOFOSFATO, 5-DIFOSFATO E 5-TRIFOSFATO	Todas as espécies produtoras de alimentos	
Urticae herba	Todas as espécies produtoras de alimentos	
VALINA	Todas as espécies produtoras de alimentos	
VINCAMINA	Bovino	Exclusivamente para uso em animais recém-nascidos.
Virola sebifera	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
Viscum album	Todas as espécies produtoras de alimentos	Exclusivamente para uso em medicamentos veterinários homeopáticos.
XILAZINA	Bovino e equino	

ANEXO III

LISTA DE IFA COM LMR NÃO RECOMENDADO.

IFA COM LMR NÃO RECOMENDADO
CARBADOX
CLORANFENICOL
CLORPROMAZINA
DIMETRIDAZOL
ESTILBENOS
FENILBUTASONA
IPRONIDAZOL
METRONIDAZOL
NITROFURANOS
OLAQUINDOX
RONIDAZOL
VERDE MALAQUITA
VIOLETA GENCIANA

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 90, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de radiografia médica convencional deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o disposto no inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação;

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

IV - diafragma regulável com localização luminosa, para limitar o campo de radiação à região de interesse clínico;

V - sistema para identificar quando o eixo do feixe de radiação está perpendicular ao plano do receptor de imagem e para ajustar o centro do feixe de radiação em relação ao centro do receptor de imagem;

VI - sistema para indicar a distância foco-receptor ou foco-pele;

VII - indicação visual do tubo selecionado no painel de controle, para equipamentos com mais de 1 (um) tubo;

VIII - cabo disparador com comprimento mínimo de 2 (dois) metros, nos equipamentos móveis;

IX - suporte do cabeçote ajustável, de modo a manter o tubo estável durante a exposição, a menos que o movimento do cabeçote seja função projetada do equipamento;

X - componentes, tais como gerador, tubo, cabeçote, mesa e sistema de colimação, devem possuir identificação própria (marca, modelo, número de série), mediante etiqueta fixada em lugar visível; e

XI - grade antidifusora removível, para equipamentos especificados para aplicações pediátricas.

Art. 3º Quando houver sistema de Controle Automático de Exposição, o painel de controle deve possuir indicação clara de quando esse modo de operação está sendo utilizado.

Art. 4º A absorção produzida pela mesa do equipamento ou pelo porta-receptor de imagens vertical, quando aplicável, deve ser comprovada por meio de certificado de adequação emitido pelo fabricante.

Art. 5º No painel de controle do equipamento, a terminologia e os valores dos parâmetros de operação devem estar exibidos em linguagem ou simbologia internacionalmente aceita, compreensível para o usuário.

Art. 6º Os parâmetros operacionais, tais como tensão do tubo, filtração inerente e adicional, posição do ponto focal, distância fonte receptor de imagem, tamanho de campo (para equipamento com distância fonte-receptor de imagem constante), tempo e corrente do tubo ou seu produto, devem estar claramente indicados no equipamento.

Art. 7º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento.

Art. 8º Deve estar disponível no comando, protocolo de técnicas radiográficas (tabela de exposição), especificando, para cada exame realizado no equipamento, as seguintes informações:

I - tipo de exame (espessuras e partes anatômicas do paciente) e respectivos fatores de técnica radiográfica;

II - parâmetros para o controle automático de exposição, quando aplicáveis;

III - tamanho e tipo de receptor de imagem;

IV - distância foco-receptor de imagem;

V - tipo e posicionamento da blindagem a ser usada no paciente, quando aplicável; e

VI - quando determinado pela autoridade sanitária competente, restrições de operação do equipamento e procedimentos de segurança.

Art. 9º Todo equipamento com anodo rotatório deve ter 2 (dois) estágios de acionamento do feixe de raios X e possuir mecanismos para que:

I - a emissão do feixe de raios X ocorra somente enquanto durar a pressão intencional sobre o botão disparador;

II - seja necessário aliviar a pressão sobre o botão e pressioná-lo novamente para ocorrer repetição da exposição; e

III - o botão disparador esteja instalado de tal forma que seja difícil efetuar exposição acidental.

Art. 10. Os equipamentos de raios X devem ser providos de dispositivo que interrompa automaticamente a irradiação ao final do tempo, da dose, ou do produto corrente-tempo selecionados, ou a qualquer momento dentro do intervalo selecionado de exposição.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 11. São condições dos procedimentos e equipamentos de radiografia médica convencional que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem luz de campo ou luz de campo sem funcionar;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (tensão (kV), corrente (mA) e tempo (s) ou o produto corrente x tempo (mAs);

V - mesa bucky ou bucky mural sem grade antidifusora;

VI - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

VII - equipamento móvel sem cabo disparador; e

VIII - equipamento com sistema de disparo que permita feixe contínuo, independentemente do tempo selecionado.

Art. 12. As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste específica para radiografia médica convencional que verifique, no mínimo, resolução espacial e resolução de baixo contraste;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X, receptores de imagem, sistema de processamento e visualização, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência; e

III - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Ficam revogadas:

I -a Instrução Normativa - IN nº 52, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019; e

II - a Instrução Normativa - IN nº 78, de 18 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2020.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA MÉDICA CONVENCIONAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
G	Exatidão dos indicadores da distância foco-receptor	Teste de aceitação ou após reparos	≤ 5%	-
G	Exatidão do indicador de campo luminoso	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	≤ 2% da distância foco-receptor	> 4%
G	Alinhamento do eixo central do feixe de Raios X	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	≤ 3° em relação ao eixo perpendicular ao plano do receptor	> 5°
F (C/CR/DR)	Alinhamento de grade	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	Sem artefato, lâminas aparentes ou não uniformidade da imagem	Não possuir grade
G	Integridade dos chassis e cassetes	Teste de aceitação e anual	Chassis e cassetes íntegros	-
G	Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	-
G	Exatidão do indicador de tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%.	> 20%
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5%	> 10%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 30%
G	Reprodutibilidade do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Linearidade do kerma no ar com o produto corrente tempo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
F (C/CR/DR)	Reprodutibilidade do Controle Automático de Exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
F (C/CR/DR)	Compensação do Controle Automático de Exposição para diferentes espessuras	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Rendimento do Tubo (R)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	30 ≤ R (μGy/mAs) ≤ 65, a 1 m para 80 kV e filtração total entre 2,5 mmAl e 5 mmAl	R < 20 μGy/mAs R > 80 μGy/mAs
G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo III desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo III
G	Resolução Espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 2,5 pl/mm	< 1,5 pl/mm
F/M (C)	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
F/M (C)	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
F (C/CR/DR), inclusive digitalização	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
F/M (CR)	Diferença de sensibilidade entre as placas de fósforo, para receptores de imagem de mesmo tamanho	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
F/M (CR/DR)	Exatidão do indicador de dose do detector (quando disponível)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
F/M (CR/DR), inclusive digitalização	Distorção geométrica	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 2%	> 4%
F/M (CR/DR)	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
F/M (CR/DR)	Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 170 cd/m²	-
G	Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 1500 cd/m²	-
G	Uniformidade da luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 30%	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
G	Qualidade da imagem	Teste de aceitação, anual e após reparos	Art. 12 desta Instrução Normativa	Art. 12 desta Instrução Normativa
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos	≤ 1,0 mGy/h a 1 m	> 2,0 mGy/h a 1 m

*F: Fixo; M: Móvel; C: Convencional; CR: Radiografia Computadorizada; DR: Radiografia Digital; G: Geral (F/M/C/CR/DR)

Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

VALORES REPRESENTATIVOS DE DOSE EM RADIODIAGNÓSTICO PARA PACIENTE ADULTO TÍPICO*

Exame	Incidência**	DEP*** (mGy)
		Referência Máxima
Coluna Lombar	AP	10
	LAT	30
	JLS	40
Abdome, Urografia e Colecistectomia	AP	10
Pelve	AP	10
Bacia	AP	10
Tórax	PA	0,4
	LAT	1,4
Coluna Torácica	AP	7
	LAT	20
Crânio	AP	5
	LAT	3

*Paciente adulto típico (para fins de avaliação de exposição médica em adulto) - Indivíduo com característica biométrica típica de adulto, com peso entre 60 e 75 kg e altura entre 1,60 e 1,75 m.

**PA: Póstero Anterior; AP: Antero Posterior; LAT: Lateral; JLS: Junção Lombo-Sacro.

*** DEP: Dose de Entrada na Pele.

ANEXO III

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União n° 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 149.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 91, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, bem como a relação de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de fluoroscopia ou de radiologia intervencionista deve possuir, além do estabelecido nas demais normativas aplicáveis:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - dispositivo para controlar o tempo acumulado de fluoroscopia, de modo que:

a) o tempo não exceda 5 (cinco) minutos sem que o dispositivo seja reajustado ou reiniciado; e

b) produza alarme sonoro audível na sala de exames, o qual indique o término do tempo pré-selecionado e continue soando enquanto os raios X são emitidos, até que o dispositivo seja reajustado ou reiniciado;

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação em qualquer tensão de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

IV - diafragma regulável, para limitar o campo de radiação à região de interesse e garantir que o feixe de radiação seja completamente restrito à área do receptor de imagem, em qualquer distância foco-receptor e qualquer tamanho de campo selecionado;

V - sistema para identificar quando o eixo do feixe de radiação está perpendicular ao plano do receptor de imagem, para equipamentos comercializados a partir da publicação desta Instrução Normativa;

VI - indicação visual do tubo selecionado no painel de controle, para equipamentos com mais de 1 (um) tubo;

VII - para salas com equipamentos fixos ou utilizados como fixos, cortina ou saiote plumbífero inferior/lateral íntegros para a proteção do operador contra a radiação espalhada pelo paciente, com espessura não inferior a 0,5 mm (cinco décimos de milímetro) equivalente de chumbo, a 100 kVp (cem quilovolts de pico). Este critério não é aplicável a equipamentos com tubo de raios X instalado sobre a mesa;

VIII - sistema para impedir que a distância foco-pele seja inferior a 30 cm (trinta centímetros) para equipamentos fixos e 20 cm (vinte centímetros) para equipamentos móveis;

IX - sinais sonoro e luminoso perceptíveis no interior da sala de exames, quando o modo cine (registro ou gravação) estiver acionado;

X - componentes, tais como gerador, tubo, cabeçote, mesa e sistema de colimação devem possuir identificação própria (marca, modelo, número de série), mediante etiqueta fixada em lugar visível;

XI - controle automático de intensidade;

XII - indicação do produto kerma x área (pka) acumulado no exame ou do kerma no ar de referência, sendo recomendadas as duas indicações, para equipamentos comercializados a partir da data de publicação desta Instrução Normativa;

XIII - visor plumbífero íntegro, com atenuação mínima equivalente a 0,25 mm (vinte e cinco centésimos de milímetro) de chumbo, a 100 kVp (cem quilovolts de pico), para salas com equipamento fixo ou utilizado como fixo; e

XIV - gerador e tubo de raios X com potência mínima de 60 kW (sessenta quilowatts), para equipamentos utilizados em cardiologia intervencionista.

Art. 3º Ficam proibidas:

I - a instalação de equipamentos com gerador que não seja de alta frequência;

II - a instalação de equipamentos de fluoroscopia sem feixe pulsado; e

III - a utilização de equipamentos sem controle automático de intensidade.

Art. 4º A absorção produzida pela mesa do equipamento ou pelo porta-receptor de imagens vertical, quando aplicável, deve ser comprovada por meio de certificado de adequação emitido pelo fabricante.

Art. 5º Os parâmetros operacionais, tais como tensão do tubo, filtração adicional, distância fonte-receptor de imagem, tamanho de abertura de campo, tempo acumulado em fluoroscopia, corrente do tubo de raios X, taxa de kerma no ar, kerma no ar de referência e produto kerma x área, quando aplicável, devem estar claramente indicados no equipamento.

Art. 6º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição, deve ser indicada por sinal luminoso localizado no painel de controle do equipamento e no interior da sala de exames.

Parágrafo único. No caso de equipamentos fixos, a emissão de raios X também deve ser indicada por sinal luminoso no lado externo da(s) porta(s) de acesso à sala de exames.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 7º São condições dos procedimentos e equipamentos de fluoroscopia e de radiologia intervencionista que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento incapaz de restringir o campo de radiação ao receptor de imagem;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (tensão (kVp), corrente (mA) e tempo (min), produto kerma x área (quando aplicável) e kerma no ar de referência (quando aplicável) para todos os equipamentos comercializados a partir da publicação desta Instrução Normativa;

V - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

VI - equipamentos sem intensificador de imagem, detector de placa plana ou detector digital integrado; e

VII - equipamentos utilizados em radiologia intervencionista sem anteparos de teto ou visores plumbíferos, e cortinas plumbíferas.

Art. 8º As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste específica para fluoroscopia e radiologia intervencionista;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X, receptores de imagem, sistema de visualização, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência;

III - semestralmente, deverá ser produzida 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, com a mesma técnica utilizada para produzir a imagem de referência; e

IV - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

Art. 9º Os equipamentos de proteção individual utilizados no serviço de radiologia intervencionista devem ser testados semestralmente, sendo obrigatória a elaboração de laudo técnico de integridade, com os resultados e as respectivas imagens, quando aplicável.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 53, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 126.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE FLUOROSCOPIA E RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA

IMAGEM 1

ANEXO II

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União n° 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 150.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 92, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos

Art. 2º Todo equipamento de mamografia deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o requisito de que trata o inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação;

III - filtração total permanente mínima do feixe útil de radiação equivalente a 0,03 mm (três centésimos de milímetro) de molibdênio, para combinação alvo/filtro Mo/Mo; 0,025 mm (vinte e cinco milésimos de milímetro) de ródio, para a combinação alvo/filtro Mo/Rh ou Rh/Rh; 0,06 mm (seis centésimos de milímetro) de molibdênio, para combinação alvo/filtro W/Mo; 0,05 mm (cinco centésimos de milímetro) de ródio, para combinação alvo/filtro W/Rh;

IV - dispositivo para manter compressão firme na mama para assegurar espessura uniforme na porção radiografada, de modo que:

a) a placa de compressão produza atenuação de, no máximo, o equivalente a 2 mm (dois milímetros) de Polimetil-Meta-Acrilato (PMMA), comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X; e

b) o sistema automático garanta força de compressão do dispositivo entre 150 (cento e cinquenta) e 200 (duzentos) Newtons (N), indicando o valor da compressão.

V - suporte de receptor de imagem com transmissão menor que 1 µGy (um microgray) por exposição a 5 cm (cinco centímetros), sem a presença da mama, para valores máximos de kVp e mAs empregados, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

VI - tubo de raios X projetado especificamente para mamografia;

VII - gerador de alta frequência;

VIII - controle automático de exposição;

IX - distância do ponto focal até o receptor de imagem não inferior a 50 cm (cinquenta centímetros);

X - tamanho nominal do ponto focal não superior a 0,4 mm (quatro décimos de milímetro); e

XI - sistema para indicar a espessura da mama comprimida, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

Art. 3º O painel de controle deve possuir indicação clara de quando se utiliza o controle automático de exposição.

Art. 4º No painel de controle do equipamento, a terminologia e os valores dos parâmetros de operação devem estar exibidos em linguagem ou simbologia internacionalmente aceita, compreensível para o usuário.

Art. 5º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso no painel de controle do equipamento.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 6º São condições dos procedimentos e equipamentos de mamografia que inabilitam seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem filtração adicional;

III - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (Tensão (kVp), Corrente (mA) e Tempo (s) ou o produto corrente x tempo (mAs));

IV - equipamento sem sistema automático de compressão;

V - equipamento sem bandeja de compressão, com bandeja danificada ou sem fixação;

VI - equipamento sem controle automático de exposição (CAE) ou com CAE sem funcionar;

VII - equipamento com distância do ponto focal até o receptor de imagem menor que 50 cm (cinquenta centímetros);

VIII - suporte de receptor de imagem (bucky) sem grade antidifusora, exceto sistemas de magnificação;

IX - revelação manual;

X - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

XI - utilizar negatoscópios que não sejam específicos para mamografia, quando o serviço realizar diagnóstico e laudos por meio de filme;

XII - utilizar monitor para diagnóstico e laudos que não seja específico para mamografia; e

XIII - utilizar processadora não específica e exclusiva para mamografia convencional, quando o serviço utilizar essa modalidade.

Art. 7º Os testes de controle de qualidade devem ser realizados com as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, e em conformidade com as demais normativas aplicáveis.

§ 1º Para serviços de mamografia em unidades itinerantes, os testes do Anexo I desta Instrução Normativa devem ser realizados, no mínimo, semestralmente, com exceção dos testes de menor período, que devem ser realizados conforme estabelecido no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 2º A avaliação diária da qualidade da imagem pode ser realizada por profissionais do próprio serviço, desde que treinados e legalmente habilitados para tais funções.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 54, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 128.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
C	Sensitometria da processadora	Teste de aceitação, diário ou após reparos	Linha de Base (LB) Base + véu ≤ 0,21 DO Base + véu ≤ LB + 0,02 DO Densidade média ≤ LB + 0,10 DO Diferença de densidades ≤ LB + 0,10 DO	Base + véu > 0,25 DO Base + véu > LB + 0,03 DO Densidade média > LB + 0,15 DO Diferença de densidades > LB + 0,15 DO
C	Temperatura do sistema de processamento	Teste de aceitação, diário ou após reparos	Conforme recomendação do fabricante	-
G	Qualidade da imagem (Avaliada com ferramenta de teste específica para mamografia)	Teste de aceitação, diário ou após reparos	Fibra ≤ 0,75 mm; Microcalcificação ≤ 0,32 mm; Massa ≤ 0,75 mm.	Não cumprir os requisitos
C/CR	Integridade dos chassis e cassetes	Teste de aceitação e anual	Chassis e cassetes íntegros	-
G	Valor representativo de dose glandular média	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	-
G	Exatidão do indicador da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5% do valor nominal	> 10% do valor nominal
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	coeficiente de variação ≤ 0,05	coeficiente de variação > 0,1
G	Tempo máximo de exposição (para um simulador de 4,5 cm de PMMA)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Contato: t ≤ 1,5 s Magnificação: t ≤ 2,0 s	Contato: t > 2,0 s Magnificação: t > 3,0 s
G	Reprodutibilidade do controle automático de exposição (CAE)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 15% do valor médio, ou conforme especificação do fabricante	> 30% do valor médio
G	Compensação do CAE para diferentes espessuras	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 15%	> 30%
G	Rendimento do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	7 x *f* (mGy/s), medido a 28 kV Onde *f* é igual a: 1 para Mo/Mo; 0,86 para Mo/Rh; 0,41 para W/Mo; 0,38 para W/Rh; 0,58 para Rh/Rh.	-
G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	(kVp/100)+0,03 ≤ CSR(mmAl) ≤ (kVp/100) + c onde *c* é igual a: 0,12 para Mo/Mo; 0,19 para Mo/Rh; 0,22 para Rh/Rh; 0,30 para W/Rh; 0,32 para W/Ag; 0,25 para W/Al.	CSR(mmAl) ≤ (kVp/100)
G	Resolução espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Conforme especificação do fabricante. Para mamografia convencional: ≥ 12 pl/mm	Para mamografia convencional: < 10 pl/mm
G	Exatidão do sistema de colimação	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 2% da distância foco-receptor de imagem	> 4% da distância foco-receptor de imagem
G	Sistema de compressão automático	Teste de aceitação, anual ou após reparos	150 N* ≤ Força de compressão ≤ 200 N	> 300 N ou < 70 N
G	Alinhamento da bandeja de compressão	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5 mm	> 10 mm
G	Indicação da espessura da mama comprimida	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5 mm	> 10 mm
C	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
C	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
CR/DR	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Desvio máximo da Razão Sinal Ruído (RSR) das ROIs individuais em relação ao valor médio da RSR ≤ 15%, para placas de mesmo tamanho.	> 25%
CR	Diferença de sensibilidade entre as placas de fósforo de mesmo tamanho	Teste de aceitação, anual ou após reparos	O mAs da exposição de qualquer placa de fósforo não deve diferir mais que 10% da média de todas as placas de mesmo tamanho. A RSR de qualquer placa de fósforo não deve diferir mais que 15% da RSR médio de todas as placas de mesmo tamanho.	Diferença de mAs > 15%
CR/DR	Razão contraste ruído (CNR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo III desta Instrução Normativa	-
CR/DR	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
C	Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 3000 cd/m²	≤ 2500 cd/m²
CR/DR	Luminância dos monitores para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 350 cd/m²	-
G	Uniformidade da Luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	> 100 lx
G	Levantamento Radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv / ano; Área controlada: > 10,0 mSv / ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações no equipamento	≤ 1,0 mGy/h a 1m	> 2,0 mGy/h a 1m

C: Mamografia Convencional; CR: Mamografia CR; DR: Mamografia DR; G: Geral.
*Para fins de avaliação da força de compressão deve ser considerado 9,8 N = 1 kgf
Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

DOSE GLANDULAR MÉDIA (DGM) PARA MAMOGRAFIA

Espessura (cm)		DGM (mGy)	
PMMA	Mama equivalente	Referência	Tolerância
2	2,1	0,6	< 1,0
3	3,2	1,0	< 1,5
4	4,5	1,6	< 2,0
4,5	5,3	2,0	< 2,5
5	6	2,4	< 3,0
6	7,5	3,6	< 4,5

ANEXO III - RAZÃO CONTRASTE RUÍDO (CNR)

Espessura de PMMA (cm)	Níveis de tolerância de CNRrel (%)	Níveis de restrição CNRrel (%)
2	≥ 115	< 105
3	≥ 110	< 100
4	≥ 105	< 95
4,5	≥ 103	< 93
5	≥ 100	< 90
6	≥ 95	< 85
7	≥ 90	< 80

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 152.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 93, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos e dos processos

Art. 2º Todo equipamento de tomografia computadorizada médica deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

III - meios que permitam a determinação visual do plano de referência;

IV - dispositivo que permita ao operador interromper, a qualquer instante, qualquer aquisição de duração maior que 0,5 s (cinco décimos de segundo);

V - indicação visual, no painel de controle, dos parâmetros de técnica, incluindo espessura de corte, colimação e incremento de varredura, antes do início de uma série;

VI - meios para ajustar os números de CT, de modo que os dados de calibração no fantoma com água ou material equivalente produzam números iguais a 0 (zero);

VII - modulação automática de corrente, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

VIII - protocolos pediátricos, para equipamentos utilizados em pediatria;

IX - tecnologia helicoidal, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

X - indicação do Índice de Dose em Tomografia Computadorizada Ponderado (CTDIw) ou Índice de Dose em Tomografia Computadorizada Volumétrico (CTDIvol) e do Produto Dose x Comprimento (DLP), para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa; e

XI - relatório de dose em padrão DICOM, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 4º São condições dos procedimentos e equipamentos de tomografia computadorizada médica que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem modulação automática de corrente, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

II - equipamento sem protocolos pediátricos, caso sejam utilizados em pediatria;

III - equipamento sem indicação de CTDIw ou CTDIvol e DLP, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa; e

IV - equipamento sem relatório de dose em formato DICOM, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 55, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 129.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MÉDICA

TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
Exatidão do indicador da tensão do tubo	Teste de aceitação e após reparos	≤ 5%	> 10%
Exatidão do número de CT	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	Conforme estabelecido pelo fabricante ou -1000 ± 10 (ar); e 0 ± 5 (água).	> -980 ou < -1020 (ar); e > 10 ou < -10 (água).
Uniformidade do nº de CT	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	≤ 5 HU*	> 10 HU
Ruído	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	≤ 15% acima do valor de referência	> 20% acima do valor de referência
Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II	-
Resolução espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 6 pl/cm em resolução normal; e ≥ 10 pl/cm em alta resolução.	< 3 pl/cm em resolução normal; e < 5 pl/cm em alta resolução.
Exatidão da espessura do corte	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 1 mm para espessuras nominais maiores que 2 mm, e ≤ 50% da espessura nominal para espessuras nominais menores ou iguais a 2 mm	> 2 mm
Exatidão do indicador do deslocamento da mesa	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 1 mm	> 2 mm
Exatidão do indicador do posicionamento da mesa	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 1 mm	> 2 mm
Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 170 cd/m²	-
Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 1500 cd/m²	-
Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	-
Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	Não possui ou todos estão danificados
Coincidência entre os indicadores luminosos do plano externo e interno e do plano irradiado	Teste de aceitação, anual ou após reparos	< 2 mm	> 4 mm
Uniformidade da luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 30%	-
Verificação de ausência de artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagem sem artefatos	-
Exatidão do Indicador de Dose em TC (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
Compensação do Sistema de modulação de corrente para diferentes espessuras (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal, após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.

*HU = Unidades Hounsfield

ANEXO II

VALORES REPRESENTATIVOS DE DOSE EM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MÉDICA

Exame	CTDIvol (mGy)
	Referência Máxima
Cabeça (adulto típico*)	70
Abdome (adulto típico*)	25
Abdome (pediátrico**)	20

*Paciente adulto típico (para fins de avaliação de exposição médica em adulto) - Indivíduo com característica biométrica típica de adulto, com peso entre 60 e 75 kg e altura entre 1,60 e 1,75 m.

**Pediátrico - Indivíduo com 5 anos de idade, com aproximadamente 20 kg.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 156.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 94, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de radiografia extraoral deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o disposto no inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação; e

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio, para tensões nominais maiores ou iguais a 70 kV (setenta quilovolts).

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento e por sinal luminoso do lado externo da(s) porta(s) de acesso à sala de exames.

Art. 4º Devem estar disponíveis no comando do equipamento de radiografia extraoral os protocolos rotineiramente utilizados nos procedimentos e os possivelmente realizados no serviço.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 5º São condições dos procedimentos e equipamentos de radiografia odontológica extraoral que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem filtração adicional;

III - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (Tensão (kV), Corrente (mA) e Tempo (s) ou o Produto corrente x tempo (mAs));

IV - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala; e

V - processamento manual, exceto em condições necessárias e temporárias.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 56, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 130.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA EXTRAORAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
G	Camada semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo II
G	Exatidão da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5%	> 10%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Campo de radiação	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Campo restrito ao receptor de imagem	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
CR/DR	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
G	Luminância dos negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 1500 cd/m²	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
G	Reprodutibilidade do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
C	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
C	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
CR/DR	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
CR/DR/P/CEF/TFC	Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 170 cd/m²	-
CR/DR/P/CEF/TFC	Uniformidade da luminância dos Monitores e Negatoscópios utilizados para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 30%	-
TFC	Valores de Densidade da Imagem ou nº CT	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos devem ter variação inferior a 10% dos valores de referência.	Variação superior a 20% dos valores de referência
TFC	Uniformidade da imagem em TFC	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos devem ter variação inferior a 10% dos valores de referência.	Variação superior a 20% dos valores de referência
TFC	Ruído	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 15% acima do valor de referência	> 20% acima do valor de referência
P/CEF/TFC	Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos devem ter variação inferior a 20% dos valores de referência	Variação superior a 40% dos valores de referência
P/CEF/TFC	Exatidão do Indicador de Dose (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.

*C: Convencional; CR: Computadorizada; DR: Digital; P: Panorâmico; CEF: Cefalométrico; TFC: Tomógrafo de Feixe Cônico; G: Geral (C/CR/DR/P/CEF/TFC).
Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.
ANEXO II
VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 158.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 95, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Seção I

Características dos equipamentos

Art. 2º Todo equipamento de raios X odontológico intraoral deve possuir:

I - Tensão nominal no tubo de raios X maior ou igual a 60 kV (sessenta quilovolts);

II - Filtração total permanente não inferior ao equivalente a 1,5 mm (um inteiro e cinco décimos de milímetro) de alumínio, caso a tensão nominal de tubo seja menor ou igual a 70 kV (setenta quilovolts);

III - Filtração total permanente não inferior ao equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio caso a tensão nominal de tubo seja superior a 70 kV (setenta quilovolts);

IV - Sistema de colimação para garantir que o diâmetro do campo não seja superior a 6 cm (seis centímetros) na extremidade de saída do localizador;

V - localizador que garanta distância foco-pele de, no mínimo, 20 cm (vinte centímetros);

VI - cabo disparador com comprimento mínimo de 2 (dois) metros; e

VII - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 0,25 mGy/h (vinte e cinco centésimos de miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X.

Parágrafo único. Para o sistema de colimação de que trata o inciso IV deste artigo, valores entre 4 (quatro) e 5 cm (cinco centímetros) na extremidade de saída do localizador são permitidos somente se o sistema de alinhamento e posicionamento do receptor de imagem estiver disponível.

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 4º São condições dos procedimentos e equipamentos de radiologia odontológica intraoral que inabilitam seu uso:

I - equipamento sem colimador ou sem localizador;

II - equipamento com localizador cônico;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento com sistema de acionamento de disparo com retardo; e

V - equipamento com sistema de disparo que permita emissão de radiação sem que se mantenha a pressão no disparador ou possibilite exposição além do tempo solicitado.

Art. 5º As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste específica para radiologia odontológica intraoral que verifique, no mínimo, resolução espacial e resolução de contraste;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X e receptores de imagem, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência;

III - bienalmente, deverá ser produzida 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, com a mesma técnica utilizada para produzir a imagem de referência; e

IV - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 57, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 131.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA INTRAORAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
C	Vedação da da câmara escura	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo II
G	Exatidão da Tensão do Tubo.	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Valor representativo de dose	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 3,5mGy (molar superior adulto)	-
G	Linearidade do kerma no ar com o produto corrente tempo	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Tamanho de Campo	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≤ 6cm	< 4 cm ou > 8 cm
G	Distância Foco-Pele	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥ 20 cm	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
D	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual.	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Íntegros	-
G	Qualidade da Imagem	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Art. 5º desta Instrução Normativa	-
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos	≤ 0,25 mGy/h, a 1m	> 0,5 mGy/h, a 1m

*C: Intraoral Convencional; D: Intraoral Digital; G: Geral (C/D).
Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.
ANEXO II
VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

Tensão nominal (kVp)	CSR (mmAl)
60	1,3
70	1,5
71	2,1
80	2,3
90	2,5

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Dário Oficial da União nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 160.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 96, DE 27 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou terapêutico, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança nos sistemas de ultrassom diagnóstico ou terapêutico, bem como a relação de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando as respectivas periodicidades e tolerâncias, conforme o Anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Art. 2º Os testes de controle de qualidade do equipamento de ultrassom terapêutico devem ser realizados conforme estabelecido pelo fabricante do equipamento.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 3º Os serviços de saúde abrangidos por esta Instrução Normativa dispõe do prazo de até o dia 26 de dezembro de 2021 para se adequarem ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 58, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 132.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA OS SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA

TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA
Uniformidade da imagem	Aceitação, anual e quando houver reparos	< 4dB do valor de referência
Zona morta	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 7mm para frequência ≤ 3MHz ≤ 5mm para 3MHz < frequência < 7MHz ≤ 3mm para frequência ≥ 7MHz
Profundidade de penetração	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante. Desvio < 6 mm do valor de referência
Zona focal	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante
Exatidão da medida da distância vertical	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 1,5 mm ou ≤ 1,5% do valor nominal (valor real)
Exatidão da medida da distância horizontal	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 2 mm ou ≤ 2% do valor nominal (valor real)
Resolução axial	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 2mm para transdutores com frequência ≤ 4MHz ≤ 1mm para transdutores com frequência > 4 MHz
Resolução lateral	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 4 mm para transdutores com frequência < 3,5 MHz < 3 mm para transdutores com frequência ≥ 3,5 MHz e < 5 MHz < 1,5 mm para transdutores com frequência ≥ 5 MHz
Visualização de objetos anecoicos	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Limiar de sensibilidade a baixo contraste	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Acurácia da velocidade e da magnitude em modo Doppler (quando aplicável)	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Sensibilidade do modo Doppler (quando aplicável)	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, pág. 162.

DESPACHO Nº 66, DE 4 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD DN nº 645/2022 , de 29 de junho de 2022, com fundamento no art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: LAS-MEDICAMENTOS E DRUGSTORE LTDA
CNPJ: 45.044.744/0001-46
Número do Processo: 25351.097474/2022-21
Expediente: 1156574/22-8
Data do protocolo: 17/03/2022
Prazo máximo para decisão: 13/09/2022
Recorrente: ALBOR DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA.
CNPJ: 00.547.516/0001-50
Número do Processo: 25351.034517/2022-67
Expediente: 0467487/22-1
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: A L N BLANDINO
CNPJ: 26.510.120/0001-22
Número do Processo: 25351.239476/2022-01
Expediente: 1680556/22-3
Data do protocolo: 08/04/2022
Prazo máximo para decisão: 05/10/2022
Recorrente: A L N BLANDINO
CNPJ: 26.510.120/0001-22
Número do Processo: 25351.239505/2022-27
Expediente: 2135563/22-6
Data do protocolo: 11/04/2022
Prazo máximo para decisão: 08/10/2022
Recorrente: AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 01.858.973/0001-29
Número do Processo: 25351.804339/2016-02
Expediente: 2679059/22-1
Data do protocolo: 05/05/2022
Prazo máximo para decisão: 01/11/2022
Recorrente: ALLIERBRASIL AGRO LTDA.
CNPJ: 02.850.049/0001-69
Número do Processo: 25351.012472/2018-08
Expediente: 2464630/22-5
Data do protocolo: 19/04/202
Prazo máximo para decisão: 16/10/2022
Recorrente: AMADEU BRESSAN & CIA. LTDA.
CNPJ: 78.402.013/0001-84
Número do Processo: 25351.029899/2019-10
Expediente: 2701970/22-9
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: ARYA FARMA COMERCIO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA.
CNPJ: 40.502.840/0001-77
Número do Processo: 25351.166290/2022-18
Expediente: 1524862/22-3
Data do protocolo: 04/04/2022
Prazo máximo para decisão: 01/10/2022
Recorrente: ARYA FARMA COMERCIO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA.
CNPJ: 40.502.840/0001-77
Número do Processo: 25351.166290/2022-18
Expediente: 1524916/22-6
Data do protocolo: 04/04/2022
Prazo máximo para decisão: 01/10/2022
Recorrente: ARYA FARMA COMERCIO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA.
CNPJ: 40.502.840/0001-77
Número do Processo: 25351.166290/2022-18
Expediente: 1524946/22-8
Data do protocolo: 04/04/2022
Prazo máximo para decisão: 01/10/2022
Recorrente: BF COSMÉTICOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI
CNPJ: 30.819.966/0001-16
Número do Processo: 25351.011490/2022-34
Expediente: 0099550/22-9
Data do protocolo: 07/01/2022
Prazo máximo para decisão: 06/07/2022
Recorrente: BHIO SUPPLY INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS S.A.
CNPJ: 73.297.509/0001-11
Número do Processo: 25351.541556/2011-47
Expediente: 2708045/22-9
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: BIODINAMICA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 84.833.888/0001-33
Número do Processo: 25351.531614/2009-91
Expediente: 2686255/22-6
Data do protocolo: 06/05/2022
Prazo máximo para decisão: 02/11/2022
Recorrente: BLEND PALHEIROS COMERCIO LTDA.
CNPJ: 33.387.322/0001-94
Número do Processo: 25351.476627/2020-31
Expediente: 2538466/22-9
Data do protocolo: 26/04/2022
Prazo máximo para decisão: 23/10/2022
Recorrente: BRAMED COMERCIO HOSPITALAR DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 28.345.933/0001-30
Número do Processo: 25351.262300/2022-45
Expediente: 2637337/22-2
Data do protocolo: 29/04/2022
Prazo máximo para decisão: 26/10/2022
Recorrente: BREWSTER COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
CNPJ: 09.158.048/0001-05
Número do Processo: 25351.529642/2022-51
Expediente: 2734012/22-1
Data do protocolo: 17/05/2022
Prazo máximo para decisão: 13/11/2022
Recorrente: BUILDING HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA. - EPP
CNPJ: 22.577.162/0001-20
Número do Processo: 25351.017630/2017-52
Expediente: 0550163/22-1
Data do protocolo: 15/02/2022

Prazo máximo para decisão: 14/08/2022
Recorrente: BUILDING HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA. - EPP
CNPJ: 22.577.162/0001-20
Número do Processo: 25351.017630/2017-52
Expediente: 0602969/22-1
Data do protocolo: 18/02/2022
Prazo máximo para decisão: 17/08/2022
Recorrente: CARMEN LUCIA M VAZ
CNPJ: 07.326.640/0001-35
Número do Processo: 25351.083779/2022-55
Expediente: 1897080/22-0
Data do protocolo: 09/04/2022
Prazo máximo para decisão: 06/10/2022
Recorrente: CARMEN LUCIA M VAZ
CNPJ: 07.326.640/0001-35
Número do Processo: 25351.083779/2022-55
Expediente: 2008046/22-8
Data do protocolo: 10/04/2022
Prazo máximo para decisão: 07/10/2022
Recorrente: CARMEN LUCIA M VAZ
CNPJ: 07.326.640/0001-35
Número do Processo: 25351.083779/2022-55
Expediente: 2057285/22-9
Data do protocolo: 10/04/2022
Prazo máximo para decisão: 07/10/2022
Recorrente: CHEMBIO DIAGNOSTICS BRAZIL LTDA.
CNPJ: 09.449.181/0001-02
Número do Processo: 25351.275005/2022-59
Expediente: 3330286/22-9
Data do protocolo: 20/05/2022
Prazo máximo para decisão: 16/11/2022
Recorrente: CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
CNPJ: 48.871.545/0001-08
Número do Processo: 25351.888484/2020-14
Expediente: 2733161/22-9
Data do protocolo: 17/05/2022
Prazo máximo para decisão: 13/11/2022
Recorrente: CKM BRUNICZKI LTDA.
CNPJ: 38.526.961/0002-98
Número do Processo: 25351.125962/2022-35
Expediente: 1538603/22-1
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: CKM BRUNICZKI LTDA.
CNPJ: 38.526.961/0002-98
Número do Processo: 25351.125962/2022-35
Expediente: 1538610/22-4
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: COMERCIAL SCHIAVON LTDA.
CNPJ: 03.698.407/0001-22
Número do Processo: 25351.183912/2022-72
Expediente: 2696752/22-2
Data do protocolo: 09/05/2022
Prazo máximo para decisão: 05/11/2022
Recorrente: CREMER S.A.
CNPJ: 82.641.325/0001-18
Número do Processo: 25351.074386/2022-51
Expediente: 2672613/22-2
Data do protocolo: 04/05/2022
Prazo máximo para decisão: 31/10/2022
Recorrente: CRM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 01.314.984/0001-48
Número do Processo: 25351.130132/2022-20
Expediente: 1454716/22-3
Data do protocolo: 30/03/2022
Prazo máximo para decisão: 26/09/2022
Recorrente: CRM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 01.314.984/0001-48
Número do Processo: 25351.192069/2006-03
Expediente: 3011274/22-3
Data do protocolo: 19/05/2022
Prazo máximo para decisão: 15/11/2022
Recorrente: DENTAL FORTE COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ: 44.948.937/0001-69
Número do Processo: 25351.198802/2022-13
Expediente: 2491028/22-1
Data do protocolo: 21/04/2022
Prazo máximo para decisão: 18/10/2022
Recorrente: DENTAL FORTE COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ: 44.948.937/0001-69
Número do Processo: 25351.198818/2022-18
Expediente: 2490995/22-7
Data do protocolo: 21/04/2022
Prazo máximo para decisão: 18/10/2022
Recorrente: DENTAL FORTE COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ: 44.948.937/0001-69
Número do Processo: 25351.198853/2022-37
Expediente: 2490991/22-1
Data do protocolo: 21/04/2022
Prazo máximo para decisão: 18/10/2022
Recorrente: DISTRIBUIDORA TOTAL PLUS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
CNPJ: 07.641.734/0002-80
Número do Processo: 25351.083667/2022-02
Expediente: 1525041/22-3
Data do protocolo: 04/04/2022
Prazo máximo para decisão: 01/10/2022
Recorrente: DROGARIA SANTANA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 44.273.526/0001-10
Número do Processo: 25351.068415/2022-45
Expediente: 1535495/22-4
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: DROPEM - DROGARIA E PERFUMARIA MOREIRA LTDA.
CNPJ: 05.826.134/0001-80
Número do Processo: 25351.301910/2009-72
Expediente: 1571601/22-5
Data do protocolo: 07/04/2022
Prazo máximo para decisão: 04/10/2022
Recorrente: DROPEM - DROGARIA E PERFUMARIA MOREIRA LTDA.
CNPJ: 05.826.134/0001-80
Número do Processo: 25351.301910/2009-72
Expediente: 2295983/22-1
Data do protocolo: 12/04/2022
Prazo máximo para decisão: 09/10/2022
Recorrente: EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 04.967.408/0001-98
Número do Processo: 25351.019217/2022-58
Expediente: 2674290/22-6
Data do protocolo: 04/05/2022
Prazo máximo para decisão: 31/10/2022
Recorrente: EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 04.967.408/0001-98
Número do Processo: 25351.019217/2022-58
Expediente: 2693991/22-6
Data do protocolo: 09/05/2022
Prazo máximo para decisão: 05/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.038664/01-56
Expediente: 2710960/22-2
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.038664/01-56
Expediente: 2710981/22-0
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.038664/01-56
Expediente: 2711006/22-1
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.038664/01-56
Expediente: 2711023/22-2
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.038664/01-56
Expediente: 2711036/22-7
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: ESFERA MEDICAL EIRELI
CNPJ: 29.455.608/0001-92
Número do Processo: 25351.512299/2019-18
Expediente: 0837616/22-1
Data do protocolo: 04/03/2022
Prazo máximo para decisão: 31/08/2022
Recorrente: FABRICA DE CHARUTOS LEITE E ALVES LTDA.-ME
CNPJ: 07.362.838/0001-74
Número do Processo: 25351.491272/2020-18
Expediente: 2730858/22-9
Data do protocolo: 16/05/2022
Prazo máximo para decisão: 12/11/2022
Recorrente: FARMACIA DA ILHOTA LTDA.
CNPJ: 42.779.804/0001-80
Número do Processo: 25351.192111/2022-06
Expediente: 2658388/22-7
Data do protocolo: 02/05/2022
Prazo máximo para decisão: 29/10/2022
Recorrente: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 19.570.720/0001-10
Número do Processo: 25351.118987/2007-43
Expediente: 2323753/22-3
Data do protocolo: 12/04/2022
Prazo máximo para decisão: 09/10/2022
Recorrente: IBETEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP
CNPJ: 04.397.247/0001-44
Número do Processo: 25351.116952/2021-28
Expediente: 2731041/22-6
Data do protocolo: 16/05/2022
Prazo máximo para decisão: 12/11/2022
Recorrente: INDILOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 41.730.773/0001-00
Número do Processo: 25351.162009/2022-78
Expediente: 2529651/22-1
Data do protocolo: 25/04/2022
Prazo máximo para decisão: 22/10/2022
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Número do Processo: 25351.171004/2020-74
Expediente: 2528357/22-2
Data do protocolo: 25/04/2022
Prazo máximo para decisão: 22/10/2022
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Número do Processo: 25351.249425/2021-07
Expediente: 2701605/22-9
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Número do Processo: 25351.262639/2022-41
Expediente: 2696453/22-5
Data do protocolo: 09/05/2022
Prazo máximo para decisão: 05/11/2022
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Número do Processo: 25351.878115/2020-13
Expediente: 2539937/22-5
Data do protocolo: 26/04/2022
Prazo máximo para decisão: 23/10/2022
Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Número do Processo: 25351.661876/2010-15
Expediente: 2710969/22-0
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Número do Processo: 25351.661876/2010-15

Expediente: 2710990/22-9
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Número do Processo: 25351.661876/2010-15
Expediente: 2711021/22-0
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: LIANKA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
CNPJ: 57.677.619/0001-52
Número do Processo: 25351.497681/2022-81
Expediente: 2570705/22-1
Data do protocolo: 27/04/2022
Prazo máximo para decisão: 24/10/2022
Recorrente: LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
CNPJ: 09.089.140/0001-52
Número do Processo: 25351.058054/2022-29
Expediente: 2716225/22-2
Data do protocolo: 12/05/2022
Prazo máximo para decisão: 08/11/2022
Recorrente: MDI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 29.508.150/0001-92
Número do Processo: 25351.535322/2020-78
Expediente: 3013564/22-9
Data do protocolo: 19/05/2022
Prazo máximo para decisão: 15/11/2022
Recorrente: MEDIC DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 08.049.999/0001-75
Número do Processo: 25351.628710/2021-82
Expediente: 2328428/21-5
Data do protocolo: 29/04/2022
Prazo máximo para decisão: 26/10/2022
Recorrente: MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 22.256.726/0001-22
Número do Processo: 25351.892340/2021-35
Expediente: 2664154/22-2
Data do protocolo: 03/05/2022
Prazo máximo para decisão: 30/10/2022
Recorrente: MELLODIA DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA.
CNPJ: 20.725.752/0001-27
Número do Processo: 25351.110379/2022-20
Expediente: 1539686/22-1
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: MICROMEDICAL IMPLANTES DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 07.326.871/0002-20
Número do Processo: 25351.387209/2014-01
Expediente: 2687094/22-6
Data do protocolo: 06/05/2022
Prazo máximo para decisão: 02/11/2022
Recorrente: MILENIO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRESENTES LTDA.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Número do Processo: 25351.280501/2022-24
Expediente: 4193070/22-1
Data do protocolo: 23/05/2022
Prazo máximo para decisão: 19/11/2022
Recorrente: MORGANA MARION
CNPJ: 43.958.146/0001-57
Número do Processo: 25351.046795/2022-67
Expediente: 1286755/22-1
Data do protocolo: 21/03/2022
Prazo máximo para decisão: 17/09/2022
Recorrente: MRN COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 34.412.399/0001-30
Número do Processo: 25351.164528/2021-90
Expediente: 2481445/22-8
Data do protocolo: 20/04/2022
Prazo máximo para decisão: 17/10/2022
Recorrente: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ: 59.717.553/0001-02
Número do Processo: 25351.043057/2022-68
Expediente: 0336687/22-2
Data do protocolo: 26/01/2022
Prazo máximo para decisão: 25/07/2022
Recorrente: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ: 59.717.553/0001-02
Número do Processo: 25351.124532/2018-10
Expediente: 0348726/22-8
Data do protocolo: 26/01/2022
Prazo máximo para decisão: 25/07/2022
Recorrente: NANO ENDOLUMINAL S.A.
CNPJ: 00.826.521/0001-00
Número do Processo: 25024.000796/2006-57
Expediente: 2627401/22-0
Data do protocolo: 28/04/2022
Prazo máximo para decisão: 25/10/2022
Recorrente: NANO ENDOLUMINAL S.A.
CNPJ: 00.826.521/0001-00
Número do Processo: 25351.039432/2005-74
Expediente: 2627417/22-3
Data do protocolo: 28/04/2022
Prazo máximo para decisão: 25/10/2022
Recorrente: NANO ENDOLUMINAL S.A.
CNPJ: 00.826.521/0001-00
Número do Processo: 25351.039483/2005-04
Expediente: 2627372/22-0
Data do protocolo: 28/04/2022
Prazo máximo para decisão: 25/10/2022
Recorrente: NOVA DERME FARMÁCIA LTDA.
CNPJ: 00.852.643/0001-63
Número do Processo: 25351.040027/2014-90
Expediente: 1540239/22-5
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: PACTUAL COMÉRCIO DE DESCARTAVEIS LTDA.
CNPJ: 10.296.767/0002-44
Número do Processo: 25351.311043/2021-00
Expediente: 1363615/22-0
Data do protocolo: 24/03/2022
Prazo máximo para decisão: 20/09/2022
Recorrente: PATRICIA OLIVEIRA ROCHA
CNPJ: 42.067.479/0001-23
Número do Processo: 25351.162129/2022-75
Expediente: 1698050/22-6
Data do protocolo: 08/04/2022
Prazo máximo para decisão: 05/10/2022
Recorrente: PERLAND PHARMACOS LTDA.
CNPJ: 05.110.475/0001-54
Número do Processo: 25351.249581/2022-41
Expediente: 2610654/22-0
Data do protocolo: 28/04/2022
Prazo máximo para decisão: 25/10/2022
Recorrente: PINHEIRO VIDA FARMA LTDA.
CNPJ: 44.515.311/0001-69
Número do Processo: 25351.253034/2022-60
Expediente: 2695203/22-5
Data do protocolo: 09/05/2022
Prazo máximo para decisão: 05/11/2022
Recorrente: PINHEIRO VIDA FARMA LTDA.
CNPJ: 44.515.311/0001-69
Número do Processo: 25351.253034/2022-60
Expediente: 2733087/22-3
Data do protocolo: 17/05/2022
Prazo máximo para decisão: 13/11/2022
Recorrente: PLUS VITA DO NORDESTE LTDA.
CNPJ: 35.402.759/0001-85
Número do Processo: 25351.032850/2022-31
Expediente: 4222508/22-6
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: PR & P LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA.
CNPJ: 05.143.031/0001-15
Número do Processo: 25351.835404/2008-39
Expediente: 1588957/22-2
Data do protocolo: 07/04/2022
Prazo máximo para decisão: 04/10/2022
Recorrente: QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 11.816.308/0001-26
Número do Processo: 25351.730151/2018-74
Expediente: 4209230/22-7
Data do protocolo: 25/05/2022
Prazo máximo para decisão: 21/11/2022
Recorrente: R&R FARMA LTDA.
CNPJ: 41.847.483/0001-41
Número do Processo: 25351.835353/2021-15
Expediente: 1597295/22-1
Data do protocolo: 07/04/2022
Prazo máximo para decisão: 04/10/2022
Recorrente: RICERA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 47.967.468/0001-13
Número do Processo: 25351.109751/2022-55
Expediente: 2483630/22-3
Data do protocolo: 20/04/2022
Prazo máximo para decisão: 17/10/2022
Recorrente: RICERA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 47.967.468/0001-13
Número do Processo: 25351.109751/2022-55
Expediente: 2483789/22-0
Data do protocolo: 20/04/2022
Prazo máximo para decisão: 17/10/2022
Recorrente: RIODROGAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 02.387.595/0009-62
Número do Processo: 25351.129511/2022-77
Expediente: 2425871/22-7
Data do protocolo: 15/04/2022
Prazo máximo para decisão: 12/10/2022
Recorrente: ROTILLI & MACHADO LTDA.
CNPJ: 08.833.844/0002-06
Número do Processo: 25351.772559/2021-19
Expediente: 1156485/22-3
Data do protocolo: 17/03/2022
Prazo máximo para decisão: 13/09/2022
Recorrente: S A XINGU LTDA.
CNPJ: 22.312.374/0001-85
Número do Processo: 25351.151184/2022-30
Expediente: 2488651/22-2
Data do protocolo: 21/04/2022
Prazo máximo para decisão: 18/10/2022
Recorrente: SB TRADE COMERCIO EXTERIOR LTDA.
CNPJ: 11.462.290/0002-92
Número do Processo: 25351.447428/2021-04
Expediente: 2540576/22-4
Data do protocolo: 26/04/2022
Prazo máximo para decisão: 23/10/2022
Recorrente: SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 09.477.652/0081-70
Número do Processo: 25351.635122/2021-03
Expediente: 0247025/22-4
Data do protocolo: 19/01/2022
Prazo máximo para decisão: 18/07/2022
Recorrente: SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 09.477.652/0081-70
Número do Processo: 25351.635122/2021-03
Expediente: 2686332/22-1
Data do protocolo: 06/05/2022
Prazo máximo para decisão: 02/11/2022
Recorrente: SELECT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME
CNPJ: 10.353.403/0001-78
Número do Processo: 25351.229099/2022-94
Expediente: 2710449/22-4
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: SELECT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME
CNPJ: 10.353.403/0001-78
Número do Processo: 25351.229128/2022-18
Expediente: 2710453/22-2
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: SELECT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME
CNPJ: 10.353.403/0001-78
Número do Processo: 25351.229141/2022-77
Expediente: 2710451/22-6
Data do protocolo: 11/05/2022
Prazo máximo para decisão: 07/11/2022
Recorrente: SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA.
CNPJ: 01.449.930/0003-51
Número do Processo: 25351.016198/2021-27

Expediente: 0549913/22-0
Data do protocolo: 15/02/2022
Prazo máximo para decisão: 14/08/2022
Recorrente: SOARES E FERRAZ FARMACIAS LTDA.
CNPJ: 43.186.694/0001-06
Número do Processo: 25351.077875/2022-64
Expediente: 1536283/22-3
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: SOARES E FERRAZ FARMACIAS LTDA.
CNPJ: 43.186.694/0001-06
Número do Processo: 25351.077875/2022-64
Expediente: 1538612/22-1
Data do protocolo: 05/04/2022
Prazo máximo para decisão: 02/10/2022
Recorrente: SURGICAL GROUP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
CNPJ: 10.686.648/0001-17
Número do Processo: 25351.076943/2022-78
Expediente: 0837395/22-4
Data do protocolo: 04/03/2022
Prazo máximo para decisão: 31/08/2022
Recorrente: SURGICAL GROUP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
CNPJ: 10.686.648/0001-17
Número do Processo: 25351.076950/2022-70
Expediente: 0837624/22-3
Data do protocolo: 04/03/2022
Prazo máximo para decisão: 31/08/2022
Recorrente: TRAUMINAS DISTRIBUIDORA DE MAT. CIRURG. HOSPITALARES S.A
CNPJ: 41.721.051/0001-90
Número do Processo: 25351.813251/2021-31
Expediente: 2841139/22-1
Data do protocolo: 18/05/2022
Prazo máximo para decisão: 14/11/2022
Recorrente: ULPIA VICTRIX DISTRIBUIDORA DE CHARUTOS E VINHOS EIRELI
CNPJ: 23.191.549/0001-06
Número do Processo: 25351.598240/2018-10
Expediente: 1286742/22-6
Data do protocolo: 21/03/2022
Prazo máximo para decisão: 17/09/2022
Recorrente: VIRBAC DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 56.921.166/0007-90
Número do Processo: 25351.122724/2022-78
Expediente: 1664152/22-3
Data do protocolo: 08/04/2022
Prazo máximo para decisão: 05/10/2022
Recorrente: VIRBAC DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 56.921.166/0007-90
Número do Processo: 25351.122724/2022-78
Expediente: 2715041/22-1
Data do protocolo: 12/05/2022
Prazo máximo para decisão: 08/11/2022
Recorrente: YOSHIAKI HARA
CNPJ: 34472
Número do Processo: 25351.519828/2022-00
Expediente: 2637919/22-1
Data do protocolo: 23/05/2022
Prazo máximo para decisão: 19/11/2022
Recorrente: ZIMMER BIOMET BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.913.684/0001-48
Número do Processo: 25351.196177/2020-03
Expediente: 2815675/22-6
Data do protocolo: 18/05/2022
Prazo máximo para decisão: 14/11/2022
Recorrente: CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
CNPJ: 44.010.437/0001-81
Número do Processo: 25000.016187/92-59
Expediente: 2723806/22-7
Data do protocolo: 13/05/2022
Prazo máximo para decisão: 09/11/2022
Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS S.A.
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Número do Processo: 25351.310111/2020-24
Expediente: 2700954/22-0
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS S.A.
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Número do Processo: 25351.325538/2020-27
Expediente: 2700671/22-8
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS S.A.
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Número do Processo: 25351.330698/2020-98
Expediente: 2701307/22-8
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS S.A.
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Número do Processo: 25351.378832/2021-12
Expediente: 4235396/22-6
Data do protocolo: 31/05/2022
Prazo máximo para decisão: 27/11/2022
Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS S.A.
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Número do Processo: 25351.528812/2020-18
Expediente: 2701407/22-2
Data do protocolo: 10/05/2022
Prazo máximo para decisão: 06/11/2022
Recorrente: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Número do Processo: 25351.737014/2019-41
Expediente: 4221448/22-9
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.602125/2020-71
Expediente: 4222809/22-5
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.602125/2020-71
Expediente: 4222982/22-9
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.602125/2020-71
Expediente: 4223435/22-1
Data do protocolo: 27/05/2022
Prazo máximo para decisão: 23/11/2022
Recorrente: FULL SERVICE TRADING LTDA.
CNPJ: 41.244.775/0001-90
Número do Processo: 25351.591680/2021-41
Expediente: 4208040/22-0
Data do protocolo: 25/05/2022
Prazo máximo para decisão: 21/11/2022
Recorrente: INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A.
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Número do Processo: 25351.222418/2008-82
Expediente: 2656715/22-9
Data do protocolo: 02/05/2022
Prazo máximo para decisão: 29/10/2022
Recorrente: INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A.
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Número do Processo: 25351.374832/2010-79
Expediente: 2678342/22-1
Data do protocolo: 05/05/2022
Prazo máximo para decisão: 01/11/2022
Recorrente: INTUS PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME
CNPJ: 20.986.153/0001-67
Número do Processo: 25351.633762/2021-71
Expediente: 2724098/22-6
Data do protocolo: 13/05/2022
Prazo máximo para decisão: 09/11/2022
Recorrente: INTUS PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME
CNPJ: 20.986.153/0001-67
Número do Processo: 25351.633792/2021-87
Expediente: 2724128/22-2
Data do protocolo: 13/05/2022
Prazo máximo para decisão: 09/11/2022
Recorrente: INTUS PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME
CNPJ: 20.986.153/0001-67
Número do Processo: 25351.634427/2021-90
Expediente: 2724060/22-9
Data do protocolo: 13/05/2022
Prazo máximo para decisão: 09/11/2022
Recorrente: NEW MAX INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ: 67.534.560/0001-05
Número do Processo: 25351.855002/2020-31
Expediente: 2687430/22-6
Data do protocolo: 06/05/2022
Prazo máximo para decisão: 02/11/2022
Recorrente: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA.
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Número do Processo: 25351.303494/2019-41
Expediente: 4216235/22-1
Data do protocolo: 26/05/2022
Prazo máximo para decisão: 22/11/2022
Recorrente: RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Número do Processo: 25351.640981/2020-25
Expediente: 2715947/22-4
Data do protocolo: 12/05/2022
Prazo máximo para decisão: 08/11/2022
Recorrente: REALITY CIGARS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP
CNPJ: 07.756.070/0001-13
Número do Processo: 25351.068581/2014-29
Expediente: 2715934/22-0
Data do protocolo: 12/05/2022
Prazo máximo para decisão: 08/11/2022
Recorrente: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.254.971/0001-81
Número do Processo: 25351.186989/2012-11
Expediente: 2638107/22-1
Data do protocolo: 29/04/2022
Prazo máximo para decisão: 26/10/2022

MEIRUZE SOUSA FREITAS
Diretora-Presidente Substituta

3ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA N° 1.100, DE 30 DE JUNHO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no exercício da competência que lhe foi delegada por meio do Despacho 153, de 27 de outubro de 2021, aliado ao art. 187, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que inclui o ingrediente ativo M53: METAMIFOPE na Relação dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas# e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br, ou para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050.

§1° O formulário para envio de contribuições se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/agrotoxicos/formulario-padrao-consulta-publica-ggtox.docx/view.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES
GERENTE-GERAL DE TOXICOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA N° 1.101, DE 30 DE JUNHO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no exercício da competência que lhe foi delegada por meio do Despacho 153, de 27 de outubro de 2021, aliado ao art. 187, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que inclui o ingrediente ativo A66: Ácido Indolacético na Relação dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas# e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br, ou para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050.

§1° O formulário para envio de contribuições se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/agrotoxicos/formulario-padrao-consulta-publica-ggtox.docx/view.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES
GERENTE-GERAL DE TOXICOLOGIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.510, DE 10 DE MAIO DE 2022 (*)

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: FLAVIA DO VALLE TRAVA - CNPJ: 38.625.496/0001-61
Produto - (Lote): MAMÃE SEM ESTRIAS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 2689744/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda, de produtos sem registro ou notificação por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação e desconhecida, infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
(*) Republicada por incorreção no original, publicado no DOU nº 88, de 11 de maio de 2022, Seção 1, pág. 286.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.201, DE 5 DE JULHO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; resolve:

Art. 1º Revogar o item 1 da Resolução-RE nº 535, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no DOU nº 36, de 21 de fevereiro de 2022, Seção I, pág. 103, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05.642.412/0001-49
Produto - (Lote): MASTER BAC HEALTH QA(TODOS);MASTER MULTI JOB(TODOS);MASTER GUARDIAN(TODOS);MASTER ZYME(TODOS);MASTER ÁLCOOL 70 WIPES(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4376218/22-2
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação
Motivação: Considerando o atendimento ao Art. 6º da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, revoga-se parcialmente a Resolução RE nº 535, de 17 de fevereiro de 2022, mantendo a medida cautelar para o produto Master Zyme.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.202, DE 5 DE JULHO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05.642.412/0001-49
Produto - (Lote): MASTER ZYME(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4376167/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, detectado durante inspeção sanitária realizada no período de 07 a 10/02/2022, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.

Diário Oficial da União Digital
A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

Acesso **livre** e **gratuito** às edições

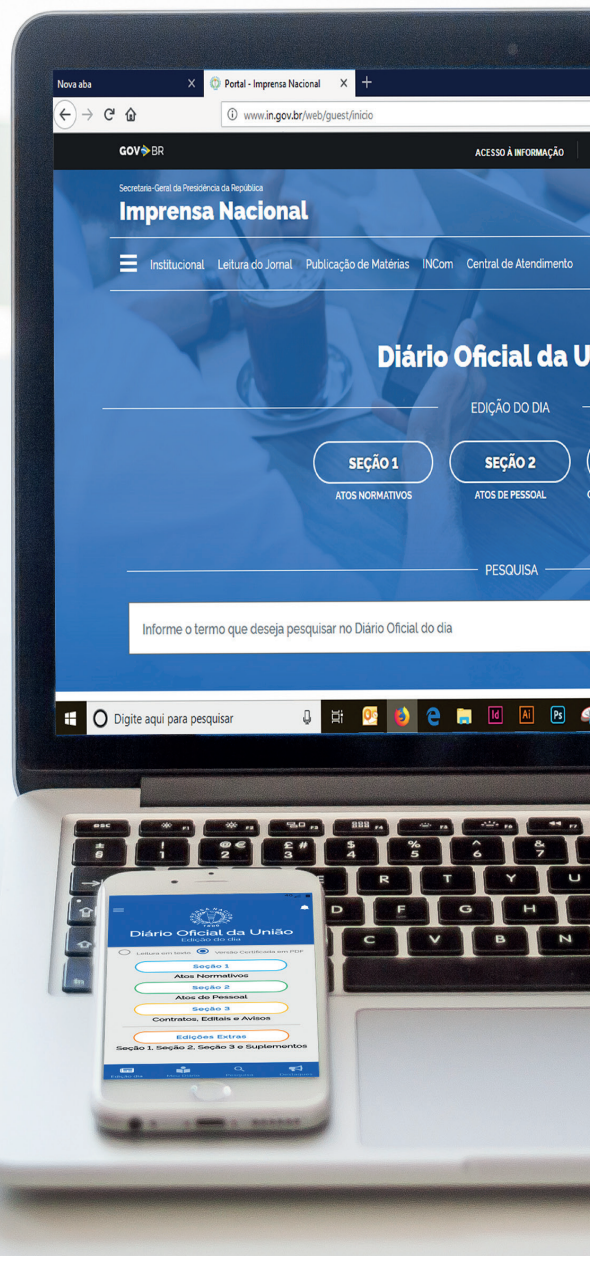
Disponibilidade imediata no momento da publicação

Pesquisa avançada por palavra, data, órgão, ato, etc.

Edições **completas** e **certificadas**

Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf*, *html*) e em **dados abertos** (*xml*)

Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**



Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas
App Store
Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 5 DE JULHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1403 (25869573), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINTRAPOSTOS-MGA-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS, DERIVADOS DE PETRÓLEO E LOJAS DE CONVENIÊNCIA DE MARINGÁ E REGIÃO, CNPJ 14.291.103/0001-62, Processo 19964.105846/2022-99, para representar a Categoria dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, os empregados de lojas de conveniência em postos de combustíveis e os empregados em empresas de lubrificação, troca de óleo de veículos e lava a jato, que compreendam ou ocupem os espaços físicos de postos de combustíveis com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã, Ângulo, Araruna, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Francisco Alves, Goioerê, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaté, Ivatuba, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Juranda, Jussara, Loanda, Lobato, Luiziana, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Mariluz, Maringá, Mato Rico, Mirador, Moreira Sales, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Peabiru, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Uniflor e Xambrê, Estado do Paraná, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SITRAMICO-PR - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Paraná, CNPJ 76.700.475/0001-52 , Carta Sindical: L025 P081 A1957, para excluir a categoria dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo nos municípios de Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã, Ângulo, Araruna, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Francisco Alves, Goioerê, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaté, Ivatuba, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Juranda, Jussara, Loanda, Lobato, Luiziana, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Mariluz, Maringá, Mato Rico, Mirador, Moreira Sales, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Peabiru, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Uniflor e Xambrê, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1413/2022/ME (25933875), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108300/2022-90, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Juiz de Fora - MG, CNPJ 05.084.635/0001-38, para representação da categoria dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, com abrangência municipal e base territorial no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 463 (22504082), resolve: RECONSIDERAR a decisão administrativa que deu cabimento a interposição do Recurso Administrativo 19964.107452/2022-75 nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, ANULAR a Análise Técnica nº 1226 (25289723) publicada no 06/06/2022 , Seção 1 , N°106 , PÁG.255, com fulcro no art. 53 e 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99 e PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 14022.168888/2022-57, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Cantagalo/MG - SINDSPUC , CNPJ 19.230.071/0001-09, para representação da Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais dos poderes executivo e legislativo da administração direta e indireta, com abrangência municipal e base territorial no municípios de Cantagalo, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1367 (SEI25793695), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.107825/2022-16, de interesse do Sindicato SINDSERTV - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRIZIDELA DO VALE - MA, CNPJ n.º 07.494.541/0001-62, tendo em vista não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso II, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1428 (SEI 25966154), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.106801/2022-31, de interesse da CNTU - Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados, CNPJ 08.669.054/0001-56, tendo em vista a irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, bem como descumpridos os requisitos previstos no art. 240, nos termos do art. 253, incisos I e V da Portaria n. 671/2021, respectivamente.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1348 (25737165), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107676/2022-87, de interesse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Tubarão e Região , CNPJ 86.448.115/0001-69, tendo em vista a insuficiência ou irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, bem como a não caracterização de categoria, nos termos termos do art. 253, incisos I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 36, DE 5 DE JULHO DE 2022

Declara a revogação de atos normativos inferiores a decreto do Ministério do Turismo, para os fins do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso II, e art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos seguintes atos normativos:

I - Portaria MINC nº 88, de 21 de setembro de 2011, que altera o Anexo V da Portaria MINC nº 127, de 20 de dezembro de 2010;

II - Portaria MINC nº 113, de 7 de agosto de 2012, que altera o art. 1º da Portaria MINC nº 39, de 12 de abril de 2012;

III - Portaria MINC nº 52, de 19 de junho de 2013, que altera a Portaria MINC nº 33, de 16 de abril de 2013, que convoca a 3ª Conferência Nacional de Cultura e homologa o seu Regimento Interno;

IV - Portaria MINC nº 81, de 27 de setembro de 2013, que acresce dispositivos ao Anexo X da Portaria MINC nº 40, de 30 de abril de 2013;

V - Portaria MINC nº 109, de 4 de dezembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Ministério da Cultura;

VI - Portaria MINC nº 62, de 2 de julho de 2014, que acresce dispositivo ao art. 3º do Anexo X da Portaria MINC nº 40, de 2013;

VII - Portaria MINC nº 95, de 30 de setembro de 2015, que altera a Portaria MINC nº 40, de 2013, para modificar o rol de autoridades que podem encaminhar consultas à Consultoria Jurídica;

VIII - Portaria MINC nº 19, de 15 de fevereiro de 2016, que altera o art. 2º da Portaria MINC nº 40, de 2013;

IX - Portaria MINC nº 295, de 5 de outubro de 2016, que revoga os incisos I a V do art. 3º do Anexo X da Portaria MINC nº 40, de 2013;

X - Portaria MINC nº 310, de 31 de outubro de 2016, que altera dispositivos da Portaria MINC nº 300, de 10 de outubro de 2016;

XI - Portaria MINC nº 36, de 4 de abril de 2017, que altera dispositivos da Portaria MINC nº 300, de 2016;

XII - Portaria MTur nº 222, de 27 de agosto de 2013, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 6º da Portaria MTUR nº 112, de 23 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo;

XIII - Portaria MTur nº 13, de 15 de janeiro de 2014, que acrescenta o art. 99-A à Portaria MTur nº 112, de 2013;

XIV - Portaria MTur nº 35, de 10 de fevereiro de 2014, que dá nova redação ao art. 99-A da Portaria MTUR nº 112, de 2013;

XV - Portaria MTur nº 74, de 02 de abril de 2018, que institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo - Prodetur+Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo;

XVI - Portaria MTur nº 171, de 14 de novembro de 2018, que altera a Portaria MTur nº 74, de 2018;

XVII - Portaria MTur nº 308, de 7 de outubro de 2019, que altera a Portaria MTur nº 74, 2018;

XVIII - Portaria MTur nº 222, de 6 de maio de 2020, que revoga a alínea "b", do inciso I, do item 3, do Anexo da Portaria MTur nº 144, de 20 de março de 2020;

XIX - Portaria MTur nº 692, de 05 de outubro de 2020, que institui Grupo de Trabalho de Economia Criativa no âmbito do Ministério do Turismo; e

XX - Portaria MTur nº 2, de 22 de janeiro de 2021, que altera a Portaria MINC nº 1, de 14 de janeiro de 2011, para dispor sobre a distribuição de Gratificações Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de nível superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 383, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210738 - Circolando- O circo e suas tradições
Rodrigo Pinheiro Lima Botura
CNPJ/CPF: 072.089.749-18
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 9.640,00
Valor total atual: R$ 196.382,62
190771 - FESTIVAL CULTURAL DA 2ª FESTA DAS ETNIAS
VH - PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.923.695/0001-22
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 289.217,00
Valor total atual: R$ 761.172,00
202823 - Higiene Básica
BUZUM PRODUCOES ARTISTICAS E COMERCIO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.632.527/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 399.218,19
Valor total atual: R$ 1.389.959,59
202275 - Shake Shake show - Circulação região nordeste
VAGALUM TUM TUM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 16.952.953/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 4.167,00
Valor total atual: R$ 203.965,20
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
192787 - Plano Plurianual de Atividades OSESP 2020-2021-2022
Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - Fundação OSESP
CNPJ/CPF: 07.495.643/0001-00
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 24.863.289,31

Valor total atual: R$ 74.735.935,25
200733 - 5º Sonido - Música Instrumental e Experimental
Associação Cultural Amazônia Independente
CNPJ/CPF: 10.511.256/0001-17
Cidade: Belém - PA;
Valor Complementado: R$ 511.458,00
Valor total atual: R$ 976.494,00
211429 - FECRIMMEL - FESTIVAL DE ECONOMIA CRIATIVA DOS MUNICIPIOS (Evento Virtual)
IMMEL INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR
CNPJ/CPF: 06.948.852/0001-91
Cidade: Salvador - BA;
Valor Complementado: R$ 641,00
Valor total atual: R$ 176.925,63
179099 - Música é Cultura
APP DO COLEGIO ESTADUAL FREDERICO HARDT
CNPJ/CPF: 83.496.497/0001-08
Cidade: Indaial - SC;
Valor Complementado: R$ 1.090,00
Valor total atual: R$ 131.890,00
204510 - Sotaques da Sanfona Brasileira/ 2021
TREM MINEIRO 2006 PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.763.223/0001-50
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 568,00
Valor total atual: R$ 999.922,27
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212038 - ATIVIDADES RASTILHO ESPAÇO CRIATIVO
BRUNO NASCIMENTO KO FONTENELE
CNPJ/CPF: 28.001.002/0001-14
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Complementado: R$ 862,00
Valor total atual: R$ 193.676,16
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
212264 - Estante de Histórias e Contos (Com atividades e livros no formato virtual)
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 90.221,00
Valor total atual: R$ 995.018,02
210050 - O Puma e a Saga dos Hertzberg
claudio rodrigues da silveira
CNPJ/CPF: 347.335.319-15
Cidade: Lages - SC;
Valor Complementado: R$ 37.156,32
Valor total atual: R$ 236.431,84

PORTARIA Nº 384, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212130 - Arte para Liberdade
JOSE SERGIO GUILHERME
CNPJ/CPF: 049.388.396-79
Cidade: Ponte Nova - MG;
Prazo de Captação: 05/07/2022 à 31/12/2022
212160 - FESTIVAL SAMSARA CULTURE
ARTHUR EMANUEL DOS SANTOS NASCIMENTO
CNPJ/CPF: 032.371.591-58
Cidade: Maceió - AL;
Prazo de Captação: 13/06/2022 à 31/12/2022
211182 - SANTOS JAZZ FESTIVAL - 10ª EDIÇÃO
D.C.- PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 71.730.469/0001-24
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/10/2022
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204058 - Circuito Cultural Rural
ECOTRANSFORMA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 16.928.750/0001-68
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
193925 - MEMORIAL MARIA FUMAÇA de Carlos Barbosa
Maria Stefani Dalcin
CNPJ/CPF: 177.312.910-49
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
212225 - LIVRO NOTAS DO CORAÇÃO
Cristelli´s Serviços Editoriais LTDA EPP
CNPJ/CPF: 11.547.249/0001-38
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022
211939 - TEREZA PAIM - Ingrediente Baiano - Patrimônio, identidade e cultura do povo da Bahia
2D Comunicação Promoções e Eventos
CNPJ/CPF: 33.873.860/0001-99
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 385, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203195 - Circulação Água Doce - Diversos fluxos de um rio
Casa da Ladeira Arte e Cultura Ltda EPP
CNPJ/CPF: 26.301.472/0001-78
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,07
Valor total atual: R$ 178.225,84
200971 - 16º Festival Gastronômico de Pomerode - SC
ASSOCIACAO VISITE POMERODE
CNPJ/CPF: 11.078.907/0001-90
Cidade: Pomerode - SC;
Valor Reduzido: R$ 37.534,00
Valor total atual: R$ 137.079,89
220211 - A CULTURA E O AMANHÃ - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO (Presencial e virtual)
Associação do Grupontapé de Teatro
CNPJ/CPF: 00.660.488/0001-83
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Reduzido: R$ 536,00
Valor total atual: R$ 999.300,97
210735 - Arte Inclusiva
APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lajeado - RS
CNPJ/CPF: 87.298.188/0001-84
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Reduzido: R$ 480,00
Valor total atual: R$ 165.093,65
190187 - ESPETÁCULO TEATRAL - O MELHOR DO BRASIL É O BRASILEIRO - TOUR G7
G7 Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 08.323.135/0001-08
Cidade: Brasília - DF;
Valor Reduzido: R$ 140.629,00
Valor total atual: R$ 1.167.878,75
212051 - FAÇO p´ARTE
EMUVI ESCOLA DE MUSICA DE VIDEIRA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.946.224/0001-00
Cidade: Videira - SC;
Valor Reduzido: R$ 11.565,00
Valor total atual: R$ 127.159,30
194296 - Festa dos Motoristas de Garibaldi 2020
DELIZ PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 24.540.852/0001-30
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Reduzido: R$ 21.994,00
Valor total atual: R$ 122.582,00
184741 - Guia do cavalheiro para se dar bem no amor, e no crime
Santo Expedito Serviços Artisticos ltda
CNPJ/CPF: 11.353.239/0001-61
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.828.131,52
Valor total atual: R$ 4.866.111,29
201432 - ILUSÕES - Espetáculo Internacional de Mágicas
Procenium Produções artisticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.979.988/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 13.860,00
Valor total atual: R$ 986.132,40
182740 - Natal dos Sonhos
M R EVENTOS COM LTDA ME
CNPJ/CPF: 09.462.422/0001-53
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.175.210,00
Valor total atual: R$ 1.200.000,00
204135 - Palco Animado nas Praças
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 206.711,00
Valor total atual: R$ 487.496,80
191488 - ROSAS DE OURO - CARNAVAL 2020
sociedade rosas de ouro
CNPJ/CPF: 52.446.978/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.175.597,00
Valor total atual: R$ 1.186.125,00
210060 - Semente Meraki
BEATRIZ MUSSI GRIGOREVSKI 03658115645
CNPJ/CPF: 13.309.210/0001-08
Cidade: Caratinga - MG;
Valor Reduzido: R$ 42.871,00
Valor total atual: R$ 426.017,75
210137 - Zumzumzum, a união faz a vida
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CREDITO COOPERATIVO - FUNDACAO SICREDI
CNPJ/CPF: 07.430.210/0001-69
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 31.180,00
Valor total atual: R$ 968.152,10
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210721 - Dó Ré Mi - Temporada 2021
INSTITUTO MOVARTE
CNPJ/CPF: 01.228.614/0001-98
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Reduzido: R$ 16.650,00
Valor total atual: R$ 2.290.585,00
211046 - Jazz & Blues II
ECA - Espaço de Cultura e Arte
CNPJ/CPF: 24.532.788/0001-45
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 57.420,00
Valor total atual: R$ 113.520,00
212840 - Marien Calixte Jazz Music Festival - 3a. edição
DANIEL GONCALVES MORELO
CNPJ/CPF: 17.221.352/0001-70
Cidade: Vitória - ES;
Valor Reduzido: R$ 7.788,00
Valor total atual: R$ 570.834,44
191218 - Oficinas Criativas: Arte e Sustentabilidade
ALPHA PRODUCOES CULTURAIS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.361.232/0001-29
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.204,00
Valor total atual: R$ 972.708,00
212858 - Plano Anual 2022 de Atividades do Instituto Brasileiro de Música e Educação - Temporada de Concertos e Rede de Orquestras Juvenis
IBME - Instituto Brasileiro de Música e Educação

CNPJ/CPF: 13.565.560/0001-35
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 220.000,00
Valor total atual: R$ 9.455.747,50
210383 - REVELANDO SONHOS - Shows e Oficinas nas Escolas - Ano III
Rec Geraes Studio e Produções Musicais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 08.086.303/0001-80
Cidade: Betim - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.782,00
Valor total atual: R$ 620.061,75
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210317 - Festival Internacional de Criatividade Pixel Show - 17ª Edição
ZUPI DESIGN EDITORA CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 07.219.049/0001-89
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 23.830,00
Valor total atual: R$ 974.321,15
202302 - MAPA DA CULTURA ALIMENTAR - EXPOSIÇÃO DE ARTE
MONTENEGRO PENSAMENTO CRIATIVO PRODUCOES & EVENTOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 12.932.765/0001-49
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 506.020,00
Valor total atual: R$ 1.456.750,00
203770 - Moraes Moreira - Música e Poesia
Maré Produções Culturais Eireli ME
CNPJ/CPF: 22.056.319/0001-71
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 15.815,00
Valor total atual: R$ 975.571,00
205181 - Nosso Povo em Festa
ANDREA GOLDSCHMIDT FOTOGRAFIA - EIRELI
CNPJ/CPF: 22.842.584/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 5.617,00
Valor total atual: R$ 194.376,74
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
211217 - Arco: leitura criativa na escola (EVENTO VIRTUAL)
RODRIGO JAPPE
CNPJ/CPF: 887.709.400-10
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Reduzido: R$ 7.957,00
Valor total atual: R$ 191.937,20
210004 - Cine Leitura
Sancell Produções e Eventos Ltda EPP
CNPJ/CPF: 13.316.154/0001-39
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 46.585,00
Valor total atual: R$ 953.328,75
212023 - Litoral Brasileiro (EVENTO VIRTUAL)
Fotografia e Editora Kongo Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.479.235/0001-82
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.264,00
Valor total atual: R$ 341.552,26
220172 - O menino na quarentena e suas histórias
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
Cidade: Encantado - RS;
Valor Reduzido: R$ 10.560,00
Valor total atual: R$ 79.200,00
212287 - Oravrohom 20 anos - Ações que transformam fazendo história (EVENTO VIRTUAL)
ASSOCIACAO DE INTERESSE PUBLICO E ASSISTENCIA A SAUDE ORAVROHOM
CNPJ/CPF: 06.143.765/0001-67
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 191.506,00
Valor total atual: R$ 459.131,04

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
201806 - ANTONINA BLUES FESTIVAL
Feito Produções Ltda
CNPJ/CPF: 10.903.895/0001-28
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 32.340,00
Valor total atual em: R$ 863.068,80
211271 - Pele
DJALMA RAMOS DE SOUZA
CNPJ/CPF: 549.660.949-68
Cidade: Goioerê - PR;
Valor Reduzido: R$ 118,00
Valor total atual em: R$ 40.986,80

PORTARIA Nº 386, DE 5 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 192324 - Plano Bianual das Atividades do Espaço do Conhecimento UFMG - 2020-2021, publicado na portaria nº 0547/19 de 18/09/2019, no D.O.U. de 19/09/2019, para Plano Bianual das Atividades do Espaço do Conhecimento UFMG - 2020-2021-2022.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RETIFICAÇÃO

Retificar os termos do Despacho do Diretor-Presidente nº 67-E de 10 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 111 de 13 de junho de 2022, pág. 119, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "22-0230 LETÍCIA" da Proponente STÚDIO 10 ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO LTDA ME:

Onde se lê:

22-0230 LETÍCIA

Leia-se:

22-0246 LETÍCIA

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a organização interna da Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco.

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no exercício das atribuições previstas no inciso I do art. 123 e no art. 128 do Anexo I da Portaria nº 3.553, de 12 de novembro de 2019, com fundamento no inciso II do art. 5º e no inciso IX do art. 7º da Portaria nº 1.973, de 31 de agosto de 2021, e com base no processo nº 00215.100053/2022-28, resolve:

Âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a organização interna da Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco - CGU-R/PE, as competências e atribuições de todas as suas áreas e unidades e os procedimentos, processos e rotinas relacionados às atividades desempenhadas no âmbito da Regional.

Núcleos da CGU-R/PE

Art. 2º A CGU-R/PE é composta pela seguinte estrutura:

I - Núcleo de Apoio Administrativo - NAD;
II - Núcleo de Ações de Controle 1 - NAC-1;
III - Núcleo de Ações de Controle 2 - NAC-2;
IV - Núcleo de Ações de Controle 3 - NAC-3;
V - Núcleo de Ações Especiais - NAE;
VI - Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção - NAOP; e
VII - Núcleo de Ações de Correição - NACOR.

Competências do Núcleo de Apoio Administrativo

Art. 3º Ao Núcleo de Apoio Administrativo - NAD compete:

I - prestar assistência direta ao Superintendente da CGU-R/PE no exercício de suas atribuições;

II - assistir ao Superintendente da CGU-R/PE quanto à coordenação de estudos e à elaboração de atos normativos diretamente relacionados à Regional;

III - prover o Superintendente da CGU-R/PE com as informações necessárias à tomada de decisões, auxiliando na coordenação das tarefas a cargo da Regional;

IV - apoiar os projetos desenvolvidos pelos Núcleos que compõem a CGU-R/PE;

V - coordenar e acompanhar o atendimento de demandas recebidas pela CGU-R/PE de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, assim como de cidadãos, destinadas especificamente ao NAD/PE;

VI - proceder à articulação com as áreas da CGU-R/PE para a captação e a produção de conteúdo a ser divulgado e publicado na Intranet;

VII - oferecer apoio administrativo e logístico aos demais Núcleos que compõem a estrutura da CGU-R/PE, viabilizando a realização de suas atividades;

VIII - acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira no âmbito da CGU-R/PE;

IX - efetuar, em sistemas próprios, as operações contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com orientações da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGCOF da Diretoria de Gestão Interna - DGI da Controladoria-Geral da União - CGU;

X - realizar, com a frequência definida pela DGI, o inventário, desfazimento, fiscalização, manutenção e controle de bens sob o domínio da CGU-R/PE;

XI - realizar, com a frequência definida pela CGCOF, o registro de conformidade no SIAFI;

XII - preparar, conforme orientações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP da DGI e com o auxílio dos Núcleos que compõem a CGU-R/PE, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, ajustando-o sempre que necessário;

XIII - fornecer às unidades da CGU em Brasília informações administrativas sob a sua responsabilidade referentes a esta CGU-R/PE;

XIV - gerenciar as unidades do Sistema Eletrônico de Informações - SEI relacionadas ao Gabinete da CGU-R/PE, ao APOIO/PE e ao ARQ/PE;

XV - gerenciar as caixas de e-mail relacionadas ao Gabinete da CGU-R/PE e ao NAD/PE;

XVI - orientar os servidores da CGU-R/PE sobre o correto preenchimento do sistema de Sistema e-Aud, ou outro que vier a substituí-lo, quanto à frequência, ausência, e demais afastamentos, conforme orientações da DGI.

XVII - alimentar o Sistema e-Aud, ou outro que vier a substituí-lo, com as informações relacionadas ao planejamento e à execução das atividades desenvolvidas pelo Gabinete da CGU-R/PE e pelo NAD/PE;

XVIII - orientar os servidores da CGU-R/PE quantos aos procedimentos relacionados aos afastamentos por motivo de saúde, perícia médica, licenças e demais afastamentos previstos em lei, observando as diretrizes e orientações da CGU; e

XIX - apoiar os demais Núcleos da CGU-R/PE em assuntos relacionados a sua competência.

Competências dos Núcleos de Ações de Controle

Art. 4º Aos Núcleos de Ações de Controle - NAC compete:

I - apoiar a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC em ações de controle, dentro da capacidade operacional da Regional e conforme as tratativas com o Superintendente;

II - apoiar o Superintendente da CGU-R/PE em assuntos relacionados às ações de controle finalizadas ou em desenvolvimento na respectiva unidade;

III - elaborar, no âmbito da CGU-R/PE, o planejamento operacional sob sua competência, em alinhamento com o cronograma estabelecido pela SFC e com o planejamento estratégico da CGU;

IV - submeter à avaliação do Superintendente da CGU-R/PE o planejamento previsto no inciso III;

V - realizar a análise de atos de pessoal, conforme previsto no planejamento operacional previsto no inciso III;

VI - executar e monitorar as ações de controle e demais atividades planejadas para o exercício, ajustando-as ou cancelando-as quando necessário;

VII - inserir no Sistema e-Aud, ou em outro que vier a substituí-lo, as informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de controle de sua competência;

VIII - analisar e apurar as demandas apresentadas por órgãos federais, estaduais e municipais, assim como por cidadãos, após aprovação pelo Superintendente, em assuntos relacionados às suas atribuições;

IX - identificar e relacionar as necessidades de capacitação de sua equipe, submetendo a demanda ao Superintendente da CGU-R/PE; e

X - apoiar os demais Núcleos da CGU-R/PE em assuntos relacionados a sua competência.

Competências do Núcleo de Ações Especiais

Art. 5º Ao Núcleo de Ações Especiais - NAE compete:

I - apoiar a Secretaria de Combate à Corrupção - SCC em assuntos relacionados a acordos de leniência, inteligência e operações especiais no âmbito da CGU-R/PE;

II - integrar as comissões de acordos de leniência designadas e coordenadas pela SCC;

III - executar ações de controle de natureza investigativa e de operações especiais no âmbito da CGU-R/PE, sob a supervisão da SCC;

IV - apoiar o Superintendente em assuntos afetos ao NAE;

V - prospectar trabalhos de natureza investigativa e de operações especiais no âmbito da CGU-R/PE;

VI - atender às demandas apresentadas por órgãos federais, estaduais e municipais sempre que solicitado pelo Superintendente ou pelo NAD da CGU-R/PE em assuntos relacionados às suas atribuições;

VII - inserir no Sistema e-Aud, ou em outro que vier a substituí-lo, as informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de competência da unidade;

VIII - efetuar registros nos sistemas de inteligência utilizados pela CGU, conforme orientação da SCC;

IX - identificar e relacionar as necessidades de capacitação de sua equipe, submetendo a demanda ao Superintendente da CGU-R/PE; e

X - apoiar os demais Núcleos da CGU-R/PE em assuntos relacionados a sua competência.

Competências do Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção

Art. 6º Ao Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção - NAOP compete:

I - apoiar o Superintendente da CGU-R/PE em assuntos relacionados às ações de sua competência;

II - executar, sob a coordenação da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC, planos, programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção e ao fortalecimento da transparência, do acesso à informação, da abertura de dados, da conduta ética, do controle social, dos princípios de governo aberto na administração pública federal e da integridade e da conduta ética no setor privado e na sua relação com o setor público;

III - executar, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da União - OGU, planos, programas e projetos voltados à promoção das ouvidorias públicas, em especial daquelas integrantes do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal - Sis-Ouv e da Rede Nacional de Ouvidorias;

IV - prestar orientação ao público interessado quanto às formas de registrar denúncias, reclamações, solicitações, elogios, sugestões, pedidos de acesso à informação e pedidos de simplificação no âmbito da CGU-R/PE;

V - realizar, sob demanda da OGU, a análise de pedidos de recursos de acesso à informação no âmbito da terceira instância recursal;

VI - divulgar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, ou outra que vier a substituí-la;

VII - monitorar e avaliar, sob demanda da OGU, a atuação das ouvidorias federais, integrantes do Sis-Ouv, no tratamento das manifestações recebidas;

VIII - promover, sob a coordenação da OGU, formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços públicos;

IX - divulgar aos órgãos e às entidades estaduais e municipais as ações de capacitação promovidas pela STPC e OGU;

X - inserir no Sistema e-Aud, ou em outro que vier a substituí-lo, as informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de competência da unidade;

XI - atender às demandas relativas à transparência pública, à integridade e à prevenção da corrupção, e demandas relativas às atividades de ouvidoria apresentadas por órgãos federais, estaduais e municipais sempre que solicitado pelo Superintendente ou pelo NAD da CGU-R/PE;

XII - identificar e relacionar as necessidades de capacitação de sua equipe, submetendo a demanda ao Superintendente da CGU-R/PE; e

XIII - apoiar os demais Núcleos da CGU-R/PE em assuntos relacionados a sua competência.

Parágrafo único. Cabe ao Superintendente da CGU-R/PE definir prioridades, mecanismos e instrumentos para a efetiva consecução das competências estabelecidas nos incisos II e III.

Competências do Núcleo de Ações de Correição

Art. 7º Ao Núcleo de Ações de Correição - NACOR compete:

I - apoiar a Corregedoria Geral da União - CRG em suas ações finalísticas sempre que demandado e conforme as tratativas com o Superintendente;

II - estabelecer parcerias com os órgãos e entidades estaduais e municipais e com as unidades dos órgãos e entidades federais localizados em Pernambuco, visando ao desenvolvimento das ações de correição, sob orientação da CRG e da própria CGU-R/PE;

III - propor a realização de ações de capacitação e eventos regionais em assuntos de sua competência, em articulação com a CRG e com a própria CGU-R/PE;

IV - oferecer suporte à realização de eventos promovidos ou apoiados pela CRG no Estado de Pernambuco;

V - prover informações atualizadas, de forma regular e periódica, ao Superintendente da CGU-R e à CRG sobre as atividades desenvolvidas pelo NACOR;

VI - inserir no Sistema e-Aud, ou em outro que vier a substituí-lo, as informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de competência da unidade;

VII - atender às demandas apresentadas por órgãos federais, estaduais e municipais sempre que solicitado pelo Superintendente ou pelo NAD da CGU-R/PE em assuntos relacionados às suas atribuições;

VIII - identificar e relacionar as necessidades de capacitação de sua equipe, submetendo a demanda ao Superintendente da CGU-R/PE; e

IX - apoiar os demais Núcleos da CGU-R/PE em assuntos relacionados a sua competência.

Titulares e substitutos dos Núcleos da CGU-R/PE

Art. 8º As atividades de chefia dos Núcleos indicados no art. 2º desta Instrução Normativa serão realizadas por seus titulares e, nas suas ausências legais, por seus substitutos designados pelo Superintendente da CGU-R/PE.

Art. 9º Aos titulares dos Núcleos compete:

I - distribuir e supervisionar as atividades técnicas desenvolvidas em sua área de atuação, observando-se os prazos estabelecidos para a realização dos trabalhos, o Plano Operacional da CGU-R/PE, bem como as orientações das áreas competentes da CGU, quando cabível;

II - zelar pela qualidade dos trabalhos realizados, garantindo que as conclusões estejam devidamente sustentadas em papéis de trabalhos e evidências adequadas e suficientes;

III - encaminhar e-mails, solicitações e comunicados oriundos do Sistema e-Aud, ou de outro que venha a substituí-lo, objetivando obter informações, esclarecimentos ou manifestações sobre as questões registradas nos relatórios e outros documentos produzidos em decorrência de execução de ação realizada, observadas as competências previstas em dispositivos legais emitidos pela CGU;

IV - gerenciar os planos de trabalho dos participantes em Programa de Gestão de Demanda - PGD da sua respectiva Unidade e avaliar os respectivos produtos entregues, observadas as disposições previstas nos atos normativos editados pela CGU sobre a matéria; e

V - aplicar, sob orientação da DGI, a legislação de pessoal aos servidores subordinados dos respectivos Núcleos, em especial, com relação à:

a) homologação dos registros de frequência;

b) aprovação e homologação de férias, bem como o encaminhamento ao Superintendente acerca das solicitações de cancelamento, alterações e interrupções de férias que não puderem ser feitas tempestivamente via sistema, devidamente justificadas, indicando qual a necessidade do serviço; e

c) coordenar os afastamentos por ocasião das férias e recessos, atentando para continuidade da realização das atividades planejadas.

Disposições finais

Art. 10. As omissões e as dúvidas surgidas por ocasião da aplicação desta Instrução Normativa serão solucionadas pelo Superintendente da CGU-R/PE.

Art. 11. Fica revogada a Instrução Normativa nº 5, de 22 de abril de 2022.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ WILLIAM GOMES DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 345-CJF, DE 5 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na transferência de processos judiciais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, prevista no art. 7º da Lei n. 14.226/2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que o art. 7º da Lei n. 14.226, de 20 de outubro de 2021, determina a transferência dos processos judiciais atualmente sob jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que passarão a ser de competência do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, independentemente de despacho e preferencialmente sob forma digital, a partir da data de instalação do novo tribunal;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho da Justiça Federal adotar as medidas administrativas necessárias à instalação e ao bom funcionamento do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Lei n. 14.226/2021, art. 11);

CONSIDERANDO que a Resolução CJF n. 742, de 14 de dezembro de 2021, determina que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a Seção Judiciária de Minas Gerais deverão adotar medidas para que não haja solução de continuidade de procedimentos organizacionais, de sistemas informatizados e de outros necessários ao bom funcionamento da 6ª Região (art. 7º);

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do Conselho da Justiça Federal disciplinar os aspectos operacionais para implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Resolução CJF n. 742/2021, art. 11);

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do Conselho da Justiça Federal editar os demais atos para cumprimento da Lei n. 14.226/2021 e da Resolução CJF n. 742/2021 (Resolução CJF n. 742/2021, art. 9º);

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI n. 0001922-59.2022.4.90.8000, resolve:

Art. 1º A transferência de processos judiciais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região observará o disposto no art. 7º da Lei n. 14.226/2021, na Resolução CJF n. 742/2021, bem como os procedimentos estabelecidos por esta Portaria.

Parágrafo único. A transferência de processos judiciais de que trata o caput será realizada exclusivamente pelo sistema PJe.

Art. 2º A transferência de processos judiciais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região que tramitam em 2ª instância dar-se-á sem interrupção da prestação jurisdicional, cabendo aos tribunais envolvidos adotar as medidas necessárias à continuidade dos processos de trabalho, em especial no tocante à apreciação das seguintes medidas de urgência:

I - pedidos de liminar em habeas corpus e em mandados de segurança;

II - comunicações de prisão em flagrante;

III - pedidos de concessão de liberdade provisória;

IV - representações da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária, em casos de justificada urgência;

V - pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI - pedidos de tutela cautelar ou antecipada, de natureza cível ou criminal, nos casos de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo;

VII - medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais Federais, limitadas às hipóteses acima enumeradas;

VIII - medidas protetivas de urgência previstas na Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, independentemente do comparecimento da vítima;

IX - revisão de necessidade de manutenção de ordem de prisão cautelar, na forma do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Art. 3º Até a data da instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, inclusive, caberá ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região apreciar as medidas descritas no artigo 2º.

§ 1º Após a data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ser-lhe-ão transferidos os processos que passaram à sua competência, cabendo ao novo tribunal apreciar as medidas descritas no artigo 2º, ainda que em regime de plantão.

§ 2º Publicada Portaria estabelecendo a data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, prevista no art. 1º, § 1º, da Resolução CJF n. 742/2021, ficam autorizados os juízos vinculados à Seção Judiciária de Minas Gerais a sobrestar a remessa dos autos à instância superior, para a apreciação dos recursos voluntários e remessa ex officio, exceto aqueles em que houver risco de perecimento de direito ou lesão irreparável.

Art. 4º Na hipótese de ter havido início de julgamento em órgão colegiado da 1ª Região, deverá ser ele concluído no próprio Tribunal Regional da 1ª Região, com posterior remessa automática dos autos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

§ 1º Considera-se iniciado o julgamento em órgão colegiado com a publicação da pauta em que esteja incluído o processo ainda que, por qualquer motivo, haja adiamento, suspensão do julgamento ou retirada de pauta.

§ 2º A prolação de decisão monocrática pelo relator ou a simples remessa de recurso ao magistrado revisor não se considera início de julgamento em órgão colegiado.

§ 3º No caso de processos apreciados pelo órgão colegiado independentemente de publicação da pauta (processos em mesa), considera-se iniciado o julgamento com sua primeira apresentação em sessão.

§ 4º Na hipótese do art. 942 do Código de Processo Civil, os autos somente serão remetidos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região após a conclusão do julgamento pelo colegiado ampliado.

Art. 5º Serão remetidos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, após a data da instalação, os processos que tenham sido sobrestados em virtude de repercussão geral ou controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, cabendo ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, após a publicação do acórdão paradigma, adotar as providências a que se referem os arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil, inclusive quanto ao reexame do acórdão recorrido que contrariar a orientação do tribunal superior.

Parágrafo único. Serão igualmente remetidos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, após a data da instalação, os processos que estejam suspensos em virtude da instauração, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de incidente de resolução de demandas repetitivas, cabendo ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região dar prosseguimento ao feito, salvo se, por outro motivo, houver de ser mantida a suspensão, como nas hipóteses dos art. 982, § 3º, e art. 1.037, inciso II, do CPC.

Art. 6º Os processos que tenham sido encaminhados às cortes superiores serão remetidos pelo Tribunal Regional Federa da 1ª Região ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região quando do retorno dos autos, para as providências cabíveis.

Art. 7º Se, na data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ainda houver processos físicos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, eles serão remetidos àquele tribunal somente após a digitalização e a migração para o PJe.

Art. 8º Os cadernos físicos correspondentes aos processos digitalizados e migrados para o PJe pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, caso existentes, serão remetidos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região após a data da instalação do tribunal.

Art. 9º Se, na data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ainda houver processos digitais em tramitação em outros sistemas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, eles deverão ser migrados para o PJe antes da transferência para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Art. 10. Os processos físicos e digitais que tramitem em outros sistemas na primeira instância em Minas Gerais poderão ser migrados para o PJe a critério do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Art. 11. Não haverá alteração da numeração de processos remetidos para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região nem dos processos que permanecerão em tramitação na primeira instância em Minas Gerais.

Art. 12. Serão utilizadas movimentações processuais específicas e automatizadas para registro da remessa e do recebimento dos processos transferidos para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Art. 13. Após a data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, os sistemas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região serão reconfigurados para não permitir distribuição de novas ações sob jurisdição da Justiça Federal da 6ª Região.

Art. 14. Os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 6ª Regiões deverão adotar providências para priorizar o julgamento dos processos criminais com prescrição iminente.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 488, DE 1º DE JULHO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, com base nos termos dos procedimentos administrativos preliminares nº 00019/2022, 00030/2022, 00031/2022, 00032/2022, 00033/2022 e 00034/2022, e:

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, todos expressos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a determinação contida no art. 5º, inciso IV da Lei Federal nº 6.316/75, em especial quanto a determinação de "inspecionar os Conselhos Regionais e examinar suas prestações de contas, neles intervindo desde que indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou a garantia da efetividade do princípio da hierarquia institucional";

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional é o Ente Central e que possui como umas das suas competências legais supervisionar a fiscalização profissional, principal atividade dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na forma do que dispõe o art. 5º, inciso III, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO que o interesse tributário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por determinação do art. 9º da Lei Federal nº 6.316/75, que dispõe constituir "renda do Conselho Federal: I - 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional; II - legados, doações e subvenções; III - rendas patrimoniais";

CONSIDERANDO o descumprimento de normas do Tribunal de Contas da União, em especial quanto a publicação do Relatório de Gestão, que além de não ter sido publicado no site do CREFITO-7, segundo o Relatório Situacional Contábil e Financeiro que dispõe que "em relação a análise da prestação de contas foram detectadas inconsistências nas demonstrações contábeis, o link informado não reporta a qualquer demonstração, bem como as informações contábeis existentes não correspondem às encontradas no sistema Incorpnet, ou seja, de 2018 a 2021, as demonstrações contábeis e financeiras estão com diferenças nos saldos sem as devidas conciliações";

CONSIDERANDO o descumprimento das normas de contabilidade pública, narradas em Relatório Situacional Contábil e Financeiro, em relação ao Balanço Patrimonial, em que se destaca que o referido balanço patrimonial "não reflete a atual realidade do Conselho, uma vez que existem diversas diferenças e distorções ao longo dos anos";

CONSIDERANDO que o Relatório Situacional Contábil e Financeiro observa que "desde 2018 o Balanço Patrimonial encontra-se com pendências financeiras de ajustes e lançamentos e que tais diferenças impediriam a sua aprovação";

CONSIDERANDO que em relação aos Balancetes de Verificação, nos termos do Relatório Situacional Contábil e Financeiro restou "nítido que os lançamentos decorrentes da referida demonstração não estão em conformidade com as demais demonstrações contábeis, uma vez que não só as contas bancárias como as demais contas estão com saldos inconsistentes, sendo assim, as demais também resultantes desta principal demonstração estão com saldos inconsistentes";

CONSIDERANDO ainda que o Relatório Situacional Contábil e Financeiro dispõe que "não foram observados quaisquer critérios de avaliação orçamentária que justificasse os aumentos de valores ao longo dos anos, uma vez que as receitas não atingiram em sua totalidade as projeções orçamentárias existentes, sendo assim, observando-se falta de controle e execução orçamentária ao longo dos anos";

CONSIDERANDO a conclusão do Relatório Situacional Contábil e Financeiro que dispõe que: "a posição financeira do CREFITO em 31 de dezembro de 2018 a 2021, e o desempenho de suas operações, bem como as suas contas para o exercício findo naquelas datas, não estão em condições de serem aprovadas em plenária desta instituição sem que sejam sanados os vícios existentes";

CONSIDERANDO que ainda assim a gestão do quadriênio 2018-2022 aprovou as contas com as supostas inconsistências, inclusive após avaliação de sua Comissão de Tomada de Contas, composta por Conselheiros e mandatários do CREFITO-7;

CONSIDERANDO que a existência de Comissão de Tomadas de Contas, composta por Conselheiros Regionais, não é recomendável ante a inexistência de segregação de funções entre o órgão de controle interno, composto por Conselheiros que deliberam sobre o orçamento e futura aprovação de contas, o que resta já disposto no art. 66 da Resolução COFFITO nº 413/2012;

CONSIDERANDO a recorrente e mais recente jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TC nº 023.217/2017-0), que vem determinando ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional a apuração de atos administrativos e de gestão que podem supostamente ter lesado ao erário da própria Autarquia Regional, em razão da ordem legal de inspeção dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

CONSIDERANDO o caráter residual da instauração de Tomadas de Contas Especial, e a necessária fase de exceção e saneamento para verificação de seus pressupostos em relação aos gestores que deram supostamente ensejo aos fatos narrados no Relatório Situacional Contábil e Financeiro e no Relatório de Controle Interno apresentado à Coordenação Provisória Especial nomeada por este COFFITO para a gestão provisória do CREFITO-7;

CONSIDERANDO que o Relatório de Controle Interno reporta a suposta prática de atos consistentes em apropriação indébita previdenciária, com suposta lesão aos cofres do INSS e aos próprios empregados do CREFITO-7, durante a gestão do quadriênio 2018-2022, que para regularização poderão gerar prejuízos aos cofres do CREFITO-7, que ainda não foram informados;

CONSIDERANDO que há notícia no relatório de controle interno de atos que usurpam a competência do COFFITO, com a respectiva renúncia de receita, atestada por documento exarado pelo responsável pelo Setor de Tecnologia da Informação do CREFITO-7, atestando que por ordem de ex-dirigente do CREFITO-7, determinou a parametrização de descontos cumulativos sem a anuência ou permissão do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no curso dos anos de 2020 e 2021;

CONSIDERANDO que há notícia de atuação do ex-presidente do CREFITO-7, durante a gestão como Presidente do CREFITO-7, em acúmulo com a função de diretor de sindicato, em que supostamente tenha participado de deliberações ocupando simultaneamente a direção das duas instituições, inclusive com liberações de recursos da Autarquia em favor de diretores do Sindicato, entre outros fatos narrados, que supostamente contraria a Lei Federal nº 12.813/2013;

CONSIDERANDO a existência de informações em anexo do Relatório de Controle Interno que burla a regra do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, em destaque pela ofensa ao Princípio da Impessoalidade na contratação de empregados sem concurso público de provas ou de provas e títulos, o que se encontra em apuração pelo que foi narrado no Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os demais achados do Relatório de Controle Interno, que supostamente podem evidenciar violações aos Princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a decisão do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a possibilidade de que o ente público não deva restar afastado dos mecanismos para a restauração da moralidade administrativa, em especial pela determinação da decisão contida na Medida Cautelar na ADI 7042 MC / DF, que destaca que "A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa caracteriza uma espécie de monopólio absoluto do combate à corrupção ao Ministério Público, não autorizado, entretanto, pela Constituição Federal, e sem qualquer sistema de freios e contrapesos, como estabelecido na hipótese das ações penais públicas (art. 5º, LIX, da CF)", sendo, portanto, determinante a possibilidade da instauração de procedimentos preliminares com vistas a apuração de Improbidade Administrativa, na forma do art. 14 da Lei nº 8.429/92, dando a oportunidade do legítimo contraditório aos implicados;

CONSIDERANDO ainda a submissão de procedimento neste Plenário instaurado pela Presidência do COFFITO, que demonstra a existência de atos de alongamento do exercício de função pública, após a edição do Acórdão nº 475, de 28 de março de 2022, hipótese prevista no Código Penal Brasileiro, como crime contra a Administração Pública;

CONSIDERANDO finalmente a gravidade dos fatos apurados no curso da gestão provisória e alvo inclusive de representações ao Ministério Público Federal, conforme narrados pelos Coordenadores da Comissão Provisória Especial ao Colegiado do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, até então apuradas;

ACORDAM, por unanimidade, os Conselheiros Federais, em adotar as seguintes medidas:

i) em relação a desordem contábil e ou financeira, bem como as narradas inconsistências do Balanço Patrimonial e Financeiro, Balancete de Verificação, Ausência de Relatório de Gestão, Renúncia de Receita, bem como inconsistência dos saldos verificados, resolve DETERMINAR a imediata auditoria pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a ser realizada desde o ano de 2018 até 2021, cabendo a supervisão dos trabalhos ao órgão do Conselho Federal competente, que poderá se valer da contratação de auditoria externa independente, a ser contratada pelo próprio Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no prazo de 180 (cento e oitenta dias), cabendo ao CREFITO-7 fornecer todos os documentos necessários e requisitados pelos órgãos do COFFITO;

ii) após o Relatório Final de Auditoria, com parecer da Chefia da Contabilidade do COFFITO, a matéria deverá ser encaminhada a Procuradoria do COFFITO para verificação se estão presentes os requisitos necessários para instauração de Tomada de Contas Especial em face dos ex-gestores do CREFITO-7;

iii) suspender qualquer eficácia das decisões adotadas pelos Conselheiros Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (quadriênio 2018-2022), considerando os documentos apresentados a este Plenário, relativa à aprovação das contas do CREFITO-7, até final auditoria dos anos de 2018 a 2021;

iv) em relação aos supostos não pagamentos das contribuições previdenciárias e eventualmente outras verbas que estejam em atraso, determina-se à CPE que providencie a regularização imediata, apontando o valor de prejuízo gerado a título de multas, juros e correções monetárias, que deverá integrar o relatório final da auditoria e de parecer do órgão competente do COFFITO para fins de avaliação de abertura de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo das ações de natureza civil para repressão e reparação do erário regional;

v) ainda, em relação a informação relativa a existência de prática de apropriação indébita previdenciária, narrada no relatório contábil e de controle interno, inserto nos procedimentos administrativos nº 00030/2022 e 00031/2022, que reporta o desconto na folha de pagamento por parte do CREFITO-7 de contribuições previdenciárias e não pagamento à Autarquia Previdenciária, decide instaurar, com espeque no art. 5º, inciso IV, da Lei 6.316/75, cumulada com o art. 14 da Lei nº 8.429/92, procedimento preliminar para apuração de suposta improbidade administrativa em face dos ex-gestores, em especial em face do ex-presidente, ex-diretor tesoureiro e ex-conselheiros, integrantes da Comissão de Tomada de Contas do CREFITO-7;

vi) determinar à CPE do COFFITO a comunicação à Polícia Federal, para investigação e apuração de eventual crime de apropriação indébita previdenciária, em razão do que dispõe os itens "iv" e "v" do presente Acórdão, se eventualmente ainda não o tiver procedido;

vii) em relação a usurpação de competência do Conselho Federal, em afronta ao que dispõe o art. 5º inciso IX, da Lei nº 6.316/75, cumulado com o disposto na Lei Federal nº 12.514/2011, com a eventual renúncia de receita, determinar que se aguarde o resultado da auditoria determinada no item "i" para tomada de decisão do Plenário do COFFITO, tendo em vista que o prejuízo ao erário se deu em detrimento das Autarquias Central e Regional, somente cabendo adoção das medidas após a apuração efetiva do prejuízo causado, aguardando-se a instauração e nomeação de Comissão em relação ao procedimento 00034/2022 para momento posterior à disponibilização do relatório de auditoria;

viii) em relação ao cometimento de suposta infração a Lei nº 12.813/2013 e a Lei nº 8.429/92, relativo ao conflito de interesse, inserto no procedimento administrativo nº 0033/ 2022, por parte do ex-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por ocupar simultaneamente cargos em duas entidades e participar de reuniões para deferimento de pleitos que este mesmo figurava como representante da instituição interessada, decide instaurar, com espeque no art. 5º, inciso IV, da Lei 6.316/75, cumulada com o art. 14 da Lei nº 8.429/92, procedimento preliminar para apuração de suposta improbidade administrativa;

ix) em relação ao suposto induzimento de informações incompletas no Portal da Transparência, em que se apresenta Ata Notarial, verifica-se a necessidade de requerer à CPE que regularize todas as informações, se ainda não o tiver feito, já estando a matéria sob a avaliação do Ministério Público Federal, cabendo ao Conselho Federal aguardar o Relatório Final de Auditoria para determinar novas correções no Portal da Transparência, e, se o caso se reporta ao induzimento das informações, aguardando do Plenário o relatório da auditoria para a instauração de procedimento, com a nomeação de Comissão Processante, no caso dos autos do processo administrativo nº 00032/2022;

x) em relação a questão da burla do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, determinar que a CPE adote medidas possíveis para a regularização, desde que não comprometa o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos;

xi) determinar à CPE, que no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao COFFITO as medidas que adotou para o pagamento de eventuais contribuições obrigatórias e de natureza tributária que restaram não pagas, caso ainda não tenham realizado os respectivos pagamentos, nos termos informados nos relatórios anexados nos procedimentos acima listados, com o destacamento do prejuízo até então evidenciado, encaminhando tais informações também ao Ministério Público Federal, nas representações que informam terem sido realizadas pelo Controle Interno do CREFITO-7;

xii) determinar à Presidência do COFFITO, que no prazo de 30 (trinta) dias, nomeie Comissão Processante, que deverá ser composta de 3 Conselheiros (efetivos ou suplentes), vedada a participação dos Conselheiros já nomeados na CPE, para a condução

dos procedimentos de nº 00030/2022, 0031/2022 e 00033/2022, aplicando-se a tais procedimentos a Lei do Processo Administrativo Federal, nº 9.784/99, quanto ao recebimento das representações relativas aos itens "v" e "viii", dando ciência aos ex-conselheiros regionais envolvidos nos fatos narrados pelos procedimentos em análise, com a concessão a estes do direito de defesa e ao contraditório, nos termos da Lei do Processo Administrativo Federal;

xiii) determinar que seja encaminhada ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal representação pela suposta prática de crime de alongamento do exercício de cargo público, conforme demonstrado no procedimento administrativo de nº 00019/2022, instaurado por meio da Portaria nº 158, de 17 de maio de 2022;

ACORDAM, por unanimidade, que a apuração, bem como as providências a serem tomadas independem da finalização do processo eleitoral do CREFITO-7 e da posse dos futuros mandatários do CREFITO-7.

ACORDAM, por unanimidade, que em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta decisão, os órgãos designados deverão requerer prorrogação de prazo de forma justificada ao Plenário do COFFITO.

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Dra. Ana Carla de Souza Nogueira, Dr. Abidiel Pereira Dias, Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva, Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo Braga, Dr. Leandro Lazzareschi, Dr. Maurício Poderoso e Dr. Marcelo Massahud.

Impedidos: Dr. Maurício Poderoso e Dr. Leandro Lazzareschi.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CASSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 5 DE JULHO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 014/2021 (PAe 000014.13 /2021CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000087/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que manteve a decisão do Conselho de origem, ou seja, por lhe aplicar a sanção de , "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS" prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de fevereiro de 2022. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 292/2022 (PAe 000292.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (PEP nº 002237/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (Trinta) Dias", prevista na alínea "d", para lhe aplicar a "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência), 2º, 6º e 18 (c/c Resolução CFM nº 1.490/1998, arts. 1º, 2º e 4º; Resolução CFM nº 1.621/2001, arts. 1º e 3º; Resolução CREMERJ nº 180/2001, arts. 2º e 5º; Resolução CREMERJ nº 215/2001) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 2º, 6º e 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 3 de junho de 2022. (data do julgamento) EDSON YUZUR YASOJIMA, Presidente da Sessão; GRAZIELA SCHMITZ BONIN, Relatora.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.467, DE 5 DE JULHO DE 2022

Aprova por Ad Referendum a 1ª Reformulação Orçamentária do CRMV-AP, do CRMV-MT referente ao exercício de 2022, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso da atribuição que lhe confere a alínea f do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII do artigo 3º da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e § 3º do artigo 2º da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014; Considerando a deliberação do Presidente o CFMV por "Ad Referendum", resolve:

Art. 1º - Aprovar por "Ad Referendum" a 1ª Reformulação Orçamentária do CRMV-AP e do CRMV-MT do exercício 2022, que passa a vigorar de acordo com a planilha demonstrativa abaixo:

I - 1ª Reformulação do CRMV - AP

RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	352.016,00	CORRENTES	378.256,00
DE CAPITAL	450.000,00	DE CAPITAL	423.760,00
TOTAL	802.016,00	TOTAL	802.016,00

II - 1ª Reformulação do CRMV - MT

RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	5.232.730,00	CORRENTES	5.485.730,00
DE CAPITAL	1.340.000,00	DE CAPITAL	1.087.000,00
TOTAL	6.572.730,00	TOTAL	6.572.730,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

DECISÃO COREN-AM Nº 48, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Autoriza a anulação da receita de capital no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para abertura de crédito adicional especial na receita corrente, e a anulação parcial de despesas correntes no valor de R$ 240.052,84 (duzentos e quarenta mil e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) para abertura de créditos adicionais suplementares.

O Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, no uso de sua competência consignada no art.16, inciso XIII do Regimento Interno desta Autarquia e, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO a necessidade de o Sistema Cofen/Conselhos Regionais estarem em conformidade com leis e regulamentos que abrangem todas as políticas, regras, respeito às regras internas e externas de órgãos regulamentadores, controles internos e externos aos quais a organização precisa se adequar;

CONSIDERANDO o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - arts. 40 a 46, e seus parágrafos e incisos da Lei nº 4.320/64;

CONSIDERANDO o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - arts. 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das receitas e despesas que serão ordenadas;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 24 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, Anexo II da Resolução Cofen nº 340/2008;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren, em sua 529ª Reunião Ordinária de Plenário, e tudo mais o que consta nos autos do Processo Administrativo Coren-AM nº 261/2022, que trata da 2°Reformulação Orçamentária para o exercício de 2022, decidem:

Art. 1º. Fica autorizada a anulação da receita de capital no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para abertura de créditos adicionais especiais na receita corrente, bem como a criação de receitas sob as rubricas 6.2.1.2.1.02.03.02.001.002 - Multas e Juros s/ anuidades do exercício-PJ, 6.2.1.2.1.07.08.01 - Transferências de Depósitos não identificados e 6.2.1.2.1.09.02.03 - Reposição/Indenização de servidores/agentes públicos.

Art. 2º. Fica autorizada a anulação parcial de despesas correntes no valor total de R$ 240.052,84 (duzentos e quarenta mil, cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 3º. A abertura dos créditos adicionais especiais e suplementares ocorrerá com a disponibilidade orçamentária proveniente da anulação de receitas e despesas, totais e parciais, com esteio no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 4º. Integra a presente Decisão o Quadro Demonstrativo das Receitas e Despesas modificadas, cujo valor do orçamento para o exercício corrente não será alterado, em face das alterações ora aprovadas, permanecendo no valor de R$ 10.810.467,02 (dez milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dois centavos).

Art. 5º. As receitas corrente e de capital, bem como as despesas correntes, serão reformuladas conforme as especificações abaixo:

a) Receitas Capital a suprimir

i. Alienação de Outros Bens Imóveis - R$800.000,00

Total a suprimir - R$ 800.000,00

b) Receitas Correntes a Suplementar

i. Receitas de Contribuições - R$ 363.000,00

ii. Receitas Patrimoniais - R$ 434.000,00

iii. Outras Receitas Correntes - R$3.000,00

Total a suplementar - R$800.000,00

c) Despesas Correntes a Suprimir

i. Pessoal e encargos Sociais - R$20.000,00

ii. Transferências Intragovernamentais - R$220.052,84

Total a Suprimir - R$240.052,84

d) Despesas Correntes a Suplementar

i. Pessoal e encargos Sociais - R$128.000,00

ii. Outras Despesas Correntes - R$112.052,84

Total a Suplementar - R$240.052,84

Art. 6º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ YRANIR DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANDRÉIA PEDROSO DA SILVA
Conselheira Tesoureira

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO

DECISÃO COREN-PE Nº 156, DE 29 DE JUNHO DE 2022

A Presidente Interina do Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco junto á Conselheira Secretária Interina desta Autarquia no uso de suas atribuições legais e regimentais, dispõe sobre a Interdição Ética das atividades desenvolvidas por profissionais de enfermagem no Hospital da Restauração, localizado na cidade do Recife-PE, pelo Coren-PE considerando o art. 10º da Resolução Cofen nº 565/2017.

Considerando que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são autarquias federais, criadas pela Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, em seus Arts. 1º e 2º;

Considerando o Artigo 78 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

Considerando o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

Considerando o Art. 8º da Resolução Cofen 374/2011;

Considerando o Processo Administrativo de Sindicância do Coren-PE nº 0383/2022 referente ao Hospital da Restauração;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco, proferida na 7ª Reunião Extraordinária realizada em 29/06/2022, decidem:

Art. 1° - Interditar eticamente as atividades de Enfermagem na Emergência de Traumas, nas unidades da Sala Vermelha, Sala Laranja 1 e Sala Laranja 2 do Hospital da Restauração, até que sejam atendidos os preceitos legais inerentes à Enfermagem e a legislação de saúde, por colocar em risco a segurança e a saúde dos profissionais de Enfermagem e da população assistida;

Parágrafo único - Fica assegurada a continuidade da assistência de Enfermagem aos pacientes internados ou sob cuidados da Enfermagem na data da Interdição.

Art. 2º - Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem no nosocômio, deverão ser cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Anexo I da presente Decisão;

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

THAÍSE TÔRRES DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho
Interina

SUZANA SANTOS DA COSTA
Conselheira Secretária
Interina

ANEXO I

CONDIÇÕES DE REABILITAÇÃO ÉTICA DAS ATIVIDADES DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO

Art. 1º - Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem desenvolvidas no Hospital da Restauração, suspensas por força da Decisão Coren-PE nº0156/2022, deverá a instituição providenciar a regularização das seguintes situações, solicitando a reabilitação:

I - Reforma da estrutura física da Sala Vermelha, Sala Laranja 1 e Sala Laranja 2;

II - Apresentação de laudo técnico garantindo a segurança ocupacional no tocante as irregularidades da estrutura física, contemplando também a adequação dos Postos de Enfermagem e;

III - Garantia de manutenção dos leitos de retaguarda para mitigar a superlotação;

Art. 2º - A solicitação deverá ser encaminhada à Presidência do Coren-PE;

Parágrafo Único: A Presidência do Regional providenciará junto a Comissão Sindicante, emissão de parecer pormenorizado do atendimento ou não das condições supramencionadas.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2022

Aprova a Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento para o corrente exercício, no valor de R$57.709,06

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe COREN-SE, no uso da competência consignada no inciso VI, do art.15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra " b" do Art.13 da Resolução COFEN - nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000;

- Considerando, a necessidade de reajustar a dotação que se apresenta com saldos insuficientes no Orçamento do exercício de 2022;

- Considerando, o que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, nos seus artigos nº 40 a 46;

- Considerando, ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício;, decide:

I - Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Especial às dotações que se apresentam com saldos insuficientes, necessárias ao suporte das despesas a serem realizadas até o término do exercício, no valor de R$ 57.709,06 (cinquenta e sete mil, setecentos e nove reais, seis centavos).

II - Os recursos indispensáveis para cobertura dos créditos ora abertos são os provenientes das seguintes fontes:

- Excesso de Arrecadação, proveniente da Arreacadação do 1° Trimestre do Exercício de 2022 do Coren/SE, no valor de R$ 57.709,06 (cinquenta e sete mil, setecentos e nove reais, seis centavos).

III - O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, terá sua dotação atualizada para R$ 7.183.011,19 (Sete milhões, cento e oitenta e três mil, onze reais, dezenove centavos).

IV - As decisões do presente Ato produzirão efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

CONRADO MARQUES DE SOUZA NETO
Presidente do Conselho

DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 200, DE 30 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 23/2022
EMENTA: NEGLIGÊNCIA. ASSISTÊNCIA AO IDOSO. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta K.N.A. adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designada para elaboração do Acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima.

A sessão de julgamento teve a presença do Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Leonardo Luiz Siqueira da Fonseca; Dra. Anke Bergmann; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Rafael Santiago Floriano e Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 201, DE 30 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 24/2022
EMENTA: NEGLIGÊNCIA. ASSISTÊNCIA AO IDOSO. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta A.N.F. adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designada para elaboração do Acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima.

A sessão de julgamento teve a presença do Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Leonardo Luiz Siqueira da Fonseca; Dra. Anke Bergmann; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Rafael Santiago Floriano e Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 202, DE 30 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 25/2022
EMENTA: NEGLIGÊNCIA. ASSISTÊNCIA AO IDOSO. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta D.P.S.J. adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designada para elaboração do Acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima.

A sessão de julgamento teve a presença do Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Leonardo Luiz Siqueira da Fonseca; Dra. Anke Bergmann; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Rafael Santiago Floriano e Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA CRFA 2ª REGIÃO Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2022

Inclui o cargo de Assessor de Tecnologia da Informação no Quadro de Carreiras do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região

A Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia2ª Região, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e pelo Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando o Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região, aprovado em 21/12/2015; Considerando os termos da Portaria CRFa2ª Região nº 016/2015 que instituiu o Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região; Considerando o decidido na 782ª Reunião de Diretoria, realizada em 06 de abril de 2022, referente à necessidade de contratação de assessor de tecnologia da informação para o Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região; Considerando o decidido na 487ª sessão Plenária Ordinária, realizada em 27 de maio de 2022, referente à necessidade de contratação de assessor de tecnologia da informação para o Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região; Considerando a necessidade de normatizar o cargo de assessor de tecnologia da informação no Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, aprovar e tornar público a inclusão do cargo de assessor de tecnologia da informação no Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região.

Art. 2º - O cargo de assessor de tecnologia da informação está discriminado na descrição e pontuação de cargos administrativos, bem como nas Tabelas salariais do Quadro de Carreira do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região.

Art. 3º - Ratificam-se, no que couber, as demais cláusulas da Portaria CRFa 2ª Região nº 016/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na forma da lei.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

ANAMY CECILIA CESAR VIZEU
Diretora Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA-CROGO Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2022

Revoga a Portaria CROGO-073/2018, publicada em 08/08/2018, no Diário Oficial da União, e implementa novos procedimentos para a aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e do Termo de Composição - TC, aos profissionais/entidades inscritas no CROGO.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, no exercício de suas atribuições e competências, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, aprovado pela RES-CROGO-001/79,

Considerando que a Administração Pública tem o PODER/DEVER de rever seus atos a qualquer momento;

Considerando as deliberações da 914ª e 915ª Reunião Ordinária do Plenário do CROGO, realizadas nos dias 27 de Maio e 08 de Junho de 2022, respectivamente;

Considerando os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, resolve:

Art. 1º. REVOGAR a Portaria CROGO-073/2018 e APROVAR a criação de institutos do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e do TC - Termo de Composição.

Art. 2º. O TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e o TC - Termo de Composição são medidas administrativas pré-processuais que objetivam prevenir a instauração de processo ético-disciplinar, podendo ser proposto por esta Autarquia Federal com o intuito de promover a proteção da saúde da população bem como zelar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Art. 3º - Poderá ser oportunizado o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta nos casos de procedimentos ex officio advindos do procedimento fiscalizatório.

§ 1º. A possibilidade de se submeter o TAC será avaliada e necessitará de autorização expressa do Presidente do CRO-GO, após envio do procedimento de fiscalização e análise prévia da Comissão de Ética, conforme art. 4º desta Portaria.

§ 2º. O denunciado/averiguado somente poderá ser submetido a um novo TAC caso tenha transcorrido o prazo mínimo de 02 (dois) anos da data de assinatura do anterior.

§ 3º. Após a formalização do TAC, caso seja constatada a reincidência na prática das infrações cometidas, ou que estas não foram sanadas no prazo ajustado, será automaticamente instaurado processo ético-disciplinar, com a possibilidade de aplicação do agravante do art. 55, III do Código de Ética Odontológico em caso de eventual condenação.

Art. 4º. São requisitos para que as partes se submetam ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC:

I - Denúncia derivada de procedimento interno do órgão (ex - offício);

II - Autorização prévia expressa do Presidente do CRO-GO, baseada em recomendação da Comissão de Ética;

III - O profissional/entidade deverá estar adimplente com suas obrigações financeiras junto a este Regional, na data de lavratura do TAC;

IV - Não ser a conduta considerada como de manifesta gravidade, conforme disposto no art. 53 do Código de Processo Ético, Resolução CFO-118/2012;

V - Não responder, ao tempo da lavratura do TAC, a processo ético-disciplinar;

VI - Inexistência de condenação ativa em processo administrativo ético-disciplinar;

VII - Inexistência de celebração prévia de TAC durante o prazo de 2 (dois) anos.

Art. 5º. Poderá ser oportunizado o TC - Termo de Composição nos casos de denúncia oferecida por denunciante, desde que este manifeste expressamente interesse.

Art. 6º. São requisitos para que as partes se submetam ao Termo de Composição - TC:

I - O profissional/entidade deverá estar adimplente com suas obrigações financeiras junto a este Regional, na data de lavratura do TC;

Art. 7º. Em caso de TAC ou TC, quando constatado pela Unidade de Fiscalização ou Comissão de Ética que o profissional/entidade não está adimplente com suas obrigações financeiras, deverá ser providenciada a notificação deste para que regularize sua situação financeira em até 15 (quinze) dias úteis, para que, consequentemente, possa ser marcada a audiência.

Art. 8º. Após a lavratura do TAC ou TC, o denunciado deverá comprovar, mediante juntada de documentos e provas definidas em audiência, que regularizou as infrações constatadas. Caso não seja provada a regularização, será instaurado processo ético-disciplinar.

Art. 9º. As audiências de TAC/TC serão agendadas conforme disponibilidade da autoridade aplicadora designada para a aplicação dos referidos termos, por Despacho da Comissão de Ética ou Unidade de Fiscalização e mediante a Notificação do interessado.

§ 1º - As audiências de TAC/TC serão marcadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de sua realização e as partes deverão ser notificadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

§ 2º - As notificações serão realizadas, preferencialmente, por via postal, com Aviso de Recebimento.

§ 3º - Em caso de retorno negativo do Aviso de Recebimento, tentar-se-á a notificação da parte por e-mail ou via telefonema, sendo certificadas nos autos por servidor do CRO-GO.

Art. 10. As audiências para aplicação do TAC poderão ser dirigidas pelo:

I - Supervisor de Fiscalização;

II - Presidente da Comissão de Ética;

III - Fiscal cirurgião-dentista;

Art. 11. As audiências para aplicação do TC poderão ser dirigidas pelo:

I - Presidente da Comissão de Ética;

II - Conselheiro Efetivo/ Suplente.

Art. 12. A falta injustificada do profissional/entidade à audiência do TAC/TC acarretará em instauração do respectivo processo ético-disciplinar.

§ 1º - No caso do TC, a falta injustificada do denunciante poderá ensejar o arquivamento da denúncia, a depender de análise da autoridade aplicadora;

§ 2º - Eventual justificativa poderá ser protocolada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a data da realização da audiência.

Art. 13. O TAC - Termo de Ajustamento de Conduta deverá apresentar os seguintes requisitos:

I - Reconhecimento pelo denunciado/averiguado da(s) infração (ões) cometida(s) e obrigação deste em regularizá-la(s), atendendo às disposições legais e demais normativas no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

II - Pagamento de multa administrativa a título de indenização em conformidade com a gravidade da infração cometida, no valor mínimo de 01 (uma) anuidade e no valor máximo de 25 (vinte e cinco) anuidades a ser arbitrado pela autoridade aplicadora. Com o pagamento, os autos serão arquivados, contudo, caso não seja realizado, será instaurado processo ético-disciplinar;

III - Ciência de que o ato será publicado nas mídias sociais da autarquia, contendo a discriminação das infrações praticadas e do teor do ajustamento ou da eventual pena pecuniária aplicada, respeitando-se o sigilo quanto ao nome das partes.

Parágrafo único: Caso não seja aceito quaisquer dos requisitos acima, será determinado o prosseguimento do procedimento com a instauração do processo ético-disciplinar.

Art. 14. O arquivamento da denúncia em decorrência da celebração de TC tem como efeito, sendo registrado na ata assinada pelas partes, a renúncia a qualquer pleito ou pretensão em âmbito administrativo, cível e penal.

Art. 15. Não é obrigatório ao denunciado aceitar os termos do TAC/TC, podendo optar pelo prosseguimento do feito com a consequente abertura do processo ético-disciplinar.

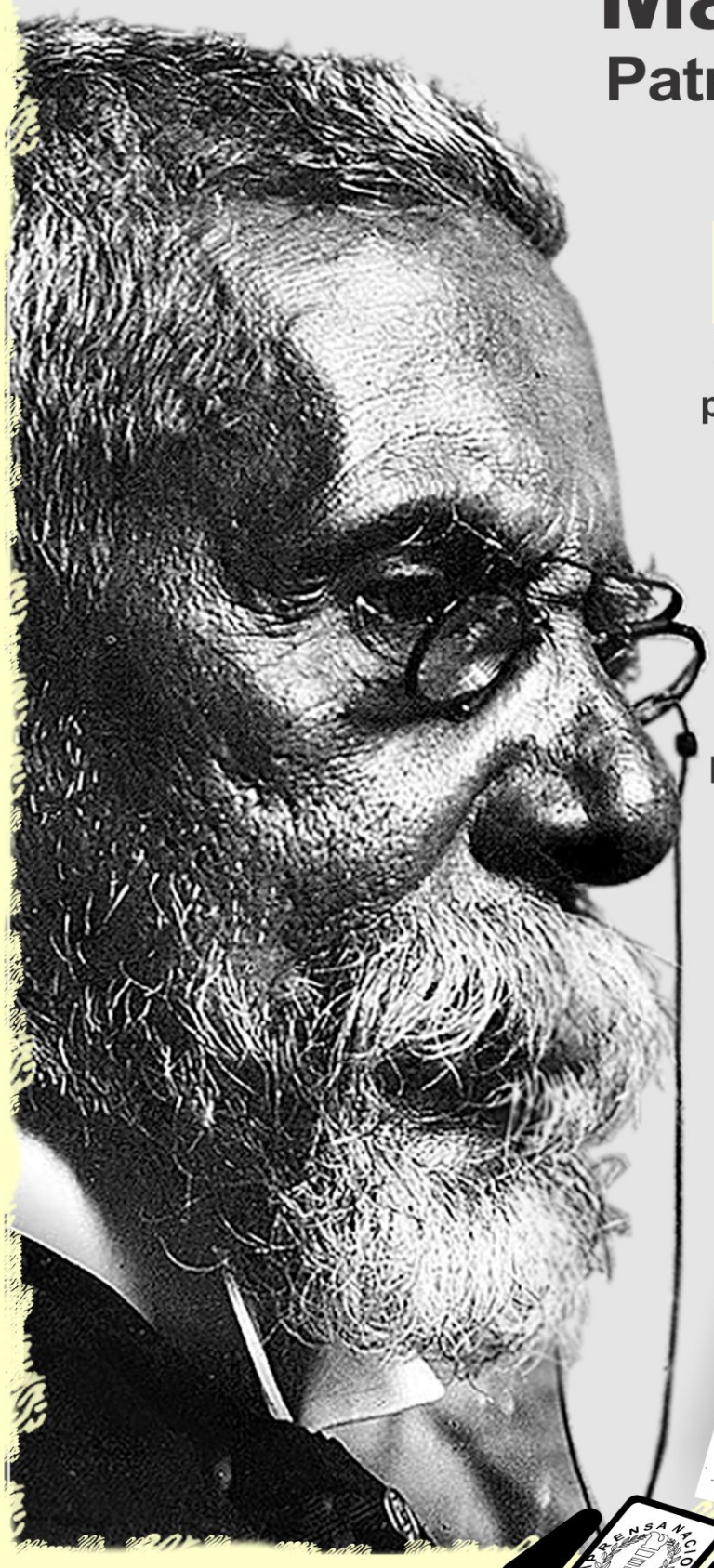
Parágrafo único: Deverá constar nos autos que foi concedida a oportunidade de celebração do TAC/TC.

Art. 16. A Procuradoria Jurídica do Conselho Regional de Odontologia de Goiás deverá participar e assessorar as reuniões de TAC/TC.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições constantes da PORTARIA CROGO 073/2018, publicada em 08/08/2018, no Diário Oficial da União.

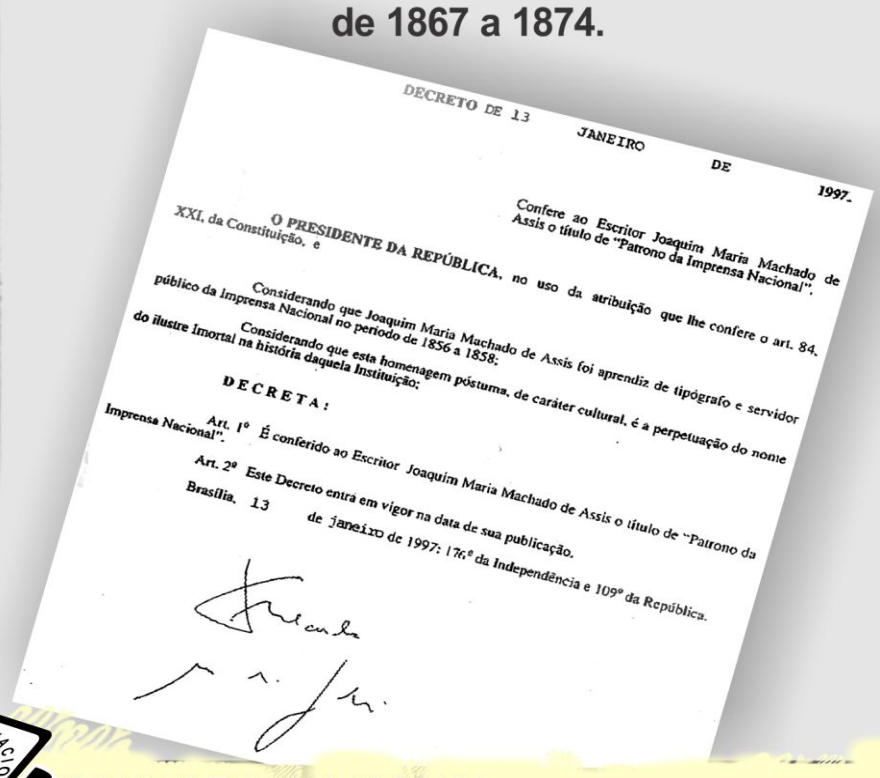
RENERSON GOMES DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Machado de Assis
Patrono da Imprensa Nacional



SERVIDOR

Nossa homenagem ao maior escritor brasileiro e patrono da Imprensa Nacional, título conferido por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. Aqui ele iniciou sua atividade profissional como aprendiz de tipógrafo, entre 1856 e 1858, na então Typographia Nacional dirigida pelo também escritor Manuel Antonio de Almeida. posteriormente, Machado de Assis regressou para exercer a função de assistente do Diretor do Diário Oficial, no período de 1867 a 1874.



DECRETO DE 13 JANEIRO DE 1997.

Confere ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, XXI, da Constituição, e

Considerando que Joaquim Maria Machado de Assis foi aprendiz de tipógrafo e servidor público da Imprensa Nacional no período de 1856 a 1858;

Considerando que esta homenagem póstuma, de caráter cultural, é a perpetuação do nome do ilustre Imortal na história daquela Instituição;

DECRETA:

Art. 1º É conferido ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial